



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2460

Sexta-feira - 23 de Fevereiro de 2018

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Agronômica .....	3	Faxinal dos Guedes.....	273	Maracajá .....	507
Água Doce.....	6	Formosa do Sul .....	274	Maravilha.....	508
Alto Bela Vista.....	9	Forquilha.....	276	Marema.....	516
Anchieta .....	10	Fraiburgo.....	286	Massaranduba.....	517
Angelina .....	11	Frei Rogério .....	293	Matos Costa.....	518
Anitápolis.....	12	Galvão.....	295	Meleiro .....	520
Antônio Carlos .....	15	Garopaba.....	296	Modelo .....	521
Apiuna.....	19	Garuva .....	299	Mondaí .....	526
Arabutã .....	20	Gaspar .....	300	Monte Carlo .....	528
Arroio Trinta.....	21	Governador Celso Ramos .....	303	Morro da Fumaça .....	529
Arvoredo .....	22	Gravatal .....	322	Morro Grande.....	532
Aurora .....	23	Guaraciaba .....	323	Navegantes.....	533
Balneário Piçarras.....	24	Guaramirim .....	326	Nova Itaberaba .....	537
Balneário Rincão .....	27	Guarujá do Sul .....	335	Nova Trento .....	538
Bandeirante .....	28	Guatambú .....	336	Nova Veneza .....	547
Barra Bonita.....	29	Herval d'Oeste .....	338	Novo Horizonte .....	548
Benedito Novo .....	30	Ibiam .....	341	Orleans .....	549
Biguaçu .....	31	Ibicare .....	342	Otacílio Costa.....	550
Blumenau .....	46	Ilhota .....	343	Ouro .....	551
Bom Jardim da Serra .....	53	Imarui .....	344	Ouro Verde .....	552
Bom Jesus do Oeste .....	75	Imbituba .....	346	Paial.....	553
Bom Retiro .....	76	Imbuia .....	351	Palhoça .....	554
Botuvera.....	78	Indaial .....	352	Palmitos .....	573
Braço do Trombudo .....	79	Iomerê .....	367	Papanduva.....	574
Brusque.....	112	Ipuacú.....	387	Paraíso .....	575
Caçador.....	116	Ipumirim .....	396	Passos Maia .....	577
Caibi .....	124	Irani .....	397	Paulo Lopes .....	589
Camboriú.....	132	Irineópolis .....	398	Penha.....	590
Campo Alegre .....	133	Itaiópolis .....	399	Peritiba.....	632
Campo Erê.....	141	Itapema .....	400	Pescaria Brava .....	634
Campos Novos.....	157	Itapiranga.....	403	Pinheiro Preto .....	636
Canelinha .....	161	Itapoá .....	405	Piratuba.....	639
Canoinhas.....	162	Ituporanga .....	411	Planalto Alegre.....	640
Capinzal .....	170	Jaborá .....	412	Pomerode.....	643
Catanduvas.....	177	Jacinto Machado .....	413	Ponte Alta do Norte .....	644
Chapadão do Lageado .....	240	Jaraguá do Sul .....	414	Ponte Serrada .....	645
Chapecó .....	241	Joaçaba .....	426	Porto Belo.....	646
Cocal do Sul.....	245	Jupia .....	458	Porto União.....	648
Concórdia .....	247	Lages .....	477	Pouso Redondo .....	656
Coronel Martins.....	249	Laguna .....	478	Presidente Castello Branco .....	658
Correia Pinto.....	250	Lajeado Grande.....	482	Presidente Nereu.....	659
Corupá .....	258	Lebon Regis.....	484	Princesa .....	691
Cunha Porã.....	261	Leoberto Leal.....	485	Quilombo.....	692
Cunhataí.....	263	Lindóia do Sul .....	487	Rio do Campo .....	722
Curitibanos .....	265	Luiz Alves .....	488	Rio do Oeste.....	724
Descanso .....	268	Luzerna .....	489	Rio dos Cedros.....	732
Dionísio Cerqueira .....	269	Macieira.....	501	Rio do Sul.....	725
Doutor Pedrinho.....	270	Mafra .....	505	Rio Fortuna.....	739
Ermo .....	271	Major Vieira .....	506	Rio Rufino.....	740

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2460

Sexta-feira - 23 de Fevereiro de 2018

Florianópolis/SC

## Sumário

Romelândia.....	741	São Lourenço do Oeste.....	867	Treze Tílias .....	924
Salto Veloso.....	742	São Miguel do Oeste.....	886	Trombudo Central.....	925
Santa Cecília.....	746	São Pedro de Alcântara.....	888	Tunápolis.....	927
Santa Terezinha do Progresso .....	747	Saudades.....	889	Turvo .....	945
Santiago do Sul.....	755	Schroeder.....	891	União do Oeste .....	956
São Bento do Sul.....	762	Seara .....	894	Urubici .....	958
São Bernardino .....	764	Serra Alta .....	896	Urussanga .....	962
São Domingos.....	776	Sul Brasil .....	909	Vargeão.....	963
São Francisco do Sul.....	780	Tangará.....	910	Vidal Ramos.....	964
São João Batista.....	846	Tigrinhos .....	911	Videira.....	965
São João do Oeste .....	848	Tijucas .....	913	Xanxerê.....	1094
São Joaquim .....	850	Timbé do Sul .....	914	Xaxim.....	1100
São José.....	851	Timbó .....	915	Zortéa .....	1101
São José do Cedro.....	864	Três Barras .....	923		

## Associações

EGEM .....	1102	GRANFPOLIS.....	1102
------------	------	-----------------	------

## Consórcios

CIMCATARINA.....	1104
CIMVI.....	1128
CISAM .....	1134
Consórcio Quiriri.....	1134
Consórcio CVC .....	1135
IBERE.....	1158



# Agrônômica

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO 01/2018-FMS

Publicação Nº 1532166

Fundo Municipal de Saúde de Agrônômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018

PREGAO PRESENCIAL Nº PR001/2018

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCADOR (A) FÍSICO COM ESPECIALIZAÇÃO EM GERONTOLOGIA REFERENTE AO PROJETO QUALIDADE DE VIDA PARA TERCEIRA IDADE, (PROJETO TARDE ATIVA PARA 3º IDADE) UMA VEZ POR SEMANA SENDO TODAS AS SEGUNDAS-FEIRAS NO PERÍODO DE 4 (QUATRO) HORAS ( DAS 13:30 AS 17:30), AULAS SERÃO REALIZADAS NO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 07/03/2018 às 09:00

Local: Setor de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Agrônômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br ou pelo site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542-0166.

Agrônômica-Santa Catarina, 23 de fevereiro de 2018.

ANTÔNIO PEDROSO

Diretor de departamento

b) Departamento Municipal de Saúde:

Membro Titular: Cristina Sevegnani;

Membro Suplente: Vivian Inês Lopes;

c) Departamento Municipal da Assistência Social:

Membro Titular: Rosemeri Vandresen Duarte;

Membro Suplente: Cleidiane de Oliveira;

d) Departamento Municipal de Esporte e Cultura:

Membro Titular: Fabio Hileshein;

Membro Suplente: José Carlos Cardoso Ferreira;

e) Departamento Municipal de Agricultura:

Membro Titular: Ilze Klaumann Marcelino;

Membro Suplente: Dionei Antônio Tomelin;

2) Membros representantes de entidades não governamentais:

a) Do CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Agrônômica

Membro Titular: Giancarlo Maçaneiro;

Membro Suplente: Elcio Deola;

b) Do Rotary Club de Agrônômica:

Membro Titular: Reinor Soares Aranha Filho;

Membro Suplente: Luiz Carlos da Silva;

c) Do CPC – Igreja Matriz de Agrônômica:

Membro Titular: Ida Maria dos Santos

Membro Suplente: Marcia Maria Cunha Diekon;

d) Do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Agrônômica:

Membro Titular: Walmor dos Santos Filho;

Membro Suplente: Marlise Sperckott Gaspar;

e) Do Clube de Idoso Oswaldo Claudino de Agrônômica:

Membro Titular: Terezinha Avi;

Membro Suplente: Evanilde Maria Giovannella;

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 23 de fevereiro de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

### Decreto Nº 010/2018 de 23 de fevereiro de 2018.

Publicação Nº 1532209

DECRETO N.º 010/2018 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA DA 8ª ABERTURA DA COLHEITA E 7ª FERROZ - FESTA ESTADUAL DO ARROZ"

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO:

Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder

### Decreto 012/2018 de 23 de fevereiro de 2018.

Publicação Nº 1532251

DECRETO Nº. 012/2018 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018.

"DESIGNA E INVESTE MEMBROS JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE AGRÔNOMICA- GESTÃO 2018 A 2020."

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI, do art.79, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento Inter/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

- Que cabe ao município zelar pela condução e manutenção dos direitos do idoso, e que tem como fundamento o conjunto de ações governamentais e não governamentais,

- O disposto ao Art. 1º da Lei Nº 913/2011 de 27/12/2011, e que dispõe sobre a composição do Conselho Municipal do Idoso do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam conforme abaixo, designados e investidos membros para relevante serviço público e com funções junto ao Conselho Municipal do Idoso de Agrônômica - CMIA, gestão 2018 à 2020:

1) Membros representantes do governo municipal, oriundos do:

a) Departamento Municipal de Educação:

Membro Titular: Elis Regina Fontanive Losi;

Membro Suplente: Vanessa Cristina dos Santos Back;

Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Que para o atendimento das necessidades que urgem haja vista ações desenvolvidas por esta fazenda pública municipal no âmbito do Departamento de Administração e Finanças e que dizem respeito às festividades alusivas a Abertura da Colheita do Arroz Irrigado do Alto Vale do Itajaí e a FERROZ Festa Estadual do Arroz/2018, evento incluso no calendário oficial do município, Ainda, para cumprimento ao disposto no Parágrafo Único do Art. 1º da Lei n.º 706/2006 de 15/02/2006,

#### DECRETA:

1-) Fica Constituída Comissão Organizadora da 8a. Abertura da Colheita e 7a. Ferroz, que ocorrerá no período de 16 a 18 de março de 2018, com as solenes festividades e congressos técnicos nas instalações do Parque Municipal de Eventos Roberto Westphal, integrada por membros representantes de entidades conforme abaixo:

1- FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO	PREFEITURA MUNICIPAL
2- JOEL KORB	PREFEITURA MUNICIPAL
3- GERSON CHAVES CABRAL	PREFEITURA MUNICIPAL
4- CESAR NETO	ASSESSORIA DE IMPRENSA
5- CARLOS GAERTNER	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
6- PRISCILA BORK	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
7- FLÁVIO LUIZ TSCHUMI	DEPARTAMENTO DE OBRAS
8- VALMIR DA SILVA	ASSOCIAÇÃO DE RIZICULTORES
9- ALEXANDRE SASSO	EPAGRI
10- ANTÔNIO PEDROSO	DEPARTAMENTO DE SAÚDE
11- FABIO HILLESHEIM	CME

Art. 2º - Aos membros representantes conforme abaixo, ficam atribuídas as seguintes funções junto a Comissão Central Organizadora:

CESAR LUIZ CUNHA – Coordenador Geral.  
SÉRGIO RUDOLF – Secretário Geral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 23 de fevereiro de 2018.  
CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO  
Diretor de Administração

--	--

## Decreto Nº 011/2018 de 23 de fevereiro de 2018.

Publicação Nº 1532242

DECRETO Nº. 011/2018 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018.

"INVESTE MEMBROS JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGRONOMICA- BIÊNIO 2018 À 2020."

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI, do art.79, da Lei Orgânica Municipal e,

#### CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento Inter/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,
- Que o disposto no Art. 1º da Lei Nº 960/2013 de 15/08/2013 que dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Assistência Social, composta em uma das partes pelos representantes do governo municipal e, em outra parte por representantes da Sociedade Civil,
- Que o atendimento a requerimento exarado pela escrivania da Assistência Social da Municipalidade, e que dá conta dos novos membros designados para integrarem o Conselho,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam conforme abaixo, designados e investidos membros para relevante serviço junto ao Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Agrônômica para o biênio 2018 à 2020:

1) Membros representantes do governo municipal, oriundos do:

a) Departamento Municipal de Agricultura:

Membro Titular: Ilze Klaumann Marcelino;

Membro Suplente: Dionei Antônio Tomelin;

b) Departamento Municipal de Assistência Social:

Membro Titular: Rosemeri Vandresen Duarte;

Membro Suplente: Vanessa Claudino dos Santos Peruzzolo;

c) Departamento Municipal de Educação:

Membro Titular: Catia Regina Testoni Hellmann;

Membro Suplente: Tafarel José Constante;

d) Departamento Municipal de Administração:

Membro Titular: Aline de Souza;

Membro Suplente: Ariane Gomes da Silva Moretti;

2) Membros representantes de entidades não governamentais:

a) Do CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Agrônômica

Membro Titular: Giancarlo Maçaneiro;

Membro Suplente: Elcio Deola;

b) Do Clube de Idoso Oswaldo Claudino de Agrônômica:

Membro Titular: Lurdes Venturi;

Membro Suplente: Rita Niquelatti;

c) Do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Agrônômica:

Membro Titular: Walmor dos Santos Filho;

Membro Suplente: Marlise Sperckott Gaspar;

d) Dos Usuários da Assistência Social:

Membro Titular: Laci Pereira Ferrazza Telles;

Membro Suplente: Silvana Vieira Rodrigues Marhold;

Art. 2º -Revogam-se outras disposições em contrário

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, de 23 de fevereiro de 2018.



CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO  
Diretor de Administração e Finanças

# Água Doce

## PREFEITURA

### 091/2018

Publicação Nº 1532032

PORTARIA Nº 091/2018 – DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018  
"NOMEIA MEMBROS DE COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei nº 12.594/12,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo relacionados para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO:

ANGELA RAQUEL LUCIETTI ROSSA – Servidora efetiva no cargo de Suporte Pedagógico;  
GIOVANA ROSA SARI MACCAGNAN – Servidora efetiva no cargo de Professora de Educação Infantil;  
NILZE MARIA BALESTRIN SARI - Servidora efetiva no cargo de Assistente Social;

Art. 2º. A Comissão Permanente de Avaliação e Acompanhamento da Gestão do Atendimento se reunirá periodicamente para cumprir o disposto no Artigo 22 da Lei Federal nº 12.594/2012.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de fevereiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER  
Prefeito Municipal Dir. Dpto de Recursos Humanos

### 092/2018

Publicação Nº 1532034

PORTARIA Nº 092/2018 – DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018  
"NOMEIA MEMBROS DE EQUIPE TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei nº 12.594/12,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo relacionados para compor a EQUIPE TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO:

CLEDI WIEZOREK ALTENBURGER – Servidora efetiva no cargo de Psicóloga;  
KARISE ROBERTA DE OLIVEIRA – Servidora efetiva no cargo de Assistente Social;  
MARI PAULA TONET- Servidora efetiva no cargo de Professora de 1º ao 5º ano;

Art. 2º. A Equipe Técnica para Execução do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo se reunirá periodicamente para cumprir o disposto na Lei Federal nº 12.594/2012.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de fevereiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER  
Prefeito Municipal Dir. Dpto de Recursos Humanos

### CONTRATO Nº 27/2018

Publicação Nº 1532258

#### CONTRATO DE LOCAÇÃO

Contrato nº 27/2018, de 21 de fevereiro de 2018 Contratante: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Contratado: JOVELINO RECALCATTI

Objeto: Locação de Imóvel – Defesa Civil - Situação de Emergência – Áreas Afetadas por Chuvas Intensas – Cod. COBRADE 1.3.2.1.4.

Contrato que entre si fazem de um lado o Município de Água Doce – SC, representado pelo Prefeito Municipal ANTONIO JOSÉ BISSANI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, nº 106, centro, em Água Doce/SC, através do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, com endereço na Praça João Macagnan, 322, centro, em Água Doce/SC, devidamente inscrito no CNPJ nº 27.372.565/0001-56, representado por seu Presidente EDNA F. L. V. BISSANI, de ora em diante simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro JOVELINO RECALCATTI, brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado na Rua Bela Vista, nº 480, centro, no Município de Água Doce/SC, portador do CPF nº. 518.033.489-68 e RG 1.515.066, de ora em diante simplesmente denominado CONTRATADO, tem justo e contratado o que adiante segue, que mutuamente convencionam, outorgam e aceitam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O CONTRATADO é legítimo proprietário de um imóvel urbano, constituído de uma casa mista, com dois pavimentos, situado na Rua Bela Vista, nº 480, centro, em Água Doce/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – O CONTRATADO loca ao CONTRATANTE o subsolo do respectivo imóvel, pelo período de 04 (quatro) meses, tendo como início a data de 09/02/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – O CONTRATANTE se obriga, ao final do contrato, a restituir o respectivo imóvel completamente desocupado, nas condições previstas nestes contrato.

CLÁUSULA QUARTA – O uso do imóvel destina-se exclusivamente para abrigar a família do Sr. João Leocir Fabiano que se encontra em estado de vulnerabilidade devido ao risco de desabamento de sua residência, causado em virtude das chuvas intensas que vem assolando o Município.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser renovado por igual período conforme acordo entre as partes, ou ser rescindido pelo CONTRATANTE, caso cessado o estado de vulnerabilidade antes do seu prazo final.

CLÁUSULA SEXTA – Pagará o CONTRATANTE ao CONTRATADO, pela locação do respectivo imóvel, a quantia certa e previamente ajustada de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, a serem pagos até o dia 05 de cada mês, na conta bancária nº 1828-0, Agência nº 3554 da Caixa Econômica Federal, em nome de Jovelino Recalcatti.

CLÁUSULA SÉTIMA – O presente contrato regula-se pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, em especial a Lei 8.666/93 e suas alterações, aplicando-se-lhe, supletivamente as disposições

do Direito Privado.

CLÁUSULA OITAVA – Cabe ao CONTRATANTE modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação as finalidades do interesse público.

CLÁUSULA NONA – Havendo necessidade de prorrogação de prazo do presente contrato, este deverá ser justificado por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – Cabe ao CONTRATANTE, rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos específicos do inciso I, do art. 79, da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O presente contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, conforme previsto no inciso II, do art. 79, da Lei mencionada na cláusula anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Durante o prazo de validade do contrato, o valor do aluguel não sofrerá reajustes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O CONTRATADO é responsável pelos atos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O CONTRATADO não terá direito, nem poderá cobrar qualquer tipo de indenização pela depreciação do imóvel causado pelo seu uso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O consumo de água e energia ficam a cargo do beneficiário, e as demais despesas, decorrentes de lei, a cargo do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – As despesas decorrentes com a execução do presente contrato serão por conta da seguinte dotação orçamentária:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

02 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0024.2.049 – MANUTENÇÃO DEPTO PROMOÇÃO SOCIAL

3.3.90.00.00.00.00.00 0644/191 - Aplicações Diretas

E por estarem certos, justos e contratados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, forma e validade, elegendo de comum acordo, o foro jurídico da Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir possíveis e eventuais dúvidas não resolvidas entre as partes.

Água Doce, 21 de fevereiro de 2018.

CONTRATANTE	CONTRATADO
ANTONIO JOSÉ BISSANI	JOVELINO RECALCATTI
Prefeito Municipal	Proprietário/Contratante

EDNA F. L. V. BISSANI  
Presidente do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Testemunhas

KÁRIN ANE CÔRSO	OÉLINTON LUÍS FERREIRA HARTCOFF
CPF nº 048.377.789-76	CPF nº 594.852.729-87

## CONTRATO Nº26/2018

Publicação Nº 1532256

### CONTRATO DE LOCAÇÃO

Contrato nº 26/2018, de 21 de fevereiro de 2018

Contratante: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Contratado: ADRIANO GUIMARÃES

Objeto: Locação de Imóvel – Defesa Civil - Situação de Emergência – Áreas Afetadas por Chuvas Intensas – Cod. COBRADE 1.3.2.1.4.

Contrato que entre si fazem de um lado o Município de Água Doce – SC, representado pelo Prefeito Municipal ANTONIO JOSÉ BISSANI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, nº 106, centro, em Água Doce/SC, através do Fundo Municipal

de Habitação de Interesse Social, com endereço na Praça João Macagnan, 322, centro, em Água Doce/SC, devidamente inscrito no CNPJ nº 27.372.565/0001-56, representada por sua Presidente EDNA F. L. V. BISSANI, de ora em diante simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro ADRIANO GUIMARÃES, brasileiro, solteiro, motorista, residente e domiciliado na Rua Marcílio Dias, nº 47, centro, no Município de Água Doce/SC, portador do CPF nº. 008.841.479-59 e RG 8.378.368, de ora em diante simplesmente denominado CONTRATADO, tem justo e contratado o que adiante segue, que mutuamente convencionam, outorgam e aceitam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O CONTRATADO é legítimo proprietário de um imóvel urbano, constituído de uma casa em alvenaria, com dois pavimentos, situado na Rua Tia Jacinta, nº 123, Bairro Vila Nova, em Água Doce/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – O CONTRATADO loca ao CONTRATANTE o subsolo do respectivo imóvel, pelo período de 04 (quatro) meses, tendo como início a data de 09/02/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – O CONTRATANTE se obriga, ao final do contrato, a restituir o respectivo imóvel completamente desocupado, nas condições previstas nestes contrato.

CLÁUSULA QUARTA – O uso do imóvel destina-se exclusivamente para abrigar a família da Sra. Ivonete Xavier de Freitas que se encontra em estado de vulnerabilidade devido ao risco de desabamento de sua residência, causado em virtude das chuvas intensas que vem assolando do Município.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser renovado por igual período conforme acordo entre as partes, ou ser rescindido pelo CONTRATANTE, caso cessado o estado de vulnerabilidade antes do seu prazo final.

CLÁUSULA SEXTA – Pagará o CONTRATANTE ao CONTRATADO, pela locação do respectivo imóvel, a quantia certa e previamente ajustada de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, a serem pagos até o dia 05 de cada mês, na conta bancária nº 0520032-6, Agência nº 0357-3 do Banco Bradesco, em nome de Adriano Guimarães.

CLÁUSULA SÉTIMA – O presente contrato regula-se pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, em especial a Lei 8.666/93 e suas alterações, aplicando-se-lhe, supletivamente as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA OITAVA – Cabe ao CONTRATANTE modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação as finalidades do interesse público.

CLÁUSULA NONA – Havendo necessidade de prorrogação de prazo do presente contrato, este deverá ser justificado por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – Cabe ao CONTRATANTE, rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos específicos do inciso I, do art. 79, da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O presente contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, conforme previsto no inciso II, do art. 79, da Lei mencionada na cláusula anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Durante o prazo de validade do contrato, o valor do aluguel não sofrerá reajustes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O CONTRATADO é responsável pelos atos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O CONTRATADO não terá direito, nem poderá cobrar qualquer tipo de indenização pela depreciação do imóvel causado pelo seu uso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O consumo de água e energia ficam a cargo do beneficiário, e as demais despesas, decorrentes de lei, a cargo do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – As despesas decorrentes com a execução do presente contrato serão por conta da seguinte dotação orçamentária:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

02 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0024.2.049 – MANUTENÇÃO DEPTO PROMOÇÃO SOCIAL

3.3.90.00.00.00.00.00 0644/191 - Aplicações Diretas

E por estrem certos, justos e contratados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, forma e validade, elegendo de comum acordo, o foro jurídico da Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir possíveis e eventuais dúvidas não resolvidas entre as partes.

Água Doce, 21 de fevereiro de 2018.

CONTRATANTE CONTRATADO

ANTONIO JOSÉ BISSANI

ADRIANO GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Proprietário/Contratante

EDNA. F. L. V. BISSANI

Presidente do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Testemunhas

KÁRIN ANE CÔRSO

OÉLINTON LUÍS FERREIRA HARTCOPF

CPF nº 048.377.789-76

CPF nº 594.852.729-87

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2561, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1532158

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005 e suas alterações;

CONSIDERANDO a solicitação da Gerência de Saúde e o deferimento por parte da Prefeita Municipal

#### DECRETA

Art. 1º. Nomear o Sra. ANA LUIZ LUNARDELLI, para exercer o Cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL - 20 HORAS, contratação temporária por tempo determinado para atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público, com vencimento salarial previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á a partir de 20 de Fevereiro de 2018, até o Retorno das férias do Médico Dr. Carlos Miguel Horta Aruca profissional do Programa Mais Médicos.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 19 de Fevereiro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas publicações



# Anchieta

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº128/2018

Publicação Nº 1532935

PORTARIA Nº. 128/2018  
De, 22 de Fevereiro de 2018.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Processo Seletivo nº 003/2017;

#### RESOLVE:

Nomear Professora de Espanhol ACT,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Leonela Sabrina Biluca, para exercer o cargo de Professora de Espanhol ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VIII, no período de 22/02/2018 à 21/12/2018.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC.  
Em, 22 de Fevereiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

### PREGÃO PRESENCIAL N 003/2018 - HOSPITAL

Publicação Nº 1532888

ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL MUNICIPAL DE ANCHIETA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL 003/2018.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço por Item, de Registro de Preço para: Aquisição de Gêneros Alimentícios, para serem servidos aos pacientes em observação na Unidade de Pronto Atendimento do Hospital Municipal Anchietaense, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da Homologação do Processo Licitatório. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 09/03/2018. Maiores informações das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas no fone: (xx49)3653-3200.

Anchieta, 22 de Fevereiro de 2018.  
IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito Municipal

# Angelina

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2018

Publicação Nº 1532153

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ANGELINA  
GABINETE DO PREFEITO

#### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2018

O Prefeito do Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, apresenta o Edital de Chamada Pública, nos termos que seguem:

Art. 1º Fica regulamentado no Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, o Edital de Chamada Pública para seleção iminente de Agente Comunitário de Saúde, conforme quadro de vaga anexo.

Parágrafo único. A chamada pública se faz necessária devido à necessidade imediata de preenchimento de vaga de Agente Comunitário de Saúde da Equipe do ESF, devido licença maternidade e por não haver processo seletivo vigente.

Art. 2º Os candidatos interessados em participar da presente Chamada Pública, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Angelina, no dia 28 de Fevereiro de 2018, às 09:00 horas, portando a seguinte documentação (originais e cópias):

I - RG

II - CPF

III - Cartão/Inscrição no PIS/PASEP

IV - Carteira Trabalho

V - Título de Eleitor

VI - Comprovante de Residência

VII - Comprovante de Escolaridade

§ 1º. Dúvidas acerca da documentação exigida serão esclarecidas pela Secretaria Municipal de Saúde, pessoalmente e ou através do telefone (48) 3274-1518, durante seu horário de expediente.

§ 2º. A apresentação da documentação na data de referência é de caráter classificatório/eliminatório.

Art. 3º Havendo mais de um interessado pela vaga, será adotado como critério de desempate a maior escolaridade e, persistindo, a maior idade do candidato.

Parágrafo único. O processo operacional da presente Chamada Pública será provido pelos (as) servidores (as) Maria Cristina Alves, Tatiana Sherer Martins e Antenor da Rosa.

Publique-se.

Angelina, 22 de Fevereiro de 2018

Gilberto Orlando Dorigon

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

DESCRIÇÃO DA VAGA	QUANTIDADE DE VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO/REMUNERAÇÃO
Agente Comunitário de Saúde – Comunidades do Rio Fortuna, Rio Engano e Rio Antinha.	01	Ensino Fundamental	40 Horas	R\$ 1.201.51

# Anitápolis

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO 014-2018

Publicação Nº 1532492

MUNICIPIO DE ANITÁPOLIS – RESULTADO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018. EXTRATO DO CONTRATO Nº. 014/2018. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADO: MARLETE CAETANO NIENCHOTER. Valor: R\$ 15.561,67. OBJETO: O presente pregão tem como objeto a contratação de empresa para realizar conserto do motor do micro-ônibus escolar VW/MAS-CA GRANMINI, ano 2010, modelo 2011, placa MIY-1801, conforme Termo de Referência constante no Anexo II do presente Edital. Data da Assinatura: 22/02/2018. Prazo de vigência: 31/12/2018. Anitápolis, 22/02/2018. Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal.

### PORTARIA 001-2018 REAVALIAÇÃO DAS APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Publicação Nº 1531958

PORTARIA Nº 001/2018, de 26 de janeiro de 2018.

“Estabelece procedimentos para a realização de avaliação das aposentadorias por invalidez através da realização de perícias médicas no exercício de 2018 e dá outras providências”.

A Diretora Executiva do IPREAPOLIS no uso de suas atribuições legais, e considerando especialmente a disposição constante no art. 32, da Lei nº 486/2000 e suas posteriores alterações,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a realização da avaliação das aposentadorias por invalidez, de caráter integral ou proporcional, concedidas aos servidores públicos municipais, do Poder Executivo, suas autarquias e fundações e do Poder Legislativo.

Art. 2º O procedimento inicial para a realização da avaliação das aposentadorias por invalidez será a realização de nova perícia médica, adotando-se formulário padrão para a emissão do laudo de reavaliação da incapacidade funcional, contido no Anexo I desta Portaria.

§1º A Junta Médica Oficial será responsável pela execução da perícia indicada nesta Portaria.

§2º O calendário de realização das perícias será previamente fixado através de Portaria emitida pela Diretoria Executiva do IPREAPOLIS.

Art. 3º Os servidores aposentados por invalidez a partir de 01/01/2018 não serão reavaliados neste exercício.

Art. 4º Os servidores que na data da edição desta Portaria já contarem com 75 anos de idade completos e os que possuam processos judiciais em face do IPREAPOLIS, cuja ação verse sobre os procedimentos de aposentadoria por invalidez, não serão reavaliados pela perícia médica, nos termos desta Portaria.

Art. 5º Após a realização da perícia indicada no art. 2º poderão ser configuradas as seguintes situações:

I – manutenção do ato de concessão da aposentadoria por invalidez, nos moldes originários;

II – reversão às atividades funcionais originárias, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. O procedimento de reversão será realizado pelo estabelecimento de parâmetros conjuntos com a Administração Direta.

Art. 6º Para aperfeiçoar a manutenção das aposentadorias por invalidez será emitida Portaria coletiva que registrará o nome dos servidores que permanecerão nesta condição.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 26 de janeiro de 2018.

Christian Loch Teodoro

Diretor Executivo do IPREAPOLIS

#### ANEXO I

REAVALIAÇÃO PERICIAL DA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

LAUDO MÉDICO OFICIAL CIRCUNSTANCIADO Nº \_\_\_\_/2018

Data da Realização da Reavaliação e Expedição do Laudo:
Local da Realização da Avaliação:

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A) APOSENTADO(A) POR INVALIDEZ

Nome do (a) Servidor(a):		
CPF		Data de Nascimento:
Sexo: ( ) M ( ) F	Data da Implantação do Benefício:	
Natureza dos proventos de aposentadoria: ( ) integrais ( ) proporcionais		

#### II – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Órgão Solicitante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS - IPREAPOLIS  
CNPJ: 03.686.296/0001-34

### III – DADOS DOS MEMBROS DA JUNTA MÉDICA OFICIAL

Ato de Nomeação:	Data:
Nome do Médico Perito	CRM
Nome do Médico Perito	CRM
Nome do Médico Perito	CRM

### IV – DADOS DA AVALIAÇÃO INICIAL

CID APURADO	
NOME DA PATOLOGIA	

### V – DIAGNÓSTICO CONCLUSIVO DA REAVALIAÇÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

- Em face a reavaliação médico-pericial realizada no(a) servidor(a) em epígrafe e diante dos dados acima descritos, conclui-se:

	pela MANUTENÇÃO da concessão de Aposentadoria por Invalidez, nos termos do ato de implantação acima descrito.
	pela REVERSÃO do(a) servidor(a) as suas atividades funcionais na Administração Municipal, nos termos das disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em face a verificação técnica da recuperação de sua capacidade laborativa.

Este Laudo Pericial de Reavaliação da Concessão da Aposentadoria, contém 02 páginas, não possui emendas ou rasuras, e vai assinado pelos Médicos-Peritos indicados no item III.

## PORTARIA 002-2018 DATA, HORA E LOCAL DAS PERÍCIAS DE REAVALIAÇÃO

Publicação Nº 1531967

PORTARIA Nº 002/2018, de 26 de janeiro de 2018.

“Define o calendário para a realização de avaliação das aposentadorias por invalidez através da realização de perícias médicas no exercício de 2018 e dá outras providências”.

A Diretora Executiva do IPREAPOLIS no uso de suas atribuições legais, e considerando especialmente a disposição constante no art. 32 da Lei nº 486/2000 e suas posteriores alterações,

#### RESOLVE:

Art. 1º A realização da avaliação das Aposentadorias por Invalidez será realizada no dia 02/03/2018, no Prédio da Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Jr., 260 – Centro – Anitápolis/SC.

Art. 2º A relação, ordem e os horários para realização das perícias serão as constantes no Anexo I da presente portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 26 de janeiro de 2018.

Christian Loch Teodoro

Diretor Executivo do IPREAPOLIS

#### ANEXO I

Nº	NOME DO APOSENTADO	HORA	DATA
1	CELIO FRANCISCO STEFFEN	08:20	02/03/2018
2	CLARINDA VAMBOMMEL DA SILVEIRA	08:40	02/03/2018
3	HERIBERTO DE SOUZA	09:00	02/03/2018
4	JOSE GOMES	09:20	02/03/2018
5	JOSÉ WILMAR COELHO	09:40	02/03/2018
6	LEOMAR CARLOS STEFFEN	10:00	02/03/2018
7	LUIZ CARLOS NIENCHERT	10:20	02/03/2018
8	MARLETE FERREIRA VAMBOMMEL	10:40	02/03/2018
9	NATALINO SCHMITZ	11:00	02/03/2018
10	NELSON SCHLOSSER	11:20	02/03/2018
11	NEUSA MARIA WAGNER	11:40	02/03/2018
12	NILMA MARIA FREIBERGER NEUHAUS	13:00	02/03/2018
13	SIRLEI DA SILVA BOING	13:20	02/03/2018

14	VANDERLEI MACHADO	13:40	02/03/2018
15	DALVACI LAURINDO SOARES	14:20	02/03/2018
16	HILTON JOSE HENCKEL	14:40	02/03/2018
17	JAIR BEPPLER	15:00	02/03/2018
18	JOSE CARLOS RODRIGUES	15:20	02/03/2018
19	ORLINDO DA SILVA	15:40	02/03/2018
20	REINALDO JOSE ALBINO	16:00	02/03/2018
21	RUDMAR DE SOUZA	16:20	02/03/2018



**Antônio Carlos****PREFEITURA****AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2018**

Publicação Nº 1532309

**AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL**

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a ALTERAÇÃO DO EDITAL do Processo Licitatório nº 028/2018, Pregão Presencial nº 021/2018, comunicando a todos os interessados que:

Onde se lê:

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 029/2018  
PREGÃO PRESENCIAL: Nº 021/2018 (REGISTRO DE PREÇO)  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

**1 – PREÂMBULO**

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO REGISTRO DE PREÇOS, MENOR PREÇO POR ITEM, QUE COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE DIVISÓRIAS, EM PAINEL NAVAL, PORTAS E PAINEL DE VIDRO, ASSIM COMO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO DE ISOPOR, INCLUINDO TODO MATERIAL NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC, a ser regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Orgânica Municipal e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

(...)

6.1 – Aberta a sessão pública do Pregão, credenciados os presentes, o pregoeiro abrirá o envelope nº 1 contendo a proposta de preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente edital e as ordenará por ordem de Menor Preço Por Item.

(...)

6.9 – Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço por item e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

(...)

8.2 – Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o “MENOR PREÇO POR ITEM”.

(...)

**ANEXO I**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2018  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018  
QUADRO DE QUANTITATIVOS , ESPECIFICAÇÕES E ORÇAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Divisória divilux naval painel miolo celular espessura 3,5mm medida 120x211, fixada com perfis metálicos pintados em epóxi	M²	150,00	R\$ 71,66	R\$ 10.749,00
02	Porta divilux naval medida 82x210 com perfis (batente, requadro, dobradiças e fechaduras)	UN	7,00	R\$ 226,66	R\$ 1.586,62
03	Vidro incolor 3,0mm comum	M²	30,00	R\$ 76,66	R\$ 2.299,80
04	Forro em EPS (isopor) chapas de 1250x625x20mm, com textura acrílica apoiada sob perfis em aço galvanizado pintado em epóxi na cor branca	M²	120,00	R\$ 39,50	R\$ 4.740,00
TOTAL: R\$ 19.375,42					

TOTAL: 19.375,42 (DEZENOVE MIL, TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS).

Leia-se:

## EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 029/2018

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 021/2018 (REGISTRO DE PREÇO)

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

### 1 – PREÂMBULO

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO REGISTRO DE PREÇOS, MENOR PREÇO POR LOTE, QUE COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE DIVISÓRIAS, EM PAINEL NAVAL, PORTAS E PAINEL DE VIDRO, ASSIM COMO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO DE ISOPOR, INCLUINDO TODO MATERIAL NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC, a ser regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Orgânica Municipal e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

(...)

6.1 – Aberta a sessão pública do Pregão, credenciados os presentes, o pregoeiro abrirá o envelope nº 1 contendo a proposta de preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente edital e as ordenará por ordem de Menor Preço Por Lote.

(...)

6.9 – Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço por lote e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

(...)

8.2 – Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o “MENOR PREÇO POR LOTE”.

(...)

### ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018

### QUADRO DE QUANTITATIVOS , ESPECIFICAÇÕES E ORÇAMENTO

#### LOTE 01:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Divisória divilux naval painel miolo celular espessura 3,5mm medida 120x211, fixada com perfis metálicos pintados em epóxi	M²	150,00	R\$ 71,66	R\$ 10.749,00
02	Porta divilux naval medida 82x210 com perfis (batente, requadro, dobradiças e fechaduras)	UN	7,00	R\$ 226,66	R\$ 1.586,62
03	Vidro incolor 3,0mm comum	M²	30,00	R\$ 76,66	R\$ 2.299,80
04	Forro em EPS (isopor) chapas de 1250x625x20mm, com textura acrílica apoiada sob perfis em aço galvanizado pintado em epóxi na cor branca	M²	120,00	R\$ 39,50	R\$ 4.740,00
		TOTAL DO LOTE 01: R\$ 19.375,42			

VALOR TOTAL DO LOTE: 19.375,42 (DEZENOVE MIL, TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS).

Fica alterada a data de abertura do processo licitatório para o dia 09 de março de 2018 as 14:00 horas.

As demais disposições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 22 de fevereiro de 2018

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2018**

Publicação Nº 1532065

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº 033/2018; Modalidade: Pregão Presencial nº 025/2018; Tipo: Menor Preço Por Item. Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição de material de limpeza para as unidades escolares do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 09 de março de 2018 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 22 de fevereiro de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2018**

Publicação Nº 1532085

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº 034/2018; Modalidade: Pregão Presencial nº 026/2018; Tipo: Menor Preço Por Item. Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da Unidade de Saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 13 de março de 2018 as 08:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 22 de fevereiro de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2018**

Publicação Nº 1532105

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº 035/2018; Modalidade: Pregão Presencial nº 027/2018; Tipo: Menor Preço Por Item. Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição de alimentos para "coffee break" para atender a eventos especiais, de ocorrência esporádica, realizados pela Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 12 de março de 2018 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 22 de fevereiro de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 012/2018**

Publicação Nº 1532574

DECRETO Nº 012/18 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001562/17 de 19 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 23.400,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.20.606.0010.1.012-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 23.400,00

Art 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 23.400,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de fevereiro de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2018**

Publicação Nº 1532653

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº 022/2018; Origem: Pregão Presencial nº 018/2018 – Processo Licitatório nº 025/2018; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: ZIMBA COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME; Objeto: Aquisição de compressor de ar para a Secretaria Municipal de Obras do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do item 01, no valor estimado de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Prazo: 22/02/2018 - 22/02/2019.

Antônio Carlos, 22 de fevereiro de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 092/2018**

Publicação Nº 1533142

PORTARIA Nº 092/2018

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE por 10 dias a servidora MAYARA MAFRA BONDAVALLE KUHN, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR GRADUAÇÃO/LICENCIATURA PLENA 20H, de 15 de fevereiro de 2018 a 24 de fevereiro de 2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 23 de fevereiro de 2018.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 23 de fevereiro de 2018.

## **PORTARIA Nº 091/2018**

Publicação Nº 1532678

PORTARIA Nº 091/2018

Nomeia comissão organizadora para o evento – mostra cultural dos caminhos da imigração alemã na Grande Florianópolis/SC.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º: Nomear a comissão organizadora da mostra cultural dos caminhos da imigração alemã na Grande Florianópolis/SC, composta pelos seguintes membros: ONÉLIO RICHARTZ, ARIEL PITZ, SAMUEL KOCH SCHMITT, LIDIANE VENTURA FRAGA, ELOIZA SCHMITT DA SILVA, LUCIANO DA CUNHA, VERA LÚCIA CONRAT SILVEIRA, SOLANGE APARECIDA SCHMITZ KREMER, OSVALDINO HUBERTO GESSER, GILBERTO BERTOLDO ELIAS, DANIEL DA SILVA, ÉDIO PRIM, RODRIGO CONRAT, FÁBIO LUIZ EGERT, INÊS KUHN GUESSER, EDNA PAULI LEITE, RUBENS NEIS JÚNIOR, MARIANE GOEDERT PAULI E FILIPE ALEXANDRE SCHMITZ.

Artigo 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º: Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 22 de fevereiro de 2018.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

# Apiuna

## PREFEITURA

### EDITAL PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2018

Publicação Nº 1532753

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços nº 29/2018

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE SEGURANÇA PARA FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 05, centro, Apiúna/SC, 89135-000

Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 07/03/2018 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura: 07/03/2018 – Às 09 horas e 40 minutos

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em [www.apiuna.sc.gov.br](http://www.apiuna.sc.gov.br)

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna



# Arabutã

## PREFEITURA

### PORTARIA 055-2018

Publicação Nº 1531885

PORTARIA Nº. 055/2018

OLGUIN RICARDO METZ, Prefeito Municipal em exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014, etc...

**RESOLVE:**

Art. 1º. INSTAURAR Sindicância, em vista dos fatos descritos na Comunicação Interna nº 640/2017, advinda da Secretaria municipal de Saúde, e baseado no parecer jurídico datado de 19 de fevereiro de 2018, para a fim de apurar as razões e as responsabilidades pelas faltas constantes do servidor em seu trabalho

Art. 2º. DESIGNAR os servidores SABRINA MORES, ocupante o cargo de Assistente social, EMANUELA AREND, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativa e ALAN FELIPIAK, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, todos de provimento efetivo, para, sob a Presidência da primeira, comporem a Comissão de Sindicância para apuração dos fatos retro destacados, fixando-se o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, para a conclusão dos trabalhos.

Arabutã-SC, 22 de fevereiro de 2018.

OLGUIN RICARDO METZ

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004/2018 - IL

Publicação Nº 1532695

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
CNPJ:82.826.462/0001-27  
Rua XV de Novembro, 26 - Centro  
CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC

Processo Administrativo Nº 0030/2018 - IL  
Inexigibilidade de Licitação Nº 0004/2018 - IL  
Setor(es) Solicitante(s): SEC. DE ADMNISTRAÇÃO E FINANÇAS

#### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico a presente Inexigibilidade de Licitação, com fundamento conforme Art. 25, inc. II da Lei 8.666/93, e demais legislação aplicável, tendo como OBJETO: Pagamento de taxa de inscrição para participação de Servidor Público Municipal em evento de desenvolvimento e aperfeiçoamento pessoal, denominado 13º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, com carga horária de 26 horas de capacitação. nestes termos.

Modalidade: Dispensa De Licitação: Nº 0004/2018 - IL

Fornecedor: INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMNISTRACAO PUBLICA - INP - LTDA - ME (10.498.974/0001-09)

Valor Total: R\$ R\$ 3.971,00 (três mil e novecentos e setenta e um reais)

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Publique-se,

Arroio Trinta - SC, 19 de Fevereiro de 2018.  
Claudio Spricigo.  
Prefeito Municipal

# Arvoredo

## PREFEITURA

### LICITAÇÃO 010/2018

Publicação Nº 1532609

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ARVOREDO

Processo de Licitação nº 010/2018

Modalidade: Concorrência nº 001/2018

ALCEU ANTONIO SOMENSI Prefeito Municipal de Arvoredo em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o processo de licitação, na modalidade de Concorrência, destinada à concessão de direito real de uso de imóvel, visando à implantação de empreendimento econômico, com a finalidade de geração de oportunidades de emprego e renda e que estará recebendo os envelopes com os documentos de habilitação e aqueles com as propostas, até às 08h30min, do dia 12 de abril de 2018 e que na mesma data, promoverá, através da Comissão Permanente de Licitações, sessão pública, para a abertura e julgamento da habilitação e das propostas dos concorrentes interessados. Íntegra do Edital e seus anexos, pode ser obtida pela internet, através o sítio <http://www.arvoredo.sc.gov.br>, ou solicitadas através do e-mail [prefeitura@arvoredo.sc.gov.br](mailto:prefeitura@arvoredo.sc.gov.br), ou ainda junto à Prefeitura Municipal, sita à Rua do Comércio 183, centro, telefone (49) 3356-3000. Arvoredo/SC, em 22 de fevereiro de 2018. Alceu Antonio Somensi – Prefeito Municipal em Exercício.

# Aurora

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO CP 002/2018

Publicação Nº 1532868

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA  
AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 08 de Março de 2018, às 09hs, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 283 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 002/2018, na modalidade de Chamada Publica.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Finalidade:

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANIMAÇÃO/CANTOR COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO"

Aurora, 22 de Fevereiro de 2018.

Alexsandro Kohl

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 011/2018

Publicação Nº 1532864

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA  
AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 07 de Março de 2018, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 283 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 011/2018, na modalidade de Pregão.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Finalidade:

"AQUISIÇÃO DE PEÇAS COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DO TRATOR AGRÍCOLA MASSEY FERGUSON 292".

Aurora, 22 de Fevereiro de 2018.

ALEXSANDRO KOHL

PREFEITO MUNICIPAL

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### EDITAL Nº. 01/2018 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01/2018 - SEMEL

Publicação Nº 1532477

EDITAL Nº. 01/2018 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01/2018 - SEMEL. A Prefeitura de Balneário Piçarras torna público o presente edital que tem como objeto a seleção de propostas para custeio de uniformes, material de divulgação e premiação para os projetos esportivos municipais, de forma voluntária e sem ônus ao ente público. Inscrições: 21/02/2018 à 31/12/2018. Abertura de envelopes: 21/03/2018 às 10h. Em caso de não preenchimento de todos os lotes, o Chamamento permanecerá aberto até 31/12/2018, na forma prevista no instrumento convocatório. Edital: site <https://balneariopicarras.atende.net> - Prefeito Municipal

### MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2018-FMS INEXIGIBILIDADE Nº 001/2018 -FMS

Publicação Nº 1532359

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
Processo Licitatório nº 003/2018-FMS  
Inexigibilidade nº 001/2018 -FMS

A Secretaria Municipal de Saúde, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para Edital de Chamada pública para credenciamento de profissionais médicos, pessoas físicas ou jurídicas, para fornecimento de serviços de consultas médicas especializadas de média complexidade e pessoas jurídicas para fornecimento de AASI – Aparelho de Amplificação Sonora Individual, destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade grave ou não, de urgência ou não e por ordem judicial. Valor do Edital: R\$ 431.750,00 (quatrocentos e trinta e um mil, setecentos e cinquenta reais). Vigência: 12 meses. Balneário Piçarras/SC, 22 de fevereiro de 2018. Vinício José dos Santos – Secretário Municipal de Saúde.

### PORTARIA 055/2018

Publicação Nº 1533089

PORTARIA N.º 055/2018

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela portaria 045/2016 de 01 de fevereiro de 2016, a consequente EXONERAÇÃO A PEDIDO, do cargo efetivo de PROFESSORA ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Conforme Edital de Concurso Público nº 001/2015, a servidora Sra. MARIA ISABEL MÂNICA GOMES, brasileira, maior, portadora da C.I. 5.171.417-2, CPF Nº 755.242.109-63, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competências que lhe concede a Legislação deste Município

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMpra-SE

Balneário Piçarras (SC), 07 de fevereiro de 2018.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA 056/2018

Publicação Nº 1533090

PORTARIA N.º 056/2018

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 040/2016 de 01 de fevereiro de 2016, a consequente EXONERAÇÃO A PEDIDO, para o cargo efetivo de PROFESSOR ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Conforme Edital de Concurso Público nº 001/2015, o servidor Sr. EDERSON EDUARDO MINSKY, brasileiro, maior, portador da C.I. 2061411159, CPF Nº 001.257.550-07, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMpra-SE

Balneário Piçarras (SC), 07 de fevereiro de 2018.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA 057/2018

Publicação Nº 1533091

PORTARIA N.º 057/2018

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90 inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e por estar em conformidade com o Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e Art. 64 Parágrafo Único da Lei Complementar nº 132/2017, considerando o que consta no Processo nº 290/2018. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO, a Senhora MARIA APARECIDA LINHARES NASCIMENTO, CPF sob nº. 543.678.839-49, ocupante do cargo em provimento efetivo de PROFESSORA 3, Nível J-3, carga horária 40(quarenta) horas semanais, matrícula 2278, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com paridade e proventos integrais de acordo com a Legislação, tornando sem efeito todas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2018.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE



PUBLIQUE-SE e  
CUMpra-SE  
Balneário Piçarras (SC), 07 de fevereiro de 2018.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA 058/2018

Publicação Nº 1533092

PORTARIA N.º 058/2018  
LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90 inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e por estar em conformidade com o Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e Art. 64 Parágrafo Único da Lei Complementar nº 132/2017, considerando o que consta no Processo nº 107/2018. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO, a Senhora PAULA BORGES, CPF sob nº. 311.906.009-78, ocupante do cargo em provimento efetivo de PROFESSORA 3, Nível L-3, carga horária 40(quarenta) horas semanais, matrícula 276, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com paridade e proventos integrais de acordo com a Legislação, tornando sem efeito todas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2018.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMpra-SE

Balneário Piçarras (SC), 07 de fevereiro de 2018.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA 061/2018

Publicação Nº 1533093

PORTARIA N.º 061/2018

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 013/2017 de 02 de janeiro de 2017, a consequente EXONERAÇÃO, para o cargo em comissão de DIRETOR DE ORÇAMENTO, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do Sr. HUGO VICENTE TOMAZI FONTANA, brasileiro, maior, solteiro, portador do CPF nº 085.023.339-92 e C.I. nº. 5.205624, SESPDC-SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMpra-SE

Balneário Piçarras (SC), 15 de fevereiro de 2018.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA 062/2018

Publicação Nº 1533094

PORTARIA N.º 062/2018

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETORA DE BENEFÍCIO, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Piçarras - IPRESP, com as atribuições pertinentes ao mesmo órgão a Sra. MARLENE LAZZARIN, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 008.156.719-70 e CI nº 3922287, SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMpra-SE

Balneário Piçarras (SC), 16 de fevereiro de 2018.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA 063/2018

Publicação Nº 1533095

PORTARIA N.º 063/2018

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela portaria 026/2016 de 01 de fevereiro de 2016 e consequente EXONERAÇÃO A PEDIDO, do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Conforme Edital de Concurso Público nº 001/2015, a servidora Sra. GISLAINE DA SILVA RIBEIRO, brasileira, maior, portadora da C.I. 5.352.010-6, CPF Nº 361.599.398-58, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competências que lhe concede a Legislação deste Município

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMpra-SE

Balneário Piçarras (SC), 20 de fevereiro de 2018.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 064/2018**

Publicação Nº 1533096

PORTARIA N.º 154/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA interinamente e cumulativa, para o cargo de Diretor Financeiro e Administrativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Piçarras - IPRESP, com as atribuições pertinentes ao mesmo órgão a senhora, ANA LUCIA WILVERT, brasileira, maior, casada inscrita no CPF nº 719.094.519-91, C.I nº 1.670.452 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município. Retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 10 de abril de 2017.

Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda e publicada Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 065/2018**

Publicação Nº 1533097

PORTARIA N.º 065/2018

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DESIGNA, assinar e responder pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA, a Sra. DEISY CRISTINE DA SILVA MARTINS, brasileira, maior, casada, inscrita no CPF nº

029.864.669-23, C.I nº 3.918.345 SESP/SC, portador da matrícula funcional nº 8565-6, no cargo de Agente Político, Secretária Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, nomeada em 01 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 21 de fevereiro de 2018.

Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda e publicada Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**TERMO ADITIVO 002/2018 CONTRATO 013/2018 FME**

Publicação Nº 1532160

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

TERMO ADITIVO 002/2018

CONTRATO Nº 013/2017 - FME DE 23/10/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017 FME

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 021/2017 – FME Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2017-FME, e tem por objeto a Contratação de empresa para CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS NO CENTRO INTEGRADO DE ENSINO FUNDAMENTAL MIRIAN GENNY FRIEDRICHSEN – CIEF conforme documentos anexos ao Processo, em estrita observância aos Memoriais, Planilhas e Projetos, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Conforme solicitação e justificativa, constante no Memorando nº 054/2018-Planejamento, fica aditado presente contrato por mais 30 (trinta) dias, vigorando até o dia 21/03/2018

Balneário Piçarras, 21 de fevereiro de 2018.

URCA URBANIZADORA E CONSTRUTORA CATARINENSE EIRELI ME  
LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA – Gestora do Fundo municipal de Educação

**CÂMARA MUNICIPAL****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018 - CMV**

Publicação Nº 1531862

CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018 - CMV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018- CMV

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para contratação de empresa para fornecimento de material de copa e cozinha para a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Balneário Piçarras. Recebimento dos Envelopes até: 08/03/2018, às 14h. Data da Sessão Pública: 07/03/2018 às 14h, na Sede da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Avenida Nereu Ramos, nº 299, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores. Balneário Piçarras (SC), 22 de fevereiro de 2018. João Bento Moraes – Presidente.

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/PMBR/2018

Publicação Nº 1533032

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/PMBR/2018.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 09/03/2018 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de Materiais de Expediente, Limpeza, Higiene, Copa e Cozinha, Gás, Gêneros Alimentícios, Material Escolar e Suprimento de Informática, para aquisições futuras, no atendimento a Diversas Secretarias do Município de Balneário Rincão, Fundo Municipal de Saúde, Samae e Polícia Militar, conforme especificações (Anexo I – Termo de Referencia do edital).

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico [licitacao@balneariorincao.sc.gov.br](mailto:licitacao@balneariorincao.sc.gov.br)

Balneário Rincão – SC, 22 de Fevereiro de 2018.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

# Bandeirante

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2018

Publicação Nº 1532679

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018

DATA DA ABERTURA DO ENVELOPE 02 – PROPOSTA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal Senhor Celso Biegelmeier, após o prazo de recurso, torna público que a reunião para a abertura dos Envelopes de nº 2 – das Propostas, do Processo nº 06/2018, na modalidade de Tomada de Preços nº 01/2018, com o objeto de construção do alambrado da Escola Municipal Bandeirante, fica marcada para o dia 02/03/2018, às 8h00m, no Departamento de Administração, na Prefeitura Municipal, sito a Avenida Santo Antônio, nº 1069, Centro, Bandeirante, SC, conforme estabelecido no Edital de Chamamento Público nº 001/2018.

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO N. 001/2018

Publicação Nº 1531734

RESOLUÇÃO Nº. 001/2018

HOMOLOGA E DÁ POSSE AOS MEMBROS DAS COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste município que a Edilidade Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Ficam homologados e empossados os membros das Comissões Técnicas Permanentes de acordo com os artigos 44 e 45, Seção II, da Resolução 005/99, bem como acolhendo decisão unânime do Plenário em Sessão Ordinária do dia 15 de fevereiro de 2018, para comporem o ano 2018, assim constituídas:

COMISSÃO DE JUSTIÇA REDAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO:

1. Presidente: Vereador Marciano Perassoli
2. Vice-Presidente: Vereador Claudinei Zimmermann
3. Relator: Vereador Valdecir Fagundes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE, ESPORTE E TURISMO:

1. Presidente: Vereadora Lorici Fatima Nunes Dorneles
2. Vice-Presidente: Vereador Rafael Junior Binsfeld
3. Relator: Vereador Gilson Brescovit

COMISSÃO DE AGRICULTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ECOLOGIA:

1. Presidente: Vereador Rafael Junior Binsfeld
2. Vice-Presidente: Vereador Claudinei Zimmermann
3. Relator: Vereador Valdecir Fagundes

Parágrafo Único. As Comissões Técnicas Permanentes ora compostas deverão atender ao que respeita a Lei Orgânica Municipal, bem como o Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 15 de Fevereiro de 2018.

ORLANDO JOSÉ TERRES                      CLAUDINEI ZIMMERMANN  
Presidente da Câmara Municipal      1º Secretário da Mesa Diretora

**Barra Bonita****PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº27/2018**

Publicação Nº 1532385

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 27/2018  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 27/2018

OBJETO: PRESTAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO; PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE SERVIÇOS COM ELABORAÇÃO DE LAUDOS DE RISCOS AMBIENTAIS (PPRA); PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO) , EXAME MÉDICO OCUPACIONAL, CURSO DE CIPA, ACOMPANHAMENTO DE PPRA E AUDIOMETRIA OCUPACIONAL .

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, art 24 II.

FORNECEDOR: CASSIANO GONÇALVES DA SILVA  
ENDEREÇO: Av. Getúlio Vargas, 927 – Jardinópolis - SC  
CNPJ: 725.599.429-68  
Valor Contratado: R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais)

Barra Bonita - SC, 22 de fevereiro de 2018.  
MOACIR PIROCA  
Prefeito Municipal

**EDITAL PREGÃO Nº28/2018**

Publicação Nº 1532513

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2018  
EDITAL DE PREGÃO Nº 28/2018

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão para Registro de Preço, objetivando Aquisição de hidrômetro de 20mmX 1/2" com conexões vazão de 1500 litros/hora e Kit composto de cavalete em PVC com registro esfera metálico de 1/2". Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 07 de março de 2018. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.

Barra Bonita, em 22 de fevereiro de 2018.  
MOACIR PIROCA  
Prefeito

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PE 8/2018

Publicação Nº 1532401

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2018

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS DE AR E PROTETORES NOVOS PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 9h do dia 08/03/2018. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 9h05m do dia 08/03/2018. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 9h15m do dia 08/03/2018. LOCAL: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br) e no e-mail: [licitacao@beneditonovo.sc.gov.br](mailto:licitacao@beneditonovo.sc.gov.br).  
Benedito Novo (SC), 22 de fevereiro de 2018.  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

### AVISO DE LICITAÇÃO - PP 10/2018

Publicação Nº 1532408

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (CARTUCHOS DE TINTA E TONER) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 09 de março de 2018. ABERTURA: às 9:05h do dia 09 de março de 2018. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br) ou no e-mail: [licitacao@beneditonovo.sc.gov.br](mailto:licitacao@beneditonovo.sc.gov.br).  
Benedito Novo (SC), 22 de fevereiro de 2018.  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

### AVISO DE LICITAÇÃO - PP 9/2018

Publicação Nº 1532405

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2018

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE OLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS, ADITIVOS E FLUIDOS PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 08 de março de 2018. ABERTURA: às 14:05h do dia 08 de março de 2018. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br) ou no e-mail: [licitacao@beneditonovo.sc.gov.br](mailto:licitacao@beneditonovo.sc.gov.br).  
Benedito Novo (SC), 22 de fevereiro de 2018.  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

### EXTRATO DE CONTRATO 21/2018

Publicação Nº 1531807

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
Processo Licitatório nº 1/2018  
EXTRATO DE CONTRATO 21/2018  
Contratada: CARLOS ALBERTO SCHROEDER ME  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO LEGAL INSTITUCIONAL EM JORNAIS DE FORMATO TABLÓIDE E SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E INFORMAÇÕES DE INTERESSE DOS MUNICÍPIOS EM RÁDIOS COM FREQUÊNCIA FM  
Vigência: 21/02/2018 a 31/12/2018  
Data Assinatura: 21/02/2018  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal



# Biguaçu

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 017/2018

Publicação Nº 1532429

DECRETO Nº 017/2018 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.  
PRORROGA A DATA DO VENCIMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito do Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 98 da Lei Orgânica do Município, c/c no art. 355, da Lei Complementar nº 003, de 13 de dezembro de 2007,

Considerando a implantação da Nova Plataforma de Boletos de Pagamento - Cobrança Registrada da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos, que vêm gerando inconsistências e acarretando atraso no envio dos documentos de arrecadação (boletos) à instituição financeira,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica a data de vencimento do ISS – Imposto Sobre Serviços, referente a competência 01/2018, prorrogada do dia 20/02/2018 para 28/02/2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 21 de fevereiro de 2018.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Diretoria Executiva de Legislação  
e Expediente

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27 DO PP 86/2017 – PMB.

Publicação Nº 1533069

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27 DO PP 86/2017 – PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO EM MÚSICA, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES CULTURAIS.

VENCEDOR: LINCOLN THIEGO ESPINDOL

VALOR TOTAL: R\$ 17.863,20

VIGÊNCIA: 12/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA 26 DE REGISTRO DE PREÇOS DO PP 62/2017 – PMB.

Publicação Nº 1533068

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA 26 DE REGISTRO DE PREÇOS DO PP 62/2017 – PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE COFFEE BREAK PARA SERVIR OS EVENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

VENCEDOR: SOBRINHOS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 208.862,60

VIGÊNCIA: 06/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16 DO PP 12/2017 – FMS.

Publicação Nº 1532705

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16 DO PP 12/2017 – FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

VENCEDOR: SOMA/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA

ITEM 54 ATUALIZADO: R\$ 9,89

VIGÊNCIA: 12/05/2017 A 12/05/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28 DO PP 86/2017 – PMB.

Publicação Nº 1533070

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28 DO PP 86/2017 – PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO EM MÚSICA, PARA ATUAR NA



SECETUL SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES CULTURAIS.  
VENCEDOR: HEITOR GERMAIEL ELIAS RODA ME  
VALOR TOTAL: R\$ 11.907,00  
VIGÊNCIA: 2/04/2018.  
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)  
Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29 DO PP 67/2017 – PMB.**

Publicação Nº 1533074

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29 DO PP 67/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, OBRAS DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E PLANEJAMENTO PARA O ANO DE 2017.

VENCEDOR: CETEC COM. EM TREINAMENTOS ME

VALOR TOTAL: R\$ 26.295,64

VIGÊNCIA: 12/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)  
Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30 DO PP 67/2017 – PMB.**

Publicação Nº 1533075

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30 DO PP 67/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, OBRAS DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E PLANEJAMENTO PARA O ANO DE 2017.

VENCEDOR: SEBOLD COM. ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 24.446,68

VIGÊNCIA: 12/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)  
Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31 DO PP 67/2017 – PMB.**

Publicação Nº 1533076

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31 DO PP 67/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, OBRAS DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E PLANEJAMENTO PARA O ANO DE 2017.

VENCEDOR: L&M COM. ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

VALOR TOTAL: R\$ 32.182,92

VIGÊNCIA: 12/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)  
Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PP 56/2017 – PMB.**

Publicação Nº 1533057

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PP 56/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA.

ATA Nº 20/2017

VENCEDOR: FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME

VALOR TOTAL: R\$ 18.259,90

ATA Nº 21/2017

VENCEDOR: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

VALOR TOTAL: R\$ 2.018,60

ATA Nº 22/2017

VENCEDOR: RP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME

VALOR TOTAL: R\$ 6.210,30

ATA Nº 23/2017

VENCEDOR: SUL SAFETY DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS EIRELLI ME

VALOR TOTAL: R\$ 822,00

VIGÊNCIA: 05/04/2017 A 05/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)  
Biguaçu, 06 de julho de 2017.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25 DO PP 58/2017 – PMB.**

Publicação Nº 1533067

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25 DO PP 58/2017 – PMB.

OBJETO: Aquisição de Óleos, filtros e aditivos para manutenção da frota de veículos, máquinas e caminhões da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.ATA Nº

ATA Nº 25/2017

VENCEDOR: JULIO SILVESTRE FILHO ME

VALOR TOTAL: R\$ 8.452,60

VIGÊNCIA: 05/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 296/2018**

Publicação Nº 1531720

PORTARIA nº 296 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MIRIAN GÉSSICA GIMENEZ FALCÃO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 31/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 297/2018**

Publicação Nº 1531721

PORTARIA nº 297 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) THAIS LIANA FRAGA DE CASTRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 298/2018**

Publicação Nº 1531722

PORTARIA nº 298 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA APARECIDA MORETTI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 299/2018**

Publicação Nº 1531726

PORTARIA nº 299 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DANIELA NAZIDE DA COSTA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 300/2018**

Publicação Nº 1531727

PORTARIA nº 300 de 22 de fevereiro de 2018  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IVONE MARIA BORGES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 301/2018**

Publicação Nº 1531729

PORTARIA nº 301 de 22 de fevereiro de 2018  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DAIANE DEISE DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 302/2018**

Publicação Nº 1531730

PORTARIA nº 302 de 22 de fevereiro de 2018  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RICARDO GUERRA ROCHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 303/2018**

Publicação Nº 1531732

PORTARIA nº 303 de 22 de fevereiro de 2018  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDREIA MACEDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 304/2018**

Publicação Nº 1531733

PORTARIA nº 304 de 22 de fevereiro de 2018  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IMACULADA CONCEIÇÃO SOUZA FRAGA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 305/2018**

Publicação Nº 1531735

PORTARIA nº 305 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABIANA CASTRO SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 306/2018**

Publicação Nº 1531737

PORTARIA nº 306 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ARTHUR FABIANO DE OLIVEIRA FARIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 307/2018**

Publicação Nº 1531740

PORTARIA nº 307 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PAULO RAFAEL CARDOSO DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 308/2018**

Publicação Nº 1531742

PORTARIA nº 308 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RENATE BARON, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação



**PORTARIA Nº 309/2018**

Publicação Nº 1532095

PORTARIA nº 309 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALYSON COSME FREITAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 310/2018**

Publicação Nº 1532098

PORTARIA nº 310 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FERNANDA ALVES DIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 311/2018**

Publicação Nº 1532100

PORTARIA nº 311 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CARLOS EDUARDO TERRER BONORINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 312/2018**

Publicação Nº 1532102

PORTARIA nº 312 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JAMES ALBERTO TELES DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 313/2018**

Publicação Nº 1532104

PORTARIA nº 313 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JARBAS JONATHAN GUILHERME, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III (ÔNIBUS, UTILITÁRIO E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 314/2018**

Publicação Nº 1532107

PORTARIA nº 314 de 22 de fevereiro de 2018  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROBSON BUENO DOS REIS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III (ÔNIBUS, UTILITÁRIO E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 315/2018**

Publicação Nº 1532109

PORTARIA nº 315 de 22 de fevereiro de 2018  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VERA LUCIA PRESTES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III (ÔNIBUS, UTILITÁRIO E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 316/2018**

Publicação Nº 1532112

PORTARIA nº 316 de 22 de fevereiro de 2018  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RODAIR BOTELHO LIMA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III (ÔNIBUS, UTILITÁRIO E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 317/2018**

Publicação Nº 1532114

PORTARIA nº 317 de 22 de fevereiro de 2018  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDREIA CATARINA DE AMORIM, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 318/2018**

Publicação Nº 1532116

PORTARIA nº 318 de 22 de fevereiro de 2018  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro

de 2017.  
RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSANI CASANOVA JUNKES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 319/2018**

Publicação Nº 1532117

PORTARIA nº 319 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JAIKISON ROMILDO DOS PASSOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 320/2018**

Publicação Nº 1532118

PORTARIA nº 320 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ADRIANA HEREDIA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 321/2018**

Publicação Nº 1532119

PORTARIA nº 321 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DENANCI LUIZA DO PRADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 322/2018**

Publicação Nº 1532120

PORTARIA nº 322 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSILDA MELO BORGES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação



**PORTARIA Nº 323/2018**

Publicação Nº 1532122

PORTARIA nº 323 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA GENY GOMES DE FRANÇA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 324/2018**

Publicação Nº 1532125

PORTARIA nº 324 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SHEILA GREGGIO FAJARDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 325/2018**

Publicação Nº 1532126

PORTARIA nº 325 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro

de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SANDRA REGINA DOS SANTOS VENANCIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 326/2018**

Publicação Nº 1532129

PORTARIA nº 326 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IVANI ATAIDE ANTUNES VALADARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 327/2018**

Publicação Nº 1532131

PORTARIA nº 327 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SALETE VIEIRA PADILHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 328/2018**

Publicação Nº 1532130

PORTARIA nº 328 de 22 de fevereiro de 2018  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NAIR PEREIRA FIGUEIREDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 329/2018**

Publicação Nº 1532134

PORTARIA nº 329 de 22 de fevereiro de 2018  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IVONETE LIDARCI DA SILVEIRA FURTADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 330/2018**

Publicação Nº 1532136

PORTARIA nº 330 de 22 de fevereiro de 2018  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSILDA ORILDA MIRANDA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 331/2018**

Publicação Nº 1532139

PORTARIA nº 331 de 22 de fevereiro de 2018  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GEEDISON LUIZ PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 332/2018**

Publicação Nº 1532142

PORTARIA nº 332 de 22 de fevereiro de 2018  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA LILA DE CAMPOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 334/2018**

Publicação Nº 1532144

PORTARIA nº 334 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JESSICA MARIA HULLER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 335/2018**

Publicação Nº 1532146

PORTARIA nº 335 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDRE ROBERTO DA SILVA COLLA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (CIÊNCIAS), com jornada de 40 horas semanais, acrescidas de 04 aulas excedentes, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 336/2018**

Publicação Nº 1532148

PORTARIA nº 336 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JUAREZ JOSE NASCIMENTO NUNES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 20 horas semanais, acrescidas de 02 aulas excedentes, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 337/2018**

Publicação Nº 1532151

PORTARIA nº 337 de 22 de fevereiro de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KEITY KRISTINY VIEIRA ISOPPO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (GEOGRAFIA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2017.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 338/2018**

Publicação Nº 1532154

PORTARIA nº 338 de 22 de fevereiro de 2018

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ROSINEI JOSE CUNHA, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 02/01/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/01/2018.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 339/2018**

Publicação Nº 1532201

PORTARIA nº 339 de 22 de fevereiro de 2018

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) ROSINEI JOSE CUNHA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de ASSESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/02/2018.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 340/2018**

Publicação Nº 1532202

PORTARIA nº 340 de 22 de fevereiro de 2018

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) SEDIEL FLORES, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE RECURSOS HUMANOS, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/02/2018.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 341/2018**

Publicação Nº 1532203

PORTARIA nº 341 de 22 de fevereiro de 2018

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, GISLAINE PATRICIA MARTINS MOREIRA, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de GERENTE DE RECURSOS HUMANOS, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 20/02/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/02/2018.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 342/2018**

Publicação Nº 1532204

PORTARIA nº 342 de 22 de fevereiro de 2018

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 787/2017, do(a) servidor(a) CÉSAR JOVELINO CORREIA, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Diretor de Manutenção e Equipamentos Pesados, da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2018.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 343/2018**

Publicação Nº 1532205

PORTARIA nº 343 de 22 de fevereiro de 2018  
Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, JOSÉ DALVO BORBA, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de DIRETOR ESCOLAR II (C.E.I.M. DONA VIRGINIA), na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15/02/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2018.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 344/2018**

Publicação Nº 1532598

PORTARIA nº 344/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, CAMILA ANGELITA MARQUES, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL), na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 14/02/2018 a 13/06/2018.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 14/06/2018 a 13/07/2018.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 345/2018**

Publicação Nº 1532600

PORTARIA nº 345/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, ALINE MENDES SCREMIN, ocupante do cargo de provimento temporário de ENGENHEIRO CIVIL, na SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 09/02/2018 a 08/06/2018.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 09/06/2018 a 08/07/2018.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 346/2018**

Publicação Nº 1532601

PORTARIA Nº 346/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), PRISCILA MARTINS DE CAMPOS, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 1154/2018 em anexo no período de 04/02/2018 a 02/04/2018.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 347/2018**

Publicação Nº 1532602

PORTARIA Nº 347/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LUIZ GONZAGA CORDEIRO, ocupante do Cargo efetivo de BIOQUÍMICO – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 1089/2018 em anexo no período de 02/02/2018 a 16/02/2018.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 348/2018**

Publicação Nº 1532603

PORTARIA Nº 348/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ALTAIR MACHADO JUNIOR, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL) – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 857/2018 em anexo no período de 29/01/2018 a 04/02/2018.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 349/2018**

Publicação Nº 1532604

**PORTARIA Nº 349/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARILIA MATTOS DO AMARAL, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 1360/2018 em anexo no período de 05/02/2018 a 18/02/2018.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 350/2018**

Publicação Nº 1532605

**PORTARIA Nº 350/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), SOLANGE MARIA COELHO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 1265/2018 em anexo no período de 06/02/2018 a 06/03/2018.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 351/2018**

Publicação Nº 1532606

**PORTARIA Nº 351/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), BRUNA MANES, ocupante do Cargo comissionado de DIRETOR ESCOLAR II – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 1246/2018 em anexo no período de 06/02/2018 a 20/02/2018.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 352/2018**

Publicação Nº 1532608

**PORTARIA Nº 352/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), LEONARDO SIMOES DA SILVEIRA, ocupante do Cargo comissionado de GERENTE PEDAGÓGICO

– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 1358/2018 em anexo no período de 07/02/2018 a 21/02/2018.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 353/2018**

Publicação Nº 1532610

**PORTARIA Nº 353/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANA CRISTINA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 1421/2018 em anexo no período de 14/02/2018 a 14/05/2018.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 354/2018**

Publicação Nº 1532611

**PORTARIA Nº 354/2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), GISELE GAGLIONI SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 1193/2018 em anexo no período de 05/02/2018 a 06/03/2018.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 355/2018**

Publicação Nº 1532931

**PORTARIA Nº 355 de 22 de fevereiro de 2018**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, DOUGLAS NUNES DA SILVA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 356/2018**

Publicação Nº 1532932

PORTARIA Nº 356 de 22 de fevereiro de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, ELIETE BERNADETE MIRANDA BILCK, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 357/2018**

Publicação Nº 1532939

PORTARIA nº 357 de 22 de fevereiro de 2018

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) BRUNA ELYSA LOPES PEREIRA do cargo de provimento temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 05/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2018.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 358/2018**

Publicação Nº 1532942

PORTARIA Nº 358 de 22 de fevereiro de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, DAIENE SILVA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de fevereiro de 2018.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal



# Blumenau

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 21.542/2018

Publicação Nº 1532732

PORTARIA Nº 21.542, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA MATHEUS RAMOS DE AGUIAR PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TRANSPARÊNCIA - SEGT.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e no Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, e atendendo ao Memorando nº 023, de 06/02/2018, emitido pelo Chefe de Gabinete do Prefeito, resolve:

NOMEAR, no dia 02 de fevereiro de 2018, MATHEUS RAMOS DE AGUIAR, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Composição de Custos, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Gestão e Transparência – SEGT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de fevereiro de 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

Republicada por incorreção

### PORTARIA Nº 21.561/2018

Publicação Nº 1532736

PORTARIA Nº 21.561, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

RECLASSIFICA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NADIA CRISTINA DE SOUZA LOPES, PARA O QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e com fundamento nos arts. 112, 116, II e 117, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007,

RESOLVE

reclassificar a servidora pública municipal abaixo, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público Municipal, que constitui o Anexo I, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007:

Proc. nº	Servidora	Nomenclatura	C/H	Faixa Venc.	Padrão Venc.	A contar
117/2018	NADIA CRISTINA DE SOUZA LOPES	Professor	20	I	F	01/02/18

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de fevereiro de 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

Republicada por incorreção

### DECRETO Nº 11.658/2018

Publicação Nº 1532739

DECRETO Nº 11.658, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.540, de 15 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de

R\$ 3.435.100,88 (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, cem reais e oitenta e oito centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0041.2167 – Manut. Ativ. Assist. e Gestão  
Modalidade 4.4.90 (113) Aplicações Diretas R\$ 135.407,67  
Fonte de Recursos 0688.00000

Atividade 31.01.10.301.0041.2196 – Exec. Ação/Projeto de Convênios do Estado  
Modalidade 4.4.90 (123) Aplicações Diretas R\$ 277.857,48  
Fonte de Recursos 0663.00000

Atividade 31.01.10.301.0060.2170 – PAB – Est. Saúde da Fam/Cofinanciamento  
Modalidade 3.3.90 (124) Aplicações Diretas R\$ 130,92  
Fonte de Recursos 0667.00064

Atividade 31.01.10.301.0060.2173 – Assistência Farmacêutica Básica  
Modalidade 3.3.90 (122) Aplicações Diretas R\$ 128.746,62  
Fonte de Recursos 0638.00067

Atividade 31.01.10.301.0060.2177 – Qualificação/Educação na Saúde  
Modalidade 3.3.90 (109) Aplicações Diretas R\$ 836.265,28  
Fonte de Recursos 0638.00070

Modalidade 3.3.90 (111) Aplicações Diretas R\$ 2.449,10  
Fonte de Recursos 0680.00000

Modalidade 4.4.90 (114) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
Fonte de Recursos 0638.00070

Atividade 31.01.10.301.0060.2178 – Imp. Ações e Serv. de Saúde

Modalidade 3.3.90 (112) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00  
Fonte de Recursos 0638.00070

Modalidade 4.4.90 (115) Aplicações Diretas R\$ 60.002,80  
Fonte de Recursos 0638.00070

Atividade 31.01.10.301.0060.2389 – PAB Fixo – Piso Atenção Básica  
Modalidade 3.3.90 (121) Aplicações Diretas R\$ 393.120,00  
Fonte de Recursos 0638.00064

Atividade 31.01.10.302.0059.2181 – SAMU – Serv. Atendimento Móvel de Urgência  
Modalidade 3.3.90 (129) Aplicações Diretas R\$ 82,49  
Fonte de Recursos 0606.00000

Modalidade 3.3.90 (120) Aplicações Diretas R\$ 7.443,43  
Fonte de Recursos 0638.00057

Atividade 31.01.10.302.0059.2184 – CEREST – Centro Ref. Saúde do Trabalhador  
Modalidade 4.4.90 (125) Aplicações Diretas R\$ 87.629,08  
Fonte de Recursos 0606.00000

Atividade 31.01.10.302.0059.2386 – MAC – Média e Alta Comp. - Incentivo  
Modalidade 3.3.90 (126) Aplicações Diretas R\$ 3.043,35  
Fonte de Recursos 0606.00000

Atividade 31.01.10.304.0062.2390 – Vigilância Sanitária e Ambiental  
Modalidade 3.3.90 (116) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00  
Fonte de Recursos 0606.00000

Modalidade 4.4.90 (117) Aplicações Diretas R\$ 87.201,16  
Fonte de Recursos 0606.00000

Atividade 31.01.10.305.0062.2391 – Vigilância Epidemiológica  
Modalidade 3.3.90 (118) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00  
Fonte de Recursos 0638.00066

Modalidade 4.4.90 (119) Aplicações Diretas R\$ 154.240,70  
Fonte de Recursos 0638.00066

Modalidade 4.4.90 (128) Aplicações Diretas R\$ 161.480,80  
Fonte de Recursos 0667.00066

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de fevereiro de 2018.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2236/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1532752

NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL  
06-2236/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recuperação/proteção e impermeabilização na estrutura física da ETA 's II e III, conforme Termo de Referência. ENTREGA ENVELOPES: dia 07 de março de 2018, às 08:30 horas, ABERTURA ENVELOPES: dia 07 de março de 2018, às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas site oficial do município ([www.blumenau.sc.gov.br](http://www.blumenau.sc.gov.br)) e/ou ([www.samae.com.br](http://www.samae.com.br)) e/ou via e-mail [compraslicitacoes@samae.com.br](mailto:compraslicitacoes@samae.com.br) ou [jonathangirardi@samae.com.br](mailto:jonathangirardi@samae.com.br), Contato (47) 3331-8423. Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06, e suas alterações, Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau (SC), 23/02/2018.

Alexandro Eduardo Fernandes

Diretor Presidente

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2203/2018 - SAMAE**

Publicação Nº 1532761

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2203/2018 - Processo Licitação  
Pregão Presencial 2233/2017

OBJETO: Registro de preços para possível aquisição de materiais de expediente, pelo período de 01 ano – SAMAE.

Empresa: BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME - CNPJ: 85.323.392/0001-82

Item 01: Valor unitário R\$ 1,19 (um real e dezenove centavos) e valor total R\$ 23,80 (vinte e três reais e oitenta centavos).

Item 02: Valor unitário R\$ 1,94 (um real e noventa e quatro centavos) e valor total R\$ 38,80 (trinta e oito reais e oitenta centavos).

Item 03: Valor unitário R\$ 1,94 (um real e noventa e quatro centavos) e valor total R\$ 38,80 (trinta e oito reais e oitenta centavos).

Item 04: Valor unitário R\$ 1,98 (um real e noventa e oito centavos) e valor total R\$ 79,20 (setenta e nove reais e vinte centavos).

Item 09: Valor unitário R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos) e valor total R\$ 9,30 (nove reais e trinta centavos).

Item 10: Valor unitário R\$ 2,98 (dois reais e noventa e oito centavos) e valor total R\$ 35,76 (trinta e cinco reais e setenta e seis centavos).

Item 19: Valor unitário R\$ 1,57 (um real e cinquenta e sete centavos) e valor total R\$ 18,84 (dezoito reais e oitenta e quatro centavos).

Item 31: Valor unitário R\$ 2,53 (dois reais e cinquenta e três centavos) e valor total R\$ 151,80 (cento e cinquenta e um reais e oitenta centavos).

Item 32: Valor unitário R\$ 2,65 (dois reais e sessenta e cinco centavos) e valor total R\$ 127,20 (cento e vinte e sete reais e vinte centavos).

Item 33: Valor unitário R\$ 6,78 (seis reais e setenta e oito centavos) e valor total R\$ 325,44 (trezentos e vinte e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

Item 35: Valor unitário R\$ 1,85 (um real e oitenta e cinco centavos) e valor total R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais).

Item 36: Valor unitário R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) e valor total R\$ 105,00 (cento e cinco reais).

Item 37: Valor unitário R\$ 2,67 (dois reais e sessenta e sete centavos) e valor total R\$ 133,50 (cento e trinta e três reais e cinquenta

centavos).

Item 38: Valor unitário R\$ 4,35 (quatro reais e trinta e cinco centavos) e valor total R\$ 261,00 (duzentos e sessenta e um reais).

Item 42: Valor unitário R\$ 6,94 (seis reais e noventa e quatro centavos) e valor total R\$ 347,00 (trezentos e quarenta e sete reais).

Item 43: Valor unitário R\$ 2,37 (dois reais e trinta e sete centavos) e valor total R\$ 56,88 (cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

Item 44: Valor unitário R\$ 3,43 (três reais e quarenta e três centavos) e valor total R\$ 82,32 (oitenta e dois reais e trinta e dois centavos).

Item 45: Valor unitário R\$ 2,54 (dois reais e cinquenta e quatro centavos) e valor total R\$ 30,48 (trinta reais e quarenta e oito centavos).

Item 46: Valor unitário R\$ 2,54 (dois reais e cinquenta e quatro centavos) e valor total R\$ 30,48 (trinta reais e quarenta e oito centavos).

Item 47: Valor unitário R\$ 2,54 (dois reais e cinquenta e quatro centavos) e valor total R\$ 30,48 (trinta reais e quarenta e oito centavos).

Item 57: Valor unitário R\$ 0,84 (oitenta e quatro centavos) e valor total R\$ 50,40 (cinquenta reais e quarenta centavos).

Item 58: Valor unitário R\$ 0,92 (noventa e dois centavos) e valor total R\$ 27,60 (vinte e sete reais e sessenta centavos).

Item 59: Valor unitário R\$ 5,07 (cinco reais e sete centavos) e valor total R\$ 486,72 (quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta e dois centavos).

Item 60: Valor unitário R\$ 5,07 (cinco reais e sete centavos) e valor total R\$ 304,20 (trezentos e quatro reais e vinte centavos).

Item 61: Valor unitário R\$ 5,07 (cinco reais e sete centavos) e valor total R\$ 182,52 (cento e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).

Item 62: Valor unitário R\$ 5,07 (cinco reais e sete centavos) e valor total R\$ 182,52 (cento e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).

Item 63: Valor unitário R\$ 3,46 (três reais e quarenta e seis centavos) e valor total R\$ 20,76 (vinte reais e setenta e seis centavos).

Item 64: Valor unitário R\$ 3,46 (três reais e quarenta e seis centavos) e valor total R\$ 20,76 (vinte reais e setenta e seis centavos).

Item 69: Valor unitário R\$ 2,25 (dois reais e vinte e cinco centavos) e valor total R\$ 67,50 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

Item 81: Valor unitário R\$ 1,07 (um real e sete centavos) e valor total R\$ 160,50 (cento e sessenta reais e cinquenta centavos).

Item 82: Valor unitário R\$ 2,25 (dois reais e vinte e cinco centavos) e valor total R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais).

Item 83: Valor unitário R\$ 2,25 (dois reais e vinte e cinco centavos) e valor total R\$ 61,20 (sessenta e um reais e vinte centavos).

Item 84: Valor unitário R\$ 16,90 (dezesseis reais e noventa centavos) e valor total R\$ 84,50 (oitenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Item 96: Valor unitário R\$ 8,95 (oito reais e noventa e cinco centavos) e valor total R\$ 537,00 (quinhentos e trinta e sete reais).

Item 99: Valor unitário R\$ 12,89 (doze reais e oitenta e nove centavos) e valor total R\$ 309,36 (trezentos e nove reais e trinta e seis centavos).

Item 100: Valor unitário R\$ 29,86 (vinte e nove reais e oitenta e seis centavos) e valor total R\$ 716,64 (setecentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos).

Item 108: Valor unitário R\$ 1,51 (um real e cinquenta e um centavos) e valor total R\$ 362,40 (trezentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos).

Item 109: Valor unitário R\$ 1,51 (um real e cinquenta e um centavos) e valor total R\$ 271,80 (duzentos e setenta e um reais e oitenta centavos).

Item 110: Valor unitário R\$ 7,74 (sete reais e setenta e quatro centavos) e valor total R\$ 46,44 (quarenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

Item 117: Valor unitário R\$ 20,79 (vinte reais e setenta e nove centavos) e valor total R\$ 1.247,40 (um mil, duzentos e quarenta e

sete reais e quarenta centavos).

Item 128: Valor unitário R\$ 4,28 (quatro reais e vinte e oito centavos) e valor total R\$ 64,20 (sessenta e quatro reais e vinte centavos).

Item 144: Valor unitário R\$ 2,22 (dois reais e vinte e dois centavos) e valor total R\$ 26,64 (vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos).

Item 148: Valor unitário R\$ 4,85 (quatro reais e oitenta e cinco centavos) e valor total R\$ 97,00 (noventa e sete reais).

Item 149: Valor unitário R\$ 5,33 (cinco reais e trinta e três centavos) e valor total R\$ 106,60 (cento e seis reais e sessenta centavos).

Item 150: Valor unitário R\$ 11,96 (onze reais e noventa e seis centavos) e valor total R\$ 143,52 (cento e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

Item 152: Valor unitário R\$ 3,07 (três reais e sete centavos) e valor total R\$ 36,84 (trinta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

Item 153: Valor unitário R\$ 21,94 (vinte e um reais e noventa e quatro centavos) e valor total R\$ 526,56 (quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos).

Item 154: Valor unitário R\$ 6,16 (seis reais e dezesseis centavos) e valor total R\$ 1.848,00 (um mil, oitocentos e quarenta e oito reais).

Item 155: Valor unitário R\$ 5,93 (cinco reais e noventa e três centavos) e valor total R\$ 1.779,00 (um mil, setecentos e setenta e nove reais).

Item 156: Valor unitário R\$ 22,59 (vinte e dois reais e cinquenta e nove centavos) e valor total R\$ 271,08 (duzentos e setenta e um reais e oito centavos).

Item 167: Valor unitário R\$ 25,64 (vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos) e valor total R\$ 461,52 (quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

Empresa: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI - ME – CNPJ: 12.667.876/0001-75

Item 05: Valor unitário R\$ 6,22 (seis reais e vinte e dois centavos) e valor total R\$ 37,32 (trinta e sete reais e trinta e dois centavos).

Item 06: Valor unitário R\$ 0,13 (treze centavos) e valor total R\$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos).

Item 07: Valor unitário R\$ 0,24 (vinte e quatro centavos) e valor total R\$ 6,00 (seis reais).

Item 08: Valor unitário R\$ 0,30 (trinta centavos) e valor total R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos).

Item 11: Valor unitário R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos) e valor total R\$ 18,75 (dezoito reais e setenta e cinco centavos).

Item 14: Valor unitário R\$ 18,40 (dezoito reais e quarenta centavos) e valor total R\$ 3.680,00 (três mil, seiscentos e oitenta reais).

Item 15: Valor unitário R\$ 9,40 (nove reais e quarenta centavos) e valor total R\$ 75,20 (setenta e cinco reais e vinte centavos).

Item 16: Valor unitário R\$ 3,05 (três reais e cinco centavos) e valor total R\$ 30,50 (trinta reais e cinquenta centavos).

Item 17: Valor unitário R\$ 3,05 (três reais e cinco centavos) e valor total R\$ 30,50 (trinta reais e cinquenta centavos).

Item 18: Valor unitário R\$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos) e valor total R\$ ( ).

Item 27: Valor unitário R\$ 0,60 (sessenta centavos) e valor total R\$ 12,00 (doze reais).

Item 28: Valor unitário R\$ 0,66 (sessenta e seis centavos) e valor total R\$ 13,20 (treze reais e vinte centavos).

Item 79: Valor unitário R\$ 10,70 (dez reais e setenta centavos) e valor total R\$ 2.140,00 (dois mil, cento e quarenta reais).

Item 85: Valor unitário R\$ 0,26 (vinte e seis centavos) e valor total R\$ 5.720,00 (cinco mil, setecentos e vinte reais).

Item 101: Valor unitário R\$ 0,40 (quarenta centavos) e valor total R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Item 111: Valor unitário R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais).

Item 112: Valor unitário R\$ 3,72 (três reais e setenta e dois centavos) e valor total R\$ 133,92 (cento e trinta e três reais e noventa e dois centavos).

Item 113: Valor unitário R\$ 7,60 (sete reais e sessenta centavos) e valor total R\$ 152,00 (cento e cinquenta e dois reais).

Item 114: Valor unitário R\$ 0,15 (quinze centavos) e valor total R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos).

Item 116: Valor unitário R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) e valor total R\$ 12,00 (doze reais).

Item 129: Valor unitário R\$ 14,40 (quatorze reais e quarenta centavos) e valor total R\$ 288,00 (duzentos e oitenta e oito reais).

Item 133: Valor unitário R\$ 4,00 (quatro reais) e valor total R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Item 137: Valor unitário R\$ 34,40 (trinta e quatro reais e quarenta centavos) e valor total R\$ 68,80 (sessenta e oito reais e oitenta centavos).

Item 139: Valor unitário R\$ 56,90 (cinquenta e seis reais e noventa centavos) e valor total R\$ 455,20 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).

Item 141: Valor unitário R\$ 35,95 (trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos) e valor total R\$ 359,50 (trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos).

Item 157: Valor unitário R\$ 1,00 (um real) e valor total R\$ 300,00 (trezentos reais).

Item 158: Valor unitário R\$ 0,70 (setenta centavos) e valor total R\$ 210,00 (duzentos e dez reais).

Item 159: Valor unitário R\$ 0,70 (setenta centavos) e valor total R\$ 210,00 (duzentos e dez reais).

Item 160: Valor unitário R\$ 0,80 (oitenta centavos) e valor total R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).

Item 161: Valor unitário R\$ 1,00 (um real) e valor total R\$ 300,00 (trezentos reais).

Item 162: Valor unitário R\$ 1,00 (um real) e valor total R\$ 300,00 (trezentos reais).

Item 163: Valor unitário R\$ 1,15 (um real e quinze centavos) e valor total R\$ 345,00 (trezentos e quarenta e cinco reais).

Item 164: Valor unitário R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) e valor total R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais).

Item 165: Valor unitário R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e valor total R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Item 166: Valor unitário R\$ 73,00 (setenta e três reais) e valor total R\$ 292,00 (duzentos e noventa e dois reais).

Empresa: PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME – CNPJ: 26.682.219/0001-01

Item 12: Valor unitário R\$ 4,81 (quatro reais e oitenta e um centavos) e valor total R\$ 72,15 (setenta e dois reais e quinze centavos).

Item 13: Valor unitário R\$ 14,87 (quatorze reais e oitenta e sete centavos) e valor total R\$ 223,05 (duzentos e vinte e três reais e cinco centavos).

Item 20: Valor unitário R\$ 1,99 (um real e noventa e nove centavos) e valor total R\$ 3,98 (três reais e noventa e oito centavos).

Item 21: Valor unitário R\$ 5,80 (cinco reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 174,00 (cento e setenta e quatro reais).

Item 22: Valor unitário R\$ 0,42 (quarenta e dois centavos) e valor total R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos).

Item 23: Valor unitário R\$ 0,68 (sessenta e oito centavos) e valor total R\$ 3,40 (três reais e quarenta centavos).

Item 24: Valor unitário R\$ 15,88 (quinze reais e oitenta e oito centavos) e valor total R\$ 31,76 (trinta e um reais e setenta e seis centavos).

Item 25: Valor unitário R\$ 14,80 (quatorze reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 29,60 (vinte e nove reais e sessenta centavos).

Item 26: Valor unitário R\$ 9,65 (nove reais e sessenta e cinco centavos) e valor total R\$ 19,30 (dezenove reais e trinta centavos).

Item 29: Valor unitário R\$ 10,30 (dez reais e trinta centavos) e valor total R\$ 123,60 (cento e vinte e três reais e sessenta centavos).



Item 30: Valor unitário R\$ 1,56 (um real e cinquenta e seis centavos) e valor total R\$ 7,80 (sete reais e oitenta centavos).  
Item 34: Valor unitário R\$ 2,92 (dois reais e noventa e dois centavos) e valor total R\$ 14,60 (quatorze reais e sessenta centavos).  
Item 39: Valor unitário R\$ 9,30 (nove reais e trinta centavos) e valor total R\$ 18,60 (dezoito reais e sessenta centavos).  
Item 40: Valor unitário R\$ 3,27 (três reais e vinte e sete centavos) e valor total R\$ 6,54 (seis reais e cinquenta e quatro centavos).  
Item 41: Valor unitário R\$ 3,97 (três reais e noventa e sete centavos) e valor total R\$ 95,28 (noventa e cinco reais e vinte e oito centavos).  
Item 48: Valor unitário R\$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos) e valor total R\$ 885,00 (oitocentos e oitenta e cinco reais).  
Item 49: Valor unitário R\$ 3,72 (três reais e setenta e dois centavos) e valor total R\$ 37,20 (trinta e sete reais e vinte centavos).  
Item 50: Valor unitário R\$ 8,51 (oito reais e cinquenta e um centavos) e valor total R\$ 170,20 (cento e setenta reais e vinte centavos).  
Item 51: Valor unitário R\$ 2,78 (dois reais e setenta e oito centavos) e valor total R\$ 1.112,00 (um mil, cento e doze reais).  
Item 52: Valor unitário R\$ 0,63 (sessenta e três centavos) e valor total R\$ 18,90 (dezoito reais e noventa centavos).  
Item 53: Valor unitário R\$ 2,62 (dois reais e sessenta e dois centavos) e valor total R\$ 131,00 (cento e trinta e um reais).  
Item 54: Valor unitário R\$ 3,79 (três reais e setenta e nove centavos) e valor total R\$ 90,96 (noventa reais e noventa e seis centavos).  
Item 55: Valor unitário R\$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos) e valor total R\$ 117,90 (cento e dezessete reais e noventa centavos).  
Item 56: Valor unitário R\$ 4,31 (quatro reais e trinta e um centavos) e valor total R\$ 129,30 (cento e vinte e nove reais e trinta centavos).  
Item 65: Valor unitário R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 16,80 (dezesseis reais e oitenta centavos).  
Item 67: Valor unitário R\$ 1,00 (um real) e valor total R\$ 60,00 (sessenta reais).  
Item 68: Valor unitário R\$ 40,80 (quarenta reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 979,20 (novecentos e setenta e nove reais e vinte centavos).  
Item 70: Valor unitário R\$ 1,93 (um real e noventa e três centavos) e valor total R\$ 46,32 (quarenta e seis reais e trinta e dois centavos).  
Item 71: Valor unitário R\$ 8,07 (oito reais e sete centavos) e valor total R\$ 96,84 (noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos).  
Item 72: Valor unitário R\$ 8,45 (oito reais e quarenta e cinco centavos) e valor total R\$ 101,40 (cento e um reais e quarenta centavos).  
Item 73: Valor unitário R\$ 2,46 (dois reais e quarenta e seis centavos) e valor total R\$ 59,04 (cinquenta e nove reais e quatro centavos).  
Item 74: Valor unitário R\$ 1,90 (um real e noventa centavos) e valor total R\$ 45,60 (quarenta e cinco reais e sessenta centavos).  
Item 75: Valor unitário R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos) e valor total R\$ 88,80 (oitenta e oito reais e oitenta centavos).  
Item 76: Valor unitário R\$ 1,63 (um real e sessenta e três centavos) e valor total R\$ 117,36 (cento e dezessete reais e trinta e seis centavos).  
Item 77: Valor unitário R\$ 9,45 (nove reais e quarenta e cinco centavos) e valor total R\$ 113,40 (cento e treze reais e quarenta centavos).  
Item 78: Valor unitário R\$ 4,84 (quatro reais e oitenta e quatro centavos) e valor total R\$ 116,16 (cento e dezesseis reais e dezesseis centavos).  
Item 80: Valor unitário R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 126,00 (cento e vinte e seis reais).  
Item 86: Valor unitário R\$ 66,95 (sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos) e valor total R\$ 200,85 (duzentos reais e oitenta

e cinco centavos).

Item 87: Valor unitário R\$ 20,94 (vinte reais e noventa e quatro centavos) e valor total R\$ 125,64 (cento e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

Item 88: Valor unitário R\$ 19,90 (dezenove reais e noventa centavos) e valor total R\$ 99,50 (noventa e nove reais e cinquenta centavos).

Item 89: Valor unitário R\$ 42,42 (quarenta e dois reais e quarenta e dois centavos) e valor total R\$ 254,52 (duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

Item 90: Valor unitário R\$ 43,37 (quarenta e três reais e trinta e sete centavos) e valor total R\$ 520,44 (quinhentos e vinte reais e quarenta e quatro centavos).

Item 91: Valor unitário R\$ 68,06 (sessenta e oito reais e seis centavos) e valor total R\$ 204,18 (duzentos e quatro reais e dezoito centavos).

Item 92: Valor unitário R\$ 7,28 (sete reais e vinte e oito centavos) e valor total R\$ 87,36 (oitenta e sete reais e trinta e seis centavos).

Item 93: Valor unitário R\$ 12,90 (doze reais e noventa centavos) e valor total R\$ 1.032,00 (um mil e trinta e dois reais).

Item 94: Valor unitário R\$ 12,25 (doze reais e vinte e cinco centavos) e valor total R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais).

Item 95: Valor unitário R\$ 2,57 (dois reais e cinquenta e sete centavos) e valor total R\$ 51,40 (cinquenta e um reais e quarenta centavos).

Item 97: Valor unitário R\$ 50,34 (cinquenta reais e trinta e quatro centavos) e valor total R\$ 251,70 (duzentos e cinquenta e um reais e setenta centavos).

Item 98: Valor unitário R\$ 27,55 (vinte e sete reais e cinquenta e cinco centavos) e valor total R\$ 330,60 (trezentos e trinta reais e sessenta centavos).

Item 102: Valor unitário R\$ 0,78 (setenta e oito centavos) e valor total R\$ 156,00 (cento e cinquenta e seis reais).

Item 103: Valor unitário R\$ 0,78 (setenta e oito centavos) e valor total R\$ 156,00 (cento e cinquenta e seis reais).

Item 104: Valor unitário R\$ 0,81 (oitenta e um centavos) e valor total R\$ 40,50 (quarenta reais e cinquenta centavos).

Item 105: Valor unitário R\$ 0,73 (setenta e três centavos) e valor total R\$ 730,00 (setecentos e trinta reais).

Item 106: Valor unitário R\$ 0,73 (setenta e três centavos) e valor total R\$ 109,50 (cento e nove reais e cinquenta centavos).

Item 107: Valor unitário R\$ 0,73 (setenta e três centavos) e valor total R\$ 73,00 (setenta e três reais).

Item 118: Valor unitário R\$ 11,80 (onze reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais).

Item 119: Valor unitário R\$ 11,80 (onze reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais).

Item 120: Valor unitário R\$ 1,98 (um real e noventa e oito centavos) e valor total R\$ 158,40 (cento e cinquenta e oito reais e quarenta centavos).

Item 121: Valor unitário R\$ 1,85 (um real e oitenta e cinco centavos) e valor total R\$ 55,50 (cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Item 122: Valor unitário R\$ 1,85 (um real e oitenta e cinco centavos) e valor total R\$ 111,00 (cento e onze reais).

Item 123: Valor unitário R\$ 1,90 (um real e noventa centavos) e valor total R\$ 57,00 (cinquenta e sete reais).

Item 124: Valor unitário R\$ 1,85 (um real e oitenta e cinco centavos) e valor total R\$ 55,50 (cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Item 125: Valor unitário R\$ 1,91 (um real e noventa e um centavos) e valor total R\$ 57,30 (cinquenta e sete reais e trinta centavos).

Item 126: Valor unitário R\$ 1,85 (um real e oitenta e cinco centavos) e valor total R\$ 55,50 (cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).Item 127: Valor unitário R\$ ( ) e valor total R\$ ( ).

Item 130: Valor unitário R\$ 14,97 (quatorze reais e noventa e sete centavos) e valor total R\$ 44,91 (quarenta e quatro reais e noventa e um centavos).

Item 131: Valor unitário R\$ 14,97 (quatorze reais e noventa e sete centavos) e valor total R\$ 44,91 (quarenta e quatro reais e noventa e um centavos).

Item 134: Valor unitário R\$ 1,96 (um real e noventa e seis centavos) e valor total R\$ 588,00 (quinhentos e oitenta e oito reais).

Item 135: Valor unitário R\$ 17,10 (dezessete reais e dez centavos) e valor total R\$ 17.100,00 (dezessete mil e cem reais).

Item 136: Valor unitário R\$ 4,36 (quatro reais e trinta e seis centavos) e valor total R\$ 436,00 (quatrocentos e trinta e seis reais).

Item 138: Valor unitário R\$ 14,02 (quatorze reais e dois centavos) e valor total R\$ 70,10 (setenta reais e dez centavos).

Item 142: Valor unitário R\$ 0,76 (setenta e seis centavos) e valor total R\$ 27,36 (vinte e sete reais e trinta e seis centavos).

Item 145: Valor unitário R\$ 14,89 (quatorze reais e oitenta e nove centavos) e valor total R\$ 893,40 (oitocentos e noventa e três reais e quarenta centavos).

Item 146: Valor unitário R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos) e valor total R\$ 43,20 (quarenta e três reais e vinte centavos).

Item 147: Valor unitário R\$ 16,85 (dezesseis reais e oitenta e cinco centavos) e valor total R\$ 404,40 (quatrocentos e quatro reais e quarenta centavos).

Item 151: Valor unitário R\$ 2,62 (dois reais e sessenta e dois centavos) e valor total R\$ 62,88 (sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

Item 168: Valor unitário R\$ 3,96 (três reais e noventa e seis centavos) e valor total R\$ 99,00 (noventa e nove reais).

Empresa: RSUL EIRELI - EPP – CNPJ: 14.066.477/0001-84

Item 115: Valor unitário R\$ 0,29 (vinte e nove centavos) e valor total R\$ 14,50 (quatorze reais e cinquenta centavos).

Item 132: Valor unitário R\$ 0,11 (onze centavos) e valor total R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos).

Item 140: Valor unitário R\$ 0,11 (onze centavos) e valor total R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais).

Item 143: Valor unitário R\$ 4,48 (quatro reais e quarenta e oito centavos) e valor total R\$ 44,80 (quarenta e quatro reais e oitenta centavos).

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, o Decreto Municipal nº 7.106/02, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, e o Decreto 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 20 de Fevereiro de 2018.

Alexandro Eduardo Fernandes - Diretor Presidente

## **ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2226/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1532767

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2226/2017 - Processo Licitação Pregão Presencial 2231/2017

OBJETO: Registro de preços para prestação de serviços de publicidade de atos oficiais /legais do SAMAE em jornais e diários oficiais, pelo período de 01 (um) ano.

Empresa: NC COMUNICAÇÕES S/A. CNPJ: 79.227.963/0002-63

Item 01: Valor unitário R\$ 125,10 (cento e vinte e cinco reais e dez centavos) e valor total R\$ 3.753,00 (três mil, setecentos e cinquenta e três reais).

Item 03: Valor unitário R\$ 143,50 (cento e quarenta e três reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 4.305,00 (quatro mil, trezentos e cinco reais).

Empresa: NC COMUNICAÇÕES S/A. CNPJ: 79.227.963/0014-05

Item 02: Valor unitário R\$ 72,95 (setenta e dois reais e noventa e cinco centavos) e valor total R\$ 7.295,00 (sete mil, duzentos e noventa e cinco reais).

Item 04: Valor unitário R\$ 99,65 (noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos) e valor total R\$ 2.989,50 (dois mil, novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

Empresa: LOJA CENTRO ANÚNCIOS PUBLICIDADE LTDA. CNPJ: 80.976.889/0001-86

Item 05: Valor unitário R\$ 70,00 (setenta reais) e valor total R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Item 06: Valor unitário R\$ 40,00 (quarenta reais) e valor total R\$ 1.200,00 (um mil, duzentos reais).

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 01 de Dezembro de 2017.

Alexandro Eduardo Fernandes - Diretor Presidente

## **ERRATA TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 09-2204/2018 - SAMAE**

Publicação Nº 1532770

ERRATA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE nº 09-2204/2018 - SAMAE

Objeto: Manutenção de motobomba submersível, marca Sulzer, modelo AF-450.

Onde se lê: "Valor total: R\$ 47.251,50", leia-se "Valor total: 52,020,52".

Blumenau (SC), 23/02/2018.

Alexandro Eduardo Fernandes

Diretor Presidente

## **EXTRATO Nº 045/2018 - FURB**

Publicação Nº 1532772

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 045/2018

Dispensa de Licitação nº. 051/2018

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para o PAGAMENTO DE CONCERTO DE UMA BOMBA DE INFUSÃO MARCA BRAND MEDITECH, MODELO BD-8000 EM USO NO CENTRO CIRÚRGICO DO HOSPITAL ESCOLA VETERINÁRIO - HEV. Contratada: CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA-EPP (CNPJ Nº: 02.994.122/0001-76). Forma de Pagamento: Em até 28 (vinte e oito) dias a contar da conclusão do serviço e entrega da NF. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) / 01.09.12.364.0076.2009 (Pró - Reitoria de Administração)/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.39.17.03 (Manutenção de Máquinas e Equipamentos Diversos)/ 3.3.90.30.25 (Material para Manutenção de Bens Imóveis).

Blumenau, 22 de fevereiro de 2018.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

**EXTRATO Nº 022/2018 - FURB**

Publicação Nº 1532784

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 022/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e  
TIM CELULAR S/A

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL  
CONTRATO Nº. 142/2013

OBJETO: Contratação de empresa especializada em telecomunicações para prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), com fornecimento de linhas com aparelhos celulares para a FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 063/2013 e Contrato nº. 142/2013, firmado em 13 de agosto de 2013.

TERMO:  
Resolvem, de comum acordo e com fundamento no artigo 79, inciso II e parágrafo 1º, da Lei 8.666/93, RESCINDIR o Contrato nº. 142/2013, a partir de 01 de fevereiro de 2018.

DATA: 05 de fevereiro de 2018.



# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 064/2018

Publicação Nº 1531810

PORTARIA Nº 064/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### RESOLVE

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial X a Sra. MARCIA PACHECO DA SILVA DE OLIVEIRA, casada, nascida em 28/02/1981, filha de Rogerio Pacheco da Silva e de Dalma Velho da Silva, portadora do CPF. 114.247.169-18 e do RG. 7.275.411.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### PORTARIA Nº 065/2018

Publicação Nº 1531811

PORTARIA Nº 065/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### RESOLVE

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial B, a Sra. NEUSA NAIR VIEIRA RODRIGUES, brasileira, casada, portadora do RG 2.592.174 e do CPF 633.305.049-00, filha de Elisandro Vieira Sobrinho e de Eva Silveira Leite Vieira.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### PORTARIA Nº 066/2018

Publicação Nº 1531814

PORTARIA Nº 066/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### RESOLVE

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – C, a Sra. LUCIANA APARECIDA DOS SANTOS RODRIGUES portadora do RG 3582348 e do CPF 031 693 739-86.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

### PORTARIA Nº 067/2018

Publicação Nº 1531819

PORTARIA Nº 067/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### RESOLVE

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – B, a Sra. REGINA APARECIDA RODRIGUES, brasileira, solteira, portadora do RG 3.926.500 e do CPF 040.711.369-01, filha de Nelson Rodrigues e de Amelia Zoraide Rodrigues.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 068/2018**

Publicação Nº 1531823

PORTARIA Nº 068/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial –C a Sra. NADIR DE CASSIA RODRIGUES, portadora do RG 2598362 e do CPF 898 367 829-15, filha de Nelson Rodrigues e de Amelia Zoraide Rodrigues.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 069/2018**

Publicação Nº 1531828

PORTARIA Nº 069/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – X a Sra. MIRIANE DE SOUZA MELO, brasileira, solteira, residente e domiciliada neste município, nascida em 21/06/1986 portadora do RG 5.409.255 e do CPF 063.864.359-74, filha de Otacilio Borges de Melo e de Maria Benta de Souza Melo.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 070/2018**

Publicação Nº 1531829

PORTARIA Nº 070/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – B a Sra. DAIANA SOUZA AMARAL, portadora do RG. 411.769.9 e do CPF. 038.244.269-51, filha de Clidenor de Souza e de Rosa Valdecir de Souza.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 071/2018**

Publicação Nº 1531838

PORTARIA Nº 071/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – B a Sra. FERNANADA PEREIRA MATOS, portadora do RG 4.300.844 e do CPF 070.514.439-92, filha de Carlos Jacob Mattos e de Teresinha de Fátima Pereira Mattos.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 072/2018**

Publicação Nº 1531841

PORTARIA Nº 072/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – B, a Sra. ROSIMERE APARECIDA DE LIMA, portadora do RG 8/R-1439570 e do CPF 494.883.099-20, filha de Geolete Ribeiro de Lima e de Adenor Lourenço de Lima.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 073/2018**

Publicação Nº 1531844

PORTARIA Nº 073/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – X a Sra. CARLA MANUELA GUIZONI, brasileira, solteira, nascida em 01/04/1998 portadora do RG 6.948.049 e do CPF 102.871.099-25, filha de José Bertolino Guizoni e de Julia Selvina Batista Guizoni.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 074/2018**

Publicação Nº 1531846

PORTARIA Nº 074/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – A, a Sta. BRUNA DA SILVA, solteira, nascida em 22/02/1993, filha de João Edilson da Silva e Roseli de Fátima Fernandes da Silva, portadora do CPF. 092.076.399-55 e do RG 4955196.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 075/2018**

Publicação Nº 1531849

PORTARIA Nº 075/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – C, a Sra. EDMARA DE LIMA, nascida em 03/03/1972, filha de Geolete Ribeiro de Lima e de Adenor Lourenço de Lima, portadora do RG 851273-4 e do CPF 777.191.669-49.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 076/2018**

Publicação Nº 1531851

PORTARIA Nº 076/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – X a Sra. GEISEBEL DE SOUZA, nascida em 27/05/1984, portadora do RG 4.300.662 e do CPF 008.681.729-95, filha de Claudete de Souza.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 077/2018**

Publicação Nº 1531854

PORTARIA Nº 077/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – A, a Sra. JAQUELINE ANASTÁCIO DE ASSUNÇÃO, filha de Jose Anastácio de Assunção e de Eva Saulita de Assunção, portadora do RG. 4955293 e do CPF. 025.835.320-14.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 078/2018**

Publicação Nº 1531857

PORTARIA Nº 078/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – C, a Sra. LUCIANA RODRIGUES PADILHA, portador do RG. 4419876 e do CPF. 053.728.949-62, filha de Olavo Rodrigues e de Joselane Aparecida Rodrigues.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 079/2018**

Publicação Nº 1531867

PORTARIA Nº 079/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – C, a Sra. MARIA DE LOURDES PEREIRA VELHO BORGES portadora do RG 2598356 e do CPF 024 447 669-11, filha de Eduardo Jesus Velho e de Maria de Lourdes Pereira Velho.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 080/2018**

Publicação Nº 1531872

PORTARIA Nº 080/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal II com 20 horas semanais, nível salarial – X o Sr. GABRIEL EDMUNDO MADEIRA BADIALE, nascido em 10/08/1986, filho de Regina Aparecida Madeira e de Luiz Jorge Badiale, portador do RG 5682632 e do CPF 106.260.869-06.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 081/2018**

Publicação Nº 1531877

PORTARIA Nº 081/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – X, a Sra. PATRICIA DE SOUZA VELHO, solteira, nascida em 13/09/1993, filha de Mário César Velho e de Marisa Terezinha de Souza, portadora do RG. 5.266.662 e do CPF.088.680.109-50.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 082/2018**

Publicação Nº 1531879

PORTARIA Nº 082/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – X. a Sra. GISLAINE DE ALMEIDA, nascida em 29/10/1996, filha de Gilson Luiz de Almeida e Ivanilda das Graças de Almeida, portadora do CPF. 072.860.789-17 e do RG. 5.042.998.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 083/2018**

Publicação Nº 1531880

PORTARIA Nº 083/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – X, a Srª, SIRNEI MARY DOS SANTOS, portadora do RG. 4.300.136 e do CPF 067.657.049-65, filha de Lenoir Emilio dos Santos e de Sirney Maria dos Santos.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se



**PORTARIA Nº 084/2018**

Publicação Nº 1531882

PORTARIA Nº 084/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial –X, a Sra. JOZI CARLA RODRIGUES, portadora do CPF 079.788.269-37 e do RG 4300423, filha de Luiz Carlos Rodrigues e de Tania Maria Rodrigues.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 085/2018**

Publicação Nº 1531884

PORTARIA Nº 085/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – C, a Sra. MARIANE APARECIDA MACEDO CARDOSO, portadora do RG. 2.300.696-0 e do CPF 777.193.109-00, filha de Dalmo Macedo e de Maria Machado Macedo.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 086/2018**

Publicação Nº 1531887

PORTARIA Nº 086/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – C, a Sra. ROSIANE MACHADO VIEIRA, portadora do RG. 3.198.657 e do CPF 898.368.479-87, filha de Boaventura de Alcântara Machado e de Zulmira Macedo Machado.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 087/2018**

Publicação Nº 1531888

PORTARIA Nº 087/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 20 horas semanais, nível salarial – C, a Sra. LUCIANA RODRIGUES PADILHA, portadora do RG. 4419876 e do CPF. 053.728.949-62, filha de Olavo Rodrigues e de Joselane Aparecida Rodrigues.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 088/2018**

Publicação Nº 1531890

PORTARIA Nº 088/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal II com 20 horas semanais, nível salarial – X, o Sr. IVAN CARLOS DIAS JUNIOR, portador do RG 5.903.322 e do CPF 105.444.559-16, nascido em 18/07/1997, filho de Ivan Carlos Dias e de Nilzabel Terezinha Lúcio Dias.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 089/2018**

Publicação Nº 1531892

PORTARIA Nº 089/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal II com 20 horas semanais, nível salarial – X, o Sr. JOÃO CRISTIANO PEREIRA RODRIGUES, nascido em 20/08/1980, filho de Antonio Machado Rodrigues e de Izabel Pereira, portador do CPF. 025.734.609-08 e do RG. 3.783.236.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 090/2018**

Publicação Nº 1531896

PORTARIA Nº 090/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal II com 20 horas semanais, nível salarial – X, o Sr. GABRIEL EDMUNDO MADEIRA BADIALE, portador do RG. 5.682.632 e do CPF. 106.260.869-06, filho de Luiz Jorge Badiale e de Regina Aparecida Madeira.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 091/2018**

Publicação Nº 1531899

PORTARIA Nº 091/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal II com 20 horas semanais, nível salarial X, a Sra. EDNARA ANASTACIO RODRIGUES, nascida em 17/11/1977, portadora do RG 3662832 e do CPF 023.171.299-55, filha de Edson Pedro Anastácio e de Ondina Barbosa Anastacio.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se



**PORTARIA Nº 092/2018**

Publicação Nº 1531911

PORTARIA Nº 092/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal II com 20 horas semanais, nível salarial X, Sra. MAIQUELI ANTUNES BORGES, nascida em 24/10/1995, filha de Nilda Clair da Silva Córdova Nunes Borges e de Antonio Carlos Antunes Borges, portadora do CPF. 086.713.049-06 e do RG.5792727.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 093/2018**

Publicação Nº 1531916

PORTARIA Nº 093/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal II com 20 horas semanais, nível salarial X, o Sr. IVAN CARLOS DIAS JUNIOR, portador do RG 5.903.322 e do CPF 105.444.559-16, nascido em 18/07/1997, filho de Ivan Carlos Dias e de Nilzabel Terezinha Lúcio Dias.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 094/2018**

Publicação Nº 1531919

PORTARIA Nº 094/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal II com 20 horas semanais, nível salarial C, a Sra. LORENA APARECIDA VIEIRA MACHADO, nascida em 08/10/1966 portadora do RG 8/R 1757505 e do CPF 594.062.599-15, filha de Manoel Ribeiro Machado e de Luzia dos Martyres Vieira Machado.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 095/2018**

Publicação Nº 1531922

PORTARIA Nº 095/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Conceder Licença Premio à Professora Municipal II a Sra. Luana Rodrigues dos Santos Gonçalves, portadora do RG 4300144 e do CPF 049.708.959-96, no período de 02/02/2018 à 01/04/2018.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 096/2018**

Publicação Nº 1531929

PORTARIA Nº 096/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal II com 20 horas semanais, nível salarial- X, a Srta. BRUNA DA SILVA RODRIGUES, portadora do RG 5.682.999 e do CPF 108.275.589-37, nascida em 22/10/1997, filha de Divani Rodrigues e de Marinei da Silva.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 097/2018**

Publicação Nº 1531932

PORTARIA Nº 097/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal II com 20 horas semanais, nível salarial- X, a Sra. LUDIMILA DAMACENA VELHO, portadora do RG 4955084 e do CPF 097037549-29, nascida em 22/03/2012, filha de Luis Candido Velho e de Ludimar Damacena Velho.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 098/2018**

Publicação Nº 1531939

PORTARIA Nº 098/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal II com 20 horas semanais, nível salarial- X, a Sra. ANA PAULA DA SILVA, nascida em 20/01/2017, Filha de Luis Carlos da Silva e de Dalva Aparecida Borges da Silva, portadora do CPF. 088.313.739-94 e do RG. 4.955.809.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 099/2018**

Publicação Nº 1531944

PORTARIA Nº 099/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal II com 20 horas semanais, nível salarial- B, o Sr. ANDRÉ FELIPPE FUSTHER BARTH, nascido em 18/04/1991, filho de Zildomar José Barth e de Rosimeri Fusther Barth, portador do CPF. 072.910.679-95 e do RG 4.419.373.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 100/2018**

Publicação Nº 1531948

PORTARIA Nº 100/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal II com 20 horas semanais, nível salarial- X a Sra. PRISCILA BATISTA RODRIGUES, portadora do RG. 4300973 e do CPF. 072.861.349-22, filha de Joaquim Rodrigues e de Elaine aparecida Batista Rodrigues.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 101/2018**

Publicação Nº 1532030

PORTARIA Nº 101/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Sobra de numero

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal II com 10 horas semanais, nível salarial- C, o Sr. JULIANO CORREA BALDESSAR, nascido em 08/04/1985, portador do RG 4178008 e do CPF 045.237.979-27 filho de Zenóbio Baldessar e de Magda Santiago Correa Baldessar.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 102/2018**

Publicação Nº 1532051

PORTARIA Nº 102/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal II com 20 horas semanais, nível salarial - B, a Sra. ALMERI MACEDO RIBEIRO, nascida em 17/05/1975, filha de Milton Valoar Ribeiro e de Almerinda Macedo Ribeiro, portadora do CPF. 032.594.099-12 e do RG. 3314779.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 103/2018**

Publicação Nº 1532057

PORTARIA Nº 103/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal II com 20 horas semanais, nível salarial – C, o Sr. AGUINALDO RAEI PEREIRA, nascido em 07/10/1975, portador do RG 3043550 e do CPF 022.519.619-09, filho de Divo Pereira e de Rosa Pereira.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 104/2018**

Publicação Nº 1532063

PORTARIA Nº 104/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I com 40 horas semanais, nível salarial –X, a Sra. ANDREIA PEREIRA RODRIGUES DA SILVA, portadora do RG 4.419.364 e do CPF 055.122.959-42, filha de Antonio Machado Rodrigues e de Izabel Pereira.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 105/2018**

Publicação Nº 1532067

PORTARIA Nº 105/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Agente de Serviços Gerais com 40 horas semanais, nível salarial TSA 2, a Sra. LUCIANA APARECIDA DA ROSA, portadora do RG 430.644.34 e do CPF 061.285.969-08, filha de Dornelio Jose Schaschisky da Rosa e de Maria de Lourdes da Rosa.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 106/2018**

Publicação Nº 1532071

PORTARIA Nº 106/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor de Jogos Educativos, com carga horaria de 20 horas semanais, o Sr. Sr. ANDRÉ FELIPPE FUSTHER BARTH, nascido em 18/04/1991, filho de Zildomar José Barth e de Rosimeri Fusther Barth, portador do CPF. 072.910.679-95 e do RG 4.419.373,

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 107/2018**

Publicação Nº 1532075

PORTARIA Nº 107/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor de Jogos Educativos, com carga horaria de 20 horas semanais, nível salarial – X, o Sr. ROBERT NIVALDO GAMBA RODRIGUES, portador do RG 5.409.382 e do CPF 103.652.679-88, nascido em 07/07/1997, filho de Agnaldo Vanier Rodrigues e de Marta Silvana Gamba.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 108/2018**

Publicação Nº 1532080

PORTARIA Nº 108/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor de Diversidade Cultural, com carga horaria de 20 horas semanais, nível salarial – C, a Srª, ROSILENE BORGES PEREIRA, portadora do RG. 2.786.066 e do CPF. 818.627.419-72.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 109/2018**

Publicação Nº 1532084

PORTARIA Nº 109/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Técnica para a Diretoria dos Esportes, nível salarial AOG-3, com carga horaria de 40 horas semanais, Sra. TAINA VIEIRA DOS SANTOS, portadora do RG 5.409.343 e CPF 102.056.979-41, nascida em 31/05/1995, filha de Gelson Jose dos Santos e de Nedja Maria Vieira.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 110/2018**

Publicação Nº 1532186

PORTARIA Nº 110/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor de Informática, nível salarial- B, com carga horaria de 20 horas semanais, o Sr. ALMIR RICARDO PEREIRA DA COSTA, portador do CPF 064.821.059-63, nascido em 06/03/1992, filho de Ivone Aparecida Pereira e de Valdemir Manoel da Costa

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 111/2018**

Publicação Nº 1532189

PORTARIA Nº 111/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal I, nível salarial- X, com carga horaria de 10 horas semanais, a Sra. ANA PAULA DA SILVA, nascida em 20/01/2017, filha de Luis Carlos da Silva e de Dalva Aparecida Borges da Silva, portadora do CPF. 088.313.739-94 e do RG 4.955.809.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se



**PORTARIA Nº 112/2018**

Publicação Nº 1532190

PORTARIA Nº 112/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Professor Municipal II, com carga horaria de 40 horas semanais, nível salarial- X a Sra., PRISCILA COSTA, portadora do RG. 4300369 e do CPF. 051.698.549-35, filha de José Itamar da Costa e de Maria Damacena Costa.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 113/2018**

Publicação Nº 1532192

PORTARIA Nº 113/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Admitir em Caráter Emergencial até que se conclua o Concurso Público Municipal 01/2018 no cargo de agente de Serviços Gerais Masculinos Nível salarial TSA – 2, na Secretaria Municipal de Obras o Sr. José Antonio Gomes Netto, filho de João Machado Netto e de Venina Gomes Netto, portador do RG 8/R 2.185.093 e do CPF 580 327 389-91, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 114/2018**

Publicação Nº 1532193

PORTARIA Nº 114/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Motorista Municipal, com carga horaria de 40 horas semanais, nível salarial TSA 5, o Sr. DIMAS ALCEDONIO BATISTA DE ASSUNÇÃO, filho de Djalma Pereira de Assunção e de Vilda Batista de assunção, portador do RG 968.749-1 e do CPF 342.012.209-82

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 115/2018**

Publicação Nº 1532194

PORTARIA Nº 115/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Motorista Municipal, com carga horaria de 40 horas semanais, nível salarial TSA 5, o Sr. REGINALDO RODRIGUES, filho de Nelson Rodrigues e de Amélia Zoraide Rodrigues, portador do RG 3534479 e do CPF 898 371 429-87.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se



**PORTARIA Nº 116/2018**

Publicação Nº 1532195

PORTARIA Nº 116/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Motorista Municipal, com carga horaria de 40 horas semanais, nível salarial TSA 5, o Sr. o Sr. EDELMAR TADEU ALANO VALIM, filho de Otavio Valin e de Edvirges Alano Valin, portador do RG 1010995114 e do CPF 207.811.130-91.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 117/2018**

Publicação Nº 1532196

PORTARIA Nº 117/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Motorista Municipal, com carga horaria de 40 horas semanais, nível salarial TSA 5, o Sr. o Mario Borges de Macedo, filho de Valdevino Francisco de Macedo e de Almira Borges de Macedo, portador do RG 2702783 e do CPF646-969-879-49.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 118/2018**

Publicação Nº 1532197

PORTARIA Nº 118/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Motorista Municipal, com carga horaria de 40 horas semanais, nível salarial TSA 5, o Sr. o José Telmo Ribeiro Rodrigues, filho de Sandoval Bastista Rodrigues e de Ana Maria Ribeiro Rodrigues, portador do RG 471811 e do CPF 422.604.779-68.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 119/2018**

Publicação Nº 1532198

PORTARIA Nº 119/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2 a Sra. LUZIMAR SELMA ARTISMO COSTA BELCAMPINO, brasileira, casada, residente e domiciliada neste município, nascida em 03/12/1966 portadora do RG 5.042.917 e do CPF 777.190.859-49, filha de Oliveira Francisco Artismo Costa e de Maria Velho Costa.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 120/2018**

Publicação Nº 1532200

PORTARIA Nº 120/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2 a Sra. CRISTIANE APARECIDA CUSTÓDIO, portadora do RG. 5499132-3 e do CPF. 077.960.879-85, filha de José Adenir Custódio e de Maria de Lourdes Ribeiro Custódio.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 121/2018**

Publicação Nº 1532207

PORTARIA Nº 121/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2 a VERÔNICA BERNARDINO VELHO, portadora do RG. 4300941 e do CPF. 073.550.449-07, filha de Neri de Assis Velho e de Verlane Bernardino Velho.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 122/2018**

Publicação Nº 1532208

PORTARIA Nº 122/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2 a Sra. JANAINA APARECIDA DE OLIVEIRA NEVES, portadora do RG. 4669825 e do CPF. 039.372.319-43, filha de José Adenir de Oliveira e de Maria Helena de Oliveira.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 123/2018**

Publicação Nº 1532210

PORTARIA Nº 123/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2 a Sra. TAIANA FERNANDES MACEDO, portadora do RG 5.266.411 e do CPF 072.861.289-57, filha de Nazareno Macedo e de Janete de Fátima Fernandes.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 124/2018**

Publicação Nº 1532212

PORTARIA Nº 124/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2, a Sra. IVALDETE DA SILVA PEREIRA, portadora do RG. 3.047.405 e do CPF 833.964.709-15, filha de Valdemar Fernandes da Silva e de Maria Antônio.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 125/2018**

Publicação Nº 1532213

PORTARIA Nº 125/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2, Sra. LUCIANA RIBEIRO, nascida em 14/11/1991, portadora do RG 4.472.288 e do CPF 088.086.229-75, filha de Ademir Sebastiao Ribeiro e de Maria Leonir Ribeiro.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 126/2018**

Publicação Nº 1532214

PORTARIA Nº 126/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2, a Sra. MIRIAM GUEDES MENDES, portadora do RG 3926250 e do CPF 030.645.769-50, filha de João Maria de Souza e de Maria Terezinha Ribeiro Mendes.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 127/2018**

Publicação Nº 1532215

PORTARIA Nº 127/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2, a Sra. TAINÉ MORAES GONÇALVES, nascida em 17/11/1996, portadora do RG 5.349.583-7 e do CPF 114.492.36-79, filha de Pedro Gonçalves de Jesus e de Maria das Graças Moraes.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 128/2018**

Publicação Nº 1532216

PORTARIA Nº 128/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2, a Srª, MARIA ROSIMARA DA SILVA, portador do RG. 2896276 e do CPF. 777.192.639-87, filha de Nelson Antonio da Silva e de Eloar Pereira da Silva.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 129/2018**

Publicação Nº 1532217

PORTARIA Nº 129/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2, a Sra DAIANE MATOS HENRIQUE, portadora do RG. 5409361 e do CPF. 085.307.689-81, filha de Sebastião Nunes Henrique e de Alcenir Rodrigues Matos.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 130/2018**

Publicação Nº 1532218

PORTARIA Nº 130/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2 a Sra. LETICIA DA SILVA, portadora do RG. 5266951 e do CPF. 101.657.059-73, filha de Luis Carlos da Silva e Dalva Aparecida Borges da Silva.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 131/2018**

Publicação Nº 1532219

PORTARIA Nº 131/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2 a Sra. SILVANA DE SOUZA, portadora do RG 4955213 e do CPF 044.686.209-60, filha de Iveto de Oliveira de Souza e de Maria Zaira de Souza.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 132/2018**

Publicação Nº 1532220

PORTARIA Nº 132/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Processo Seletivo Simplificado 01/2017, no cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2 a Sra. JULIANA NUNES DE JESUS, portadora do RG 53496124 e do CPF 082.391.519-06, filha de Valdir Nunes de Jesus e de Rozeli Aparecida Nunes de Jesus.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com o Decreto 03/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 133/2018**

Publicação Nº 1532221

PORTARIA Nº 133/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Admitir em Caráter Emergencial até que se conclua o Concurso Público Municipal 01/2018, no cargo de Agente de Serviços Gerais, nível salarial TSA 2 o Sr. Reginaldo Damaceno, portador do RG 2897163 e do CPF 973.775629-00, filho de Antônio Damaceno e de Zenaide de Oliveira Damaceno.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 134/2018**

Publicação Nº 1532222

PORTARIA Nº 134/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Monitor do PETI, nível salarial DCA 3, com carga horaria de 40 horas semanais, o Sr. MARCIO DE ASSUNÇÃO, portador do RG 4419578 e do CPF 072.977.019-20, filho de Edil José de Assunção e de Marta Terezinha de Assunção, nascido em 24/10/2017, a partir desta data..

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 135/2018**

Publicação Nº 1532224

PORTARIA Nº 135/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Prorrogar prazo por mais 60 (sessenta) dias, para a Comissão de Inquérito do Processo Administrativo conforme Portaria 470/2017, concluir a apuração dos fatos, referente a responsabilidade das multas existentes nos veículos pertencentes à municipalidade.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se



**PORTARIA Nº 136/2018**

Publicação Nº 1532225

PORTARIA Nº 136/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Conceder Licença Premio à Sra. Inez de Assis Velho Bernardino, Agente Comunitária de Saúde, portadora do RG 3783286 no período de 01/02/2018 à 01/04/2018.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 137/2018**

Publicação Nº 1532226

PORTARIA Nº 137/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Conceder Licença Premio à Sra. Tatiana Amanda Zapelini, Professora Municipal I com 20 horas semanais, portadora do RG 4.419.946 e do CPF 051.454.079-63, no período de 01/02/2018 à 01/04/2018.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 138/2018**

Publicação Nº 1532227

PORTARIA Nº 138/2018  
De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Conceder Licença Premio à Sra. Uricely Lima da Luz, Agente Comunitária de Saúde, portadora do CPF 072.814.149-35, no período

de 01/02/2018 à 01/04/2018.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 139/2018**

Publicação Nº 1532228

PORTARIA Nº 139/2018  
De 05 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Conceder Licença Premio à Sra. Mariana Pacheco Ramos, Técnica em Vigilância Sanitária, portadora do RG 4.178.572 e do CPF 064.491.139-52, no período de 05/02/2018 à 05/04/2018.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 05 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 140/2018**

Publicação Nº 1532229

PORTARIA Nº 140/2018  
De 05 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar do cargo de Motorista Municipal, nível salarial TSA 5, na Secretaria Municipal de Obras o Sr. ARLON ANTONIO DA SILVA, brasileiro, nascido em 18/07/1990, filho de Aureo Roberto da Silva e de Agnaldo Aparecida da Silva, portador do RG 5042514 e do CPF 072.976.929-13, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 05 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 141/2018**

Publicação Nº 1532230

PORTARIA Nº 141/2018  
De 07 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Exonerar a pedido do cargo de Professora Municipal I, a Sra. RENATA FELTRIN DOS SANTOS, portadora do CPF 003.004949-66, filha de Manoel A. dos Santos e de Raquele Salete Feltrin dos Santos, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 07 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 142/2018**

Publicação Nº 1532232

PORTARIA Nº 142/2018  
De 07 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Conceder Licença Premio ao Sr. ANDERSON PIERRE DA ROSA, motorista municipal, portador do Rg 4.178.501 e do CPF 054.911.379-79, no período de 07/02/2018 à 07/04/2018.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 07 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 143/2018**

Publicação Nº 1532233

PORTARIA Nº 143/2018  
De 08 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Nomear no cargo de Secretário Municipal de Transportes e Obras,

nível salarial DCA 5 o Sr. JOSÉ EDIO MACEDO, portador do RG 809.707 e do CPF 375.497.079-87, filho de Wilson Macedo e de Eda Borges Macedo, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 08 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 144/2018**

Publicação Nº 1532234

PORTARIA Nº 144/2018  
De 08 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Chamada Pública 001/2018, no cargo de Professor para Atendimento Especializado AEE, com carga horaria de 40 horas, nível salarial C, a Sra. NAIANA APARECIDA BIBIANA, portadora do RG. 4.300.991 e do CPF. 056.545.709-86, filha de Manoel Alfredo Bibiana e de Terezinha Velho Bibiana.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com Edital de Chamada Pública 01/2018 em seu Art. 1º.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 08 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 145/2018**

Publicação Nº 1532235

PORTARIA Nº 145/2018  
De 08 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Chamada Pública 001/2018, no cargo de Professor Municipal I, com carga horaria de 40 horas, nível salarial C, a Sra. Laiane Aparecida Padilha Machado, portadora do RG. 43003664 e do CPF 051.643.459-63, filha de Norival Machado e de Janice Padilha Machado.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com Edital de Chamada Pública 01/2018 em seu Art. 1º.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação,

revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 08 de fevereiro de 2018.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

#### **PORTARIA Nº 146/2018**

Publicação Nº 1532236

PORTARIA Nº 146/2018  
De 08 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Chamada Pública 001/2018, no cargo de Professor Municipal II, com carga horaria de 40 horas, nível salarial B, o Sr. LUCAS BARBOSA AMARAL, nascido em 30/12/1991, portador do RG 3.769.505 e do CPF 069.+644.739-80, filho de Claudio José Antunes do Amaral e de Marcia Rita de Oliveira Barbosa Amaral.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com Edital de Chamada Pública 01/2018 em seu Art. 1º.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 08 de fevereiro de 2018.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

#### **PORTARIA Nº 147/2018**

Publicação Nº 1532237

PORTARIA Nº 147/2018  
De 08 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Chamada Pública 001/2018, no cargo de Professor Municipal I, com carga horaria de 40 horas, nível salarial B, a Sra. CARLA DAYANE CASSOL, nascida em 07/10/1991, portadora do RG 5.808.905 e do CPF 073.690.319-42, filha de Ademir Cassol e de Claci Kuhn Cassol.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com Edital de Chamada Pública 01/2018 em seu Art. 1º.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 08 de fevereiro de 2018.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

#### **PORTARIA Nº 148/2018**

Publicação Nº 1532238

PORTARIA Nº 148/2018  
De 08 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Chamada Pública 001/2018, no cargo de Professor Municipal II, com carga horaria de 20 horas, nível salarial X, a Sra. JOANA CORREA SEMINOTTI MACHADO, nascida em 29/11/1988, portadora do RG 6364348 e do CPF 068.785.139-44, filha de Luiz Carlos Seminotti e de Mara Suzana Correa.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com Edital de Chamada Pública 01/2018 em seu Art. 1º.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 08 de fevereiro de 2018.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

#### **PORTARIA Nº 149/2018**

Publicação Nº 1532239

PORTARIA Nº 149/2018  
De 08 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Chamada Pública 001/2018, no cargo de Professor Municipal II, com carga horaria de 20 horas, nível salarial X, o Sr. EMANOEL CHARLES MACEDO RIBEIRO, nascido em 14/05/1994, portador do RG 1118397775 e do CPF 040 904 590-01filho de Arizoli Silvestre Ribeiro e de Maria Salete Macedo.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com Edital de Chamada Pública 01/2018 em seu Art. 1º.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 08 de fevereiro de 2018.  
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 150/2018**

Publicação Nº 1532240

PORTARIA Nº 150/2018  
De 08 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Art. 1º Admitir em Caráter Temporário conforme Chamada Pública 001/2018, no cargo de Motorista Municipal, com carga horária de 40 horas, nível TSA 5, o Sr. RIVELINO BORGES DE OLIVEIRA, portador do RG. 8/R-2.896.267 e CPF. 824.513.549-68, nascido em 14/07/1973, filho de José Carlos de Oliveira e de Maria Lenir Ribeiro de Oliveira.

Art. 2º O prazo de Admissão é de acordo com Edital de Chamada Pública 01/2018 em seu Art. 1º.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 08 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 151/2018**

Publicação Nº 1532241

PORTARIA Nº 151/2018  
De 15 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

**RESOLVE**

Conceder Licença para acompanhamento de pessoa doente na família de acordo com Art. 97 da Lei 737/99 Estatuto do Servidor Público Municipal por um período de 60 dias á Sra. CLEIDE RIGUEIRA ZANETA portadora do RG 2282280-1 e do CPF 678.413.849-04, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 15 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 22/2018

Publicação Nº 1531994

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE/SC TORNA PÚBLICO QUE FIRMOU O SEGUINTE CONTRATO:

CONTRATADO: INTELLIBR SISTEMAS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA GESTÃO ESCOLAR INTEGRADO, COMPREENDENDO SISTEMAS DE : CADASTRO DE UNIDADES ESCOLARES; MATRIZ CURRICULAR; FÓRMULAS DE AVALIAÇÃO; CALENDÁRIO ESCOLAR; ENSINO INFANTIL; ENSINO REGULAR; GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS; CONSULTA ESTATÍSTICO E GERENCIAL (WEB); PORTAL DO ALUNO (WEB), BEM COMO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO NOS REFERIDOS SISTEMAS, CONFORME CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E DESCRIÇÕES DEFINIDAS NOS SEUS ANEXOS.

VALOR R\$: 1.760,00 (UM MIL SETECENTOS E SESSENTA REAIS)

VIGÊNCIA: 16 DE FEVEREIRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

RONALDO LUIZ SINGER

PREFEITO MUNICIPAL



# Bom Retiro

## PREFEITURA

**288.02.18 - P. DES. PROF. PATRICIA M. SILVA**

Publicação Nº 1531702

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 288/18 de 21.02.18

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Patrícia Marinho da Silva, para atuar como Professora 20 horas semanais no Pré Escolar Capistrano, no período de 21 de fevereiro com término no dia 22 de maio de 2018, em virtude de sua classificação em 1º lugar no Processo Seletivo nº 02/2017 para Contratação de Professor ACT – Educação Física – Não Habilitada, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do Concurso Público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
21 de fevereiro de 2018.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Adm. e Fazenda

**289.02.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE TEREZINHA AP. P. GOEDERT**

Publicação Nº 1531703

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 289/18 de 21.02.18  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 20 de fevereiro de 2018, a funcionária Terezinha Aparecida Pereira Goedert, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
21 de fevereiro de 2018.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**290.02.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NEIDE M. SILVEIRA**

Publicação Nº 1531704

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINAPORTARIA N.º 290/18 de 21.02.18  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento odontológico, no dia 20 de fevereiro de 2018, a funcionária Neide Maria Silveira, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
21 de fevereiro de 2018.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**EXTRATO CONTRATO 69/2018**

Publicação Nº 1532724

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 69/2018 Dispensa Chamada Pública 01/2018  
Contratante: Município de Bom Retiro  
Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, empreendedor familiar rural, cooperativas e associações para atender os alunos matriculados nas escolas que ofertam a educação infantil, ensino fundamental, médio, da rede pública municipal de ensino de Bom Retiro/SC.  
Valor Total Máximo: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP  
Contratados: Agilson Simiano, Aldo Laurindo, Arlésio Simiano, Cleomar Dietrich, Dionei Gadoti, Fábio Melo Silva, Laércio Maffioletti, Lauvir Rogério Polmann, Pedro Paulo Lorenzi.

Bom Retiro, 23 de fevereiro de 2018.  
Vilmar José Neckel  
Prefeito Municipal

**MINUTA EDITAL PP 16/2018**

Publicação Nº 1532661

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC  
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 16/2018 para Prestação de serviços gráficos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 08/03/18 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 23 de fevereiro de 2018.

Vilmar José Neckel  
Prefeito Municipal

**MINUTA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2018**

Publicação Nº 1532485

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2018 - FMS  
Inexigibilidade de Licitação 02/2018: Objeto: Prestação de Serviço de assistência a saúde para atendimento ambulatorial em atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do Sistema Único de Saúde –SUS, para o exercício de 2018. Fundamentação Legal: Art. 25 da Lei 8666/93, com fulcro no art. 25, inc. II de 21 de junho de 1993. Contratante: Município de Bom Retiro (FMS). Contratada: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bom Retiro - APAE. Valor Global Estimado: R\$ 254.448,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e oito reais)

Bom Retiro, 23 de fevereiro de 2018.

Vilmar José Neckel  
Prefeito Municipal

**Botuvera****PREFEITURA****EXTRATO CTR03/2018-ADEVI**

Publicação Nº 1532170

Extrato de Contrato nº 03/2018

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratada: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA VALE DO ITAJAÍ, CNPJ: 11.924.896/0001-11, Rua Benedito Novo, 468, Água Verde, 89.041-400, fone (47)996120797.

Valor: R\$ 78.030,00 (setenta e oito mil e trinta reais).

Objeto: Serviço de Arbitragem, Futebol de Campo, Salão e Diárias nas Demais Modalidades.

Vigência: 31/12/2018.

Fundamento Legal: Processo Nº 08/2017 – Pregão Presencial Nº 06/2017-SRP.

**EXTRATO CTR04/2018-ISMAR JOÃO PEDRINI**

Publicação Nº 1532173

Extrato de Contrato nº 04/2018

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratada: ISMAR JOÃO PEDRINI, RG178.672, inscrito no CPF sob o nº 028.827.369-91, residente e domiciliado na Rua João Morelli, nº 135, bairro centro, na cidade Botuverá(SC).

Valor: R\$ 9.705,00 (nove mil setecentos e cinco reais).

Objeto: locação de um imóvel, localizado na Rua João Morelli, nº135, Centro, Botuvera/SC, com área de aproximadamente 4.111m2, inscrição municipal nº01.01.0178.000, código imóvel nº178.

Vigência: 31/12/2018.

Fundamento Legal: Processo Licitatório nº19/2018 – Dispensa 01/2018.

## Braço do Trombudo

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2017 FMS

Publicação Nº 1493857

Página: 1/27

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 23/02/2017		Válido até: 23/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Aguilha gengival curta 30 G CX c/100 unidades (1497)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	38,5900	1
2			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	INJEX	0	38,6000	2
3			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	DFL	0	43,6500	3
2	ANESTÉSICO TÓPICO BENZOCAÍNA 200 MG/G (POTE LÍQUIDO 12 G) DIVERSOS SABORES. (1215)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	DFL	0	6,0500	1
2			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	DFL	0	6,1000	2
3			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	DFL	0	7,5000	3
3	Babador impermeável descartável para uso odontológico, 2 camadas de papel + 1 camada de plástico, medidas 33x48cm, por c/100 und. (2640)	PCT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	SSPLUS	0	13,0500	1
2			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	SSPLUS	0	13,1000	2
3			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	BIODINAMICA	0	17,0000	3
4	Banda Matriz de aço inox nº5 (1793)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	IODONTOSUL	0	1,4900	1
2			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	SOUZA	0	1,5000	2
3			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	AAF DO BRAS	0	2,4600	3

Página: 2/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 23/02/2017 Válido até: 23/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Banda Matriz de aço inox nº7 (1794)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	IODONTOSUL	0	1,4900	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	SOUZA	0	1,5000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	AAF DO BRAS	0	2,5900	3
6	Broca Baixa rotação de aço esférica número 2 (1627)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	JOTA	0	4,1900	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	JOTA	0	4,2000	2
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MKLIFE	0	4,3900	3
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MAILEFER	0	4,4900	4
7	Broca Baixa rotação de aço esférica número 3 (1628)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	JOTA	0	4,1900	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	JOTA	0	4,2000	2
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MKLIFE	0	4,3900	3
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MAILEFER	0	4,4900	4
8	Broca Baixa rotação de aço esférica número 4 (1629)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	JOTA	0	4,1900	1



Página: 3/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

**Número do Registro de Preços: 1/2017      Data do Registro: 23/02/2017      Válido até: 23/02/2018**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Broca Baixa rotação de aço estéril número 5 (1630)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	JOTA	0	4,2000	2
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MKLIFE	0	4,3900	3
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MAILEFER	0	4,4900	4
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	JOTA	0	4,1900	1
10	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1090 (1788)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	JOTA	0	4,2000	2
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MKLIFE	0	4,3900	3
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MAILEFER	0	4,4900	4
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	FAVA	0	2,9000	1
11	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1111 FF (1791)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA	0	2,9200	2
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	FAVA	0	2,9800	3
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	FAVA	0	2,9200	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	FAVA	0	2,9800	2

<b>Número do Registro de Preços:</b> 1/2017	<b>Data do Registro:</b> 23/02/2017	<b>Válido até:</b> 23/02/2018
<b>Objeto da Compra:</b> Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.		

Página: 5/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 23/02/2017 Válido até: 23/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 3195 F (1784)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA	0	3.5700	3
		UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	FAVA	0	2.9200	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	FAVA	0	2.9800	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA	0	3.5700	3
17	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1112 F (1785)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	FAVA	0	2.9200	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	FAVA	0	2.9800	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA	0	3.5700	3
18	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1111 F (1786)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	FAVA	0	2.9200	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	FAVA	0	2.9800	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA	0	3.5700	3
19	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1190 F (1787)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	FAVA	0	2.9200	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	FAVA	0	2.9800	2

Página: 6/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 23/02/2017		Válido até: 23/02/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

20	Broca Alta rotação de aço esférica número 1014 (1631)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA	0	3.5700	3
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	FAVA	0	2.9200	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	FAVA	0	2.9800	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA	0	3.5700	3
21	Broca Alta rotação de aço esférica número 1016 (1633)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	FAVA	0	2.9200	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	FAVA	0	2.9800	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA	0	3.5700	3
22	Broca Alta rotação de aço esférica número 1012 (1634)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	FAVA	0	2.9200	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	FAVA	0	2.9800	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA	0	3.5700	3
23	Broca Alta rotação de aço esférica número 1011 (1777)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	FAVA	0	2.9200	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	FAVA	0	2.9800	2

Página: 7/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 23/02/2017		Válido até: 23/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Broca alta rotação de aço esférica nº 1012 HL (19295)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA	0	3,5700	3
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	FAVA	0	2,9200	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	FAVA	0	2,9800	2
25	Broca Alta rotação de aço esférica número 1014 HL (1776)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA	0	3,5700	3
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	FAVA	0	2,9200	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	FAVA	0	2,9800	2
26	Broca Alta rotação de aço esférica número 1016 HL (1779)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA	0	3,5700	3
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	FAVA	0	2,9200	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	FAVA	0	2,9800	2
27	CONDICIONADOR DE ESMALTE E DENTINA (ÁCIDO FOSFÓRICO A 37% SERINGA DE 2,5 ML) (1232)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	ALL PLAN	0	4,7000	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	CATHEC	0	4,7900	2



Página: 8/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 23/02/2017		Válido até: 23/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	COMPOSITOS (MEDICAMENTO) P/ CAVIDADES C/ ALVEOLITE DENTÁRIA (1310)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	CATHEC	0	7,0000	3
29	CUNHAS DE MADEIRAS FINAS E DELICADAS (PCT C/100 UNID) (1233)	PCT	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	IODONTOSUL	0	21,9800	1
30	Escova dental adulta. Cerdas de nylon macias com 4 fileiras de tubos, contendo de 34 a 34 tuos de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 17 a 19 cm, anatômica em empunhadura, cores variadas. (2843)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	BODINAMICA	0	25,0000	2
31	Escova dental infantil, cerdas de nylon macias com 4 fileiras de tubos, contendo de 28 a 32 tuos de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 15 a 17 cm, anatômica com empunhadura, com protetor de cerdas, cores variadas. (2844)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	IODONTOSUL	0	27,6800	3
32	Escova dental adulta. Cerdas de nylon macias com 4 fileiras de tubos, contendo de 34 a 34 tuos de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 17 a 19 cm, anatômica em empunhadura, cores variadas. (2843)	UND	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	SOUZA	0	12,9800	1
33	Escova dental adulta. Cerdas de nylon macias com 4 fileiras de tubos, contendo de 34 a 34 tuos de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 17 a 19 cm, anatômica em empunhadura, cores variadas. (2843)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	PHARMAINOX	0	19,0000	2
34	Escova dental adulta. Cerdas de nylon macias com 4 fileiras de tubos, contendo de 34 a 34 tuos de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 17 a 19 cm, anatômica em empunhadura, cores variadas. (2843)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	IODONTOSUL	0	21,5800	3
35	Escova dental adulta. Cerdas de nylon macias com 4 fileiras de tubos, contendo de 34 a 34 tuos de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 17 a 19 cm, anatômica em empunhadura, cores variadas. (2843)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	MEDFIO	0	1,2500	1
36	Escova dental adulta. Cerdas de nylon macias com 4 fileiras de tubos, contendo de 34 a 34 tuos de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 17 a 19 cm, anatômica em empunhadura, cores variadas. (2843)	UND	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MEDFIO	0	1,3000	2
37	Escova dental adulta. Cerdas de nylon macias com 4 fileiras de tubos, contendo de 34 a 34 tuos de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 17 a 19 cm, anatômica em empunhadura, cores variadas. (2843)	UND	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MEDFIO	0	1,3100	3
38	Escova dental adulta. Cerdas de nylon macias com 4 fileiras de tubos, contendo de 34 a 34 tuos de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 17 a 19 cm, anatômica em empunhadura, cores variadas. (2843)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MEDFIO	0	1,0000	1
39	Escova dental adulta. Cerdas de nylon macias com 4 fileiras de tubos, contendo de 34 a 34 tuos de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 17 a 19 cm, anatômica em empunhadura, cores variadas. (2843)	UND	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MEDFIO	0	1,0600	2

Página: 9/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

**Número do Registro de Preços: 1/2017      Data do Registro: 23/02/2017      Válido até: 23/02/2018**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	Escova para limpeza de broca (1641)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	MEDFIO	0	1,1000	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREVEN	0	6,0900	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	IODONTOSUL	0	6,1000	2
			SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	IODONTOSUL	0	7,6600	3
33	Escova Robson (1499)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	PREVEN	0	1,6000	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	PREVEN	0	1,6100	2
			SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	PREVEN	0	2,4900	3
34	ESPELHO CLÍNICO Nº 5 (1222)	UND	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	PHARMAINOX	0	2,4900	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	PHARMINOX	0	4,5000	2
			SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	IODONTOSUL	0	5,2100	3
35	FIO DENTAL PARA USO PROFISSIONAL DE 500 M (1502)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	HILLO	0	12,6900	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	SANIFILL	0	12,7000	2

Página: 10/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 23/02/2017		Válido até: 23/02/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	Fio dental de 25 m (1780)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MEDFIO	0	12,7600	3
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MEDFIO	0	12,9800	4
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	DEXPRESS	0	1,8900	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MEDFIO	0	1,9000	2
37	Fio de sutura n. 4.0 c/ agulha 1,7 cm odonto seda cx c/ 24 unidades (4638)	CX	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	PREVEN	0	2,2000	3
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MEDFIO	0	2,2800	4
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	38,6000	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	TECHNEW	0	38,7000	2
38	Fita matriz de aço 5mm (1645)	RL	SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	PROCARE	0	47,5000	3
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	SHALON	0	49,0000	4
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREVEN	0	1,4900	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	SOUZA	0	1,5000	2

Página: 11/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017      Data do Registro: 23/02/2017      Válido até: 23/02/2018						
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	AAF DO BRAS	0	2,4600
39	Fluor líquido para bochecho 0,2% NAF - frasco de 500 ml, cuja composição é de 250 mg de fluoreto de sódio com veículo Q.S.P 500 ML sem pigmento do tipo fluor solução. (1781)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	IODONTOSUL	0	9,9000
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	IODONTOSUL	0	10,0000
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	SOUZA	0	11,8000
40	Gorro p/cabado tipo touca de banho com elástico descartável, pct c/100 unidades. (1795)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN	0	9,9000
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	DESCARPAC+	0	10,0000
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MEDIX	0	11,7700
41	Hidróxido de cálcio radiopaco (pasta x pasta) (1647)	CX	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	THECNEW	0	24,0000
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	VIGODENT	0	28,7000
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	SSWHITE	0	44,3500
42	Ionômero de Vidro (pó ionômero de vidro restaurador - pote com 10gr e líquido ácido poliacrílico - pote com 08gr) cor A2 (1649)	KIT	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MAXXION FGM	0	28,5000
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FGM	0	28,6000

Página: 12/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

**Número do Registro de Preços:** 1/2017      **Data do Registro:** 23/02/2017      **Válido até:** 23/02/2018  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	FGM	0	40,0000	3
43	Kit com 120 discos 12,7mm (1/2) de diâmetro, discos de lixa Soflex Pop-on c/ mandril de encaixe (abrasivo a base de óxido de alumínio de varias granulacoes). Em um costado flexível de poliéster e de poliuretano, utilizados para acabamento de resina composta e dimento de ionômero de vidro, série laranja, granulção grossa, média, fina e superfina. (1650)	KIT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	tdv	0	225,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	TDV	0	230,0000	2
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	TDV	0	289,0000	3
44	Lima de endodontia série especial 20 flexo file (cx c/6) (19284)	CX	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	LOCUS	0	33,0000	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MEDIN	0	34,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MAILEFER	0	54,6300	3
45	LIMA DE ENDODONTIA LIMA 1ª SERIE 15-40 FLEXO FILE (CX C/ 6) (1327)	CX	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	LOCUS	0	33,5000	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MEDIN	0	34,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MAILEFER	0	54,6300	3
46	MASCARA DE PROTEÇÃO TRIPLA CAMADA (CX C/ 50 UND) (594)	CX	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	TALGE	0	8,5000	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	RIOPASA	0	8,9900	2



Página: 13/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 23/02/2017		Válido até: 23/02/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MEDIX	0	9,5000	3
47	Material restaurador temporário. Pó (óxido de zinco (91,5%), resina acrílica e fosfato de cálcio 40gr (1652)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BIODINAMICA	0	64,9000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	BIODINAMICA	0	65,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	DENTSPLY	0	69,7400	3
48	Material restaurador temporário líquido - (eugenol e ácido acético glacial (0,27%) 15ml) (1653)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BIODINAMICA	0	52,5000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	DENTSPLY	0	52,6400	2
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	BIODINAMICA	0	52,7000	3
49	Microbrush ( pinças aplicadores de sistema adesivo) tam regular caixa com 100 unidades. (17239)	CX	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MEDICAL BUF	0	10,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	KG	0	12,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	KG	0	16,8200	3
50	Moldura de cera descartável com 100 und, sortidas tamanhos (P E G), material flexível espuma de poliuretano. (2639)	CX	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	PREVEN	0	39,9000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	TECHNEW	0	54,0000	2

Página: 14/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 23/02/2017 Válido até: 23/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	Obturador provisório com flúor, pt com 25 gr (1796)	PT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	CATHEC	0	12,9000	1
52	óculos de proteção acrílico (4640)	UND	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	CATHEC	0	12,9900	2
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	CATTECH	0	15,0000	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	DANNY	0	8,9000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	SSPLUS	0	9,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	SSPLUS	0	9,8000	3
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	JAGUAR	0	9,9000	4
53	Papel para articulação 20x100mm (papel carbono) bloco (1658)	BL	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	ANGELUS	0	4,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	IODONTOSUL	0	5,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	IODONTOSUL	0	9,2800	3
54	Pasta profilática com flúor para profilaxia dental, uso profissional, peso líquido 90gr, contendo em sua composição água, espessante, lauri sulfato, carbonato de cálcio, pedra póme e sabor menta. (1654)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	MAQUIRA	0	7,5000	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MAQUIRA	0	7,7000	2

Página: 15/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 23/02/2017		Válido até: 23/02/2018		Objeto da Compra: Registro para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	ALL PLAN	0	8,9700	3
55	Pontas para acabamento de compósito em silicone e óxido de alumínio, caixa com 08 peças sendo: 01 mandril e 7 pontas-forma de taça. (1798)	CX	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	MICRODONT	0	62,0000	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	TDV	0	62,7000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	TDV	0	69,8600	3
56	Pontas para acabamento de compósito em silicone e óxido de alumínio, caixa com 08 peças sendo: 01 mandril e 7 pontas-forma de disco. (1797)	CX	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	TDV	0	62,7000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	MICRODONT	0	65,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	TDV	0	69,8600	3
57	Resina composta micro híbrida fotopolimerizável radiopaca, composta por partículas de vidro de bário, tamanho médio de 0,7 micrômetros e tamanho máximo inferior a 2 micrômetros - seringa de 4 gr cor OA3.5. (2638)	UND	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	KULZER	0	57,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	CHARISMA	0	70,0000	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	3M	0	75,0000	3
58	Resina composta fotopolimerizável Z100 cor A3.5 (carga inorgânica única de 100 % de zircônia/silica, composição matriz orgânica: Bisgma e T egdma, matriz inorgânica: zircônia/silica (71% volume) seringa de 4g. (17241)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	3M	0	57,8000	1

Página: 16/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 23/02/2017 Válido até: 23/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
59	Resina composta micro híbrida fotopolimerizável radiopaca, compostas por partículas de vidro de bário, tamanho médio de 0,7 micrômetros e tamanho máximo inferior a 2 micrômetros - seringa de 4 gr cor AO 3. (17240)	UND	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	Z100 3M	0	57,9000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	CHARISMA	0	70,0000	3
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	CHARISMA	0	57,0000	1
60	RESINA COMPOSTA COR A2 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS DE 4,5 MICRÔMETROS, O FILLER É ZIRCONIA/SILICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTEM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA. RESINA DO TIPO Z-100 (1305)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	3M	0	57,8000	2
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	KULZER	0	57,9000	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	3M	0	57,8000	1
61	RESINA COMPOSTA COR A3 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS DE 4,5 MICRÔMETROS, O FILLER É ZIRCONIA/SILICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTEM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA. RESINA DO TIPO Z-100 (1308)	UND	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	Z100 3M	0	57,9000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	3M	0	70,0000	3
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	3M	0	57,5000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	3M	0	57,8000	2
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	Z100 3M	0	57,9000	3

Página: 17/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017			Data do Registro: 23/02/2017		Válido até: 23/02/2018		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	RESINA COMPOSTA COR A1 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTÍCULAS DE 4,5 MICRÔMETROS. O FILLER É ZIRCONIA/SÍLICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTEM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA. RESINA DO TIPO Z-100 (1306)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	3M	0	57,8000	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	Z100 3M	0	57,9000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	3M	0	70,0000	3
63	Resina fotopolimerizável cor A1, com carga inorgânica de zircônia/silica (82% em peso e 60% em volume), matiz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida .radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1664)	UND	SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M	0	68,8000	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	Z250 3M	0	69,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	3M	0	75,0000	3
64	Resina fotopolimerizável cor A2, com carga inorgânica de zircônia/silica (82% em peso e 60% em volume), matiz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida .radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1665)	UND	SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M	0	68,8000	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	Z250 3M	0	69,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	3M	0	75,0000	3
65	Resina fotopolimerizável cor A3, com carga inorgânica de zircônia/silica (82% em peso e 60% em volume), matiz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida .radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1666)	UND	SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M	0	68,8000	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	Z250 3M	0	69,0000	2



Página: 18/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 23/02/2017		Válido até: 23/02/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

66	Resina fotopolimerizável cor A3.5, com carga inorgânica de zircônia/silica (82% em peso e 60% em volume), matiz Lis-gma, Bis-gma e UDMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 µm. Resina microhíbrida, radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1667)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	3M	0	75,0000	3
67	Revelador de placa bacteriana. Frasco c/500ml (1668)	FR	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	IODONTOSUL	0	14,2000	1
68	ROLETES DE ALGODÃO C/100 UNIDADES (1320)	PCT	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	WA	0	2,4000	1
69	Sistema Adesivo monocomponentes primer e adesivo em um só frasco. 08 gramas (1670)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	3M	0	153,7100	1
70	Solução bucal de digluconato de clorexidina a 0,12% 250 ml (1803)	FR	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	VIC PHARMA	0	18,0000	1

Página: 19/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 23/02/2017 Válido até: 23/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
71	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA TÓPICO 10 ML (1312)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	IODONTOSUL	0	18,5000	2
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	IODONTOSUL	0	18,7000	3
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	TECHNEW	0	21,2000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	MAQUIRA	0	25,0000	2
72	Sugador plástico descartável pct c/40und (1669)	PCT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	TECHNEW	0	25,7600	3
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MAXCLEAN BI	0	5,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	WA	0	7,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	WA	0	7,8200	3
73	Tricresol formalina líquido frasco c/ 10 ml (curativo para endodontia) (1676)	FRS	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	IODONTOSUL	0	6,9900	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	BIODINAMICA	0	7,0000	2
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	IODONTOSUL	0	7,3500	3
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	AAF DO BRAS	0	7,5900	4

Página: 20/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 23/02/2017		Válido até: 23/02/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

74	Tiras de lixa de aço 4mm c/ 12 unidades (1674)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MAQUIRA	0	6,8000	1
75	Tiras de lixa de aço 6mm c/ 12 unidades (1675)	PCT	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	NOSLIG PDX	0	6,9000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	AAF DO BRAS	0	10,7100	3
		PCT	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	NOSLIG PDX	0	6,9000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	MICRODONT	0	11,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	AAF DO BRAS	0	11,5900	3
76	Tiras de Poliéster pct c/100und (1672)	PCT	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	PREVEN	0	5,6000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	K-DENTE	0	7,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	PREVEN	0	11,0200	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREVEN	0	11,0200	4
77	Tiras de poliéster para polimento e acabamento cx c/ 150 unidades ( abrasivo a base de óxido de alumínio e costato de poliéster), tamanho das tiras 4mm de largura e 17" mm de comprimento, granulação média (críza) e fina (branca). Cada tira tem um centio neutro (sem abrasivo) para introdução nas superfícies interproximais dos dentes. (1673)	CX	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	AAF DO BRAS	0	9,6500	1

Página: 21/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 23/02/2017 Válido até: 23/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	NOSLIG PDX	0	9,7000	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MAQUIRA	0	14,1600	3
78	Tubetes de cloridrato de mepivacaina com epinefrina com vaso constritor 1:100,000 (tubetes de vidro), Mestivacaina 2% c/ vaso tubete cx c/50 (1655)	CX	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	DFL	0	77,8000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	DFL	0	115,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	DFL	0	115,0300	3
79	Verniz de flúoreto de sódio 5%, frasco de 10 ml (1802)	UND	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	SSWHITE	0	28,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	SSW	0	30,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	SSWHITE	0	32,6700	3
80	Fluor gel ( neutro ) frasco com 200 ml (17242)	FRS	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	IODONTOSUL	0	5,6900	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	SOUZA	0	5,7000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	IODONTOSUL	0	6,6100	3
81	Agulha gengival extra curta 30G, caixa com 100 unidades. (17243)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	38,9000	1

Página: 22/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 23/02/2017 Válido até: 23/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
82	Microbrush ( pincéis aplicadores de sistema adesivo) caixa com 100 unidades, tam extra fino. (17244)	CX	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	INJEX	0	39,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	INJEX	0	44,9200	3
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	KG	0	15,0000	2
83	Envelopes auto selante para esterilização em autoclave tam 70 X 230 mm pct com 100 und. (17247)	PCT	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MEDICAL BUF	0	10,0000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	KG	0	16,5000	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	VEDAMAX	0	28,9000	1
84	Envelopes auto selante para esterilização em autoclave tam 90 x 260 mm pct com 100 und. (17248)	PCT	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	MEDSTERIL	0	29,0000	2
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MEDSTERIL	0	40,0000	3
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	MEDSTERIL	0	31,0000	1
85	Envelopes auto selante para esterilização em autoclave tam 150 X 250 mm pct com 100 und. (17249)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	VEDAMAX	0	31,9000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	HARBO	0	38,2000	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	VEDAMAX	0	39,8000	1

Página: 23/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 23/02/2017 Válido até: 23/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6536)	HOSPFLEX	0	39,8200	2
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MEDSTERIL	0	40,0000	3
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	MEDSTERIL	0	40,0000	4
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	VEDAMAX	0	97,9000	1
86	Envelopes auto selante para esterilização em autoclave tam 250 x 400 mm pct com 100 und. (17250)	PCT	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MEDSTERIL	0	98,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	MEDSTERIL	0	100,0000	3
87	Porta agulha castroviejo 14 cm ponta reta com Widea e com trava (19285)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LM	0	171,5100	1
88	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO ZECYA (19286)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6536)	LOHCUS	0	33,8500	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	ANGELUS	0	33,9000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	JOTA	0	45,0000	3
89	Agulha gengival longa 30 G CX c/100 unid (19287)	CX	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	PROCAPRE	0	42,0000	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	INJEX	0	44,0000	2



Página: 24/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 23/02/2017 Válido até: 23/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	DFL	0	46,5000	3
90	Fio de sutura nylon 5,0, com agulha 1,5 cm cx c/ 24 und (19288)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	48,1500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	PROCARE	0	48,1900	2
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	TECHNEW	0	48,9000	3
91	Ponteira de ultrassom n.º 5, Sonic Borden Kavo (19289)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	KAVO	0	339,7800	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	KAVO	0	339,7900	2
92	Tiras de lixa de aço 2mm c/ 12 unid (19290)	CX	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	FAVA	0	7,9500	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	FAVA	0	7,9900	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA	0	9,5800	3
93	Ionômetro de Vidro (pó ionômetro de vidro restaurador - pote com 10gr e líquido ácido poliacrílico pote com 08gr) cor A3 (19291)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FGM	0	28,8000	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	MAXXION FGM	0	28,9000	2

Página: 25/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017**

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 23/02/2017		Válido até: 23/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	FGM	0	39,0000	3
94	Espátula Dupla nº 70 (19292)	UND	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	TRIKNS	0	7,7000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	TRINKS	0	10,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	LM	0	10,5700	3
95	Discos de lixa Soflex pop-on de 12,7 mm (1/2) de diâmetro (abrasivo a base de óxido de alumínio) com encaixe de mandril. Em um costado flexível de poliéster e de poliuretano, utilizado para acabamento de resina composta e cimento de ionômero de vidro. Granulação grossa, série laranja, reposição com 30 discos. (19293)	CX	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	3M	0	104,5000	1
			DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	3M	0	105,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	TDV	0	135,5000	3
96	Discos de lixa Soflex pop-on de 12,7 mm (1/2) de diâmetro (abrasivo a base de óxido de alumínio) com encaixe de mandril. Em um costado flexível de poliéster e de poliuretano, utilizado para acabamento de resina composta e cimento de ionômero de vidro. Granulação média, série laranja, reposição com 30 discos. (19294)	CX	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS (6647)	3M	0	104,5000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	TDV	0	104,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Página: 26/27

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 23/02/2017		Válido até: 23/02/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. (6249)	3M	0	130.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Página: 27/27

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 23/02/2017		Válido até: 23/02/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017

PROCESSO Nº 4/2017

- (6156) - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD
- (6249) - MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA.
- (6538) - SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME
- (6647) - DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENS

Braco do Trombudo, 23 de Fevereiro de 2017.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº27/2017 PMBT

Publicação Nº 1493850

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2017

Número do Registro de Preços: 27/2017		Data do Registro: 23/11/2017		Válido até: 23/11/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de produtos químicos para atendimento da demanda de água na Estação de Tratamento de Água - ETA ( Braço Novo e Serri) do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Sulfato de alumínio (granulado-pó) para tratamento de água, isento de ferro. (9215)	KG	KEMHYDRA COM. DE PROD. QUIMICOS E PETROQ. LTDA ME (9440)	PROJESAN	0	1,4900	1
			AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (9529)	AVANEX	0	1,5000	2
			BUSCHLE E LEPPER SA (6502)	AVANEX	0	1,5600	3
2	Hipoclorito de sódio comercial (9216)	KG	KEMHYDRA COM. DE PROD. QUIMICOS E PETROQ. LTDA ME (9440)	CSM	0	1,0800	1
			BUSCHLE E LEPPER SA (6502)	CARBOCLORI	0	1,0900	2
			AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (9529)	MULTICLORO	0	1,6800	3
3	Ortopolifosfato de Sódio Base Seca (16761)	KG	AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (9529)	AVANEX	0	7,6500	1
			INDUSTRIA QUIMICA MASCIA LTDA (8988)	Mascia Ortopol	0	7,6800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2017

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 27/2017		Data do Registro: 23/11/2017		Válido até: 23/11/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de produtos químicos para atendimento da demanda de água na Estação de Tratamento de Água - ETA ( Braço Novo e Sertão) do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADETEC TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA (9153)	ADEQUEST	0	11,9000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2017

Número do Registro de Preços: 27/2017		Data do Registro: 23/11/2017		Válido até: 23/11/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de produtos químicos para atendimento da demanda de água na Estação de Tratamento de Água - ETA ( Braço Novo e Serril) do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2017

PROCESSO Nº 42/2017

- (6502) - BUSCHLE E LEPPER SA
- (8988) - INDUSTRIA QUIMICA MASCIA LTDA
- (9153) - ADETEC TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
- (9440) - KEMHYDRA COM. DE PROD. QUIMICOS E PETROQ. LTDA ME
- (9529) - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Braço do Trombudo, 23 de Novembro de 2017.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº28/2017 PMBT

Publicação Nº 1493852

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2017

Número do Registro de Preços: 28/2017 Data do Registro: 24/11/2017 Válido até: 24/11/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais organizados pela CME (Comissão Municipal de Esportes) no município de Braco do Trombudo, envolvendo somente equipes do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Arbitragem para futsal (contendo 2 (dois) árbitros e 1 (um) mesário (19825)	JG	LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIAO DA CEBOLA (9217)		0	116,1127	1
2	Arbitragem para futebol suíço contendo 1 (um) árbitro e 1 (um) mesário (19828)	JG	LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIAO DA CEBOLA (9217)		0	103,7821	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2017

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 28/2017		Data do Registro: 24/11/2017		Válido até: 24/11/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais organizados pela CME (Comissão Municipal de Esportes) no município de Braço do Trombudo, envolvendo somente equipes do município.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	deslocamento de arbitragem (18829)	D	LIGA DESPORTIVA DA MICORREGIAO DA CEBOLA (9217)		0	45,2120	1

3	deslocamento de arbitragem (19829)	D	LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIAO DA CEBOLA (9217)		0	45,2120	1
---	------------------------------------	---	--	--	---	---------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2017

Número do Registro de Preços: 28/2017		Data do Registro: 24/11/2017		Válido até: 24/11/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais organizados pela CME (Comissão Municipal de Esportes) no município de Braço do Trombudo, envolvendo somente equipes do município.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2017  
PROCESSO Nº 44/2017

(9217) - LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIAO DA CEBOLA

Braço do Trombudo, 24 de Novembro de 2017.

# Brusque

## PREFEITURA

### AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 001-2018 -AVALIAÇÃO METAS 3º QUAD 2017

Publicação Nº 1532896

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA  
001/2018

A Prefeitura Municipal de Brusque torna Público que fará realizar Audiência Pública para Demonstração e Avaliação das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2017 nos termos do parágrafo 4º, Art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF.

Local: Câmara Municipal de Brusque

Data: 28/02/2018.

Hora: 16:00 horas.

Brusque, 13 de fevereiro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

### EXTRATO DA DISPENSA Nº 01-2018 – LEGISLATIVO

Publicação Nº 1532892

Extrato da Dispensa nº 01/2018 – Câmara Municipal de Brusque  
Espécie: dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993; Fornecedor: Joelcio Scarpari; Objeto: contratação de serviços de perícia grafotécnica; Proc. Licit. nº 01/2018; Dotação Orçamentária: 333903606; Valor: R\$ 2.914,33; Ratificação em 25/01/2018, por Jean Daniel dos Santos Pirola.

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189-2017

Publicação Nº 1532893

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO nº 189/2017  
CONCORRENCIA nº 007/2017  
ADENDO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E PASSEIO DA RUA ABRAÃO DE SOUZA E SILVA (TRECHO LOCALIDADE DA RUA DA FAZENDA), NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Fica alterada a Ata de Licitação lavrada em 17/jan/2018, em virtude da decisão proferida pelo Prefeito, em exercício, no dia 13/02/2018, passando a vigorar da seguinte forma: Apresentou proposta de menor preço a empresa MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA e, com fundamento no item 11.1.7 do edital (menor preço global), é declarada vencedora do certame licitatório, com valor global de R\$ 3.175.589,31 (três milhões, cento e setenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e nove reais e trinta e um centavos), nos termos da proposta apresentada. Ficando inalteradas as demais cláusulas.

15/02/2018

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA

Presidente da Comissão de Licitação

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01-2018- SASH

Publicação Nº 1532891

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 /2018 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre horário de funcionamento dos equipamentos dos CRAS e CREAS.

A SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de estabelecer horário padronizado para os equipamentos CREAS, CRAS Limeira e CRAS Azambuja, Considerando a importância de assegurar aos usuários horário determinado de atendimento,

RESOLVE:

Art. 1º- Estabelecer o seguinte horário de funcionamento para o CREAS, CRAS Limeira e CRAS Azambuja:

I- das 8 h às 12 h e das 13 às 17 h, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º- Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Brusque, 21 de fevereiro de 2018

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

### PORTARIA Nº 12339-2018

Publicação Nº 1532901

PORTARIA N. 12.339, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de Professora, por motivo de aposentadoria.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de Professora, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pela servidora Valquiria de Amorim, matrícula n. 7005-1, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de fevereiro de 2018.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO

Secretária de Educação

**PORTARIA Nº 12340-2018**

Publicação Nº 1532902

PORTARIA N. 12.340, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Altera lotação de servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar a lotação do servidor Vilson Bohn, ocupante do cargo em comissão de Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos para a Secretaria de Trânsito e Mobilidade, a partir do dia 13 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de fevereiro de 2018.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

NILSON PEREIRA  
Respondendo interinamente pela  
Secretaria de Trânsito e Mobilidade

**PORTARIA Nº 12341-2018**

Publicação Nº 1532954

PORTARIA N. 12.341, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Exonera servidora.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Maria Cristina Setraghi Couceiro de Sousa Santos do cargo de provimento em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, a partir de 20 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de janeiro de 2018.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário de Governo e Gestão Estratégica

**PORTARIA Nº 12342-2018**

Publicação Nº 1532956

PORTARIA N. 12.342, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear André Vechi para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de janeiro de 2018.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário de Governo e Gestão Estratégica

**PORTARIA Nº 12343-2018**

Publicação Nº 1532904

PORTARIA nº 12.343, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar Municipal nº 144/09 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Ronaldo Santos do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-I, Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 11.504/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de fevereiro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 12344-2018**

Publicação Nº 1532905

PORTARIA nº 12.344, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar Municipal nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar João Pedro da Silva do cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 11.505/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de fevereiro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 12345-2018**

Publicação Nº 1532907

PORTARIA nº 12.345, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar Municipal nº 143/09 e alterações, Anexo IV-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Charlene Costa de Aquino do cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, Coordenadora, lotada na Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 11.894/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de fevereiro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 12347-2018**

Publicação Nº 1532908

PORTARIA nº 12.347, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Ordinária Municipal nº 3.248/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Mariana Martins Resende da Silva do cargo de Agente Político, Símbolo AP, Secretária de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 11.499/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de fevereiro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 12348-2018**

Publicação Nº 1532909

PORTARIA nº 12.348, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar Municipal nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Edione Maria Rescarolli Pedrini do cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, Coordenadora, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 11.602/2017

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de fevereiro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete



**PORTARIA Nº 234-2018**

Publicação Nº 1532898

**PORTARIA Nº 234/2018**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Reduzir a carga horária da Servidora BETINA VIDOTTO IMHOF, matrícula nº 607126, ocupante do cargo MEDICO ESPECIALISTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, de 40 horas semanais para 20 horas semanais.

Parágrafo único: A Redução se dá por interesse da Municipalidade, conforme justificativa constante no Memorando nº 057/2018 da Secretaria da Saúde, bem como de acordo com o Parágrafo Único, Art. 40 da Lei Complementar 143/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de janeiro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora Recursos Humanos

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário da Saúde

**PORTARIA Nº 392-2018**

Publicação Nº 1532899

**PORTARIA Nº 392/2018**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017,

**RESOLVE**

Art. 1º – Conceder retorno às atividades a Servidora MARCIA LUCINDA MAFRA FAGUNDES, matrícula nº 345440, efetiva no cargo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, lotada na Secretaria da Saúde, afastado em licença para tratar de assuntos particulares através da Portaria nº 44/2013.

Parágrafo 1º – O retorno se dá a pedido do servidor, com fulcro no § 1º do Art. 137 da LC 147/2009, retornando às suas atividades na Secretaria da Saúde – UBS SOUZA CRUZ – MALUCHE.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de fevereiro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora de

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 435 2018**

Publicação Nº 1532900

**PORTARIA Nº 435/2018**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017, e Artigo 50 e 51 da LC 147/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Remover de Ofício, a servidora FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA matrícula nº 1000023106, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para a Secretaria de Comunicação Social.

Parágrafo único: A Remoção se dá por interesse da Municipalidade, bem como a pedido do Servidor. A remoção se dá com fulcro no § 1º do Art. 45, c/c Art. 50 e 51 da Lei 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 14 de fevereiro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de recursos Humanos

WILLIAM FERNANDES MOLINA  
Secretário de Governo e Gestão Estratégica respondendo interinamente pela Secretaria de Comunicação Social

# Caçador

## PREFEITURA

### ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM PEDIATRIA Nº 17/2017 - FMS

Publicação Nº 1532677

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM PEDIATRIA Nº 17/2017 - FMS

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, as dezessete horas, na sala do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Avenida Santa Catarina, n.º 195, nesta cidade de Caçador, SC, reuniu-se os membros da Comissão Permanente nomeada pelo Decreto nº 7.375 de 10 de janeiro de 2.018, em sessão reservada, para análise da documentação do edital de credenciamento para médicos especialistas em Pediatria. Inicialmente a Comissão realizou a análise das interessadas em participar do credenciamento, sendo constatado somente o protocolo da empresa MP SAÚDE EIREILI. O edital de credenciamento prevê a possibilidade de interessados se apresentarem como Pessoas Físicas ou Jurídicas para consultas na especialidade de Pediatria, sendo vedado a habilitação de ambas personalidades que possuam relação entre si. A Comissão registra os seguintes apontamentos sobre o protocolo e documentos da empresa: o edital previa o prazo de inscrição até o dia 26/01/2018 às 18h30m, assim, verificou-se a tempestividade da data e horário de protocolo dos documentos da interessada (24/01/2018 às 13h07m). Após esta análise, foi verificado os documentos apresentados pela empresa: Ato constitutivo registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina; Alvará Sanitário com validade até 18/10/2018; Cópia do Diploma comprovando a especialidade em Pediatria da profissional Franciny Moraes Perego; Registro de Especialidade junto ao CREMESC, sob nº 12329; Comprovante da situação Regular do Registro de Especialidade da profissional com o CRM de SC. A empresa MP SAÚDE EIREILI não apresentou as CNDs para comprovar sua situação fiscal regular, no entanto, a Comissão realizou diligências e emitiu as Certidões necessárias, bem como a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Após as emissões das certidões, verificou-se que a empresa apresenta restrições na Certidão Negativa de Débitos Municipais e na Certidão Negativa de Débito relativo aos Tributos Federais. Ademais, não foi apresentado à Comissão os documentos de Registro do Profissional junto ao CRM; Registro da Empresa junto ao CRM e Declaração de cumprimento do dispositivo no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal de 1988 (anexo VI do edital). Desta forma, considerando as restrições fiscais da empresa e a falta de documentos exigidos no edital, a habilitação da empresa fica suspensa até complementação dos documentos ou por manifestação da entidade requisitante para prosseguimento ou não do credenciamento. Nada mais havendo a tratar e digno de nota, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão. Caçador/SC, 21 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
Presidente  
Lucas Filipini Chaves

\_\_\_\_\_  
Membro  
Ana Paula Cardoso de Lima

\_\_\_\_\_  
Membro  
Romaine Aparecida Dal Ponte

## CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DAS AMOSTRAS DO PR03-2018 - PMC

Publicação Nº 1532699

## RELATÓRIO DE ANÁLISE DOS PRIMEIROS COLOCADOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO PARA COMPRA DE MATERIAIS ESCOLAR 2018 – CAÇADOR-SC – PR03/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO 06/2018

Certificamos que a empresa: apresentou amostras dos produtos abaixo relacionados, constante no pregão presencial nº 03/2018 para aquisição de LIVROS PARA BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAÇADOR e de expediente destinados à Secretaria Municipal de Educação

ITEM	QUANTIDADE	Unidade de medida	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Marca	Avaliação
01	23	UNIDADE	BIBLIOTECA MÓVEL EDUCAÇÃO INFANTIL, CONTENDO 70 LIVROS, RESPEITANDO TÍTULO, ISBN, CONFORME LISTAGEM: MÚSICA E PINTURA, ISBN 9788581020051; O PEQUENO PINGUIM, ISBN 9788537606773; MEU FANTOCHE DIVERTIDO HIPOPÓTOMO, ISBN 9788581020624; APRENDENDO A FECHAR OZIPER, ISBN 9788537615560; SEULOBATO TINHA UM SÍTIO, ISBN 9788537617496; APRENDENDO A FECHAR O BOTÃO DE PRESSÃO, ISBN 9788537615553; MINHA PRINCESINHA, ISBN 9788541002660; O MONSTRO ESPORTIVO, ISBN 9788537612910; MEU PRIMEIRO ATLAS DE ANIMAIS, ISBN 9788537614761; A PORQUINHA TITA, ISBN 9788537615133; O PINTINHO, ISBN 9788537614884; 23 Luciana Marta Debarba Cereza Procuradora Municipal OAB/SC 15.674-B 2 JUQUINHA CONTA A VERDADE, ISBN 9788537615041; ARANHA, ISBN 9788537615935; O MONSTRO FAMINTO, ISBN 9788537612927; SOLZINHO NO VERÃO, ISBN 9788537615249; O PINTINHO AMARELINHO ESTÁ PERDIDO, ISBN 9788533926516; RIKI SABE CONTAR, ISBN 9788537622056; A OVELHINHA APRENDE AS CORES, ISBN 9788533926523; ANIMAIS DA FAZENDA, ISBN 9788537613207; HORA DO SONINHO, ISBN 9788541003261; TOQUE E SINTA MACACO, ISBN 9788581021805; PAREM DE ME ENCHER, ISBN 9788541000505; RATINHO, ISBN 9788537612972; CONHECENDO OS SONS DA FAZENDA, ISBN 9788581021966; CÃOZINHO, ISBN 9788537612958; FAZENDA, ISBN 9788537611173; ALICE NO PAIS DAS MARAVILHAS, ISBN 9788573987355; GATINHO, ISBN 9788537612965; PASSARINHO DICO, ISBN 9788537622865; O DIA DE DIVERSÃO DO TIGRE, ISBN 9788537620434; RESPONSABILIDADE, ISBN 9788537607381; COELHINHO, ISBN 9788533923867; RESPEITO, ISBN 9788537607374; PEQUENOS DINOSSAUROS, ISBN	PRINTSUL	APROVADA

9788537618653; NOSSOS ANIMAIS, ISBN 9788541004459; DINO O DIONOSSAURO, ISBN 9788563732781; VESTINDO-SE COM MICO, ISBN 9788537618899; JOANINHA, ISBN 9788537615959; O PIQUINIQUE DA FORMIGA, ISBN 9788537620410; OS 3 PORQUINHOS, ISBN 9788581021102; O GATO DONATO, ISBN 9788537622186; FRESQUINHA NA PRIMAVERA, ISBN 9788537615225; JUQUINHA TOMA UM BANHO, ISBN 9788537615065; GATO DE BOTAS, ISBN 9788537622759; O CABRITINHO, ISBN 9788537615331; A FLORESTA É BARULHENTA, ISBN 9788537611388; ROQUE VAI PARA A LUA, ISBN 9788537623770; DIVERSÃO NA FAZENDA, ISBN 9788537616680; ESTEGO O DIONOSSAURO, ISBN 9788537616147; O MAGICO DE OZ, ISBN 9788573987362; VAMOS ESCUTAR, ISBN 9788537627617; HONESTIDADE, ISBN 9788537607343; A ESTRELINHA SUMIDA, ISBN 9788537615607; GENEROSIDADE, ISBN 9788537607336; ESTÁ NA HORA DE BRINCAR, ISBN 9788537612996; GELADINHO NO INVERNO, ISBN 9788537615232; PEIXINHO, ISBN 9788537608517; OS RUÍDOS DA SELVA, ISBN 9788537625491; TIGREZINHA, ISBN 9788537618660; FOLHINHA NO OUTONO, ISBN 9788537615218; FAÇA NOVAS AMIZADES, ISBN 9788537632420; HIGIENE QUEREMOS ESTRAR LIMPOS, ISBN 9788537633076; JARDINAGEM EM UM DOMINGO, ISBN 9788537632741; A REGRA DE OURO, ISBN 9788537634127; DEVERES O TRABALHO É MEU, ISBN 9788537633090; COMPARTILHAR REPARTIR SEMPRE AJUDA, ISBN 9788537633083; QUANDO PAPAI SE CASOU COM MAMÃE, ISBN 9788537632765; VIAGEM PARA UMA ILHA, ISBN 9788537632857; RESPEITE OS OUTROS, ISBN 9788537632444; SEJA EDUCADO, ISBN 9788537632451. ACONDICIONADO EM UM MÓVEL TIPO "BAU" COMPOSTO POR DUAS PARTES: PARTE A) CAIXA INFERIOR COM DIMENSÕES MINIMAS DE (LXAXP) 400X350X200 MM, EM MDF BRANCO DE 15 MM, COM 04 RODÍZIOS DE SILICONE DE 2,5 POLEGADAS. COM DUAS ALÇAS DE METAL EMBORACHADO, REFORÇADAS E ESCAMOTEÁVEIS PARA AUXILIAR NO TRANSPORTE. PARTE B) TAMPA SUPERIOR COM DIMENSÕES APROXIMADAS (LXAXP) 400X15X210MM. CAIXA INFERIOR E TAMPA SUPERIOR UNIDAS POR DOBRADIÇA, SISTEMA DE ABERTURA DO MÓVEL FEITO POR DOBRADIÇAS MECÂNICAS COM REGULAGEM DE ALTURA DO BRAÇO ARTICULADOR. O BAÚ DEVE SER TOTALMENTE PERSONALIZADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO COLORIDO EM SUA TOTAL EXTENSÃO. ACOMPANHA 1 TATAME DA ALFABETIZAÇÃO, CONFECCIONADO EM BAGUM COLORIDO QUE REVESTIDO POR UMA FIBRA COM PROPRIEDADE ISOLANTE TÉRMICA, COM O ALFABETO PORTUGUÊS DISPOSTO DE FORMA LINEAR, CONTEMPLANDO A TOTALIDADE DO TATAME, MEDINDO 1,80CM X 1,50CM.

PRINTSUL

			<p>9788573986549; SEJA INDEPENDENTE, ISBN 9788537633182; O IGUANODONTE ADORA OVOS DE PÁSCOA, ISBN 9788537633243; VALORES PARA A VIDA TODA RESPEITO, ISBN 9788581020211; RIKI NÃO ESCOVA OS DENTES, ISBN 9788573987324; O PARASSAUROLOFO QUER UMA COROA, ISBN 9788537633250; RAIVA DE LEVAR A CULPA, ISBN 9788537632475; VALORES PARA A VIDA TODA AUTOCONFIANÇA, ISBN 9788581020198; RIKI NÃO QUER COMER, ISBN 9788573987331; SOPA DE CORAGEM, ISBN 9788573987478; O DESEJO SE TORNA REALIDADE, ISBN 9788537621141; TROMBETEIE, ISBN 9788537621158; A RESOLUÇÃO DE ANO NOVO DO ESQUILO, ISBN 9788573985559; MEU BRINQUEDO É DIFERENTE, ISBN 9788537612545; O SAPO ORGULHOSO, ISBN 9788573987270; AJUDE A NATUREZA, ISBN 9788537612521; ZAMBO MALUCO, ISBN 9788573985726; ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, ISBN 9788537632291; QUEM ZOMBA TEM INVEJA, ISBN 9788563732859; PARABÉNS PRA VOCÊ CANGURU AZUL, ISBN 9788573985672; RAIVA DE SER DERROTADO, ISBN 9788537632482; LIMPE OLHOS E OUVIDOS, ISBN 9788537632338; O JARDIM DO ADEUS AO CÂNCER, ISBN 9788573986761; VAMOS CANTAR, ISBN 9788537620076; SUPERCADERA DO MAX, ISBN 9788537612675. ACONDICIONADO EM UM MÓVEL TIPO "BAU" COMPOSTO POR DUAS PARTES: PARTE A) CAIXA INFERIOR COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE (LXAXP) 400X350X200 MM, EM MDF BRANCO DE 15 MM, COM 04 RODÍZIOS DE SILICONE DE 2,5 POLEGADAS. COM DUAS ALÇAS DE METAL EMBORACHADO, REFORÇADAS E ESCAMOTEÁVEIS PARA AUXILIAR NO TRANSPORTE. PARTE B) TAMPA SUPERIOR COM DIMENSÕES APROXIMADAS (LXAXP) 400X15X210MM. CAIXA INFERIOR E TAMPA SUPERIOR UNIDAS POR DOBRADIÇA, SISTEMA DE ABERTURA DO MÓVEL FEITO POR DOBRADIÇAS MECÂNICAS COM REGULAGEM DE ALTURA DO BRAÇO ARTICULADOR. O BAÚ DEVE SER TOTALMENTE PERSONALIZADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO COLORIDO EM SUA TOTAL EXTENSÃO. ACOMPANHA 1 TATAME DA ALFABETIZAÇÃO, CONFECIONADO EM BAGUM COLORIDO QUE REVESTIDO POR UMA FIBRA COM PROPRIEDADE ISOLANTE TÉRMICA, COM O ALFABETO PORTUGUÊS DISPOSTO DE FORMA LINEAR, CONTEMPLANDO A TOTALIDADE DO TATAME, MEDINDO 1,80CM X 1,50CM. APRESENTAR CERTIFICADO DO INMETRO DO TAPETE ANEXO À PROPOSTA</p>		
03	08	UNIDADE	<p>BIBLIOTECÁRIO MÓVEL EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS, CONTENDO 70 LIVROS, RESPEITANDO TÍTULO, ISBN, CONFORME LISTAGEM: PRINCESA GRACE, ISBN 9788576794820; AS AVENTURAS DO CAPITÃO CUECA, ISBN 9788575030103; CONFISSÕES DE UMA GAROTA, ISBN 9788580415797; O PEQUENO PRÍNCIPE, ISBN</p>	<u>PRINTSUL</u>	<u>APROVADA</u>



				<p>9788522031443; CINCO SEMANAS EM UM BALÃO, ISBN 9788573986723; AS IRMÃS GRIMM, ISBN 9788576796510; THE WALKING DEAD, ISBN 9788501052766; ODISSEIA, ISBN 9788573986990; UM DESAFIO ASSUSTADOR, ISBN 9788543102641; MOBY DICK, ISBN 9788573986983; COMO TREINAR SEU DRAGÃO, ISBN 9788598078717; MAGUINHO E A MAGIA DE MINACE, ISBN 9788573899320; HARRY POTTER E AS RELÍQUIAS DA MORTE, ISBN 9788532522610; MUITO MAIS QUE 5 MINUTOS, ISBN 9788584390113; O CORTIÇO, ISBN 9788573987119; A CULPA É DAS ESTRELAS, ISBN 9788580572261; A PROMESSA DO TIGRE, ISBN 9788580413014; HARRY POTTER E A CÂMARA SECRETA, ISBN 9788532511669; HARRY POTTER E O CALICE DE FOGO, ISBN 9788532512529; OS TRES MOSQUETEIROS, ISBN 9788573894646; MAGUINHO E O ORBE CINTILANTE, ISBN 9788573898217; MAGUINHO E O LIVRO SECRETO DOS GUARDIÕES, ISBN 9788573899306; O HEROI PERDIDO, ISBN 9788580570083; HUCKLEBERRY FINN, ISBN 9788573894608; IRACEMA, ISBN 9788573987089; O MENINO DA LISTA DE SCHINDLER, ISBN 9788579802126; UMA FAMÍLIA HORRIPILANTE, ISBN 9788543103839; DIÁRIO DE UM BANANA - A GOTA D'ÁGUA, ISBN 9788576834380; MAGUINHO E O PORTAL TEMPORAL, ISBN 9788573899290; O ATENEU, ISBN 9788573987065; VINTE MIL LÉGUAS SUBMARINAS, ISBN 9788573986747; DIÁRIO DE UM BANANA - RODRICK É O CARA, ISBN 9788576833949; ANGELS PARA SEMPRE, ISBN 9788576767527; O MÁGICO DE OZ, ISBN 9788580444711; QUEM É VOCÊ ALASCA, ISBN 9788580576832; É PARA ISSO QUE NÃO SERVE OS AMIGOS, ISBN 9788576768609; DIÁRIO DE UM BANANA - MARÉ DE AZAR, ISBN 9788576837381; AS AVENTURAS DE JULIANA, ISBN 9788567028934; DEZENOVE LUAS, ISBN 9788501403261; DIÁRIO DE UM BANANA - SEGURANDO VELA, ISBN 9788576835837; DIÁRIO DE UMA GAROTA NADA POPULAR, ISBN 9788576862956; DIÁRIO DE UM BANANA - UM ROMANCE EM QUADRINHOS, ISBN 9788576833932; DIÁRIO DE UM BANANA - CASA DOS HORRORES, ISBN 9788576834946; O TEOREMA KATHERINE, ISBN 9788580573152; OS DIÁRIOS DO SEMIDEUS, ISBN 9788580573176; A MALDIÇÃO DO TITÃ, ISBN 9788580575415; A VOLTA AO MUNDO EM 80 DIAS, ISBN 9788573986754; MAGUINHO E A SOMBRA DO MUNDO DO FUTURO, ISBN 9788573899313; O ÚLTIMO OLIMPIANO, ISBN 9788580575439; DRÁCULA, ISBN 9788573986938; DIÁRIO DE UM BANANA - A VERDADE NUA E CRUA, ISBN 9788576834939; O MAR DE MONSTROS, ISBN 9788580575408; POLLYANNA, ISBN 9788573987003; DIÁRIO DE UM BANANA - DIAS DE CÃO, ISBN 9788576834397; O LADRÃO DE RAIOS, ISBN 9788580575392; O DIÁRIO DE ANNE FRANK, ISBN 9788537634110; TERRA DE GELO,</p>
--	--	--	--	--



			ISBN 9788576763222; O ARQUEIRO, ISBN 9788501061706; POIS É ACHO QUE TENHO SUPER PODERES, ISBN9788539502851; O REJEITADO, ISBN 9788539503810; O SANGUE DO OLÍMPIO, ISBN 9788580575958; SONHO DE UMA NOITE DE VERÃO, ISBN 9788573987010; SENHORA, ISBN 9788573987140; A BATALHA DO LABIRINTO, ISBN 9788580575422; ENEIDA, ISBN 9788573986945; A CRUZADA SECRETA, ISBN 9788501098344; FRANKENSTEIN, ISBN 9788573986952; VIAGEM AO CENTRO DA TERRA, ISBN 9788573986730; EM CHAMAS, ISBN 9788579800641; BEM-HUR, ISBN 9788573894585. ACONDICIONADO EM UM MÓVEL TIPO "BAU" COMPOSTO POR DUAS PARTES: PARTE A) CAIXA INFERIOR COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE (LXAXP) 400X350X200 MM, EM MDF BRANCO DE 15 MM, COM 04 RODÍZIOS DE SILICONE DE 2,5 POLEGADAS. COM DUAS ALÇAS DE METAL EMBORACHADO, REFORÇADAS E ESCAMOTEÁVEIS PARA AUXILIAR NO TRANSPORTE. PARTE B) TAMPA SUPERIOR COM DIMENSÕES APROXIMADAS (LXAXP) 400X15X210MM. CAIXA INFERIOR E TAMPA SUPERIOR UNIDAS POR DOBRADIÇA, SISTEMA DE ABERTURA DO MÓVEL FEITO POR DOBRADIÇAS MECÂNICAS COM REGULAGEM DE ALTURA DO BRAÇO ARTICULADOR. O BAÚ DEVE SER TOTALMENTE PERSONALIZADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO COLORIDO EM SUA TOTAL EXTENSÃO. ACOMPANHA 1 TATAME DA ALFABETIZAÇÃO, CONFECIONADO EM BAGUM COLORIDO QUE REVESTIDO POR UMA FIBRA COM PROPRIEDADE ISOLANTE TÉRMICA, COM O ALFABETO PORTUGUÊS DISPOSTO DE FORMA LINEAR, CONTEMPLANDO A TOTALIDADE DO TATAME, MEDINDO 1,80CM X 1,50CM. APRESENTAR CERTIFICADO DO INMETRO DO TAPETE ANEXO À PROPOSTA.	

**Caçador, 15 de fevereiro de 2018.**

**Comissão de análise de amostras**

Wagner Severgnini

Maurício Luiz Somensi

Daniel Pereira Rafaeli Filho

Ana Paula Spuldaro Peretto

Bernadete Maria Ribeiro dos Santos

Elenir Izabel Spezia Correa

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 01, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018**

Publicação Nº 1532281

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Altera o art. 4º da Resolução nº 01, de 9 de abril de 2013, que dispõe sobre autorização de pagamento de diárias aos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal e com base na Resolução nº 01, de 9 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o art. 4º da Resolução nº 01, de 9 de abril de 2013, que dispõe sobre autorização de pagamento de diárias aos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Caçador, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º As diárias serão corrigidas a cada 4 (quatro) anos no mês de fevereiro, pelo Índice Geral de Preços Médio - IGPM, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo. (NR)”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 2018.

Antonio Rubiano Schmitz  
Presidente

# Caibi

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018

Publicação Nº 1531940

#### MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 024/2018 na modalidade Pregão Presencial RP Nº 013/2018, que tem por objeto: Registro de Preços para Eventual Aquisição de nitrogênio líquido, doses de sêmen e materiais para manutenção do programa de inseminação artificial nas propriedades dos agricultores cadastrados no município de Caibi -SC conforme lei municipal nº 2.505/2017 do tipo menor preço – Por Item cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:00 horas do 07 de Março de 2018 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, fone (49)3648-0211 e a integra do edital estará disponível no site [www.caibi.sc.gov.br](http://www.caibi.sc.gov.br). Caibi –SC 22 de Fevereiro de 2018. Eloi José Libano. Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 032/2018

Publicação Nº 1531661

DECRETO Nº 032/2018, de 22 de fevereiro de 2018.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 233/2017 do objeto do Processo Licitatório de Nº 018/2018 na Modalidade Pregão Presencial Nº 007/2018 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

ELÓI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira CASSIANE PIGNAT BEILKE designada pelo Decreto Nº 233/2017, sobre o Processo Licitatório Nº 018/2018, na Modalidade Pregão Presencial Nº 007/2018 que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE (01) UM TRATOR CORTADOR DE GRAMA NOVO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE CAIBI –SC.

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor do proponente abaixo relacionado, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

Proponente	Item	Unid.	Qtd	Descrição	Marca	Vlr. Unit. R\$	Vlr. Total Item R\$
MARCIO MARCELO ZIMMERMANN & CIA LTDA EPP	1	Und	1	Trator cortador de grama novo com motor 4T com 17,5HPS, de 5(cinco) marchas com bateria de 12 Volts, largura do corte de 105 cm , altura de corte de 05 posições, tanque de combustível de 5,5 litros, com sistema de bomba de óleo e partida elétrica. Garantia de 01 ano.	TRAPP LT 4217	9.340,00	9.340,00

Total do proponente vencedor:

Nome do Fornecedor	Valor total da proposta
MARCIO MARCELO ZIMMERMANN & CIA LTDA EPP	9.340,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 22 de fevereiro de 2018.

Elói José Libano  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

Dirlei Lemes de Almeida  
Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 033/2018**

Publicação Nº 1531731

DECRETO Nº 033/2018, de 22 de fevereiro de 2018.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 233/2017 do objeto do Processo Licitatório de Nº 019/2018 na Modalidade Pregão Presencial RP Nº 008/2018 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

ELÓI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira CASSIANE PIGNAT BEILKE designada pelo Decreto Nº 233/2017, sobre o Processo Licitatório Nº 019/2018, na Modalidade Pregão Presencial RP Nº 008/2018 que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE TABELA, REGULAMENTO GERAL E TÉCNICO DA COMPETIÇÃO, CONTROLE DE PONTUAÇÃO, CARTÕES E GOLEADORES, JULGAMENTOS DE RELATÓRIOS E ARBITRAGEM DE JOGOS, NAS DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS A SEREM REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE CAIBI – SC.

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor do proponente ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ARBITROS – ASSCA tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

Item	Qtd. Estimada	Und	DESCRIÇÃO	Vlr. Unit. R\$	Vlr. Total R\$
01	130	Jogos	Arbitragem para jogos de Futebol de Campo, incluindo elaboração de tabela, regulamento geral e técnico da competição, controle de pontuação, cartões e goleadores, julgamentos de relatórios arbitragem de jogos e transporte até o local da partida. São necessários em cada jogo dois assistentes, um árbitro e um mesário, sendo que todos deverão ter experiência e ser maior de idade.	359,30	46.709,00
02	200	Jogos	Arbitragem para jogos de Futsal, incluindo elaboração de tabela, regulamento geral e técnico da competição, controle de pontuação, cartões e goleadores, julgamentos de relatórios arbitragem de jogos e transporte até o local da partida. São necessários em cada jogo dois árbitros e um mesário, sendo que todos deverão ter experiência e ser maior de idade.	184,80	36.960,00
03	140	Jogos	Arbitragem para jogos de Futebol Suíço, incluindo elaboração de tabela, regulamento geral e técnico da competição, controle de pontuação, cartões e goleadores, julgamentos de relatórios arbitragem de jogos e transporte até o local da partida. São necessários em cada jogo dois árbitros e um mesário, sendo que todos deverão ter experiência e ser maior de idade.	194,70	27.258,00
04	50	Jogos	Arbitragem para jogos de Voleibol, incluindo elaboração de tabela, regulamento geral e técnico da competição, controle de pontuação, cartões e goleadores, julgamentos de relatórios arbitragem de jogos e transporte até o local da partida. São necessários em cada jogo dois árbitros e um mesário, sendo que todos deverão ter experiência e ser maior de idade.	179,46	8.973,00
Total					119.900,00

Total do proponente vencedor

Proponente	Valor Total
ASASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ARBITROS - ASSCA	119.900,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 22 de fevereiro de 2018.

Elói José Libano  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

Dirlei Lemes de Almeida  
Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 034/2018**

Publicação Nº 1531774

DECRETO Nº 034/2018, de 22 de fevereiro de 2018.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 233/2017 do objeto do Processo Licitatório de Nº 020/2018 na Modalidade Pregão Presencial Nº 009/2018 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

ELÓI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de

06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,  
DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira CASSIANE PIGNAT BEILKE designada pelo Decreto Nº 233/2017, sobre o Processo Licitatório Nº 020/2018, na Modalidade Pregão Presencial Nº 009/2018 que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE VEICULO NOVO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAIBI –SC

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor do proponente abaixo relacionado, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

Proponente	Item	Unid.	Qtd	Descrição	Marca	Vlr. Total Item R\$
DE MARCO LTDA	1	Und	1	Veiculo automotor, zero quilometro, ano e modelo 2018, 4(quatro) portas, com capacidade para 5(cinco) passageiros com o motorista, na cor branca com 118 cv, motor flex, injeção eletrônica, para choques na cor do veiculo, direção hidráulica, desembaçador, ar condicionado, faróis de neblina, alarme, trava, vidros elétricos nas quatro portas, retrovisores elétricos, caixa manual de cinco velocidades à frente e uma a ré, coluna de direção com regulagem de altura, banco do motorista dianteiro com regulagem de altura, capacidade do porta mala de 510 litros, rádio AM/FM com entrada USB, para choques na cor do veiculo e todos os demais equipamentos obrigatórios exigidos pela Lei de Trânsito.	RENAULT /LOGAN 1.6	57.800,00

Total do proponente vencedor:

Nome do Fornecedor	Valor total da proposta
DE MARCO LTDA	57.800,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 22 de fevereiro de 2018.

Elói José Libano  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

Dirlei Lemes de Almeida  
Secretário de Administração e Planejamento

## DECRETO Nº 035/2018

Publicação Nº 1531804

DECRETO Nº 035/2018, de 22 de fevereiro de 2018.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 233/2017 do objeto do Processo Licitatório de Nº 021/2018 na Modalidade Pregão Presencial Nº 010/2018 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

ELÓI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira CASSIANE PIGNAT BEILKE designada pelo Decreto Nº 233/2017, sobre o Processo Licitatório Nº 021/2018, na Modalidade Pregão Presencial Nº 010/2018 que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE GRAXAS, ARLA E ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor dos proponentes abaixo relacionados, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

Proponentes	Item	Unid.	Qtd	Descrição	Marca	Vlr. Unit. R\$	Vlr. Total Item R\$
ODETE BAZZI & CIA LTDA ME	3	Frasco 500 ml	30	Óleo 2 tempo /8017H , devendo possuir certificados de Gestão de ISSO 9001(Qualidade) e ISSO 14001 ( Ambiental)	Lubrax	13,00	390,00
ODETE BAZZI & CIA LTDA ME	4	Balde 20 litros	50	Óleo lubrificante mineral para motores diesel API - CI 4/ ACEA-E 7 15W 40, devendo possuir certificados de Gestão de ISSO 9001(Qualidade) e ISSO 14001 ( Ambiental)	Petronas	227,00	11.350,00

ODETE BAZZI & CIA LTDA ME	5	Balde 20 kg	18	Gracha sabão de lítio para rolamentos NLGI2, com ponto de gota mínimo de 180º, devendo possuir certificados de Gestão de ISSO 9001(Qualidade) e ISSO 14001 ( Ambiental)	Petronas	299,00	5.382,00
ODETE BAZZI & CIA LTDA ME	7	Lts	120	Óleo lubrificante 5W 40 Sintético API SM/CF, ACEA A-3-A4/B4-04 devendo possuir certificados de Gestão de ISSO 9001(Qualidade) e ISSO 14001 ( Ambiental)	Petronas	25,00	3.000,00
ODETE BAZZI & CIA LTDA ME	8	Galão de 20 litros	30	Arla 32, devendo possuir certificados de Gestão de ISSO 9001(Qualidade) e ISSO 14001 ( Ambiental)	Lubrax	55,00	1.650,00
ODETE BAZZI & CIA LTDA ME	12	Balde de 20 litros	50	Óleo Lubrificante 68 AW para sistema Hidráulico, devendo possuir certificados de Gestão de ISSO 9001(Qualidade) e ISSO 14001 ( Ambiental)	Petronas	165,00	8.250,00
L. FIORESE ME	1	Balde de 20 litros	45	Óleo hidráulico 46 lubrificante hidra 46/DIN 51524 parte 2 (HLP), devendo possuir certificados de Gestão de ISSO 9001(Qualidade) e ISSO 14001 (Ambiental)	Texsa	210,00	9.450,00
L. FIORESE ME	2	Balde de 20 litros	25	Óleo transmissão trc 30 /óleo para transmissão de tratores caterpillar TO-4, SAE 30 ALLISSOM C4, KOMATSU NICRO CLUTH ANP: 510, devendo possuir certificados de Gestão de ISSO 9001(Qualidade) e ISSO 14001 ( Ambiental)	Texsa	333,00	8.325,00
L. FIORESE ME	6	Balde de 20 litros	15	GL5 - 85 W140 - Diferencial e Caixa, devendo possuir certificados de Gestão de ISSO 9001(Qualidade) e ISSO 14001 ( Ambiental)	Texsa	208,50	3.127,50
L. FIORESE ME	9	Balde de 20 litros	30	Óleo TRC 10 W para transmissão TO-4, devendo possuir certificados de Gestão de ISSO 9001(Qualidade) e ISSO 14001 (Ambiental)	Texsa	286,00	8.580,00
L. FIORESE ME	10	Frasco de 1 litro	120	Óleo Lubrificante SAE 5W 30 APISN ACEA A3/B4 ou superior para motores a álcool/gasolina, 100% sintético, devendo possuir certificados de Gestão de ISSO 9001(Qualidade) e ISSO 14001 ( Ambiental)	Texsa	18,00	2.160,00
L. FIORESE ME	11	Frasco de 1 litro	230	Óleo Lubrificante 5W30 ACEA C2, 100% sintético para motores a diesel, devendo possuir certificados de Gestão de ISSO 9001(Qualidade) e ISSO 14001 ( Ambiental)	Texsa	25,80	5.934,00
L. FIORESE ME	13	Balde de 20 litros	20	Óleo Lubrificante 10W 30 multifuncional para transmissão norma TO2 devendo possuir certificados de Gestão de ISSO 9001(Qualidade) e ISSO 14001 ( Ambiental)	Texsa	257,50	5.150,00

Totais dos proponentes vencedores:

Proponente	Valor Total
ODETE BAZZI & CIA LTDA	30.022,00
L. FIORESE ME	42.726,50

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 22 de fevereiro de 2018.

Elói José Libano  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

Dirlei Lemes de Almeida  
Secretário de Administração e Planejamento

## DECRETO Nº 036/2018

Publicação Nº 1531881

DECRETO Nº 036/2018, de 22 de fevereiro de 2018.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 233/2017 do objeto do Processo Licitatório de Nº 022/2018 na Modalidade Pregão Presencial Nº 011/2018 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

ELÓI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,  
DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira CASSIANE PIGNAT BEILKE designada pelo Decreto Nº 233/2017, sobre o Processo Licitatório Nº 022/2018, na Modalidade Pregão Presencial Nº 011/2018 que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE BICO INJETOR PARA MANUTENÇÃO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DA SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL AQUICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE CAIBI –SC.

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor do proponente abaixo relacionado, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

Proponente	Item	Unid	Qtd	Descrição	Marca	Vlr. Unit. R\$	Vlr. Total Item R\$
Comércio de Peças Pierozan Eireli EPP	1	Und	04	Bico injetor novo completo para Escavadeira Hidráulica marca New Holland, modelo E135 BSR-2, ano de fabricação 2008.	JHE	1.980,00	7.920,00

Total do proponente vencedor.

Nome do Fornecedor	Valor total da proposta
COMERCIO DE PEÇAS PIEROZAN EIRELI EPP	7.920,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 22 de fevereiro de 2018.

Elói José Libano

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

Dirlei Lemes de Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

## CÂMARA MUNICIPAL

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018 MODALIDADE: CONVITE PARA SERVIÇOS RADIO DIFUSÃO Nº 001/2018

Publicação Nº 1533100

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018

MODALIDADE: CONVITE PARA SERVIÇOS RADIO DIFUSÃO Nº 001/2018

FUNDO: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAIBI SC

ENDEREÇO: AVENIDA PROGRESSO, 555

CIDADE: CAIBI, SC.

CNPJ SOB Nº: 04.182.896/0001-28

#### 1 – DADOS DO PROPONENTE

FORNECEDOR:	CÓD:
ENDEREÇO:	FONE:
CIDADE:	CEP:
CNPJ:	

#### 2 – DO PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Vereadores de Caibi, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que até o dia 08 de março de 2018, às 14 horas, na sede da Câmara Municipal, a Comissão de Licitações, estará recebendo documentação para habilitação e proposta deste convite: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIO DIFUSÃO – Tipo MENOR PREÇO, sendo que a data e horário da abertura e julgamento da habilitação e proposta será determinada pela Comissão de Licitações, regendo-se este processo de licitações pela Lei Federal nº. 8666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e em especial pelo contido nesta Licitação.

As propostas serão recebidas mediante protocolo, encerrando-se o prazo de entrega às 14 horas do dia 08 de março de 2018.

#### 3 – DO OBJETO E ITENS

3.1. Objeto Sintético: Contratação de serviços de rádio difusão para divulgação de programa semanal em rádio.

3.2. Descrição Produtos/Serviços:



ITEM	QTIDADE	UND	ESPECIFICAÇÃO	UNIT	TOTAL
001	20	meses	Solicitamos apresentação de proposta para serviços de rádio difusão para divulgação de programa semanal em rádio. O horário do programa deverá ter um tempo de 20 (vinte) minutos, aos sábados, no horário entre 11:00 (onze) horas e as 12:00 (doze) horas e uma inserção diária nos dias úteis, acerca dos trabalhos do Poder Legislativo. O tema e/ou matéria a ser divulgada será fornecida pela contratante e elaborada/divulgada por pessoa designada pela emissora contratada. É de responsabilidade da contratada a captação de áudios, imagens e documentos necessários para divulgação dos trabalhos do Poder Legislativo. Fica facultada a participação de convidados ou entrevistados, desde que autorizado pela contratante. O prazo será de março/2018 a dezembro/2019.		

#### 4 – DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação, além dos convidados pela Câmara, os demais fornecedores cadastrados na Câmara, que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

#### 5 – DA HABILITAÇÃO

5.1. Para que sejam considerados habilitados na presente licitação, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

5.1.1. Certidão Negativa de Débitos Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade perante o FGTS através de apresentação de Certidão Negativa de Débitos, expedida pela Caixa Econômica Federal e prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho através de apresentação de Certidão Negativa de Débitos, expedida no site: [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br).

5.2. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelionato de Notas ou pelo Presidente do Setor de Licitações e Compras desta Câmara.

5.3. Os documentos deverão ser entregues em envelopes lacrados, contendo na sua parte externa e frontal, os seguintes indicativos:

ENVELOPE Nº 01	HABILITAÇÃO
ENDEREÇAMENTO	A Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Caibi, SC.
REFERÊNCIA	Documentação Processo Licitatório nº. 001/2018.
MODALIDADE	Convite para Serviços de Rádio Difusão
PARTICIPANTE	

#### 6 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A proposta deverá ser impressa ou entregue através de ou CD/Pen Drive em anexo, sem emendas ou rasuras;

6.2. Os preços dos itens descritos no objeto deverão ser cotados como se a vista fosse, para pagamento na forma do item 10 descrito nesta licitação, com 2 (duas) casas decimais, incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos;

6.3. Em concordância com todas as condições da presente licitação;

6.4. Prazo de validade da proposta, não inferior a 30 (trinta) dias;

6.5. A proposta impressa e ou CD/Pen Drive deverá ser entregue em envelope fechado, contendo na sua parte externa e frontal os seguintes indicativos:

ENVELOPE Nº 02	PROPOSTA DE PREÇO
ENDEREÇAMENTO	A Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Caibi, SC.
REFERÊNCIA	Documentação Processo Licitatório nº. 001/2018.
MODALIDADE	Convite para Serviços de Rádio Difusão
PARTICIPANTE	

#### 7 – DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. O julgamento será realizado pelo valor GLOBAL, observando-se o menor preço apresentado. Havendo empate de preços, o julgamento será realizado por sorteio, imediatamente, na presença de todos os proponentes.

7.2. A Comissão de Licitações procederá à abertura dos envelopes contendo a documentação com a devolução dos envelopes contendo as propostas dos licitantes considerados inabilitados e que expressamente, tenham desistido de interpor recurso;

7.3. Na hipótese de algum licitante ser considerado inabilitado pela Comissão e decidir interpor recurso dentro do prazo legal, haverá suspensão da reunião, ficando os envelopes com as propostas para serem abertos em outra reunião, em data a ser fixada posteriormente,

quando da decisão de todos os recursos pela Comissão.

## 8 – DOS ENCARGOS E RESPONSABILIDADE DA LICITANTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

8.1. A licitante classificada em primeiro lugar será responsável:

8.1.1. Pela entrega integral dos produtos e/ou serviços licitados;

8.1.2. Executar os serviços no local determinado e de acordo com os prazos fixados, conforme solicitação da câmara;

8.1.3. Conduzir os serviços com estrita observância às técnicas e legislação aplicável;

8.1.4. Utilizar adequada estrutura de operação própria, sendo vedada a subcontratação;

8.1.5. Assumir responsabilidade por todos os encargos sociais, trabalhistas, tributários e comerciais previstos em Lei para a fiel execução do presente contrato;

8.1.6. O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamentado para a Constituição de vínculo trabalhista;

8.1.7. É do contratado a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços e materiais contratados, em qualquer esfera;

8.1.8. Fornecer a Câmara sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o andamento dos serviços;

8.1.9. Pelos danos que possam afetar o legislativo ou terceiros em qualquer caso, durante a entrega dos produtos ou realização dos serviços, bem como com a recuperação ou indenização sem ônus à Câmara ou municípios.

## 9 – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

9.1. A Câmara será responsável:

9.1.1. Pela fiscalização desde o início até o recebimento definitivo dos produtos/serviços;

9.1.2. Pela emissão das autorizações de entrega específicas, determinando a quantidade para sua realização;

9.1.3. Pelo cumprimento na forma e nas condições de pagamento estabelecidas nesta licitação.

## 10 – DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, da seguinte forma: MENSALMENTE, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

## 11 – DOS REAJUSTES

11.1. Por tratar-se de contrato superior a um ano, o reajuste se dará pelo IPC-A, conforme dispõe o inciso XI, do art. 40, da Lei nº. 8.666/93.

## 12 – DO PRAZO E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. O fornecimento dos serviços deverá ser feito nas quantidades solicitadas nos termos da presente licitação até o dia 31 de dezembro de 2019 ou parceladamente de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores.

12.2. Local de prestação/entrega: Câmara Municipal de Vereadores de Caibi, SC e sede da contratada.

## 13 – DAS PENALIDADES

13.1. A Pessoa Jurídica, proponente ou vencedora, conforme o caso, que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

13.1.3. Suspensão do direito de licitar junto às Câmaras e Prefeituras Municipais;

13.1.4. Declaração de inidoneidade;

13.1.5. Será aplicada multa de 10% (dez) por cento sobre o montante da proposta no caso de inadimplência, após assinado o instrumento contratual;

13.1.6. Caso a empresa proponente vencedora, após a homologação e adjudicação, não assinar o instrumento contratual, e não apresentar

motivo justificado, quando legalmente intimada, pagará a título de multa o equivalente a 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada.

#### 14 – DOS RECURSOS

14.1. Dos atos praticados pela Câmara nesta licitação, cabem recursos de acordo com a Lei nº. 8666/93, atualizada pela Lei nº. 8883/94;

14.2. A Câmara convocará a licitante classificada em primeiro lugar para a assinatura do respectivo contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do julgamento;

14.3. Os casos de alteração ou rescisão contratual são os constantes da Lei nº. 8666/93, atualizada pela Lei nº. 8883/94;

14.4. Na impossibilidade ou recusa da empresa vencedora assinar contrato, será convocada a segunda colocada e assim sucessivamente.

#### 15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A Câmara reserva-se o direito de em justificando o interesse administrativo, aceitar a proposta total ou parcialmente, rejeitar todas as propostas, revogar ou anular a licitação, mesmo depois de adjudicado seu objeto, sem que caiba aos licitantes direitos a qualquer reclamação ou indenização;

15.2. Quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários para a interpretação da presente licitação, serão encaminhados por escrito à Comissão de Licitações, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, da data para a abertura dos envelopes contendo a documentação;

15.3. Os casos omissos e dúvidas suscitadas serão resolvidos pela Comissão de Licitações, observando o que dispõe sobre a matéria a legislação vigente;

15.4. A simples apresentação de proposta implicará na aceitação total, automática e irrestrita das condições desta licitação, por parte da licitante. Compromete-se também com a veracidade de todas as informações prestadas e de apresentar, quando solicitado, documentação e dados complementares que as confirmem;

15.5. Constatada a inveracidade de quaisquer das informações prestadas, a Empresa ou proponente licitante sofrerá além de sua declaração de inidoneidade, uma das sanções abaixo descritas:

15.5.1. Desclassificação, se a licitação encontra-se em fase de julgamento;

15.5.2. Não adjudicação dos serviços.

15.6. Por conveniência da Câmara o licitante adjudicado do objeto da presente licitação, assinará contrato com a Câmara Municipal de Vereadores de Caibi, SC, nos termos da minuta integrante do presente processo, no prazo de até 10 (dez) dias.

15.7. Os licitantes poderão examinar e retirar a presente licitação na Câmara Municipal de Vereadores;

15.8. A empresa licitante adjudicada comprometer-se-á integralmente pelo objeto da presente Licitação, aplicando-se no que couber a legislação esparsa;

15.9. O Presidente da Câmara reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, antes da assinatura do contrato ou expedição do pedido, sem que caiba reclamação ou pedido de indenização pela proponente;

15.10. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta:

- Elementos da Despesa: 3.3.90.39.47 – Serviços de Comunicação em Geral

- Projeto Atividade: 010310001.2.001000 – Manutenção das Atividades Legislativas.

#### 16 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Os preços deverão ser apresentados com base no mês de fevereiro de 2018;

16.2. O valor deverá ser contado em moeda corrente nacional;

16.3. Os documentos poderão ser autenticados pelo presidente e/ou por qualquer um dos membros da Comissão de Licitações da Câmara;

16.4. É parte integrante desta licitação a minuta do contrato anexa;

16.5. Apresentar proposta com valor mensal para 20 (vinte) meses.

Caibi, SC, em 22 de fevereiro de 2018.

Mari Lucia Lunardelli  
Presidente da CPL

Dominga Demarchi Rizzi  
Presidente da Câmara

Maicon Rodrigo Gasparin  
Assessor Jurídico

# Camboriú

## PREFEITURA

### PR 009/18 - PMC

Publicação Nº 1532358

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2018-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO EM MOTOBOMBA, VENTILADOR DE INCÊNDIO, DESENCARCERADOR E LAVAJATOS PERTENCENTES AO QUARTEL D CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 08 (Oito) de Março de 2018, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 22 de Fevereiro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.136 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1532188

#### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.136 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o inciso VII do Art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Homologar as Resoluções nº 01; 02 e 03 do Conselho Municipal de Saúde, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
22 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

“APROVA BALANCETE FINANCEIRO REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2017.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 20 de fevereiro de 2018, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea “h” do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado BALANCETE FINANCEIRO referente ao mês de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2018.

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

“APROVA CONVÊNIO COM O INSTITUTO SANTÉ PARA REPASSE DE R\$ 50.000,00 RECEBIDOS DE EMENDA DE BANCADA DE SANTA CATARINA Nº 71260001 PARA INCREMENTO DO MAC”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 20 de fevereiro de 2018, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea “h” do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado CONVÊNIO COM O INSTITUTO SANTÉ para repasse de R\$ 50.000,00 recebidos de emenda de bancada de Santa Catarina nº 71260001 para incremento do MAC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2018.

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

“APROVA A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO DE MEDICINA ALTERNATIVA NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 20 de fevereiro de 2018, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea “h” do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovada a IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO DE MEDICINA ALTERNATIVA NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2018.

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

### DECRETO Nº 11.137 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1532994

#### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.137 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei em especial o Art.

28 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear a Srª. JULIANA MUNHOZ GORNIACK, no Cargo Público e exercer a Função de Fisioterapeuta, 000935, registro no sistema sob nº 955775, Regime Estatutário, a partir de 23 de fevereiro de 2018, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar nº 006/02, é o de Nível 6, Sub-Nível 61, referência A, no valor de R\$ 3.788,95 (três mil, setecentos e oitenta e oito reais, noventa e cinco centavos) mensais, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. JULIANA MUNHOZ GORNIACK em 1º lugar no Concurso Público nº 01/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 10.463 em

data de 24 de abril de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
23 de fevereiro de 2018.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

## EDITAL DE ENSALAMENTO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018 DO IPRECAL

Publicação Nº 1532393

### SALA 01

VAGA	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NASC.	CARTEIRA
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000100	AISSAN DA SILVA GOMES	22620957877	13/09/1982	001
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000024	ALAN GIELAND	04685502914	09/01/1984	002
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000072	ANA HELOISA DA SILVA	07308421937	12/11/1992	003
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000019	ANA LUIZA TELMA	08664827923	08/04/1993	004
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000057	ANA PAULA MEY SCHIESSL	07470137998	02/10/1990	005
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000066	ANACÉLI ADELINA DA CRUZ	09639555940	19/01/1996	006
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000021	ANDRÉA MARIA EBERHARDT MUNHOZ	68516088987	30/10/1969	007
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000077	ANDREIA BRÜSKE	05392067921	26/06/1987	008
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000082	ANGELA CRISTINE APOLINARIO	08505515951	25/10/1992	009
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000049	ANGELA SUELEN AUGUSTIN	06654437900	06/03/1989	010
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000020	ARIANE DE SOUZA	08509262977	12/07/1992	011
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000076	BARBARA PROCHASKA LEMOS	04039142993	12/12/1985	012
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000005	BRUNA FERNANDA MARX	09128534921	24/11/1993	013
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000011	CARINA MOREIRA DUVOISIN	04874732992	18/12/1985	014
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000148	CAROLINA MUNHOZ MENDES SCHERER	05097816919	28/08/1987	015
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000052	CELENIRA DE OLIVEIRA CABRAL	94149496900	26/08/1971	016
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000143	CLAUDINÉIA MARIA PRUSSAK COLAÇO	04791634993	25/09/1984	017
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000015	CRISTIANE DOS ANJOS	10545448913	06/11/1998	018
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000145	CRISTIANE SOUZA	00789592924	12/10/1981	019



001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000111	DANIELA DAS GRAÇAS ALVES LANDOWSKY	05122353921	03/06/1983	020
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000131	DANIELA TEREZINHA MARCINIAK	06364340954	19/03/1987	021
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000103	DJONATHAN CARLO WEBER	08623434960	02/04/1993	022
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000032	DORALICIA FURTADO DA ROSA	61706515049	01/07/1974	023
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000069	EDEN GIOVANI HACKBARTH	00758265930	28/12/1982	024
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000079	EDERSON FERREIRA DA SILVA	02826599941	25/04/1980	025
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000037	EDSON LUIZ WEDDERHOFF	57393214920	20/02/1966	026
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000128	ELIZANDRO DE ARAUJO PEREIRA	05366846935	27/08/1986	027
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000035	EMANUEL DE BARROS ESMERO	04442402922	12/01/1984	028
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000106	EZEQUIEL SILVIO SOARES	96451335991	23/11/1974	029
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000017	FÁBIO LUIZ SCHLOTTAG BUENO	00699035902	17/08/1981	030
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000149	FERNANDA CUBAS HUBNER	06983759982	25/03/1989	031
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000127	FERNANDA SCHMANSKI	09806480929	08/11/1994	032
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000083	FERNANDO BONIFACIO TEIXEIRA	05061286952	05/07/1986	033

## SALA 02

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES - SALA 02 04/03/2018 08:20

VAGA	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NASC.	CARTEIRA
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000116	FRANCIELE APARECIDA CARVALHO CAMPOS	08094265957	10/05/1993	001
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000097	FRANCIELLI FRANÇA PACHECO MICHEL	05552635922	07/05/1987	002
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000074	GERSON GILSON DE SOUZA	59112999920	23/02/1967	003
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000098	GILMAR DA MAIA	92402038934	14/02/1977	004
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000118	GILMARA LUCIANO	04485623912	09/03/1984	005
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000110	GISELE PEREIRA DOS SANTOS	10394055926	28/06/1996	006
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000062	GISELI KUSS	05905012911	31/10/1988	007
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000152	GISELI MARIE DUVOISIN	03697909959	12/07/1980	008
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000114	GIULIANE MUNHOZ FERREIRA	08408202910	09/07/1992	009
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000054	GUSTAVO ALEXANDRE BAUER RÖPKE	08006888990	11/03/1991	010
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000141	ISABEL APARECIDA HORTZ	10070459908	04/12/1995	011
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000136	JEAN SCHNEIDER	09254430935	05/07/1993	012
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000010	JEANINE DOS SANTOS SOPCHAKI	00989249905	19/08/1987	013
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000153	JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA	00552252921	05/09/1983	014
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000126	JENIFFER CRISTINY SIQUEIRA	04825851967	18/06/1987	015
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000050	JONIVALDO LUKASZYNSKI	08981583978	23/04/1995	016



001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000045	JOSE EDUARDO HACK	07013553956	30/04/1990	017
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000129	JOSÉ RENATO DE CARVALHO BARBOSA	64086593653	06/02/1969	018
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000043	JUAREZ PINCEGHER DE OLIVEIRA JUNIOR	06994056961	05/11/1990	019
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000038	JUCELIA IZABEL KUJASKI	08236409902	09/08/1995	020
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000104	JULIANE KNOEPKE	05952275974	08/03/1988	021
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000034	KATIA KALATAY	09135700955	09/02/1994	022
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000155	KELY JENTARA	08264575927	25/11/1991	023
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000046	LARISSA DAMACENA DE AMORIM	02930282576	28/04/1988	024
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000084	LILIAN CHARLEN CUZIW	00926511947	14/05/1985	025
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000122	LUANA APARECIDA KUSS	10539951994	19/09/1996	026
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000090	LUANA THAYSA PIOLA	08297872912	01/06/1992	027
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000031	LUCIANA LÜBKE	94839808953	01/11/1978	028
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000119	LUCIANE MARIA CCHALOUPEK NUNES	04698224900	12/05/1983	029
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000117	LUCIANI ALVES DOS SANTOS KOLLROSS	00498926907	08/02/1983	030
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000146	LUIS GUSTAVO BARON	07786566910	16/01/1992	031
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000018	LUZIA SUCZECK	11348661941	11/11/1998	032
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000051	MARCELO JOSNEI BONIN	04345526906	06/01/1982	033

## SALA 03

VAGA	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NASC.	CARTEIRA
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000004	MARCILENE WOICHEKOSKI	08242505918	07/11/1992	001
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000125	MARIANA LINZMEYER	05827224979	25/07/1986	002
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000139	MARIO SERGIO SILVA RAMOS	07574546908	14/01/1991	003
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000144	MARTA RAMTHUN	05382126917	27/12/1987	004
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000071	MATEUS GRUBER	09331089902	26/02/1994	005
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000150	MAYARA MACIEL LAGE	07582693906	15/01/1990	006
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000107	MICHELE VANESSA ALVES URNAU	04716630935	19/08/1984	007
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000113	MICHELLE OLTRAMARI SCARDOELLI	05894624908	31/05/1987	008
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000058	MIRACI SEVERO VIEIRA	36150932087	30/06/1962	009
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000078	MIRIAM GELBCKE	90759729972	18/12/1976	010
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000027	MOISÉS DE MEDEIROS	50597299900	07/03/1964	011
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000092	NAIANA DREVECK	09640807966	21/02/1995	012
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000109	NEUSA DO CARMO CALISTRO	63134195968	23/07/1965	013
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000101	PHILIP FERRAZ DE ABREU	10061227706	19/03/1985	014

001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000060	PRICILA GREFFIN	05293958941	23/01/1987	015
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000132	RHOYTER ANDREY SCHAFACHECK	05503269950	19/12/1992	016
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000154	RODRIGO DE SOUZA	06333854921	23/05/1988	017
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000091	ROMARIO LUCIANO	07817462992	03/04/1990	018
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000142	SANDRO LUIZ FRIEDRICH	63851750900	05/12/1967	019
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000033	SILDONIR SOARES DE CAMARGO	02034371950	07/05/1978	020
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000133	SILVIANE RUCKL	50956116949	05/06/1966	021
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000007	SIMONE DENISE BIANCO	02778681906	18/11/1974	022
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000008	SOLANGE APARECIDA SIMOES DE FARIA	08408201948	06/10/1992	023
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000140	TACIANE RANDIG	05296554973	17/12/1984	024
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000123	TAÍS CRISTINA HEYSE	93236603968	31/05/1975	025
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000138	TATIANE MORGANA MINIKOVSKI	06646726981	03/10/1988	026
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000137	TIAGO MURILO DE SOUZA	04609316951	13/01/1990	027
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000009	VALMIR GONCALVES RIBEIRO	04101629900	17/12/1983	028
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000068	VERONICA DA CRUZ DE SIQUEIRA	00805404902	15/09/1984	029
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000026	VICTOR GUILHERME GREIPEL GOMES	07057098928	14/03/1991	030
001 - AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)	0000130	WILLIAM REN ROCHA	06760611926	03/10/1987	031

## EDITAL DE RELAÇÃO FINAL DE CANDIDATOS INSCRITOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018 DO IPRECAL

Publicação Nº 1531827

EDITAL DE Relação final de Candidatos Inscritos  
NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018 DO IPRECAL

O Diretor Executivo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL, torna público para conhecimento dos interessados a relação final de candidatos inscritos, após a análise dos recursos impetrados (Ato 002), de acordo com o estabelecido no Edital de Concurso Público nº 01/2018, conforme lista de candidatos por cargo, constante no ANEXO I desta publicação.

Ficam convocados, desde já, todos os candidatos acima relacionados, a prestarem a prova objetiva, na data, horário e local estabelecidos na publicação inerente à convocação da Prova Objetiva, nas datas, horários e locais estabelecidos, bem como em suas publicações posteriores.

Em caso de recebimento documental posterior a esta publicação, em caso de tempestividade, os documentos serão processados individualmente, sendo disponibilizados complementos desta publicação.

Campo Alegre/SC., 22 de fevereiro de 2018.  
JEFFERSON JEAN DUVOISIN  
Diretor Executivo do Instituto de Previdência  
Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre – IPRECAL.

### ANEXO I

Relação final de Candidatos Inscritos  
NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018 DO IPRECAL

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO)				
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NASC.	DEFERIMENTO
100	AISLAN DA SILVA GOMES	226209578-77	13/09/1982	Deferido
24	ALAN GIELAND	046855029-14	09/01/1984	Deferido
72	ANA HELOISA DA SILVA	073084219-37	12/11/1992	Deferido
19	ANA LUIZA TELMA	086648279-23	08/04/1993	Deferido

57	ANA PAULA MEY SCHIESSL	074701379-98	02/10/1990	Deferido
66	ANACÉLI ADELINA DA CRUZ	096395559-40	19/01/1996	Deferido
21	ANDRÉA MARIA EBERHARDT MUNHOZ	685160889-87	30/10/1969	Deferido
77	ANDREIA BRÜSKE	053920679-21	26/06/1987	Deferido
82	ANGELA CRISTINE APOLINARIO	085055159-51	25/10/1992	Deferido
49	ANGELA SUELEN AUGUSTIN	066544379-00	06/03/1989	Deferido
20	ARIANE DE SOUZA	085092629-77	12/07/1992	Deferido
76	BARBARA PROCHASKA LEMOS	040391429-93	12/12/1985	Deferido
5	BRUNA FERNANDA MARX	091285349-21	24/11/1993	Deferido
11	CARINA MOREIRA DUVOISIN	048747329-92	18/12/1985	Deferido
148	CAROLINA MUNHOZ MENDES SCHERER	050978169-19	28/08/1987	Deferido
52	CELENIRA DE OLIVEIRA CABRAL	941494969-00	26/08/1971	Deferido
143	CLAUDINÉIA MARIA PRUSSAK COLAÇO	047916349-93	25/09/1984	Deferido
15	CRISTIANE DOS ANJOS	105454489-13	06/11/1998	Deferido
145	CRISTIANE SOUZA	007895929-24	12/10/1981	Deferido
111	DANIELA DAS GRAÇAS ALVES LANDOWSKY	051223539-21	03/06/1983	Deferido
131	DANIELA TEREZINHA MARCINIAK	063643409-54	19/03/1987	Deferido
103	DJONATHAN CARLO WEBER	086234349-60	02/04/1993	Deferido
32	DORALICIA FURTADO DA ROSA	617065150-49	01/07/1974	Deferido
69	EDEN GIOVANI HACKBARTH	007582659-30	28/12/1982	Deferido
79	EDERSON FERREIRA DA SILVA	028265999-41	25/04/1980	Deferido
37	EDSON LUIZ WEDDERHOFF	573932149-20	20/02/1966	Deferido
128	ELIZANDRO DE ARAUJO PEREIRA	053668469-35	27/08/1986	Deferido
35	EMANUEL DE BARROS ESMERO	044424029-22	12/01/1984	Deferido
106	EZEQUIEL SILVIO SOARES	964513359-91	23/11/1974	Deferido
17	FÁBIO LUIZ SCHLOTTAG BUENO	006990359-02	17/08/1981	Deferido
149	FERNANDA CUBAS HUBNER	069837599-82	25/03/1989	Deferido
127	FERNANDA SCHMANSKI	098064809-29	08/11/1994	Deferido
83	FERNANDO BONIFACIO TEIXEIRA	050612869-52	05/07/1986	Deferido
116	FRANCIELE APARECIDA CARVALHO CAMPOS	080942659-57	10/05/1993	Deferido
97	FRANCIELLI FRANÇA PACHECO MICHEL	055526359-22	07/05/1987	Deferido
74	GERSON GILSON DE SOUZA	591129999-20	23/02/1967	Deferido
98	GILMAR DA MAIA	924020389-34	14/02/1977	Deferido
118	GILMARA LUCIANO	044856239-12	09/03/1984	Deferido
110	GISELE PEREIRA DOS SANTOS	103940559-26	28/06/1996	Deferido
62	GISELI KUSS	059050129-11	31/10/1988	Deferido
152	GISELI MARIE DUVOISIN	036979099-59	12/07/1980	Deferido
114	GIULIANE MUNHOZ FERREIRA	084082029-10	09/07/1992	Deferido
54	GUSTAVO ALEXANDRE BAUER RÖPKE	080068889-90	11/03/1991	Deferido
141	ISABEL APARECIDA HORTZ	100704599-08	04/12/1995	Deferido
136	JEAN SCHNEIDER	092544309-35	05/07/1993	Deferido
10	JEANINE DOS SANTOS SOPCHAKI	009892499-05	19/08/1987	Deferido
153	JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA	005522529-21	05/09/1983	Deferido
126	JENIFFER CRISTINY SIQUEIRA	048258519-67	18/06/1987	Deferido
50	JONIVALDO LUKASZYNSKI	089815839-78	23/04/1995	Deferido
45	JOSE EDUARDO HACK	070135539-56	30/04/1990	Deferido
129	JOSÉ RENATO DE CARVALHO BARBOSA	640865936-53	06/02/1969	Deferido
43	JUAREZ PINCEGHER DE OLIVEIRA JUNIOR	069940569-61	05/11/1990	Deferido
38	JUCELIA IZABEL KUJASKI	082364099-02	09/08/1995	Deferido
104	JULIANE KNOEPKE	059522759-74	08/03/1988	Deferido
34	KATIA KALATAY	091357009-55	09/02/1994	Deferido
155	KELY JENTARA	082645759-27	25/11/1991	Deferido
46	LARISSA DAMACENA DE AMORIM	029302825-76	28/04/1988	Deferido
84	LILIAN CHARLEN CUZIW	009265119-47	14/05/1985	Deferido
122	LUANA APARECIDA KUSS	105399519-94	19/09/1996	Deferido
90	LUANA THAYSA PIOLA	082978729-12	01/06/1992	Deferido
31	LUCIANA LÜBKE	948398089-53	01/11/1978	Deferido
119	LUCIANE MARIA CCHALOUPEK NUNES	046982249-00	12/05/1983	Deferido
117	LUCIANI ALVES DOS SANTOS KOLLROSS	004989269-07	08/02/1983	Deferido
146	LUIS GUSTAVO BARON	077865669-10	16/01/1992	Deferido
18	LUZIA SUCZECK	113486619-41	11/11/1998	Deferido
51	MARCELO JOSNEI BONIN	043455269-06	06/01/1982	Deferido
4	MARCILENE WOICHEKOSKI	082425059-18	07/11/1992	Deferido

125	MARIANA LINZMEYER	058272249-79	25/07/1986	Deferido
139	MARIO SERGIO SILVA RAMOS	075745469-08	14/01/1991	Deferido
144	MARTA RAMTHUN	053821269-17	27/12/1987	Deferido
71	MATEUS GRUBER	093310899-02	26/02/1994	Deferido
150	MAYARA MACIEL LAGE	075826939-06	15/01/1990	Deferido
107	MICHELE VANESSA ALVES URNAU	047166309-35	19/08/1984	Deferido
113	MICHELLE OLTRAMARI SCARDOELLI	058946249-08	31/05/1987	Deferido
58	MIRACI SEVERO VIEIRA	361509320-87	30/06/1962	Deferido
78	MIRIAM GELBCKE	907597299-72	18/12/1976	Deferido
27	MOISÉS DE MEDEIROS	505972999-00	07/03/1964	Deferido
92	NAIANA DREVECK	096408079-66	21/02/1995	Deferido
109	NEUSA DO CARMO CALISTRO	631341959-68	23/07/1965	Deferido
101	PHILIP FERRAZ DE ABREU	100612277-06	19/03/1985	Deferido
60	PRICILA GREFFIN	052939589-41	23/01/1987	Deferido
132	RHOYTER ANDREY SCHAFACHECK	055032699-50	19/12/1992	Deferido
154	RODRIGO DE SOUZA	063338549-21	23/05/1988	Deferido
91	ROMARIO LUCIANO	078174629-92	03/04/1990	Deferido
142	SANDRO LUIZ FRIEDRICH	638517509-00	05/12/1967	Deferido
33	SILDONIR SOARES DE CAMARGO	020343719-50	07/05/1978	Deferido
133	SILVIANE RUCKL	509561169-49	05/06/1966	Deferido
7	SIMONE DENISE BIANCO	027786819-06	18/11/1974	Deferido
8	SOLANGE APARECIDA SIMOES DE FARIA	084082019-48	06/10/1992	Deferido
140	TACIANE RANDIG	052965549-73	17/12/1984	Deferido
123	TAÍS CRISTINA HEYSE	932366039-68	31/05/1975	Deferido
138	TATIANE MORGANA MINIKOVSKI	066467269-81	03/10/1988	Deferido
137	TIAGO MURILO DE SOUZA	046093169-51	13/01/1990	Deferido
9	VALMIR GONCALVES RIBEIRO	041016299-00	17/12/1983	Deferido
68	VERONICA DA CRUZ DE SIQUEIRA	008054049-02	15/09/1984	Deferido
26	VICTOR GUILHERME GREIPEL GOMES	070570989-28	14/03/1991	Deferido
130	WILLIAM REN ROCHA	067606119-26	03/10/1987	Deferido

**PORTARIA Nº 15.331 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018**

Publicação Nº 1532539

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.331 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Diretora de Saúde DEISI ESTELA AMORIM, registro no sistema sob nº 955172, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 03 (zero três) dias; 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 07 (zero sete) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Diretora gozará as férias no período de 25 de janeiro de 2018 a 03 de fevereiro de 2018, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 22 de fevereiro de 2018 sob nº 000994.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 22 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**RESOLUÇÃO Nº 01 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018**

Publicação Nº 1532176

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 01 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

“APROVA BALANCETE FINANCEIRO REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2017.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 20 de fevereiro de 2018, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea “h” do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado BALANCETE FINANCEIRO referente ao mês de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2018.  
CAROLINA DA COSTA TELMA  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

**RESOLUÇÃO Nº 02 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018**

Publicação Nº 1532177

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 02 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

“APROVA CONVÊNIO COM O INSTITUTO SANTÉ PARA REPASSE DE R\$ 50.000,00 RECEBIDOS DE EMENDA DE BANCADA DE SANTA CATARINA Nº 71260001 PARA INCREMENTO DO MAC”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 20 de fevereiro de 2018, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea “h” do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado CONVÊNIO COM O INSTITUTO SANTÉ para repasse de R\$ 50.000,00 recebidos de emenda de bancada de Santa Catarina nº 71260001 para incremento do MAC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2018.  
CAROLINA DA COSTA TELMA  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

**RESOLUÇÃO Nº 03 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018**

Publicação Nº 1532178

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 03 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

“APROVA A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO DE MEDICINA ALTERNATIVA NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 20 de fevereiro de 2018, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea “h” do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovada a IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO DE MEDICINA ALTERNATIVA NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2018.  
CAROLINA DA COSTA TELMA  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.



# Campo Erê

## PREFEITURA

### DECRETO 1.367/2018

Publicação Nº 1531831

DECRETO Nº. 1.367, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2029/2017, de 11/12/2017.  
DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito Adicional especial no Valor de R\$ 51.280,72 (cinquenta e um mil duzentos e oitenta reais e setenta e dois centavos), conforme abaixo especificado:

04.00 Secretaria Municipal de Educação

04.01 Departamento de Educação

123611201.2.011000 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (2363) .....  
...R\$ 51.280,72

Fonte de Recursos 03.18 superávit financeiro exercício anterior

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional especial, no montante de R\$ 51.280,72 (cinquenta e um mil duzentos e oitenta reais), de que trata o artigo 1º o superávit financeiro conta 12652-7 Fundeb.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 26 de janeiro de 2018.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Mat. nº 10662-3

### DECRETO 1.369/2018

Publicação Nº 1531853

DECRETO Nº.1.369, DE 29 DE JANEIRO DE 2018.  
FIXA HORÁRIO DE EXPEDIENTE NO SETOR DE AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, VII da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º. Fica definido o horário de expediente para os servidores lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, que atuem junto ao Setor de Agricultura do Município de Campo Erê, a partir de 01 de fevereiro de 2018, conforme segue:

I – Período matutino, das 7h30min às 11h30min;  
II – Período vespertino, das 13h15min às 17h15min.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 29 de janeiro de 2018.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Mat. nº 10662-3

### DECRETO 1.370/2018

Publicação Nº 1531864

DECRETO Nº.1.370, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2029/2017, de 11/12/2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito Adicional Especial no Valor de R\$ 7.529,00 (sete mil quinhentos e vinte e nove reais), conforme abaixo especificado:

06.00 Secretaria Mun. Da Agricultura e Infraestrutura Rural

06.01 Secretaria Mun. Da Agricultura e infraestrutura Rural

206082001.2.2020000 Manutenção das Atividades de Apoio à Agricultura

4.4.90.00.00.00.00 Aplicação Direta ( ..... ) .....  
.....R\$ 7.529,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional especial, no montante de R\$ 7.529,00 (sete mil quinhentos e vinte e nove reais), de que trata o artigo 1º redução de dotação abaixo discriminada.

06.00 Secretaria Mun. Da Agricultura e Infraestrutura Rural

06.01 Secretaria Mun. Da Agricultura e infraestrutura Rural

206082001.2.2020000 Manutenção das Atividades de Apoio à Agricultura

3.3.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (4727) .....  
...R\$ 7.529,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinário.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 06 de fevereiro de 2018.  
Registre-se e Publique-se

MARCOS ROBERTO MARIANI  
Prefeito Municipal, em Exercício.  
Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Mat. nº 10662-3

## DECRETO 1.371/2018

Publicação Nº 1531875

DECRETO Nº.1.371, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.  
FIXA HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS  
MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, VII da Lei Orgânica do Municipal;

### DECRETA

Art. 1º. Fica definido o horário de expediente para cumprimento em todas as Secretarias e órgãos da administração do Poder Executivo do Município de Campo Erê, a partir do dia 15 de Fevereiro de 2018, conforme segue:

I – Período matutino, das 7h45min às 11h45min;

II – Período vespertino, das 13h15min às 17h15min.

Art. 2º. Em decorrência do ponto facultativo do dia 14 de Fevereiro de 2018 ser até as 13h30min, instituído pelo Decreto n. 1.329, o expediente neste dia, para cumprimento em todas as Secretarias e órgãos da administração do Poder Executivo do Município de Campo Erê, será no horário das 13h30min às 17h30min.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 09 de fevereiro de 2018.  
Registre-se e Publique-se

MARCOS ROBERTO MARIANI  
Prefeito Municipal, em Exercício.  
Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Mat. nº 10662-3

## DECRETO 1.374/2018

Publicação Nº 1531913

DECRETO Nº.1.374, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2029/2017, de 11/12/2017.

### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito Adicional suplementar no Valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme abaixo especificado:  
06.00 Secretaria Mun. Da Agricultura e Infraestrutura Rural  
06.01 Secretaria Mun. Da Agricultura e infraestrutura Rural

206082001.2.2020000 Manutenção das Atividades de Apoio à Agricultura  
4.4.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (8790) .....  
...R\$ 2.000,00  
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), de que trata o artigo 1º redução de dotação abaixo discriminada.

06.00 Secretaria Mun. Da Agricultura e Infraestrutura Rural

06.01 Secretaria Mun. Da Agricultura e infraestrutura Rural

206082001.2.2020000 Manutenção das Atividades de Apoio à Agricultura

3.3.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (4727) .....  
...R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinário.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 15 de fevereiro de 2018.  
Registre-se e Publique-se

MARCOS ROBERTO MARIANI  
Prefeito Municipal, em Exercício.

Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Mat. Nº 106662-3

## DECRETO 1.375/2018

Publicação Nº 1531925

DECRETO Nº.1.374, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2029/2017, de 11/12/2017.

### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito Adicional suplementar no Valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme abaixo especificado:

06.00 Secretaria Mun. Da Agricultura e Infraestrutura Rural

06.01 Secretaria Mun. Da Agricultura e infraestrutura Rural

206082001.2.2020000 Manutenção das Atividades de Apoio à Agricultura

4.4.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (8790) .....  
...R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), de que trata o artigo 1º redução de dotação abaixo discriminada.

06.00 Secretaria Mun. Da Agricultura e Infraestrutura Rural

06.01 Secretaria Mun. Da Agricultura e infraestrutura Rural

206082001.2.2020000 Manutenção das Atividades de Apoio à Agricultura

3.3.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (4727) .....  
...R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinário.



Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 15 de fevereiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

MARCOS ROBERTO MARIANI

Prefeito Municipal, em Exercício.

Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Mat. Nº 106662-3

## DECRETO 1.376/2018

Publicação Nº 1531942

DECRETO Nº. 1.376, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2029/2017, de 11/12/2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito Adicional Especial no Valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme abaixo especificado:

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

07.01 Secretaria Municipal de Cidade e Desenvolvimento

154521503.2.023000 Manutenção dos Serviços de Utilidades Públicas

3.3.90.00.00.00.00 Aplicação Direta ( ..... ) .....  
.....R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 03.08 Superávit financeiro Exercício Anterior

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional especial, no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de que trata o artigo a utilização do superávit financeiro exercício anterior, saldo em conta bancária junto a agência do Banco do Brasil s/a.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 15 de fevereiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

MARCOS ROBERTO MARIANI

Prefeito Municipal, em Exercício.

Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Mat. Nº 106662-3

## DECRETO 1.377/2018

Publicação Nº 1531955

DECRETO Nº. 1.377, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 1º. DO DECRETO 1.344, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso

VII, da Lei Orgânica Municipal e, Considerando a Comunicação Interna n. 0004/2018 de 16 de Fevereiro de 2018, da Diretoria de Gestão Administrativa.

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a redação do Art. 1º. do Decreto n. 1.344, de 21 de Dezembro de 2017, que passará a ter a seguinte redação;

" Art. 1. - Fica revogado integralmente o Processo Licitatório nº 2.301/2017, Pregão Presencial PP n. 085/2017, cujo objeto é a contratação de empresa para a recuperação do trator John Deere 5705, Chassi nº BM 5705x090337, pertencente à Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, do Município de Campo Erê, SC."

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 21 de Dezembro de 2017.

Campo Erê, SC, 19 de fevereiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

MARCOS ROBERTO MARIANI

Prefeito Municipal, em Exercício.

Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Mat. Nº 106662-3

## DECRETO 1372/2018

Publicação Nº 1531883

DECRETO Nº.1.372, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECERTO N. 1.342, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VII do Art. 57 Lei Orgânica Municipal;

Considerando não haver necessidade a abertura de Processo Administrativo no Processo Licitatório n. 051/2011, por estar tramitando Ação na Justiça Comum na Comarca de Campo Erê – SC;

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado na íntegra, o Decreto n. 1.342, de 15 de Dezembro de 2017, que dispunha sobre a abertura de Processo Administrativo para apurar possíveis divergências no contrato Prestação de Serviços do Processo Licitatório 051/2011.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 09 de fevereiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

MARCOS ROBERTO MARIANI

Prefeito Municipal, em Exercício.

Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Mat. nº 10662-3

**LEI 2.038/2018**

Publicação Nº 1531776

LEI Nº 2.038/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2018, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;  
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de até R\$ 34.300,00 (trinta e quatro mil e trezentos reais) no Orçamento da Prefeitura Municipal do exercício de 2018, instituído pela Lei Municipal nº 2.029/2017, de 11/12/2017:

07.00 Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural  
07.01 Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural  
206082001.1.067000 Aquisição de Veículos e Ampliação da Patrulha Agrícola  
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (4572) .....  
..... R\$ 34.300,00  
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, no montante de R\$ 34.300,00 (trinta e quatro mil e trezentos reais), de que trata o artigo a redução de dotação abaixo discriminada.

07.00 Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural  
07.01 Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural  
206082001.2.020000 Manutenção das Atividades de Apoio ao Agricultor  
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (4727) .....  
..... R\$ 34.300,00  
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê - SC,  
em 06 de Fevereiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

MARCOS ROBERTO MARIANI  
Prefeito Municipal, em Exercício.  
Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Mat. nº 10662-3

**LEI 2.039/2018**

Publicação Nº 1531799

LEI Nº 2.039/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

Institui o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e o Mural Público da Câmara de Vereadores de Campo Erê/SC como veículos oficiais de comunicação dos atos normativos e administrativos da Câmara de Vereadores de Campo Erê/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído como veículos oficiais de comunicação, publicidade e divulgação dos atos normativos e administrativos da Câmara de Campo Erê/SC o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e o Mural Público da Câmara de Vereadores.  
Parágrafo único: O Mural Público da Câmara de Vereadores está localizado no átrio da Câmara de Vereadores do Município de Campo Erê/SC. Os atos publicados no respectivo mural serão numerados e registrados em livro próprio.

Art. 2º. As edições do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina serão disponibilizadas na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico  
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>, podendo ser consultadas por qualquer interessado sem custos e independentemente de cadastramento.

Art. 3º. As edições do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina atenderão aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Art. 4º. As publicações eletrônicas realizadas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina substituirão quaisquer outras formas de publicação utilizadas pelo Legislativo Municipal, exceto quando a legislação federal ou estadual exigir outro meio de publicidade e divulgação dos atos administrativos.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê - SC,  
em 06 de Fevereiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

MARCOS ROBERTO MARIANI  
Prefeito Municipal, em Exercício.  
Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Mat. nº 10662-3

**LEI 2.040/2018**

Publicação Nº 1531802

LEI Nº 2.040/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018  
AUTORIZA RECEBER POR DOAÇÃO, BEM IMÓVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;  
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação, de Armando Masotti e Adelir Daneluz Masotti CPF 131.948.879-04 e 828.271.929-34, proprietários do LOTEAMENTO JARDIM DAS FLORES, as áreas públicas com 10.597,45m², composta por: a) ÁREA VERDE com área Total de 2.281,09m², b) Rua "A" com área de 3.537,39m², c) Rua "B", com área de 807,75m², d) Rua "C" com área de 984,35m², e) Rua "D" com área de 428,46m², f) Rua Terezinha Beltrame, com área de 1.324,00m², g) Rua Capitão Rocha Loures Junior, com área de 924,00m², h) Rua Coronel Bertaso, com área de 310,41m², integrantes da Matrícula n. 8.354, do Cartório de Registro de Imóveis de Campo Erê/SC.

Art. 2º. Fica o Poder executivo Municipal autorizado a receber a

escritura pública de Doação do imóvel contido no Art. 1º. desta Lei, cuja finalidade do imóvel se constitui nas Ruas do Loteamento Jardim Das Flores, bem como na área verde, na qual poderá ser edificada praça de lazer.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê - SC,  
em 16 de Fevereiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

MARCOS ROBERTO MARIANI  
Prefeito Municipal, em Exercício.  
Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Mat. nº 10662-3

## LEI 2.041/18

Publicação Nº 1531809

LEI Nº 2.041/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2018, ABRE CRÉDITO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;  
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no valor de até R\$ 86.015,56 (oitenta e seis mil quinze reais e cinquenta e seis centavos) no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social do exercício de 2018, instituído pela Lei Municipal nº 2.029/2017, de 11/12/2017:

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social  
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social  
082410801.2.029000 Manutenção do Bloco PSB-FNAS  
3.3.71.00.00.00.00 Transferência a Consorcio Público Med. Contrato de Rateio .....  
..... R\$ 86.015,56  
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 86.015,56 (oitenta e seis mil quinze reais e cinquenta e seis centavos), de que trata o artigo a redução de dotação abaixo discriminada.

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social  
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social  
082410801.2.029000 Manutenção do Bloco PSB-FNAS  
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas ( ..... ) .....  
..... R\$ 86.015,56  
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê - SC,  
em 16 de Fevereiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

MARCOS ROBERTO MARIANI  
Prefeito Municipal, em Exercício.  
Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Mat. nº 10662-3

## LEI 2.042/2018

Publicação Nº 1531816

LEI Nº 2.042/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ISENÇÃO E REMISSÃO DO IPTU ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DOENÇA GRAVE, SEUS DEPENDENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;  
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Será concedida isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - ao contribuinte, quando o mesmo, ou membro de sua família, seja comprovadamente portador de uma das seguintes doenças:

- AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)
- Alienação mental
- Cardiopatia grave
- Contaminação por radiação
- Doença de Paget em estados avançados (Osteíte deformante)
- Doença de Parkinson
- Esclerose múltipla
- Espondiloartrose anquilosante
- Fibrose cística (Mucoviscidose)
- Hanseníase
- Nefropatia grave
- Hepatopatia grave (observação: nos casos de hepatopatia grave somente serão isentos os rendimentos auferidos a partir de 01/01/2005)
- Neoplasia maligna
- Paralisia irreversível e incapacitante
- Síndrome de Talidomida
- Tuberculose ativa
- Cegueira de nescença
- Hidrocefalia

§ 1º Para efeitos do disposto do caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

§ 2º A isenção somente será concedida a um único imóvel que esteja sendo utilizado como residência do portador da doença, independente de seu tamanho e que seja de sua propriedade ou do familiar .

§ 3º A isenção somente será concedida relativamente ao imóvel que não possua débitos perante o Município de Campo Erê.

§ 4º A qualquer momento poderá o Município de Campo Erê, por seus órgãos, promover verificação da veracidade dos fatos, documentos e informações prestadas pelo contribuinte e, verificando qualquer situação que considere irregular, promoverá a imediata suspensão do benefício, inscrevendo o contribuinte em débito com as correspondentes penalidades tributárias, resguardando o direito de defesa e contraditório.

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder remissão do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - ao contribuinte, quando o mesmo, ou membro de sua família, seja comprovadamente portador de uma das doenças estabelecidas no Art. 1º. desta Lei.

§ 1º Para efeitos do disposto do caput, a família é composta pelo

requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

§ 2º A remissão somente será concedida a um único imóvel que esteja sendo utilizado como residência do portador da doença, independente de seu tamanho e que seja de sua propriedade ou do familiar.

§ 3º A remissão somente será concedida relativamente ao imóvel que não possua débitos perante o Município de Campo Erê.

§ 4º A qualquer momento poderá o Município de Campo Erê, por seus órgãos, promover verificação da veracidade dos fatos, documentos e informações prestadas pelo contribuinte e, verificando qualquer situação que considere irregular, promoverá a imediata suspensão do benefício, inscrevendo o contribuinte em débito com as correspondentes penalidades tributárias, resguardando o direito de defesa e contraditório.

Art. 3º. Para requerer os benefícios de que trata a presente lei, o titular do imóvel deverá:

I - Fazer o requerimento junto à Diretoria de Gestão Fazendária solicitando o benefício, apresentando os seguintes documentos:

- a) laudo médico fornecido pelo médico que acompanha o tratamento, contendo diagnóstico expressivo da doença acometida a qualquer dos membros de sua família;
- b) declaração afirmando, sob as penas da Lei, que o membro da família acometido da doença reside no imóvel objeto do pedido do benefício;
- c) cópia de documento de identidade com foto do Requerente;
- d) cópia da imagem ou espelho do cadastro do carnê do imposto do imóvel.

Art. 4º. Os benefícios de que trata a presente lei, quando concedidos, serão válidos para o exercício financeiro correspondente.

Art. 5º. O pedido dos benefícios de que trata a presente Lei, deverá ser protocolado na Diretoria de Gestão Fazendária no exercício corrente.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê - SC,  
em 16 de Fevereiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

MARCOS ROBERTO MARIANI  
Prefeito Municipal, em Exercício.  
Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Mat. nº 10662-3

## LEI COMPLEMENTAR 089/2018

Publicação Nº 1531984

LEI COMPLEMENTAR N. 089/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

FIXA O VALOR MÍNIMO PARA A CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA AO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO OU FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA, POR EMPRESAS BENEFICIÁRIAS DE INCENTIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 008/2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica Instituído o valor mínimo para a contribuição ao Fundo Municipal de Desenvolvimento econômico ou Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA, anualmente, por empresas beneficiárias de incentivos da Lei Complementar n. 008/2001, de 23/10/2001, é fixado em valor inicial, transformados em UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) instituída pelo Município, por metro quadrado de área recebida por concessão de direito real de uso por ano, para fins de atendimento do disposto no Art. 8º, § 1º, Inciso V da Lei Complementar n. 008/2001 na seguinte ordem:

- a) R\$ 4,25 (quatro reais e vinte e cinco centavos), equivalente a 1,163 (uma vírgula cento e sessenta e três) UFRMs, para áreas fora de das áreas industriais, com infraestrutura, rede de água, rede de energia elétrica e ruas pavimentadas com asfalto ou pedras irregulares;

- b) R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos), equivalente a 0,766 (zero vírgula setecentos e sessenta e seis) UFRMs, para as áreas dentro das áreas industriais com infraestrutura, rede de água, energia elétrica e ruas pavimentadas com asfalto ou pedras irregulares;

- c) R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos), equivalente a 0,493 (zero vírgula quatrocentos e noventa e três) UFRMs, para as áreas dentro das áreas industriais com infraestrutura rede de água e energia elétrica, sem pavimentação das ruas

Art. 2º. A contribuição Financeira de que trata o art. 1º. Desta Lei Complementar, para os fins do Art. 8º, § 1º, inciso V da Lei Complementar n. 008/2001, deve ser feita durante 5 (cinco) anos consecutivos, admitindo-se, excepcionalmente o pagamento unificado, para as empresas que cumpriram o disposto no Art. 8º, § 1º, Inciso VII da Lei Complementar n. 008/2001.

Art. 3º. Para a formalização da contribuição financeira ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico ou ao Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA, as empresas beneficiárias de incentivos da Lei Complementar n. 008/2001, deverão dirigir requerimento ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, que informará o valor e os dados bancários para a realização da contribuição financeira.

Art. 4º. As contribuições financeiras ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico ou ao Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA, por empresas beneficiárias de incentivos da Lei Complementar n. 008/2001, feitas em desconformidade com a presente Lei Complementar, não serão consideradas para os fins do Art. 8º, § 1º, Inciso V da Lei Complementar n. 008/2001.

Art. 5º. O valor fixado no Art. 1º. Desta Lei Complementar, poderá ser permutado, mediante Lei específica, com a empresa beneficiária da concessão de incentivos, por obras de infraestrutura na área industrial, ou por edificação para a instalação de novos empreendimentos na área industrial ou fora dela sempre em área pública ou concedida, conforme for definido pelo CONDECOM, mediante projeto e orçamento realizados pelo Departamento de Engenharia do Município, das obras a serem realizadas.

Art. 6º. As demais disposições serão regulamentadas por Decreto

Art. 7º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê, SC aos 16 de fevereiro de 2018.

MARCOS ROBERTO MARIANI  
Prefeito Municipal em exercício



DANIELA VAZ  
Assistente Administrativo  
Matrícula n. 106662-3

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

## **PORTARIA 001/2018**

Publicação Nº 1532050

PORTARIA N. 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Designa servidor público Municipal para função de confiança e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o Decreto nº 1.355/2018;

### **RESOLVE**

Art. 1º. DESIGNAR PARA A FUNÇÃO DE CONFIANÇA de Coordenador de Setor – Gestão em Planejamento (FC-2-004), junto ao Gabinete de Planejamento e Gestão, a servidora pública municipal JULIANA APARECIDA BUFFON MARIANI, com direito a percepção de gratificação pelo exercício de função de confiança.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 353/2017, de 15 de maio de 2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 02 de janeiro de 2018.  
Registre-se e Publique-se  
ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

## **PORTARIA 002/2018**

Publicação Nº 1532058

PORTARIA N. 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Designa servidor público Municipal para função de confiança e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o Decreto nº 1.355/2018;

### **RESOLVE**

Art. 1º. DESIGNAR PARA A FUNÇÃO DE CONFIANÇA de Supervisor de Equipe III – Eventos Esportivos (FC-5-001), junto ao Gabinete do Prefeito, Diretoria de Esportes e Juventude, o servidor público municipal EVANIEL GUZATTI, com direito a percepção de gratificação pelo exercício de função de confiança.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 02 de janeiro de 2018.  
Registre-se e Publique-se  
ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

## **PORTARIA 003/2018**

Publicação Nº 1532354

PORTARIA N. 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a revogação da concessão de férias a servidor público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de permanência do servidor Francisco de Assis Ronchi, no exercício das atividades de Operador de Equipamentos Rodoviários, para manutenção das atividades

### **RESOLVE**

Art. 1º. REVOGAR a concessão de Férias de que dispõe a Portaria n. 709, de 15 de Dezembro de 2017, do Servidor Francisco de Assis Ronchi, Matrícula n.000942-3, lotado no Cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários, cujo período de gozo será outorgado oportunamente.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Campo Erê/SC, 02 de janeiro de 2018.  
Registre-se e Publique-se  
ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

## **PORTARIA 004/2018**

Publicação Nº 1532089

PORTARIA N. 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e o Art. 65 da Lei Complementar n. 11/2002;

### **RESOLVE**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao Servidor LUIZ CARLOS DAMASCENO, Matrícula n. 000141-2, lotado no Cargo de Fiscal de Tributos, com lotação no Gabinete de Planejamento e Gestão, referente ao período aquisitivo 22/03/2017 a 21/03/2018, a partir de 02 de Janeiro de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Campo Erê/SC, 02 de janeiro de 2018.  
Registre-se e Publique-se  
ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

### **PORTARIA 005/2018**

Publicação Nº 1532093

PORTARIA N. 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença Maternidade à servidora pública Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, o art. 85, VI, "a", da Lei Complementar nº 011/2002, o art. 69 da Constituição Federal, e a Lei 11.770/2008;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE, à servidora pública municipal SAMARA RONCHI, matrícula nº 010887-1, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública, a partir de 24 de dezembro de 2017, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 24/12/2017.

Campo Erê/SC, 02 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

### **PORTARIA 006/2018**

Publicação Nº 1532121

PORTARIA N. 015, DE 04 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a Averbação de Tempo de Serviço de servidor Público Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, a Lei Complementar nº 011/2002, Lei complementar 032/2006, e o Decreto n. 126/2013; Considerando o Parecer jurídico de 04/01/2018;

RESOLVE

Art. 1º. Fica Averbado o Tempo de Serviço prestado anterior ao concurso público pela Servidora Municipal MARINEZ GLORIA DA SILVA, matrícula nº 010891-0, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços Gerais Lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em 10 (dez) meses e 02 (dois) dias, relativos ao período laborado na Prefeitura Municipal de Campo Erê – SC, conforme atesta a Diretoria de Gestão de Pessoas.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 04 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

### **PORTARIA 007/2018**

Publicação Nº 1532331

PORTARIA N. 007, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no art. 2º, VIII, "a" da Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando a necessidade urgente da contratação de motorista para o Transporte de Pacientes, junto à Secretaria Municipal de Saúde Pública;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado por excepcional interesse público, ELADIO DE SANTA RITA FORMIGHIERI, para o cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde Pública, a partir desta data, pelo período de 12 (doze) meses.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 02 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

### **PORTARIA 008/2018**

Publicação Nº 1532339

PORTARIA N. 008, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidores públicos municipais, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei

Orgânica Municipal;  
Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;  
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado pelo Decreto 1.144, de 17 de fevereiro de 2017;  
Considerando o Parecer Jurídico n. 416  
RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde Pública, Secretaria Municipal de Cidade e Desenvolvimento e Gabinete do Prefeito, e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 02/01/2018 à 15/02/2018, os aprovados no Processo Seletivo Simplificado n. 001/2017 a saber:

I – JOICE CRISTINA FAGUNDES RACALCATTI;

II – DIULLIANA FIDELIS;

III – LEILA DE FATIMA SPILLMANN;

IV – ROSENI FAGUNDES;

V – ROBSON CARLOS AYRES.

Parágrafo único. Os contratados, terão prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de exclusão.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 02 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

## PORTARIA 009/2018

Publicação Nº 1532347

PORTARIA N. 009, DE 02 DE JANEIRO DE 2018  
Dispõe sobre a concessão de Adicional por tempo de serviço à servidor público Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, o art. 64, VI, "a", da Lei Complementar nº 011/2002,

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% 9quatro por cento), à servidora pública municipal SUZANA ALVES, matrícula nº 010622-4, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar no. 11/2002, referente ao período 2012/2017, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 02 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

## PORTARIA 010/2018

Publicação Nº 1532353

PORTARIA N. 010, DE 02 DE JANEIRO DE 2018  
Dispõe sobre a concessão de Adicional por tempo de serviço à servidor público Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, o art. 64, VI, "a", da Lei Complementar nº 011/2002,

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% 9quatro por cento), à servidora pública municipal JANETE TEREZINHA LOPES, matrícula nº 010468-0, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar no. 11/2002, referente ao período 2012/2017, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 02 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

## PORTARIA 011/2018

Publicação Nº 1532357

PORTARIA N. 011, DE 04 DE JANEIRO DE 2018  
Dispõe sobre a concessão de Adicional por tempo de serviço à servidor público Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, o art. 64, VI, "a", da Lei Complementar nº 011/2002,

RESOLVE



Art. 1º. Fica concedido Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), à servidora pública municipal MARCIA PUNTEL LEBERTON, matrícula nº 010616-0, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar no. 11/2002, referente ao período 2012/2017, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 04 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

## PORTARIA 012/2018

Publicação Nº 1532360

PORTARIA N. 012, DE 04 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Adicional por tempo de serviço à servidor público

Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, o art. 64, VI, "a", da Lei Complementar nº 011/2002,

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), à servidora pública municipal JURACI DORNELES DIAS, matrícula nº 001575-1, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar no. 11/2002, referente ao período 2010/2013, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 04 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

## PORTARIA 013/2018

Publicação Nº 1532368

PORTARIA N. 013, DE 04 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Adicional por tempo de serviço à servidor público

Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, o art. 64, VI, "a", da Lei Complementar nº 011/2002,

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), à servidora pública municipal LORECI M. HOFFMANN BAMBERGER, matrícula nº 010174-5, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar no. 11/2002, referente ao período 2010/2015, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 04 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

## PORTARIA 014/2018

Publicação Nº 1532383

PORTARIA N. 014, DE 04 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Adicional por tempo de serviço à servidor público

Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, o art. 64, VI, "a", da Lei Complementar nº 011/2002,

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 4% (quatro por cento), ao servidor público municipal LOIVO DENIR DE OLIVEIRA, matrícula nº 001575-1, conforme dispõe o art. 64 da Lei Complementar no. 11/2002, referente ao período 2012/2017, no serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 04 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

## PORTARIA 015/2018

Publicação Nº 1532406

PORTARIA N. 015, DE 04 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a Averbção de Tempo de Serviço de servidor Público Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, a Lei Complementar nº 011/2002, Lei complementar 032/2006, e o Decreto n. 126/2013;

Considerando o Parecer jurídico de 04/01/2018;

**RESOLVE**

Art. 1º. Fica Averbado o Tempo de Serviço prestado anterior ao concurso público pela Servidora Municipal MARINEZ GLORIA DA SILVA, matrícula nº 010891-0, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços Gerais Lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em 10 (dez) meses e 02 (dois) dias, relativos ao período laborado na Prefeitura Municipal de Campo Erê – SC, conforme atesta a Diretoria de Gestão de Pessoas.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 04 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**PORTARIA 016/2018**

Publicação Nº 1532430

PORTARIA N. 016, DE 04 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a Interrupção de Licença para Tratar de Interesses Particulares de servidor Público Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, da Lei Complementar nº 011/2002 e da Lei complementar 077/2015;

Considerando o Parecer jurídico de 04/01/2018;

**RESOLVE**

Art. 1º. Interromper a Licença para Tratar de Interesses Particulares do Servidor Municipal MILTO RODRIGUES DE MEDEIROS, matrícula nº 00389-1, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Posturas Municipais, Lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, a partir desta data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 04 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**PORTARIA 017/2018**

Publicação Nº 1532450

PORTARIA N. 017, DE 08 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no art. 2º, da Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando a necessidade de contratar Assistente Social, em decorrência das férias concedidas as servidoras efetivas no cargo e em especial pelo pedido de exoneração da Assistente Social Cristiane Anna Casagrande;

Considerando que encontra-se tramitando o Processo Seletivo Simplificado 003/2017, no qual consta vaga temporária de Assistente Social.

Considerando ainda o Parecer Jurídico n. 468/2017

**RESOLVE**

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado por excepcional interesse público, ELIANE PIACENTINI, para o cargo de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período compreendido de 08/01/2018 à 01/03/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Campo Erê/SC, 08 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN

Supervisor de Equipe I – Atos Oficiais

**PORTARIA 018/2018**

Publicação Nº 1532482

PORTARIA N. 018, DE 08 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no art. 2º, da Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando a necessidade urgente de contratar Motorista para o Transporte de Pacientes, Junto a Secretaria Municipal de Saúde Pública;

Considerando a solicitação do secretário Municipal de Saúde Pública e o despacho do Sr. Prefeito Municipal em 02/01/2018;

Considerando ainda que encontra-se tramitando o Processo Seletivo Simplificado 003/2017 no qual consta vaga para Motorista.

**RESOLVE**

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado por excepcional interesse público, ELADIO DE SANTA RITA FORMIGHIERI, para o cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde Pública, a partir de 08/01/2018, pelo período de 06 (seis) meses.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Campo Erê/SC, 08 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Supervisor de Equipe I – Atos Oficiais

## PORTARIA 019/2018

Publicação Nº 1532514

PORTARIA N. 019, DE 08 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença prêmio à servidora pública Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, o art. 85, VI, "a", da Lei Complementar nº 011/2002, e a Lei Complementar n. 077/2015;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, à servidora pública municipal JURACI DORNELSE DIAS, matrícula nº 01557-1, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relativo ao período aquisitivo 2008/2013, pelo período de 60 (sessenta) dias a partir de 05 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05/01/2018.

Campo Erê/SC, 08 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

## PORTARIA 020/2018

Publicação Nº 1532528

PORTARIA N. 020, DE 08 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a conversão em abono pecuniário de Licença prêmio de Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, o art. 85, VI, "a", da Lei Complementar nº 011/2002, e a Lei Complementar n. 077/2015;

RESOLVE

Art. 1º. CONVERTER EM ABONO PECUNIÁRIO, 30 (trinta) dias, da LICENÇA PRÊMIO, da servidora pública municipal JULIANA APARECIDA BUFFON MARIANI, matrícula nº 011146-5, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativa ao período aquisitivo 2012/2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 08 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se  
ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

## PORTARIA 021/2018

Publicação Nº 1532538

PORTARIA N. 021, DE 08 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e o Art. 65 da Lei Complementar n. 11/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS a Servidora, JULIANA APARECIDA BUFFON MARIANI, Matrícula n. 01146-5, lotada no Cargo de Assistente Administrativo, com lotação no Gabinete de Planejamento e Gestão, referente ao período aquisitivo 21/12/2016 a 20/12/2017, a partir de 22 de Janeiro de 2018, com conversão de 1/3º. em abono pecuniário.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Campo Erê/SC, 08 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se  
ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**PORTARIA 022/2018**

Publicação Nº 1532543

PORTARIA N. 022, DE 08 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão antecipada de férias a servidor público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e o Art. 65 da Lei Complementar n. 11/2002; Considerando a necessidade de antecipação de férias em decorrência do recesso escolar;

**RESOLVE**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS antecipadas a Servidora, FRANCIELLY SCHMITZ DA ROCHA, Matrícula n. 010581-3, lotada no Cargo de Professor de Ensino Infantil, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo 18/05/2017 a 17/15/2018, a partir de 08 de Janeiro de 2018, Pelo período de 30 (trinta) dias.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Campo Erê/SC, 08 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**PORTARIA 023/2018**

Publicação Nº 1532549

PORTARIA N. 023, DE 12 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a interrupção de férias de servidores públicos, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal; Considerando a necessidade de retorno as atividades das servidoras Leonice de Fatima Comim, do setor de licitações e da servidora Arlete Terezinha Ribolli, telefonista, para manutenção das atividades;

**RESOLVE**

Art. 1º. Interromper as Férias de que dispõe as Portarias n. 718 e 727, de 15 de Dezembro de 2017, das servidoras municipais Arlete Terezinha Ribolli e Leonice de Fatima Comin, a partir do dia 12 de Janeiro de 2018, cujo período restante de gozo será outorgado oportunamente.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Campo Erê/SC, 12 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**PORTARIA 024/2018**

Publicação Nº 1532555

PORTARIA N. 024, DE 12 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015; Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado pelo Decreto 1.144, de 17 de fevereiro de 2017; Considerando o Parecer Jurídico n. 416

**RESOLVE**

Art. 1º. CONTRATAR, SILVIA DE FATIMA DE ALMEIDA por tempo determinado e por excepcional interesse público, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período compreendido de 09/01/2018 à 24/02/2018, os aprovados no Processo Seletivo Simplificado n. 001/2017.

Parágrafo único. Os contratados, terão prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de exclusão.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 12 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**PORTARIA 025/2018**

Publicação Nº 1532558

PORTARIA N. 025, DE 12 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a conversão em abono pecuniário de Licença prêmio de Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, o art. 85, VI, "a", da Lei Complementar nº 011/2002, e o art. 2º. Inciso III da Lei Complementar n. 077/2015;



**RESOLVE**

Art. 1º. CONVERTER EM ABONO PECUNIÁRIO, 90 (noventa) dias, da LICENÇA PRÊMIO, da servidora pública municipal MARINES PARIZOTO DEBIASI, matrícula nº 010561-9, ocupante do cargo de Professor e Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relativa ao período aquisitivo 2012/2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 12 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**PORTARIA 026/2018**

Publicação Nº 1532561

PORTARIA N. 026, DE 12 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a conversão em abono pecuniário de Licença prêmio de Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, o art. 85, VI, "a", da Lei Complementar nº 011/2002, e o art. 2º. Inciso III da Lei Complementar n. 077/2015;

**RESOLVE**

Art. 1º. CONVERTER EM ABONO PECUNIÁRIO, 90 (noventa) dias, da LICENÇA PRÊMIO, do servidor público municipal ROGÉRIO LUIZ DAL PRÁ, matrícula nº 00077-9, ocupante do cargo de Técnico em Tributação, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativa ao período aquisitivo 2012/2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 12 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**PORTARIA 027/2018**

Publicação Nº 1532566

PORTARIA N. 027, DE 12 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e o Art. 65 da Lei Complementar n. 11/2002;

**RESOLVE**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS a Servidora, MARGARETE CADORE VIEGA, Matrícula n. 011148-1, lotada no Cargo de Diretora de Gestão Fazendária, com lotação no Gabinete de Planejamento e Gestão, referente ao período aquisitivo 09/01/2017 a 08/01/2018, a partir de 11 de Janeiro de 2018, Pelo período de 30 (trinta) dias.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Campo Erê/SC, 12 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se  
ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**PORTARIA 028/2018**

Publicação Nº 1532568

PORTARIA N. 028, DE 12 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e o Art. 65 da Lei Complementar n. 11/2002;

**RESOLVE**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS a Servidora, LORENI DIAS DE OLIVEIRA, Matrícula n. 01819-8, lotada no Cargo de Assistente Administrativo, com lotação no Gabinete de Planejamento e Gestão, referente ao período aquisitivo 27/10/2014 a 26/10/2015, a partir de 22 de Janeiro de 2018, com conversão de 1/3º. Em Abono Pecuniário.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Campo Erê/SC, 12 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se  
ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**PORTARIA 029/2018**

Publicação Nº 1532571

PORTARIA N. 029, DE 12 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e o Art. 65 da Lei Complementar n. 11/2002;

**RESOLVE**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao Servidor, VINICIUS PIETSKOSKI, Matrícula n. 010993-2, lotado no Cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, referente ao período aquisitivo 2016/2017, a partir de 01 de Fevereiro de 2018, pelo período de 30 dias.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Campo Erê/SC, 12 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**PORTARIA 030/2018**

Publicação Nº 1533189

PORTARIA N. 030, DE 12 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Adicional por tempo de serviço à servidor público Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e as Lei Complementares nº 012/2002, e 029/2005

**RESOLVE**

Art. 1º. Fica concedido Adicional por Titulação (Conclusão do Ensino Fundamental) no percentual de 5% (cinco por cento), à servidora pública municipal ANACLEIDE M DEPARIS PINHEIRO, matrícula nº 001821-0, conforme dispõe o art. 13 da Lei Complementar no.

12/2002.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 12 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Matr. 00784-6

**PRORROGAÇÃO PRAZO TOMADA DE PREÇOS 02/2018**

Publicação Nº 1533149

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2018

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA

Prorroga prazo de abertura do:

Processo Licitatório n.º 10/2018– TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2018

O Município de Campo Erê - SC, através de seu Prefeito em Exercício Sr. Marcos Roberto Mariani, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados no EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018, objetivando Implantação de Pavimentação Asfáltica, drenagem pluvial, passeio público e sinalização das Ruas Terezinha Beltrame e Luiz Caldato, com área de 2728,95 m², que fica PRORROGADO O PRAZO DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS para o dia 14 de março 2018, às 08:30horas. As demais condições do presente edital continuam inalteradas. Os proponentes interessados deverão protocolar seus envelopes de habilitação e propostas de preços até as 08:00 horas do dia 14/03/2018, junto ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações do Município, no Departamento de Licitações localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina. Informações pelo site. [www.campoere.sc.gov.br](http://www.campoere.sc.gov.br), ou e-mail: [licitação@campoere.sc.gov.br](mailto:licitação@campoere.sc.gov.br) ou pelo fone: (49) 3655 3000. Campo Erê - SC, 22/02/2018. Matheus Bruno Poli Valgoi – Presidente da Comissão Permanente de Licitações / MARCOS ROBERTO MARIANI – Prefeito Municipal em Exercício.

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATOS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO 001/2018**

Publicação Nº 1531768

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES CAMPO ERÊ

Extrato de Atas de Registro de Preço oriundas do Pregão Presencial nº 001/2018, para futura e eventual aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza, material de copa e cozinha e material de expediente. Vigência a partir da assinatura até 31 de dezembro de 2018, improrrogáveis, sendo as empresas abaixo listadas Fornecedores Registradas:



ATA Nº 002/2018	MINIMERCADO ALVORADA LTDA EPP CNPJ: 01.108.936/0001-01 Lote 1: R\$ 4.716,46 (quatro mil setecentos e dezesseis reais e quarenta e seis centavos) Lote 4: R\$ 699,99 (seiscentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)
ATA Nº 003/2018	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ: 04.303.600/0001-80 Lote 2: 2.799,53 (dois mil setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e três centavos)
ATA Nº 004/2018	ANILDA SCHOENINGER ME CNPJ: 04.192.895/0001-64 Lote 3: 3.799,69 (três mil setecentos e noventa e nove reais e sessenta e nove centavos)

Os preços registrados poderão ser consultados na íntegra junto ao endereço eletrônico [www.campoere.sc.leg.br](http://www.campoere.sc.leg.br).

Campo Erê/SC, 22 de fevereiro de 2018.

ADEMAR ALBERTON

Presidente

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE PP 02/2018.

Publicação Nº 1532872

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 03/2018  
PREGÃO ELETRONICO Nº 02/2018

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros torna público que fará realizar no dia 12 de Março de 2018 às 09 horas e 30 minutos, Pregão Presencial do Menor Preço Por Item, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE VEICULO AUTOMOTOR TIPO HATCH, ZERO QUILOMETRO, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMPOS NOVOS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 08h30min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min diariamente.

Campos Novos, 23 de Fevereiro de 2018.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### MOÇÃO Nº 01/2018

Publicação Nº 1532759

#### MOÇÃO Nº 1/2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

#### "MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo Municipal de Campos Novos, vem por meio dos seus representantes legais, manifestar integral e irrestrita Parabenização a...

#### "POLÍCIA MILITAR DE CAMPOS NOVOS"

É com enorme satisfação que viemos através desta parabenizar a Polícia Militar de Campos Novos/SC, através da Agência de Inteligência "SOLDADO JOCELMO SANTIN, SOLDADO EDIMILSON DE ANDRADE", e dos Oficiais da ROCAM "3º SARGENTO RENATO JOSÉ STOLFO, CABO ARLAN FRANCISCO DEON, SOLDADO MAYCON ADRIANO ORTIZ" no combate diário ao tráfico de drogas e entorpecentes no nosso município.

Somos sabedores do esforço, dedicação e seriedade com o qual trabalham em prol da nossa cidade sempre atendendo as necessidades da população com muito profissionalismo.

Assim sendo, reiteramos nossos agradecimentos e congratulações, desejando-lhes sorte e sucesso nas próximas ações desenvolvidas sempre em prol da população camponovense.

Sala das Sessões, em 05/02/2018.

José Adelar Carpes

Presidente da Mesa

continuação da Moção 01/2018...

Antônio Rosa	Gilson Cesar Lopes
Vice-Presidente	1º Secretário
Marciano Dalmolin	Adavilson Telles
2º Secretário	Vereador
Darcy Rodrigo Pedroso	Dirceu José Kaiper
Vereador	Vereador
Irineu Armando Osório Junior	Maurilio Castro Campagnoni
Vereador	Vereador

### MOÇÃO Nº 02/2018

Publicação Nº 1532791

#### MOÇÃO Nº 2/2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

#### "MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo Municipal de Campos Novos, vem por meio dos seus representantes legais, manifestar integral e irrestrita Parabenização a...

"COPERACEL – Cooperativa Agropecuária do Celeiro Catarinense"

É com enorme satisfação que viemos através desta, parabenizar a COPERACEL – Cooperativa Agropecuária do Ceileiro Catarinense, pela realização da “4ª edição do RISACEL”, que por mais um ano foi sucesso absoluto. Este evento que já é tradicional, reúne mulheres associadas e convidadas da cooperativa, foi um momento de demonstrar a força da mulher no cooperativismo e os avanços do agronegócio no município.

Parabenizamos os idealizadores desta grandiosa confraternização e também aos funcionários, associados e a todos que de alguma maneira colaboraram e vem colaborando na realização de todas as edições deste tão importante evento.

Parabéns e Sucesso!

Sala das Sessões, em 05/02/2018.

Maurilio Castro Campagnoni	José Adelar Carpes
Vereador PMDB	Presidente da Mesa - PMDB

### MOÇÃO Nº 03/2018

Publicação Nº 1532793

MOÇÃO Nº 3/2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

#### "MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo Municipal de Campos Novos, vem por meio de seus representantes Legais, manifestar integral e irrestrita Parabenização a Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos - Copercampos.

Parabenizamos a Copercampos, pela Construção do primeiro Parque de Usina Solar, inaugurado no dia 19 de janeiro de 2018, localizado na Granja dos Pinheiros. O parque conta com 3.024 painéis solares, com capacidade de gerar 1 Megawatt(MW), a usina fotovoltaica atenderá todo o consumo integral da granja de suínos e também de parte de energia elétrica de um Supermercado da Cooperativa no Município de Campos Novos.

O Projeto da Copercampos é de produzir 5MW no Parque Solar da Granja dos Pinheiros. Os investimentos até a finalização da obra devem ser superiores a R\$ 25 milhões. Neste primeiro parque já instalados, a cooperativa investiu R\$ 5 milhões.

Estendemos a parabenização, ao time “Sustentabilidade”, a construção da usina solar foi possível graças a dedicação dos profissionais da Copercampos que participam do Programa Inova, sendo: Junior de Oliveira Couto, Ademar Haack, Claudemir Moretto, Jocelino Zanoni, Marcelo Lucas Vieira dos Santos, Odair Pavan e Vanderlei Cordeiro Gonçalves, uma ideia que foi aprovada pelos conselheiros, e executada pela Diretoria.

Sabemos que o combate às mudanças climáticas são uma prioridade atual no mundo, visto os potenciais desastres ambientais que elas podem trazer e, com isso, um risco à população do mundo inteiro. Por esse motivo, esse combate não fica somente na mão dos dirigentes dos países, mas sim em cada um de nós, que devemos sempre escolher aqueles produtos e soluções que causam menos impactos ambientais.

Diante do exposto, parabenizamos toda a Equipe responsável,

diretoria e conselheiros da Copercampos, pela idéia e execução do primeiro parque de energia solar, localizado em nosso Município, que sirva de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 05/02/2018.

Dirceu José Kaiper	José Adelar Carpes
Vereador PMDB	Presidente da Mesa

### MOÇÃO Nº 04/2018

Publicação Nº 1532795

MOÇÃO Nº 4/2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos representantes abaixo mencionados a seguinte...

#### "MOÇÃO DE APELO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes legais, vem por meio deste, fazer um apelo aos Deputados Federais de Santa Catarina; aos Deputados Estaduais de Santa Catarina; aos Senadores; ao Ministério da Agricultura, representado pelo Senhor Blairo Borges Maggi; a Secretaria de Estado de Agricultura e Pesca, representada pelo Senhor Moacir Sopelsa, para que todos engajados neste intento sejam CONTRÁRIOS À Proposta de Emenda Constitucional nº 37/2007, com o seguinte objetivo:

Encontra-se em tramitação no Senado Federal, a Proposta de Emenda Constitucional nº 37/2007, a qual coloca em discussão a retomada da cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na exportação de produtos primários (não-industrializados) e semielaborados.

Entende-se que a proposta visa, dentre outras particularidades, revogar a chamada Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/1996), a qual isenta o pagamento de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços.

Considerando que a Lei Kandir fomenta o agronegócio, já que dispõe sobre a isenção do pagamento de ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços.

É certo que a Lei Kandir causa polêmica, isto porque há grande discussão no que se refere a perda de arrecadação devido à isenção do imposto nesses produtos.

Entretanto, afirma-se com veemência que causar prejuízo aos empresários e trabalhadores do agronegócio não trará benesse ao Governo. Ao revés, já que os trabalhadores e empresários precisam ter a mão de obra qualificada e baixo custo de impostos para fomentar seu negócio e alavancar a economia.

Neste viés, a presente Moção tem a finalidade de sensibilizar as Autoridades para que sejam contrários à PEC nº 37/2007, porquanto sua aprovação trará malefícios aos trabalhadores e empresários do Agronegócio Brasileiro.

JUSTIFICATIVA: A revogação da Lei Kandir através da PEC nº 37/2007 provocará uma ameaça ao Agronegócio Brasileiro, se for aprovada pelo Congresso Nacional e, consequentemente um grande retrocesso no País.

Em 1996, quando a Lei Kandir foi instituída, o saldo da balança

comercial do agronegócio era de US\$ 12,2 bilhões; já em 2016 o saldo foi US\$ 71,3 bilhões, aumento de 484%, fruto dos benefícios que a Lei Kandir ofereceu. Mais do que estimular as exportações, a Lei Kandir promoveu na economia brasileira um ambiente mais estável e favorável.

O agronegócio que responde por quase 50% das exportações do país é um dos fatores de mais participação ao crescimento do país. Caso for revogada a Lei Kandir, teremos mais desemprego, além da queda nas exportações, e as consequências serão o aprofundamento de uma nefasta recessão como a que enfrentamos hoje. Em momento em que reformas estruturantes são discutidas para reduzir o custo Brasil, a PEC nº 37/2007 vai ao oposto daquilo que o país precisa para se tornar mais competitivo.

Neste norte, considerando que as medidas têm que ser realizadas pelas autoridades competentes e, visando a estabilidade da economia brasileira frente a atual realidade, solicitamos a sensibilização dos nobres pares para que seja atendida a presente reivindicação. Por fim, esperamos e pleiteamos às Autoridades competentes para que todos engajados neste intento sejam CONTRÁRIOS À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL nº 37/2007.

Sala das Sessões, em 09/02/2018.

José Adelar Carpes	
Presidente da Mesa	
Antônio Rosa	Gilson Cesar Lopes
Vice-Presidente	
Continuação moção nº. 04/2018...	1º Secretário
Marciano Dalmolin 2º Secretário	Adavilson Telles Vereador
Darcy Rodrigo Pedroso	Dirceu José Kaiper
Vereador	Vereador
Irineu Armando Osório Junior	Maurilio Castro Campagnoni
Vereador	Vereador

## MOÇÃO Nº 05/2018

Publicação Nº 1532798

### MOÇÃO Nº 5/2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

### MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrita parabenização a empresa .....

"COOCAM – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CAMPONOVENSE"

É com grande satisfação que parabenizamos esta tão importante cooperativa, pela passagem dos seus 25 Anos, comemorados no dia 02 de Janeiro do corrente ano.

Parabenizamos toda a direção, associados, equipe de funcionários e colaboradores pelos relevantes serviços prestados a nossa comunidade camponovense, destacando-se assim como empresa referencia no setor do Agronegócio, sempre com muita dedicação e atuante em vários segmentos, essencial no desenvolvimento e crescimento de nosso Município.

Outrossim, manifestamos protestos de elevada estima e consideração, desejando pleno sucesso na continuação desta história.

Sala das Sessões, em 09/02/2018.

José Adelar Carpes	
Presidente da Mesa	
Antônio Rosa	Gilson Cesar Lopes
Vice-Presidente	
Continuação moção nº. 05/2018...	1º Secretário
Marciano Dalmolin 2º Secretário	Adavilson Telles Vereador
Darcy Rodrigo Pedroso	Dirceu José Kaiper
Vereador	Vereador
Irineu Armando Osório Junior	Maurilio Castro Campagnoni
Vereador	Vereador

## MOÇÃO Nº 06/2018

Publicação Nº 1532799

### MOÇÃO Nº 6/2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

### "MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo Municipal de Campos Novos, vem por meio dos seus representantes legais, manifestar integral e irrestrita Parabenização a...

"COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS"

É com enorme satisfação que viemos através desta, parabenizar a COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS, que realizou na sexta-feira, dia 16 de fevereiro de 2018, a entrega de um veículo Fiat Mobi 0km, para a 3ª Companhia da Polícia Militar de Campos Novos. A doação do veículo busca atender as necessidades operacionais desta instituição que presta honrosos serviços à comunidade. Parabenizamos a todos pela bela iniciativa deste nobre gesto de

colaboração que vem a contribuir para a segurança de toda a nossa sociedade camponovense.

Parabéns e Sucesso!

Sala das Sessões, em 19/02/2018.

José Adelar Carpes
Presidente da Mesa

Antônio Rosa	Gilson Cesar Lopes
Vice-Presidente	
Continuação moção nº. 06/2018...	1º Secretário
Marciano Dalmolin 2º Secretário	Adavilson Telles Vereador
Darcy Rodrigo Pedroso	Dirceu José Kaiper
Vereador	Vereador
Irineu Armando Osório Junior	Maurilio Castro Campagnoni
Vereador	Vereador

# Canelinha

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL 026/PMC/2018

Publicação Nº 1532811

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços 026/PMC/2018

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para fechamento em gradil, do Parque Municipal na Avenida Joaquim Jose de Santana, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, ART, Projetos e condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 13 de março de 2018, às 08:30 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 22 de fevereiro de 2018. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

### EXTRATO EDITAL 027/PMC/2018

Publicação Nº 1532813

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 027/PMC/2018

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de cartuchos de impressora para a manutenção das atividades das Secretarias do Município de Canelinha, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 08 de março de 2018, às 15:30 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 22 de fevereiro de 2018. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

### PREGÃO PRESENCIAL Nº023/PMC/18

Publicação Nº 1531749

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 023/PMC/2018

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de pneus para manutenção da frota da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Canelinha SC; de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 07 de março de 2018, às 14:30 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 22 de fevereiro de 2018. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

### PREGÃO PRESENCIAL Nº024/PMC/18

Publicação Nº 1531751

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 024/PMC/2018

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, serviços de conserto, montagem e troca de pneus da frota da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Canelinha SC; de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 08 de março de 2018, às 08:30 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 22 de fevereiro de 2018. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

### PREGÃO PRESENCIAL Nº025/PMC/18

Publicação Nº 1531755

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 025/PMC/2018

OBJETO: O presente pregão tem por objeto, a contratação de serviços de artes, vídeos e coberturas fotográficas para gerência de comunicação e integração social do Município de Canelinha SC; de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 08 de março de 2018, às 14:30 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 22 de fevereiro de 2018. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.



# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 039/2018

Publicação Nº 1532292

DECRETO Nº. 039/2018

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.149 de 20/12/2017 – LOA, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2018, o valor de R\$ 186.800,99 (cento e oitenta e seis mil, oitocentos reais e noventa e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
 Função 12: Educação  
 Subfunção 365: Educação Infantil  
 Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação  
 Proj./Ativ. 2.008 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil  
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
 ..... 186.800,99  
 Recursos 31800 – Transf. do FUNDEB – Aplic. Profis. (Min. 60%)  
 - Superávit

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 186.800,99 (cento e oitenta e seis mil, oitocentos reais e noventa e nove centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2017, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

11800	Transf. do FUNDEB – Aplic. Profis. (Min. 60%)	186.800,99
TOTAL		186.800,99

Fonte: SMAFO/2018

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 21 de fevereiro de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/02/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### EDITAL Nº 005/2018 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO

Publicação Nº 1532647

EDITAL Nº. 05/2018

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/2017/PMC.

A Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 01/2017/PMC.

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

#### RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público os candidatos a seguir relacionados (ANEXO I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 01/2017/PMC, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- 1 Fotografia 3X4 recente;
- Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco

Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do candidato ora convocado no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretarão suas automáticas e definitivas eliminações do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Fica, o candidato, convocado para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluídos os(as) candidatos(as) que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 22 de fevereiro de 2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK  
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº 05/2018  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

Nome: Maria Heloisa Becker  
Nome: Carlos Herbert Stoeberl

CARGO: ADVOGADO ASSISTENCIA SOCIAL

Nome: Wilson Orzevalla Junior

CARGO: ENFERMEIRO

Nome: Aline Cristina Varaz Tamada  
Nome: Amanda Slabadack

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

Nome: Fernanda Anselmo

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Nome: Cintia Elisa Grohs de Araujo  
Nome: Dyanne Alves dos Santos  
Nome: Juliano Gabriel Perciak Posonski  
Nome: Miriam Carla Salvador  
Nome: Regina Aparecida Belini Bail  
Nome: Lucimara Aparecida de Farias Martinhak  
Nome: Petaia Suchara

CARGO: FARMACÊUTICO

Nome: Camila Andrade Pedrassani

CARGO: SERVENTE FEMININO

Nome: Suelen de Jesus Padilha  
Nome: Luana Regina Mendes dos Santos  
Nome: Marineia Aparecida Vieira de Lima Alegri  
Nome: Dayana Pires  
Nome: Ana Rita da Rocha Schindler  
Nome: Rosangela Hanemann

CARGO: CUIDADOR DE IDOSO

Nome: Paulo Cesar Scheide

CARGO: MOTORISTA:

Nome: Samuel Sthotka  
Nome: Denis Mendes  
Nome: Agner de Andrade Fuck  
Nome: Douglas Leimar Wendt  
Nome: Claudio Leandro de Souza  
Nome: Jose Ismael Alves

## PORTARIA Nº 102/2018

Publicação Nº 1532279

PORTARIA Nº. 102/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve: ALTERAR E DESIGNAR TEMPORARIAMENTE

Art. 1º - Fica designado temporariamente o servidor ANDRÉ CAIKE DE BRITO KUMINEK, que exerce o cargo de Monitor de Biblioteca, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM José Grosskopf, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 21/SME/2018.

Art. 2º - Fica designada temporariamente a servidora JÉSSICA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS, que exerce o cargo de Monitor de Biblioteca, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Achilles Pazda, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 21/SME/2018.

Art. 3º - Fica designada temporariamente a servidora KARINE ADANSKI SLUGOWIESKI, que exerce o cargo de Monitor de Biblioteca, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Alberto Wardenski, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 21/SME/2018.

Art. 4º - Fica designada temporariamente a servidora SUELI DOS SANTOS SCHUPEL, que exerce o cargo de Monitor de Biblioteca, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Severo de Andrade, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 21/SME/2018.

Art. 5º - Fica designada temporariamente a servidora MARIA DIONETE CAETANO GONÇALVES, que exerce o cargo de Professor de História, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Alberto Wardenski e EBM Severo de Andrade, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 23/SME/2018.

Art. 6º - Fica designada temporariamente a servidora SUELI

ARACEMIO MADEIRA, que exerce o cargo de Professor de História, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Gertrudes Müller, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 23/SME/2018.

Art. 7º - Fica designada temporariamente a servidora CLAUDETE NEIVA SANDMANN CEMBRANEL, que exerce o cargo de Professor de Geografia, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 24/SME/2018.

Art. 8º - Fica designada temporariamente a servidora JESSICA SUELLEN DE LIMA VIPIEVSKI, que exerce o cargo de Professor de Geografia, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Gertrudes Müller, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 24/SME/2018.

Art. 9º - Fica designada temporariamente a servidora ROSI APARECIDA PIOTROWSKI CRESTANI, que exerce o cargo de Professor de Geografia, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Benedito Thérézio de Carvalho, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 24/SME/2018.

Art. 10 - Fica designada temporariamente a servidora DÉBORA RENGEL, que exerce o cargo de Professor de Matemática, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Alberto Wardenski, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 026/SME/2018.

Art. 11 - Fica designada temporariamente a servidora JOSIMARI GASPARETTO, que exerce o cargo de Professor de Língua Portuguesa, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 017/SME/2018.

Art. 12 - Fica designada temporariamente a servidora LEONILCE DE LARA FERREIRA, que exerce o cargo de Professor de Língua Portuguesa, sem regência, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, 40 horas semanais, sendo 30 horas na EBM Presidente Castelo Branco e 10 horas na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 017/SME/2018.

Art. 13 - Fica designada temporariamente a servidora ROSANA CONTE, que exerce o cargo de Professor de Língua Portuguesa, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 017/SME/2018.

Art. 14 - Fica designada temporariamente a servidora ANA PAULA ROSA KRYCZYC, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Gertrudes Müller, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 15 - Fica designada temporariamente a servidora ANA KARINA VIEIRA DE LIMA, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 16 - Fica designada temporariamente a servidora ANA RITA VIEIRA DE LIMA ANTOCHESKI, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Severo de Andrade, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 17 - Fica designada temporariamente a servidora ANDREIA APARECIDA MANGUE SCHUPEL, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao CEI Antonio Souza Costa, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 18 - Fica designada temporariamente a servidora BEATRIZ DE FÁTIMA CORREA, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao CEI Santa Barbara, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 19 - Fica designada temporariamente a servidora CAMILA FERNANDES PADILHA DE LIMA, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao CEI Pedro Bandeira, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 20 - Fica designada temporariamente a servidora CINTIA DANIELLE BAUKAT, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Maria Lovatel Pires, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 21 - Fica designada temporariamente a servidora CLÉIA RODRIGUES FERREIRA NOERNBERG, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Achilles Pazda, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 22 - Fica designada temporariamente a servidora CRISTINA DE FÁTIMA CHAVES, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Alberto Wardenski, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 23 - Fica designada temporariamente a servidora DANIELE SORAIA LUCAS ANDREJEWSKI, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, 40 horas na EBM Achilles Pazda, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 24 - Fica designada temporariamente a servidora DANIELY AMARAL, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao CEI Vinicius de Moraes, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 25 - Fica designada temporariamente a servidora DIONEIA SANT'ANA, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, 40 horas, sendo 20 horas no CEI Emília Ferreira e 20 horas na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.



Art. 26 - Fica designada temporariamente a servidora ELIANE CRISTINA BARBOSA DA SILVA, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 27 - Fica designada temporariamente a servidora ELIZANGELA ERZINGER, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Dr. Aroldo Carneiro Carvalho, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 28 - Fica designada temporariamente a servidora FABIOLA PLACHEK DE SOUZA, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 29 - Fica designada temporariamente a servidora GISELI LATICHUKY, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, 40 horas, sendo 20 horas na EBM Alberto Wardenski e 20 horas no CEI Deckla Prust, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 30 - Fica designada temporariamente a servidora IRACY DE LOURDES CARNEIRO DOMINIAK, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Severo de Andrade, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 31 - Fica designada temporariamente a servidora JOANA APARECIDA BODNAR, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao GEM Xeila Elizabete Cornelsen, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 32 - Fica designado temporariamente o servidor JOÃO JORGE CECÍLIO JUNIOR, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto na EBM Maria Lovatel Pires, estando 20 horas em Pedido de Redução de Jornada de Trabalho, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 33 - Fica designada temporariamente a servidora JOCILDA CLARICE DA SILVA, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao GEM Xeila Elizabete Cornelsen, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 34 - Fica designada temporariamente a servidora JULIANE CRISTINA BORGES, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto na EBM Severo de Andrade, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 35 - Fica designada temporariamente a servidora LEIDIANE ARTNER, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº

016/SME/2018.

Art. 36 - Fica designada temporariamente a servidora LIANA CRISTINA METZGER, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto na EBM Maria Lovatel Pires, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 37 - Fica designada temporariamente a servidora LILIAN KUROLI, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao GEM Reinaldo Krüger, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 38 - Fica designado temporariamente ao servidor LUCAS ALVES DE ALMEIDA, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao EBM Xeila Elizabete Cornelsen, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 39 - Fica designada temporariamente a servidora LUCIANE SCHMITBERGER, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, 40 horas semanais, sendo 20 horas na EBM Presidente Castelo Branco (período matutino) e 20 horas no GEM Reinaldo Krüger (período vespertino), a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 40 - Fica designado temporariamente o servidor MARCELO DE LIMA CARVALHO FRANCO, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 41 - Fica designada temporariamente a servidora MARIA APARECIDA ROGALSKI WALDMANN, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 42 - Fica designada temporariamente a servidora MARIÉLI ENGEL, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao CEI Carlos Drummond de Andrade, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 43 - Fica designada temporariamente a servidora MARIZETE HACK DE OLIVEIRA, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 44 - Fica designada temporariamente a servidora MICHELE HANEMANN, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Severo de Andrade, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 45 - Fica designada temporariamente a servidora NEUCI KOCHAN, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº

016/SME/2018.

Art. 46 - Fica designada temporariamente a servidora NELCI TERE-SINHA SCHUPEL TITON, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Severo de Andrade, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 47 - Fica designada temporariamente a servidora NELSA KU-CHLER, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Gertrudes Müller, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 48 - Fica designada temporariamente a servidora NEUCIMARA PAMFIL, que exerce o cargo Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Maria Izabel de Lima Cubas, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 49 - Fica designada temporariamente a servidora NOECI CECILIA GRANEMANN DAMAS, que exerce o Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 50 - Fica designada temporariamente a servidora PATRÍCIA PFLEGER, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 51 - Fica designada temporariamente a servidora PRISCILA SAUSEN, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM José Grosskopf, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 52 - Fica designada temporariamente a servidora RODINEIA BREY DOBRIKOPF, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 53 - Fica designada temporariamente a servidora ROSELI CORREA SILVA, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao GEM Xeila Elisabete Cornelsen, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 54 - Fica designada temporariamente a servidora SANARA BEATRIZ FELSKI, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 55 - Fica designada temporariamente a servidora SANDI MAIARA DE LIMA que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 56 - Fica designada temporariamente a servidora SARAI STEIN,

que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 57 - Fica designada temporariamente a servidora SCHEILA REVA que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 58 - Fica designada temporariamente a servidora SUELEN REGINA CORREIA, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 59 - Fica designada temporariamente a servidora SUSY APARECIDA GAPSKI, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2018.

Art. 60 - Fica designada temporariamente a servidora BERENICE CARDOSO DE CARVALHO ALMEIDA, que exerce o cargo de Professor de Arte, 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, 20 horas para o GEM Xeila Elisabete Cornelsen e 10 horas para o GEM Reinaldo Krüger, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 031/SME/2018.

Art. 61 - Fica designada temporariamente a servidora CATIA FRANCIELE VOIGT PRZYWITOEWSKI, exerce o cargo de Professor de Arte, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no letivo de 2018, sendo 20 horas para o CEI Monteiro Lobato e 20 horas para o CEI Nathan Zugmann, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 031/SME/2018.

Art. 62 - Fica designada temporariamente a servidora CLEUSA DE FÁTIMA PIECHONTCOSKI MONTEIRO exerce o cargo de Professor de Arte, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao CEI Landi Ama Neppel, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 031/SME/2018.

Art. 63 - Fica designada temporariamente a servidora ELIZETE ALVES CORRÊA, exerce o cargo de Professor de Arte, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao CEI Vinicius de Moraes e CEI Santa Bárbara, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 031/SME/2018.

Art. 64 - Fica designada temporariamente a servidora MARGARETE ALEGRI que exerce o cargo de Professor de Arte, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao CEI Cecília Meireles e EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 031/SME/2018.

Art. 65 - Fica designada temporariamente a servidora MARILÉIA DE FATIMA SOARES FERREIRA que exerce o cargo de Professor de Arte, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, 20 horas, junto a EBM Gertrude Müller, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 031/SME/2018.

Art. 66 - Fica designada temporariamente a servidora JUCELIA DO CARMO NEVES que exerce o cargo de Professor de Arte, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Achilles Pazda e CEI Nathan Zugmann, a partir de 15/02/2018, com redução carga horária de 20 horas, conforme Comunicação Interna nº 031/SME/2018.

Art. 67 - Fica designada temporariamente a servidora RONIÉLI

CONSULO, que exerce o cargo de Professor de Arte, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, sendo 20 horas no CEI Pedro bandeira e 20 horas no CEI Emília Ferreiro, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 031/SME/2018.

Art. 68 - Fica designada temporariamente a servidora ROSELI SOARES que exerce o cargo de Professor de Arte, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao CEI Prefeito Antonio de Souza Costa, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 031/SME/2018.

Art. 69 - Fica designada temporariamente a servidora SOLANGE DE JESUS CORREA BARBOZA, que exerce o cargo de Professor de Arte, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, sendo 30 horas para o CEI Carlos Drummond de Andrade e 10 horas no CEI Machado de Assis, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 031/SME/2018.

Art. 70 - Fica designada temporariamente a servidora SONIA MENDES que exerce o cargo de Professor de Arte, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao CEI Rodolfo Linzmeier e CEI Mário Edson de Aguiar, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 031/SME/2018.

Art. 71 - Fica designado temporariamente o servidor ANDRÉ GRANEMANN DAMAS que exerce o cargo de Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, junto ao ano letivo de 2018, junto a EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 022/SME/2018.

Art. 72 - Fica designada temporariamente a servidora FLÁVIA CARARO KOWAL, que exerce o cargo de Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao GEM Reinaldo Krüger, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 022/SME/2018.

Art. 73 - Fica designado temporariamente o servidor LUIZ FERNANDO DA CRUZ VIEIRA MAGALHÃES, que exerce o cargo de Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, 40 horas para a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 022/SME/2018.

Art. 74 - Fica designado temporariamente o servidor MACAULY TODT que exerce o cargo de Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Severo de Andrade, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 022/SME/2018.

Art. 75 - Fica designada temporariamente a servidora NATALIA FRANCIELI SOCODOLSKI que exerce o cargo de Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 022/SME/2018.

Art. 76 - Fica designada temporariamente a servidora PRISCILA LACOWICTZ VEIGA que exerce o cargo de Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Gertrudes Müller, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 022/SME/2018.

Art. 77 - Fica designada temporariamente a servidora QUÊNIA LOTTERMANN BRUN que exerce o cargo de Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Alberto Wardenski, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 022/SME/2018.

Art. 78 - Fica designado temporariamente o servidor SERGIO LUIS DOS SANTOS VEIGA, que exerce o cargo de Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Achilles

Pazda, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 022/SME/2018.

Art. 79 - Fica designada temporariamente a servidora VACILA ANA ZUCCO que exerce o cargo de Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Presidente Castelo Branco, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 022/SME/2018.

Art. 80 - Fica designada temporariamente a servidora ALINE APARECIDA MENDES, que exerce o cargo de Professor de Educação Física, 40 horas lotada, na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a AABB Comunidade, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 025/SME/2018.

Art. 81- Fica designada temporariamente a servidora CAROLINE ISFAIR SAUSEN que exercer o cargo de Professor de Educação Física, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar ano letivo de 2018, para o CEI Pedro Bandeira, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 025/SME/2018.

Art. 82- Fica designada temporariamente a servidora ELI FRANCISCO FRIEDRICH que exerce o cargo de Professor de Educação Física, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no letivo de 2018, junto a EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 025/SME/2018.

Art. 83 - Fica designado temporariamente o servidor FELIPE EDUARDO FLENIK que exerce o cargo de Professor de Educação Física, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 025/SME/2018.

Art. 84 - Fica designada temporariamente a servidora PATRÍCIA PEREIRA, que exerce o cargo de Professor de Educação Física, 40 horas lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao EBM Alberto Wardenski e CEI Deckla Prust, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 025/SME/2018.

Art. 85 - Fica designada temporariamente a servidora JENNIFER CRISTINE CHAGAS que exerce o cargo de Professor de Educação Física, 20 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto o GEM Frei Fabiano Gadzinski, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 025/SME/2018.

Art. 86 - Fica designado temporariamente o servidor MARCIO LUIZ CARVALHO que exerce o cargo de Professor de Educação Física, 20 horas, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Severo de Andrade, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 025/SME/2018.

Art. 87 - Fica designada temporariamente a servidora MICHELY DAYANI TODT que exerce o cargo de Professor de Educação Física, 20 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, a partir de 15/02/2018, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 025/SME/2018.

Art. 88 - Fica designado temporariamente o servidor ADEMAR HILÁRIO DOS SANTOS que exerce o cargo de Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 032/SME/2018.

Art. 89 - Fica designado temporariamente o servidor ADEMIR JOSE DE CARVALHO que exerce o cargo de Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Benedito Therezio de Carvalho, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 032/SME/2018.

Art. 90 - Fica designado temporariamente o servidor DIRCEU ROMANI, que exerce o cargo de Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, 40 horas, junto ao EBM Maria Izabel de Lima



Cubas, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 032/SME/2018.

Art. 91 - Fica designado temporariamente o servidor RAFAEL ARTUR ENGEL que exerce o cargo de Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Achilles Pazda, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 032/SME/2018.

Art. 92 - Fica designado temporariamente o servidor SANDRO RICARDO KOCH, que exerce o cargo de Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Alberto Wardenski, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 032/SME/2018.

Art. 93 - Fica designado temporariamente o servidor VALDIR MORSCH, que exerce o cargo de Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao GEM Reinaldo Krüger e ERM Professora Edemita da Conceição Rosa, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 032/SME/2018.

Art. 94 - Fica designado temporariamente o servidor ALVIR MARCELO FUCK que exerce o cargo de Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto ao GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 032/SME/2018.

Art. 95 - Fica designado temporariamente o servidor ELCIO MARIO NINGELESKI JUNIOR, que exerce o cargo de Instrutor de Informática, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Evaldo Dranka, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 033/SME/2018.

Art. 96 - Fica designado temporariamente o servidor JEFFERSON ORLOVSKI, que exerce o cargo de Instrutor de Informática, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Achilles Pazda, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 033/SME/2018.

Art. 97 - Fica designado temporariamente o servidor JHONN ARTUR MASSANEIRO PEREIRA, que exerce o cargo de Instrutor de Informática, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Severo de Andrade, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 033/SME/2018.

Art. 98 - Fica designada temporariamente a servidora MAURA ROSA, exerce o cargo de Instrutor de Informática, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2018, junto a EBM Gertrudes Müller, a partir de 15/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 033/SME/2018.

Art. 99 - Fica designada temporariamente a servidora MARIA DE LOURDES LIMA PEREIRA, exerce o cargo de Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para no ano letivo de 2018 para a EBM Severo de Andrade, alterou mais 20 horas na EBM Severo de Andrade, na vaga vinculada da Professora Dirce Pokryevski Hesse, a qual está em processo de readaptação no período de 07/02/2018 a 19/12/2018, conforme Comunicação Interna nº 027/SME/2018.

Art. 100 - Fica concedida a servidora TATIANA GOGOLA LINKIWSKI, exerce o cargo de Professor de Ciências, 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a alteração de mais 10 horas, no ano letivo de 2018 para a EBM Gertrudes Müller, em vaga de municipalização, no período de 07/02/2018 a 19/12/2018,, conforme Comunicação Interna nº 028/SME/2018.

Art. 101 - Fica concedida a servidora EDIANE STREIT DE ALMEIDA, exerce o cargo de Professor de Arte, 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a alteração de mais 20 horas, no ano letivo de 2018, sendo 10 horas para a EBM Benedito Therézio de Carvalho extensão CEI Rodolfo Linzmeyer e 10 horas na EBM Maria Izabel de Lima, no período de 07/02/2018 a 19/12/2018,, conforme Comunicação Interna nº 029/SME/2018.

Art. 102 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 103- Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de fevereiro de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/02/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE PREGÃO Nº. PMC. 08/2018**

Publicação Nº 1532425

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 16/2018

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 08/2018 (PRESENCIAL)

ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 12/03/2018, ficando estipulado os seguintes horários: às 13h25min (entrega) e 13h30min. (abertura). Informações (047) 3621-7705. O edital alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DE ANULAÇÃO DE PREGÃO Nº PMC 03/2018 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1531758

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 05/2018

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 03/2018

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018, que tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO ONLINE (PORTAL OU SITE) PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Motivo: Adequação do edital. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Gilberto dos Passos

Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DE REMANESCENTES DO EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC. 128/2017 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1532306

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 191/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 128/2017 (PRESENCIAL)

CONVOCAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC convoca os participantes da licitação que tem como o objeto a REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO

DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PERTENCENTES A FROTA DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS NOVOS E ORIGINAIS OU GENUINOS (NÃO REMANUFATURADOS OU RECONDICIONADOS), para comparecerem no dia 28/02/2018, às 15h30min, no edifício desta prefeitura, para abertura dos envelopes de habilitação dos licitantes remanescentes. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. 16/2018 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1532698

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
FUNREBOMPM DE CANOINHAS  
PROCESSO N.º PMC. 27/2018

PREGÃO N.º PMC. 16/2018 (PRESENCIAL)

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 07/03/2018, às 10h30min, licitação para AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) MOTOCICLETAS, NOVAS, TIPO OFF ROAD, 0 KM, COM POTÊNCIA MÁXIMA DE NO MÍNIMO 280 CC, DESTINADOS AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DA ROCAM DO 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 10h25min do dia 07/03/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

Gilberto dos Passos  
Prefeito/ Presidente do Fundo

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. FME. 01/2018**

Publicação Nº 1531962

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FME 01/2018  
EDITAL DE PREGÃO N.º FME 01/2018 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas, por meio da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 03.914.543/0001-02, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 12/03/2018, às 09h05min, Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO KARATÊ SOCIAL QUE TEM POR OBJETIVO O TREINAMENTO DE 120 CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO, COM IDADE ENTRE 08 E 18 ANOS, NA MODALIDADE DE ESPORTE KARATÊ. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 12/03/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Daniel Laurentino Pinto  
Presidente

### **RESOLUÇÃO N.º 01/2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Publicação Nº 1532556

RESOLUÇÃO N.º 01/2018

Dispõe sobre a Prestação de Contas dos Recursos Estadual repassado ao Fundo Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) no uso de suas atribuições legais e:

- - CONSIDERANDO a prestação de contas realizada pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento no dia 20 de fevereiro;

- CONSIDERANDO a Deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social reunido Extraordinariamente em 20 de Fevereiro de 2018, onde foram analisados todos os empenhos e notas do exercício de 2017;

-CONSIDERANDO a devolução de parte do recurso estadual destinado a investimento do CRAS;

-CONSIDERANDO as justificativas encaminhadas pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento referentes a devolução de parte do recurso destinado a investimento do CRAS. RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar com ressalvas a Prestação de Contas do Recurso Estadual repassado ao Fundo Municipal de Assistência Social do exercício 2017.

Artigo 2º O conselho destaca a recorrente devolução de recursos repassados pelo Fundo Estadual de Assistência Social, sendo neste exercício os destinados aos investimentos do CRAS. Porém entende não ser responsabilidade da Administração Municipal de acordo com as informações repassadas a respeito da notificação encaminhada à empresa que não entregou os produtos empenhados.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 22 de fevereiro de 2018.

Roseli Dobroshinskei

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

# Capinzal

## PREFEITURA

### DECRETO 020/2018

Publicação Nº 1532560

DECRETO Nº 020, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

Atualiza a Planta de Valores Genéricos dos Imóveis localizados no perímetro urbano do Município de Capinzal.

Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo nº 58, V da Lei Orgânica do Município de Capinzal e artigo 158 da Lei Complementar nº 134 de 22 de dezembro de 2009, e;

CONSIDERANDO a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 2.064 de 16 de dezembro de 1997 e seus anexos, que aprova Planta de Valores Genéricos dos Imóveis localizados no perímetro urbano do Município de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizada em 1,94% (um vírgula noventa e quatro por cento), a Planta de Valores Genéricos dos Imóveis localizados no perímetro urbano do Município de Capinzal, instituída pela Lei 2.064/97, para o exercício do ano de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data supra.

Capinzal, (SC), em 22 de fevereiro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

### RESOLUÇÃO 001/2018 CMAS

Publicação Nº 1532715

RESOLUÇÃO 001/2018/ CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação 2018/2021 e Plano de Aplicação 2018, do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FIA, do município de Capinzal.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Capinzal/SC, no uso de suas atribuições legais;

Considerando as deliberações da reunião extraordinária, registradas na ata nº 001/2018, de 19 de janeiro de 2018;

Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como na Lei 2427/2002;

Resolve:

Art. 1º – Aprovar o Plano de Ação 2018/2021 e o Plano de Aplicação 2018, conforme consta em anexo único nesta resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 19 de janeiro de 2018.

Jorge Luiz Soldi

Presidente CMDCA

#### ANEXO ÚNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

E DO ADOLESCENTE

PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO 2018- 2021

CAPINZAL

Janeiro de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

E DO ADOLESCENTE

PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

2018/2021

**INTRODUÇÃO:**

O Plano Municipal de Ação que aqui se apresenta constitui o instrumento básico de administração da política de atendimento aos direitos da infância e adolescência no município de Capinzal, conforme preconizado pela Lei Federal 8.069, de 1990, o Estatuto da Criança e Adolescente e a Lei Municipal Nº 2427/2002, em seu Artigo 7º.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é o órgão deliberativo e controlador das ações em termos da política de atendimento dentro do município. Como órgão integrante do Sistema de Garantia de Direitos, ele articula-se com o Conselho Tutelar, com o Fundo da Infância e Adolescência, com o Juizado da Infância e Adolescência e com o Ministério Público, além dos órgãos governamentais e não governamentais de atendimento que funcionam no município.

Enquanto instrumento de planejamento e avaliação das políticas dirigidas à infância e adolescência, o Plano é um instrumento provisório, sujeito às necessárias revisões que o Conselho Municipal dos Direitos deve promover ao avaliar o andamento das políticas por ele definidas e do atendimento as suas diretrizes principais. Também poderá ser acompanhado por uma gestão do Conselho Municipal, desde que sua aplicação coincida com o mandato dos conselheiros.

O Plano Municipal de Ação é constituído das seguintes partes:

1. Princípios e diretrizes norteadoras;
2. Objetivos;
3. Plano de meta e ações.

É importante ressaltar que o Plano de Ação não substitui outras ações de deliberação e controle da política de atendimento, discutidas pelo Conselho Municipal. Ele apenas serve de fio norteador para implementação de ações que se destinem a preencher lacunas e destinar esforços para plena concretização do Estatuto da Criança e do Adolescente no município.

**1. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES NORTEADORAS****a) A Proteção Integral**

A proteção integral está prevista no art. 1º do Estatuto da Criança do Adolescente, onde estabelece que “a lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”. A proteção refere-se ao fato de que crianças e adolescentes são indivíduos em período especial de desenvolvimento físico, mental e cognitivo e por isso devem ser destinados esforços para a oferta de condições de vida digna e próspera.

**b) A prioridade absoluta**

A prioridade absoluta está descrita no artigo 4º do ECA, quando responsabiliza a família, a comunidade, a sociedade e o poder público, garantir a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Significa dizer que deve haver primazia no atendimento às necessidades e garantia de direitos das crianças e adolescentes.

Da mesma forma a Constituição Federal prevê este princípio, o que na prática, ainda encontra-se dificuldade para efetivação. É primordial compreender que prioridade absoluta não significa que criança e adolescente devam ter maiores privilégios, mas que os interesses no seu pleno desenvolvimento devem ser prioritários em toda e qualquer decisão que os afetam.

**c) Igualdade e direito a Diversidade**

Falar de igualdade pressupõe que, conforme descrito na Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem nenhuma distinção. Neste sentido, ao falar de crianças e adolescentes precisamos considerar esta premissa ao pensar em políticas públicas, uma vez que presenciamos um país com diversidades culturais, econômicas, sociais, étnico raciais.

Neste sentido, torna-se necessário considerar os mais vulneráveis, buscando estratégias de ação que garanta a igualdade no acesso a oportunidades e direitos, vislumbrando a condição peculiar de desenvolvimento na qual estão inseridas crianças e adolescentes.

**d) Participação e Controle Social**

Os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente são instâncias de controle e participação social, conforme previsão legal na Constituição Federal de 1988, nos artigos 204,II e 227 § 7º: a população possui direitos de opinar, construir e fiscalizar a execução de políticas públicas, que são de direito inerente a população.

Os CMDCA's devem executar esta função, de elaboração, monitoramento, avaliação e fiscalização na efetividade de políticas públicas voltadas à crianças e adolescentes. Importante viabilizar a participação de crianças e adolescentes nestes espaços, garantindo assim também o princípio do protagonismo infantil juvenil, ouvindo as demandas próprias desta idade.

**2. OBJETIVOS:**

- Definir as prioridades de atenção aos direitos da criança e do adolescente no município de Capinzal;
- Atender ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal Nº 2.427/2002 em seu Artigo 7;
- Priorizar políticas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e diretrizes gerais para a aplicação dos recursos do Fundo para a Infância e adolescência no município;
- Estabelecer metas e ações destinadas à implementação da proteção integral da criança e do adolescente.

**3. PLANO DE METAS E AÇÕES:**

É importante destacar que o Plano Municipal de Ação contempla um conjunto de ações que, articuladamente, representam a atenção integral à criança e ao adolescente, e que são constituídas por:

1. Políticas Sociais Básicas;
2. Programas de Proteção Especial;
3. Projetos de Pesquisa e Estudos;
4. Projetos de Divulgação e Defesa do ECA;
5. Capacitação de Recursos Humanos.

Com exceção das Políticas Sociais Básicas e dos Programas de Proteção Especial, todas as outras podem ser desenvolvidas por entidades não governamentais ou órgãos governamentais, cujos projetos devem ser inscritos no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e habilitar-se a receber recursos do FIA municipal, de acordo com o estabelecido em edital específico.

## 1. POLÍTICAS SOCIAIS BÁSICAS

### a. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

AÇÃO	META	RESPONSÁVEIS	PERÍODO
Apoiar e garantir cursos de formação sobre o ECA para profissionais de todos os níveis de formação, da Rede Municipal e Estadual de Ensino.	Atingir 100 % dos profissionais.	- Secretaria Municipal de Educação; - Conselho Municipal de Educação; - CMDCA.	2018 a 2021
Articular e apoiar ações que possam ampliar programas de esporte e lazer gerenciados pela Fundação Municipal de Esporte e Diretoria de Cultura, com recursos federais, estaduais e/ou municipais, voltados para o público de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos.	Atender 70% crianças e adolescentes dos bairros e área rural.	- Secretaria Municipal de Educação; Fundação Municipal de Esportes Diretoria de Cultura CMDCA	2018 a 2021
Articular e apoiar ações que venham implementar programas de esporte e lazer para adolescentes de 15 (quinze) a 18 (dezoito) anos.	Atender 70% adolescentes dos bairros e área rural do município.	- Secretaria Municipal de Educação; Fundação Municipal de Esportes Diretoria de Cultura CMDCA.	2018 a 2021
Incentivar a execução de projetos/ programas voltados para a cultura no município, possibilitando o acesso de crianças e principalmente adolescentes.	Implantação de ao menos dois projetos/ programas culturais para crianças e adolescentes.	- CMDCA; Diretoria de Cultura. - Outras entidades	2018 a 2021
Redimensionar e reestruturar as modalidades esportivas oferecidas pela Fundação Municipal de Esportes através das escolinhas.	Extensão das escolinhas no interior do município, ao menos nas comunidades de Barro Preto, Vila União e Lindemberg.	- CMDCA; - FME; - Secretaria Municipal de Educação.	2018 a 2021

### b. SAÚDE

AÇÕES	META	RESPONSÁVEIS	PERÍODO
Incentivar financeiramente a execução do projeto Proerd.	Aquisição de materiais necessários para atender alunos das turmas de 5º e 7º anos, em escolas públicas.	Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal da Saúde. CMDCA	2018 a 2021
Desenvolver ações de prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes.	Desenvolver ao menos uma campanha anual.	Secretaria de saúde; CAPS; CMDCA COMEN	2018 a 2021
Promover ações para o incentivo do aleitamento materno	Promover campanha sobre a temática, ao menos uma por ano.	CMDCA Secretaria de Saúde	2018 a 2021

### c. ASSISTÊNCIA SOCIAL

AÇÕES	META	RESPONSÁVEIS	PERÍODO
Apoiar e articular a realização de encontros e seminários junto aos mais diversificados setores sobre "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo", com vistas a efetivação deste.	Capacitar os atores envolvidos no Plano de Atendimento Socioeducativo para execução deste.	CMDCA Sec. De Saúde Sec. Educação, Cultura e Esportes Sec. De Assistência Social – CREAS	2018 - 2019
Instituir o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.	Contribuir para a transição do acolhimento institucional para o acolhimento familiar.	CIALAR Sec. De Assistência Social CMDCA	2018 a 2021
Incentivar a adequação e ampliação do CIALAR – Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar.	Propiciar melhorias no ambiente do abrigo institucional, com vistas ao atendimento de crianças e adolescentes com deficiência, bem como para realização de atividades com os acolhidos.	CMDCA CIALAR Sec. Assistência Social	2018 a 2021



Programa de atendimento a adolescentes egressos e em cumprimento de medidas socioeducativas, em acolhimento institucional e do Programa Bolsa Família.	Oferta de programas de qualificação profissional, contribuindo para primeiro emprego.	- CMDCA - Secretaria de Assistência Social - Secretaria de Educação - SENAI - SENAC	2018 a 2021
Atendimento aos adolescentes do meio urbano e rural	Desenvolver programas e projetos voltados ao atendimento de adolescentes, com vistas a prevenção de situações de risco e vulnerabilidade social.	- Sec. De Assistência Social - Entidades - CMDCA	2018 a 2021
Desenvolver campanhas de prevenção de situações de violência contra criança e adolescente, trabalho infantil entre outras.	Contribuir financeiramente para campanhas de prevenção e divulgação de direitos da criança e do adolescente, com materiais gráficos, capacitação de profissionais, e afins.	- Órgãos do sistema de garantia de direitos - CMDCA	2018 a 2021
Apoio as ações de incentivo à guarda e adoção	Contribuir para o desenvolvimento de ações vinculadas às ações de guarda e adoção, campanhas, participação e realização de seminários e afins referente a temática.	- CMDCA - Entidades afins	2018 a 2021
Incentivo a projetos voltados ao atendimento da pessoa com deficiência	Contribuir para o desenvolvimento de projetos e programas voltados para criança e adolescente com deficiência.	- CMDCA - Entidades	2018 a 2021

### 3. PROJETOS DE PESQUISA E ESTUDOS

META	AÇÕES	RESPONSÁVEL/IS	PERÍODO
1. Realizar pesquisa/ diagnósticos sobre a situação da criança e adolescentes no município.	- Contratação de equipe – pessoa física ou jurídica - Relatório e publicação(CMDCA).	- CMDCA; - Conselho Tutelar; - Instituições afins;	2018 a 2019

### 4. PROJETOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE AÇÕES DE DEFESA DO ECA

META	AÇÕES	RESPONSÁVEL/IS	PERÍODO
1. Produzir material informativo sobre o ECA, sobre os Conselhos Tutelar e de Direitos.	- Elaboração dos materiais; - Divulgação.	CMDCA; Conselho Tutelar; Outros.	2018 a 2021
2. Promover campanhas específicas sobre o Dia 18 de maio e trabalho infantil	- Material impresso; - faixas, outdoors e banner; -capacitação de profissionais da rede de atendimento para identificar situações de violência; -teatros;	CMDCA; Conselho Tutelar; Entidades, associações; Rede de atendimento; Imprensa escrita e falada.	2018 a 2021
3. Sensibilização para doações de recursos para o FIA.	-Campanha de sensibilização e esclarecimento, com impressão de material gráfico, para receber em doação para o FIA valores abatidos no Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas.	Pessoa física e pessoa jurídica.	2018 a 2021
4. Divulgação dos direitos da criança e do Adolescente	- apoio a programas governamentais e não governamentais. Contratação de pessoa física ou jurídica para tratar da temática dos direitos da criança e adolescente; Confecção e impressão de material gráfico para fixação em locais públicos com conteúdo do ECA;	- Conselho Tutelar; - CMDCA	2018 a 2021

### 5. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

META	AÇÕES	RESPONSÁVEL/IS	PERÍODO
Elaborar projeto de capacitação permanente para Conselheiros de Direitos, Conselheiros Tutelares e representantes das entidades e programas.	- Contratação de profissionais para capacitação; - Mobilizar conselheiros e poder público; - Aprovação do projeto pelo CMDCA; - Providenciar materiais para curso.	- - CMDCA; - - Entidades afins; - -Profissionais liberais.	2018 a 2021



Participação em eventos de formação e capacitação de Conselhos de Direitos, conselhos tutelares e trabalhadores do sistema de garantia de direitos.	- Apresentação de pedido formal ao CMDCA, com orçamento específico; - Aprovação do Conselho; - pagamento de diárias, inscrições e despesas afins	- - CMDCA; - - Conselho Tutelar; - - Entidades e programas.	2018 a 2021
---	--	---	-------------

## 6. LEGISLAÇÃO

META	AÇÕES	RESPONSÁVEL/IS	PERÍODO
Inscrição de entidades/ serviços governamentais e não governamentais no CMDCA	Promover ações de divulgação da Resolução de inscrição de entidades, com intuito de que estas procedam com a inscrição	CMDCA;	2018 a 2021
Atualização da Lei Municipal.	Contratar assessoria para revisar a legislação do CMDCA, FIA e Conselho Tutelar, considerando ser esta do ano de 2002.	- - CMDCA; - - Conselho Tutelar;	2018 - 2019
Atender o disposto nas resoluções do CONANDA, referente a realização das Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente	Realizar as conferências municipais.	- CMDCA	2018 2021

O monitoramento deste Plano será realizado pelo CMDCA, o qual poderá alterá-lo mediante a necessidade, com quórum de 50% mais um dos membros deste Colegiado, sendo as alterações publicadas em resolução.

O referido Plano de Ação foi aprovado em reunião extraordinária, em 19 de janeiro de 2018 registrado na Ata 001/2018 e publicado no Diário Oficial dos Municípios por meio da Resolução 001/2018/CMDCA.

Por ser aprovado na reunião supra citada, segue assinado pelos presentes.

Capinzal, 19 de janeiro de 2018

Plenária do CMDCA

## RESOLUÇÃO 002/2018 CMAS

Publicação Nº 1532562

### RESOLUÇÃO Nº 002/2018

Dispõe sobre a aprovação da reprogramação de saldos financeiros oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião extraordinária realizada no dia 22 de fevereiro de 2018, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 187/2015, e

Considerando a Lei n.º 8.742/93, LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social;

Considerando a Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011;

Considerando o Decreto Estadual nº 547 de 17 de dezembro de 2015.

Resolve:

Art. 1º Aprova a reprogramação de saldos financeiros oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social, conforme segue:

Conta Banco	Descrição	Saldo R\$
46.604-2	PROGRAMA PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO ACESSUAS TRABALHO	167.952,39
46.613-1	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS	207.510,02
46.612-3	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	251.955,21
46.611-5	MANUTENÇÃO DO ABRIGO CASA LAR	85.487,43
46.609-3	ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDSUAS	13.466,80
46.607-7	INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA - IGDBF	9.927,41
46.606-9	PROGRAMA BPC ESCOLA	1.529,39
42.416-1	FEAS SST CUSTEIO BÁSICA (SCFV)	3.056,54
43.579-1	FEAS MÉDIA INVESTIMENTO (CREAS)	59.213,72
	TOTAL	800.098,91

Valor total a ser reprogramado: R\$ 800.098,91 (oitocentos mil, noventa e oito reais e noventa e um centavos).

Art. 3º Os recursos financeiros elencados, são oriundos do repasse do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal - FMAS no ano de 2017 e, não foram executados neste período, serão reprogramados para utilização em 2018, de acordo com o Plano de Ação e Aplicação referente a cada recurso apresentado a este Conselho, por meio do ofício nº 003/2018/FMASC.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal.

Capinzal (SC), 22 de fevereiro de 2018.

MIRIAM GOLIN FAGUNDES  
Vice Presidente

BRUNA CALEGARI BOZ  
Secretária

## RESOLUÇÃO 003/2018 CMAS

Publicação Nº 1532563

### RESOLUÇÃO Nº 03/2018

Aprova a Prestação de Contas dos Recursos Estaduais recebidos do Fundo Estadual de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Básica.

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e pela Lei Municipal Complementar nº 187, de 11 de novembro de 2015;

Considerando a Lei n.º 8.742/93, LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social;

Considerando a Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011;

Considerando o Decreto Estadual nº 547 de 17 de dezembro de 2015.

Resolve:

Art. 1º Fica aprovada a Prestação de Contas dos Recursos Estaduais recebidos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS integralmente utilizados no ano de 2017, conforme deliberação da reunião extraordinária em 22 de fevereiro de 2018, expressa na ata 003/2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 22 de fevereiro de 2018.

MIRIAM GOLIN FAGUNDES  
Vice Presidente

BRUNA CALEGARI BOZ  
Secretária

## CÂMARA MUNICIPAL

## RESUMO DA SESSÃO PLENÁRIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1532010

RESUMO DA  
SESSÃO PLENÁRIA  
20 DE FEVEREIRO DE 2018

- Aprovada a Ata nº 2.943, de 2018, referente à Sessão Plenária do dia 14/2/2018.
- Leitura dos ofícios expedidos e recebidos.
- Aprovado:
  - Projeto de Lei nº 003, de 2018, que autoriza celebrar Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel com a Associação de Inclusão Social Renascer, na forma que especifica.
  - Projeto de Lei nº 005, de 2018, que autoriza a efetuar despesas com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), na forma que especifica.
  - Projeto de Lei nº 006, de 2018, que autoriza a efetuar despesas com a Associação dos Acadêmicos de Capinzal (ACAP), na forma que especifica.
  - Projeto de Lei Legislativo nº 002, de 2018, de autoria do Vereador Bruno Michel Fávero, que determina os estabelecimentos públicos e privados do Município de Capinzal, a inserirem nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do autismo e dá outras providências.
  - Projeto de Resolução nº 001, de 2018, de autoria da Mesa Diretora, que altera dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal.
- Expediente dos Vereadores: Indicações ao Poder Executivo: o Vereador Rafael Edgar Tonial apresentou três indicações. O Vereador

Valmor de Vargas apresentou uma indicação. O Vereador Lucas Antonio Dorini apresentou uma indicação. O Vereador Carlos Adriano Zocoli apresentou uma indicação. O Vereador Gilmar Junior da Silveira apresentou duas indicações. Pedido de Informação ao Poder Executivo: o Vereador Gilmar Junior da Silveira apresentou um pedido de informação. Moção de Aplauso: os Vereadores Carlos Adriano Zocoli e Renato Marcelo Markus, subscrito pelos demais Vereadores apresentaram uma moção. A Moção foi aprovada por unanimidade.

- Palavra Livre.
- Convocação dos Vereadores para a Sessão Itinerante no dia 27 de fevereiro de 2018, às 19 horas, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, no Loteamento Parizotto.
- O Vídeo da Sessão está disponível no site [www.camaracapinzal.sc.gov.br](http://www.camaracapinzal.sc.gov.br), no Link "Sessões Gravadas" e pela página do Facebook <https://www.facebook.com/cmvcoficial/?fref=ts>.

Câmara de Vereadores, 21 de fevereiro de 2018.

Vereador Gilmar Junior da Silveira

Presidente

---

## **SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**

---

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/08/2018**

Publicação Nº 1532704

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº CAO/08/2018

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP

CNPJ DO CONTRATADO: 09.234.560/0001-85

OBJETO: O presente termo, prorroga a vigência do contrato nº CAO/42/2017 por um período de 90 (noventa) dias, e acresce o valor originalmente contratado, com fundamento no § 1º, do art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

VALOR: R\$ 45.786,62 (quarenta e cinco mil, setecentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos).

DATA DA ASSINATURA: 23/02/2018

VIGÊNCIA: 01/03/2018 a 30/05/2018

Pela CONTRATANTE: Sidnei Penzo - Diretor Geral

Pela CONTRATADA: Junior de matos - Sócio Administrador

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/09/2018**

Publicação Nº 1532756

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº CAO/09/2018

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: BORDIGNON COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 03.981.434/0001-08

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/58/2017, PARA REAJUSTE DO VALOR DO ÓLEO DIESEL S-10.

VALOR: R\$ 3,15 (TRÊS REAIS E QUINZE CENTAVOS) POR LITRO DE ÓLEO DIESEL S-10.

DATA DA ASSINATURA: 23/02/20178

VIGÊNCIA: 01/03/2018 A 31/12/2018

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO - DIRETOR GERAL

PELA CONTRATADA: LAERCIO BORDIGNON - SÓCIO-GERENTE

# Catanduvas

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2018 - PREGÃO Nº 0005/2018**

Publicação Nº 1532933

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2018  
PREGÃO Nº 005/2018

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos destinados as unidades administrativas do Município.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento dos envelopes: 13h30min, do dia 12 de março de 2018.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 12 de março de 2018.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir desta publicação, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 21 de fevereiro de 2018.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

**ARRECADAÇÃO MENSAL - JANEIRO 2018**

Publicação Nº 1532272

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**MUNICIPIO DE CATANDUVAS**

Dia: 21/02/2018

**RELAÇÃO DE ARRECADAÇÃO(ÕES) MENSAL(IS) - DÉBITOS DO EXERCÍCIO**

ARRECADAÇÃO MENSAL DAS RECEITAS REFERENTE A : TXEXP, TXEXP, SIMPL, SIMPL, TSD, ISSPR, TLPS, HABSV, ISSNA, ALUG, TSTM, VISA, VISA, ISSRE, HABIT, ISSF, AMBUL, AI, ALVC, ISSRE, IT. RECEITAS PAGAS DE 01/01/2018 à 31/01/2018

**PAGAMENTOS (parcela única)**

Meses	Valor(R\$)	Parcelas
Janeiro	0,00	0
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>

**PAGAMENTOS(demais parcelas)**

Meses	Valor(R\$)	Parcelas
Janeiro	26.272,81	120
<b>TOTAL</b>	<b>26.272,81</b>	<b>120</b>

Seleção( Pagamentos entre 01/01/2018 e 31/01/2018, Receita: Todas, Sub-receita: Todas, Código TCE: Todos, Referente : Todos, Ano: 2018 ).

## EMPENHOS LIQUIDADOS 01 04 17 A 30 04 17

Publicação Nº 1532316

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 160  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
Relação de Empenhos Liquidados

Empenho	Tipo	Proc Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contas	Funcional	Recurso	Pre/Al	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS</b>																
697	O		3092017	03/04	550,00	0,00	550,00	550,00	0,00	46378	12.361.001	0101	2.017	24	3.3.90.30.25.00.00.00	91197 - MS REFRIGERAÇÃO CATANDUVAS EREI
C.D. - AQUISIÇÃO DE PLACA ELETRÔNICA DA MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS MODELO LTP15 ELETROLUX, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 123/2017)																
698	O		3102017	03/04	133,90	0,00	133,90	133,90	0,00	46371	12.365.001	0101	2.018	37	3.3.90.30.16.00.00.00	103 - COMÉRCIO BRINQ. E LIVRARIA CENTRAL L
CD - REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PLACA DE ISOPOR 25MM FITILHO E GUITER, PARA USO NA ESCOLA MUNICIPAL ALFREDO GOMES, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 124/2017)																
699	O		3112017	03/04	100,00	0,00	100,00	100,00	0,00	46378	12.361.001	0101	2.017	24	3.3.90.39.17.00.00.00	91197 - MS REFRIGERAÇÃO CATANDUVAS EREI
C.D. - REFERENTE SERVIÇOS PRESTADOS PARA CONSERTO DA MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS ELETROLUX MOD LPT15, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 125/2017)																
700	O		3122017	03/04	60,00	0,00	60,00	60,00	0,00	46378	27.812.002	0100	2.035	45	3.3.90.30.23.00.00.00	103 - COMÉRCIO BRINQ. E LIVRARIA CENTRAL L
CD - REFERENTE A AQUISIÇÃO DE ALFINETE DE SEGURANÇA, CONFORME SOLICITAÇÃO DO SETOR DE ESPORTE DO MUNICÍPIO, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 126/2017)																
701	O		3132017	03/04	35,00	0,00	35,00	35,00	0,00	46378	12.361.001	0101	2.017	24	3.3.90.30.16.00.00.00	103 - COMÉRCIO BRINQ. E LIVRARIA CENTRAL L
CD - REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PROTETOR SOLAR PARA EMISSÃO DAS CARTERINHAS DE ESTUDANTE, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 127/2017)																
702	O		3162017	03/04	100,00	0,00	100,00	100,00	0,00	46378	04.122.003	0100	2.005	7	3.3.90.30.16.00.00.00	103 - COMÉRCIO BRINQ. E LIVRARIA CENTRAL L
CD - REFERENTE A AQUISIÇÃO DE ENVELOPE PLÁSTICO PARA FOLHAS DE PAPEL OFÍCIO, PARA SETOR DE PATRIMÔNIO, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 128/2017)																
703	O		3172017	03/04	578,00	0,00	578,00	578,00	0,00	46378	26.782.003	0100	2.051	71	3.3.90.30.99.00.00.00	4137 - MAGNABOSCO E RAMOS LTDA
CD - REFERENTE A PROTETOR SOLAR PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 129/2017)																
705	O		3182017	03/04	16,90	0,00	16,90	16,90	0,00	46372	26.782.003	0100	2.051	71	3.3.90.30.99.00.00.00	103 - COMÉRCIO BRINQ. E LIVRARIA CENTRAL L
REFERENTE A AQUISIÇÃO DE 1 UN DE FITA SCOTT 3MM 38/10, DESTINADO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA, DESTE MUNICÍPIO.																

17/01/2018 16:27:42



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 260  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc. Compras	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dat.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS</b>																
706 O		4/2017	319/2017	03/04	2.821,80	0,00	2.821,80	2.821,80	0,00	46378	12.306.0016	0100	2.179	15	3.3.90.32.03.00.00.00	2591 - SACOLÃO DE FRUTAS E VERD. SÃO CRIS
Aquisição de Merenda Escolar por meio da Secretaria Municipal de Educação. (Licitação Nº: 4/2017-PR)																
707 O			03/04		192,99	0,00	192,99	192,99	0,00	46372	26.782.0003	0100	2.051	71	3.3.90.30.39.00.00.00	90581 - TRANS DAIC TRANSPORTES RODOVIA
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 1 UN FILTRO DE ÓLEO JOHN DEERE; 1 UN FILTRO SEPARADOR D'ÁGUA; 1 UN PSC880, PARA MANUTENÇÃO DO TRATOR JOHN DEERE 508S, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.																
708 O			03/04		53,00	0,00	53,00	53,00	0,00	46406	06.181.0003	0111	2.069	93	3.3.90.39.19.00.00.00	90578 - VINI COMERCIO DE PNEUS LTDA
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE 1 CONSERTO DE RODA; 1 MONTAGEM PNEU AUTOMÓVEL; 1 BALANCEAMENTO AUTOMÓVEL RODA FERRO; PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO VTR FIESTA FIAT CMIQ 6570, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA POLÍCIA CIVIL, DESTA MUNICÍPIO, CONVENIO POLICIA CIVIL.																
709 O		4/2017	330/2017	03/04	1.482,24	0,00	1.451,99	722,63	759,61	46378	12.306.0016	0100	2.016	13	3.3.90.32.03.00.00.00	91364 - TEREZINHA DE OLIVEIRA LUIZ
Aquisição de Merenda Escolar por meio da Secretaria Municipal de Educação. (Licitação Nº: 4/2017-PR)																
710 E		10/2017	03/04		28.600,00	0,00	290,00	290,00	28.310,00	46372	26.782.0003	0100	2.051	71	3.3.90.39.15.00.00.00	4477 - DAVANE SIGNORE RIBEIRO POLIMENTO M
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LAVAGEM DE MÁQUINAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS LEVES, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.																
711 O			32/12/2017	03/04	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	46378	04.122.0006	0100	2.005	7	3.3.90.39.63.00.00.00	91237 - JOELINE FABI
REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS COM CONFECÇÃO DE 200 UN DE CARTÕES CALIGRAFIA DO G-ERILHO TAMI, 100 X 7 CM PARA DATAS COMEMORATIVAS, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DESTA MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 132/2017)																
712 O			32/12/2017	03/04	130,00	0,00	130,00	130,00	0,00	46378	26.782.0003	0100	2.051	71	3.3.90.39.63.00.00.00	91237 - JOELINE FABI
REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS COM CONFECÇÃO DE 12 UN DE ADESIVOS TAM. 24 CM X 50 CM - COLORIDOS PARA USO EM PLACAS DE SINALIZAÇÃO NA CIDADE, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DESTA MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 133/2017)																
<b>Total do Dia:</b>																
713 O			32/12/2017	04/04	1.460,00	0,00	1.460,00	1.460,00	0,00	46404	06.181.0003	0110	2.070	96	3.3.90.30.39.00.00.00	147 - ANTÔNIO ADÃO MARCON & CIA LTDA-ME
OD-REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA VIATURA PALIO WEEKEND DA POLÍCIA MILITAR DE CATANDUVAS; CONVENIO RADIO PATRULHA. (Compra Direta Nº 134/2017)																

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 360  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS</b>																	
715 O				325/2017	04/04	45,00	0,00	45,00	0,00	45,00	45,00	26.782.003	0100	2.051	71	3.3.90.39.16.00.00.00	91782 - SUZANA SANDI CAZELLA DE TOMIN 0707
C.D. - MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO RELATIVO A TROCA E REMANEJO DAS LUMINARIAS DE LED NA CASA MORTUÁRIA DE CATANDUVAS, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 136/2017)																	
717 O				327/2017	04/04	180,00	0,00	180,00	180,00	0,00	0,00	26.782.003	0100	2.051	71	3.3.90.30.39.00.00.00	2655 - SELVINO SILVA DE OLIVEIRA
C.D. - AQUISIÇÃO DE 02 AMORTECEDORES COXIM PARA O ROLO COMPACTADOR, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 139/2017)																	
718 O				328/2017	04/04	2.030,00	0,00	2.030,00	2.030,00	0,00	0,00	04.122.000	0100	1.103	5	4.4.90.52.35.00.00.00	4395 - VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA
OD - REFERENTE AQUISIÇÃO DE CPU PARA COMPUTADOR, COM PROCESSADOR INTEL CORE I5, 4 GB, HDD 1TB, LEITOR E GRAVADOR DE DVD E CD, COM WINDOWS 10 INSTALADO, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 139/2017)																	
719 O				24/2017	04/04	14.354,00	0,00	14.354,00	14.354,00	0,00	0,00	12.306.001	10160	2.179	16	3.3.90.30.07.00.00.00	2862 - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUM
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 880 PCT BISCOITO DOCE CASEIRO; 265 KG CARNE MOIDA; 47 UN CUCAR CASEIRA; 105 KG DOCE DE FRUTAS; 165 KG FARINHA DE MILHO; 135 KG MACARRÃO CASEIRO; 119DZ OVOS; 150 FRASCOS SUCO DE UVA NATURAL, DISTRIBUIDO GRATUITAMENTE COMO MERENDA ESCOLAR AS CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO. CONVENIO MERENDA ESCOLAR PNAE																	
720 E				04/04	100,00	0,00	25,40	25,40	26,40	73,60	46,405	12.361.001	0162	2.020	30	3.3.90.39.81.00.00.00	1471 - BANCO DO BRASIL S/A
REFERENTE A ESTIMATIVA DE TARIFAS BANCÁRIAS DO BANCO DO BRASIL, PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2017.																	
721 O				04/04	630,00	0,00	630,00	630,00	630,00	0,00	0,00	04.122.000	0100	2.005	7	3.3.90.39.50.00.00.00	2100 - DEOMAR PRETTO
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE SAÚDE OCUPACIONAL, NO MES DE MARÇO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.																	
722 O				8/2017	04/04	149,16	0,00	149,16	149,16	0,00	0,00	26.782.003	0100	2.051	71	3.3.90.30.28.00.00.00	2434 - G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CON
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 4 UN BOTINA DE COURO, PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.																	
723 O				04/04	1.050,00	0,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	0,00	0,00	27.812.002	0100	2.035	45	3.3.90.39.99.00.00.00	3446 - ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS DO MEIO OE
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ARBITRAGEM DE 3 JOGOS DA PRIMEIRA FASE DA 10ª COPINHA RÁDIO CATARINENSE. CME - ADOLESCENTES ATÉ 16 ANOS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE APOIO AO ESPORTE AMADOR.																	

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 460  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS																	
724 O					04/04	163,00	0,00	163,00	163,00	0,00	0,00	46378 26.782.0004	0100	2.051	71	3.3.90.39.08.00.00.00	91765 - JOSE MARIO RODRIGUES SILVA 018413-
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MANUTENÇÃO E LICENÇA DE USO MÓDULO SERVIÇOS TRANSPORTES, COMPETÊNCIA 03/2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.																	
725 O					04/04	563,00	0,00	563,00	563,00	0,00	0,00	46378 04.122.0004	0100	2.005	7	3.3.90.39.08.00.00.00	91765 - JOSE MARIO RODRIGUES SILVA 018413-
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MANUTENÇÃO E LICENÇA DE USO MÓDULO DIÁRIAS - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS; AJUSTES NO CONTROLE DE DIÁRIAS, INSERÇÃO DO COMBUSTÍVEL AUTOMÁTICO NA GERAÇÃO DA DIÁRIA; MANUTENÇÃO E SUPORTE A SERVIÇOS DE SERVIDORES E REDE, COMPETÊNCIA 03/2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.																	
726 O					04/04	163,00	0,00	163,00	163,00	0,00	0,00	46378 13.392.0004	0100	2.030	46	3.3.90.39.08.00.00.00	91765 - JOSE MARIO RODRIGUES SILVA 018413-
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MANUTENÇÃO E LICENÇA DE USO MÓDULO BIBLIOTECA, COMPETÊNCIA 03/2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS.																	
727 O					04/04	165,00	0,00	165,00	165,00	0,00	0,00	46378 06.181.0003	0111	2.069	93	3.3.90.30.17.00.00.00	91415 - PABLO FELIPE BRAGA RAMOS ME
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 3 UN TONER 3526985 COM UNIV, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA POLICIA CIVIL, DESTE MUNICÍPIO, CONVENIO POLICIA CIVIL																	
728 O		7/2017			04/04	376,50	0,00	376,50	376,50	0,00	0,00	46378 15.451.0004	0100	1.037	52	4.4.90.30.51.00.00.00	91275 - PRE-MOLDADOS CATANDUVAS LTDA - M
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 5 UN TUBO CONCRETO 100X40; 8 UN TUBO DE CONCRETO 30X100, PARA MANUTENÇÃO DE BOCA DE LOBO RUA MARIA CELESTINA DA COSTA, ESTRADA PEDRA LISA, RUA PEDRO ASCOLI E RUA FRITZ CARL, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.																	
729 O					04/04	40,00	0,00	40,00	40,00	0,00	0,00	46372 12.364.0011	0100	2.024	40	3.3.90.18.99.00.00.00	91786 - EVERTON ADRIANO CAMPOS
PROVENIENTE DE AUXÍLIO FINANCEIRO AO ESTUDANTE EVERTON ADRIANO CAMPOS, RELATIVO AO MÊS DE MARÇO/2017, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2018/05 DE 07 DE ABRIL DE 2005.																	
730 O		8/2017			04/04	44,49	0,00	44,49	44,49	0,00	0,00	46371 13.392.0004	0100	2.030	46	3.3.90.30.24.00.00.00	2464 - G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CON
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 03 UN ROLO DE LÂ 22 CM; 3 UN PINCEL 4, PARA MANUTENÇÃO DA CASA DO ARTESANATO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS.																	
731 O		8/2017			04/04	633,31	0,00	633,31	0,00	633,31	13.392.0004	0100	2.030	46	3.3.90.30.24.00.00.00	2414 - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LT	
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 1 LATA TINTA ÓLEO BRANCA 18 LT; 1 LATA TINTA ACRILICA PIGMENTADA LAVAVEL COR VERNIZ OU MARFIM 18 LT; 1 LATA TINTA ACRILICA PIGMENTADA LAVAVEL COR CONHAQUE 3,6 LT; 1 FRASCO SOLVENTE 5 LT; 1 LATA TINTA ESMALTE SINTETICO PIGMENTADA COR MUSICA DE RAIZ 3,6 LT, PARA MANUTENÇÃO DA CASA DO ARTESANATO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS.																	
Total do Dia:								22.146,46	0,00	22.072,86	21.394,55	751,91					

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 560  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compral	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS</b>																	
732 O				329/2017	05/04	663,00	0,00	663,00	663,00	0,00	0,00	46378 26.782.003	0100	2.051	71	3.3.90.30.39.00.00.00	20 - ADADA & CIA. LTDA.
C.D. - AQUISIÇÃO DE PONTA DE EIXO DO LADO DIREITO PARA O CAMINHÃO CACAMBA VW 17.210 ANO 2001 PLACAS: MEX-2663, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 140/2017)																	
733 O				331/2017	05/04	27,00	0,00	27,00	27,00	0,00	0,00	46378 26.782.003	0100	2.051	71	3.3.90.30.44.00.00.00	63 - AGROPECUÁRIA MEDEIROS LTDA
C.D. - AQUISIÇÃO DE 2 LATAS DE TINTA SPRAY PARA MARCAÇÃO NOS POSTES PARA QUE SEJA FEITA A TROCA DAS LAMPADAS QUEIMADAS, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 141/2017)																	
734 O				332/2017	05/04	100,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	46371 12.361.001	0101	2.020	27	3.3.90.30.04.00.00.00	2123 - DEDETIZADORA JOAQUABENSE
OD - REFERENTE A SERVIÇO DE RECARDA DE EXTINTORES DE PÓ MODELO: ABC, DE 4 E 6 KG RESPECTIVAMENTE, PARA ONIBUS PLACA MET 5895, CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 142/2017)																	
735 O				333/2017	05/04	182,00	0,00	182,00	182,00	0,00	0,00	46378 26.782.003	0100	2.051	71	3.3.90.30.39.00.00.00	20 - ADADA & CIA. LTDA.
C.D. - AQUISIÇÃO DE GRAMPO SUSPENSOR PNEUMÁTICO E PORCA PARA TROCA NO CAMINHÃO CACAMBA PLACA MCL-7230, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 143/2017)																	
736 O				334/2017	05/04	47,50	0,00	47,50	47,50	0,00	0,00	46378 04.122.000	0100	2.005	7	3.3.90.30.24.00.00.00	2494 - G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CON
C.D. - AQUISIÇÃO DE PREGOS, BUCHAS E PARAFUSOS USADOS PARA FAZER DIVERSAS PRATELEIRAS NO PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO, VISANDO MANter AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 144/2017)																	
<b>Total do Dia:</b>																	
737 O				336/2017	06/04	1.199,00	0,00	1.199,00	1.199,00	0,00	0,00	46371 26.782.003	0100	1.107	66	4.4.90.52.34.00.00.00	1609 - COPA NUTRIMENTOS LTDA
C.D. - AQUISIÇÃO DE 01 SOPRADOR BG-86 STIHL, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 145/2017)																	
739 O				338/2017	06/04	28,50	0,00	28,50	28,50	0,00	0,00	46372 13.392.004	0100	2.030	46	3.3.90.30.24.00.00.00	3901 - MAGIA COMERCIO DE TINTAS LTDA
C.D. - AQUISIÇÃO DE 01 LATA DE MULTIMASSA 340 GR PARA USO NA CASA DO ARTESANATO, VISANDO MANter AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 147/2017)																	
740 O				340/2017	06/04	1.508,00	0,00	1.508,00	1.508,00	0,00	0,00	46371 12.361.001	0101	2.017	24	3.3.90.30.39.00.00.00	3236 - Modelo Pneu LTDA
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 2 UN PNEU 215/75R17 TIPO A, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL, ATRAVES DA CPIMMOC - PROCESSO 001/2017, PREGÃO 001/2017 E REGISTRO DE PREÇO 001/2017. (Compra Direta Nº 148/2017)																	

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 6/60  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE CATANDUVAS																
741 O			341/2017	06/04	383,56	0,00	383,56	383,56	0,00	46371	12.361.0016	0101	2.017	24	3.3.90.30.39.00.00.00	91740 - SOMA COMERCIO DE IMPORTACAO E E
REFERENTE AQUISIÇÃO DE PROTETOR E CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20, ATRAVÉS DA CPIMMOC, PROCESSO 001/2017, PREGÃO 001/2017 E REGISTRO DE PREÇO 001/2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL. (Compra Direta Nº 149/2017)																
742 O				06/04	350,00	0,00	350,00	0,00	350,00		12.361.0016	0101	2.017	24	3.3.90.39.48.00.00.00	2439 - UNIDIME-UNIÃO NAC. DIRG. MUNIC. EDUC
REFERENTE INSCRIÇÃO DE ELENIR FÁTIMA CHINATTO NO EVENTO XVI FORUM ORDINARIO UNIDIME/SC, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL.																
743 E		9/2017		06/04	11.590,00	0,00	1.155,40	1.155,40	10.424,60	46378	25.782.0008	0100	2.051	71	3.3.90.39.19.00.00.00	91734 - IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI - ME
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, 20 UN TIP TOP MEDIO; 130 UN CONSERTO DE PNEU 1000/20; 80 UN CONSERTO PNEU 275/60; 15 UN CONSERTO DE PNEU 14/17,5; 12 UN CONSERTO DE PNEU 17,5/25 E OUTROS, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.																
744 O				06/04	214,77	0,00	214,77	214,77	0,00	46378	12.361.0016	0101	2.017	22	3.1.90.11.01.00.00.00	91325 - FOLHA DE PAGAMENTO EDUCAÇÃO CUI
REFERENTE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRª JESSICA CAROLINE CLAUDIO SANTOS.																
745 O				06/04	161,08	0,00	161,08	161,08	0,00	46378	12.361.0016	0101	2.017	22	3.1.90.11.43.00.00.00	91325 - FOLHA DE PAGAMENTO EDUCAÇÃO CUI
REFERENTE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRª JESSICA CAROLINE CLAUDIO SANTOS.																
746 O				06/04	9.261,87	0,00	9.261,87	9.261,87	0,00	46378	04.122.0008	0100	2.004	2	3.1.90.13.02.00.00.00	24 - INSS- INST. NAC. PREV.SOCIAL
PELA DESPESA DE ENCARGOS PATRONAIS EMPENHADA REFERENTE MENSALFERIAS 03/17																
747 O				06/04	22.560,28	0,00	22.560,28	22.560,28	0,00	46378	04.122.0008	0100	2.005	6	3.1.90.13.02.00.00.00	24 - INSS- INST. NAC. PREV.SOCIAL
PELA DESPESA DE ENCARGOS PATRONAIS EMPENHADA REFERENTE MENSALFERIAS 03/17																
748 O				06/04	17.046,59	0,00	17.046,59	17.046,59	0,00	46378	12.361.0016	0101	2.017	22	3.1.90.13.02.00.00.00	24 - INSS- INST. NAC. PREV.SOCIAL
PELA DESPESA DE ENCARGOS PATRONAIS EMPENHADA REFERENTE MENSALFERIAS 03/17																

17/01/2018 16:27:42

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

## Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 7/60  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc. Compra	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/AI	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS</b>																
749 0				06/04	38.147,89	0,00	38.147,89	38.147,89	0,00	46337	12.361.0016	0118	2.017	23	3.1.90.13.02.00.00.00	24 - INSS- INST. NAC. PREVSOCIAL
PELA DESPESA DE ENCARGOS PATRONAIS EMPENHADA REFERENTE MENSALFERIAS 03/17																
750 0				06/04	36.003,94	0,00	36.003,94	36.003,94	0,00	46337	12.365.0016	0118	2.018	36	3.1.90.13.02.00.00.00	24 - INSS- INST. NAC. PREVSOCIAL
PELA DESPESA DE ENCARGOS PATRONAIS EMPENHADA REFERENTE MENSALFERIAS 03/17																
751 0				06/04	17.142,90	0,00	17.142,90	17.142,90	0,00	46378	26.782.0036	0100	2.051	70	3.1.90.13.02.00.00.00	24 - INSS- INST. NAC. PREVSOCIAL
PELA DESPESA DE ENCARGOS PATRONAIS EMPENHADA REFERENTE MENSALFERIAS 03/17																
752 0				06/04	3.422,70	0,00	3.422,70	3.422,70	0,00	46394	12.365.0016	0101	2.018	37	3.3.90.14.14.00.00.00	792 - ELENIR FÁTIMA CHINATTO FILIPINI E OU
Sumário da Viagem - Atividades desenvolvidas Fundo/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Funcionário(21301) - Elenir Fatima Chinato Atividade profissional/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Saída(09/04/2017) -> Retorno(12/04/2017) Origem: Catanduvas -SC Destino: Florianópolis -SC Despesa/Diária Doc:0008902 Ode:3 Vlr.Uni.:1.140,90 Vlr. Tot.:3.422,70 Veículo: Veículo particular Motivo: XVI FÓRUM ORDINÁRIO UNIDIME/SC, EM FLORIANÓPOLIS NOS DIAS 10 A 12 DE ABRIL.																
753 0		9/2017		06/04	2.320,00	0,00	2.320,00	2.320,00	0,00	46371	12.365.0016	0101	2.018	37	3.3.90.39.19.00.00.00	3423 - F VACHILESKE CIA LTDA - ME
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, 8 UN RECAUCHUTAGEM PNEU 90X20 A FRIO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.																
754 0				06/04	4.211,52	0,00	4.211,52	4.211,52	0,00	46371	26.843.0066	0100	0.072	105	46.90.71.02.00.00.00	1 - INSS- INST. NAC. PREVSOCIAL
Referente ao empenho da amortização do parcelamento da dívida confessa junto ao INSS, relativo ao mês de ABRIL de 2017, autorizado pela Lei Municipal nº 1616/2001 de 31 de agosto de 2001, de acordo com a MP 2.187/2001.																
755 0				06/04	1.488,64	0,00	1.488,64	1.488,64	0,00	46371	26.843.0066	0100	0.072	104	3.2.90.21.02.00.00.00	1 - INSS- INST. NAC. PREVSOCIAL
Referente ao empenho da juros do parcelamento da dívida confessa junto ao INSS, relativo ao mês de ABRIL de 2017, autorizado pela Lei Municipal nº 1616/2001 de 31 de agosto de 2001, de acordo com a MP 2.187/2001.																

17/01/2018 16:27:42



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

## Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 860  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS																	
756 O				06/04	339/2017	06/04	37,60	0,00	37,60	37,60	0,00	46371	28.843,0066	0100	0,072	104	3.2.90.22.02.00.00.00 1 - INSS - INST. NAC. PREV.SOCIAL
Referente ao empenho de encargos do parcelamento da dívida confissão junto ao INSS, relativo ao mês de ABRIL de 2017, autorizado pela Lei Municipal nº 1676/2001 de 31 de agosto de 2001, de acordo com a MP 2.187/2001.																	
757 O				06/04	339/2017	06/04	37,60	0,00	37,60	37,60	0,00	46372	12.306,0016	0100	2,179	15	3.3.90.32.03.00.00.00 91725 - HORTIFRUTIGRANJEIROS FRUTOLANDIA
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 2 KG LIMÃO COMUM, 26KG ALHO, DISTRIBUÍDO GRATUITAMENTE COMO MERENDA ESCOLAR AS CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTA MUNICÍPIO. (Lotação Nº.: 4/2017-PR)																	
758 O				06/04		36.645,37	0,00	36.645,37	36.645,37	0,00	46403	15.452,0046	0108	2,038	62	3.3.90.39.43.00.00.00 3519 - CELESC- DISTRIBUIÇÃO SA	
REFERENTE AO EMPENHO DO COSIP- CONTR. PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUM. PÚBLICA, REFERENTE AO MÊS 03/2017.																	
759 O				06/04		200,00	0,00	200,00	200,00	0,00	46372	04.122,0006	0100	2,005	7	3.3.90.39.48.00.00.00 90453 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICÍPI	
REFERENTE INSCRIÇÃO PARA O CONTADOR ITAMAR LONGHINI, NO CURSO SOBRE PLANO PLURIANUAL -PPA 2018-2021, NO DIA 17/05/2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.																	
760 O				06/04		200,00	0,00	200,00	200,00	0,00	46378	04.122,0006	0100	2,005	7	3.3.90.39.48.00.00.00 90453 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICÍPI	
REFERENTE INSCRIÇÃO PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO LUCIMARI SPADIER, NO CURSO SOBRE OS PRINCIPAIS ASPECTOS DO MIROSC - LEI 13.019/2014, NO DIA 11/04/2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.																	
761 O				06/04		200,00	0,00	200,00	200,00	0,00	46378	04.122,0006	0100	2,005	7	3.3.90.39.48.00.00.00 90453 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICÍPI	
REFERENTE INSCRIÇÃO PARA ASSESSORA DE CONTROLE INTERNO ANA CRISTINA VARGAS MASCARELO, NO CURSO SOBRE OS PRINCIPAIS ASPECTOS DO MIROSC - LEI 13.019/2014, NO DIA 11/04/2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.																	
762 O				06/04	18/2017	224,42	0,00	224,42	0,00	224,42	12.306,0016	0100	2,179	15	3.3.90.32.03.00.00.00 4381 - SUPER DELAZERI LTDA		
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 50 KG FEIJÃO PRETO, DISTRIBUÍDO GRATUITAMENTE COMO MERENDA ESCOLAR AS CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTA MUNICÍPIO.																	
763 O				06/04		560,14	0,00	560,14	560,14	0,00	46396	04.122,0006	0100	2,005	7	3.3.90.14.14.00.00.00 91790 - ANA CRISTINA VARGAS MASCARELO	
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(3633301) - ANA CRISTINA VARGAS MASCARELO Atividade profissional: ASSESSORA DE CONTROLE INTERNO Salário(11004/2017) -> Retorno(11/04/2017) Origem: Catanduvas -SC Destino: Florianópolis -SC Despesa Diária Doc:0008911 Cide:1 Vlr.Uni.:560,14 Vlr. Tot.:560,14 Veículo: LIVINA Motivo: CURSO SOBRE OS PRINCIPAIS ASPECTOS DO MIROSC-LEI 13.019/2014, NO DIA 11/04.																	

17/01/2018 16:27:42

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

## Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 960  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compral	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS																	
764 O					06/04	1.140,90	0,00	1.140,90	1.140,90		0,00	46378 04.122.000	0100	2.005	7	3.3.90.14.14.00.00.00	2445 - LUCIMARI SPADER
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(3653201) - LUCIMARI SPADER Atividade profissional: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Saída[11/04/2017] -> Retorno[11/04/2017] Origem: Catanduvás -SC Destino: Florianópolis -SC Despesa: Diária DocId:0008912 Qtd:1 Vlr.Unit.:1.140,90 Vlr. Tot.:1.140,90 Veículo: LIVINA Motivo: CURSO SOBRE OS PRINCIPAIS ASPECTOS DO MROSC-LEI 13.019/2014, NO DIA 11/04.																	
765 O		8/2017			06/04	171,75	37,29	134,46	134,46		0,00	46378 26.782.003	0100	2.051	71	3.3.90.30.59.00.00.00	2434 - G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CON
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 3 UN BOTINA DE COURO: 3 UN ROLO DE LÃ 22CM, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.																	
766 O					06/04	212,09	0,00	212,09	212,09		0,00	46366 04.122.000	0100	2.005	7	3.3.90.14.14.00.00.00	3626 - JAIR PEDROSO
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(206201) - Jair Pedroso Atividade profissional: MOTORISTA Saída[11/04/2017] -> Retorno[11/04/2017] Origem: Catanduvás -SC Destino: Florianópolis -SC Despesa: Diária DocId:0008909 Qtd:1 Vlr.Unit.:212,09 Vlr. Tot.:212,09 Veículo: LIVINA Motivo: LEVAR O SENHOR PREFEITO PARA UM ENCONTRO COM OS DEPUTADOS ROMILDO TITON E VALDIR COBALCHINI.																	
767 O					06/04	1.521,20	0,00	1.521,20	1.521,20		0,00	46366 04.122.000	0100	2.004	3	3.3.90.14.14.00.00.00	91002 - DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(3651701) - DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS Atividade profissional: PREFEITO Saída[11/04/2017] -> Retorno[11/04/2017] Origem: Catanduvás -SC Destino: Florianópolis -SC Despesa: Diária DocId:0008910 Qtd:1 Vlr.Unit.:1.521,20 Vlr. Tot.:1.521,20 Veículo: LIVINA Motivo: REUNIÃO COM OS DEPUTADOS ROMILDO TITON E VALDIR COBALCHINI.																	
768 O		8/2017			06/04	10,03	0,00	10,03	10,03		0,00	46371 12.365.001	0101	2.018	37	3.3.90.30.25.00.00.00	2434 - G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CON
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 18 UN JOELHO SOLDÁVEL 25MM; 01 UN FITA ISOLANTE 20MX19M; 02 UN COLA ADESIVA, PARA CONSORTEO DE CHUVEIROS NA CRECHE PATO DONALD, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.																	
Total do Dia:						214.773,66	37,29	204.311,77	203.737,35	10.999,02							
769 O					34/2017 07/04	50,00	0,00	50,00	50,00		0,00	46372 12.361.001	0101	2.026	32	3.3.90.30.24.00.00.00	319 - FÁBRICA DE ESQ. METÁLICAS BILIBIO LTD.
C.D. - AQUISIÇÃO DE 01 VIDRO 80 X 30 PARA TROCA NO DEPOSITO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. VITOLDIO A. CZECH, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 150/2017)																	
770 O					34/2017 07/04	367,00	0,00	367,00	0,00	367,00	12.361.001	0101	2.026	32	3.3.90.39.16.00.00.00	319 - FÁBRICA DE ESQ. METÁLICAS BILIBIO LTD.	
C.D. - MÃO DE OBRA PARA CONSORTEO DE 2 PORTÕES DE FERRO NA ESCOLA BASICA PROF. VITOLO A. CZECH E 2 PORTAS NO GINASIO DA ESCOLA, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 151/2017)																	

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 1060  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compras	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS</b>																	
771 O				344/2017	07/04	636,28	0,00	636,28	636,28	0,00	46371	26.782.0006	0100	2.051	71	3.3.90.30.44.00.00.00	2494 - G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CON
C.D. - AQUISIÇÃO DE TINTA DE DEMARCAÇÃO VARIA, TINTA ESMALTE, THINNER ETC, PARA PINTURA DAS FAIXAS DE PEDESTRE, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 152/2017)																	
772 O				345/2017	07/04	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	46372	12.361.0016	0101	2.017	24	3.3.90.39.19.00.00.00	91593 - LUCIANO CORONETI & CIA LTDA - ME
C.D. - SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA REALIZAÇÃO DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DAS 4 RODAS DO VW GOL PLACA MFP-6077, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 153/2017)																	
773 O				07/04		2.535,33	0,00	2.535,33	2.535,33	0,00	46394	04.122.0006	0100	2.005	6	3.1.90.11.01.00.00.00	91324 - FOLHA DE PAGAMENTO ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRª PATRICIA APARECIDA FELIPE TIEPO.																	
774 O				07/04		1.901,50	0,00	1.901,50	1.901,50	0,00	46394	04.122.0006	0100	2.005	6	3.1.90.11.43.00.00.00	91324 - FOLHA DE PAGAMENTO ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRª PATRICIA APARECIDA FELIPE TIEPO.																	
775 O		8/2017		07/04		16,50	0,00	16,50	16,50	0,00	46372	12.365.0016	0101	2.018	37	3.3.90.30.24.00.00.00	91731 - ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 1 UN CAIXA DESCARGA ALTA, PARA CONserto BANHEIRO ESCOLA VITOLDO CZECH, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.																	
776 O		8/2017		07/04		37,29	0,00	37,29	37,29	0,00	46371	26.782.0006	0100	2.051	71	3.3.90.30.28.00.00.00	2494 - G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CON
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 1 UN BOTINA DE COURO, PARA PROTEÇÃO DE FUNCIONÁRIOS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.																	
777 O		11/2017		07/04		14,50	0,00	14,50	14,50	0,00	46372	12.361.0016	0101	2.017	24	3.3.90.39.19.00.00.00	23893 - ROBSON LUCIANO HACK MECÂNICA
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO DO ÔNIBUS PLACA KEZ 5198, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL.																	
<b>Total do Dia:</b>																	
778 O		4/2017		351/2017	10/04	1.287,50	29,85	1.257,65	0,00	367,00	1.257,65	12.306.0016	0100	2.179	15	3.3.90.32.03.00.00.00	4381 - SUPER DELAZERI LTDA
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 32 PCT AÇÚCAR REFINADO 5KG, 03 KG AMIDO DE MILHO, 06 KG APRESUNTADO E OUTROS, DISTRIBUIDO GRATUITAMENTE COMO MERENDA ESCOLAR AS CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO. (Licitação Nº: 4/2017-FR)																	

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 11/60  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contab	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE CATANDUVAS																	
779 O		4/2017		354/2017	10/04	2.730,60	0,00	2.730,60	0,00	2.730,60	12.306,0016	0100	2.016	13	3.3.90.32.03.00.00.00	91723 - ANDERSON CARDOSO DA SILVA PADARI	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 2180 UN PÃO FRANCÊS 50 GR, 1880 UN PÃO FRANCÊS INTEGRAL 30GR, 100 UN PÃO FATIADO C/25 FATIAS, DISTRIBUÍDO GRATUITAMENTE COMO MERENDA ESCOLAR AS CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICIPIO. (Licitação Nº: 4/2017-PR)																	
780 O		4/2017		355/2017	10/04	3.576,35	0,00	3.576,35	0,00	3.576,35	12.306,0016	0100	2.179	15	3.3.90.32.03.00.00.00	2591 - SACOLÃO DE FRUTAS E VERD. SÃO CRIS	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 40 KG DE ABACATE; 240 KG BATATA INGLESA; 36 KG BATATA SALSA E OUTROS, DISTRIBUÍDO GRATUITAMENTE COMO MERENDA ESCOLAR AS CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICIPIO. (Licitação Nº: 4/2017-PR)																	
781 O				346/2017	10/04	720,00	0,00	720,00	720,00	0,00	46371	26.782,0003	0100	2.051	71	3.3.90.30.39.00.00.00	105 - MEPTA MECÂNICA PESADA LTDA
C.D. - AQUISIÇÃO DE KIT ANEL VALVULA PRIORIDADE, AGULHA DA VALVULA E FILTRO HIDRAULICO PARA TROCA NA RETROSCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRE-ESTRUTURA DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 154/2017)																	
782 O				347/2017	10/04	760,00	0,00	760,00	760,00	0,00	46371	26.782,0003	0100	2.051	71	3.3.90.39.19.00.00.00	105 - MEPTA MECÂNICA PESADA LTDA
C.D. - SERVIÇOS DE TORNIO PARA REPARAÇÃO DE VALVULAS DA RETROSCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 155/2017)																	
783 O				349/2017	10/04	175,00	0,00	175,00	175,00	0,00	46404	06.181,0003	0110	2.070	96	3.3.90.39.19.00.00.00	147 - ANTÔNIO ADÃO MARCON & CIA LTDA-ME
CD - REFERENTE A SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇO MECÂNICO NA VIATURA DA POLICIA MILITAR DE CATANDUVAS, ATRAVES DO CONVENIO DE TRANSITO RADIO PATRULHA. (Compra Direta Nº 157/2017)																	
784 O				350/2017	10/04	709,00	0,00	709,00	709,00	0,00	46404	06.181,0003	0110	2.070	96	3.3.90.30.39.00.00.00	147 - ANTÔNIO ADÃO MARCON & CIA LTDA-ME
CD - REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPARO EMERGENCIAL NA VIATURA DA POLICIA MILITAR PALIO WEEKEND DESTE MUNICIPIO, CONVENIO RADIO PATRULHA. (Compra Direta Nº 156/2017)																	
786 O				357/2017	10/04	30,00	0,00	30,00	30,00	0,00	46371	26.782,0003	0100	2.051	71	3.3.90.30.39.00.00.00	20 - ADADA & CIA. LTDA.
CD -REFERENTE AQUISIÇÃO DE CABO DE ACELERADOR DO FIAT UNO FIRE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICIPIO, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS. (Compra Direta Nº 159/2017)																	
787 O				358/2017	10/04	72,50	0,00	72,50	72,50	0,00	46371	26.782,0003	0100	2.051	71	3.3.90.30.39.00.00.00	105 - MEPTA MECÂNICA PESADA LTDA
C.D. - AQUISIÇÃO DE PARAFUSOS, PORCAS E TRAVA ROSCA PARA USO NA MOTONIVELADORA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 160/2017)																	

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 12/60  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc Compra	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dat.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS</b>																
788	O		3592017	10/04	606,20	0,00	606,20	606,20	0,00	46372	26.782.0006	0100	2.051	71	3.3.90.30.39.00.00.00	91179 - CLAUDEMIR MESSIAS RODRIGUES AUTC
C.D. - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MOTOR DE ARRANQUE DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA HYUNDAI PC 140, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 161/2017)																
789	O		3602017	10/04	42,00	0,00	42,00	42,00	0,00	46371	26.782.0006	0100	2.051	71	3.3.90.30.39.00.00.00	105 - MEPTTA MECÂNICA PESADA LTDA
C.D. - AQUISIÇÃO TERMINAL PRENSAVEL FG JIC PARA USO NO TRATOR JOHN DEER 5085, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 162/2017)																
790	O			10/04	3.230,64	0,00	3.230,64	3.230,64	0,00	46372	26.843.0006	0100	0.072	104	3.2.9021.01.00.00.00	367 - BADESC-BCO DESENV. EST. SANTA CATAR
REFERENTE JUROS DO CONTRATO DE EMPRESTIMO Nº2016007701, ENTRE AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC E PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS, LETIMUNICIPAL Nº 2.508 DE 11/08/2015, PARCELA 04/2017.																
791	O			10/04	3.626,30	0,00	3.626,30	3.626,30	0,00	46388	04.122.0006	0100	2.005	6	3.1.90.11.01.00.00.00	91324 - FOLHA DE PAGAMENTO ADMINISTRACAO
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FÉRIAS 04/17																
792	O			10/04	113,72	0,00	113,72	113,72	0,00	46387	26.782.0006	0100	2.051	70	3.1.90.11.01.00.00.00	91326 - FOLHA DE PAGAMENTO SEC MUNICIPAL
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FÉRIAS 04/17																
793	O			10/04	2.422,45	0,00	2.422,45	2.422,45	0,00	46394	04.122.0006	0100	2.005	6	3.1.90.11.01.00.00.00	91324 - FOLHA DE PAGAMENTO ADMINISTRACAO
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FÉRIAS 04/17																
794	O			10/04	96,66	0,00	96,66	96,66	0,00	46394	04.122.0006	0100	2.005	7	3.3.90.46.01.00.00.00	91324 - FOLHA DE PAGAMENTO ADMINISTRACAO
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FÉRIAS 04/17																
795	O			3612017	11/04	1.471,90	1.471,90	1.471,90	0,00	46378	27.812.0002	0100	2.035	45	3.3.90.30.39.00.00.00	91791 - CREMONINI COMERCIO E REPRESENTA
CD - REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA TRATOR CORTADOR DE GRAMA, MODELO HUSQVARNA LT 1597, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 163/2017)																
<b>Total do Dia:</b>										<b>12.604,47</b>					<b>7.564,60</b>	

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 1360  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho   Tipo	Proc. Compras	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contab.	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS</b>															
796 O		362/2017	11/04	220,00	0,00	220,00	220,00	0,00	0,00	46378 27.812.002	0100	2.035	45	3.3.90.39.17.00.00.00	91791 - CREMONINI COMERCIO E REPRESENTA
CD - REFERENTE A SERVIÇO DE PRESTADO PARA MANUTENÇÃO DE TRATOR CORTADOR DE GRAMA HUSQVARNA LT.1597, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 1642017)															
797 O		363/2017	11/04	106,18	0,00	106,18	106,18	0,00	0,00	46378 12.365.0016	0101	2.018	37	3.3.90.30.24.00.00.00	2434 - G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CON
C.D. - AQUISIÇÃO DE TUBO SOLDADIL 20MM, REGISTRO DE PRESSÃO 20MM, NIPEL ROSCAVEL 20MM, ABRACADEIRAS TIPO U E PARAFUSOS PHILLIPS C/ BUCHAS PARA CONCERTO DE CHUVEIROS NA CRECHE PATO DONALD, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 1652017)															
798 O		364/2017	11/04	193,00	0,00	193,00	0,00	193,00	26.782.0036	0100		2.051	71	3.3.90.30.39.00.00.00	20 - ADADA & CIA. LTDA.
C.D. - AQUISIÇÃO DE MAQUINA DE VIDRO LADOS DE PARA CAMINHAP VOLKS 11/210, TAMPA DO TANQUE DE COMBUSTIVEL E TORNEIRA PARA BARRICA DE AGUA P/ CAMINHÃO MERCEDES PLACA OKH-0615, COLA DE JUNTA P/ CARTER E COLA PARA PARAFUSOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 1662017)															
799 O		11/2017	11/04	100,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	46372 26.782.0036	0100	2.051	71	3.3.90.39.19.00.00.00	2393 - ROBSON LUCIANO HACK MECÂNICA
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DESMONTAGEM E MONTAGEM DE RADIADOR DA CACAMBA, E TROCAR SEMEIRO DO VEICULO PLACA MBJ-2693, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.															
800 E			11/04	1.750,00	0,00	350,00	175,00	1.575,00	46378 04.122.0006	0100		2.005	7	3.3.90.39.11.00.00.00	91793 - PONTOGOV/ASSESSORIA E CONSULTOR
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE GESTÃO, MÓDULO GERAÇÃO AUTOMATIZADO DO SIOPÉ, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.															
801 O		8/2017	11/04	37,29	0,00	37,29	0,00	37,29	26.782.0036	0100		2.051	71	3.3.90.30.28.00.00.00	2434 - G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CON
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 1 UN BOTINA DE COURO, PARA PROTEÇÃO DE FUNCIONÁRIOS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.															
802 E		37/2017	11/04	3.300,00	0,00	22,00	22,00	3.278,00	46378 12.361.0016	0101		2.017	24	3.3.90.39.19.00.00.00	91179 - CLAUDEMIR MESSIAS RODRIGUES AUTC
REFERENTE ESTIMATIVA PARA 150 HR DE SERVIÇOS ELÉTRICOS EM GERAL, PARA MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS E GOL, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL.															
804 O		24/2017	11/04	1.998,00	0,00	1.998,00	0,00	1.998,00	12.306.0016	10160		2.016	14	3.3.90.30.07.00.00.00	91291 - LATICINIO FAMILIAR WANFE EIRELI ME
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 400 LITS BEBIDA LACTEA, 12 KG QUELHO, DISTRIBUIDO GRATUITAMENTE COMO MERENDA ESCOLAR AS CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO. CONVÊNIO MERENDA ESCOLAR PNAE															

17/01/2018 16:27:42



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 1460  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compral	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE CATANDUVAS																	
805 O			24/2017		11/04	1.702,90	0,00	1.702,90	39,16	1.663,74	12.306.0016	10160	2.016	14	3.3.90.30.07.00.00.00	3800 - DANIEL ROMEU BITTENCOURT	
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 159 UN ALFACE: 48 MC BROCOLIS; 116 KG REPOLHO; 36 KG BETERRABA; 92 MC TEMPERO VERDE; 84 KG TOMATE; DISTRIBUÍDO GRATUITAMENTE COMO MERENDA ESCOLAR AS CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTES MUNICÍPIO, CONVÊNIO MERENDA ESCOLAR PNAE																	
Total do Dia:						10.879,27	0,00	6.201,27	2.134,24	8.745,03							
811 O			365/2017	12/04		350,00	0,00	350,00	350,00	0,00	46372	12.365.0016	0101	2.018	37	3.3.90.30.25.00.00.00	91197 - MS REFRIGERAÇÃO CATANDUVAS EIREI
C.D. - AQUISIÇÃO DE 01 RESISTENCIA PARA MAQUINA DE SECAR ROUPAS ELECTROLUX USADA NA CRECHE PATO DONALD, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTES MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 167/2017)																	
812 O			367/2017	12/04		130,00	0,00	130,00	130,00	0,00	46404	06.181.0003	0110	2.070	96	3.3.90.39.19.00.00.00	147 - ANTÔNIO ADÃO MARCON & CIA LTDA ME
C.D. - REFERENTE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA E ALINHAMENTO/GEOMETRIA NA VIATURA DA POLICIA MILITAR DE CATANDUVAS(PALIO WEEKEND), ATRAVES DO CONVENIO DE TRANSITO RADIO PATRULHA. (Compra Direta Nº 169/2017)																	
813 O			368/2017	12/04		112,00	0,00	112,00	112,00	0,00	46372	12.361.0016	0101	2.017	24	3.3.90.30.39.00.00.00	91179 - CLAUDEMIR MESSIAS RODRIGUES AUTC
C.D. - COMPRA DE 02 LANTERNAS DE LED PARA O ONIBUS PLACA MKL-9803 EXIGIDO PELO IPETRA PARA LIBERAÇÃO DA VISTORIA ANUAL, VISANDO ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTES MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 169/2017)																	
817 O				12/04		270,00	0,00	270,00	270,00	0,00	46378	04.122.0006	0100	2.005	7	3.3.90.39.57.00.00.00	91794 - ACD - AUTENTICA CERTIFICADO DIGITAL
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CERTIFICADO DIGITAL A1 OBRA, CEF 60.024.0036473 PARA TRANSMISSÃO DA GEPIF, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.																	
818 O				12/04		50,00	0,00	50,00	50,00	0,00	46372	27.812.0002	0100	2.035	45	3.3.90.39.97.00.00.00	91178 - INOVA TELEINFORMATICA LTDA ME
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INTERNET, IM PARA GINÁSIO DE ESPORTES, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE APOIO AO ESPORTE AMADOR.																	
819 O				12/04		600,00	0,00	600,00	600,00	0,00	46372	04.122.0006	0100	2.005	7	3.3.90.39.77.00.00.00	91599 - INVIOALARMES COMERCIO DE ALARME;
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MONITORAMENTO FÍSICO E ALERTA PARA CELULARES DOS DIRETORES, VISANDO A SEGURANÇA DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, CONFORME CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0004/2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.																	
820 O			8/2017		12/04	208,20	0,00	208,20	0,00	208,20	26.782.0006	0100	2.051	71	3.3.90.30.28.00.00.00	2494 - G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CON	
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 15 UN LULA DE VAQUETA TIPO PETROLEIRO, PARA PROTEÇÃO DE FUNCIONÁRIOS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.																	

17/01/2018 16:27:42

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

## Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 1560  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compral	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE CATANDUVAS																		
821 O		3/2017			12/04	1.448,64	0,00	1.008,96	0,00	1.448,64	12.365,0016	0101		2.018	37	3.3.90.30.22.00.00.00	4381 - SUPER DELAZERI LTDA	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 396 LITROS ÁGUA SANITÁRIA 01 LITRO: 420 FRASCOS DETERGENTE DE LOUÇA 500 ML, MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.																		
822 O																		
Total do Dia:						3.168,84	0,00	2.729,16	1.512,00	1.656,84								
369/2017	13/04					176,42	0,00	176,42	176,42	0,00	0,00	46371	20.606,0046	0100	2.063	87	3.3.90.30.07.00.00.00	1277 - SUPERMERCADO ASCOLLI - EIRELI - EPP
C.D. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: CARNE, REFRIGERANTE ETC PARA ALMOÇO DOS FUNCIONARIOS DO SETOR DE OBRAS PARA TRABALHOS NO INTERIOR DO MUNICIPIO, VISANDO O ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 170/2017)																		
370/2017	17/04					241,00	0,00	241,00	241,00	0,00	0,00	46378	12.361,0016	0101	2.017	24	3.3.90.30.39.00.00.00	1776 - NEUDIANTONIO BORTOLOTO - ME
C.D. - AQUISIÇÃO DE ÓLEO P/MOTOR, ATUADOR DE EMBREAGEM E FLUIDO DE FREIO PARA O VW GOL G5 PLACA MFP-6077, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 171/2017)																		
371/2017	17/04					25,00	0,00	25,00	25,00	0,00	0,00	46371	12.361,0016	0101	2.017	24	3.3.90.39.19.00.00.00	1776 - NEUDIANTONIO BORTOLOTO - ME
C.D. - MÃO DE OBRA NA REALIZAÇÃO DE TROCA DE ÓLEO, ATUADOR DE EMBREAGEM E FLUIDO DE FREIO DO VW GOL G5 PLACA MFP-6077, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 172/2017)																		
372/2017	17/04					4.476,00	0,00	4.476,00	4.476,00	0,00	0,00	46378	26.782,0036	0100	2.051	71	3.3.90.30.39.00.00.00	3490 - JOAÇABA PNEUS LTDA
C.D. - REFERENTE AQUISIÇÃO DE PNEUS, ATRAVÉS DA CPIMMOC, PROCESSO LICITATORIO 001/2017, PREGÃO PRESENCIAL 001/2017 E REGISTRO DE PREÇO 001/2017, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 173/2017)																		
373/2017	17/04					864,00	81,08	782,92	0,00	782,92	26.782,0036	0100		2.051	71	3.3.90.30.39.00.00.00	3566 - TRUKAN IMPLEMENTOS E VEICULOS RO	
C.D. - AQUISIÇÃO DE BUCHAS DIVERSOS MODELOS DE SUSPENSÃO PARA TROCA NOS CAMINHÕES CAÇAMBA, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 174/2017)																		
374/2017	17/04					2.500,00	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00	13.392,0046	0100		2.030	46	3.3.90.39.99.00.00.00	91578 - SESC-SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO	
REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATIVIDADES DE LAZER, CULTURA, ASSISTENCIA PROJETO SESC MOVEI 2, EVENTO DO MÊS DE ANIVERSARIO DO MUNICIPIO DE CATANDUVAS, COMEMORAÇÃO AO 54º ANIVERSARIO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS.																		
8/2017					17/04	29,61	0,00	29,61	29,61	0,00	0,00	46378	26.782,0036	0100	2.051	71	3.3.90.30.25.00.00.00	2494 - G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CON
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 3 UN CABO DE MARRETA, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.																		

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 16/60  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compral	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS																	
829 O		8/2017			17/04	19,53	0,00	19,53	0,00	19,53	12,361,0016	0101	2017	24	3,3.90.30.28.00.00.00	2434 - G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CON	
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 01 UN BOTA DE BORRACHA Nº 36/37, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL																	
830 O		8/2017			17/04	33,00	0,00	33,00	33,00	0,00	0,00	26,782,0036	0100	2051	71	3,3.90.30.24.00.00.00	91731 - ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 2 UN CAIXA DE DESCARGA ALTA (BRANCA), PARA MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO E OUTRA PARA ESTOQUE, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.																	
831 O					37/42017	18/04	18276,00	0,00	18276,00	18,276,00	0,00	26,782,0036	0100	2051	71	3,3.90.30.39.00.00.00	3248 - BELLENZIER PNEUS LTDA
CD - REFERENTE AQUISIÇÃO DE PNEUS ATRAVES DA CPIMMOC, PROCESSO LICITATORIO 001/2017, REGISTRO DE PREÇO 001/2017 E PREGÃO 001/2017, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 175/2017)																	
832 O					375/2017	18/04	667,92	0,00	667,92	0,00	12,361,0016	0101	2017	24	3,3.90.30.39.00.00.00	91740 - SOMA COMERCIO DE IMPORTACAO E E	
CD- REFERENTE AQUISIÇÃO DE PNEUS E PROTETOR, ATRAVÉS DA CPIMMOC, PROCESSO LICITATÓRIO 001/2017, PREGÃO 001/2017 E REGISTRO DE PREÇOS 001/2017, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 176/2017)																	
833 O					378/2017	18/04	6,70	0,00	6,70	6,70	0,00	13,392,0046	0100	2030	46	3,3.90.30.99.00.00.00	63 - AGROPECUARIA MEDEIROS LTDA
CD- REFERENTE AQUISIÇÃO DE PIGMENTO PARA TINTA ACRILICA NAS CORES MARROM E AMARELO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA SER UTILIZADO NA PINTURA INTERNA DA CASA DO ARTESANATO DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 177/2017)																	
834 O					379/2017	18/04	1.600,00	0,00	1.600,00	0,00	27,812,002	0100	2035	45	3,3.90.30.14.00.00.00	3302 - BILHARES E BOCHAS RIO LTDA	
C.D. - AQUISIÇÃO DE 01 JOGO DE BOCHAS ITALIANAS IMPORTADAS, VISANDO A MANUTENÇÃO DO ESPORTE, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 178/2017)																	
835 O					380/2017	18/04	12,02	0,00	12,02	12,02	0,00	04,122,0006	0100	2005	7	3,3.90.30.24.00.00.00	63 - AGROPECUARIA MEDEIROS LTDA
CD -REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REPAROS, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 179/2017)																	
836 O		8/2017			18/04	35,70	0,00	35,70	0,00	35,70	27,812,002	0100	2035	45	3,3.90.30.24.00.00.00	61 - SECCO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 70 UN TUOLO MACIÇO 05 X 09 X 20, PARA MANUTENÇÃO DA CANCHA DE BOCHA, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE APOIO AO ESPORTE AMADOR.																	

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 17/60  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc. Compra	Nº da AF/Avr	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contab.	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS																
837	O	8/2017		19/04	195,10	0,00	195,10	0,00	195,10	26.782,003	0100	2.051	71	3.3.90.30.24.00.00.00	2434 - G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CON	
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 1 UN PORTA DE MADEIRA SEMI OCA CAMARCO E FECHADURA 0,80 X 2,10, PARA SECRETARIA, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.																
838	O			19/04	108,94	0,00	108,94	108,94	0,00	0,00	46372 12.361,0016	0101	2.017	24	3.3.90.39.58.00.00.00	91183 - OI S.A.
EMPENHO DAS FATURAS DA OI, MÊS 04/2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL																
839	O			19/04	70,03	0,00	70,03	70,03	0,00	0,00	46378 04.122,0006	0100	2.005	7	3.3.90.39.58.00.00.00	91183 - OI S.A.
EMPENHO FATURAS DA OI, MÊS 04/2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.																
840	O			19/04	79,56	0,00	79,56	79,56	0,00	0,00	46378 26.843,0066	0100	0.072	104	3.2.90.21.02.00.00.00	3 - COHAB - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ES
Referente ao pagamento de juros da dívida com a Cohab, da parcela 207/240, do contrato 133-3, e parcela 199/240, do contrato 145-7, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Catanduvas e a COHAB/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.215/96 de 18/06/96.																
841	O			19/04	755,23	0,00	755,23	755,23	0,00	0,00	46378 26.843,0066	0100	0.072	105	4.6.90.71.02.00.00.00	3 - COHAB - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ES
Referente ao pagamento da amortização da dívida com a Cohab, da parcela 207/240, do contrato 133-3, e parcela 199/240, do contrato 145-7, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Catanduvas e a COHAB/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.215/96 de 18/06/96.																
842	O			19/04	11.002,37	0,00	11.002,37	11.002,37	0,00	0,00	46378 04.122,0006	0100	2.008	8	3.3.50.41.99.00.00.00	475 - ASSERV - ASS. SERV. PÚB. MUN. DE CTVAS
REFERENTE AO EMPENHO DA CONTRIBUIÇÃO DE 3% SOB A FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS MUNICIPAIS, RELATIVO AO MES DE MARÇO/2017 (PARTE PATRONAL).																
843	O	8/2017		19/04	137,40	0,00	137,40	0,00	137,40	26.782,003	0100	2.053	75	3.3.90.30.24.00.00.00	61 - SECCO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 1 METRO AREIA MÉDIA; 60 UN TIJOLO 6 FURO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.																
844	O	8/2017		19/04	96,40	0,00	96,40	0,00	96,40	26.782,003	0100	2.051	71	3.3.90.30.24.00.00.00	91731 - ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 4 SC CIMENTO, PARA MANUTENÇÃO DE BOCA DE LOBO E POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO SEBALDO KUNZ, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.																
Total do Dia:									30.310,85	32.463,41	0,00	33.043,37	2.732,52			

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 1860  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contat	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE CATANDUVAS																	
846 O				382/2017	19/04	2.850,00	0,00	2.850,00	0,00	2.850,00	12.361.0016	0101	2.017	24	3.3.90.30.46.00.00.00	2137 - PENHA MAPAS LTDA - ME	
C.D. - AQUISIÇÃO DE 01 KIT DE ATLAS GEOGRAFICO PERSONALIZADO COLORIDO E PLASTIFICADO PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS, VISANDO ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 181/2017)																	
849 O				Total do Dia:		2.850,00	0,00	2.850,00	0,00	2.850,00							
				387/2017	20/04	320,00	0,00	320,00	0,00	320,00	26.782.0006	0100	2.051	71	3.3.90.30.39.00.00.00	105 - MEPIITA MECÂNICA PESADA LTDA	
C.D. - AQUISIÇÃO DE 02 AMORTECEDORES COXIM ROLO VAP55 PARA USO NO ROLO COMPRESSOR, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 184/2017)																	
852 O				390/2017	20/04	185,00	0,00	185,00	0,00	185,00	26.782.0006	0100	2.051	71	3.3.90.39.19.00.00.00	708 - COMÉRCIO DE RADIADORES JOAÇABA LIT	
C.D. - MÃO DE OBRA PARA CONSERTO DO RADIADOR DO TRATOR JOHN DEER, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 187/2017)																	
856 O				396/2017	20/04	380,00	0,00	380,00	0,00	380,00	26.782.0006	0100	2.051	71	3.3.90.39.19.00.00.00	91798 - A. R. PNEUS LTDA - EPP	
C.D. - SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO DE PNEU 140X24 PARA USO NA MOTONIVELADORA VISANDO A MANUTENÇÃO DAS MAQUINAS DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 191/2017)																	
859 O		43/2017		392/2017	20/04	2.618,08	0,00	2.001,30	0,00	2.618,08	04.122.0006	0100	2.005	7	3.3.90.30.16.00.00.00	91503 - MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	
Referente aquisição de Material expediente: 10 pd anote e cole amarelo c/4 30x51mm 100lis; 100 un caixa de arquivo morto em papelão; 10 un cola br básico 20 gr e outros, visando o desenvolvimento da Secretaria de Administração. (Licitação Nº: 35/2017-PR)																	
860 O				20/04	2.719,20	0,00	2.719,20	0,00	2.719,20	04.122.0006	0100	2.005	7	3.3.90.39.63.00.00.00	3700 - POSTMIX SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA		
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONFEÇÃO DE 3.000 UN DE CARNES IPTU 2017, CAPA OFFSET 120GMF 1X0; CONTRA OFFSET 120GMF 1X1; MILO OFFSET 75GMF 1X0, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.																	
862 O		5/2017		20/04	3.456,00	0,00	3.456,00	139,96		3.316,04	12.361.0016	30136	2.020	124	3.3.90.39.26.00.00.00	90580 - VALE DO CONTESTADO TRANSPORTE E	
PELA DEPESA EMPENHADA REF. A TRANSPORTE ESCOLAR DE ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO INF-ANTIL, FUNDAMENTAL E MEDIO, LINHA AGUAS CLARAS A CATANDUVAS, PASSANDO PELA FAZENDA ARLINDO MARTINS, CLOVIS BESSANI ADM, SÉRGIO TOGNI, GIACOMINI, ARI DE LIMA, LEANDRO GUERRA, SECCO, ZUCHI, REGINA, DISTRITO INDUSTRIAL, AUGUSTINHO, ESTRELA GUJA, PATO DONALD, WIENFRIDA, IDA E VOLTA, NO PERÍODO MANHÃ E MEIO DIA, PERCORRENDO 720 KM, NOMES DE ABRIL. SALÁRIO EDUCAÇÃO																	
863 O		5/2017		20/04	5.727,60	0,00	5.727,60	231,96		5.495,64	12.364.0016	0100	2.024	40	3.3.90.39.26.00.00.00	90580 - VALE DO CONTESTADO TRANSPORTE E	
TRANSPORTE ESCOLAR DE ACADÊMICOS ENSINO SUPERIOR IFC E SENAI, CIVAS X LUZERNA, NO PERÍODO NOTURNO, PARTINDO DO BAIRRO CIDADE JARDIM, PASSANDO PELO BAIRRO SEBALDO KUNZ, BAIRRO REGINA E TERMINAL RODOVÁRIO JOSE CASA GRANDE FILHO AS 18H20ME SEU RETORNO AS 22H30M, PASSANDO PELO BAIRRO SEBALDO KUNZ, PERCORRENDO 1.332 KM NO MES DE ABRIL DE 2017.																	

17/01/2018 16:27:42

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

## Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 1960  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compral	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS</b>																	
864 O		5/2017			20/04	5.727,60	0,00	5.727,60	231,96	5.495,64	12.361.001f	30136	2.020	124	3.3.90.39.26.00.00.00	90560 - VALE DO CONTESTADO TRANSPORTE E	
PELA DESPESA EMPENHADA REF. A TRANSPORTE ESCOLAR DE ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO, LINHA VERA CRUZ/MARMELEIRO X WIENFRIDA, PASSANDO POR ESTRADA DE VERA CRUZ, FAMÍLIA SCOTH, GRANJA VALMIR SCHMIDKE, MARMELEIRO, PAULO FUGA, ALBANI, RODRIGUES, COMASSETTO, GILMAR LUVISON, FAZENDA GUERRA, VILA JACUTINGA, FLÁVIO DE LUCCA, JAIRO DE LUCCA, BR 282, ALFREDO GOMES, E WIENFRIDA, DA E VOLTA, NOS PERÍODOS MANHÃ E MEIO DIA, PERCORRENDO 1,332KM, NO MÊS DE ABRIL DE 2017. SALÁRIO EDUCAÇÃO																	
865 O		5/2017			20/04	4.396,00	0,00	4.396,00	177,63	4.208,37	12.364.001f	0100	2.024	40	3.3.90.39.26.00.00.00	90560 - VALE DO CONTESTADO TRANSPORTE E	
TRANSPORTE ESCOLAR DE ACADÊMICOS ENSINO SUPERIOR, CATANDUVAS X UNESC JOACABA CAMPUS 1, NO PERÍODO NOTURNO, PARTINDO DO TERMINAL RODOVIÁRIO JOSÉ CASAGRANDE FILHO ÀS 18H30M, COM SEU RETORNO ÀS 22H30M, PERCORRENDO 1,020 KM, NO MÊS DE ABRIL DE 2017.																	
866 O		5/2017			20/04	4.876,20	0,00	4.876,20	197,49	4.678,71	12.364.001f	0100	2.024	40	3.3.90.39.26.00.00.00	90560 - VALE DO CONTESTADO TRANSPORTE E	
TRANSPORTE ESCOLAR DE ACADÊMICOS ENSINO SUPERIOR, CATANDUVAS X UNESC JOACABA, CAMPUS 1 E 2, NO PERÍODO MATUTINO, PARTINDO EM FRENTE IGREJA MATRIZ SÃO SEBASTIÃO ÀS 6H40M, COM SEU RETORNO ÀS 11H, SAINDO DO CAMPUS 2 E PASSANDO NO CAMPUS 1, PARA CATANDUVAS EM FRENTE AO HOTEL VOYAGE, PERCORRENDO 1,134 KM, NO MÊS DE ABRIL.																	
867 O		5/2017			20/04	11.594,00	0,00	11.594,00	469,55	11.124,45	12.364.001f	0100	2.024	40	3.3.90.39.26.00.00.00	90560 - VALE DO CONTESTADO TRANSPORTE E	
TRANSPORTE ESCOLAR DE ACADÊMICOS PARA CONCORDIA, PERCORRENDO COM ÔNIBUS COM CAPACIDADE PARA 40 PASSAGEIROS, 2,728 KM, COM AULAS AOS SÁBADOS, NO MÊS DE ABRIL DE 2017.																	
868 O		5/2017			20/04	3.654,00	0,00	3.654,00	0,00	3.654,00	12.364.001f	0100	2.024	40	3.3.90.39.26.00.00.00	646 - MASSON TURISMO E TRANSPORTES LTDA	
TRANSPORTE ESCOLAR DE ACADÊMICOS UNESC, IFSC, SENAI E APAS DE CATANDUVAS X JOACABA X LUZERNA, NO PERÍODO MATUTINO, PERCORRENDO 1,260 KM, NO MÊS DE ABRIL DE 2017.																	
869 O		5/2017			20/04	5.559,30	0,00	5.559,30	0,00	5.559,30	12.361.001f	30136	2.020	124	3.3.90.39.26.00.00.00	646 - MASSON TURISMO E TRANSPORTES LTDA	
TRANSPORTE ESCOLAR DE ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO INFANTIL, PERÍODO MATUTINO, SAINDO DO IRMÃ WIENFRIDA, PASSANDO PELA FAZENDA SARTORI, DEMARCO, GRANJA GLOBO AVES, ASSENTAMENTO 25 DE JULHO, CTG, SEGALA, ESCOLA ALFREDO GOMES E WIENFRIDA E SEU RETORNO 11H45M, 13H, SAINDO LOTEAMENTO CARDOZO, PASSANDO PELA ESCOLA AUGUSTINO MARCON, PASSANDO PELO BAIRRO REGINA, IRMÃ WIENFRIDA E ALFREDO GOMES, PERCORRENDO 1,278 KM, NO MÊS DE ABRIL DE 2017. SALÁRIO EDUCAÇÃO																	
870 O		5/2017			20/04	6.321,00	0,00	6.321,00	0,00	6.321,00	12.364.001f	0100	2.024	40	3.3.90.39.26.00.00.00	646 - MASSON TURISMO E TRANSPORTES LTDA	
TRANSPORTE ESCOLAR DE ACADÊMICOS ENSINO SUPERIOR, CATANDUVAS X UNESC JOACABA CAMPUS 1 E 2, NO PERÍODO NOTURNO, PARTINDO DO TERMINAL RODOVIÁRIO JOSÉ CASAGRANDE FILHO ÀS 18H15M, COM SEU RETORNO ÀS 22H30M, PASSANDO PELO BAIRRO SAYONARA CIDADE, JARDIM E REGINA, PERCORRENDO 1,470 KM NO MÊS DE ABRIL DE 2017.																	

17/01/2018 16:27:42



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 2060  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Av	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE CATANDUVAS																	
874 O		5/2017			20/04	9.147,60	0,00	9.147,60	0,00	9.147,60	12.361.0016	0162	2.020	30	3.3.90.39.26.00.00.00	2410 - COLOMAR ANTONIO MORESCO & CIA. LTI	
TRANSPORTE ESCOLAR DE ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO. LINHA PEDRA LISA, PROPRIEDADE FAMILIA CASSIANO, SAO JOSE, PROPRIEDADE DALCERO, CASAS JACUTINGA, LEANDRO GUERRA, GIARDINI, ERV. CIVIAS, BR 282, ALFREDO GOMES, CENTRO OESTE, SAYONARA, WIENFRIDA, PATO DONALD, ESTRELA, GUIA, IDA E VOLTA, NOS PERIODOS MANHA E MEIO-DIA, A TARDE AS 17H30M, TRANSPORTE DOS ALUNOS WIENFRIDA E PATO DONALD AO BAIRRO SAYONARA E CENTRO OESTE. PERCORRENDO 2.178 KM, NO MES DE ABRIL/2017. GOVERNO DO ESTADO																	
875 O		5/2017			20/04	2.732,40	0,00	2.732,40	0,00	2.732,40	12.361.0016	010161	2.020	31	3.3.90.39.26.00.00.00	91222 - VALDIR LUIS SOSSTER & CIA LTDA - ME	
TRANSPORTE ESCOLAR DE ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MEDIO, NO PERIODO MATUTINO, SAINDO DA E.M.E.B ALFREDO GOMES, PASSANDO PELO PAVANI, COCA, OZORIO, FAZENDA PITININI, SERRARIA MAGNOLIA, BEGNINI, BR 282, LOTEAMENTO MORADA DO SOL, TUCANO, ERVATEIRA REGINA, IRMA WIENFRIDA, BAIRRO REGINA, CENTRO E ALFREDO GOMES, COM SEU RETORNO AS 11H45MIN, PERCORRENDO 792 KM, NO MES DE ABRIL DE 2017. PNATE																	
876 O					20/04	124,81	0,00	124,81	0,00	124,81	04.122.0006	01000	2.005	7	3.3.90.39.58.00.00.00	91183 - OI S.A	
EMPENHO FATURAS DA OI, MÊS 04/2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.																	
877 O		8/2017			20/04	49,36	0,00	49,36	0,00	49,36	12.361.0016	0101	2.026	32	3.3.90.30.24.00.00.00	2414 - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LT	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 01 LATA TINTA ACRILICA LAVAVEL BRANCO GELO 36L TINSUL, PARA MANUTENÇÃO DA CRECHE VITOLDIO CZECH, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.																	
880 O					398/2017	24/04	120,00	120,00	0,00	120,00	04.122.0006	0100	2.005	7	3.3.90.39.17.00.00.00	521 - REFRIGERAÇÃO CALINGA LTDA ME	
Total do Dia:						69.578,15	0,00	68.961,37	1.448,55	68.129,60							
C.D.-MÃO DE OBRA PARA CONSERVO DO BEBEDOURO DE AGUA USADO NO CORREDOR SUPERIOR DO PRDIO DA ADMINISTRAÇÃO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 193/2017)																	
881 E		31/2017			24/04	9.600,00	0,00	1.200,00	0,00	9.600,00	04.122.0006	0100	2.005	7	3.3.90.39.47.00.00.00	3966 - FM CATANDUVAS - Associação Comunitária	
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DEDICAÇÃO DIÁRIA, COM DURAÇÃO DE TRÊS MINUTOS EM CADA BOLETIM, TOTALIZANDO NOVE MINUTOS DAS AÇÕES E INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E SECRETARIAS, NOS HORÁRIOS DAS 7H-9H, 12 HORAS E 18 HORAS, DEDICAÇÃO DIÁRIA DE NOTÍCIAS SOBRE EVENTOS E ATOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO. INFORME GERALS, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.																	
Total do Dia:						9.720,00	0,00	1.320,00	0,00	9.720,00							
883 O					400/2017	25/04	396,00	396,00	0,00	396,00	12.361.0016	0101	2.020	27	3.3.90.30.39.00.00.00	90581 - TRANS DAIC TRANSPORTES RODOVIAR	
CD -REFERENTE AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) PNEUS 175/70 R13, TIPO A, PARA VEICULO GOL PLACA MEP 6077, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 195/2017)																	

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 21/60  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc Compra	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE CATANDUVAS																
884	O		4012017	25/04	150,00	0,00	150,00	0,00	150,00	150,00	04.122.000	0100	2.005	7	3.3.90.30.21.00.00.00	63 - AGROPECUÁRIA MEDEIROS LTDA
CD - REFERENTE AQUISIÇÃO DE 4 FARDOS COM 5 PACOTES DE 1000 UNIDADES CADA, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 196/2017)																
885	O		4022017	25/04	455,00	0,00	455,00	0,00	455,00	455,00	26.782.003	0100	2.051	71	3.3.90.30.39.00.00.00	20 - ADADA & CIA LTDA.
C.D. - AQUISIÇÃO DE PEÇAS: COXIM MOTOR, SUPORTE TR TRUCK, DESLIZANTE SUP. TRUCK, COXIM CABINE, UNIÃO EMENDA E INSERT 12 MM PARA TROCA NO CAMINHÃO FORD CARGO PLACA MHV-4627, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 197/2017)																
886	O		4032017	25/04	30,00	0,00	30,00	0,00	30,00	30,00	12.361.001	0101	2.017	24	3.3.90.30.39.00.00.00	90581 - TRANS DAIC TRANSPORTES RODOVIAR
C.D. - AQUISIÇÃO DE 04 VÁLVULAS DE AR PARA TROCA NO GOL PLACA MEF-6077, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 198/2017)																
887	O		25/04	25/04	3.153,00	0,00	3.153,00	3.153,00	0,00	0,00	46378 12.361.001	0101	2.017	24	3.3.90.36.07.00.00.00	676 - CIEE - CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCI
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE ESTÁGIOS E BOLSAS-AUXÍLIO DE ALESSANDRA DOS SANTOS PEZZI, ANA CAROLINE ANTUNES DE OLIVEIRA, ANA CAROLINI CZELUSNICK, CARINA ARTIFON, MAIARA KARINE CAVALHEIRO DURIGON E OUTROS, FOLHA DE FREQUÊNCIA: 04/2017.																
888	O		25/04	25/04	649,00	0,00	649,00	649,00	0,00	0,00	46406 06.181.003	0111	2.069	93	3.3.90.36.07.00.00.00	676 - CIEE - CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCI
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE ESTÁGIO E BOLSAS-AUXÍLIO DE CAIO NERIS DA CRUZ, FOLHA DE FREQUÊNCIA: 04/2017. CONVÊNIO POLÍCIA CIVIL																
889	O		25/04	25/04	649,00	0,00	649,00	649,00	0,00	0,00	46378 26.782.003	0100	2.051	71	3.3.90.36.07.00.00.00	676 - CIEE - CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCI
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE ESTÁGIO E BOLSAS-AUXÍLIO DE HAROLD GONÇALVES, FOLHA DE FREQUÊNCIA: 04/2017.																
890	O		25/04	25/04	2.476,00	0,00	2.476,00	2.476,00	0,00	0,00	46378 04.122.003	0100	2.005	7	3.3.90.36.07.00.00.00	676 - CIEE - CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCI
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE ESTÁGIO E BOLSAS-AUXÍLIO DE ANA PAULA CHAVES, JAINE BUCCO DA COSTA, MAYELI GUERRA E LUCAS LEAL NUNES, FOLHA DE FREQUÊNCIA: 04/2017.																
891	O		25/04	25/04	6.264,53	0,00	6.264,53	6.264,53	0,00	0,00	46394 26.122.006	0100	0.074	102	3.3.90.91.99.00.00.00	91678 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª RE
REFERENTE A PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA ELISANGELA SCHMITTEL DE ACORDO COM EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA Nº 500630-9/2014.4.04.17.203/SC, TENDO COMO REQUERENTE: ESPERANÇA PERES SILVA																

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 22/60  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contab	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS																		
892 O				25/04	25/04	7.899,82	0,00	7.899,82	7.899,82	0,00	0,00	46394	28.122.0006	0100	0.074	102	3.3.90.91.99.00.00.00 91678 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª RE	
REFERENTE A PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA ELISANGELA SCHATEL, DE ACORDO COM EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA Nº 500354223.2014.4.04.7203/SC, TENDO COMO REQUERENTE: LURDES RICARDO.																		
893 O				25/04	25/04	200,00	0,00	200,00	0,00	200,00	0,00	04.122.0006	0100	2.005	7	3.3.90.39.90.00.00.00 3678 - REDE DE COMUNICAÇÕES OESTE LTDA		
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES LEGAIS, AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2017, TOMADA DE PREÇO 0004/2017, NO JORNAL DIÁRIO DO IGUAÇU.																		
894 O				25/04	25/04	1.137,00	0,00	1.137,00	0,00	1.137,00	0,00	04.122.0006	0100	2.005	7	3.3.90.39.90.00.00.00 2755 - DIARIO OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÃO		
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 0004/2017, PUBLICAÇÃO PARA O DIA 23/04/2017, NO JORNAL DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.																		
895 O				25/04	25/04	79,25	0,00	79,25	79,25	0,00	0,00	46377	12.361.0016	0101	2.017	24	3.3.90.47.10.00.00.00 463 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - S	
REFERENTE EMPENHO DE TAXAS DE TRANS. LICENCIAMENTO ANUAL 2017 DO VEÍCULO PLACA MEF 3122, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL																		
896 O				25/04	25/04	156,82	0,00	156,82	156,82	0,00	0,00	46377	12.361.0016	0101	2.017	24	3.3.90.39.69.00.00.00 91207 - SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS	
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SEGURO DPVAT DO VEÍCULO PLACA MEF 3122, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL.																		
900 O				25/04	25/04	40.405,00	0,00	40.405,00	40.405,00	0,00	0,00	46398	04.122.0006	0100	2.004	2	3.1.90.11.01.00.00.00 91323 - FOLHA DE PAGAMENTO GABINETE DO F	
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																		
901 O				25/04	25/04	100,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	46398	04.122.0006	0100	2.004	3	3.3.90.46.01.00.00.00 91323 - FOLHA DE PAGAMENTO GABINETE DO F	
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																		
902 O				25/04	25/04	74.009,59	0,00	74.009,59	74.009,59	0,00	0,00	46398	04.122.0006	0100	2.005	6	3.1.90.11.01.00.00.00 91324 - FOLHA DE PAGAMENTO ADMINISTRAÇÃO	
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																		

17/01/2018 16:27:42

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

## Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 23/60  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc Compras	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contab	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS</b>																
903 O			25/04	2.818,48	0,00	2.818,48	2.818,48	2.818,48	0,00	46388	04.122.000	0100	2.005	6	3.1.90.16.44.00.00.00	91324 - FOLHA DE PAGAMENTO ADMINISTRAÇÃO
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																
904 O			25/04	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	46388	04.122.000	0100	2.005	7	3.3.90.46.01.00.00.00	91324 - FOLHA DE PAGAMENTO ADMINISTRAÇÃO
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																
905 O			25/04	72.305,42	0,00	72.305,42	70.763,55	70.763,55	1.551,87	46387	12.361.001	0101	2.017	22	3.1.90.11.01.00.00.00	91325 - FOLHA DE PAGAMENTO EDUCAÇÃO CUI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																
906 O			25/04	2.022,17	0,00	2.022,17	2.022,17	2.022,17	0,00	46387	12.361.001	0101	2.017	22	3.1.90.16.44.00.00.00	91325 - FOLHA DE PAGAMENTO EDUCAÇÃO CUI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																
907 O			25/04	156.922,53	0,00	156.922,53	156.922,53	156.922,53	0,00	46357	12.361.001	0118	2.017	23	3.1.90.11.01.00.00.00	91325 - FOLHA DE PAGAMENTO EDUCAÇÃO CUI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																
908 O			25/04	141.094,69	0,00	141.094,69	141.094,69	141.094,69	0,00	46357	12.365.001	0118	2.018	36	3.1.90.11.01.00.00.00	91325 - FOLHA DE PAGAMENTO EDUCAÇÃO CUI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																
909 O			25/04	985,83	0,00	985,83	985,83	985,83	0,00	46357	12.365.001	0118	2.018	36	3.1.90.16.44.00.00.00	91325 - FOLHA DE PAGAMENTO EDUCAÇÃO CUI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																
910 O			25/04	3.656,68	0,00	3.656,68	3.656,68	3.656,68	0,00	46387	12.365.001	0101	2.018	37	3.3.90.46.01.00.00.00	91325 - FOLHA DE PAGAMENTO EDUCAÇÃO CUI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																

17/01/2018 16:27:42

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

## Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 2460  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Apo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/Ali	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS</b>																	
911 O					25/04	6.533,36	0,00	6.533,36	6.533,36	0,00	46337	12.361.0016	0119	2.017	25	3.3.90.46.01.00.00.00	91325 - FOLHA DE PAGAMENTO EDUCAÇÃO CUI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																	
912 O					25/04	69.955,18	0,00	69.955,18	69.955,18	0,00	46337	25.782.0003	0100	2.051	70	3.1.90.11.01.00.00.00	91326 - FOLHA DE PAGAMENTO SEC MUNICIPAL
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																	
913 O					25/04	6.191,14	0,00	6.191,14	6.191,14	0,00	46337	25.782.0003	0100	2.051	70	3.1.90.16.44.00.00.00	91326 - FOLHA DE PAGAMENTO SEC MUNICIPAL
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																	
914 O					25/04	3.419,34	0,00	3.419,34	3.419,34	0,00	46337	25.782.0003	0100	2.051	71	3.3.90.46.01.00.00.00	91326 - FOLHA DE PAGAMENTO SEC MUNICIPAL
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																	
915 O					25/04	25.160,65	0,00	25.160,65	25.160,65	0,00	46337	28.122.0066	0100	0.071	99	3.1.90.11.01.00.00.00	91327 - FOLHA DE PAGAMENTO ENCARGOS GEI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																	
916 O					25/04	33.414,18	0,00	33.414,18	33.414,18	0,00			0101	2.017	22	3.1.90.11.01.00.00.00	91325 - FOLHA DE PAGAMENTO EDUCAÇÃO CUI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA																	
917 O					25/04	1.389,49	0,00	1.389,49	290,61	1.098,88			0101	2.017	22	3.1.90.11.01.00.00.00	91325 - FOLHA DE PAGAMENTO EDUCAÇÃO CUI
REFERENTE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRª LEIA ADRIANA BANDEIRA.																	
918 O					25/04	203,37	0,00	203,37	16,26	187,11			0101	2.017	22	3.1.90.11.43.00.00.00	91325 - FOLHA DE PAGAMENTO EDUCAÇÃO CUI
REFERENTE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRª LEIA ADRIANA BANDEIRA.																	

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**  
 Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 2560  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contab	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE CATANDUVAS																	
919 O				25/04	21,75	0,00	21,75	0,00	21,75	12.361.0016	0101	2.017	22	3.1.90.16.44.00.00.00	91325 - FOLHA DE PAGAMENTO EDUCAÇÃO CUI ADRIANA BANDIEIRA.		
920 O				25/04	50,00	0,00	50,00	0,00	50,00	12.365.0016	0101	2.018	37	3.3.90.46.01.00.00.00	91325 - FOLHA DE PAGAMENTO EDUCAÇÃO CUI 04/17		
921 E		88/2016		26/04	666.356,27	0,00	666.356,27	661.076,66	5.279,61								
				26/04	22.320,00	0,00	2.480,00	0,00	22.320,00	20.606.0046	0464	2.063	129	3.3.90.39.97.00.00.00	1873 - MILENIUM COMERCIO DE MATERIAIS E SI		
PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÃO PARA PROVIMENTO DE LINK E ACESSO INTERNET FULL DUPLEX 50MB, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE AGRICULTURA, CONFORME CONVENIO Nº2017TRO0445, REALIZADO ENTRE ESTADO DE SANTA CATARINA E MUNICIPIO DE CATANDUVAS																	
922 O				409/2017	594,00	0,00	594,00	0,00	594,00	06.181.0003	0110	2.070	96	3.3.90.39.48.00.00.00	91800 - ASCONTRAN TREINAMENTOS ESPECIAL		
CD - REFERENTE CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM LEGISLAÇÃO DE TRANSITO DO CABO ISMAEL NORBERTO SCHAEDELER DA POLÍCIA MILITAR DE CATANDUVAS, ATRAVES DO CONVENIO DE TRANSITO. (Compra Direta Nº 201/2017)																	
923 O				404/2017	1.192,00	0,00	1.192,00	0,00	1.192,00	06.181.0003	0100	2.070	95	3.3.90.30.39.00.00.00	90578 - VINI COMERCIO DE PNEUS LTDA		
CD - REFERENTE AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA VIATURA RENAULT LOGAN, PLACA MLQ-5336 DA POLICIA MILITAR, ATRAVES DO CONVENIO RADIO PATRULHA. (Compra Direta Nº 199/2017)																	
925 O				407/2017	392,00	0,00	392,00	0,00	392,00	27.812.002	0100	2.035	45	3.3.90.30.14.00.00.00	1367 - COLOMBO ACRILICOS LTDA - ME		
C.D. - AQUISIÇÃO DE 04 TROFÉUS 0,10M2 - 3MM UTILIZADO NA PREMIAÇÃO DO QUADRANGULAR DE BOCHAS REALIZADO NO MUNICIPIO, VISANDO ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTES MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 202/2017)																	
926 O				411/2017	340,00	0,00	323,00	0,00	340,00	27.812.002	0100	2.035	45	3.3.90.39.41.00.00.00	90485 - ROSALEINE ZANCANARO LISTONE - ME		
CD - REFERENTE A SERVIÇO DE ALMOÇO PARA ATLETAS QUE PARTICIPAM DOS 3º JOGINHOS ABERTOS NO MUNICIPIO DE VARGEM BONITA, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTES MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 203/2017)																	
935 O				26/04	81,53	0,00	81,53	81,53	0,00	0,00	46377	04.122.0006	0100	2.005	7	3.3.90.47.10.00.00.00	347 - CONSELHO REG. DE ENG., ARQ. E AGR. DE
REFERENTE A ART Nº 61638440, SERVIÇO TOPOGRAFICO PLANIMETRICO, REFERE-SE A PROJETO DE UMA MAPA CONFORME MEDIDAS E MATRÍCULA EXISTENTE DE UMA ÁREA DE TERRAS, LOCALIZADO AS MARGENS DA ROD. SC 355 NO MUNICIPIO DE CATANDUVAS.																	

17/01/2018 16:27:42



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 2660  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS																		
936 E		38/2017		26/04	4.950,00	0,00	550,00	0,00	0,00	4.950,00	04.122.000	0100	2.005	7	3.3.90.39.97.00.00.00	1873 - MILENIUM COMERCIO DE MATERIAS E SI		
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ACESSO INTERNET FULL HD FIBRA ÓTICA, 8GBMS PARA O PREDIO DA PREFEITURA E CONSELHO TUTELAR, 02MBMS PARA JUNTA MILITAR PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017. VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.																		
937 E		38/2017		26/04	585,00	0,00	65,00	0,00	0,00	585,00	26.782.003	0100	2.051	71	3.3.90.39.97.00.00.00	1873 - MILENIUM COMERCIO DE MATERIAS E SI		
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ACESSO INTERNET FULL HD FIBRA ÓTICA 02MBMS, PARA SECRETARIA, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.																		
938 E		38/2017		26/04	1.350,00	0,00	85,00	0,00	0,00	1.350,00	12.365.001	0101	2.018	37	3.3.90.39.97.00.00.00	1873 - MILENIUM COMERCIO DE MATERIAS E SI		
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ACESSO INTERNET FULL HD FIBRA ÓTICA ESCOLA VITÓLIO ALEXANDRE CZECH E CRECHE SONHO DE CRIANÇA 5MBMS E CRECHE PATO DONALD 2MBMS, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017. VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.																		
939 E		38/2017		26/04	765,00	0,00	85,00	0,00	0,00	765,00	13.392.004	0100	2.030	46	3.3.90.39.97.00.00.00	1873 - MILENIUM COMERCIO DE MATERIAS E SI		
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ACESSO INTERNET FULL HD FIBRA ÓTICA PARA CASA DA CULTURA 5MBMS, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017. VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS.																		
940 E		38/2017		26/04	585,00	0,00	65,00	0,00	0,00	585,00	27.812.002	0100	2.035	45	3.3.90.39.97.00.00.00	1873 - MILENIUM COMERCIO DE MATERIAS E SI		
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ACESSO INTERNET FULL HD FIBRA ÓTICA PARA O GINÁSIO DE ESPORTES 2MBMS, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017. VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE APOIO AO ESPORTE AMADOR, DESTA MUNICÍPIO.																		
947 O				26/04	1.521,20	0,00	1.521,20	1.521,20	1.521,20	0,00	0,00	46394 04.122.000	0100	2.004	3	3.3.90.14.14.00.00.00	91002 - DORNIVAL RIBEIRO DOS SANTOS	
Sumário da Viagem - Atividades desenvolvidas Fundo:SECRETARIA DE PLANEJAMENTO Funcionário(3651701) - DORNIVAL RIBEIRO DOS SANTOS Atividade profissional: PREFEITO Salda[01/05/2017] -> Retorno[02/05/2017] Origem: Catanduvas -SC Destino:Florianópolis -SC Despesa:Diária Doc:0008987 Qtd:1 Vlr.Unit.:1.521,20 Vlr. Tot.:1.521,20 Veículo: LIVINA Motivo: REUNIÕES COM OS DEPUTADOS ROMILDO TITON E VALDIR COBALCHINI E COM A DIREÇÃO ESTADUAL DA CASAN.																		
948 E		1/2013		26/04	80.597,52	0,00	26.665,64	1.901,93	1.901,93	78.695,59	17.512.007	0100	2.100	109	3.3.90.39.28.00.00.00	2469 - TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA		
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CONFORME CONTRATO Nº 0015/2013 E ADITIVO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA, REFERENTE 07 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº15/2013.																		

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 27/60  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc. Compras	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contab.	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS</b>																
949 E		1/2013		26/04	40.275,36	0,00	13.425,12	134,25	40.141,11		17.512.0071	0100	2.100	109	3.3.90.39.28.00.00.00.00	2468 - TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, ATRAVÉS DA OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO NO ATERRO SANITÁRIO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO/SC, CONFORME CONTRATO Nº 01/52013 E ADITIVO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA REFERENTE 07 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2013.																
952 E		4/2017		26/04	64,90	0,00	64,90	0,00	64,90		12.306.0011	0100	2.016	13	3.3.90.30.07.00.00.00.00	522 - J.L. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 05 KG CARNE MÚSCULO INSPECIONADO EMB 1 KG, DISTRIBUÍDO GRATUITAMENTE COMO MERENDA ESCOLAR AS CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO.																
955 E		39/2017		26/04	4.500,00	0,00	500,00	0,00	4.500,00		12.365.0011	0101	2.018	37	3.3.90.39.83.00.00.00.00	1557 - CONCORDIA MATERIAIS DE ESCRIT. E INF
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 6 IMPRESSORAS, FRANQUIA DE 15.000 FOLHAS, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.																
957 O		4/2017		41/2017	26/04	2.724,22	14,90	2.709,32	2.709,32		12.306.0011	0100	2.016	13	3.3.90.32.03.00.00.00.00	522 - J.L. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
REFERENTE AQUISIÇÃO DE ARROZ PARBOILIZADO CLASSE LONGO PCT 5 KG; 25PCT ARROZ QUEBRADINHO 1 KG E OUTROS, DISTRIBUÍDO GRATUITAMENTE COMO MERENDA ESCOLAR AS CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO. (Licitação Nº: 4/2017-PR)																
<b>Total do Dia:</b>					<b>162.837,73</b>	<b>14,90</b>	<b>50.998,91</b>	<b>3.638,91</b>	<b>159.183,92</b>							
958 O		41/2017		27/04	263,56	0,00	263,56	0,00	263,56		12.365.0011	0101	2.018	37	3.3.90.30.24.00.00.00.00	2454 - G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CON
C.D. - AQUISIÇÃO DE AQUECEDOR P/ TORNEIRA E TORNEIRA METAL PARA CONSERTO CRECHE PATO DONALD. 01 ESPUMA EXPANSIVA CONSERTO PORTA CRECHE VITOLD DO CZECH E MANTA ASFALTICA(CONSERTO TELHADO ESC. AUGUSTINHO MARCON-DESTELHAMENTO. VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 205/2017)																
960 O		42/2017		27/04	218,80	0,00	218,80	0,00	218,80		06.181.0031	0100	2.070	95	3.3.90.30.22.00.00.00.00	3440 - PROLINTEC COMERCIO DE PRODUTOS C
CD - AQUISIÇÃO DE DETERGENTE ÁCIDO E CAIXA DE CORPOS PARA POLÍCIA MILITAR DE CATANDUVAS, ATRAVÉS DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA. (Compra Direta Nº 207/2017)																
965 E		39/2017		27/04	900,00	0,00	100,00	0,00	900,00		06.181.0031	0110	2.070	95	3.3.90.39.83.00.00.00.00	1557 - CONCORDIA MATERIAIS DE ESCRIT. E INF
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 1 IMPRESSORA, FRANQUIA DE 1.000 FOLHAS, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA POLÍCIA MILITAR. CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA																

17/01/2018 16:27:42

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

## Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 2860  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compral	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS</b>																	
966 O					27/04	60,00	0,00	60,00	0,00	60,00	06.181.003	0110	2.070	96	3.3.90.30.17.00.00.00	1557 - CONCORDIA MATERIAIS DE ESCRIT. E INF	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 1 UN CARTUCHO DE TONER COMPATÍVEL HP OF 283-A, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA POLÍCIA MILITAR, CONVENIO RADIO PATRULHA																	
967 E		31/2017			27/04	16.000,00	0,00	2.000,00	0,00	16.000,00	04.122.000	0100	2.005	7	3.3.90.39.47.00.00.00	91129 - EMPRESA JORNALISTICA O FATO LTDA	
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DIVULGAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS E OFÍCIOS, CONTEMPLANDO TODAS AS SECRETARIAS, DIVULGAÇÕES DIVERSAS DE INFORMAÇÕES E AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E SECRETARIAS, INCLUINDO PRE DIVULGAÇÃO E COBERTURA DE EVENTOS, E MENSAGENS DATAS COMEMORATIVAS, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.																	
968 E		31/2017			27/04	5.600,00	0,00	700,00	0,00	5.600,00	04.122.000	0100	2.005	7	3.3.90.39.47.00.00.00	91081 - SIMONE APARECIDA ALVES DE LIMA	
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DIVULGAÇÃO DIÁRIA ONLINE CONFORME NECESSIDADE, DE AÇÕES, INFORMAÇÕES E NOTÍCIAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.																	
970 O					27/04	2.450,00	0,00	2.450,00	0,00	2.450,00	26.782.003	0100	2.051	71	3.3.90.39.63.00.00.00	1117 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPI	
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, 5.000 JOGOS DE NOTA FISCAL PRODUTOR MOD.04 AUTOCOP AF-38170770002465, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.																	
973 O					27/04	200,00	0,00	200,00	0,00	200,00	13.392.004	0100	2.030	46	3.3.90.39.48.00.00.00	90453 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICÍP	
REFERENTE INSCRIÇÃO DE LUCIANE HACK (COORDENADORA DE CULTURA) NO CURSO VII FORUM CATARINENSE DE GESTORES MUNICIPAIS DE CULTURA, NO DIA 10/05/2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS.																	
974 O		8/2017			27/04	149,10	0,00	149,10	0,00	149,10	26.782.003	0100	2.053	75	3.3.90.30.24.00.00.00	91731 - ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 02 UN CIMENTO 50 KG; 2 UN CAIXA DESCARGA BRANCA; 1 UN VASO DECA BRANCO; PARA MANUTENÇÃO DE LATERAL RODOVIÁRIO E BOCA DE LOBO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.																	
978 O					27/04	386,12	0,00	386,12	0,00	386,12	04.122.000	0100	2.005	7	3.3.90.39.97.00.00.00	91185 - ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTD	
REFERENTE A PRFSTAÇÃO DE SERVIÇOS INTERNET AT TIVA FIBRA - IP DIRETO 6 MEPS FULL 01/04/2017 - 18/04/2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.																	
<b>Total do Dia:</b>																	
979 O					423/2017	28/04	185,10	0,00	185,10	0,00	20.606.004	0100	2.063	87	3.3.90.30.07.00.00.00	522 - J.L. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	
C.D. - AQUISIÇÃO DE CARNE BOVINA E SUINA, PAES, REFRIGERANTE E FEPI NO EM CONSERVA PARA ALMOÇO DOS FUNCIONARIOS QUE ESTAO TRABALHANDO NO INTERIOR DO MUNICIPIO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DESTE MUNICIPIO. (Cópia Direta Nº 209/2017)																	

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 29/60  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contab	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE CATANDUVAS																		
985 O				429/2017	29/04	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00	26.782.0038	0100	2.051	71	3.3.90.30.03.00.00.00	20 - ADADA & CIA. LTDA		
C.D. - AQUISIÇÃO DE 10 UNIDADES DE ÓLEO DESENGRIPANTE PARA USOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DESTA MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 215/2017)																		
Total do Dia:						285,10	0,00	285,10	0,00	285,10								
Total do Mês:						1.292.041,64	163,12	1.106.801,73	955.013,73	336.864,79								
Total da Entidade:						1.292.041,64	163,12	1.106.801,73	955.013,73	336.864,79								
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS																		
493 O				03/04		17.418,97	0,00	17.418,97	17.418,97	0,00	0,00	48187	10.301.0021	30175	2.089	27	3.3.90.33.02.00.00.00	91784 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE
REFERENTE A DEVOLUÇÃO DO RECURSO DO CONVÊNIO Nº 2016TRO00681, RELATIVO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE CATANDUVAS E O FUNDO ESTADUAL DE SAUDE.																		
494 O				03/04		4.083,58	0,00	4.083,58	4.083,58	0,00	0,00	48187	10.301.0021	3175	2.089	28	3.3.90.33.02.00.00.00	91784 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE
REFERENTE A DEVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS DO CONVÊNIO Nº 2016TRO00681, RELATIVO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE CATANDUVAS E O FUNDO ESTADUAL DE SAUDE.																		
495 O	12/2017			03/04		198,99	0,00	198,99	198,99	0,00	0,00	46182	10.301.0021	0102	2.091	14	3.3.90.30.22.00.00.00	286 - ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA
REFERENTE A AQUISIÇÃO DE 10 UN SACO LIXO BRANCO 100 LT C/100, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE, DESTA MUNICIPIO. PROPRIOS																		
496 O	16/2017			03/04		567,54	0,00	567,54	567,54	0,00	0,00	46182	10.301.0021	0102	2.091	14	3.3.90.30.22.00.00.00	3500 - COORE ARTE COM. E DISTR. LTDA
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 16 UN SACO DE LIXO BRANCO 30LT C/100UN- 5 UN SACO LIXO BRANCO 50 LT C/100UN, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE. PROPRIOS																		
497 O				03/04		400,00	0,00	400,00	400,00	0,00	0,00	46883	10.301.0021	10165	2.091	17	3.3.90.39.50.00.00.00	91188 - PELLUSER SERVIÇOS MEDICOS LTDA - M
REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS COM CONSULTA MEDICA PARA PACIENTES: EVERTON PEREIRA E YURI FRANCISCO RAMA RODRIGUES DA SILVA, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE, DESTA MUNICIPIO. MAC																		
498 O				03/04		650,00	0,00	650,00	650,00	0,00	0,00	46161	10.301.0021	10164	2.091	16	3.3.90.39.11.00.00.00	91675 - SYSTEMA LTDA - EPP
REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS COM LOCAÇÃO DE SOFTWARE SISTEMA H2005 UTILIZADO NO HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO, NO MES DE MARÇO DE 2017, CONFORME CONTRATO 0002/2017. PMAQ																		

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 3060  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida	
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS																		
499 O					03/04	263,00	0,00	263,00	0,00	263,00	10.301.002	0102	2,091	14	3.3.90.39.11.00.00.00	91765 - JOSE MARIO RODRIGUES SILVA 018413-		
REFERENTE AOS SERVICOS PRESTADOS COM MANUTENÇÃO E LICENÇA DE USO MÓDULO FARMACIA E CONTROLE DE VIAGENS - RELATIVO AO MESE DE MARÇO 2017 - VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE, DESTE MUNICIPIO.																		
500 O		16/2017			03/04	490,32	0,00	490,32	490,32	0,00	46182	10.301.002	0102	2,089	10	3.3.90.30.22.00.00.00	3500 - COR E ARTE COM. E DISTR. LTDA	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 6 UN SACO DE LIXO BRANCO 100LT C/100UN, 15 UN SAPONAO CREMOSO 300ML, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO, PROPRIO																		
501 O					03/04	1.080,00	0,00	1.080,00	1.080,00	0,00	46161	10.301.002	10164	2,091	16	3.3.90.39.12.00.00.00	3711 - BALKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	
REFERENTE AOS SERVICOS PRESTADOS COM 3 UN DE LOCAÇÃO DE CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO - PARA USO NO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO, DESTE MUNICIPIO. FMAQ																		
502 O		16/2017			03/04	111,96	0,00	111,96	111,96	0,00	46182	10.301.002	0102	2,089	10	3.3.90.30.22.00.00.00	4242 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 12 UN SABONETE LÍQUIDO HANDFRASH VERDESAN 1 LT, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO, DESTE MUNICIPIO.																		
503 O					03/04	155,29	0,00	155,29	155,29	0,00	46182	10.301.002	0102	2,091	14	3.3.90.14.14.00.00.00	95 - AMARILDO ROSSONI	
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionario(59001) - Amarelido Rossoni Atividade profissional: MOTORISTA Saída:[05/04/2017] -> Retorno:[07/04/2017] Origem: Catanduvas -SC Destino: Florianópolis -SC Despesa Diária Doc: 0008892 Qtd: 1 Vlr. Unit.: 155,29 Vlr. Tot.: 155,29 Veículo: SPIN - QHN0694 Motivo: ENCAMINHAR PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAUDE.																		
504 O					03/04	280,00	0,00	280,00	280,00	0,00	46164	10.301.002	10171	2,091	19	3.3.90.39.48.00.00.00	2554 - SENAT-SERV. NAC. APREND. DO TRANSP	
REFERENTE AOS SERVICOS PRESTADOS COM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA (18 A 23 DE MARÇO DE 2017) PARA FUNCIONARIO: ROSSONI DOS SANTOS (MOTORISTA DA SECRETARIA DE SAUDE) - VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE, DESTE MUNICIPIO. COFINANCIAMENTO																		
Total do Dia:						25.699,65	0,00	25.699,65	25.436,65	263,00								
505 O					80/2017	04/04	878,60	0,00	878,60	878,60	0,00	46182	10.301.002	10112	2,089	11	3.3.90.30.24.00.00.00	2434 - G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E COM
C.D.- AQUISIÇÃO DE TORNEIRAS, FLEXIVEL, CAIXA DE DESCARGA, LÂMPADAS, LUMINÁRIAS E INTERRUPTOR PARA TROCA NO HOSPITAL MUNICIPAL, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 53/2017)																		

17/01/2018 16:27:42

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

## Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 31/60  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc. Compras	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS</b>																
506 O				04/04	158,17	0,00	158,17	158,17	0,00	46182	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.14.14.00.00.00	23 - ANTONIO CARLOS DE LIMA
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(15902) - Antonio Carlos de Lima Atividade profissional - MOTORISTA Saída(09/04/2017) -> Retorno(10/04/2017) Origem: Catanduvás - SC, Destino: Florianópolis - SC Despesa: Diária Doc: 0008897, Ode: 1 Vlr: Unit.: 158,17 Vlr. Tot.: 158,17 Veículo: PEGEOUT - BOXER QHM4694 Motivo: ENCAMINHAR PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.																
507 O				04/04	320,00	0,00	320,00	320,00	0,00	46883	10.301.002	0105	2.091	17	3.3.90.39.50.00.00.00	216 - ULTRA-SONOGRAFIA GUTTIERREZ S/C LIT
REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS COM EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA DENSITOMETRIA OSSEA, PARA OS PACIENTES GECI ANA F. DONATI, JOHNA GROSS, ODETE SANCHES, TEREZA BRIZOLA, IRINEU DUARTE, ADELINA GRAMANN, VIDAL VINA DA ROSA, ODILA LARENTIS, BRUNO PASSOLD, JACIRA COLA, TEREZINHA SPASSINI, MATILDE PEROTTO, SERAFINA SEGALA, ALMERI HARO, JOVILDE MENEZES E ANTONIA DO PRADO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, DESTE MUNICÍPIO. - MAC																
510 O		35/2017		04/04	816,00	0,00	816,00	816,00	0,00	46182	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.30.36.00.00.00	3389 - FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR I
REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 12 UN PASTA STOMAHESIVE PASTA 55,7 GR- PASTA PROTETORA DE PELE ALTAMENTE EFICAZ COMO BARREIRA PROTETORA E SELANTE DA PELE PARA USO COM DISPOSITIVOS PARA CUIDADOS DE ESTOMAS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE.																
513 O				04/04	32.660,63	0,00	32.660,63	32.660,63	0,00	46182	10.301.002	0102	2.091	13	3.1.90.13.02.00.00.00	24 - INSS- INST. NAC. PREVSOCIAL
PELA DESPESA DE ENCARGOS PATRONAIS EMPENHADA REFERENTE MENSALFERIAS 03/17																
514 O				04/04	9.592,61	0,00	9.592,61	9.592,61	0,00	46182	10.301.002	0102	2.092	20	3.1.90.13.02.00.00.00	24 - INSS- INST. NAC. PREVSOCIAL
PELA DESPESA DE ENCARGOS PATRONAIS EMPENHADA REFERENTE MENSALFERIAS 03/17																
515 O				04/04	9.989,30	0,00	9.989,30	9.989,30	0,00	46182	10.301.002	0102	2.091	13	3.1.90.13.02.00.00.00	24 - INSS- INST. NAC. PREVSOCIAL
PELA DESPESA DE ENCARGOS PATRONAIS EMPENHADA REFERENTE MENSALFERIAS 03/17																
516 O				04/04	11.894,02	0,00	11.894,02	11.894,02	0,00	46182	10.301.002	0102	2.089	9	3.1.90.13.02.00.00.00	24 - INSS- INST. NAC. PREVSOCIAL
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA INSS 03/2017																

17/01/2018 16:27:42



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**  
 Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 32/60  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dat.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CATANDUVAS</b>																	
517	O				04/04	1.096,31	0,00	1.096,31	1.096,31	0,00	46162	10.301.002	0102	2.091	13	3.1.90.11.01.00.00.00	91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI
REFERENTE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRª TEREZA BORELA BITTENCOURT KUMMER.																	
518	O				04/04	823,73	0,00	823,73	823,73	0,00	46162	10.301.002	0102	2.091	13	3.1.90.11.43.00.00.00	91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI
REFERENTE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRª TEREZA BORELA BITTENCOURT KUMMER.																	
519	O				04/04	155,29	0,00	155,29	155,29	0,00	46162	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.14.14.00.00.00	95 - AMARILDO ROSSONI
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(69001) - Amarildo Rossoni																	
Atividade profissional: MOTORISTA																	
Saída[10/04/2017] -> Retorno[11/04/2017]																	
Origem: Catanduvas -SC Destino: Florianópolis -SC																	
Despesa: Diária Doc:0003908 Ode:1 Vlr.Unit.:155,29 Vlr. Tot.:155,29																	
Veículo: Logan - QHPS-1733																	
Motivo: ENCAMINHAR PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.																	
<b>Total do Dia:</b>																	
832017 06/04						68.386,66	0,00	68.386,66	68.386,66	0,00				2.091	14	3.3.90.30.39.00.00.00	20 - ADADA & CIA. LTDA.
C.D. - AQUISIÇÃO DE JOGO DE PASTILHAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS DO VEICULO AMBULANCIA BOXERPEUGEOT PLACA QHM-9694, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 552017)																	
832017 06/04						126,00	0,00	126,00	126,00	0,00	46162	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.30.39.00.00.00	20 - ADADA & CIA. LTDA.
520	O				06/04	41,00	0,00	41,00	41,00	0,00	46162	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.30.39.00.00.00	1 - AUTO POSTO GEMELLI LTDA
REFERENTE A AQUISIÇÃO DE 1 UN DE FILTRO LUBRIFICANTE PSL 550 e 1 un de filtro ar 6036 - PARA VEICULO PLACA: MKQ1262 - PERTENCENTES A SECRETARIA DE SAÚDE, DESTA MUNICÍPIO.																	
522	O				06/04	149,66	0,00	149,66	149,66	0,00	46177	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.14.14.00.00.00	4018 - ROSIMAR HERICKS
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(814101) - Rosimar Hericks																	
Atividade profissional: MOTORISTA																	
Saída[10/04/2017] -> Retorno[11/04/2017]																	
Origem: Catanduvas -SC Destino: Florianópolis -SC																	
Despesa: Diária Doc:0003913 Ode:1 Vlr.Unit.:149,66 Vlr. Tot.:149,66																	
Veículo: Ambulância MMF - 4077																	
Motivo: ENCAMINHAR PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.																	
523	O				06/04	149,66	0,00	149,66	149,66	0,00	46177	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.14.14.00.00.00	4018 - ROSIMAR HERICKS
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(814101) - Rosimar Hericks																	
Atividade profissional: MOTORISTA																	
Saída[11/04/2017] -> Retorno[12/04/2017]																	
Origem: Catanduvas -SC Destino: Florianópolis -SC																	
Despesa: Diária Doc:0003914 Ode:1 Vlr.Unit.:149,66 Vlr. Tot.:149,66																	
Veículo: Logan - QHPS-1733																	
Motivo: ENCAMINHAR PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.																	

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 3360  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compral	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS</b>																	
524	O	19/2017			06/04	29,75	0,00	29,75	29,75	0,00	46162	10.301.002	0102	2.089	10	3.3.90.32.02.00.00.00	2082 - ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LT
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 25 AMP DE CITRATO DE FENTANILA INJETÁVEL, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO, DESTE MUNICIPIO.																	
525	O	19/2017			06/04	1.742,33	0,00	1.742,33	1.742,33	0,00	46162	10.301.002	0102	2.089	10	3.3.90.32.02.00.00.00	2082 - ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LT
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 15 FR DESINFETANTE HOSPITALAR 70% GEL: 100 AMP DICLOFENACO 75 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL: 7 FR DIPYRONA SÓDICA GOTAS: 240 AMP DIPYRONA 500 MG INJETÁVEL: 300 AMP BROMIDRATO DE ESOPOLAMINA+DIPYRONA INJETÁVEL: E OUTROS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO, DESTE MUNICIPIO.																	
526	O	20/2017			06/04	194,68	0,00	194,68	194,68	0,00	46883	10.301.002	10165	2.089	12	3.3.90.30.36.00.00.00	2082 - ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LT
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 1 UN OXÍMETRO PULSO PORTÁTIL; 2 PCT TALA ORTOPÉDICA DE IMOBILIZAÇÃO EM PAPELÃO; 10 FR CLOREXIDINA SOLUÇÃO 0,5%; 10 FR CLOREXIDINA SOLUÇÃO 2,0%; VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO, DESTE MUNICIPIO. MAC																	
527	O				06/04	4.000,00	0,00	4.000,00	4.000,00	0,00	46177	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.36.96.00.00.00	91778 - MARIA GORETE BATISTA GINDER
REFERENTE AO ADIANTAMENTO DE RECURSOS PARA SUPRIR DESPESAS DE PRONTO ATENDIMENTO COM DESPESAS EFETUADAS POR FUNCIONÁRIOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM LEI MUNICIPAL Nº 1.169/95 DE 15 DE AGOSTO DE 1995 E INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/GI/2011 DE 05 DE AGOSTO DE 2011.																	
528	O				06/04	72,60	0,00	72,60	72,60	0,00	46162	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.32.99.00.00.00	16 - GENESIO AMENDES & CIA LTDA
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 2 UN NESTOGENIO 1.800 GR. PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA À PACIENTE SOPHIA PEREIRA RAMILHO, DE FAMÍLIA EM VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME DECLARAÇÃO DA ASSISTENTE SOCIAL EM ANEXO.																	
529	O				06/04	56,25	0,00	56,25	56,25	0,00	46883	10.301.002	10165	2.091	17	3.3.90.32.02.00.00.00	16 - GENESIO AMENDES & CIA LTDA
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 2 TB MUPROICINA CRIS 20MG ROMADA 15 GR; 1 TB LOCERYL CREME 0,25 GR. PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA À PACIENTE ROSELI TOMAS RAMPA, EM VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME DECLARAÇÃO DA ASSISTENTE SOCIAL, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE. MAC																	
530	O				06/04	155,29	0,00	155,29	155,29	0,00	46177	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.14.14.00.00.00	3946 - LAERCIO PARIS PETRY
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(r) 613301 - Laercio Paris Petry Atividade profissional: MOTORISTA Saída(12/04/2017) -> Retorno(13/04/2017) Origem: Catanduvas -SC Destino: Florianópolis -SC Despesa Diária DocId:0008917 Cides:1 Vlr. Unit.:155,29 Vlr. Tot.:155,29 Veículo: Logan - QHP-1733 Motivo: ENCAMINHAR PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.																	
531	O				06/04	586,80	0,00	586,80	586,80	0,00	46883	10.301.002	10165	2.091	17	3.3.90.32.02.00.00.00	16 - GENESIO AMENDES & CIA LTDA
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 12 CX ROVANICINA 1500UI C/16CPR PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA À PACIENTE ANA PAULA CRUA, GARANTINDO O DIREITO DA GESTANTE AO IRRADIAMENTO ADEQUADO DURANTE O PRÉ-NATAL, CONFORME DECLARAÇÃO DA ASSISTENTE SOCIAL, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE. MAC																	

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 34/60  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS																	
532	O				06/04	158,17	0,00	158,17	158,17	0,00	0,00	46182	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.14.14.00.00.00 23 - ANTONIO CARLOS DE LIMA
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(15902) - Antonio Carlos de Lima Atividade profissional: MOTORISTA Saída(13/04/2017) -> Retorno(14/04/2017) Origem: Catanduvás -SC Destino: Florianopolis -SC Despesa: Diária Doc: 0008922 Qtd: 1 Vlr. Unit.: 158,17 Vlr. Tot.: 158,17 Veículo: Logan - QHP-1733 Motivo: ENCAMINHAR PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAUDE.																	
533	O				06/04	194,64	0,00	194,64	194,64	0,00	0,00	46883	10.301.002	10165	2.091	17	3.3.90.32.02.00.00.00 16 - GENESIO A MENDES & CIA LTDA
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 1 CX SABRIL 500 MG C60 CPR, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A PACIENTE NICOLE VITORIA GEMELLI DA COSTA, CONFORME DECLARAÇÃO DA ASSISTENTE SOCIAL, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADE DA SECRETARIA DE SAUDE. MAC																	
534	O				06/04	155,29	0,00	155,29	155,29	0,00	0,00	46182	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.14.14.00.00.00 95 - AMARILDO ROSSONI
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(59001) - Amarildo Rossoni Atividade profissional: MOTORISTA Saída(16/04/2017) -> Retorno(17/04/2017) Origem: Catanduvás -SC Destino: Florianopolis -SC Despesa: Diária Doc: 0008924 Qtd: 1 Vlr. Unit.: 155,29 Vlr. Tot.: 155,29 Veículo: SPIN - QHN0694 Motivo: ENCAMINHAR PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAUDE.																	
535	O				06/04	155,29	0,00	155,29	155,29	0,00	0,00	46177	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.14.14.00.00.00 3946 - LAERCIO PARIS PETRY
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(613301) - Laércio Paris Petry Atividade profissional: MOTORISTA Saída(16/04/2017) -> Retorno(17/04/2017) Origem: Catanduvás -SC Destino: Joinville -SC Despesa: Diária Doc: 0008925 Qtd: 1 Vlr. Unit.: 155,29 Vlr. Tot.: 155,29 Veículo: Logan - QHP-1733 Motivo: ENCAMINHAR PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAUDE.																	
536	O				06/04	290,00	0,00	290,00	0,00	290,00	0,00	10.301.002	10165	2.091	17	3.3.90.39.50.00.00.00 549 - CONS. INT. DE SAÚDE DO MEIO OESTE DE	
REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, 01 UN CONSULTA OFTALMOLOGISTA, 01 UN CONSULTA PEDIÁTRICA, PARA AS PACIENTES MARTA ELAINE G.DE MORAIS E SHOPIA VALENTINA P. RAMILHO, DE FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE, DESTE MUNICIPIO. MAC																	
537	O				06/04	1.395,00	75,00	1.290,00	0,00	1.290,00	0,00	10.301.002	10165	2.091	17	3.3.90.39.50.00.00.00 4492 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DI	
REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, 01 UN RESSONÂNCIA DE COLUNA LOMBAR, 1 UN RESSONÂNCIA DE OMBRO, 1 UN TOMOGRAFIA DE CRÂNIO, 1 UN APLICAÇÃO DE CONTRASTE, 1 UN URO TOMOGRAFIA, PARA OS PACIENTES GILMAR ZANELA, CLAIR ANTONIA BALDI, EVERTON PEREIRA, E JURACY DO PRADO, TODOS EM VULNERABILIDADE SOCIAL, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE, DESTE MUNICIPIO. MAC																	
540	O				06/04	700,00	0,00	700,00	10,50	689,50	0,00	10.301.002	10165	2.091	17	3.3.90.39.50.00.00.00 3460 - CLINMIDA CLÍNICA MÉDICA GERAL E PRE	
REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, 2 UN CONSULTA PSIQUIÁTRICA, PARA OS PACIENTES MARCIA MEDEIROS E AGOSTINHO FERREIRA, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE, DESTE MUNICIPIO. MAC																	

17/01/2018 16:27:42

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

## Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 3560  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS																		
541 O					06/04	1.040,00	0,00	1.040,00	0,00	1.040,00	10.301.002	10165	2.091	17	3.3.90.39.50.00.00.00	4492 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DI		
REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, 1 UN RESSONÂNCIA DE COLUNA LOMBAR; 1 UN RESSONANCIA DE COLUNA TORÁCICA; 1 UN ULTRASSOM OBSTETRICO COM DOPPLER, PARA OS PACIENTES ANDERSON BALDI E STEPHANI SCHELTEL, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, DESTES MUNICÍPIO. MAC																		
542 O					06/04	400,00	0,00	400,00	0,00	400,00	10.301.002	10165	2.091	17	3.3.90.39.50.00.00.00	91792 - CONGREGAÇÃO DAS SERVAS DE MARIA		
REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DESPESAS HOSPITALARES PARA O PACIENTE NELSON MASCARELLO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, DESTES MUNICÍPIO. MAC																		
543 O					06/04	7.053,34	0,00	7.053,34	7.053,34	0,00	46178	10.301.002	0102	2.091	13	3.1.90.11.01.00.00.00	91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI	
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FÉRIAS 04/17																		
544 O					06/04	162,50	0,00	162,50	162,50	0,00	46596	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.46.01.00.00.00	91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI	
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FÉRIAS 04/17																		
545 O					06/04	1.946,45	0,00	1.946,45	1.946,45	0,00	46596	10.301.002	0102	2.092	20	3.1.90.11.01.00.00.00	91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI	
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FÉRIAS 04/17																		
546 O					06/04	100,00	0,00	100,00	100,00	0,00	46596	10.301.002	0102	2.092	22	3.3.90.46.01.00.00.00	91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI	
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FÉRIAS 04/17																		
547 O					06/04	3.720,40	0,00	3.720,40	3.720,40	0,00	46178	10.301.002	0102	2.091	13	3.1.90.11.01.00.00.00	91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI	
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FÉRIAS 04/17																		
548 O		36/2017			06/04	33.269,34	0,00	33.269,34	0,00	33.269,34	10.301.002	0102	1.094	1	4.4.90.52.52.00.00.00	252 - JOAÇABA AUTO LTDA		
REFERENTE AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEL 1,6 104 CV, TOTAL FLEX, ANO E MODELO 2017, ZERO QUILOMETRO, COR BRANCA, CAPACIDADE MIN 5 PASSAGEIROS, AIR BAGS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TRANSPORTE DE PACIENTES DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, DESTES MUNICÍPIO.																		

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 36/60  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compral	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CATANDUVAS</b>																	
549	O	36/2017			06/04	20.230,66	0,00	20.230,66	0,00	20.230,66		10.301.002	0188	1.094	3	4.4.90.52.52.00.00.00	252 - JOAÇABA AUTO LTDA
						REFERENTE AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEL 1,6 104 CV, TOTAL FLEX, ANO E MODELO 2017, ZERO QUILOMETRO, COR BRANCA, CAPACIDADE MIN 5 PASSAGEIROS, AIR BAGS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TRANSPORTE DE PACIENTES DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, DESTES MUNICÍPIO.											
						Total do Dia: 85/2017 10/04 78.245,10 75,00 78.170,10 20.960,60 57.209,50											
551	O					1.504,00	0,00	1.504,00	0,00	1.504,00		10.301.002	0164	1.094	4	4.4.90.52.06.00.00.00	91787 - PRO-LAB MATERIAIS PARA LABORATORI
						CR-REFERENTE AQUISIÇÃO DE UMA CENTRÍFUGA CLÍNICA PARA LABORATÓRIO, COM TAMPA REFORÇADA, COM DISPOSITIVO QUE NÃO PERMITE O FUNCIONAMENTO COM A TAMPA ABERTA, VELOCIDADE 4.000 RPM, COM TACÔMETRO ANALÓGICO E TIMER, ACOMPANHA RETOR DE ÂNGULO FIXO PARA 12 TUBOS DE 15 ML, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTES MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 56/2017)											
552	O					185,00	0,00	185,00	185,00					2.091	14	3.3.90.39.19.00.00.00	90578 - VINI COMERCIO DE PNEUS LTDA
						CD - REFERENTE A SERVIÇOS REALIZADOS NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE PLACAS; (BOXER) OHM-9994; (AMBULÂNCIA) MIF-5446; (SPIN) QHIN-0694, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DESTES MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 57/2017)											
553	O					33,80	0,00	33,80	33,80					2.091	14	3.3.90.30.24.00.00.00	63 - AGROPECUÁRIA MEDEIROS LTDA
						CD - REFERENTE AQUISIÇÃO DE CAIXA DE DESCARGA E FLEXÍVEL PARA BANHEIRO CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTES MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 58/2017)											
554	O					160,00	0,00	160,00	0,00	160,00		10.301.002	0165	2.091	17	3.3.90.39.50.00.00.00	549 - CONS. INT. DE SAÚDE DO MEIO OESTE DE -
						REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, 01 UN CONSULTA CARDIOLOGICA PARA A PACIENTE MARLI ANHAYA, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, DESTES MUNICÍPIO. MAC											
555	O					283,98	0,00	283,98	0,00	283,98		10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.32.02.00.00.00	16 - GENESIO AMENDES & CIA LTDA
						REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 3 CX C/14 CP DE RIACARABANA 20MG (XARELTO) PARA PACIENTE COM RISCO DE TROMBOEMBOLIA, SEM INTERSSARIO O NEMO, PARA AQUIZAR RISCO DE TROMBOEMBOLIA, PARA PACIENTE ROSANE APARECIDA ALMEIDA, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, DESTES MUNICÍPIO.											
556	O					65,36	0,00	65,36	0,00	65,36		10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.32.03.00.00.00	16 - GENESIO AMENDES & CIA LTDA
						REFERENTE ESTIMATIVA PARA AQUISIÇÃO DE 6 LATAS 800 GR DE NESTLE GENO 2 PARA BEBÊ COM GASTROESQUISE E EVENTOS ALÉRGICOS A DETERMINADOS TIPOS DE LEITE, PARA O PACIENTE PEDRO ANTONIO RIBEIRO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, DESTES MUNICÍPIO.											

17/01/2018 16:27:42

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 37/60  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**  
Relação de Empenhos Liquidados

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida	
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS																		
559 O				1004	712,00	0,00	516,00	0,00	712,00	10.301.002	10167	2.091	18	3.3.90.32.02.00.00.00	4166	- DAMIEDI DAVBROS COMERCIO DE MEDIC		
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 200 FR IBUPROFENO GOTAS 100MG/ML; 1000 CP LOPERAMIDA 2MG; 2000 CP MELOXICAMI 15MG; PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES DO SUS, DESTES MUNICIPIO. ADESÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 002/2017, PREGÃO PRESENCIAL 002/2017, REALIZADO ATRAVES DA CPIMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO MEIO OESTE CONTESTADO. FARMACIA BASICA																		
560 O				1004	6.713,70	0,00	6.713,70	0,00	6.713,70	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.32.02.00.00.00	121	- DIMASTER COM. PROD. HOSPITALARES LT		
REFERENTE A AQUISIÇÃO 50 AMP ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 150 MG INJ; 5000 CP AMOXICILINA 500 MG GENÉRICO UNITARIZADA; 150 FR AZITROMICINA 40MG/ML SUSP 600 MG 15ML; 6000 CP CALCIO 500 MG+VIT D400UI (OU CARBONATO DE CALCIO EQUIVALENTE); 2000 CP CEFALEXINA 500 MG GENÉRICO OU ETICO UNITARIZADA; 2.100 CP CIPROFLOXACINO 500 MG; 8000 CP SINVASTATINA 20MG; 8000 CP SINVASTATINA 40 MG, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES DO SUS, DESTES MUNICIPIO. ADESÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 002/2017 PREGÃO PRESENCIAL 002/2017, REALIZADO ATRAVES DA CPIMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO MEIO OESTE CONTESTADO.																		
562 O				1004	149,66	0,00	149,66	149,66	0,00	46177	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.14.14.00.00.00	4018	- ROSIMAR HERICKS	
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionario(614101) - Rosimar Hericks Atividade profissional: MOTORISTA Saída(17/04/2017) -> Retorno(18/04/2017) Origem: Catanduvás -SC Destino: Florianópolis -SC Despesa: Diária DocId:0008937 Qtd:1 Vlr. Unit.:149,66 Vlr. Tot.:149,66 Veículo: PEGEOUT - BOXER QH149694 Motivo: ENCAMINHAR PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.																		
564 O				1004	1.207,00	0,00	887,40	0,00	1.207,00	10.301.002	10167	2.091	18	3.3.90.32.02.00.00.00	4127	- A G KIENEN & CIA LTDA		
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 3000 CP CICLOBENZAPRINA 5MG; 2000 CP SIMETICONA 125 MG, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES DO SUS, DESTES MUNICIPIO. ADESÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 002/2017, PREGÃO PRESENCIAL 002/2017, REALIZADO ATRAVES DA CPIMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO MEIO OESTE CONTESTADO. FARMACIA BASICA																		
568 O				Total do Dia:	11.014,50	0,00	10.508,90	368,46	10.646,04	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.14.14.00.00.00	3946	- LAERCIO PARIS PETRY		
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionario(613301) - Laercio Paris Petry Atividade profissional: MOTORISTA Saída(18/04/2017) -> Retorno(19/04/2017) Origem: Catanduvás -SC Destino: Florianópolis -SC Despesa: Diária DocId:0008942 Qtd:1 Vlr. Unit.:155,29 Vlr. Tot.:155,29 Veículo: Logan - QHP-1733 Motivo: ENCAMINHAR PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.																		
569 O				1204	158,17	0,00	158,17	158,17	0,00	46182	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.14.14.00.00.00	23	- ANTONIO CARLOS DE LIMA	
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionario(15502) - Antonio Carlos de Lima Atividade profissional: MOTORISTA Saída(19/04/2017) -> Retorno(20/04/2017) Origem: Catanduvás -SC Destino: Florianópolis -SC Despesa: Diária DocId:0008947 Qtd:1 Vlr. Unit.:158,17 Vlr. Tot.:158,17 Veículo: SPIN - QH10694 Motivo: ENCAMINHAR PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.																		

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 3860  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS</b>																	
572 O				12/04		1.944,80	0,00	1.944,80	0,00	1.944,80		10.301.002	10164	2.091	16	3.3.90.32.02.00.00.00 91510 - CIRURGICA STA CRUZ COM. PROD. HOS	
REFERENTE A AQUISIÇÃO 3.000 CP BROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG; 5.000 CP CARBAMAZEPINA 200 MG; 20 FR CARBAMAZEPINA SOL 2% 100 ML GENERICO; 2.400 CP CLONAZEPAM 2MG; 1.000 CP DEXAMETASONA 4 MG; 1.000 CP LAMOTRIGINA 100MG, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES DO SUS, DESTE MUNICIPIO. PAB-FIXO																	
ADESÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 002/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0002/2017, REALIZADO ATRAVÉS DA CPMMOC - CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO MEIO OESTE CONTESTADO.																	
577 O				12/04		149,66	0,00	149,66	149,66	0,00	0,00	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.14.14.00.00.00 4018 - ROSIMAR HERICKS	
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(014101) - Rosimar Hericks Atividade profissional - MOTORISTA Saida[23/04/2017] -> Retorno[24/04/2017] Origem: Catanduvás - SC Destino: Florianópolis - SC Despesa: Diária Doc: 0003957 Ode: 1 Vlr. Unit.: 149,66 Vlr. Tot.: 149,66 Veículo: Logan - QHP-1733 Motivo: ENCAMINHAR PACIENTES TRATAMENTO DE SAÚDE.																	
579 O				12/04		6.659,94	0,00	1.861,10	0,00	6.659,94		10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.32.02.00.00.00 2787 - PROMEFARMA REPPRES. COMERCIAIS LIT	
REFERENTE A AQUISIÇÃO 2.000 CP ACICLOVIR 200 MG; 4.200 CP AMOXICILINA+AC. CLAVULANICO 500 MG + 125MG; 60 FR AMOXICILINA+CLAVULANATO POTASSIO 5012/5MG/MIL FR 75ML GENERICO; 50 FR GEFAXINA 250 MG/5ML C/100ML SUSP GENERICO E OUTROS, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES DO SUS, DESTE MUNICIPIO.																	
ADESÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 002/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0002/2017, REALIZADO ATRAVÉS DA CPMMOC - CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO MEIO OESTE CONTESTADO.																	
583 E				12/04		3.500,00	0,00	88,50	24,50	3.475,50		10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.30.38.00.00.00 1 - AUTO POSTO GEMELLI LTDA	
REFERENTE A ESTIMATIVO PARA AQUISIÇÃO DE FILTROS - PARA VEICULO VEICULOS PERTENCENTES A SECRETARIA DE SAUDE, DESTE MUNICIPIO.																	
584 O				12/04		63,82	0,00	63,82	63,82	0,00	0,00	10.301.002	0102	2.089	10	3.3.90.39.58.00.00.00 91183 - OI S.A.	
REFERENTE A FATURAS DE TELEFONE FIXO DA OI DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO, DESTE MUNICIPIO. RELATIVO AO MES DE ABRIL DE 2017.																	
585 O				12/04		16,63	0,00	16,63	16,63	0,00	0,00	10.301.002	0102	2.092	22	3.3.90.39.58.00.00.00 91183 - OI S.A.	
REFERENTE A FATURAS DE TELEFONE FIXO DA OI, DOS ESFs DESTE MUNICIPIO. RELATIVO AO MES DE ABRIL DE 2017.																	
<b>Total do Dia:</b>						<b>12.646,31</b>	<b>0,00</b>	<b>4.437,97</b>	<b>568,07</b>	<b>12.080,24</b>							
586 O				89/2017	18/04	220,00	0,00	220,00	0,00	220,00		10.301.002	10164	2.091	16	3.3.90.30.25.00.00.00 91217 - MARCELO PAGNO - ME	
C.D. - AQUISIÇÃO DE 01 VALVULA DE AÇIONAMENTO GNATUS E 01 SUCTOR DE SANGUE PARA TROCA NA CADEIRA ODONTOLÓGICA. MODELO GNATUS EM USO NO ESF-CENTRAL, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 60/2017)																	

17/01/2018 16:27:42



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 39/60  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compras	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contab	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS</b>																	
587 O					902017 18/04	310,00	0,00	310,00	0,00	310,00		10.301.002	10164	2.091	16	3.3.90.39.17.00.00.00	91217 - MARCELO PAGNO - ME
C.D. - MÃO DE OBRA E DESLOCAMENTO PARA FAZER O CONserto E MANUTENÇÃO DA CADEIRA ODONTOLÓGICA MODELO GNATLUS COM TROCA DE SUCTOR DO SUGADOR E VALVULA DE AÇIONAMENTO DO SUPORTE. EQUIPAMENTO USADO NO ESF-CENTRAL, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE DESTE MUNICIPIO. - SAUDE BUCAL. (Compra Direta Nº 61/2017)																	
588 O					912017 18/04	485,00	0,00	485,00	0,00	485,00		10.301.002	10164	2.091	16	3.3.90.39.17.00.00.00	91217 - MARCELO PAGNO - ME
C.D. - MÃO DE OBRA E DESLOCAMENTO PARA CONserto E MANUTENÇÃO DA CADEIRA ODONTOLÓGICA MODELO GNATLUS PATRIMONIO Nº 9071 COM TROCA DO ENCODER ENCOSTO USADO NO ESF-SERBALDO KUNZ, VISANDO ATENDER A SECRETARIA DE SAUDE DESTE MUNICIPIO. - SAUDE BUCAL. (Compra Direta Nº 62/2017)																	
588 O					922017 18/04	750,00	0,00	750,00	0,00	750,00		10.301.002	10164	2.091	16	3.3.90.30.25.00.00.00	91217 - MARCELO PAGNO - ME
C.D. - AQUISIÇÃO DE 02 VALVULAS SOLENOIDE 220V PARA TROCA NO COMPRESSOR DE AR MODELO GNATLUS RIO QUALYAIR Nº 9020, 654, 220V 60HZ ANO FAB 201211293058 USADO NA CADEIRA ODONTOLÓGICA NO PSF-CENTRAL, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE DESTE MUNICIPIO. - SAUDE BUCAL. (Compra Direta Nº 63/2017)																	
590 O					932017 18/04	140,00	0,00	140,00	0,00	140,00		10.301.002	10164	2.091	16	3.3.90.39.17.00.00.00	91217 - MARCELO PAGNO - ME
C.D. - MÃO DE OBRA PARA CONserto E MANUTENÇÃO DO COMPRESSOR DE AR MODELO GNATLUS RIO QUALYAIR Nº 9020, 654, 220V 60HZ COM TROCA DAS BOBINAS VALVULA SOLENOIDE, REPARAÇÃO E CONserto DOS MOTORES. EQUIPAMENTO USADO NO PSF-CENTRAL, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE DESTE MUNICIPIO. - SAUDE BUCAL. (Compra Direta Nº 64/2017)																	
591 O					18/04	156,18	0,00	156,18	0,00	156,18		10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.39.75.00.00.00	463 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - S
REFERENTE A MULTA DE TRÁNSITO DO VEÍCULO PLACA: QHN0694, CONDUZIDO PELO MOTORISTA SR. OSNI SANTOS, POR ESTACIONAR LOCAL/HORARIO DE ESTACION. E PARADA PROIBIDO P/ SINAL, NO MUNICIPIO DE PENHA DIA 12/01/2017.																	
592 O					12/2017 18/04	169,42	0,00	169,42	0,00	169,42		10.301.002	0102	2.092	22	3.3.90.30.16.00.00.00	91503 - MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 12 CX TINTA GUACHE ESCOLAR C/6 CORES C/15ML: 500 UN PAPEL CARBONO AZUL MANUSCRITO, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DOS ESFS, DESTE MUNICIPIO.																	
593 O					18/04	450,00	0,00	450,00	0,00	450,00		10.301.002	10165	2.091	17	3.3.90.39.50.00.00.00	549 - CONS. INT. DE SAÚDE DO MEIO OESTE DE
REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. 01 UN CONSULTA CARDIOLÓGICA PARA PACIENTE CÉLIO DOS SANTOS CAMARGO, 01 CONSULTA ORTOPEDISTA PARA PACIENTE LAUDINA DE FÁTIMA DA SILVA LIMA E 1 CONSULTA ORTOPEDISTA PARA A PACIENTE CLEUSA APARECIDA DUARTE CASEMIRO. FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE, DESTE MUNICIPIO. MAC																	
<b>Total do Dia:</b>										<b>2.680,60</b>	<b>0,00</b>	<b>2.680,60</b>	<b>0,00</b>	<b>2.680,60</b>			

17/01/2018 16:27:42



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 41/60  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc. Compras	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS</b>																
602	O			24/04	155,29	0,00	155,29	155,29	0,00	46182	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.14.14.00.00.00 95 - AMARILDO ROSSONI	
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(59001) - Amarildo Rossoni Atividade profissional - MOTORISTA Saída(26/04/2017) -> Retorno(27/04/2017) Origem: Catanduvás - SC Destino: Balneario Camboriu - SC Despesa: Diária Doc: 0008969 Ode: 1 Vlr: 155,29 Vlr. Tot.: 155,29 Veículo: Logan - QHP-1733 Motivo: ENCAMINHAR PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.																
603	O			24/04	79,25	0,00	79,25	79,25	0,00	46182	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.47.10.00.00.00 463 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - S	
REFERENTE EMPENHO DE TAXA DETRANCSC, LICENCIAMENTO ANUAL 2017 DO VEICULO PLACA MKQ 1282. VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE, DESTE MUNICIPIO.																
604	O			24/04	529,00	0,00	529,00	529,00	0,00	46182	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.36.07.00.00.00 676 - CIEE - CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCI	
REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ESTAGIÁRIA PATRICIA NATALINA DE MARQUÍAS BRUNETTO - RELATIVO A ABRIL DE 2017.																
605	O			24/04	67,84	0,00	67,84	67,84	0,00	46182	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.39.69.00.00.00 91207 - SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS	
REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SEGURO DPVAT DO VEICULO PLACA MKQ 1282. VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE, DESTE MUNICIPIO.																
606	O			24/04	63.229,26	0,00	63.229,26	63.229,26	0,00	46178	10.301.002	0102	2.091	13	3.1.90.11.01.00.00.00 91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI	
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																
607	O			24/04	1.634,39	0,00	1.634,39	1.634,39	0,00	46178	10.301.002	0102	2.091	13	3.1.90.11.01.00.00.00 91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI	
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																
608	O			24/04	1.658,94	0,00	1.658,94	1.658,94	0,00	46178	10.301.002	0102	2.091	13	3.1.90.11.01.00.00.00 91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI	
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																
609	O			24/04	37.554,51	0,00	37.554,51	37.554,51	0,00	46178	10.301.002	0102	2.089	9	3.1.90.11.01.00.00.00 91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI	
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																

17/01/2018 16:27:42

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

## Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 42/60  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS</b>																	
610 O					24/04	6.628,06	0,00	6.628,06	6.628,06	0,00	46178	10.301.002	0102	2.091	13	3.1.90.16.44.00.00.00	91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																	
611 O					24/04	3.828,30	0,00	3.828,30	3.828,30	0,00	46178	10.301.002	0102	2.089	9	3.1.90.16.44.00.00.00	91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																	
612 O					24/04	2.436,68	0,00	2.436,68	2.436,68	0,00	46178	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.46.01.00.00.00	91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																	
613 O					24/04	100,00	0,00	100,00	100,00	0,00	46178	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.46.01.00.00.00	91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																	
614 O					24/04	100,00	0,00	100,00	100,00	0,00	46178	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.46.01.00.00.00	91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																	
615 O					24/04	1.100,00	0,00	1.100,00	1.100,00	0,00	46178	10.301.002	0102	2.089	10	3.3.90.46.01.00.00.00	91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																	
616 O					24/04	1.960,00	0,00	1.960,00	1.960,00	0,00	46178	10.301.002	0102	2.092	22	3.3.90.46.01.00.00.00	91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																	
617 O					24/04	38.160,86	0,00	38.160,86	38.160,86	0,00	46596	10.301.002	0102	2.092	20	3.1.90.11.01.00.00.00	91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																	

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 43/60  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS																	
618 O				24/04	44.339,40	0,00	44.339,40	44.339,40	44.339,40	0,00	46596	10.301.002	0102	2.092	20	3.1.90.11.01.00.00.00	91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																	
619 O				24/04	100,00	0,00	100,00	100,00	100,00	0,00	46596	10.301.002	0102	2.092	22	3.3.90.46.01.00.00.00	91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																	
620 O				24/04	57.235,00	0,00	57.235,00	57.235,00	57.235,00	0,00	46161	10.301.002	10164	2.092	21	3.1.90.11.01.00.00.00	91329 - FOLHA DE PAGAMENTO FUNDO MUNICI
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA folha 04																	
621 O				24/04	149,66	0,00	149,66	149,66	149,66	0,00	46177	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.14.14.00.00.00	4018 - ROSIMAR HERICKS
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(614101) - Rosimar Hericks Atividade profissional MOTORISTA Saida[27/04/2017] -> Retorno[28/04/2017] Origem: Catanduvás -SC Destino: Florianópolis -SC Despesa: Diária Doc: 0008975 Qtd: 1 Vlr. Unit.: 149,66 Vlr. Tot.: 149,66 Veículo: SPIN - OHN0694 Motivo: ENCAMINHAR PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAUDE.																	
623 O					Total do Dia:	262.205,97	0,00	262.205,97	261.393,10	812,87							
				97/2017	25/04	552,00	0,00	552,00	0,00	552,00	10.301.002	0102	2.089	10	3.3.90.30.04.00.00.00	3186 - OXIGÊNIO, COM COMERCIO DE GASES A	
CD- REFERENTE AQUISIÇÃO DE GAS OXIGÊNIO MEDICINAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA DIRETORA DO HOSPITAL MUNICIPAL, VISANDO A MANUTENÇÃO OS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE SAUDE DESTA MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 69/2017)																	
624 O				98/2017	25/04	938,00	0,00	938,00	0,00	938,00	10.301.002	0102	1.094	1	4.4.90.52.08.00.00.00	91501 - AEON Comércio e Serviços LTDA - ME	
C.D. AQUISIÇÃO DE 01 EQUIPAMENTO TENS FES CLINICO HTM - 4 CANAIS, PARA USO NA SALA DE FISIOTERAPIA ANEXO AO HOSPITAL, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE DESTA MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 69/2017)																	
626 E		1/2013		25/04	5.519,85	0,00	1.839,95	193,20	193,20	5.326,65	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.39.28.00.00.00	2469 - T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS L	
EMPENHO ESTIMATIVOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS COM COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAUDE DAS UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO (PFS), CONFORME CONTRATO Nº 002/2013 E ADITIVOS, PREVISTO PARA O SEGUNDO TRIMESTRE DE 2017, CONFORME OITAVO TERMO AO CONTRATO FMS Nº 002/2013																	
					Total do Dia:	7.009,85	0,00	3.329,95	193,20	6.816,65							

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 44/60  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dat.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS																	
629 O				1012017	26/04	1.400,00	0,00	1.400,00	0,00	1.400,00	10.301.002	0102	2.089	10	3.3.90.39.25.00.00.00	1146 - ENERLUIZ - COM. E INST. ELÉTRICAS LTD/	
C.D. - MÃO DE OBRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA INSTALAÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS E DESINSTALAR OS ANTIGOS NO CENTRO CIRÚRGICO E INSTALAÇÃO DE CHUVEIROS ELÉTRICOS, LUMINÁRIAS E TOMADAS NO HOSPITAL MUNICIPAL, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 72/2017)																	
630 O				1022017	26/04	572,00	0,00	572,00	0,00	572,00	10.304.002	10166	2.095	23	3.3.90.30.99.00.00.00	91799 - ASC SOLUCOES AMBIENTAIS INDUSTRIA/	
CD- REFERENTE AQUISIÇÃO DE MEDIDOR DE PH E REAGENTE DE CLORO LIVRE, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 73/2017)																	
631 O				1032017	26/04	520,00	0,00	520,00	0,00	520,00	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.30.24.00.00.00	61 - SECCO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	
C.D. AQUISIÇÃO DE CHAPAS DE 2,44 X 9MM, MANTA ASFALTICA E PAVAFUSOS PARA CONSERVATIO DA COBERTURA DO POSTO DE SAUDE DE VERA CRUZ POR OCASIÃO DO VENDÁVEL OCORRIDO NA MADRUGADA DE 26.04.17, VISANDO ATENDER A SECRETARIA DE SAUDE DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 74/2017)																	
635 O				26/04		1.709,00	0,00	1.709,00	0,00	1.709,00	10.301.002	10165	2.091	17	3.3.90.39.50.00.00.00	4492 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DI	
REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, 01 UN.RESSONÂNCIA DE TORNOZELO; 01 UN TOMOGRAFIA DE TORAX; 01 UN ULTRASSOM DE PÉ; 01 UN ULTRASSOM OBSTETRICO COM DOPPLER; 01 UN ULTRASSOM OBSTETRICO COM TRANSLUCENCIA NUCAL; 2 UN ULTRASSOM OBSTETRICO; E OUTROS, PARA OS PACIENTES MARLEI DE BORBIA, LINDOMAR LUIZ CAMILO, EDILSON FARFUS, BRUNA PELENTIR, ALESSANDRA ALVES RIBEIRO, SILVIA MARTINS DE MORAIS, GISELE DOS SANTOS CALEFES, NATAN MEDEIROS, ANDREIA BARBOSA, TODAS AS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL, VISANDO A REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS, BEM COMO O ACESSO AS AÇÕES DE PROMOÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAUDE DOS MUNICÍPIES. MAC																	
637 O				26/04		160,00	0,00	160,00	0,00	160,00	10.301.002	10165	2.091	17	3.3.90.39.50.00.00.00	3805 - CARLA MARTA PAZ- ME	
REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, 8 SESSÕES DE HIDROTERAPIA PARA PACIENTE CINTIA DALBERTO, COM OBJETIVO DE REABILITAÇÃO FÍSICA E MOTORA DA PACIENTE LESIONADA, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE, DESTE MUNICÍPIO. MAC																	
641 O				26/04		220,60	84,26	136,34	0,00	136,34	10.301.002	0102	2.089	10	3.3.90.32.02.00.00.00	2062 - ALTERMED IMAT. MEDICO HOSPITALAR LT	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 50 CP METILDOPA 250 MG; 30 AMP FENOBARBITAL 200MG/ML; 200 AMP GLICOSE 25%EV; 200 AMP GLICOSE 50% AMP 10ML; 50 CP METILDOPA 250MG; 30 AMP FENOBARBITAL 200 MG/ML; 200 AMP GLICOSE 25% EV, PARA USO NO HOSPITAL, AUXÍLIO DE PACIENTES QUE APRESENTAM ALGUMA PATOLOGIA, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO, DESTE MUNICÍPIO.																	
ADESAO AO PROCESSO LICITATÓRIO 0022017 PREGÃO PRESENCIAL 0022017, REALIZADO ATRAVES DA CPIMIOC - CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO MEIO OESTE CONTESTADO.																	

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**  
 Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 4560  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contab	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS																	
642 O				26/04		240,55	0,00	240,55	0,00	240,55	10.301.002	0102	2.089	10	3.3.90.32.02.00.00.00	4127 - A G KIENEN & CIA LTDA	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 100 CP SIMETICONA 125MG; 50 AMP DOLANTINA INJ; 30 AMP FENITOINA SODICA 50 MG/ML INJ EVIM 5ML; 100 AMP HALOPERIDOL 5MG EV; PARA USO NO HOSPITAL, AUXÍLIO DE PACIENTES QUE APRESENTAM ALGUMA PATOLOGIA, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO, DESTE MUNICÍPIO.																	
ADESÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 002/2017 PREGÃO PRESENCIAL 002/2017, REALIZADO ATRAVES DA CPIMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO MEIO OESTE CONTESTADO.																	
645 O				26/04		2.124,90	1.208,50	916,40	0,00	916,40	10.301.002	0102	2.089	10	3.3.90.32.02.00.00.00	1268 - CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSPR. LIT	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 20 FR NIMESULIDA 50MG/ML 20ML; 10 BRISNISTATINA CREME VAGINAL BRSN 25.000UG C/60G C/APLICADOR; 60 AMP CEFTRIAXONA SODICA IM INJ 1G CDILUENTE E OUTROS; PARA USO NO HOSPITAL, AUXÍLIO NO TRATAMENTO DE PACIENTES QUE APRESENTAM ALGUMA PATOLOGIA, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO, DESTE MUNICÍPIO.																	
ADESÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 002/2017 PREGÃO PRESENCIAL 002/2017, REALIZADO ATRAVES DA CPIMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO MEIO OESTE CONTESTADO.																	
649 O				26/04		656,40	46,40	610,00	0,00	610,00	10.301.002	0102	2.089	10	3.3.90.32.02.00.00.00	121 - DIMASTER COM. PROD. HOSPITALARES LT	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 500 AMP CEFTRIAXONA SÓDICA EV INJ 1G; 100 CP CIPROXACINO 500G GENÉRICO; 60 CP FENITINA 100 MG GENÉRICO, PARA USO NO HOSPITAL, AUXÍLIO NO TRATAMENTO DE PACIENTES QUE APRESENTAM ALGUMA PATOLOGIA, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO, DESTE MUNICÍPIO.																	
ADESÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 002/2017 PREGÃO PRESENCIAL 002/2017, REALIZADO ATRAVES DA CPIMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO MEIO OESTE CONTESTADO.																	
651 O				26/04		1.078,72	0,00	1.078,72	0,00	1.078,72	10.301.002	0102	2.089	10	3.3.90.32.02.00.00.00	2787 - PROMEFARMA REPRES. COMERCIAIS LTI	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 20 CP NIFEDIPINA 10 MG; 50 FR PARACETAMOL 300MG/15ML GOTAS; 10 FR TOBRAMICINA 3MG/ML C/5ML; E OUTROS; PARA USO NO HOSPITAL, AUXÍLIO NO TRATAMENTO DE PACIENTES QUE APRESENTAM ALGUMA PATOLOGIA, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO, DESTE MUNICÍPIO.																	
ADESÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 002/2017 PREGÃO PRESENCIAL 002/2017, REALIZADO ATRAVES DA CPIMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO MEIO OESTE CONTESTADO.																	
652 O				26/04		416,60	39,60	377,00	0,00	377,00	10.301.002	0102	2.089	10	3.3.90.32.02.00.00.00	91481 - INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENT	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 10 FR METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GTS 10ML; 300 CP NIMESULIDA 100 MG; 100 AMP HIDROCORTISONA SUCINATO SÓDICO 100 MG INJ; PARA USO NO HOSPITAL, AUXÍLIO NO TRATAMENTO DE PACIENTES QUE APRESENTAM ALGUMA PATOLOGIA, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO, DESTE MUNICÍPIO.																	
ADESÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 002/2017 PREGÃO PRESENCIAL 002/2017, REALIZADO ATRAVES DA CPIMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO MEIO OESTE CONTESTADO.																	
654 E		38/2017		26/04		765,00	0,00	85,00	0,00	765,00	10.301.002	0102	2.089	10	3.3.90.39.97.00.00.00	1873 - MILENIUM COMERCIO DE MATERIAIS E SI	
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ACESSO A INTERNET FULL HD FIBRA ÓTICA, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO, DESTE MUNICÍPIO.																	

17/01/2018 16:27:42



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 46/60  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS																	
655	O	38/2017		26/04	2.295,00	0,00	255,00	0,00	0,00	2.295,00	10.301.002	0102	2.092	22	3.3.90.39.97.00.00.00	1873 - MILENIUM COMERCIO DE MATERIAS E SI	
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET FULL HD FIBRA ÓTICA, PARA ESF I, ESF II E ESF III, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA, DESTE MUNICÍPIO.																	
656	O			26/04	152,44	0,00	152,44	152,44	0,00	0,00	46182	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.14.14.00.00.00	2426 - OSNI SANTOS
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(192902) - Osni Santos Atividade profissional MOTORISTA Salda(30/04/2017) -> Retorno(01/05/2017) Origem: Catanduvas -SC Destino:Florianopolis -SC Despesa:Diária Doc:0008986 Qtd:1 Vlr.Unit.:152,44 Vlr. Tot.:152,44 Veículo: SPN - QHN0694 Motivo: ENCAMINHAR PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.																	
657	O			26/04	149,66	0,00	149,66	149,66	0,00	0,00	46182	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.14.14.00.00.00	4153 - FELIPE MARTELLO HERMES
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(654001) - Felipe Martello Hermes Atividade profissional MOTORISTA Salda(01/05/2017) -> Retorno(02/05/2017) Origem: Catanduvas -SC Destino:Florianopolis -SC Despesa:Diária Doc:0008991 Qtd:1 Vlr.Unit.:149,66 Vlr. Tot.:149,66 Veículo: Logan - QHP-1733 Motivo: ENCAMINHAR PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.																	
658	O			26/04	1.010,70	0,00	1.010,70	0,00	0,00	1.010,70	10.301.002	10165	2.091	17	3.3.90.39.50.00.00.00	91644 - COMUNIDADE TERAPEUTICA SÃO FRAN	
REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS COM ACOMODAMENTO DE 1 PESSOAS COM TRANSTORNO DECOMPENTE DO USO, ABUSO OU DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS RELATIVO AO MÊS DE ABRIL DE 2017, DE ACORDO COM LEI Nº 2.564/2017 DE 17 DE MARÇO DE 2017. MAC																	
660	E	39/2017		26/04	6.300,00	0,00	700,00	0,00	0,00	6.300,00	10.301.002	10164	2.091	16	3.3.90.39.83.00.00.00	1557 - CONCORDIA MATERIAIS DE ESCRIT. E INF	
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 08 IMPRESSORAS, FRANQUIA DE 14.000 FOLHAS, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, DESTE MUNICÍPIO. PMAQ																	
661	O			26/04	3.618,74	0,00	2.333,74	0,00	0,00	3.618,74	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.32.02.00.00.00	2787 - PROMEFARMA REPRES. COMERCIAS LIT	
REFERENTE A AQUISIÇÃO 120 FR DE AMOXICILINA+ CLAVULANATO POTASSIO 50/12,5MG/ML FR 75ML, 100 FR DE CEFALOXINA 250MG/5ML C/100ML, 3000 CP DE CINARIZINA 75MG, 4200 CP DE CLORTALIDONA E OUTROS, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES DO SUS, DESTE MUNICÍPIO. RECURSOS PROPRIOS ADESAO AO PROCESSO LICITATÓRIO 002/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0002/2017, REALIZADO ATRAVÉS DA CPMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO MEIO OESTE CONTESTADO.																	
667	O			26/04	1.244,00	0,00	1.244,00	0,00	0,00	1.244,00	10.301.002	0102	2.091	14	3.3.90.30.39.00.00.00	91763 - BELLENZIER PNEUS LTDA	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 4 UN PNEU 195/65R 15 P791V, PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, DESTE MUNICÍPIO.																	

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 47/60  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS																	
670 E					26/04	100,00	0,00	8,80	8,80	91,20.46180	10.301.002	10167	2.091	18	3.3.90.39.81.00.00.00	1471 - BANCO DO BRASIL S/A	
REFERENTE A EMPENHO ESTIMATIVO DE TARIFAS BANCÁRIAS, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO DE 2017.																	
671 O		15/2016			26/04	4.532,22	0,00	4.532,22	0,00	4.532,22	10.301.002	10165	2.091	17	3.3.90.39.50.00.00.00	318 - APAE ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DO	
PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR DA TABELA UNIFICADA DE PROCEDIMENTOS SUS DO MINISTERIO DA SAUDE, RELATIVO AO MES DE MARÇO/2017. MAC																	
Total do Dia:						29.286,53	1.378,76	18.191,57	310,90	27.576,87							
Total do Mês:						498.893,27	1.453,76	475.347,47	377.617,64	119.821,87							
Total da Entidade:						498.893,27	1.453,76	475.347,47	377.617,64	119.821,87							
Entidade: 4 - FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CATANDUVAS																	
142 O					03/04	928,70	0,00	928,70	928,70	0,00.60540	08.244.002	10152	2.076	14	3.3.90.14.14.00.00.00	91785 - GISLAINE DA SILVA	
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(3651201) - GISLAINE DA SILVA Atividade profissional: PISCOLOGA 40 HORAS Saída:[03/04/2017] -> Retorno:[07/04/2017] Origem: Catanduvás -SC Destino:Piratuba -SC Despesa:Diária Doc:0008814 Cide2 Vlr.Unit.:464,35 Vlr. Tot.:928,70 Veículo: Veículo particular Motivo: PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIO ESTADUAL DE ACOGLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR EM PIRATUBA NOS DIAS 06 E 07 DE ABRIL CREAS																	
143 O					03/04	624,72	0,00	624,72	624,72	0,00.60540	08.244.002	10152	2.076	14	3.3.90.14.14.00.00.00	91549 - INDIANARA SILVIA LAZAROTTO	
REFERENTE A DIÁRIA: Funcionário(1371402) - INDIANARA SILVIA LAZAROTTO Atividade profissional: ASSISTENTE SOCIAL Saída:[03/04/2017] -> Retorno:[07/04/2017] Origem: Catanduvás -SC Destino:Piratuba -SC Despesa:Diária Doc:0008889 Cide2 Vlr.Unit.:312,36 Vlr. Tot.:624,72 Veículo: Veículo particular Motivo: PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIO ESTADUAL DE ACOGLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR EM PIRATUBA NOS DIAS 06 E 07 DE ABRIL CREAS																	
144 O					25/2017	03/04	445,00	0,00	445,00	0,00.58744	08.244.002	0100	2.077	16	3.3.90.30.25.00.00.00	91197 - MS REFRIGERAÇÃO CATANDUVAS EIREI	
C.D. - REFERENTE AQUISIÇÃO DE 01 PLACA ELETRONICA DA MAQUINA DE LAVAR ROUPAS ELECTROLUX 12 KG, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DESTA MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 22/2017)																	
145 O					26/2017	03/04	580,00	0,00	580,00	0,00.58744	08.244.002	0100	2.077	16	3.3.90.30.25.00.00.00	91197 - MS REFRIGERAÇÃO CATANDUVAS EIREI	
CD- AQUISIÇÃO DE UM CONJUNTO MECANICO COMPLETO DA MAQUINA DE LAVAR ELECTROLUX MODELO LT 09 , VISANDO A MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (Compra Direta Nº 21/2017)																	

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 4860  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contab	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida	
Entidade: 4 - FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CATANDUVAS																		
146 O				27/2017	03/04	40,00	0,00	40,00	40,00	0,00	0,00	58744	08.244.0028	0100	2.077	16	3.3.90.30.16.00.00.00	103 - COMERCIO BRINQ. E LIVRARIA CENTRAL L
CD.-REFERENTE AQUISIÇÃO DE BLOCO DE DESENHO A3 COM 20 FOLHAS, PARA CONFEÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS DO CRAS, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 23/2017)																		
Total do Dia:						2.618,42	0,00	2.618,42	2.618,42	0,00								
147 O				28/2017	04/04	800,00	0,00	800,00	800,00	0,00	0,00	60539	08.244.0028	10150	2.076	13	3.3.90.39.16.00.00.00	91782 - SUZANA SANDI CAZELLA DE TOMIN 0707
C.D.-MÃO DE OBRA PARA RETIRADA DA INSTALAÇÃO FIXADA NA PAREDE E INSTALAÇÃO DO NOVO CIRCUITO DE ENERGIA, E INSTALAÇÃO DO CABEAMENTO LÓGICO NO LOCAL QUE SERÁ MINISTRADAS AULAS DE INFORMÁTICA ATRAVÉS DO CRAS/CREAS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DESTE MUNICIPIO. - CONVENIO SCFV. (Compra Direta Nº 24/2017)																		
148 O				29/2017	04/04	277,20	0,00	256,88	256,88	20,32	20,32	60540	08.244.0028	10152	2.076	14	3.3.90.30.23.00.00.00	90 - GERUSA ARMARINHOS LTDA
CD.-REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA TRABALHOS MANUAIS COM AS MÃES DOS GRUPOS PAEFLI, CREAS, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 25/2017)																		
149 O				30/2017	04/04	2.020,13	0,00	2.020,13	0,00	2.020,13	0,00	08.244.0028	10150	2.076	13	3.3.90.30.26.00.00.00	91782 - SUZANA SANDI CAZELLA DE TOMIN 0707	
C.D.- AQUISIÇÃO DE CANALETAS, QUADROS, TOMADAS, CABOS FLEXIVEL ETC. PARA INSTALAÇÃO DE SALA DE INFORMÁTICA PARA AULAS QUE SERÃO MINISTRADAS PELO CRAS/CREAS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. - CONVENIO - SCFV. (Compra Direta Nº 26/2017)																		
150 O				18/2017	04/04	145,38	0,00	89,50	89,50	55,88	55,88	60539	08.244.0028	10152	2.076	14	3.3.90.30.07.00.00.00	4381 - SUPER DELAZERI LTDA
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 25 PCT AMENDOIM; 15 UN REFRIGERANTE, ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS DOS GRUPOS CRAS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL E SEUS PROGRAMAS. PSB-CRAS																		
Total do Dia:						3.242,71	0,00	3.166,51	1.146,38	2.096,33								
151 O				31/2017	05/04	104,42	0,00	104,42	104,42	0,00	0,00	58744	08.244.0028	0100	2.077	16	3.3.90.30.24.00.00.00	2454 - G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CON
C.D.-AQUISIÇÃO DE TINTA E PINCEL PARA PINTURA DE CADEIRAS NO CRAS, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 27/2017)																		
152 O				32/2017	05/04	47,01	0,00	47,01	47,01	0,00	0,00	58744	08.244.0028	0100	2.077	16	3.3.90.30.24.00.00.00	2454 - G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CON
C.D.- AQUISIÇÃO DE LUVA, JOELHO E TUBOS DE ESGOTO PARA SER USADO NA CASA DE NEIVA ELEUTERIO(JUDICIAL), VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 28/2017)																		
153 O				05/04		11.913,48	0,00	11.913,48	11.913,48	0,00	0,00	58744	08.244.0028	0100	2.077	15	3.1.90.13.02.00.00.00	24 - INSS- INST. NAC. PREV.SOCIAL
PELA DESPESA DE ENCARGOS PATRONAIS EMPENHADA REFERENTE MENSAL DE MARÇO/2017.																		

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 49/60  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compral	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	
Entidade: 4 - FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CATANDUVAS																		
155 O		18/2017			05/04	91,62	0,00	91,62	91,62	0,00	60540	08.244,002	10152	2.076	14	3.3.90.30.07.00.00.00	2591 - SACOLÃO DE FRUTAS E VERD. SÃO CRIS	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 80 UN MACÃ; 3 KG TOMATE; 3 KG CEBOLA; 2 MC SALSÃ; 25 KG BETERRABA; ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS E MÃES DOS GRUPOS CRÁS; VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL. PSEMIC-CRÁS																		
156 O		18/2017			05/04	125,86	0,00	125,86	125,86	0,00	58744	08.241,000	0100	2.185	1	3.3.90.30.07.00.00.00	91746 - DIVINO ALIMENTOS EIRELIME	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 7 KG GROSSTOLI ALIMENTAÇÃO GRUPO DA TERCEIRA IDADE QUE VIAJARAM PARA PARTICIPAR DE JOGOS; VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL.																		
157 O		16/2017			05/04	170,80	0,00	170,80	170,80	0,00	60540	08.244,002	10152	2.076	14	3.3.90.30.22.00.00.00	4242 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO	
REFERENTE A AQUISIÇÃO DE 20 UN SABONETE LÍQUIDO AMEIXA/AMORA H20 500 ML. PARA LIMPEZA E HIGIENE DOS BANHEIROS CRÁS; VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL E SEUS PROGRAMAS. PSEMIC																		
158 O					05/04	460,00	0,00	460,00	460,00	0,00	60539	08.244,002	10152	2.076	14	3.3.90.39.99.00.00.00	90580 - VALE DO CONTESTADO TRANSPORTE E	
REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PASSEIO DE CUNHO SOCIO-EDUCATIVO COMO COMPLEMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS, CONFORME PROJETO "CARNAVAL NO SCFV NO DIA 23/02.2 VIAGENS. PSB-CRÁS																		
159 E		38/2017			05/04	765,00	0,00	85,00	0,00	765,00		08.244,002	0100	2.077	16	3.3.90.39.97.00.00.00	1873 - MILENIUM COMERCIO DE MATERIAIS E SI	
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INTERNET FULL HD FIBRA ÓTICA, INCLUINDO ASSISTENCIA TECNICA E MANUTENÇÃO 24 HRS, PONTOS NO CENTRO DE CONVIVENCIA, CRÁS E CRÁS, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL.																		
160 O		18/2017			05/04	107,39	0,58	106,81	106,81	0,00	58744	08.241,000	0100	2.185	1	3.3.90.30.07.00.00.00	91746 - DIVINO ALIMENTOS EIRELIME	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 6 KG GROSSTOLI ALIMENTAÇÃO GRUPO DA TERCEIRA IDADE QUE VIAJARAM PARA PARTICIPAR DE JOGOS; VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL.																		
161 O		18/2017			05/04	71,76	0,00	71,76	71,76	0,00	60539	08.244,002	10152	2.076	14	3.3.90.30.07.00.00.00	4381 - SUPER DELAZERI LTDA	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 20 PCT AMENDOIM ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS DOS GRUPOS CRÁS; VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL E SEUS PROGRAMAS. PSB-CRÁS																		
162 O					33/2017	07/04	285,60	0,00	285,60	765,00	0,00	60539	08.244,002	10152	2.076	14	3.3.90.30.99.00.00.00	680 - LOJA DE CONFECÇOES VAI E VEM LTDA - I
Total do Dia:						13.857,34	0,58	13.176,76	13.091,76									
								</										

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 50/60  
 Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CATANDUVAS</b>																	
163 O				34/2017	10/04	110,00	0,00	110,00	110,00	0,00	0,00	08.244.0002	0100	2.185	1	3.3.90.30.07.00.00.00	91768 - GERUSA PELENTIR EIRELI - ME
CD- REFERENTE AQUISIÇÃO DE FARDOS DE ÁGUA MINERAL PARA GRUPO DE IDOSOS QUE IRÃO PARTICIPAR DOS JOGOS DA MELHOR IDADE, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL DESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 30/2017)																	
165 O				10/04	10/04	5.314,23	0,00	5.314,23	5.314,23	0,00	0,00	08.244.0002	0100	2.077	15	3.1.90.11.01.00.00.00	91906 - FOLHA DE PAGAMENTO - ASSISTENCIA
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FÉRIAS 04/17																	
166 O				18/2017	10/04	45,33	0,00	45,33	45,33	0,00	0,00	08.244.0002	10152	2.076	14	3.3.90.30.07.00.00.00	2591 - SACOLÃO DE FRUTAS E VERD. SÃO CRIS
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 13 KG BANANA; 500 GR PIMENTÃO; 8 UN ALFACE; 1 KG CEBOLA; 1 KG CENOURA; 1 MACO TEMPERO VERDE; ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS E MÃES DOS GRUPOS CRAS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL. PSB-CRAS																	
167 O				18/2017	10/04	311,31	0,27	311,31	311,31	0,00	0,00	08.244.0002	10152	2.076	14	3.3.90.30.07.00.00.00	4381 - SUPER DELAZERI LTDA
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 5 KG CHOCOLATE EM PÓ; 12 PCT QUELHO FATIADO 400GR; 12 PCT PRESUNTO FATIADO 400GR; ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS DOS GRUPOS CRAS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL E SEUS PROGRAMAS. PSB-CRAS																	
168 O				18/2017	10/04	117,62	0,00	117,62	117,62	0,00	0,00	08.244.0002	0100	2.185	1	3.3.90.30.07.00.00.00	522 - J.I. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 200 UN PÃO FRANCÊS; ALIMENTAÇÃO DOS IDOSOS DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL.																	
169 O				18/2017	10/04	47,05	0,00	47,05	47,05	0,00	0,00	08.244.0002	10152	2.076	14	3.3.90.30.07.00.00.00	522 - J.I. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 80 UN PÃO FRANCÊS; ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS DOS GRUPOS CRAS-SCFV, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL. PSB-CRAS																	
170 O				18/2017	10/04	240,00	0,00	240,00	240,00	0,00	0,00	08.244.0002	0100	2.077	16	3.3.90.36.38.00.00.00	3724 - GILBERTO BASSO
REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, TRANSPORTE DE MUDANÇA PARA JOSELLA SILVA E NEIVA LAUTERIO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL.																	
172 O				18/2017	10/04	5,33	0,03	5,33	0,00	5,33	5,33	08.244.0002	10152	2.076	14	3.3.90.30.07.00.00.00	2591 - SACOLÃO DE FRUTAS E VERD. SÃO CRIS
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 2 UN ALFACE; 1 KG TOMATE; ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS E MÃES DOS GRUPOS PAFEFLOREAS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL. PSEM-CRAS																	
<b>Total do Dia:</b>									<b>6.191,35</b>	<b>0,30</b>	<b>6.190,84</b>	<b>6.185,54</b>	<b>5,51</b>				

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 51/60  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compras	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CATANDUVAS</b>																	
173 O				362017	11/04	40,00	0,00	40,00	0,00	40,00	08,244.002	0100	2,077	16	3,3.90.30.24.00.00.00	319 - FÁBRICA DE ESQ. METÁLICAS BILIBIO LTD.	
C.D. - AQUISIÇÃO DE 02 PUXADORES PARA JANELA (COM SOLDA E MÃO DE OBRA INCLUSA) UTILIZADO NO PRÉDIO DO CRÁS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DESTA MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 32/2017)																	
<b>Total do Dia:</b>						<b>40,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40,00</b>							
174 O				372017	12/04	178,50	0,00	178,50	178,50	0,00	08,244.002	0100	2,077	16	3,3.90.30.99.00.00.00	63 - AGROPECUÁRIA MEDEIROS LTDA	
C.D. - AQUISIÇÃO DE 01 APARELHO REPELENTE ULTRASSONICO PARA USO NA COZINHA DO CRÁS/CREAS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DESTA MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 33/2017)																	
175 O				382017	12/04	74,50	0,00	74,50	0,00	74,50	08,244.002	10152	2,076	14	3,3.90.30.99.00.00.00	2494 - G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CON	
C.D. - AQUISIÇÃO DE TINTAS DIVERSAS CORES E PINCEL PARA TRABALHO COM ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA-CREAS, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DESTA MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 34/2017)																	
176 O				12/04		1.458,55	0,00	1.458,55	1.458,55	0,00	08,241.000	0100	2,185	1	3,3.90.30.07.00.00.00	91795 - MARISA ALBUQUERQUE KRUMENAUER	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 53 REFERÊNCIAS, ALMOÇO DOS IDOSOS QUE FORAM PARTICIPAR DOS JOGOS EM BARCARE, CONFORME RELAÇÃO ANEXA, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL.																	
177 O				12/04		118,45	0,00	118,45	118,45	0,00	08,244.002	10152	2,076	14	3,3.90.30.16.00.00.00	1277 - SUPERMERCADO ASCOLLI - EIRELI - EPP	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 2 UN APONTADOR TRES; 6 UN BORRACHA MEROUR 40; 5 UN ELASTICO P DINHEIRO MERCUR SUPER AMARELO C/100 UN; 2 UN PENDURME MULTILASER TWIST 8GB; 3 UN PEN DRIVE MULTILASER 16GB; MATERIAL PARA O TRABALHO FEITO NOS GRUPOS COM AS CRIANÇAS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL. PSEMIC-CREAS																	
178 O				18/2017	12/04	121,24	0,09	121,15	121,15	-0,00	08,244.002	10152	2,076	14	3,3.90.30.07.00.00.00	4381 - SUPER DELAZERI LTDA	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 5 PCT ACUCAR REFINADO 5 KG; 5 PCT PIPOCA; 10L BEBIDA LACTEA, ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS DOS GRUPOS CRAS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL E SEUS PROGRAMAS. PSB-CRAS																	
179 O				18/2017	12/04	304,81	0,25	304,56	304,56	0,00	08,244.002	10152	2,076	14	3,3.90.30.07.00.00.00	4381 - SUPER DELAZERI LTDA	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 10L BEBIDA LACTEA; 12 UN QUEIJO FATIADO; 12 UN PRESUNTO FATIADO; ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS DOS GRUPOS PAIF-CRAS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL E SEUS PROGRAMAS. PSEMIC-CREAS																	
180 O				18/2017	12/04	56,93	0,17	56,76	56,76	0,00	08,244.002	10152	2,076	14	3,3.90.30.07.00.00.00	2591 - SACOLÃO DE FRUTAS E VERD. SÃO CRIS	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 14 KG BANANA; 1 KG BATATA; 1 KG ALHO; 2 MACO TEMPERO VERDE; ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS E MÃES DOS GRUPOS PAIF-CRAS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL. PSB-CRAS																	

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 52/60  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compral	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dat.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CATANDUVAS</b>																	
181 O			18/2017		12/04	17,64	0,07	17,57	0,00	17,57	08,244.0002	0100	2.185	1	3.3.90.30.07.00.00.00	2591 - SACOLÃO DE FRUTAS E VERD. SÃO CRIS	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 1 KG TOMATE; 1 KG PIMENTÃO; 8 UN ALFACE; ALIMENTAÇÃO DOS IDOSOS DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE; NAS REUNIÕES SEMANAIS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL.																	
182 O			18/2017		12/04	117,62	0,00	117,62	117,62	0,00	08,244.0002	0100	2.185	1	3.3.90.30.07.00.00.00	522 - J.L. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 200 UN PÃO FRANCÊS; ALIMENTAÇÃO DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE; NAS REUNIÕES SEMANAIS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL.																	
183 O			18/2017		12/04	47,05	0,00	47,05	47,05	0,00	08,244.0002	10152	2.076	14	3.3.90.30.07.00.00.00	522 - J.L. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 80 UN PÃO FRANCÊS; ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS E MÃES DOS GRUPOS SCFV-CRAS; VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL.																	
184 O			12/2017		25/04	2.495,30	0,58	2.494,72	2.402,65	92,07	08,244.0002	10152	2.076	14	3.3.90.30.16.00.00.00	4199 - LA CN INFORMATICA LTDA - ME	
Total do Dia:																	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 20 CX GRAMPO 266; 1 UN ALFINETE NIO. N/28 BACCHI 50GR; 10 UN PERCEVEJO LATONADO; 14 UN UNIFICADORES DE DEDO MOIDA DE 12G PCT C/12,5 UN CADERNO UNIV. 1X1 96 FLS; 5 UN PEREURADOR DE METAL; 8 UN CALCULADORA MANUAL E OUTROS MATERIAS USADOS NO EXPEDIENTE DO CRAS PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS PRESTADOS AS CRIANÇAS E MÃES DOS GRUPOS ATENDIDOS NO CRAS. VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL. PSB CRAS																	
185 O			25/04		25/04	649,00	0,00	649,00	649,00	0,00	08,244.0002	0100	2.077	16	3.3.90.36.07.00.00.00	676 - CIEE - CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCI	
REFERENTE A PAGAMENTO DA ESTAGIÁRIA: JULIA KUHN DE ALMEIDA, RELATIVO A MARÇO DE 2017.																	
186 O			40/2017		25/04	265,00	0,00	265,00	0,00	265,00	08,244.0002	0100	2.077	16	3.3.90.39.78.00.00.00	2123 - DEDETIZADORA JOAÇABENSE	
C.D. - MÃO DE OBRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO REALIZADO NA COZINHA DA ASSISTENCIA SOCIAL, VISANDO A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA. (Compra Direta Nº 36/2017)																	
187 O			41/2017		25/04	60,00	0,00	60,00	0,00	60,00	08,244.0002	0100	2.077	16	3.3.90.30.39.00.00.00	90581 - TRANS DAIC TRANSPORTES RODOVIAIR	
C.D. - AQUISIÇÃO DE 01 JOGO DE PALHETAS PARA TROCA NO UNO VIVACE, LO USADO PELA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DESTA MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 37/2017)																	

17/01/2018 16:27:42



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 53/60  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contab	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 4 - FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CATANDUVAS																	
189	O			25/04	47.102,65	0,00	47.102,65	47.102,65	47.102,65	0,00	59000	08.244.0028	0100	2.077	15	3.1.90.11.01.00.00.00	91306 - FOLHA DE PAGAMENTO - ASSISTENCIA ;
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																	
190	O			25/04	1.487,50	0,00	1.487,50	1.487,50	1.487,50	0,00	59765	08.244.0028	0100	2.077	16	3.3.90.46.01.00.00.00	91306 - FOLHA DE PAGAMENTO - ASSISTENCIA ;
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL 04/17																	
191	E			25/04	1.500,00	0,00	400,00	0,00	0,00	1.500,00	08.244.0028	0100	2.083	18	3.3.90.39.10.00.00.00	91802 - R.J.R CONSTRUTORA E INCORPORADOI	
REFERENTE AO EMPENHO ESTIMATIVO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL, EM ALVENARIA COM APROXIMADAMENTE 61,32M², LOCALIZADO NA RUA ANGELO GUERRA Nº 2024, BAIRRO SAYONARA, NO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, PARA A FAMÍLIA DO SR ANTONIO PINTO RIBEIRO, EM VULNERABILIDADE SOCIAL, DE ACORDO COM CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 0005/2017.																	
Total do Dia:						51.730,27	0,00	50.530,27	49.239,15	2.491,12							
192	O			42/2017	26/04	178,05	0,00	178,05	0,00	178,05	08.244.0028	10152	2.076	14	3.3.90.30.99.00.00.00	2033 - TRAMAS E ARTESANATO LTDA	
C.D. - AQUISIÇÃO DE 6 KG DE FIBRA E 1 ROLO DE LINHA CLEA PARA TRABALHOS A SER REALIZADOS COM ADOLESCENTES E MAES DO CREA'S, VISANDO ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DESTE MUNICÍPIO. ( Compra Direta Nº 38/2017)																	
193	O			18/2017	26/04	17,64	0,00	17,64	0,00	17,64	08.244.0028	10152	2.076	14	3.3.90.30.07.00.00.00	522 - J.I. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 30 UN PÃO FRANCÊS, ALIMENTAÇÃO DOS JOVENS DO GRUPO PAEFH-CREAS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL. PSEMC-CREAS																	
199	E			27/2017	26/04	18.000,00	0,00	1.800,00	0,00	18.000,00	08.244.0028	10152	2.076	14	3.3.90.39.48.00.00.00	1894 - SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM	
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DE OFICINAS PROFISSIONALIZANTES (INFORMÁTICA PARA INICIANTE E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES PARA INICIANTES), NO SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA ADOLESCENTES DE 15 A 18 ANOS, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL. CONVENIO																	
201	E			39/2017	26/04	2.160,00	0,00	240,00	0,00	2.160,00	08.244.0028	0100	2.077	16	3.3.90.39.83.00.00.00	1557 - CONCORDIA MATERIAIS DE ESCRIT. E INF	
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 3 IMPRESSORAS, FRANQUIA DE 10.000 MIL FOLHAS, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL.																	
Total do Dia:						20.355,69	0,00	2.235,69	0,00	20.355,69							
Total do Mês:						100.816,68	1,46	80.738,81	74.969,50	25.845,72							
Total da Entidade:						100.816,68	1,46	80.738,81	74.969,50	25.845,72							

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 54/60  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compras	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dat.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 5 - FUNREBOM - FUNDO REEQ. BOMBEIROS CATANDUVAS</b>																	
64	O				03/04	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	0,00	46064 04.182.007	0100	2.097	1	3.3.90.39.19.00.00.00	90578 - VINI COMERCIO DE PNEUS LTDA
REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS COM 4 UN DE BALANÇAMENTO E 1 UN DE GEOMETRIA - PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULO FIAT UNO MILLE PLACA: IMT7116, PERTENCETE AO FUNREBOM, DESTE MUNICÍPIO.																	
65	O				03/04	60,00	0,00	60,00	60,00	0,00	0,00	46064 04.182.007	0100	2.097	1	3.3.90.30.04.00.00.00	91769 - ROSA & DARTORA COMERCIO E TRANSI
REFERENTE A AQUISIÇÃO DE 1 M³ DE OXIGÊNIO MEDICINAL PP - UN 1072, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNREBOM, DESTE MUNICÍPIO																	
66	O				03/04	49,50	0,00	49,50	49,50	0,00	0,00	46064 04.182.007	0100	2.097	1	3.3.90.39.97.00.00.00	91178 - INOVA TELEINFORMATICA LTDA ME
REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS COM ACESSO A INTERNET IMB, RELATIVA A 1003 A 1204/2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNREBOM, DESTE MUNICÍPIO. CONFORME TERCEIRA ADITIVO AO CONTRATO FUNREBOM Nº 0001/2014.																	
67	O				18/2017	55,05	0,00	55,05	55,05	0,00	0,00	46064 04.182.007	0100	2.097	1	3.3.90.30.07.00.00.00	4381 - SUPER DELAZERI LTDA
REFERENTE A AQUISIÇÃO DE 2 UN DE ACHOOLATADO EM PÓ 1KG, 1 UN DE FERMENTO PO QUIMICO 100G, 10 KG DE FARINHA DE MILHO MEDIA 01KG E OUTROS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNREBOM, DESTE MUNICÍPIO.																	
68	O				18/2017	463,84	0,00	463,84	463,84	0,00	0,00	46064 04.182.007	0100	2.097	1	3.3.90.30.07.00.00.00	522 - J.I. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 4,62 KG CARNE BOVINA ALCATRA; 4,2 KG CARNE BOVINA BIFE COXÃO MOLE; 5,81 KG CARNE BOVINA MOIDA; 7,09 KG CARNE SUÍNA PERNIL; 14,201 KG PÃO FRANCÊS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNREBOM, DESTE MUNICÍPIO																	
69	O				03/04	535,75	0,00	535,75	535,75	0,00	0,00	46064 04.182.007	0100	2.097	1	3.3.90.30.16.00.00.00	1277 - SUPERMERCADO ASCOLLI - EIRELI - EPP
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 3 UN MARCADOR PARA RETROPROJETOR PILOT PRETO 2,0; 2 UN PINCEL MARCADOR BIC PRETO; 2 UN BORRACHA MERCUR 20; 2 UN GRAMPOS FRAMA 256 C/1000UN; 3 UN LAPIS BIC EVOLUTION; 2 UN CANETA BIC AZUL; 2 UN CANETA BIC PRETA; 1 UN CANETA BIC VERMELHA; 3 UN REGUA ESCOLAR E OUTROS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNREBOM, DESTE MUNICÍPIO																	
<b>Total do Dia:</b>																	
71	O				12/2017 18/04	65,00	0,00	65,00	65,00	0,00	0,00	46064 04.182.007	0100	2.097	1	3.3.90.30.21.00.00.00	90562 - FERREIRA MÓVEIS LTDA
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 1 UN CHALEIRA INOX 3 LITROS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNREBOM, DESTE MUNICÍPIO (Compra Direta Nº 12/2017)																	
<b>Total do Dia:</b>																	
72	O				22/2017 20/04	280,00	0,00	280,00	280,00	0,00	0,00	46064 04.182.007	0100	2.097	1	3.3.90.30.39.00.00.00	270 - LINDONIR RAMPAZZO
REFERENTE AQUISIÇÃO DE 1 UN PORCA SIMPLES; 1 UN PINO CENTRO; 1 UN MOLDA DANI LIRA; 1 UN MOLDA PINO DE CENTRO; PARA MANUTENÇÃO DA VIATURA ABT-66 PLACA AEM 5928, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNREBOM, DESTE MUNICÍPIO (Compra Direta Nº 22/2017)																	

17/01/2018 16:27:42

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 5560  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**  
Relação de Empenhos Liquidados

Empenho	Tipo	Proc	Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dat.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	
Entidade: 5 - FUNREBOM - FUNDO REEQ. BOMBEIROS CATANDUVAS																		
73 O				3/2017	20/04	155,00	0,00	155,00	0,00	155,00	04.182.007	0100	2.097	1	3.3.90.39.19.00.00.00	270 - LINDONIR RAMPAZZO		
REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MÃO DE OBRA, TROCA DE PEÇAS E SOCORRO, PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO PLACA AEM 5929, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNREBOM, DESTES MUNICÍPIO (Compra Direta Nº 3/2017)																		
74 O				20/04	20/04	60,00	0,00	60,00	0,00	60,00	04.182.007	0100	2.097	1	3.3.90.39.17.00.00.00	521 - REFRIGERAÇÃO CALUNGA LTDA ME		
REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA, BEBEDOURO, COFORMAÇÃO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNREBOM, DESTES MUNICÍPIO																		
75 O				20/04	20/04	1.388,00	0,00	1.388,00	1.388,00	0,00	0,00	04.603.04	04.182.007	0100	2.097	1	3.3.90.36.07.00.00.00	676 - CIEE - CENTRO DE INTEG. EMPRESAS-ESCI 2017.
REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ESTAGIÁRIOS: MARIANA CHINATO BAZZI E RICARDO CAMELO, RELATIVO A ABRIL DE 2017.																		
Total do Dia:						1.883,00	0,00	1.883,00	1.388,00	495,00								
76 E		38/2017		29/04	29/04	585,00	0,00	65,00	0,00	585,00	04.182.007	0100	2.097	1	3.3.90.39.97.00.00.00	1873 - MILENIUM COMERCIO DE MATERIAIS E SI		
REFERENTE ESTIMATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ACESSO INTERNET FULL HD, FIBRA ÓTICA, PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CATANDUVAS, PREVISTO PARA O EXERCÍCIO 2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNREBOM, DESTES MUNICÍPIO																		
Total do Dia:						585,00	0,00	65,00	0,00	585,00								
Total do Mês:						3.787,14	0,00	3.267,14	2.707,14	1.080,00								
Total da Entidade:						3.787,14	0,00	3.267,14	2.707,14	1.080,00								
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS																		
100 O				03/04	03/04	82,97	0,00	82,97	82,97	0,00	0,00	01.031.000	0100	2.001	4	3.3.90.30.07.00.00.00	682 - TRADICIONAL MERCADO LTDA	
REFERENTE 01 KG DE ERVA MATE ANZOLIN, 01 KG DE ERVA MATE CATANDUVAS, 01 KG DE ERVA MATE MATERVA, 02 KG DE ERVA MATE VERDINHA E 12 CX DE LEITE INTEGRAL TIROL 01 LT, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.																		
Total do Dia:						82,97	0,00	82,97	82,97	0,00								
101 O				05/04	05/04	103,25	0,00	103,25	103,25	0,00	0,00	01.031.000	0100	2.001	4	3.3.90.39.99.00.00.00	2344 - OFICIO DE REGISTRO DE IMOVEIS...	
REFERENTE SERVIÇOS PRESTADOS NA AVERBAÇÃO DO DECRETO LEGISLATIVO N.º 69/2017 DE 20.03.2017 (DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA) NA MATRÍCULA DE IMÓVEL N.º 3882.																		
Total do Dia:						103,25	0,00	103,25	103,25	0,00								

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 56/60  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc	Compras	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS</b>																	
102	O			06/04	06/04	290,21	0,00	290,21	290,21	0,00	0,00	57705	01.031.0000	0100	2.001	4	3.3.90.39.43.00.00.00 3519 - CELESC-DISTRIBUIÇÃO SA
REFERENTE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA DAS DEPENDÊNCIAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, RELATIVO AO MÊS 04/2017.																	
<b>Total do Dia:</b>						<b>290,21</b>	<b>0,00</b>	<b>290,21</b>	<b>290,21</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>						
103	O			10/04	10/04	240,00	0,00	240,00	240,00	0,00	0,00	57705	01.031.0000	0100	2.001	4	3.3.90.39.83.00.00.00 1557 - CONCORDIA MATERIAIS DE ESCRIT. E INF
REFERENTE IMPRESSÃO DE 3.000 CÓPIAS (3.000X0,08UN), QUANDO NA LOCAÇÃO DE IMPRESSORA SAMSUNG PROXPRESS M4070FR COM FORNECIMENTO DE TONER E PAPEL OFÍCIO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, NO PERÍODO DE 08.03.2017 A 29.03.2017.																	
<b>Total do Dia:</b>						<b>240,00</b>	<b>0,00</b>	<b>240,00</b>	<b>240,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>						
104	O			12/04	12/04	67,50	0,00	67,50	67,50	0,00	0,00	57705	01.031.0000	0100	2.001	4	3.3.90.30.22.00.00.00 934 - ANTONIO BOLDRINI
REFERENTE 05 FARDOS DE TOALHA DE PAPEL 23X20 SECK BEM C/1000 FOLHAS, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.																	
<b>Total do Dia:</b>						<b>27,00</b>	<b>0,00</b>	<b>27,00</b>	<b>27,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>						
105	O			12/04	12/04	27,00	0,00	27,00	27,00	0,00	0,00	57705	01.031.0000	0100	2.001	4	3.3.90.30.21.00.00.00 934 - ANTONIO BOLDRINI
REFERENTE 06 PCT DE COPOS DESCARTÁVEIS CRISTALCORPO 180ML C/100 UNIDADES, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.																	
<b>Total do Dia:</b>						<b>94,50</b>	<b>0,00</b>	<b>94,50</b>	<b>94,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>						
106	O			13/04	13/04	60,00	0,00	60,00	60,00	0,00	0,00	57705	01.031.0000	0100	2.001	4	3.3.90.30.07.00.00.00 91515 - ALLE BEBIDAS LTDA - ME
REFERENTE 05 FARDOS AGUA MINERAL COM GAS AQUALIFE 12X510ML, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.																	
<b>Total do Dia:</b>						<b>117,40</b>	<b>0,00</b>	<b>117,40</b>	<b>117,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>						
107	O			13/04	13/04	117,40	0,00	117,40	117,40	0,00	0,00	57705	01.031.0000	0100	2.001	4	3.3.90.39.44.00.00.00 96 - CASAN -COMP. CATARINENSE DE AGUA E S
REFERENTE FATURA DE AGUA ESGOTO, DAS DEPENDÊNCIAS DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, RELATIVO AO MÊS 04/2017.																	
<b>Total do Dia:</b>						<b>555,30</b>	<b>0,00</b>	<b>555,30</b>	<b>555,30</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>						
108	O			19/04	19/04	555,30	0,00	555,30	555,30	0,00	0,00	57705	01.031.0000	0100	2.001	4	3.3.90.39.11.00.00.00 91552 - LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA
REFERENTE DIREITO DE USO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DO SISTEMA LEGISLADOR AO VIVO, COM TRANSMISSÃO AO VIVO DAS SESSÕES DA CAMARA MUNICIPAL, RELATIVO AO MÊS 04/2017.																	
OBS: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 001/2014.																	
<b>Total do Dia:</b>						<b>555,30</b>	<b>0,00</b>	<b>555,30</b>	<b>555,30</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>						

17/01/2018 16:27:42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 57/60  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc. Compras	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contab.	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS</b>																
109 O				20/04	80,00	0,00	80,00	80,00	0,00	57705	01.031.000	0100	2.001	4	3.3.90.39.77.00.00.00	4003 - M & M MONITORAMENTO LTDA
REFERENTE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO DAS DEPENDÊNCIAS DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, RELATIVO AO MES 04/2017.																
110 O				20/04	129,20	0,00	129,20	129,20	0,00	57705	01.031.000	0100	2.001	4	3.3.90.39.47.00.00.00	276 - EMPRESA BRAS. DE CORREIOS E TELEGR
REFERENTE FATURA DE REMESSA DE CORRESPONDÊNCIAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, RELATIVO AO MES 03/2017.																
111 O				20/04	159,07	0,00	159,07	159,07	0,00	57705	01.031.000	0100	2.001	4	3.3.90.39.59.00.00.00	91183 - OI S.A.
REFERENTE FATURA DE DESPESA COM LIGAÇÕES TELEFONICAS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, RELATIVO MES 04/2017.																
112 O				20/04	739,50	0,00	739,50	739,50	0,00	57705	01.031.000	0100	2.001	4	3.3.90.39.01.00.00.00	91523 - NC COMUNICACOES SA
REFERENTE RENOVAÇÃO DA ASSINATURA ANUAL DO JORNAL A NOTICIA, PERÍODO DE 28/04/2017 A 25/04/2018, PARA A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.																
113 O				20/04	99,00	0,00	99,00	99,00	0,00	57705	01.031.000	0100	1.110	2	4.4.90.52.42.00.00.00	608 - JOALHERIA SAFRA LTDA - ME
REFERENTE 01 RELOGIO DE PAREDE HERWEG, DESTINADO AO PLENARIO DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.																
<b>Total do Dia:</b>																
114 O				24/04	1.206,77	0,00	1.206,77	1.206,77	0,00	57705	01.031.000	0100	2.001	4	3.3.90.36.15.00.00.00	149 - VILMAR ADALBERTO SCHMIDKE
REFERENTE LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, RELATIVO AO MES 04/2017.																
<b>Total do Dia:</b>																
115 O				25/04	1.684,46	0,00	1.684,46	1.684,46	0,00	57705	01.031.000	0100	2.001	4	3.3.90.39.88.00.00.00	91081 - SIMONE APARECIDA ALVES DE LIMA
REFERENTE SERVIÇOS PRESTADOS NA DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES E NOTÍCIAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL EM MÍDIA ELETRÔNICA (SITE CATANDUVAS ONLINE), RELATIVO AO MES DE ABRIL/2017.																

17/01/2018 16:27:42

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

## Relação de Empenhos Liquidados

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 5860  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc. Compras	Nº da AF/Avro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contab.	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS</b>																
116	O	2/2017		25/04	450,00	0,00	450,00	450,00	0,00	57705	01.031.000	0100	2.001	4	3.3.90.39.88.00.00.00	91129 - EMPRESA JORNALISTICA O FATO LTDA
REFERENTE SERVIÇOS PRESTADOS NA DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES E NOTÍCIAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL EM MEIO IMPRESSO, RELATIVO AO MÊS DE ABRIL/2017.																
<b>Total do Dia:</b>					<b>782,00</b>	<b>0,00</b>	<b>782,00</b>	<b>782,00</b>	<b>0,00</b>							
117	O			26/04	95,00	0,00	95,00	95,00	0,00	57705	01.031.000	0100	2.001	4	3.3.90.39.97.00.00.00	1873 - MILENIUM COM. MAT. SIST. INF. LTDA
REFERENTE MENSALIDADE DE ACESSO AO PROVEDOR DA INTERNET, RELATIVO AO MÊS DE ABRIL/2017, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.																
<b>Total do Dia:</b>					<b>95,00</b>	<b>0,00</b>	<b>95,00</b>	<b>95,00</b>	<b>0,00</b>							
118	O			27/04	256,12	0,00	256,12	256,12	0,00	57705	01.031.000	0100	2.001	4	3.3.90.30.22.00.00.00	682 - TRADICIONAL MERCADO LTDA
REFERENTE 01 FRASCO DE ALCOL COPERALCOOL EUCALIPTO 01LT, 02 FRASCOS DE AGUA SANITARIA QBOA 01LT, 01 FRASCO DE LIMPA PISO AJAX BUQUET DE FLORES 01LT, 01 FRASCO DE LIMPA PISO AJAX PERFUMES FLORES CAMPESTRES 01LT, 01 FRASCO DE ALCOL ABSOLUTO 01LT, 01 FRASCO DE ALCOL GEL FLOPS CRISTAL 500G, 01 FRASCO DE ALCOL GEL FLOPS LAVANDA 500ML, 01 PCT REFIL DE BOM AR AIR WICK LAVANDA CO2 UN 12ML, 02 FRASCOS DE BOM AR LAVANDA 300ML+500ML, 01 DESINFETANTE PINHO SOL LAVANDA 500ML, 02 FRASCOS DE PINHO SOL ORIGINAL 500ML E OUTROS, VISANDO A MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.																
<b>Total do Dia:</b>					<b>198,26</b>	<b>0,00</b>	<b>198,26</b>	<b>198,26</b>	<b>0,00</b>	57705	01.031.000	0100	2.001	4	3.3.90.30.07.00.00.00	682 - TRADICIONAL MERCADO LTDA
119	O			27/04	198,26	0,00	198,26	198,26	0,00	57705	01.031.000	0100	2.001	4	3.3.90.30.07.00.00.00	682 - TRADICIONAL MERCADO LTDA
REFERENTE 04 KG DE ACUCAR REFINADO ALTO ALEGRE, 01 PCT DE ANIS ESTRELADO INCAS 80G, 03 CX DE CAFE MELITTA EXTRA FORTE 500G, 01 CX DE CHA DR. OETKER LARANJA CIESEQUIRAS 30G, 01 CX DE CHA DR. OETKER SILVESTRE 30G, 01 CX DE CHA DR. OETKER ROMAGRANBERY 30G, 01 CX DE CHA MATTE LEAO NATURAL 40G, 04 KG DE ERVA MATE MATERVA, 01 KG DE ERVA MATE REGINA, 12 CX DE LEITE INTEGRAL AURORA 01LT, 02 PCT DE MISTURA DE CHAS INCAS 80G, VISANDO A MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.																
<b>Total do Dia:</b>					<b>97,84</b>	<b>0,00</b>	<b>97,84</b>	<b>97,84</b>	<b>0,00</b>	57705	01.031.000	0100	2.001	4	3.3.90.30.21.00.00.00	682 - TRADICIONAL MERCADO LTDA
120	O			27/04	97,84	0,00	97,84	97,84	0,00	57705	01.031.000	0100	2.001	4	3.3.90.30.21.00.00.00	682 - TRADICIONAL MERCADO LTDA
REFERENTE 01 BULE DOCESAR A. VERMELHO N. 12 E 01 CAÇAROLA DOCESAR C/TAMPA DE VIDRO VERMELHO N. 24, DESTINADOS A COZINHA DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.																
<b>Total do Dia:</b>					<b>32.678,40</b>	<b>0,00</b>	<b>32.678,40</b>	<b>32.678,40</b>	<b>0,00</b>	57705	01.031.000	0100	2.001	3	3.1.90.11.01.00.00.00	2957 - FOLHA DE PAGAMENTO - VEREADORES C
121	O			27/04	32.678,40	0,00	32.678,40	32.678,40	0,00	57705	01.031.000	0100	2.001	3	3.1.90.11.01.00.00.00	2957 - FOLHA DE PAGAMENTO - VEREADORES C
REFERENTE SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, RELATIVO AO MÊS DE ABRIL/2017.																
<b>Total do Dia:</b>					<b>20.155,57</b>	<b>0,00</b>	<b>20.155,57</b>	<b>20.155,57</b>	<b>0,00</b>	57705	01.031.000	0100	2.001	3	3.1.90.11.01.00.00.00	91506 - FOLHA DE PAGAMENTO - SERVIDORES I
122	O			27/04	20.155,57	0,00	20.155,57	20.155,57	0,00	57705	01.031.000	0100	2.001	3	3.1.90.11.01.00.00.00	91506 - FOLHA DE PAGAMENTO - SERVIDORES I
REFERENTE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, RELATIVO AO MÊS DE ABRIL/2017.																

17/01/2018 16:27:42

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 59/60  
Período de 01/04/2017 até 30/04/2017

Empenho	Tipo	Proc. Compra	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	ProAt	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
---------	------	--------------	--------------	------	--------------	---------	-----------	------	---------	-------	-----------	---------	-------	------	----------	---------------------------

Empenho	Tipo	Proc Compra	Nº da Af/Aro	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contá	Funcional	Recurso	Pro/Ant.	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS</b>																
123 O				27/04	1.510,98	0,00	1.510,98	1.510,98	0,00	0,00	57705 01.031.000*	0100	2.001	4	3.3.90.46.01.00.00.00 91506 - FOLHA DE PAGAMENTO - SERVIDORES (REFERENTE VALE ALIMENTAÇÃO EM PECUNIA CONCEDIDO AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, RELATIVO AO MÊS 04/2017).	
124 O				27/04	120,00	0,00	120,00	120,00	0,00	0,00	57705 01.031.000*	0100	2.001	4	3.3.90.39.99.00.00.00 1146 - ENERLUIZ - COM. E INST. ELÉTRICAS LTD/	
125 O				27/04	213,12	0,00	213,12	213,12	0,00	0,00	57705 01.031.000*	0100	1.110	2	4.4.90.52.24.00.00.00 1146 - ENERLUIZ - COM. E INST. ELÉTRICAS LTD/	
127 O				27/04	274,38	0,00	274,38	274,38	0,00	0,00	57705 01.031.000*	0100	2.001	3	3.1.90.13.99.00.00.00 475 - ASSERV - ASS. SERV. PÚB. MUN. DE CTVA\$	
128 O				27/04	6.699,07	0,00	6.699,07	6.699,07	0,00	0,00	57705 01.031.000*	0100	2.001	3	3.1.90.13.02.00.00.00 24 - INSS- INST. NAC. PREV.SOCIAL	
129 O				27/04	4.131,88	0,00	4.131,88	4.131,88	0,00	0,00	57705 01.031.000*	0100	2.001	3	3.1.90.13.02.00.00.00 24 - INSS- INST. NAC. PREV.SOCIAL	
130 O				28/04	535,97	0,00	535,97	535,97	0,00	0,00	57705 01.031.000*	0100	2.001	4	3.3.90.14.14.00.00.00 91519 - MARCELO BANDEIRA	
<b>Total do Dia:</b>																
					66.335,62	0,00	66.335,62	66.335,62	0,00	0,00	57705 01.031.000*	0100	2.001	4	3.3.90.14.14.00.00.00 91519 - MARCELO BANDEIRA	



Empenho	Tipo	Proc	Compras	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS</b>																	
131 O				28/04		535,97	0,00	535,97	535,97		0,00	57705 01.031.000	0100	2.001	4	3.3.90.14.14.00.00.00	3264 - IVACIR CARDOSO MOREIRA
REFERENTE 01 (UMA) DIARIA DESTINADA AO VEREADOR DA CAMARA MUNICIPAL SR. IVACIR CARDOSO MOREIRA, VISANDO ACOMPANHAR O PREFEITO MUNICIPAL SR. DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS A CAPITAL DO ESTADO, FLORIANOPOLIS/SC, EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO EFETUADA PELO PREFEITO MUNICIPAL ATRAVES DO OFICIO N0106/GAB/2017 EM ANEXO. OBJETIVO DA VIAGEM SOLICITAR RECURSOS E MELHORIAS PARA O MUNICIPIO. VISITA NA CASAN, NO GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI E OUTRAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS.																	
132 O				28/04		535,97	0,00	535,97	535,97		0,00	57705 01.031.000	0100	2.001	4	3.3.90.14.14.00.00.00	2656 - ADEMIR ANTONIO GOMES
REFERENTE 01 (UMA) DIARIA DESTINADA AO VEREADOR DA CAMARA MUNICIPAL SR. ADEMIR ANTONIO GOMES, VISANDO ACOMPANHAR O PREFEITO MUNICIPAL SR. DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS A CAPITAL DO ESTADO, FLORIANOPOLIS/SC, EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO EFETUADA PELO PREFEITO MUNICIPAL ATRAVES DO OFICIO N0106/GAB/2017 EM ANEXO. OBJETIVO DA VIAGEM SOLICITAR RECURSOS E MELHORIAS PARA O MUNICIPIO. VISITA NA CASAN, NO GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI E OUTRAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS.																	

Total do Dia:	1.607,91	0,00	1.607,91	1.607,91	0,00
Total do Mês:	73.255,39	0,00	73.255,39	73.255,39	0,00
Total da Entidade:	73.255,39	0,00	73.255,39	73.255,39	0,00
Total do Período:	1.968.794,12	1.616,34	1.739.410,54	1.483.563,40	483.612,38

Catanduvás, 17/01/2018

ITAMAR LONGHINI	LEANDRO GUERRA	DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Contador CRC/SC 021.7530-1	Encarregado do Serviço	Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2018 - PREGÃO Nº 0001/2018**

Publicação Nº 1532580

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018 - PREGÃO Nº 001/2018

Objeto: Contratação de empresa para imprensa escrita e online, visando a divulgação dos atos do Legislativo, conforme termo de referência e especificação do objeto Anexo I do presente edital.

Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação e credenciamento: até às 09h15min do dia 08 de março de 2018;

Limite para impugnação ao edital: até às 17h30min do dia 05 de março de 2018,

Início da Sessão Pública do pregão: às 09h30min do dia 08 de março de 2018.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 23 de fevereiro de 2018, no endereço <http://www.camaracatanduvassc.gov.br> e na Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 08h00min às 12h00min, e 13h30min às 17h30min de segunda a sexta-feira pelo telefone (49) 3525-1174.

Catanduvas (SC), 23 de fevereiro de 2018.

MONALISA RUARO

Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas/SC

**PARECER FINAL DA COMISSÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 006/2017 - TOMADA DE PREÇO N. 001/2017**

Publicação Nº 1532159

PROCESSO LICITATÓRIO N. 006/2017

TOMADA DE PREÇO N. 001/2017

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES

**PARECER FINAL DA COMISSÃO**

A Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações nomeada pela Resolução n. 41/2018 de 08 de janeiro de 2018,

CONSIDERANDO, o Recurso Administrativo apresentado pela empresa DTEC - Arquitetura e Engenharia Ltda, no dia 09 de fevereiro de 2018, na fase da abertura das propostas do Processo Licitatório n. 006/2017 - Tomada de Preços n. 001/2017;

CONSIDERANDO, a Manifestação apresentada pela empresa ENGETOPP Soluções em Engenharia e Arquitetura Ltda sobre o recurso administrativo interposto pela empresa DTEC - Arquitetura e Engenharia Ltda, no dia 16 de fevereiro de 2018, na fase da abertura das propostas do Processo Licitatório n. 006/2017 - Tomada de Preços n. 001/2017;

CONSIDERANDO, o Parecer Jurídico apresentado pela Dra. Mônia Kitiane Tonial, no dia 21 de fevereiro de 2018, no qual opina para que seja Homologado o Resultado da Licitação declarando-se vencedora a empresa ENGETOPP SOLUÇÕES EM ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, por ser a proposta mais viável para a administração pública, bem como por ter ratificado sua proposta com apresentação da documentação necessária para excluir a hipótese de inexecução do serviço.

**CONCLUSÃO**

A licitação observou os princípios que regem a Administração Pública, conforme art. 37 da Constituição Federal bem como os específicos da Lei 8.666/93, assegurado, igualmente, o princípio da ampla defesa aos proponentes.

Portanto, conforme parecer jurídico, e considerando o que dos autos desse processo licitatório consta, a Comissão de Julgamento através de sua presidente nega provimento aos recurso interposto pela empresa DTEC ARQUITETURA E EMGENHARIA LTDA ME, bem como declara a empresa ENGETOPP SOLUÇÕES EM ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, a vencedora do certame.

Catanduvas (SC), 22 de fevereiro de 2018.

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 20/2018

Publicação N° 1533150

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 20/2018 – PM  
PREGÃO PRESENCIAL N° 14/2018 – SRP

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 07 de Março de 2018, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto a contratação de Serviços Especializados de Arbitragem para os Eventos Esportivos de Futsal, Futebol Suíço e Futebol de Campo a serem realizados no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência – Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537-0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 23 de Fevereiro de 2018.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

# Chapecó

## PREFEITURA

### EDITAL SEDUC Nº 001/2018

Publicação Nº 1532860

#### EDITAL SEDUC Nº 001/2018

Dispõe sobre a realização de Chamada Pública visando à contratação de pessoal em caráter temporário para o Magistério Público Municipal no ano letivo de 2018 em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público n. 004/2017 e/ou Processo Seletivo Simplificado n. 033/2017 (Educação Indígena).

SANDRA MARIA GALERA, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará CHAMADA PÚBLICA sob o regime da Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, visando à contratação de pessoal em caráter temporário para preenchimento de vagas existentes no Magistério Público Municipal no ano letivo de 2018 em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público n. 004/2017 e/ou Processo Seletivo Simplificado n. 033/2017 (Educação Indígena), respeitadas as hipóteses legais autorizativas, sempre sob amparo de excepcional interesse público, com a estrita observância dos princípios constitucionais da impessoalidade, publicidade e eficiência administrativa, a qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital, bem como pelas demais disposições legais vigentes, sob a supervisão de Comissão de Acompanhamento conforme Portaria SEDUC n. 006, de 23 de fevereiro de 2018, e considerando os itens a seguir:

1. A divulgação do inteiro teor deste Edital, bem como dos Editais de Convocação dar-se-á no Órgão Oficial de Publicação do Município, via Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/)). Os referidos Editais, comunicados e/ou documentos correlatos serão publicados no website [www.chapeco.sc.gov.br](http://www.chapeco.sc.gov.br), sendo obrigação dos candidatos acompanhar todas as publicações e/ou atos relativos a presente Chamada Pública.

2. A Chamada Pública destina-se à admissão em caráter temporário de professor nas diversas áreas de atuação e/ou disciplinas, conforme disponibilidade de vagas existentes no Magistério Público Municipal, em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público n. 004/2017 e/ou Processo Seletivo Simplificado n. 033/2017 (Educação Indígena), respeitadas as hipóteses legais autorizativas, de acordo com as necessidades da Administração e mediante as condições estabelecidas neste Edital.

3. A inscrição na Chamada Pública implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelos candidatos das condições estabelecidas neste Edital.

#### 3.1. RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

3.1.1. Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, art. 5º, § 2º da Lei Complementar Nº 130, de 05 de dezembro de 2001 e demais legislações correlatas, às pessoas com deficiência fica igualmente assegurado o direito de inscrição na presente Chamada Pública para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, reservando-se o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas a serem ofertadas no respectivo cargo, observados os critérios legais e editalícios de seleção.

3.1.2. Considerando-se o disposto em item 5 do presente Edital, ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá apresentar LAUDO MÉDICO (original ou cópia autenticada em cartório e cópia(s) simples legível(eis) para conferência), emitido em prazo não superior a 90 dias da publicação do respectivo Edital de Convocação, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

3.1.3. Os candidatos deverão apresentar 01 (uma) cópia simples legível do Laudo Médico a cada nova inscrição por área de atuação/disciplina, ainda que ofertadas em mesmo Edital de Convocação, nos termos do item 6 do presente Edital.

3.1.4. Ainda que tenha se inscrito sob tal condição, caso o candidato não apresente, no ato de inscrição, o Laudo Médico, considerando-se os prazos e condições determinados, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial seja qual for o motivo alegado.

3.1.5. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.1.6. Os candidatos com deficiência, se assim devidamente inscritos, participarão da Chamada Pública em igualdade de condições com os demais candidatos, inclusive no que se refere aos critérios de seleção, resguardado o direito à reserva de vagas previsto na legislação própria, nos termos do presente Edital.

3.1.7. Respeitados os critérios de seleção da Chamada Pública, os candidatos com deficiência, por ocasião da admissão, serão submetidos à Perícia Médica Oficial do Município de Chapecó, a qual avaliará, a exemplo dos demais candidatos, a sua condição física e mental, bem como a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência de que são portadores, emitindo Laudo a ser encaminhado à Secretaria de Educação.

3.1.8. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância dos critérios legais e editalícios de seleção.

4. A Secretaria de Educação do Município divulgará, em cada oportunidade, Edital de Convocação para nova inscrição e respectiva escolha de vagas, com apresentação do Quadro de Vagas, por área de atuação e/ou disciplina, com carga horária, Unidade Escolar, motivo e prazo de contratação, no Órgão Oficial de Publicação do Município, bem como no website da Prefeitura Municipal de Chapecó ([www.chapeco.sc.gov.br](http://www.chapeco.sc.gov.br)), ficando sob a responsabilidade dos candidatos o acompanhamento da Chamada Pública.

5. Os candidatos interessados deverão dirigir-se pessoalmente ou mediante procuração (instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição e escolha - candidato ou procurador) à Secretaria de Educação do Município (SEDUC), situada na Rua Jonas Rauen, nº 53 E, Centro, Chapecó/SC, nos dias e horários estabelecidos no respectivo Edital de Convocação divulgado no Órgão Oficial de Publicação do Município, bem como no website ([www.chapeco.sc.gov.br](http://www.chapeco.sc.gov.br)), munidos dos seguintes documentos (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório):

- a) Cédula de Identidade e CPF;
- b) Comprovante da habilitação, nos termos do Edital de Convocação;
- c) Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 20 de dezembro de 2017;
- d) Laudo Médico, exclusivamente para as pessoas com deficiência, nos termos do subitem 3.1 do presente Edital.

6. Os candidatos deverão inscrever-se na(s) área(s) de atuação e/ou disciplina(s) de seu interesse, apresentando novamente a documentação exigida (item 5 c/c 15) a cada nova inscrição por área de atuação/disciplina ainda que ofertadas em mesmo Edital de Convocação.

7. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga será dada preferência ao que possuir maior habilitação.

8. Havendo dois ou mais professores habilitados será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no Magistério e, persistindo a igualdade, precederá o mais idoso.

9. Havendo dois ou mais professores não-habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no Magistério e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

10. O servidor inativo do magistério poderá assumir vaga de, no máximo, 20 (vinte) horas semanais.

11. Respeitadas as hipóteses legais autorizativas, o candidato contratado poderá ter seu contrato prorrogado, conforme necessidade da Rede Municipal, desde que em mesma vaga e, portanto, na mesma área de atuação e/ou disciplina, observadas as demais disposições editalícias correlatas, bem como a legislação em vigor.

12. O candidato devidamente inscrito e selecionado deverá entregar também a documentação de que trata o item 15 deste Edital no Setor de Gestão de Pessoal da Secretaria de Educação do Município, por ocasião do próprio ato de escolha de vagas (ou seja, na própria/mesma data para inscrição e respectiva escolha de vagas prevista no correlato Edital de Convocação), sendo permitido prazo maior para entrega do Laudo Médico (item 15, alínea "n"), o qual dependerá do Cronograma de atendimento do SASSM.

13. O candidato terá direito à remuneração a partir do primeiro dia em que entrar em exercício, desde que efetivada a sua contratação, respeitadas as disposições editalícias e legais pertinentes.

14. O professor que possuir penalidade de demissão no Serviço Público Municipal de Chapecó nos últimos 05 (cinco) anos será impedido de realizar escolha de vagas na Chamada Pública de que trata este Edital, nos termos da legislação em vigor.

15. Para admissão, o candidato deverá entregar no Setor de Gestão de Pessoal da Secretaria de Educação do Município fotocópia legível dos seguintes documentos, juntamente com o formulário de dados fornecido pela própria SEDUC:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Comprovante de Situação Cadastral no CPF ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- c) Título de Eleitor;
- d) Certificado de Reservista ou Quitação Militar;
- e) Certidão de Quitação Eleitoral;
- f) Certidão de Casamento ou escritura pública de convivência (para união estável) ou certidão de nascimento para os solteiros;
- g) Uma foto 3x4 recente;
- h) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- i) Comprovante de Conta Salário na Caixa Econômica Federal - Operação 037 (cópia do cartão);
- j) Certidão Criminal para fins Empregatícios/Folha Corrida expedida

- pelo Poder Judiciário de seu Município (original);
- k) Carteira de Vacinação dos filhos de zero a sete anos de idade, com as vacinas devidamente em dia;
- l) Inscrição do PIS ou PASEP (caso o servidor possua dois números de cadastro é obrigatória a unificação junto ao INSS);
- m) Comprovante da habilitação exigida para o cargo público/área de atuação/disciplina (cópia autenticada em cartório);
- n) Laudo Médico expedido pela Medicina de Trabalho do Município, confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo;
- o) Declaração de bens, se for o caso;
- p) Declaração de dependentes, se for o caso, para fins de abatimento no Imposto de Renda na Fonte;
- q) Declaração de que não ocupa outro cargo, emprego ou função pública, exceto os acumuláveis, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso XVI, alíneas "a", "b" e "c" da Constituição Federal;
- r) Declaração de não participação em empresa;
- s) Declaração de não penalizado em exercício de função pública;
- t) Cópia da Carteira de Trabalho onde conste a foto e o verso contendo os dados do trabalhador;
- u) Comprovante de endereço.

16. Os formulários a que se referem às alíneas "o", "p", "q", "r" e "s" serão fornecidos pelo Setor de Gestão de Pessoal da Secretaria de Educação do Município no momento da Escolha de Vagas, devendo ser preenchidos pelo candidato e entregues no próprio ato/data, conforme item 12 deste Edital.

17. O candidato, por ocasião da Escolha de Vagas, nos termos deste Edital, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação de todos os documentos comprobatórios exigidos impedirá a contratação correspondente à respectiva convocação.

18. A inexatidão das informações, falta e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do respectivo Edital de Convocação da Chamada Pública, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

19. Aplicam-se, no que couber, as disposições previstas em Edital de Processo Seletivo Público n. 004/2017 e/ou Processo Seletivo Simplificado n. 033/2017 (Educação Indígena).

20. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento, respeitada a legislação em vigor.

Município de Chapecó, 23 de fevereiro de 2018.

SANDRA MARIA GALERA  
Secretária de Educação

**EDITAL SEDUC Nº 002/2018**

Publicação Nº 1532862

**EDITAL SEDUC Nº 002/2018**

Convoca candidatos interessados para inscrição e respectiva escolha de vagas visando à contratação de pessoal em caráter temporário para o Magistério Público Municipal no ano letivo de 2018 e apresenta correspondente Quadro de Vagas mediante Chamada Pública, conforme Edital SEDUC Nº 001/2018.

SANDRA MARIA GALERA, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público n. 004/2017 e/ou Processo Seletivo Simplificado n. 033/2017 (Educação Indígena), TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS: ficam convocados os candidatos interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição e escolha - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública e realizar a respectiva escolha de vagas, nos termos do Edital SEDUC Nº 001/2018, mediante apresentação na Secretaria de Educação do Município (SEDUC), situada na Rua Jonas Rauhen, nº 53 E, Centro, Chapecó/SC, munidos da documentação estabelecida em item 5 do instrumento editalício mencionado (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório de: Cédula de Identidade e CPF; Comprovante da habilitação; Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 20 de dezembro de 2017, observado o disposto em subitem 3.1 do Edital SEDUC 001/2018 quanto à reserva de vagas para pessoas com deficiência), conforme Cronograma a seguir:

DATA	HORÁRIO DE INÍCIO	ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA
26/02/2018	13:30h	Educação Especial/Intérprete de Libras
	14:00h	Habilidades Artístico-Culturais/Dança
	14:30h	Ensino Religioso

**2. DO QUADRO DE VAGAS:**

ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	TURNOS	UNIDADE ESCOLAR	PRAZO CONTRATAÇÃO
Educação Especial/Intérprete de Libras	20	MAT/VESNOT	EBM SÃO CRISTÓVÃO/SEDUC	27/02 a 20/12/2018
Habilidades Artístico-Culturais/Dança	40	MAT/VESP	EBM AGROPECUARIA DEMETRIO BALDISSARELLI	27/02 a 20/12/2018
Habilidades Artístico-Culturais/Dança	20	VESP	ESCOLA PARQUE CIDADÃ LEONEL DE MOURA BRIZOLA (TER DOMÍNIO BALLET)	27/02 a 20/12/2018
Habilidades Artístico-Culturais/Dança	40	MAT/VESP	ESCOLA PARQUE CIDADÃ LEONEL DE MOURA BRIZOLA	27/02 a 20/12/2018
Ensino Religioso	30	MAT/VESP	EBM ANDRE ANTONIO MARAFON	27/02 a 20/12/2018
Ensino Religioso	10	MAT/VESP	EBM GUIDO MANTELLI	27/02 a 20/12/2018
Ensino Religioso	20	MAT/VESP	EBM HERBERT DE SOUZA	27/02 a 20/07/2018
Ensino Religioso	10	MAT	EBM MIRIAN ELENA MEYER	27/02 a 20/12/2018
Ensino Religioso	10	MAT	EBM OLÍPIO CORREA FIGUEIRÓ	27/02 a 20/12/2018
Ensino Religioso	40	MAT/VESP	EBM PADRE JOSE ANCHIETA/EBM DILSO CECCHIN	27/02 a 20/07/2018
Ensino Religioso	10	MAT/VESP	EBM WALDEMAR KLEINUBING	27/02 a 20/12/2018
Ensino Religioso	40	MAT/VESP	ESCOLA PARQUE CIDADÃ CYRO SOSNOSKY	27/02 a 20/07/2018
Ensino Religioso	20	MAT/VESP	EBM MARIA BORDIGNON DESTRI	27/02 a 20/07/2018
Ensino Religioso	20	MAT/VESP	EBM SÃO CRISTÓVÃO	27/02 a 20/07/2018
Ensino Religioso	20	MAT	EBM SEVERIANO ROLIN DE MOURA	27/02 a 20/12/2018

2.1. As vagas apresentadas na referida Chamada Pública motivam-se pelo disposto em art. 2º, inciso II da Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014.

2.2. O candidato inscrito para a disciplina/vaga de Intérprete de Libras que não possua comprovante de aprovação no exame de Proficiência em PROLIBRAS/MEC deverá comprovar domínio da respectiva Língua.

Município de Chapecó, 23 de fevereiro de 2018.

SANDRA MARIA GALERA  
Secretária de Educação



**EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO**

Publicação Nº 1532863

EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 002/2018

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Sindicato das Industrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Chapecó – SIMEC.

OBJETO – O presente Acordo de Cooperação tem como objeto desenvolver ações conjuntas e integradas para o fortalecimento do turismo de negócios, especialmente ações ligadas à realização da “FEIRA ELETROMETALMECÂNICA”.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Acordo de Cooperação vigorará a partir de 26 de Fevereiro de 2018 até 13 de Março de 2018, facultada a sua revisão, por acordo entre as partes, mediante comunicação por escrito.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 01 de Fevereiro de 2018 – Marcio Ernani Sander, Secretario de Desenvolvimento Econômico e

Turismo, Adilson Campos, Presidente da Entidade.

EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 003/2018

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Empresa Sonna Eventos

OBJETO – O presente Acordo de Cooperação tem como objeto desenvolver ações conjuntas e integradas para o fortalecimento do turismo de negócios, especialmente ações ligadas à realização do “BRASIL SUL FRANCHISING”.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Acordo de Cooperação vigorará a partir de 24 de Abril de 2018 até 30 de Abril de 2018, facultada a sua revisão, por acordo entre as partes, mediante comunicação por escrito.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 01 de Fevereiro de 2018 – Marcio Ernani Sander, Secretario de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Cleverson Dalmora, Presidente da Entidade.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 46/2018**

Publicação Nº 1533062

Portaria Nº 46/18

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal, aprovado em concurso público.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o inciso XXX, do art. 37 do Regimento Interno Desta Casa Legislativa, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II, e 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no edital de Concurso Público nº 001/2014 e no Edital de Convocação nº 001/2018, resolve: Art. 1º Fica nomeado, a partir de 21 de fevereiro de 2018, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: GRAZIELI MUCELIN

CARGO: ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS

CARGA HORÁRIO: 40 HORAS SEMANAIS

Art. 2º Esta Portaria tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação realizado em 26 de janeiro de 2018, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar 130/01.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 21 de fevereiro de 2018.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 21 de fevereiro de 2018

ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI

Presidente

**PORTARIA 47/2018**

Publicação Nº 1533064

Portaria Nº 47/18

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal, aprovado em concurso público.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o inciso XXX, do art. 37 do Regimento Interno Desta Casa Legislativa, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II, e 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no edital de Concurso Público nº 001/2014 e no Edital de Convocação nº 001/2018, resolve: Art. 1º Fica nomeado, a partir de 21 de fevereiro de 2018, como servidor público municipal, o candidato aprovado em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: ANDRE LUIZ MATTIELLO

CARGO: MOTORISTA

CARGA HORÁRIO: 40 HORAS SEMANAIS

Art. 2º Esta Portaria tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação realizado em 26 de janeiro de 2018, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar 130/01.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 21 de fevereiro de 2018.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 21 de fevereiro de 2018

ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI

Presidente



# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO SAF/N. 151/18

Publicação Nº 1532271

DECRETO SAF/Nº. 151/18, de 21 de fevereiro de 2018.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 61, de 03 de setembro de 2015, e

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, homologado através do Decreto SAF/Nº 50/16, de 02 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
- f) comprovação de idoneidade moral mediante apresentação do atestado de antecedentes emitidos por órgão competente;
- g) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;

- h) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
  - i) declaração negativa de acumulação de cargo público;
  - j) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
  - k) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.
- Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.
- Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.
- Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.
- Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.
- Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de fevereiro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

AGENTE EPIDEMIOLÓGICO

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
2	265153	Pablo Souza Alves

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de fevereiro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

## SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

### ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 02/2018

Publicação Nº 1532206

SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL – SANTA CATARINA  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2018  
PROCESSO N.º 41/2018

ERRATA – Alteração de Especificação dos Produtos e da data de abertura.

1 – Os itens 4, 5 e 6 do Anexo I deste Pregão passam a ter a seguinte descrição:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNIDADE	R\$ MÁXIMO UNITÁRIO
04	Tube Galvanizado 3"x3.35 - barra 6m, conforme NBR 5580	23	Barra	404,83
05	Luva Galvanizada 3" – unidade, conforme NBR 6943	22	Unidade	52,36

06	Inversor de Frequência 30 cv 46 amp trifásico 380v, Ciclo máximo de sobrecarga 0,12 kw á 15 kw, Métodos de controle-Linear, Quadrático e Multipontos, Faixa de Frequência de 0 á 550 hz, Trabalho em ambientes agressivos.	01	Unidade	7.656,96
----	--	----	---------	----------

2 – Os itens 1, 2 e 3 permanecem inalterados.

3 – Fica alterada a data da abertura do certame para o dia 08/03/2018, às 09:00 horas.

Cocal do Sul-SC, 22 de fevereiro de 2018.

Natanael Candioto  
Pregoeiro do SAMAE

# Concórdia

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 3/2018 – FMEC

Publicação Nº 1532371

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2018 - FMEC  
EXCLUSIVO PARA ME/EPP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição durante o exercício de 2018, de troféus e medalhas para premiação aos alunos, atletas e equipes participantes nos eventos promovidos e apoiados pela FMEC, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 12/03/2018.

Abertura: dia 12/03/2018 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 22 de fevereiro de 2018.

GIL ARTIFON

Superintendente da FMEC

### COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL - TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2017

Publicação Nº 1532790

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2017 – PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistema de Gestão Habitacional incluindo o provimento de DATACENTER (próprio ou locado), solução de mobilidade, a licença de direito de uso, customização, implantação, treinamento de suporte técnico, em conformidade com as exigências, características e quantidades constante no Anexo "A" deste Edital.

#### COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e, posteriores alterações, comunicamos à licitante: CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA, que a licitante SONIO DA ROSA SCHEPER EIRELI - EPP, interpôs recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de análise da Proposta Técnica do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 22 de fevereiro de 2018.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente CPL

### CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 26/2017 – PMC

Publicação Nº 1532559

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 26/2017 – PMC

#### CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar o representante legal da ROBERTO MISTURA ME, inscrita no CNPJ sob nº 10.292.359/0001-33, com sede na Avenida João Moreira Filho, nº 428, Centro, Guatambu –SC, CEP 89.817-000, para assinatura da Ata de Registro de Preços originada através da licitação em referência.

A não assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da veiculação desta publicação, conforme previsto no Item 14.1 do Edital, acarretará na aplicação das penas previstas no item 16 do Edital.

Concórdia, SC, 22 de fevereiro de 2018.

ANGELO BENINI FANTIN

Pregoeiro

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2018

Publicação Nº 1532771

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2018

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. MÁRCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, CONVOCA, as servidoras abaixo relacionadas, que se encontram afastadas em licença para acompanhamento de cônjuge, para que compareçam à Diretoria de Recursos Humanos do Município de Concórdia, localizada no Centro Administrativo Municipal, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia/SC, a fim de regular sua situação funcional.

Nº CPF	Nome	Cargo
863.965.799-87	ADRIANA PICINI LUSA	Professor
032.827.299-01	CARINE SAVARIS CAVALIERI	Professor
026.111.359-32	ELISANE R. DALLE LASTE ZOTTI	Professor
021.810.749-84	JULIANA POZZO	Professor
253.462.370-20	LIANE FALCÃO PEREIRA FUNEZ	Professor
898.009.669-00	NEUSA PICHLER BIFFI	Professor

As servidoras deverão comparecer no prazo de 08 (oito) dias a contar da publicação deste, sob pena de exoneração, conforme Parecer Jurídico nº 1138/2017.

A referida convocação tem como base, o art. 58, § 2º, da Lei Complementar nº 602/2011.

Concórdia, 22 de fevereiro de 2018.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

MÁRCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA

Diretora de Recursos Humanos

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2018 – FMEC CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**

Publicação Nº 1531710

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - CONCÓRDIA / SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2018 - FMEC

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, torna público que ratificou o ato da Senhora Jaira Zampieron, Chefe de Departamento, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Art. 24, X, da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 20/02/2018, para a Locação do imóvel, localizado Rua Anselmo Fontana, 734, Centro, para desenvolvimento de atividades da Fundação Municipal de Esportes, com treinamento das equipes de natação e tênis; a favor do Locador CONCORDIA PISCINA CLUBE no valor total de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais).

GIL ARTIFON  
Superintendente FMEC

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2018 - PMC CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**

Publicação Nº 1532840

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2018 – PMC

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna público que ratificou o ato do Senhor Valdomiro Tafarel, Diretor de Urbanismo, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Lei 8.666/93 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 19/02/2018, para a Contratação de empresa para o fornecimento de refeições para os servidores que trabalham no interior do Município de Concórdia - SC; a favor de SALVI & CIA LTDA no valor total de R\$ 9.000,00 (nove mil), TIAGO MATEUS MOCELLIN 06177819907 no valor total de R\$ 9.000,00 (nove mil), OTTO HIRT no valor total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos), ELIANE HELENA MASSOCHE no valor total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos), ANDOGNINI & CIA LTDA no valor total de R\$ 1.440,00 (um mil e quatrocentos e quarenta), MARIA H. C. ZERBIELLI-ME no valor total de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta), MARILEI PEREIRA CHURRASCARIA ME no valor total de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos).

DANIEL FAGANELLO  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2018 - FMAS CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**

Publicação Nº 1532854

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2018 – FMAS

A Secretária Municipal de Assistência Social, torna público que ratificou o ato do Senhor Jaime Estevão Bernardi, Diretor de Ação Social, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Lei 8.666/93 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 19/02/2018, para a Prestação de serviço para acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos, a Sra. Laurentina Maria Lupato, a partir do dia 19/02/2018. De acordo com Estudo Social de Pessoa Idosa, nos termos do Credenciamento 1/2017 FMAS.; a favor de IVANOR DE ANDRADE EIRELI - ME no valor total de R\$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos).

DENISE JUSTI LOPES  
Secretária Municipal de Assistência Social

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 025/2018

Publicação Nº 1533165

DECRETO Nº. 025, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.  
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. Inês Madali Garbin Medeiros, ocupante de cargo de provimento Comissionado de Assessor de Secretaria de Esporte e Lazer, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir do dia 28 de Fevereiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 22 de Fevereiro de 2018.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Munic. De Administração, Planejamento e Finanças.

### DECRETO Nº 026/2018

Publicação Nº 1533168

DECRETO Nº. 026 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.  
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, Considerando o pedido de exoneração formulado pela Servidora em 22 de Fevereiro de 2018, sob o protocolo nº 1686; Considerando Carta de concessão de benefício apresentada no dia 22 de Fevereiro de 2018,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. Inês Madali Garbin Medeiros, ocupante de cargo de provimento efetivo de Servente, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, em razão da concessão de sua aposentadoria por tempo de contribuição, conforme benefício nº 177.815.383-3, a partir de 28 de Fevereiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 22 de Fevereiro de 2018.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Munic. De Administração, Planejamento e Finanças.

### PORTARIA Nº 034/2018

Publicação Nº 1533190

PORTARIA Nº. 034 DE 21 FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias a Servidora abaixo relacionada, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de (Dez) dias no período de 21/02/2018 à 02/03/2018.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Damaris Devise	Cirurgião Dentista	09/07/2016 á 08/07/2017

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 a 30 de cada mês podendo ser alterado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 21 de Fevereiro de 2018.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

**Correia Pinto****PREFEITURA****CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR 01/2018 - PROCESSO 07/2018 PMCP**

Publicação Nº 1532822

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2018 – PROCESSO 07/2018 PMCP, PARA O ANO DE 2018

**COMPRA DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Considerando os termos da resolução nº. 038/2009 do FNDE, em seu art. 18 a qual determina que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo FNDE deverão obrigatoriamente ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, estando em conformidade com art. 14 da Lei 11947/2009; considerando o contido no artigo 37 da CF/88, especialmente quanto à publicidade e impessoalidade na contratação com a administração pública.

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto, faz saber a todos os interessados, que a partir do dia 23 de fevereiro de 2018 à 31 de dezembro de 2018, estará recebendo no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, localizado na Rua Duque de Caxias, 1569. Centro, CEP 88535-00, os envelopes com as documentações para habilitação na Chamada Pública, em horário das 08h30minhs à 12h00minhs e das 13h30minhs às 17h30minhs, no Setor de Licitações.

O edital completo contendo a relação de documentos necessários e demais informações encontra-se disponível em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

Lista de alimentos, quantidade e preços de produtos a serem adquiridos pela Secretaria Municipal de Educação ao longo do ano de 2018 que poderão ser revistos conforme a necessidade.

IT	PRODUTOS	QUANTIDADE	R\$ Preço Produto Convencional	R\$ Preço Produto Orgânico
1	ABOBORA MENINA	300 kg	2,06	2,67
2	ABOBRINHA	900 kg	2,21	2,87
3	ACELGA(MAÇO 400G)	700 Un	1,98	2,57
4	AGRIÃO(MAÇO 250G)	950 mçs	1,77	2,30
5	AIPIM COM CASCA	1100 kg	2,84	3,69
6	AIPIM DESC. CONGELADO	1500 kg	7,05	9,16
7	ALECRIM(MAÇO 150G)	50 mçs	1,50	1,95
8	ALFACE AMERICANA	2200 un.	1,66	2,16
9	ALFACE	4000 un.	1,64	2,13
10	ALHO	100 kg	22,18	28,83
11	ALHO PORÓ(MAÇO 150G)	400 mçs	0,00	0,00
12	AMENDOIM DESCASCADO E TORRADO	1000 kg	11,99	15,59
13	AMORA IN NATURA	80 kg	10,00	13,00
14	AMORA CONGELADA	80 kg	7,00	9,10
15	ARROZ PARBOILIZADO	400 kg	2,64	3,44
16	ARROZ INTEGRAL	300 kg	3,56	4,63
17	AÇÚCAR MASCAVO	300 kg	10,59	13,76
18	BANANA CATURRA	4500 kg	2,20	2,85
19	BATATA DOCE	1000 kg	2,74	3,56
20	BATATA INGLESA	2500 kg	2,27	2,96
21	BATATA SALSA	1200k kg	2,99	3,89
22	BANANA NANICA	4500 kg	2,96	3,85
23	BETERRABA	1100 kg	2,52	3,27
24	BERINJELA	450 kg	3,08	4,00



25	BRÓCOLIS CHINÊS	3000 Un	2,81	3,65
26	BEBIDA LÁCTEA (DIVERSOS SABORES)	2000 Lt	6,13	7,96
27	CAPIM CIDREIRA	600 mçs	1,75	2,28
28	CAQUI CAFÉ	800 kg	2,48	3,22
29	CARNE SUÍNA(EM CUBOS) (COM REGISTRO DE INSPEÇÃO)	1000 kg	7,69	10,00
30	CARNE SUÍNA(TIPO LOMBO) (COM REGISTRO DE INSPEÇÃO)	1000 kg	7,55	9,81
31	CARNE MOÍDA CONGELADA (COM REGISTRO DE INSPEÇÃO)	1000 kg	13,73	17,85
32	CEBOLA DE CABEÇA	1500 kg	2,53	3,28
33	CENOURA	1000 kg	2,89	3,76
34	CANELA EM RAMA	20 kg	2,95	
35	COUVE FLOR	2000 Un	3,50	4,55
36	COUVE MANTEIGA(MAÇO 300G)	2000 mç	2,38	3,09
37	CAMOMILA( KG )	80 kg	2,73	3,55
38	CHICÓRIA	1600 Un	2,00	2,60
39	CHUCHU	650 kg	2,00	2,60
40	DOCE DE LEITE (C/ INSPEÇÃO)	300 kg	21,31	
41	DOCE DE FRUTAS ARTESANAL DIVERSOS SABORES	200 kg	17,90	
42	GELÉIA ARTESANAL (DIVEROSOS SABORES)	150 kg	18,33	
43	ERVA DOCE	30 kg	2,95	3,84
44	ERVILHA DEBULHADA CONGELADA	400 kg	15,99	20,78
45	EXTRATO DE TOMATE ARTESANAL	200 kg	9,25	12,02
46	ESPINAFRE (MAÇO 500G)	900 mçs	1,75	2,28
47	FARINHA DE MANDIOCA	180 Kg	6,49	
48	FARINHA DE MILHO (FUBÁ)	400 kg	2,80	3,64
49	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL	400 kg	3,96	5,15
50	FARINHA DE TRIGO REFINADA	2000 kg	2,38	
51	FEIJÃO VERMELHO	800 kg	8,08	10,50
52	FEIJÃO PRETO	3200 kg	5,01	6,51
53	FIGO	200 kg	0,00	0,00
54	FUBÁ MÉDIO	200 kg	2,83	3,68
55	FRANGO A PASSARINHA (COM REGISTRO DE INSPEÇÃO)	2000 kg	7,52	9,78
56	GRÃO DE BICO	300 kg	11,98	
57	GENGIBRE FRESCO	20 kg	8,83	11,47
58	HORTELÃ FRESCA(MAÇO 150G)	600 mçs	1,75	2,28
59	IOGURTE ARTESANAL (DIVERSOS SABORES)(COM INSPEÇÃO)	4500 lts	10,65	
60	LARANJA	3000 kg	2,08	2,70
61	LIMÃO	1000 kg	3,63	4,71
62	LEITE DE VACA UHT INTEGRAL -LONGA VIDA (C/ INSPEÇÃO)	24000 lt	2,06	2,68
63	LOURO(MAÇO 200G)	30 kg	2,05	2,67
64	MAÇÃ	2500 kg	3,67	4,77
65	MANJERONA FRESCO (100G)	350 mç	1,50	1,95
66	MANJERICAO FRESCO (MÇO 200G)	500 mç	1,61	2,10
67	MARACUJÁ	100 kg	7,70	10,00



68	MEL (C/ INSPEÇÃO)	100 kg	26,67	34,67
69	MELADO DE CANA (C/INSPEÇÃO)	100 kg	7,31	9,51
70	MELANCIA	4500	1,45	1,88
71	MELÃO	200 kg	3,91	5,09
72	MILHO PIPOCA	100 kg	5,36	6,96
73	MILHO VERDE/ESPIGA SEM PALHA	1000 kg	3,50	4,55
74	MIRTILOIN NATURA	100 kg	35,00	45,50
75	MIRTILO CONGELADO	100 kg	30,00	39,00
76	MORANGA CABUTIÁ	2000 kg	2,10	2,73
77	MORANGO IN NATURA	1500 kg	14,59	18,97
78	MORANGO CONGELADO	600 kg	12,00	15,60
79	MOSTARDA	400 mçs	1,50	1,95
80	NABO	600 kg	0,00	
81	NATA (C/ INSPEÇÃO)	200 kg	5,32	
82	OVOS CAIPIRA (C/ INSPEÇÃO)	1700 dz	4,00	5,20
83	PEPINO	550 kg	2,60	3,37
84	PIMENTA CAMBUCCI	500 kg	3,00	3,90
85	PEPINO JAPONÊS	250 kg	2,86	3,72
86	PERA	400 kg	3,83	4,98
87	PESSEGO	400 kg	3,29	
88	PHISALIS IN NATURA	600 kg	0,00	0,00
89	PHISALIS CONGELADO	600 kg	0,00	0,00
90	PIMENTÃO	600 kg	4,52	5,88
91	PINHÃO COM CASCA	2000 kg	3,58	
92	PINHÃO DESCASCADO TRITURADO E CONGELADO	1500 kg	14,30	
93	QUEIJO COLONIAL/ SERRANO (C/ INSPEÇÃO)	400 kg	28,42	36,95
94	QUIRERA	300 KG	2,25	2,92
95	KIWI	2000 kg	14,72	19,14
96	RABANETE MAÇO - 1 KG	750 kg	3,12	4,06
97	REPOLHO ROXO	700 un	2,55	3,31
98	REPOLHO VERDE	1000 un	2,12	2,75
99	RÚCULA(MAÇO 300G)	1000 mçs	2,25	2,93
100	RICOTA	600 kg	0,00	
101	ORÉGANO (200G)	20 kg	4,94	6,42
102	SALSÃO(MAÇO )	300 mç	1,50	
103	SEMENTE DE LINHAÇA	150 kg	0,00	
104	SEMENTE DE GERGELIM	80 kg	14,30	
105	SUCO DE UVA INTEGRAL	2000 lts	10,10	13,12
106	SUCO DE LARANJA INTEGRAL	300 lts	7,30	9,49
107	SUCO DE TANGERINA INTEGRAL	300 lts	0,00	0,00
108	TEMPERO VERDE(MAÇO 300G)	2000 mçs	2,25	2,93
109	TOMATE	1500 kg	3,45	4,48
110	TOMATE CEREJA	800 kg	4,00	5,20
111	UVA	700 kg	4,74	6,17
112	VAGEM	500 kg	4,25	5,52
113	VERGAMOTA	3400 kg	4,43	5,76
114	BOLO DE CENOURA INTEGRAL	800 kg	19,05	

115	BOLO NEGA MALUCA	800 kg	17,03	
116	BOLO TIPO CUCA	650 kg	19,05	
117	BOLO TIPO CUCA C/BANANA INTEGRAL	650 kg	14,00	
118	BOLO DE FUBÁ	650 kg	18,05	
119	BISCOITO DE PÃO CASEIRO INTEGRAL	500 kg	10,44	
120	BISCOITO CASEIRO DOCE C/ COCO	500 kg	15,20	
121	MACARRÃO CASEIRO	1000 kg	11,66	
122	MINI PIZZA	500 kg	20,00	
123	PÃO CASEIRO	800 kg	9,91	
124	PÃO CASEIRO INTEGRAL	800 kg	10,04	
125	PÃO CASEIRO DE AIPIM	600 kg	11,12	
126	PÃO CASEIRO DE INHAME	500 kg	11,00	
127	PÃO CASEIRO DE CARAH	200 kg	11,00	
128	PÃO CASEIRO DE MILHO	500kg	11,00	
129	PÃO DE BATATA	300 kg	14,53	
130	BISCOITO CASEIRO DE ESPINAFRE	300 kg	11,33	
131	BISCOITO CASEIRO DE CENOURA	300 kg	14,50	
132	BISCOITO CASEIRO DE BETERRABA	300 kg	14,50	
133	PÃO CASEIRO TRICOLOR TRANÇADO	300 kg	15,00	
134	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	800 kg	10,13	
135	BOLACHA CASEIRA DE COCO	650 kg	16,20	
136	BOLACHA DE POLVILHO	650 kg	19,74	
137	BOLACHA DE FUBÁ	650 kg	19,68	
138	BOLACHA CASEIRA DE AMENDOIM	650 kg	21,00	
139	BOLACHA CASEIRA DE ARARUTA	500 kg	18,20	
140	BOLACHA DE PÃO DE MEL preço kg	4000 un	21,36	
141	BOLACHA CASEIRA TIPO SEQUILHOS	500 kg	18,75	
142	BOLACHA SEM LACTOSE DE COCO	150 kg	22,67	
143	BOLACHA SEM LACTOSE DE AMENDOIM	150 kg	23,67	
144	BOLACHA DIET E INTEGRAL DE COCO	150 kg	25,33	
145	BOLACHA DIET E INTEGRAL DE AMENDOIM	150 kg	25,33	
146	BOLACHA INTEGRAL COM CHIA	150 kg	21,67	
147	BNOLACHA AMANTEIGADA DE COCO	150 kg	20,67	
148	BOLACHA AMANTEIGADA DE LINHAÇA	150 kg	21,33	
149	BOLACHA DE AVEIA E MEL	150 kg	21,50	
150	BOLACHA SEM LACTOSE	150 kg	23,67	
151	PASTEL ASSADO DE FRANGO E CARNE	200 kg	20,00	
152	ESFIRRA DE CARNE E FRANGO INTEGRAL	200 kg	20,00	
153	PÃO TIPO CUCA ALEMÃ	500 kg	13,25	
154	IGNHOLINI	500 kg	28,09	
155	TORTEI	500 kg	15,14	

Correia Pinto, 22 de fevereiro de 2018.

Celso Rogério Alves Ribeiro

Prefeito

**EXTRATO DE CONTRATO - 0181/2018 PMCP**

Publicação Nº 1531663

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: 0181/2018 PMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa PLANN ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ: 20.302.854/0001-30.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a realização de serviços de PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS, SIOPE - SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO, E DOS PROGRAMAS DO PNATE, PNDE, PDDE E DOS CONVÊNIOS DA EDUCAÇÃO.

Valor total: 6.000,00 (Seis mil reais)

Vigência: até 31/12/2018

Correia Pinto, 01/02/2018.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

**EXTRATO DE CONTRATO - 0266/2018 PMCP**

Publicação Nº 1531672

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: 0266/2018 PMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e EDSON JULIO WOLINGER, CNPJ: 907.743.459-34.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a realização de serviços de ASSESSORIA NA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ARQUIVOS REFERENTE À DIRF E RAIS, ANO BASE 2017.

Valor total: 1.900,00 reais (Um mil e novecentos reais)

Vigência: 19/02/2018 até 20/03/2018.

Correia Pinto, 19/02/2018.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

**EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 02/2018 PMCP**

Publicação Nº 1531664

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2018 PMCP  
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato 0236/2018 PMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ADRIANA DE SOUZA MARTINS ME

CNPJ nº 12.002.878/0001-45

Objeto: TRANSPORTE DIÁRIO DE ÔNIBUS, PARA PROFESSORES – LINHA BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, TOTAL DE QUILOMETRAGEM 15 KM POR PERCURSO, SENDO 04 PERCURSOS DIÁRIOS, EM 22 DIAS DO MÊS, TOTALIZANDO 1.320 KM POR MÊS.

Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento do Item nº 01 com as características constantes da proposta julgada vencedora, para atender as necessidades da CONTRATANTE, pelo preço decorrente do Pregão Presencial n. 02/2018 – PMCP e seus anexos.

Item	Descrição do Produto	Quant.	Unid.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	TRANSPORTE DIÁRIO DE ÔNIBUS, PARA PROFESSORES – LINHA BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, TOTAL DE QUILOMETRAGEM 15 KM POR PERCURSO, SENDO 04 PERCURSOS DIÁRIOS, EM 22 DIAS DO MÊS, TOTALIZANDO 1.320 KM POR MÊS.	14.520,00	KM	2,50	36.300,00
				TOTAL	36.300,00

Vigência: até 31/12/2018

Correia Pinto/SC 07/02/2018.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

## EXTRATO DE CONTRATO II - CREDENCIAMENTO 01/2018 - PROCESSO 03/2018 PMCP

Publicação Nº 1531668

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO 01/2018 PMCP  
PROCESSO 03/2018 PMCP  
EXTRATO DE CONTRATO - II

Objeto: O presente termo tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO E LIMPEZA DE LINHA LEVE E PESADA, PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, conforme planilha de valores ofertados pelo Município, em anexo, de acordo com o Edital de Chamamento Público nº 01/2018 – Processo 03/2018 PMCP.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa HARRISON ALUPES PEREIRA,  
CNPJ: 27.526.127/0001-03

Instrumentos:  
0237/2018 PMCP  
0238/2018 FMS  
0239/2018 FMAS  
0240/2018 FHMCP  
0241/2018 FMEC

### ANEXO - PLANILHA DE PROPOSTA

A LICITANTE ACIMA DESCRITA, ASSINADA POR SEU REPRESENTANTE LEGAL DECLARA que possui ou possuirá na data da assinatura do contrato, de infraestrutura física e operacional, dispondo de ferramentas, materiais e funcionários suficientes para cumprir adequadamente com os valores e as condições dos serviços, conforme a baixo:

Item credenciado	Descrição do veículo	Quantidade	Valor Unitário R\$
01	Lavação - carros pequenos (menos motor)	2.000	25,00
02	Lavação - carros pequenos (com motor)	500	30,00
03	Lavação – Kombi, Micro-ônibus, Toyota, C 10, Van, Ambulância (menos motor)	-	-
04	Lavação – Kombi, Micro-ônibus, Toyota, C 10, Van, Ambulância (com motor)	-	-
05	Lavação de caçamba, ônibus (menos motor)	-	-
06	Lavação de caçamba, ônibus (com motor)	-	-
07	Lavação de patrôla, retroescavadeira, carregadeira	-	-
08	Lavação de trator agrícola, rolo compactador	-	-

Vigência: até 31/12/2018

Correia Pinto/SC 07 de Fevereiro de 2018.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

**EXTRATO DE CONTRATO II - PROCESSO 01/2018 FHMCP**

Publicação Nº 1531657

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2018 FHMCP  
EXTRATO DE CONTRATO - II

Objeto: O Presente termo tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS MÉDICOS EM CLÍNICA GERAL OU ESPECIALISTA, A FIM DE ATENDER À DEMANDA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, ESPECIFICAMENTE NO HOSPITAL MUNICIPAL FAUSTINO RISCAROLLI, CONFORME QUANTIDADE E SERVIÇOS ESPECIFICADOS NO ANEXO I DESTE EDITAL de CREDENCIAMENTO 01/2018 e seus anexos, cujos documentos fazem parte integrante deste instrumento, como se transcritos estivessem, bem como nas cláusulas e condições deste termo.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e CLINI SERV SERVIÇOS MÉDICOS LTDA EPP,  
CNPJ: 22.528.136/0001-01  
Instrumento: Contrato nº 0170.1/2018 FHMCP

Vigência: até 31/12/2018.

Correia Pinto, 01/02/2018.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

**LEI COMPLEMENTAR Nº 185/2018**

Publicação Nº 1531604

LEI COMPLEMENTAR Nº 185/2018  
DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

"FIXA O PISO SALARIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS VINCULADOS À LEI COMPLEMENTAR Nº 0019/2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 1º - Fica fixado o Piso Salarial dos Servidores Municipais vinculados à Lei Complementar nº 0019/2007 (Magistério), no valor de R\$ 2.455,35 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos) a partir de janeiro de 2018, equivalente a 6,81% (seis vírgula oitenta e um por cento) de reajuste.

Art. 2º - Fica revogada a Lei Complementar 0169, de 23 de fevereiro de 2017.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 21 de fevereiro de 2018.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito  
Registre-se e Publique-se

OLIVEIRA PIRES BURG  
Chefe de Gabinete

**LEI COMPLEMENTAR Nº 186/2018**

Publicação Nº 1531605

LEI COMPLEMENTAR Nº 186/2018  
DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

"CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 1º - Fica concedida revisão geral salarial aos servidores públicos da administração direta e fundacional do Município de Correia Pinto, de 2,95% (dois vírgula noventa e cinco por cento) referente ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado de janeiro a dezembro de 2017.

Parágrafo Único – A revisão geral anual de que trata o caput deste artigo não se estende ao Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e autoridades equivalentes, Assessores, Diretores, Procurador Adjunto, Coordenador Geral do PROCON, Coordenador para Desenvolvimento Econômico Geração de Emprego e Renda, Administrador de Atos de Pessoal, Executivo de Contabilidade e aos servidores que percebem o piso do magistério.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotação orçamentária específica.

Parágrafo Único – Os valores a título de revisão geral anual referente ao mês de janeiro/2018 serão pagos juntamente com os vencimentos do mês de fevereiro/2018.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, mas seus efeitos retroagem à 1º de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito, em 21 de fevereiro de 2018.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito  
Registre-se e Publique-se

OLIVEIRA PIRES BURG  
Chefe de Gabinete

**LEI COMPLEMENTAR Nº 187/2018**

Publicação Nº 1531607

LEI COMPLEMENTAR Nº 187/2018  
DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

"CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 1º - Fica concedida revisão geral salarial aos servidores públicos da Câmara de Vereadores de Correia Pinto em 2,95% (dois vírgula noventa e cinco por cento) referente ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado de janeiro a dezembro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotação orçamentária específica.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito  
Registre-se e Publique-se

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, mas seus efeitos retroagem à 1º de janeiro de 2018.

OLIVEIRA PIRES BURG  
Chefe de Gabinete

Gabinete do Prefeito, em 21 de fevereiro de 2018.

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### LEI COMPLEMENTAR PROMULGADA 184/2017

Publicação Nº 1532884

LEI COMPLEMENTAR PROMULGADA nº 184/2018  
de 30 DE JANEIRO DE 2018

AMARILDO DOS SANTOS RUIVO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Correia Pinto, em cumprimento ao disposto no art. 70, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto e no art. 37, IV do Regimento Interno, promulga a seguinte Lei Complementar:

"EXTINGUE O CARGO DE OFICIAL LEGISLATIVO, ALTERANDO A LEI COMPLEMENTAR Nº 105/2012, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS SERVIÇOS, DO QUADRO DE PESSOAL, DOS VENCIMENTOS E DEFINE FUNÇÕES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º. Fica extinto o cargo de Oficial Legislativo, revogando-se o disposto equivalente no Capítulo V - DA CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, SEÇÃO II - DAS FUNÇÕES, Item 2 - Órgãos de Execução, inciso V - Setor Administrativo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições conflitantes com a redação conferida os artigos antecedentes, atualmente existentes na Lei Complementar nº 105, de 11 de dezembro de 2012.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Correia Pinto/SC, 30 de janeiro de 2018.  
AMARILDO DOS SANTOS RUIVO  
Presidente



# Corupá

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1447/18

Publicação Nº 1533086

DECRETO Nº 1447/18

AUTORIZA A CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO DA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do artigo 66, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, a fazer uso do espaço público da Praça Municipal Artur Müller, no dia 24 de fevereiro de 2018, com início às 9:00 horas e término às 14:30 horas, para serviços de cuidados com a saúde, recreação para crianças e informações sobre os serviços oferecidos pela CELESC, tendo como responsável o Sr. Wagner Felipe Vogel, chefe da Agência Regional de Jaraguá do Sul.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da CELESC.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
23 de fevereiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicado e registrado na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009

### PORTARIA Nº 4720/18

Publicação Nº 1533029

PORTARIA Nº 4720/18

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 6 AO SERVIDOR HEINS GERHARD KOPSCH.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no inciso VII do art. 66 da Lei Orgânica do Município e amparado no §1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG – 6, ao servidor HEINS GERHARD KOPSCH, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação, para desempenhar atividades administrativas específicas da gestão como: cadastro de

Programas de Moradia Popular e auxílio direto nos projetos da Coordenação do CRAS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de fevereiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
23 de fevereiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### PORTARIA Nº 4721/18

Publicação Nº 1533031

PORTARIA Nº 4721/18

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 4 À SERVIDORA ELAINE AMARAL DA LUZ SEVIGNANI.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no inciso VII do art. 66 da Lei Orgânica do Município e amparado no §1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG – 4, à servidora ELAINE AMARAL DA LUZ SEVIGNANI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Setor, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, para desempenhar atividades de atendimento aos pais da comunidade Escolar e Centros de Educação Infantil. Acompanhamento do cadastro único, matrícula e controle de vagas nos CEIS. Coordenação EDUCACENSO, coordenação do Projeto Bolsa Presença, controle de frequências nas escolas – APÓIA, execução e suporte as secretarias escolares e secretarias e documentação de CEIS, coordenação e suporte ao software de Educação, fiscalização e cadastros em programas e convênios do Governo Federal, monitoramento da plataforma SIMEC e demais rotinas administrativas da Secretaria Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 13 de fevereiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
23 de fevereiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### PORTARIA Nº 4722/18

Publicação Nº 1533059

PORTARIA Nº 4722/18

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSOR II – SÉRIES INICIAIS, A SRA. ROSANE



ARMINDO VIEIRA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. ROSANE ARMINDO VIEIRA, a partir de 20 de fevereiro de 2018, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 18 de dezembro de 2018, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor II – Séries Iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de fevereiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
23 de fevereiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## PORTARIA Nº 4723/18

Publicação Nº 1533060

PORTARIA Nº 4723/18

NOMEIA A SRA. GABRIELI HANTSCHER ALVES, PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSOR II - ARTES.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia para ocupar o cargo de Professor II - Artes, a SRA. GABRIELI HANTSCHER ALVES, classificada em 8º lugar no Concurso Público nº 001/2015, com carga horária de 10 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos até a data de 20 de fevereiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
23 de fevereiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## PORTARIA Nº 4724/18

Publicação Nº 1533061

PORTARIA Nº 4724/18

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. GABY MORGANA SCHULZE.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. GABY MORGANA SCHULZE, a partir de 21 de fevereiro de 2018, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 18 de dezembro de 2018, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 21 de fevereiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
23 de fevereiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## PORTARIA Nº 4725/18

Publicação Nº 1533063

PORTARIA Nº 4725/18

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, A SRA. LINDALVA DE OLIVEIRA DA SILVA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. LINDALVA DE OLIVEIRA DA SILVA, a partir de 20 de fevereiro de 2018, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 18 de dezembro de 2018, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor II – Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de fevereiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
23 de fevereiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## **PORTARIA Nº 4726/18**

Publicação Nº 1533065

PORTARIA Nº 4726/18

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. JOSELAINE MACIEL.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. JOSELAINE MACIEL, a partir de 21 de fevereiro de 2018, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 18 de dezembro de 2018, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 21 de fevereiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
23 de fevereiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## **PORTARIA Nº 4727/18**

Publicação Nº 1533066

PORTARIA Nº 4727/18

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, A SRA. SILVIA FUSSIL.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. SILVIA FUSSIL, a partir de 20 de fevereiro de 2018, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 18 de dezembro de 2018, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de serviços gerais, com carga horária de 44 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de fevereiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
23 de fevereiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 166/17**

Publicação Nº 1529729

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
Inexigibilidade de Licitação nº 043/17

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 166/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: EDITORA POSITIVO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.719.613/0001-33, com sede na Senador Accioly Filho, nº 431, Cidade Industrial, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 81.310-000.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL, COMPOSTO POR LIVROS DIDÁTICOS INTEGRADOS; PLATAFORMA VIRTUAL DE APRENDIZAGEM COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS; ACESSAMENTO DOS RESULTADOS EDUCACIONAIS MUNICIPAIS, DO QUAL A CONTRATADA É DETENTORA EXCLUSIVA, EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, DOS DIREITOS DE PUBLICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Conforme disposto na Cláusula Sexta do Contrato firmado, realiza-se ACRÉSCIMO ao valor total do presente contrato, no valor de R\$ 2.252,00 (Dois mil duzentos e cinquenta e dois reais) em virtude da variação do número de alunos matriculados nos grupos 4 e 5 da Educação Infantil, como também nos 1º e 2º ano do ensino fundamental para o exercício de 2018, ocorrendo um aumento de aproximadamente mais 28 livros do previsto no contrato original, ficando o valor final do contrato em R\$ 334.299,50 (trezentos e trinta e quatro mil e duzentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 23/01/2018

Data da Vigência: 31/12/2018

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05

Publicação Nº 1529885

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2018

O Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que estará aberta a partir do dia 23 de fevereiro de 2018, no horário das 07h30min. às 11h30min e das 13h30min às 15h30min, a(s) inscrição(ões) ao processo de credenciamento de Laboratórios Regionais de PRESTADORES DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS DE MOLDAGEM E CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS SOB MEDIDA, PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE, devendo atender em estabelecimento próprio, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, nos moldes da Lei nº 8.666/93, art. 25, "caput,". Demais informações e edital na íntegra está disponível no site [www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br), e telefone (49) 3646-3352. ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES. Secretário Municipal da Saúde.

### CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 03/2018

Publicação Nº 1528270

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2018

O Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que estará aberta a partir do dia 23 de fevereiro de 2018, no horário das 07h30min. às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, a(s) inscrição(ões) ao processo de credenciamento para CREDENCIAR FARMÁCIAS E DROGARIAS PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A PACIENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE GRAVE OU DE URGÊNCIA E POR ORDEM JUDICIAL, DOS QUAIS A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE NÃO POSSUA EM ESTOQUE. O prazo para fornecimento será no decorrer do ano de 2018, conforme a necessidade. Demais informações e edital na íntegra está disponível no site [www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br), e telefone (49) 3646-3352. ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES. Secretário Municipal de Saúde.

### CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 04/2018

Publicação Nº 1528595

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2018

O Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que estará aberta a partir do dia 23 de fevereiro de 2018, no horário das 07h30min. às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, a(s) inscrição(ões) ao processo de credenciamento para CREDENCIAR LABORATÓRIOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC, COM BASE NA TABELA SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE), COMPREENDENDO COLETA E ANÁLISE. O prazo para fornecimento será no decorrer

do ano de 2018, conforme a necessidade. Demais informações e edital na íntegra está disponível no site [www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br), e telefone (49) 3646-3352. ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES. Secretário Municipal de Saúde.

### EXTRATO 11/2018

Publicação Nº 1528634

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018 - O Município de Cunha Porã/SC, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Processo Licitatório sob nº 208/2018, na modalidade Pregão Presencial "Sistema de Registro de Preços" nº 08/2018, com julgamento por lote, cujo objeto é- REGISTRO DE PREÇOS PARA CORTE DA GRAMA COM ACABAMENTO E PLANTIO DE FLORES, INCLUINDO PREPARAÇÃO DOS CANTEIROS E MANUTENÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC. Os envelopes serão recebidos até dia 07/03/2018, às 08h00min. e a abertura será realizada às 08h15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações no Depto. de Licitações. Cunha Porã/SC. JAIRO RI9VELINO EBLING - Prefeito Municipal.

### EXTRATO CONTRATO Nº38/2018

Publicação Nº 1532903

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 38/2018

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa Cintia Mara Joner - MEI

Objeto: Contratação de empresa para ministrar palestra show do dia internacional da mulher, a ser realizar no dia 17/03/2018, carga horária de 02 horas.

Processo Licitatório: nº 238/2018

Modalidade: Dispensa por Limite nº 219/2018

Valor Total: R\$ 3.800,00

Data: 16/02/2018 até 31/12/2018.

Jairo Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal.

### EXTRATO EDITAL ESTAGIÁRIOS

Publicação Nº 1532668

EXTRATO DE CHAMADA PÚBLICA DE ESTAGIARIO

Extrato: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 01/2018 ATO 002: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Ementa: Por meio do presente Ato ficam prorrogados os prazos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado para Contratação Estagiários nº 01/2018.

Em: 22 de fevereiro de 2018.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

**EXTRATO EDITAL MUSICOS**

Publicação Nº 1532671

**EXTRATO DE CHAMADA PÚBLICA DE MUSICA**

Extrato: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 02/2018 ATO 002: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Ementa: Por meio do presente Ato ficam prorrogados os prazos constantes no Cronograma estabelecido pelo Edital de Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária nº 02/2018.

Em: 22 de fevereiro de 2018.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

# Cunhataí

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 038/2018

Publicação Nº 1526766

PORTARIA Nº 038/2018, 23 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 100, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e considerando o Art. 211, X, da Lei Complementar nº. 002/2007, Lei Complementar nº. 003/2007, e processo seletivo/edital nº. 003/2017, prorrogado através do decreto nº 124/2017 de 20 de dezembro de 2017.

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer e considerando a possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação do edital nº. 003/2017, para o cargo de Professora de Series Iniciais, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado, pelo período de 19/02/2018 a 18/12/2018, a servidora municipal KARLA RIEGER HEINRICH, brasileira, casada, inscrito no CPF sob o nº. 059.133.729-05, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função Professora de Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos conforme respectiva função.

Art. 2º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19/02/2018.

Cunhataí - SC, 23 de fevereiro de 2018.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Registre-se e Publica -se.

LUCIARA CRISTINA SCHNEIDER

Coordenadora De Gestão em Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 039/2018

Publicação Nº 1531616

PORTARIA Nº. 039/2018, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a nomeação de membro do Conselho Tutelar, conforme aprovação em eleição, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 100, inciso II e observando o que trata a Lei Complementar nº. 002/2007, considerando a Lei dos Conselheiros Tutelares e a resolução do CMDCA nº. 06/2017 e Decreto nº 071/2017;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, a partir de 22 fevereiro de 2018, a servidora pública YERCE SEHNEM, para ocupar o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, pelo período determinado de 22/02/2018 á 09/04/2018, tendo em vista o afastamento da titular da vaga por motivo de

saúde, com carga horaria de 20h00 semanais, e sob o regime de plantão aos finais de semana e feriado, conforme acordo entre ambos, ficando lotados na Secretaria de Ação Social e habitação, percebendo os vencimentos instituídos em Lei, no valor do piso nacional.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, surtindo efeitos a partir de 22/02/2018

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 23 de fevereiro de 2018.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Registre-se e Publica -se.

LUCIARA CRISTINA SCHNEIDER

Coordenadora De Gestão em Administração e Planejamento

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2018

Publicação Nº 1532314

Estado de Santa Catarina

Município de Cunhataí

Aviso de Licitação

O Município de Cunhataí, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº 10/2018.

Pregão Presencial nº 07/2018.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS, SEGADEIRA DE TAMBOR, ENFARDADEIRA DE FENO SECO E ANCINHO ENLEIRADOR, CONFORME CONVENIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO PROPOSTA Nº 078384/2017.

Entrega dos Envelopes: até às 08:20 horas do dia 07/03/2018.

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 07/03/2018.

O Edital poderá ser obtido no site [www.cunhatai.sc.gov.br](http://www.cunhatai.sc.gov.br) ou ainda no seguinte endereço e horário: Avenida 29 de Setembro, nº 450, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone nº (49) 3338-0010.

Cunhataí, SC, 23 de fevereiro de 2018.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal de Cunhataí

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2018

Publicação Nº 1532315

Estado de Santa Catarina

Município de Cunhataí

Aviso de Licitação

O Município de Cunhataí, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇO, de acordo com a Lei 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº 11/2018.

Pregão Presencial nº 08/2018.



Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS CAMINHÃO, PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LÍQUIDOS, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 902/2017.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 08/03/2018.

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 08/03/2018.

O Edital poderá ser obtido no site [www.cunhatai.sc.gov.br](http://www.cunhatai.sc.gov.br) ou ainda no seguinte endereço e horário: Avenida 29 de Setembro, nº 450, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3338-0010.

Cunhataí, SC, em 23 de fevereiro de 2018.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal de Cunhataí

## **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12/2018**

Publicação Nº 1532362

Estado de Santa Catarina

Município de Cunhataí

Aviso de Licitação

O Município de Cunhataí, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº 12/2018.

Pregão Presencial nº 09/2018.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, SEGADEIRA DE TAMBOR, ENFARDADEIRA DE FENO SECO, ENFARDADEIRA CONDICIONADORA DE DISCO E ANCINHO ENLEIRADOR, CONFORME CONVENIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO PROPOSTA Nº 023797/2017.

Entrega dos Envelopes: até às 13:45 horas do dia 07/03/2018.

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 07/03/2018.

O Edital poderá ser obtido no site [www.cunhatai.sc.gov.br](http://www.cunhatai.sc.gov.br) ou ainda no seguinte endereço e horário: Avenida 29 de Setembro, nº 450, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone nº (49) 3338-0010.

Cunhataí, SC, em 23 de fevereiro de 2018.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal de Cunhataí

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2018

Publicação Nº 1532941

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2018

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO NO PAVILHÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 09/03/2018, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 09/03/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos. Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 19 de Fevereiro de 2018.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2018

Publicação Nº 1532584

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2018

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA OS EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LASER DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 07/03/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 14:00 horas do dia 07/03/2018, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 21 de Fevereiro de 2018.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2018

Publicação Nº 1532586

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2018

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRA PARA TRATOR DE USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA, CONFORME DESCRIÇÃO CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 07/03/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 16:00 horas do dia 07/03/2018, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 21 de Fevereiro de 2018.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2018

Publicação Nº 1532588

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2018

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE PEÇA PARA CONCERTO DA MOTONIVELADORA VOLVO G930/2 ANO 2013 DA FROTA DAS ESTRADAS VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 07/03/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 18:00 horas do dia 07/03/2018, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 21 de Fevereiro de 2018.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal



**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2018**

Publicação Nº 1532589

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2018**

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA USO NO SETOR DE LAVAÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS E 2º BBM, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 08/03/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o apazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 16:00 horas do dia 08/03/2018, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 21 de Fevereiro de 2018.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2018**

Publicação Nº 1532883

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2018**

O Fundo Municipal de Educação Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA JORNALÍSTICA DE VEICULAÇÃO REGIONAL E SEMANAL PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA "JORNAL EDUCAÇÃO E CULTURA" - CONFORME PROJETO DA EDUCAÇÃO E CULTURA EM ANEXO DESTINADO AOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, CONFORME ANEXOS DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 09/03/2018, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 09/03/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, localizado na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, sito na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 22 de Fevereiro de 2018.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2018**

Publicação Nº 1532910

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2018**

O Fundo Municipal de Educação Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA JORNALÍSTICA DE VEICULAÇÃO REGIONAL E MENSAL PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA "REVISTA NA ESCOLA" - CONFORME PROJETO DA EDUCAÇÃO E CULTURA EM ANEXO DESTINADO AOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, CONFORME ANEXOS DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 09/03/2018, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 09/03/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, localizado na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, sito na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 22 de Fevereiro de 2018.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2018**

Publicação Nº 1532592

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2018**

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO POÇO ARTESIANO DO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 08/03/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 18:00 horas do dia 08/03/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem na pagina da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 22 de Fevereiro de 2018.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2018**

Publicação Nº 1532583

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2018**

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba por intermédio do Pregoeiro e Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Menor Preço Por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES LOTADOS NO SAMU - USB CURITIBANOS, CONFORME MODELOS E ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão protocolizar seu envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até às 13:30 horas do dia 08/03/2018, no departamento de compras do Fundo Municipal de Saúde de Curitiba ou no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Curitiba.

A partir das 14:00 horas do dia 08/03/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e posteriormente terá início a fase de lances com as propostas classificadas.

Curitiba, 22 de Fevereiro de 2018.

Altamir Carvalho Goetten

Presidente do Fundo

# Descanso

## PREFEITURA

**EXTRATO DE CONTRATO 26/2018 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DESCANSO. CONTRATADA: FOROESTE VEÍCULOS LTDA CNPJ: 86.242.252/0001-42. VALOR: R179.500,00 (CENTO E SETENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS). ASSINATURA: 16 DE FEVEREIRO DE 2018. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO NOVO 4X2, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 185 CV**

Publicação Nº 1533174

MUNICÍPIO DE DESCANSO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Descanso. CONTRATADA: FOROESTE VEÍCULOS LTDA CNPJ: 86.242.252/0001-42. VALOR: R179.500,00 (cento e setenta e nove mil e quinhentos reais). ASSINATURA: 16 de fevereiro de 2018. OBJETO: Aquisição de Caminhão novo 4x2, com potência mínima de 185 CVs, conforme Contrato de Repasse 847520/2017/MAPA/CAIXA. Marca: FORD. Modelo: CARGO 1419, com recursos do Contrato de Repasse 847520/2017, celebrado com a União Federal, por intermédio do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal. CONTRATO: 26/2018; VIGENCIA: 31 de dezembro de 2018; PROCESSO LICITATÓRIO: 08/2018; MODALIDADE: Pregão Presencial: 04/2018.

Descanso/SC, 16 de fevereiro de 2018.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito Municipal

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO 15/2018 - FMS

Publicação Nº 1531769

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2018  
REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 15/2018, Edital de Pregão Nº 15/2018, objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO E INSTRUMENTAL PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E PARA O ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL E DE ENFERMAGEM JUNTO AO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS (CEO). Recebimento, abertura e julgamento às 08:30 horas do dia 08/03/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL N° 08/2018

Publicação N° 1532180

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 08/2018

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" Por Lote, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, conforme anexo do edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 56/2015, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 08/03/2018, Hora: 09h00min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 08/03/2018, Hora: 09h30min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: [compras@doutorpedrinho.sc.gov.br](mailto:compras@doutorpedrinho.sc.gov.br) e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho, 19 de fevereiro de 2018.

SIMONI MÉRCIA MESH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho

# Ermo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 08/2018

Publicação Nº 1532700

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO (F.M.S)  
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 08/2018 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando aquisição de um veículo de passeio, Zero KM, cor branca, ano/mod. 2018/2018, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08:15h do dia 09/03/2018 e abertura às 08:30h do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07h45min às 11h45min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

DONATO DELLA VECCHIA – Prefeito Municipal em Exercício

### DECRETO N.º 010, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1532696

DECRETO N.º 010, de 22 de fevereiro de 2018.

Decreta Luto Oficial no Município e dá outras providências.

DONATO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

CONSIDERANDO o falecimento de ZENAIDE COSTA DA ROSA, cidadã Ermense, líder comunitária, a qual nos deixa o legado de honradez, dedicação e probidade à frente do mister de mulher pública, como Ex suplente de Vereadora no Município de Ermo;

CONSIDERANDO justo que a Administração Municipal preste as homenagens póstumas a uma pessoa que contribuiu para o progresso e desenvolvimento do Município de Ermo,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado luto oficial por 03 (três) dias, no Município de Ermo, em sinal de profundo pesar pelo falecimento da Ex suplente de Vereadora ZENAIDE COSTA DA ROSA, devendo a bandeira do município ser hasteada a meia verga, na sede do município e nas repartições municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de fevereiro de 2018.

DONATO DELLA VECCHIA

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2018

Publicação Nº 1532706

EXTRATO DO CONTRATO nº 33/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: COOPERATIVA MISTA DE AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA ROSA DO SUL.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2018 no Município de Ermo/SC.

VIGÊNCIA: 20/02/2018 á 31/12/2018

VALOR TOTAL: R\$ 37.656,50 (trinta e sete mil seiscientos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).

Data da assinatura: 20/02/2018.

### PORTARIA Nº 066, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1532796

PORTARIA Nº 066, de 20 de fevereiro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor para Cargo em Comissão que especifica.

DONATO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear ODIRLEI COSTA DAL PONT, para exercer o cargo de DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 20 de fevereiro de 2018.

DONATO DELLA VECCHIA

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 067, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1532806

PORTARIA Nº 067, de 20 de fevereiro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor para Cargo em Comissão que especifica.

DONATO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RONILDO DOS SANTOS SOARES, para exercer o cargo de DIRETOR DE ASSISTENCIA SOCIAL, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 20 de fevereiro de 2018.  
DONATO DELLA VECCHIA  
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 068, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532814

PORTARIA Nº 068, de 20 de fevereiro de 2018.

Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão que especifica.

DONATO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear JOSÉ FERNANDO LOPES CARDOSO, para exercer o cargo de DIRETOR DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 20 de fevereiro de 2018.  
DONATO DELLA VECCHIA  
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº. 065, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532781

PORTARIA Nº. 065, de 16 de fevereiro de 2018.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

DONATO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017; Considerando a falta de aprovados no Processo Seletivo e a necessidade de servidores para atuarem junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ALINE INÁCIO ROCHA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais II com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 16 de fevereiro de 2018 encerrando-se em 18 de dezembro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 16 de fevereiro de 2018.  
DONATO DELLA VECCHIA  
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças

#### **RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018**

Publicação Nº 1532708

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018

Objeto: Fornecimento de Gêneros alimentícios para serem utilizados no preparo da merenda escolar dos alunos do Ensino Infantil, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Vencedores: Supermercado Gregorini Ltda ME.

Valor: R\$ 30.732,30

Aldoir Cadorin – Prefeito Municipal



# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 0027/2018

Publicação Nº 1532742

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0027/2018  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Contratado: CLÍNICA SCHAEGLER LTDA - ME  
Objeto: serviços médicos em GINECOLOGISTA  
Valor de referência constante no edital de credenciamento.  
Prazo de vigência: 11 meses.  
Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 21 de Fevereiro de 2018.  
ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

### EXTRATO DE CONTRATO 0028/2018

Publicação Nº 1532743

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0028/2018  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Contratado: CLÍNICA PEDIÁTRICA LISTONI EIRELI - ME  
Objeto: serviços médicos em PNEUMOLOGISTA PEDIÁTRICO  
Valor de referência constante no edital de credenciamento.  
Prazo de vigência: 11 meses.  
Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 22 de Fevereiro de 2018.  
ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

### PREGÃO PRESENCIAL 0012/2018

Publicação Nº 1532747

AVISO  
PREGÃO PRESENCIAL N. 00112/2018  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 00112/2018 – Melhor Preço – Preço por item, visando registro de preços para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA AS UNIDADES DE SAÚDE E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 07 de Março de 2018, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m e das 13h00 às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 22 de Fevereiro de 2018.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI  
Secretária Municipal de Saúde

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### **PORTARIA N.º 255, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018. CRIA A COMISSÃO DE SELEÇÃO DESTINADA A PROCESSAR E JULGAR AS PARCERIAS VOLUNTÁRIAS ENTRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1531608

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

PORTARIA N.º 255, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

CRIA A COMISSÃO DE SELEÇÃO DESTINADA A PROCESSAR E JULGAR AS PARCERIAS VOLUNTÁRIAS ENTRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VI, do art. 71, da Lei Orgânica do Município de Formosa do Sul e em observâncias às determinações contidas na Lei Nacional n.º 13.019/2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica instituída no âmbito da Administração Pública Municipal a Comissão de Seleção, instância administrativa colegiada destinada a processar e julgar chamamentos públicos, para execução de atividades ou projetos sócioassistenciais com as organizações da sociedade civil, mediante a emissão de relatório técnico com base na análise das propostas apresentadas no plano de trabalho e na documentação apresentada pela organização da sociedade civil.

Art. 2º A Comissão de Seleção a que se refere o art. 1º será composta por no mínimo 03 (três) membros, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo permanente do quadro de pessoal da Administração Pública Municipal, que, sempre que possível, desenvolverá suas atribuições na área finalística do objeto do edital.

Art. 3º A Comissão de Seleção será composta conforme expresso abaixo:

- a) Presidente: Ivete Ravarena;
- b) Secretário: Taíse Gris,
- c) Membro: Ademar André Szczepanski

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentárias vigentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 21 de fevereiro de 2018.

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **PORTARIA N.º 256, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018. CRIA A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, PARA ACOMPANHAR E AVALIAR AS PARCERIAS CELEBRADAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1531612

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

PORTARIA N.º 256, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

CRIA A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, PARA ACOMPANHAR E AVALIAR AS PARCERIAS CELEBRADAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VI, do art. 71, da Lei Orgânica do Município de Formosa do Sul e em observâncias às determinações contidas na Lei Nacional n.º 13.019, de 2014,  
DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Monitoramento e Avaliação, para acompanhar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante convênios, termo de colaboração, termo de fomento ou acordos de cooperação, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação.

Art. 2º Compete à Comissão, além daquelas obrigações contidas na Lei Nacional .º 13.019/2014 e no Decreto Municipal n.º 4392, de 07 de fevereiro de 2018:

I - elaborar visita in loco nas entidades conveniadas, periodicamente, visando homologar relatório técnico de monitoramento produzido pela Administração Pública, o qual deverá dispor de:

- a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;
- e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

II - cumprir com as obrigações dispostas na Lei Nacional n.º 13.019/2014, no que tange à Comissão de Monitoramento e Avaliação.

III - atender a todos os dispositivos e atribuições impostos à Comissão, nos respectivos Termos de Convênios, Termos de Fomento ou de Parcerias que o Município venha a participar.

Art. 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação será composta conforme expresso abaixo:

- a) Presidente: Rosemeri Santin;
- b) Secretário: Daiane Tressoldi Scalcon,
- c) Membro: Diego Santana.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentárias vigentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 21 de fevereiro de 2018.

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/PMF/2018 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/ PMF/2018

Publicação Nº 1531689

ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/PMF/2018  
(Referente Pregão Presencial nº. 08/PMF/2018)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. DICRIL PROD. E EQUIP. PARA LIMPEZA E HIGIENE LTDA, estabelecida na Rua Cônego Anibal Maria Di França, 150, Pinheirinho, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 10.442.984/0001-14, neste ato representado pelo Sr. Juliano Custódio da Rosa, portador da Cédula de Identidade RG nº. 358773, e inscrito no CPF sob o nº. 023.367.309-10;

2. ROLAMENTOS LTDA ME, CNPJ/MF nº 05.015.263/0001-98 estabelecida na Rod. Gabriel Arns, 6480, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Mariene Fortunato da Silva, brasileira, CI 5.635.383 e CPF 069.131.869-75;

3. MASTERSUL EQUIP. DE SEG. LTDA, CNPJ/MF nº 18.274.923/0001-05, estabelecida na Avenida Angelo Caleffi, 210, Barão de Cotegipe/RS, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Cleiton Cesar Longo, brasileiro, CI 1081236141 e CPF 006.225.880-01;

4. FACCINA DALTORA EQUIP. DE SEG. LTDA, CNPJ/MF nº 04.584.756/0001-86, estabelecida na Rua Humberto de Campos, 1186, Lages/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Norberto Ristow, brasileiro, CI 584.217 e CPF 286.245.489-34;

5. CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA ME, estabelecida na Rua Darcy Lonchi, 385, Bento Gonçalves/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 94.987.930/0001-24, neste ato representado pelo Sr. Joni Edison Baumgardt, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3050478472 e inscrito no CPF sob o nº.537.296.920-20;

6. ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, estabelecida na Rodovia SC 281, São José/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 14.990.312/0001-02, neste ato representado pela Sra. Renata Soiany Azi Schappo, portadora da Cédula de Identidade 5.942.184 e inscrita no CPF sob o nº.084.789.469-00;

7. CORSUL COM. E REPRES. DO SUL LTDA, estabelecida na Avenida Centenário, 900, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 85.179.240/0001-58, neste ato representado pela Sra. Rsana Figueiredo Espindola, portadora da Cédula de Identidade 1084140 e inscrita no CPF sob o nº.819.251.829-91;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 08/PMF/2018, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), necessários para o atendimento aos colaboradores do Município de Forquilha/SC, por meio das diversas secretarias, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo

recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa



em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por

conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 08/PMF/2018, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. A Srta. Mageli Pereira de Sena será a gestora/fiscal desta Ata, sendo dela a competência de fiscalizar os materiais, garantindo a devida execução do objeto.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Décima Segunda

##### Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 20 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

DICRIL PROD. E EQUIP. LIMP. E HIG. LTDA EPP

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Juliano Custodio da Rosa

CPF: 023.367.309-10;

ROCOL ROLAMENTOS LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Mariene Fortunato da Silva

CPF: 069.131.869-75

MASTERSUL EQUIP. DE SEG. LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Cleiton Cesar Longo

CPF: 006.225.880-01;

FACCINA DALTORA EQUIP. DE SEG. LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Norberto Ristow

CPF: 286.245.489-34;

CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Joni Edison Baumgardt

CPF: 537.296.920-20;

ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Renata Soiany Azi Schappo

CPF: 084.789.469-00;

CORSUL COM. E REPRES. DO SUL LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Rosana Figueiredo Espindola

CPF: 819.251.829-91;

Mageli Pereira de Sena

Técnica em Segurança do Trabalho Gestora/Fiscal da Ata

## **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 09/PMF/2018 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/ PMF/2018**

Publicação Nº 1531685

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/PMF/2018  
(Referente Pregão Presencial nº. 10/PMF/2018)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. WZ MULTIESPORTES LTDA-ME, CNPJ/MF n.º 08.937.057/0001-23, estabelecida na Avenida 25 de Julho, 2500, Forquilha/SC, neste ato representada pelo Sr. Danny César Warmiling, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.361.340-0 e inscrito no CPF sob o nº 021.438.639-26;

2. ROSA MARIA LEANDRO NARCIZO, CNPJ/MF n.º 23.073.038/0001-90, estabelecida na Rua dos Ficos, 530, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Jailson Guisleri, brasileiro, CI 6027715 e CPF 083.239.139-51;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 12/PMF/2018, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

### **Cláusula Primeira – Do Objeto**

1. A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de uniformes, camisetas e camisas através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.

### **Cláusula Segunda – Dos preços Registrados**

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

### **Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega**

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de

aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 20 (vinte) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 04 (quatro) dias.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

### **Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços**

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

### **Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento**

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha,



autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar a DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na

hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;  
1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 10/PMF/2018, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. O Sr. Darcy Gomes Ferreira será o gestor/fiscal desta Ata, sendo dele a competência de fiscalizar a entrega dos materiais, garantindo a devida execução do objeto.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Décima Segunda

##### Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 21 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal  
WZ MULTIESPORTES LTDA-ME  
Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Danny César Warmiling  
CPF: 021.438.639-26

ROSA MARIA LEANDRO NARCIZO  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Jailson Guisleri  
CPF: 083.239.139-51;

DARCY GOMES FERREIRA  
Gestor/Fiscal da Ata

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/PMF/2018 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/ PMF/2018

Publicação Nº 1531978

ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA
---

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/PMF/2018  
(Referente Pregão Presencial nº. 12/PMF/2018)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA ME, CNPJ nº 22.068.330/0001-51 estabelecida na Rua Tancredo Neves, em Campos Novos/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Norton Jones Allan Teles, brasileiro, CI 4.062.127, CPF 031.095.309-02;

2. WOOLUE CONFECÇÕES LTDA EPP, CNPJ nº 80.498.546/0001-53 estabelecida na Rua Aderbal Ramos da Silva, em Ascurra/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Mauricio Kuhnen, brasileiro, CI 1584325, CPF 494.985.259-00;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 12/PMF/2018, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de fardamentos (operacional, social, educação física e de inverno), para atender as necessidades da Polícia Militar e fardamentos para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros, ambos do Município de Forquilha/SC.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 20 (vinte) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 04 (quatro) dias.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de

habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 12/PMF/2018, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. O Sr. Luiz Martinho Pires (Bombeiros) será o gestor/fiscal desta Ata, sendo dele a competência de fiscalizar a entrega dos materiais, garantindo a devida execução do objeto.

2.1. O Sr. Giovani Santos Constanza (Polícia Militar) será o gestor/fiscal desta Ata, sendo dele a competência de fiscalizar a entrega dos materiais, garantindo a devida execução do objeto.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de



igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 22 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Norton Jones Allan Teles

CPF: 031.095.309-02;

WOOLUE CONFECÇÕES LTDA EPP

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Mauricio Kuhnen

CPF: 494.985.259-00;

LUIZ MARTINHO PIRES (Bombeiros)

Gestor/Fiscal da Ata

GIOVANI SANTOS CONSTANZA (Polícia Militar)

Gestor/Fiscal da Ata

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/PMF/2018**

Publicação Nº 1531696

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
---

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 28/PMF/2018

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para fornecimento de material britado tipo base de brita graduada simples (BGS), macadame e pó de pedra, utilizados em obras de pavimentação novas, recuperação e restauração de pavimentos e como revestimento primário em logradouros públicos do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 19 de março de 2018 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 22 de fevereiro de 2018.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/PMF/2018;**

Publicação Nº 1531812

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

#### **REGISTRO DE PREÇO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 29/PMF/2018;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para prestação de serviços de exames médicos ocupacionais nos servidores do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 16 de março de 2018 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 22 de fevereiro de 2018.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

### **EXTRATO DE CONTRATO FMS 05/2018**

Publicação Nº 1531682

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 05/2018

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADA – CENTRO CATARINENSE DE OTORRINOLARINGOSCOPIA.

OBJETO – Credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de consultas de especialidades.

VALOR – Valor unitário de R\$ 70,00 (setenta reais) e valor global de R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais) por ano, distribuído entre os credenciados.

VIGÊNCIA – 31/12/2018

DOTAÇÃO – 1701.2050.3390; 1701.2063.3390. Fonte de recurso: 696, 741.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 25/2017

DATA DA ASSINATURA – 11 de janeiro de 2018.

FÉLIX HOBOLD

Prefeito Municipal em exercício

### **EXTRATO DE CONTRATO PMF 13/2018**

Publicação Nº 1531676

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 13/2018

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA

OBJETO – credenciamento e habilitação de entidades educacionais privadas com fins lucrativos, sem fins lucrativos, comunitárias que sejam regularmente constituídas, interessadas em firmar com a Administração Municipal Termo de Credenciamento para o atendimento de até 51 crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, vagas estas a serem divididas por idade conforme previsão, para o ano letivo de 2018.

VALOR – valor máximo anual de até R\$ 280.720,00 (duzentos e oitenta mil e setecentos e vinte reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2018

DOTAÇÃO – 0501.2015..3390 (66), (69).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 09/PMF/2018.

DATA DA ASSINATURA – 05 de fevereiro de 2018.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO PMF 14/2018**

Publicação Nº 1532060

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 14/2018

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – A.P.P.C.C.I PARAÍSO DAS CRIANÇAS

OBJETO – credenciamento e habilitação de entidades educacionais privadas com fins lucrativos, sem fins lucrativos, comunitárias que sejam regularmente constituídas, interessadas em firmar com a Administração Municipal Termo de Credenciamento para o atendimento de até 72 crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, vagas estas a serem divididas por idade conforme previsão, para o ano letivo de 2018.

VALOR – valor máximo anual de até R\$ 449.790,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil setecentos e noventa reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2018

DOTAÇÃO – 0501.2015..3390 (66), (69).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 09/PMF/2018.

DATA DA ASSINATURA – 05 de fevereiro de 2018.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 05/2018**

Publicação Nº 1531679

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 05/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF 14/2017

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SIEBEN CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI ME.

DO OBJETO - contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em assessoria e consultoria tributária para análise de DIME'S, Declaração de ICMS e Movimento Econômico, ano base 2016/2017, conforme Termo de Referência.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 14/PMF/2017 de 30/01/2018 para 30/01/2019.

DA ALTERAÇÃO - A partir deste termo, fica compreendido que o ano base e os exercícios citados no Termo de Referência passarão a ser interpretados pelo ano/exercício subsequente, sendo que o contrata inicial previa ano base 2016/2017 e este termo aditivo dá condições de prestação de serviços para o ano base 2017/2018.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 e 58 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 30 de janeiro de 2018.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0002-2018 DOM

Publicação Nº 1532624

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 0002/2018 – PMF

Processo Administrativo Licitatório nº 0048/2018 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de reforma da cobertura, restauração da porta de entrada e colocação de grades nas janelas, na Casa do Colono, localizada na Avenida João Marques Vieira nº 349, centro, com fornecimento de material e mão de obra; Julgamento: Menor Preço Global. Entrega e Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 15.03.2018, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Junto ao Setor de Compras, até as 09:15 horas do mesmo dia. Abertura: As 09:15 horas do mesmo dia. Recursos: Próprios. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante comprovante de pagamento através do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) ou pelo site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br) sem ônus. Fraiburgo(SC), 22 de fevereiro de 2018. Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### CT17PMF169

Publicação Nº 1532626

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF169

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA

Valor ..... : R\$21.875,00 (vinte e um mil oitocentos e setenta e cinco reais )

Vigência ..... : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018

Licitação ..... : Dispensa de licitação p/ obras e serv.engenh. Nº.: 57/2017

Objeto ..... : REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PELO CONTRATANTE PARA PAGAMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PERFURAÇÃO DE UM POÇO TUBULAR NA LOCALIDADE DO ASSENTAMENTO SÃO JOÃO MARIA II, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA, VISANDO AO BEM-ESTAR SOCIAL DE COMUNIDADES E AMENIZAR, PREVENIR OU CESSAR OS EFEITOS DA ESTIAGEM E DAS SECAS.

Itens ..... : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-1-21.875,00-21.875,00;

Fraiburgo, 22 de fevereiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 018-2018 (ESCOLHA PROFESSORDE GEOGRAFIA NÃO HABILITADOL) 2018

Publicação Nº 1532628

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 018/2018

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2018, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0021/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

#### FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0021/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

#### 1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0021/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2018:



Código	Cargo	Convocados	Data Horário
16	Professor Educação Infantil	45º e 46º	22/02/2018 às 13:30

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2016.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0021/2017 deverão ser observadas.

## 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0021/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de saúde atualizada

2.3 – As exigências de escolaridade devem ser cumpridas de acordo com o Edital 021/2017.

2.4 – De acordo com o item 1.7 do Edital de Contratação nº 021/2017: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – De acordo com o item 12.4 do Edital 021/2017: “O candidato cuja classificação for chamada e não estiver presente no local, data e horário estabelecidos ou que não tiver interesse em ocupar a vaga que lhe foi oferecida, irá para o final da classificação, independentemente de sua classificação original.”

2.7 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 22 de fevereiro de 2018.

TANIA DA SILVA FERREIRA  
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

**EXTRATO DA AT18FMS06**

Publicação Nº 1532630

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT18FMS06  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS.

Fornecedor: SULLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DIAGNÓSTICOS, HOSPITALARES E FARMACÊUTICOS LTDA (CNPJ nº 88.484.969/0001-26).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de materiais para uso no aparelho ABX PENTRA 60, para realização de exames laboratoriais (Hemograma), no Laboratório de Análises Clínicas da Secretaria Municipal de Saúde.

Data da Ata: 22.02.2018.

Prazo de Vigência da Ata: 01.03.2018 a 28.02.2019.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0011/2018 – FMS.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0007/2018 – FMS.

Registro de Preços: nº 0006/2018 – FMS.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.-R\$
1	30	Unid	Diluyente para analisador hematológico ABX Pentra 60, com 20 litros	Horiba	199,00
2	24	Unid	Líquido para limpeza de Analisador hematológico ABX Pentra 60, com 1 litro (cleaner)	Horiba	37,00
3	36	Unid	Baso II – Layzer para Analizador hematológico ABX Pentra 60, com 1 litro	Horiba	42,00
4	18	Unid	EO – Layzer, para Analizador hematológico ABX Pentra 60, com 1 litro	Horiba	156,00
5	4	Kit	Controle de contadores hematológico com 3 níveis (baixo, normal, alto), para analisador hematológico ABX Pentra 60 com 3 unidades	Horiba	550,00
6	20	Unid	Lysebio para analisar hematológico ABX Pentra 60, 400 ml	Horiba	177,00
7	6	Unid	Minoclaire limpeza concentrada, 400 ml	Horiba	64,00

Fraiburgo (SC), 22 de fevereiro de 2018.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

**EXTRATO DA AT18SF02**

Publicação Nº 1532631

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT18SF02  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: AUTARQUIA MUNIC. SANEAM.FRAIBURGO-SANEFRAI.

Fornecedor: LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA (CNPJ nº 95.876.447/0001-35).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a contratação futura de empresa do ramo para o fornecimento de materiais e serviços para manutenção dos poços artesanais da Sanefrai.

Data da Ata: 22.02.2018.

Prazo de Vigência da Ata: 22.02.2018 a 31.01.2019.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0011/2018 – SF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0008/2018 – SF.

Registro de Preços: nº 0001/2017 – SF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
1	1	Serviço	Serviço de guincho p/ retirada e recolocação da bomba com profundidade de até 200 mt em horário noturno, feriado e final de semana (já incluso deslocamento corrida).	797,84
2	1	Hora	Revisão/troca de peças em painel de comando (já incluso deslocamento/corrida) as horas serão contadas a partir da chegada do técnico no local da obra em horário comercial.	99,73
3	1	Hora	Revisão/troca de peças em painel de comando (já incluso deslocamento/corrida) as horas serão contadas a partir da chegada do técnico no local da obra em horário noturno, feriado e final de semana.	199,46
4	1	Serviço	Teste de vazão 24 hrs com desinfecção e laudo técnico	1.296,49
5	1	Serviço	Filmagem do poço profundo c/ laudo e cd da filmagem até 100 mts	2.991,90
6	1	Serviço	Taxa ref. empréstimo bomba de 20,0 hp a 30 hp durante 7 dias	398,92
7	1	Serviço	Taxa ref. empréstimo bomba abaixo 20 hp durante 7 dias	199,46
8	1	Serviço	Taxa ref. empréstimo bomba de 30,0 hp a 40 hp durante 7 dias	598,38
9	1	Serviço	Serviço limpeza de poço c/ máquina de perfuração	4.487,85
10	1	Serviço	Serviço de guincho p/ retirada e recolocação da bomba com profundidade de até 200 mt em horário comercial (já incluso deslocamento corrida)	598,38
11	1	Unid	Nípel galvanizado 1.1/2	13,96
12	1	Unid	Válvula retenção 2"	177,52
13	1	Unid	Válvula retenção 3"	347,06

14	1	Unid	Válvula retenção 4"	448,79
15	1	M	Tubo galvanizado 2" - NBR5580 ou 5590	54,85
16	1	M	Tubo galvanizado 4" - NBR5580 ou 5590	123,67
17	1	Unid	União galvanizada 2"	80,78
18	1	Unid	União galvanizada 4"	262,29
19	1	m	Tubo galvanizado 3" - NBR5580 ou 5590	90,75
20	1	Unid	Te galvanizado 3"	119,68
21	1	M	Tubo galvanizado 2 1/2 - NBR5580 ou 5590	42,88
22	1	Unid	Te galvanizado 2 1/2	91,75
23	1	Unid	Te galvanizado 2"	51,86
24	1	Unid	Te galvanizado 4"	226,39
25	1	Unid	Luva galvanizada 2"	27,92
26	1	Unid	Luva galvanizada 2 1/2	52,86
27	1	Unid	Luva galvanizada 3"	77,79
28	1	Unid	Luva galvanizada 4"	116,68
29	1	Unid	Válvula de retenção 21/2	249,22
30	1	Unid	Registro bruto 1 1/2	61,83
31	1	Unid	Registro bruto 2"	82,78
32	1	Unid	Registro bruto 2 1/2	115,69
33	1	Unid	Registro bruto 3"	184,50
34	1	Unid	Registro bruto 4"	293,00
35	1	Unid	Nípel galvanizado 2"	29,92
36	1	Unid	Nípel galvanizado 2 1/2	42,88
37	1	Unid	Nípel galvanizado 3"	61,83
38	1	Unid	Nípel galvanizado 4"	98,73
39	1	Unid	União galvanizado 1 1/2	55,85
40	1	Unid	União galvanizado 2 1/2	126,66
41	1	Unid	União galvanizado 3 "	192,48
42	1	Unid	União galvanizado 4 "	261,29

Fraiburgo (SC), 22 de fevereiro de 2018.

Nivaldo José Bonaldo – Presidente da Sanefrai

## RECURSOS FEDERAIS 19.02.2017

Publicação Nº 1532634

### NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
19/02/2018	FNDE	SALÁRIO EDUCAÇÃO	372.283,20

Secretaria de Finanças

## RESOLUÇÃO CME 002-2018 - MATRIZ CURRICULAR

Publicação Nº 1532881

Resolução nº. 002/2018 do Conselho Municipal de Educação de Fraiburgo

O Conselho Municipal de Educação do município de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais (art. 3º, II e IV do regimento), em reunião realizada no dia 22/02/2018:

CONSIDERANDO, a que a Lei Federal nº 9.394/96 propõe que uma segunda língua seja oferecida, em caráter optativo para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, e estipula que a escolha das línguas é de responsabilidade da comunidade escolar, de acordo com as possibilidades de cada instituição;

CONSIDERANDO, que os alunos do 4º e 5º anos já tem a disciplina de Língua Inglesa estabelecido através da Resolução 002/2016;

CONSIDERANDO, a necessidade e o interesse em se ampliar a disciplina de Língua Inglesa para alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO, que a presença de línguas diversas nas práticas sociais é uma das características das sociedades complexas contemporâneas;

CONSIDERANDO, que os alunos romperão uma barreira acerca da compreensão da língua inglesa nos anos finais, adquirindo o conhecimento básico da língua inglesa nos anos iniciais;

RESOLVE:

Art.1º Incluir a Disciplina de Língua Inglesa no Ensino Fundamental – Anos Iniciais a partir do 1º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais;

Art. 2o.. Fica aprovada a matriz curricular, do ensino fundamental, a ser seguida a partir do ano letivo de 2018, de acordo com os quadros abaixo especificados:

#### I - GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9(NOVE) ANOS

Componentes Curriculares	Anos								
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
Língua Portuguesa	5	5	5	5	5	4	4	4	4
Matemática	5	5	5	5	5	4	4	4	4
Geografia	2	2	2	2	2	3	3	3	3
História	2	2	2	2	2	3	3	3	3
Ciências e Programas de Saúde	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Educação Física	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Língua Inglesa	1	1	1	1	1	2	2	2	2
Arte	3	3	3	3	3	2	2	2	2
Filosofia ou Teologia	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Carga Horária Semanal	25	25	25	25	25	25	25	25	25

Art. 3º Ao professor regente do 1º ao 5º anos, caberá ministrar as aulas de Filosofia no Ensino Fundamental – Anos Iniciais;

Art. 4º O conteúdo programático da disciplina de Filosofia no Ensino Fundamental – Anos Iniciais deverá ser atualizado de acordo com a Proposta Pedagógica do Município;

Art. 5º Somente professores habilitados na área de Língua Inglesa ou frequentando o curso superior em Língua Inglesa poderão atuar no Ensino Fundamental – Anos Iniciais na disciplina de Língua Inglesa, não sendo permitido complementação de carga horária de áreas não afins.

Art. 6o.. Mantém-se a matriz curricular da Educação de Jovens e Adultos conforme tabelas abaixo:

#### III – MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE ALFABETIZAÇÃO

Língua Portuguesa
Matemática
Conhecimentos Gerais

#### IV – MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE 9(NOVE) ANOS

Ano	Língua Portuguesa	Matemática	História	Geografia	Ciências	Língua Inglesa	Arte	Filosofia ou Teologia	Educação Física	Total
6º	04	04	03	02	03	01	01	01	01	20
7º	04	04	03	02	03	01	01	01	01	20
8º	04	04	03	02	03	01	01	01	01	20
9º	04	04	03	02	03	01	01	01	01	20

Art. 5º. Os casos omissos serão decididos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 6o. Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução 002/2016, deste Conselho Municipal de Educação.

Registre-se e Publique-se

Fraiburgo, 22 de fevereiro de 2018.

CONSELHEIROS:

Roberto Rivelino Lemos

Tatiana Carla Scalabrin  
Elisangela Maria Barbosa Dalagnol  
Maria Salete Boing  
Angelita dos Santos  
Maria Elizete Ribas Fragoso  
Itamar faverio  
Sirlei de Fatima da Cruz dos Passos  
Queila Maria Vizzoli Chaves  
Alessandra Zonta

TANIA DA SILVA FERREIRA  
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

## RESOLUÇÃO CME 003-2018 APROVAÇÃO E APLICAÇÃO PUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1532882

Resolução nº. 003/2018 do Conselho Municipal de Educação de Fraiburgo

O Conselho Municipal de Educação do Município de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais em especial no que lhe confere o art. 3º, II e IV do Regimento Interno, em reunião realizada no dia 22/02/2018,

CONSIDERANDO: A análise da documentação encaminhada pela Prefeitura Municipal sobre a aplicação dos valores referentes ao Salário Educação;

CONSIDERANDO: O parecer favorável dos membros do Conselho Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica aprovada na íntegra a prestação de contas do Salário Educação, referente ao ano de 2017, período de 01/01/2017 até 31/12/2017.

Art. 2º – Fica aprovado na íntegra o plano de aplicação para o ano de 2018, conforme demonstrativo abaixo:

CATEGORIA	DESPESAS	VALOR APROVADO
INVESTIMENTOS	<ul style="list-style-type: none"><li>• Construção, ampliação e reformas dos Centros Municipais de Educação;</li><li>• Aquisição de equipamentos para centros municipais de educação;</li><li>• Construção e reformas de espaços esportivos do ensino fundamental;</li><li>• Construção, ampliação e reforma dos centros de educação infantil;</li><li>• Aquisição de equipamentos para Centros de Educação Infantil;</li></ul>	R\$ 540.000,00
MANUTENÇÃO	<ul style="list-style-type: none"><li>• Transporte Escolar</li><li>• Manutenção da Educação Infantil – Creche</li><li>• Manutenção da Educação Infantil – Pré-escola</li><li>• Manutenção do Ensino Fundamental</li><li>• Superávit de 2017</li></ul>	R\$ 2.580.903,62
	TOTAL PREVISTO PARA APLICAÇÃO EM 2018	R\$ 3.291.644,71

Art. 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Fraiburgo, 22 de fevereiro de 2018.

Conselheiros:

Roberto Rivelino Lemos  
Tatiana Carla Scalabrin  
Elisangela Maria Barbosa Dalagnol  
Maria Salete Boing  
Angelita dos Santos  
Maria Elizete Ribas Fragoso  
Itamar faverio  
Sirlei de Fatima da Cruz dos Passos  
Queila Maria Vizzoli Chaves  
Alessandra Zonta

Tania da Silva Ferreira  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

**TERMO DE RENÚNCIA EDSON MACHADO 2018**

Publicação Nº 1532689

**TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Monitor Social para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 0025 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: EDSON MACHADO

Cargo: 3 - Motorista

Classificação: 9º Lugar

Data da Convocação: 19/02/2018

Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 22/02/2018

Fraiburgo (SC), 22 de fevereiro de 2018.

EDSON MACHADO

**Frei Rogério****PREFEITURA****DECRETO Nº 965/2018 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE FREI ROGÉRIO (SC).**

Publicação Nº 1532738

DECRETO Nº 965/2018, 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE FREI ROGÉRIO (SC).

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da Lei Orgânica do município de Frei Rogério e art. 6º da Lei nº 890/2017 de 28/11/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 126.334,65 (Cento e Vinte e Seis Mil, trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e cinco Centavos), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
Orgão	14	Fundo Municipal do Desenvolvimento Agropecuário	
Und	01	Fundo Municipal do Desenvolvimento Agropecuário	
Proj./Ativ.	2.042	Manutenção dos Programas Agropecuários	
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.1134	Aplicações Diretas	
	3		R\$ 126.334,65
	TOTAL		R\$ 126.334,65

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste decreto, o produto do Contrato de Repasse nº 835662/2016/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, no valor de R\$ 126.334,65 (Cento e Vinte e Seis Mil, trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e cinco Centavos), celebrado com a União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Frei Rogério objetivando a aquisição de uma Patrulha Mecanizada (02 Pá carregadeira traseira, distribuidor de fertilizante e 02 plantadeira).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 22 de fevereiro de 2018.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 32-2018 - TRANSPORTE ESCOLAR 2018 - FREITUR**

Publicação Nº 1532363

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2018**

O município de Frei Rogério – SC torna público aos interessados que a proponente vencedora das linhas 01/2018, 02/2018, 03/2018, 07/2018, e 09/2018 do processo licitatório nº 06/2018 na modalidade de pregão presencial nº 03/2018, cujo objetivo é a contratação de empresa especializada, para efetuar transporte de alunos do ensino fundamental e médio, regularmente matriculados nas escolas das redes estadual e municipal, do município de Frei Rogério, durante o ano letivo de 2018, foi a proponente FREITUR TRANSPORTES COLETIVO LTDA – ME, com a qual foi celebrado o seguinte contrato:

CONTRATO N º 32/2018

VALOR TOTAL DO CONTRATO R\$ 630.375,00 (seiscentos e trinta mil trezentos e setenta e cinco reais)

Jair da Silva Ribeiro

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 33-2018 - TRANSPORTE ESCOLAR 2018 - PSL**

Publicação Nº 1532364

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2018**

O município de Frei Rogério – SC torna público aos interessados que a proponente vencedora das linhas 04/2018 do processo licitatório nº 06/2018 na modalidade de pregão presencial nº 03/2018, cujo objetivo é a contratação de empresa especializada, para efetuar transporte de alunos do ensino fundamental e médio, regularmente matriculados nas escolas das redes estadual e municipal, do município de Frei Rogério, durante o ano letivo de 2018, foi a proponente PSL – TRANSPORTES COLETIVO LTDA - ME, com a qual foi celebrado o seguinte contrato:



CONTRATO N ° 33 / 2018

VALOR TOTAL DO CONTRATO - R\$ 117.342,00 (cento e dezessete mil trezentos e quarenta e dois reais)

Jair da Silva Ribeiro  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO 34-2018 - TRANSPORTE ESCOLAR 2018 - TRANSFAQUIM**

Publicação N° 1532367

EXTRATO DO CONTRATO N° 34/2018

O município de Frei Rogério – SC torna público aos interessados que a proponente vencedora das linhas 05/2018, 06/2018 e 08/2018 do processo licitatório nº 06/2018 na modalidade de pregão presencial nº 03/2018, cujo objetivo é a contratação de empresa especializada, para efetuar transporte de alunos do ensino fundamental e médio, regularmente matriculados nas escolas das redes estadual e municipal, do município de Frei Rogério, durante o ano letivo de 2018, foi a proponente TRANSFAQUIM TRANSPORTES LTDA - ME, com a qual foi celebrado o seguinte contrato:

CONTRATO N ° 34 / 2018

VALOR TOTAL DO CONTRATO - R\$ 182.450,00 (cento e oitenta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais)

Jair da Silva Ribeiro  
Prefeito Municipal

# Galvão

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 009/2018 FMAS

Publicação Nº 1531775

#### EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório fmas nº 009/2018, Edital de Pregão Presencial fmas – SRP 001/2018, tipo menor preço por ITEM até às 09h:00min. do dia 07 de março de 2018, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATOS - FMAS conforme especificações contidas nos anexos, que são partes integrantes deste ato convocatório. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br)

Galvão - SC, 22 de fevereiro de 2018.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### **AVISO ADIAMENTO DE SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO PE011/2018**

Publicação Nº 1532392

AVISO DE ADIAMENTO DE SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2018

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, tendo em vista a ausência do pregoeiro nos dias 01 e 02 de março do corrente ano, torna público para conhecimento dos interessados que a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO 011/2018, prevista para o dia 01/03/2018 às 14h10, será adiada para o dia 05/03/2018 às 16h10. A data de recebimento das propostas permanece inalterada.

Garopaba - SC, 22 de fevereiro de 2018.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

### **AVISO ADIAMENTO DE SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO PE013/2018**

Publicação Nº 1532407

AVISO DE ADIAMENTO DE SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 013/2018

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, tendo em vista a ausência do pregoeiro nos dias 01 e 02 de março do corrente ano, torna público para conhecimento dos interessados que a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO 013/2018, prevista para o dia 02/03/2018 às 14h10, será adiada para o dia 06/03/2018 às 16h10. A data de recebimento das propostas permanece inalterada.

Garopaba - SC, 22 de fevereiro de 2018.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO TP002/2018**

Publicação Nº 1532687

AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2018

Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, por execução indireta sob regime de empreitada por preço global, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006, bem como demais legislações pertinentes, objetivando a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação da Rod. GRP-396 – Estrada da Praia do Ouvidor, localizada na Praia do Ouvidor, bairro Ouvidor, Município de Garopaba - SC, com o fornecimento de materiais e mão de obra conforme especificações constantes do projeto básico. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº 01 DOCUMENTAÇÃO e nº 02 PROPOSTA serão recebidos no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h25min do dia 12/03/2018. A sessão se dará a partir das 13h30min do dia 12/03/2018, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, no horário das 13h00min às 18h00min, ou no endereço eletrônico [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br).

Garopaba - SC, 22 de fevereiro de 2018.

Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 027/2018**

Publicação Nº 1532615

DECRETO N.º 027, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.  
HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 01, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 01, de 21 de fevereiro de 2018, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que "Dispõe sobre aprovação da Prestação de Contas do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) referente ao exercício de 2017", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

.

Garopaba, 22 de fevereiro de 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 23/02/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
GAROPABA – SC  
LEI MUNICIPAL Nº 446/93

Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2018.  
Dispõe sobre aprovação da Prestação de Contas do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) referente ao exercício de 2017.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 446/93, em conformidade com o deliberado em reunião ordinária no dia 21 de fevereiro de 2018.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar a Prestação de Contas do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) de Garopaba/SC, referente ao exercício 2017.

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 21 de fevereiro de 2018.

Luciana de Abreu Corrêa

Presidente do CMDCA

## LEI Nº 2103, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1532690

LEI Nº 2.103, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, através de leilão público comum os bens considerados inservíveis conforme Decreto n.º 275/2017.

Art. 2º. Os bens a serem alienados são:

Longarina (07 Itens)	970; 105804; 105912; 106063; 109508; 110865; 110896
Cadeira (61 Itens)	727; 730; 743; 108508; 764; 107376; 725; 728; 762; 1388; 107941; 110450; 107361; 483; 1039; 106113; 105832; 105833; 64; 320; 108972; 108971; 378; 109515; 107260; 106351; 113630; 1382; 107441; 110200; 110548; 110845; 104; 107259; 105834; 105820; 105830; 1854; 107336; 110538; 109772; 108985; 1830; 110690; 108108; 484; 107934; 107643; 110217; 110420; 110726; 107605; 65; 107288; 558; 113239; 109572; 149; 407; 379; 111101
Impressora (13 Itens)	108228; 108229; 110087; 191; 109382; 105856; 109851; 109852; 109548; 109826; 110346; 106052; 106057
Fax (05 Itens)	110342; 147; 106040; 106613; 109902
Monitor Tubo (38 Itens)	110796; 106648; 109537; 110123; 109798; 110302; 110365; 109599; 110636; 110624; 103045; 109849; 109149; 105853; 110205; 675; 103902; 870; 103701; 110322; 109847; 109796; 109828; 109827; 109850; 109741; 122; 109766; 109765; 105432; 105433; 106054; 109090; 106091; 106089; 109764; 533; 108553
Maca (05 Itens)	111879; 1137; 112709; 02 SEM PATRIMÔNIO
Bebedouro (04 Itens)	1713; 113219; 104383; 106497
Forno (02 Itens)	105040; 1690
Arquivo Ma- deira (02 Itens)	110378; 110297
Mesa Auxiliar (04 Itens)	105546; 105553; 1082; 105808
Rack/Estante (02 Itens)	110627; 109557
Balcão Pia (01 Item)	1101

Cadeira Escolar (25 Itens)	103672; 108536; 103598; 103602; 109342; 103608; 103603; 103228; 103659; 103789; 109286; 109380; 109212; 109204; 109022; 109018; 109016; 109004; 109001; 108998; 105330; 105324; 105321; 105319; 105318
Balança (07 Itens)	1138; 105800; 105633; 1148; 113067; 1166; 111949
Armário Vidro (02 Itens)	1030; 1379
Mesa (11 Itens)	110367; 106953; 107014; 105221; 108161; 105892; 110349; 108148; 111393; 105835; 110787
Televisão (22 Itens)	104934; 108818; 108809; 107044; 102927; 934; 1727; 104390; 104392; 106566; 110665; 164; 109029; 103890; 104386; 109729; 112527; 848; 104389; 104391; 104393; 1061
Relógio-Ponto (08 Itens)	08 SEM PATRIMÔNIO
Bicicleta (17 Itens)	110982; 110996; 111001; 110979; 111011; 111010; 110994; 110995; 110997; 110998; 110999; 110983; 05 SEM PATRIMÔNIO
Estabilizador (88 Itens)	106425; 1762; 104477; 104478; 107394; 88; 104480; 110377; 106421; 110798; 110219; 109559; 107177; 110545; 109939; 110203; 110551; 111918; 110146; 113109; 110093; 111865; 110145; 110152; 111966; 110144; 110151; 103702; 109562; 107451; 104476; 86; 109561; 111979; 111969; 111972; 111973; 111974; 111975; 111978; 111980; 111982; 111985; 111986; 111894; 111893; 111890; 111891; 110585; 110616; 110592; 110594; 110595; 110596; 110593; 110597; 110598; 110582; 110599; 110612; 111892; 110601; 110583; 103903; 871; 109829; 110147; 110149; 110150; 107442; 107168; 107180; 428; 109586; 110406; 314; 414; 106325; 110673; 28; 105532; 110415; 107933; 109894; 109823; 109886; 109813; 110605
CPU (211 Itens)	110794; 110795; 111138; 677; 109967; 107130; 107420; 534; 106093; 109995; 109968; 110170; 110173; 876; 109538; 110080; 110034; 110086; 110137; 109835; 110025; 110169; 110108; 105530; 110272; 107286; 110082; 110140; 109963; 110106; 109962; 110175; 110107; 110029; 110110; 110109; 109964; 559; 109966; 110176; 110172; 109738; 110539; 110252; 109899; 109888; 110078; 109961; 110060; 109742; 107327; 109843; 110324; 109600; 110174; 109893; 105359; 109384; 1357; 103992; 105436; 107445; 551; 859; 107744; 108554; 108527; 111998; 110767; 111995; 111996; 110142; 110138; 110135; 109825; 110347; 110562; 103703; 113408; 106316; 107648; 37; 546; 110681; 109997; 107134; 102839; 109540; 433; 122 SEM PATRIMÔNIO

Carteira (188 Itens)	702; 1427; 1429; 1436; 103353; 103355; 103356; 103372; 103373; 103374; 105053; 105057; 105060; 105065; 105073; 105074; 105076; 105082; 105086; 105088; 105089; 105099; 105109; 105111; 103187; 107884; 107889; 107892; 107893; 107894; 107896; 107897; 1432; 1441; 1458; 1505; 103113; 103123; 104115; 105051; 105054; 105056; 105058; 105059; 105061; 105068; 105084; 105098; 105108; 105113; 105114; 105124; 105128; 108539; 108541; 103172; 103197; 103204; 103645; 103656; 103753; 105165; 105166; 108247; 787; 797; 778; 794; 795; 798; 791; 103821; 780; 792; 793; 785; 103837; 705; 707; 695; 709; 710; 696; 109530; 711; 706; 712; 713; 109487; 698; 697; 693; 692; 704; 108007; 703; 686; 687; 701; 688; 689; 690; 691; 700; 699; 107989; 694; 708; 108070; 108081; 108080; 108079; 108078; 108077; 108076; 108074; 108073; 108072; 109373; 108069; 108068; 108067; 108066; 108065; 108064; 108063; 108062; 108061; 108060; 108059; 108058; 108057; 108055; 108054; 717; 716; 715; 721; 714; 718; 720; 719; 108053; 108052; 108051; 103537; 103573; 103569; 103561; 103544; 108082; 108083; 108075; 108085; 108084; 104842; 104844; 104846; 109357; 108087; 108086; 108092; 108141; 107994; 108599; 108598; 108143; 108142; 107980; 108140; 108139; 108138; 108137; 109484; 579; 103916; 103915; 105806; 110897; 972; 997; 105838; 106545; 1090; 1000; 1035; 1021; 103914
Fogão (04 Itens)	110819; 03 SEM PATRIMÔNIO
Autoclave (01 Item)	105575
Microondas (03 Itens)	113265; 109710; 108920
Leitor Código de Barras (01 Item)	107203
Telefone (25 Itens)	107946; 24 SEM PATRIMÔNIO
Estante de Aço (01 Item)	113380
Geladeira (02 Itens)	106453; 01 SEM PATRIMÔNIO
Bomba de Infusão (01 Item)	01 SEM PATRIMÔNIO
Máquina de Lavar (02 Itens)	109723; 111940
Cadeira de Rodas (11 Itens)	113709; 1004; 110740; 110741; 110742; 110743; 110744; 110745; 03 SEM PATRIMÔNIO
Cama (01 Item)	01 SEM PATRIMÔNIO
Ar Condicio- nado (01 Item)	335
Carrinho de Bebê (01 Item)	01 SEM PATRIMÔNIO
Rádio (05 Itens)	112532; 112529; 112533; 112535; 112536
Compressor (01 Item)	105675
DVD (03 Itens)	873; 103397; 103891

Seladora (01 Item)	106508
Quadro Verde (01 Item)	103578
Retroprojektor (01 Item)	108780

Art. 3º. A descrição detalhada de cada bem e valor mínimo por alienação, atende a relatório de Comissão Especial de Avaliação.

Parágrafo Único. Se, no primeiro leilão, os bens não alcançarem lance igual ou superior à sua avaliação, proceder-se-á novo leilão, com o abatimento de 10% (dez por cento) e intervalo de 10 (dez) dias, no mínimo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de fevereiro de 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 23/02/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## RESOLUÇÃO Nº 01/2018 CMDCA

Publicação Nº 1532614

Resolução nº 01 de 21 de fevereiro de 2018.

Dispõe sobre aprovação da Prestação de Contas do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) referente ao exercício de 2017.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 446/93, em conformidade com o deliberado em reunião ordinária no dia 21 de fevereiro de 2018,

Resolve:

Art. 1º. Aprovar a Prestação de Contas do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) de Garopaba/SC, referente ao exercício 2017.

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 21 de fevereiro de 2018.  
Luciana de Abreu Corrêa  
Presidente do CMDCA

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 23/02/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO EDITAL - Nº 001/2018

Publicação Nº 1532187

#### RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO EDITAL - Nº 001/2018

Técnico em Radiologia:		
Nome do Candidato	Inscrição:	Acertos:
Marcos Paiva dos Santos	001	FALTANTE
Monike Caroline de Araujo Cunha	002	17
Fabiane Aparecida dos S. Peixe	003	17
Rosianhe do S. Quadro Dia	004	12
Taís Pereira	005	09
Tatiane Preis	006	12
Rafaela Christina do N. e Silva	007	12
Ana Paula Alves da Silva	008	13
Elcione Teles de Jesus Santos	009	08
Zanir Melo Pereira	010	12
Reginaldo H. Cardoso da Veiga	011	FALTANTE
Antonio Jose Martins Sousa	012	FALTANTE
Lucia Aparecida de Paula	013	13
Stefany Rosa	014	13
Rodrigo Lourenço Benfica	015	09
Fernanda Fallgatter da Silveira	016	11
Eliane Bombana Faria Ferrazza	017	07
Gabriela Comelli	018	12
Djonatan Michel Zapelari Adami	019	16
Antonio Paulo Tercziany	020	12
Ana Paula C. de Oliveira Salles	021	15
Cintia Siufi de Julio Barbo	022	16
Roseli da Silva Souza	023	FALTANTE
Elisabete Aparecida de Assis	024	06
Vanessa Medeiros	025	10
Wagner Martins Modesto	026	15
Elaine Christina Guerra Rosa	027	07

Garuva, 22 de fevereiro de 2018.

Isabela Aragao Pereira  
Presidente da Comissão  
Portaria 012/2018

### RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO EDITAL - Nº 003/2018

Publicação Nº 1532185

#### RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO EDITAL - Nº 003/2018

Enfermeiro:		
Nome do Candidato:	Inscrição:	Acertos:
Vani Terezinha Schon	001	07
Elaine Hasckel	002	07
Eilane Carvalho	003	09
Ivania Perpetua de Matos	004	08
Aline Guarezi dos Anjos	005	10
Katia Droszczak de Lima	006	09
Juciara Mendes Madureira	007	08
Ana Thaize Cardoso	008	15
Elisabeth do S. Pereira Tavares	009	12

Amanda Baliutis	010	11
Giovana Cristina Giroti	011	09
Nilton Machado da Silva	012	FALTANTE
Jana Cristina Mirovski Ferreira	013	08
Rosiane Sales Maciel	014	FALTANTE
Itamara Agazzi	015	08
Tatiane A. da Silva Jesus	016	FALTANTE
Ademir Rodrigues de Souza	017	08
Naiara Sprotte	018	11
Tiago de Souza Ferreira	019	07
Mariza de Fátima Ozório	020	17
Luciana Soares Calegari Haddad	021	07
Camilo Mateus da Silva Neto	022	08
Ana Paula da S. N. de Assumpção	023	10
Marcio Vandro Machado	024	10
Graziane Lapazini	025	FALTANTE
Haline Giuliane Reckziegel	026	11
Nataly Cortes Barbosa	027	05
Luana Okuda Pereira	028	15
Patricia Helena de Castro	029	08
Jussara do Rocio M. da Silva	030	08
Jairon de Jesus Fanha	031	12
Jair Periago Soares Chagas	032	10
Jane Pereira Ferreira	033	FALTANTE
Rodolfo Nunes Bittencourt	034	13
Maria Cecilia Batista	035	10
Selma Pereira da Silva	036	10
Francine Mara Belo Oliveira	037	10
Dirlene Lais Demarchi Faenello	038	12
João Henrique Kruger Cabral	039	FALTANTE
Simone Ferreira dos S. Delgado	040	09
Fernanda Miquilini Pereira	041	FALTANTE
Tathyana Silva Andrade	042	08
Fabiano da Silva Muniz	043	11
Francislaine Mateus da Silva	044	09
Bianca Mota Machado Araújo	045	06
Josiane Brummer	046	08
Joseane A. F. dos Santos	047	03
Luciane Brummer	048	09
Flávia Maria da Silva	049	11
Marilene de Oliveira	050	FALTANTE
Greicy Rosa	051	12

#### Médico Clínico Geral:

Karine Cim Assenco	001	17
Rodrigo Faustino	002	12
Letícia Salm	003	FALTANTE
Marcos Carvalho Garcia	004	13
Bruna da Silva Ferreira	005	15
Carolina Barbi Linhares	006	15
Eduardo Felício de Campos	007	17
Renan Sandrei de Oliveira	008	FALTANTE
Camila Arsego	009	13
Mendel Campos	010	10

Garuva, 22 de fevereiro de 2018.

Isabela Aragao Pereira  
Presidente da Comissão  
Portaria 016/2018



# Gaspar

## PREFEITURA

### DISPENSA Nº 05/2018

Publicação Nº 1532817

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Processo Administrativo nº 46/2018

Dispensa nº 05/2018

OBJETO: Contratação de empresa para locação mensal da licença de uso de software de gerenciamento de intenção de vaga na Educação Infantil. CONTRATADO: TRENDOSOFT SISTEMAS EMPRESARIAIS LTDA – ME (17.209.843/0001-03). Valor total julgado: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais). BASE LEGAL: Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 22 de fevereiro de 2018.

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI

Secretária Municipal da Educação

### EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO FMS Nº 2024/2017

Publicação Nº 1532876

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO FMS Nº 2024/2017

Pregão Presencial nº: 19/2017. OBJETO: Acréscimo de três veículos destinados a Secretaria de Saúde de Gaspar. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: CONTINENT RENT A CAR (25.357.895/0001-47). VALOR TOTAL: R\$ 10.710,00 (dez mil setecentos e dez reais).

Gaspar/SC, 21 de fevereiro de 2018.

CARLOS ROBERTO PEREIRA | Secretário Municipal de Saúde

### EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO SAF- Nº 24/2017

Publicação Nº 1532874

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO SAF- Nº 24/2017

Pregão Presencial nº: 19/2017. OBJETO: Acréscimo de um veículo destinado a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: CONTINENT RENT A CAR (25.357.895/0001-47). VALOR TOTAL: R\$ 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais).

Gaspar/SC, 21 de fevereiro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL | Prefeito

### INEXIGIBILIDADE Nº 14/2018

Publicação Nº 1532660

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Processo Administrativo 47/2018

Inexigibilidade nº 14/2018

OBJETO: Estimativa de contratação de apresentação artística do Beto Malabares, para apresentações no Programa Agitação, da Fundação de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer do ano de 2018 CONTRATADO: ROSINHA WALTER 68525265934 (18.100.391/0001-81). Valor total julgado: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos) reais . BASE LEGAL: Art. 25, III, da Lei nº 8.666/93.

Gaspar (SC), 22 de fevereiro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito



**LEI Nº 3.842, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018**

Publicação Nº 1531711

LEI Nº 3.842, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A RECEBER EM DOAÇÃO IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO GASPAR GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a receber em doação, sem encargos, dos legítimos proprietários, Arnaldo da Costa, inscrito no CPF sob o nº 381.558.699-20; Pedro José da Costa, inscrito no CPF sob o nº 399.853.779-15; Antonio da Costa, inscrito no CPF sob o nº 312.786.209-15; Nelson da Costa, inscrito no CPF sob o nº 383.992.709-97; Vilmar da Costa, inscrito no CPF sob o nº 528.148.090-72; Jaime da Costa, inscrito no CPF sob o nº 586.753.029-91; e Terezinha da Costa Roncáglio, inscrita no CPF sob o nº 485.848.609-59, um imóvel localizado no bairro Gaspar Grande, Gaspar, Santa Catarina, matriculado sob o nº 10.664, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, compreendendo um terreno com área de 2.324,37 m2 (dois mil, trezentos e vinte e quatro metros e trinta e sete decímetros quadrados), cuja descrição tem início fazendo frente ao Leste, em uma linha reta, partindo do "vértice-13" para o "vértice-8", com o ângulo interno de 118°05'22", o azimute de 139°03'54" e a distância de 13,72m onde é cortado pela Rua Bonifácio Augusto Isensee, lado direito ao Sul, em seis linhas, a primeira em uma linha reta partindo do "vértice-8" para o "vértice-7", com o ângulo interno de 61°54'38", o azimute de 257°09'16", e distância de 31,08m, a segunda em uma linha reta, partindo do "vértice-7" para o "vértice-6", com o ângulo interno de 177°55'33", o azimute de 259°13'43" e a distância de 31,08m, a terceira em uma linha reta, partindo do "vértice-6" para o "vértice-5", com o ângulo interno de 178°53'40", o azimute de 260°20'03" e a distância de 31,96m, a quarta em uma linha reta, partindo do "vértice-5" para o "vértice-4", com o ângulo interno de 178°50'45", o azimute de 261°29'18" e a distância de 31,96m, a quinta em uma linha reta, partindo do "vértice-4" para o "vértice-3", com o ângulo interno de 178°21'26", o azimute de 263°07'53" e a distância de 33,28m e a sexta em uma linha reta, partindo do "vértice-3" para o "vértice-2", com o ângulo interno de 177°27'52", o azimute de 265°40'01" e a distância de 33,28m, todas com a Área – A, de propriedade de Herdeiros de José Amandio da Costa, fundos ao Oeste, em uma linha reta partindo do "vértice-2" para o "vértice-19", com o ângulo interno de 126°36'07", o azimute de 319°03'54" e a distância de 15,28m onde é cortado pela Rua Bonifácio Augusto Isensee, e lado esquerdo ao Norte, em seis linhas, a primeira em uma linha reta partindo do "vértice-19" para o "vértice-18", com o ângulo interno de 53°01'50", o azimute de 86°02'04", e distância de 42,13m, a segunda em uma linha reta, partindo do "vértice-18" para o "vértice-17", com o ângulo interno de 182°54'12", o azimute de 83°07'53" e a distância de 24,90m, a terceira em uma linha reta, partindo do "vértice-17" para o "vértice-16", com o ângulo interno de 181°18'52", o azimute de 81°49'00" e a distância de 39,73m, a quarta em uma linha reta, partindo do "vértice-16" para o "vértice-15", com o ângulo interno de 181°10'07", o azimute de 80°38'54" e a distância de 24,51m, a quinta em uma linha reta, partindo do "vértice-15" para o "vértice-14", com o ângulo interno de 181°25'11", o azimute de 79°13'43" e a distância de 37,83m e a sexta em uma linha reta, partindo do "vértice-14" para o "vértice-13", com o ângulo interno de 182°04'27", o azimute de 77°09'16" e a distância de 24,41m, todas com a Área – B, de propriedade de Herdeiros de José Amandio da Costa; o terreno dista de sua testada, 1.390,00m até a Estrada Geral da Garuba.

Art. 2º O recebimento em doação do imóvel descrito no artigo 1º desta Lei tem como destinação a regularização da Rua Bonifácio Augusto Isensee, denominada pela Lei nº 1.611, de 1º de julho de 1996.

Art. 3º O imóvel doado e descrito nesta Lei será outorgado ao Município a título gratuito, por meio de escritura pública.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Gaspar.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 16 de fevereiro de 2018.

Kleber Edson Wan-Dall  
Prefeito

**LEI Nº 3.843, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018**

Publicação Nº 1531714

LEI Nº 3.843, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO MOTOTRILHA BELCHIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a entidade denominada Associação Mototrilha Belchior, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 09.384.957/0001-53.

Art. 2º À entidade beneficiada com a presente Lei são conferidos os benefícios previstos na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 16 de fevereiro de 2018.

Kleber Edson Wan-Dall  
Prefeito

**LEI Nº 3.844, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018**

Publicação Nº 1531715

LEI Nº 3.844, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O BELCHIOR JEEP CLUBE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a entidade denominada Belchior Jeep Clube, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 02.649.524/0001-33.

Art. 2º À entidade beneficiada com a presente Lei são conferidos

os benefícios previstos na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 16 de fevereiro de 2018.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 19/2018

Publicação Nº 1533050

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 19/2018

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KIT ARTESANATO PARA OS CURSOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV ATIVIDADE INERENTE AO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA ATENDIMENTO DOS GRUPOS CADASTRADOS NA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 07/03/2018 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 07/03/2018 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governador-celsoramos.sc.gov.br](http://www.governador-celsoramos.sc.gov.br)

Governador Celso Ramos, 22 de Fevereiro de 2018.  
Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 21/2018

Publicação Nº 1533051

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 21/2018

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KIT ARTESANATO PARA ATENDIMENTO DOS GRUPOS DE MÃES E IDOSOS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, CADASTRADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 07/03/2018 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 07/03/2018 às 17h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governador-celsoramos.sc.gov.br](http://www.governador-celsoramos.sc.gov.br)

Governador Celso Ramos, 22 de Fevereiro de 2018.

Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 22/2018

Publicação Nº 1533052

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 22/2018

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ATENDIMENTO DOS GRUPOS DE MÃES E IDOSOS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, CADASTRADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 07/03/2018 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 07/03/2018 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governador-celsoramos.sc.gov.br](http://www.governador-celsoramos.sc.gov.br)

Governador Celso Ramos, 22 de Fevereiro de 2018.

Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração

**EXTRATO DO CONTRATO 005/2018 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Publicação Nº 1532913

CONTRATO 005/2018

CONTRATO Nº 005/2017

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2018

PROCESSO Nº 06/2018

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Praça 6 de Novembro n.º 01, bairro Ganchos do Meio, nesta cidade, C.N.P.J. sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado ALVES FRUTAS E POLPAS LTDA – ME, com sede à ESTRADA GERAL OLIVEIRA, S/Nº, em TIJUCAS, inscrita no CNPJ sob nº 23.994.632/0001-13, doravante denominada de CONTRATADA, fundamentados nas disposições do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções/CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015, bem como o que consta no Chamamento Público nº 06/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, com a finalidade de atender a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Governador Celso Ramos/SC, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de acordo com o Chamamento Público nº 06/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda, parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Os CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUARTA:**

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o mês de dezembro de 2018.

a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades indicados pela Secretaria de Educação, de acordo com o Chamamento Público nº 06/2018.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 69.625,00 (SESSENTA E NOVE MIL SEICENTOS E VINTE E CINCO REIAS).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total
BISCOITO CASEIRO DIVERSOS SABORES	KG	2.500	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 21,75	R\$ 54.375,00
GELEIA DE FRUTAS	POTES	500	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 15,25	R\$ 15.250,00
Valor Total do Contrato					R\$ 69.625,00

**CLÁUSULA SEXTA:**

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

As despesas decorrentes deste certame correrão por conta do orçamento de 2018, nas seguintes dotações orçamentárias:

Unid.: 06.01; Projeto/Ativ: 2.012; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(42).

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quarta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA NONA:**

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO/FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Departamento de Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pelo Chamamento Público nº 06/2018, pelas Resoluções CD/FNDE nº 026/2013 e 04/2015 e, pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal, através de Termos aditivos pactuado entre as partes, em conformidade com a Lei 8.666/93 e resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:**

O prazo de vigência para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, a contar da assinatura do contrato até 31/12/2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA:**

Para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato de fornecimento, é competente, por força de lei, o Foro de Biguaçu/SC, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº8666/93.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Governador Celso Ramos/SC, 21 de fevereiro de 2018.  
ALVES FRUTAS E POLPAS LTDA – ME JULIANO DUARTE CAMPOS  
Contratado Prefeito Municipal  
Contratante

**EXTRATO DO CONTRATO 006/2018 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Publicação Nº 1532918

CONTRATO 006/2018

CONTRATO Nº 006/2017

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2018

PROCESSO Nº 06/2018

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Praça 6 de Novembro n.º 01, bairro Ganchos do Meio, nesta cidade, C.N.P.J. sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado EDERVAN SOARES, com endereço a Estrada Geral Oliveira, no município de Tijucas/SC, inscrito no CPF sob o nº 063.529.629-20, doravante denominada de CONTRATADA, fundamentados nas disposições do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções/CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015, bem como o que consta no Chamamento Público nº 06/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, com a finalidade de atender a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Governador Celso Ramos/SC, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de acordo com o Chamamento Público nº 06/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda, parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Os CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros



Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

#### CLÁUSULA QUARTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o mês de dezembro de 2018.

a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades indicados pela Secretaria de Educação, de acordo com o Chamamento Público nº 06/2018.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 17.854,00 (DEZESSETE MIL OITOCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total
AIPIIM DESCASCADO, CONGELADO, ACONDICIONADO, EMBALAGENS DE 1Kg	Kg	600	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 5,29	R\$ 3.174,00
POLPA DE FRUTA DE ACEROLA; 100 % NATURAL, PASTEURIZADA, SEM AÇÚCAR E SEM ADITIVOS QUÍMICOS OU ARTIFICIAIS, PRÉ-HOMOGENEIZADA PARA FÁCIL DILUIÇÃO. EMBALAGEM DE 1KG, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR A DATA DE BENEFICIAMENTO, DE VALIDADE E O NÚMERO DO LOTE.	Kg	800	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 18,35	R\$ 14.680,00
Valor Total do Contrato					R\$ 17.854,00

#### CLÁUSULA SEXTA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

As despesas decorrentes deste certame correrão por conta do orçamento de 2018, nas seguintes dotações orçamentárias:

Unid.: 06.01; Projeto/Ativ: 2.012; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(42).

#### CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quarta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA NONA:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO/FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Departamento de Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pelo Chamamento Público nº 06/2018, pelas Resoluções CD/FNDE nº 026/2013 e 04/2015 e, pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal, através de Termos aditivos pactuado entre as partes, em conformidade com a Lei 8.666/93 e resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:**

O prazo de vigência para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, a contar da assinatura do contrato até 31/12/2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA:**

Para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato de fornecimento, é competente, por força de lei, o Foro de Biguaçu/SC, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº 8666/93.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Governador Celso Ramos/SC, 21 de fevereiro de 2018.

EDERVAN SOARES JULIANO DUARTE CAMPOS  
Contratado Prefeito Municipal  
Contratante

**EXTRATO DO CONTRATO 007/2018 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Publicação Nº 1532919

CONTRATO 007/2018

CONTRATO Nº 007/2017  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2018  
PROCESSO Nº 06/2018  
CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Praça 6 de Novembro n.º 01, bairro Ganchos do Meio, nesta cidade, C.N.P.J. sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado ALDOMIR SOARES, com endereço a Estrada Geral Oliveira, no município de Tijucas/SC, inscrito no CPF sob o nº 522.917.589-34, doravante denominada de CONTRATADA, fundamentados nas disposições do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções/CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015, bem como o que consta no Chamamento Público nº 06/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, com a finalidade de atender a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Governador Celso Ramos/SC, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de acordo com o Chamamento Público nº 06/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda, parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Os CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUARTA:**

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o mês de dezembro de 2018.

a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades indicados pela Secretaria de Educação, de acordo com o Chamamento Público nº 06/2018.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 19.974,00 (DEZENOVE MIL NOVECENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total

APIIM DESCASCADO, CONGELADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE 1 KG.	Kg	600	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 5,29	R\$ 3.174,00
POLPA DE FRUTA - DE MORANGO; 100 % NATURAL, PASTEURIZADA, SEM AÇÚCAR E SEM ADITIVOS QUÍMICOS OU ARTIFICIAIS, PRÉ-HOMOGENEIZADA PARA FÁCIL DILUIÇÃO. EMBALAGEM DE 1KG, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR A DATA DE BENEFICIAMENTO, DE VALIDADE E O NÚMERO DO LOTE.	Kg	800	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 21,00	R\$ 16,800,00
Valor Total do Contrato					R\$ 19.974,00

**CLÁUSULA SEXTA:**

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

As despesas decorrentes deste certame correrão por conta do orçamento de 2018, nas seguintes dotações orçamentárias:

Unid.: 06.01; Projeto/Ativ: 2.012; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(42).

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quarta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA NONA:**

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO/FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE

ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Departamento de Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora e outras Entidades designadas pelo FNDE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

O presente contrato rege-se, ainda, pelo Chamamento Público nº 06/2018, pelas Resoluções CD/FNDE nº 026/2013 e 04/2015 e, pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal, através de Termos aditivos pactuado entre as partes, em conformidade com a Lei 8.666/93 e resguardadas as suas condições essenciais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

O prazo de vigência para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, a contar da assinatura do contrato até 31/12/2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA:

Para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato de fornecimento, é competente, por força de lei, o Foro de Biguaçu/SC, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº 8666/93.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Governador Celso Ramos/SC, 21 de fevereiro de 2018.

ALDOMIR SOARES

JULIANO DUARTE CAMPOS

Contratado

Prefeito Municipal

Contratante

### **EXTRATO DO CONTRATO 008/2007 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Publicação Nº 1532925

CONTRATO 008/2018

CONTRATO Nº 008/2017

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2018

PROCESSO Nº 06/2018

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Praça 6 de Novembro n.º 01, bairro Ganchos do Meio, nesta cidade, C.N.P.J. sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado VILSON SOARES, com endereço a Estrada Geral Oliveira, no município de Tijucas/SC, inscrito no CPF sob o nº 702.846.019-34 doravante denominada de CONTRATADA, fundamentados nas disposições do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções/CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015, bem como o que consta no Chamamento Público nº 06/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, com a finalidade de atender a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Governador Celso Ramos/SC, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de acordo com o Chamamento Público nº 06/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato,

independentemente de anexação ou transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda, parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

Os CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

#### CLÁUSULA QUARTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o mês de dezembro de 2018.

a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades indicados pela Secretaria de Educação, de acordo com o Chamamento Público nº 06/2018.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 19.120,00 (DEZENOVE MIL CENTO E VINTE REAIS).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total
POLPA DE FRUTA - DE MARACUJÁ; 100 % NATURAL, PASTEURIZADA, SEM AÇÚCAR E SEM ADITIVOS QUÍMICOS OU ARTIFICIAIS, PRÉ-HOMOGENEIZADA PARA FÁCIL DILUIÇÃO. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR A DATA DE BENEFICIAMENTO, DE VALIDADE E O NÚMERO DO LOTE.	Kg	1000,00	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 19,12	R\$ 19.120,00
Valor Total do Contrato					R\$ 19.120,00

#### CLÁUSULA SEXTA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

As despesas decorrentes deste certame correrão por conta do orçamento de 2018, nas seguintes dotações orçamentárias:

Unid.: 06.01; Projeto/Ativ: 2.012; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(42).

#### CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quarta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA NONA:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO/FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Departamento de Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora e outras Entidades designadas pelo FNDE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

O presente contrato rege-se, ainda, pelo Chamamento Público nº 06/2018, pelas Resoluções CD/FNDE nº 026/2013 e 04/2015 e, pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal, através de Termos aditivos pactuado entre as partes, em conformidade com a Lei 8.666/93 e resguardadas as suas condições essenciais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

O prazo de vigência para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, a contar da assinatura do contrato até 31/12/2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.



**CLÁUSULA VIGÉSIMA:**

Para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato de fornecimento, é competente, por força de lei, o Foro de Biguaçu/SC, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº8666/93.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Governador Celso Ramos/SC, 21 de fevereiro de 2018.

VILSON SOARES

JULIANO DUARTE CAMPOS

Contratado

Prefeito Municipal

Contratante

**EXTRATO DO CONTRATO 009/2018 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Publicação Nº 1532926

CONTRATO 009/2018

CONTRATO Nº 009/2017

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2018

PROCESSO Nº 06/2018

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Praça 6 de Novembro n.º 01, bairro Ganchos do Meio, nesta cidade, C.N.P.J. sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado CLÉZIO SOARES, com endereço a Estrada Geral Oliveira, no município de Tijucas/SC, inscrito no CPF sob o nº 785.350.189-72 doravante denominada de CONTRATADA, fundamentados nas disposições do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções/CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015, bem como o que consta no Chamamento Público nº 06/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, com a finalidade de atender a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Governador Celso Ramos/SC, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de acordo com o Chamamento Público nº 06/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda, parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Os CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUARTA:**

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o mês de dezembro de 2018.

a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades indicados pela Secretaria de Educação, de acordo com o Chamamento Público nº 06/2018.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 18.500,00 (DEZEITO MIL E QUINHENTOS REAIS).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.



b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total
POLPA DE FRUTA - DE ABACAXI; 100 % NATURAL, PASTEURIZADA, SEM AÇÚCAR E SEM ADITIVOS QUÍMICOS OU ARTIFICIAIS, PRÉ-HOMOGENEIZADA PARA FÁCIL DILUIÇÃO. EMBALAGEM DE 1KG, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR A DATA DE BENEFICIAMENTO, DE VALIDADE E O NÚMERO DO LOTE.	Kg	1000,00	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 18,50	R\$ 18.500,00
Valor Total do Contrato					R\$ 18.500,00

#### CLÁUSULA SEXTA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

As despesas decorrentes deste certame correrão por conta do orçamento de 2018, nas seguintes dotações orçamentárias:

Unid.: 06.01; Projeto/Ativ: 2.012; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(42).

#### CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quarta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA NONA:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO/FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro,

garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Departamento de Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora e outras Entidades designadas pelo FNDE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

O presente contrato rege-se, ainda, pelo Chamamento Público nº 06/2018, pelas Resoluções CD/FNDE nº 026/2013 e 04/2015 e, pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal, através de Termos aditivos pactuado entre as partes, em conformidade com a Lei 8.666/93 e resguardadas as suas condições essenciais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

O prazo de vigência para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, a contar da assinatura do contrato até 31/12/2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA:

Para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato de fornecimento, é competente, por força de lei, o Foro de Biguaçu/SC, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº 8666/93.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Governador Celso Ramos/SC, 21 de fevereiro de 2018.

CLÉZIO SOARES

JULIANO DUARTE CAMPOS

Contratado

Prefeito Municipal

Contratante

### **EXTRATO DO CONTRATO 010/2018 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Publicação Nº 1532928

CONTRATO 010/2018

CONTRATO Nº 010/2017

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2018

PROCESSO Nº 06/2018

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Praça 6 de Novembro n.º 01, bairro Ganchos do Meio, nesta cidade, C.N.P.J. sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado JADSON PEREIRA, com endereço a Estrada Geral Oliveira, no município de Tijucas/SC, inscrito no CPF sob o nº 022.558.299-67, doravante denominada de CONTRATADA, fundamentados nas disposições do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções/CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015, bem como o que consta no Chamamento Público nº 06/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, com a finalidade de atender a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Governador Celso Ramos/SC, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de acordo com o Chamamento Público nº 06/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda, parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

Os CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

#### CLÁUSULA QUARTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o mês de dezembro de 2018.

a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades indicados pela Secretaria de Educação, de acordo com o Chamamento Público nº 06/2018.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 11.286,00 (ONZE MIL DUZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total
POLPA DE FRUTA - DE ABACAXI; 100 % NATURAL, PASTEURIZADA, SEM AÇÚCAR E SEM ADITIVOS QUÍMICOS OU ARTIFICIAIS, PRÉ-HOMOGENEIZADA PARA FÁCIL DILUIÇÃO. EMBALAGEM DE 1KG, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR A DATA DE BENEFICIAMENTO, DE VALIDADE E O NÚMERO DO LOTE.	Kg	300,00	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 18,50	R\$ 5.550,00
POLPA DE FRUTA - DE MARACUJÁ; 100 % NATURAL, PASTEURIZADA, SEM AÇÚCAR E SEM ADITIVOS QUÍMICOS OU ARTIFICIAIS, PRÉ-HOMOGENEIZADA PARA FÁCIL DILUIÇÃO. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR A DATA DE BENEFICIAMENTO, DE VALIDADE E O NÚMERO DO LOTE.	Kg	300,00	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 19,12	R\$ 5.736,00
Valor Total do Contrato					R\$ 11.286,00

#### CLÁUSULA SEXTA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

As despesas decorrentes deste certame correrão por conta do orçamento de 2018, nas seguintes dotações orçamentárias:

Unid.: 06.01; Projeto/Ativ: 2.012; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(42).

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quarta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA NONA:**

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO/FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Departamento de Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pelo Chamamento Público nº 06/2018, pelas Resoluções CD/FNDE nº 026/2013 e 04/2015 e, pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal, através de Termos aditivos pactuado entre as partes, em conformidade com a Lei 8.666/93 e resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

O prazo de vigência para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, a contar da assinatura do contrato até 31/12/2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA:

Para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato de fornecimento, é competente, por força de lei, o Foro de Biguaçu/SC, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº8666/93.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Governador Celso Ramos/SC, 21 de fevereiro de 2018.

JADSON PEREIRA  
Contratado  
Contratante

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO 011/2018 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

Publicação Nº 1532930

#### CONTRATO 011/2018

CONTRATO Nº 011/2017  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2018  
PROCESSO Nº 06/2018

#### CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Praça 6 de Novembro n.º 01, bairro Ganchos do Meio, nesta cidade, C.N.P.J. sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado CASTELINHO DOS PRODUTOS COLONIAIS LTDA ME com sede na Rodovia SC 41, Geral Claraíba, no município de Nova Trento/SC, C.N.P.J sob o nº 03.529.886/0001-53, doravante denominada de CONTRATADA, fundamentados nas disposições do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções/CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015, bem como o que consta no Chamamento Público nº 06/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, com a finalidade de atender a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Governador Celso Ramos/SC, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de acordo com o Chamamento Público nº 06/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda, parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

Os CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

#### CLÁUSULA QUARTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria

Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o mês de dezembro de 2018.

a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades indicados pela Secretaria de Educação, de acordo com o Chamamento Público nº 06/2018.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 58.190,00 (CINQUENTA E OITO MIL CENTO E NOVENTA REAIS).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total
SUCO DE UVA INTEGRAL CONCENTRADO – 100% NATURAL, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, SEM CORANTES, CONSERVANTES E OUTROS ADITIVOS QUÍMICOS, EXTRAÍDO EM BANHO-MARIA À TEMPERATURA DE 70°C E ENVASADO A 90°C, PRESERVANDO TODAS AS VITAMINAS E ELEMENTOS NATURAIS DA UVA; VASILHAMES DE VIDRO DE, NO MÍNIMO, 900ML A UNIDADE, TAMPA METÁLICA, RÓTULO CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE; RENDIMENTO DE NO MÍNIMO 3,640L.	UND	5,500	CONFORME SOLICITAÇÃO	R\$ 10,58	R\$ 58.190,00
Valor Total do Contrato					R\$ 58.190,00

#### CLÁUSULA SEXTA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

As despesas decorrentes deste certame correrão por conta do orçamento de 2018, nas seguintes dotações orçamentárias:

Unid.: 06.01; Projeto/Ativ: 2.012; Elem. de desp.: 3.3.90.30.32.03.00.00.00(42).

#### CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quarta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA NONA:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das



Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO/FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Departamento de Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pelo Chamamento Público nº 06/2018, pelas Resoluções CD/FNDE nº 026/2013 e 04/2015 e, pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal, através de Termos aditivos pactuado entre as partes, em conformidade com a Lei 8.666/93 e resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:**

O prazo de vigência para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, a contar da assinatura do contrato até 31/12/2018, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA:**

Para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato de fornecimento, é competente, por força de lei, o Foro de Biguaçu/SC, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº 8666/93.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Governador Celso Ramos/SC, 21 de fevereiro de 2018.  
CASTELINHO DOS PRODUTOS COLONIAIS LTDA ME  
Contratado  
Contratante

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal



# Gravatal

## PREFEITURA

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1532372

#### CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE GRAVATAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E DE ACORDO COM A LC 101/2000 LRF, CONVIDA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL A PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, A SER REALIZADA EM 28/02/2017, NA SEDE DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GRAVATAL, A PARTIR DAS 10:30 HS COM A SEGUINTE ORDEM DO DIA:

I- AVALIAÇÃO E DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE 2017

II- DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA ELABORAÇÃO DA LDO (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ) 2019.

É DE GRANDE IMPORTÂNCIA A PARTICIPAÇÃO DE TODA A POPULAÇÃO.

GRAVATAL, 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

### LEI Nº 1.896

Publicação Nº 1532163

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.896

DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO POR CONTA DE POSSÍVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 200.000,00(Duzentos mil reais) as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	12 – Fundo Municipal de Saneamento Básico	
Atividade:	2.053 Manutenção das Atividades do Fundo de Saneamento	
Despesa:	(198 ) 3.3.90.00.00.00.0200 -	R\$ 200.000,00 – Excesso - Saneamento

Art. 2º Para cobrir despesas decorrentes da abertura de crédito adicional suplementar de que trata o art. anterior, serão utilizados recursos provenientes de possível excesso de arrecadação decorrentes do recurso 200 do saneamento básico, receita orçamentária 4.1.1.2.2.99.00.00.00.03 – Receita de Distribuição de Água.

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de Fevereiro de 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada no D.O.M. em 23/02/2017

Bruna Mendonça Leandro

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 21.2018.DOCX

Publicação Nº 1532036

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018  
 PROCESSO Nº 21/2018 HOMOLOGAÇÃO: 22/02/2018  
 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA  
 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA AS ESQUIPES ESPORTIVAS QUE REPRESENTARÃO O MUNICÍPIO EM COMPETIÇÕES DURANTE O ANO DE 2018, e AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS ORGANIZAREM VIAGENS DE ESTUDOS DURANTE O ANO LETIVO DE 2018.

CONTRATADO: ILSON ANTONIO BORLA EIRELI - EPP  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 118.500,00 (cento e dezoito mil quinhentos reais)

CONTRATADO: JUNIOR CESAR SCAPIN EIRELI - ME  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 27.400,00 (vinte e sete mil e quatrocentos reais)

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 37.2018.DOCX

Publicação Nº 1532026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2018  
 PROCESSO Nº 37/2018 HOMOLOGAÇÃO: 22/02/2018  
 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA  
 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES E ONIBUS DO MUNICIPIO DE GUARACIABA/SC PARA ANO DE 2018, DE ACORDO COM O ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL

CONTRATADO: IRMAOS PALU LTDA - ME  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 112.040,00 (cento e doze mil quarenta reais)

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 37.18 AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO DELEGACIA POLICIA CIVIL.DOC

Publicação Nº 1532703

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2018.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 46/18, Edital de Pregão Presencial Nº 37/18. Objeto: Aquisição de Ar Condicionado para Delegacia da Polícia Civil de Guaraciaba/SC; recebimento de propostas até às 10:30 horas do dia 07/03/18; a abertura do Edital será às 10:30 horas do dia 07/03/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 22 de fevereiro de 2018.

Roque Luiz Meneghini,  
 Prefeito Municipal

### PARECER FUNDEB 2017

Publicação Nº 1533153

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB do município de Guaraciaba – SC

#### PARECER

Nós, membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB do município de Guaraciaba – SC, instituídos pela Lei Municipal nº 2.287 de 25 de fevereiro de 2011 e Portaria nº 476 de 13 de novembro de 2017, analisamos os demonstrativos contábeis e gerenciais mensais e anual, relativos aos recursos financeiros recebidos à conta do FUNDEB, onde constatamos que os recursos recebidos no exercício de 2017 foram na ordem de R\$ 4.281.887,85 (quatro milhões, duzentos e oitenta e um mil, oitocentos e oitenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), e mais R\$ 9.088,13 (nove mil, oitenta e oito reais e treze centavos) de rendimentos de aplicação financeira, e R\$ 49.989,44 (quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) de saldo financeiro em 31.12.2016, sendo que não haviam restos a pagar, totalizando o montante de R\$ 4.340.645,42 (quatro milhões, trezentos e quarenta mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

Com base nos demonstrativos, analisamos a aplicabilidade do FUNDEB, sendo:

· Recursos do FUNDEB 60% - no ano analisado, o Município realizou despesas Liquidadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 2.919.946,08 (dois milhões, novecentos e dezenove mil, novecentos e quarenta e seis reais, e oito centavos) sendo R\$ 49.989,44 (quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) de superávit financeiro do exercício de 2016, correspondendo o total de 66,88% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constatou-se uma Aplicação à Maior no montante de R\$ 305.005,32 (trezentos e cinco mil, cinco reais e trinta e dois centavos) equivalente a 6,88%, CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

2 - FUNDEB 60%	Até o Bimestre
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.258.405,84
319013 - Obrigações Patronais	476.648,15
319094 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	184.892,09
II) TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 2.919.946,08

· Recursos do FUNDEB 40 % - no ano analisado, o Município realizou despesas Liquidadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 1.380.997,42 (um milhão, trezentos e oitenta mil, novecentos e noventa e sete reais, e quarenta e dois centavos) correspondente a 32,18% dos recursos do FUNDEB

recebidos no exercício.

3 - FUNDEB 40%	Até o Bimestre
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.059.500,39
319013 - Obrigações Patronais	208.404,99
339030 - Material de Consumo	0,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	29,50
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00
319094- Indenizações	113.062,54
II) TOTAL DAS DESPESAS	1.380.997,42

· Até o período analisado considerando a despesa empenhada, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento da educação básica o valor de R\$ 4.300.943,50 (quatro milhões, trezentos mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos) equivalente a 99,08% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constatou-se uma aplicação que fora aplicado à maior o montante de R\$ 177.330,35 (cento e setenta e sete mil, trezentos e trinta reais e trinta e cinco centavos) o qual corresponde a 4,08%, acima do limite mínimo de 95%, CUMPRINDO o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

· O saldo remanescente do ano anterior valor de R\$ 49.989,44 (quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) foi gasto conforme legislação vigente e dentro do prazo estipulado (1º trimestre do ano subsequente).

· Saldo financeiro no final do exercício de 2017 de acordo com o extrato bancário do dia 31/12/2017 – R\$ 32.032,87 (trinta e dois mil, trinta e dois reais e oitenta e sete centavos), acrescidos da Conciliação Bancária no valor de R\$ 3.543,60 (três mil, quinhentos e quarenta e três reais e sessenta centavos), totalizando R\$ 35.576,47 (trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos) saldo esse a ser reprogramado para o exercício de 2018, como superávit financeiro do exercício de 2017. Esse saldo deverá ser gasto nos três primeiros meses do ano de 2018, e o Conselho sugere a abertura desse saldo em folha de pagamento para remuneração do magistério.

Após análise detalhada dos relatórios, este Conselho está de acordo e emite Parecer Favorável à aplicação dos recursos do FUNDEB no exercício de 2017.

Membros do Conselho

Representantes de Pais e Alunos da Educação Básica Pública:

MICHELE DANIELA BERNARDI

JAQUELINE SCAPIN

FERNANDA LUCIA ROSANELLI VICE-PRESIDENTE

CHISTIAN ROBERTO BALBINOT

Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública:

ARILSON DA SILVA VINCEGUERA

ODINEI LUIZ SCHIO

Representante do Poder Público Municipal:

MARISA PEREIRA

GRACIELI MARA MALDANER

Representante dos Professores da Educação Básica Pública:

MIRNA ARAUJO MUNIZ

IVANETE DOS SANTOS ZWIRTES

Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

VALMIR MAYER PRESIDENTE

MARILENE MOREIRA

Representantes dos Servidores Técnicos-Administrativo das Escolas Básicas Públicas:

NEUSA GASPERIN BALBINOT

ELIZABET GRANDO

Estudantes da educação básica pública - Indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas:

DANIELLE MAIARA PALU

CLAITON CEZAR NEUMANN

Poder Executivo Municipal - Secretaria Municipal de Educação ou Órgão educacional equivalente:

ADRIANA OMIZZOLLO

JAIR AGOSTINI

Representante do Conselho Tutelar:

ADRIANA TURMINA SCHMITZ

ANTONIO SPERANSA

Representantes do Conselho Municipal de Educação:

SUÉLI FERNANDA LUDWIG

CLAUDIOMIRO MALDANER

Guaraciaba, 22 de fevereiro de 2018.

## RESOLUÇÃO CACS 1/2018

Publicação Nº 1533151

RESOLUÇÃO Nº 01/2018

Aprova Prestação de Contas dos recursos recebidos do FUNDEB, PNATE e Salário-Educação.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB de Guaraciaba/SC, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Municipal nº 1962 de 18 de maio de 2007 e alterado pela Lei nº 2287, e de 25 de fevereiro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos recebidos do FUNDEB referente ao exercício 2017, apresentado e apreciado na reunião de 22 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos recebidos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE referente ao exercício 2017, apresentado e apreciado na reunião de 22 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos recebidos do Salário-Educação referente ao exercício 2017, apresentado e apreciado na reunião de 22 de fevereiro de 2018.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de hoje, devendo ser publicada.

Guaraciaba, 22 de fevereiro de 2018

Valmir Mayer

Presidente do CACS - FUNDEB

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2018 - PMG

Publicação Nº 1531954

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 18/2018 – PMG

Processo Licitatório: 18/2018 – PMG

Tipo: Menor preço por Lote

Objeto: Registro de preços para contratação de serviços de poda de árvores de grande porte, com caminhão munk, motosserra e auxiliar de serviços gerais, para atender as necessidades da Defesa Civil de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 07/03/2018 às 14h

Abertura dos Envelopes: 07/03/2018 às 14h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 22 de fevereiro de 2018.

Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECISÃO - LICITAÇÃO 127/2017-PMG

Publicação Nº 1532009

#### DECISÃO

Considerando o pedido de desistência formulado pela empresa Corteville Aços e Planos Ltda (fls. 731), bem como considerando o exarado no parecer jurídico de fls. 733, nos autos do Processo Licitatório nº 127/2017, cujo objeto é a ALIENAÇÃO DE TERRENOS PARA INCENTIVOS ECONÔMICOS DE EMPREENDIMIENTOS QUE SE ESTABELEÇAM NA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, OU NELA APLIQUEM SUAS ATIVIDADES, acolho o pedido de desistência e, nos termos do art. 64, § 3º da Lei 8666/93, libero a requerente da obrigação de assinar o contrato nº 76/2017 - PMG.

Guaramirim/SC, 19 de fevereiro de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 885/2018

Publicação Nº 1531778

DECRETO Nº. 885/2018

Altera o Decreto nº. 19/1982, que cria o Ponto de Táxi nº. 09

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 19/1982 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Ementa: Cria o ponto de estacionamento de táxi nº. 09.” (NR)

“Art. 1º. Fica criado o ponto de estacionamento de táxi nº. 09, para 1 (um) automóvel, na Rua Izídio Carlos Peixer, nº. 595, Bairro Ilha da Figueira, em frente à Unidade de Saúde da Ilha da Figueira.” (NR)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de fevereiro de 2018.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 886/2018

Publicação Nº 1531779

DECRETO Nº. 886/2018

Dispõe sobre a cobrança de impostos e taxas para o ano de 2018.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. O Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas correlatas serão lançados para o pagamento em cota única ou em 06 (seis) parcelas, com vencimento nas seguintes datas:

- I - Primeira parcela: 11/06/2018;
- II - Segunda parcela: 10/07/2018;
- II - Terceira parcela: 10/08/2018;
- III - Quarta parcela: 10/09/2018;
- IV - Quinta parcela: 10/10/2018;
- V - Sexta parcela: 12/11/2018.

Art. 2º. A isenção de IPTU, constantes nos artigos 180-C, 180-De 181 da Lei Complementar nº. 001/1994, poderão ser requeridas até 12/11/2018.

Parágrafo único. Cabe ao contribuinte comprovar os pressupostos que autorizam a concessão do benefício.

Art. 3º. A primeira parcela do carnê conterá, inclusive, a diferença resultante do valor total lançado e a soma expressa nas parcelas da segunda à sexta.

Art. 4º. As parcelas para o pagamento serão expressas em moeda corrente nacional.

Art. 5º. O contribuinte poderá efetuar o pagamento da seguinte forma:

I - Em cota única até dia 11/06/2018 com 12% (doze por cento) de desconto;

II - Em cota única até o dia 10/07/2018 com 7% (sete por cento) de desconto;

III - Parcelado em 06 (seis) parcelas conforme datas definidas no art. 1º deste Decreto.

Art. 6º. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) será lançado por um dos seguintes critérios:

I - valor fixo anual, para contribuintes pessoa física (autônomos), devidamente inscritos, a ser pago em cota única, com vencimento até 30/04/2018;

II - valor resultante de estimativa fiscal do Setor de Fiscalização do Município;

III - valor resultante de apuração do próprio contribuinte, a ser declarado em guia a ser fornecida pela Prefeitura e recolhida diretamente nos bancos autorizados, para posterior homologação do Setor de Fiscalização.

Art. 7º. Ficarão sujeitos ao lançamento do ISS por homologação, a critério do Setor de Fiscalização do Município, os contribuintes cuja organização empresarial assegure o recolhimento do imposto devido.

Art. 8º. Ficarão sujeitos a estimativa fiscal os serviços de:

I - Construção civil;

II - Pessoas jurídicas ou equiparadas com menos de 10 (dez) empregados, considerando-se inclusive os titulares;

III - Natureza temporária ou provisória;

IV - Contribuinte cuja espécie, modalidade ou volume de operação imponha tratamento fiscal especial.

Art. 9º. A Estimativa fiscal será providenciada pelo Setor de Fiscalização da Prefeitura, que levará em consideração:

I - Tratando-se de obra de construção civil: o custo dos serviços de construção para o contratante dos serviços;

II - Nos demais casos: o valor da receita estimada, apurada no mínimo anualmente, com base nas informações obtidas através da Planilha para Estimativa Fiscal (Pessoa Jurídica).

Art. 10. Os serviços de construção civil que ficarão sujeitos à estimativa fiscal são:

I - Construção, ampliação ou reforma de edificações;

II - Terraplanagem, extração, transporte e aterro;

III - Pavimentação, manutenção de estradas, ponte, viadutos e outras do sistema de trânsito;

IV - Paisagismo e jardinagem;

V - Incorporação imobiliária.

Art. 11. O custo dos serviços de construção, para o contratante dos serviços, dar-se-á conforme tabela anexa.

§ 1º A emissão da guia de recolhimento do ISS/OCC (imposto sobre serviços obra construção civil), será vinculada, no prazo de 30 dias, ao efetivo cadastramento da construção na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano para efeito de cobrança do IPTU ou, até no mesmo dia, para a concessão do habite-se.

§ 2º A critério do Setor de Fiscalização poder-se-á ainda considerar como custo dos serviços os expressos em contrato, ou os efetivamente realizados desde que devidamente comprovados.

Art. 12. O Imposto sobre serviços de qualquer natureza incidente sobre obras de edificações, ampliação ou reforma será lançado em cota única ou para pagamento em parcelas mensais, atendendo o cronograma de execução da obra, diretamente em nome do proprietário do imóvel, que ficará responsável pelo recolhimento do tributo devido, conforme determinações legais vigentes.

Art. 13. O Imposto sobre serviços de qualquer natureza devido por empresas sujeitas à estimativa fiscal deverá ser recolhido:

I - Para empresas de menos de 03 (três) empregados: em cota única, com vencimento até 30 de abril de 2018.

II - Mensalmente, até o 20º (vigésimo) dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, nos demais casos.

Art. 14. Os contribuintes que recolhem o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza através do regime de estimativa fiscal ficam desobrigados a escriturar em livro próprio a receita de serviços, relativa ao exercício financeiro em que houver sido concedido o benefício.

Art. 15. O Imposto sobre serviços eventuais ou provisórios deverão ser recolhidos antecipadamente, antes do início da atividade.

Art. 16. Os carnês de ISSQN fixo anual e resultantes de cálculo do regime de estimativa fiscal serão impressos em coeficientes da Unidade Fiscal Municipal.

Parágrafo único. Os valores expressos em Unidade Fiscal Municipal serão convertidos em moeda corrente segundo seja a paridade no mês de pagamento do tributo.

Art. 17. As pessoas jurídicas com atividades múltiplas deverão recolher o imposto calculado em relação à atividade de maior alíquota ou então, proporcionalmente à receita de cada atividade, hipótese em que ficará obrigada a escriturar a receita em livros distintos.

Art. 18. A cobrança da Taxa de Fiscalização do Alvará de Licença e Localização será feita através de guia a ser fornecida pelo Município, nos seguintes prazos:

I - Nos casos a que se referem os incisos I e II, art. 249 da Lei Complementar nº. 001/1994, para contribuintes regularmente cadastrados, até o dia 30 de abril de 2018.

II - Nos demais casos: antes do início da atividade ou ocorrência do fato ou ato.

Art. 19. Os contribuintes (pessoa física ou jurídica), que iniciarem atividades relacionadas ao comércio, produção, industrialização ou serviços no decorrer do exercício, deverão recolher a taxa de licença calculada proporcionalmente aos meses restantes do exercício.



Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de fevereiro de 2018.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 887/2018

Publicação Nº 1532591

DECRETO Nº. 887/2018

Revoga os Decretos nº. 728/2016 e 719/2016, que dispõem sobre o Loteamento Residencial Jardim Florença.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o Parecer Técnico nº. 01/2018 da Comissão de Parcelamento do Solo;

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº. 728/2016, que aprova o Loteamento Residencial Jardim Florença e o Decreto nº. 719/2016, que altera o Decreto nº. 728/2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 20 de fevereiro de 2018.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 888/2018

Publicação Nº 1531781

DECRETO Nº. 888/2018

Altera os anexos do Decreto nº. 809/2017, que institui o Sistema Municipal de Protocolo Digital e regulamenta os procedimentos administrativos da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Altera os anexos I e III do Decreto nº. 809/2017, conforme os anexos deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de fevereiro de 2018.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 04/2018 FMS

Publicação Nº 1532167

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04/2018 – FMS  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 86/2017 - FMS  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PACIENTES DIABÉTICOS ATENDIDOS PELA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM(SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 86/2017 FMS.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.04, através do Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim, sob o CNPJ no 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: DANIELE DAGIOS ME, com sede na Rua Ottokar Doerffel, n.º 1112, bloco A, Galpão A10, bairro Joinville, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º. 12.942.081/0001-28.

Vigência: Início:13/02/2018 Término: 12/02/2019

Fornecedor: 392448 - DANIELE DAGIOS ME						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	190000	UN	LANCETA PARA OBTENÇÃO DE SANGUE CAPILAR, AGULHA DE CALIBRE 25GX1,5MM, RETRÁTIL, ESTÉRIL POR RADIAÇÃO GAMA, DESCARTÁVEL COM AGULHA SILICONIZADA, PONTA TRI FACETADA E DISPOSITIVO AUTOMÁTICO DE SEGURANÇA QUE NÃO NECESSITE DE CANETA LANCETADORA E QUE ATENDA A NR32, O PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 18 MESES, DEVERÁ SER FORNECIDO EM EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 200 UNIDADES, ACOMPANHADO DE BULA ORIGINAL.	TKL	0,23	43.700,00
Total					R\$43.700,00	

Guaramirim (SC), 22 de fevereiro de 2018.  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 05/2018 FMS**

Publicação N° 1532168

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2018 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 86/2017 - FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PACIENTES DIABÉTICOS ATENDIDOS PELA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM(SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 86/2017 FMS.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.04, através do Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim, sob o CNPJ no 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA, com sede na Rua Américo Vespúcio, n.º 995, bairro Nova Brasília, em Joinville, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º. 01.306.465/0001-38.

Vigência: Início:13/02/2018 Término: 12/02/2019

Fornecedor: 218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	80000	UN	SERINGAS DESCARTÁVEIS COM AGULHA FIXA DE USO ÚNICO PARA INSULINA U-50. AGULHA CURTA 8,0 X 0,3MM. VOLUME NOMINAL: 0,5ML/0,5CC, INTERVALO DAS ESCALAS DE 1 EM 1 UNIDADE. ESTÉREIS, ATÓXICAS, APIROGÊNICAS, LIVRE DE LATEX. RESIDUAL DE INSULINA ZERO, AUSÊNCIA DE PERDA DE MEDICAMENTOS (SEM QUE HAJA PERDA MÍNIMA DE MEDICAMENTOS) E BISEL TRIFACETADO. QUE ATENDA OS REQUISITOS DAS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO E NORMATIVOS DA NBR VIGENTE. O PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DEVERÁ SER FORNECIDO EM EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 UNIDADES.	TKL	0,35	28.000,00
4	30000	UN	SERINGAS DESCARTÁVEIS COM AGULHA FIXA DE USO ÚNICO PARA INSULINA U-100. AGULHA CURTA 8,0 X 0,3MM. VOLUME NOMINAL: 1ML/1CC, INTERVALO DAS ESCALAS DE 2 EM 2 UNIDADES. ESTÉREIS, ATÓXICAS, APIROGENICAS, LIVRE DE LATEX. RESIDUAL DE INSULINA ZERO, AUSÊNCIA DE PERDA DE MEDICAMENTOS (SEM QUE HAJA PERDA MÍNIMA DE MEDICAMENTOS) E BISEL TRIFACETADO. QUE ATENDA OS REQUISITOS DAS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO E NORMATIVOS DA NBR VIGENTE. O PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DEVERÁ SER FORNECIDO EM EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 UNIDADES.	SR	0,22	6.600,00
Total					R\$34.600,00	

Guaramirim (SC), 22 de fevereiro de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 06/2018 FMS**

Publicação N° 1532169

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2018 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 86/2017 - FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PACIENTES DIABÉTICOS ATENDIDOS PELA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM(SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 86/2017 FMS.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.04, através do Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim, sob o CNPJ no 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: HENRIQUE DE OLIVEIRA PRADO ME, com sede na Rua Joaquim Carneiro, n.º 135, bairro Capoeiras, em Florianópolis, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º. 26.583.983/0001-20.

Vigência: Início:13/02/2018 Término: 12/02/2019

Fornecedor: 447889 - HENRIQUE DE OLIVEIRA PRADO - ME

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	65000	UN	FITAS/TIRAS REAGENTES PARA TESTE DE DETERMINAÇÃO DE GLICEMIA, PARA TESTAR GLICOSE NO SANGUE CAPILAR, VENOSO, ARTERIAL E NEONATAL, COM TECNOLOGIA DE GLICOSE DESIDROGENASE, MÉTODO DE LEITURA ATRAVÉS DE AMPEROMETRIA OU FOTOMETRIA, COM FAIXA DE MEDIÇÃO ENTRE 20MG/DL A 500 MG/DL, ACEITANDO-SE VALORES INFERIORES A 20 MG/DL E SUPERIORES A 500 MG/DL. DEVERÃO SER FORNECIDOS A TÍTULO DE DOAÇÃO -APARELHOS GLICOSÍMETROS NOVOS, SEM USO, COM BATERIA, DE ACORDO COM AS SOLICITAÇÕES (CONFORME A DEMANDA DO MUNICÍPIO, APROXIMADAMENTE 400 GLICOSÍMETROS), BEM COMO ASSISTÊNCIA TÉCNICA E TREINAMENTO QUANDO SOLICITADO. - DEVERÃO SER FORNECIDAS BATERIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE DO APARELHO, PELO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E CABOS USB, DE ACORDO COM AS SOLICITAÇÕES, PARA TRANSFERÊNCIA DE DADOS DO APARELHO PARA MICROCOMPUTADOR E A INSTALAÇÃO DE SOFTWARE PARA LEITURA DOS DADOS DOS APARELHOS E EMISSÃO DE RELATÓRIOS E ESTATÍSTICAS. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 18 MESES.	ACCU CHEK ACTIVE	0,46	29.900,00
Total					R\$29.900,00	

Guaramirim (SC), 22 de fevereiro de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 07/2018 FMS**

Publicação Nº 1532171

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2018 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 86/2017 - FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PACIENTES DIABÉTICOS ATENDIDOS PELA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM(SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 86/2017 FMS.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.04, através do Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim, sob o CNPJ no 11.293.409/0001-60.

Fornecedor: FUFA SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, com sede na Rua Joaquim Nabuco, n.º 1595, bairro Capoeiras, em Florianópolis, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º. 07.164.711/0001-40.

Vigência: Início:13/02/2018 Término: 12/02/2019

Fornecedor: 284793 - FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
10	195000	UN	FITAS/TIRAS REAGENTES PARA TESTE DE DETERMINAÇÃO DE GLICEMIA, PARA TESTAR GLICOSE NO SANGUE CAPILAR, VENOSO, ARTERIAL E NEONATAL, COM TECNOLOGIA DE GLICOSE DESIDROGENASE, MÉTODO DE LEITURA ATRAVÉS DE AMPEROMETRIA OU FOTOMETRIA, COM FAIXA DE MEDIÇÃO ENTRE 20MG/DL A 500 MG/DL, ACEITANDO-SE VALORES INFERIORES A 20 MG/DL E SUPERIORES A 500 MG/DL. DEVERÃO SER FORNECIDOS A TÍTULO DE DOAÇÃO -APARELHOS GLICOSÍMETROS NOVOS, SEM USO, COM BATERIA, DE ACORDO COM AS SOLICITAÇÕES (CONFORME A DEMANDA DO MUNICÍPIO, APROXIMADAMENTE 400 GLICOSÍMETROS), BEM COMO ASSISTÊNCIA TÉCNICA E TREINAMENTO QUANDO SOLICITADO. - DEVERÃO SER FORNECIDAS BATERIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE DO APARELHO, PELO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E CABOS USB, DE ACORDO COM AS SOLICITAÇÕES, PARA TRANSFERÊNCIA DE DADOS DO APARELHO PARA MICROCOMPUTADOR E A INSTALAÇÃO DE SOFTWARE PARA LEITURA DOS DADOS DOS APARELHOS E EMISSÃO DE RELATÓRIOS E ESTATÍSTICAS. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 18 MESES.	ROCHE	0,47	91.650,00
Total					R\$91.650,00	

Guaramirim (SC), 22 de fevereiro de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2018 – PMG.**

Publicação Nº 1532087

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2018 – PMG.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE PORTA DOCUMENTOS.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Contratado: COMERCIAL VITORIA LTDA – ME, sob o CNPJ nº 18.138.763/0001-69, estabelecida na Rua Wally Emilia Mohr, nº 60, Bairro Água Verde, Jaraguá do Sul - SC.

Valor: R\$ 1.125,00 (mil cento e vinte e cinco reais).

Guaramirim (SC), 22 de fevereiro de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO CONTRATO 05/2018 - PMG**

Publicação Nº 1532162

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO CONTRATO 005/2018- PMG  
Processo Licitatório nº: 002/2018 - PMG

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE APARELHO DE RAIOS – X DIGITAL (DR), PARA EQUIPAR O CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, ATRAVÉS DE RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO, CONVÊNIO Nº 2017TR001313.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: SUL IMAGEM DE PARA DIAGNÓSTICOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.135.637/0001-83, estabelecida na Rua das Embaúbas nº 601, Bairro Fazenda Santo Antônio, município de São José, Estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 145.500,00 (cento e quarenta e cinco mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 20/02/2018 Vigência: 23/04/2018

GUARAMIRIM (SC), 22/02/2018  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2018- PMG**

Publicação Nº 1532025

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2018- PMG  
Processo Licitatório nº: 215/2017 - PMG

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE CADERNO UNIVERSITÁRIO PERSONALIZADO, CADERNO COSTURADO CAPA DURA PERSONALIZADO E ENVELOPE PARA DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.278.531/0001-76, estabelecida na Rua Caiçara, nº 116, Bairro Garcia, município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.022-290.

Valor: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Data da Assinatura: 02/02/2018 Vigência: 01/02/2019

GUARAMIRIM (SC), 22/02/2018  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2018- PMG**

Publicação Nº 1532027

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2018- PMG  
Processo Licitatório nº: 215/2017 - PMG

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE CADERNO UNIVERSITÁRIO PERSONALIZADO, CADERNO COSTURADO CAPA DURA PERSONALIZADO E ENVELOPE PARA DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 19.032.430/0001-13, estabelecida na Rua 28 de Agosto, nº 3682, Sala 03, Bairro Avaí, município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Valor: R\$ 1.380,00 (mil trezentos e oitenta reais)

Data da Assinatura: 02/02/2018 Vigência: 01/02/2019

GUARAMIRIM (SC), 22/02/2018  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2018- PMG**

Publicação Nº 1532037

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2018- PMG  
Processo Licitatório nº: 215/2017 - PMG

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE CADERNO UNIVERSITÁRIO PERSONALIZADO, CADERNO COSTURADO CAPA DURA PERSONALIZADO E ENVELOPE PARA DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: RSUL EIELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 14.066.477/0001-84, estabelecida na Rua Norberto Seara Heusi, nº 1143, Sala 01, Bairro Escola Agrícola, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.037-800.

Valor: R\$ 4.636,80 (quatro mil seiscentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).

Data da Assinatura: 02/02/2018 Vigência: 01/02/2019

GUARAMIRIM (SC), 22/02/2018  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2018 – PMG**

Publicação Nº 1532447

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2018 – PMG

Dispensa de Licitação nº: 32/2018 – PMG

Contrato nº: 07/2018 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS DE LED, PARA TROCA EMERGENCIAL DAS LUMINÁRIAS QUEBRADAS E EXPOSTAS EXISTENTES NA PRAÇA DA RODOVIÁRIA MUNICIPAL E MONUMENTO A EX-COMBATENTES.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Contratado: OPTIMUS TECHNOLOGY LTDA EPP, com sede na Marechal Castelo Branco, nº 784, Bairro Centro Sul, em Schroeder-SC, CEP: 89.275-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.531.686/0001-54.

Valor: R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais).

Data da Assinatura: 21/02/2018 . Vigência: 31/12/2018.

GUARAMIRIM (SC), 22/02/2018.  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2018 – PMG**

Publicação Nº 1532451

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2018 – PMG

Dispensa de Licitação nº: 33/2018 – PMG

Contrato nº: 08/2018 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA O SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA ADEQUAÇÃO DE POSTES E PARA A SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS COMUNS POR LUMINÁRIAS DE LED.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Contratado: OPTIMUS TECHNOLOGY LTDA EPP, com sede na

Marechal Castelo Branco, nº 784, Bairro Centro Sul, em Schroeder-SC, CEP: 89.275-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.531.686/0001-54.

Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Data da Assinatura: 21/02/2018 . Vigência: 31/12/2018.

GUARAMIRIM (SC), 22/02/2018.  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2016 - PMG**

Publicação Nº 1532312

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2016 - PMG  
Processo de Licitação: 130/2016 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: Contratação para a prestação de serviço de internet, tipo ADSL ou fibra ótica, link de dados e IP fixo, além de telefonia para o DEMUTRAM do município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: TPA Telecomunicações Ltda – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.255.187/0001-08, estabelecida na Rua General Osório, nº 311, sala 604, bairro Centro, município de Timbó, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses.

Data da Assinatura: 22/02/2018 Vigência 21/02/2019

GUARAMIRIM (SC), 22/02/2018  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA Nº. 75/2018**

Publicação Nº 1531783

PORTARIA Nº. 075/2018

Exonera Jocelio Voltolini.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar o Sr. Jocelio Voltolini, da função de Gestor do Hospital Municipal Santo Antônio, a partir de 19 de fevereiro de 2018, que retomará suas funções junto à Secretária Estadual da Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de fevereiro de 2018.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 76/2018**

Publicação Nº 1531784

PORTARIA Nº. 076/2018

Exonera Jacskon Testoni.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar Jacskon Testoni, da função de Diretor Executivo do Gabinete, vinculado ao Gabinete do Prefeito, a partir de 19 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de fevereiro de 2018.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 77/2018**

Publicação Nº 1531786

PORTARIA Nº. 077/2018

Nomeia Jacskon Testoni.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Jacskon Testoni, na função de Gestor do Hospital Municipal Santo Antônio, a partir de 20 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de fevereiro de 2018.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 78/2018**

Publicação Nº 1531787

PORTARIA Nº. 078/2018

Nomeia o servidor Leonardo da Silva Rodrigues como arquiteto responsável pela supervisão técnica da construção da Unidade Pública de Acolhimento Institucional de Guaramirim.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e conforme especificações técnicas enviadas pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST);

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o servidor Leonardo da Silva Rodrigues como arquiteto responsável pela supervisão técnica da construção da Unidade Pública de Acolhimento Institucional de Guaramirim.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 20 de fevereiro de 2018.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 79/2018**

Publicação Nº 1531788

PORTARIA Nº. 079/2018

Aprova Clauciane Conceição Aparecida dos Reis no Estágio Probatório.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Clauciane Conceição Aparecida dos Reis, no cargo de Merendeira, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 06 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de fevereiro de 2018.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 80/2018**

Publicação Nº 1531791

PORTARIA Nº. 080/2018

Exonera Solange Martinelli.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar Solange Martinelli, da função de Supervisora de Ensino Pedagógico, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 06 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de fevereiro de 2018.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº. 81/2018**

Publicação Nº 1531792

PORTARIA Nº. 081/2018

Nomeia Marilei Deretti.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Marilei Deretti, na função de Supervisora de Ensino Pedagógico, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 07 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de fevereiro de 2018.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 82/2018**

Publicação Nº 1531793

PORTARIA Nº. 082/2018

Designa Solange Martinelli, como Professora Responsável.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar Solange Martinelli, Professora III, vinculada à Secretaria de Educação, como Professora Responsável no CEI Professora Rosa Zenir Dalprá Testoni, a partir de 07 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de fevereiro de 2018.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 83/2018**

Publicação Nº 1531794

PORTARIA Nº. 083/2018

Exonera Alisson Demetrio Fernandes.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar Alisson Demetrio Fernandes, da função de Ouvidor, vinculado ao Gabinete do Prefeito, a partir de 19 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de fevereiro de 2018.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 84/2018**

Publicação Nº 1531795

PORTARIA Nº. 084/2018

Nomeia Alisson Demetrio Fernandes.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Alisson Demetrio Fernandes, na função de Diretor Executivo de Gabinete, vinculado ao Gabinete do Prefeito, a partir de 20 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de fevereiro de 2018.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO - FMAS 04/2018

Publicação Nº 1532046

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 04/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 04/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: JACOB WOLFART

OBJETO: Locação de sala comercial para realização das oficinas de teatro, escultura, artesanatos e outras atividades desenvolvidas pelo CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.

VALOR TOTAL: R\$ 6.500,00

VIGENCIA: 01/03/2018 até 31/12/2018

Guarujá do Sul, SC, 22 de fevereiro de 2018.

Júlio Cesar Della Flora,

Responsável do FMAS.



# Guatambú

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 30/2018

Publicação Nº 1532411

Estado de Santa Catarina  
Município de Guatambu  
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com Lei Federal Nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, alterações posteriores, e demais normas aplicáveis. Processo Administrativo nº 30/2018. Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2018. Tipo: Menor Preço Global. Objeto: CONSTRUÇÃO 1ª ETAPA CENTRO MULTIUSO NO LOTEMANETO DI FIORI COM ÁREA TOTAL DE 710,15M² DE CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FINANCEIRO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS ANEXOS DESTA EDITAL.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 14/03/2018. Abertura dos Envelopes: às 08:30 horas do dia 14/03/2018. O Edital poderá ser obtido no site [www.guatambu.sc.gov.br](http://www.guatambu.sc.gov.br) ou ainda no seguinte endereço: Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33360102. Guatambu, SC, 23 de Fevereiro de 2018. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA - Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO 31/2018

Publicação Nº 1532805

Estado de Santa Catarina  
Município de Guatambu  
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei

10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº 31/2018.

Pregão Presencial nº. 11/2018.

Tipo: Menor preço Por Item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE PASTAGENS FISCALIZADAS.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 09/03/2018.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 09/03/2018.

O Edital poderá ser obtido no site [www.guatambu.sc.gov.br](http://www.guatambu.sc.gov.br) ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33360102. Guatambu, SC, 23 de fevereiro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO 29/2018

Publicação Nº 1532809

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	29/2018
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contratado.:	S&W MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – EPP.
Objeto .....	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO KM TIPO CAMINHONETA, PARA ATENDIMENTO A DEMANDA DO SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO.
Valor	R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).
Vigência.....	Início: 22/02/2018 Término: 31/12/2018.
Licitação....	Pregão Presencial nº 09/2018.
Guatambu/SC, 22/02/2018.	
SILVESTRE FAVARO	
PREFEITO EM EXERCÍCIO	

## CÂMARA MUNICIPAL

### Portaria 15/2017

Publicação Nº 1532575

PORTARIA Nº 15/2017 de 1 de dezembro de 2017.

Concede férias a Servidora Mariléa Aparecida Paludo Lóss e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, especialmente na forma da lei Complementar 33/2008 e Lei complementar n. 04/2001 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida férias para a servidora Mariléa Aparecida Paludo Lóss, matrícula n. 132, pelo período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, devendo retornar ao trabalho no dia 01 de fevereiro de 2018.

Parágrafo único – As férias de que tratam o caput deste artigo se referem ao período aquisitivo de 01 janeiro de 2017 a 31 dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, SC, 1 de dezembro de 2017.

Olivo Dallastra

Presidente do Poder Legislativo Municipal

### Portaria 16/2017

Publicação Nº 1532578

PORTARIA Nº 16/2017 de 1 de dezembro de 2017.

Concede férias ao Servidor Diogo Moterle e dá outras providências. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei,

especialmente na forma da lei Complementar 33/2008 e Lei complementar n. 04/2001 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica concedida férias de trinta dias para o servidor Diogo Moterle, matrícula n. 615, em dois períodos conforme segue:

I – 20 dias, de 02 de janeiro de 2018 a 22 de janeiro de 2018, devendo retornar ao trabalho no dia 23 de janeiro de 2018, e,

II – 10 dias, do dia 14 de fevereiro a 24 de fevereiro, devendo retornar no dia 26 de fevereiro.

Parágrafo único – As férias de que tratam o caput deste artigo se referem ao período aquisitivo de 26/05/2016 a 25/05/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, SC, 1 de dezembro de 2017.

Olivo Dallastra

Presidente do Poder Legislativo Municipal

### **Portaria 17/2017**

Publicação Nº 1532579

PORTARIA Nº 17/2017 de 1 de dezembro de 2017.

Concede férias ao Servidor Sílvia da Luz e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, especialmente na forma da lei Complementar 33/2008 e Lei complementar n. 04/2001 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica concedida férias de trinta dias para a servidora Sílvia da Luz, matrícula n. 612, pelo período de 29 de janeiro de 2018 a 28 de fevereiro de 2018, devendo retornar ao trabalho no dia 01 de março de 2018.

Parágrafo único – As férias de que tratam o caput deste artigo se referem ao período aquisitivo de 12 de janeiro de 2017 a 13 janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, SC, 1 de dezembro de 2017.

Olivo Dallastra

Presidente do Poder Legislativo Municipal

### **Resolução 42/18**

Publicação Nº 1532618

#### **RESOLUÇÃO Nº 42/2018**

Estabelece o calendário das reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Guatambu – SC, referente ao primeiro semestre do ano de 2018 e dá outras providências.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o art. 36-A e art. 148, do seu Regimento Interno,

Considerando a aprovação do calendário semestral, pelo Plenário da Câmara,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica fixado o calendário das reuniões ordinárias para o primeiro semestre do ano de 2018, nos seguintes dias:

I – Fevereiro: 15 – 20 - 27

II – Março: 06 – 13 – 20 - 27

III – Abril: 03 – 10 – 17 - 24

IV - Maio: 08 – 15 – 22 - 29

V- Junho: 05 – 12 – 29 - 26

Parágrafo único: As reuniões ordinárias terão início às 17 horas nos termos do art. 148 do Regimento Interno.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3ª Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, SC, 15 de fevereiro de 2018.

OLIVO DALLASTRA

PRESIDENTE

RACHEL MORAIS DE ALMEIDA DAL PIVA

1ª SECRETÁRIA

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 329/2018

Publicação Nº 1532829

#### PORTARIA Nº 329/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

HOMOLOGAR o estágio probatório e DECLARAR estável no serviço público municipal, no cargo de provimento efetivo de MONITOR SOCIAL, Nível - 4/2, Referência - A, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, a servidora KARINA SOARES DE LIMA SARTORI (MATRÍCULA 4048), haja vista ter cumprido o período de três anos de estágio probatório de 16 de dezembro de 2014 a 21 de fevereiro de 2018, com interstício de 68 (sessenta e oito) dias, consoante o que determina o Decreto nº 3.277 de 05 de maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 21 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 330/2018

Publicação Nº 1532832

#### PORTARIA Nº 330/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

NOMEAR ELIANE VICENTE (MATRÍCULA 4798), a partir de 21 de fevereiro de 2018, aprovada e classificada em 2º (segundo) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.397/2017, de 21 de dezembro de 2017, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Educação. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 21 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 331/2018

Publicação Nº 1532833

#### PORTARIA Nº 331/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

NOMEAR VALQUÍRIA APARECIDA ROSA SATO (MATRÍCULA 4799), a partir de 21 de fevereiro de 2018, aprovada e classificada em 1º (primeiro) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.397/2017, de 21 de dezembro de 2017, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de MONITOR SOCIAL, Nível - 4/2, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 21 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 332/2018

Publicação Nº 1532835

#### PORTARIA Nº 332/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o senhor MAURO ANTONIO DADALT (MATRÍCULA 4801), para exercer a função de PROFESSOR DE MATEMÁTICA, Nível - 1, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, junto ao EBM Estação Luzerna, a partir de 21 de fevereiro de 2018, até o término do ano letivo de 2018 ou realização de Processo Seletivo ou Concurso Público, classificado na Chamada Pública de que trata o Edital nº 007/2018/SMECE, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 21 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 333/2018**

Publicação Nº 1532841

**PORTARIA Nº 333/2018**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

RETIFICAR E DAR NOVA REDAÇÃO A PORTARIA Nº 282/2018 que contrata em caráter temporário a servidora MARISETE VINGLA MATOS SHALY (MATRÍCULA 4765), desta forma onde se lê: "GEM Professor Adolfo Becker", leia-se: "GEM Nossa Senhora de Fátima".

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 21 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 334/2018**

Publicação Nº 1532842

**PORTARIA Nº 334/2018**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

NOMEAR JANAINA CAMARGO (MATRÍCULA 4800), a partir de 22 de fevereiro de 2018, aprovada e classificada em 2º (segundo) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.397/2017, de 21 de dezembro de 2017, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de MONITOR SOCIAL, Nível - 4/2, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 22 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 335/2018**

Publicação Nº 1532846

**PORTARIA Nº 335/2018**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

HOMOLOGAR o estágio probatório e DECLARAR estável no serviço público municipal, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - A, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, a servidora JENECI ANTUNES DA SILVA DE LIMA (MATRÍCULA 4074), haja vista ter cumprido o período de três anos de estágio probatório de 19 de

fevereiro de 2015 a 22 de fevereiro de 2018, com interstício de 04 (quatro) dias, consoante o que determina o Decreto nº 3.277 de 05 de maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 22 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 336/2018**

Publicação Nº 1532847

**PORTARIA Nº 336/2018**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a contar de 20 de fevereiro de 2018, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar nº 281/2011, ao servidor JOSÉ LUIZ CARLOS SILVA (MATRÍCULA 153), ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, Nível - 7, Referência - J, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, constante do quadro de pessoal do poder executivo municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 22 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 337/2018**

Publicação Nº 1532849

**PORTARIA Nº 337/2018**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar a conduta da servidora LEONI ROSEMERI MICHAUT (MATRÍCULA 4132). Fica designada a Comissão Permanente de Processos Administrativos, nomeada pela Portaria nº 611/2015 para conduzir o referido processo, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 22 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 338/2018**

Publicação Nº 1532852

**PORTARIA Nº 338/2018**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar a conduta das servidoras ESTELA MARA MARQUEZE LOCATELLI (MATRÍCULA 4385) e JOSSIANE SIBELLE NEVES DOS SANTOS (MATRÍCULA 4641). Fica designada a Comissão Permanente de Processos Administrativos, nomeada pela Portaria nº 611/2015 para conduzir o referido processo, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 22 de fevereiro de 2018.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 339/2018**

Publicação Nº 1532855

**PORTARIA Nº 339/2018**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 90 (NOVENTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 87 a 92 da Lei Complementar nº 006/1994, a servidora MARILENE ZANINI MILANI (MATRÍCULA 61), ocupante do cargo em provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 5/1, Referência - D, 40 horas semanais, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de março de 1994 e 28 de fevereiro de 1999, para serem gozadas a partir de 15 de fevereiro de 2018 a 15 de maio de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data do início do gozo da licença.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 22 de fevereiro de 2018.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 340/2018**

Publicação Nº 1532871

**PORTARIA Nº 340/2018**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DE LICENÇA MATERNIDADE, nos termos do art. 107 da Lei Complementar nº 281/2011, a servidora LEIDIONETE ZARPELON (MATRÍCULA 3727), ocupante do cargo em provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, para serem gozadas a partir de 07 de fevereiro de 2018 a 05 de agosto de 2018.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data do início do gozo da licença.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 22 de fevereiro de 2018.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal



**Ibiam****PREFEITURA****PORTARIA 039 - RECAUCHUTAGEM**

Publicação Nº 1532844

PORTARIA Nº 039, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 004/2018 E ADJUDICA O OBJETO Á EMPRESA VENCEDORA

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal em exercício do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 004/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto visa a contratação de empresa especializada em recauchutagem, recapagem e conserto de pneus, bem como, aquisição de baterias, e, adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I – FM PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ 81.374.845/0004-91, Lote 01 pelo preço de R\$ 131.500,00 (cento e trinta e um mil e quinhentos reais).

II – AUTO POSTO XIMBICA LTDA, inscrita no CNPJ 01.090.286/0001-06, Lote 02 pelo preço de R\$ 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais) e Lote 03 pelo preço de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal em exercício

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO 023/2018**

Publicação Nº 1532667

DECRETO LEGISLATIVO Nº 023/18

( DECRETA O AFASTAMENTO DO PREFEITO MUNICIPAL, SR. IVANIR ZANIN DE SUAS FUNÇÕES PELO PRAZO DE DURAÇÃO DO PROCESSO)

JOSÉ HENRIQUE RAMOS MOREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o REGIMENTO INTERNO e a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a concessão de liminar postulada pelo Impetrante Clodomir Parise, Presidente da Comissão Processante Instaurada na Câmara Municipal , em desfavor do Prefeito Municipal Ivanir, por infração político-administrativa;

Considerando a comunicação do Presidente da Comissão para atendimento da liminar concedida pelo Juiz Da Comarca de Tangará; mandado de segurança 0300748-04.2017.8.24.0071 e, atendendo os prazos estipulados

DECRETA:

Art. 1º Fica afastado de suas funções, pelo prazo de duração do processo, na Câmara Municipal, o Exmo. Prefeito Municipal de Ibiam, Sr. Ivanir Zanin

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Ibiam(SC), 22 de fevereiro de 2018.

JOSÉ HENRIQUE RAMOS MOREIRA

PRESIDENTE

Registrado e publicado o presente decreto legislativo nesta secretaria aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito.

ELISA MARIA GHENO TREVISOL

SECRETARIADA CÂMARA

# Ibicaré

## PREFEITURA

### EDITAL PREGÃO 001/2018 CONTRATAÇÃO DE JORNAL

Publicação Nº 1532502

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IBICARÉ  
EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2018  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2018

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 10.584.004/0001-18, com sede Rua Dom Pedro II, nº 133, representado neste ato por seu Presidente, Sr. Adriano Sartori, torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, com a finalidade de selecionar proposta para a formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, destinado a aquisições futuras, observando as condições estabelecidas no presente Edital e Anexos que o integram e em obediência ao disposto na Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, dos Decretos Municipais nº 921/2007 e 918/2008, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos pelo pregoeiro no Setor de Compras e Licitações do Município de Ibicaré - SC, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 09 de março de 2018, às 09h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe..

Objeto: Registro de Preços para a eventual contratação de empresa especializada para execução de serviço de publicidade e publicação dos atos oficiais, informativos, educativos e de orientação social da Câmara Municipal de Vereadores de Ibicaré, em órgão de imprensa escrita, conforme descrição em anexo.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: contato@camaraibicare.sc.gov.br, site: www.camaraibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0472.

Ibicaré – SC, 22 de fevereiro de 2018  
Adriano Sartori  
Presidente



# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DO PRG 017 - 2018 MUL - REGISTRO DE PREÇO - CASTRAÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

Publicação N° 1532557

PROCESSO N°. 052/2018

PREGÃO PRESENCIAL N°. 017/2018 – MUL

FUNDO DE SAÚDE

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REGISTRO DE PREÇO

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - GLOBAL
OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE CLINICA VETERINÁRIA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO (CASTRACÃO CIRÚRGICA) EM ANIMAIS VINCULADOS AO PROGRAMA SAÚDE ANIMAL NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, DAS ESPÉCIES CANINAS E FELINAS, MACHOS E FÊMEAS.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 08/03/2018 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 08/03/2018 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei N°. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto n° 3.555/2000, Decreto n° 7.892/2013 e Decreto n° 8.538/2015 e subsidiariamente a Lei Complementar N°. 123/2006 e a Lei N°. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

**MAIORES INFORMAÇÕES:**

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:00h às 17:00h.

ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 22 de fevereiro de 2018.

# Imarui

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO 01-2018

Publicação Nº 1533169

RESOLUÇÃO CMS Nº 001/2018.

DISPÕE E APROVA O PLANO DE AÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA/2018 DO MUNICÍPIO DE IMARUI/SC.

Em Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal da Saúde de Imaruí/SC, realizada no dia 07 de fevereiro de 2018, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 2.008, de 21 de novembro de 2017 que Institui e Regulamenta o Conselho Municipal de Saúde, e considerando:

1- A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

2- Considerando o disposto no art. 30 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a necessidade de construção ascendente e de compatibilização sistêmica dos instrumentos de planejamento da saúde;

3- Considerando a lei Estadual 6.320, de 20 de dezembro de 1983 que dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e outras providências;

4- Considerando apresentação expositiva do Plano Ação de Vigilância Sanitária 2018, realizado pelos técnicos da Vigilância Sanitária Municipal, resolve:

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Plano Ação de Vigilância Sanitária- 2018 do município de Imaruí/SC;

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Imaruí/SC, 07 de Fevereiro de 2018.

Daiane Cristina Leopoldo

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Hamilton Claudino Junior

Secretário Municipal de Saúde

### RESOLUÇÃO 02-2018

Publicação Nº 1533172

RESOLUÇÃO CMS Nº 002/2018.

DISPÕE E APROVA COM RESSALVAS A PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DO ANO DE 2017 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Em Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal da Saúde de Imaruí/SC, realizada no dia 07 de fevereiro de 2018, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 2.008, de 21 de novembro de 2017 que Institui e Regulamenta o Conselho Municipal de Saúde, e considerando:

1- A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

2- A Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade no Sistema Único de Saúde (SUS);

3- Os dispositivos legais: Constituição Federal de 1988; Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000; Portaria nº 3.085-MS, de 01/12/2006; Portaria nº 2.135, DE 25/09/2013; Decreto nº 7508,

de 28/06/2011, Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012, Resolução nº 459-CNS de 10/10/2012;

4- Considerando a apresentação expositiva do relatório de prestação de contas do terceiro quadrimestre do ano de 2017 realizado pela contadora do Fundo Municipal de Saúde, resolve:

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar a Prestação de Contas Referente a Exercício do Ano de 2017 do Fundo Municipal de Saúde – 3º Quadrimestre 2017 com a seguinte ressalva:

I- Que as próximas prestações de contas sejam apresentadas de forma expositiva pela contadora do Fundo Municipal de Saúde e aprovadas na próxima reunião ordinária do CMS, para que assim a comissão possa avaliar com maiores detalhes os relatórios apresentados.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Imaruí/SC, 07 de Fevereiro de 2018.

Daiane Cristina Leopoldo

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Hamilton Claudino Junior

Secretário Municipal de Saúde

### RESOLUÇÃO 03-2018

Publicação Nº 1533173

RESOLUÇÃO CMS Nº 003/2018

DISPÕE E APROVA A UTILIZAÇÃO DO RENDIMENTO DE INVESTIMENTO DA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS DO CENTRO PARA TERMINO DA OBRA.

Em Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal da Saúde de Imaruí/SC, realizada no dia 07 de fevereiro de 2018, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 2.008, de 21 de novembro de 2017 que Institui e Regulamenta o Conselho Municipal de Saúde, e considerando:

1- A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

2- A Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade no Sistema Único de Saúde (SUS);

3- A Portaria Nº 340, de 4 de março de 2013 que redefine o Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS);

4- O Programa Requalifica UBS como uma das estratégias do Ministério da Saúde para a estruturação e o fortalecimento da Atenção Básica, no qual o objetivo é criar incentivo financeiro para a reforma, ampliação e construção de UBS, provendo condições adequadas para o trabalho em saúde, promovendo melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica;

5- Considerando a apresentação sobre os andamentos das obras de construção da UBS do Centro realizada pelo secretário de planejamento senhor Juaci do Amaral, resolve:

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar a utilização do rendimento de investimento da construção da Unidade Básica de Saúde- UBS do Centro para

finalização da mesma obra.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Imaruí/SC, 07 de Fevereiro de 2018.

Daiane Cristina Leopoldo

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Hamilton Claudino Junior

Secretário Municipal de Saúde

# Imbituba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 02/2018 PREGÃO 02/2018 FUNREBOM

Publicação Nº 1533038

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 02/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 07 de março de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por Item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 147/2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP/P-45) PARA O CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na diretoria de licitações, situada à Rua Ernani Cotrim, 601, centro, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link portal da transparência.

Imbituba, 23 de fevereiro de 2018.

Guilherme Viríssimo Serra Costa

Comandante da 2ª /8ª BBM

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 31.2018 INEXIGIBILIDADE 09.2018 SEDUCE (CREDENCIAMENTO)

Publicação Nº 1533072

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEDUCE

PROCESSO Nº 31/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 09/2018

CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Presidente da Comissão de Licitação e através da SEDUCE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esportes, torna público o edital de Chamamento Público, visando "CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇOS DESTINADOS A EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PARA PUBLICIDADE E PROPAGANDA, NO CAMPEONATO CIDADINO DE VOLEIBOL MISTO 2018" que realizará às inscrições no período de 12/03/2018 à 16/03/2018, às 17:00 horas, poderão ser feitas por pessoas jurídicas de direito privado, na Diretoria de Licitações, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações. O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrim, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 23 de fevereiro de 2018

Filipe Dias Antônio

Secretário da SEDUCE

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 30/2018 INEXIGIBILIDADE 08/2018 (CREDENCIAMENTO SEDUCE)

Publicação Nº 1533048

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEDUCE

PROCESSO Nº 30/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 08/2018

CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Presidente da Comissão de Licitação e através da SEDUCE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esportes, torna público o edital de Chamamento Público, visando "CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇOS FÍSICOS DESTINADOS A EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PARA PUBLICIDADE E PROPAGANDA, NAS DEPENDÊNCIAS INTERNAS DO GINÁSIO DE ESPORTES OLIVAR FRANCISCO" que realizará às inscrições no período de 12/03/2018 à 16/03/2018, às 16:00 horas, poderão ser feitas por pessoas jurídicas de direito privado, na Diretoria de Licitações, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações. O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrim, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 23 de fevereiro de 2018

Filipe Dias Antônio

Secretário da SEDUCE

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 28/2018 INEXIGIBILIDADE 06/2018 (SEDUCE - CREDENCIAMENTO)

Publicação Nº 1532834

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEDUCE

PROCESSO Nº 28/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 06/2018

CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Presidente da Comissão de Licitação e através da SEDUCE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esportes, torna público o edital de Chamamento Público, visando "CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇOS DESTINADOS A EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PARA PUBLICIDADE E PROPAGANDA, no Campeonato Cíadino de Handebol 2018 de Imbituba" que realizará às inscrições no período de 12/03/2018 à 16/03/2018, às 14:00 horas, poderão ser feitas por pessoas jurídicas de direito privado, na Diretoria de Licitações, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações. O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrim, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 23 de fevereiro de 2018

Filipe Dias Antônio

Secretário da SEDUCE

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 29/2018 INEXIGIBILIDADE 07/2018 (SEDUCE - CREDENCIAMENTO)**

Publicação Nº 1533028

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEDUCE  
PROCESSO Nº 29/2018  
INEXIGIBILIDADE Nº 07/2018  
CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Presidente da Comissão de Licitação e através da SEDUCE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esportes, torna público o edital de Chamamento Público, visando “CREDENCIAMENTO PARA CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇOS DESTINADOS A EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PARA PUBLICIDADE E PROPAGANDA, na Camiseta do Projeto Comunidade Ativa” que realizará às inscrições no período de 12/03/2018 à 16/03/2018, às 15:00 horas, poderão ser feitas por pessoas jurídicas de direito privado, na Diretoria de Licitações, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações. O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 23 de fevereiro de 2018  
Filipe Dias Antônio  
Secretário da SEDUCE

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 103/2018**

Publicação Nº 1532649

PORTARIA PMI/SEAD Nº 103, de 22 de fevereiro de 2018.  
Dispõe sobre a Demissão a Pedido de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 22/2017, admitida em 09 de fevereiro de 2018 através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 61, de 09 de fevereiro de 2018, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Tatiani Moraes Vieira (Matr. 9807)	Professora II – 20h	036.265.599-55	21/02/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 22 de fevereiro de 2018.  
Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 104/2018**

Publicação Nº 1532663

PORTARIA PMI/SEAD Nº 104, de 22 de fevereiro de 2018.  
Dispõe sobre a Demissão a Pedido de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 22/2017, admitida em 12 de fevereiro de 2018 através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 65, de 12 de fevereiro de 2018, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Tatiani Moraes Vieira (Matr. 9808)	Professora II – 20h	036.265.599-55	21/02/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 22 de fevereiro de 2018.  
Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA PMI/SEAD Nº 105/2018

Publicação Nº 1533037

PORTARIA PMI/SEAD Nº 105, de 23 de fevereiro de 2018.  
Dispõe sobre a admissão de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

### RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 22/2017, para exercer a função temporária de Professor, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Lutgar João Ribeiro	Prof II Ed Infantil – 20h	455.440.939-20	23/02/2018	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2018, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2018 até o término da colônia de férias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de fevereiro de 2018.  
Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## CÂMARA MUNICIPAL

## ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 005/2018

Publicação Nº 1533073

Ato da Presidência nº 005/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 4ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, a realizar-se no dia 26 de fevereiro de 2018 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação



106	PL nº 4.988/2017 CCJ: Parecer Favorável CET: Parecer Favorável  Emenda 001/2018 CCJ: Parecer Favorável CET: Parecer Favorável	04/12/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Acrescenta o inciso IX e os Parágrafos §4º, §5º, §6º, §7º e §8º, ao art. 88 da Lei Municipal nº 4.215, de 13 de junho de 2013, que instituiu a nova Política Municipal de Meio Ambiente, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
009	PL nº 5.006/2017 CCJ: Parecer Favorável	05/02/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Autoriza o Município de Imbituba a utilizar o enquadramento empresarial simplificado (EES), Autodeclaração e seus procedimentos decorrentes, previstos na Lei nº 17.071, de 12 de janeiro de 2017, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.897/2017 Parecer CCJ – Pela inconstitucionalidade  Substitutivo ao PL nº 4.897/2017 CCJ: Parecer Favorável CET: Parecer Favorável	08/02/2017	Legislativo Municipal	Gilberto Pereira	Institui a Semana Municipal de Prevenção ao Aborto no município de Imbituba, e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
001	PL nº 4.998/2018 CCJ: Parecer Favorável CET: Parecer Favorável	31/01/2018	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar Termo de Convênio e Cooperação para Concessão de Desconto com a Sociedade Educacional de Capivari de Baixo, e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
011	PLC nº 420/2017 CCJ: Parecer Favorável CFO: Parecer Favorável  Emenda nº 001/2018 CCJ: Parecer Favorável CFO: Parecer Favorável	05/02/2018	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre a instituição do Programa de Desligamento Voluntário – PDV dos servidores públicos municipais e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PLC 421/2018  CCJ: Parecer Favorável CFO: Parecer Favorável	08/02/2018	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Dispõe sobre a concessão da Revisão Geral Anual e aumento real da remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Imbituba e altera a redação de dispositivos da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, da Lei Complementar nº 4.701, de 23 de março de 2016, e da Lei Complementar nº 4.498, de 23 de dezembro de 2014.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	REQ nº 004/2018	19/02/2018	Legislativo Municipal	Gilberto Pereira	Requer a Convocação do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano – SEDURB, Senhor Anderson Cristiano Maximiano, para usar o Grande Expediente em Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Imbituba, a fim de prestar informações sobre sua Secretaria.	Ordinário	Única	Única



	Moção nº 001/2018	19/02/2018	Legislativo Municipal	Humberto Carlos dos Santos	Moção de Congratulação a Soldado Márcia Helena do Nascimento Moraes, Sargento Cláudia Guimarães Pacheco Borges e Tenente Brianna Tosetto de Souza, pelos serviços prestados em relação à segurança pública do município de Imbituba.	Ordinário	Única	Única
--	-------------------	------------	-----------------------	----------------------------	--	-----------	-------	-------

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 22 de fevereiro de 2018.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza	Gilberto Pereira
Presidente	Vice-Presidente
Humberto Carlos dos Santos	Roberto Luiz Rodrigues
Primeiro-Secretário	Segundo-Secretário

# Imbuia

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL 10-2018

Publicação Nº 1532655

TOMADA DE PREÇOS 1/2018  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

RETIFICA o Edital de Tomada de Preços nº 1/2018, de 09 de fevereiro de 2018, tendo como objeto: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E/OU EXTENSÃO DE REDE DE ENERGIA NO MUNICÍPIO DE IMBUIA.

Ficam excluídos a exigência de apresentação no item 7.2 – QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA a exigência dos itens 7.2.1.5, 7.2.1.7 e 7.2.1.8.

Prorroga a data de abertura da Tomada de Preços para o dia 13 de março de 2018 às 09:00 horas.

Imbuia, em 22 de fevereiro de 2018.  
João Schwambach  
Prefeito Municipal

## Indaial

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2018

Publicação Nº 1532334

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.8/2018

Processo Licitatório Nº 18/00000002 Pregão Nº 1/2018 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.8/2018 Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, de um lado o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e RG sob nº 4.365.137-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, apartamento 604, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 18/00000002 - Pregão Nº 1/2018, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1.	FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):
1.1	TRATOR PECAS COM. DE PECAS P/ TRATOR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.905.071/0001-93, estabelecida à RODOVIA BR 101 KM 205, nº 122 – Bairro BARREIROS, no município de São José – Santa Catarina.
2.	DO OBJETO:
2.1.	Aquisição de jogos de cabo de aço para capinadeira mecânica e cerdas para vassoura mecânica BOBCAT e NEW HOLLAND
2.2.	Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou recondicionados.
3.	VALORES REGISTRADOS:
3.1.	Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:
3.1.1.	

17124 - TRATOR PECAS COM. DE PECAS P/ TRATOR						
Lote: -						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	JOGO DE CABOS DE AÇO COM 28 CABOS, PARA CAPINA-DEIRA MECÂNICA NEW HOLLAND E 160 ANO 2009, CABO AÇO 1', COM TRAMA INTERNA DE AÇO, MEDINDO 45 CM COMPRIMENTO, COM ABRAÇADEIRA DE FIXAÇÃO, PONTILHADO DE SOLDA PARA REFORÇO.	JOGO		60	R\$878,00	R\$52.680,00
2	Cerdas para vassoura mecânica. Jogo contendo 48 peças, sendo 24 (vinte e quatro) peças em polipropileno, e 24 (vinte e quatro) peças em aço. Cerdas com 165mm interno, 3mm tubular. Fixação em aro de aço. Utilização em limpeza de vias públicas.	JOGO		20	R\$1.795,00	R\$35.900,00
				Total Lote:		R\$88.580,00
				Total Fornecedor:		R\$88.580,00
				Total Homologação:		R\$88.580,00

3.2.	Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.
4.	REAJUSTE DE PREÇOS:
4.1.	Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.

4.2.		Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
5.		EXECUÇÃO DAS COMPRAS:
5.1.		As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
5.1.1.		A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
5.1.2.		O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
5.2.		O OGRP realizará as compras parceladamente.
5.3.		Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.
6.		FISCALIZAÇÃO:
6.1.		O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
6.2.		À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
6.2.2.		Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
6.2.3.		6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
6.2.4.		Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
6.3.		O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.
7.		PRAZO DE VALIDADE:
7.1.		O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
8.		OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:
8.1.		Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
8.2.		Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
8.3.		Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
8.4.		Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
8.5.		Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
8.6.		Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
8.7.		Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
8.8.		8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 2/2018 - Edital de Pregão nº 1/2018.
9.		OBRIGAÇÕES DO OGRP:

9.1.		Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
9.2.		Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
9.3.		Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
9.4.		Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.
10.		<b>SANÇÕES:</b>
10.1.		Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
10.2.		Multa, de acordo com os seguintes critérios:
	a)	No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produ- tos/equipamentos;
	b)	No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
	c)	No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
	d)	No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
	e)	Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da pre- sente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
	f)	Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
	g)	No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
10.3.		Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
10.4.		Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
	a)	Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
	b)	Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
	c)	Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
	d)	Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
10.5.		O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
11.		<b>RESCISÃO DA ATA:</b>
11.1.		Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
	a)	descumprir as condições da ata de registro de preços;
	b)	não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
	c)	não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
	d)	sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7o da Lei Federal no 10.520/02.
11.2.		Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.
12.		<b>DISPOSIÇÕES GERAIS:</b>

12.1.		Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
12.2.		Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
12.3.		A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
12.4.		O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.
13.		FORO:
13.1.		O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.
14.		LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
14.1.		Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
	a)	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
	b)	Lei Orgânica do Município de Indaial;
	c)	Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
	d)	Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
	e)	Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
	f)	Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
	g)	Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
	h)	Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
	i)	Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
	j)	Decreto Municipal no 654/2014.
15.		AS PARTES:
15.1.		Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 19 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL	
André Luiz Moser	
Prefeito Municipal	
TRATOR PECAS COM. DE PECAS P/ TRATOR LOURIVAL NICOLETTI	
Representante	

**CONTRATO Nº 011/2018**

Publicação Nº 1531673

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 011/2018  
CONTRATADA: LOURIVAL DUVE  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a locação de imóvel para instalação de unidade básica de saúde do Bairro Mulde, situado na Rua Uberaba, nº 829, Mulde, Indaial/SC.  
VALOR: R\$ 30.420,00  
PRAZO: 29 de janeiro de 2018 até 29 de janeiro de 2019.  
DATA DA ASSINATURA: 29/01/2018.

**CONTRATO Nº 013/2018**

Publicação Nº 1531680

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 013/2018  
CONTRATADA: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI – ME  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de material escolar para as escolas e unidades do município.  
VALOR: R\$ 92.458,45  
PRAZO: 06 de fevereiro de 2018 até 30 de dezembro de 2018.  
DATA DA ASSINATURA: 06/02/2018.

**CONTRATO Nº 014/2018**

Publicação Nº 1531683

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 014/2018  
CONTRATADA: ADL COMERCIAL EIRELI  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de material escolar para as escolas e unidades do município.  
VALOR: R\$ 19.970,00  
PRAZO: 06 de fevereiro de 2018 até 30 de dezembro de 2018.  
DATA DA ASSINATURA: 06/02/2018.

**CONTRATO Nº 015/2018**

Publicação Nº 1531684

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 015/2018  
CONTRATADA: PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de material escolar para as escolas e unidades do município.  
VALOR: R\$ 73.828,10  
PRAZO: 06 de fevereiro de 2018 até 30 de dezembro de 2018.  
DATA DA ASSINATURA: 06/02/2018.

**CONTRATO Nº 016/2018**

Publicação Nº 1531677

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 016/2018  
CONTRATADA: PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de material escolar para as escolas e unidades do município.  
VALOR: R\$ 65.189,00  
PRAZO: 06 de fevereiro de 2018 até 30 de dezembro de 2018.  
DATA DA ASSINATURA: 06/02/2018.

**CONTRATO Nº 017/2018**

Publicação Nº 1531675

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 017/2018  
CONTRATADA: ODONTO BLU COMÉRCIO E ASSISTENCIA TÉCNICA LTDA  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de uma cadeira odontológica nova instalada.  
VALOR: R\$ 13.100,00  
PRAZO: 19 de fevereiro de 2018 até 16 de maio de 2018.  
DATA DA ASSINATURA: 19/02/2018.

**DECRETO Nº 087/18**

Publicação Nº 1531647

. DECRETO Nº 87/18  
. De 13 de fevereiro de 2018  
ALTERA DECRETO 1846 DE 2011 - PONTO DE FRETE/TRANSPORTE ESCOLAR LUIS CARLOS ROCHA PARA OSVALDO ALEXANDRE HORN

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Municipal nº 938/95, e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica alterado o Permissionário e o Endereço, no Decreto 1846/11, que cria um (01) Ponto de Frete - Transporte Escolar, ocupado pelo motorista LUIS CARLOS ROCHA, passando para OSVALDO ALEXANDRE HORN, residente na Rua Monique, nº 166, Bairro Tapajós, em Indaial/SC sob o CPF nº 028.660.679-83 .

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1846/11.

Município de Indaial, em 13 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

**DECRETO Nº 103/18**

Publicação Nº 1531651

. DECRETO Nº 103/18  
. De 21 de fevereiro de 2018  
NOMEIA COMISSÃO PARA ESTUDO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE INDAIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Indaial e demais dispositivos legais em vigor e, com fulcro nos artigos 30, incisos V e VIII, c/c artigos 175 e 182, da Constituição da República Federativa do Brasil, e:

Considerando o artigo 30 da Constituição Federal que estabelece em seu inciso V a competência do Município em organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão os serviços públicos de interesse local;

Considerando a Lei Federal Nº 11.445/2007 que estabelece as



diretrizes nacionais para os serviços de saneamento básico, estando inseridos neste conceito os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, reafirmando a competência do Poder Público para a oferta desses serviços de modo eficiente, adequado e satisfatório em atendimento ao interesse público e às necessidades dos usuários.

Considerando que o Município de Indaial vem sofrendo com a falta de água em vários bairros da cidade, bem como com a falta de investimentos nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

Considerando que o Município instituiu através do Lei Complementar nº 120 de 20 de dezembro de 2011, o Plano Municipal de Saneamento do Município, que estabeleceu diretrizes específicas para ordenamento, estruturação e disponibilização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário com objetivos e metas a serem cumpridas pela Administração para alcançar a universalidade de acesso a todos os usuários do sistema de água e esgoto do Município;

Considerando que o Plano estabeleceu a necessidade de investimentos tanto no sistema de abastecimento de água quanto de esgoto, para que sejam cumpridos os princípios fundamentais estabelecidos na Lei Federal Nº 11.445/2007, para a prestação universal dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma adequada;

Considerando que o Município é o responsável pelo planejamento, fiscalização e regulação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e que o Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário instituído pelo Município estabeleceu normas para a prestação adequada dos serviços e regulação para satisfação dos usuários, garantindo o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

Considerando ainda e finalmente a necessidade de serem avaliadas e discutidas todas as questões relativas a prestação desses serviços apontadas através de relatórios de fiscalização da Agência Reguladora Regional, bem como as notícias publicadas nas redes sociais, sites e jornais que relatam falhas na prestação dos serviços no Município e que devem ser apuradas de forma urgente pelo poder público municipal

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica constituída uma comissão especial composta pelo Executivo e Legislativo do Município de Indaial, que serão responsáveis pela condução do procedimento administrativo de que trata o artigo anterior e emitirá relatório circunstanciado sobre os serviços prestados bem como sobre as irregularidades e falhas apontadas sobre a prestação dos serviços de água e esgoto, sendo os seguintes nomeados:

Poder Executivo:  
Rodrigo Koenig França  
Manoel Felipe Boaventura  
Camila Beatriz Tillmann

Poder Legislativo:  
Flávio Augusto Ferri Molinari  
Ana Paula Reiter  
Diego Pandini

Art. 2º - A comissão constituída terá acesso a todos os dados relativos a prestação de serviços devendo a atual prestadora de serviços CASAN apresentar todos os dados técnicos, contábeis, econômicos e financeiros que lhe forem solicitados sob pena de aplicação de multa, em caso de descumprimento, fixando o prazo de 05(cinco) dias para atendimento das solicitações enviadas para promover a

entrega dos dados, informações, cadastros técnicos e comerciais e demais documentos elencados neste Decreto;

Art. 3º - 4º Disporá a comissão de prazo improrrogável de até 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório circunstanciado indicando as medidas a serem tomadas pelo Poder Executivo;

Art. 4º - 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 21 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

## **DECRETO Nº 104/18**

Publicação Nº 1531652

. DECRETO Nº 104/18

. De 21 de fevereiro de 2018

ALTERA DECRETO Nº 527 DE 06 DE MARÇO DE 2006 / ENDEREÇO DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL CURUMIM

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Decreto nº 527 de 2006, o endereço da Unidade de Educação Infantil Curumim, localizada a Rua Juiz de Fora, nº 212, Bairro Benedito, em Indaial/SC

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 21 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

## **DECRETO Nº 105/18**

Publicação Nº 1531653

. DECRETO Nº 105/18

. De 21 de fevereiro de 2018

ALTERA DECRETO Nº 1843 DE 23 DE MAIO DE 2011 / ENDEREÇO DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL ENCANO DO NORTE ELSA SCHREIBER

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Decreto nº 1843 de 2011, o endereço da Unidade de Educação Infantil Encano do Norte Elsa Schreiber, localizada a Rua Bertolina May Kechele, nº 345, Bairro Mulde, em Indaial/SC

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 21 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

**DECRETO Nº 106/18**

Publicação Nº 1531654

. DECRETO Nº 106/18  
. De 21 de fevereiro de 2018  
ALTERA DECRETO Nº 2554 DE 2012 / ENDEREÇO DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL ENCANO DO NORTE

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Decreto nº 2554 de 2012, o endereço da Unidade de Educação Infantil Encano do Norte, localizada a Rua Toledo, nº 399, Bairro Encano do Norte, em Indaial/SC

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 21 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

**DECRETO Nº 107/18**

Publicação Nº 1532337

. DECRETO Nº 107/18  
. De 21 de fevereiro de 2018  
EXONERA AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL / NEUSA PEDRO ROSSI

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3.990/90 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir de 01 de Fevereiro de 2018, do Cargo em Comissão de Auxiliar de Coordenação de Educação Infantil, nomeada nos termos do Decreto nº 098/17, NEUSA PEDRO ROSSI, ficando a disposição da Secretaria de Educação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2018

Município de Indaial, em 21 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 108/18**

Publicação Nº 1532338

. DECRETO Nº 108/18  
. De 21 de fevereiro de 2018  
NOMEIA AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL / ELISABETE DA ROCHA REITER

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 01 de fevereiro de 2018, para exercer a função de Auxiliar de Coordenação de Educação Infantil (COR1), na U.E.I Brilho do Sol, ELISABETE DA ROCHA REITER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2018.

Município de Indaial, em 21 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 109/18**

Publicação Nº 1532340

. DECRETO Nº 109/18  
. De 21 de fevereiro de 2018  
NOMEIA AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL / IVANIA OLINA DA ROCHA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 02 de fevereiro de 2018, para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Coordenação de Educação Infantil (COR1), na U.E.I São Judas Tadeu, IVANIA OLINA DA ROCHA, inscrito no CPF sob o nº 032.960.289-60.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de fevereiro de 2018.

Município de Indaial, em 21 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 110/18**

Publicação Nº 1532341

. DECRETO Nº 110/18  
. De 21 de fevereiro de 2018  
EXONERA AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
/ SILVIA REGINA DA SILVA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3.990/90 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica exonerada, a partir de 15 de dezembro de 2017, do Cargo em Comissão de Auxiliar de Coordenação de Educação Infantil, nomeada nos termos do Decreto nº 779/17, SILVIA REGINA DA SILVA, ficando no seu cargo de origem, Professora Efetiva 40 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de dezembro 2017.

Município de Indaial, em 21 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 111/18**

Publicação Nº 1532342

. DECRETO Nº 111/18  
. De 21 de fevereiro de 2018  
NOMEIA AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL /  
TATIANE NOVAES VERGIL

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 01 de fevereiro de 2018, para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Coordenação de Educação Infantil (COR1), na U.E.I Warnow – Alfredo Stahnke, TATIANE NOVAES VERGIL, inscrita no CPF sob o nº 051.582.029-66.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2018.

Município de Indaial, em 21 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 112/18**

Publicação Nº 1532343

. DECRETO Nº 112/18  
. De 21 de fevereiro de 2018  
EXONERA AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
/ MIRELLI DE SOUZA DALAQUA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3.990/90 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica exonerada, a partir de 15 de dezembro de 2017, do Cargo em Comissão de Auxiliar de Coordenação de Educação Infantil, nomeada nos termos do Decreto nº 127/17, MIRELLI DE SOUZA DALAQUA, ficando no seu cargo de origem, Professora Efetiva 40 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de dezembro 2017.

Município de Indaial, em 21 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 113/18**

Publicação Nº 1532345

. DECRETO Nº 113/18  
. De 21 de fevereiro de 2018  
NOMEIA AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL /  
FERNANDA DO NASCIMENTO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 01 de fevereiro de 2018, para exercer a função de Auxiliar de Coordenação de Educação Infantil (COR1), na U.E.I Bairro Encano Baixo – Martha Elisabeth Mantau, FERNANDA DO NASCIMENTO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2018.

Município de Indaial, em 21 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 114/18

Publicação Nº 1532348

. DECRETO Nº 114/18

. De 21 de fevereiro de 2018

NOMEIA AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL / GICELIA DOS SANTOS GEFFER

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 09 de fevereiro de 2018, para exercer a função de Auxiliar de Coordenação de Educação Infantil (COR1), na U.E.I Bairro João Paulo II – José Lino Kuhnen, Gicelia dos Santos Geffer.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de fevereiro de 2018.

Município de Indaial, em 21 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 115/18

Publicação Nº 1532349

. DECRETO Nº 115/18

. De 21 de fevereiro de 2018

ALTERA DECRETO Nº 589 DE 2017 / NOMEIA AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL / FABIANA LEMKE GUMZ

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado no Decreto nº 589 de 2017, a Unidade Infantil para exercer o Cargo em Comissão de Auxiliar de Coordenação de Educação Infantil (COR1), FABIANA LEMKE GUMZ, exercerá a função na U.E.I Carijós.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos a 09 de fevereiro de 2018.

Município de Indaial, em 21 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 116/18

Publicação Nº 1531717

. DECRETO Nº 116/18

. De 22 de fevereiro de 2018

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PMI/ EXERCÍCIO ANTERIOR

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Município, não realizadas e/ou não pagas, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

ENTIDADE	MUNICÍPIO DE INDAIAL
Nº EMPE-NHO	9396/2017
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	SERRALHERIA 25 DE JANEIRO LTDA ME
VALOR EM-PENHADO	R\$ 250,00
VALOR A CANCELAR	R\$ 250,00
MOTIVO	EMPENHADO EM SUBELEMENTO INDEVIDO, SENDO O CORRETO 333903024000000, ORA JÁ REGULARIZADO COM EMPENHO Nº 1208/2018.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 22 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.



**DECRETO Nº 117/18**

Publicação Nº 1532320

. DECRETO Nº 117/18

. De 22 de fevereiro de 2018

**HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 01/2018 CMAS / APROVA COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA ATÉ ABRIL DE 2019**

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº 8742 de 07 de dezembro de 1993, da Lei Municipal nº 4660 de 15 de junho de 2012, cria o CMAS de Indaial, na Lei Municipal nº 2563 de 10 de dezembro de 1996, cria o FMAS de Indaial, Decreto nº 439/2015 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 01/2018, que aprova a composição da mesa Diretora até Abril de 2019, a resolução nº 01/2018, é parte integrante deste decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO Nº 01/2018	APROVA A COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA.
-------------------------	---------------------------------------

O Conselho Municipal de Assistência Social de Indaial, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e suas alterações através da Lei nº 12.435/2011, conferidas pela Lei Municipal nº 2386, de 31 de outubro de 1994 e suas alterações através das Leis nº 2.563, de 10 de Dezembro de 1996, 2.848/00, 3.081/02 e na Lei Municipal vigente nº 4.660/2012; no Decreto nº 439/2017 e suas alterações e na Plenária do dia 21 de Fevereiro de 2018.

Considerando:

- As diretrizes dispostas através da Lei 12.435/2011 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social, que complementa a Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993;

- A NOB/SUAS-2012: Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, no que se refere à composição e atribuições dos Conselhos de Assistência Social;

· A alteração da lei municipal que regulamenta o CMAS: Lei nº 4660, de 15 de julho de 2012;

· A RESOLUÇÃO Nº 27/2013, que trata sobre o novo Regimento Interno do CMAS/Indaial, em 15 de Agosto de 2013;

· A Gestão deste Conselho que compreende o período de Abril de 2017 até Abril de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a seguinte composição da mesa diretora vigente até Abril de 2019:

Presidente: Gilberto Jonildo Correia

Vice Presidente: Adriana Regina Bacil Santos

Primeiro Secretário: Valeria Cristina Stolf Bortoluzzi

Segundo Secretário: vago

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 21 de Fevereiro de 2018.

GILBERTO JONILDO CORREIA

PRESIDENTE DO CMAS- INDAIAL/SC

**DECRETO Nº 118/18**

Publicação Nº 1532322

. DECRETO Nº 118/18

. De 22 de fevereiro de 2018

**APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS FUNDO-A-FUNDO DO ESTADO DOS SERVIÇOS DE: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, CUSTEIO E INVESTIMENTO, PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE (CREAS) CUSTEIO E INVESTIMENTO, REFERENTE AO ANO DE 2017.**

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 02/2018, que aprova a prestação de contas dos Recursos Fundo a Fundo do Estado dos Serviços de Proteção Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS) – Custeio e Investimento referente ao ano de 2017, a Resolução nº 02/2018 é parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO Nº 02/2018	APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS FUNDO-A-FUNDO DO ESTADO DOS SERVIÇOS DE: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, Custeio e Investimento, PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE (CREAS) Custeio e Investimento, REFERENTE AO ANO DE 2017.
-------------------------	---

O Conselho Municipal de Assistência Social de Indaial, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 4660, de 15 de junho de 2012, cria o CMAS Indaial; na Lei Municipal nº 2.563, de 10 de Dezembro de 1996, cria o FMAS Indaial; no Decreto nº 439/2017 e Reunião Ordinária ocorrida em 21 de Fevereiro de 2017.

CONSIDERANDO:

· A Lei Orgânica de Assistência Social- Lei 8.742/1993 e suas alterações;

· A Política Nacional de Assistência Social através da Resolução/CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, e a NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;

· A realidade do município de Indaial;

· O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social;

· Os repasses de recursos recebidos

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a prestação de contas dos recursos estaduais referentes ao exercício de 2017, sendo:

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CUSTEIO

SALDO REPROGRAMADO PARA 2017 ..... R\$ 16.501,10

VALOR REPASSADO 2017 ..... R\$ 60.272,02

TOTAL CONTRAPARTIDA MUNICIPAL ..... R\$ 0

RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA 2017 ..... R\$ 785,30

TOTAL GASTO 2017 ..... R\$ 31.548,93

RESTOS A PAGAR ..... R\$ 4.730,98

SALDO REPROGRAMANDO PARA 2018 ..... R\$ 41.278,51

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - INVESTIMENTO

SALDO REPROGRAMADO PARA 2017 ..... R\$ 59.702,36  
 VALOR REPASSADO 2017 ..... R\$ 42.542,08  
 RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA 2017 ..... R\$ 4.433,80  
 TOTAL GASTO 2017 ..... R\$ 2.229,00  
 RESTOS A PAGAR ..... R\$ 58.381,56  
 SALDO REPROGRAMANDO PARA 2018 ..... R\$ 46.067,68

#### MÉDIA COMPLEXIDADE - CUSTEIO

SALDO REPROGRAMADO PARA 2017 ..... R\$ 0  
 VALOR REPASSADO 2017 ..... R\$ 29.510,87  
 RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA 2017 ..... R\$ 0  
 TOTAL GASTO 2017 ..... R\$ 0  
 RESTOS A PAGAR ..... R\$ 0  
 SALDO REPROGRAMADO PARA 2018 ..... R\$ 29.510,87

#### MÉDIA COMPLEXIDADE - INVESTIMENTO

SALDO REPROGRAMADO PARA 2017 ..... R\$ 0  
 VALOR REPASSADO 2017 ..... R\$ 29.510,87  
 RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA 2017 ..... R\$ 0  
 TOTAL GASTO 2017 ..... R\$ 0  
 RESTOS A PAGAR ..... R\$ 0  
 SALDO REPROGRAMADO PARA 2018 ..... R\$ 29.510,87

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 21 de Fevereiro de 2018.

GILBERTO JONILDO CORREIA  
 PRESIDENTE DO CMAS - INDAIAL/SC

### DECRETO Nº 119/18

Publicação Nº 1532323

. DECRETO Nº 119/18

. De 22 de fevereiro de 2018

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 03/2018 CMAS / APROVA O CALENDÁRIO DAS PLENÁRIAS DO CMAS INDAIAL / ANO DE 2018

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº8742 de 07 de dezembro de 1993, da Lei Municipal nº 4660 de 15 de junho de 2012, cria o CMAS de Indaial, na Lei Municipal nº 2563 de 10 de dezembro de 1996, cria o FMAS de Indaial, Decreto nº 439/2015 e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 03/2018, que aprova o calendário das plenárias do CMAS de Indaial para o ano de 2018, a resolução nº 03/2018, é parte integrante deste decreto, para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de fevereiro de 2018..

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO Nº 03/2018	APROVA O CALENDÁRIO DAS PLENÁRIAS DO CMAS INDAIAL PARA O ANO DE 2018.
-------------------------	--

O Conselho Municipal de Assistência Social de Indaial, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 4660, de 15 de junho de 2012, cria o CMAS Indaial; na Lei Municipal nº 2.563, de 10 de Dezembro de 1996, cria o FMAS Indaial; no Decreto nº

439/2017, e a Plenária Ordinária ocorrida em 21 de Fevereiro de 2018.

#### CONSIDERANDO:

- As diretrizes dispostas através da Lei 12.435/2011 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social, que altera a Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993;
- A NOB-RH/SUAS- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social;
- A NOB/SUAS- Norma Operacional Básica da Política de Assistência Social;
- A Resolução CNAS nº109 que tipifica nacionalmente os serviços socioassistenciais;
- As portarias, guias e instruções normativas do governo federal que dispõem sobre a aplicação dos recursos repassados aos municípios;
- A capacidade instalada do município e as demandas expressas;
- Os compromissos assumidos pelo município na adesão à Gestão Plena da Política de Assistência Social;

#### RESOLVE:

Art. 1º – Os conselheiros aprovaram o calendário das Plenárias do CMAS Indaial para o ano de 2018 terceira quarta feira de cada mês. E convocados excepcionalmente caso houver necessidade.

JANEIRO	Em recesso
FEVEREIRO	Dia 21
MARÇO	Dia 14
ABRIL	Dia 18
MAIO	Dia 16
JUNHO	Dia 20
JULHO	Dia 18
AGOSTO	Dia 15
SETEMBRO	Dia 19
OUTUBRO	Dia 17
NOVEMBRO	Dia 21
DEZEMBRO	Dia 12

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 21 de fevereiro de 2018.

GILBERTO JONILDO CORREIA  
 PRESIDENTE DO CMAS- INDAIAL/SC

### DECRETO Nº 120/18

Publicação Nº 1532324

. DECRETO Nº 120/18

. De 22 de fevereiro de 2018

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 04/2018 CMAS / APROVA A REALIZAÇÃO DE VISITA DOMICILIAR EM FAMÍLIA EXTENSA DE CRIANÇA ACOLHIDA EM ABRIGO MUNICIPAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº8742 de 07 de dezembro de 1993, da Lei Municipal nº 4660 de 15 de junho de 2012, cria o CMAS de Indaial, na Lei Municipal nº 2563 de 10 de dezembro de 1996, cria o FMAS de Indaial, Decreto nº 439/2015 e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 04/2018, que aprova o pagamento de diária, no valor de R\$ 50,00 cada uma (Mara Salvador Petris e de Marisane Petersen Baumgartner), totalizando R\$ 100,00 para a realização da visita domiciliar, ocorrida em 05 de Fevereiro, em casa de família extensa pretendente da guarda de criança que esta acolhida no Abrigo Municipal, a resolução nº

04/2018, é parte integrante deste decreto, para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 04/2018	APROVA A REALIZAÇÃO DE VISITA DOMICILIAR EM FAMÍLIA EXTENSA DE CRIANÇA ACOLHIDA EM ABRIGO MUNICIPAL.
--	--

O Conselho Municipal de Assistência Social de Indaial, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 4660, de 15 de junho de 2012, cria o CMAS Indaial; na Lei Municipal nº 2.563, de 10 de Dezembro de 1996, cria o FMAS Indaial; no Decreto nº 439/2017 e a Plenária de 21 de Fevereiro de 2018.

#### CONSIDERANDO:

- As diretrizes dispostas através da Lei 12.435/2011 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social, que altera a Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993;
- A NOB-RH/SUAS- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social;
- A NOB/SUAS- Norma Operacional Básica da Política de Assistência Social;
- A Resolução CNAS nº109 que tipifica nacionalmente os serviços socioassistenciais;
- As portarias, guias e instruções normativas do governo federal que dispõem sobre a aplicação dos recursos repassados aos municípios;
- A capacidade instalada do município e as demandas expressas;
- Os compromissos assumidos pelo município na adesão à Gestão Plena da Política de Assistência Social;

#### RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o pagamento de diária, no valor de R\$ 50,00 cada uma (Mara Salvador Petris e de Marisane Petersen Baumgartner), totalizando R\$ 100,00 para a realização da visita domiciliar, ocorrida em 05 de Fevereiro, em casa de família extensa pretendente da guarda de criança que esta acolhida no Abrigo Municipal,  
Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 05 de Fevereiro de 2018.

GILBERTO JONILDO CORREIA

PRESIDENTE DO CMAS- INDAIAL/SC

### DECRETO Nº 121/18

Publicação Nº 1532915

- . DECRETO Nº 121/18
- . De 22 de fevereiro de 2018

DELEGA ATRIBUIÇÕES/  
OZINIL MARTINS DE SOUZA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, artigo 18 da Lei Complementar 199/2017 e suas alterações e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica delegado ao Secretário Municipal de Educação, OZINIL MARTINS DE SOUZA, poderes para firmar os Contratos

Administrativos dos Professores contratados em caráter temporário, selecionados pelo Processo Seletivo 002/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

### PORTARIA Nº 06/18

Publicação Nº 1531655

- . PORTARIA Nº 6/18
- . De 21 de fevereiro de 2018

#### COLOCA A DISPOSIÇÃO O SERVIDOR

MARCELO LABES / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO / DEPARTAMENTO RH

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, e demais dispositivos legais em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Colocar a disposição da Secretaria de Educação, Departamento de Recursos Humanos, o Servidor Marcelo Labes, ocupante do cargo de Professor de Educação Física 40 horas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito, em 21 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

### PORTARIA Nº 52/17

Publicação Nº 1532199

- . PORTARIA Nº 52/17
- . De 03 de maio de 2017

#### COLOCA A DISPOSIÇÃO A SERVIDORA

DAIANE PAULINE ESPINDOLA /  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, e demais dispositivos legais em vigor,

#### RESOLVE:

Colocar a disposição da Secretaria de Educação, a Servidora Daiane Pauline Espindola, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, a mesma exercerá funções junto ao Setor de Alimentação Escolar.

Gabinete do Prefeito, em 03 de maio de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2018**

Publicação Nº 1532326

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIAL**

Processo Licitatório nº 015/2018  
Edital de Pregão Presencial nº 010/2018-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de licença de software antivírus.

Entrega dos envelopes: 07/03/2018 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 07/03/2018 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2018**

Publicação Nº 1532327

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIAL**

Processo Licitatório nº 016/2018  
Edital de Pregão Presencial nº 011/2018-10430  
Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação dos serviços de segurança, estacionamento, limpeza e brigadistas.

Entrega dos envelopes: 07/03/2018 - 14h15min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 07/03/2018 - 14h30min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 014/2016**

Publicação Nº 1531693

**1 TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 014/2016**

O MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa INTELLIBR SISTEMAS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.982.125/0001-76, com sede na Rua Jerônimo Coelho, nº 170, sala 1.202, bairro Centro, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal, Sr. César Murilo Muller de Jesus, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 667.742.259-34 e Cédula de Identidade nº 2044132 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Videira, nº 177, bairro Abraão, na cidade de Florianópolis - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de

CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão pública educacional da Secretaria da Educação e suas Unidades Escolares, bem como serviços de conversão de base de dados, implantação e treinamento nos referidos sistemas, sendo que todas as funcionalidades deverão estar 100% (cem por cento) operantes na data de entrega e operação do software, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS**

8.1. O prazo do presente Contrato é de 17 de fevereiro de 2018 até 16 de fevereiro de 2019, podendo ser prorrogado em iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 14 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	INTELLIBR SISTEMAS LTDA EPP César Murilo Muller de Jesus Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Ozinil Martins de Souza Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC 47.689

**Testemunhas:**

Assinatura:  
Nome Legível  
CPF.:

Assinatura:  
Nome Legível  
CPF.:

**TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 004/2014**

Publicação Nº 1531692

**TERMO ADITIVO Nº 007 CONTRATO Nº 004/2014**

O MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito

legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a empresa, MAPA IMOBILIÁRIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.598.838/0001-90, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, nº 234, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor de imóveis, inscrito no CPF sob nº 484.728.839-49 e Cédula de Identidade nº 3R/1.041.331-SSP/SC, residente à Rua Paraíba, nº 306 – Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, firmam o presente Termo Aditivo ao contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 208/2013 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 015/2013-10430, e as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula terceiro, item 3.1., do contrato original, que tem como objeto, a locação de um imóvel em alvenaria, com 01 pavimento, constituída de 01 suíte, 02 dormitórios, 02 salas, 01 copa/cozinha, 01 bwc social e garagem para 02 veículos, com área construída aproximada de 170,00 m² em terreno plano e murado, localizado à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.590 – Bairro dos Estados, para a instalação da “Unidade de Educação Infantil dos Estados Tereza Luíza Lucini Tridapalli”, passa a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O preço mensal contratado é de R\$3.299,22 (três mil, duzentos e noventa e nove reais e vinte e dois centavos), perfazendo o valor total de R\$39.590,64 (trinta e nove mil, quinhentos e noventa reais e sessenta e quatro centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 08 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Locatário	MAPA IMOBILIÁRIA LTDA EPP Rogério Isnar Patrício Locador
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Ozinil Martins de Souza Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC 47.689

Testemunhas:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF.:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF.:

## TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 025/2014

Publicação Nº 1531691

### TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 025/2014

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a DIOCESE DE BLUMENAU, instituição religiosa, inscrita no CNPJ sob nº 03.925.280/0001-37, estabelecida à Rua XV de Novembro, bairro Centro, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal Sr. Liris Almir Negherbon, brasileiro, solteiro, religioso, inscrito no CPF sob nº 056.771.149-87 e Cédula de Identidade RG nº 677086-SSP/PR, residente à Rua Franz Volles, nº 1.750, bairro Itoupava Central, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula terceira, item 3.1, do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel com as seguintes características: terreno com área aproximada de 900,00 m², com área construída de 297,41 m², estrutura em alvenaria e telhas de cerâmica, contendo 04 salas de aula, WC masculino/feminino, área de varanda coberta, refeitório, cozinha, área de circulação interna e área administrativa, passa a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor mensal contratado é de R\$2.849,91 (dois mil, oitocentos e quarenta e nove reais e noventa e um centavos), perfazendo o valor total de R\$ 34.198,92 (trinta e quatro mil, cento e noventa e oito reais e noventa e dois centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 08 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Locatário	DIOCESE DE BLUMENAU Liris Almir Negherbon Locador
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Ozinil Martins de Souza Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC 47.689

Testemunhas:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF.:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF:

## **TERMO ADITIVO Nº 013 AO CONTRATO Nº 198/2014**

Publicação Nº 1531687

### **TERMO ADITIVO Nº 013 AO CONTRATO Nº 198/2014**

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SECRETARIA DE OBRAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – GABINETE DO PREFEITO – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH – FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL – FUNDEC – INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL – INDAPREV – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL – FASSPI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, IPM INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.258.027/0001-41, com sede na Avenida Trompowski, nº 354, 7º Andar, bairro Centro, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Aldo Luiz Mees, brasileiro, administrador, inscrito no CPF sob nº 292.867.519/15 e Cédula de Identidade nº 7R/865.793, residente na Rua Desembargador Arno Hoeschi, nº 361, Apto 1.301, bairro Centro, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, visa o reajuste de valores com validade a partir de setembro/2016. Sendo que a cláusula quarta, itens 4.1. e 4.1.2., letra "a", do contrato original, que tem como objeto o fornecimento de licença de uso em caráter permanente de software de gestão, passam a vigorar da seguinte forma:

#### **CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO**

4.1. O valor total previsto do presente contrato é de R\$2.470.248,62 (dois milhões, quatrocentos e setenta, duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos), subdivididos nos seguintes itens (totalização dos valores descritos nos itens 4.1.1 à 4.1.5 e/ou 4.1.9):

4.1.2. Diagnóstico, Migração, Configuração e Habilitação do Software: R\$120.260,00 (cento e vinte mil, duzentos e sessenta reais), composto da seguinte forma:

a) - Município de Indaial, no valor de R\$94.635,00 (noventa e

quatro mil seiscentos e trinta e cinco reais);

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 19 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	IPM INFORMÁTICA LTDA Aldo Luiz Mees Contratada
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Sílvia César da Silva Secretário Municipal	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Ozinil Martins de Souza Secretário Municipal
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Ivo Odorizzi Secretário Municipal	SECRETARIA DE OBRAS Lindomar Lindner Secretário Municipal
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Fabiano dos Santos Secretário Municipal	SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jonas Luiz de Lima Secretário Municipal
GABINETE DO PREFEITO Manoel Felipe Boaventura Chefe de Gabinete	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Katuscia Simone Harbs Secretária Municipal
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Adriane Ferrari Secretária Municipal	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Márcio Moisés Selhorst Diretor Executivo
FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL Ivo Ockner Chefe de Defesa Civil	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Fernando Pasold Diretor Executivo
INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL – INDAPREV Salvador Bastos Presidente	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL – FASSPI Salvador Bastos Presidente
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC 47.689	

Testemunhas:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF:

## Iomerê

## PREFEITURA

## HOMOLOGAÇÃO ARBITRAGEM

Publicação Nº 1531923

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>  CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2018 - PR</b>  Processo Administrativo: 10/2018 Processo de Licitação: 10/2018 Data do Processo: 26/01/2018
Folha: 1/2	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 10/2018  
b ) Licitação Nr.: 6/2018-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 15/02/2018  
e ) Data da Adjudicação: 15/02/2018 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação ARBITRAGEM EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**LOTE: 1****LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE (1148)**

3	ARBITRAGEM FUTEBOL SUIÇO COM 02 ARBITROS e 01 MESARIO	JG	40,00	0,0000	215,00	8.600,00
4	ARBITRAGEM VOLEIBOL COM 02 ARBITROS e 02 MESARIO	JG	40,00	0,0000	230,00	9.200,00
5	ARBITRAGEM VOLEIBOL AREIA COM 02 ARBITROS	JR	20,00	0,0000	395,00	7.900,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>25.700,00</b>

**LIGA DESPORTIVA DA REGIAO DE FRAIBURGO - LIDERFRAY (5066)**

1	ARBITRAGEM FUTSAL COM 02 ARBITROS e 01 MESARIO	JG	100,00	0,0000	225,00	22.500,00
2	ARBITRAGEM FUTEBOL CAMPO COM 01 ARBITRO e 02 BANDEIRINHAS	JG	40,00	0,0000	390,00	15.600,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>38.100,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>63.800,00</b>

Iomerê, 15 de Fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE**

CNPJ: 01.612.744/0001-20  
Rua João Rech  
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 6/2018 - PR**

Processo Administrativo: 10/2018  
Processo de Licitação: 10/2018  
Data do Processo: 26/01/2018

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 15 de Fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI

**HOMOLOGAÇÃO FLORES**

Publicação Nº 1531912

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 4/2018 - PR</b>
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 7/2018 Processo de Licitação: 7/2018 Data do Processo: 23/01/2018
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 7/2018  
b ) Licitação Nr.: 4/2018-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 07/02/2018  
e ) Data da Adjudicação: 07/02/2018 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES E GRAMAS.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**LOTE: 1****MIL PLANTAS IND. E COMERCIO LTDA ME (3235)**

1 MUDAS DE BOCA DE LEÃO - FLOR	UN	9.000,00	0,0000	0,93	8.370,00
2 MUDAS DE CRAVINA - FLOR	UN	20.000,00	0,0000	0,93	18.600,00
3 MUDAS DE TARGETE - FLOR	UN	10.000,00	0,0000	0,93	9.300,00
4 MUDAS DE SÁLVIA VERMELHA - FLOR	UN	4.500,00	0,0000	0,93	4.185,00
5 MUDAS DE VINCA COLORIDA - FLOR	UN	4.500,00	0,0000	0,93	4.185,00
6 MUDAS DE TARGETÃO - FLOR	UN	10.000,00	0,0000	0,93	9.300,00
7 MUDAS DE CEREJEIRA FLOR	UN	250,00	0,0000	19,00	4.750,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>58.690,00</b>

**LOTE: 2****MIL PLANTAS IND. E COMERCIO LTDA ME (3235)**

8 GRAMA ESMERALDA	M2	3.500,00	0,0000	8,00	28.000,00
-------------------	----	----------	--------	------	-----------

Iomerê, 7 de Fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE**

CNPJ: 01.612.744/0001-20  
Rua João Rech  
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 4/2018 - PR**

Processo Administrativo: 7/2018  
Processo de Licitação: 7/2018  
Data do Processo: 23/01/2018

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****LOTE: 2****MIL PLANTAS IND. E COMERCIO LTDA ME (3235)**

9 GRAMA SEMPRE VERDE	M2	80,00	0,0000	8,00	640,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>28.640,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>87.330,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 7 de Fevereiro de 2018.

---

LUCIANO PAGANINI



**HOMOLOGAÇÃO FONO E CORAL**

Publicação Nº 1531927

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2018 - PR</b>
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 12/2018 Processo de Licitação: 12/2018 Data do Processo: 30/01/2018
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 12/2018  
b ) Licitação Nr.: 8/2018-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 22/02/2018  
e ) Data da Adjudicação: 22/02/2018 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA E ATIVIDADE CORAL.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**LOTE: 1****MARALICE ZANCAN (5254)**

1 SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA	MES	11,00	0,0000	920,00	10.120,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>10.120,00</b>

**LOTE: 2****PAULO ROBERTO FRANKE 01962271943 (5253)**

2 SERVIÇO DE MAESTRO PARA CORAL MUNICIPAL	MES	11,00	0,0000	600,00	6.600,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>6.600,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>16.720,00</b>

Iomerê, 22 de Fevereiro de 2018.

---

LUCIANO PAGANINI

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE**

CNPJ: 01.612.744/0001-20  
Rua João Rech  
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 8/2018 - PR**

Processo Administrativo: 12/2018  
Processo de Licitação: 12/2018  
Data do Processo: 30/01/2018

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (34) Saldo: 219.907,44

Iomerê, 22 de Fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI

**HOMOLOGAÇÃO GEN ALIMENTAÇÃO IDOSOS**

Publicação Nº 1531936

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL IOMERE</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 2/2018 - PR</b>
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 2/2018 Processo de Licitação: 2/2018 Data do Processo: 29/01/2018
	Folha: 1/4

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 2/2018  
b ) Licitação Nr.: 2/2018-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 21/02/2018  
e ) Data da Adjudicação: 21/02/2018 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**LOTE: 1****TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA (4816)**

1	AÇÚCAR REFINADO - PCT 05 KG - Marca: ALTO ALEGRE	PCT	40,00	0,0000	12,4625	498,50
2	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA - Marca: PIRACANJUBA	LT	300,00	0,0000	2,4853	745,59
3	CAFÉ SOLUVEL GRANULADO - Marca: AMIGO	UN	30,00	0,0000	6,2359	187,08
4	CAFÉ MOIDO E TORRADO - Marca: CABOCLO	KG	50,00	0,0000	22,1421	1.107,11
5	CHÁS DIVERSOS SABORES - CAIXAS COM 25 SAQUINHOS - Marca: LEAO	KG	5,00	0,0000	158,1578	790,79
6	FILTROS DE PAPEL PARA PASSAR CAFÉ - 103 - Marca: BRIGITTA	CX	100,00	0,0000	2,9372	293,72
7	LEITE EM PO - Marca: PIRACANUBA	KG	4,00	0,0000	22,1421	88,57
8	COLHERES DE PLÁSTICO - PARA SOBREMESA - Marca: STRAWPLAST	UN	400,00	0,0000	0,0904	36,16
9	COPO DESCARTÁVEL 180 ML - Marca: ROSSO	UN	5.000,00	0,0000	0,0362	181,00
10	GARFO DE PLÁSTICO - PARA SOBREMESA - Marca: STRAWPLAST	UN	1.000,00	0,0000	0,1356	135,60

Iomerê, 21 de Fevereiro de 2018.

Luciano Paganini - Prefeito

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL IOMERE</b>  CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 2/2018 - PR</b>  Processo Administrativo: 2/2018 Processo de Licitação: 2/2018 Data do Processo: 29/01/2018
	Folha: 2/4

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 1

##### TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA (4816)

11	GUARDANAPO BRANCO - PACOTES COM 50 UNIDADES - Marca: VIPP	PCT	1.000,00	0,0000	0,8857	885,70
12	PAPEL TOALHA BRANCA - FOLHA DUPLA PICOTADA - Marca: STYLUS	PCT	30,00	0,0000	3,9765	119,30
13	ÁGUA MINERAL - EMB. DE 20 LITROS - Marca: ACQUA 10	UN	50,00	0,0000	11,6585	582,93
14	ÁGUA MINERAL - EMB. DE 500 ML - Marca: RANDON	UN	1.500,00	0,0000	1,2653	1.897,95
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>7.550,00</b>

#### LOTE: 2

##### TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA (4816)

15	BANANA CATURRA - Marca: IN NATURA	KG	300,00	0,0000	2,1623	648,68
16	MAMÃO - Marca: IN NATURA	KG	250,00	0,0000	3,1059	776,48
17	MELANCIA - Marca: IN NATURA	KG	250,00	0,0000	1,2974	324,35
18	MELÃO - Marca: IN NATURA	KG	70,00	0,0000	3,8922	272,45
19	MAÇA - Marca: IN NATURA	KG	80,00	0,0000	3,8922	311,38
20	CENOURA - Marca: IN NATURA	KG	20,00	0,0000	3,5776	71,55
21	TOMATE - Marca: IN NATURA	KG	120,00	0,0000	3,8922	467,06
22	CEBOLA - Marca: IN NATURA	KG	60,00	0,0000	3,1059	186,35
23	ALHO FRESCO - Marca: IN NATURA	KG	5,00	0,0000	26,3409	131,70
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>3.190,00</b>

#### LOTE: 3

##### TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA (4816)

24	PRESUNTO - Marca: FRIMESA	KG	30,00	0,0000	19,9164	597,49
25	QUEIJO MUZZARELA FATIADO - Marca: MONDAI	KG	30,00	0,0000	23,5745	707,24
26	SALSICHA DO TIPO HOT DOG - Marca: NOBRE	KG	40,00	0,0000	7,2349	289,40
27	CARNE DO TIPO LIGUICINHA TOSCANA - Marca: GRASSI	KG	70,00	0,0000	11,2995	790,97
28	CARNE SUINA DO TIPO COSTELINHA FRESCA - Marca: FRIZAPE	KG	150,00	0,0000	7,6414	1.146,21
29	COXA E SOBRECORA DE FRANGO - Marca: FRIAVES	KG	130,00	0,0000	4,8368	628,78
30	CARNE BOVINA DE PRIMEIRA MOIDA - Marca: FRIZAPE	KG	20,00	0,0000	12,1531	243,06
31	CARNE - BACCON - Marca: PAMPLONA	KG	8,00	0,0000	23,981	191,85
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>4.595,00</b>

#### LOTE: 4

##### TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA (4816)

32	SAL IODADO REFINADO - Marca: CRUZEIRO	KG	20,00	0,0000	1,9695	39,39
33	LEITE CONDENSADO - Marca: PIRACANJUBA	KG	30,00	0,0000	9,6234	288,70

Iomerê, 21 de Fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
Luciano Paganini - Prefeito

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL IOMERE</b>  CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 2/2018 - PR</b>  Processo Administrativo: 2/2018 Processo de Licitação: 2/2018 Data do Processo: 29/01/2018
	Folha: 3/4

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 4

##### TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA (4816)

34	GELATINA DIVERSOS SABORES - Marca: APTI	KG	20,00	0,0000	14,2059	284,12
35	CREME DE LEITE TIPO UHT - Marca: PIRACANJUBA	KG	15,00	0,0000	13,7477	206,22
36	SUCO INTEGRAL DIVERSOS SABORES - Marca: MAGUARY	LT	150,00	0,0000	4,995	749,25
37	MAIONESE PRONTA EMB. DE 500G - Marca: SOYA	UN	10,00	0,0000	11,4564	114,56
38	PEPINO EM CONSERVA - EMB. DE 01 KG - Marca: INCOTRIL	UN	10,00	0,0000	19,705	197,05
39	MACARRÃO CASEIRO COM OVOS - Marca: OGLIARI	KG	40,00	0,0000	5,7282	229,13
40	ARROZ PARBOILIZADO - Marca: D'AVO	KG	30,00	0,0000	2,6579	79,74
41	EXTRATO DE TOMATE - Marca: DAJUDA	KG	7,00	0,0000	11,4564	80,19
42	CALDO DE GALINHA - CX COM 6 UN - Marca: MAGGI	UN	25,00	0,0000	1,6039	40,10
43	ÓLEO DE SOJA ( LATA DE 900 ML ) - Marca: SOYA	UN	14,00	0,0000	3,9868	55,82
44	BANHA EMB. DE 01 KG - Marca: AURORA	KG	5,00	0,0000	6,3697	31,85
45	MANTEIGA - EMB. DE 200 G - Marca: TIROL	KG	10,00	0,0000	7,1946	71,95
46	BOBINAS DE PAPEL PARA FORRAR MESA - Marca: PAPELMAX	KG	50,00	0,0000	18,2386	911,93
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>3.380,00</b>

#### LOTE: 5

##### TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA (4816)

47	PÃO FRANCES - Marca: FLORESTA	KG	180,00	0,0000	5,8228	1.048,10
48	PÃO PARA CACHORRO QUENTE - Marca: FLORESTA	KG	50,00	0,0000	7,8859	394,30
49	ENROLADINHO DE PRESUNTO E QUEIJO OU SALSICHA - Marca: FLORESTA	UN	1.300,00	0,0000	4,9911	6.488,43
50	GROSTOLI - Marca: FLORESTA	KG	40,00	0,0000	10,6477	425,91
51	BOLO TIPO NEGA MALUCA - Marca: FLORESTA	KG	40,00	0,0000	14,9733	598,93
52	TORTA SALGADA - Marca: FLORESTA	PDÇ	1.200,00	0,0000	1,331	1.597,20
53	BOLO CASEIRO DE CENOURA - Marca: FLORESTA	KG	35,00	0,0000	12,3114	430,90
54	BOLO CASEIRO DE FUBÁ - Marca: FLORESTA	KG	35,00	0,0000	12,3114	430,90
55	PÃEZINHOS DOCE TIPO MASSINHA - Marca: FLORESTA	UN	800,00	0,0000	0,6655	532,40
56	PASTEL DE CARNE GADO - TAMANHO FESTA - Marca: FLORESTA	UN	1.300,00	0,0000	1,8966	2.465,58
57	CUCA SOVADA RECHEADA - Marca: FLORESTA	KG	40,00	0,0000	9,8158	392,63
58	BOLO RECHEADO - Marca: FLORESTA	KG	70,00	0,0000	15,6388	1.094,72
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>15.900,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>34.615,00</b>

Iomerê, 21 de Fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
Luciano Paganini - Prefeito

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL IOMERE**

CNPJ: 01.612.744/0001-20  
Rua João Rech  
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 2/2018 - PR**

Processo Administrativo: 2/2018  
Processo de Licitação: 2/2018  
Data do Processo: 29/01/2018

Folha: 4/4

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 130.151,00

Iomerê, 21 de Fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
Luciano Paganini - Prefeito

**HOMOLOGAÇÃO MAT. LIMPEZA**

Publicação Nº 1531915

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2018 - PR</b>
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 8/2018 Processo de Licitação: 8/2018 Data do Processo: 23/01/2018
	Folha: 1/6

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 8/2018  
b ) Licitação Nr.: 5/2018-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 08/02/2018  
e ) Data da Adjudicação: 08/02/2018 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**LOTE: 1****CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP (5247)**

1	SACO PARA LIXO 15 LITROS - Marca: CATARINENSE	UN	2.000,00	0,0000	0,0742	148,40
2	SACO PARA LIXO 30 LITROS - MÍNIMO 06 MICRAS - Marca: CATARINENSE	UN	8.000,00	0,0000	0,111	888,00
3	SACO PARA LIXO 50 LITROS - MÍNIMO 08 MICRAS - Marca: CATARINENSE	UN	8.000,00	0,0000	0,1388	1.110,40
4	SACO PARA LIXO 100 LITROS - MÍNIMO 10 MICRAS - Marca: CATARINENSE	UN	8.000,00	0,0000	0,2313	1.850,40
5	SACO PARA LIXO 150 LITROS - Marca: CATARINENSE	UN	3.000,00	0,0000	0,2776	832,80
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>4.830,00</b>

**LOTE: 2****AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTD (4661)**

6	COPO DESCARTÁVEL 50 ML - Marca: 1342 COPOSUL	UN	35.000,00	0,0000	0,01	350,00
---	--	----	-----------	--------	------	--------

Iomerê, 8 de Fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>  CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2018 - PR</b>  Processo Administrativo: 8/2018 Processo de Licitação: 8/2018 Data do Processo: 23/01/2018
	Folha: 2/6

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 2

##### AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTD (4661)

7	COPO DESCARTÁVEL 200 ML - Marca: 2312 COPOSUL	UN	70.000,00	0,0000	0,02	1.400,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>1.750,00</b>

#### LOTE: 3

##### AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTD (4661)

8	PAPEL TOALHA INTERFOLHADA - FARDO COM 1000 FOLHAS - Marca: 2105 GUIPEL	FAR	1.300,00	0,0000	5,5889	7.265,56
9	FOLHA DE ALUMÍNIO - ROLO 30x7,5cm - Marca: BOREDA	RL	30,00	0,0000	4,9361	148,08
10	GUARDANAPO BRANCO - PACOTES COM 50 UNIDADES - Marca: 2737 TOPY	PCT	500,00	0,0000	0,5243	262,15
11	PAPEL TOALHA BRANCA - FOLHA DUPLA PICOTADA - Marca: 1038 SORELA	PCT	700,00	0,0000	2,7203	1.904,21
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>9.580,00</b>

#### LOTE: 4

##### COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA (3223)

12	SACO PLÁSTICO DE COZINHA 08 KG - PARA EMBALAGEM DE ALIMENTOS - BOBINAS COM 100 UNIDADES - Marca: NOSSO FREEZER	BOB	40,00	0,0000	6,3603	254,41
13	SACO PLÁSTICO DE COZINHA 05 KG - PARA EMBALAGEM DE ALIMENTOS - BOBINAS COM 100 UNIDADES - Marca: NOSSO FREEZER	BOB	40,00	0,0000	3,9993	159,97
14	SACO PLÁSTICO DE COZINHA 03 KG - PARA EMBALAGEM DE ALIMENTOS - BOBINAS COM 100 UNIDADES - Marca: NOSSO FREEZER	BOB	40,00	0,0000	3,1802	127,21
15	EMBALAGEM PLÁSTICA COM FECHO HERMÉTICO - 27x29cm - PCT COM 08 UNIDADES - Marca: TALGE	PCT	70,00	0,0000	6,7458	472,21
16	PAPEL TIPO PVC TRANSPARENTE - TIPO FILME 15x28cm - - Marca: NOSSO FILME	BOB	30,00	0,0000	2,361	70,83
17	SACOLA PLÁSTICA 38x48cm - Marca: BOM PACKK	CX	20,00	0,0000	53,0029	1.060,06
18	SACOLA PLÁSTICA 25x35cm - Marca: BOM PACK	CX	20,00	0,0000	32,7654	655,31
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>2.800,00</b>

#### LOTE: 5

##### COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA (3223)

19	TOALHA DE ROSTO - Marca: MARTIMPANOS	UN	50,00	0,0000	3,7772	188,86
20	TOALHA DE LOUÇA - Marca: MARTIMPANOS	UN	80,00	0,0000	1,8047	144,38
21	TOALHA GRANDE PARA LIMPEZA - Marca: CATARINENSE	UN	100,00	0,0000	3,3576	335,76
22	TOALHA PEQUENA PARA LIMPEZA - Marca: CATARINENSE	UN	100,00	0,0000	3,2736	327,36
23	BOLSA ALVEJADA - Marca: MARTIMPANOS	UN	100,00	0,0000	5,0364	503,64
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>1.500,00</b>

Iomerê, 8 de Fevereiro de 2018.

---

 LUCIANO PAGANINI

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</div>	<div>PREGÃO PRESENCIAL</div> <div>Nr.: 5/2018 - PR</div>
<div>CNPJ: 01.612.744/0001-20</div> <div>Rua João Rech</div> <div>C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC</div>	<div>Processo Administrativo: 8/2018</div> <div>Processo de Licitação: 8/2018</div> <div>Data do Processo: 23/01/2018</div>
<div>Folha: 3/6</div>	

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 6

##### NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (4815)

24	SABÃO EM BARRA - Marca: ZAVASKI	UN	200,00	0,0000	1,41	282,00
25	SABÃO EM PÓ - Marca: CLASS	KG	400,00	0,0000	2,95	1.180,00
26	SABONETE EM BARRA - UN DE 90 GR - Marca: MARAN	UN	100,00	0,0000	0,88	88,00
27	SABONETE LÍQUIDO - Marca: VERDEZAN	LT	100,00	0,0000	2,50	250,00
28	AMACIANTE DE ROUPAS - Marca: IDEAL	LT	100,00	0,0000	1,50	150,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>1.950,00</b>

#### LOTE: 7

##### COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA (3223)

29	SABONETE INFANTIL - EMBALAGEM DE 80 GR - Marca: ANJINHO	UN	200,00	0,0000	1,7282	345,63
30	SHAMPOO INFANTIL - EMBALAGEM 350ml - Marca: ANJINHO	UN	200,00	0,0000	5,7606	1.152,12
31	ÓLEO INFANTIL - Marca: ANJINHO	UN	50,00	0,0000	19,202	960,10
32	TALCO INFANTIL - UN DE 100 GR - Marca: ANJINHO	UN	50,00	0,0000	6,7207	336,04
33	LENÇO UMEDECIDO - BALDE COM 450 UNIDADES - Marca: ANJINHO	BL	100,00	0,0000	10,5611	1.056,11
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>3.850,00</b>

#### LOTE: 8

##### CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP (5247)

34	VASSOURA DE PELO COM CABO DE MADEIRA - Marca: LOCATELLI	UN	30,00	0,0000	19,52	585,60
35	VASSOURA DE PALHA COM CABO DE MADEIRA - Marca: LOCATELLI	UN	30,00	0,0000	9,76	292,80
36	VASSOURA DE NYLON COM CABO DE MADEIRA - Marca: LOCATELLI	UN	100,00	0,0000	5,368	536,80
37	RODO DE ESPUMA PARA PASSAR CERA - Marca: LOCATELLI	UN	50,00	0,0000	4,392	219,60
38	RODO DE PLÁSTICO 40 cm COM CABO DE MADEIRA - Marca: LOCATELLI	UN	50,00	0,0000	4,392	219,60
39	RODO DE ALUMÍNIO 60 CM GRANDE - Marca: LOCATELLI	UN	40,00	0,0000	14,64	585,60
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>2.440,00</b>

#### LOTE: 9

##### NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (4815)

40	CERA LÍQUIDA INCOLOR - UN 750 ML - Marca: ANDREIA	UN	300,00	0,0000	2,7716	831,49
41	CERA LÍQUIDA VERMELHA - UN 750 ML - Marca: ANDREIA	UN	300,00	0,0000	2,7716	831,48
42	CERA EM PASTA VERMELHA - Marca: ANDREIA	UN	150,00	0,0000	7,5322	1.129,83
43	CERA EM PASTA INCOLOR - Marca: ANDREIA	UN	150,00	0,0000	7,5322	1.129,83

Iomerê, 8 de Fevereiro de 2018.

---

 LUCIANO PAGANINI

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>  CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2018 - PR</b>	
	Processo Administrativo: 8/2018 Processo de Licitação: 8/2018 Data do Processo: 23/01/2018	Folha: 4/6

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 9

##### NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (4815)

44	QUEROSENE - Marca: ILHA	LT	170,00	0,0000	8,3963	1.427,37
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>5.350,00</b>

#### LOTE: 10

##### CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP (5247)

45	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO - Marca: LOCATELLI	UN	50,00	0,0000	4,3252	216,26
46	ESFREGÃO DE AÇO INOX - Marca: RELUX	UN	30,00	0,0000	1,193	35,79
47	ODORIZANTE SANITÁRIO - PEDRA - Marca: SANY	UN	100,00	0,0000	0,9942	99,42
48	ODORIZANTE SANITÁRIO SPRAY - REFIL - Marca: SANY	UN	100,00	0,0000	1,4913	149,13
49	ÁGUA SANITÁRIA - Marca: IDEAL	LT	1.100,00	0,0000	1,2924	1.421,64
50	DESINFETANTE TIRA LIMO COM CLORO PARA BANHEIRO - Marca: BELLA DONA	UN	200,00	0,0000	2,9825	596,50
51	DESINFETANTE SANITÁRIO - TIPO PINHO UN DE 500 ml - Marca: BELLA DONA	UN	300,00	0,0000	1,4217	426,51
52	DESODORIZANTE DE AMBIENTE TIPO SPRAY - UN DE 360 ml - Marca: ULTRAFRESH	UN	150,00	0,0000	5,965	894,75
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>3.840,00</b>

#### LOTE: 11

##### AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTD (4661)

53	SAPONÁCEO LÍQUIDO - Marca: 3732 PRATIK	UN	200,00	0,0000	4,0562	811,24
54	DETERGENTE DE COZINHA - UN 500 ml - Marca: 2454 BELLA DONA	UN	1.000,00	0,0000	1,0401	1.040,10
55	ÁLCOOL - Marca: 1996 ITAJA	LT	600,00	0,0000	3,2156	1.929,36
56	LIMPA VIDRO - Marca: 2463 BELLA DONA	UN	80,00	0,0000	4,013	321,04
57	ÁLCOOL GEL 500 G - Marca: 1994 ITAJA	UN	600,00	0,0000	3,4496	2.069,76
58	ÓLEO DE PEROBA - Marca: PEROBA	UN	40,00	0,0000	8,6673	346,69
59	LUSTRA MÓVEIS - Marca: 3729 PRATIK	UN	70,00	0,0000	3,883	271,81
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>6.790,00</b>

#### LOTE: 12

##### CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP (5247)

60	LUVAS DE BORRACHA TAMANHO P - Marca: AZZUR	PAR	150,00	0,0000	1,9965	299,47
61	LUVAS DE BORRACHA TAMANHO M - Marca: AZZUR	PAR	150,00	0,0000	1,9967	299,51
62	LUVAS DE BORRACHA TAMANHO G - Marca: AZZUR	PAR	150,00	0,0000	1,9967	299,51
63	LUVA DE BORRACHA NATURAL P/ PROCEDIMENTO CX COM 100 UNID. - Marca: DESCARPACK	CX	150,00	0,0000	13,4775	2.021,63
64	TOUCA PLISSADA BRANCA - Marca: AZZUR	UN	400,00	0,0000	0,1997	79,88
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>3.000,00</b>

Iomerê, 8 de Fevereiro de 2018.

---

 LUCIANO PAGANINI

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>  CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2018 - PR</b>  Processo Administrativo: 8/2018 Processo de Licitação: 8/2018 Data do Processo: 23/01/2018
	Folha: 5/6

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 13

##### NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (4815)

65	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO - FOLHA SIMPLES - ROLO DE 60 MTS - Marca: FAMILIAR	RL	12.000,00	0,0000	0,573	6.876,40
66	PAPEL HIGIÊNICO - BRANCO FOLHA DUPLA - ROLO OCM 30 MTS - Marca: DELICATE	RL	6.000,00	0,0000	0,7856	4.713,60
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>11.590,00</b>

#### LOTE: 14

##### COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA (3223)

67	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPAS - 50 LITROS - Marca: DEJOTA	UN	40,00	0,0000	29,8788	1.195,15
68	LIXEIRA PLÁSTICA VAZADA - 08 LITROS - Marca: ARQPLAST	UN	30,00	0,0000	5,9757	179,27
69	CESTO TELADO 10 LTS (LIXEIRA PEQUENA) - Marca: ARQPLAST	UN	30,00	0,0000	3,9838	119,51
70	FÓSFORO DE SEGURANÇA TIPO LONGO - CX COM 240 PALITOS - Marca: GABOARDI	CX	70,00	0,0000	2,2409	156,86
71	COLA INSTANTÂNEA - Marca: TEKBOARD	UN	50,00	0,0000	4,3822	219,11
72	BALDE DE PLÁSTICO - 10 LITROS - Marca: ARQPLAST	UN	30,00	0,0000	5,9757	179,27
73	BALDE DE PLÁSTICO - 20 LITROS - Marca: ARQPLAST	UN	30,00	0,0000	8,9636	268,91
74	ESCOVA PARA ROUPA - MACIA - Marca: GABOARDI	UN	20,00	0,0000	2,9879	59,76
75	GRAMPO DE ROUPA DE MADEIRA - Marca: GABOARDI	UN	700,00	0,0000	0,1992	139,44
76	PAZINHA PARA LIXO - Marca: DALCIM	UN	10,00	0,0000	2,1911	21,91
77	ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE - c/ 04 un - Marca: BETTANI	UN	300,00	0,0000	1,9919	597,57
78	ESPONJA TIPO BOM BRIL - Marca: WEGA	UN	200,00	0,0000	1,0458	209,16
79	SACO PARA ASPIRADOR ELETROLUX A10 - Marca: NOBRE	UN	30,00	0,0000	18,9231	567,69
80	ISQUEIRO - ACENDEDOR - Marca: BIC	UN	40,00	0,0000	3,9838	159,35
81	TAPETES ANTIDERAPANTE 36x60cm - Marca: NOBRE	UN	30,00	0,0000	19,9191	597,57
82	LIXA PARA FOGÃO GROSSA - Marca: 3M	UN	100,00	0,0000	1,2947	129,47
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>4.800,00</b>

#### LOTE: 15

##### TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA (4816)

83	PRATO DE PLÁSTICO - REFEIÇÃO 26cm de diâmetro - Marca: COPOSUL	UN	8.000,00	0,0000	0,2664	2.131,00
84	GARFO DE PLÁSTICO - PARA SOBREMESA - Marca: STRAWPLAST	UN	8.000,00	0,0000	0,1065	852,00
85	COLHERES DE PLÁSTICO - PARA SOBREMESA - Marca: STRAWPLAST	UN	8.000,00	0,0000	0,1065	852,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>3.835,00</b>

Iomerê, 8 de Fevereiro de 2018.

---

LUCIANO PAGANINI

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>  CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2018 - PR</b>  Processo Administrativo: 8/2018 Processo de Licitação: 8/2018 Data do Processo: 23/01/2018
	Folha: 6/6

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 16

##### COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA (3223)

86	PILHA AAA - Marca: ELGIM	UN	60,00	0,0000	1,492	89,52
87	PILHA AA - Marca: ELGIM	UN	70,00	0,0000	1,7905	125,34
88	BATERIA 9 VOLTS - Marca: ELGIM	UN	30,00	0,0000	8,5048	255,14
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>470,00</b>

#### LOTE: 17

##### COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA (3223)

89	CERA - EMULSÃO DE POLÍMEROS ACRÍLICOS - Marca: BRAVO	UN	20,00	0,0000	14,50	290,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>290,00</b>

#### LOTE: 18

##### LENOIR POMPEO 02840845903 (5249)

90	ULTRA - MULTI PROPÓSITO DESENGRAXANTE - Marca: CLAREZA	UN	20,00	0,0000	39,50	790,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>790,00</b>

#### LOTE: 19

##### LENOIR POMPEO 02840845903 (5249)

91	FORTE - DESENGRAXANTE MULTIUSO - Marca: CLAREZA	UN	20,00	0,0000	39,50	790,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>790,00</b>

#### LOTE: 20

##### LENOIR POMPEO 02840845903 (5249)

92	DESINFETANTE - GARANTE O CONTROLE DE GERMES - Marca: CLAREZA	UN	20,00	0,0000	19,75	395,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>395,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>70.640,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 8 de Fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI

**HOMOLOGAÇÃO OLEO E GRAXA**

Publicação Nº 1531933

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 10/2018 - PR</b>
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 14/2018 Processo de Licitação: 14/2018 Data do Processo: 01/02/2018
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 14/2018  
b ) Licitação Nr.: 10/2018-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 22/02/2018  
e ) Data da Adjudicação: 22/02/2018 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE E GRAXA.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**LOTE: 1****SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (1135)**

1	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 15W40 API SM - Marca: Petronas	BL	100,00	0,0000	177,1111	17.711,11
2	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTETICO SAE 5W30 - MOTOR DIESEL - Marca: Petronas	BL	10,00	0,0000	475,6944	4.756,94
3	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO LINHA LEVE SAE 5W30 - DIESEL - Marca: Packblend	LT	60,00	0,0000	24,7701	1.486,21
4	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO LINHA LEVE SAE 5W30 - MOTOR BICOMBUSTIVEL - Marca: Petronas	LT	100,00	0,0000	13,4469	1.344,69
5	ÓLEO LUBRIFICANTE 2 TEMPO EMBALAGEM COM 500 ML - Marca: Petronas	UN	100,00	0,0000	5,2581	525,81
6	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 15W40 API SM SEMI SINTÉTICA - Marca: Petronas	LT	100,00	0,0000	15,6894	1.568,94
7	FLUIDO PARA FREIO DOT - 04 - Marca: Radnaq	UN	40,00	0,0000	8,1463	325,85
8	ADITIVO PARA INJEÇÃO EM SISTEMAS DE EXAUSTÃO A DIESEL ARLA - Marca: Lubraquim	BL	120,00	0,0000	35,0485	4.205,82
9	ÓLEO LUBRIFICANTE ISO VG 68 HPL PARTE II E PARTE III HVPL - Marca: Packblend	BL	40,00	0,0000	110,7349	4.429,40

Iomerê, 22 de Fevereiro de 2018.

---

LUCIANO PAGANINI

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE**

CNPJ: 01.612.744/0001-20  
 Rua João Rech  
 C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 10/2018 - PR**

Processo Administrativo: 14/2018  
 Processo de Licitação: 14/2018  
 Data do Processo: 01/02/2018

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**
**LOTE: 1**
**SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (1135)**

10	ÓLEO HIDRÁULICO AW 46 - EMBALAGEM COM 20 L - Marca: Packblend	BL	40,00	0,0000	160,9376	6.437,50
11	ÓLEO HIDRÁULICO AW 68 - EMBALAGEM COM 20 L - Marca: Packblend	BL	40,00	0,0000	131,2662	5.250,65
12	ÓLEO HIDRÁULICO MULTIFUNCIONAL SAE 10W30 - Marca: Packblend	BL	40,00	0,0000	206,0181	8.240,72
13	ÓLEO HIDRÁULICO SAE 30 - Marca: Petronas	BL	30,00	0,0000	184,0003	5.520,01
14	ÓLEO LUBRIFICANTES SAE 10 W API CF-4 ALLISON C-4 - Marca: Petronas	BL	30,00	0,0000	172,4392	5.173,18
15	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 80W90 - EMBALAGEM COM 20 L - Marca: Packblend	BL	30,00	0,0000	178,8866	5.366,60
16	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 85W140 - EMBALAGEM COM 20 L - Marca: Packblend	BL	20,00	0,0000	174,359	3.487,18
17	ÓLEO LUBRIFICANTES SAE 80 W - Marca: Packblend	BL	10,00	0,0000	154,6686	1.546,69
18	ÓLEO LUBRIFICANTES SAE 40 W - Marca: Petronas	BL	10,00	0,0000	212,2701	2.122,70
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>79.500,00</b>

**LOTE: 2**
**SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (1135)**

19	GRAXA A BASE DE LÍTIO NO GRAU NLGI2, COM BISSULFETO DE MOLIBDÊNIO E ADITIVAÇÃO. - Marca: Petronas	TB	2,00	0,0000	3.500,00	7.000,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>7.000,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>86.500,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 22 de Fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
 LUCIANO PAGANINI



**HOMOLOGAÇÃO SEMEN E OUTROS**

Publicação Nº 1531930

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 9/2018 - PR</b>
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 13/2018 Processo de Licitação: 13/2018 Data do Processo: 31/01/2018
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 13/2018  
b ) Licitação Nr.: 9/2018-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 22/02/2018  
e ) Data da Adjudicação: 22/02/2018 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, NITROGÊNIO LÍQUIDO, BAINHA FRANCESA E LUVA DESCARTÁVEL.

					(em Reais R\$)	
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<b><u>NITROTEC COM. DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - ME (4652)</u></b>						
4	NITROGENIO LIQUIDO	LT	4.500,00	0,0000	1,99	8.955,00
5	BAINHA FRANCESA PARA INSEMINAÇÃO	PCT	200,00	0,0000	15,49	3.098,00
6	LUVAS PARA INSEMINAÇÃO	CX	500,00	0,0000	10,40	5.200,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>17.253,00</b>
<b><u>SEMEX DO BRASIL COMERCIO E EXP. LTDA (3364)</u></b>						
1	SEMEM DE TOURO RAÇA JERSEY	JOSE	300,00	0,0000	24,00	7.200,00
2	SEMEM DE TOURO RAÇA HOLANDESA	JOSE	1.500,00	0,0000	23,50	35.250,00
3	SEMEM DE TOURA RAÇA RED ANGUS	JOSE	1.000,00	0,0000	20,50	20.500,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>62.950,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>80.203,00</b>

Iomerê, 22 de Fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE**

CNPJ: 01.612.744/0001-20  
Rua João Rech  
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 9/2018 - PR**

Processo Administrativo: 13/2018  
Processo de Licitação: 13/2018  
Data do Processo: 31/01/2018

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 22 de Fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI

# Ipuacu

## PREFEITURA

### CT PREF 34.2018

Publicação Nº 1531716

CONTRATO PREF N.34 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONTRATADA: CLEBER VIZOLLI CPF nº 084.616.749-28. e RG nº 5.710.711, DAP n.º SDW0084616749283101170328

Fundamento Legal: Leis Federais 8.666/93 e alterações e Lei 11.497/2009 e, Processo Licitatório Pref n. 67/2017, Modalidade Chamada Pública n. 03/2017.

Lei Federal n. 11497 de 16 de junho de 2009 e Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da necessidade, da legalidade e do interesse público, efetua chamamento público de fornecedores, interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto ao Município de Ipuacu – SC para fornecimento de gêneros alimentícios conforme prevê o Artigo 14 da Lei 11.497 abaixo descrito:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Em apoio ao cumprimento do Decreto nº 8.473/2015, que determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% dos produtos da agricultura familiar. Buscando promover a alimentação sustentável que promove a inclusão econômica e social da agricultura familiar brasileira. Em conformidade com o DECRETO Nº 8.473, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Art. 1º Este Decreto estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

OBJETO: Consiste o objeto do presente instrumento a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, no intuito de disponibilização destes alimentos para alunos da rede municipal de ensino PNAE "merenda escolar", fundo municipal de saúde e crás conforme quantidades e valores descritos no quadro em anexo a este.

Parágrafo primeiro: Os agricultores, fornecedores dos produtos compromete-se sob as penas da Lei a cumprir de forma integral o disposto na Lei 11.497, "Art. 14. § 1º abaixo transcrito:

"A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos sob responsabilidade do contratado atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria."

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2018, perdurando até 16 de agosto de 2018.

VALOR: R\$ 20.781,84 (vinte mil setecentos e oitenta e um reais com oitenta e quatro centavos)

### CT PREF 35.2018

Publicação Nº 1531713

CONTRATO PREF N. 35 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONTRATADA: JOÃO GIROTTI CPF nº 162.628.289-20. e RG nº 1.120.994-1, DAP n.º SDW0162618289200307140831

Fundamento Legal: Leis Federais 8.666/93 e alterações e Lei 11.497/2009 e, Processo Licitatório Pref n. 67/2017, Modalidade Chamada Pública n. 03/2017.

Lei Federal n. 11497 de 16 de junho de 2009 e Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da necessidade, da legalidade e do interesse público, efetua chamamento público de fornecedores, interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto ao Município de Ipuacu – SC para fornecimento de gêneros alimentícios conforme prevê o Artigo 14 da Lei 11.497 abaixo descrito:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Em apoio ao cumprimento do Decreto nº 8.473/2015, que determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% dos produtos da agricultura familiar. Buscando promover a alimentação sustentável que promove a inclusão econômica e social da agricultura familiar brasileira. Em conformidade com o DECRETO Nº 8.473, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Art. 1º Este Decreto estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

OBJETO: Consiste o objeto do presente instrumento a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, no intuito de disponibilização destes alimentos para alunos da rede municipal de ensino PNAE "merenda escolar", fundo municipal de saúde e crás conforme quantidades e valores descritos no quadro em anexo a este.

Parágrafo primeiro: Os agricultores, fornecedores dos produtos compromete-se sob as penas da Lei a cumprir de forma integral o disposto na Lei 11.497, "Art. 14. § 1º abaixo transcrito:

"A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos sob responsabilidade do contratado atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria."

VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2018, perdurando até 16 de agosto de 2018.

VALOR: até R\$ 37.531,27 (trinta e sete mil quinhentos e trinta e um reais com vinte e sete centavos)

**CT PREF 36.2018**

Publicação Nº 1531767

CONTRATO PREF N. 36 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONTRATADA: CONTRATADA: JOSÉ HILTON DEBIA-SI CPF nº 183.343.779-91. e RG nº 1.128.274, DAP n.º SDW0183343779913105121100

Fundamento Legal: Leis Federais 8.666/93 e alterações e Lei 11.497/2009 e, Processo Licitatório Pref n. 67/2017, Modalidade Chamada Pública n. 03/2017.

Lei Federal n. 11497 de 16 de junho de 2009 e Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da necessidade, da legalidade e do interesse público, efetua chamamento público de fornecedores, interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto ao Município de Ipuauçu – SC para fornecimento de gêneros alimentícios conforme prevê o Artigo 14 da Lei 11.497 abaixo descrito:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Em apoio ao cumprimento do Decreto nº 8.473/2015, que determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% dos produtos da agricultura familiar. Buscando promover a alimentação sustentável que promove a inclusão econômica e social da agricultura familiar brasileira. Em conformidade com o DECRETO Nº 8.473, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Art. 1º Este Decreto estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

OBJETO: Consiste o objeto do presente instrumento a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, no intuito de disponibilização destes alimentos para alunos da rede municipal de ensino PNAE “merenda escolar”, fundo municipal de saúde e crás conforme quantidades e valores descritos no quadro em anexo a este.

Parágrafo primeiro: Os agricultores, fornecedores dos produtos compromete-se sob as penas da Lei a cumprir de forma integral o disposto na Lei 11.497, “Art. 14. § 1º abaixo transcrito:

“A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos sob responsabilidade do contratado atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.”

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2018, perdurando até 16 de agosto de 2018.

VALOR: R\$ 29.866,72 (vinte e nove mil oitocentos e sessenta e seis reais com setenta e dois centavos)

**CT PREF 37.2018**

Publicação Nº 1531785

CONTRATO PREF N.37 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONTRATADA: JOVILDE ANSOLINI CPF nº 833336.229-04 e RG nº 2.874.021, DAP n.º SDW0833336229040102170313.

Fundamento Legal: Leis Federais 8.666/93 e alterações e Lei 11.497/2009 e, Processo Licitatório Pref n. 67/2017, Modalidade Chamada Pública n. 03/2017.

Lei Federal n. 11497 de 16 de junho de 2009 e Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da necessidade, da legalidade e do interesse público, efetua chamamento público de fornecedores, interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto ao Município de Ipuauçu – SC para fornecimento de gêneros alimentícios conforme prevê o Artigo 14 da Lei 11.497 abaixo descrito:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Em apoio ao cumprimento do Decreto nº 8.473/2015, que determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% dos produtos da agricultura familiar. Buscando promover a alimentação sustentável que promove a inclusão econômica e social da agricultura familiar brasileira. Em conformidade com o DECRETO Nº 8.473, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Art. 1º Este Decreto estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

OBJETO: Consiste o objeto do presente instrumento a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, no intuito de disponibilização destes alimentos para alunos da rede municipal de ensino PNAE “merenda escolar”, fundo municipal de saúde e crás conforme quantidades e valores descritos no quadro em anexo a este.

Parágrafo primeiro: Os agricultores, fornecedores dos produtos compromete-se sob as penas da Lei a cumprir de forma integral o disposto na Lei 11.497, “Art. 14. § 1º abaixo transcrito:

“A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos sob responsabilidade do contratado atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.”

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2018, perdurando até 16 de agosto de 2018.

VALOR: até R\$ 6.813,53 (seis mil oitocentos e treze reais com cinquenta e três centavos)

**CT PREF 38.2018**

Publicação Nº 1531808

CONTRATO PREF N.38 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONTRATADA: VALDECIR DE CPF nº 618.216.919-20 e RG nº 2.075.631, DAP n.º SDW0618216919200405150843

Fundamento Legal: Leis Federais 8.666/93 e alterações e Lei 11.497/2009 e, Processo Licitatório Pref n. 67/2017, Modalidade Chamada Pública n. 03/2017.

Lei Federal n. 11497 de 16 de junho de 2009 e Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da necessidade, da legalidade e do interesse público, efetua chamamento público de fornecedores, interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto ao Município de Ipuçu – SC para fornecimento de gêneros alimentícios conforme prevê o Artigo 14 da Lei 11.497 abaixo descrito:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Em apoio ao cumprimento do Decreto nº 8.473/2015, que determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% dos produtos da agricultura familiar. Buscando promover a alimentação sustentável que promove a inclusão econômica e social da agricultura familiar brasileira. Em conformidade com o DECRETO Nº 8.473, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Art. 1º Este Decreto estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

OBJETO: Consiste o objeto do presente instrumento a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, no intuito de disponibilização destes alimentos para alunos da rede municipal de ensino PNAE "merenda escolar", fundo municipal de saúde e crás conforme quantidades e valores descritos no quadro em anexo a este.

Parágrafo primeiro: Os agricultores, fornecedores dos produtos compromete-se sob as penas da Lei a cumprir de forma integral o disposto na Lei 11.497, "Art. 14. § 1º abaixo transcrito:

"A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos sob responsabilidade do contratado atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria."

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2018, perdurando até 16 de agosto de 2018.

VALOR: R\$ 15.125,58 (quinze mil centos e vinte e cinco reais com cinquenta e oito centavos)

**CT PREF 39.2018**

Publicação Nº 1531835

CONTRATO PREF N. 39 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONTRATADA: FLAVIO TUROSSI, CPF nº 006.587.649-00 e RG nº 3473453, DAP n.º SDW0006587649003003161001

Fundamento Legal: Leis Federais 8.666/93 e alterações e Lei 11.497/2009 e, Processo Licitatório Pref n. 67/2017, Modalidade Chamada Pública n. 03/2017.

Lei Federal n. 11497 de 16 de junho de 2009 e Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da necessidade, da legalidade e do interesse público, efetua chamamento público de fornecedores, interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto ao Município de Ipuçu – SC para fornecimento de gêneros alimentícios conforme prevê o Artigo 14 da Lei 11.497 abaixo descrito:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Em apoio ao cumprimento do Decreto nº 8.473/2015, que determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% dos produtos da agricultura familiar. Buscando promover a alimentação sustentável que promove a inclusão econômica e social da agricultura familiar brasileira. Em conformidade com o DECRETO Nº 8.473, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Art. 1º Este Decreto estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

OBJETO: Consiste o objeto do presente instrumento a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, no intuito de disponibilização destes alimentos para alunos da rede municipal de ensino PNAE "merenda escolar", fundo municipal de saúde e crás conforme quantidades e valores descritos no quadro em anexo a este.

Parágrafo primeiro: Os agricultores, fornecedores dos produtos compromete-se sob as penas da Lei a cumprir de forma integral o disposto na Lei 11.497, "Art. 14. § 1º abaixo transcrito:

"A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos sob responsabilidade do contratado atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria."

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2018, perdurando até 16 de agosto de 2018.

VALOR: R\$ 3.264,00 (três mil duzentos e sessenta e quatro reais)



**CT PREF 40.2018**

Publicação Nº 1531952

CONTRATO PREF N. 40 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONTRATADA: VOLMIR BLOCK CPF nº 818147559-34. E RG nº 2.720.859, DAP n.º SDW0818147559341904160327

Fundamento Legal: Leis Federais 8.666/93 e alterações e Lei 11.497/2009 e, Processo Licitatório Pref n. 67/2017, Modalidade Chamada Pública n. 03/2017.

Lei Federal n. 11497 de 16 de junho de 2009 e Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da necessidade, da legalidade e do interesse público, efetua chamamento público de fornecedores, interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto ao Município de Ipuçu – SC para fornecimento de gêneros alimentícios conforme prevê o Artigo 14 da Lei 11.497 abaixo descrito:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Em apoio ao cumprimento do Decreto nº 8.473/2015, que determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% dos produtos da agricultura familiar. Buscando promover a alimentação sustentável que promove a inclusão econômica e social da agricultura familiar brasileira. Em conformidade com o DECRETO Nº 8.473, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Art. 1º Este Decreto estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

OBJETO: Consiste o objeto do presente instrumento a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, no intuito de disponibilização destes alimentos para alunos da rede municipal de ensino PNAE "merenda escolar", fundo municipal de saúde e crás conforme quantidades e valores descritos no quadro em anexo a este.

Parágrafo primeiro: Os agricultores, fornecedores dos produtos compromete-se sob as penas da Lei a cumprir de forma integral o disposto na Lei 11.497, "Art. 14. § 1º abaixo transcrito:

"A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos sob responsabilidade do contratado atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria."

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2018, perdurando até 16 de agosto de 2018.

VALOR: R\$ 5.342,61 (cinco mil trezentos e quarenta e dois reais com sessenta e um centavos).

**CT PREF 41.2018**

Publicação Nº 1531983

CONTRATO PREF N. 41 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONTRATADA: DARCI CIMADON CPF nº 06696082972. E RG nº 341280-6, DAP n.º SDW0066960829721006161012,

Fundamento Legal: Leis Federais 8.666/93 e alterações e Lei 11.497/2009 e, Processo Licitatório Pref n. 67/2017, Modalidade Chamada Pública n. 03/2017.

Lei Federal n. 11497 de 16 de junho de 2009 e Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da necessidade, da legalidade e do interesse público, efetua chamamento público de fornecedores, interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto ao Município de Ipuçu – SC para fornecimento de gêneros alimentícios conforme prevê o Artigo 14 da Lei 11.497 abaixo descrito:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Em apoio ao cumprimento do Decreto nº 8.473/2015, que determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% dos produtos da agricultura familiar. Buscando promover a alimentação sustentável que promove a inclusão econômica e social da agricultura familiar brasileira. Em conformidade com o DECRETO Nº 8.473, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Art. 1º Este Decreto estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

OBJETO: Consiste o objeto do presente instrumento a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, no intuito de disponibilização destes alimentos para alunos da rede municipal de ensino PNAE "merenda escolar", fundo municipal de saúde e crás conforme quantidades e valores descritos no quadro em anexo a este.

Parágrafo primeiro: Os agricultores, fornecedores dos produtos compromete-se sob as penas da Lei a cumprir de forma integral o disposto na Lei 11.497, "Art. 14. § 1º abaixo transcrito:

"A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos sob responsabilidade do contratado atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria."

VIGÊNCIA: A 16 de fevereiro de 2018, perdurando até 16 de agosto de 2018.

VALOR: R\$ 22.546,02 (vinte e dois mil quinhentos e quarenta e seis reais com dois centavos)

**CT PREF 42.2018**

Publicação Nº 1532019

CONTRATO PREF N. 42 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONTRATADA: MARTA MARIA MOLLMANN VUEL-  
MA CPF nº 016.248.159-44 e RG nº 3529739, DAP nº  
SDW0016248159442101130850Fundamento Legal: Leis Federais 8.666/93 e alterações e Lei  
11.497/2009 e, Processo Licitatório Pref n. 67/2017, Modalidade  
Chamada Pública n. 03/2017.Lei Federal n. 11497 de 16 de junho de 2009 e Lei Federal n.  
8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da necessi-  
dade, da legalidade e do interesse público, efetua chamamento  
público de fornecedores, interessados em cadastrar-se ou atualizar  
o cadastro existente junto ao Município de Ipuauçu – SC para forne-  
cimento de gêneros alimentícios conforme prevê o Artigo 14 da Lei  
11.497 abaixo descrito:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Em apoio ao cumprimento do Decreto nº 8.473/2015, que determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% dos produtos da agricultura familiar. Buscando promover a alimentação sustentável que promove a inclusão econômica e social da agricultura familiar brasileira. Em conformidade com o DECRETO Nº 8.473, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Art. 1º Este Decreto estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

OBJETO: Consiste o objeto do presente instrumento a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, no intuito de disponibilização destes alimentos para alunos da rede municipal de ensino PNAE "merenda escolar", fundo municipal de saúde e crás conforme quantidades e valores descritos no quadro em anexo a este.

Parágrafo primeiro: Os agricultores, fornecedores dos produtos compromete-se sob as penas da Lei a cumprir de forma integral o disposto na Lei 11.497, "Art. 14. § 1º abaixo transcrito:

"A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos sob responsabilidade do contratado atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria."

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2018, perdurando até 16 de agosto de 2018.

VALOR: R\$ 4.458,25 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e oito reais com vinte e cinco centavos)

**CT PREF 43.2018**

Publicação Nº 1532069

CONTRATO PREF N. 43 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONTRATADA: ARI ORZEKOVSKI CPF nº 51822016991 e RG nº  
1691298, DAP nº SDW0518220169912607170954Fundamento Legal: Leis Federais 8.666/93 e alterações e Lei  
11.497/2009 e, Processo Licitatório Pref n. 67/2017, Modalidade  
Chamada Pública n. 03/2017.Lei Federal n. 11497 de 16 de junho de 2009 e Lei Federal n.  
8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da necessi-  
dade, da legalidade e do interesse público, efetua chamamento  
público de fornecedores, interessados em cadastrar-se ou atualizar  
o cadastro existente junto ao Município de Ipuauçu – SC para forne-  
cimento de gêneros alimentícios conforme prevê o Artigo 14 da Lei  
11.497 abaixo descrito:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Em apoio ao cumprimento do Decreto nº 8.473/2015, que determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% dos produtos da agricultura familiar. Buscando promover a alimentação sustentável que promove a inclusão econômica e social da agricultura familiar brasileira. Em conformidade com o DECRETO Nº 8.473, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Art. 1º Este Decreto estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

OBJETO: Consiste o objeto do presente instrumento a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, no intuito de disponibilização destes alimentos para alunos da rede municipal de ensino PNAE "merenda escolar", fundo municipal de saúde e crás conforme quantidades e valores descritos no quadro em anexo a este.

Parágrafo primeiro: Os agricultores, fornecedores dos produtos compromete-se sob as penas da Lei a cumprir de forma integral o disposto na Lei 11.497, "Art. 14. § 1º abaixo transcrito:

"A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos sob responsabilidade do contratado atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria."

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2018, perdurando até 16 de agosto de 2018.

VALOR: R\$ 9.455,37 (nove mil quatrocentos e quarenta e cinco reais com trinta e sete centavos)



**CT PREF 44.2018**

Publicação Nº 1532165

CONTRATO PREF N. 44 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONTRATADA: JAKELINE BEVILAQUA CEROM CPF nº 01051538939 e RG nº 5003495, DAP n.º SDW000748080759501507160148

Fundamento Legal: Leis Federais 8.666/93 e alterações e Lei 11.497/2009 e, Processo Licitatório Pref n. 67/2017, Modalidade Chamada Pública n. 03/2017.

Lei Federal n. 11497 de 16 de junho de 2009 e Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da necessidade, da legalidade e do interesse público, efetua chamamento público de fornecedores, interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto ao Município de Ipuçu – SC para fornecimento de gêneros alimentícios conforme prevê o Artigo 14 da Lei 11.497 abaixo descrito:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Em apoio ao cumprimento do Decreto nº 8.473/2015, que determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% dos produtos da agricultura familiar. Buscando promover a alimentação sustentável que promove a inclusão econômica e social da agricultura familiar brasileira. Em conformidade com o DECRETO Nº 8.473, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Art. 1º Este Decreto estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

OBJETO: Consiste o objeto do presente instrumento a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, no intuito de disponibilização destes alimentos para alunos da rede municipal de ensino PNAE "merenda escolar", fundo municipal de saúde e crás conforme quantidades e valores descritos no quadro em anexo a este.

Parágrafo primeiro: Os agricultores, fornecedores dos produtos compromete-se sob as penas da Lei a cumprir de forma integral o disposto na Lei 11.497, "Art. 14. § 1º abaixo transcrito:

"A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos sob responsabilidade do contratado atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria."

VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2018, perdurando até 16 de agosto de 2018.

VALOR: R\$10.837,26 (dez mil oitocentos e trinta e sete reais com vinte e seis centavos)

**CT PREF 45.2018**

Publicação Nº 1532175

CONTRATO PREF N. 45 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONTRATADA: LUIZ FERNANDO GONDOLO CPF nº 065074519-16 e RG nº 54950122, DAP n.º SDW00065074519161408170229

Fundamento Legal: Leis Federais 8.666/93 e alterações e Lei 11.497/2009 e, Processo Licitatório Pref n. 67/2017, Modalidade Chamada Pública n. 03/2017.

Lei Federal n. 11497 de 16 de junho de 2009 e Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da necessidade, da legalidade e do interesse público, efetua chamamento público de fornecedores, interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto ao Município de Ipuçu – SC para fornecimento de gêneros alimentícios conforme prevê o Artigo 14 da Lei 11.497 abaixo descrito:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Em apoio ao cumprimento do Decreto nº 8.473/2015, que determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% dos produtos da agricultura familiar. Buscando promover a alimentação sustentável que promove a inclusão econômica e social da agricultura familiar brasileira. Em conformidade com o DECRETO Nº 8.473, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Art. 1º Este Decreto estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

OBJETO: Consiste o objeto do presente instrumento a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, no intuito de disponibilização destes alimentos para alunos da rede municipal de ensino PNAE "merenda escolar", fundo municipal de saúde e crás conforme quantidades e valores descritos no quadro em anexo a este.

Parágrafo primeiro: Os agricultores, fornecedores dos produtos compromete-se sob as penas da Lei a cumprir de forma integral o disposto na Lei 11.497, "Art. 14. § 1º abaixo transcrito:

"A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos sob responsabilidade do contratado atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria."

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2018, perdurando até 16 de agosto de 2018.

VALOR: R\$ 41.019,15 (quarenta e um mil dezenove reais com quinze centavos)

**CT PREF 46.2018**

Publicação Nº 1532191

CONTRATO PREF N. 46 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONTRATADA: DARCI BELINO CPF nº 00476699932 e RG nº 4036337, DAP n.º SDW0028674039791909131012

Fundamento Legal: Leis Federais 8.666/93 e alterações e Lei 11.497/2009 e, Processo Licitatório Pref n. 67/2017, Modalidade Chamada Pública n. 03/2017.

Lei Federal n. 11497 de 16 de junho de 2009 e Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da necessidade, da legalidade e do interesse público, efetua chamamento público de fornecedores, interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto ao Município de Ipuçu – SC para fornecimento de gêneros alimentícios conforme prevê o Artigo 14 da Lei 11.497 abaixo descrito:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Em apoio ao cumprimento do Decreto nº 8.473/2015, que determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% dos produtos da agricultura familiar. Buscando promover a alimentação sustentável que promove a inclusão econômica e social da agricultura familiar brasileira. Em conformidade com o DECRETO Nº 8.473, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Art. 1º Este Decreto estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

OBJETO: Consiste o objeto do presente instrumento a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, no intuito de disponibilização destes alimentos para alunos da rede municipal de ensino PNAE "merenda escolar", fundo municipal de saúde e crás conforme quantidades e valores descritos no quadro em anexo a este.

Parágrafo primeiro: Os agricultores, fornecedores dos produtos compromete-se sob as penas da Lei a cumprir de forma integral o disposto na Lei 11.497, "Art. 14. § 1º abaixo transcrito:

"A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos sob responsabilidade do contratado atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria."

VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2018, perdurando até 16 de agosto de 2018.

VALOR: R\$ 5.685,02 (cinco mil seiscentos e oitenta e cinco reais com dois centavos)

**CT PREF 47.2018**

Publicação Nº 1532289

CONTRATO PREF N. 47 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONTRATADA: SALETE MARIA BARIZON CPF nº 59438096949 e RG nº 1698503, DAP n.º SDW0163600449000902170400

Fundamento Legal: Leis Federais 8.666/93 e alterações e Lei 11.497/2009 e, Processo Licitatório Pref n. 67/2017, Modalidade Chamada Pública n. 03/2017.

Lei Federal n. 11497 de 16 de junho de 2009 e Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da necessidade, da legalidade e do interesse público, efetua chamamento público de fornecedores, interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto ao Município de Ipuçu – SC para fornecimento de gêneros alimentícios conforme prevê o Artigo 14 da Lei 11.497 abaixo descrito:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Em apoio ao cumprimento do Decreto nº 8.473/2015, que determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% dos produtos da agricultura familiar. Buscando promover a alimentação sustentável que promove a inclusão econômica e social da agricultura familiar brasileira. Em conformidade com o DECRETO Nº 8.473, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Art. 1º Este Decreto estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

OBJETO: Consiste o objeto do presente instrumento a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, no intuito de disponibilização destes alimentos para alunos da rede municipal de ensino PNAE "merenda escolar", fundo municipal de saúde e crás conforme quantidades e valores descritos no quadro em anexo a este.

Parágrafo primeiro: Os agricultores, fornecedores dos produtos compromete-se sob as penas da Lei a cumprir de forma integral o disposto na Lei 11.497, "Art. 14. § 1º abaixo transcrito:

"A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos sob responsabilidade do contratado atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria."

VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2018, perdurando até 16 de agosto de 2018.

VALOR: R\$ 5.812,52 (cinco mil oitocentos e doze reais com cinquenta e dois centavos)

**CT PREF 48.2018**

Publicação Nº 1532313

CONTRATO PREF N. 48 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONTRATADA: ITACIR BASI CPF nº 42283558972 e RG nº 1789901, DAP n.º SDW0422835589721609111136

Fundamento Legal: Leis Federais 8.666/93 e alterações e Lei 11.497/2009 e, Processo Licitatório Pref n. 67/2017, Modalidade Chamada Pública n. 03/2017. Lei Federal n. 11497 de 16 de junho de 2009 e Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da necessidade, da legalidade e do interesse público, efetua chamamento público de fornecedores, interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto ao Município de Ipuçu – SC para fornecimento de gêneros alimentícios conforme prevê o Artigo 14 da Lei 11.497 abaixo descrito:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Em apoio ao cumprimento do Decreto nº 8.473/2015, que determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% dos produtos da agricultura familiar. Buscando promover a alimentação sustentável que promove a inclusão econômica e social da agricultura familiar brasileira. Em conformidade com o DECRETO Nº 8.473, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Art. 1º Este Decreto estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

OBJETO: Consiste o objeto do presente instrumento a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, no intuito de disponibilização destes alimentos para alunos da rede municipal de ensino PNAE “merenda escolar”, fundo municipal de saúde e crás conforme quantidades e valores descritos no quadro em anexo a este.

Parágrafo primeiro: Os agricultores, fornecedores dos produtos compromete-se sob as penas da Lei a cumprir de forma integral o disposto na Lei 11.497, “Art. 14. § 1º abaixo transcrito:

“A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos sob responsabilidade do contratado atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.”

VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2018, perdurando até 16 de agosto de 2018.

VALOR: R\$ 18.405,25 dezoito mil quatrocentos e cinco reais com vinte e cinco centavos)

**CT PREF 49.2018**

Publicação Nº 1532308

CONTRATO PREF N. 49 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONTRATADA ALDERICO MEZALLIRA CPF nº 13204858987 e RG nº 1010032, DAP n.º SDW0132048589870802180246

Fundamento Legal: Leis Federais 8.666/93 e alterações e Lei 11.497/2009 e, Processo Licitatório Pref n. 67/2017, Modalidade Chamada Pública n. 03/2017. Lei Federal n. 11497 de 16 de junho de 2009 e Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da necessidade, da legalidade e do interesse público, efetua chamamento público de fornecedores, interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto ao Município de Ipuçu – SC para fornecimento de gêneros alimentícios conforme prevê o Artigo 14 da Lei 11.497 abaixo descrito:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Em apoio ao cumprimento do Decreto nº 8.473/2015, que determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% dos produtos da agricultura familiar. Buscando promover a alimentação sustentável que promove a inclusão econômica e social da agricultura familiar brasileira. Em conformidade com o DECRETO Nº 8.473, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Art. 1º Este Decreto estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

OBJETO: Consiste o objeto do presente instrumento a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, no intuito de disponibilização destes alimentos para alunos da rede municipal de ensino PNAE “merenda escolar”, fundo municipal de saúde e crás conforme quantidades e valores descritos no quadro em anexo a este.

Parágrafo primeiro: Os agricultores, fornecedores dos produtos compromete-se sob as penas da Lei a cumprir de forma integral o disposto na Lei 11.497, “Art. 14. § 1º abaixo transcrito:

“A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos sob responsabilidade do contratado atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.”

VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2018, perdurando até 16 de agosto de 2018.

VALOR: R\$ 13.947,00 (treze mil novecentos e quarenta e sete reais)

**CT PREF 50.2018**

Publicação Nº 1532576

CONTRATO PREF Nº 50 DE 22 FEVEREIRO DE 2018.

CONTRATADA: A.S INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 17.266.035/0001-70

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para a realização de pesquisa administrativa, onde os serviços devem acontecer da seguinte forma:

- Levantamento de dados estatísticos através de pesquisa de opinião popular in loco, compreendendo todo o território do município, por meio de pesquisa pessoal, com público alvo de no mínimo 180 distinto entre homens e mulher de idade superior a 16 anos.
- Questionário com no mínimo 12 perguntas, com respostas simultâneas e espontâneas,
- Identificar a opinião da população –cidade e interior, quanto aos serviços prestados pelo governo municipal em cada setor da municipalidade.
- Coleta e formulação de relatórios, com eficácia.
- Entrega de relatório deve acontecer no prazo de 15 dias a contar da autorização de Fornecimento.

VIGÊNCIA: 22 de fevereiro de 2018 até 22 de maio de 2018.

VALOR: de até R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

**PL PREF 07.2018 PP PREF 05.2018**

Publicação Nº 1532693

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório Pref n. 07/2018, Tipo Pregão Presencial Pref n. 05/2018 (menor por item). Registro de Preços.

Entrega/envelopes: Até às 13h30min 13 de março de 2018.

Data/abertura: A partir das 13h45min 13 de março de 2018.

Objeto: Visa o presente edital a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de perfuração e detonação de rochas com diâmetro de furos de 1", com fornecimento de materiais explosivos e demais acessórios necessários para a realização dos mesmos. Fundamento legal é a Lei Federal 10.520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu –SC, telefone (49) 34490045. Ipuacu - SC, em 22 de fevereiro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

**PL PREF 08.2018 PP PREF 06.2018**

Publicação Nº 1532709

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório Pref n. 08/2018, Tipo Pregão Presencial Pref n. 06/2018 (menor por item). Registro de Preços.

Entrega/envelopes: Até às 08h30min 13 de março de 2018.

Data/abertura: A partir das 08h45min 13 de março de 2018.

Objeto: visa o objeto do presente edital a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços segurança orgânica nos eventos a serem realizados pelo município. Fundamento legal é a Lei Federal 10.520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu –SC, telefone (49) 34490045. Ipuacu - SC, em 22 de fevereiro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

**PL PREF 09.2018 PP PREF 07.2018**

Publicação Nº 1532713

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório Pref n. 09/2018, Tipo Pregão Presencial Pref n. 07/2018 (menor por item). Registro de Preços.

Entrega/envelopes: Até às 13h30min 15 de março de 2018.

Data/abertura: A partir das 13h45min 15 de março de 2018.

Objeto: Visa o presente edital registrar preço para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em áreas diversas (mecânico, pedreiro, pintor, encanador, eletricista e demais), conforme especificações dos serviços de que trata este edital visando Anexo I termo de referência. Fundamento legal é a Lei Federal 10.520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu –SC, telefone (49) 34490045. Ipuacu - SC, em 22 de fevereiro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

# Ipumirim

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2018,DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2018/PM

Publicação Nº 1532691

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2018

HILDO CARLOS SABADIN - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: contratação de empresa para a divulgação de atos oficiais do município de Ipumirim, editais, informações de Gabinete do Prefeito e Publicações Legais em jornal de circulação regional. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 22/02/2018

HILDO CARLOS SABADIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO



# Irani

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018

Publicação Nº 1533166

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018

O MUNICÍPIO DE IRANI torna público, que fará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de instalação de cobertura (toldo) com fornecimento de material em aluzinco nos passeios públicos da EEBM Sebastião Rodrigues de Souza.

Recebimento de Envelopes: até às 08h30min do dia 07/03/2018.

Abertura: às 9h00min do dia 07/03/2018.

Informações complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro – no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no site [www.irani.sc.gov.br](http://www.irani.sc.gov.br), ou pelo telefone: (049) 3432-3214.

Irani, SC, 23 de fevereiro de 2018.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES – PREFEITO MUNICIPAL

V – REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA INDICADO PELA ENTIDADE DE ESTUDANTES SECUNDÁRIOS:

Titular: Amanda Varotto de Oliveira;

Suplente: Rafaela Castro dos Santos.

VI – REPRESENTANTES DOS PAIS DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Sirlei Dias;

Suplente: Cristiane Titão.

VII – REPRESENTANTES DOS PAIS DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Titular: Joice Aparecida Gonçalves Lins;

Suplente: Elizangela Marta Marcon.

VIII – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: Flávio de Melo;

Suplente: Gracieli Ricci Lemes.

IX – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO OU ÓRGÃO EDUCACIONAL EQUIVALENTE

Titular: Rosa Idalina Ronchetti;

Suplente: Marlise Terezinha Maziero.

X – REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Titular: Claudicir José Bizon;

Suplente: Amália Spuldaro Ferreira.

XI – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Leonerci Aparecida Paz;

Suplente: Elenita Ribeiro.

Parágrafo Único – O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, será presidido pelos Conselheiros eleitos: Presidente Claudicir José Bizon, Vice-presidente Joice Aparecida Gonçalves Lins e Secretária Leonerci Aparecida Paz.

Art.2º. Os Serviços prestados serão gratuitos e considerados relevantes para o serviço público municipal.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 171, de 21 de novembro de 2017.  
Irani/SC, 21 de fevereiro de 2018/.

Marcelo Pegoraro  
Prefeito em Exercício

Publicado e Registrado nessa Secretaria em 21/02/2018.

Airton Fabricio  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

### DECRETO N. 040, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1531639

DECRETO Nº 040, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MARCELO PEGORARO, Prefeito em Exercício de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1535, de 19/05/2010.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, assim constituído:

I – REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Rosicler Regina Mistura Deitos;

Suplente: Cleidete Maziero.

II – REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

Titular: Tereza Varela;

Suplente: Leonilde Rafaelli.

III – REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Claudimir Basso;

Suplente: Magali Cristina da Silva

IV – REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Tiago Dalla Costa;

Suplente: Beatriz Regina Pedroso Ricci

# Irineópolis

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 06/2018 - FMS

Publicação Nº 1532124

CONTRATO Nº 06/2018

PROCESSO Nº 02/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 01/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2017, PARA CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIOS DE PATOLOGIA CLÍNICA.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF nº 06.089.125/0001-16, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 798, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e a empresa Laboratório de Análises Clínicas Dr. Willy Carlos Jung Ltda Epp, estabelecida na rua Prudente de Moraes, nº 130, Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, CEP 89.400-000, CNPJ 83.145.771/0001-02, pelo seu representante, Sr. Willy Carlos Jung sob nº de CPF 004.683.719-15 e RG 51.483 SSP/SC, infra-assinado, doravante designado(a) simplesmente "CONTRATADO(A)", têm justo e avençado o presente contrato de credenciamento para prestação de serviços na área da saúde, tudo de acordo com a legislação e Lei Federal nº 8.666/93 suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo de Licitação nº. 11/2016, modalidade Credenciamento nº 04/2016 e Processo Licitatório nº 02/2017, Inexigibilidade nº 01/2017, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima Primeira do Contrato nº. 01/2017, de acordo com o Ofício do Laboratório com data de 03 de 27-A, do Senhor Lademir Fernando Arcari, e deferido pelo Senhor Luiz Carlos Pazdziora – Prefeito Municipal em Exercício em 17 de janeiro de 2018, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 12 de fevereiro de 2019.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 13 de fevereiro de 2018.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE GISELI KEMPINSKI Contratante	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DR. WILLY CARLOS JUNG LTDA EPP WILLY CARLOS JUNG Contratado	
Testemunhas		
Nome: Géssica Greschechen CPF: 072.218.599-57	Nome: Josilaine Montoski CPF: 081.276.439-04	

### EDITAL DE PRORROGAÇÃO Nº 11/2017

Publicação Nº 1532758

EDITAL Nº 11/2017  
PRORROGAÇÃO DE VALIDADE DE TESTE SELETIVO

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, SC, no uso de suas atribuições legais, torna pública a prorrogação da validade até 09 de fevereiro de 2018, do Teste Seletivo para contratação de Monitores e Professores que irão atuar na Educação Infantil e Ensino Fundamental, para o ano letivo de 2017, homologado através do Edital nº 03/2016 de 09/11/2016, publicado no DOM/SC de 11/11/2016

Irineópolis, 30 de dezembro de 2017.  
LILLIAN ELIANE BATSCHAUER FERREIRA  
Secretária Municipal da Educação



# Itaiópolis

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 02/2018

Publicação Nº 1532710

NOVA DATA DE ABERTURA - Pregão Presencial nº 02/2018 – Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para prestação de serviços de desinsetização e desratização, limpezas de fossas e caixas de gordura, limpeza de caixas de água. LOCAL/NOVA DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 09 de março de 2018, até as 09h15. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 09 de março de 2018, as 09h30. O Edital encontra-se no Site [www.itaiopis.sc.gov.br](http://www.itaiopis.sc.gov.br). Itaiópolis, 22 de fevereiro de 2018. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 52/2017

Publicação Nº 1532714

Nº ADITIVO: 1º  
Nº CONTRATO: 52/2017  
CONTRATANTE: Município de Itaiópolis  
CONTRATADA: Auto Peças Bauer Ltda. EPP  
OBJETO: fica prorrogado o Contrato até 31/01/2018, a contar de 21/12/2017.  
Itaiópolis, 19/12/2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

### EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 52/2017

Publicação Nº 1533006

Nº ADITIVO: 2º  
Nº CONTRATO: 52/2017  
CONTRATANTE: Município de Itaiópolis  
CONTRATADA: Auto Peças Bauer Ltda. EPP  
OBJETO: fica prorrogado o Contrato até 28/02/2018, a contar de 1º/02/2018.  
Itaiópolis, 31/01/2018. Alvaro Heilmann Prefeito Municipal em Exercício

# Itapema

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 100 - PMAT - FINANÇAS

Publicação Nº 1532394

DECRETO Nº 100/2018

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município autorizado pela Lei Municipal nº 3.715/2018, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema e Lei Municipal nº 3.715, de 07 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.646.319,40 (dois milhões, seiscentos e quarenta e seis mil trezentos e dezenove reais e quarenta centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação no orçamento municipal vigente:

Unid. Orçam.	Nome Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Nome Projeto/Atividade	Fonte Recursos	Modalidade Aplicação	Suplementação
05.02	Secretaria de Finanças	04.122.0007.1.004	PMAT – Programa de Modernização da Adm. Tributária	1.083	4.4.90.00	2.646.319,40
TOTAL						2.646.319,40

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes de operações de crédito, em conformidade com o artigo 43, §1º, Inciso IV da Lei nº 4.320/64, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 14 de fevereiro de 2018.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

### DECRETO Nº 101 - FMS - HOSPITAL

Publicação Nº 1532396

DECRETO Nº 101/2018

Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município autorizado pela lei municipal nº 3.716/2018, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema e Lei Municipal nº 3.716, de 07 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional Especial no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), destinado a criar a seguinte dotação no orçamento municipal vigente:

Unid. Orçam.	Nome Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Nome Projeto/Atividade	Fonte Recursos	Modalidade Aplicação	Suplementação
12.04	Fundo Municipal de Saúde	10.122.0024.1.038	Edificação do Hospital Municipal de Itapema	1.082	4.4.90.00	10.000.000,00
TOTAL						10.000.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes de operações de crédito, em conformidade com o artigo 43, §1º, Inciso IV da Lei nº 4.320/64, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 14 de fevereiro de 2018.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 015/2018 PREGÃO 04.011.2018 ATA REGISTRO DE PREÇOS 011/2018 REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MOTORES ESTACIONÁRIOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CBM.**

Publicação Nº 1533071

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO 015/2018 – PREGÃO – 04.011.2018  
ATA REGISTRO DE PREÇOS 011/2018

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

**OBJETO:**

Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de motores estacionários, com fornecimento de peças, para atender às necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.011.2018

VALOR TOTAL: R\$ 28.401,90 (vinte e oito mil, quatrocentos e um reais e noventa centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses.

**EMPRESA:**

LEOPARDO MAQUINAS LTDA ME

Ata disponível na íntegra no site [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br)

Itapema, 05 de fevereiro de 2018.  
JOÃO LUIS EMMEL  
Prefeito em exercício de Itapema

**LEI Nº 3.719, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2018 - CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS, PERTENCENTES AO PODER LEGISLATIVO DE ITAPEMA**

Publicação Nº 1532391

Lei nº 3.719, de 13 de fevereiro de 2018.

Concede revisão geral anual aos servidores públicos e agentes políticos do Município de Itapema, pertencentes ao Poder Legislativo, nos termos da Lei Municipal nº 2.481/2007.

O Prefeito Municipal em Exercício de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

**LEI**

Art. 1º O Poder Legislativo de Itapema concede um virgula oitenta e sete por cento (1,87%) de Revisão Geral Anual aos Servidores Públicos Municipais e Agentes Políticos, pertencentes ao Poder Legislativo, de acordo com o que preceitua o inciso X do Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e na Lei Municipal nº 2.481/2007, a partir de 1º de fevereiro de 2018.  
Parágrafo único. Este percentual levou em consideração a perca inflacionária havida nos últimos doze meses (fev/2017 à jan/2018),

tendo como base o índice do INPC/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Art. 2º O Poder Legislativo de Itapema concede três virgula treze por cento (3,13%) de Revisão Geral Anual aos Servidores Públicos Municipais Comissionados e Agentes Políticos, pertencentes ao Poder Legislativo, oriundo das perdas inflacionárias de fev/2016 à jan/2017, tendo como base o índice do INPC/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, a partir de 1º de fevereiro de 2018.  
Parágrafo único. O percentual apurado, pelo IBGE, para o período foi de cinco vírgula quarenta e quatro por cento (5,44%), contudo a concessão a menor justifica-se em respeito aos limites constitucionais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 13 de fevereiro de 2018.  
JOÃO LUIS EMMEL  
Prefeito Municipal em Exercício

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.016.2018 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

Publicação Nº 1532924

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:  
Pregão Presencial nº. 04.016.2018

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações e quantitativos estimados no Anexo I do Edital Nº. 04.016.2018.

Entrega dos envelopes: Até às 09:00(nove) horas do dia 07(sete) de março de 2018.

Abertura do Pregão: 07(sete) de março de 2018, às 09:01(nove) horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo site [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "licitações – pregão – pasta 04.016.2018" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 22 de fevereiro de 2018.

Ronaldo Paulino  
Secretário de Administração

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.018.2018 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS - GASOLINA COMUM, ETANOL E ÓLEO DIESEL S10, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA.**

Publicação Nº 1532929

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:  
Pregão Presencial nº. 04.018.2018

Objeto: Registro de Preços para aquisição de combustíveis - gasolina comum, etanol e óleo diesel S10, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.018.2018.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(catroze) horas do dia 08(oito) de março de 2018.

Abertura do Pregão: 08(oito) de março de 2018, às 14:01(catorze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "licitações – pregão – pasta 04.018.2018" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 22 de fevereiro de 2018.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

## **PUBLICAÇÃO 049 - PROCESSO 030.2018 - CONTRATO 010.2018**

Publicação Nº 1533030

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 010/2018

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

Contratada...: MANOGEO SERVIÇOS DE AGRIMENSURA LTDA - ME  
Valor ..... : 13.887,00 (treze mil oitocentos e oitenta e sete reais)

Vigência ..... : Início: 19/02/2018 Término: 05/03/2018

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2018

Objeto ..... : SERVIÇO DE TOPOGRAFIA E AGRIMENSURA (CONFORME INSTRUÇÕES DE SERVIÇO PARA ESTUDO TOPOGRÁFICO IS03/98), PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE DRENAGEM E MACRODRENAGEM CONSIDERANDO GRAVIDADE DAS CHUVAS NO MUNICÍPIO DE ITAPEMA.

Itapema, 22 de fevereiro de 2018.

Nilza Nilda Simas

Prefeita Municipal

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2018

Publicação Nº 1531790

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Processo Licitatório nº 041/2018  
Dispensa de Licitação nº 041/2018  
Contratante: Município de Itapiranga  
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de câmeras de ré em ônibus do Município.  
Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso II c/c Inciso V, da Lei 8.666/93.  
Contratado: Ernane Aloisio Reichert 03012334290  
Valor global: R\$ 7.819,20  
Itapiranga - SC, 20 de fevereiro de 2018.  
Jorge Welter – Prefeito Municipal

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 040/2018

Publicação Nº 1532711

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Processo Licitatório nº 040/2018  
Inexigibilidade de Licitação nº 040/2018  
Contratante: Município de Itapiranga  
Objeto: Contratação de serviços de imprensa escrita, com periodicidade semanal, para divulgação de atos oficiais e institucionais desta municipalidade.  
Fundamentação Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93.  
Contratado: Empresa Jornalística Jornal Exressão Ltda - ME  
Valor global: R\$ 33.300,00  
Itapiranga - SC, 16 de fevereiro de 2018.  
Jorge Welter – Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2018

Publicação Nº 1532553

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 043/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA DESENVOLVER ATIVIDADES/ OFICINAS DE DANÇA, ARTESANTO, ARTES MARCIAIS E EDUCAÇÃO FÍSICA JUNTO AO CRAS E A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.  
Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS).  
Tipo: Menor Preço por item  
Recebimento das Propostas: até as 08:30h do dia 07/03/2018.  
Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.  
Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 22 de fevereiro de 2018.  
SILVANA LUISA HENKES HEMMING  
Secretaria Municipal de Assistência Social

### LEI MUNICIPAL Nº 3.128 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1533154

LEI MUNICIPAL Nº 3.128, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, POR CONTA DO "SUPERAVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica aberto os seguintes créditos adicionais suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga, por conta do "Superavit Financeiro", verificado no exercício anterior, nas seguintes fontes de recursos:

31010 - Rec. Tes. Exerc. Ant. - Conv. Trânsito – Militar .....	R\$ 8.000,00
31008 - Rec. Tes. Exerc. Ant. - Contr. Custeio Serv. Ilum. Púb. CO-SIP .....	R\$ 409.538,76
31007 - Rec. Tes. Exerc. Ant. - Cota-Parte Contr. Inter. Dom. Econ.-CIDE	R\$ 6.050,60
31036 - Rec. Tes. Exerc. Ant. - Transf. Rec. União - Salário Educação .....	R\$ 177.493,49
33701 - Rec. Tes. Exerc. Ant. - Transf. União - PNAE - Merenda Escolar...	R\$ 30.339,50
31031 - Rec. Tes. exerc. Ant. - Transf. Conv. União - Progr. Assist. Social...	R\$ 139.269,39
31032 - Rec. Tes. Exerc. Ant. - Transf. Conv. União – Educação .....	R\$ 79.060,37
31034 - Rec. Tes. Exerc. Ant. - Outras Transf. Convênios União .....	R\$ 740.272,33

03.01 – Secret. Munic. de Administração, Obras e Serv. Urbanos  
04.181.0004.2006 – Convênio de Trânsito  
33.90.00.00.00.00.00.31010 – Aplicações Diretas .....

03.02 – Secret. Munic. Adm. Obras, Serv. Urbanos – Urbanismo  
25.752.0006.2010 – Manutenção e Implantação de Redes de Iluminação Pública  
33.90.00.00.00.00.00.31008 – Aplicações Diretas .....

05.02 – Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto  
17.512.0021.1015 – Construção Ampliação das Redes e Estação de Tratamento de Esgoto  
44.90.00.00.00.00.00.31034 – Aplicações Diretas .....

06.02 – Ensino Fundamental  
12.361.0012.1019 – Construção, Reforma e Ampl. de Escolas Munic. Ensino Fundamental  
44.90.00.00.00.00.00.31032 – Aplicações Diretas .....

12.361.0012.1018 – Aquisição de Veículos, Equip. e Mat. Permanente  
44.90.00.00.00.00.00.31032 – Aplicações Diretas .....

..... R\$ 25.811,44  
 44.90.00.00.00.00.00.31036 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 77.000,00

12.361.0012.2022 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental  
 33.90.00.00.00.00.00.31036 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 100.493,49

12.306.0012.2023 – Merenda Escolar – Ensino Fundamental  
 33.90.00.00.00.00.00.33701 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 30.339,50

06.04 – Educação Infantil - Creche  
 12.365.0016.1023 - Construção, Reforma e Ampl. de Escolas Mu-  
 nic. Educação Infantil  
 44.90.00.00.00.00.00.31032 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 48.514,55

08.01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
 08.244.0029.2040 – Manutenção das Ativ. da Gestão da Secretaria  
 de Assistência Social  
 33.90.00.00.00.00.00.31031 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 12.798,81

08.244.0029.2041- Proteção Social Básica  
 31.90.00.00.00.00.00.31031 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 100.000,00  
 33.90.00.00.00.00.00.31031 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 9.990,45

08.244.0029.2042 – Manutenção do Atendimento da Bolsa Família  
 e Cadastro Único  
 33.90.00.00.00.00.00.31031 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 16.480,13

11.01 – Secretaria Municipal de Transportes  
 26.782.0031.2047 – Manutenção das Atividades da Secretaria dos  
 Transportes  
 33.90.00.00.00.00.00.31007 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 6.050,60

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 16 de fevereiro de 2018.  
 Jorge Welter  
 Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
 Secretaria de Administração.

## PORTARIA Nº 022/2018

Publicação Nº 1531637

PORTARIA Nº 022/2018  
 DESIGNA FISCAL DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina,  
 no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgâni-  
 ca Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

### RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Dienifer Strack, matrícula nº  
 15042/01, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de  
 Preços a seguir descritas:

- Ata de Registro de Preços nº 004/2018 - FMS, firmada pelo Muni-  
 cípio de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro

de Preços nº 006/2018, para aquisição de móveis e eletrodomésti-  
 cos para as diversas secretarias desta municipalidade.

- Ata de Registro de Preços nº 005/2018 - FMS, firmada pelo Mu-  
 nicípio de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Regis-  
 tro de Preços nº 002/2018, para aquisição de recarga de oxigênio  
 medicinal para uso em tratamento médico em unidades básicas de  
 saúde, ambulâncias, samu e residenciais.

Art. 2º - A Servidora supracitada compete a fiscalização e acompa-  
 nhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a  
 execução das respectivas atas e todos os seus aditivos, informando  
 toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos  
 termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus  
 aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no  
 Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 01 de fevereiro de 2018.

JORGE WELTER  
 Prefeito Municipal  
 Dienifer Strack  
 Fiscalizadora

## PORTARIA Nº 023/2018

Publicação Nº 1531638

PORTARIA Nº 023/2018 – CONTRATOS  
 DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina,  
 no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgâni-  
 ca Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

### RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores Lauro Schlickmann, matrícula nº  
 10281/02 e Nelson Klein, matrícula nº 6128/01, para exercerem  
 a função de fiscal do Contrato nº 007/2018, firmado pelo Muni-  
 cípio de Itapiranga, em virtude da Inexigibilidade de Licitação nº  
 026/2018, para a contratação de empresa para ministrar palestra  
 para os servidores públicos municipais, com o tema "Humanização  
 no Serviço Público", a ser realizada no dia 07 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Aos Servidores supracitados compete a fiscalização e  
 acompanhamento, no âmbito das suas respectivas Secretarias, de-  
 vendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução do  
 respectivo contrato e todos os seus aditivos, informando toda e  
 qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos  
 do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus  
 aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no  
 Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 01 de fevereiro de 2018.

JORGE WELTER  
 Prefeito Municipal

Lauro Schlickmann Nelson Klein  
 Fiscalizador Fiscalizador



# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA DE SESSÃO PÚBLICA DA TOMADA DE PREÇO Nº 01/2018 - CEMITÉRIO DO PONTAL

Publicação Nº 1532916

#### ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	22/02/2018	Horário início: 16:30min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 01/2018 Nº 09/2018

**OBJETO:**  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE 36 (TRINTA E SEIS) GAVETAS COM OSSÁRIO, NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DO PONTAL, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 3306/2017. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de grande circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios, Site Oficial do Município e mural público municipal, no dia 07/02/2018 a fim de ampla divulgação. Exatamente as 16h00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolou os envelopes a empresa:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
16/02/2018	1787	17h:35m	FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME	20.985.955/0001-52

Iniciada a sessão, os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa estava de acordo com o edital, e, portanto considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, o qual foi achado conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa  
Valor

1º FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME  
R\$ 39.990,00

Portanto a empresa FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME foi considerada vencedora do certame com o valor R\$ 39.990,00 (trinta e nove mil novecentos e noventa reais), observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 45.465,57 (quarenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos). A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

RODRIGO FERNANDES DE SOUZA  
MEMBRO  
FERNANDA CRISTINA ROSA  
MEMBRO

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2018 - FARMÁCIA BÁSICA

Publicação Nº 1532768

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: MARCELO DE FREITAS SOUZA, brasileiro, solteiro, portador da CI.RG Nº 6.640.108 SSP SC, DO CNPJ/MF: 028.321.6.99-96, residente e domiciliado a Rua 1620, nº 97, Balneário Princesa do Mar, neste Município de Itapoá/SC.

Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2018, PROCESSO Nº 19/2018.

Objeto: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL EM ALVENARIA, COM APROXIMADAMENTE 179,82 M2 PARA FUNCIONAMENTO DO ALMOXARIFADO DE MATERIAIS DA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, NA LOCALIDADE DE ITAPEMA DO NORTE.

VALOR R\$: 26.400,00

DATA DA ASSINATURA: 22/02/2018

PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/02/2019

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 22 de fevereiro de 2018.



MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA  
SECRETÁRIA DE SAÚDE

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2018 - PASSES ESCOLARES DIÁRIOS**

Publicação Nº 1532231

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.  
Contratada: TRANSITA – TRANSPORTES ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA, com sede à Avenida Celso Ramos, nº 3035, Bairro: São José, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.632.523/0001-01.  
Licitação: INEXIGIBILIDADE Nº 01/2018 – PROCESSO Nº 27/2018.  
Objeto: Aquisição de até 4.000 (quatro mil) passes escolares diários, para o transporte de até 2.000 (dois mil) alunos, atendendo a 118 (cento e dezoito dias letivos).  
VALOR R\$: 944.000,00 (novecentos e quarenta e quatro mil reais).  
DATA DA ASSINATURA: 21/02/2018  
PRAZO DE VIGÊNCIA: 28/08/2018  
BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 22 de fevereiro de 2018.  
LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA  
Secretária de Educação

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 3500, DE 19 DE JANEIRO 2018.**

Publicação Nº 1533040

DECRETO MUNICIPAL Nº 3500, DE 19 DE JANEIRO 2018.  
Declara de utilidade pública área que especifica, e dá outras providências.  
MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,  
Considerando a necessidade de criar um centro de apoio para as atividades dos artesãos de Itapoá;  
Considerando a necessidade de criar um centro de apoio para o pequeno produtor rural poder expor e vender sua produção agrícola no município de Itapoá;  
Considerando a necessidade da Secretaria de Turismo e Cultura ter sua sede própria, economizando com locação de imóvel;  
Considerando a necessidade de ter um espaço na região de maior densidade demográfica do município para realização de eventos culturais e turísticos;  
E considerando que a Rua do Comércio é histórica e precisa de novos atrativos voltados principalmente para a comunidade Itapoense,  
DECRETA:  
Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública para fins de desapropriação área do terreno e benfeitoria corresponde ao Lote nº 159, matrícula nº5364 do Loteamento Gleba I, Itapema do Norte, com as edificações existentes sobre o mesmo.  
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Itapoá (SC), 19 de janeiro de 2018.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
CHEFE DE GABINETE

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 3519, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533041

DECRETO MUNICIPAL Nº 3519, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
Exonera Controladora Geral, da Controladoria Interna Municipal.  
MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,  
DECRETA:  
Art. 1º Fica exonerada a Sra. Neide Terezinha Becher Lupatelli do cargo de Controladora Geral, da Controladoria Interna Municipal.  
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2018.  
Itapoá (SC), 19 de fevereiro de 2018.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
CHEFE DE GABINETE

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 3520, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533044

DECRETO MUNICIPAL Nº 3520, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
Nomeia Controladora Geral, da Controladoria Interna Municipal.  
MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,  
DECRETA:  
Art. 1º Fica nomeada a Sra. Solamir Coelho no cargo de Controladora Geral, da Controladoria Interna Municipal.  
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 21 de fevereiro de 2018.  
Itapoá (SC), 19 de fevereiro de 2018.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
CHEFE DE GABINETE

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 3521, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533045

DECRETO MUNICIPAL Nº 3521, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação na mesma ação.  
MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 41 inciso I e 43 inciso III da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e inciso I do artigo 6º da Lei Municipal nº 754, de 11 de dezembro de 2017 – LOA 2018,  
DECRETA:  
Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação na mesma ação, perfazendo o montante de R\$156.210,00 (cento e cinquenta e seis mil e duzentos e dez reais) conforme segue:

**Anulação:**

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
001 Ensino Fundamental  
0012.0361.0021.2095 Manutenção do Ensino Fundamental  
33390 Aplicações Diretas (463) FR 0636000 .....  
..... R\$156.210,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$156.210,00

**Suplementação:**

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
001 Ensino Fundamental  
0012.0361.0021.2095 Manutenção do Ensino Fundamental  
34490 Aplicações Diretas (432) FR 0636000 ..... R\$156.210,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....  
..... R\$156.210,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Itapoá (SC), 19 de fevereiro de 2018.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3523, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533047

DECRETO MUNICIPAL Nº 3523, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
Exonera Diretor do Departamento da Chefia de Gabinete, da Chefia de Gabinete do Prefeito.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,  
DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. Joesel Bilau do cargo de Diretor do Departamento da Chefia de Gabinete, da Chefia de Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 19 de fevereiro de 2018.

Itapoá (SC), 19 de fevereiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER  
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
CHEFE DE GABINETE

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2018 - FARMÁCIA BÁSICA**

Publicação Nº 1532766

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2018  
PROCESSO Nº 19/2018

ANGELA MARIA PUERARI, Diretora de Administração, no uso de suas atribuições legais nos termos do Decreto Municipal nº3479/2018, justifica o presente termo de dispensa através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo:

Considerando que o local atende o interesse público por se tratar

de local adequado conforme justificativa.

Considerando que o imóvel atende aos interesses da Secretaria quanto a sua estrutura e espaço físico.

Considerando que o local já é alugado pelo Município desde ano de 2013.

Considerando o Parecer jurídico nº 026/2018 da Procuradoria Jurídica desta municipalidade.

Considerando que o valor a ser pago a título de aluguel é compatível com o preço de mercado, conforme 03 (três) avaliações realizadas pelos corretores: a) Alencar Ribas de Oliveira, Creci nº 19555/SC, no valor de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais); Marcio Menin, Creci nº 30448/SC, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), Julio Cesar Calvo, Creci nº 20.431/SC, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);

Autoriza a locação do objeto abaixo descrito:

1. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

2. OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL EM ALVENARIA, COM APROXIMADAMENTE 179,82 M2 PARA FUNCIONAMENTO DO ALMOXARIFADO DE MATERIAIS DA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, NA LOCALIDADE DE ITAPEMA DO NORTE.

3. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: IMÓVEL EM ALVENARIA, CONTENDO 01 (UM) SALA COMERCIAL, COM 01 (UM) BANHEIRO, EM PAVIMENTO TÉRREO, TOTALIZANDO UMA ÁREA CONSTRUÍDA DE 179,82 M2, LOCALIZADO SOB A AVENIDA DRA. ZILMA ARNS NEUMANN, Nº 557, LOTE Nº 02 DA QUADRA Nº 60 DO LOTEAMENTO JARDIM PÉROLA DO ATLÂNTICO, REGISTRADO NO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE JOINVILLE, SOB A MATRÍCULA DE Nº 100.365 – LIVRO Nº 02 – FICHA Nº 01;

4. VALOR E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO E FUNDAMENTO DAS DESPESAS: O preço total para locação deste imóvel, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) que será pago em 12 (doze) parcelas de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) mensais.

5. DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS: Correrá pela dotação orçamentária conta:

5.1 Fundo Municipal de Saúde – Manutenção Farmácia Básica – Órgão nº 14 – Unidade nº 01 – Departamento de Saúde - projeto / atividade nº 2112 - Ficha nº 316 – no elemento nº 3.3.90, sub-elemento nº 333903615.

6. PRAZO DE VIGÊNCIA: Inicia em 22/02/2018, finalizando-se em 22/02/2019, podendo ser prorrogado ou renovado, ou rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse da administração pública.

7. CONTRATADO: MARCELO DE FREITAS SOUZA, brasileiro, solteiro, portador da CI.RG Nº 6.640.108 SSP SC, DO CNPF/MF: 028.321.6.99-96, residente e domiciliado a Rua 1620, nº 97, Balneário Princesa do Mar, neste Município de Itapoá/SC.

Itapoá, 22 de fevereiro de 2018.

ANGELA MARIA PUERARI  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO  
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA  
Secretária de Saúde

**ERRATA DO EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 006/2018.**

Publicação Nº 1532351

**ERRATA DO EDITAL****PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 006/2018****CARGO: Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos**

Na seção 5 do Edital, que trata da Prova Objetiva, especificamente referente ao conteúdo programático:

Onde se lê:

5.3.1 - CONHECIMENTO ESPECÍFICO (20 questões): Lei Complementar Municipal nº 044/2014, Lei Municipal nº 155/2001, e Lei Complementar Municipal nº 016/2007, com todas as suas alterações.

Leia-se:

5.3.1 - CONHECIMENTO ESPECÍFICO (20 questões): Lei Complementar Municipal nº 044/2014, Lei Municipal nº 155/2003, e Lei Complementar Municipal nº 016/2007, com todas as suas alterações.

Na seção 3 do Edital, que trata das Inscrições:

3.3 - No ato da inscrição os candidatos ou um representante legal (através de procuração legal), deverá entregar cópia dos documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, devendo constar a ficha de inscrição fixada por fora do envelope conforme Anexo 1.

Segue O anexo 1 :

Itapoá (SC), 22 de Fevereiro de 2018.

.....  
Valdir Martins Gonçalves  
Presidente

.....  
Luciana Hubl Nardo  
Secretária

.....  
Vandressa Aparecida Chervinski  
Membro  
ANEXO I

Ñ FICHA DE INSCRIÇÃO Edital 06/2018 / ACT

Nome: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Formação Profissional: \_\_\_\_\_

Rua: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Tel. Res: \_\_\_\_\_

Tel. Celular: \_\_\_\_\_

(X)	DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA
( )	Cédula de identidade (RG);
( )	CPF;
( )	Certificado de Conclusão do Curso em Gestão de Recursos Humanos
( )	Título de eleitor.
( )	Certidão de Quitação Eleitoral emitida ni site do TRE-SC.

Itapoá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

Assinatura do candidato

**INEXIGIBILIDADE Nº 01/2018 - PASSES ESCOLARES DIÁRIOS**

Publicação Nº 1532172

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2018  
PROCESSO Nº 27/2018

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de inexigibilidade através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo:

Considerando a dificuldade que alguns alunos possuem no deslocamento até a escola, dada a vasta extensão do município;

Considerando que grande maioria das famílias não têm condições de custear o deslocamento de seus filhos até a unidade escolar mais próxima;

Considerando que a manutenção do transporte escolar gratuito contribui no provimento de uma educação de qualidade, evitando a evasão escolar;

Considerando que o transporte escolar, dada sua essencialidade e necessidade pública permanente, possui natureza de serviço a ser executado de forma contínua, ao teor do que dispõe o art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93;

Considerando a empresa Transita Transporte Itapoá Turismo e Aluguel LTDA é concessionária do serviço de transporte coletivo urbano e rural neste município, conforme contrato de concessão firmado em 1999;

Considerando que a empresa mencionada fornece o vale-transporte utilizado nas linhas de tráfego do município;

Considerando Parecer Jurídico nº 25/2018;

Autoriza a aquisição do objeto abaixo descrito:

Fundamento Legal: Artigo 25 caput em combinação com o artigo 26 da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

Objeto: Aquisição de até 4.000 (quatro mil) passes escolares diários, para o transporte de até 2.000 (dois mil) alunos, atendendo a 118 (cento e dezoito) dias letivos.

Valor e condição de pagamento: O valor deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários totaliza R\$ 944.000,00 (novecentos e quarenta e quatro mil reais) sendo unidade do passe escolar no valor de R\$ 2,00 (dois reais), nas quantidades requisitadas pela Secretaria de Educação no período.

Prazo: O contrato inicia em 22/02/2018 com término em 28/08/2018.

Contratada: TRANSITA - TRANSPORTES ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA, com sede à Avenida Celso Ramos, nº 3035, Bairro São José, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.632.523/0001-01.

Fundamento da Despesa: As despesas correrão por conta das dotações:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Progr.	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Educação	352	13	001	012	361	021	2094	010100	333903926
Educação	371	13	001	012	361	021	2094	026601	333903926
Educação	355	13	001	012	361	021	2094	023705	333903926
Educação	353	13	004	012	362	021	2109	026601	333903926
Educação	375	13	004	012	362	021	2109	023705	333903926
Educação	379	13	003	012	366	021	2105	010100	333903926
Educação	362	13	002	012	365	021	2100	010100	333903926

Itapoá, 21 de fevereiro de 2018.

ANGELA MARIA PUERARI  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO  
DECRETO Nº 3479/2018

**NORMATIVA INTERNA Nº 001/2018 - USO DAS BICICLETAS PÚBLICAS - SECRETARIA DE SAÚDE.**

Publicação Nº 1533035

NORMATIVA INTERNA Nº 001/2018  
USO DAS BICICLETAS PÚBLICAS  
SECRETARIA DE SAÚDE

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições, estabelece normas internas relativas ao uso das bicicletas públicas, pelas Agentes Comunitárias de Saúde e de Endemias.

1. Fica expressamente proibida a utilização das bicicletas, patrimônio público, fora do horário de expediente das Unidades Básicas de Saúde.
2. As bicicletas deveram ficar guardadas nas unidades de saúde, dias de semana e fins de semana, após o expediente.
3. Os servidores que necessitam de vale transporte, desde que atenda o artigo 90 da Lei Municipal 044/2014 "O vale-transporte será devido ao servidor nos deslocamentos de ida e volta, no trajeto entre sua residência e seu local de trabalho e será custeado de maneira integral pelo órgão público, sempre que requerido pelo servidor e comprovada a necessidade", deveram solicitar via comunicação interna para a Secretaria de Saúde.
4. Tal normativa se dá em virtude de denúncias de uso inadequado do patrimônio público que encontra-se em investigação.
5. O descumprimento da presente normativa é passível de sindicância e processo administrativo.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se  
Itapoá, 20 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Medeiros da Silva  
Secretária Municipal de Saúde

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 28/2018.**

Publicação Nº 1532253

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 28/2018

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 30/2017 – Luíza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 23/02/2018, para distribuição para professor que atuara nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

10H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
09	40 H	Inglês	Gabriele Vellozo F. da Rocha	01/03/2018	05/05/2018

De acordo com o item 8.2 do edital 030/2017:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 21 de Fevereiro de 2018.

Luíza Montalvão de Oliveira  
Secretária de Educação

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2018/PMI CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA HUGO HAVERROTH, POR MEIO DE FINANCIAMENTO COM A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA – BADESC.**

Publicação Nº 1530630

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº.01/2018

Processo: 11/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA HUGO HAVERROTH, por meio de financiamento com a Agência de Desenvolvimento de Santa Catarina – Badesc. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 27 de março de 2018 até as 09:00 horas no setor de Protocolo. ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: Dia 27 de março de 2018 às 09:30 horas na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 e das 14:00 as 17:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações. Ituporanga, 23 de fevereiro de 2018 - OSNI FRANCISCO DE FRAGAS - Prefeito do Município

# Jaborá

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2018

Publicação Nº 1532023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018

O Município de Jaborá, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Kleber Mércio Nora, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 07 de março de 2018, às 10:00 horas, para CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO ESPORTIVO DE FUTEBOL DE SALÃO MASCULINO E FEMININO ANO 2018, PROMOVIDO PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES (CME) DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis e Decreto Municipal nº 1.508, de 17 de fevereiro de 2014.

Jaborá (SC), 22 de fevereiro de 2018.  
Kleber Mércio Nora  
Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018

Publicação Nº 1532303

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2018

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Jaborá/SC, através do Município de Jaborá, em cumprimento da ratificação procedida pelo Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação a seguir:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA O FORNECIMENTO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, EM ARQUITETURA WEB, QUE ATENDA AOS REQUISITOS DA LEI 8.742/1993, AO PACTO DE APRIMORAMENTO DO SUAS –SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEMAIS NORMATIVAS E REGULAMENTAÇÕES VIGENTES, DIRECIONADO AOS MUNICÍPIOS E À REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUINDO SERVIÇOS INICIAIS DE IMPLANTAÇÃO (INSTALAÇÃO, IMPORTAÇÃO/CONVERSÃO DE DADOS E PARAMETRIZAÇÃO) E TREINAMENTO DE USUÁRIOS, ASSIM COMO SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA, SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO CONTÍNUO.

FAVORECIDO: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI ME.

VALOR ESTIMADO: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94.

Jaborá (SC), 22 de fevereiro de 2018.  
Tiago Ângelo Toigo  
Presidente da Comissão



# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### AVISO DA LICITAÇÃO 07/2018 PP FMS

Publicação Nº 1532659

Estado de Santa Catarina  
Município de Jacinto Machado  
Fundo Municipal de Saúde

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 07/2018 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do município de Jacinto Machado/SC.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 08h15min do dia 07/03/2018.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h30 do dia 07/03/2018.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h30min as 11h30min e das 13h as 17h, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@jacintomachado.sc.gov.br](mailto:licita@jacintomachado.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3535-1133. Francisco de Assis Cardoso Aguiar

Gestor do Fundo

### AVISO DA LICITAÇÃO 08/2018 PP FMS

Publicação Nº 1532682

Estado de Santa Catarina  
Município de Jacinto Machado  
Fundo Municipal de Saúde

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 08/2018 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de material odontológico para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do município de Jacinto Machado/SC.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 13h45min do dia 07/03/2018.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 14h do dia 07/03/2018.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h30min as 11h30min e das 13h as 17h, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@jacintomachado.sc.gov.br](mailto:licita@jacintomachado.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3535-1133. Francisco de Assis Cardoso Aguiar

Gestor do Fundo

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### 2ª RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS PRÉ-SELECIONADAS PARA O RESIDENCIAL RIO DANÚBIO

Publicação Nº 1533120

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DIRETORIA DE HABITAÇÃO
--	--

2ª RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS PRÉ-SELECIONADAS PARA O RESIDENCIAL RIO DANÚBIO  
- PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV – FAIXA 1,5 E 2  
PARCERIA COM A CONSTRUTORA BRAENGE TÉCNICAS DE ENGENHARIA LTDA.

A Secretaria de Assistência Social e Habitação, através da Diretoria de Habitação, em conformidade com a Lei Municipal nº 6.723/2013, considerando o disposto na Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009, suas alterações posteriores, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e dá outras providências, bem como o relatório do Sistema On-line de Inscrição emitido nesta data, torna pública a listagem das famílias pré-selecionadas a participar do processo seletivo para o Residencial Rio Danúbio, localizado na Rua Ernesto Bruns, nº 121, bairro Ilha da Figueira– tipo apartamento, vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1,5 (famílias com renda de até 2,6 mil) e 2 (famílias com renda de até 4 mil). Quaisquer esclarecimentos devem ser solicitados à Diretoria de Habitação – Telefone 2106-8634 ou e-mails id9497@jaraguadosul.sc.gov.br e id8090@jaraguadosul.sc.gov.br.  
Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2018.

SAMUEL GUILHERME P. RODRIGUES  
Assistente Social  
CRESS 2747 – 12ª Região

FRANCIELI ROBERTA M. SAVALLISCH  
Assistente Social  
CRESS 4579 – 12ª Região

LUIS FERNANDO ALMEIDA  
Diretor de Habitação

RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS PRÉ-SELECIONADAS PARA O RESIDENCIAL RIO DANÚBIO				
ORDEM	INSC	TITULAR	CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
01	20205	ADRIANA CRUZ COUTO	2	2
02	20209	ANA MARIA DANNA MICHELATTI	2	2
03	13785	MARIA FERREIRA BRAZ	1	4
04	19153	GISELE CHAMPOSKI FERREIRA DA ROSA	1	4
05	16142	JUCELIA PEREIRA	1	3
06	19210	NOELI APARECIDA FELIX FARIAS	1	3
07	219	ALVARISTO SIMOES	1	3
08	5001	MARLI DE BAIRRO NUNES	1	3
09	6796	AUREO MARTINS DA SILVA	1	3
10	9886	MARIA ILSE COSTA	1	3
11	19001	FABIANA NOGUEIRA DO CARMO BARBOZA	1	3
12	19093	MARIA ANGELA DA LUZ	1	3
13	20076	TERESA LISBOA BUENO	1	3
14	20126	PATRICIA DA SILVA GOMES VIEIRA	1	3
15	12345	IVANILDES APARECIDA TEIXEIRA MARTINS	1	2
16	15142	IDELUCIA DA SILVA NEVES VILLALBA	1	2
17	16008	REBECA DE SOUZA MOREIRA SILVA	1	2
18	17382	ALICE SILVEIRA DOS SANTOS	1	2
19	19096	ROSANGELA VEGINI	1	2
20	19964	TIAGO PEREIRA HAZURE	1	2
21	1586	SANDRA PATRICIA DA SILVA	1	2
22	2440	LUCINIO NEGHERBON	1	2
23	4085	ISAURA DE SOUZA	1	2
24	5760	SILVANA FARIAS DA SILVA	1	2
25	6037	ADRIANO JUNKES	1	2
26	7328	GENI FOLIATTI DE LEMOS	1	2
27	7858	MAURO HARTMANN	1	2
28	7925	ARLETE MARTINS ALVES DE LIMA	1	2
29	8169	GLEISON ANDRE PEREIRA	1	2

30	10167	CHEILA PEREIRA LEITHOLDT	1	2
31	11377	MARINES BRAUN	1	2
32	12230	JOSE ANILTON GONÇALVES	1	2
33	12825	MARIA DE SOUZA PEREIRA	1	2
34	12841	RODRIGO DE SOUZA PEREIRA	1	2
35	12876	ROSENILDA DOS SANTOS	1	2
36	15133	DIEGO PIETRO ANACLETO	1	2
37	15206	STEFANY REGIANE DA SILVA	1	2
38	15648	DANILO JOSÉ DERETTI	1	2
39	16227	BRUNO FERNANDO LONGO	1	2
40	16396	VITALINA ALVES DE GODOY	1	2
41	17018	ROSELI COSTETCKI MARCONDES	1	2
42	17635	VAGNER DO NASCIMENTO	1	2
43	17980	MARIA MARGARIDA	1	2
44	18545	ERIK CRISTINA LOPES DA SILVA	1	2
45	18660	ROSINHA APARECIDA DA SILVA	1	2
46	19019	PATRICIA TAVARES	1	2
47	19459	FRANCISCA POLIANA DA SILVA BATISTA	1	2
48	19620	JOSENILDA ELIAS	1	2
49	19699	DANIELE MAYRA DOS SANTOS	1	2
50	19760	CELI MARIA KNOBLAUCH	1	2
51	19836	JULIANO GONÇALVES HORST	1	2
52	19958	HENRIQUE SILVA DE LIMA	1	2
53	19984	LILIANE ALVES FERNANDES	1	2
54	20037	MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA VALENTINA	1	2
55	20045	ADAM WILLIAM RAMOS	1	2
56	20046	CRISLEY MAIANE CRUZ DOS SANTOS	1	2
57	20069	DORIVAL ALVES DA SILVA	1	2
58	20137	ALZIRA JOSEFA DE SOUZA	1	2
59	20139	CATARINA ALVES DE MIRANDA	1	2
60	10867	GIOVANI TISCOSKI	1	1
61	13271	ELISABETE FELACIO	1	1
62	15967	ADEMAR ANTONIO AYON	1	1
63	17035	GILMAR LAMP	1	1
64	19113	EDINEUZA MARIA DA CUNHA MELO	1	1
65	19437	ADELIA BRUEHMUELLER DOS SANTOS	1	1
66	19580	VIRLEI CRISTIANO ANTUNES	1	1
67	3189	ROSINHA NICHELATTI	1	1
68	3223	JOSE RODRIGUES DA SILVA	1	1
69	3532	FERNANDO DE JESUS LIMA	1	1
70	3733	MARLI TERESINHA ANACLETO	1	1
71	5518	CAROLINE RADDATZ	1	1
72	6228	MARCELO POVOAS	1	1
73	7956	DEJANIRA LOPES DORNELES	1	1
74	8347	CLEONICE RIBEIRO DE MACEDO FRANCA	1	1
75	9184	SILVANA APARECIDA CARVALHO CUSTODIO	1	1
76	9563	MARISETE CASAGRANDE	1	1
77	10228	ALEX SANDRO DE JESUS DA SILVA LEMOS	1	1
78	10557	JOICE ANDRESSA TIEGS	1	1
79	10856	CLEYTON JOSE ROSA	1	1
80	11509	ROSANGELA PINHEIRO	1	1
81	12183	ROSELITA DE SOUZA OLIVEIRA	1	1
82	12249	EUNICE DE JESUS BRITO	1	1
83	13393	CLAUDIA DURO DE OLIVEIRA	1	1
84	13409	ORFILA SALETE FAGUNDES	1	1
85	13666	NEIRI DALVA DE SOUSA SILVA	1	1
86	14186	PAULO CESAR PORCINA DE OLIVEIRA	1	1
87	15203	ROSE MARY DREVECK	1	1
88	15334	SUELI GONÇALVES DOS REIS	1	1
89	15401	JOEL HANG	1	1
90	15985	JUVENIR GOETTEN	1	1
91	16136	FRANSINEIDI LORENZ	1	1
92	16185	MARGIT KUCHENBECKER	1	1
93	17012	MARCIA LUIZA VOIGT	1	1

94	17491	SUELI ANGELA MICHALSKI	1	1
95	17556	JONATHAN DA MAIA KREIS	1	1
96	17598	MARISA MARIANO DE OLIVEIRA	1	1
97	17819	MARCIA DIAS BARROS	1	1
98	18486	DIANA MODRO	1	1
99	18862	ESMARILDA DE FATIMA KONOPKA	1	1
100	18972	JANETE APARECIDA LIMA DAS CHAGAS	1	1
101	19546	SIRLENE APARECIDA PINTO	1	1
102	19716	WILLIAM VAGNER DOS SANTOS MUCURY	1	1
103	19725	NELZA GONÇALVES DE OLIVEIRA	1	1
104	19740	BRUNO ROBERTO CORREA DUTRA	1	1
105	19817	SUELENI DA SILVA PEREIRA	1	1
106	19888	SONIA TOMASONI	1	1
107	19949	CLEITON FERREIRA PRUDENTE	1	1
108	19954	RITA DA CONCEIÇÃO ALVES CALDEIRA	1	1
109	19962	ANA CLAUDIA DO CARMO DE SOUZA	1	1
110	19970	LUIZ CARLOS CORREA DE BOMFIM	1	1
111	19985	EDER DE OLIVEIRA	1	1
112	19991	DARIO DA SILVA	1	1
113	19999	ADRIANO PATUCCI	1	1
114	20011	IVANEI DE CESARO CAVALLER	1	1
115	20012	BIANCA DE LIZ	1	1
116	20031	IZULINA BUENO LOPES	1	1
117	20048	MAICON CHARLES MACHALESKY	1	1
118	20052	ADELIA CASTILHO	1	1
119	20060	MARLI HERMES DE OLIVEIRA	1	1
120	20065	MARA ROBERTA TAVARES	1	1
121	20070	FABRICIANA EVANGELISTA DE MELO BEZERRA	1	1
122	20089	LUCIANA PORTES	1	1
123	20141	JOAO BOSCO GOMES LOPES	1	1
124	20167	JOAO NELSON ALMUAS	1	1
125	20168	ANANDA CAMILLA ROCHA PORCIUNCULA	1	1
126	20208	KEWERLYNG AMORIM FERREIRA	1	1
127	20212	SANDRA MARA DA SILVA ARAUJO	1	1
128	20213	VALDIRENE BONFIM	1	1
129	1081	SELMAR DE OLIVEIRA	0	0
130	1977	TEREZA MARTINS BUENO	0	0
131	2404	LUCINEIA VIEIRA DA SILVA	0	0
132	3007	ARI KAJUK JUNIOR	0	0
133	3273	CASSEMIRO MARTINS	0	0
134	3475	EDSON CESAR ROSINKE KREMER	0	0
135	3890	ELENIR DO CARMO OLIVEIRA	0	0
136	4049	ARLINDO BEIRA DE LIMA	0	0
137	5009	CARMEN FRANCIELE DE OLIVEIRA RAUPP	0	0
138	5051	MARILEIA BAEHR	0	0
139	5192	ANA LUCIA DOS ANJOS	0	0
140	5451	CLEUZA APARECIDA DOS SANTOS	0	0
141	6009	SUELI VIRICIMO DA ROSA	0	0
142	6701	EDIVALDO FERNANDES DE FREITAS	0	0
143	6815	PAULA CRISTIANE BERNSTEIN	0	0
144	6887	MARLENE LUCIA AVILA DIAS	0	0
145	8652	MARCIA REJANE HELLER	0	0
146	8992	DARLI GUST	0	0
147	9539	IRINEU ANTONIO LEAL	0	0
148	9578	LEONICE APARECIDA GARCIA	0	0
149	9959	MARIA GENI GARCIA	0	0
150	10044	SANTINA BORGES CALDAS	0	0
151	10694	GALDINO FRANCISCO ALVES	0	0
152	11670	DANIEL ZATTA BLASCZAK	0	0
153	11703	FATIMA APARECIDA ALVES DO PRADO	0	0
154	11923	ROSELI DE PAULO	0	0
155	12124	NELSON BATISTA DE ANDRADE	0	0
156	12616	FATIMA ROSANA CALADO	0	0
157	12898	LUIZ GUSTAVO SILVA	0	0

158	13594	JOSE ALVES MAMEDIO	0	0
159	13632	LUCIANE MACHADO	0	0
160	13856	JOYCE LENI DO PRADO	0	0
161	14359	ILOI TEREZINHA DE PAULA	0	0
162	14409	GISLAINE DE LIMA PINHEIRO	0	0
163	14440	CLAUDETE DE FATIMA TEIXEIRA	0	0
164	14903	DENISE MUNIZ	0	0
165	15036	DAIANE HUBNER	0	0
166	15187	ORLI JOSE TREMEA	0	0
167	15326	ROSALIA ZAPELLA	0	0
168	15387	ANA CHIMILOSKI PONTES REIGUEL	0	0
169	15500	SOLANGE CONCEIÇÃO NETO	0	0
170	16538	ALAIDE CRISTIN VIEIRA	0	0
171	16665	DARCI GUETZ	0	0
172	16923	MARILEIDE JUVINO DA SILVA	0	0
173	17282	SUZANA CRISTINA DE OLIVEIRA	0	0
174	17354	MARIA DA LUZ DE LIMA	0	0
175	17386	FERNANDA DE SOUZA VENERA	0	0
176	17507	ADRIANA CERCONDE	0	0
177	17679	KAREN CAROLINE MARTINS MARQUES	0	0
178	17938	JULIANA LUCELLI SACHINSKI CLEVER	0	0
179	18267	SOELI MARIA SCHORR	0	0
180	18304	ANDRESSA MARTINS	0	0
181	18614	VAGNER DE SOUSA PONTES	0	0
182	18879	JISELIA GONÇALVES FONSECA	0	0
183	18882	LUCIANO ROCHA DOS SANTOS	0	0
184	19325	NILTO BORGONHA	0	0
185	19354	NATALIA HENN	0	0
186	19362	MARCOS VINICIUS VILHENA	0	0
187	19491	ELENIR DIAS CAMILIO	0	0
188	19494	ZULEIDE TEREZINHA KATRUCHA	0	0
189	19519	JANDIRA APARECIDA DOS SANTOS BISONE	0	0
190	19632	ZILMA ESPERANÇA	0	0
191	19675	ADELMO BISPO FILHO	0	0
192	19722	JOCILEIA DA SILVA NASCIMENTO	0	0
193	19773	FABIANA GONÇALVES DE FRANCA	0	0
194	19793	ANDREIA APARECIDA DE SOUZA AZEVEDO	0	0
195	19796	DEBORA SANSIGOLO	0	0
196	19939	GHERTHA WILLE	0	0
197	19940	INES REGINA ALBERTO	0	0
198	19953	GUSTAVO LUIZ DA SILVA MACHADO	0	0
199	19956	JOSE LUCIANO DA SILVA	0	0
200	19959	CAMILA ELUIZA STOLF	0	0
201	19963	ANDRESSA PRESCILA MACHADO	0	0
202	19965	MARISTELA DE OLIVEIRA	0	0
203	19966	ISABEL PACIFICO PIRES	0	0
204	19968	PAULO ROBERTO DE LIMA CARVALHO	0	0
205	19969	FRANCIELY GONÇALVES	0	0
206	19973	RAPHAEL DIOGAS FERREIRA	0	0
207	19978	MARLIANE DA ROCHA HEGUEDICHI	0	0
208	19979	JOSNEI MAICON ELIAS COSTA RIVA	0	0
209	19980	JULIANO DELLAGIUSTINA	0	0
210	19982	RAFAEL VEIGA DOS SANTOS	0	0
211	19983	ANDERSON WALFRIDO DO NASCIMENTO	0	0
212	19986	ALESSANDRA CRISTINE CURPIEL	0	0
213	19987	ADILSON MAIA	0	0
214	19989	CAROLINE DE FATIMA MENAO	0	0
215	19990	LUIS OTAVIO ROIK	0	0
216	19993	SERGIO KUCZKA	0	0
217	19994	WILLIAM GSCHNEITNER DE MOURA	0	0
218	19996	JEFERSON CORREIA DOS SANTOS	0	0
219	20001	BEATRIZ CRISTINA DOS SANTOS	0	0
220	20002	JOCIELLI PIRES DE OLIVEIRA	0	0
221	20003	JEAN CARLOS POMMERENING	0	0

222	20005	IVANA CRISTINE DE LIMA ASSUNÇÃO	0	0
223	20006	ELIETE SILVEIRA MARTINS	0	0
224	20008	JAIR VIANA	0	0
225	20009	DAIANA CRISTINA COSTA	0	0
226	20013	REDNET JEAN	0	0
227	20014	CRISTIANE RUDINEIA MORAES	0	0
228	20023	MIGUEL DE LIMA	0	0
229	20024	ROSANA DIOGO PAES	0	0
230	20025	EDUARDO MARIAN	0	0
231	20027	FRANCIELE MARTINS	0	0
232	20028	LOURDES BARBOZA	0	0
233	20029	JENNIFFER DE SOUZA	0	0
234	20030	KLEBER JOSE ALEXANDRE	0	0
235	20033	RAFAEL FELIPE SANSÃO	0	0
236	20034	MICHELE JAQUELINE FERREIRA	0	0
237	20035	TALITA CARLA DE OLIVEIRA	0	0
238	20039	ELAINE PATRICIA DURSKI	0	0
239	20040	SANDRO CRISTIANO CORNELIO	0	0
240	20042	BIANCA MARTINS	0	0
241	20043	RENAN EDUARDO MARKIEWICZ	0	0
242	20044	SOELI HENCKE	0	0
243	20053	CLEBERSON DE LIZ PROENÇA	0	0
244	20055	RENAN DIEGO LOURENÇO	0	0
245	20056	VIVIANE APARECIDA DOS ANJOS	0	0
246	20057	JOCINEI AZEVEDO	0	0
247	20062	ELIAS ROMAO DOS SANTOS	0	0
248	20077	NEUZA MARIA ALVES DE ABREU SILVA	0	0
249	20093	SILVIA LETICIA MACHADO	0	0
250	20104	DJONATAN FRAGOSO DOS SANTOS CASTRO	0	0
251	20110	ANTONIO SOUSA SILVA	0	0
252	20111	KATYA REGINA SCHULZE	0	0
253	20115	ALZIRA BARROSO DA SILVA	0	0
254	20122	ILOSN JOSE ALVES VIEIRA	0	0
255	20140	MARIA CIRLENE PINHEIRO DOS SANTOS ARAUJO	0	0
256	20151	JACKELINE ELAINE BECKER RABELO	0	0
257	20155	JUAREZ DANILA MILAN	0	0
258	20157	SAMIRA BITTENCOURT PAZZETTO	0	0
259	20201	CLAUDIO EDUARDO JUSTIN DE FREITAS	0	0
260	20200	JEFERSON SANTOS DE ARAUJO	0	0
261	20207	JOSE DA SILVA	0	0
262	20228	NOEMIA ELIANA GONÇALVES SCHROEDER	0	0

**DECRETO Nº 11.834/2018**

Publicação Nº 1533102

D E C R E T O Nº 11.834/2018

Designa Fiscal e Gestor de Serviços.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 25, caput, da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal CÉSAR HUMBERTO ROCHA, Engenheiro, matrícula 8192, como FISCAL E GESTOR DOS SERVIÇOS decorrentes do Credenciamento Nº 209/2017, que tem por objeto credenciar associações ou cooperativas de recicladores para o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste Município.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 19 de fevereiro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 11.835/2018**

Publicação Nº 1533103

D E C R E T O Nº 11.835/2018

Reintegra CLÁUDIO PÉRICLES DE ANDRADE DOS SANTOS CRUZ.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, IX e XIII, da LOM; e

CONSIDERANDO o teor da Decisão Judicial - Antecipação da Tutela referente os Autos Nº 0300647-38.2018.8.24.0036, da Vara da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos, desta Comarca;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 059/2018/Semad-DGP, de 22/02/2018, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

DECRETA :

Art.1º Fica REINTEGRADO ao Quadro de Pessoal da Administração Pública Municipal CLÁUDIO PÉRICLES DE ANDRADE DOS SANTOS CRUZ para exercer as funções do cargo efetivo de médico, vinculado ao regime jurídico estatutário.

Art.2º Compete à Secretaria Municipal da Administração, através da Diretoria de Gestão de Pessoas, promover a notificação e os devidos registros funcionais.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/02/2018.

Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 002 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS**

Publicação Nº 1531641

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 002 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS**

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o amparo legal, com fundamento nos termos dos artigos 10-A, 21 II e 47 XIV, da Lei 1182/88, CIENTIFICA o (a) contribuinte abaixo identificado (a) acerca do auto de infração emitido:

Autuado (a)	CNPJ	Auto de Infração	Fato Gerador	Valor da Multa	Prazo para recolhimento
Dalmora Adm de Bens e Part. Ltda	14736213/0001-90	2072/2017	Imóvel cadastro 14954, localizado na rua José Em-mendoerfer, apresenta obra, com entrada e saída de veículos, trazendo barro para a via pública, prejudicando a higiene e estética da rua	R\$ 174,58	30 dias

Considera-se autuado o contribuinte acima listado a contar da publicação deste, podendo, dentro do prazo para recolhimento acima indicado, apresentar defesa por escrito à repartição competente.

O pagamento da multa não isenta o infrator da obrigação de fazer ou desfazer e do cumprimento às exigências das demais autoridades competentes.

A multa não paga no prazo estabelecido será inscrita em dívida ativa, para cobrança executiva fiscal, acrescida de correção monetária, juros moratórios e outros encargos cabíveis.

O infrator com débito tributário inscrito em dívida ativa fica impedido de transacionar a qualquer pretexto com o poder público.

Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2018.

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2018 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO**

Publicação Nº 1533104

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de LUMINÁRIAS DE LED, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para instalação em vias públicas municipais, em postes, na ponta de braços e substituição de luminárias existentes, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002. Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000. Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002. Decreto Municipal nº 6737/2009, de 09 de julho de 2009 e Lei Complementar Federal 147/2014, 7 de agosto de 2014.



DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicados no Anexo I.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES (Habilitação e Proposta): Até às 08:30 horas do dia 07 de março de 2018, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

ABERTURA DOS ENVELOPES 01-PROPOSTA - às 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos. Após, a sessão será suspensa para análise das Propostas e documentos técnicos. (obs: Para esta fase não há necessidade da presença dos representantes).

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes 02-HABILITAÇÃO serão às 13:30 horas do dia 12 de março de 2018, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR MÁXIMO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 8.673.932,00 (oito milhões seiscientos e setenta e três mil novecentos e trinta e dois reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 20 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário de Administração

## EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 94/2018

Publicação Nº 1533110

### EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 94/2018

PROCESSO: Inexigibilidade 19/2018 ao CREDENCIAMENTO 209/2017.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS RECICLADORES PETVERDE

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo de Credenciamento, o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município.

PRAZO: O prazo de execução deste termo de credenciamento será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DOS RECURSOS FINANCEIROS - Não haverá a transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução do presente Termo de Credenciamento, sendo que a consecução das ações previstas ocorrerá à conta do orçamento próprio de cada partícipe, na medida de suas obrigações.

DATA DA ASSINATURA: 21/02/2018;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Argos Jose Burgardt e Sr. Jeferson Guerra Flores.

Argos Jose Burgardt

Secretario Municipal da Administração

## EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 95/2018

Publicação Nº 1533117

### EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 95/2018

PROCESSO: Inexigibilidade 20/2018 ao CREDENCIAMENTO 209/2017.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS RECICLADORES DE NEREU RAMOS

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo de Credenciamento, o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município.

PRAZO: O prazo de execução deste termo de credenciamento será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DOS RECURSOS FINANCEIROS - Não haverá a transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução do presente Termo de Credenciamento, sendo que a consecução das ações previstas ocorrerá à conta do orçamento próprio de cada partícipe, na medida de suas obrigações.

DATA DA ASSINATURA: 21/02/2018;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Argos Jose Burgardt e Sr. Ilton Gessner.

Argos Jose Burgardt

Secretario Municipal da Administração

**ISSEM - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - LICITAÇÃO Nº: 03/2018**

Publicação Nº 1533148

ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL

LICITAÇÃO Nº: 03/2018  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL  
OBJETO: SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE NATUREZA CONTINUADA PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE TELEFONISTA.  
RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 23/02/2018, das 8:00h às 12:00h e das 13:00 às 16:00h.  
DATA DA ABERTURA: 09/03/2017 às 14 horas  
O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do ISSEM, na Rua Walter Marquardt, nº 623 – sala 05 – Jaraguá do Sul – SC- Site: [www.issem.com.br](http://www.issem.com.br)  
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail [compras@issem.com.br](mailto:compras@issem.com.br).

Ademar Possamai  
Diretor-Presidente do ISSEM

**RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2018 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

Publicação Nº 1533107

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2018  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.  
CONTRATADA: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS RECICLADORES PETVERDE  
OBJETO: Constitui objeto da presente contratação, o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município.  
PRAZO: O prazo de execução deste termo de credenciamento será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.  
DOS RECURSOS FINANCEIROS - Não haverá a transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução do presente Termo de Credenciamento, sendo que a consecução das ações previstas ocorrerá à conta do orçamento próprio de cada partícipe, na medida de suas obrigações.

Jaraguá do Sul (SC), 21 de fevereiro de 2018.  
Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

Douglas Antonio Conceição  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

**RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2018 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

Publicação Nº 1533114

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2018  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.  
CONTRATADA: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS RECICLADORES DE NEREU RAMOS  
OBJETO: Constitui objeto da presente contratação, o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município.  
PRAZO: O prazo de execução deste termo de credenciamento será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.  
DOS RECURSOS FINANCEIROS - Não haverá a transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução do presente Termo de Credenciamento, sendo que a consecução das ações previstas ocorrerá à conta do orçamento próprio de cada partícipe, na medida de suas obrigações.

Jaraguá do Sul (SC), 21 de fevereiro de 2018.  
Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

Douglas Antonio Conceição  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

**SEMAD - PORTARIA Nº 053/2018**

Publicação Nº 1533125

PORTARIANº 053/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 01/02/2018 ao servidor(a) público (a) municipal SENILDA DE OLIVEIRA, matrícula nº 7410, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/02/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

**SEMAD - PORTARIA Nº 054/2018**

Publicação Nº 1533127

PORTARIANº 054/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 01/02/2018 ao servidor(a) público (a) municipal VALDETE GUESSER DOS SANTOS, matrícula nº 4438, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/02/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

**SEMAD - PORTARIA Nº 055/2018**

Publicação Nº 1533128

PORTARIANº 055/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 01/02/2018 ao servidor(a) público (a) municipal VILMA OZEIKA, matrícula nº 8532, referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/02/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

**SEMAD - PORTARIA Nº 056/2018**

Publicação Nº 1533130

PORTARIANº 056/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 01/02/2018 ao servidor(a) público (a) municipal CASSIA MERI KONELL HARING, matrícula nº 8162, referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/02/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

**SEMAD - PORTARIA Nº 057/2018**

Publicação Nº 1533131

PORTARIANº 057/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 01/02/2018 ao servidor(a) público (a) municipal PAULA CLARICE SOTT, matrícula nº 7881, referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/02/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

**SEMAD - PORTARIA Nº 058/2018**

Publicação Nº 1533132

PORTARIANº 058/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 01/02/2018 ao servidor(a) público (a) municipal ADELAÍ MILITA FISCHER, matrícula nº 8343, referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/02/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

**SEMAD - PORTARIA Nº 059/2018**

Publicação Nº 1533134

PORTARIANº 059/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 01/02/2018 ao servidor(a) público (a) municipal ROSIMERE APARECIDA CHISTE CLEMENTINO, matrícula nº 3994, referente ao 4º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/02/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

**SEMAD - PORTARIA Nº 060/2018**

Publicação Nº 1533135

PORTARIANº 060/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 05/02/2018 ao servidor(a) público (a) municipal LUCI MADALENA DOS SANTOS DOS ANJOS, matrícula nº 7623, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/02/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

**SEMAD - PORTARIA Nº 061/2018**

Publicação Nº 1533136

PORTARIANº 061/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 05/02/2018 ao servidor(a) público (a) municipal LINACIR OEDMANN PASDIORA, matrícula nº 8697, referente ao 1º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/02/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

**SEMAD - PORTARIA Nº 062/2018**

Publicação Nº 1533137

PORTARIANº 062/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 16/02/2018 ao servidor(a) público (a) municipal MARLENE ARENT BRUCH, matrícula nº 7323, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/02/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

**SEMAD - PORTARIA Nº 063/2018**

Publicação Nº 1533138

PORTARIANº 063/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 19/02/2018 ao servidor(a) público (a) municipal AMELIA GUST, matrícula nº 3919, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19/02/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

**SEMAD - PORTARIA Nº 064/2018**

Publicação Nº 1533139

PORTARIANº 064/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 19/02/2018 ao servidor(a) público (a) municipal CATIA APARECIDA GRACIANO, matrícula nº 3439, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19/02/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

**SEMAD - PORTARIA Nº 065/2018**

Publicação Nº 1533140

PORTARIANº 065/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 19/02/2018 ao servidor(a) público (a) municipal RENATA DEMSCHINSKI, matrícula nº 7625, referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19/02/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração



**SEMAD - PORTARIA Nº 066/2018**

Publicação Nº 1533141

PORTARIANº 066/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 26/02/2018 ao servidor(a) público (a) municipal JAIR FIGUEIREDO, matrícula nº 3791, referente ao 4º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26/02/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

**SEMAD - PORTARIA Nº 067/2018**

Publicação Nº 1533143

PORTARIANº 067/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 26/02/2018 ao servidor(a) público (a) municipal MARIA APARECIDA MALAQUIAS ZANAQUI, matrícula nº 4561, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26/02/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

**SEMAD - PORTARIA Nº 068/2018**

Publicação Nº 1533144

PORTARIANº 068/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 20 (vinte) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 26/02/2018 ao servidor(a) público (a) municipal JACKSON GRIMM, matrícula nº 7920, referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26/02/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

**SEMAD - PORTARIA Nº 069/2018**

Publicação Nº 1533145

PORTARIANº 069/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 60 (sessenta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 28/02/2018 ao servidor(a) público (a) municipal LÍDIA COUTINHO PIRES, matrícula nº 8593, referente ao 1º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/02/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

# Joaçaba

## PREFEITURA

### LEI Nº 5.147 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1533033

LEI Nº 5.147 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE ESPORTES E CULTURA INSTITUTO PHOENIX, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
LEI :

Art. 1º Fica declarada Entidade de Utilidade Pública a Associação de Esportes e Cultura Instituto Phoenix, CNPJ 27.146.063/0001-07, com sede no Município de Joaçaba.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 22 de fevereiro de 2018.  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

### LEI Nº 5.149 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1533036

LEI Nº 5.149 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE JOAÇABENSE DE CAÇA, TIRO E PESCA, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
LEI :

Art. 1º Fica declarada Entidade de Utilidade Pública o Clube Joaçabense de Caça, Tiro e Pesca, CNPJ 78.502.986/0001-95, com sede no Município de Joaçaba.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 22 de fevereiro de 2018.  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

### 157/2014 TA 04

Publicação Nº 1532879

CONTRATO 157/2014 – TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA (Frotas), doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário VILSON SARTORI, e a empresa EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.908.992/0001-85, estabelecida na Rua dos Andradas, 1121, sala 502, Bairro Centro, no Município de Porto Alegre, RS, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelos Srs. Daniel de Oliveira Pinto, portador da Carteira de Identidade nº 1004445746 e CPF nº 295.161.450-00 e Ronaldo Capaverde Silva, portador da Carteira de Identidade nº 1048134652 e CPF nº 648.147.260-15, celebram entre si o presente TERMO

ADITIVO ao contrato nº 157/2014, firmado em 24/02/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 7/2014/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 6/2014/PMJ, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, de serviços de solução em gestão de frota de veículos e de equipamentos motorizados acoplados e rebocáveis que possuam tanque de combustível próprio, abrangendo as funções de cadastramento e gerenciamento dos custos, sejam eles com abastecimento, com manutenção (peças e serviços) e com obrigações legais; que contemple todas as despesas efetuadas por meio de contratos, compras diretas, pronto pagamento, supridas por almoxarifados ou custeadas por convênios com entidades mantenedoras externas à administração municipal ou por terceiros na forma de doação e ambiente operacional, segundo os quantitativos e descrições das atividades a serem desenvolvidas, constantes do Anexo I e nas condições previstas no Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO e a CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

Diante da prorrogação da vigência contratual constante na cláusula segunda deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 12.990,90 (doze mil novecentos e noventa reais e noventa centavos), que serão pagos mensalmente, conforme o disposto no subitem 3.2 do contrato original, considerando o quantitativo de 130 (cento e trinta) veículos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 03 (três) meses, a contar de 24 de fevereiro de 2018, em conformidade com o disposto no inciso II e § 4º do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 51(cinquenta e um) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 21 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA  
VILSON SARTORI - Secretário

EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA  
DANIEL DE OLIVEIRA PINTO RONALDO CAVERDE SILVA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_



**CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO**

Publicação Nº 1533191

**CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO**

Município de Joaçaba, cadastrada no CNPJ: 82.939.380/0001-99 torna público que recebeu da Fundação do Meio Ambiente (FATMA) a licença Ambiental de Operação para atividade de Canalização de curso de água, localizado na Rua Herve Celant, S/N, bairro Santa Tereza, na cidade de Joaçaba – SC.

Rua Felipe Schmidt, 485, Centro  
88010-001 – Florianópolis – Santa Catarina  
Fone: 48- 3216 1700  
E-mail: fatma@fatma.sc.gov.br  
URL: www.fatma.sc.gov.br

Mobilidade Urbana

Proj./Atividade: 2.036 Manutenção do Trânsito – Prefeitura  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0012 - 250  
Aplicações Diretas  
Valor: R\$ 91.062,27

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 22 de fevereiro de 2018.  
Dioclésio Ragnini  
Prefeito

**EXTRATO PP 12/2018/PMJ**

Publicação Nº 1532662

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2018/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018/PMJ

Objeto: a aquisição de uma máquina automática para produção de blocos e pavimentos, em conformidade com as características descritas no Anexo I deste Edital, destinada a padronização de passeios públicos do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 22/03/2018. Processamento do Pregão: às 14h do dia 22/03/2018, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 22 de fevereiro de 2018.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA  
VILSON SARTORI - SECRETÁRIO

**DECRETO N 5340**

Publicação Nº 1533015

DECRETO Nº 5.340 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 5.134 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017, PELO ARTIGO 15 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS  
O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 239.449,47 (duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta e sete centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos vinculados do município:

Órgão: 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Educação  
Proj./Atividade: 1.038 – Aquisição de Equipamento e Material Permanente Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0036 - 249  
Aplicações Diretas  
Valor: R\$ 148.387,20

Órgão: 08 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA  
Unidade Orçamentária: 04 – Gerência de Transportes, Trânsito e

**LEI COMPLEMENTAR Nº 353 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533054

LEI COMPLEMENTAR Nº 353 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 210/2011 – PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS, DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS PARA OS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

**LEI COMPLEMENTAR:**

Art. 1º Fica alterado o número de vagas do cargo de Professor com Licenciatura Plena e incluso o cargo de Psicopedagogo na categoria 1 do Anexo I da Lei Complementar n. 210/2011 com Responsabilidades, Atribuições e Requisitos para o cargo, inseridos no Anexo III, que passam a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO I  
QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

CATEGORIAS	CÓDIGO DO CARGO	NOMENCLATURAS	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	A-I R\$
1	1.1.11	Professor com Licenciatura Plena	300	40h	2.353,58
1	1.1.12	Psicopedagogo	1	40h	3.200,00

**ANEXO III - PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS**

MANUAL DE OCUPAÇÕES  
QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Psicopedagogo: Realizar anamnese com os pais ou responsáveis; realizar avaliação e diagnóstico psicopedagógico; auxiliar as equipes das unidades escolares do município a fim de realizar avaliação e diagnóstico institucional de situações de ensino-aprendizagem relacionadas à sua área de conhecimento; elaborar, acompanhar e executar projetos educacionais que contribuam para o desenvolvimento de habilidades e competências dos professores e alunos visando à otimização do processo ensino-aprendizagem; participar do processo avaliativo do aluno juntamente com o professor de sala e com o professor responsável pela sala de atendimento educacional especializado (AEE); propor estratégias pedagógicas para as necessidades educativas apresentadas pelos alunos; realizar o atendimento individualizado dos alunos; promover a formação continuada dos profissionais da educação juntamente com a Secretaria de Educação; redigir parecer sobre a avaliação e o acompanhamento do aluno; promover oficinas com grupos de pais ou responsáveis dos alunos para orientá-los e auxiliá-los na melhor forma de proceder com os seus filhos; oferecer suporte aos professores e sugerir atividades para aplicação nas salas de aulas; promover a socialização dos alunos; promover a aprendizagem dos alunos juntamente com o professor; exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação do superior hierárquico; Emissão de laudos e pareceres na área afim; Executar outras tarefas afins.

REQUISITOS PARA CARGO

Formação: Ensino Superior completo em Pedagogia com especialização em Psicopedagogia, com no mínimo 200h de capacitação em Psicopedagogia. Registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Art. 2º. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 22 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

**LEI N. 5.150 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533178

LEI N. 5.150 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E PLANO PLURIANUAL 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
LEI :

Art. 1º. Fica incluída na Lei nº 5.108 de 31 de Julho de 2017 (Plano Plurianual - PPA 2018/2021), na Lei nº 5.117 de 29 de setembro de 2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2018) e na Lei nº 5.134 de 14 de Dezembro de 2017 (Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2018) o seguinte Projeto Atividade:

ÓRGÃO 04: SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
UNIDADE 01: SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
Projeto/Atividade: 2.163 – PARTICIPAÇÃO NO CONSÓRCIO CIMCATARINA

Art. 2º Com a inclusão do Projeto/Atividade de que trata o art. 1. fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de até R\$ 337.851,00 (Trezentos e trinta e sete mil, oitocentos e cinquenta e um reais):

Projeto/Atividade: 2.163 – PARTICIPAÇÃO NO CONSÓRCIO CIMCATARINA

Modalidade Aplicação: 3.1.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000

Rateio pela Participação em Consórcio Público - R\$ 40.095,00

Modalidade Aplicação: 3.3.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000

Rateio pela Participação em Consórcio Público - R\$ 12.474,00

Modalidade Aplicação: 4.4.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000

Rateio pela Participação em Consórcio Público - R\$ 1.782,00

Modalidade Aplicação: 3.3.93.00.00.00.00.00.01.0000.000000

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - R\$ 3.500,00

Modalidade Aplicação: 3.3.93.00.00.00.00.00.03.0000.000000

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - R\$ 280.000,00

Art. 3º Para abertura do crédito de que trata de que trata o art. 2. serão utilizados os recursos orçamentários através de anulação das seguintes dotações:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 05 Coordenadoria de Planejamento

Proj./Atividade: 2.033 Manutenção da Coordenadoria de Planejamento

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-233 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 280.000,00

ÓRGÃO 04: SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária 01: Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira

Proj./Atividade: 2.028 Manutenção da Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- 41 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 57.851,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba - SC, 22 de Fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

## LEI N. 5.151 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1533181

LEI N. 5.151 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 368.000,00 (trezentos e sessenta e oito mil reais) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, no Orçamento Municipal Vigente:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Atividade: 1.038 – Aquisição de Equipamento e Material Permanente Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 - 53

Valor: ..... R\$ 293.000,00

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.020 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0000 - 241

Valor: ..... R\$ 50.000,00

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.020 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 - 3

Valor: ..... R\$ 25.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à suplementação da dotação apontada no artigo 1º, são proveniente da anulação da seguinte dotação:

Órgão: 04 – Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira

Atividade: 2.028 – Manutenção da Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - 41

Valor: ..... R\$ 293.000,00

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Atividade: 2.052 – Contribuição para Entidades – Ensino Especial

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0000 - 230

Valor: ..... R\$ 50.000,00

Órgão: 04 – Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira  
Atividade: 2.030 – Encargos Gerais do Município  
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - 45  
Valor: ..... R\$ 25.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 22 de Fevereiro de 2018.  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

## **LEI N. 5.152 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533184

LEI N. 5.152 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica alterada a denominação da Ação abaixo relacionada fixada no Plano Plurianual - PPA 2018/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária para o exercício de 2018:

09.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação
Funcional Programática: 19.126.0016
Ação: 1.095
Denominação Atual: Ampliação do Centro de Inovação
Denominação nova: Construção e Ampliação do Centro de Inovação

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba - SC, 22 de Fevereiro de 2018.  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

## **LEI N. 5.153 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533187

LEI N. 5.153 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.  
ALTERA DISPOSITIVO DAS LEIS MUNICIPAIS Nº 5.108 DE 31/07/2017 QUE TRATA DO PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021, LEI Nº 5117/2017 DE 29/09/2017 QUE TRATA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E LEI Nº 5134/2017 DE 14/12/17 QUE TRATA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL, SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei,  
LEI :

Art. 1º - Fica incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, a modalidade de aplicação abaixo indicada, conforme demonstrada no anexo de prioridades e metas constante da Lei:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC:BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE  
Modalidade Aplicação: 3.1.71.00.00.00.00.00.01.0002  
Modalidade Aplicação: 3.3.71.00.00.00.00.00.01.0002

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional especial na importância de R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais) destinados a criar as modalidades de aplicação abaixo identificadas:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Modalidade Aplicação: 3.1.71.00.00.00.00.00.01.0002 ( 51 ) R\$ 20.625,00

Modalidade Aplicação: 3.3.71.00.00.00.00.00.01.0002 ( 52 ) R\$ 6.875,00

Art. 3º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a anular as dotações por modalidade de aplicação abaixo relacionadas, no valor de R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais).

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 1.015 BLINV – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 27.500,00

Art. 4º Fica autorizado o Executivo Municipal a efetuar a inclusão das novas modalidades de aplicação, conforme o art. 1º desta Lei no Plano Plurianual – PPA do Município de Joaçaba para o Quadriênio 2018/2021 nº 5.108 de 31/07/2017, Lei Nº 5117/2017 DE 29/09/2017 que trata da lei de diretrizes orçamentárias – LDO e Lei Nº 5134/2017 DE 14/12/17 que trata do orçamento anual.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 22 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

## **LEI Nº 5.148 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533034

LEI Nº 5.148 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE – APAE DE JOAÇABA, PARA OS FINS, QUE ESPECIFICA.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Termo com Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Joaçaba/SC, tendo por objeto a Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial – Aquisição de Bens, adquirido através do Convênio nº 817669/2015, a fim de atender à demanda do transporte de seus usuários e familiares para acesso às atividades da Rede de Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Parágrafo único - O transporte deverá servir para que os usuários, suas famílias e seus cuidadores tenham acesso a toda rede de sistema de garantia de direitos, não devendo ser utilizado para transporte escolar.

Art. 2º O Termo de Cessão de Uso será celebrado de acordo com a minuta constante do Anexo que acompanha e integra a presente lei, ficando o Poder Executivo autorizado a firmar termos aditivos que tenham por objeto prorrogações, adequações e ajustes, direcionados para a consecução de suas finalidades.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Joaçaba/SC.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 22 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

**LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO**

Publicação Nº 1533192

**GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA**

Sistema de Informações Ambientais - SinFAT

**LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO****Nº 1005/2018**

A **Fundação do Meio Ambiente - FATMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº SAN/13272/CRP e **parecer técnico nº 13200/2017**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à :

**Empreendedor**

NOME: PREFEITURA MUNICÍPIO DE JOAÇABA

ENDEREÇO: AV. XV DE NOVEMBRO, 378, CENTRO,

CEP: 89600-000

MUNICÍPIO: JOAÇABA

ESTADO: SC

CPF/CNPJ: 82.939.380/0001-99

**Para Atividade de**

ATIVIDADE: 33.13.08 - CANALIZAÇÃO DE CURSOS D'ÁGUA

EMPREENHIMENTO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

**Localizada em**

ENDEREÇO: RUA HEVER CELANT, S/N, SANTA TEREZA

CEP: 89600-000

MUNICÍPIO: JOAÇABA

ESTADO: SC

COORDENADA PLANA: UTM X 449904.10184554115 - UTM Y

**Da operação**

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

**Condições gerais**

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da FATMA.
- II. A FATMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
  - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
  - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados à FATMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

**Prazo de validade**

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

[http://consultas.fatma.sc.gov.br/licenca/lic\\_digital\\_form](http://consultas.fatma.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form)

FCEI: 449370

CÓDIGO: 216090

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por MARCOS WEISS 14/02/2018 às 17:29:03.  
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/> e informe o processo FATMA 00022536/2017 e o código 3BF27GV0.



**Documentos em anexo**

Nada consta.

**Condições de validade****Descrição do empreendimento**

Canalização de curso d'água localizando entre as ruas Pedro Kuss e Hever Celant, localizada no bairro Santa Tereza, município de Joçaba, matrícula n° 17.317 do C.R.I de Joçaba, com extensão de 105 metros e diâmetro de 1000 mm.

**Aspectos florestais**

Houve comprimento integral das condições referentes aos aspectos florestais estabelecidas na LAI n° 4012/2014 e parcialmente na AuC n° 673/2014.

**Controles ambientais**

Caixa de dissipação de energia, com lançamento no lajeado antinha.

**Programas ambientais**

Não se aplica.

**Medidas compensatórias**

Não se aplica.

**Condições específicas**

1. Os resíduos sólidos classe II devem ser destinados a aterro sanitário devidamente licenciado;
2. Os resíduos sólidos classe I devem ser destinados a aterro de resíduos industriais devidamente licenciado;
3. Os resíduos sólidos reaproveitáveis podem ser destinados a terceiros para reaproveitamento, devidamente licenciado;
4. O tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos de quaisquer natureza, gerados pelo empreendimento, são de responsabilidade e à custa do empreendedor, sendo tolerado acúmulo temporário, desde que não ofereça risco à saúde pública e ao meio ambiente, conforme disposto em Lei;
5. Os efluentes líquidos, independente do estado de tratamento, que forem lançados para fora da planta da área industrial e/ ou dos sistemas de controle ambiental do empreendimento, devem atender aos padrões de emissão de efluentes líquidos, conforme disposto em Lei;
6. Os efluentes líquidos, tratados, lançados indiretamente nos corpos receptores, devem atender aos padrões de emissão de efluentes líquidos, conforme o disposto em Lei.
7. As emissões atmosféricas devem atender aos padrões de qualidade do ar, conforme disposto em Lei;
8. Cuidados para o controle de emissão odoríferas, de modo a diminuir o impacto por percepção olfativa e não poderão causar incômodo as populações, além dos limites do empreendimento;
9. As emissões de ruídos devem obedecer, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidas em Lei;
- 10 É proibida a queima a céu aberto de resíduos de quaisquer natureza;
12. Os equipamentos de controles ambientais existentes deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar a eficiência, sendo tal responsabilidade do empreendedor;

**Observações**

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.



**GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA**

Sistema de Informações Ambientais - SinFAT

**LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO****N° 1005/2018**

A **Fundação do Meio Ambiente - FATMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7° da Lei Estadual N° 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental n° SAN/13272/CRP e **parecer técnico n° 13200/2017**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à :

**Empreendedor**

NOME: PREFEITURA MUNICÍPIO DE JOAÇABA

ENDEREÇO: AV. XV DE NOVEMBRO, 378, CENTRO,

CEP: 89600-000

MUNICÍPIO: JOAÇABA

ESTADO: SC

CPF/CNPJ: 82.939.380/0001-99

**Para Atividade de**

ATIVIDADE: 33.13.08 - CANALIZAÇÃO DE CURSOS D'ÁGUA

EMPREENDIMENTO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

**Localizada em**

ENDEREÇO: RUA HEVER CELANT, S/N, SANTA TEREZA

CEP: 89600-000

MUNICÍPIO: JOAÇABA

ESTADO: SC

COORDENADA PLANA: UTM X 449904.10184554115 - UTM Y

**Da operação**

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

**Condições gerais**

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da FATMA.

II. A FATMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.

IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados à FATMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

**Prazo de validade**

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

[http://consultas.fatma.sc.gov.br/licenca/lic\\_digital\\_form](http://consultas.fatma.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form)

FCEI: 449370

CÓDIGO: 216090

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por MARCOS WEISS 14/02/2018 às 17:29:03. Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <http://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/> e informe o processo FATMA 00022536/2017 e o código 3BF27GV0.

**Documentos em anexo**

Nada consta.

**Condições de validade**

13. Alterações no atual projeto deverão ser precedidas de Licenças, observando o disposto em Lei;
14. Podem ser utilizadas as APP, por se tratar de obra de utilidade pública, conforme o disposto em Lei;
15. Esta Licença perde a sua validade em caso de descumprimento das Condições de Validade deste documento;
16. Deverão ser observadas as APP, de acordo com o disposto em Lei, fora do escopo deste licenciamento;
17. Deve observar o disposto na Instrução Normativa nº 70 da FATMA;
18. Apresentar no prazo de 90 (noventa) dias após a emissão desta Licença Ambiental de Operação (LAO), matrícula do Cartório de Registro de Imóveis nº 10.123 constando a averbação da área de compensação ambiental conforme apresentado no processo REP/70979/CRP;
19. Deverá regularizar junto ao SIRHESC/SDS a outorga do direito de uso de água, referente a CNUA nº 42100703388-28 e apresentar os comprovantes da regularização na próxima renovação de LAO.

**Observações**

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FATMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0006A/2018 - SIMAE**

Publicação Nº 1532741

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0006A/2018

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, localizado na Sede Administrativa do Simae, município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0005/2018, na ata de julgamento de preços, homologada em 22/02/2018, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s), nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

## DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	Locomaq Comércio e Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda Me
	ENDEREÇO:	Rua Prefeito Normelio Zilio,75, Distrito Industrial- Joaçaba -SC
	CNPJ/MF:	10.527.352/0001-53
	REPRESENTANTE LEGAL:	Raul de Miranda
	CPF:	425.682.349-20
	RG:	547135

## 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS, EXCETO AS QUE O SIMAE DISPOR EM REGISTRO DE PREÇOS ESPECÍFICO E SERVIÇO DE TRANSPORTE EM CAMINHÃO PRANCHA PARA AS RETROESCAVADEIRAS UTILIZADAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO SIMAE, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 Os serviços registrados são os seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo
1	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE MAQUINAS PESADAS (RETROESCAVADEIRA)	HR	700	R\$ 98,00

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Simae solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Presencial nº0005/2018 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Planilha de lances do Pregão.

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

## 4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços do Simae tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores do Pregão.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à beneficiária do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O Simae monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços

registrados.

4.3.1 O Simae convocará a Contratada para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a Contratada poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.2.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

## 5. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do Simae, que procederá à solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.2 Havendo a necessidade dos serviços, o órgão requisitante emitirá a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa, as quais serão encaminhadas às empresas registradas.

5.3 Para esta contratação, entende-se por SERVIÇOS DE MECÂNICA ESPECIALIZADA, aqueles que envolvem a retífica e montagem de motores, caixa e diferencial, bem como, o sistema hidráulico e injeção eletrônica, conforme o caso, devidamente autorizado pelo Simae com Ordem de Serviço específica.

5.4 Os SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL E ELETRICIDADE, basicamente, consistirão de:

- a) Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico dos equipamentos;
- b) Substituição de peças;
- c) Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas;
- d) Testes de funcionamento e segurança;
- e) Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos;
- f) Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos equipamentos.

5.5 Os SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA, basicamente, consistirão de:

- a) Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura das máquinas;
- b) Reforma ou substituição de partes;
- c) Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas;
- d) Testes de funcionamento e segurança;
- e) Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeitas à oxidação;
- f) Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas;
- g) Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas;
- h) Testes de secagem e resistência da pintura;
- i) Aplicação de cera especial e execução de polimento das máquinas.

5.6 Poderá ocorrer, a critério do Simae, alteração nos equipamentos descritos no Anexo I, em virtude de renovação ou supressão da frota atual.

5.7 Os quantitativos descritos em cada item (Anexo I) constituem mera estimativa, dimensionada pela demanda atualmente existente, podendo ocorrer acréscimos ou supressões, não ficando o Simae obrigado a executá-los.

5.8 Havendo necessidade de substituição de peças, as mesmas serão cobradas à parte, mediante a apresentação de orçamento prévio, condicionado à autorização do Simae, e obedecidos aos preços de mercado vigentes à época da substituição.

5.8.1 A detentora do Registro de Preços deverá elaborar antes de cada manutenção o orçamento com a indicação das peças e acessórios que precisam de substituição, bem como a estimativa de horas/trabalhadas.

5.8.2 O orçamento deverá ser preparado de forma detalhada, abrangendo:

- a) nome, código do fabricante do equipamento e quantidade de peças;
- b) número de horas dos serviços a serem executados;
- c) prazo para realização dos serviços;
- d) placa e quilometragem constante no hodômetro do veículo.

5.9 A detentora do Registro de Preços deverá entregar ao requisitante o orçamento prévio acima descrito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após o recebimento da máquina na oficina.

5.10 O Simae poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a detentora do registro de preços a executar ou fornecer o que for aprovado no todo ou em parte.

5.11 As peças e suas quantidades, bem como o número de horas e serviços a serem executados deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da respectiva manutenção do equipamento, devendo a detentora do Registro de Preços se abster de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto.

5.12 O Simae reserva-se no direito de adquirir de terceiros as peças que tiverem de ser substituídas, desde que os preços apresentados pela empresa contratada sejam superiores aos cotados pelo Simae com, no mínimo, mais 02 (dois) fornecedores.

5.13 Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a proponente vencedora deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, oficina localizada a uma distância viária inferior a:

- a. 25 (vinte e cinco) quilômetros da garagem de veículos pesados, localizado à Rua Carlos Gomes - Centro, para a manutenção dos veículos constantes do Anexo I.

5.14 Os serviços deverão ser iniciados em até 24 horas contados da ordem de execução emitida pelo Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do Simae, e entregues num período de tempo de até 48 (quarenta e oito) após a aprovação do orçamento prévio pelo Simae.

5.15 A Contratada poderá requerer a prorrogação dos prazos fixados antes de findos, mediante justificativa formal.

5.16 O recebimento dos serviços, objeto desta licitação, ocorrerá:

a) Provisoriamente: A recepção provisória dos equipamentos será feita pelo Motorista, designado pela Administração para operar a máquina, sendo que deverá realizar um teste de direção e funcionamento do equipamento, de modo a verificar o seu correto funcionamento, relativo aos serviços executados;

b) Definitivamente: A recepção definitiva dos equipamentos será feita pelo Motorista designado pela Administração para operar a máquina, após o decurso do prazo de observação ou vistoria da qualidade dos serviços disponibilizados que comprove a adequação do serviço aos termos contratuais, no máximo 02 (dois) dias contados a partir do recebimento provisório.

5.17 Após o aceite definitivo, o Gestor do contrato deverá encaminhar a nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

5.18 A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do prestador por vícios de qualidade dos serviços executados, das peças ou acessórios substituídos ou disparidade com as especificações técnicas exigidas nesta Ata de Registro de Preços e no Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter as peças e serviços executados à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.

5.19 A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de peças de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

5.20 O Simae reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos produtos e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

5.21 Constatado o fornecimento de produtos ou serviços de má qualidade, o Simae poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

5.22 Os serviços prestados e as peças fornecidas terão prazo mínimo de garantia de:

a) 100 (cem) horas ou 6 (seis) meses, o que ocorrer primeiro para serviços prestados;

b) 6 (seis) meses para peças e acessórios comprados no balcão;

c) 6 (seis) meses para peças e acessórios instalados na oficina.

5.23 A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo após o término ou rescisão do contrato/ata.

5.24 A empresa contratada deverá fornecer, às suas expensas, as ferramentas e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços.

5.25 Os serviços previstos no item 5, somente serão solicitados nas seguintes condições:

a) Quando houver necessidade de transportar as máquinas pesadas (retroescavadeiras) de propriedade do Simae até a oficina contratada para prestação dos serviços de manutenção;

b) o Simae através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio fará a solicitação por email, informando a localização para a prestação do serviço de transporte, e com confirmação de recebimento por telefone;

c) após a solicitação do serviço, a contratada deverá prestar o serviço de transporte da máquina em até 01 (uma) hora da solicitação feita pelo Simae;

d) a máquina será retirada no local onde se encontrar dentro dos limites dos municípios de atuação do Simae (Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna) e entregue na oficina contratada, que estará localizada atendendo ao item 15.13;

e) após executados os serviços de manutenção será solicitado o transporte de retorno, do endereço da oficina contratada até a garagem do Simae, sito Rua Carlos Gomes, Centro Joaçaba-SC.

## 6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

6.2 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.3 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

## 7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Cabe a empresa registrada:

a) Executar o serviço conforme estipulado nesta Ata de Registro de Preços, e de acordo com as normas técnicas e qualidade necessárias;

b) Atender às especificações do Edital e executar de acordo com a demanda apresentada pelo Simae, durante a validade desta Ata de Registro de Preços;

d) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório;

d) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

e) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

f) Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros tenham comprometido os mesmos;

g) Corrigir, reparar e/ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

h) Permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo Simae na execução do Contrato, para fins de acompanhamento da qualidade da execução dos serviços.

## 8. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE



**8.1 Cabe ao Simae:**

- a) Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b) Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do Simae, visando à fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços;
- c) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o item 9 desta Ata de Registro de Preços;
- d) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela empresa registrada, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- e) Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- f) Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços.

**9. DA FORMA DE PAGAMENTO**

9.1 O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora no Pregão, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

**9.2 O pagamento será:**

9.2.1 Efetivado de acordo com o serviço prestado, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de serviços que deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, ao e-mail [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br) da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo Simae.

9.2.2 Realizado através do Simae, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a realização dos serviços, contados da efetiva prestação dos serviços, observado o que consta no item 5 desta Ata de Registro de Preços.

9.2.3 Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

9.3 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

9.4 Nenhum pagamento será efetuado à empresa enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.6 O Simae exigirá da empresa registrada, que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

9.7 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela Contratada, devendo, portanto, ser mencionados na Nota Fiscal/Fatura o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

9.8 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da Contratada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para prestação dos serviços, constituindo-se na única remuneração devida.

9.9 No eventual atraso de pagamento por parte do Simae, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

**10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

10.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2018, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061/2.062

ELEMENTO: 3.3.90.39.19.00.00.00

**11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA**

11.1 O Simae poderá cancelar o Registro de Preços da fornecedora nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de esse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de realizar os serviços, no prazo estabelecido, decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

**12. DAS SANÇÕES**

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Contratada, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão e nesta Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, à Contratada:

I – Advertência, que será aplicada:

- a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da Contratada;
- b) nas ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Simae, a seu critério, desde que não caiba a

aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, cuja aplicação será sobre o valor do Empenho em que ocorreu o não atendimento, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela a que se refere, no caso de não atendimento as exigências deste Edital e da Ata de Registro de Preços/Contrato;

b) 10% (dez por cento) no caso da Contratada não realizar os serviços, desatender às condições estipuladas ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente.

III – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o Simae, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou Empenho, quando enviado por e-mail dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a adjudicação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) fraudar a execução do Contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;

k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, por prazo não superior a 5 (cinco) anos (nas mesmas hipóteses previstas para suspensão, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

12.3 As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de contratar com o Simae e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de multa.

12.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o Simae considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.5 O Simae observará a boa-fé da Contratada e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Simae ou a terceiros.

12.6 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Contratada e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

12.7 Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12.8 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à Contratada.

12.8.1 Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.8.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Simae, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

### 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba- (SC), 22 de fevereiro de 2018.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta do Simae

Raul de Miranda

Gerente

Testemunhas:

André Francisco Fiorin  
Diretor Técnico

Graciela P.B.da Rosa  
Gerente SMTP



**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0006B/2018 - SIMAB**

Publicação Nº 1532751

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0006B/2018**

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, localizado na Sede Administrativa do Simae, município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0005/2018, na ata de julgamento de preços, homologada em 22/02/2018, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s), nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

**DETENTORAS:**

1ª	RAZÃO SOCIAL:	Rodri Maq Mecânica Pesada Ltda
	ENDEREÇO:	Rod.Margem Rodovia BR 282- Linha Banhado Grande, SN, Interior- Catanduvas - SC
	CNPJ/MF:	13.229.457/0001-14
	REPRESENTANTE LEGAL:	Algeu Dorlizeti Rodrigues Fabricio
	CPF:	015.574.389-76
	RG:	11/R3.347.808

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS, EXCETO AS QUE O SIMAE DISPOR EM REGISTRO DE PREÇOS ESPECÍFICO E SERVIÇO DE TRANSPORTE EM CAMINHÃO PRANCHA PARA AS RETROESCAVADEIRAS UTILIZADAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO SIMAE, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 Os serviços registrados são os seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo
2	SERVIÇOS DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE MAQUINAS PESADAS (RETROESCAVADEIRA)	HR	300	R\$ 100,00
3	SERVIÇOS DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE MAQUINAS PESADAS (RETROESCAVADEIRA)	HR	100	R\$ 100,00
4	SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE MAQUINAS PESADAS (RETROESCAVADEIRA)	HR	100	R\$ 100,00
5	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE RETROESCAVADEIRA EM CAMINHÃO TIPO PLATAFORMA	SV	300	R\$ 290,00

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Simae solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

**2. DOCUMENTOS INTEGRANTES**

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Presencial nº0005/2018 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Planilha de lances do Pregão.

**3. VIGÊNCIA**

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

**4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 O sistema de registro de preços do Simae tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores do Pregão.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à beneficiária do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O Simae monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços registrados.

4.3.1 O Simae convocará a Contratada para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a Contratada poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.2.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

## 5. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do Simae, que procederá à solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.2 Havendo a necessidade dos serviços, o órgão requisitante emitirá a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa, as quais serão encaminhadas às empresas registradas.

5.3 Para esta contratação, entende-se por SERVIÇOS DE MECÂNICA ESPECIALIZADA, aqueles que envolvem a retífica e montagem de motores, caixa e diferencial, bem como, o sistema hidráulico e injeção eletrônica, conforme o caso, devidamente autorizado pelo Simae com Ordem de Serviço específica.

5.4 Os SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL E ELETRICIDADE, basicamente, consistirão de:

- a) Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico dos equipamentos;
- b) Substituição de peças;
- c) Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas;
- d) Testes de funcionamento e segurança;
- e) Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos;
- f) Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos equipamentos.

5.5 Os SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA, basicamente, consistirão de:

- a) Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura das máquinas;
- b) Reforma ou substituição de partes;
- c) Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas;
- d) Testes de funcionamento e segurança;
- e) Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeitas à oxidação;
- f) Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas;
- g) Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas;
- h) Testes de secagem e resistência da pintura;
- i) Aplicação de cera especial e execução de polimento das máquinas.

5.6 Poderá ocorrer, a critério do Simae, alteração nos equipamentos descritos no Anexo I, em virtude de renovação ou supressão da frota atual.

5.7 Os quantitativos descritos em cada item (Anexo I) constituem mera estimativa, dimensionada pela demanda atualmente existente, podendo ocorrer acréscimos ou supressões, não ficando o Simae obrigado a executá-los.

5.8 Havendo necessidade de substituição de peças, as mesmas serão cobradas à parte, mediante a apresentação de orçamento prévio, condicionado à autorização do Simae, e obedecidos aos preços de mercado vigentes à época da substituição.

5.8.1 A detentora do Registro de Preços deverá elaborar antes de cada manutenção o orçamento com a indicação das peças e acessórios que precisam de substituição, bem como a estimativa de horas/trabalhadas.

5.8.2 O orçamento deverá ser preparado de forma detalhada, abrangendo:

- a) nome, código do fabricante do equipamento e quantidade de peças;
- b) número de horas dos serviços a serem executados;
- c) prazo para realização dos serviços;
- d) placa e quilometragem constante no hodômetro do veículo.

5.9 A detentora do Registro de Preços deverá entregar ao requisitante o orçamento prévio acima descrito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após o recebimento da máquina na oficina.

5.10 O Simae poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a detentora do registro de preços a executar ou fornecer o que for aprovado no todo ou em parte.

5.11 As peças e suas quantidades, bem como o número de horas e serviços a serem executados deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da respectiva manutenção do equipamento, devendo a detentora do Registro de Preços se abster de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto.

5.12 O Simae reserva-se no direito de adquirir de terceiros as peças que tiverem de ser substituídas, desde que os preços apresentados pela empresa contratada sejam superiores aos cotados pelo Simae com, no mínimo, mais 02 (dois) fornecedores.

5.13 Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a proponente vencedora deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, oficina localizada a uma distância viária inferior a:

- a. 25 (vinte e cinco) quilômetros da garagem de veículos pesados, localizado à Rua Carlos Gomes - Centro, para a manutenção dos veículos constantes do Anexo I.

5.14 Os serviços deverão ser iniciados em até 24 horas contados da ordem de execução emitida pelo Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do Simae, e entregues num período de tempo de até 48 (quarenta e oito) após a aprovação do orçamento prévio pelo Simae.

5.15 A Contratada poderá requerer a prorrogação dos prazos fixados antes de findos, mediante justificativa formal.

5.16 O recebimento dos serviços, objeto desta licitação, ocorrerá:

a) Provisoriamente: A recepção provisória dos equipamentos será feita pelo Motorista, designado pela Administração para operar a máquina, sendo que deverá realizar um teste de direção e funcionamento do equipamento, de modo a verificar o seu correto funcionamento, relativo aos serviços executados;

b) Definitivamente: A recepção definitiva dos equipamentos será feita pelo Motorista designado pela Administração para operar a máquina, após o decurso do prazo de observação ou vistoria da qualidade dos serviços disponibilizados que comprove a adequação do serviço aos termos contratuais, no máximo 02 (dois) dias contados a partir do recebimento provisório.

5.17 Após o aceite definitivo, o Gestor do contrato deverá encaminhar a nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

5.18 A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do prestador por vícios de qualidade dos serviços executados, das peças ou acessórios substituídos ou disparidade com as especificações técnicas exigidas nesta Ata de Registro de Preços e no Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter as peças e serviços executados à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.

5.19 A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de peças de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

5.20 O Simae reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos produtos e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

5.21 Constatado o fornecimento de produtos ou serviços de má qualidade, o Simae poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

5.22 Os serviços prestados e as peças fornecidas terão prazo mínimo de garantia de:

a) 100 (cem) horas ou 6 (seis) meses, o que ocorrer primeiro para serviços prestados;

b) 6 (seis) meses para peças e acessórios comprados no balcão;

c) 6 (seis) meses para peças e acessórios instalados na oficina.

5.23 A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo após o término ou rescisão do contrato/ata.

5.24 A empresa contratada deverá fornecer, às suas expensas, as ferramentas e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços.

5.25 Os serviços previstos no item 5, somente serão solicitados nas seguintes condições:

a) Quando houver necessidade de transportar as máquinas pesadas (retroescavadeiras) de propriedade do Simae até a oficina contratada para prestação dos serviços de manutenção;

b) o Simae através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio fará a solicitação por email, informando a localização para a prestação do serviço de transporte, e com confirmação de recebimento por telefone;

c) após a solicitação do serviço, a contratada deverá prestar o serviço de transporte da máquina em até 01 (uma) hora da solicitação feita pelo Simae;

d) a máquina será retirada no local onde se encontrar dentro dos limites dos municípios de atuação do Simae (Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna) e entregue na oficina contratada, que estará localizada atendendo ao item 15.13;

e) após executados os serviços de manutenção será solicitado o transporte de retorno, do endereço da oficina contratada até a garagem do Simae, sito Rua Carlos Gomes, Centro Joaçaba-SC.

## 6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

6.2 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.3 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

## 7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Cabe a empresa registrada:

a) Executar o serviço conforme estipulado nesta Ata de Registro de Preços, e de acordo com as normas técnicas e qualidade necessárias;

b) Atender às especificações do Edital e executar de acordo com a demanda apresentada pelo Simae, durante a validade desta Ata de Registro de Preços;

d) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório;

d) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

e) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

f) Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros tenham comprometido os mesmos;

g) Corrigir, reparar e/ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

h) Permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo Simae na execução do Contrato, para fins de acompanhamento da qualidade da execução dos serviços.

## 8. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

### 8.1 Cabe ao Simae:

- a) Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b) Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do Simae, visando à fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços;
- c) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o item 9 desta Ata de Registro de Preços;
- d) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela empresa registrada, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- e) Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- f) Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços.

## 9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora no Pregão, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

### 9.2 O pagamento será:

9.2.1 Efetivado de acordo com o serviço prestado, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de serviços que deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, ao e-mail [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br) da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo Simae.

9.2.2 Realizado através do Simae, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a realização dos serviços, contados da efetiva prestação dos serviços, observado o que consta no item 5 desta Ata de Registro de Preços.

9.2.3 Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

9.3 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

9.4 Nenhum pagamento será efetuado à empresa enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.6 O Simae exigirá da empresa registrada, que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

9.7 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela Contratada, devendo, portanto, ser mencionados na Nota Fiscal/Fatura o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

9.8 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da Contratada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para prestação dos serviços, constituindo-se na única remuneração devida.

9.9 No eventual atraso de pagamento por parte do Simae, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

## 10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2018, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061/2.062

ELEMENTO: 3.3.90.39.19.00.00.00

## 11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

11.1 O Simae poderá cancelar o Registro de Preços da fornecedora nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de esse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de realizar os serviços, no prazo estabelecido, decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## 12. DAS SANÇÕES

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Contratada, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão e nesta Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, à Contratada:

I – Advertência, que será aplicada:



a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da Contratada;  
b) nas ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Simae, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, cuja aplicação será sobre o valor do Empenho em que ocorreu o não atendimento, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela a que se refere, no caso de não atendimento as exigências deste Edital e da Ata de Registro de Preços/Contrato;

b) 10% (dez por cento) no caso da Contratada não realizar os serviços, desatender às condições estipuladas ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente.

III – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o Simae, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou Empenho, quando enviado por e-mail dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a adjudicação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) fraudar a execução do Contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;

k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, por prazo não superior a 5 (cinco) anos (nas mesmas hipóteses previstas para suspensão, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

12.3 As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de contratar com o Simae e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de multa.

12.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o Simae considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.5 O Simae observará a boa-fé da Contratada e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Simae ou a terceiros.

12.6 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Contratada e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

12.7 Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12.8 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à Contratada.

12.8.1 Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.8.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Simae, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

### 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba- (SC), 22 de fevereiro de 2018.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta do Simae

Algeu Dorlizeti Rodrigues Fabricio

Sócio Administrador

Testemunhas:

André Francisco Fiorin  
Diretor Técnico

Graciela P.B.da Rosa  
Gerente SMTP

**PREGÃO 0009/2018 - EQUIPAMENTOS E REAGENTES PARA LABORATÓRIO**

Publicação Nº 1532402

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0010/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009/2018  
PROTOCOLO JHL 0222/2018

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0009/2018 – Licitação 0010/2018, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE LABORATÓRIO E REAGENTES PARA A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 8h 50min do dia 08/03/2018 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 08/03/2018 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 23/02/2018 a 08/03/2018.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br).

Joaçaba - SC, 22 de fevereiro de 2018.

Patricia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 19E/2017

Publicação Nº 1532480

**SIMAE**

**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0019-E/2017**

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, localizado na Sede Administrativa do Simae, município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº0065/2017, na ata de julgamento de preços, homologada em 22/11/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

**DETENTORAS:**

1ª	RAZÃO SOCIAL:	<b>ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA</b>
	ENDEREÇO:	<b>AV. XV DE NOVEMBRO, 818, CENTRO, JOAÇABA – SC</b>
	CNPJ/MF:	<b>85.248.680/0001-10</b>
	REPRESENTANTE LEGAL:	<b>ROBERTO ANTONIO TESSARO</b>
	CPF:	<b>518.086.929-34</b>
	RG:	<b>2.140.493</b>

**1. DO OBJETO**

**1.1** A presente licitação tem como objeto à **Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, copa, cozinha e limpeza para uso do Simae**, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

**1.2** Os produtos e os preços registrados são os seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário
61	PAPEL TOALHA INTERFOLHADA, FOLHA SIMPLES, BRANCA, 03 DOBRAS, 22 X 23 CM, 100% CELULOSE VIRGEM, EMBALAGEM COM 2.400 FOLHAS. MARCA REFERÊNCIA: SANTHER ECO. COM NO MÍNIMO 12 MESES DE VALIDADE A PARTIR DA ENTREGA	FD	288	38,30

**1.3** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

**1.3.1** Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**1.3.2** O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva

1

Rua Tiradentes 123 - CEP 89600-000 - Joaçaba SC - Fone: (49) 35518200 - www.simae.sc.gov.br CNPJ 84.591.890/0001-43



**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Simae solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Presencial nº 0065/2017 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Planilha de lances do Pregão.

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 21/11/2018, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

## 4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços do Simae tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores do Pregão.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à beneficiária do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O Simae monitorará periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

4.3.1 O Simae convocará a Contratada para negociar os preços registrados e adequá-los aos preços de mercado, sempre que verificar que os preços registrados estão acima dos preços de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução dos preços, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a Contratada poderá ser liberada do compromisso assumido.

**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

**4.3.3** Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

**4.3.4** As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

## **5. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

**5.1 A ENTREGA** dos produtos será de **FORMA PARCELADA** durante o período de 12 meses, conforme solicitação do Simae.

**5.2 O PRAZO PARA ENTREGA** dos produtos, depois de enviada Autorização de Fornecimento/Empenho por e-mail, deverá ser de no máximo **10 (dez) dias úteis**.

**5.2.1** Os produtos deverão ser entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto e com as exigências estabelecidas pelo Simae, constantes neste Edital.

**5.2.2** Os produtos deverão ser entregues na Sede Administrativa do Simae, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba/SC.

### **5.2.3 A DESCARGA DOS PRODUTOS É DE RESPONSABILIDADE DA PROPONENTE.**

**5.3** Os produtos deverão ter prazo de validade de no mínimo 12 meses.

**5.4** Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:

**a) Provisoriamente**, para verificação da quantidade entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade com a especificação;

**b) Definitivamente**, em até 02 (dois) dias úteis, após a verificação da qualidade e conformidade do produto com as especificações e a consequente aceitação.

**5.5** Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará até o 5º (quinto) dia subsequente à entrega.

**5.6** O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital e nesta Ata de Registro de Preços, verificadas posteriormente.

**5.7** Os produtos que forem **RECUSADOS** (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) **DEVERÃO SER SUBSTITUÍDOS NO PRAZO MÁXIMO DE 72 (SETENTA E DUAS) HORAS**, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Simae.

**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

**5.8** SE A SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS RECUSADOS, POR QUALQUER PROBLEMA, NÃO FOR REALIZADA NO PRAZO ESTIPULADO, A FORNECEDORA ESTARÁ SUJEITA ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO EDITAL, NESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E NA LEI.

**5.9** Caso os produtos sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

**5.10** A empresa registrada deverá responsabilizar-se pelo envio e frete dos produtos solicitados.

**5.11** O fornecimento dos materiais de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

**5.12** O Simae reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos materiais, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

**5.13** Constatado o fornecimento de materiais de má qualidade, o Simae poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

## **6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

**6.1** A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

**6.2** A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

**6.3** A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

**6.4** A empresa registrada que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do Contrato que se fizerem necessários, por conveniência do Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## **7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS**

**7.1** Cabe a empresa registrada:

- a) Providenciar, no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas**, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais;
- b) Atender às especificações do Edital e desta Ata de Registro de Preços e executar de acordo com a demanda apresentada pelo Simae, **durante a validade desta Ata de Registro de Preços**;

**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

- c) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório;
- d) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;
- e) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;
- f) Exigir do Simae, documento de autorização emitido pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento;
- g) Fornecer o objeto da presente licitação conforme o disposto no item 5 desta Ata de Registro de Preços.

## 8. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

### 8.1 Cabe ao Simae:

- a) Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b) Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do Simae, visando à fiscalização da execução do Contrato/Ata Registro de Preços;
- c) Efetuar o pagamento à empresa registrada, de acordo com o item 9 desta Ata de Registro de Preços;
- d) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela empresa registrada, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- e) Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços;
- f) Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

## 9. DA FORMA DE PAGAMENTO

**9.1** O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora no Pregão, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

### 9.2 O pagamento será:

**9.2.1** Efetivado de acordo com os produtos entregues, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de produtos que deverão ser emitidas em nome do Serviço

**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, ao e-mail [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br) da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo Simae.

**9.2.2** Realizado através do Simae, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o atesto do Fiscal, contados do efetivo recebimento e aceitação da nota fiscal observado o que consta no item 5 desta Ata de Registro de Preços.

**9.2.3** Caso os produtos sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

**9.3** É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

**9.4** Nenhum pagamento será efetuado à empresa enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**9.5** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**9.6** O Simae exigirá da empresa registrada que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

**9.7** O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela empresa registrada, devendo, portanto, ser mencionados na Nota Fiscal/Fatura o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

**9.8** Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da empresa registrada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para o fornecimento dos produtos, constituindo-se na única remuneração devida.

**9.9** No eventual atraso de pagamento por parte do Simae, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

## **10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**10.1** As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2018, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.122.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.060

ELEMENTOS: 3.3.90.30.22.00.00.02

## **11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA**

**11.1** O Simae poderá cancelar o Registro de Preços da fornecedora nos casos a seguir especificados:

**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de esse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de realizar os serviços, no prazo estabelecido, decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

**11.2** Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## **12. DAS SANÇÕES**

**12.1** As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Edital de Licitação e nesta Ata de Registro de Preços.

**12.2** Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, às empresas registradas são:

### **I – Advertência**, que será aplicada:

- a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da empresa registrada;
- b) devido a ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Simae, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

### **II – Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, cuja aplicação será sobre o valor do Empenho do mês em que ocorreu o não atendimento, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela a que se refere, no caso de não atendimento as exigências deste Edital e da Ata de Registro de Preços/Contrato;



**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

b) 10% (dez por cento) no caso da Contratada não entregar os produtos, desatender às condições estipulada ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

**III – Suspensão**, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, **ficará impedida de licitar e contratar** com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, na hipótese de:

- a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou Empenho, quando enviado por e-mail dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a adjudicação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do Contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;
- k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato (ter sido o seu produto recusado duas vezes).

**IV – Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, por prazo não superior a 5 (cinco) anos (nas mesmas hipóteses previstas para suspensão, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

**12.3** As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de contratar com o Simae e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de multa.

**12.4** Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o Simae considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

**12.5** O Simae observará a boa-fé da Contratada e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Simae ou a terceiros.

**12.6** As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Contratada e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

**12.7** Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**12.8** O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à Contratada.

**12.8.1** Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

**12.8.2** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Simae, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

### **13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1** Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**13.2** E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 22 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
Patricia Callegari Warken  
Diretora Adjunta do Simae

\_\_\_\_\_  
Roberto Tessaro & Cia Ltda  
Roberto Antonio Tessaro /Gerente Administrativo

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Graciela Pratto Bordin da Rosa  
Gerente SMTP

\_\_\_\_\_  
Giane Maria Marquezze Lecher  
Diretora Administrativa

**HOMOLOGAÇÃO PR 05-18- SIMAE**

Publicação Nº 1532377

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2018 - PR</b>  Processo Administrativo: 6/2018 Processo de Licitação: 6/2018 Data do Processo: 15/01/2018
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

A Diretora Adjunta, Patricia Callegari Warken, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 6/2018  
b ) Licitação Nr.: 5/2018-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 22/02/2018  
e ) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS GENUINOS PARA AS MÁQUINAS PESADAS (RETROESCAVADEIRAS) DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**LOCOMAQ COM E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIP LTDA-ME (7833)**

1 SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA MAQUINAS PESADAS (RETROESCAVADEIRAS) LOTE 05 - Marca: LOCOMAQ	HR	700,00	0,0000	98,00	68.600,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>68.600,00</b>

**RODRIMAQ MECANICA PESADA LTDA - ME (8264)**

2 SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA MAQUINAS PESADAS (RETROESCAVADEIRAS)-LOTE 05 - Marca: RODRIMAQ	HR	300,00	0,0000	100,00	30.000,00
3 SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA MAQUINAS PESADAS (RETROESCAVADEIRAS) LOTE 05 - Marca: RODRIMAQ	HR	100,00	0,0000	100,00	10.000,00

Joaçaba, 22 de Fevereiro de 2018.

-----  
Patricia C. Warken - Diretora Adjunta

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

CNPJ: 84.591.890/0001-43  
Rua Tiradentes, 123  
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 5/2018 - PR**

Processo Administrativo: 6/2018  
Processo de Licitação: 6/2018  
Data do Processo: 15/01/2018

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****RODRIMAQ MECANICA PESADA LTDA - ME (8264)**

4	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA MAQUINAS PESADAS (RETROEACAVADEIRAS ) LOTE 05 - Marca: RODRIMAQ	HR	100,00	0,0000	100,00	10.000,00
5	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE RETROEACAVADEIRA EM CAMINHÃO TIPO PLATAFORMA - Marca: RODRIMAQ	SV	120,00	0,0000	290,00	34.800,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>84.800,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>153.400,00</b>

Joaçaba, 22 de Fevereiro de 2018.

-----  
Patricia C. Warken - Diretora Adjunta

Jupia

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017

Publicação Nº 1531602

Página: 1/4

TADO DE SANTA CATARINA  
INICIPIO DE JUPIA  
A DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 06/03/2017		Válido até: 06/03/2018		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO E MATERIAIS, PARA USO NAS INSEMINAÇÕES ARTIFICIAIS BOVINAS, DESTE MUNICÍPIO.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	SÊMEN BOVINO DA RAÇA HOLANDESA, COM PROVA OFICIAL NÃO INFERIOR A DEZEMBRO DE 2016, COM BASE AMERICANA (USDA, HA, INTERBULL) COM HABILIDADE TRANSMISSORA PREDITA (PTA) PARA LEITE IGUAL OU SUPERIOR A +2000 LIBRAS, COM CONFIABILIDADE DE PROVA DE PRODUÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 95%; COMPOSTO DE PERNAS E PÊS SUPERIOR A +0,30; COMPOSTO DE UBERÊ SUPERIOR A +1,50; FACILIDADE DE PARTO DO TOURO DE 6,0% OU MENOS. (01-01-31659)	Und	CAMPESTRE VET COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS LT (3383)	CRI 1HO0984€	0	25,3000	1
2	SÊMEN BOVINO DA RAÇA JERSEY, COM PROVA OFICIAL NÃO INFERIOR A DEZEMBRO DE 2016, COM BASE AMERICANA (USDA, HA, INTERBULL) COM HABILIDADE TRANSMISSORA PREDITA (PTA) PARA LEITE IGUAL OU SUPERIOR A +1100 LIBRAS, PTA GORDURA SUPERIOR A + 20 LIBRAS, PTA PROTEÍNA SUPERIOR A +30 LIBRAS, COM CONFIABILIDADE DE PROVA DE PRODUÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 98%; VIDA PRODUTIVA SUPERIOR A +4,00. (01-01-31660)	Und	CAMPESTRE VET COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS LT (3383)	CRI 1JEO0783	0	17,0000	1
3	SÊMEN BOVINO DA RAÇA TABAPUÃ. (01-01-31661)	Und	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA- EPP (3382)	GUAJU	0	10,9000	1
			CAMPESTRE VET COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS LT (3383)	CRI DEQUE	0	11,0000	2
			GENUTRI COMERCIO DE SEMEN LTDA - EPP (3096)	GUAJU	0	13,0000	3
4	SÊMEN BOVINO DA RAÇA BRAHMAN. (01-01-31662)	Und	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA- EPP (3382)	MISTER BRUN	0	10,0000	1
			CAMPESTRE VET COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS LT (3383)	CRI MARFIM	0	10,2000	2
			GENUTRI COMERCIO DE SEMEN LTDA - EPP (3096)	MISTER BR TI	0	11,0000	3
5	SÊMEN BOVINO DA RAÇA NELORE MOCHO. (01-01-31663)	Und	CAMPESTRE VET COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS LT (3383)	CRI	0	11,2000	1
			DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA- EPP (3382)	NETO III	0	11,3000	2
			GENUTRI COMERCIO DE SEMEN LTDA - EPP (3096)	NETO III	0	12,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 06/03/2017		Válido até: 06/03/2018		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO E MATERIAIS, PARA USO NAS INSEMINAÇÕES ARTIFICIAIS BOVINAS, DESTE MUNICÍPIO.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	SÊMEN BOVINO DA RAÇA GUZERA MOCHO. (01-01-31664)	Und	DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA- EPP (3382)	GAIO	0	14,7000	1
			GENUTRI COMERCIO DE SEMEN LTDA - EPP (3096)	JATOBA	0	15,0000	2
			CAMPESTRE VET COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS LT (3383)	CRI TUCO	0	15,7000	3
7	BAINHA DESCARTÁVEL PARA USO EM INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL (TIPO FRANCESA) PACOTE COM 50 UNIDADES (01-01-31665)	Pct	NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (1740)	BOVI GAINE	0	15,4000	1
			CAMPESTRE VET COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS LT (3383)	IMV	0	15,5000	2
			DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA- EPP (3382)	IBERSAN	0	16,0000	3
8	LUVIA PLÁSTICA DESCARTÁVEL COM CINCO (05) DEDOS, PARA A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL. CAIXAS COM 100 UNIDADES. (01-01-31666)	Cx	NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (1740)	NITROSEMEN	0	35,8000	1
			CAMPESTRE VET COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS LT (3383)	AGRO. GLOVET	0	36,0000	2
			DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA- EPP (3382)	WALMUR	0	38,0000	3
9	NITROGÊNIO LÍQUIDO PARA CONSERVAÇÃO DE SÊMEN BOVINO. (01-01-31667)	Lt	NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (1740)	NITROVET	0	4,6000	1
10	SÊMEN BOVINO DA RAÇA HOLANDESA CONGELADO, COM NO MÍNIMO 30 MILHÕES DE ESPERMATOZOIDES E COM NO MÍNIMO 30% DE VIAFES POS-DESCONGELAÇÃO. ORIUNDO DE CENTRAL CADASTRADA NO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, COM PROVA GENÔMICA QUE APRESENTE AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: GTPI (I.D.) = OU > 1850; PRODUÇÃO LEITE=OU > 630; QUANT. GORDURA = OU > 5; QUANT. PROTEÍNA = OU > 16; % GORDURA = OU > 0,05; % PROTEÍNA = OU > 0,01; MÉRITO LÍQUIDO = OU > 185; VIDA PRODUTIVA = OU > 1,5; COMPOSTO DE PENAS E PÉS = OU > 0,5; COMPOSTO CORPORAL = OU > 0,35; ESTATURA = OU > 0,25; FORÇA = OU > 0,75; PROFUNDIDADE CORPORAL = OU > 0,4; PERNAS VISTA LATERAL = OU > 0,6; INSERÇÃO DE UBERE ANTERIOR = OU > 0,1; ALTURA DE UBERE POSTERIOR = OU > 0,2; LARGURA DE UBERE = OU > 0,16; (01-01-31670)	Und	GENUTRI COMERCIO DE SEMEN LTDA - EPP (3096)	PALERMO	0	25,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE JUPIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 06/03/2017		Válido até: 06/03/2018			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO E MATERIAIS, PARA USO NAS INSEMINAÇÕES ARTIFICIAIS BOVINAS, DESTE MUNICÍPIO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	SÊMEN BOVINO DA RAÇA JERSEY CONGELADO, COM NO MÍNIMO 30 MILHÕES DE ESPERMATÓZOIDES E COM NO MÍNIMO 30% DE VIÁVEIS PÓS-DESCONGELAÇÃO. ORIUNDO DE CENTRAL CADASTRADA NO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, COM PROVA GENÔMICA QUE APRESENTE AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ÍNDICE DE DESEMPENHO = OU > 54; PRODUÇÃO DE LEITE = OU > 920 L; QUANTIDADE DE GORDURA NO LEITE = OU > 27 L; QUANTIDADE DE PROTEÍNA NO LEITE = OU > 25 L; % GORDURA = OU > 0,07; % PROTEÍNA = OU > 0,07; MÉRITO LÍQUIDO = OU > 73; MÉRITO VOLUME = OU > 95; MÉRITO QUEIJO = OU > 56; CLASSIFICAÇÃO FINAL TIPO = OU > 0,6; COMPOSTO DO ÚBERE = OU > 0,35; TIPO LEITEIRO = OU > 1; ESTATURA = OU > 0,5; FORÇA = OU > 0,3; ÂNGULO DA GARUPA = OU > 0,1; LARGURA DA GARUPA = OU > 0,1; ALTURA DO ÚBERE POSTERIOR = OU > 0,5; LARGURA DO ÚBERE = OU > 0,4; (01-01-31671)	Und	GENUTRI COMERCIO DE SEMEN LTDA - EPP (3096)	MIRAMONTE	0	23.9000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE JUPIA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 06/03/2017		Válido até: 06/03/2018				
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE SEMEN BOVINO E MATERIAIS, PARA USO NAS INSEMINAÇÕES ARTIFICIAIS BOVINAS, DESTE MUNICIPIO.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017  
PROCESSO Nº 11/2017

- (1740) - NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA
- (3096) - GENUTRI COMERCIO DE SEMEN LTDA - EPP
- (3382) - DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA- EPP
- (3383) - CAMPESTRE VET COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS LT

Jupia, 6 de Março de 2017.

DEISE LUCIA NOAL RIBEIRO  
EQUIPE DE APOIO

JUARES LUSSANI  
Pregoeiro(a)

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2017

Publicação Nº 1531609

Página: 1/11

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JUIPIÁ

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 08/03/2017		Válido até: 08/03/2018		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS, PARA REPOSIÇÃO EM MÁQUINAS RODOVIÁRIAS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, DESTA MUNICIPALIDADE.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	PNEU NOVO 17 5X25 16 LONAS (01-01-00178)	Und	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3387)	TITAN	0	2.920,0000	1
2			A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	Goodyear	0	2.945,0000	2
2	PNEU NOVO 1000X20 LISO NACIONAL (01-01-05525)	Und	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3387)	GOODYEAR	0	935,0000	1
			A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	Pirelli	0	940,0000	2
			VOLMIR DE BRITO GOMES ME (1778)	PIRELLI	0	950,0000	3
3	PNEU NOVO 1000X20 BORRACHUDO NACIONAL (01-01-05526)	Und	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3387)	GOODYEAR	0	1.040,0000	1
			VOLMIR DE BRITO GOMES ME (1778)	PIRELLI	0	1.130,0000	2
			A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	Pirelli	0	1.193,0000	3
4	PNEU NOVO 750X16 12 LONAS LISO NACIONAL (01-01-08180)	Und	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3387)	GOODYEAR	0	500,0000	1
			VOLMIR DE BRITO GOMES ME (1778)	PIRELLI	0	529,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (2070)	PIRELLI	0	567,0000	3
			A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	Goodyear	0	588,0000	4
5	PNEU NOVO 175/70 R14 NACIONAL (01-01-08183)	Und	A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	Dunlop	0	220,0000	1
			VOLMIR DE BRITO GOMES ME (1778)	DUNLOP	0	222,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (2070)	SEIBERLING	0	288,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE JUPIÁ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017**

Página: 2/11

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 08/03/2017		Válido até: 08/03/2018			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS, PARA REPOSIÇÃO EM MÁQUINAS RODOVIÁRIAS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

6	PNEU NOVO 185 R14 NACIONAL (01-01-13708)	Und	VOLMIR DE BRITO GOMES ME (1778)	DUNLOP	0	320,0000	4
			A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	Falken	0	275,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (2070)	FIRESTONE	0	327,0000	3
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3387)	GOODYEAR	0	360,0000	4
7	PNEU NOVO 215/75 R 17,5 LISO NACIONAL RADIAL (01-01-22181)	Und	A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	Dunlop	0	699,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA (2070)	FIRESTONE	0	815,0000	2
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3387)	GOODYEAR	0	865,0000	3
			VOLMIR DE BRITO GOMES ME (1778)	PIRELLI	0	930,0000	4
8	PNEU NOVO 12.5/80-18 NACIONAL (01-01-23910)	Und	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3387)	GOODYEAR	0	1,200,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA (2070)	PIRELLI	0	1,235,0000	2
			A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	Goodyear	0	1,429,0000	3
9	PNEU NOVO 165/70 R13 NACIONAL (01-01-23911)	Und	VOLMIR DE BRITO GOMES ME (1778)	PIRELLI FORN	0	131,0000	1
			A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	Dunlop	0	132,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (2070)	SEIBERLING	0	182,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE JUPIÁ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017**

Página: 3/11

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 08/03/2017		Válido até: 08/03/2018			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS, PARA REPOSIÇÃO EM MÁQUINAS RODOVIÁRIAS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3387)	GOODYEAR	0	190,0000	4
10	PNEU NOVO 225/50 R17 NACIONAL (01-01-26606)	Und	A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	Falken	0	350,0000	1
			VOLMIR DE BRITO GOMES ME (1778)	PIRELLI	0	355,0000	2
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3387)	GOODYEAR	0	460,0000	3
			MODELO PNEUS LTDA (2070)	BRIDGESTON	0	482,0000	4
11	RECAPAGEM DE PNEU 23-1/26 R1 A FRIO COMUM BORRACHUDO (01-01-26634)	Und	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	1.585,0000	1
			VOLMIR DE BRITO GOMES ME (1778)		0	1.590,0000	2
			RECAPADORA MARREAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	2.550,0000	3
12	RECAPAGEM DE PNEU 17.5-25 A FRIO COMUM (01-01-26637)	Und	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	820,0000	1
			RECAPADORA MARREAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	1.530,0000	2
			F M PNEUS LTDA (205)	VIPAL	0	1.560,0000	3
			A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	A C Pneus	0	1.659,0000	4
13	RECAPAGEM PNEU 14.9-26 A FRIO COMUM (01-01-26639)	Und	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	870,0000	1
			A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	A C Pneus	0	875,0000	2
			RECAPADORA MARREAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	1.020,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE JUPIÁ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017**

Página: 4/11

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 08/03/2017		Válido até: 08/03/2018		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS, PARA REPOSIÇÃO EM MÁQUINAS RODOVIÁRIAS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, DESTA MUNICIPALIDADE.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
14	RECAPAGEM PNEU 23.1-30 A FRIO COMUM (01-01-26640)	Und	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	1.600,0000	1			
			RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	2.295,0000	2			
			F M PNEUS LTDA (205)	VIPAL	0	2.550,0000	3			
15	RECAPAGEM PNEU 1400 X 24 A FRIO COMUM BORRACHUDO (01-01-26642)	Und	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	705,0000	1			
			RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	710,0000	2			
			F M PNEUS LTDA (205)	VIPAL	0	1.250,0000	3			
			VOLMIR DE BRITO GOMES ME (1778)		0	1.250,0000	4			
16	RECAPAGEM PNEU 12,5X8,18 A FRIO COMUM (01-01-26643)	Und	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	490,0000	1			
			RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	495,0000	2			
			A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	A C Pneus	0	637,0000	3			
17	PNEU NOVO COM 20 LONAS 20,5 X 25 NACIONAL (01-01-26652)	Und	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3387)	TITAN	0	6.800,0000	1			
18	PNEU NOVO 750 X 16 12 LONAS BORRACHUDO NACIONAL (01-01-26658)	Und	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3387)	GOODYEAR	0	438,0000	1			
			VOLMIR DE BRITO GOMES ME (1778)	PIRELLI	0	589,0000	2			
			MODELO PNEUS LTDA (2070)	PIRELLI	0	618,0000	3			
			A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	Pirelli	0	644,0000	4			

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE JUPIÁ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017**

Página: 5/11

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 08/03/2017		Válido até: 08/03/2018			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS, PARA REPOSIÇÃO EM MÁQUINAS RODOVIÁRIAS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	PNEU NOVO 16 LONAS 1400 X 24 BORRACHUDO NACIONAL (01-01-29154)	Und	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3387)	TITAN	0	2.005,0000	1
20	PNEU NOVO 700 X 16 12 LONAS LISO NACIONAL (01-01-29155)	Und	A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	Pirelli	0	444,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA (2070)	PIRELLI	0	445,0000	2
21	RECAPAGEM PNEU 14.9 R 26 A FRIO COMUM (01-01-31326)	Und	RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	850,0000	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	855,0000	2
22	RECAPAGEM PNEU 23.1 R30 A FRIO COMUM (01-01-31327)	Und	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	1.585,0000	1
			RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	2.295,0000	2
			F M PNEUS LTDA (205)	VIPAL	0	2.450,0000	3
23	RECAPAGEM PNEU 12.4 R21 A FRIO COMUM (01-01-31328)	Und	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	450,0000	1
			RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	680,0000	2
			F M PNEUS LTDA (205)	VIPAL	0	760,0000	3
24	RECAPAGEM 18.4 R30 A FRIO COMUM (01-01-31329)	Und	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	1.150,0000	1
			RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	1.402,0000	2
			VOLMIR DE BRITO GOMES ME (1778)		0	1.490,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017

Página: 6/11

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 08/03/2017		Válido até: 08/03/2018		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS, PARA REPOSIÇÃO EM MÁQUINAS RODOVIÁRIAS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, DESTA MUNICIPALIDADE.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
25	RECAPAGEM PNEU 14.9 R24 A FRIO COMUM (01-01-31330)	Und	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	780,0000	1			
			VOLMIR DE BRITO GOMES ME (1778)		0	920,0000	2			
			RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	940,0000	3			
26	RECAPAGEM PNEU 18.4 R34 A FRIO COMUM (01-01-31331)	Und	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	1.230,0000	1			
			RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	1.590,0000	2			
			F M PNEUS LTDA (205)	VIPAL	0	1.650,0000	3			
			A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	A C Pneus	0	1.759,0000	4			
27	PNEU NOVO 750 X 16 12 LONAS LISO COMUM (01-01-31506)	Und	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3387)	GOODYEAR	0	500,0000	1			
			VOLMIR DE BRITO GOMES ME (1778)	PIRELLI	0	549,0000	2			
			MODELO PNEUS LTDA (2070)	PIRELLI	0	567,0000	3			
			A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	Goodyear	0	575,0000	4			
30	PNEU AGRICOLA NOVO 12.4 R21 12 LONAS (01-01-31513)	Und	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3387)	GOODYEAR	0	1.300,0000	1			
			MODELO PNEUS LTDA (2070)	FIRESTONE	0	1.445,0000	2			
			A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	Pirelli	0	1.688,0000	3			
31	PNEU AGRICOLA NOVO 14.9 R26 12 LONAS (01-01-31515)	Und	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3387)	GOODYEAR	0	1.550,0000	1			



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE JUPIÁ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017**

Página: 7/11

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 08/03/2017		Válido até: 08/03/2018			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS, PARA REPOSIÇÃO EM MÁQUINAS RODOVIÁRIAS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

32	PNEU AGRÍCOLA NOVO 23.1 R30 12 LONAS (01-01-31516)	Und	MODELO PNEUS LTDA (2070)	FIRESTONE	0	2.028,0000	2
			A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	Goodyear	0	2.137,0000	3
33	PNEU NOVO 1000X20 LISO NACIONAL RADIAL MISTO (01-01-31517)	Und	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3387)	GOODYEAR	0	3.600,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA (2070)	FIRESTONE	0	4.170,0000	2
34	PNEU AGRÍCOLA NOVO 18.4 R30 10 LONAS (01-01-31546)	Und	A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	Goodyear	0	4.370,0000	3
			A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	Pirelli	0	1.396,0000	1
35	RECAPAGEM PNEU 750X16 A FRIO - RADIAL E BORRACHUDO (01-01-13698)	Und	MODELO PNEUS LTDA (2070)	FIRESTONE	0	1.416,0000	2
			VOLMIR DE BRITO GOMES ME (1778)	PIRELLI	0	1.590,0000	3
36	PNEU AGRÍCOLA NOVO 18.4 R30 10 LONAS (01-01-31546)	Und	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3387)	GOODYEAR	0	1.600,0000	4
			VOLMIR DE BRITO GOMES ME (1778)	PIRELLI VANT.	0	2.180,0000	1
37	RECAPAGEM PNEU 750X16 A FRIO - RADIAL E BORRACHUDO (01-01-13698)	Und	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3387)	GOODYEAR	0	2.380,0000	2
			A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	Pirelli	0	2.430,0000	3
38	RECAPAGEM PNEU 750X16 A FRIO - RADIAL E BORRACHUDO (01-01-13698)	Und	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME (3086)	BOREX	0	209,0000	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	210,0000	2
39	RECAPAGEM PNEU 750X16 A FRIO - RADIAL E BORRACHUDO (01-01-13698)	Und	RECAPADORA MARREAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	295,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

Página: 8/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 08/03/2017		Válido até: 08/03/2018			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS, PARA REPOSIÇÃO EM MÁQUINAS RODOVIÁRIAS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

36	RECAPAGEM PNEU 700X16 A FRIO - COMUM E BORRACHUDO (01-01-13699)	Und	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	186,0000	1
			R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME (3086)	BOREX	0	270,0000	2
			RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	279,0000	3
37	RECAPAGEM PNEU 1000X20 A FRIO COMUM (01-01-13702)	Und	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	308,0000	1
			R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME (3086)	BOREX	0	310,0000	2
			RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	323,0000	3
38	RECAPAGEM PNEU 1000X20 A FRIO BORRACHUDO - RADIAL (01-01-13707)	Und	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	350,0000	1
			R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME (3086)	BOREX	0	354,0000	2
			RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	378,0000	3
39	RECAPAGEM PNEU 750X16 A FRIO - COMUM E BORRACHUDO (01-01-16000)	Und	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	205,0000	1
			RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	279,0000	2
			VOLMIR DE BRITO GOMES ME (1778)		0	290,0000	3
40	RECAPAGEM PNEU 1000X20 A FRIO COMUM BORRACHUDO (01-01-21700)	Und	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME (3086)	BOREX	0	340,0000	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	343,0000	2
			RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	349,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

Página: 9/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 08/03/2017		Válido até: 08/03/2018			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS, PARA REPOSIÇÃO EM MÁQUINAS RODOVIÁRIAS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	RECAPAGEM PNEU 215/75 R17,5 BORRACHUDO RADIAL (01-01-24273)	Und	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME (3086)	BOREX	0	230.0000	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	232.0000	2
			RECAPADORA MARRECAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	320.0000	3
42	RECAPAGEM PNEU 20,5X25 A FRIO BORRACHUDO RADIAL (01-01-24274)	Und	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (3386)	RUZI	0	1.800.0000	1
			F M PNEUS LTDA (205)	VIPAL	0	2.680.0000	2
			A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME (1163)	A C Pneus	0	2.757.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017

Página: 10/11

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 08/03/2017		Válido até: 08/03/2018			
Objeto da Compra:		AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS, PARA REPOSIÇÃO EM MÁQUINAS RODOVIÁRIAS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, DESTA MUNICIPALIDADE.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RECAPADORA MARRECAS LTDA - EPP (1701)	BOREX	0	2.899,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE JUPIA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 08/03/2017		Válido até: 08/03/2018			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS, PARA REPOSIÇÃO EM MÁQUINAS RODOVIÁRIAS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2017  
PROCESSO Nº 14/2017

- (205) - F M PNEUS LTDA
- (1163) - A C PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME
- (1701) - RECAPADORA MARRECAS LTDA - EPP
- (1778) - VOLMIR DE BRITO GOMES ME
- (2070) - MODELO PNEUS LTDA
- (3086) - R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME
- (3386) - VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP
- (3387) - PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME

Jupia, 8 de Março de 2017.

DEISE LUCIA NOAL RIBEIRO  
EQUIPE DE APOIO

JUARES LUSSANI  
Pregoeiro(a)

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2017

Publicação Nº 1531606

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JUIPIÁ

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2017

Número do Registro de Preços: 4/2017		Data do Registro: 16/03/2017		Válido até: 16/03/2018			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, PARA REPOSIÇÃO NA READEQUAÇÃO DAS RUAS, AVENIDAS E ESTRADAS VICINAIS DESTA MUNICÍPIO, CONFORME A NECESSIDADE DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	TUBO DE CONCRETO 60CM (01-01-01231)	Und	EMPLEITERRA SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA - EPP (2603)	EMPLEITEIRA	0	67,0000	1
			CONSTRUTORA VILLANI LTDA (1934)	VILLANI	0	67,5000	2
			VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA EPP (2383)	VISOLI	0	70,0000	3
2	TUBO DE CONCRETO 40CM (01-01-01232)	Und	EMPLEITERRA SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA - EPP (2603)	EMPLEITEIRA	0	31,0000	1
			CONSTRUTORA VILLANI LTDA (1934)	VILLANI	0	32,0000	2
			VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA EPP (2383)	VISOLI	0	35,0000	3
3	TUBO DE CONCRETO 30CM (01-01-01233)	Und	VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA EPP (2383)	VISOLI	0	27,0000	1
			EMPLEITERRA SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA - EPP (2603)	EMPLEITEIRA	0	29,0000	2
4	TUBO DE CONCRETO 1,5 MT COM MALHA DE FERRO (01-01-01234)	Und	VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA EPP (2383)	VISOLI	0	750,0000	1
5	TUBO DE CONCRETO 20CM (01-01-02123)	Und	EMPLEITERRA SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA - EPP (2603)	EMPLEITEIRA	0	22,5000	1
			VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA EPP (2383)	VISOLI	0	23,0000	2
6	TUBO DE CONCRETO 80CM SEM MALHA DE FERRO (01-01-31765)	Und	VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA EPP (2383)	VISOLI	0	150,0000	1
			EMPLEITERRA SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA - EPP (2603)	EMPLEITEIRA	0	152,0000	2

Página: 2/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JUPIÁ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2017**

**Número do Registro de Preços: 4/2017      Data do Registro: 16/03/2017      Válido até: 16/03/2018**

**Objeto da Compra:** AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, PARA REPOSIÇÃO NA READEQUAÇÃO DAS RUAS, AVENIDAS E ESTRADAS VICINAIS DESTA MUNICÍPIO, CONFORME A NECESSIDADE DESTA MUNICIPALIDADE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	TUBO DE CONCRETO 80CM COM MALHA DE FERRO CA1 (01-01-31766)	Und	EMPLEITERRA SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA - EPP (2603)	EMPLEITERRA	0	187,5000	1
			VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA EPP (2383)	VISOLI	0	188,0000	2
8	TUBO DE CONCRETO 100CM SEM MALHA DE FERRO (01-01-31767)	Und	EMPLEITERRA SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA - EPP (2603)	EMPLEITERRA	0	227,5000	1
			VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA EPP (2383)	VISOLI	0	228,0000	2
9	TUBO DE CONCRETO 100CM COM MALHA DE FERRO CA1 (01-01-31768)	Und	VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA EPP (2383)	VISOLI	0	273,0000	1



Página: 3/4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE JUPIA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2017

Número do Registro de Preços: 4/2017		Data do Registro: 16/03/2017		Válido até: 16/03/2018			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, PARA REPOSIÇÃO NA READEQUAÇÃO DAS RUAS, AVENIDAS E ESTRADAS VICINAIS DESTA MUNICÍPIO, CONFORME A NECESSIDADE DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EMPLEITEIRA SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA - EPP (2603)	EMPLEITEIRA	0	273.5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE JUPIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2017

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 4/2017		Data do Registro: 16/03/2017		Válido até: 16/03/2018			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, PARA REPOSIÇÃO NA READEQUAÇÃO DAS RUAS, AVENIDAS E ESTRADAS VICINAIS DESTA MUNICÍPIO, CONFORME A NECESSIDADE DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2017  
PROCESSO Nº 16/2017

- (1934) - CONSTRUTORA VILLANI LTDA
- (2383) - VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA EPP
- (2603) - EMPLÉITERRA SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA - EPP

Jupia, 16 de Março de 2017.	DEISE LUCIA NOAL RIBEIRO EQUIPE DE APOIO	JUARES LUSSANI Pregoeiro(a)
-----------------------------	---	--------------------------------

# Lages

## PREFEITURA

### ATO DE DISPENSA 05/2018 PML

Publicação Nº 1532914

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 05/2018 - PML

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura de Dispensa de Licitação sob nº 05/2018 - PML, através do Município de Lages, com:

ANDRE ALEXANDRE FERREIRA - ME., inscrita no CNPJ sob n.º 14.963.233/0001-02.

O valor total da presente Dispensa é de R\$ 26.707,65 (vinte e seis mil setecentos e sete reais e sessenta e cinco centavos).

Objeto: " Contratação de empresa para prestação de serviço e fornecimento de material para realização de manutenção no Motor e Bomba de Combustível da Viatura ABTR - 105 do 5º BBM."

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 14 fevereiro de 2018.

Ivonilso Varela Duarte  
1º Tem. BM MTCL 924.313-5 CMT. INT> da 1ª/5ºBBM

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria do Exmo. Sr. Ivonilso Varela Duarte, 1º Tem. BM MTCL 924.313-5 CMT. INT> da 1ª/5ºBBM, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo Processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 14 fevereiro de 2018.  
Antonio Ceron  
Prefeito do Município

### TP 03/2018 PML

Publicação Nº 1532250

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços 03/2018 PML

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para Execução do Acesso e Término do CEIM Promorar.

Abertura:15/03/2018 às 09h

Valor Estimado: R\$ 720.494,73

Lages, 23 de fevereiro de 2018.  
Antônio César Alves de Arruda  
Secretário de Administração e Fazenda

# Laguna

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 5005/2018

Publicação Nº 1532246

DECRETO Nº 5.005/2018, de 21 de fevereiro de 2018.

REGULAMENTA A LEI Nº 1.960, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E CONCESSÕES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE (PMI)

Sessão I

Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) destinado a autorizar e orientar a participação de particulares na apresentação de estudos com vistas à inclusão de projetos na estruturação de parcerias público-privadas e concessões no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo Municipal, nos termos dispostos neste Decreto.

§1º Poderão fazer uso do PMI os órgãos e as entidades da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo Municipal que tiverem interesse em obter as informações mencionadas no caput para a realização de projetos de sua competência a partir da identificação de uma necessidade ou demanda.

§2º Para os fins deste Decreto, o PMI poderá ser deflagrado a partir de Manifestação de Interesse Privado (MIP), apresentada por pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, nos termos deste Decreto.

§3º O procedimento previsto no caput poderá ser aplicado à atualização, complementação ou revisão de projetos, levantamentos, investigações e estudos já elaborados.

Art. 2º A competência para determinar a análise preliminar, autorizar o lançamento de edital de chamamento público e aprovar a modelagem será exercida pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas e Concessões de Laguna/SC.

Art. 3º O PMI será composto das seguintes fases:

I - análise preliminar;

II - chamamento público;

III - modelagem

IV - julgamento

V - audiência pública.

Seção II

Análise Preliminar

Subseção I

Solicitação de Instauração

Art. 4º A solicitação de instauração do PMI será formulada por órgão da administração municipal, direta ou indireta, encaminhada à análise do Conselho Gestor, bem como, poderá ter seu início deflagrado por iniciativa própria do Presidente do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas e Concessões de Laguna/SC, e deverá:

I - demonstrar o interesse público na realização dos trabalhos;

II - informar os estudos preliminares que permitam a apreciação técnica do procedimento com relação aos custos, benefícios, prazos e viabilidade, caso existentes;

III - delimitar o escopo dos estudos, podendo se restringir a indicar

tão somente o problema que se busca resolver com a parceria, deixando à iniciativa privada a possibilidade de sugerir diferentes meios para sua solução;

IV - indicar prazo máximo para apresentação dos estudos e o valor nominal máximo para eventual ressarcimento;

V - indicar a modalidade de contratação a ser implementada e do arranjo jurídico preliminar proposto, bem como do respectivo prazo contratual, quando possível a estimativa;

VI - demonstração, ainda que preliminar, da viabilidade econômica, jurídica e técnica da parceria proposta.

Art. 5º No despacho inicial, o presidente do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas e Concessões de Laguna/SC deverá dispor sobre:

I - compatibilidade da proposta com as prioridades, políticas públicas e estratégias setoriais ou, caso essa compatibilidade não seja verificada, razões pelas quais o projeto sugerido deva ser priorizado pela Administração Pública;

II - se cabível, interface com estudos em análise pela Administração Pública, ou com empreendimentos por esta contratados, independentemente, no último caso, do respectivo regime jurídico;

Art. 6º O Conselho será responsável pela condução do PMI até a conclusão da seleção de estudos, podendo, para tanto, complementar informações, realizar análises, visitas, prestar esclarecimentos, realizar sessões públicas e demais tarefas consideradas necessárias para o bom desempenho do PMI, nos termos deste Decreto.

Subseção II

Manifestação de Interesse Privado (MIP)

Art. 7º A pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, interessada poderá apresentar Manifestação de Interesse Privado (MIP), devendo informar sua qualificação completa que permita a identificação do proponente, bem como indicação de localização para eventual envio de notificações, informações, erratas, respostas e solicitação de esclarecimentos.

Art. 8º Recebida a MIP, o Conselho Gestor procederá sua análise e avaliação do caráter prioritário do projeto, segundo as diretrizes governamentais vigentes.

Art. 9º A qualquer tempo, poderá ser solicitada ao proponente da MIP a adequação desta ao conteúdo estabelecido no art. 4º deste Decreto, a fim de subsidiar a análise e posterior deliberação.

Parágrafo único. Caso a MIP não seja aprovada, o proponente será cientificado dessa deliberação.

Seção III

Do Chamamento Público

Subseção I

Da Abertura do Chamamento Público

Art. 10. O Edital de Chamamento Público do PMI será publicado no Diário Oficial do Município, na íntegra ou extrato, e disponibilizado na página oficial da Prefeitura Municipal ou da entidade solicitante.

§1º O Edital de Chamamento Público será elaborado e aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas e Concessões de Laguna/SC e deverá conter, no mínimo:

I - delimitação do escopo dos estudos a serem apresentados pelos interessados;

II - indicação das diretrizes e premissas da parceria a ser implementada;

III - prazo e forma de apresentação do requerimento de autorização;

IV - critérios para qualificação do interessado e de análise e aprovação do requerimento de autorização;

V - prazo para a apresentação dos estudos, compatível com a

complexidade e abrangência das atividades a serem desenvolvidas, contado da data de publicação da autorização;

VI - valor nominal máximo para eventual ressarcimento, critérios para a sua fixação, bem como base de cálculo para fins de reajuste;

VII - os critérios para avaliação, seleção e ressarcimento dos estudos.

§2º A delimitação de escopo a que se refere o inciso I do § 1º deste artigo poderá se restringir à indicação do problema a ser resolvido por meio da parceria, deixando aos interessados a possibilidade de sugerirem diferentes meios, modelos ou conjugação de arranjos jurídicos para sua solução.

§3º Quando possível, o Conselho avaliará, em cada caso, a conveniência e oportunidade de reunir, em um mesmo procedimento, objetos contratualmente fracionáveis para assegurar, entre outros aspectos, economia de escala, coerência de estudos relacionados a determinado setor, padronização ou celeridade do processo.

§4º O edital de chamamento público poderá fixar prazos intermediários para apresentação de informações e relatórios de andamento no desenvolvimento de estudos.

§5º No caso de proposta originada da iniciativa privada, deverá constar no edital de chamamento público o nome do proponente.

§6º O chamamento público poderá se limitar:

I - à finalidade de verificar, junto aos interessados, aspectos conceituais para a implementação de parcerias, hipótese em que, após a definição destes, a Administração Pública poderá elaborar novo chamamento público;

II - a aspectos parciais e específicos da parceria em modelagem.

#### Subseção II

##### Da Autorização

Art. 11. A autorização para a elaboração de estudos será pessoal e intransferível nos termos do que dispuser o edital de chamamento público, e:

I - não gerará qualquer benefício em eventual licitação do empreendimento;

II - não obrigará a Administração Pública a realizar a contratação da parceria modelada;

III - não implica, em nenhuma hipótese, responsabilidade da Administração Pública perante terceiros por atos praticados pelo destinatário da autorização.

Art. 12. O requerimento de autorização observará o edital de chamamento público, devendo conter as seguintes informações:

I - qualificação completa que permita a identificação da pessoa física ou jurídica e sua localização para eventual envio de notificações, informações, erratas, respostas ou solicitação de esclarecimentos, com:

a) nome completo;

b) inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

c) cargo, profissão ou atividade econômica;

d) endereço; e

e) endereço eletrônico;

II - detalhamento das atividades que pretende realizar, considerado o escopo dos estudos definidos na solicitação, respeitado o cronograma estabelecido no edital de chamamento público;

III - indicação de valor do ressarcimento pretendido, acompanhado de informações e parâmetros utilizados para sua definição, respeitado o valor máximo fixado no edital de chamamento público; e

IV - declaração mediante a qual seja transferida à Administração Pública os direitos autorais ou de propriedade intelectual relativos aos estudos selecionados.

§1º Qualquer alteração na qualificação do interessado deverá ser imediatamente comunicada ao Presidente do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas e Concessões de Laguna/SC.

§2º Os interessados em apresentar requerimento de autorização poderão se associar para a apresentação em conjunto de estudos, hipótese em que deverá ser indicada:

I - a pessoa física ou jurídica responsável pela interlocução com a Administração Pública; e

II - a proporção da repartição de eventual ressarcimento.

Art. 13. Recebidos os requerimentos de autorização, o Conselho deverá analisá-los no prazo de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, mediante autorização do Presidente do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas e Concessões de Laguna/SC.

Art. 14. Analisados os requerimentos de autorização, o Conselho elaborará parecer e emitirá termo de autorização aos requerentes que atenderem ao disposto neste Decreto.

§1º Não será concedida autorização aos requerentes que deixarem de comprovar o atendimento aos requisitos constantes neste decreto.

§2º O termo de autorização reproduzirá as condições estabelecidas no requerimento de autorização, podendo especificá-las, inclusive quanto às atividades a serem desenvolvidas, ao limite nominal para eventual ressarcimento e aos prazos intermediários para apresentação de informações e relatórios de desenvolvimento de estudos, conforme o caso.

§3º Ao destinatário da autorização é permitida a contratação de pessoas físicas e jurídicas para a elaboração dos estudos, permanecendo, no entanto, responsável perante à Administração Pública pelo atendimento dos prazos fixados no respectivo termo, bem como pela qualidade e veracidade dos estudos apresentados.

Art. 15. A autorização será extinta nas hipóteses de:

I - cassação, em caso de descumprimento de seus termos;

II - revogação, em caso de:

a) perda de interesse do Poder Público na parceria estudada; e

b) desistência por parte da pessoa física ou jurídica de direito privado autorizada a ser apresentada, a qualquer tempo, por meio de comunicação escrita ao Coordenador do PMI;

III - anulação, em caso de vício no procedimento instituído por este Decreto, ou por infração legal; ou

IV - ato que a torne sem efeito, em caso de superveniência de dispositivo legal, caso fortuito e de força maior que, por qualquer motivo, impeça o recebimento dos estudos.

§1º Na hipótese de descumprimento a que alude o inciso I:

I - o destinatário da autorização será notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias, promover a regularização;

II - não atendida a notificação a que alude o item 1 deste parágrafo, a autorização será cassada.

§2º A pessoa autorizada será comunicada, pelo Coordenador do PMI, da extinção a que alude o caput deste artigo.

Art. 16. O destinatário da autorização responsabilizar-se-á civil e administrativamente pela veracidade e qualidade dos estudos apresentados, devendo ressarcir a Administração Pública pelos danos que esta venha a sofrer em virtude de sua utilização.

#### Seção IV

##### Da Modelagem

#### Subseção I

##### Da Avaliação, Seleção e Aprovação da Modelagem

Art. 17. O Conselho poderá realizar reuniões com os destinatários da autorização, bem como com quaisquer interessados na modelagem, sempre que estes possam contribuir para a melhor compreensão do objeto e para a obtenção de estudos mais adequados à modelagem.

Art. 18. O Conselho analisará os estudos no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 19. Recebidos e avaliados os estudos, o Conselho emitirá parecer a respeito dos principais aspectos envolvidos, incluindo sugestão de modelagem final;

§1º O parecer a que alude o caput deste artigo analisará, no mínimo, os seguintes aspectos dos estudos:

I - observância de diretrizes e premissas definidas no edital de chamamento público;

II - consistência e coerência das informações que subsidiaram sua realização;

III - adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, e utilização de

equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor;

IV - compatibilidade com a legislação aplicável ao setor e com as normas técnicas emitidas pelos órgãos e pelas entidades competentes;

V - demonstração comparativa de custo e benefício da proposta do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes ou à atual forma de prestação da utilidade pela Administração Pública, bem como a parâmetros previamente estipulados no edital de chamamento público; e

VI - impacto social, econômico e ambiental da proposta para a parceria sugerida, se aplicável.

§2º O Conselho poderá solicitar aos autores dos estudos complementação ou correções que deverão estar expressamente identificadas na notificação que conceder o respectivo prazo.

Art. 20. O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas e Concessões de Laguna/SC, no âmbito das respectivas atribuições, poderá estabelecer a necessidade de alteração, aprofundamento e/ou detalhamento dos estudos que embasaram a modelagem.

Art. 21. Aprovada a modelagem, será realizada, quando cabível, audiência ou consulta públicas.

#### Subseção II

##### Dos Critérios e Limites de Ressarcimento

Art. 22. A participação por pessoa física ou jurídica, em qualquer fase do procedimento instituído por este Decreto, não implicará, por si só, direito a ressarcimento de valores.

Art. 23. Concluída a seleção dos estudos, os respectivos valores de ressarcimento serão apurados pelo Conselho, podendo solicitar o apoio de colaborador para consultas e orientação.

§1º O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas e Concessões de Laguna/SC poderá solicitar correções e alterações de estudos selecionados, em especial na ocorrência das seguintes condições:

I - alteração de premissas regulatórias e de atos normativos aplicáveis;

II - recomendações e determinações dos órgãos de controle; ou

III - contribuições provenientes de consulta ou audiência públicas.

§2º Sobrevindo alterações no estudo selecionado, seu autor poderá apresentar novos valores para o eventual ressarcimento de que trata o caput deste artigo, que serão objeto de análise;

§3º Para fins de ressarcimento nos moldes previstos neste Decreto, o valor fixado e homologado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas e Concessões de Laguna/SC deverá ser aceito, por escrito, pelo interessado, com expressa renúncia a qualquer quantia adicional.

Art. 24. Os critérios de ressarcimento constarão expressamente do edital de chamamento público e poderão basear-se na complexidade dos estudos, na elaboração de trabalhos similares, na tabela de honorários da entidade representativa de classe ou similar, bem como em parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade.

§1º Na fixação dos critérios de ressarcimento, considerar-se-á:

I - o valor nominal máximo e forma de seu reajuste, que serão definidos no edital de chamamento público;

II - o percentual a ser calculado com base no valor total estimado previamente pela Administração Pública para os investimentos necessários à implementação do empreendimento ou para os gastos necessários à operação e à manutenção da parceria durante o período de vigência do contrato, prevalecendo o valor maior, quando disponíveis e mensuráveis;

III - a remuneração variável relativa aos ganhos de eficiência e economicidade a serem obtidos pela Administração Pública, de acordo com a modelagem que embasar a respectiva licitação, tais como receitas acessórias, técnicas ou tecnologias alternativas e diferenciação nos projetos, mantido inalterado o objeto da parceria.

§2º A Administração Pública poderá utilizar um ou mais dos critérios constantes do § 1º deste artigo.

§3º A remuneração variável a que se refere o item 3 do § 1º deste artigo será proporcional à economia para a Administração Pública

advinda dos estudos apresentados.

§4º Na ocasião em que diferentes autorizados a realizar os estudos propuserem ganhos de eficiência e economicidade semelhantes sob as perspectivas técnica e econômica, o ressarcimento deverá ser repartido de maneira proporcional à contribuição de cada um.

§5º O valor de ressarcimento deverá ser compatível com os custos dos correspondentes estudos, demonstrados mediante planilha orçamentária.

§6º O edital de licitação alusivo à parceria decorrente de estudos desenvolvidos nos termos do disposto neste Decreto deverá prever a obrigação da futura contratada de ressarcir os custos incorridos pelo destinatário da autorização;

#### CAPÍTULO II

##### DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E CONCESSÕES DE LAGUNA/SC

Art. 25. O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas e Concessões de Laguna/SC tem a seguinte composição:

I – Secretário(a) Municipal de Administração, Fazenda e Serviço Públicos;

II – Secretário(a) Municipal de Obras e Transportes;

III – Secretário(a) Municipal de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Econômico;

IV – Procurador(a) Geral do Município;

V – Secretário(a) Municipal titular da Secretaria do Município da área correspondente à atividade objeto da parceria, na qualidade de supervisor;

VI – Até 2 (dois) membros de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

VII – Um membro da sociedade civil organizada, indicado pelo Prefeito Municipal;

Art. 26. Além dos membros poderão participar das reuniões do Conselho, com direito a voz, os demais titulares de Secretarias Municipais que tiverem interesse direto em determinada parceria, em razão de vínculo temático entre o objeto desta e o respectivo campo funcional.

Art. 27. O Conselho deliberará mediante voto da maioria, tendo o Presidente direito ao voto qualificado.

Art. 28. A participação de membro do Conselho será remunerada, a título de jeton, no valor de  $\frac{1}{3}$  (um terço) da remuneração total de Secretário Municipal, para os membros que não fizerem parte da Administração Pública.

#### CAPÍTULO III

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. Os prazos previstos neste Decreto contam-se em dias corridos a partir da data da ciência oficial dos atos, excluindo-se da contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Art. 30. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes do horário normal.

Art. 31. Todos os prazos previstos neste Decreto poderão ser prorrogados ou suspensos mediante despacho fundamentado do Coordenador do PMI, submetido à deliberação do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas e Concessões de Laguna/SC, de acordo com o interesse da Administração Pública e as peculiaridades do caso concreto, visando a assegurar a condução adequada do procedimento.

Art. 32. O transcurso dos prazos mencionados neste Decreto sem a adoção da providência correlata implicará a extinção do procedimento, observados, ainda, os seguintes efeitos:

I - a ausência de manifestação do proponente, do autorizado ou do interessado caracterizará perda de interesse no projeto proposto; e  
II - a ausência de manifestação pelos órgãos e entidades da Administração Pública mencionados neste Decreto caracterizará falta de interesse, por parte da última, no projeto apresentado.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata o inciso I deste artigo, a Administração Pública poderá dar continuidade aos estudos desenvolvidos pelo particular.

Art. 33. As informações relativas à proposta e sua tramitação, bem assim as atas, registros, manifestações das instâncias envolvidas



no procedimento e dados correlatos ficarão disponíveis para acesso.

Art. 34. Em qualquer fase do procedimento instituído por este Decreto, poderá a Administração Pública valer-se de consultoria técnica ou econômico-financeira externa para desenvolver ou analisar os estudos a ser contratada nos termos da lei.

Art. 35. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil  
Prefeito

## **PORTARIA Nº. 003/2018**

Publicação Nº 1532248

PORTARIA N.º 003/2018, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Nomeia os membros do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (PPPs) do município de Laguna-SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Candemil, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei ordinária nº. 1.960, de 04 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros do Conselho Gestor do Programa PPP do município, a seguir:

I - Luciana Fernandes Pereira: Secretária da Fazenda, Administração e Serviços Públicos;

II - Jonatan do Nascimento Ovídio: Secretário de Obras e Transportes;

III - Silvânia Cappua Barbosa: Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social;

IV - Antônio dos Reis: Procurador Geral do Município;

V - Ramiro Zinder da Silva: membro da sociedade civil.

Art. 2º. Fica designado como presidente do Conselho Gestor do Programa de PPP do município de Laguna-SC o membro Ramiro Zinder da Silva.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Publique-se no Diário Oficial do Município.

Mauro Vargas Candemil  
Prefeito



# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 013/2018 DE 19/02/2018 DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 1531662

Decreto nº. 013/2018

De 19/02/2018

"DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 98, inc. I letra b da Lei Orgânica Municipal c/c inciso XVI do artigo 6º e §§ 2º, 4º artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

DECRETA:

Art. 1º - Fica através deste Decreto nomeada a Comissão Permanente de Licitação para o período de 19 de Fevereiro a 31 de Dezembro de 2018, e terá função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Art. 2º - Os membros indicados para a Comissão Permanente de Licitação, deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, no julgamento das propostas deverá ser observado o princípio da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

Art. 3º - Fazem parte da Comissão Permanente de Licitação;

Presidente: Edilson José Grolli

Secretário: Mariana Kahler

Membro: Sabrina Francisca Romani Beltrão

Antoninho Baggio

Valdir Brunherotto

Parágrafo Único – Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 4º - Os membros da Comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo, sendo que a investidura deverá estar de acordo com o parágrafo 4º do artigo 51 da Lei nº 8.666/93.

Art. 5º - A Comissão poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário, durante todas as fases do processo licitatório.

Art. 6º - As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 008/2018 de 23/01/2018.

Art. 8º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, 19 de fevereiro de 2018.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

Mariana Kahler  
Servidora designada

### DECRETO Nº 014/2018 DE 19/02/2018 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 1531660

Decreto nº. 014/2018

De 19/02/2018

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 98, inc. I letra b da Lei Orgânica Municipal c/c inciso XVI do artigo 6º e §§ 2º, 4º artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

DECRETA:

Art. 1º - Fica através deste Decreto nomeado o Pregoeiro e a equipe de apoio, para realização de Licitação na Modalidade de Pregão de que trata o Decreto Municipal n. 041/2006 de 25/05/2006, para o período de 19 de Fevereiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018, e terá função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, conforme segue:

Pregoeiro: Edilson José Grolli

Equipe de Apoio : Mariana Kahler

Sabrina Francisca Romani Beltrão

Antoninho Baggio

Valdir Brunherotto

Art. 2º - O pregoeiro e a equipe de apoio deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, no julgamento das propostas deverá ser observado o princípio da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

Art. 3º – O pregoeiro e a equipe de apoio não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviços relevantes ao Município.

Art. 4º - Os membros da Comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo, sendo que a investidura deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

Art. 5º - O pregoeiro poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário, durante todas as fases do processo licitatório.

Art. 6º - As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 009/2017 de 23/01/2018.

Art. 8º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, 19 de Fevereiro de 2018.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

Mariana Kahler  
Servidora Designada

**PORTARIA N°040/2018 DE 19/02/2018 EXONERA A  
PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GESSIKA  
ZMIJEVSKI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação N° 1531645

PORTARIA n.040/2018  
DE 19/02/2018

"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GESSIKA  
ZMIJEVSKI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Noeli José Dal Magro - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente com o art. 33 inciso IV da Lei Complementar n. 15/01 de 26/11/2001 e CONSIDERANDO o pedido do servidor.

DECIDE:

Art. 1º - Exonerar à pedido o Servidor Público Municipal GESSIKA ZMIJEVSKI, do cargo de Atendente de Consultório, 40 horas, junto a Secretaria Municipal de Saúde em 20 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 19 de fevereiro de 2018.  
Noeli José Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.  
Mariana Kahler  
Servidora Designada

# Lebon Regis

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº PR02/2018\_RP01. PROCESSO Nº 08/2018.

Publicação Nº 1532321

#### HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº PR02/2018\_RP01. PROCESSO Nº 08/2018.

OBJETO: A presente licitação visa a implantação do Sistema de REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e eventual de MATERIAL ESCOLAR, AGENDAS E MOCHILAS, para distribuição aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município, conforme especificações contidas neste Edital e no Anexo I – Termo de Referência. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 14/02/2018. LICITANTES HOMOLOGADOS: GRAFICA E EDITORA MORAES LTDA - CNPJ: 02.278.531/0001-76, com o valor total de R\$ 228.290,00

JN BOLSAS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - CNPJ: 01.669.438/0001-20, com o valor total de R\$ 150.823,00

RSUL EIRELI EPP - CNPJ: 14.066.477/0001-84, com o valor total de R\$ 136.852,00

PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - CNPJ: 19.032.430/0001-13, com o valor total de R\$ 34.510,00

MÁXIMA ATADISTA EIRELI - CNPJ: 26.716.048/0001-94, com o valor total de R\$ 38.290,00.

Lebon Regis, 14 de fevereiro de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - PREFEITO MUNICIPAL

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 009/2018

Publicação Nº 1531610

DECRETO Nº 009, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

“Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação para o Biênio 2018-2020”.

ARNO HASCKEL LOHN, Prefeito Municipal em Exercício de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII e com o art. 98, I, da Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os integrantes abaixo relacionados, para compor o Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação, para o Biênio 2018-2020, de acordo com a indicação das entidades, conforme Lei Municipal nº 106 de 28 de setembro de 1998, da forma que segue:

#### I. Representantes do Conselho Municipal de Educação

Titular: Gean Carlos Knaul – CPF: 080.725.649-86

Suplente: Izoete Maria Hoffmann – CPF: 825.089.179-15

#### II. Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Lucemar Guchert de Souza – CPF: 465.084.909-82

Suplente: Patrícia Mari da Silva – CPF: 050.690.319-29

#### III. Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Titular: Cileni Regina Gonçalves – CPF: 715.711.609-59

Suplente: Mirelli Filippus Leal – CPF: 037.587.339-28

#### IV. Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública Indicado pela Entidade de Educação Básica

Titular: Larissa Djulia de Aguiar – CPF: 071.871.009-65

Suplente: Luiz Henrique Knaul – CPF: 070.073.059-11

#### V. Representantes dos Pais e Alunos da Educação Básica Pública

Titular: Eliziana Estevão – CPF: 021.928.659-02

Suplente: Eliana de Oliveira Aguiar – CPF: 024.589.499-32

#### VI. Representantes do Poder Executivo

Titular: Vânio Inácio de Souza Júnior – CPF: 098.206.909-00

Suplente: Daniela Karla Knaul – CPF: 059.510.199-23

#### VII. Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Franciele Sezerino – CPF: 066.779.749-10

Suplente: Luciane Maria Franzen – CPF: 952.291.169-00

#### VIII. Representantes dos Professores da Educação Básica

Titular: Irivaldo Jesus Kniss – CPF: 020.536.419-86

Suplente: Elaine Flávia Marian – CPF: 038.505.309-65

#### IX. Representantes dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Básicas Públicas

Titular: Marlete Schappo Leal – CPF: 005.875.669-81

Suplente: Joel Leal – CPF: 098.177.379-69

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Leoberto Leal, 21 de fevereiro de 2018.

ARNO HASCKEL LOHN

Prefeito Municipal e.e

### DECRETO N.º 010/2018

Publicação Nº 1532128

DECRETO Nº 010, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

“Implanta as Práticas Integrativas e Complementares (PICs) na Rede Municipal de Saúde de Leoberto Leal, e dá Outras Providências”.

ARNO HASCKEL LOHN, Prefeito Municipal em Exercício de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII e com o art. 98, I, da Lei Orgânica do Município.

Considerando a Lei nº 8.080/1990, CAPÍTULO I, art. 6º, que descreve as ações executadas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS, onde se inclui a assistência terapêutica integral; Considerando a Portaria nº 648/GM, de 28 de março de 2006, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família/PSF e o Programa Agentes Comunitários de Saúde/PACS; Considerando a Portaria nº 971/GM, de 3 de maio de 2006, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde; Considerando o Decreto nº 5813, de 22 de junho de 2006, que aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos; Considerando a Portaria nº 2960, de 09 de dezembro de 2008, também daquele órgão, que aprova o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências; DECRETA:

Art. 1º Ficam Implantadas as Práticas Integrativas e Complementares (PICs) na Rede Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.

Art. 2º As Práticas Integrativas e Complementares compreendem a Fitoterapia, Acupuntura/Auriculoterapia, Homeopatia, Medicina antroposófica, Termalismo/crenoterapia, Arteterapia, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reiki, Terapia Comunitária, Dança circular/Biodança, Yoga, Ayurveda, Reflexoterapia, Shantala conforme Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do Ministério da Saúde.

Art. 3º As Práticas Integrativas e Complementares deverão ser realizadas exclusivamente por profissional de saúde habilitado como recurso terapêutico de forma individual ou coletiva em seus atendimentos, em todos os níveis do sistema, mantendo as demais atividades, atribuições e responsabilidades de seu cargo ou função. Art. 4º O profissional de saúde que deseja realizar as Práticas Integrativas e Complementares deverá protocolar juntamente a Secretaria Municipal de Saúde, mais especificamente junto ao Secretário Municipal de Saúde seu certificado e/ou diploma que o habilitam a prática de determinada PICs.

Art. 5º As necessidades de instalações, materiais, equipamentos, medicamentos e insumos necessários ao desenvolvimento das PICs deverão ser solicitados ao Gestor Municipal de Saúde no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Leoberto Leal, 22 de fevereiro de 2018.

ARNO HASCHEL LOHN

Prefeito Municipal e.e

## EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018 - PMLL

Publicação Nº 1531832

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018

TIPO: "Menor Preço por Lote". REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição parcelada de motor original e motor original retificado para Kombi 1.4 Flex, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, conforme descrições no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 007/2018. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 07 de março de 2018. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site [www.leobertoal.sc.gov.br](http://www.leobertoal.sc.gov.br). Informações fone: (48) 3268 1212. Em 22/02/2018. ARNO HASCHEL LOHN - Prefeito Municipal e.e.

## LEI N.º 1.335/2018

Publicação Nº 1532132

LEI N.º 1.355, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento vigente, até o valor de R\$ 15.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.000,00
Função	08	Assistência Social	15.000,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	15.000,00
Programa	09	ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.000,00
Atividade	2.028	Bloco de Financiamento – Gestão Índice de Gestão Descentralizada – PBF (IGD PBF/)	15.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	15.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	15.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte de Recurso/ Detalhamento	0.3.0035.308	Índice de Gestão Descentralizada - IGD PBF - Superávit Financeiro	15.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL .....			15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Índice de Gestão Descentralizada - IGD PBF	0.1.0063.308	22.793,35
Índice de Gestão Descentralizada - IGD PBF	0.0.0063.308	-7.793,35
TOTAL DO SUPERÁVIT UTILIZADO .....		15.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de fevereiro de 2018.

ARNO HASCHEL LOHN

Prefeito Municipal e.e.

Prefeito Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PR 13/2018

Publicação N° 1532533

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 13/2018

Genir Loli – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL sistema de Registro de preços, na forma da Lei n° 10.520/02, para aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios, para as crianças que freqüentam as Oficinas do CRAS, para a composição da cesta básicas, e para a merenda escolar, as 08:30 horas do dia 09 de março de 2018, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 22 de fevereiro de 2018.

Genir Loli - Prefeito Municipal

**Luiz Alves****PREFEITURA****DECRETO N.º 18/2018**

Publicação Nº 1532674

DECRETO N.º 18/2018

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2018 - Lei Municipal n.º 1.704, de 23 de novembro de 2017;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 3.282,57 (três mil, duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0014.2.040 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social

(31) 3.3.90.00.00.00.00.00.06.0856.0 (0.6.0065) – Aplicações Diretas R\$ 2.627,87

(32) 3.3.90.00.00.00.00.00.06.0912.0 (0.6.0065) – Aplicações Diretas R\$ 3,81

(33) 3.3.90.00.00.00.00.00.06.0961.0 (0.6.0065) – Aplicações Diretas R\$ 650,89

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2017, por conta dos recursos do Piso Social Básico/CRAS/Estadual, na importância de R\$ 2.627,87 (dois mil, seiscentos e vinte e sete reais e oitenta e sete centavos), dos recursos de Benefícios Eventuais, na importância de R\$ 3,81 (três reais e oitenta e um centavos), dos recursos do Piso Social Básico/CRAS/Estadual – Investimentos, na importância de R\$ 650,89 (seiscentos e cinquenta reais e oitenta e nove centavos), totalizando um montante de R\$ 3.282,57 (três mil, duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta e sete centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 19 de fevereiro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração



# Luzerna

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML N° 021.18

Publicação N° 1532546

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML N° 021/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N° 015/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2018

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de janeiro do ano de 2018, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

01 – CONCRETOS CRUZEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Tiroleza, nº 240, Bairro Frei Bruno, na cidade de Joaçaba/SC, CEP: 89.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 75.493.908/0001-83, neste ato representada por seu sócio administrador FERNANDO REGENSBURGER, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 340.034 e inscrito no CPF/MF nº 196.410.609-53, doravante denominado FORNECEDOR 01;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 015/2018, Pregão Presencial nº 012/2018, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços, para aquisição, de forma parcelada, de materiais destinados à reposição e manutenção do sistema de drenagem pluvial (tubos e tampa) em diversas ruas e bairros do município de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Total	Preço Total
1	TUBO CONCRETO 80x100cm	UN	50,00	215,00	10.750,00

1.2. O FORNECEDOR responsável pelo fornecimento dos itens descritos acima, receberá o valor global total de R\$ 10.750,00 (dez mil setecentos e cinquenta reais).

1.2.1. O FORNECEDOR deverá entregar os produtos, de forma parcelada, de acordo com a demanda e as solicitações do Município, em até 10 (dez) dias contados do recebimento da Solicitação de Fornecimento, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, nos locais indicados pelo setor requisitante, nas quantidades e especificações solicitadas.

1.2.2. Os produtos deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.1.5. O proponente licitante é obrigado a cotar produtos que atendam integralmente todas as normas técnicas vigentes, em especial da ABNT.

1.2.4. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos produtos.

1.2.5. Por ocasião do recebimento dos produtos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR, promover a substituição, observado os prazos contratuais.

1.2.5.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.6. O FORNECEDOR responsabiliza-se pela troca dos produtos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o produto encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.7. Responsabiliza-se ainda o FORNECEDOR, pelas inconformidades decorrentes do produto entregue em desconformidade com o disposto nesta Ata e no Edital de Licitação.

1.2.8. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.9. Os quantitativos descritos para os itens licitados constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.9.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

2.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de

Registro de Preço (ARP);

2.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

2.4. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.

2.6. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.8. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.9. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar por e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na presente Ata, no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para o fornecimento dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.1.6. Apresentar, quando solicitado pelo Município, laudos de análise dos produtos;

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados neste item, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.5. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), equivalente a 07 (sete) dias corridos do atraso, o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 5.6.1;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

5.6.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR;

5.6.4.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.6.4.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.7. Será configurada a inexecução parcial do objeto quando houver paralisação da prestação dos serviços ou do atraso na entrega de forma injustificada por mais de 10 (dez) dias corridos.

5.8. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.8.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou do atraso na entrega, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.8.2. Todos os serviços executados ou do objeto contratado que não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços.

5.9. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

5.9.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.9.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços decorrente da licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

## Ação (s):

04.001.15.451.0400.2402-Serviços Integrados de Infraestrutura

## Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

## Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários CLÁUSULA NONA

## DA VIGÊNCIA, DAS ALTERAÇÕES E DO ACOMPANHAMENTO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da mesma;

9.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º 2º 4º, 5º 6º e 8º do mesmo artigo.

9.3. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento André Luis Toigo Diesel.

## CLÁUSULA DÉCIMA

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

## DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 22 de fevereiro de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO DE LUZERNA

CONTRATANTE

FERNANDO REGENSBURGER

CONCRETOS CRUZEIRO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA

FORNECEDOR 1

## TESTEMUNHAS:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

**DECRETO 2537**

Publicação Nº 1531656

DECRETO Nº 2537 de 20 de fevereiro de 2018.

"SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

## DECRETA:

Art.1º- Fica nomeada IRACEMA LAMB para substituir BRUNO RISTAU como Titular na REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representantes dos usuários ou/e organizações e usuários da assistência social junto ao CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CMAS DE LUZERNA(SC).

Art.2º- As demais disposições do Decreto nº 2194 de 01/03/2016, permanecem inalteradas.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 20 de fevereiro de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**DECRETO 2538**

Publicação Nº 1532593

DECRETO Nº 2538 de 22 de fevereiro de 2018.  
"SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 5º da Lei nº 1.547 de 14 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art.1º- Ficam suplementadas a dotação abaixo pelo superávit financeiro do exercício anterior:

I - FUNDEB 40% (019)

Órgão Uni	Ação	G.N.D.	Mod.	Valor
07.001	2.711	1	90	40.000,00
07.001	2.709	1	90	18.603,17

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de fevereiro de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA ITL 001/2018**

Publicação Nº 1532350

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
INCUBADORA TECNOLÓGICA MUNICIPAL DE LUZERNA - ITL

CHAMADA PÚBLICA 01/2018

A Prefeitura Municipal de Luzerna, através da Incubadora Tecnológica Municipal de Luzerna - ITL, torna pública que estão abertas inscrições para seleção de empreendimentos, visando à participação em seu Programa de Incubação de Empresas nos termos desta Chamada Pública.

1. Objetivo do Edital

O Objetivo deste Edital é a seleção de empreendimentos inovadores que visem à criação e desenvolvimento de empresas nos seus aspectos tecnológicos, gerenciais, mercadológicos e de recursos humanos de modo a assegurar o seu fortalecimento e a melhoria de seu desempenho em prol do desenvolvimento tecnológico de nossa região.

2. Áreas Preferenciais a Incubação

Empreendimentos de desenvolvimento de tecnologias inovadoras, principalmente nas áreas da engenharia biomédica, florestas renováveis, metal mecânico, energias renováveis, tecnologia da informação, automação, tecnologia em agronegócios, internet das coisas, podendo também incubar empreendimentos nas áreas de design de produto, consultoria e assessoria em mercados, negócios sociais, prestadoras de serviços, publicidade e propaganda, e outras tendências tecnológicas.

3. Das Inscrições

3.1. Prazo para inscrições

O período para inscrições estará aberto de 26/02/2018 a 30/06/2018, de segunda a sexta-feira, nos horários das 8h00 às 11h30 e 13h30 às 17h30.

3.2. Período e Local

As inscrições serão protocoladas na recepção da Incubadora Tecnológica Municipal de Luzerna ou por correspondência expressa para o seguinte endereço: Incubadora Tecnológica Municipal de Luzerna - Rua Vigário Freio João, 601 - Bairro São Francisco - Centro de Eventos São João Batista - 89609-000 - Luzerna/SC.

3.3. Taxa de Inscrição

A taxa de inscrição para o processo de incubação é de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

3.3.1. O valor acima deverá ser depositado na conta bancária abaixo e deverá cobrir parcialmente os custos de reprodução, divulgação e operacionalização desta Chamada.

Banco do Brasil 001 | Agência: 5450-x | Conta Corrente: 30100-0

3.4. Documentação e proposta

3.4.1. Para empresas a serem constituídas

- Requerimento de inscrição (conforme Anexo I);
- Cópia da Identidade e CPF dos proponentes;
- Comprovante de pagamento da taxa de inscrição;
- Proposta de empreendimento (conforme Anexo II) ou



Plano de negócios estruturado com a metodologia SEBRAE-SC1 ou SEBRAE-MG2.

#### 3.4.2. Para empresas já constituídas

- a) Requerimento de inscrição (conforme Anexo I) em nome do sócio-administrador;
- b) Cópia da Identidade e CPF dos sócios;
- c) Cópia do contrato social;
- d) Cópia do cartão CNPJ;
- e) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição;
- f) Proposta de empreendimento (conforme Anexo II) ou Plano de negócios estruturado com a metodologia SEBRAE-SC ou SEBRAE-MG.

#### 3.4.3. Conformidade das CND's

Quando do ingresso da empresa na Incubadora, para empresas já constituídas, será realizada a consulta da situação de débitos municipais, estaduais e federais por meio do CNPJ da empresa, portanto a mesma deverá estar em dia com as obrigações legais estando sujeita à desclassificação caso haja débitos em nome da empresa.

As propostas de empreendimento apresentadas no formato de um plano de negócios, estão isentas da apresentação do Anexo II.

3.5. Durante a fase de análise das propostas os candidatos poderão ser convocados para exposição do projeto para a comissão de avaliação ad hoc.

#### 4. Condições de participação

As propostas poderão ser apresentadas por pessoas físicas ou jurídicas, individualmente ou em grupo. Deverão ter como objetivo o desenvolvimento de novos produtos ou serviços, caracterizados pelo seu conteúdo inovador, por uma empresa já existente ou a ser constituída.

#### 5. Vagas Oferecidas

As vagas serão oferecidas conforme demanda e/ou disponibilidade de módulos na Incubadora e com prioridade na ordem das seguintes modalidades: Empresa Pré-incubada, Empresa Residente, Empresa Não Residente, Empresa Incubada Virtual, Empresa Assistida, Residência Compartilhada.

##### 5.1. Modalidades:

5.1.1. Empresa Pré-incubada: empreendedores que ainda não detenham condições suficientes para o início imediato do empreendimento, tais como Plano de Negócios totalmente definido, tecnologia testada e/ou protótipos/processos acabados e recursos financeiros assegurados para investimentos e/ou desenvolvimentos;

5.1.2. Empresa Residente: empreendedores ou empresas constituídas, que já tenham dominado a tecnologia, o processo de produção e disponham de capital mínimo assegurado e um Plano de Negócios bem definido, que permitam o início da operação e do faturamento no máximo até 12 meses após a instalação na incubadora;

5.1.3. Empresa Não Residente: empresas já constituídas, que não precisam de espaço físico para se instalarem, mas que necessitam de todo o apoio fornecido pela Incubadora para alavancagem do negócio.

5.1.4. Empresa Incubada Virtual: empreendedores que necessitam de condições apropriadas para funcionamento de seus negócios virtuais (serviços especializados, orientação, "espaço virtual" e infraestrutura técnica, administrativa e operacional). Entende-se por negócios virtuais empresas ou empreendimentos que utilizam basicamente os meios de comunicação interativos, principalmente a internet, para prestar serviços e oferecer produtos.

5.1.5. Empresa Assistida: empreendedores ou empresas constituídas, que já tenham dominado a tecnologia, o processo de produção e disponham de capital mínimo assegurado e um Plano de Negócios bem definido, que permitam o início da operação e do faturamento no máximo até 12 meses após a instalação na incubadora, porém, não atuem em áreas prioritárias da ITL ou não possuam grau inovador desejado;

5.1.6. Residência Compartilhada: Empresas já constituídas, que tem a possibilidade de dividir espaço com outras empresas em modalidade de cooperação, seguindo conceitos de coworking.

#### 6. Cronograma

6.1. Para efeitos deste edital fica estabelecido o presente cronograma:

Evento	Data/Período
Publicação do Edital	26/02/2018
Inscrições	26/02/2018 até 30/06/2018

6.1.1. A avaliação das propostas e publicação do resultado de análise se dará em até 45 (quarenta e cinco) dias da apresentação protocolada proposta.

6.1.2. A contratação se dará em até 30 (trinta) dias da data de divulgação dos resultados ou assim que houver disponibilidade de infraestrutura para incubação.

6.2. Após a contratação a empresa terá o prazo de até 30 (trinta) dias para se instalar na Incubadora, podendo perder sua vaga se não se instalar e iniciar suas atividades dentro desse prazo.

#### 7. Recursos

7.1 - Caberá recurso, da seleção final, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da divulgação dos resultados.

7.1.1 - O recurso deve ser protocolado junto a recepção da Incubadora Tecnológica Municipal de Luzerna, Rua Vigário Freio João, 601 - Bairro São Francisco - Centro de Eventos São João Batista - 89609-000 - Luzerna/SC onde será encaminhado à Comissão de avaliação ad

hoc, que procederá a análise do mesmo e emitirá parecer no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

#### 8. Apoio disponibilizado pela Incubadora

A Incubadora Tecnológica Municipal de Luzerna poderá oferecer os seguintes apoios conforme a disponibilidade às empresas incubadas:

- Cessão de uma sala individual mobiliada e com infraestrutura básica de informática;
- Disponibilização de Infraestrutura para uso compartilhado, composto de: recepção com secretaria, linha telefônica, acesso a rede de internet, impressão, banheiros, sala de reuniões, auditório e limpeza das áreas comuns;
- Integração com as entidades de ensino e pesquisa, órgãos públicos e empresariais, para acesso às informações científicas e tecnológicas e serviços tecnológicos com preços reduzidos;
- Assessoria na elaboração de projetos para captação de recursos junto às agências de fomento;
- Facilidade no acesso aos produtos e serviços oferecidos pelos parceiros da Incubadora;
- Orientação na elaboração e atualização do Plano Estratégico e do Plano de Negócios;
- Orientação nos processos de gestão e administração do negócio;
- Orientação no registro de propriedade industrial/intelectual;
- Orientação nas estratégias de divulgação e comercialização de produtos e serviços;

8.1. As propostas aprovadas e instaladas na Incubadora terão um custo mensal a título de utilização do sistema compartilhado de incubação conforme Regimento da mesma e ou Decreto.

#### 9. Processo de seleção

9.1. As propostas serão julgadas pela Comissão ad hoc com base nos seguintes critérios:

CRITÉRIOS	NOTA	PESO
I - Clareza, objetividade da proposta e afinidade com as áreas de atuação da incubadora	1 a 5	10
II - Potencial de mercado	1 a 5	20
III - Grau de inovação e tecnologia assim como compatibilidade com os objetivos da incubadora	1 a 5	20
IV - Qualificação dos proponentes	1 a 5	10
V - Impacto sócio econômico e ambiental	1 a 5	15
VI - Estágio do desenvolvimento do produto/serviço	1 a 5	10

Notas:

- Nenhuma evidência percebida ou evidência irrelevante;
- Evidência escassa ou insuficiente;
- Evidência parcialmente relevante;
- Evidência relevante;
- Evidência totalmente relevante.

9.2. As propostas serão selecionadas se atingirem ao menos 70% (setenta por cento) da pontuação total.

9.3. A critério da Incubadora Tecnológica Municipal de Luzerna, nenhum projeto poderá ser aprovado, bem como, poderão ser aprovados projetos que aguardarão vaga em escala decrescente de prioridade, em caso de preenchimento dos módulos disponíveis e existirem candidatos aptos.

9.4. Caso haja empate na avaliação das empresas e impossibilidade de instalação das duas em virtude das limitações do espaço, os critérios de seleção (desempate) dar-se-ão por um modelo composto das seguintes frentes:

- Área de atuação estar alinhada aos eixos de desenvolvimento da ITL e de suas empresas;
- Disponibilidade do espaço requerido;
- Maturidade do empreendimento no Plano de Negócio;
- Possibilidades de contrapartida: Reforma das salas com capital próprio, sem honus ou contrapartidas para a ITL; Grau de desconto de produtos e serviços para outras empresas incubadas.

#### 10. Validade do Processo de Seleção

O processo de seleção é válido somente por 09 (nove) meses, a contar a data de entrega da proposta de inscrição, desde que aprovado.

#### 11. Revogação ou Anulação

A Incubadora Tecnológica Municipal de Luzerna poderá, a qualquer tempo, revogar ou anular a presente Chamada Pública, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito à indenização ou à reclamação de qualquer natureza.

#### 12. Condições Gerais

12.1 Serão considerados inscritos no processo de seleção, os candidatos que protocolarem suas propostas na recepção da Incubadora Tecnológica Municipal de Luzerna, dentro do prazo estipulado, devidamente acompanhada dos documentos relacionados no item 3.4 desta chamada e comprovante do recolhimento da taxa de inscrição, ou seja, que atenderem às exigências da chamada pública.

12.2 Todas as informações recebidas dos candidatos serão tratadas como confidenciais pela Incubadora Tecnológica Municipal de Luzerna;

12.3. Em qualquer fase do processo de seleção, a Incubadora Tecnológica Municipal de Luzerna poderá se fazer representar por parte de



seus membros ou por consultores;

12.4 A critério da Incubadora Tecnológica Municipal de Luzerna poderá ser proposto ao candidato incubação em modalidade distinta daquela que se inscreveu, em função da avaliação realizada no processo de seleção e ou falta de documentação que comprove sua qualificação para a modalidade solicitada, ficando o enquadramento sujeito a concordância do proponente; bem como enquadramento distinto quando o candidato inscreveu-se na modalidade de utilização do espaço fabril;

12.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Direção da Incubadora Tecnológica Municipal de Luzerna em consonância com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico de Luzerna;

12.6 O prazo de impugnação aos termos do presente edital são de 03 (três) dias úteis.

### 13. Divulgação dos Resultados

13.1 Os resultados do processo de seleção serão fixados no mural da Prefeitura Municipal de Luzerna e na Incubadora Tecnológica - Luzerna e também informados por e-mail aos participantes. Todos os resultados e chamadas estarão disponíveis no site do Diário Oficial dos Municípios <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>.

13.2 Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta Chamada Pública podem ser obtidos encaminhando mensagem para o endereço: [atendimento@incubadoraluzerna.com.br](mailto:atendimento@incubadoraluzerna.com.br).

Luzerna(SC), 22 de fevereiro de 2018.

Moisés Diersmann  
Prefeito Municipal

### CHAMADA PÚBLICA 01/2018 ANEXO I

Luzerna, XX de xxx de 2018.

Ao Gestor da  
Incubadora Tecnológica de Luzerna

### REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Eu, xxxxxxxx, CPF xxxxxxxxxxxx, residente na rua/nº xxxxxxxx, cidade xxxxxxxx, telefone xxxxxxxx, e-mail xxxxxxxxxxxx, manifesto meu interesse em concorrer a uma vaga para participação no Programa de Incubação de Empresas na Incubadora Tecnológica de Luzerna com a proposta e demais documentos anexos para ser julgada pela comissão de avaliação ad hoc e demais instância de avaliação. Declaro ainda que conheço e concordo com os termos da Chamada Pública 01/2018.

Modalidade de incubação solicitada:

- ☐ Empresa Pré-incubada
- ☐ Empresa Residente
- ☐ Empresa Não Residente
- ☐ Empresa Incubada Virtual
- ☐ Empresa Assistida
- ☐ Residência Compartilhada

Atenciosamente,

Xxxxxxxxxxxx (nome)  
Assinatura

### ANEXO II PROPOSTA DE EMPREENDIMENTO

Preencha as informações abaixo com clareza e objetividade. Para facilitar o entendimento, cada item possui pequeno texto explicativo indicando os aspectos a serem considerados para o correto preenchimento.

#### 1. INFORMAÇÕES INICIAIS

##### 1.1 Selecione a categoria de empreendimento

- ( ) Empresa a ser constituída
- ( ) Empresa já constituída

##### 1.2 Nome da empresa ou do futuro empreendimento

##### 1.3 Informações sobre os proponentes/sócios

## Proponente/sócio 1.

Nome:	CPF:
Endereço:	
Cidade/UF:	Fone: ( )
Formação acadêmica:	
E-mail:	
% de participação na empresa:	

## Proponente/sócio 2.

Nome:	CPF:
Endereço:	
Cidade/UF:	Fone: ( )
Formação acadêmica:	
E-mail:	
% de participação na empresa:	

Acrescente mais quadros se necessário.

## 1.4 Parcerias (informe nos campos abaixo as instituições/empresas parceiras do seu empreendimento)

## Parceiro 1

Nome:
Informações de contato:
Tipo de parceria: descreva aqui o tipo de parceria, se tecnológica, aporte de capital, distribuição, comercialização...

## Parceiro 2

Nome:
Informações de contato:
Tipo de parceria: descreva aqui o tipo de parceria, se tecnológica, aporte de capital, distribuição, comercialização...

Acrescente mais quadros se necessário.

## 1.5 Para empresa já constituída, preencha o quadro abaixo.

Razão Social:
Nome Fantasia:
Endereço completo:
CNPJ: IE:
E-mail: Website:
Fone: ( )

## 1.6 Para fins desta Chamada Pública informe uma pessoa para contato (esta pessoa será responsável pelas informações trocadas com a Incubadora e comissão ad hoc)

Nome:	
E-mail:	Fone: ( )

## 2. DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO

## 2.1 Tipo de negócio

Descreva os tipos de produtos/processos/serviços a serem desenvolvidos. Apresente características técnicas e/ou operacionais, a existência de algum protótipo/modelo preliminar. Descreva sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra o projeto. Quais os benefícios que o cliente terá com seu produto. Descrever como nasceu a ideia do empreendimento.

## 2.2 Grau de inovação e tecnologia

Descreva, se houver, qual o diferencial competitivo de seu produto/processo/serviço em relação ao mercado já existente. Quais as tecnologias envolvidas.

## 2.3 Concorrência

Quais são os concorrentes diretos de seu empreendimento (quantitativo e alguns nomes mais significativos)? Identifique negócios que competirão de alguma forma com seu produto/serviço. Qual o tamanho de seus concorrentes?

## 2.4 Características do mercado

Descrever a oportunidade de mercado identificada, o mercado potencial para os produtos/processo/serviços, contendo informações sobre a oportunidade de negócio, tamanho do mercado a ser explorado (estimativa), potenciais clientes, tendência de crescimento, necessidades a serem atendidas, viabilidade econômica, entre outros itens que achar pertinente.

## 2.5 Área predominante de atuação do empreendimento

( ) Design do produto (criação, desenvolvimento, configuração, conceitos de design de produtos);

( ) Tecnologia da Informação (desenvolvimento de softwares);

( ) Publicidade e propaganda (desenvolvimento de vídeos, animações gráficas, websites, material publicitário);

( ) Representação comercial;

( ) Consultoria e assessoria em mercados;

( ) Negócios Sociais;

( ) Empresas prestadoras de serviço de registro de marcas e patentes.

Descrever de que forma o empreendimento atuará na atividade econômica acima e possíveis relações com outros setores econômicos da região do Meio Oeste de Santa Catarina. 2.6 Impacto do empreendimento

Descreva aqui os prováveis impactos do seu empreendimento quanto a geração de emprego e renda. Descreva sobre eventuais impactos sociais e ambientais. 3. RECURSOS

#### 3.1 Investimentos necessários

Descreva a necessidade de capital bem como, se for o caso, os equipamentos, treinamentos, recursos humanos e instalações para implementação e operacionalização do negócio. Apresente dados gerais de investimento fixo e capital de giro.

#### 3.2 Disponibilidade de capital

Quantificar a disponibilidade de recursos financeiros para a implantação da empresa, seu funcionamento e investimento de risco. 4. VIABILIDADE TÉCNICA

Descreva a equipe que atuará no empreendimento e quais são os papéis a serem desempenhados pelos participantes. Descreva como a experiência e conhecimento de cada membro contribuirá para o sucesso do empreendimento. 5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5.1 Que apoio que a empresa espera da incubadora e porque esse apoio é importante para o negócio?

5.2 Quantos sócios e colaboradores participarão diretamente das rotinas de operação da empresa?

5.3 Quantos sócios / colaboradores estarão presentes frequentemente nas instalações da empresa na incubadora?

5.4 Quais as dificuldades esperadas?

5.5 Anexar o requerimento de inscrição (Anexo I).

Xxxxxx, xx de xxxx de 2018.

Proponente XXX

## EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 015/2018 – PP 012/2018 - TUBOS E TAMPA - PML

Publicação Nº 1531797

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 015/2018 - PML

Pregão Presencial nº 012/2018 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 015/2018, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de materiais destinados à reposição e manutenção do sistema de drenagem pluvial (tubos e tampa) em diversas ruas e bairros do município de Luzerna/SC, conforme especificações contidas no Anexo I do presente Edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA EPP;

- Valor total: R\$ 10.750,00

Luzerna (SC), 22 de fevereiro de 2018.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

## NOTIFICAÇÃO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2018/PML

Publicação Nº 1532022

NOTIFICAÇÃO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2018/PML

EMPRESA NOTIFICADA:

ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.624.275/0001-45, representada por seu sócio administrador Sr. ANDRÉ LEMOS VIEIRA

Processo Licitatório nº 052/2014/PML

Tomada de Preço nº 011/2014/PML

Contrato nº 089/2014/PML

Frustradas as tentativas de notificação, por via pessoal, por correspondência postal, por telefônica e por mensagens instantâneas, fica a empresa notificada, INTIMADA para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis manifestar-se nos termos da notificação de apuração de responsabilidade processo administrativo nº 002/2018/PML:

NOTIFICAÇÃO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2018/PML

Processo Licitatório nº 052/2014/PML, Tomada de Preço nº 011/2014/PML

Luzerna/SC, 01 de fevereiro de 2018.

NOTIFICANTE: O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado pela Assessoria Jurídica do Município.

NOTIFICADA: ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Manoel Quintilham Morgade, 39 TER/39, na cidade de Joaçaba/SC, CEP 89600-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.624.275/0001-45, neste ato representado por seu sócio administrador ANDRÉ LEMOS VIEIRA.

O Município de Luzerna/SC supra qualificado, desejando prover a conversação e ressalva de seus direitos, bem como manifestar intenção de modo formal, vem NOTIFICAR, a empresa ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA, também supra qualificada, nos termos que a seguir articula: A NOTIFICADA é vencedora do Processo Licitatório nº 052/2014/PML, Tomada de Preço nº 011/2014/PML cujo objeto encontra-se discriminado no Contrato nº 089/2014/PML.

Vem o Município requerer à NOTIFICADA, nos termos apresentados pela Diretoria de Planejamento, os seguintes termos:

“Após a última medição realizada (boletim Nº 09), notamos que as faixas elevadas apresentaram patologias, diante do exposto contatamos a empresa por intermédio da AMMOC e agendamos uma vistoria ao local, para que os reparos necessários fossem providenciados e então posteriormente procedêsemos com os trâmites finais do processo.

Em vistoria ao local, juntamente com o fiscal da obra Eng.º Denir Narcizo Zulian e o proprietário da empresa Sr. André Lemos, acordamos que os reparos seriam realizados nos dias subsequentes, mas a empresa não compareceu na data prevista.

Efetuamos diversas ligações e estivemos no endereço da empresa, mas não conseguimos contato com ninguém”.

Deste modo, a NOTIFICADA tem o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar sobre o apresentado e realizar as adequações necessárias para o cumprimento das normas contratuais a contar da data de recebimento desta Notificação.

O desatendimento ao prazo ora estabelecido implicará a execução imediata das penalidades previstas no Contrato, ou seja, APLICAÇÃO DE MULTA pelo descumprimento.

Atenciosamente,

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

## **PL 025/2018 – PP 021/2018 - ROUPAS E ACESSÓRIOS DE CAMA E TOALHAS - PML**

Publicação Nº 1532754

MUNICÍPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE EDITAL  
Processo Licitatório nº 025/2018 - PML  
Pregão Presencial nº 021/2018 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio de seu Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à aquisição, de forma parcelada, de roupas e acessórios de cama e toalhas, com amostra, para o Espaço da Primeira Infância da Escola Municipal São Francisco do Município de Luzerna/SC, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 08 de março de 2018.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 08 de março de 2018.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

## **PORTARIA 050/2018**

Publicação Nº 1531893

PORTARIA Nº 050/18 de 20 de fevereiro de 2018.  
“EXONERA A PEDIDO SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR A PEDIDO a servidora MARIA MILANI do cargo de provimento efetivo de Professora Não Habilitada, Classe “K”, 20 horas semanais, do Quadro de Cargos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, a partir de 16 de fevereiro de 2018.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de fevereiro de 2018.

Luzerna(SC), 20 de fevereiro de 2018.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 051/2018**

Publicação Nº 1531895

PORTARIA Nº 051/18 de 20 de fevereiro de 2018.  
"EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 47 da Lei Complementar 164 de 25 e abril de 2017,

**RESOLVE:**

Art.1º- EXONERAR em virtude de aposentadoria por tempo de contribuição o servidor EVALDINO LAMB do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Externo, 44 horas semanais, Nível 01, Classe "E" do Grupo I - Atividades de Nível Auxiliar/ANA, do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, a partir de 28 de fevereiro de 2018.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28 de fevereiro de 2018.

Luzerna(SC), 20 de fevereiro de 2018.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 052/2018**

Publicação Nº 1531898

PORTARIA Nº 052/18 de 22 de fevereiro de 2018.  
"NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- NOMEAR o servidor ÍTALO SCHMITZ EBERT, para o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo de Atenção Básica de Saúde, Nível CC-6, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 22 de fevereiro de 2018.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de fevereiro de 2018.

Luzerna(SC), 22 de fevereiro de 2018.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 053/2018**

Publicação Nº 1531900

PORTARIA Nº 053/18 de 22 de fevereiro de 2018.  
"NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- NOMEAR a servidora NAYARA EBERT, para o cargo de provimento em comissão de Assistente Administrativo de Compras, Nível CC-6, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 22 de fevereiro de 2018.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a 22 de fevereiro de 2018.

Luzerna(SC), 22 de fevereiro de 2018.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 054/2018**

Publicação Nº 1531976

PORTARIA Nº 054/18 de 22 de fevereiro de 2018.  
"NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- NOMEAR a servidora ANA PAULA TIBES, para exercer o cargo público efetivo de Merendeira, 44 horas semanais, Nível 01, Classe "A", do Grupo I - Atividade de Nível Auxiliar - ANA, do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, aprovada no Concurso Público Edital nº 001/2017 de 13 de setembro de 2017, homologado em 21 de novembro de 2017, a partir de 22 de fevereiro de 2018.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2018.

Luzerna(SC), 22 de fevereiro de 2018.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 055/2018**

Publicação Nº 1532346

PORTARIA Nº 055/18 de 22 de fevereiro de 2018.  
"NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- NOMEAR a servidora MARIANA FOSSATTI, para exercer o cargo público efetivo de Médica Generalista, 40 horas semanais, Nível 06, Classe "A", do Grupo V - Estratégia Saúde da Família/ESF, do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, aprovada no Concurso Público Edital nº 001/2017 de 13 de setembro de 2017, homologado em 21 de novembro de 2017, a partir de 23 de fevereiro de 2018.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de fevereiro de 2018.

Luzerna(SC), 22 de fevereiro de 2018.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

# Macieira

## PREFEITURA

### decreto 1701

Publicação Nº 1531891

DECRETO Nº 1701, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.  
Nomeia JUNTA MÉDICA

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar 68, 04/11/2014, Estatuto dos Servidores Públicos, e LEI COMPLEMENTAR Nº50, de 01 de abril de 2013. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Macieira

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Médicos CRM 13320 Dr. Joaquin Miranda Silveira; CRM 18807, Dr. Alexandre Andrade Casagrande, CRM 17751; Dra Caroline Cecilia Finkler Schmidt; CRM 13320, para sob a presidência do primeiro, comporem a JUNTA MÉDICA responsável pela avaliação diagnóstica e emissão de Laudo sobre o estado de saúde das Servidoras Ivete Ribeiro de Freitas e Janete Terezinha Zanella Camuzzato, em Licença para Tratamentos de Saúde superior a 15 (quinze) dias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 14 de fevereiro de 2018.  
ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

### decreto 1702

Publicação Nº 1531897

DECRETO Nº 1702, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

Coloca a Disposição Funcionário que Especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso das atribuições legais, e de acordo com a Lei municipal nº522, de 05/07/20011.

#### DECRETA:

Art.1º - Fica a disposição da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, o funcionário JADERSON CANALLE, no cargo de Médico Veterinário, para a execução do serviço público de defesa sanitária animal, inspeção de produtos de origem animal, nas atividades de atendimento clínico veterinário, educação sanitária, vigilância e fiscalização.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

Macieira, 14 de fevereiro de 2018  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### decreto 1703

Publicação Nº 1531901

DECRETO Nº1703, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Abre Credito Suplementar especial por contado superávit financeiro de 2017 .

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 894, de 20/02/2018;

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do superávit financeiro do exercício de 2017:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.07 Secretaria Municipal de Agricultura e Desev. Econ.

20.25 Abastecimento de Agua

44.93.51 Aplicações Diretas

R\$ 36.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 20 de fevereiro de 2018.

ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### decreto 1704

Publicação Nº 1531908

DECRETO Nº1704, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Abre Credito Suplementar por contado Superávit financeiro de 2017 - Vinculados.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 895, de 20/02/2018;

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do superávit financeiro do exercício de 2017:

03.00 Gabinete do Prefeito

03.06 Sec. Muni. De Infra-estrutura e Desenv. Urbano

20.17 Manutenção da Malha Rodoviária

33.90.1007.3 Aplicações Diretas.

R\$ 5.595,20 – Cide

03.00 Gabinete do Prefeito

03.06 Sec. Muni. De Infra-estrutura e Desenv. Urbano

20.17 Manutenção da Malha Rodoviária

33.90.1039.3 Aplicações Diretas.

R\$ 6.933,56 – Fep

03.00 Gabinete do Prefeito

03.04 Sec. Mun. De Educação, Cultura e Esportes

20.06 Manutenção do Ensino Fundamental

33.90.1036.3 Aplicações Diretas.

R\$ 81.578,00 – Sal. Educação



03.00 Gabinete do Prefeito  
03.04 Sec. Mun. De Educação, Cultura e Esportes  
20.06 Manutenção do Ensino Fundamental  
31.90.1018.3 Aplicações Diretas.  
R\$ 11.181,53 – Fundeb

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.04 Sec. Mun. De Educação, Cultura e Esportes  
20.06 Manutenção do Ensino Fundamental  
33.90.1062.3 Aplicações Diretas.  
R\$ 10.007,93 – Estado

33.90.1037.3 Aplicações Diretas  
R\$ 2.705,81 – Pnat

20.05 Manutenção Programa Merenda Escolar  
33.90.1037.3 Aplicações diretas  
R\$ 5.118,36

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de fevereiro de 2018.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

## lei 894

Publicação Nº 1531803

LEI Nº894, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.  
Abre Credito Suplementar especial por contado superávit financeiro de 2017 .  
O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Lei

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do superávit financeiro do exercício de 2017:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.07 Secretaria Municipal de Agricultura e Desev. Econ.  
20.25 Abastecimento de Agua  
44.93.51 Aplicações Diretas  
R\$ 36.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de fevereiro de 2018.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

## lei 895

Publicação Nº 1531805

LEI Nº895, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.  
Abre Credito Suplementar por contado Superávit financeiro de 2017 - Vinculados.

Eu, Zelir Citadin, Prefeito Municipal de Macieira, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:  
LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do superávit financeiro do exercício de 2017:

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.06 Sec. Muni. De Infra-estrutura e Desenv. Urbano  
20.17 Manutenção da Malha Rodoviária  
33.90.1007.3 Aplicações Diretas.  
R\$ 5.595,20 – Cide

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.06 Sec. Muni. De Infra-estrutura e Desenv. Urbano  
20.17 Manutenção da Malha Rodoviária  
33.90.1039.3 Aplicações Diretas.  
R\$ 6.933,56 – Fep

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.04 Sec. Mun. De Educação, Cultura e Esportes  
20.06 Manutenção do Ensino Fundamental  
33.90.1036.3 Aplicações Diretas.  
R\$ 81.578,00 – Sal. Educação

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.04 Sec. Mun. De Educação, Cultura e Esportes  
20.06 Manutenção do Ensino Fundamental  
31.90.1018.3 Aplicações Diretas.  
R\$ 11.181,53 – Fundeb

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.04 Sec. Mun. De Educação, Cultura e Esportes  
20.06 Manutenção do Ensino Fundamental  
33.90.1062.3 Aplicações Diretas.  
R\$ 10.007,93 – Estado

33.90.1037.3 Aplicações Diretas  
R\$ 2.705,81 – Pnat

20.05 Manutenção Programa Merenda Escolar  
33.90.1037.3 Aplicações diretas  
R\$ 5.118,36

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de fevereiro de 2018.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

## portaria 3819

Publicação Nº 1531985

PORTARIA N.º 3819/2018  
"Nomeia Servidor para Cargo de Provimento em Comissão".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 36, de 18/06/2009 (Estrutura Administrativa),

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora, Elaine Mafioletti, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessora da Secretaria de Educação, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por 20 horas semanais, com remuneração mensal prevista em Lei, com efeitos a contar de 19/02/2018.

Registre-se e publique-se  
Macieira- SC, 19 de fevereiro de 2018.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal



**portaria 3820**

Publicação Nº 1531989

PORTARIA Nº 3820/2018.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 55/2013, que dispõe sobre o plano de cargos e salários,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, em virtude de classificação em Teste Seletivo, conforme Edital de Teste Seletivo nº 0002/17, para tomar posse do cargo a contar de 19/02/2018, no cargo de Auxiliar Educacional, por 20 horas semanais, a Sra Valéria dos Santos Lamonato, até 14/12/2018.

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 19 de fevereiro de 2018.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

**portaria 3821**

Publicação Nº 1531992

PORTARIA N.º 3821/2018

"Exonera, o Servidor que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 75, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1o - EXONERAR, a pedido, a servidora publica municipal, Julia-na Bertotto, ocupante do cargo de Professora, 15 horas semanais, lotado na secretaria de Educação, Cultura e Esportes, contratada pela portaria nº3208/18, por motivos particulares, a contar de 01/02/2018.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 19 de fevereiro de 2018.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

**portaria 3822**

Publicação Nº 1532004

PORTARIA N.º 3822/2018

"Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, conforme atestado medico em anexo.

NOME	CARGO	A PARTIR DE:	DIAS
Anadir Rampinelli	Tec em enfermagem	19/01/2018	01
Alexa R Di Domenico	Professora	02/02/2018	01
Carla M Cerry	Fisioterapeuta	29/01/2018	01
Eduardo M Zilio	Analista de Sistemas	26/01/2018	01
Evani D Cardoso	Diretora de Um Escolar	06/02/2018	01
Edilene M Piat	Aux Administrativo	09/02/2018	01
Elizangela de L Leite	Enfermeira	02/02/2018	01
Jairo Bernardino	Op Maquina Leve	05/02/2018	01
Janete T Z Camuzzato	Serv Gerais II	18/01/2018	01
Larine Grahl	Recepcionista	06/02/2018	01
Larine Grahl	Recepcionista	26/01/2018	01
Maudines Locatelli	Psicóloga	15/02/2018	01
Marlene Ap S Cesca	Professora	14/02/2018	01
Marília Civieiro	Ag Com de Saude	16/02/2018	01
Marília Civieiro	Ag Com de Saude	07/02/2018	01
Severino de Oliveira	Tesoureiro	07/02/2018	01
Simone Setti	Ag Com de Saude	15/02/2018	01

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 19 de fevereiro de 2018.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

**portaria 3823**

Publicação Nº 1532007

PORTARIA Nº 3823/2018.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 55/2013, que dispõe sobre o plano de cargos e salários,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, em virtude de classificação em Teste Seletivo, conforme Edital de Teste Seletivo nº 0001/17, para tomar posse do cargo a contar de 20/02/2018, no cargo de Professora de Ensino Medio, por 35 horas semanais, a Sra Andrezza Zimmer, até 14/12/2018.

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 20 de fevereiro de 2018.

ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

**portaria 3824**

Publicação Nº 1532012

PORTARIA N.º 3824/2018

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Adelino Casagrande Gomes, ocupante do cargo de Pedreiro, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, por 6 meses, a contar de 29/01/2018, conforme atestado médico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 20 de fevereiro de 2018.

ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**portaria 3825**

Publicação Nº 1532016

PORTARIA N.º 3825/2018

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Cleide M C Serighelli, ocupante do cargo efetivo de Serviços gerais II, de 19/02/2018 até 05/03/2018, conforme pericia médica em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 20 de fevereiro de 2018.

ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÃO RESUMIDA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0014/2018**

Publicação Nº 1531724

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0048/2017

Tomada de Preços nº 0002/2017

Objeto: Contratação de empresa para a conclusão de obra de construção de quadra escolar coberta, poliesportiva, com área total de 980,40 m², na sede do Município de Macieira, através de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no âmbito do PAC 2, conforme Projeto, Planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e memorial descritivo, com fornecimento de material e mão-de-obra.

Contrato Administrativo nº 0014/2018

Contratada: TINELLI SERVIÇOS EIRELI ME.

Valor do Contrato: O valor global de R\$ 256.596,12 (duzentos e cinquenta e seis mil quinhentos e noventa e seis reais com doze centavos).

Prazo de execução: 120 dias após a entrega de Ordem de Serviços de acordo com o cronograma físico financeiro.

Pagamento: Após emissão de boletim de medição, emissão de Nota Fiscal e liberação de recursos pelo FNDE.

Vigência: 31/07/2018.

Macieira, 21 de fevereiro de 2018.

ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

# Mafra

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 013/2018

Publicação Nº 1533087

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 013/2018

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de veículo automóvel novo 0km para pertencer à frota oficial do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Municipais de Mafra (PLASSMA), através do PLASSMA, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 09/03/2018, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 22 de fevereiro de 2018.  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2018

Publicação Nº 1533088

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2018

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material elétrico e de sinalização de emergência, destinados a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura de Mafra, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 12/03/2018, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra (SC), 22 de fevereiro de 2018.  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

# Major Vieira

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 002.2018

Publicação N° 1531636

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA

#### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 002/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DE CONCRETO NA RUA VITOR FERNANDES DE SOUZA – TRECHO 01 - COM ÁREA TOTAL 1.579,56 M². Conforme projetos| Tipo: Menor Preço – Global| Abertura dos Envelopes/Data/hora: 09/03/2018 às 09h30. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra/Local da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio Florentino Souza, 210, Bairro Centro. Fone (47) 3655-1111. Major Vieira/SC, 21 de Fevereiro de 2018.

Orildo Antonio Severgnini. Prefeito Municipal.

# Maracajá

## PREFEITURA

### PORTARIA 031/2018

Publicação Nº 1532707

Portaria Nº 031, de 22 de fevereiro de 2018.

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO, O SERVIDOR FABRICIO ESTEVAM DE OLIVEIRA.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 de 7 de outubro de 1997 e nº 1039 de 15 de outubro de 2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor FABRICIO ESTEVAM DE OLIVEIRA, CPF 019.438.199-47, matrícula 2352, nascido em 6 de abril de 1976, nomeado para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 248/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de fevereiro de 2018.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de fevereiro de 2018.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT

Secretária de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 256/2018

Publicação Nº 1531611

DECRETO Nº 256, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 708, de 18 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 22 de fevereiro de 2018 a 21 de fevereiro de 2019, MARIA ELIZANDRA MORAIS, brasileira, portadora do RG nº 5918360, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### Decreto nº 257/2018

Publicação Nº 1531613

DECRETO Nº 257, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 708, de 18 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 22 de fevereiro de 2018 a 21 de fevereiro de 2019, JESSICA DA COSTA GLIENKE, brasileira, portadora do RG nº 6950382, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal

de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### Decreto nº 258/2018

Publicação Nº 1531614

DECRETO Nº 258, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 708, de 18 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 22 de fevereiro a 21 de janeiro de 2019, JANETE LUCIA DE SOUZA HAHN, brasileira, portadora do RG nº 4991706, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ESF Clóvis José Fluck - Centro I, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**Decreto nº 259/2018**

Publicação Nº 1531624

DECRETO Nº 259, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 708, de 18 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 22 de fevereiro a 21 de fevereiro de 2019, ACÁCIA DIVINA SEHNEM, brasileira, portadora do RG nº 4550213, para ocupar o cargo de Professora de Dança, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**Decreto nº 261/2018**

Publicação Nº 1532282

DECRETO Nº 261, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 111/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

O atestado médico da servidora Carla Demski,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 20 de fevereiro a 20 de abril de 2018, GISELE SCHMIDT, brasileira, inscrita no CPF sob nº 060.031.649-13, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Monteiro Lobato, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2018.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**Decreto nº 262/2018**

Publicação Nº 1532286

DECRETO Nº 262, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 112/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

O gozo de férias da servidora Silvana Strapazzon,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 20 de fevereiro a 7 de março de 2018, CRISTIANE ALINE BLOTZ, brasileira, inscrita no CPF sob nº 087.418.309-03, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Mundo Infantil CAIC, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2018.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.



**Decreto nº 263/2018**

Publicação Nº 1532291

DECRETO Nº 263, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 113/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 20 de fevereiro a 21 de dezembro de 2018, LOVANI DA ROSA SBRUSSI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 054.255.029-66, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na APAE, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2018.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**Decreto nº 264/2018**

Publicação Nº 1532296

DECRETO Nº 264, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 114/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 20 de fevereiro a 21 de dezembro de 2018, MÁRCIA REGINA DA ROCHA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 637.696.469-91, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Mundo Infantil CAIC, percebendo a

remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2018.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**Decreto nº 265/2018**

Publicação Nº 1532302

DECRETO Nº 265, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 115/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 20 de fevereiro a 21 de dezembro de 2018, ANDREIA BADIA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 047.795.229-19, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Monteiro Lobato, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2018.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**Decreto nº 266/2018**

Publicação Nº 1532317

DECRETO Nº 266, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa

Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 117/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 20 de fevereiro a 21 de dezembro de 2018, JULIANA BOGONI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 061.192.739-05, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Pequeno Príncipe, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2018.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### **Decreto nº 267/2018**

Publicação Nº 1532319

DECRETO Nº 267, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 120/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 20 de fevereiro a 21 de dezembro de 2018, ANICARLA BIRCK, brasileira, inscrita no CPF sob nº 020.395.949-30, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Criança Feliz, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2018.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### **Decreto nº 268/2018**

Publicação Nº 1532328

DECRETO Nº 268, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 121/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 20 de fevereiro a 21 de dezembro de 2018, ANICARLA BIRCK, brasileira, inscrita no CPF sob nº 020.395.949-30, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Patrícia Roman, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2018.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### **Decreto nº 269/2018**

Publicação Nº 1532332

DECRETO Nº 269, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 122/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 20 de fevereiro a 21 de dezembro de 2018, SILVANIA RIBEIRO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 893.653.059-34, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2018.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**Decreto nº 270/2018**

Publicação Nº 1532335

DECRETO Nº 270, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO,**

A solicitação interna 123/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 20 de fevereiro a 21 de dezembro de 2018, SILVANIA RIBEIRO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 893.653.059-34, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Branca de Neve, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2018.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**Decreto nº 272/2018**

Publicação Nº 1532374

DECRETO Nº 272, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO,**

A solicitação interna 126/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 21 de fevereiro a 21 de dezembro de 2018, KATIANE SEVEDRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 065.832.309-17, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Pequeno Príncipe, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de fevereiro de 2018.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**Decreto nº 273/2018**

Publicação Nº 1532515

DECRETO Nº 273, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO,**

A solicitação interna 127/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 22 de fevereiro a 14 de agosto de 2018, CLEONICE CIGOGNINI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 008.073.939-32, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Mundo Infantil CAIC, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### **Decreto nº 274/2018**

Publicação Nº 1532523

DECRETO Nº 274, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 128/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

O benefício do INSS da servidora Jusara de Souza,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 22 de fevereiro a 30 de abril de 2018, ROSÂNGELA MEZZALIRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 027.948.349-08, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Mundo Infantil CAIC, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### **Decreto nº 275/2018**

Publicação Nº 1532532

DECRETO Nº 275, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 129/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 22 de fevereiro a 21 de dezembro de 2018, ELIANE LAMB, brasileira, inscrita no CPF sob nº 035.004.179-22, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Raymundo Veit, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### **Decreto nº 276/2018**

Publicação Nº 1532542

DECRETO Nº 276, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 130/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 22 de fevereiro a 14 de agosto de 2018, SONIA PROVIN DEON, brasileira, inscrita no CPF sob nº 050.726.079-17, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Mundo Infantil CAIC, percebendo a remuneração do



quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### **Decreto nº 277/2018**

Publicação Nº 1532551

DECRETO Nº 277, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 131/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

O atestado médico e consequente licença maternidade da servidora Jovanessa Preuss,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, a partir da presente data, RACHEL FARIAS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 058.392.219-88, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Mundo Infantil CAIC, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### **Decreto nº 271/2018**

Publicação Nº 1532366

DECRETO Nº 271, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 124/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 20 de fevereiro a 21 de dezembro de 2018, JUCEMARA GAUER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 027.081.079-09, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Mundo Infantil CAIC, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2018.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 033/2018**

Publicação Nº 1532570

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 033/2018 – Modalidade Dispensa por Inexigibilidade n. 014/2018

Chamada Pública n. 002/2018

Contrato Administrativo n. 040/2018

Contratada: Charlene Leal Bandeira.

A Senhora Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha - SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para a prestação de serviço de sessões de terapia ocupacional domiciliar, método bobath. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 22 de fevereiro de 2018. MIRIANE SARTORI – Secretária Municipal de Saúde e Saneamento.

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 034/2018**

Publicação Nº 1532288

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 034/2018 - Modalidade Pregão Presencial n. 016/2018 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

O Senhor Diretor de Transportes, Obras e Urbanismo de Maravilha - SC, LUIZ ROBERT, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a aquisição de cesto duplo monobloco sextavado e de bloqueador para boca de lobo, conforme a necessidade, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, Lei Complementar Federal n.123/06, subsidiariamente pela Lei 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até as 14 horas do dia 08 de março de 2018, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 22 de fevereiro de 2018. LUIZ ROBERT – Diretor de Transportes, Obras e Urbanismo de Maravilha.

# Marema

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N. 012/2018

Publicação Nº 1532878

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 014/2018 - Pregão Presencial n. 012/2018 : Contratação de profissional para ministrar aulas de violão, música, cantigas infantil, atividades de recreação como jogos e brincadeiras. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 07/03/2018, às 13h30min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 07/03/2018 às 14h00min. Maiores informações ou a cópia da íntegra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br) Marema, 22 de janeiro de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

### RESOLUÇÃO Nº 01/2018

Publicação Nº 1532685

Estado de Santa Catarina  
Município de Marema  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

#### RESOLUÇÃO Nº 01/2018

“Institui Comissão Eleitoral para eleição suplementar dos membros titular e suplentes do Conselho Tutelar.”

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Marema/SC (CMDCA), em cumprimento ao Art.139 da Lei nº 8.069/90, e da Lei Municipal nº 1014/2013, da Resolução nº 170/14 do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, RESOLVE:

Art.1º Instituir Comissão Eleitoral com o objetivo de conduzir o processo de escolha dos membros Titular e suplentes do Conselho Tutelar.

Art. 2º Integra a Comissão Eleitoral Suplementar os seguintes conselheiros do CMDCA: Roseni Caregnatto, Ariel Dias e Chanquerli Cherobin.

§1º A Comissão Eleitoral será coordenada pelo presidente do CMDCA, a Sr.ª Salete Tomé Gaspari;

§2º Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou que possuam cônjuge, companheiro, ainda que em união homo afetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, como: filhos, pais, irmãos, enteados, padrasto, madrasta ou tios, que irão participar do processo;

§3º Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §2º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por qualquer outro conselheiro, inclusive suplente;

Art.3º Compete a Comissão Eleitoral:

§1º Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

§2º Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras do processo de eleição, por parte dos candidatos ou à sua ordem;

§3º Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

§4º Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesário se escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação.

§5º Resolver os casos omissos.

Art.4º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Marema, 22 de fevereiro de 2018  
Salete Tomé Gaspari  
Presidente do CMDCA



# Massaranduba

**PREFEITURA**

**PROCESSO LICITATÓRIO 30.2018 PP 30.2018 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA**

Publicação Nº 1532097

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2018

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 07/03/2018.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 07/03/2018.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 20 de fevereiro de 2018.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL**

## ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018 - PASSAGENS AÉREAS

Publicação Nº 1532504

PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 005/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018  
RETIFICAÇÃO DO EDITAL

A Câmara de Vereadores de Massaranduba/SC, Estado de Santa Catarina, situado na Rua Paulo Cardoso, 166, Centro, Massaranduba, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 122/2018, de 02 de janeiro de 2018, torna público, para conhecimento dos interessados que:

- a) Na cláusula 6 "proposta comercial", subitem 6.1;
- b) Na cláusula 9 "dos procedimentos de julgamento", subitem 9.1.5.1.1;
- c) No anexo II "Termo de Referência", item 1, onde se lê:

A proposta deverá conter PERCENTUAL (%) DE DESCONTO que será praticado por emissão de passagem, considerando que o percentual de desconto ofertado pela licitante deverá ser aplicado sobre o valor<sup>1</sup> da compra da passagem. Partindo-se do princípio de que a licitante compra para a Câmara Municipal a passagem da Companhia Aérea e recebe uma percentagem sobre a venda de passagens aéreas nacionais. Então, o critério adotado é o do “maior desconto”, isto é, quem abrir mão de maior percentagem, desonerando a Administração, é o vencedor da licitação.

o CORRETO é:

“A proposta deverá conter PERCENTUAL (%) DE DESCONTO que será praticado por emissão de passagem, considerando que o percentual de desconto ofertado pela licitante deverá ser aplicado sobre a taxa que a Agência recebe da Companhia Aérea pela venda da passagem. Partindo-se do princípio de que a licitante compra para a Câmara Municipal a passagem da Companhia Aérea e recebe uma percentagem (taxa/comissão de venda) sobre a venda de passagens aéreas nacionais. Então, o critério adotado é o do “maior desconto”, isto é, quem abrir mão de maior percentagem, sobre essa taxa desonerando a Administração, é o vencedor da licitação”.

Tendo em vista que as alterações acima poderão afetar a formulação das propostas por parte dos licitantes, fica estabelecido novo prazo para realização e abertura do certame, qual seja 07.03.2018 às 09:30 h, em consonância com o art. 4, inciso V, da Lei Federal nº 10.520/2002, encerrando o recebimento das propostas às 09:00 h, permanecendo inalterados os demais dispositivos esposados no instrumento convocatório.

Massaranduba (SC), 22 de Fevereiro de 2018.

DJONATHAN CISZ

Presidente do Poder Legislativo Municipal

ALMIR TREVISANI

Pregoeiro

**Matos Costa****PREFEITURA****DECRETO 011/2018**

Publicação Nº 1532596

DECRETO Nº 011/2018, de 8 de fevereiro de 2018.  
Acrescenta parágrafo ao Decreto 001/2018.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MATOS COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Acrescenta parágrafo IV ao Decreto 001/2018, conforme abaixo especifica:

"IV - Taxa de uso do Centro da Terceira Idade Suzana Sokacheski Crauchuk:

- a) aniversários, chás de bebê e outros ( período vespertino) R\$ 100,00
- b) Aniversários/confraternização com almoço R\$ 200,00
- c) Jantar/confraternização R\$ 250,00"

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Matos Costa, 8 de fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**DECRETO 09/2018**

Publicação Nº 1532594

DECRETO Nº 009/2018, de 5 de fevereiro de 2018.  
Designa servidor para compor equipe de Pregoeiros do Município de Matos Costa

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º – Fica designada a servidora Eliane Castilho para compor a equipe de pregoeiros do município de acordo com o Decreto 084/2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Matos Costa, 5 de fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**LEI 2198/2018**

Publicação Nº 1532582

Lei Municipal Nº 2.198/2018 – de 21 de fevereiro de 2018.  
Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	12.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
UNIDADE	12.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
ATIVIDADE	2.020	AMORTIZAÇÃO DE PRECATÓRIOS	
DOTAÇÃO	4.6.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	35.000,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado a redução parcial, no valor de R\$ 35.000,00 ( trinta e cinco mil reais), de dotações consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
UNIDADE	02.01	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
ATIVIDADE	2.013	MANUTUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	35.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço do Contestado, 21 de fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM	A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## LEI 2199/2018

Publicação Nº 1532585

Lei Municipal Nº 2.199/2018 – de 21 de fevereiro de 2018.

Dispões sobre a concessão de revisão geral da remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Matos Costa/SC e da outras providencias.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder ao quadro geral dos servidores do Legislativo Municipal, revisão geral equivalente a 1,81% (um inteiro e oitenta e um centésimos por cento), correspondente ao INPC/IBGE, acumulado do período de janeiro a dezembro de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2018.

Paço do Contestado, 21 de fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM	A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017-2018

Publicação Nº 1532820

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 08/032018 às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2018, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA OBJETIVANDO MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA DO ANEXO I DESTE EDITAL.

A integra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através da disponibilização no site do município [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br).

Meleiro/SC, 22 de fevereiro de 2018.

EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 066-2018

Publicação Nº 1532311

PORTARIA n.º 066/2018

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

#### EXONERAR

Art. 1.º A pedido a Senhora ANDREIA TEZA MARTINS, do cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F., com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 22/02/2018.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Fevereiro de 2018.

EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 067-2018

Publicação Nº 1533043

PORTARIA n.º 067/2018

TRATA DA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2009 e suas alterações, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo 002/2017, resolve:

#### ALTERAR

Art. 1.º A carga horária da senhora CAROLINE JANUÁRIO HAHN, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/02/2018.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Fevereiro de 2018.

EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007-2018 - 22.02.2018 - ACADEMIA IMPACTUS - PATINAÇÃO**

Publicação Nº 1531860

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2018  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 2.996.527 e do CPF/MF nº 987.238.989-68, residente e domiciliado na Rua do Comércio, 1488, Apto 401, Edifício Civitta, Centro, na Cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa:

ACADEMIA IMPACTUS EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 23.605.268/0002-33, com sede na Rua Nereu Ramos, 2292, sala 101, representada por sua titular, a Sra. KASSIELI CERIZOLLI CESCO, brasileira, casada, professora, portadora da carteira de identidade nº 12R.4.453.368 e do CPF/MF nº 006.547.579-84, residente e domiciliada Avenida Dom Pedro II, 743, Centro, na Cidade de Serra Alta - SC, doravante somente denominado de CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolvem contratar o objeto do presente contrato pelas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo, a Contratação de Serviços autônomos para ministrar aula de patinação, utilizando diferentes técnicas e metodologias, buscando desenvolver diferentes habilidades motoras, culturais e sociais com crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos Cultivar no Departamento de Assistência Social do Município de Modelo - SC, com carga horária de 04 (quatro) horas semanais, por 09 (nove) meses, no período de 05 de março à 14 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à contratada o valor de R\$ 47,00 (quarenta e sete reais) por hora/aula, na quantidade de 170 (cento e setenta) horas, totalizando o valor de R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais), no período de 09 (nove) meses, pela prestação dos serviços do objeto do contrato e nas condições estabelecidas neste contrato.

Somente serão pagas as horas efetivamente trabalhadas, não sendo pagos os feriados e pontos facultativos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, a vista, mensalmente, conforme a realização do serviço, até o dia 11 do mês subsequente. Mediante depósito na conta corrente nº 21.612-7, agência 3036, Banco 756 SICOOB/CREDITAIPU. Nenhum pagamento será efetuado antecipadamente, a da prestação de serviço.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

O serviço prestado deverá ser de primeira qualidade, para entrega em um prazo de 09 (nove) meses a partir da assinatura do presente contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se-á:

Cumprir as condições de pagamento, sendo que o pagamento ficará condicionado a prestação do serviço;  
Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações nos objetos fornecidos.

Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga – se – á:

Entregar objeto no prazo estabelecido, obedecendo rigorosamente os critérios estabelecidos neste contrato;

Permitir que os prepostos do Município inspecionem e fiscalizem a qualquer tempo e hora o andamento e as especificações dos serviços prestados.

Responsabilizar-se por todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, despesas fiscais comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamento e quaisquer outras necessárias na prestação dos serviços contratados. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

É da CONTRATADA a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços, em qualquer esfera.

Assumir as despesas decorrentes de transporte ferramentas e equipamentos, necessários à entrega do objeto licitado até o município.

#### CLÁUSULA SETIMA – DA INADIMPLÊNCIA

Em caso de inexecução contratual prevista no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, por culpa da contratada, fica estabelecida a multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do objeto contratado, atualizado pelos índices oficiais.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido nenhum outro valor a título de indenização ou qualquer outro título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento

#### CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Será utilizado para o objeto do presente contrato a dotação orçamentária do orçamento vigente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do art. 29 da constituição Federal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no contrato sem o consentimento prévio do município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, por carta ou ofício, em duas vias de igual teor e forma, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de efetiva entrega.

Os recebimentos decorrentes do fornecimento objeto deste contrato deverão ser feitos diretamente ao representante legal da CONTRATADA.

Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, as Leis Federais 8.666/93 de 21 de junho de



1.993 e 8.883/94.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato de fornecimento, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Modelo (SC), aos 22 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal Contratante	ACADEMIA IMPACTUS EIRELI – ME Kassiel Cerizolli Cesco Titular - Contratada
---	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto:

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283-Assessor Jurídico	
---	--

## DECRETO Nº 057/2018

Publicação Nº 1531980

DECRETO Nº 057/2018 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ENSINO SUPERIOR ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.296/2017, Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2016, homologado pelo Decreto Municipal nº 0298/2016 de 23.12.2016, prorrogada sua validade pelo Decreto nº 0245/2017, Considerando a escolha da vaga pela Professora Jandira Maria Lara Heckler, que encontra-se em licença para tratamento de saúde até 30/03/2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação, a Sra. MAGALI CARMEN SIGNOR, portadora do CPF nº 767.615.509-63, RG nº 1.835.842-0, para exercer as funções do cargo de PROFESSORA ENSINO SUPERIOR, Habilitação: Educação Infantil, com atribuição de exercício no Centro de Educação Infantil Pequeno Lar, com carga horária de 20 horas semanais, turno Vespertino, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante na justificativa elaborada pelo Departamento Municipal de Educação e disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 014/2018, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 20.02.2018 a 29.03.2018, percebendo a remuneração da Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 20 de fevereiro de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 014/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrição no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: MAGALI CARMEN SIGNOR, brasileira, casada, portadora do CPF nº 767.615.509-63, RG nº 1.835.842-0, residente e domiciliada na Rua Nereu Ramos, 2491, Apto 101, Centro – município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de PROFESSOR ENSINO SUPERIOR.

LOCAL DE TRABALHO: Maternal I 302, atribuição de exercício no Centro de Educação Infantil Pequeno Lar e lotação no Departamento Municipal de Educação do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude de a professora que escolheu a turma pelo Processo Seletivo estar em licença para tratamento de saúde até 30.03.2018, assumindo a vaga após essa data, conforme fundamentado em justificativa pelo Departamento Municipal de Educação. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, Art. 44 da Lei Municipal nº 1.347/1998, Art. 2º, § 1º, Inciso V da Lei Municipal nº 1.386/1999 e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 2.296/2017 e em especial Processo Seletivo nº 001/2016.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 20 de fevereiro de 2018. Término: 29 de março de 2018. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1.596,47 (Um mil, quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos) e a respectiva regência de classe conforme disposições legais. Vencimento previsto em Lei Municipal – Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é no turno Vespertino, 20 (vinte) horas semanais, e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

**EXTINÇÃO/RESCISÃO:** Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

**FORO:** Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 20 de fevereiro de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

MAGALI CARMEN SIGNOR  
Contratada

Testemunhas: 1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 074-2018 - COMPUTADORES FMS - COMPUTECH**

Publicação Nº 1531903

Extrato de Contrato nº 074/2018

Processo Licitatório nº 1320/2017

Pregão Presencial nº 053/2017

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO, CNPJ nº. 11.511.812/0001-18

Contratada: COMPUTECH INFORMÁTICA LTDA ME, CNPJ sob nº. 09.170.651/0001-02

Valor: R\$ 1.940,00

Assinado em: 15/02/2018

Vigente até: 31/12/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MICRO COMPUTADORE e MONITOR, DESTINADOS AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO/SC.

Modelo/SC, 15 de fevereiro de 2018.

ERNO MICHELIN  
Gestor FMS

### **PORTARIA Nº 030/2018**

Publicação Nº 1532727

PORTARIA Nº 030/2018 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando a comunicação de decisão da perícia médica do INSS emitida nesta data, concedendo o benefício/afastamento até o dia 30/03/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde constante na Portaria nº 006/2018, concedida à Servidora Pública Municipal JANDIRA MARIA LARA HECKLER, matrículas nº 1915-1, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Superior com carga horária de 20 horas semanais, lotada no Departamento Municipal de Educação, conforme benefício nº 6215448960.

Parágrafo Único: A prorrogação de que trata o Art. 1º desta Portaria é até a data de 30 de março de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 20 de fevereiro de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

### **PORTARIA Nº 031/2018**

Publicação Nº 1532765

PORTARIA Nº 031/2018 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIVETE ANA SANTOLIN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 2.296/2017 e Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade, à servidora MARIVETE ANA SANTOLIN, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, conforme Decreto de nomeação nº 031/2012 em 13.02.2012, correspondendo a um mês da remuneração do cargo efetivo a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de fevereiro de 2018, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 02/2012 a 02/2017, de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 20 de fevereiro de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento



**PORTARIA Nº 032/2018**

Publicação Nº 1532894

PORTARIA Nº 032/2018 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.296/2017 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,  
Considerando em especial a programação de férias do Departamento e requerimento do Servidor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Gleison Donida	20.04.2016 a 19.04.2017	26.03.2018 a 14.04.2018 (20 dias) + 10 dias de Abono Pecuniário

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 20 de fevereiro de 2018.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 033/2018**

Publicação Nº 1532911

PORTARIA Nº 033/2018 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.296/2017 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,  
Considerando em especial a programação de férias do Departamento e requerimento do Servidor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Thais Moreira da Silva	22.02.2017 a 21.02.2018	01.03.2018 a 20.03.2018 (20 dias) + 10 dias de Abono Pecuniário

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 20 de fevereiro de 2018.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 034/2018**

Publicação Nº 1532950

PORTARIA Nº 034/2018 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO E PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVONE WALTER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com os Artigos 93 e 112 da Lei Municipal nº 1.513/2002, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art.1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal IVONE WALTER, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, conforme Decreto de nomeação nº 194/1995 de 03.07.1995, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO e 30 (trinta) dias de PRÊMIO ASSIDUIDADE, conforme requerido e a que faz jus, de conformidade com o disposto nos artigos 93 e 112 da Lei Municipal 1.513/2002, a ser usufruído conforme abaixo:

· Licença Prêmio: Período Aquisitivo: 07/2010 a 07/2015  
Período de Gozo: 28.02.2018 a 29.03.2018 (30 dias)

· Prêmio Assiduidade: Período Aquisitivo: 07/2010 a 07/2015  
Período de Gozo: 05.11.2018 a 04.12.2018 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 21 de fevereiro de 2018.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 035/2018**

Publicação Nº 1532971

PORTARIA Nº 035/2018 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.  
PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis

Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando novo atestado médico apresentado, declarando a necessidade da continuidade do afastamento para tratamento de saúde, no período de 60 (sessenta) dias,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde constante na Portaria nº 0158/2017, concedida ao Servidor Público Municipal WILLIAN LOIR SCHLOSSER TERNUS, matrícula nº 2345-0, ocupante do cargo efetivo de Agente de Manutenção e Conservação, carga horária de 40 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Obras, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A prorrogação de que trata o Art. 1º desta Portaria é no período de 22.02.2018 a 22.04.2018, podendo a data fim ser alterada de acordo com decisão em perícia médica pelo INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 22 de fevereiro de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 22 de fevereiro de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

## **PORTARIA Nº 036/2018**

Publicação Nº 1533009

PORTARIA Nº 036/2018 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO E PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCIMAR DE FATIMA RODRIGUES DAL'AGNOL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com os Artigos 93 e 112 da Lei Municipal nº 1.513/2002, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art.1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal LUCIMAR DE FATIMA RODRIGUES DAL'AGNOL, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Superior, conforme Decreto de nomeação nº 027/2008 de 07.02.2008, 20 horas semanais, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO e 30 (trinta) dias de PRÊMIO ASSIDUIDADE, conforme requerido e a que faz jus, de conformidade com o disposto nos artigos 93 e 112 da Lei Municipal 1.513/2002, a ser usufruído conforme abaixo:

· Licença Prêmio: Período Aquisitivo: 02/2013 a 02/2018  
Período de Gozo: 01.03.2018 a 30.03.2018 (30 dias)

· Prêmio Assiduidade: Período Aquisitivo: 02/2013 a 02/2018  
Período de Gozo: 02.04.2018 a 01.05.2018 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PREGÃO Nº 006/2018 - FMS

Publicação Nº 1532138

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 008/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2018

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC, através do F.M.S., torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 006/2018. TIPO: Menor Preço. OBJETO: Registro de preços para eventuais e futuras aquisições de material médico-hospitalar destinado para manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondaí/SC, pelo período de doze meses, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 15 de Março de 2018. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 15 de Março de 2018. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br). MONDAI (SC), 21 de Fevereiro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

### EXTRATO DE REABERTURA DE PREGÃO Nº 005/2018 - FMS

Publicação Nº 1531801

#### AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2018

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC, através do F.M.S., torna público, para conhecimento dos interessados, que esta REABRINDO PRAZO, para abertura do pregão presencial nº 005/2018, EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 005/2018. TIPO: Menor Preço. OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos destinados para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondaí - Farmácia Básica - conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital. NOVA DATA PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00 do dia 14 de Março de 2018. NOVA DATA PARA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 14 de Março de 2018. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br). MONDAI (SC), 22 de Fevereiro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

### NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS Nº 003/2018

Publicação Nº 1532702

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº. 003/2018

#### NOTIFICA LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

VALDIR RUBERT, Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº. 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº. 4.683 de 20 de março de 2015 que regulamenta a notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Mondaí, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Período da liberação dos recursos: 21/02/2018 a 22/02/2018.

ATO LEGAL	CONCEDENTE	VALOR LIBERADO (R\$)
	Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	
Programa	Vigilância em Saúde	5.392,34
TOTAIS GERAIS DO PERÍODO .....R\$		5.392,34

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos termos supramencionados, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, junto à Prefeitura Municipal de Mondaí, situada na Rua Laju, 420, centro, ou pelo telefone (49) 3674-3100.

Mondaí – SC, 22 de fevereiro de 2018.

Valdir Rubert

Prefeito Municipal

Jonas Carlos Scheffer Demarchi

Coordenador de Controle Interno

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 012/2018

Publicação Nº 1532769

DECRETO Nº 012/2018, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

“DISPÕE SOBRE A RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 – EDITAL 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal e do Edital do Concurso Público Municipal n.º 001/2015, e,

CONSIDERANDO o resultado final do concurso público para provimento de cargos efetivos para Assistente Social no município de Monte Carlo, homologado por meio do Decreto 012/2016, de 18 de março de 2016,

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico n.º 020/2018/PRA, que deferiu o pedido de reclassificação da candidata EUNICE AMÉLIA DA ROSA RIBEIRO, para que esta passe a figurar no último lugar da lista dos classificados,

#### DECRETA:

Art. 1º. É reclassificada para o final da relação dos classificados, a candidata EUNICE AMÉLIA DA ROSA RIBEIRO, aprovada no concurso público de provas destinado ao provimento do cargo de Professor IV, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 22 de fevereiro de 2018.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.822/2018

Publicação Nº 1532040

LEI Nº 1.822/2018, de 22 de Fevereiro de 2018.

FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA AUTORIZADO A FIRMAR TERMO DE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, OBJETIVANDO A FORMAÇÃO DE VÍNCULO DE COOPERAÇÃO PARA O FOMENTO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E DA ÁREA DA SAÚDE. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei,

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Morro da Fumaça autorizado a firmar Termo de Parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, objetivando a formação de vínculo de cooperação para o fomento e execução das atividades de interesse público, em especial a execução de programas sociais, educacionais e da área da saúde.

Art. 2º - O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Município e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE deverá discriminar direitos, responsabilidades e obrigações dos signatários, e ser antecedido de procedimento licitatório.

Art. 3º - São cláusulas obrigatórias do Termo de Parceria:

I – do objeto, que deverá conter a especificação detalhada do programa de trabalho proposto pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE;

II – da estipulação de metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução;

III – da previsão expressa dos critérios, objetivos e avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultados;

IV – da previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando por item as categorias contábeis utilizadas pela Associação e detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal, a serem pagos com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados ou consultores;

V – do estabelecimento das obrigações da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, entre as quais a de repassar ao Município, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico de metas propostas com os resultados alcançados, acompanhados de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões contidas no inciso IV deste artigo;

Art. 4º - Antes da celebração do Termo de Parceria deverá o órgão da administração municipal interessado na assinatura do instrumento verificar:

I - o regular funcionamento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE;

II - o exercício, pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE de atividades referentes à matéria objeto do Termo de Parceria nos últimos três anos; e

III - se não existe processo administrativo no Ministério da Justiça solicitando o cancelamento da qualificação da entidade.

Art. 5º - A especificação do Programa de Trabalho proposto pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE será executada mediante aprovação pelo Poder Executivo, nos seguintes termos:

I – identificação do objeto a ser executado;

II – metas a serem atingidas;

III – etapas ou fases de execução;

IV – plano de aplicação dos recursos financeiros;

V – previsão de início e término da execução do objeto.

Art. 6º - A execução do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada pelo órgão da Administração Municipal afeto ao objeto do instrumento, que a qualquer momento poderá requisitar informações e a devida prestação de contas.

Parágrafo Único: Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE.

Art. 7º - A prestação de contas, que deverá ser realizada anualmente e ao término do Termo de Parceria, deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - relatório anual de execução das atividades objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo entre metas propostas e os resultados alcançados;

II - demonstrativo integral da receita e despesa realizada na execução do termo de parceria;

III - demonstração do resultado final do exercício;

IV - balanço patrimonial;

V - demonstração das origens e aplicações dos recursos;

VI - demonstração das mutações do patrimônio social;

VII - notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário; e

VIII - parecer e relatório de auditoria nos termos do artigo 15, se for o caso.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto no caput deste artigo, entende-se por Prestação de Contas a comprovação da correta aplicação dos recursos públicos recebidos e do adimplemento do objeto do Termo de Parceria.

Art. 8º - Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria que tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, deverão representar imediatamente ao Tribunal de Contas Estadual e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 9º - Qualquer alteração realizada no estatuto da entidade posteriormente à assinatura do Termo de Parceria deverá ser comunicada imediatamente ao órgão municipal.

Art. 10 - O Termo de Parceria não poderá ser celebrado por período superior ao do exercício fiscal.

Parágrafo Único: Caso o Termo de Parceria termine sem o adimplemento total do objeto ou havendo excedentes financeiros disponíveis com a Associação, poderá o referido Termo ser prorrogado até o adimplemento total ou devolução da verba excedente.

Art. 11 - A movimentação dos recursos destinados ao cumprimento do Termo de Parceria deverá ser feita em conta corrente específica, a ser aberta em instituição financeira indicada pelo Município.

Art.12 - A liberação de recursos para execução do Termo de Parceria deverá ser realizada de acordo com o cronograma apresentado, cabendo-lhe o repasse anual no valor de R\$ 138.000,00 (Cento e trinta e oito mil reais).

Art. 13 - Aplica-se, no que couber ao âmbito municipal, as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2017 e o Decreto Municipal nº 038, de 10 de Fevereiro de 2017.

Art. 14 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Paço Municipal Auzílio Frasson, em 22 de Fevereiro de 2018.  
AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDUARDO SARTOR GUOLLO  
Secretário do Sistema Econômico

## LEI Nº 1.823/2018

Publicação Nº 1532043

LEI Nº 1.823/2018, de 22 de Fevereiro de 2018.

FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA AUTORIZADO A FIRMAR TERMO DE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, OBJETIVANDO A FORMAÇÃO DE VÍNCULO DE COOPERAÇÃO PARA O FOMENTO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E DA ÁREA DA SAÚDE. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei,

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Morro da Fumaça autorizado a firmar Termo de Parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, objetivando a formação de vínculo de cooperação para o fomento e execução das atividades de interesse público, em especial a execução de programas sociais, educacionais e da área da saúde.

Art. 2º - O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Município e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE deverá discriminar direitos, responsabilidades e obrigações dos signatários, e ser antecedido de procedimento licitatório.

Art. 3º - São cláusulas obrigatórias do Termo de Parceria:

I – do objeto, que deverá conter a especificação detalhada do programa de trabalho proposto pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE;

II – da estipulação de metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução;

III – da previsão expressa dos critérios, objetivos e avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultados;

IV – da previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando por item as categorias contábeis utilizadas pela Associação e detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal, a serem pagos com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados ou consultores;

V – do estabelecimento das obrigações da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, entre as quais a de repassar ao Município, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico de metas propostas com os resultados alcançados, acompanhados de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões contidas no inciso IV deste artigo;

Art. 4º - Antes da celebração do Termo de Parceria deverá o órgão da administração municipal interessado na assinatura do instrumento verificar:

I - o regular funcionamento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE;

II - o exercício, pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE de atividades referentes à matéria objeto do Termo de Parceria nos últimos três anos; e

III - se não existe processo administrativo no Ministério da Justiça

solicitando o cancelamento da qualificação da entidade.

Art. 5º - A especificação do Programa de Trabalho proposto pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE será executada mediante aprovação pelo Poder Executivo, nos seguintes termos:

I – identificação do objeto a ser executado;

II – metas a serem atingidas;

III – etapas ou fases de execução;

IV – plano de aplicação dos recursos financeiros;

V – previsão de início e término da execução do objeto.

Art. 6º - A execução do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada pelo órgão da Administração Municipal afeto ao objeto do instrumento, que a qualquer momento poderá requisitar informações e a devida prestação de contas.

Parágrafo Único: Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE.

Art. 7º - A prestação de contas, que deverá ser realizada anualmente e ao término do Termo de Parceria, deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - relatório anual de execução das atividades objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo entre metas propostas e os resultados alcançados;

II - demonstrativo integral da receita e despesa realizada na execução do termo de parceria;

III - demonstração do resultado final do exercício;

IV - balanço patrimonial;

V - demonstração das origens e aplicações dos recursos;

VI - demonstração das mutações do patrimônio social;

VII - notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário; e

VIII - parecer e relatório de auditoria nos termos do artigo 15, se for o caso.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto no caput deste artigo, entende-se por Prestação de Contas a comprovação da correta aplicação dos recursos públicos recebidos e do adimplemento do objeto do Termo de Parceria.

Art. 8º - Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria que tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, deverão representar imediatamente ao Tribunal de Contas Estadual e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 9º - Qualquer alteração realizada no estatuto da entidade posteriormente à assinatura do Termo de Parceria deverá ser comunicada imediatamente ao órgão municipal.

Art. 10 - O Termo de Parceria não poderá ser celebrado por período superior ao do exercício fiscal.

Parágrafo Único: Caso o Termo de Parceria termine sem o adimplemento total do objeto ou havendo excedentes financeiros disponíveis com a Associação, poderá o referido Termo ser prorrogado até o adimplemento total ou devolução da verba excedente.

Art. 11 - A movimentação dos recursos destinados ao cumprimento do Termo de Parceria deverá ser feita em conta corrente específica, a ser aberta em instituição financeira indicada pelo Município.

Art.12 - A liberação de recursos para execução do Termo de Parceria deverá ser realizada de acordo com o cronograma apresentado, cabendo-lhe o repasse anual no valor de R\$ 19.702,28 (Dezenove mil, setecentos e dois reais e vinte e oito centavos).

Art. 13 - Aplica-se, no que couber ao âmbito municipal, as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2017 e o Decreto Municipal nº 038, de 10 de Fevereiro de 2017.

Art. 14 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Paço Municipal Auzílio Frasson, em 22 de Fevereiro de 2018.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDUARDO SARTOR GUOLLO

Secretário do Sistema Econômico

### **TOMADA DE PREÇO 032/2018**

Publicação N° 1531993

Município de Morro da Fumaça. Edital de Tomada de Preço 032/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE GALPÃO DO CORPO DE BOMBEIROS, conforme anexo I. Data: 13/03/2018 às 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. EDUARDO SARTOR – Secretário do Sistema Econômico.

# Morro Grande

## PREFEITURA

### AVISO - TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2018 - PMMG

Publicação Nº 1532182

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2018

A PREFEITURA DE MORRO GRANDE, localizada a Rua Irmãos Biff, nº 50, CEP 88.925-000, Centro, Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Tomada de Preços nº 1/2018, cujo objetivo é a CONTRATAÇÃO DE OBRA DE EDIFICAÇÃO DE MATERIAIS MISTOS PARA FINS RESIDENCIAIS, VISANDO ATENDER AO PROGRAMA VIDA DIGNA DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços serão recebidos até às 09h00min do dia 14/03/2018, com abertura no mesmo dia às 09h30min, junto ao Setor de Licitações desta prefeitura no endereço supracitado. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supracitado, das 07h00min às 13h00min ou no site [www.morrogrande.sc.gov.br](http://www.morrogrande.sc.gov.br). Maiores informações estará disponível o telefone (48) 3544-0016 ou pelo e-mail [licita@morrogrande.sc.gov.br](mailto:licita@morrogrande.sc.gov.br). Val-dionir Rocha - Prefeito Municipal.

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO 200/2017 PMN

Publicação Nº 1531796

#### ATA 200/2017 PMN

AOS 22 DE JANEIRO DE 2018, ÀS 09:00 (NOVE) HORAS, PREGÃO PRESENCIAL, SE REUNIU O PREGOEIRO, ACOMPANHADO DOS DEMAIS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO, CONFORME PORTARIA Nº 1117 DE 23 DE MARÇO DE 2017, PARA O ATO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÕES REFERENTES AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 200/2017 PMN, CUJO OBJETO "PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A PERMISSÃO DO USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (COMÉRCIO DE BEBIDAS, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E PONTOS COMERCIAIS NO LOCAL E DURANTE AS FESTIVIDADES DO CARNAVAL), ENTRE OS DIAS 09 Á 13 DE FEVEREIRO DE 2018, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DE NAVEGANTES/SC. INICIADA A SESSÃO, NENHUMA EMPRESA SE FEZ PRESENTE, NÃO HAVENDO INTERESSADOS. O PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO SEGUNDO A LEI DE LICITAÇÕES DECIDE DECLARAR A LICITAÇÃO DESERTA. ENCAMINHAM-SE OS AUTOS À APRECIACÃO DO SR. PREFEITO MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO. NADA MAIS HAVENDO A RELATAR, PREGOEIRO ENCERROU A SESSÃO, LAVRANDO-SE A PRESENTE ATA, QUE LIDA E ACHADA CONFORME, VAI ASSINADA.

### ATA II DA SESSÃO 180/2017 PMN

Publicação Nº 1532937

#### ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 180/2017 PMN

AS 09:00H (NOVE) HORAS DO DIA 16/02/2018, O PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO E VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA, REUNIRAM-SE PARA RETOMADA DE ABERTURA AO PROCESSO DE LANCE, MOTIVO A APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA EMPRESA JEANE CRISTINA KRZYZANOWSKI - PROMOÇÕES & EVENTOS - ME, SOBRE SUA DESCLASSIFICAÇÃO CONFORME CLAUSULA 4.2.2.2 DO EDITAL REFERENTE A MARCAS APRESENTADA, ONDE FOI DEFERIDO SEU PEDIDO POR ESTA COMISSÃO, ONDE ESTAMOS REABRINDO A ETAPA DE LANCE DO LOTE 02, PARA PROSEGUIMENTO DESTE PROCESSO LICITATÓRIO DO EDITAL A LICITAÇÃO 180-2017, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (AUTOMÓVEIS COM 07 LUGARES E ÔNIBUS ESCOLARES) SEM MOTORISTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. EMPRESA PARTICIPANTE: TEFTUR-AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO, REPRESENTADA POR GILSON ROGERIO NAZÁRIO; JEANE CRISTINA KRZYZANOWSKI - PROMOÇÕES & EVENTOS - ME, REPRESENTADA POR SILVIO KRZYZANOWSKI; SAGROU-SE VENCEDORA DO LOTE 02 A EMPRESA JEANE CRISTINA KRZYZANOWSKI - PROMOÇÕES & EVENTOS - ME, NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS ONDE TODOS ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL, E FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS HABILITAÇÕES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. A EMPRESA LICITANTE TEFTUR-AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO MENCIONOU APRESENTAR RECURSO REFERENTE A CERTIDÃO ESTADUAL DO PARANÁ DA EMPRESA VENCEDORA, E QUE AO TERMINO DESTA SESSÃO A EMPRESA VENCEDORA JÁ APRESENTOU A CERTIDÃO NEGATIVA VALIDA, ASSIM CUMPRINDO A LEI DE ME Nº 123. E TAMBÉM MENCIONOU O PORQUE DE APENAS A EMPRESA JEANE CRISTINA KRZYZANOWSKI - PROMOÇÕES & EVENTOS - ME, FOI MENCIONADA NA CHAMADA DO RETORNO DESTA SESSÃO. E EMPRESA JEANE CRISTINA KRZYZANOWSKI - PROMOÇÕES & EVENTOS - ME MENCIONOU APRESENTAR RECURSO SOBRE A EMPRESA: TEFTUR-AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO NÃO POSSUI ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COMPATÍVEL PARA ESTE SERVIÇO, E TAMBÉM EM SEU OBJETO DO CONTRATO NÃO POSSUI VEICULO SEM MOTORISTA. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 10H00MIN. EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DO MESMO.

### ERRATA DECRETO 15/2018

Publicação Nº 1531777

#### ERRATA

Na publicação do Decreto nº 15 de 16 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial dos Municípios em 19/02/2018, edição 2456.

Onde se lê:

Categoria	Tarifa	Limite Inferior	Limite Superior	Valor M <sup>2</sup>	Valor m <sup>2</sup> atual acrescido 2,80 %
Residencial	Social	-	10	Antigo	
Residencial	Social	11	25	R\$1,78	R\$1,83
Residencial	Social	26	9999999	R\$3,30	R\$3,39
Residencial	Normal	-	10	R\$9,00	R\$9,25
Residencial	Normal	11	25	R\$3,55	R\$3,65
Residencial	Normal	26	9999999	R\$6,60	R\$6,78
Residencial	Especial	-	10	R\$9,02	R\$9,27

Residencial	Especial	11	25	R\$3,55	R\$3,65
Residencial	Especial	26	9999999	R\$6,60	R\$6,78
Residencial	Promorar	-	10	R\$9,02	R\$9,27
Residencial	Promorar	11	25	R\$3,55	R\$3,65
Residencial	Promorar	26	9999999	R\$6,60	R\$6,78
Poder Público	Normal	-	10	R\$9,02	R\$9,27
Poder Público	Normal	11	9999999	R\$5,52	R\$5,68
Poder Público	Especial	-	10	R\$8,67	R\$8,91
Poder Público	Especial	11	9999999	R\$3,27	R\$3,36
Comercial	Normal	-	10	R\$7,39	R\$7,60
Comercial	Normal	11	9999999	R\$5,52	R\$5,68
Comercial	Especial	-	10	R\$8,67	R\$8,91
Comercial	Especial	11	9999999	R\$5,52	R\$5,68
Industrial	Normal	-	10	R\$8,67	R\$8,91
Industrial	Normal	11	9999999	R\$5,52	R\$5,68
Industrial	Industrial	-	10	R\$8,67	R\$8,91
Industrial	Industrial	11	9999999	R\$5,52	R\$5,68

Leia-se:

Categoria	Tarifa	Limite Inferior	Limite Superior	Valor Antigo M³	Valor m³ atual acrescido 2,80 %
Residencial	Social	-	10	R\$1,78	R\$1,83
Residencial	Social	11	25	R\$3,30	R\$3,39
Residencial	Social	26	9999999	R\$9,00	R\$9,25
Residencial	Normal	-	10	R\$3,55	R\$3,65
Residencial	Normal	11	25	R\$6,60	R\$6,78
Residencial	Normal	26	9999999	R\$9,02	R\$9,27
Residencial	Especial	-	10	R\$3,55	R\$3,65
Residencial	Especial	11	25	R\$6,60	R\$6,78
Residencial	Especial	26	9999999	R\$9,02	R\$9,27
Residencial	Promorar	-	10	R\$3,55	R\$3,65
Residencial	Promorar	11	25	R\$6,60	R\$6,78
Residencial	Promorar	26	9999999	R\$9,02	R\$9,27
Poder Público	Normal	-	10	R\$5,52	R\$5,68
Poder Público	Normal	11	9999999	R\$8,67	R\$8,91
Poder Público	Especial	-	10	R\$3,27	R\$3,36
Poder Público	Especial	11	9999999	R\$7,39	R\$7,60
Comercial	Normal	-	10	R\$5,52	R\$5,68
Comercial	Normal	11	9999999	R\$8,67	R\$8,91
Comercial	Especial	-	10	R\$5,52	R\$5,68
Comercial	Especial	11	9999999	R\$8,67	R\$8,91
Industrial	Normal	-	10	R\$5,52	R\$5,68
Industrial	Normal	11	9999999	R\$8,67	R\$8,91
Industrial	Industrial	-	10	R\$5,52	R\$5,68
Industrial	Industrial	11	9999999	R\$8,67	R\$8,91

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Donizete José da Silva  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## ESCLARECIMENTOS DESCRIÇÃO ITEM 35 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017 FMV

Publicação Nº 1532973

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
CNPJ: 83.102.855/0001-50

Esclarecimentos Descrição Item 35 – Pregão Presencial nº 20/2017 FMV

Item 35 - TUBO DE AÇO GALVANIZADO, COM MEDIDAS: 3 METROS DE COMPRIMENTO, 2 POLEGADAS (50mm) DE DIÂMETRO, 1,55mm DE ESPESSURA.

**EXTRATO CONTRATUAL 12 E 22/2018**

Publicação Nº 1532951

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC  
CONTRATO – Nº 12/2018  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
CONTRATADO: CASA DE ASSISTENCIA DILONY  
OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ACOLHIMENTO DE IDOSO.  
VIGENCIA: 24/01/2018 até 24/01/2019  
EMÍLIO VIEIRA  
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC  
CONTRATO: 022/2018  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
CONTRATADO: INSTITUTO REDENÇÃO  
OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INTERNAÇÃO DE MENOR.  
VIGENCIA: 06/02/2018 até 06/02/2019  
EMÍLIO VIEIRA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATUAL 14/2018 FMS**

Publicação Nº 1532378

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC  
CONTRATO: 14/2018 – CONTRATO DE COMPRAS  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
CONTRATADO: S&W Máquinas e Equipamentos Ltda  
CNPJ: 15.360.569/0001-35  
OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO (AUTOMÓVEL HATCH 0KM 4 PORTAS-MOTOR 1.0 - 75 À 82 CV (E), 73 À 75 CV (G) - TOTAL FLEX, COM PINTURA NA COR BRANCA), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC,  
VALOR: R\$ 47.000,00  
Recursos: 1.054 4.4.90.00.00  
VIGENCIA: 14/01/2018 a 31/12/2018  
EMÍLIO VIEIRA  
Prefeito Municipal de Navegantes

**LAUDO DAS AMOSTRAS 72/2017 FMS E CONVOCAÇÃO PARA AMOSTRA**

Publicação Nº 1532955

**ANÁLISE AMOSTRAS**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, DIVULGA POR MEIO DESTA O PARECER REFERENTE A ANÁLISE DA AMOSTRA DO PREGÃO 72/2017-FMS REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ORTOPÉDICOS, DERMATOLÓGICOS, PÓS-CIRÚRGICO, PÓS-TRAUMA E REABILITAÇÃO, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PERMANENTES AMBULATORIAIS E CIRÚRGICOS E EQUIPAMENTOS PARA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CRMH, CEO, CES, SAMU E ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

Navegantes, 07 de fevereiro de 2018.

C.I. Nº 138-2018  
DE: Administração da Saúde

PARA: Administração prefeitura  
Assunto: Análise de Amostras PP 72/2017. – Segunda Chamada

Viemos por meio desta, emitir o parecer sobre a análise das Amostras apresentadas referente ao pregão 72/2017, visando a aquisição de Materiais ortopédicos, dermatológicos, pós cirúrgico, pós trauma, e reabilitação e equipamentos para serem utilizados nas UBS, CRMH, CEO, CES, SAMU e Assistência Social da Saúde, para a Secretaria Municipal de Saúde:

Participante: 94 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA  
Itens: 52 e 71  
APROVADAS AS AMOSTRAS APRESENTADAS  
Itens: 69 e 70  
REPROVADAS AS AMOSTRAS APRESENTADAS

Participante: 651 – METROMED COM. DE MAT. MED. HOSPITALARES LTDA  
Itens: 11, 16, 41, 42, 59, 63, 67 e 85  
APROVADAS AS AMOSTRAS APRESENTADAS.  
Itens 14 e 68  
REPROVADA AMOSTRA APRESENTADA.  
Item 44  
NÃO APRESENTOU AMOSTRAS

Participante: 14720 – CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA.  
Itens: 05, 13, 56, 57 e 65  
NÃO APRESENTOU AMOSTRAS.

Sem mais, agradecemos cordialmente,

MARLUZA TREVISAN  
Secretária Adjunta de Saúde

**CONVOCAÇÃO 3º COLOCADO**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, CONVOCA AS EMPRESAS ABAIXO PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA DO 3º COLOCADO REFERENTE AO PREGÃO 72/2017-FMS: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS QUE COMPÕEM O REMUME-RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS, PARA DAR CUMPRIMENTO AO TAC - TERMO DE AJUSTE DE CONDUCTA Nº 0001/2015/01PJ/NAV, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA FARMÁCIA BÁSICA DAS UNIDADES DE SAÚDE (UBS), FARMÁCIA MUNICIPAL E CENTROS DE REFERÊNCIA, CONFORME RELAÇÃO ATUALIZADA PARA O ANO DE 2018, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

ITEM	3º COLOCADO
5	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
13	SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
14	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP
44	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
56	METROMED - COM. DE MAT. MÉD. HOSPITALARES LTDA
57	METROMED - COM. DE MAT. MÉD. HOSPITALARES LTDA
65	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
68	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP

69	METROMED - COM. DE MAT. MÉD. HOSPITALARES LTDA
70	METROMED - COM. DE MAT. MÉD. HOSPITALARES LTDA

“DOE ÓRGÃO! DOE SANGUE! SALVE VIDAS.”

## **PORTARIA 787 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO**

Publicação Nº 1531707

PORTARIA Nº 787 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

### **RESOLVE:**

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços Nº 21/2017 FMV, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (MOTOSSEIRA, LAVADORA DE ALTA PRESSÃO E ASPIRADOR DE PÓ) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO E AUXILIAR NA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 21/2017.

FISCAL: DANIELA FARIAS DA SILVA - (TITULAR)

FISCAL: EDEMIR DE SOUZA - (SUPLENTE)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 25/2018

Publicação Nº 1533161

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 25/2018
Edital: Pregão Nº.: 8/2018
Tipo: Menor preço / Unitário por Item
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas (Trator Sobre Esteitas e Escavadeira Hidráulica) para atender as necessidades desta municipalidade conforme a necessidade do município
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 06 de março de 2018.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 06 de março de 2018.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.
NOVA ITABERABA, 22 de fevereiro de 2018
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL



# Nova Trento

## PREFEITURA

### ANEXO ÚNICO - LEI COMPLEMENTAR Nº 665/2018

Publicação Nº 1532181

#### LOTES DE BENS INSERVÍVEIS PARA LEILÃO – 2018

LOTE	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
001	-	ESTANTE DE FERRO C/ 5 PRATELEIRAS	5,00
001	-	BARRA DE FERRO P/ BANHEIRO	8,00
001	-	FORNO ELETRICO FISCHER	2,00
001	-	FOGAO DAKO 2 BOCAS	5,00
001	03070	BEBEDOURO MASTERFRIO NEO COMPACTO/FRESH	5,00
001	01829	FORNO MICROONDAS CONSUL CMS 18L	7,00
001	04731	FOGAO A GAS 4 BOCAS MUELLER	5,00
001	-	LAVA-JATO COR PRATAOREENJET	3,00
001	00293	MAQUINA ESCREVER OLIMPIA	10,00
001	-	MAQUINA DE ESCREVER OLIVETTI	10,00
001	01944	ARQUIVO DE ACO C/ 4 GAVETAS CINZA	5,00
001	03050	SELADORA DE MESA 300MM 220W MARCA CRISTOFOLI PARA PAPEL GRAU CI-RURGICO	5,00
001	-	(03) REFLETORES EMBUTIDOS P/ JARDIM	200,00
001	00186	FOGÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS	20,00
001	-	LIQUIDIFICADOR CADENCE	1,00
001	-	BEBEDOURO DE MESA LATINA	5,00
001	-	BEBEDOURO DE INOX ELEGE	7,00
001	-	ESTANTE DE ACO C/ 5 PRATELEIRA CINZA	10,00
001	03202	FOGÃO MULLER C/ 5 BOCAS MODERATO BRANCO	10,00
001	00818	BALANÇA FILIZOLA P/ ADULTO	8,00
TOTAL DO LOTE R\$			331,00
LOTE	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
002	01629	MAQUINA FOTOCOPIADORA TOSHIBA STUDIO 166	20,00
002	01337	TELEVISOR 29" GRADIENTE	5,00
002	01228	PROCESSADOR INTEL 2.4 GHZ	1,00
002	-	PROCESSADOR	1,00
002	02039	MICROCOMPUTADOR CPU ILHAWAY E1400 HD160GB MEM2GB DVDRW	1,00
002	01242	COMPUTADOR COM PROCESSADOR AMD SEMPRON 2600 - 256 DE MEMORIA RAM E 40GB HD.	1,00
002	01610	PROCESSADOR PENTIUM 2.0 GHZ	1,00
002	-	PROCESSADOR	1,00
002	-	MAQUINA DE ESCREVER ELETRICA BROTHER GX-6500	5,00
002	00372	CALCULADORA OLIVETTI MOD. LOGOS 642	3,00
002	01335	NOBREAK APC PRETO	1,00
002	01097	APARELHO DE TELEFONE	0,50
002	-	LUMINARIA DE EMERGENCIA PORTATIL RECA RREGAVEL 30 LEDS FOXLUX BIVOLT	1,00
002	-	CAMERA FOTOGRAFICA MITSUCA (FILME)	0,50
002	-	RECEPTOR PARA ANTENA PARABOLICA MARCA DRAGON	1,00
002	-	(03) NOBREAKS MICROSOL MIG G3 (R\$ 1,00) CADA	3,00
002	04714	TELEVISOR SEMP 21 POL.	3,00
002	-	RETROPROJETOR BENK	5,00
002	00312	APARELHO FAX PANASONIC C/ TELEFONE	2,00
002	-	(02) APARELHOS DE SOM PHILCO PORTATIL (R\$ 0,50) CADA	1,00
002	03136	CENTRAL DE ALARME INTEL. IVP3000 PET SENSOR INTELBRAS BATERIA UNIPower 12V 7A SIRENE BRANCA LIGHT - PKR TX INTELBRAS XAC 4000 SMART	3,00
002	-	FAX PANASONIC KX-FT21	3,00
002	05549	CPU POSITIVO INTEL CELERON INSIDE	3,00
002	06704	MICROCOMPUTADOR CCE INFO P45	3,00
002	02221	MICROCOMPUTADOR CPU INTEL CELERON E1200 1.6GHZ 1GBRAM 160HD	5,00
002	02215	IMPRESSORA EPSON LX 300 II	5,00
002	-	IMPRESSORA HP PHOTOSMART C4280	5,00

002	-	MONITOR PHILIPS	1,00
002	02256	COMPUTADOR C/ CPU INTEL CELERON E1.200 1.6GHZ 1GBRAM 160HD	3,00
002	04279	VENTILADOR DE PAREDE VENTISOL	30,00
002	04298	TELEVISOR CCE 21 POL.	50,00
002	-	LIQUIDIFICADOR FISCHER (MOTOR)	2,00
002	05620	TELEVISOR CCE 21 POL.	20,00
002	04037	TELEVISOR PHILCO 21 POL.	20,00
002	04155	APARELHO DE SOM PHILCO PORTATIL	5,00
002	00075	RETROPROJETOR GRAFOTEC BV II	10,00
002	00728	RETROPROJETOR	10,00
002	00732	MIMIÓGRAFO	5,00
002	04154	APARELHO DE SOM PHILCO PORTATIL	5,00
002	-	APARELHO DE SOM PHILCO PORTATIL	5,00
002	00071	VIDEOCASSETTE MOD. FC 431 B LG	3,00
002	04036	TELEVISOR GRADIENTE 21 POL.	20,00
002	05622	APARELHO DE SOM PORTATIL BRITANIA	5,00
002	00878	APARELHO DE SOM TOSHIBA AM - FM - TOCA FITA - CD	5,00
002	04178	IMPRESSORA EPSON MOD. STYLUS T24	10,00
002	-	APARELHO DE FAX PANASONIC	5,00
002	-	TV TELA PLANA PHILCO 21"	25,00
002	-	TV SEMP 21"	20,00
002	-	TV SEMP 21"	20,00
002	-	MIMIOGRAFO COPIATIC	5,00
002	-	CAIXA DE SOM ATTACK	5,00
002	-	CPU LG	1,00
TOTAL DO LOTE R\$			374,00

LOTE	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
03	-	(08) CADEIRAS DE MADEIRA C/ ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS (R\$ 0,50) CADA	4,00
03	-	MESA DE MADEIRA P/ ESCRITORIO C/ 3 GAVETAS	0,50
03	-	TAMPO DE MESA P/ ESCRITORIO DE MDF	0,20
03	04707	MESA PARA ESCRITORIO EM MADEIRA MOGNO (DESTRUÍDA)	0,20
03	01202	MESA DE MDF P/ COMPUTADOR (DESTRUÍDA)	0,20
03	01938	ARQUIVO DE MDF C/ 3 GAVETAS BEGE	1,00
TOTAL DO LOTE R\$			6,10

LOTE	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
04	-	(31) CARTEIRAS ESCOLARES C/ PES DE FERROE TAMPO DE MADEIRITE TAMANHO NORMAL (R\$ 3,00) CADA	93,00
04	-	(02) MESINHAS PES DE FERRO C/ TAMPO DE AGLOMERADO (R\$ 1,00) CADA	2,00
04	-	(01) MESA DE MADEIRITE P/ ESCRITORIO C/ 2 GAVETAS PES DE FERRO	1,00
04	-	CARTEIRA INFANTIL PES DE FERRO EM MDF	1,00
04	-	CARTEIRA PRE ESCOLAR PES DE FERRO EM MDF	1,00
04	-	MESA P/ IMPRESSORA PES DE FERRO S/ TAMPO EM CEREJEIRA	1,00
TOTAL DO LOTE R\$			99,00

LOTE	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
05	-	(02) CADEIRAS FIXA C/ PES DE FERRO ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MARROM ( R\$ 1,00) CADA	2,00
05	-	(05) CADEIRAS GIRATORIAS C/ 5 RODAS GIROFLEX C/ ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MARROM (R\$ 6,00) CADA	30,00
05	04337	CADEIRA GIRATORIA PLASTICO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM COURO MARROM	6,00
05	04327	CADEIRA GIRATORIA PLASTICO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM COURO MARROM	6,00
05	04334	CADEIRA GIRATORIA PLASTICO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM COURO MARROM	6,00
05	04339	CADEIRA GIRATORIA PLASTICO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM COURO MARROM	6,00
05	04324	CADEIRA GIRATORIA PLASTICO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM COURO MARROM	6,00
05	04329	CADEIRA GIRATORIA PLASTICO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM COURO MARROM	6,00
05	04335	CADEIRA GIRATORIA PLASTICO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM COURO MARROM	6,00
05	04331	CADEIRA GIRATORIA PLASTICO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM COURO MARROM	6,00
05	04332	CADEIRA GIRATORIA PLASTICO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM COURO MARROM	6,00
05	04336	CADEIRA GIRATORIA PLASTICO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM COURO MARROM	6,00
05	04326	CADEIRA GIRATORIA PLASTICO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM COURO MARROM	6,00
05	04333	CADEIRA GIRATORIA PLASTICO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM COURO MARROM	6,00

05	05056	CADEIRA GIRATORIA EM PLASTICO PRETO ASSENTO EM TECIDO AZUL	6,00
05	-	CADEIRA GIRATORIA C/ 5 RODAS GIROFLEX ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS AZUL	6,00
05	-	CADEIRA GIRATORIA C/ 5 RODAS GIROFLEX ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS PRETA	6,00
05	05070	CADEIRA GIRATORIA EM PLASTICO PRETO ASSENTO EM TECIDO AZUL	6,00
05	01706	CADEIRA C/ 5 RODAS GIROFLEX ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS COR PRETA	6,00
05	-	CADEIRA PES DE FERRO FIXA C/ ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS AZUL	5,00
05	05057	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO ASSENTO EM TECIDO AZUL	5,00
05	05059	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO ASSENTO EM TECIDO AZUL	5,00
05	-	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO ASSENTO EM TECIDO AZUL	5,00
05	00688	CADEIRA DE FERRO C/ ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS	5,00
05	-	CADEIRA DE FERRO C/ ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS	5,00
05	01650	CADEIRA PES DE FERRO ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS COR PRETA	5,00
05	04150	CADEIRA GIRATORIA EM PLASTICO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM TECIDO CINZA	4,00
05	04173	CADEIRA GIRATORIA EM PLASTICO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM TECIDO AZUL	4,00
05	-	CADEIRA GIRATORIA C/ 5 RODAS GIROFLEX ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS PRETO	4,00
05	04170	CADEIRA GIRATORIA EM FERRO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM TECIDO AZUL	4,00
05	-	CADEIRA GIRATORIA EM FERRO PRETO ASSENTO ESTOFADO	4,00
05	05074	CADEIRA GIRATORIA EM PLASTICO PRETO ASSENTO EM TECIDO AZUL	4,00
TOTAL DO LOTE R\$			193,00

LOTE	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
06	-	(28) CADEIRAS DE FERRO C/ ASSENTO E ENCOSTO E MESA ACOPLADA DE MADEIRITE ESCOLAR (R\$ 5,00) CADA	140,00
TOTAL DO LOTE R\$			140,00

LOTE	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
07	-	(29) CADEIRAS DE FERRO C/ ASSENTO E ENCOSTO DE MADEIRITE ESCOLAR TAMANHO NORMAL (R\$ 4,00) CADA	116,00
07	04352	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE ASSENTO EM FORMICA	5,00
TOTAL DO LOTE R\$			121,00

LOTE	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
08	-	(14) CADEIRAS ESCOLARES DE FERRO DE C/ASSENTO E ENCONSTO DE MADEIRITE TAMANHO MEDIO (R\$ 4,00) CADA	56,00
08	04356	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO PRETO ASSENTO EM FORMICA BRANCA	5,00
08	04355	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO PRETO ASSENTO EM FORMICA BRANCA	5,00
TOTAL DO LOTE			66,00

## 2º DEPÓSITO

LOTE	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
09	-	(01) MESA DE MADEIRA C/ 4 PÉS MEDINDO 0,90 x 0,60 x 0,81	1,00
09	-	(11) CADEIRINHAS DE MADEIRA TORNEADAS INFANTIL (R\$ 3,00) CADA	33,00
09	-	(04) CADEIRINHAS DE MADEIRA C/ ASSENTO E ENCOSTO DE MDF BRANCAS (R\$ 3,00) CADA	12,00
09	05864	BANCO DE MADEIRA ESCURO C/ 2 PES	1,00
09	-	(02) MESAS DE MADEIRA INFANTIL BRANCAS (R\$ 2,00) CADA	4,00
09	-	(01) MESA AGLOMERADO PÉS CRUZADOS INFANTIL ROSA	0,50
09	-	(01) BANCO DE MADEIRA ESCURO MEDINDO 1,10 X 0,27 X 0,43	1,00
09	-	(01) ESTANDE DE MADEIRA C/ 4 PRATELEIRAS BRANCAS	1,00
09	-	(01) PORTA DE MADEIRA MEDINDO 1,98 X 0,79	10,00
09	-	(01) PORTA DE EUCATEX CINZA MEDINDO 1,90 X 59,5	10,00
09	-	(01) CADEIRA DE MADEIRA ALTA P/ REFEIÇÃO CINZA	1,00
09	-	(05) CADEIRAS DE MADEIRA TORNEADAS BRANCAS (R\$ 1,00) CADA	5,00
09	-	(01) CADEIRA DE MADEIRA BRANCA	1,00
09	-	(04) CADEIRINHAS DE MADEIRA C/ ASSENTO E ENCOSTO DE MADEIRITE INFANTIL (2,00) CADA	8,00
TOTAL DO LOTE R\$			88,50

LOTE	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
10	-	(01) MESA PÉS DE FERRO C/ TAMPO DE FÓRMICA MEDINDO 0,83 X 1,36	2,00

10	-	(08) CADEIRINHAS PÉS DE FERRO C/ ASSENTO E ENCOSTO DE MADEIRITE PRE ESCOLAR ( R\$ 1,00 ) CADA	8,00
10	-	(06) CADEIRINHAS PÉS DE FERRO C/ ASSENTO E ENCOSTO DE FÓRMICA COLORIDAS ( R\$ 3,00 ) CADA	18,00
10	-	(05) CADEIRAS PÉS DE FERRO C/ ASSENTO E ENCOSTO DE FÓRMICA ( R\$ 1,00 ) CADA	5,00
10	01123	CADEIRA REF 05 FIL MOVEIS	1,00
10	02031	CADEIRA INFANTIL PES DE FERRO ASSENTO E ENCOSTO DE MDF BEGE	2,00
10	00696	ESCRIVANINHA DE MDF PES DE FERRO C/ 2 GAVETAS	2,00
		TOTAL DO LOTE R\$	38,00

LOTE	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
11	05877	CADEIRA FIXA PES DE FERRO C/ ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS NA COR PRETA	2,00
11	01955	CADEIRA C/ 5 RODAS GIROFLEX C/ ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS AZUL	6,00
11	01954	CADEIRA C/ 5 RODAS GIROFLEX C/ ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS AZUL	6,00
11	02442	CADEIRA GIRATORIA EXECUTIVA C/ ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS AZUL	6,00
11	02473	CADEIRA GIRATORIA EXECUTIVA C/ ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS AZUL	6,00
		TOTAL DO LOTE R\$	26,00

LOTE	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
12	04509	APARELHO DE SOM LENOXX	0,50
12	02336	BEBEDOURO CONJUGADO DE INOX	5,00
12	00178	MIMIÓGRAFO	3,00
12	-	FOTOPOLIMERIZADOR SCHUSTER	0,50
12	-	CANETA ODONTOLÓGICA	0,50
12	-	FOTOPOLIMERIZADOR SCHUSTER	0,50
12	-	( 01 ) MICROSYSTEM PHILIPS	0,50
12	-	( 01 ) MIMIÓGRAFO COPIATIC PRETO	3,00
12	-	( 01 ) RETROPROJETOR STAR BRANCO	5,00
		TOTAL DO LOTE R\$	18,50

LOTE	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
13	04278	BALCAO PIA EM MDF BRANCO COM 4 GAVETAS, 2 PORTAS	1,00
13	04275	ARMARIO EM MDF BRANCO COM 3 PORTAS	1,00
13	-	BALCÃO C/ 2 PORTAS EM MDF BRANCO	1,00
13	-	(10) CADEIRINHAS INFANTIL EM MDF BRANCAS ( R\$ 1,00 ) CADA	10,00
13	-	( 03 ) CADEIRINHAS INFANTIL EM MDF ROSA ( R\$ 1,00 ) CADA	3,00
		TOTAL DO LOTE R\$	16,00

LOTE	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
14	-	MESA DE PROFESSOR ( ESTRUTURA )	1,00
14	-	( 08 ) CADIRINHAS INFANTIL PES DE FERRO ASSENTO E ENCOSTO MDF ( R\$ 1,50 ) CADA	12,00
14	-	( 06 ) MESINHAS INFANTIL PES DE FERRO C/ TAMPO DE MDF ( R\$ 1,00 ) CADA	6,00
14	00251	ESCRIVANINHA DE MADEIRA C/ PES DE FERRO - 3 GAVETAS 1,25 X 0,60	10,00
		TOTAL DO LOTE R\$	29,00

LOTE	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
15	-	( 152 ) CADEIRAS PES DE FERRO C/ ASSENTO E ENCOSTO DE MDF ( R\$ 3,00 ) CADA	456,00
		TOTAL DO LOTE R\$	456,00

LOTE	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
16	-	( 154 ) CARTEIRAS PES DE FERRO C/ DIVERSOS TIPOS DE TAMPOS (R\$ 3,00) CADA	462,00
16	05213	CARTEIRA DE FORMICA C/ ARMACAO DE FERRO	20,00
16	03515	CARTEIRA ESCOLAR TAMPO MDF C/ PES DE FERRO NA COR CINZA E AMARELO	20,00

TOTAL DO LOTE R\$			502,00
LOTE	Nº PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
17	07139	CLIMATIZADOR DE AR CONSUL 10.000 BTUS USADO.	300,00
17	07140	CLIMATIZADOR DE AR CONSUL 10.000 BTUS USADO.	300,00
17	07141	CLIMATIZADOR DE AR CONSUL 10.000 BTUS USADO.	300,00
17 07142		CLIMATIZADOR DE AR CONSUL 10.000 BTUS USADO.	300,00
TOTAL DO LOTE R\$			1.200,00
TOTAL GERAL DOS LOTES			3.704,10

**VEÍCULOS PARA LEILÃO**

18	05640	VEICULO FIAT UNO MILLE FIRE ANO 2004 PLACA ( MCL- 0955)	2.000,00
19	05643	VEICULO CAMIONETA FIAT / DUCATO (AMBULANCIA) PLACA: ( MKT - 4810 )	15.000,00
TOTAL GERAL DOS LOTES DE VEÍCULOS			17.000,00

Nova Trento, 22 de fevereiro de 2018.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 665/2018**

Publicação Nº 1532179

**LEI COMPLEMENTAR Nº 665 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018**

Dispõe sobre a alienação de Bens Móveis Inservíveis do Município, através da modalidade Leilão Público.

O Senhor Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 12 e § Único da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre Licitações, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a alienar, mediante leilão público, bens móveis inservíveis, inclusive veículos, considerados economicamente inviáveis para conserto e manutenção e improdutivos para uso permanente no serviço público não atendendo as ações programáticas da municipalidade.

Art. 2º Fica igualmente o Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa do Patrimônio Público Municipal, dos bens referidos no Anexo Único desta Lei, mediante a alienação dos mesmos.

Art. 3º Os Bens Patrimoniais a serem leiloados, na forma da Lei 8.666/93 e demais disposições pertinentes a matéria, fazem parte do Anexo Único, com 18 lotes, da presente Lei.

Art. 4º A venda de que trata o artigo 1º desta lei, será exclusivamente à vista, mediante recolhimento dos valores através do documento de arrecadação municipal (DAM), emitido pelo município, ou depósito em conta corrente.

Art. 5º O Leilão Público será efetuado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças - Setor de Licitações, de acordo com a Legislação Vigente, em data a ser designada pela mesma, com ampla publicidade, através da publicação do Edital de Leilão Público.

Art. 6º As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

L.C.nº 665/2018

Art. 7º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 659/2017.

Nova Trento, em 22 de fevereiro de 2018.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada a presente Lei Complementar nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI Nº 2.666/2018**

Publicação Nº 1531800

**LEI Nº 2.666, de 22 de fevereiro DE 2018.**

Dispõe sobre a criação do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM) e os procedimentos de inspeção higiênico-sanitária de todos os produtos de origem animal, comestíveis ou não, comercializados no Município de Nova Trento, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere o art. 94, III e V, da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Capítulo I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica criado o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal com jurisdição em todo o território do Município de Nova Trento, o qual terá a competência de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal nos estabelecimentos processadores atendendo aos critérios estabelecidos nas Leis nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950; nº 8.171, 17 de janeiro de 1991; nº 7.889, de 23 de novembro de 1989 e Decretos federais nº 5.741/2006 e nº 9.013/2017, e na Lei estadual nº 8.534/92 e Decreto estadual nº 3.748/93, que regulam a matéria, em especial



o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA.  
Capítulo II

## DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º A inspeção sanitária das atividades que processam alimentos de origem animal será realizada pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM, subordinado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, de forma permanente ou periódica, nos locais:

I - estabelecimentos que recebem animais, matérias-primas, produtos, subprodutos e seus derivados de origem animal para beneficiamento ou industrialização;

II - propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal, em caráter complementar e com a parceria da Defesa Sanitária Animal, para identificar as causas de problemas sanitários detectados nas matérias-primas e/ou produtos no estabelecimento industrial.

§ 1º A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais, considerado os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de área protegida de manejo sustentável.

§ 2º Nos demais estabelecimentos previstos nesta lei a inspeção será executada de forma periódica, cuja frequência de execução de inspeção será estabelecida em normas complementares, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

§ 3º É obrigatória a indicação de responsável técnico devidamente habilitado, com competência comprovada na área de atuação, em todos os estabelecimentos ou locais em que sejam artesanais ou industrializados os alimentos de consumo humano de origem animal.

Art. 3º A coordenação e as atividades de fiscalização e inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal somente poderão ser efetuadas por profissionais médicos veterinários oficiais, legalmente habilitados.

Art. 4º São princípios a serem observados na realização dos serviços de inspeção:

I - promoção e preservação da saúde humana e do meio ambiente de forma que não implique em obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural de pequeno porte;

II - o controle das condições higiênicas, sanitárias e tecnológicas, de produção, manipulação, beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos de origem animal, vegetal e seus derivados;

III - a fiscalização das condições de higiene das pessoas que trabalham nos estabelecimentos referidos no inciso anterior;

IV - a fiscalização e controle de todos os materiais utilizados na manipulação, acondicionamento e embalagem de produtos de origem animal e vegetal;

V - a disciplina dos padrões higiênicos, sanitários e tecnológicos dos produtos de origem animal;

VI - a fiscalização e o controle do uso dos aditivos empregados na industrialização dos produtos de origem animal, vegetal e seus derivados;

VII - a realização dos exames tecnológicos, microbiológicos, histológicos, físico-químicos, enzimáticos e dos caracteres organolépticos de matéria-prima e produtos em qualquer fase de sua manipulação e produção, quando necessário, sendo o ônus atribuído à indústria ou ao produtor.

VIII - promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação do governo, da sociedade civil, das agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção.

IX - ter foco na qualidade sanitária dos produtos finais.

Art. 5º O Município de Nova Trento poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com outros municípios, o Estado de Santa Catarina e a União, bem como poderá participar de consórcios para facilitar o desenvolvimento de atividades e para a execução do

serviço de inspeção sanitária.

Parágrafo único. O Município de Nova Trento poderá solicitar adesão do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, possibilitando que os produtos inspecionados sejam comercializados em todo o território nacional, de acordo com a legislação vigente.

Art. 6º O Serviço de Inspeção Municipal respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção incluindo os empreendimentos de pequeno porte, desde que observados os princípios básicos de higiene e a garantia da inocuidade dos produtos que atendem as normas específicas em vigor.

Parágrafo único. Entende-se por estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte o estabelecimento de propriedade de agricultores familiares, de forma individual ou coletiva, localizada no meio rural, com área útil construída não superior a 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), destinado exclusivamente ao processamento de produtos de origem animal, dispondo de instalações para abate e/ou industrialização de animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, o leite e seus derivados, o ovo e seus derivados, os produtos das abelhas e seus derivados, não ultrapassando as seguintes escalas de produção:

I - estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais (coelhos, rãs, aves e outros pequenos animais): aqueles destinados ao abate e industrialização de produtos e subprodutos de pequenos animais de importância econômica, com produção máxima de cinco toneladas de carnes por mês.

II - estabelecimento de abate e industrialização de médios (suínos, ovinos, caprinos) e grandes animais (bovinos, bubalinos, equinos): aqueles destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de médios e grandes animais de importância econômica, com produção máxima de oito toneladas de carnes por mês.

III - fábrica de produtos cárneos: aqueles destinados à agroindustrialização de produtos e subprodutos cárneos e embutidos, defumados e salgados, com produção máxima de cinco toneladas por mês.

IV - estabelecimento de abate e industrialização de pescado: enquadram-se os estabelecimentos destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos, com produção máxima de quatro toneladas de carnes por mês.

V - estabelecimento de ovos: destinados à recepção e acondicionamento de ovos, com produção máxima de 5.000 (cinco mil) dúzias por mês.

VI - unidade de extração e beneficiamento dos produtos das abelhas: destinado à recepção e industrialização de produtos das abelhas, com produção máxima de trinta toneladas por ano.

VII - estabelecimento industrial de leite e derivados: enquadram-se todos os tipos de estabelecimentos de industrialização de leite e derivados previstos na presente lei destinado à recepção, pasteurização, industrialização, processamento e elaboração de queijo, iogurte e outros derivados de leite, com processamento máximo de 30.000 (trinta mil) litros de leite por mês.

Art. 7º Os estabelecimentos relacionados no art. 2º desta lei deverão obter o registro no Serviço de Inspeção Municipal na forma da regulamentação e demais atos complementares que venham a ser emitidos pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

§ 1º A regulamentação de que trata este dispositivo, conforme a Lei federal nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, abrangerá:

I - a classificação dos estabelecimentos;

II - as condições e exigências para registro e relacionamento, como também para as respectivas transferências de propriedade;

III - a higiene dos estabelecimentos;

IV - as obrigações dos proprietários, responsáveis ou seus prepostos;

V - a inspeção ante e post mortem dos animais destinados à

matança;

VI – a inspeção e reinspeção de todos os produtos, subprodutos e matérias primas de origem animal durante as diferentes fases da industrialização e transporte;

VII – a fixação dos tipos e padrões e aprovação de fórmulas de produtos de origem animal;

VIII – o registro de rótulos e marcas;

IX – as penalidades a serem aplicadas por infrações cometidas;

X – as análises de laboratórios;

XI – o trânsito de produtos e subprodutos e matérias primas de origem animal.

§ 2º A regulamentação referida no parágrafo anterior poderá ser alterada, no todo ou em parte, sempre que necessário para adequação às peculiaridades do Município.

Art. 8º Na ausência ou omissão de regulamentação próprio municipal, aplicam-se subsidiária ou supletivamente, no que couber, as normas estaduais e federais vigentes.

Art. 9º O regulamento e atos complementares sobre a inspeção e fiscalização dos estabelecimentos referidos nesta lei serão criados através de decreto municipal específico para esse fim.

Art. 10. Os documentos necessários para obtenção do registro no Serviço de Inspeção Municipal – SIM são os seguintes:

I - requerimento simples dirigido ao responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal;

II - laudo de aprovação prévia do terreno, realizado de acordo com instruções baixadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

III - licença ambiental prévia emitida pelo Órgão Ambiental competente ou estar de acordo com a Resolução do CONAMA nº 385/2006;

IV - documento da autoridade municipal e órgão de saúde pública competentes que não se opõem à instalação do estabelecimento;

V - apresentação da inscrição estadual, contrato social registrado na Junta Comercial e cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ou CPF do produtor para empreendimentos individuais;

VI - planta baixa ou croquis das instalações, com layout dos equipamentos e memorial descritivo simples e sucinto da obra, com destaque para a fonte e a forma de abastecimento de água, sistema de escoamento e de tratamento do esgoto e resíduos industriais e proteção empregada contra insetos;

VII – memorial descritivo simplificado dos procedimentos e padrão de higiene a serem adotados;

VIII – boletim oficial de exame da água de abastecimento, caso não disponha de água tratada, cujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e químicos oficiais.

§ 1º Os estabelecimentos que se enquadram na Resolução do CONAMA nº 385/2006 são dispensados de apresentar a licença ambiental prévia (LAP), sendo que no momento de iniciar suas atividades deverão apresentar somente a Licença Ambiental Única.

§ 2º Tratando-se de agroindústria rural de pequeno porte as plantas poderão ser substituídas por croquis a serem elaborados por engenheiro responsável ou técnicos dos Serviços de Extensão Rural do Estado ou do Município de Nova Trento.

§ 3º Tratando-se de aprovação de estabelecimento já edificado, será realizada uma inspeção prévia das dependências industriais e sociais, bem como da água de abastecimento, redes de esgoto, tratamento de efluentes e situação em relação ao terreno.

Art. 11. A embalagem de produtos de origem animal deverá obedecer às condições de higiene necessárias à boa conservação do produto, sem colocar em risco a saúde do consumidor, obedecendo às normas estipuladas em legislação pertinente.

Parágrafo único. Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes de forma bem visível, contendo as informações previstas no caput deste artigo.

Art. 12. Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de sua sanidade e inocuidade.

Art. 13. A matéria-prima, os animais, os produtos, os subprodutos e os insumos deverão seguir os padrões de sanidade definidos em

regulamento e portarias específicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

### Capítulo III

#### DAS SANÇÕES

Art. 14. A infração ao disposto nesta lei sujeita o infrator à penalidades e/ou medidas cautelares, na forma de:

I - advertência formal, notificando o infrator da irregularidade quando este for primário;

II – multa, devendo a mesma ser aplicada em dobro no caso de reincidência. No caso de múltiplas reincidências a multa será aplicada conforme o número de reincidências registradas pela fiscalização;

III - apreensão e/ou condenação de matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulteradas ou falsificadas;

IV - suspensão da atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária;

V – apreensão dos aditivos e ingredientes não autorizados e/ou adulterados;

VI – apreensão de rotulagem impressa em desacordo com as condições legais;

VII – interdição total ou parcial do estabelecimento quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pelo órgão competente, a inexistência de condições técnicas e higiênico-sanitárias previstas na legislação vigente;

VIII – após a terceira reincidência será expedido pelos técnicos do SIM, Relatório de Certificação de Irregularidade Permanente, que será publicado pelo Município no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC e, ensejará o cancelamento do registro do produto, que estiver em desacordo com as orientações da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

§ 1º Para fins desta lei consideram-se medidas cautelares os procedimentos intentados para prevenção ou conservação da garantia da saúde pública. Trata-se de ato de prevenção do Poder Público, quando da gravidade do fato e do comprovado risco de lesão à saúde pública. Considera-se também a dispensabilidade de processo administrativo prévio para sua execução.

§ 2º Para fins desta lei considera-se reincidência o cometimento de infração à legislação sanitária, duas ou mais vezes dentro do período de um ano, contado da data da fiscalização.

§ 3º As multas previstas neste artigo e classificadas abaixo, atingirão o grau máximo, no caso de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias agravantes, a situação econômico-financeira do infrator e meios a seu alcance para cumprir a lei:

a) leves - aquelas em que o infrator for beneficiado por circunstância atenuante;

b) graves - aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;

c) gravíssimas - aquelas em que for verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

§ 4º A suspensão de que trata o inciso IV cessará quando sanado o risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de franquia de atividade à ação fiscalizadora.

§ 5º A interdição de que trata o inciso VII poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 6º Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos 12 (doze) meses, o registro será automaticamente cancelado.

§ 7º As penalidades previstas nos incisos deste artigo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, dependendo da gravidade da infração.

Art. 15. A pena de multa será cobrada em Unidade Fiscal Municipal - UFM, nos termos do art. 272, § 1º, do Código Tributário Municipal, obedecidos os seguintes critérios:

I – de 100 a 450 UFM nas infrações leves;

II – de 451 a 900 UFM nas infrações graves;



III – de 901 a 19.000 UFM nas infrações gravíssimas.

Art. 16. As infrações ao disposto nesta lei serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciando com a lavratura do auto de infração.

Art. 17. Da decisão de aplicação de penalidade caberá recurso dirigido ao Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, em que será assegurado o direito à ampla defesa e contraditório, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da infração.

§ 1º Apresentada ou não a defesa ou impugnação, o processo será julgado em primeira instância administrativa pela Comissão Recursal Especial do Serviço de Inspeção Municipal.

§ 2º A Comissão Recursal de que trata o parágrafo anterior será constituída por decreto do Poder Executivo.

#### Capítulo IV

#### DAS TAXAS

Art. 18. Ficam instituídas taxas relativas à inspeção sanitária e vistoria, cujos valores constam do Anexo Único desta lei.

Art. 19. O fato gerador das taxas de que trata o artigo anterior é o exercício do poder de polícia, bem como a utilização efetiva ou potencial dos serviços de inspeção municipal postos à disposição dos estabelecimentos e produtores abrangidos pelas disposições desta lei.

#### Capítulo V

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Serão editadas normas específicas venda direta de produtos em pequenas quantidades, conforme previsto no Decreto federal nº 5.741/2006.

Art. 21. Os recursos financeiros necessários à implementação desta lei serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, constantes no Orçamento do Município de Nova Trento.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis nº 1.649/99 e 1.517/97.

Nova Trento, 22 de fevereiro de 2018.

gian francesco voltolini

Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### ANEXO ÚNICO

#### DAS TAXAS DE REGISTRO E ANÁLISE

DESCRIÇÃO DAS TAXAS	UNIDADE	VALOR EM UFM*
Alteração classificação estabelecimento	un	45
Alteração contrato social	un	45
Aprovação de projeto	un	175
Baixa definitiva / cancelamento SIM	un	45
Cadastro / Avaliação e emissão de certificado credenciamento de laboratório	un	45
Emissão de certificado / título de registro	un	45
Instalação do SIM / registro de estabelecimento	un	175
Mudança de endereço da empresa	un	45
Produtos e rotulagens	un	10
Reforma / ampliação da área construída	un	95
Suspensão temporária SIM	un	45
Transferência razão social	un	175
Vistoria	un	45
Responsabilidade técnica	un	252

\*UFM - art. 272, § 1º do código tributário municipal.

Nova Trento, 22 de fevereiro de 2018.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

#### LEI Nº 2.667/2018

Publicação Nº 1531909

Lei Nº 2.667, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Denomina Praça Pública " Luiz Cirilo Tomasi " no Município de Nova Trento

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Senhor Gian Francesco Voltolini, usando das atribuições que lhe confere o inciso XXV, do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada " Praça Luiz Cirilo Tomasi ", a área pública localizada entre a Rua dos Imigrantes e o Trevo da Rodovia SC 410, no Bairro Bezenello, nesta cidade.

Art. 2º A Prefeitura Municipal promoverá a instalação de placa denominativa na referida praça.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, em 22 de fevereiro de 2018.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal DE Nova Trento

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Trento

Mensagem ao Projeto de Lei nº 001/2018

(Lei nº 2.667/2018)

O Prefeito do Município de Nova Trento vem submeter à consideração de Vossa Excelência e desta Casa Legislativa o Projeto de Lei em anexo, que Denomina Praça Luiz Cirilo Tomasi, no Bairro Bezenello, neste município.

Trata-se de proposição visando atribuir denominação à Praça localizada no bairro Bezenello, trevo de entrada da cidade, ficando denominada de "Luiz Cirilo Tomasi".

Neotrentino, nasceu em 04 de setembro de 1929, no bairro Pitanga, interior do município. Ao lado da família atuou com transporte de madeira no percurso que compreendia o distrito de Aguti até o bairro Salto, com a utilização de tração animal (carroça) para prestar os serviços.

Além desta atividade, a família de Luiz possuía um pequeno comércio, que atendia também moradores de Brusque, onde comercializavam diversos produtos. Permaneceu junto aos pais e irmãos até os 23 anos, quando casou-se com Terezinha Voltolini Tomasi.

Após o casamento, Tomasi comprou um caminhão e passar a trabalhar com serraria. Mais tarde também atuou como motorista, atividade que se dedicou ao transporte de alunos e de pessoas que desejam se deslocar para o Centro da cidade, o que resultou na

compra de um carro e na aquisição de um ponto de táxi. Em 1983 mudou-se com a família para o bairro Besenello, onde comprou um terreno que já possuía um comércio. No local, deu sequência as atividades comerciais, e, posteriormente, doou parte do terreno para a construção do trevo de acesso à rodovia SC-410. Luiz era conhecido popularmente como Luizinho, apaixonado por política, filiado ao partido antigo partido Arena, pelo qual foi candidato a vereador. Entre suas qualidades, destaque para a solidariedade e leveza com que levava a vida. Da união com a esposa Terezinha, teve 11 filhos, 25 netos e 4 bisnetos. Faleceu em 15 de julho de 2010, aos 81 anos.

Nova Trento, em 22 de fevereiro de 2018.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal de Nova Trento

## **LEI Nº 2.668/2018**

Publicação Nº 1531973

LEI Nº 2.668, DE 22 DE fevereiro DE 2018.

Dispõe sobre o prazo para arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de Nova Trento, para o exercício de 2018, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere o art. 94, III, V e XX, da Lei Orgânica do Município e com base no disposto nos arts. 77, 191, 276 e 278, da Lei Complementar nº 661, de 21 de novembro de 2017, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica definido o dia 10 de abril de 2018 como a data limite para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de Nova Trento, exercício de 2018, observado o seguinte:

I - optando o contribuinte pela quitação do imposto em cota única, o pagamento integral deverá ser efetuado até o dia 10 de abril de 2018, com desconto de 25% (vinte e cinco por cento);

II - optando o contribuinte pela quitação do imposto em até 08 (oito) parcelas, o pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até o dia 10 de abril de 2018, com desconto de 15% (quinze por cento).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, 22 de fevereiro de 2018.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JUCELINO MARINO CHINI  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 43/2018

Publicação Nº 1532329

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2018

Objetivo: Aquisição de peças e serviços destinadas a manutenção dos caminhões FORD CARGO 2422 DE PLACAS MFK 0440 E MFK 0450.

Abertura: às 8:30 horas do dia 09/03/2018.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 22 de fevereiro de 2018.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PL PM Nº 014/18-PR Nº 011/18

Publicação Nº 1532042

#### MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC-AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 014/2018-PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018 - Tipo: MENOR PREÇO POR GLOBAL Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, OBEDECENDO AO MODELO UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE – SC. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min do dia 09/03/2018, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:00h, pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3362-0024. e/ou email: [licitacao@novohorizonte.sc.gov.br](mailto:licitacao@novohorizonte.sc.gov.br). Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 23 de Fevereiro de 2018. VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

### EXTRATO TA FMS 005 AO CA FMS Nº 016-2016

Publicação Nº 1532044

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 005 ao Contrato Administrativo Nº: 016/2016  
Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
Contratada...: GENTE SEGURADORA S.A  
Valor ..... : 334,66 (trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 21/02/2018 Término: 07/04/2018  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Recursos ..... : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 306.079,97  
Objeto ..... : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento do valor da apólice de seguro referente a cobertura de danos Corporais e/ou Materiais Causados a Passageiros que era de R\$ 200.000,00 para R\$ 1.539.804,00 para os veículos placa MKL 3739 - nº 68 e veículo placa OKH 6881 - nº 89 referente ao item nº 13 do Contrato Administrativo FMS Nº 016/2016 - Contratação de Pessoa Jurídica para a Renovação de Apólice de Seguro para os Veículos oficiais pertencentes à frota Do FMS.

Novo Horizonte/SC, em 21 de Fevereiro de 2018 – Rogerio Acácio Mascarello-Gestor FMS

# Orleans

## PREFEITURA

### CHAMAMENTO

Publicação Nº 1533175

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, mediante o qual fica CONVO-CADO (A), para nomeação, o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2017, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a Rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans/SC, no horário das 08:00 as 12:00 hs e das 13:30 as 17:30 hs, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2017 (disponível no sitio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2017, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

NOME	CARGO	CH
Lilian Jocken Stange	Médico da Saúde da Família	40 h

Orleans, 23 de fevereiro de 2018  
JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Fundamento legal: Art. 24 Inciso II. da Lei Federal 8.666/93.  
EMPRESA: BECKER MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - ME  
VALOR TOTAL: R\$ 3.840,00 (três mil oitocentos e quarenta reais)  
Orleans - SC, 22 de Fevereiro de 2018.  
Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

### PROCESSO Nº 33/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1532923

PROCESSO Nº 33/2018  
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 11/2018 REGISTRO DE PREÇOS  
Tipo: Menor Preço por item  
Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE PARA ATENDER OS PROGRAMAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO CONFORME LEI Nº 2704 DE 28 DE MARÇO DE 2017.  
Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 13/03/2018 às 14h00min. Abertura das Propostas: dia 13/03/2018, às 14h30min.  
Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)  
Orleans - SC, 22 de Fevereiro de 2018.  
Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

### PROCESSO Nº 31/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1532920

PROCESSO Nº 31/2018  
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 10/2018 REGISTRO DE PREÇOS  
Tipo: Menor Preço por item  
Objeto: AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS DE COZINHA 13KG PARA ATENDER AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL CONFORME LEI Nº 2699 DE 21 DE MARÇO DE 2017.  
Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 13/03/2018 às 10h00min. Abertura das Propostas: dia 13/03/2018, às 10h30min.  
Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)  
Orleans - SC, 22 de Fevereiro de 2018.  
Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

### PROCESSO Nº 32/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1532921

PROCESSO Nº 32/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 16/2018  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COMERCIAL ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MAQUINAS PARA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA NOS SERVIÇOS URBANOS.

# Otacílio Costa

## PREFEITURA

### PREGÃO 009/2018

Publicação N° 1532887

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA  
EDITAL PREGÃO N° 009/2018

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa especializada na fabricação e colocação de móveis para o Gabinete do Prefeito. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 h. do dia 07/03/2018 e abertura da sessão será às 14:15 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.otaciliocosta.sc.gov.br](http://www.otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 08/02/2018  
Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

# Ouro

## CÂMARA MUNICIPAL

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

Publicação Nº 1532612

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02 / 2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01 / 2018.

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de empresa de radiodifusão em AM ou FM, habilitadas junto à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), sendo que o serviço de radiodifusão deve ter abrangência em todo perímetro territorial do Município de Ouro/SC para a transmissão e resumo das sessões do Legislativo Municipal. A empresa deverá informar o preço unitário por sessão ordinária e programa semanal de 30 minutos, transmitidos e total correspondente à quantidade estimada em 36 (trinta e seis) sessões durante o período correspondente ao edital. Conforme objetos abaixo descritos:

OBJETO PRIMEIRO – PERÍODO NOTURNO: Programa semanal, com a transmissão ao vivo das sessões ordinárias da Câmara de Vereadores do Município de Ouro/SC, às segundas feiras, a partir das 20 horas.

OBJETO SEGUNDO – PERÍODO MATUTINO: Programa semanal com 30 (trinta) minutos de duração, no dia seguinte ao da transmissão ao vivo das sessões, entre às 07h30min às 09h00min, transmitindo um resumo da sessão ordinária ocorrida na segunda feira antecedente ao dia da transmissão, com a divulgação dos atos oficiais, atos institucionais e serviços da Câmara, das proposições dos vereadores, os atos administrativos (votações de projetos), emendas de projetos, indicações, requerimentos, moções, palavra livre, excluindo as entrevistas dos vereadores da Câmara Municipal de Ouro fora do horário da sessão ordinária.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 13h45min, para abertura às 14h00min do dia 09 de março de 2018.

Processo Licitatório tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Câmara Municipal de Vereadores de Ouro, Rua Formosa, nº 73, Centro, Ouro/SC, ou pelo site [www.camaraouro.sc.gov.br](http://www.camaraouro.sc.gov.br).

HORÁRIO: das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17 horas.

TELEFONE Nº (49) 3555-2114 e (49) 3555-6186

Câmara Municipal de Ouro, 23 de fevereiro de 2018.

Fernando Bedin

Pregoeiro

Amarildo José Ganzala

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ouro



# Ouro Verde

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 007/2018

Publicação Nº 1532356

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO nº010/2018

O Município de Ouro Verde leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de forma parcelada de Materiais de consumo e limpeza das Secretarias de Administração, Saúde, Infra-Estrutura, Educação Cultura e Esportes e Creche Maria Jose Meneses do Município de Ouro Verde/ SC. Conforme Edital. Entrega dos Envelopes: Até as 08h25min do dia 08 de março de 2018. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 08h40min do dia 08 de março de 2018. Obtenção do Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de Licitações situado na Rua João Maria Conrado, nº. 425, Centro, na cidade de Ouro Verde – SC, fone (49) 3447-0007 ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br). Ouro Verde (SC), 23 de fevereiro de 2018. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal

# Paial

## PREFEITURA

### AVISO EDITAL PL 007-2018 PP 006-2018 COMBUSTIVEIS

Publicação Nº 1532287

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAIAL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2018

O Prefeito Municipal em Exercício de Paial - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Dispensa de Licitação n. 003/2018, no dia 20 de fevereiro de 2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE PAIAL-SC.

Contrato Nº.: 06/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: AUTO POSTO PAIAL EIRELI - ME

Valor ..... R\$ 7.365,20 (Sete mil trezentos e setenta cinco reais com vinte centavos).

Vigência ..... : Início: 20/02/2018 Término até a homologação do Processo Licitatório 007/2018.

As demais informações poderão ser obtidas diariamente no Setor de Compras e Licitações do Município de Paial pelo telefone (49) 3451-0045. Paial - SC, 20 de Fevereiro de 2018.

LEOCIR DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

### AVISO EDITAL PL 11-2018 PP 07-2018 MERENDA ESCOLAR

Publicação Nº 1532778

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAIAL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2018

O Prefeito Municipal em Exercício de Paial - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Dispensa de Licitação n. 003/2018, no dia 20 de fevereiro de 2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE PAIAL-SC.

Contrato Nº.: 06/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: AUTO POSTO PAIAL EIRELI - ME

Valor ..... R\$ 7.365,20 (Sete mil trezentos e setenta cinco reais com vinte centavos).

Vigência ..... : Início: 20/02/2018 Término até a homologação do Processo Licitatório 007/2018.

As demais informações poderão ser obtidas diariamente no Setor de Compras e Licitações do Município de Paial pelo telefone (49) 3451-0045. Paial - SC, 20 de Fevereiro de 2018.

LEOCIR DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

### EDITAL PL 09 DISPENSA 03- COMBUSTÍVEIS

Publicação Nº 1531798

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAIAL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2018

O Prefeito Municipal em Exercício de Paial - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Dispensa de Licitação n. 003/2018, no dia 20 de fevereiro de 2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE PAIAL-SC.

Contrato Nº.: 06/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: AUTO POSTO PAIAL EIRELI - ME

Valor ..... R\$ 7.365,20 (Sete mil trezentos e setenta cinco reais com vinte centavos).

Vigência ..... : Início: 20/02/2018 Término até a homologação do Processo Licitatório 007/2018.

As demais informações poderão ser obtidas diariamente no Setor de Compras e Licitações do Município de Paial pelo telefone (49) 3451-0045. Paial - SC, 20 de Fevereiro de 2018.

LEOCIR DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO 06-2018 CONTRATO DE DISPENSA 03-2018

Publicação Nº 1531986

EXTRATO CONTRATOS  
Contrato Nº: 06/2018  
Contratante.: MUNICIPIO DE PAIAL  
Contratada...: AUTO POSTO PAIAL EIRELE  
Valor ..... :R\$ 7.365,20 (Sete mil tresentos e reais com vinte centavos).

Vigência ..... : Início: 20/02/2018 Término: Dia da homologação do processo licitatório 07/2018.

Licitação ..... : DISPENSA Nº.: 03/2018

Objeto ..... : Aquisição de combustível para abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencentes ao Município de Paial-SC, que deverão ser disponibilizados na sede do município de Paial.

LEOCIR DOS SANTOS- PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

# Palhoça

## PREFEITURA

### ATO Nº. 171/2018

Publicação Nº 1532395

ATO Nº. 171/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o Ato nº 089 de 08 de janeiro de 2018, que DESIGNOU como Secretária Municipal de Turismo, CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/01/2018.

Palhoça, SC, em 15 de janeiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### ATO Nº. 172/2018

Publicação Nº 1532398

ATO Nº. 172/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o Ato nº 090 de 08 de janeiro de 2018, que DESIGNOU como Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça, EDUARDO FRECCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/01/2018.

Palhoça, SC, em 15 de janeiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### ATO Nº. 173/2018

Publicação Nº 1532399

ATO Nº. 173/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

NOMEAR DANIELE ODY SPANIOL, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### ATO Nº. 174/2018

Publicação Nº 1532400

ATO Nº. 174/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2015,

#### RESOLVE:

NOMEAR PLAUMI PEDRO DA SILVA, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor II, Nível DAS-V, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 22/01/2018.

Palhoça, SC, em 15 de janeiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

ADELINO SEVERIANO MACHADO  
Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### ATO Nº. 175/2018

Publicação Nº 1532403

ATO Nº. 175/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

NOMEAR HUDSON ROBERTO ALVES, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Gerente Geral de Esporte, Nível DAS-I, Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 17/01/2018.

Palhoça, SC, em 15 de janeiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR  
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 176/2018**

Publicação Nº 1532412

ATO Nº. 176/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR LEANDRO GILIARD PEREIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Saúde, Nível DAS-II, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, Lei nº. 241, de 10 de abril de 2017 e Decreto nº. 2.156, de 25 de abril de 2017, com efeitos a contar de 15/01/2018.

Palhoça, SC, em 15 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 177/2018**

Publicação Nº 1532413

ATO Nº. 177/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Artigo 1º. EXONERAR os cargos comissionados abaixo relacionados do cargo de Provimento em Comissão, Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	Cargo	Motivo	Data
Eriberto Schmitz Filho	Assessor III	Termino Auxilio Doença	31/01/2018
Josiane de Oliveira	Gerente de Custos	Termino Licença Maternidade	08/01/2018
Mariana da Silva	Assessor IV	Termino Auxilio Doença	16/01/2018

Palhoça, SC, em 15 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 178/2018**

Publicação Nº 1532415

ATO Nº. 178/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR JOSIANE DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Gerente de Custos, Nível DAS-II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.148, de 03 abril de 2017, com efeitos a contar de 09/01/2018.

Palhoça, SC, em 15 de janeiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 179/2018**

Publicação Nº 1532416

ATO Nº. 179/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, para responder pelo cargo de Provisão em Comissão de Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Nível SEC, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, a contar de 02/01/2018.

Palhoça, SC, em 15 de janeiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 180/2018**

Publicação Nº 1532417

ATO Nº. 180/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ARYANI OLIVEIRA VELHO, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor II, Nível DAS-V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta

Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.148, de 03 abril de 2017, com efeitos a contar de 22/01/2018.

Palhoça, SC, em 15 de janeiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 181/2018**

Publicação Nº 1532421

ATO Nº. 181/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR KELLY CRISTINI GEREMIAS, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor III Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 15 de janeiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 183/2018**

Publicação Nº 1532423

ATO Nº. 183/2018.

ISNARDO LUIZ BRANT, Secretário da Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO CARLOS EDUARDO BELTRAME DOS SANTOS, do cargo de Provisão em Comissão de Assessor IV, Nível DAS VII, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2018.

ISNARDO LUIS BRANT  
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 184/2018**

Publicação Nº 1532424

ATO Nº. 184/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR LUCIMARA APARECIDA PRIM, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Eventos Nível DR, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Turismo da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.121, de 06 de fevereiro de 2017, com efeitos a contar de 02/01/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 185/2018**

Publicação Nº 1532426

ATO Nº. 185/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

TRANSPOR DANIEL BROERING HARGER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Executivo de Gabinete, Nível EXE, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018, com efeitos a contar de 01/02/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 186/2018**

Publicação Nº 1532427

ATO Nº. 186/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR CAROLINA CAROL FARIAS, do cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, Nível CFG,, Quadro de Pessoal do

Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 187/2018**

Publicação Nº 1532428

ATO Nº. 187/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR JEAN JOACI MARTINS, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Imprensa, Nível DAS-II, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 188/2018**

Publicação Nº 1532432

ATO Nº. 188/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR EDMILSON CRUZ DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Gabinete, Nível DAS-II, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**ATO Nº. 189/2018**

Publicação Nº 1532433

ATO Nº. 189/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR RENATO DARCI ESTACIO, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Gabinete, Nível DAS-II, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 190/2018**

Publicação Nº 1532434

ATO Nº. 190/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR CAROLINA CAROL FARIAS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, Nível CFG, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018, com efeitos a contar de 02/02/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 191/2018**

Publicação Nº 1532435

ATO Nº. 191/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR ALEXANDRO RODRIGUES MARTINS, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Gabinete, Nível DAS-II, Quadro

de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 192/2018**

Publicação Nº 1532436

ATO Nº. 192/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR GUILHERME GEVAERD SILVESTRIN PONTES, do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto, Nível ADJ, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 193/2018**

Publicação Nº 1532437

ATO Nº. 193/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR THIAGO DE OLIVEIRA DOMINGUES, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Planejamento e Desburocratização, Nível DR, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**ATO Nº. 194/2018**

Publicação Nº 1532439

ATO Nº. 194/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Protocolo, Nível DAS-II, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 195/2018**

Publicação Nº 1532442

ATO Nº. 195/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

RENOMEAR DAIANA JOHNSON MARQUES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.151, de 12 abril de 2017, com efeitos a contar de 31/12/2017, face a mesma ser gestante, de acordo com Processo nº. 1874/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 196/2018**

Publicação Nº 1532443

ATO Nº. 196/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR JUSCELINO GONÇALVES DIAS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018, com efeitos a contar de 01/02/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 197/2018**

Publicação Nº 1532444

ATO Nº. 197/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ELIAS PEREIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível VII, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018, com efeitos a contar de 01/02/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

EDSON GHIZONI  
Secretária de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 198/2018**

Publicação Nº 1532446

ATO Nº. 198/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR MARY LUCIA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta

Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018, com efeitos a contar de 05/02/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

ISBNARDO LUIS BRANT  
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **ATO Nº. 199/2018**

Publicação Nº 1532449

ATO Nº. 199/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

NOMEAR SUSANA PADILHA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018, com efeitos a contar de 05/02/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **ATO Nº. 200/2018**

Publicação Nº 1532452

ATO Nº. 200/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

NOMEAR LETICIA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS-V, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018, com efeitos a contar de 05/02/2018.

Palhoça, SC, em 01 de fevereiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº 004/2018/SMDC.**

Publicação Nº 1533039

PORTARIA Nº 004/2018/SMDC.

REGIMENTO INTERNO CCP - Altera art.12 da Portaria 003/SMDC, de 29 de junho de 2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conforme determina o artigo 47, III, da Lei Complementar nº 235/2016,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º A alínea "b" do art. 12 da Portaria nº 003/SMDC, que trata do Regimento Interno do Centro de Castração de Palhoça, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12.  
(...)

b) Deverá dar entrada do seu animal para o procedimento cirúrgico, apenas os moradores e os protetores devidamente cadastrados no CCP- Centro de Castração de Palhoça.

Em caso de impedimento, os moradores e protetores poderão nomear um (01) procurador(a), por meio de procuração pública ou particular, com validade de quatro (04) meses, admitido, após esse prazo, a renovação ou sua substituição, por um outro procurador(a) responsável.

O CCP- Centro de Castração de Palhoça, disponibilizará, gratuitamente, modelo de procuração, aos moradores e aos protetores devidamente cadastrados, em caso de optarem pela procuração do próprio CPP, que deverá ser assinado pelo outorgado e outorgante, e com a devida apresentação de cópia de CPF e documento de identidade do procurador/responsável." (N.R.)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 22 de fevereiro de 2018

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA  
Secretário Municipal de Defesa do Cidadão

### **PORTARIA Nº. 0161/2018.**

Publicação Nº 1532455

PORTARIA Nº. 0161/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2018.

## ANEXO I

Matricula	Servidor	Valor (R\$)
3745875-2	Renata de Souza	R\$ 324,88
400010-2	Rose Maria Mai Antunes	R\$ 212,00
3761818-1	Tamara de Almeida	R\$ 97,46

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0162/2018.**

Publicação Nº 1532456

PORTARIA Nº. 0162/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

## RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para RODRIGO EDUARDO LOPES DE SOUZA SOARES, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2017.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0163/2018.**

Publicação Nº 1532457

PORTARIA Nº. 0163/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

## RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSANA MARIA MACARIO, matrícula nº. 800877-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2008 a 21/03/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/02/2018 à 02/03/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0164/2018.**

Publicação Nº 1532458

PORTARIA Nº. 0164/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

## RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para DAIANA DA SILVA, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2015.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0165/2018.**

Publicação Nº 1532459

PORTARIA Nº. 0165/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

## RESOLVE:

EXONERAR JEFERSON ALEXANDRE DA SILVA JUNIOR, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0166/2018.**

Publicação Nº 1532460

PORTARIA Nº. 0166/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR JAQUELINE DA ROSA FERNANDES, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/02/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0167/2018.**

Publicação Nº 1532461

PORTARIA Nº. 0167/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR JOSIANE TEREZINHA PEREIRA, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/02/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0168/2018.**

Publicação Nº 1532462

PORTARIA Nº. 0168/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR KATIA VEIRA CRUZ, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração

Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/02/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0169/2018.**

Publicação Nº 1532463

PORTARIA Nº. 0169/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARTA INEZ DINIZ, Matrícula nº. 210643-4, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2017.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0170/2018.**

Publicação Nº 1532464

PORTARIA Nº. 0170/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, CLEUNICE DA SILVA BERGO, Matrícula nº. 3760930-2, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/02/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0171/2018.**

Publicação Nº 1532465

PORTARIA Nº. 0171/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JULIANA BASTOS FERREIRA, Matrícula nº. 210506-8, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/02/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0172/2018.**

Publicação Nº 1532466

PORTARIA Nº. 0172/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, CRISTIANE ZUGNO LAURINDO, Matrícula nº. 210903-8, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/02/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0173/2018.**

Publicação Nº 1532468

PORTARIA Nº. 0173/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ALINE CANANI BORGES CORREIA, Matrícula nº. 210491-11, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/02/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0174/2018.**

Publicação Nº 1532469

PORTARIA Nº. 0174/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para ANDREA DA COSTA RANKEL, titular do cargo de Fonoaudiólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2017.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0175/2018.**

Publicação Nº 1532471

PORTARIA Nº. 0175/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,



**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSIMERI DA SILVA SCHEIDT, matrícula nº. 800290-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 18/05/2005 a 18/05/2010, por 03 (três) meses e referente ao quinquênio de 18/05/2010 a 18/05/2015, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 07/02/2018 à 07/08/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0176/2018.**

Publicação Nº 1532472

PORTARIA Nº. 0176/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLEIDE LIMA, matrícula nº. 121675-2, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 20/07/2010 a 20/07/2015, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 02/02/2018 à 02/05/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0178/2018.**

Publicação Nº 1532473

PORTARIA Nº. 0178/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GLEDSON RODRIGUES DA SILVEIRA, matrícula nº. 802410-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 14/01/2013 a 14/01/2018, por 01(um) mês, a contar de 06/02/2018 à 06/03/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0179/2018.**

Publicação Nº 1532476

PORTARIA Nº. 0179/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ZILMA MARGARIDA DA SILVA CAMPOS, matrícula nº. 300135-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 23/02/2010 a 23/02/2015, por 02 (dois) meses, a contar de 01/02/2018 à 01/04/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0180/2018.**

Publicação Nº 1532479

PORTARIA Nº. 0180/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CARLOS ALBERTO SILVA, matrícula nº. 802295-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 16/04/2012 a 16/04/2017, por 01 (um) mês, a contar de 01/03/2018 à 01/04/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0181/2018.**

Publicação Nº 1532483

PORTARIA Nº. 0181/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2018.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	DE
3761987-1	Patricia de Souza Rutkosky	20%

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0182/2018.**

Publicação Nº 1532486

PORTARIA Nº. 0182/2018.

ADELINO SEVERIANO MACHADO, Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora VERA LUCIA PINHO CAMPOS, Matrícula nº. 801117-3, ocupante da categoria funcional de ASO, removido para Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.

ADELINO SEVERIANO MACHADO  
Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0183/2018.**

Publicação Nº 1532489

PORTARIA Nº. 0183/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NILTON JOÃO ESPINDOLA, matrícula nº. 500458-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2005 a 01/06/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/03/2018 à 01/04/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0184/2018.**

Publicação Nº 1532490

PORTARIA Nº. 0184/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NELI MARIA SCHUTZ DA SILVA, matrícula nº. 300149-2, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 24/11/2008 a 24/11/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 14/02/2018 à 14/03/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 0185/2018.**

Publicação Nº 1532494

PORTARIA Nº. 0185/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL – para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
801487-9	Andreia de Oliveira	ASO	1-9-2-B ANF - B	1-9-3-B ANF - B	14/11/2017
401812-2	Ariane Zanetta Justino	Médico	1-137-2A-B ESF-M	1-137-3A-B ESF-M	20/11/2017
801658-3	Bianca Ana de Sá	ASO	1-9-2-B ANF - B	1-9-3-B ANF - B	20/11/2017
800805-1	Bianca Zacchi de Souza	Fonoaudiologo	1-118-3C-D ANS	1-118-4C-D ANS	28/05/2017
401103-1	Clarice OliveiraRitt	Técnico em Enfermagem	1-138-2-B ANMS	1-138-3-B ANMS	25/10/2017
300486-1	Daniela Rodrigues Franceschette	Assistente Administrativo	1-17-2-B ANM	1-17-3-B ANM	20/11/2017
401373-1	Dayana Magali Rufatto	ACD	1-140-1A-B ESF-ACD	1-140-2A-B ESF-ACD	17/11/2017
300405-2	Denise Branga	Assistente Administrativo	1-17-1-B ANM	1-17-2-B ANM	14/11/2017
500387-2	Edesia da Silva dos Santos	ASO	1-9-2-E ANF - B	1-9-3-E ANF - B	30/10/2017
800135-1	Eliete Mª. De Abreu Rosa	ASO	1-9-1-G ANF - B	1-9-2-G ANF - B	29/11/2017
370204-6	Elizete João Raimundo Faust	Socorrista	1-5-2-B ANT	1-5-3-B ANT	10/05/2017
402251-5	Filipe Koerich	Assistente Administrativo	1-17-1-A ANM	1-17-2-A ANM	02/05/2017
401431-1	Gabriel D Oliveira da Silva	Fisioterapeuta	1-118-2B-B ANS	1-118-3B-B ANS	13/12/2017
500460-1	Geisiel Arleto dos Santos	Mecânico	1-6-1-D ANF - C	1-6-2-D ANF - C	29/11/2017
401539-1	Giana Carla Hilário	Técnico em Enfermagem	1-5-1-B ANT	1-5-2-B ANT	26/09/2017
400088-1	Gilberto Giacomini	Bioquímico	1-118-3C-E ANC	1-118-4C-E ANC	27/11/2017
400987-1	Julia Carolina Sumar	Técnico em Enfermagem	1-138-2-B ANMS	1-138-3-B ANMS	04/12/2017
200278-1	Karina Porto	Assistente Social	1-118-2B-A ANS	1-118-3B-A ANS	28/11/2017
100741-3	Kelli Rodolfo da Silva	Assistente Social	1-118-2A-A ANS	1-118-3A-A ANS	18/05/2017
150084-1	Marco Aurelio Brasil	ASO	1-9-2-B ANF - B	1-9-3-B ANF - B	16/11/2017
801179-1	Maria Zenaide de Campos	ASG	1-9-1-C ANF - B	1-9-2-C ANF - B	20/11/2017
402116-1	Marines Parreira	Assistente Social	1-118-2A-A ANS	1-118-2B-A ANS	03/03/2017
802319-1	Maristela Ivete da Silveira Elias	Merendeira	1-9-2-B ANF - B	1-9-3-B ANF - B	20/11/2017
500024-1	Odilon Pedro de Farias	Auditor Fiscal de Tributos Municipais	1-170-3-G ANS-AFTM	1-170-4-G ANS-AFTM	01/12/2017
500028-1	Paulo Cesar Martins	Auditor Fiscal de Tributos Municipais	1-170-3-H ANS-AFTM	1-170-4-H ANS-AFTM	01/12/2017
300427-1	Philippi Jacinto Pedro	Assistente Administrativo	1-17-3-B ANM	1-17-4-B ANM	22/11/2017
401657-1	Rafaela Marcelino	ACS	1-143-1-B ACS	1-143-2-B ACS	05/06/2017
300501-1	Rodrigo Luciano Viganino	ASO	1-9-2-B ANF - B	1-9-3-B ANF - B	04/12/2017
190061-1	Rosemere Ap. Scotti Venson	Merendeira	1-9-2-D ANF - B	1-9-3-D ANF - B	21/11/2017
800327-1	Rosilda Maria Ramos	ASG	1-9-2-E ANF - B	1-9-3-E ANF - B	12/12/2017
100082-1	Sirlene de Farias	Assistente Social	1-118-2C-D ANS	1-118-3C-D ANS	09/10/2017
801236-2	Soraia R. Cardoso da Silva	ASO	1-9-2-C ANF - B	1-9-3-C ANF - B	21/11/2017
130002-1	Tatyana Marcondes Quint	Auditor Fiscal do Meio Ambiente	1-173-3-E ANS-AFMA	1-173-4-E ANS-AFMA	07/12/2017
802259-3	Telis dos Santos Custodio	Merendeira	1-9-1-B ANF - B	1-9-2-B ANF - B	08/12/2017
402105-1	Vanessa Salenave Becker	Cirurgiã Dentista	1-139-1A-A ESF-O	1-139-2A-A ESF-O	05/05/2017

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0186/2018.**

Publicação Nº 1532496

PORTARIA Nº. 0186/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, KESE QUADROS DE LIMA, Matrícula nº. 3761656-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/02/2018.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0187/2018.**

Publicação Nº 1532497

PORTARIA Nº. 0187/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, BRUNA ALINE FARIA, Matrícula nº. 3761660-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/02/2018.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0188/2018.**

Publicação Nº 1532499

PORTARIA Nº. 0188/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LEONARDO DE PAULO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2017/SMAS, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo com 40 (quarenta)

horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Abrigo Nova Direção da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/02/2018 a 05/02/2019.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0189/2018.**

Publicação Nº 1532508

PORTARIA Nº. 0189/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO IZETE TEREZINHA PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2018 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Dianer Salete Scaim Bergental, que solicitou exoneração.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0190/2018.**

Publicação Nº 1532506

PORTARIA Nº. 0190/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO KARINE DO NASCIMENTO VANINI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/02/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0191/2018.**

Publicação Nº 1532516

PORTARIA Nº. 0191/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para BIANCA LEANDRO LUIZ, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de fevereiro de 2018.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0192/2018.**

Publicação Nº 1532517

PORTARIA Nº. 0192/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para GABRIELA CAMPOS DE SOUSA, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de fevereiro de 2018.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0193/2018.**

Publicação Nº 1532519

PORTARIA Nº. 0193/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e

V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para ROSILEIDE IZABEL JOSUE, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de julho de 2017.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0194/2018.**

Publicação Nº 1532520

PORTARIA Nº. 0194/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para CLAUDIA FERNANDA BORGES PINTO CORREA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2017.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0195/2018.**

Publicação Nº 1532521

PORTARIA Nº. 0195/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para RITA BRITTO SANTOS, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de dezembro de 2015.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0196/2018.**

Publicação Nº 1532522

PORTARIA Nº. 0196/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para SIMONE RODRIGUES VIEIRA, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2015.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0197/2018.**

Publicação Nº 1532525

PORTARIA Nº. 0197/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PARA ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora ELIANA PEREIRA DA SILVA BRANCO, matrícula nº. 251111-4, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 174 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 1306/2018, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 25/02/2018.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0198/2018.**

Publicação Nº 1532526

PORTARIA Nº. 0198/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para a servidora IRENE DE FÁTIMA NOVAK GALVAN, matrícula nº. 801472-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 11 (onze) meses, com efeitos a contar de 01/02/2018.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0199/2018.**

Publicação Nº 1532529

PORTARIA Nº. 0199/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO MARIANA AMARAL DE QUEIROZ, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicólogo, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 05/02/2018.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0200/2018.**

Publicação Nº 1532531

PORTARIA Nº. 0200/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,



**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DANIELI CARDOSO SOTERO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/02/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0201/2018.**

Publicação Nº 1532534

PORTARIA Nº. 0201/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO IVANDRA VERA ALVES DE SOUZA MARQUEZINI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/02/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0202/2018.**

Publicação Nº 1532535

PORTARIA Nº. 0202/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUIZA IACHITZKI OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/02/2018 a

14/12/2018.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0203/2018.**

Publicação Nº 1532536

PORTARIA Nº. 0203/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO WANESSA BORGES FERREIRA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0204/2018.**

Publicação Nº 1532537

PORTARIA Nº. 0204/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO GISELE FLORIANO, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/02/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0205/2018.**

Publicação Nº 1532540

PORTARIA Nº. 0205/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO DIEGO DE QUADROS, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/02/2018.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2018.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0206/2018.**

Publicação Nº 1532545

PORTARIA Nº. 0206/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANDREZA MEYER, Matrícula nº. 3761651-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/02/2018.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0207/2018.**

Publicação Nº 1532547

PORTARIA Nº. 0207/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLECI BITENCOURT OLM, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008, Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2016, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS II da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta

Prefeitura, pelo período de 01/02/2018 a 01/02/2019.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0208/2018.**

Publicação Nº 1532548

PORTARIA Nº. 0208/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA DE FATIMA RAIMUNDO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008, Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2016, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do NEPS da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2018 a 01/02/2019.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 0209/2018.**

Publicação Nº 1532550

PORTARIA Nº. 0209/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CARLOS EDUARDO DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2016, para ocupar o cargo de Vigia, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS II da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2018 a 01/02/2019.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 0210/2018.**

Publicação Nº 1532552

PORTARIA Nº. 0210/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO SILVIA AZIR FLORENCIO DA SILVA, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 402241-6, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/02/2018.

Palhoça, SC, em 02 de fevereiro de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 04/2018 SOCIAL

Publicação Nº 1532792

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

#### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2018

PROCESSO N.º 04/2018

OBJETO: INSTALAÇÃO DE GRADES DE FERRO E DUAS PORTAS DE GIRO NA SEDE DO CRAS DE PALMITOS.

CONTRATADO: Metalúrgica santa cruz Ltda. ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.601.590/0001-33.

VALOR TOTAL: R\$ 5.180,00 (cinco mil e cento e oitenta reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 22/02/2018.

Palmitos, 22 de Janeiro de 2018. Leda Maria Matte Perin – Gestora do Fundo.

# Papanduva

## PREFEITURA

### PREGÃO 014/2018 - CAMINHÃO BASCULANTE AGRICULTURA

Publicação Nº 1532161

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2018

Objeto: 2º Procedimento a fim de Adquirir Caminhão Basculante zero quilômetro através do Programa PRODESA – aquisição de patrulha agrícola , pelo convênio nº 1.041.957-46/2016 SIAFI 844390 com a CAIXA. . Entrega dos envelopes: 07 de Fevereiro de 2018 às 14:00 hs; Início da Sessão Pública: 14:15 hs Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 12 de Janeiro de 2018. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

# Paraíso

## CÂMARA MUNICIPAL

### RELATÓRIO DE GESTÃO: CONFORME ANEXO V(ART. 14, § 1º) DA IN DO TCE-SC 0020/2015

Publicação Nº 1532501

Presidente Exercício 2017

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO: CONFORME ANEXO V(Art. 14, § 1º) DA IN DO TCE-SC 0020/2015

#### I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS

##### 1- Informações Gerais:

Unidade Jurisdicionada	Câmara de Paraíso
CNPJ:	10.568.101/0001-17
Endereço:	Rua Alcides Zanin
Telefone:	49-36270066
E-mail:	camara@paraíso.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	www.camaraparaíso.sc.gov.br

#### II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

##### 1-Programas de governos

PROJETO Atividade 2001 Manutenção Poder Legislativo

Dot	Elemento	Aplicação	Despesa Orçado	Saldo Final
1	3.1.90.00.00.00.00.605	Aplicações Diretas	615.000,00	287,11
2	3.1.50.00.00.00.00.605	Transferências instituições	12.000,00	0,00
3	3.3.90.00.00.00.00.605	Aplicações Diretas	107.000,00	4.824,72
4	4.4.90.00.00.00.00.605	Aplicações Diretas	10.000,00	0,00

##### Suplementação

Decreto	Valor Remanejado
1920	5.000,00
1936	12.000,00
1955	18.742,00
1963	1.874,00

#### III - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCERIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

##### A) Quadro de pessoal Efetivos, Eletivos e Comissionados

Servidores de provimento efetivo em 31-12-2017	01
Contratação temporária em 31/12/2017	01
Servidores de provimento comissionado em 31-12-2017	02
Cargos Eletivos em 31-12-2017	09

##### A) Valor consolidado Folha mês á mês.

Mês	Valor Bruto Consolidado
Janeiro	R\$ 36.252,85
Fevereiro	R\$ 36.252,85
Março	R\$ 36.252,85
Abril	R\$ 39.679,42
Maio	R\$ 38.347,41
Junho	R\$ 38.253,60
Julho	R\$ 49.843,08
Agosto	R\$ 38.925,56
Setembro	R\$ 43.659,67
Outubro	R\$ 47.312,03



# Passos Maia

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 022, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1532981

PORTARIA Nº 022, de 06 de fevereiro de 2018.

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE EMPREGO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de exoneração por motivos particulares protocolada pela servidora em 06 de fevereiro de 2018, sob nº 0037/2018;

#### RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora pública municipal DIANALIZE FILIPINI QUEIROZ HABECH, ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, símbolo ACS, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, a partir do dia 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 06 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### PORTARIA Nº 029, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1532997

PORTARIA Nº 029, de 09 de fevereiro de 2018.

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de exoneração por motivos particulares protocolada pelo servidor em 09 de fevereiro de 2018;

#### RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor público municipal MICHEL HENRIQUE MARCHESINI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretaria, símbolo ASS-12, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, a partir do dia 09 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 09 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### PORTARIA Nº 032, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1533001

PORTARIA Nº 032, de 15 de fevereiro de 2018.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a necessidade de contratar Monitor de Creche para dar andamento às atividades do Centro de Educação Infantil Branca de Neve durante o ano letivo de 2018;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2017, levado a efeito pelo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 042, de 17 de fevereiro de 2017 para o cargo de Monitor de Creche;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, a senhora BRUNA COMUNELLO para ocupar o cargo de Monitor de Creche, Grupo Ocupacional Técnico, Símbolo TC-18, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, para desempenhar suas atividades junto ao Centro de Educação Infantil Branca de Neve, no período de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no Anexo IV, da Lei Complementar n. 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal



Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.  
EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 033, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533003

PORTARIA Nº 033, de 15 de fevereiro de 2018.

"CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,  
Considerando a necessidade de contratar Monitores de Creche para dar andamento às atividades do Centro de Educação Infantil Branca de Neve durante o ano letivo de 2018;  
Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;  
Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2017, levado a efeito pelo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 042, de 17 de fevereiro de 2017 para o cargo de Monitor de Creche;  
Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;  
Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR, os servidores abaixo relacionados para ocuparem o cargo de Monitor de Creche, Grupo Ocupacional Técnico, Símbolo TC-18, lotando-os na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, para desempenharem suas atividades junto ao Centro de Educação Infantil Branca de Neve, no período de 15/02/2018 a 20/12/2018:

NOME	CARGA HORÁRIA
Leniza Carla Debiazi	20 horas
Marisete Neves Rodigheri	20 horas

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, os servidores ora contratados farão jus ao vencimento mensal previsto no Anexo IV, da Lei Complementar n. 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de fevereiro de 2018.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.  
EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 034, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533004

PORTARIA Nº 034, de 15 de fevereiro de 2018.

"CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,  
Considerando a necessidade de contratar Professores para suprir as necessidades temporárias da rede municipal de ensino durante o ano letivo de 2018;  
Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;  
Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2017, levado a efeito pelo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 042, de 17 de fevereiro de 2017;  
Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;  
Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR, os servidores abaixo relacionados para ocuparem o cargo de Professor Sem Habilitação, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, Símbolo PSH, lotando-os na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, no período de 15/02/2018 a 20/12/2018:

NOME	LOCAL DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA
Angela Vany Aparecida da Luz	CEI Branca de Neve	10 horas
Claodete Lovizon David	EEIEF Duque de Caxias	20 horas
Cleciane Chernoski	EEIEF Duque de Caxias	30 horas
Diana Aparecida Engelman	EEIEF Nossa Senhora Aparecida	20 horas
Felipe Brustolin	EEIEF Duque de Caxias	40 horas
Renato Lemes	EEIEF Nossa Senhora Aparecida	30 horas
Sarue Brunetto	EEIEF Duque de Caxias	20 horas
Simone Marques de Oliveira	CEI Branca de Neve	20 horas

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, os servidores ora contratados farão jus ao vencimento mensal previsto no Anexo Único, da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de fevereiro de 2018.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.  
EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 035, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533007

PORTARIA Nº 035, de 15 de fevereiro de 2018.

**"CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a necessidade de contratar Professores para suprir as necessidades temporárias da rede municipal de ensino durante o ano letivo de 2018;

Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2017, levado a efeito pelo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 042, de 17 de fevereiro de 2017 para o cargo de Professor da Educação Infantil - Habilitado;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR, os servidores abaixo relacionados para ocuparem o cargo de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, Símbolo PD/C-III, lotando-os na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, no período de 15/02/2018 a 20/12/2018:

NOME	LOCAL DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA
Daiana Aparecida Lamp	CEI Branca de Neve	20 horas
Jaqueline M. P. Camarotto	CEI Branca de Neve	20 horas
Katiane Rosa	EEIEF Duque de Caxias	40 horas
Lisnara Desanti Gabiatti	CEI Branca de Neve	20 horas
Maria Madalena Trates	CEI Branca de Neve	20 horas
Nelci Terezinha Perin	CEI Branca de Neve	20 horas
Nilza Blotz	EEIEF Duque de Caxias	30 horas
Noeli Paliano Ampeze	CEI Branca de Neve	20 horas
Patrícia A. de Lemos Godoi	CEI Branca de Neve	20 horas
Suzana Francisca Vieira Biotto	CEI Branca de Neve	20 horas

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, os servidores ora contratados farão jus ao vencimento mensal previsto na Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 036, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533008

PORTARIA Nº 036, de 15 de fevereiro de 2018.

**"CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a necessidade de contratar Professores para suprir as necessidades temporárias da rede municipal de ensino durante o ano letivo de 2018;

Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2017, levado a efeito pelo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 042, de 17 de fevereiro de 2017 para o cargo de Professor Habilitado;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR, os servidores abaixo relacionados para ocuparem o cargo de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, Símbolo PD/C-III, lotando-os na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, no período de 15/02/2018 a 20/12/2018:

NOME	LOCAL DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA
Angela Maria Rodrigues	EEIEF Nossa Senhora Aparecida	30 horas
Carla Diana Kunrath Johann	EEIEF Nossa Senhora Aparecida	30 horas
Sandra Mara Saade José	EEIEF Nossa Senhora Aparecida	30 horas
Vanderleia Zenaro Rigo	EEIEF Duque de Caxias	30 horas

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, os servidores ora contratados farão jus ao vencimento mensal previsto na Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 037, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533010

PORTARIA Nº 037, de 15 de fevereiro de 2018.

**"CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a necessidade de contratar Professores para suprir as necessidades temporárias da rede municipal de ensino durante o ano letivo de 2018;

Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2017, levado a efeito pelo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 042, de 17 de fevereiro de 2017 para o cargo de Professor Anos Iniciais - Habilitado;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR, os servidores abaixo relacionados para ocuparem o cargo de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, Símbolo PD/C-III, lotando-os na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, no período de 15/02/2018 a 20/12/2018:

NOME	LOCAL DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA
Ivanir Arcari de Lima	EEIEF Nossa Senhora Aparecida	20 horas
Melania Arcari	EEIEF Duque de Caxias	20 horas
Rosane Aparecida Cavallheiro	EEIEF Duque de Caxias	20 horas

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, os servidores ora contratados farão jus ao vencimento mensal previsto na Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 038, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533011

PORTARIA Nº 038, de 15 de fevereiro de 2018.

**"CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a necessidade de contratar Auxiliar de Serviços Gerais para realizar a limpeza e manutenção das escolas municipais durante o ano letivo de 2018;

Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2017, levado a efeito pelo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 042, de 17 de fevereiro de 2017 para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR os servidores abaixo relacionados para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, Símbolo SG-13, lotando-os na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, no período de 15/02/2018 a 20/12/2018:

NOME	LOCAL DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA
Sandra Da Luz	EEIEF Duque de Caxias	40 horas
Sirlei Maria F. Ramos	SMEE	20 horas
Adriana Raquel P. Franken	EEIEF Nossa Senhora Aparecida	40 horas
Tatiana Oliveira Siqueira	CEI Branca de Neve	20 horas
Ana Caroline B. Fortunato	APAE	40 horas
Lourdes Lovison Ferreira	CEI Branca de Neve	20 horas
Ereni R. de Godoi Habech	EEIEF Maria Francisca Maciel	40 horas
Rosangela Silva dos Santos	EEIEF Duque de Caxias	40 horas
Ana Paula Paul Bleutew	EEIEF Maria Francisca Maciel	40 horas

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, o servidor ora contratado fará jus ao vencimento mensal previsto no Anexo V, da Lei Complementar n. 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 039, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533012

PORTARIA Nº 039, de 15 de fevereiro de 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a necessidade de contratar Professor de Inglês para suprir as necessidades temporárias da rede municipal de ensino durante o ano letivo de 2018;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2017, levado a efeito pelo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 042, de 17 de fevereiro de 2017 para o cargo de Professor de Inglês e não existirem mais aprovados para a referida vaga;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR, a senhora DANIELA FORESTI para ocupar o cargo de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, Símbolo PD/C-III, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, para desempenhar suas atividades na EEIEF Duque de Caxias, no período de 15/02/2018 a 20/12/2018.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto na Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 041, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533014

PORTARIA Nº 041, de 16 de fevereiro de 2018.

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de exoneração por motivos particulares realizada pela servidora em 16 de fevereiro de 2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR a servidora pública municipal VANESSA SPADA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Executivo da Juventude e Lazer, símbolo SEX-3, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, a partir do dia 16 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 16 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 021, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532978

PORTARIA Nº 021, de 05 de fevereiro de 2018.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 99, Parágrafo Único, da Lei Complementar n.º 002, de 14 de setembro de 1998,

Considerando o direito adquirido da servidora para o gozo da licença prêmio, o pedido formulado pela servidora e a conveniência para a administração municipal na concessão da Licença Prêmio,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio à servidora MARINEIDE DE MATOS, matrícula nº 8088, ocupante do Grupo Ocupacional Pessoal Docente, Denominação de Cargo Professor, Símbolo PD/D-IV, jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, referente aos períodos aquisitivos de 01/03/2002 a 28/02/2007; 01/03/2007 a 29/02/2012 e 01/03/2012 a 28/02/2017, para serem gozadas de 05/02/2018 a 01/11/2018, de conformidade com o requerimento protocolado sob nº 0016/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 05 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.



**PORTARIA Nº 023, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532983

PORTARIA Nº 023, de 06 de fevereiro de 2018.

**"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, Considerando o pedido de férias realizado pelo servidor através de requerimento, protocolado sob nº 0541/2017, em 06 de novembro de 2017;

Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter confeccionado o ato de concessão de férias à época;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor DEJAIR ARGENTA, matrícula nº 10512, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, código SG-3, lotado na Secretaria da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 02/05/2016 a 01/05/2017, para serem gozadas do dia 15/11/2017 a 29/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 15 de novembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 06 de fevereiro de 2018.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 024, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532985

PORTARIA Nº 024, de 06 de fevereiro de 2018.

**"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, Considerando o pedido de férias realizado pelo servidor através de requerimento, protocolado sob nº 0538/2017, em 03 de novembro de 2017;

Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter confeccionado o ato de concessão de férias à época;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor PEDRO DE SANTI, matrícula nº 7044, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, código SG-3, lotado na Secretaria da Saúde, sendo 15 (quinze) dias referentes ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 29/02/2016 para serem gozadas do dia 04/12/2017 a 18/12/2017 e 15 (quinze) dias referentes ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017 para serem gozados do dia 19/12/2017 a 02/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos retroativos ao dia 04 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 06 de fevereiro de 2018.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 025, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532987

PORTARIA Nº 025, de 06 de fevereiro de 2018.

**"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, Considerando o pedido de férias realizado pela servidora e o direito ao gozo de férias;

Considerando a necessidade de antecipar o período aquisitivo de férias de servidores que ainda não possuem período aquisitivo vencido;

Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter confeccionado o ato de concessão de férias à época;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora MARLENE AGUILERA SANGALLI, matrícula nº 10588, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, código SG-13, lotada na Secretaria da Educação e Esportes, referentes ao período aquisitivo de 20/02/2017 a 19/02/2018 para serem gozadas do dia 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 02 de janeiro de 2018.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 06 de fevereiro de 2018.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 026, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532990

PORTARIA Nº 026, de 06 de fevereiro de 2018.

**"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62,

X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando o pedido de férias realizado pela servidora e o direito ao gozo de férias;  
Considerando a necessidade de antecipar o período aquisitivo de férias de servidores que ainda não possuem período aquisitivo vencido;  
Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter confeccionado o ato de concessão de férias à época;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora SILVANA FERRONATTO DE MELLO, matrícula nº 10434, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, código SG-13, lotada na Secretaria do Desenvolvimento Social, referentes ao período aquisitivo de 15/02/2017 a 14/02/2018 para serem gozadas do dia 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 02 de janeiro de 2018.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 06 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 027, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532992

PORTARIA Nº 027, de 06 de fevereiro de 2018.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando o pedido de férias realizado pela servidora e o direito ao gozo de férias;  
Considerando a necessidade de antecipar o período aquisitivo de férias de servidores que ainda não possuem período aquisitivo vencido;  
Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter confeccionado o ato de concessão de férias à época;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor ANDRÉ LUIZ HANSEN, matrícula nº 5002, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional Técnico, símbolo TC-2, lotado na Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento, referentes ao período aquisitivo de 05/07/2016 a 04/07/2017 para serem gozadas do dia 06/02/2018 a 07/03/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 05 de fevereiro de 2018.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 06 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 028, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532995

PORTARIA Nº 028, de 08 de fevereiro de 2018.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 76, VI, da Lei Complementar 004 de 31 de agosto de 1999 e,

Considerando o pedido formulado pelo servidor através de requerimento solicitando licença para tratar de assuntos de interesse particular (sem remuneração) por um período de 02 (dois) anos;  
Considerando o direito do solicitante e não haver prejuízos ao serviço público;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, conforme art. 76, VI, da Lei Complementar n. 004 de 31 de agosto de 1999, para o servidor ADÃO VALENTIN LAMP, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, símbolo SG-5, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, matrícula nº 34, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, pelo período de 08/02/2018 a 07/02/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 08 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 030, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532998

PORTARIA Nº 030, de 15 de fevereiro de 2018.

“AMPLIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015,



Considerando a viabilidade ao poder público em realizar a ampliação da carga horária semanal da servidora Cleide Aparecida Rosa tendo em vista a demanda de Auxiliar de Serviços Gerais da EEIEF Duque de Caxias;

Considerando o requerimento da Secretária Municipal da Educação e Esportes solicitando ampliação da carga horária da servidora;

Considerando o disposto no § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015, que autoriza o poder público municipal a realizar redução e/ou ampliação de carga horária semanal do servidor, visando atender interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º **AMPLIAR A CARGA HORÁRIA SEMANAL** da servidora **CLEIDE APARECIDA ROSA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, Símbolo SG-13, Lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais no período de 15 de fevereiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de fevereiro de 2018.

**LEOMAR ROBERTO LISTONI**  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**EDSON SALVADEGO**  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 031, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533000

PORTARIA Nº 031, de 15 de fevereiro de 2018.

**“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**LEOMAR ROBERTO LISTONI**, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;

**RESOLVE:**

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS**, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora **IVETE ZANCHET**, matrícula nº 10403, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, referentes ao período aquisitivo de 11/01/2016 a 10/01/2017, para serem gozadas do dia 15/02/2018 a 01/03/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de fevereiro de 2018.

**LEOMAR ROBERTO LISTONI**  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**EDSON SALVADEGO**  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 040, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533013

PORTARIA Nº 040, de 15 de fevereiro de 2018.

**“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**LEOMAR ROBERTO LISTONI**, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º **NOMEAR** o senhor **JERMOM PALHANO**, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Secretaria, Código ASS-12, para desempenhar uma jornada de trabalho semanal de 40 (quarenta) horas, lotando-o na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, a partir do dia 15 de fevereiro de 2018.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo público o servidor ora nomeado fará jus à remuneração fixada no Anexo I, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º Conceder o adicional de representação de 40% (quarenta por cento), conforme disposto no art. 48, § 1º, da Lei Complementar n. 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 15 de fevereiro de 2018.

**LEOMAR ROBERTO LISTONI**  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

**EDSON SALVADEGO**  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 042, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533016

PORTARIA Nº 042, de 19 de fevereiro de 2018.

**“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**LEOMAR ROBERTO LISTONI**, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

**RESOLVE:**

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS**, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora **LUCIANA APARECIDA RIBEIRO LUZ**, matrícula nº 388, ocupante do cargo

de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, referentes ao período aquisitivo de 16/02/2017 a 15/02/2018, para serem gozadas do dia 28/02/2018 a 29/03/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 19 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

#### **PORTARIA Nº 043, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533017

PORTARIA Nº 043, de 19 de fevereiro de 2018.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores que ainda não possuem período aquisitivo vencido;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora LUCIANA APARECIDA RIBEIRO LUZ, matrícula nº 10642, ocupante do cargo de provimento temporário de Professor, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, referentes ao período aquisitivo de 01/08/2017 a 31/07/2018, para serem gozadas do dia 28/02/2018 a 29/03/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 19 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

#### **PORTARIA Nº 044, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533018

PORTARIA Nº 044, de 19 de fevereiro de 2018.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no

uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor DARCI ANTONIO PADILHA, matrícula nº 10406, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar, lotado na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, referentes ao período aquisitivo de 03/10/2017 a 02/10/2018, para serem gozadas do dia 19/02/2018 a 28/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 19 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

#### **PORTARIA Nº 045, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533019

PORTARIA Nº 045, de 19 de fevereiro de 2018.

“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 47, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora VANESSA SPPADA, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário do Desenvolvimento Social, Grupo Ocupacional Direção Superior, lotando-a na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, a partir do dia 19 de fevereiro de 2018.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo público, a servidora ora nomeada fará jus ao subsídio fixado no art. 1º da Lei Municipal nº 776, de 27 de junho de 2016.

Art. 2º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 19 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 046, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533020

PORTARIA Nº 046, de 19 de fevereiro de 2018.

“NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o inciso I, parágrafo único, do art. 13, da Lei Complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999 e,

Considerando a necessidade de nomear servidor para preencher vaga do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias (Motoniveladora);

Considerando a aprovação e a classificação obtida pelo candidato no Concurso Público nº 001/2015, levado a efeito pelo Edital de Concurso Público n. 001/2015, homologado através do Decreto nº 360, de 15 de maio de 2015, prorrogado pelo Decreto nº 063, de 02 de junho de 2017, para o cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias (Motoniveladora).

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR no quadro efetivo de servidores municipais, que trata a Lei Complementar Municipal nº 004, de 31 de agosto de 1999, o senhor JAISON RITTER DE RAMOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, Símbolo SG-4, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-o na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, a partir de 19 de fevereiro de 2018.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus ao vencimento fixado no Anexo V, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se

Passos Maia-SC, 19 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 047, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533021

PORTARIA Nº 047, de 20 de fevereiro de 2018.

“CONCEDE FÉRIAS, CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnia;

Considerando a solicitação do servidor, realizada em 09 de fevereiro de 2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor JOÃO DA SILVA, matrícula nº 10427, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, símbolo SG-5, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, referentes ao período aquisitivo de 11/02/2017 a 10/02/2018, para serem gozadas do dia 05/03/2018 a 19/03/2018.

Art. 2º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do Art.72, § 3º, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor JOÃO DA SILVA, referentes ao período aquisitivo de 11/02/2017 a 10/02/2018, para serem convertidas na competência de março de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 20 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 048, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533022

PORTARIA Nº 048, de 20 de fevereiro de 2018.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de férias realizado pelo servidor através de requerimento, protocolado sob nº 020/2018, em 29 de janeiro de 2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor JOÃO DA SILVA, matrícula nº 10427, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, código SG-5, lotado na Secretaria da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, referentes ao período aquisitivo de 11/02/2016 a 10/02/2017, para serem gozadas do dia 20/03/2018 a 03/04/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 20 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

#### **PORTARIA Nº 049, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533023

PORTARIA Nº 049, de 22 de fevereiro de 2018.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, Considerando o pedido de férias realizado pela servidora em 07 de fevereiro de 2018;

Considerando que a servidora gozou férias no período de 18 de dezembro de 2017 a 16 de janeiro de 2018, não tendo informado ao Setor de Recursos Humanos à época;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora NEIDES BALESTRIN DAL BEM, matrícula nº 10043, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Assistência Social, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, código DAS-20, lotada na Secretaria do Desenvolvimento Social, referentes ao período aquisitivo de 04/02/2017 a 03/02/2018, para serem gozadas do dia 18/12/2017 a 16/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 18 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 22 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

#### **PORTARIA Nº 050, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533024

PORTARIA Nº 050, de 22 de fevereiro de 2018.

“CONCEDE FÉRIAS, CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnias;  
Considerando a solicitação da servidora, realizada em 29 de janeiro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei

Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora CLEUSA MARIA CUMERLATTO GABIATTI, matrícula nº 9044, ocupante do cargo de provimento em comissão, símbolo DMA-27, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, lotada na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, referentes ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 29/02/2016, para serem gozadas do dia 30/01/2018 a 13/02/2018.

Art. 2º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do Art.72, § 3º, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora CLEUSA MARIA CUMERLATTO GABIATTI, referentes ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 29/02/2016, para serem convertidas na competência de fevereiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 30 de janeiro de 2018.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 22 de fevereiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

#### **PORTARIA Nº 051, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533025

PORTARIA Nº 051, de 22 de fevereiro de 2018.

“CONCEDE FÉRIAS, CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnias;

Considerando a solicitação da servidora, realizada em 09 de janeiro de 2018;

Considerando a falha do setor de recursos humanos em não ter confeccionado o ato de concessão e conversão de férias à época;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora MARINES CORREA NEVES DOLBERTH, matrícula nº 10388, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Clínica Dentária, símbolo TC-9, Grupo Ocupacional Técnico, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 03/08/2016 a 02/08/2017, para serem gozadas do dia 01/02/2018 a 15/02/2018.

Art. 2º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do Art.72, § 3º, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora MARINES CORREA NEVES DOLBERTH, referentes ao período aquisitivo de 03/08/2016 a 02/08/2017, para serem convertidas na competência de fevereiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de fevereiro de 2018.



Publique-se.

Passos Maia-SC, 22 de fevereiro de 2018.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

#### **PORTARIA Nº 052, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533026

PORTARIA Nº 052, de 22 de fevereiro de 2018.

“CONCEDE FÉRIAS, CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnias;  
Considerando a solicitação da servidora, realizada em 09 de janeiro de 2018;  
Considerando a falha do setor de recursos humanos em não ter confeccionado o ato de concessão e conversão de férias à época;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora VANDRIELY CRISTIANI ARCARI, matrícula nº 369, ocupante do Emprego Público de Auxiliar de Clínica Dentária, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018, para serem gozadas do dia 01/02/2018 a 15/02/2018.

Art. 2º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do Art.72, § 3º, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora VANDRIELY CRISTIANI ARCARI, referentes ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018, para serem convertidas na competência de fevereiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de fevereiro de 2018.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 22 de fevereiro de 2018.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

#### **PORTARIA Nº 053, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533027

PORTARIA Nº 053, de 22 de fevereiro de 2018.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando o pedido de férias realizado pelo servidor em 29 de janeiro de 2018;  
Considerando a falha do setor de recursos humanos em não ter confeccionado o ato de concessão de férias à época;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor DEJAIME DE-SANTI, matrícula nº 10392, ocupante do cargo de provimento efetivo de Jardineiro, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, código SG-9, lotado na Secretaria da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, referentes ao período aquisitivo de 17/08/2016 a 16/08/2017, para serem gozadas no período de 05/02/2018 a 06/03/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 05 de fevereiro de 2018.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 22 de fevereiro de 2018.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**Paulo Lopes****PREFEITURA****DECRETO 06/2018**

Publicação Nº 1531889

**DECRETO Nº 06/2018**

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.742/2017 – LOA,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 380.501,86 (trezentos e oitenta mil quinhentos e um reais e oitenta e seis centavos), de acordo com as especificações seguintes:

0401 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 30.045,62  
12.361.0004.2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 30.045,62  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0015.000049 – Aplicações Diretas R\$ 30.045,62

0901 – SECRET. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 350.456,24  
26.782.0009.1.046 – Pavimentação de Ruas R\$ 350.456,24  
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.000000 – Aplicações Diretas R\$ 350.456,24

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 380.501,86 (trezentos e oitenta mil quinhentos e um reais e oitenta e seis centavos):

0401 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 30.045,62  
12.361.0004.2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 30.045,62  
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0015.000049 – Aplicações Diretas R\$ 30.045,62

0901 – SECRET. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 350.456,24  
26.782.0009.1.046 – Pavimentação de Ruas R\$ 350.456,24  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0024.000000 – Aplicações Diretas R\$ 350.456,24

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 23 de fevereiro de 2018

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Secretaria Municipal de Administração



# Penha

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 3260/2018 DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DA PRAÇA DO CORETO PARA A IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS.**

Publicação Nº 1531990

DECRETO Nº 3260/2018

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DA PRAÇA DO CORETO PARA A IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI e art. 100, §3º, ambos da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a utilização da Praça do Coreto, nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2018, das 19h00m às 22h00m, para a realização de Evento Evangélico da Igreja Assembléia de Deus – Congregação Praia Grande.

Art. 2º A Igreja Assembléia de Deus se responsabilizará pela organização, limpeza e proteção do patrimônio local, sendo de sua responsabilidade quaisquer ocorrências que possam vir a ocorrer.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária Municipal de Administração

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 011/2018 - FMS**

Publicação Nº 1532830

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018-FMS

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico e outros para manutenção de bens imóveis para atender necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Penha, conforme solicitação nº 136/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 09/03/2018 às 9:30 horas, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC (antessala do Gabinete do Prefeito).

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha,

e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 22 de fevereiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 277/2018**

Publicação Nº 1531694

PORTARIA N.º 277/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. GRACIELI CARMETE MONTEIRO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 117/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER

SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

### **PORTARIA Nº 278/2018**

Publicação Nº 1531698

PORTARIA N.º 278/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. MONIQUE AMANDIO CONCEIÇÃO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 118/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da

Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 279/2018**

Publicação Nº 1531699

PORTARIA N.º 279/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. CAMILA CRISTINA MANGORRA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 119/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 280/2018**

Publicação Nº 1531719

PORTARIA N.º 280/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ANA PAULA GOMES ALVES, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 120/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 281/2018**

Publicação Nº 1531725

PORTARIA N.º 281/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. THAYNARA DE CASSIA SANTOS COELHO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 121/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 282/2018**

Publicação Nº 1531728

PORTARIA N.º 282/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ISABELA CAROLINE PEREIRA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 122/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 283/2018**

Publicação Nº 1531736

PORTARIA N.º 283/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. EVA LADIR DUARTE, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 123/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 284/2018**

Publicação Nº 1531738

PORTARIA N.º 284/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. IARA SILVANA MORAIS MACHADO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 124/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 285/2018**

Publicação Nº 1531739

PORTARIA N.º 285/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. SIMONE ANTUNES DE CASTRO LEAO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 125/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 286/2018**

Publicação Nº 1531741

PORTARIA N.º 286/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ADRIANA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 126/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 287/2018**

Publicação Nº 1531744

PORTARIA N.º 287/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. PATRICIA KESI PEREIRA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 127/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 288/2018**

Publicação Nº 1531746

PORTARIA N.º 288/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ALEXSANDER KUTACH LIEBL, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 128/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 289/2018**

Publicação Nº 1531764

PORTARIA N.º 289/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. MARLI RIBEIRO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 129/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 290/2018**

Publicação Nº 1531766

PORTARIA N.º 290/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. IONARA ELIZA SANTANA DO NASCIMENTO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 130/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 291/2018**

Publicação Nº 1531770

PORTARIA N.º 291/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. VANEIDE DE SOUZA MACHADO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 131/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 292/2018**

Publicação Nº 1531771

PORTARIA N.º 292/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ANA ROZI ALVES DE OLIVEIRA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 132/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 293/2018**

Publicação Nº 1531772

PORTARIA N.º 293/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. GREICE PAMELA BAADE, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 133/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 294/2018**

Publicação Nº 1531780

PORTARIA N.º 294/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. SOLANGE CRISTINA DIOGO MOREIRA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 134/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--



**PORTARIA Nº 295/2018**

Publicação Nº 1531782

PORTARIA N.º 295/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. LUISA HELENA ANACLETO GIANCOLI, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 135/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 296/2018**

Publicação Nº 1531815

PORTARIA N.º 296/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. SILVANA DOS SANTOS, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 136/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 297/2018**

Publicação Nº 1531818

PORTARIA N.º 297/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ANGELICA DE LIMA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 137/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 298/2018**

Publicação Nº 1531820

PORTARIA N.º 298/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. KARINE CIRDAL REINHOLD CARDOSO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 138/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--



**PORTARIA Nº 299/2018**

Publicação Nº 1531822

PORTARIA N.º 299/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ALINE CRISTINA DOMECIANO ROPELATTO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 139/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 300/2018**

Publicação Nº 1531824

PORTARIA N.º 300/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ANA CAROLINA ROSA, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Especial, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 140/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 301/2018**

Publicação Nº 1531825

PORTARIA N.º 301/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. BEATRIZ VANZUITA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 141/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 302/2018**

Publicação Nº 1531826

PORTARIA N.º 302/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. CATARINA APARECIDA FLORIANO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 142/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 303/2018**

Publicação Nº 1531833

PORTARIA N.º 303/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. CLEONICE ZAMARCHI, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 143/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 304/2018**

Publicação Nº 1531834

PORTARIA N.º 304/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. DENISE DELER, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 144/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 305/2018**

Publicação Nº 1531836

PORTARIA N.º 305/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. JULIA SINEIA PEREIRA RINGENBERG, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 145/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 306/2018**

Publicação Nº 1531837

PORTARIA N.º 306/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ROSELI DOS SANTOS DE JESUS PERES, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 146/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 307/2018**

Publicação Nº 1531839

PORTARIA N.º 307/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ROSEMARI DE FATIMA PIMPÃO SELENE, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 147/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 308/2018**

Publicação Nº 1531840

PORTARIA N.º 308/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o funcionário efetivo SERGIO ORÊNCIO VIEIRA, matrículas 4092 e 6060, ocupante do cargo de PROFESSOR IV, para responder por atribuição específica – responsável pelo Contraturno, recebendo um adicional de função no percentual de 60% (sessenta por cento) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 309/2018**

Publicação Nº 1531842

PORTARIA N.º 309/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido, o Contrato nº 66/2018 PMP, onde era contratada a Sra. VANIA APARECIDA SILVA DOS SANTOS, na função de Professor Habilitado de Educação Física, a contar de 08/02/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 226/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 310/2018**

Publicação Nº 1531843

PORTARIA N.º 310/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, o Contrato nº 273/2017 PMP, onde era contratada a Sra. JULIANA MENDES, na função de Professora Não Habilitada, a contar de 09/02/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 311/2018**

Publicação Nº 1531845

PORTARIA N.º 311/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações, bem como o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. JULIANA MENDES para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIA DE UNIDADE ESCOLAR, da Escola Municipal "Rosália Valentina D'Allago", recebendo uma gratificação de 15% (quinze por cento) sobre o seu respectivo vencimento com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 312/2018**

Publicação Nº 1531848

PORTARIA N.º 312/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. CATIA MARIA LEITE, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 148/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 313/2018**

Publicação Nº 1531850

PORTARIA N.º 313/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. LUCIANA DUTRA SILVA THOMSEN, para exercer a função de Professor Não Habilitada de Artes, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 149/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 314/2018**

Publicação Nº 1531852

PORTARIA N.º 314/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. LUCIANA DUTRA SILVA THOMSEN, para exercer a função de Professor Não Habilitada de Artes, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 150/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 315/2018**

Publicação Nº 1531855

PORTARIA N.º 315/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ROSELI VALTRICK PONICK, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 151/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 316/2018**

Publicação Nº 1531856

PORTARIA N.º 316/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ALEXSANDRO DE NOVAIS, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Física, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 152/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 317/2018**

Publicação Nº 1531859

PORTARIA N.º 317/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ALEXSANDRO DE NOVAIS, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Física, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 153/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 318/2018**

Publicação Nº 1531861

PORTARIA N.º 318/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. SANDRA REGINA BOEHRINGER SIEBERT, para exercer a função de Professora Habilitada de Artes, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 154/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--



**PORTARIA Nº 319/2018**

Publicação Nº 1531863

PORTARIA N.º 319/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ANDREA ZIEHLSDORFF, para exercer a função de Professora Habilitada de Anos Iniciais, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 155/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 320/2018**

Publicação Nº 1531865

PORTARIA N.º 320/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ELIANE SANTOS NUNES, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 156/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 321/2018**

Publicação Nº 1531866

PORTARIA N.º 321/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. DARCI TOMIO, para exercer a função de Professor Habilitado de Língua Inglesa, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 157/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 322/2018**

Publicação Nº 1531868

PORTARIA N.º 322/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ANDREIA TOMAZONI SERPA, para exercer a função de Professor Habilitado de Artes, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 158/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--



**PORTARIA Nº 323/2018**

Publicação Nº 1531869

PORTARIA N.º 323/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ADRIANA EDIT VERISSIMO, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Física, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 159/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 324/2018**

Publicação Nº 1531870

PORTARIA N.º 324/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ISABELA MONTIBELLER DE SOUZA KUEHN, para exercer a função de Professor Habilitado de Anos Iniciais, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 160/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 325/2018**

Publicação Nº 1531871

PORTARIA N.º 325/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. GABRIELA CORRADI DE PAULA, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 161/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 326/2018**

Publicação Nº 1531873

PORTARIA N.º 326/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. KAUANA KLAU-MANN FRANCISCO, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 162/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 327/2018**

Publicação Nº 1531874

PORTARIA N.º 327/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. CARLOS EDUARDO MELLO, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Física, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 163/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 328/2018**

Publicação Nº 1531876

PORTARIA N.º 328/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ANDREIA GERALDO, para exercer a função de Professor Habilitado Anos Iniciais, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 164/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 329/2018**

Publicação Nº 1531878

PORTARIA N.º 329/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. OALLAS ALLAN SENA GARCIA, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Física, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 165/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 330/2018**

Publicação Nº 1531904

PORTARIA N.º 330/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. OALLAS ALLAN SENA GARCIA, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Física, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 166/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 331/2018**

Publicação Nº 1531905

PORTARIA N.º 331/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. CIRO RENTO MIRANDA, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Física, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 167/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 332/2018**

Publicação Nº 1531906

PORTARIA N.º 332/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. DAIANE FEEGER, para exercer a função de Professor Não Habilitado de Artes, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 168/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 333/2018**

Publicação Nº 1531907

PORTARIA N.º 333/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. CARINA KRUGER PENZ, para exercer a função de Professor Habilitado Anos Iniciais, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 169/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 334/2018**

Publicação Nº 1531910

PORTARIA N.º 334/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. CARINA KRUGER PENZ, para exercer a função de Professor Habilitado Anos Iniciais, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 170/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 335/2018**

Publicação Nº 1531914

PORTARIA N.º 335/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. LUIZ FELIPE BENTO, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Física, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 171/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 336/2018**

Publicação Nº 1531917

PORTARIA N.º 336/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. MIRTA SUELI DA SILVA CORREA, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 172/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 337/2018**

Publicação Nº 1531918

PORTARIA N.º 337/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. MARCIA REGINA OLIVEIRA DE BRITO, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Especial, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 173/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 338/2018**

Publicação Nº 1531920

PORTARIA N.º 338/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. CARLOS HENRIQUE FUHR, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Física, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 174/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 339/2018**

Publicação Nº 1531921

PORTARIA N.º 339/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. CARLOS HENRIQUE FUHR, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Física, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 175/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 340/2018**

Publicação Nº 1531924

PORTARIA N.º 340/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ROSELI HANCK DOS SANTOS, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Especial, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 176/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 341/2018**

Publicação Nº 1531928

PORTARIA N.º 341/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. PATRICIA NUNES PEREIRA ANTONIO, para exercer a função de Professor Habilitado de Anos Iniciais, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 177/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 342/2018**

Publicação Nº 1531931

PORTARIA N.º 342/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. EDITE FOSSA DE SOUZA, para exercer a função de Professor Habilitado de Anos Iniciais, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 178/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--



**PORTARIA Nº 343/2018**

Publicação Nº 1531935

PORTARIA N.º 343/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. JUSLEY ROSA DE FREITAS, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 09/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 179/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 344/2018**

Publicação Nº 1531937

PORTARIA N.º 344/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o funcionário efetivo VANDERLEI DA SILVA COSTA, matrícula 3273, ocupante do cargo de GARI, para responsabilizar-se pelos veículos do pátio da Prefeitura no período noturno, recebendo um adicional de função no percentual de 60% (sessenta por cento) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 09/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de Fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 345/2018**

Publicação Nº 1531941

PORTARIA N.º 345/2018

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LEMOS para compor a COMISSÃO ESPECIAL DE SINDICANCIA/PROCESSO ADMINISTRATIVO, para apuração dos fatos referentes ao Protocolo 107/2018 1DOC efetuado pela Servidora Municipal Cintia Silveira Reiner onde foi apresentado o BO Nº 00464-2018-0000552, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 9 de Fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 346/2018**

Publicação Nº 1531946

PORTARIA N.º 346/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) do Sr. FERNANDO CESAR BUCHEN, com efeito a partir de 25/02/2018 a 25/05/2018, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 23/2018 ao Contrato nº 22/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO



**PORTARIA Nº 347/2018**

Publicação Nº 1531991

PORTARIA N.º 347/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) do Sr. JARBAS DA SILVA MARTINI FILHO, com efeito a partir de 10/02/2018 a 10/05/2018, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 24/2018 ao Contrato nº 64/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 348/2018**

Publicação Nº 1532001

PORTARIA N.º 348/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) do Sr. RAFAEL MAY COPPY, com efeito a partir de 16/02/2018 a 16/05/2018, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 25/2018 ao Contrato nº 25/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 09 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 349/2018**

Publicação Nº 1532003

PORTARIA N.º 349/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. CRISTINA DE ALMEIDA, para exercer a função de Professor Habilitado de Artes, no período de 14/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 180/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 350/2018**

Publicação Nº 1532005

PORTARIA N.º 350/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ESTEVÃO ONOFRE LEITE, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Especial, no período de 14/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 181/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 351/2018**

Publicação Nº 1532006

PORTARIA N.º 351/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. MAITE CLEIDE PINHEIRO, para exercer a função de Professor Habilitado de Anos Iniciais, no período de 14/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 182/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 352/2018**

Publicação Nº 1532008

PORTARIA N.º 352/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. IVELISE LUZIA SOARES DA COSTA, para exercer a função de Professor Habilitado de Anos Iniciais, no período de 14/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 183/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 353/2018**

Publicação Nº 1532011

PORTARIA N.º 353/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. LETICIA LACI DA SILVA, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 14/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 184/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 354/2018**

Publicação Nº 1532013

PORTARIA N.º 354/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ANGELICA DO SOCORRO LIMA MONTEIRO, para exercer a função de Professor Habilitado de Ciências, no período de 14/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 185/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 355/2018**

Publicação Nº 1532014

PORTARIA N.º 355/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. NAYARA BEATRIZ BONI DA SILVA, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 14/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 186/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 356/2018**

Publicação Nº 1532015

PORTARIA N.º 356/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. CARINA MARIA SEVERINO, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 357/2018**

Publicação Nº 1532018

PORTARIA N.º 357/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ELISANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA WEIMER, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 358/2018**

Publicação Nº 1532020

PORTARIA N.º 358/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. MYRCEA HELOISA WAGNER, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 359/2018**

Publicação Nº 1532021

PORTARIA N.º 359/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. JESSICA CRISTINE RAMOS, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 360/2018**

Publicação Nº 1532024

PORTARIA N.º 360/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. GEOVANA CARDOSO FLORIANO, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 361/2018**

Publicação Nº 1532029

PORTARIA N.º 361/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. FABRICIA EGER ANACLETO, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 362/2018**

Publicação Nº 1532031

PORTARIA N.º 362/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ROSANA GAMBA DE AGUIAR, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 363/2018**

Publicação Nº 1532033

PORTARIA N.º 363/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. BARBARA RODRIGUES, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 364/2018**

Publicação Nº 1532035

PORTARIA N.º 364/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. CLAUDIA ROSANE TRICHES TULIO, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 365/2018**

Publicação Nº 1532038

PORTARIA N.º 365/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. DANIELLI CRISTINI PEREIRA VIEIRA, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 366/2018**

Publicação Nº 1532041

PORTARIA N.º 366/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. NISIA MARIA PINTO, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 367/2018**

Publicação Nº 1532045

PORTARIA N.º 367/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. SONIA NIEDERMEIER GOLL, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 368/2018**

Publicação Nº 1532047

PORTARIA N.º 368/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. NILSON DILO DE SOUZA, aprovado em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 369/2018**

Publicação Nº 1532048

PORTARIA N.º 369/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. VANJA REBELLO DOS SANTOS DE SOUZA, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 370/2018**

Publicação Nº 1532049

PORTARIA N.º 370/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. IVELISE LUZIA SOARES DA COSTA, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--



**PORTARIA Nº 371/2018**

Publicação Nº 1532052

PORTARIA N.º 371/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. RENATA RAIMON PEREIRA DA SILVA, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 372/2018**

Publicação Nº 1532053

PORTARIA N.º 372/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. SILEIDE MARIA DE SOUZA CALDEIRA, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de ESPECIALISTA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 373/2018**

Publicação Nº 1532055

PORTARIA N.º 373/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ROSA MARIA LEITE FELICIO, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de ESPECIALISTA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 40/2010.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 374/2018**

Publicação Nº 1532056

PORTARIA N.º 374/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. CARLOS ROBERTO FERRAZ DE LIMA, aprovado em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – ANOS FINAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 375/2018**

Publicação Nº 1532059

PORTARIA N.º 375/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. VANIA APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA – ANOS FINAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 376/2018**

Publicação Nº 1532061

PORTARIA N.º 376/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ADRIANA EDIT VERISSIMO, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA – ANOS FINAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 377/2018**

Publicação Nº 1532064

PORTARIA N.º 377/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. EDNA ELENA KOCH KUBIAKI, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE GEOGRAFIA – ANOS FINAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 378/2018**

Publicação Nº 1532066

PORTARIA N.º 378/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. LETICIA DA COSTA FERREIRA EYNG, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE GEOGRAFIA – ANOS FINAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 379/2018**

Publicação Nº 1532068

PORTARIA N.º 379/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. MÁRCIO ROBERTO DE OLIVEIRA, aprovado em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE HISTÓRIA – ANOS FINAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 380/2018**

Publicação Nº 1532070

PORTARIA N.º 380/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. TERESINHA APARECIDA DA COSTA ALVES, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE LÍNGUA INGLESA – ANOS FINAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 381/2018**

Publicação Nº 1532072

PORTARIA N.º 381/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. CRISTIANE DA CONCEIÇÃO CERQUEIRA, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA – ANOS FINAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 382/2018**

Publicação Nº 1532074

PORTARIA N.º 382/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. EDUARDO CORDEIRO NORONHA, aprovado em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE MATEMÁTICA – ANOS FINAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 383/2018**

Publicação Nº 1532076

PORTARIA N.º 383/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. GABRIELA WERBERICH MOLINA, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE MATEMÁTICA – ANOS FINAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 384/2018**

Publicação Nº 1532077

PORTARIA N.º 384/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. SANDRA MARIA PEREIRA, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE MATEMÁTICA – ANOS FINAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 385/2018**

Publicação Nº 1532079

PORTARIA N.º 385/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido, o Contrato nº 159/2018 PMP, onde era contratada a Sra. ADRIANA EDIT VERISSIMO, na função de Professor Habilitado de Educação Física, a contar de 14/02/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 323/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 386/2018**

Publicação Nº 1532082

PORTARIA N.º 386/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido, o Contrato nº 92/2018 PMP, onde era contratada a Sra. ROSANA GAMBA DE AGUIAR, na função de Professor Habilitado de Educação Infantil, a contar de 14/02/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 252/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 14 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 387/2018**

Publicação Nº 1532083

PORTARIA N.º 387/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário o Sr. LEANDRO FERREIRA DOS SANTOS, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Física, no período de 15/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 187/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 15 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 388/2018**

Publicação Nº 1532086

PORTARIA N.º 388/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. WAGNER WALMOR CORDEIRO, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Física, no período de 15/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 188/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 15 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 389/2018**

Publicação Nº 1532088

PORTARIA N.º 389/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. DANIELLE ABRAVANEL, para exercer a função de Professor Habilitado de Anos Iniciais, no período de 15/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 189/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 15 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 390/2018**

Publicação Nº 1532090

PORTARIA N.º 390/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário o Sr. RAIMUNDO NONATO SILVA LOPES, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Física, no período de 15/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 190/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 15 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 391/2018**

Publicação Nº 1532091

PORTARIA N.º 391/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário o Sr. RAIMUNDO NONATO SILVA LOPES, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Física, no período de 15/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 191/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 15 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 392/2018**

Publicação Nº 1532092

PORTARIA N.º 392/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. MARI ISABEL DOS PASSOS DA ROSA, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Especial, no período de 15/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 192/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 15 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 393/2018**

Publicação Nº 1532094

PORTARIA N.º 393/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, o Contrato nº 515/2017 PMP, onde era contratada a Sra. MICHELE APARECIDA DE LIMA, na função de servente/merendeira, a contar de 16/02/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 645/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 394/2018**

Publicação Nº 1532096

PORTARIA N.º 394/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ELISANE ZILMAR ARAGÃO, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO



**PORTARIA Nº 395/2018**

Publicação Nº 1532099

PORTARIA N.º 395/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações, bem como o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. CHANAISA MONTEIRO para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIA DE UNIDADE ESCOLAR, da Escola Básica Municipal "João Batista da Cruz", recebendo uma gratificação de 20% (vinte por cento) sobre o seu respectivo vencimento, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 396/2018**

Publicação Nº 1532101

PORTARIA N.º 396/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. GISELE ONOFRE VIEIRA, para exercer a função de Professor Habilitado de Língua Inglesa, no período de 16/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 193/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 397/2018**

Publicação Nº 1532103

PORTARIA N.º 397/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. GISELE ONOFRE VIEIRA, para exercer a função de Professor Habilitado de Língua Inglesa, no período de 16/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 194/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 398/2018**

Publicação Nº 1532106

PORTARIA N.º 398/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. JANE MARIA LEITE TEODORO, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 16/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 195/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 399/2018**

Publicação Nº 1532108

PORTARIA N.º 399/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. VERONICA ZIMMERMANN LOPES, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 16/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 196/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 400/2018**

Publicação Nº 1532110

PORTARIA N.º 400/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ELISANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA WEIMER, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 16/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 197/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 401/2018**

Publicação Nº 1532113

PORTARIA N.º 401/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. DEYSE REGINA DOS SANTOS, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Especial, no período de 16/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 198/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 402/2018**

Publicação Nº 1532115

PORTARIA N.º 402/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. DANIELY COSTA LINDOZO, para exercer a função de Professor Habilitado Educação Infantil, no período de 16/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 199/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 403/2018**

Publicação Nº 1532133

PORTARIA N.º 403/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. MARIA ELIETE DA COSTA CELESTINO, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 16/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 200/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 404/2018**

Publicação Nº 1532135

PORTARIA N.º 404/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário o Sr. FABIO JUNIOR RISTOFF, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Física, no período de 16/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 201/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 405/2018**

Publicação Nº 1532140

PORTARIA N.º 405/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. MARINA SILVA CRAVO, para exercer a função de Agente Endêmico, no período de 19/02/2018 a 18/12/2019, de acordo com o Contrato Temporário nº 26/2018 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 406/2018**

Publicação Nº 1532143

PORTARIA N.º 406/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário o Sr. JOAO GABRIEL CESARIO PEREIRA DA SILVA, para exercer a função de Agente Endêmico, no período de 19/02/2018 a 18/12/2019, de acordo com o Contrato Temporário nº 27/2018 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 407/2018**

Publicação Nº 1532145

PORTARIA N.º 407/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário o Sr. JEAN CARLOS NILSEN, para exercer a função de Agente Endêmico, no período de 19/02/2018 a 18/12/2019, de acordo com o Contrato Temporário nº 28/2018 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 408/2018**

Publicação Nº 1532147

PORTARIA N.º 408/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. VITORIA SPENCER DO NASCIMENTO FERNANDES, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 19/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 202/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 19 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 409/2018**

Publicação Nº 1532149

PORTARIA N.º 409/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. MARLUCI TEREZINHA GOMES DE SOUZA, para exercer a função de Professor Habilitado de Anos Iniciais, no período de 20/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 203/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 19 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 410/2018**

Publicação Nº 1532152

PORTARIA N.º 410/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR, a carga horária de 10 horas para 30 horas semanais, da Sra. SANDRA ADAM FERREIRA, no período de 20/02/2018 a 17/12/2018, conforme o 1º Termo Aditivo nº 204/2018 ao Contrato nº 20/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 19 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 411/2018**

Publicação Nº 1532644

PORTARIA N.º 411/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a Sra. MARCIA CRISTINA EMKE ZANETTE do cargo em comissão de COORDENADORA ADMINISTRATIVA da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 300/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 19 de Fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 412/2018**

Publicação Nº 1532646

PORTARIA N.º 412/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. MARCIA CRISTINA EMKE ZANETTE do cargo em comissão de ASSESSORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de Fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 413/2018**

Publicação Nº 1532648

PORTARIA N.º 413/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. VIVIANE BATHIKE INOCENCIO, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 20/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 205/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 414/2018**

Publicação Nº 1532652

PORTARIA N.º 414/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. MICHELLE DE JESUS PEREIRA, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 20/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 206/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 415/2018**

Publicação Nº 1532760

PORTARIA N.º 415/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. MICHELLE DE JESUS PEREIRA, para exercer a função de Professor Habilitado de Anos Iniciais, no período de 20/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 207/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 416/2018**

Publicação Nº 1532762

PORTARIA N.º 416/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. DAIANE REIS, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 20/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 208/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 417/2018**

Publicação Nº 1532763

PORTARIA N.º 417/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. VANESSA LACI DA SILVA, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 20/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 209/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 418/2018**

Publicação Nº 1532764

PORTARIA N.º 418/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. JULIANA INES BARBETTA, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Especial, no período de 20/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 210/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--



**PORTARIA Nº 419/2018**

Publicação Nº 1532775

PORTARIA N.º 419/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ROSEMAR DOS SANTOS, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 21/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 211/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 420/2018**

Publicação Nº 1532777

PORTARIA N.º 420/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ELIANE DA SILVA UESLER, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 21/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 212/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 421/2018**

Publicação Nº 1532779

PORTARIA N.º 421/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. DULCINEA PEREIRA DUTRA, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 21/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 213/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 422/2018**

Publicação Nº 1532782

PORTARIA N.º 422/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ERICA HELENA DE SOUZA, para exercer a função de Professor Habilitado Educação Infantil, no período de 21/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 214/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 423/2018**

Publicação Nº 1532783

PORTARIA N.º 423/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. LINDAURA TEODORO, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 21/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 215/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 424/2018**

Publicação Nº 1532785

PORTARIA N.º 424/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. LINDAURA TEODORO, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 21/02/2018 a 06/04/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 216/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 425/2018**

Publicação Nº 1532786

PORTARIA N.º 425/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ARLETE MARIA RODRIGUES, para exercer a função de Servente/Merendeira, no período de 21/02/2018 a 20/02/2019, de acordo com o Contrato Temporário nº 217/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 426/2018**

Publicação Nº 1532789

PORTARIA N.º 426/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ANA CATARINA DE CAMARGO, para exercer a função de Agente Endêmico, no período de 21/02/2018 a 20/02/2019, de acordo com o Contrato Temporário nº 29/2018 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 427/2018**

Publicação Nº 1532794

PORTARIA N.º 427/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. JULCEMARA BERNIERI, para exercer a função de Agente Endêmico, no período de 21/02/2018 a 20/02/2019, de acordo com o Contrato Temporário nº 30/2018 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 428/2018**

Publicação Nº 1532797

PORTARIA N.º 428/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ANDREA VANESSA DA SILVA, para exercer a função de Professor Habilitado Educação Infantil, no período de 21/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 218/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 20 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 429/2018**

Publicação Nº 1532800

PORTARIA N.º 429/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. JUCILEIDE GALINDO SOUZA DE PAULA, para exercer a função de Professor Habilitado Educação Infantil, no período de 21/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 219/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 430/2018**

Publicação Nº 1532801

PORTARIA N.º 430/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. LEILA REGINA DOS SANTOS, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 21/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 220/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 431/2018**

Publicação Nº 1532802

PORTARIA N.º 431/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. NATALIA REGINA NORI, para exercer a função de Servente/Merendeira, no período de 22/02/2018 a 21/02/2019, de acordo com o Contrato Temporário nº 221/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 432/2018**

Publicação Nº 1532803

PORTARIA N.º 432/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. FLAVIA SPIESS, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 21/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 222/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 433/2018**

Publicação Nº 1532812

PORTARIA N.º 433/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ADRIANA NASCIMENTO DOS SANTOS DE SOUZA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 21/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 223/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 434/2018**

Publicação Nº 1532815

PORTARIA N.º 434/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. CLAUDIA MARIA SATO DELGADO, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 21/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 224/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 435/2018**

Publicação Nº 1532816

PORTARIA N.º 435/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. VANDERLEIA DE BORBA, para exercer a função de Servente/Merendeira, no período de 22/02/2018 a 21/02/2019, de acordo com o Contrato Temporário nº 225/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 436/2018**

Publicação Nº 1532819

PORTARIA N.º 436/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. MONICA FUCHS DE OLIVEIRA, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 21/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 226/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 437/2018**

Publicação Nº 1532821

PORTARIA N.º 437/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. IARA JOSIANE PAIANO FELICIO, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA – ANOS FINAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 438/2018**

Publicação Nº 1532823

PORTARIA N.º 438/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. MARLUCIA BAZOTTI, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 22/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 227/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 439/2018**

Publicação Nº 1532825

PORTARIA N.º 439/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. SALETE HANCK VIEIRA, para exercer a função de Professor Habilitado Educação Infantil, no período de 21/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 228/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 440/2018**

Publicação Nº 1532826

PORTARIA N.º 440/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. GRASIELE SCHNEIDER PEREIRA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 22/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 229/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 441/2018**

Publicação Nº 1532828

PORTARIA N.º 441/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "d", da Lei Orgânica Municipal, em estrito cumprimento ao que determina a Legislação Federal, Estadual, Municipal e o Conselho Regional de Farmácia, RESOLVE:

Art. 1º INFORMAR que a Farmácia Publica, cadastrada no CRF nº 12839 possui novo endereço, qual seja da nova sede da Secretaria de Saúde, situada na Rua Manoel Domingos Correa, nº 311, Centro, Penha/SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

**PORTARIA Nº 442/2018**

Publicação Nº 1532831

PORTARIA N.º 442/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "d", da Lei Orgânica Municipal, em estrito cumprimento ao que determina a Legislação Federal, Estadual, Municipal e o Conselho Regional de Farmácia, RESOLVE:

Art. 1º INFORMAR que a Farmácia Publica, situada na Rua José Joaquim Tavares, nº 40, Centro, passará a funcionar e atender em novo endereço, qual seja: Rua Avelino Manoel Ferreira, nº 490, Centro, Penha/SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de Fevereiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

--	--



# Peritiba

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO Nº 2-2018

Publicação Nº 1531648

Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a Câmara de Vereadores de Peritiba e Microempreendedora Individual Tania Maria Bender Schell

Pelo presente instrumento de contrato que celebram entre si a Câmara Municipal de Vereadores de Peritiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 09.300.643/0001-25, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Frei Bonifácio, 63, Peritiba/SC, neste ato representado por seu Presidente, Vereador Victor Antônio Bays e Tânia Maria Bender Schell, pessoa jurídica de direito privado, microempreendedora individual, inscrita no CNPJ nº 22.779.942/0001-52, NIRE 42-8-0222739-7, com sede Rua Leopoldo João Ely, nº 125, Bairro Imigrantes, Peritiba/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado por Tânia Maria Bender Schell, brasileira, casada, CPF nº 021.382.789-13 e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de prestação de serviços no artigo 24, inciso II, alínea "a" c/c 26, parágrafo único, inciso III, todos da Lei Federal nº 8.666/93.

#### DO OBJETO

Cláusula segunda. O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, com produtos comuns destinados aos serviços, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, que compreende 03 (três) salas situadas na sede do Poder Legislativo, sendo a sala da secretaria administrativa, da presidência e comissões, e sala do plenário da Câmara, além de um banheiro e área de cozinha.

Cláusula terceira. O serviço deverá ser realizado 01 (uma) vez por semana, quatro horas a cada dia.

Cláusula quarta. Os serviços compreendem a limpeza do chão, limpeza superficial nas paredes, limpeza dos vidros, pias e vaso sanitário, além da remoção do lixo depositado.

#### DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

I – fornecer material de limpeza necessário à realização dos serviços da CONTRATADA;

II - zelar pela utilização adequada dos serviços oferecidos pela CONTRATADA, em especial para atendimento ao princípio administrativo da economicidade;

III - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

V - controlar e acompanhar toda a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - garantir a integridade dos bens que guarnecem a Edilidade;

III – prestar os serviços diretamente pela pessoa do titular da empresa;

IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros;

VI - comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

VII – Apresentar até o último dia útil do mês a Nota Fiscal de Serviços; e do comprovante do DAS-MEI (Documento de arrecadação Simplificado do Microempreendedor Individual) pago mês corrente e o relatório de serviços prestados, conforme o ANEXO único deste contrato, devidamente assinado pelo prestador e aferido pelo fiscal do contrato.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula sétima. O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura até 20/12/2018, podendo ser prorrogado por até 48 (quarenta e oito) meses conforme disposto na lei nº 8.666/93.

#### DO VALOR CONTRATUAL E PAGAMENTO

Cláusula oitava. O valor total do presente contrato é R\$ 4.320,00 (quatro mil, trezentos e vinte reais) relativos a 48 (quarenta e oito) semanas de serviço, com quatro horas semanais, com valor unitário semanal de R\$ 90,00 (noventa reais).

Cláusula nona. O pagamento será efetuado mensalmente, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente, mediante apresentação do relatório de atividades desenvolvidas pelo Contratado, nos termos da Cláusula sexta, inciso VII.

#### CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

Cláusula décima. A despesa com a execução deste contrato correrá de acordo com o Projeto Atividade nº 2.104, do elemento de despesa nº 33.90.00.00.00.00.00, complemento da despesa 33.90.39.78.00.00.00, do orçamento da Câmara de Vereadores para o exercício de 2018, devendo ser previstos os novos créditos orçamentários capazes de dar guarida às despesas decorrentes de eventuais prorrogações deste contrato, mediante termo aditivo.

#### DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima primeira. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

#### DOS CASOS DE RESCISÃO ANTECIPADA

Cláusula décima segunda: Configuram situações de rescisão antecipada:

I - o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;

II - o cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;

III - a lentidão de seu cumprimento;

IV - a subcontratação total ou parcial do objeto deste termo.

V - o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

VI - o falecimento do contratado;

VII - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VIII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento determinadas pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

IX - atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela Câmara de Vereadores.

Parágrafo 1º A rescisão do Contrato poderá ser determinada com aviso prévio de 30 (trinta) dias, por um ato unilateral e escrito da CÂMARA DE VEREADORES, ou amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a administração, ou em última instância por via judicial;

Parágrafo 2º Os casos de rescisão antecipada serão formalmente motivados pelos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

DO FORO

Cláusula décima terceira. Fica eleito o foro da Comarca de Concórdia, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Peritiba, 19 de fevereiro de 2018.

Ozair Vieira de Brito

Contratante

Tânia Maria Bender Schell

Contratada

Testemunhas

Geovane Petter

Fiscal do Contrato

CPF: 048760579-90

Gustavo dos Santos Bigaton

Assessor Jurídico

OAB: 30.748

ANEXO ÚNICO

Contrato administrativo nº 2-2018

Relatório de Serviços

Contratada: Tania Maria Bender Schell

Data do Serviço	Horário do Serviço	Assinatura do Prestador	Qualidade do Serviço	Assinatura do Fiscal

Peritiba/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Prestador do Serviço Fiscal do Contrato

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### CHAMADA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1530008

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA – SC.  
Convite para Audiência Pública

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava, em cumprimento ao disposto no Artigo 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, CONVIDA os representantes das entidades civis organizadas e a população em geral, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada às 09:00 horas do dia 26 DE FEVEREIRO de 2018 no Salão Paroquial, com o objetivo de apresentarmos e avaliarmos o cumprimento das metas fiscais e físicas estabelecidas para o 4º QUADRIMESTRE DE 2017. (Rodovia BR-473, Km 08, Bairro Centro, Pescaria Brava). Pescaria Brava, 20 de Fevereiro de 2018. . Informações poderão ser obtidas através do Telefone: (048) 3647-6312 no Departamento de Contabilidade. E-mail: contabilidade@pescariabrava.sc.gov.br Endereço: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.

Pescaria Brava, 21 de Fevereiro de 2018.  
Deyvisonn da Silva de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 343

Publicação Nº 1533179

DECRETO Nº 343, de 23 de Fevereiro de 2018.  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO À VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto nos termos do Inciso I do Artigo 9, da Lei nº 235, de 28 de dezembro de 2017 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	04	Secretaria De Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	01	Departamento de Ensino Fundamental
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	04	Gestão da Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	5001	Receitas e Transferências de Impostos - Educação

PROJETO/ATIVIDADE	2.011	Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	42	

Valor R\$: 200.000,00 (Duzentos mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se Provável Excesso de Arrecadação de recursos vinculados no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), conforme Artigo 9º e Artigo 12, da Lei nº 235, de 28 de dezembro de 2017 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 23 de Fevereiro de 2018.  
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA  
Prefeito Municipal

### EDITAL PR Nº 06-2018

Publicação Nº 1531650

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2018 – PMPB  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018 – PMPB

O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, informa que será realizada licitação na modalidade Pregão Presencial, para Registro de Preços, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, POR REGISTRO DE PREÇO, PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR A MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL E OUTROS, DO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA - SC, PARA O ANO LETIVO DE 2018. Quantidades e especificações nos Anexos do Edital. Tipo de licitação: Menor preço por item. Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/06. Data de Abertura: 07/03/2018 às 09:00 horas. Informações poderão ser obtidas através do Telefone: (048) 3647-6312 no Setor de Licitações E-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br, esta licitação encontra-se publicada no site www.pescariabrava.sc.gov.br

Endereço: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.  
Pescaria Brava, 22 de fevereiro de 2018.  
Deyvisonn da Silva de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL PR Nº 05-2018

Publicação Nº 1531649

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2018 – PMPB  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018 – PMPB

O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, informa que será realizada licitação na modalidade Pregão Presencial, para Registro de Preços, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR OFERECIDA AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA CUMPRIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE. Quantidades e especificações nos Anexos do Edital. Tipo de licitação: Menor preço por item. Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/06. Data de Abertura: 05/03/2018 às 09:00 horas. Informações poderão ser obtidas através do Telefone: (048) 3647-6312 no Setor de Licitações E-mail: [licitacao@pescariabrava.sc.gov.br](mailto:licitacao@pescariabrava.sc.gov.br) , esta licitação encontra-se publicada no site [www.pescariabrava.sc.gov.br](http://www.pescariabrava.sc.gov.br)

Endereço: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava,  
Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.  
Pescaria Brava, 22 de fevereiro de 2018.

Deyvisonn da Silva de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 032/2018

Publicação Nº 1531987

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 032/2018  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 12/03/2018, Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 032/2018, que visa o fornecimento de serviço mensal de professor de musicalização.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 12/03/2018, até às 08:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2018.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 041/2018

Publicação Nº 1532717

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 041/2018  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

1.1 O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 09/03/2018, licitação modalidade Pregão Presencial n. 041/2018, visando a contratação de empresa para prestar serviços técnicos especializados na área médica, nas seguintes especialidades:

- a) Serviços médicos ginecologista e obstetrícia, com exames de ultrassom – Médico obstetra/ginecologista.
- b) Serviços médicos de pediatria, para atuar junto à Unidade Sanitária Central de Pinheiro Preto.
- c) Serviços médicos de ortopedia, a serem prestados na Unidade Sanitária Central de Saúde do Município:

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 09/03/2018 até as 15:45hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 16:00hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO – SC, 21 DE FEVEREIRO DE 2018  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### DECRETO 4775

Publicação Nº 1532164

DECRETO Nº 4.775, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.972 de 10 de novembro de 2017.  
DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 24.843,99 (Vinte e quatro mil, oitocentos e quarenta e três reais e noventa e nove centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:6 - Segurança Pública  
Subfunção:181 - Policiamento  
Programa:4 - Segurança Municipal  
Ação:2.23 - MANUTENÇÃO CONVÊNIO SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas R\$19.843,99  
Fonte de recurso:03.11 - Convênio de Trânsito – Civil

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Município de Pinheiro Preto de 2017, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

### LEI 1990

Publicação Nº 1532656

LEI Nº 1.990, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.  
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO A FIRMAR CONVÊNIO COM O  
ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84,



I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a firmar convênio de cooperação com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, na forma do anexo à presente lei.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

Art. 2º Para fins do convênio, o Município disponibilizará, mensalmente, a importância em reais equivalente a 350 (trezentos e cinquenta) litros de combustível tipo gasolina comum, para cobrir despesas com manutenção (combustível, lubrificante, peças, acessórios, pneus e serviços) das viaturas colocadas a serviço, visando proporcionar condições de execução do policiamento de radiopatrulha no Município, e disponibilizar, mensalmente, a importância em reais equivalente a 50 (cinquenta) litros de gasolina comum para cobrir despesas com material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção e reforma do aquartelamento, alimentação do pessoal de serviço, equipamentos, mobiliário, armamento, veículos e outros materiais e serviços necessários à manutenção do serviço de policiamento motorizado.

Art. 3º O convênio será pelo prazo de doze meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:6 - Segurança Pública  
Subfunção:181 - Policiamento  
Programa:4 - Segurança Municipal  
Ação:2.67 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RADIOPATRULHA - POLÍCIA MILITAR

Parágrafo único. O Município consignará nas leis orçamentárias do próximo exercício, dotação necessária para fazer frente ao presente convênio.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 1.959, de 22 de agosto de 2017.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 22 de fevereiro de 2018  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.990, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONVÊNIO Nº 001/2018

Termo de Convênio que entre si celebram o Município de PINHEIRO PRETO, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar.

O Município de PINHEIRO PRETO, doravante denominado - Município, situado à Avenida Mal. Costa e Silva, nº 111, inscrito no CNPJ sob nº 82.827.148/0001-69, neste ato representado pelo Exmo Sr. PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 508.424.129-72, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada

- PMSC, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, representada pelo seu Comandante Geral, Coronel PM CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES JÚNIOR, amparados na Lei Municipal nº 1.990 de 22 de fevereiro de 2018, no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008 e na Portaria nº 0242/GEPEs/DIAF/SSP, de 21 de setembro de 2016, respectivamente, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

a) - À PMSC:

I. Dispor de Organização Policial Militar no Município;

II. Destacar policiais militares necessários para o planejamento, execução e fiscalização do policiamento ostensivo através de radiopatrulha;

III. Fornecer as viaturas necessárias para tal serviço, devendo estas ser cadastradas no setor competente do Município e na Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar, cuja quantidade será definida de acordo com as necessidades e disponibilidades;

IV. Equipar as viaturas com estações transceptoras móveis, para comunicação entre essas e uma central de atendimentos;

V. Manter uma central de atendimentos equipada com uma estação transceptora fixa ou equipamento alternativo, no porte suficiente para atendimento à demanda do serviço;

VI. Publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial do Estado.

b) - Ao Município:

I. Disponibilizar, mensalmente, a importância em reais, equivalente a 350 (trezentos e cinquenta) litros de gasolina, para cobrir as despesas com manutenção (combustível, lubrificante, peças, acessórios e serviços), das viaturas colocadas a serviço (conveniada), visando proporcionar condições de execução do policiamento de radiopatrulha no Município, e disponibilizar, mensalmente, a importância em reais, equivalente a 50 (cinquenta) litros de gasolina para cobrir as despesas com material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção e reforma do aquartelamento, alimentação do pessoal de serviço, equipamentos, mobiliário, armamento, veículos e outros materiais e serviços necessários à manutenção do serviço de policiamento motorizado.

II. Depositar a importância prevista no inciso "I" na primeira quinzena de cada mês, em conta vinculada, na Agência do Banco do Brasil, do Município, sob a denominação de PMSC/Convênio de Radiopatrulha e, receber valores depositados à título de doação por pessoas físicas ou jurídicas que queiram contribuir com o serviço de rádio patrulhamento, objeto deste Convênio, colocando a conta vinculada ao convênio à disposição dos possíveis doadores;

III. Realizar, a conta de suas dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente convênio, por



requisição do Comandante da Organização Policial Militar do Município, observadas as Diretrizes de Ação Administrativas do Comando Geral da PMSC;

IV. Prestação de Contas dos Recursos repassados, nos termos da legislação vigente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Comandante da Organização Policial Militar do Município.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta da seguinte dotação orçamentária vigente:

Unidade Gestora: 2 – Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário: 2000 – PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2006 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função: 6 – Segurança Pública  
Subfunção: 181 – Policiamento  
Programa: 4 – Segurança Municipal  
Ação: 2.67 – MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RADIOPATROLHA – POLÍCIA MILITAR

Parágrafo Único: O Município consignará na lei orçamentária do próximo exercício financeiro, recursos para fazer frente ao presente convênio.

#### CLÁUSULA QUINTA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade por 5 (cinco) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado, a qualquer época, por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interpelação judicial.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas. A minuta do presente convênio foi analisada pela Assessoria Jurídica nos termos da Lei.

Pinheiro Preto/SC, 22 de fevereiro de 2018

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

Testemunhas: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Função: \_\_\_\_\_

#### LEI 1991

Publicação Nº 1531886

LEI N. 1.991, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

Altera a Lei n. 1.768, de 13 de maio de 2.014, que autoriza despesas inerentes à adesão ao programa do governo federal "mais

médicos", com alterações da Lei nº 1.836, de 10 de junho de 2015.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso II do art. 1º da Lei nº 1.768, de 13 de maio de 2014, passa ter a seguinte redação:

Art. 1º .....  
.....

II – concessão mensal de auxílio alimentação, material de higiene e limpeza, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista na lei de orçamento.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 22 de fevereiro de 2018.  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

#### PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO 132/2018

Publicação Nº 1533160

PORTARIA Nº 132, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.  
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 085/2017 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 085/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando a contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporário de software de gestão pública, com acesso simultâneo para usuários da administração municipal, e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

BETHA SISTEMAS LTDA., inscrita no CNPJ /MF sob nº. 00.456.865/0009-14, pelos seguintes valores:

I - item 01 pelo preço mensal de R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais) e item 02 pelo preço mensal de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais);

II - Implantação do sistema: item 01: o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais); e item 02: o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 22 DE FEVEREIRO DE 2018.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

# Piratuba

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2018

Publicação Nº 1532390

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2018

Objeto: Registro de Preço para possível fornecimento de peças para substituição em máquinas (retroescavadeira CAT 416E, Motoniveladora Komatsu GD 555, Motoniveladora Case 845B, Trator de esteira Komatsu D41E e Trator de esteira Komatsu D51EX), conforme demais especificação constante no Edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 20/03/2018.

Abertura: às 08h30 do dia 20/03/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 21 de fevereiro de 2018.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2018

Publicação Nº 1532375

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2018

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de peças e a prestação de serviços para conserto do Motor da Retroescavadeira Caterpillar 416E, modelo 2013, patrimônio 9500, conforme demais especificações no Edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 09/03/2018.

Abertura: às 08h30 do dia 09/03/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 21 de Fevereiro de 2018.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO 4810/2018

Publicação Nº 1533177

DECRETO Nº 4.810/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA INSCRIÇÃO, SELEÇÃO, CONCESSÃO E PAGAMENTO DO AUXÍLIO TRANSPORTE A ALUNOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE/SC, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado o pagamento de auxílio transporte, previsto na Lei Municipal nº 807, de 18 de dezembro de 2017.

Art. 2º Fará jus ao auxílio transporte, os estudantes devidamente matriculados e que estejam efetivamente frequentando cursos oficiais de nível médio profissionalizante, cursos de educação profissional e cursos de nível superior, em instituições de ensino legalmente reconhecidas e localizadas em outros municípios, conforme disposto nos artigos seguintes.

Art. 3º Fica a Secretaria Municipal de Educação responsável pelo processo de inscrição, seleção, concessão e a Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento responsável pelo pagamento do benefício de auxílio transporte aos estudantes contemplados.

Art. 4º Os recursos orçamentários para custeio do auxílio transporte advirão da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, atendendo até o limite do valor da rubrica destinada a este fim, previsto na Lei Orçamentária Anual, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 5º Para inscrição no programa previsto neste Decreto, os interessados deverão atender aos seguintes procedimentos:

I - solicitar o benefício do auxílio transporte através do preenchimento em formulário próprio e numerado, mediante protocolo ao candidato, emitido pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos do modelo descrito no Anexo Único da Lei Municipal nº 807, de 18 de dezembro de 2017.

II - anexar à ficha de inscrição, cópia dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade ou documento oficial com foto;
- b) comprovante de residência que comprove o domicílio no Município de Planalto Alegre;
- c) comprovante de matrícula ou declaração expedida pela instituição de ensino comprobatória da matrícula do estudante no semestre letivo vigente à época do benefício, na qual conste a carga horária inerente ao curso;
- d) comprovante de que o requerente ou seu responsável legal possui conta bancária no Banco do Brasil, da qual conste o número da agência e da respectiva conta.

Art. 6º A classificação dos candidatos será divulgada pela Secretaria Municipal de Educação, através de listagem fixada na respectiva secretaria, a qual ficará à disposição dos interessados para eventuais impugnações.

Art. 7º O pagamento do auxílio, uma vez aprovado, será efetuado por depósito, até 5º dia útil de cada mês, em conta bancária, cujo titular da conta corrente será o requerente ou seu responsável legal.

Art. 8º O auxílio consiste em 10 (dez) parcelas mensais, correspondente ao período letivo.

Parágrafo único. A renovação da concessão do auxílio se dará mediante a comprovação da matrícula e grade de horário no período letivo subsequente junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º O auxílio transporte será cancelado nas seguintes hipóteses:

- I - houver desistência do auxílio;
- II - não houver o cumprimento das condições e exigências deste Decreto, sob a análise da Secretaria Municipal de Educação;
- III - houver interrupção ou desistência do curso;

IV - quando a qualquer tempo for comprovado o não preenchimento das exigências contidas no art. 5º deste Decreto;

V - quando o beneficiário não atender à convocação de que trata o art. 13 do presente Decreto.

Parágrafo único. Fica o requerente ou responsável obrigado a informar a Secretaria Municipal de Educação quando da interrupção ou desistência do curso, sob pena das sanções legais cabíveis.

Art. 10. O requerente ou responsável responde penal e civilmente pelo conteúdo e autenticidade dos documentos e formulário de inscrição apresentados, conforme legislação vigente.

Art. 11. A seleção será realizada pela Secretaria de Educação, que irá avaliar, acompanhar, fiscalizar, julgar casos omissos e normatizar internamente os procedimentos administrativos para pagamento do auxílio, devendo comunicar mensalmente à tesouraria do município a lista com os estudantes beneficiados e o respectivo valor a ser depositado, atendendo aos critérios do art. 4º da Lei Municipal nº 807, de 18 de dezembro de 2017.

Art. 12. O procedimento adotado para a concessão do benefício do auxílio transporte pela Comissão deverá ser fiscalizado pelo setor de controle interno do município.

Art. 13. A contraprestação do estudante beneficiado de que trata o art. 11 da Lei Municipal nº 807, de 18 de dezembro de 2017 será realizada a critério do prefeito municipal, que poderá convocar a qualquer momento os estudantes contemplados para prestar atividades em prol do município.

Parágrafo único. A convocação de que trata o caput será realizada por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, por escrito e mediante recibo do estudante.

Art. 14. Entra o presente Decreto em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre, 21 de fevereiro de 2018.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

### DECRETO 4813/2018

Publicação Nº 1533176

DECRETO Nº 4.813/2018, de 14 de fevereiro de 2018

REGULAMENTA O REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDORES DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito do Município de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de regulamentação do procedimento para julgamento, inscrição, alteração ou cancelamento de Registro Cadastral, nos termos do artigo 34 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, DECRETA:

Art. 1º O Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Município de Planalto Alegre constitui o registro cadastral do Poder Executivo Municipal, na forma definida neste Decreto, mantido pela Comissão de Licitações do município.

§1º Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o proponente homologado não estiver inscrito no sistema, o seu cadastramento deverá ser feito pela Administração, sem ônus para o proponente, antes da contratação, com base no reexame da documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada;

§2º O sistema deverá conter os registros dos interessados em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República

Federativa do Brasil de 1988, bem como das sanções aplicadas pela Administração Pública relativas ao impedimento para contratar com o Poder Público, conforme previsto na legislação.

§3º A qualificação econômico-financeira e a qualificação técnica, quando exigíveis, deverão ser comprovadas quando da realização da licitação.

Art. 2º A abertura do Processo Administrativo será de inteira responsabilidade do interessado, devendo o mesmo ser instruído com a apresentação do Formulário de Solicitação de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Município de Planalto Alegre (Anexo I) e de toda a documentação elencada na Relação de Documentos para Cadastro (Anexo II).

§1º Os documentos solicitados deverão ser apresentadas por fotocópias autenticadas. A autenticação poderá ser efetuada em cartório, por publicação na Imprensa Oficial ou pela Comissão de Licitações, mediante a apresentação dos documentos originais, vedada a utilização de reprodução de cópia autenticada.

§2º No caso de autenticação pela Comissão de Registro Cadastral, a mesma deverá ser efetuada antes da abertura do Processo Administrativo pelo interessado.

§3º Os documentos apresentados para inscrição cadastral deverão estar dentro do prazo de validade dos mesmos e, caso não contemham prazo de validade, não poderão ter suas datas de emissão anteriores a 90 (noventa) dias da data de abertura do Processo Administrativo.

Art. 3º A Comissão de licitações procederá, no prazo de, no máximo, 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento do Processo pela Comissão, a análise da documentação apresentada, comunicando o interessado por e-mail sobre o deferimento ou indeferimento do cadastro.

§1º Em caso de deferimento, será emitido o competente CRC – Certificado de Registro Cadastral, com validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data da emissão.

§2º Em caso de indeferimento, a Comissão informará o motivo ao interessado e concederá ao mesmo a possibilidade de correção das inconformidades identificadas.

§3º O fornecedor que participar de licitações mediante a apresentação do respectivo CRC deverá reapresentar durante o processo licitatório, para fins de habilitação, os documentos exigidos para o aludido cadastro que estejam com a validade expirada quando da realização do certame.

Art. 4º O pedido de renovação do Certificado de Registro Cadastral deverá ser feito com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de vencimento do mesmo quando deverão ser apresentados somente os documentos que tiverem sofrido alterações durante a vigência do registro anterior ou cujo prazo de validade estiver expirado, bem como Formulário de Solicitação de Cadastro de Fornecedores Oficiais (Anexo I).

Art. 5º A Administração poderá alterar, suspender ou cancelar o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações ou as estabelecidas para classificação cadastral.

Art. 6º Os editais de licitação deverão conter cláusula permitindo a comprovação dos requisitos de habilitação de que trata o §2º do art. 1º por meio de cadastro no sistema de que trata o presente Decreto, podendo inclusive, se for o caso, definir dia, hora e local para validação dos documentos.

Parágrafo único. Para a habilitação regulamentada neste Decreto, o interessado deverá atender às condições exigidas para cadastramento no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Planalto Alegre, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

Art. 7º Compete à Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento a adoção das medidas que se fizerem necessárias à regulamentação, à operacionalização e à coordenação do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Planalto Alegre, nos termos deste Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, 21 de fevereiro de 2018.

Juares Bet

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

#### FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Razão Social:
Denominação Social:
Endereço: CEP:
Cidade: UF: Fone/fax:( )
E-mail:
Banco: Cód.: Agência: Conta Corrente

Sucessora de:
Registro na Junta Comercial do Estado: Constituição: __/__/____
CNPJ: Inscr. Estadual:
Capital Registrado: Capital Integralizado:
Vendas do Exercício Anterior:
Faturamento Médio Mensal dos últimos 12 meses:
Ramo de Atividade Principal:

Representante:
CPF:
Endereço:
CEP:
Cidade/UF:
E-mail:
Telefone(s):

A empresa acima identificada, por meio de seu representante legal, nos termos do Art. 35 da Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Municipal nº \_\_\_\_\_, solicita a sua inscrição no Registro de Fornecedores da Prefeitura do Município de Planalto Alegre/SC, de acordo com as informações constantes deste formulário e a documentação apresentada na forma da Lei.

Em \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal

#### ANEXO II

#### RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CADASTRO

1) Quanto à habilitação jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus Administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2) Quanto à regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, do Estado do domicílio ou sede da empresa, se houver;
- c) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal do domicílio ou sede da empresa, se houver;
- d) Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive as Contribuições

Sociais;

e) Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa para com a Fazenda Estadual;

f) Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa para com Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa;

g) Prova de Regularidade perante o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);

h) Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Inexistência de Débitos Trabalhistas perante a Justiça do Trabalho;

3) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

# Pomerode

## SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

### DECRETO Nº 3.366 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1532838

DECRETO Nº 3.366 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2017 DA UNIDADE GESTORA SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE-SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Artigo 9º, item III, da Lei nº 2.959 de 08/12/2017, DECRETA:

Artigo 1º - Fica suplementado pelo superávit financeiro, no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto- SAMAE, o valor de R\$ 85.000,00 (Oitenta e Cinco Mil Reais), a seguinte classificação orçamentária:

15 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
001 – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
017.0512.0080.2057 – Otimização do Serviço de Coleta e Reciclagem de Lixo
4000000000000000 – Despesas de Capital
4400000000000000 – Investimentos
4490000000000000 – Aplicações Diretas
060000000 – Recursos Ordinários ..... 85.000,00
TOTAL 85.000,00

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de Fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 09 de Fevereiro de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal



# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### EXTRATO PP/02/2018

Publicação Nº 1531669

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2018 F.M.A.S.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 095/2017 de 11 de Maio de 2017, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 08/03/2018, às 09:30 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: AQUISIÇÃO GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELO PROJETO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm - site [www.pmpn.sc.gov.br](http://www.pmpn.sc.gov.br) ou através do e-mail: [licitacoes@pmpn.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmpn.sc.gov.br).

Ponte Alta do Norte - SC, 22/02/2018.  
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

### EXTRATO PP19/2018

Publicação Nº 1531667

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 096/2017 de 11 de Maio de 2017, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 09/03/2018, às 09:30 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO RAMO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (SELF SERVICE E MARMITEX) PARA SERVIDORES MUNICIPAIS QUANDO A SERVIÇO NO INTERIOR DO MUNICÍPIO OU EM ATOS ADMINISTRATIVOS..

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm - site [www.pmpn.sc.gov.br](http://www.pmpn.sc.gov.br) ou através do e-mail: [licitacoes@pmpn.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmpn.sc.gov.br)

Ponte Alta do Norte - SC, 22/02/2018.  
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### **AVISO DE RETÍFICA DE PUBLICAÇÃO DE PROCESSOS E CONTRATOS DE 01/02/2018 ATÉ 28/02/2018**

Publicação Nº 1533186

RETÍFICA DE AVISO DE PUBLICAÇÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

A PREFEITURA MUNICIPAL INFORMA QUE, TODOS OS PROCESSOS LICITATÓRIOS E CONTRATOS PUBLICADOS DA DATA DE 01/02/2018 ATÉ 28/02/2018:

ONDE LÊ-SE: ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

LEIA-SE: FERNANDA SILVEIRA CHAGAS PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

Ponte Serrada, 23 de Fevereiro de 2018.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### 1 TERMO DE RETIFICAÇÃO PRG 010/2018 - PMPB

Publicação Nº 1531765

#### 1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2018 - PMPB

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seus Anexos no que segue:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de Agenciamento de Viagens, compreendendo a cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão e cancelamento de passagens aéreas e terrestres no âmbito nacional e internacional, para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Onde se lê:

TIPO	MENOR PREÇO – representado maior percentual de desconto sobre o volume de vendas, sobre os bilhetes de passagens (aéreas e terrestres).
------	---

"MENOR PREÇO" representado maior percentual de desconto sobre o volume de vendas, sobre os bilhetes de passagens (aéreas e terrestres)

Leia-se:

TIPO	MAIOR PREÇO – Maior desconto sobre a comissão da agência a favor da Contratante
------	---

"MAIOR PREÇO" Maior desconto sobre a comissão da agência a favor da Contratante

Fica alterado a data de abertura do certame para o dia 09 de Março de 2018 as 13:00hs, com a realização do protocolo dos envelopes até dia 09 de Março de 2018 as 12:30 hs.

Ficam mantidas as demais cláusulas do Edital de licitação e anexos do PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2018 - PMPB. Maiores informações através do telefone (47) 3369-4111 ou email [administracao@portobelo.sc.gov.br](mailto:administracao@portobelo.sc.gov.br) das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira.

Porto Belo/SC, 22 de Fevereiro de 2018.

Rodrigo Truffa da Costa  
Pregoeiro

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG 004/2018 - FMEDUCA

Publicação Nº 1532922

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº

004/2018 - FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor Preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Aquisição de mobiliário, eletrodomésticos e afins, para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 14/03/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 14/03/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 211 ou pelo e-mail [administracao@portobelo.sc.gov.br](mailto:administracao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 23 de Fevereiro de 2018.

Emerson Luciano Stein  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1764, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018..

Publicação Nº 1533046

DECRETO Nº 1.764, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 17 da Lei Municipal nº 2.595/2017".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 779.922,78 (Setecentos e setenta e nove mil, novecentos e vinte e dois reais e setenta e oito centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Funcional Programática: 15.452.0005

Atividade: 2.014 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.00 – SF Recursos Ordinários

Valor: R\$ 500.000,00

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 12.361.0011

Atividade: 2.038 – Manutenção das atividades do Ensino

**Fundamental**

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.1800 – SF Transferências do Fundeb 60%

Valor: R\$ 131.922,78

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 10.305.0018

Atividade: 2.054 – Manutenção das atividades de Atenção Básica na Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.3851 – SF SUS/UNIÃO – PAB NASF

Valor: R\$ 4.000,00

Órgão: 17 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional Programática: 08.244.0020

Atividade: 2.067 – Manutenção das atividades da proteção básica na Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.3524 – SF - ACESSUAS

Valor: R\$ 50.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.3524 – SF - ACESSUAS

Valor: R\$ 10.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.3524 – SF - ACESSUAS

Valor: R\$ 84.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2017, por conta dos recursos Ordinários no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), Transferências do Fundeb 60% no valor de 131.922,78 (Cento e trinta e um mil, novecentos e vinte e dois reais e setenta e oito centavos), SUS/UNIÃO – PAB NASF no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) e ACESSUAS no valor de R\$ 144.000,00 (Cento e Quarenta e quatro mil reais), totalizando o valor de R\$ 779.922,78 (Setecentos e setenta e nove mil, novecentos e vinte e dois reais e setenta e oito centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 22 de fevereiro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

**DECRETO Nº 1765, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533049

DECRETO Nº 1.765, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 16, inciso I da Lei Municipal nº 2.595/2017".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 530.000,00 (Quinhentos e trinta mil reais) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 12.361.0011

Atividade: 2.038 – Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.2.1900 – Transferências do Fundeb 40%

Valor: R\$ 530.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos oriundos do excesso de arrecadação por conta da Transferência do Fundeb no valor de R\$ 530.000,00 (Quinhentos e trinta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 22 de fevereiro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

**DECRETO Nº 1766, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533058

DECRETO Nº 1.766, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18 da Lei Municipal nº 2.595/2017".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 12.365.0011

Atividade: 2.043 – Manutenção das atividades da Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.2.1900 – Transferências do FUNDEB

Valor: R\$ 1.000.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação da dotação abaixo elencada na importância de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais):

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 12.365.0011

Atividade: 2.043 – Manutenção das atividades da Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.2.1800 – Transferências do FUNDEB

Valor: R\$ 1.000.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 22 de fevereiro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

# Porto União

## PREFEITURA

### ATA 001/2018

Publicação Nº 1531756

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 001/2018

Aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2018, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Gráfica Lumar Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF 00.185.002/0001-00, com sede na Rua Coronel Amazonas, N.º 608, Centro, Cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3522-7242, neste ato representada pela Senhora Sandra Conde Woldam, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 004/2018, Processo Licitatório 009/2018, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
07	30	Ficha "Programa de Controle da Dengue": tamanho 10 x 15 cm, confeccionada em papel cartão, 1 x 0 cores.	LUMAR	R\$ 300,00	R\$ 9.000,00
21	05	Totem em ACM duas face, estrutura em metalon 30x20 com pintura PU, revestida em ACM com pintura poliester, base de concreto, com adesivos recorte, com instalação. medidas: 1,90 m altura x 0,90 cm largura x 25 cm profundidade.	LUMAR	R\$ 1.500,00	R\$ 7.500,00
Valor Total: R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais).					

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 001/2018.
- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 004/2018 e seus anexos.
- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.
- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Sandra Conde Woldam, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Porto União, 07 de fevereiro de 2018.

Eliseu Mibach  
CONTRATANTE

Gráfica Lumar Ltda – EPP  
CONTRATADA

Testemunha:

### ATA 002/2018

Publicação Nº 1531757

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA 002/2018

Aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2018, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Daniel Rogério da Rocha – ME, inscrita no CNPJ/MF 19.008.104/0001-70, com sede na Avenida Curitiba, N.º 3333, Sertãozinho, Cidade de Matinhos, Estado do Paraná, CEP 83.260-000, Telefone (41) 3453-6770, neste ato representada pelo Senhor Daniel Rogério da Rocha, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 004/2018, Processo Licitatório 009/2018, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	60	Folders: tamanho A4, confeccionado em papel couchê 120 g, com dobra, 4 x 4 cores.	DRR	R\$ 220,00	R\$ 13.200,00
02	20	Flyers: tamanho 15 x 21 cm, confeccionado em papel couchê 90 g, 4 x 0 cores.	DRR	R\$ 82,00	R\$ 1.640,00
03	30	Flyers: tamanho 15 x 21 cm, confeccionado em papel couchê 90 g, 4 x 4 cores.	DRR	R\$ 58,00	R\$ 1.740,00
04	20	Panfletos: tamanho 10 x 15 cm, confeccionado em papel couchê 90 g, 4 x 0 cores.	DRR	R\$ 47,00	R\$ 940,00
05	30	Panfletos: tamanho 10 x 15 cm, confeccionado em papel couchê 90 g, 4 x 4 cores.	DRR	R\$ 32,00	R\$ 960,00
06	15	Cartão "Programa de Puericultura": tamanho 14 cm x 18 cm, confeccionado em papel cartão, 4 x 4 cores.	DRR	R\$ 480,00	R\$ 7.200,00
08	50	Carimbo automático 38 x 14 mm.	DRR	R\$ 40,00	R\$ 2.000,00
09	50	Carimbo automático 47 x 18 mm.	DRR	R\$ 45,00	R\$ 2.250,00
10	30	Carimbo automático 60 x 40 mm.	DRR	R\$ 70,00	R\$ 2.100,00
11	15	Carimbo automático 60 x 40 mm com datador.	DRR	R\$ 80,00	R\$ 1.200,00
12	100	Faixas de TNT com pintura, 70 cm de altura.	DRR	R\$ 34,00	R\$ 3.400,00
13	100	Faixa em lona 240 g, impressão digital em 1440 dpi, acabamento com cabos de madeira nas pontas.	DRR	R\$ 28,50	R\$ 2.850,00
14	100	Banner em lona 240 g, impressão digital em 1440 dpi, acabamento com cabos de madeira e cordão para pendurar.	DRR	R\$ 26,00	R\$ 2.600,00
Valor Total: R\$ 42.080,00 (quarenta e dois mil e oitenta reais)					

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 002/2018.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 004/2018 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Daniel Rogério da Rocha, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Porto União, 07 de fevereiro de 2018.

Eliseu Mibach  
CONTRATANTE

Daniel Rogério da Rocha – ME  
CONTRATADA

Testemunha:

## EXTRATO DE CONTRATO 014/2018

Publicação Nº 1531760

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 014/2018

Partes: Município de Porto União e Funerária Luto Santa Rita Ltda – ME.

Objeto: Prestação de serviços funerários para a execução de traslado de corpo, de óbitos ocorridos fora do Município de Porto União.

Valor: R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 005/2018, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 07 de fevereiro de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Funerária Luto Santa Rita Ltda – ME.

Contratada.



**EXTRATO DE CONTRATO 015/2018**

Publicação Nº 1531762

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 015/2018  
Partes: Município de Porto União e Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos e da Fala - APADAF.  
Objeto: Prestação de serviços de fonoaudiologia.  
Valor: R\$ 93.126,20 (noventa e três mil cento e vinte e seis reais e vinte centavos).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 006/2018, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 08 de fevereiro de 2018.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.  
Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos e da Fala - APADAF.  
Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 005/2018 - FAS**

Publicação Nº 1531743

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 005/2018 - FAS  
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 007/2017 - FAS  
Partes: Município de Porto União e Mercado Koserá Ltda - ME.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL**

Adita-se o valor de R\$ 2.859,95 (dois mil oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos) ao aludido contrato superior, correspondente a aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) dos itens 26, 31, 41, 42, 43, 50, 52, 53, 54, 56, 58, 101 e 104 do contrato.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.  
Porto União SC, 06 de fevereiro de 2018.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 006/2018 - FAS**

Publicação Nº 1531745

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 006/2018 - FAS  
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 006/2017 - FAS  
Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL**

Adita-se o valor de R\$ 1.366,61 (um mil trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e um centavos) ao aludido contrato superior, correspondente a aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) dos itens 01, 14, 21, 28, 36, 39, 40, 91 e 107 do contrato.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.  
Porto União SC, 06 de fevereiro de 2018.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 014/2018 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1531747

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 014/2018 - EDUCAÇÃO  
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 002/2017 - EDUCAÇÃO  
Partes: Município de Porto União e Imprensa Nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE**

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.  
Porto União SC, 16 de fevereiro de 2018.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 016/2018**

Publicação Nº 1531748

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 016/2018  
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 009/2016  
Partes: Município de Porto União e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto União - APAE.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior, a contar de 11/02/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.  
Porto União SC, 09 de fevereiro de 2018.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 017/2018**

Publicação Nº 1531750

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 017/2018  
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 009/2017  
Partes: Município de Porto União e Caixa Econômica Federal.

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.  
Porto União SC, 09 de fevereiro de 2018.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2018**

Publicação Nº 1532418

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Justificativa De Dispensa De Licitação  
Processo Licitatório nº 036/2018  
Dispensa de Licitação n.º 003/2018

**Caracterização da Situação:** O município necessita contratar uma empresa para a prestação de serviços de assistência técnica, manutenção de equipamentos e sistema telefônico (PABX) da Prefeitura Municipal de Porto União e suas Secretarias, incluindo a Secretaria de Educação e a Secretaria Municipal de Saúde.

**Descrição do Objeto:** O objeto da presente é, justamente, a prestação de serviços de assistência técnica, manutenção de equipamentos e sistema telefônico (PABX) da Prefeitura Municipal de Porto União e suas Secretarias, incluindo a Secretaria de Educação e a Secretaria Municipal de Saúde.

**Razão da Escolha:** A escolha recaiu sobre a empresa Premier Serviços em Telecomunicações Ltda – ME, inscrita no CNPJ 05.389.579/0001-40, visto que foi a que apresentou menor preço, conforme comprovam os orçamentos em anexo ao processo.

**Do Preço:** O valor a ser pago será de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, pelo período de 12 (doze) meses.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão - 0200- Poder Executivo  
Unidade 0204 – Secretaria Municipal de Administração e Esportes  
Atividade 2005 – Manutenção Secretaria de Administração  
Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas  
Cód. 14

Complemento 33903917 – Manutenção e Conservação de Máq. e Equipamentos

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Porto União, 22 de fevereiro de 2018.  
MIGUEL CHOKAILO NETO  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Decreto 380/2018

**LEI MUNICIPAL Nº 4.515/2018**

Publicação Nº 1532275

LEI Nº 4.515, de 21 de fevereiro de 2018.

Dá nova redação ao inciso II do artigo 61, cria e extingue cargos do ANEXO I e fixa os vencimentos do ANEXO II da Lei Municipal nº 3.048, de 13 de abril de 2005.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso II do artigo 61 da Lei Municipal nº 3.048, de 13 de abril de 2005 passará ter a seguinte redação:

"Atribuições do Assessor Geral da Presidência: reunir e coordenar toda a correspondência de gabinete, elaborar agenda, supervisionar o portal da transparência, despachar o expediente com o presidente da mesa diretora, promover reuniões com os demais servidores para tratar de assuntos relacionados à presidência da mesa.

Atribuições do Diretor Administrativo: Assessorar e auxiliar a Mesa Diretora e a Presidência em suas atividades administrativas e em todas as questões que lhe competir. Supervisionar e assessorar todas as atividades administrativas subordinadas e manutenção dos serviços administrativos. Dirigir e assessorar os servidores sob sua subordinação principalmente em questões administrativas. Garantir a disponibilização ao público das informações e publicações legais e institucionais da Câmara Municipal. Mediar conflitos administrativos internos e externos, com vistas à solução de problemas e a perfeita harmonia entra a Câmara Municipal e a comunidade em geral. Fazer cumprir as determinações da Presidência da Câmara, executar as tarefas por ela delegadas e representá-la, sempre que para isso for designado. Promover o acompanhamento das atividades de administração em geral analisando as necessidades dos Gabinetes dos Vereadores, de forma a garantir o bom andamento dos trabalhos dos parlamentares. Organizar a escala de horários, compensações, férias e licenças de sua equipe de forma que não ocorram prejuízos aos serviços.

Atribuições do Diretor Financeiro: Elaborar e coordenar as diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual da Câmara Municipal, ordenar as despesas da Câmara Municipal sujeitas a prestação de contas perante o Tribunal de Contas assessorando e supervisionado os trabalhos de contabilidade, assessorar a Presidência e a Mesa Diretora na elaboração de planos, programas e projetos que versem sobre

matéria financeira, assessorar a comissão técnica de finanças e orçamento, tributos e fiscalização. Assessorar e supervisionar todas as matérias relacionadas ao setor contábil e financeiro.

**Atribuições do Diretor Legislativo:** Dirigir o trabalho de planejamento, coordenação, orientação e supervisão das atividades técnicas e legislativas. É responsável pela direção da execução das atividades relativas ao processo legislativo em geral, assistência em plenário, assessoramento aos Vereadores, apoio as comissões, supervisão de todos os trabalhos legislativos como atas, documentação dos processos legislativos e arquivo histórico da Câmara Municipal. Controlar e coordenar, sob orientação da Presidência, o processo legislativo da Câmara Municipal, a tramitação das proposições e os prazos regimentais, prestar assessoramento de natureza técnica legislativa à Mesa Diretora na condução dos trabalhos legislativos e, em especial, ao Presidente na direção das reuniões de Plenário. Executar outras atividades correlatas às acima descritas, a critério da Presidência.

**Atribuições do Assessor Parlamentar:** Auxiliar e assessorar o Vereador nas atividades desenvolvidas pelo gabinete e as correlatas ao mandato sempre que solicitados pelo Vereador, dentro e fora das dependências físicas da Câmara Municipal, quando devidamente autorizado e ou solicitado pelo Parlamentar, sendo que o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados domingos e feriados. Acompanhar matérias legislativas e publicações oficiais de interesse parlamentar. Cumprir outras atividades de apoio inerentes ao exercício do mandato parlamentar.

**Atribuições do Assessor de Imprensa:** Auxiliar e assessorar o Presidente e a Mesa Diretora na divulgação dos atos institucionais a Câmara Municipal de Porto União, relacionar-se e manter contato com os veículos de comunicação e demais órgãos de imprensa, de forma a atualizar as notícias da Câmara Municipal, acompanhar e assessorar a Presidência, os Membros da Mesa e os Vereadores em eventos, quando necessário, para elaboração das notícias a serem veiculadas, assessorar a Câmara, a Presidência, a Mesa Diretora, os vereadores as Comissões Técnicas no relacionamento com a imprensa falada e escrita. Acompanhar e assessorar as sessões, reuniões e eventos realizados pela Câmara Municipal e executar e supervisionar produção de releases de notícias e resumos dos pronunciamentos dos Vereadores. Assessorar e preparar campanhas de divulgação da Câmara Municipal e dos trabalhos do Legislativo. Assessorar e coordenar as matérias a serem divulgadas pelos órgãos da Câmara Municipal em quaisquer veículos de comunicação, credenciar jornalistas, radialistas e fotógrafos, divulgar pela imprensa falada escrita e televisionada os trabalhos e atos realizados pelo Legislativo. Contatar com agências de publicidade e órgãos de imprensa escrita, falada e televisionada para divulgação dos trabalhos do Legislativo. Assessorar e coordenar os trabalhos visando manter atualizado o site da Câmara Municipal com divulgação de notícias sobre as atividades legislativas desenvolvidas, projetar a imagem da Câmara municipal perante os veículos de comunicação, redigindo textos e encaminhando-os, à imprensa, para divulgação dos atos e fatos relevantes relacionados com a Câmara de Vereadores, com a Presidência, com a Mesa Diretora, com as Comissões Técnicas e com os Vereadores e realizar demais tarefas correlatas ao cargo.

**Atribuições do Assessor Jurídico:** Emitir parecer jurídico sobre matéria a ele submetida quando solicitado pelos Membros da Mesa Diretora, pelo Presidente e Relatores das Comissões, Vereadores e Diretor Geral, representar a Câmara Municipal no foro em geral em que for parte como ré, autora, assistente ou oponente, realizar estudos e pesquisas jurídicas no atendimento aos Vereadores e Diretor Geral, acompanhamento judicial dos processos em que a Câmara Municipal for parte interessada.

**Atribuições do Consultor Jurídico da Presidência:** Assessorar a Presidência nos assuntos de ordem jurídica, emitir parecer em assuntos solicitados pela Presidência da Câmara Municipal, atender a consulta formulada pela Presidência da Câmara, fazendo pesquisas e estudos a fim de esclarecer dúvidas e fundamentar decisões a serem tomadas, prestar à Presidência todas as consultorias necessárias ao processo legislativo em geral e ao andamento administrativo da Câmara Municipal, sempre que solicitado".

Art. 2º Ficam criadas nos quadros de servidores da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, os cargos e vagas constantes do ANEXO I da Lei Municipal nº 3.048, de 13 de abril de 2005.

§ 1º Ficam extintos os cargos de Assessor de Assuntos de Plenário, Assessor de Comunicação Social e Assessor de Informática do quadro de servidores da Câmara Municipal e constantes do ANEXO I.

§ 2º Os vencimentos dos cargos de provimento em comissão são os constantes do ANEXO II da Lei Municipal nº 3.048, de 13 de abril de 2005.

§ 3º Os cargos constantes do ANEXO I são de livre nomeação e exoneração do Presidente do Legislativo por ato próprio.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e a Lei Municipal nº 4.080, de 15 de janeiro de 2013.

Porto União (SC), 21 de fevereiro de 2018.


ELISEU MIBACH MIGUEL CHOKAILO NETO  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

ANEXO I  
CARGOS COMISSIONADOS

**GRUPO: DIREÇÃO SUPERIOR**

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS	Nº DE VAGAS
DS-1	Diretor Administrativo	1	1
DS-1	Diretor Financeiro	1	1
DS-1	Diretor Legislativo	1	1

**GRUPO: ASSESSORAMENTO SUPERIOR**

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS	Nº DE VAGAS
AS-1	Assessor Parlamentar	1	5
AS-1	Assessor Geral da Presidência	1	1

**GRUPO: ASSESSORAMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL**

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	Nº DE CARGOS	Nº DE VAGAS
ATP- 1	Assessor Jurídico	1	1
ATP- 1	Consultor Jurídico da Presidência	1	1
ATP- 2	Assessor de Imprensa	1	1

**ANEXO II****TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS****GRUPO: DIREÇÃO SUPERIOR**

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	VENCIMENTOS
DS-1	Diretor Administrativo	R\$ 4.271,00
DS-1	Diretor Financeiro	R\$ 4.271,00
DS-1	Diretor Legislativo	R\$ 4.271,00

**GRUPO: ASSESSORAMENTO SUPERIOR**

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	VENCIMENTOS
AS-1	Assessor Parlamentar	R\$ 3.076,50
AS-1	Assessor Geral da Presidência	R\$ 3.076,50

**GRUPO: ASSESSORAMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL**

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	VENCIMENTOS
ATP-1	Consultor Jurídico da Presidência	R\$ 4.271,00
ATP-1	Assessor Jurídico	R\$ 4.271,00
ATP-2	Assessor de Imprensa	R\$ 3.076,50

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 003/2018**

Publicação N° 1531813

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 025/2018.

Retificação do Edital de Pregão Eletrônico 003/2018.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que devido a erro administrativo referente a perda de prazo para disponibilização dos materiais, altera o Edital do Processo Licitatório supracitado. A data limite para apresentação das propostas passa a ser dia 09 de março de 2018 às 08h00min, com início da sessão pública às 08h15min. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitateportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitateportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de fevereiro de 2018.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 014/2018**

Publicação Nº 1531817

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 022/2018.

Retificação do Edital de Pregão Presencial 014/2018.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no Edital do Processo Licitatório supracitado. A data limite para recebimento dos envelopes passa a ser dia 12 de março de 2018 às 13h30min, com início da sessão pública às 13h45min. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de fevereiro de 2018.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

**TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 005/2017 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1531754

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 005/2017 – Educação.

Partes: Município de Porto União e Stang &amp; Stang Ltda.

**1.1 - DESCRIÇÃO DO ITEM**

Concede-se o reequilíbrio financeiro devido ao aumento do preço de mercado para os itens listados abaixo:

Item 01 – Gasolina Comum – Bomba Posto, passando para o valor de R\$ 3,89 (três reais e oitenta e nove centavos) o litro.

Item 03 – Óleo diesel B S10 - Bomba Posto, passando para o valor de R\$ 3,05 (três reais e cinco centavos) o litro.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 08 de fevereiro de 2018.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

**TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 077/2017**

Publicação Nº 1531752

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 077/2017

Partes: Município de Porto União e Stang &amp; Stang Ltda.

**1.1 - DESCRIÇÃO DO ITEM**

Concede-se o reequilíbrio financeiro devido ao aumento do preço de mercado para os itens listados abaixo:

Item 01 – Gasolina Comum – Bomba Posto, passando para o valor de R\$ 3,89 (três reais e oitenta e nove centavos) o litro.

Item 02 – Óleo diesel B S500 - Bomba Posto, passando para o valor de R\$ 2,97 (dois reais e noventa e sete centavos) o litro.

Item 03 – Óleo diesel B S10 - Bomba Posto, passando para o valor de R\$ 3,05 (três reais e cinco centavos) o litro.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 08 de fevereiro de 2018.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 004/2018**

Publicação Nº 1531759

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 009/2018 – Registro de Preços

Pregão Presencial 004/2018

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Gráfica Lumar Ltda – EPP e

Daniel Rogério da Rocha – ME.

Porto União SC, 07 de fevereiro de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 005/2018**

Publicação Nº 1531761

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 010/2018

Pregão Presencial 005/2018

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Funerária Luto Santa Rita Ltda – ME.

Porto União SC, 07 de fevereiro de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 006/2018**

Publicação Nº 1531763

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 012/2018

Pregão Presencial 006/2018

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a

Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos e da Fala - APADAF.

Porto União SC, 08 de fevereiro de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO - MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2018**

Publicação Nº 1532590

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato - Modalidade Dispensa de Licitação nº 015/2018

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB n.º 83.529.933/0001-06).

Contratada: Nuvem Prime Informática LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.975.908/0001-13

Objeto: Aquisição de equipamento para áudio, vídeo e foto para a Câmara Municipal de Porto União.

Valores: R\$ 2.130,00 (dois mil, cento e trinta reais reais).

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo Porto União

Unidade 01 – Câmara de Vereadores de Porto União

Atividades – 1.030 – Aquisição de Equipamentos para as Atividades Legislativas

Modalidade – 4.4.90.100 – Aplicações Diretas

Complementos – 4.4.90.52.33.00.00.00 – Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93

Christian Agenor Martins

Presidente



# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 016/2018 de 22/02/2018 - NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS, PARTICIPANTES DOS PROCESSOS INSTITUIDOS PELA 13.019/14.

Publicação Nº 1532297

DECRETO Nº 016/2018 de 22/02/2018

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS, PARTICIPANTES DOS PROCESSOS INSTITUIDOS PELA 13.019/14.

RUY MARCOS FRITSCHÉ, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141/2017 de 14/12/2017, que regulamentou em âmbito municipal as parcerias e o acordo de cooperação entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público;

CONSIDERANDO que o disposto no art. 2º, X, da Lei 13.019/14, prevendo a comissão de seleção destinado a processar e julgar chamamentos públicos.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Avaliação das entidades sem fins lucrativos que virem a participar dos Chamamentos Públicos do Município de Pouso Redondo/SC, composta pelos seguintes membros:

EDNA APARECIDA DIAS – Secretaria da Assistência Social e Habitação;

DIEGO MIGUEL BORBA – Secretaria da Administração e Finanças e

ANDREZA TISCHNER – Secretaria da Educação e Cultura

Art. 2º — Os membros nomeados por este decreto prestam serviço público relevante sem direito a remuneração.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 22 de fevereiro de 2018.

RUY MARCOS FRITSCHÉ

Prefeito Municipal em Exercício

### RETIFICAÇÃO PR 08 2018 PROCESSO 09 2018 - CONCERTO DE CALÇAMENTO

Publicação Nº 1532410

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2018, PROCESSO Nº09/2018

A Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, através de seu prefeito municipal o Sr. Ruy Marcos Fritsche, torna público a prorrogação do Edital de Pregão Presencial nº 83/2017, DE OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA CONCERTO DE CALÇAMENTOS EM PARALELEPÍPEDO, LAJOTAS E MEIO FIO DE TRAVAMENTO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, devido a alterações no objeto do edital, fica o anexo I retificado, conforme seguem retificadas as alterações acrescentadas abaixo ao edital:

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	12.000,00	M2		CONCERTO CALÇAMENTO EM PARALELEPÍPEDO, LAJOTAS E MEIO FIO DE TRAVAMENTO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO.	22,62	271.440,00
2	12.000,00	M2		CONCERTO DE CALÇAMENTO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MAQUINAS NECESSÁRIAS PARA CONCERTO DE CALÇAMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, LAJOTAS E MEIO FIO DE TRAVAMENTO.	32,00	384.000,00
Total						655.440,00

**19. DAS OBRIGAÇÕES****19.1 DO CONTRATADO**

- f) o conserto de ruas, incluindo: lajota, paralelepípedo, meio fio de travamento. Considera-se como parte do conserto a remoção dos materiais danificados ou buracos e a substituição destes, inclusive se necessário a adequação do solo para evitar que volte a apresentar defeito.
- g) após efetuar o conserto do trecho demarcado, a empresa executora fica obrigada a reparar, sem custo para o município, caso este apresente problemas, no prazo de 60 (sessenta) dias posteriores ao reparo.
- h) executar os trechos demarcados pelo representante municipal, ficando ciente que não receberá por serviços não autorizados previamente.

**19.2 – DO CONTRATANTE**

- d) o fornecimento dos materiais necessários para o conserto: pedrisco, brita, rachão, lajota ou paralelepípedo.
- e) demarcar o trecho a ser executado indicando suas dimensões.

Em virtude destas alterações altera-se a data de abertura e julgamento das proposta para dia 07/03/2018 às 09:00 horas.

As demais Clausulas, permanecem inalteradas. Os interessados deverão retirar novo edital com as devidas alterações na Prefeitura, no site [www.pousoredondo.sc.gov.br](http://www.pousoredondo.sc.gov.br), e-mail [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br) ou maiores informações pelo telefone (47) 3534-8700.

Pouso Redondo, 22 de Fevereiro de 2018.

RUY MARCOS FRITSCHÉ

Prefeito Municipal em exercício

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 14/2018

Publicação N° 1533171

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 14/2018  
CONCORRÊNCIA N° 01/2018

#### EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 13h30min (treze horas e trinta minutos), do dia 27 (vinte e sete) de março de 2018, no Setor de Licitações, as propostas para CONCORRÊNCIA, que tem como objeto a seleção de empresa para outorga, em caráter de exclusividade, de permissão do direito à execução do serviço público de transporte, estadia e guarda de veículos automotores, removidos ou apreendidos por infração de trânsito, efetuados pelos agentes de autoridade de trânsito, conforme convênio celebrado entre Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP/SC, Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SC, Polícia Militar – PM/SC e Município de Presidente Castello Branco/SC. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br)

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 23 DE FEVEREIRO DE 2018.

Ademir Domingos Miotto  
Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

**TERCEIRA ERRATA DO PREGÃO 03/2018, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM CÓDIGO DE FINAME PARA ÁREAS EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU /SC, PELO PROGRAMA ACELERA, MELHORIAS NA ÁREA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA Nº2017TR001877, PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA 2016006471.**

Publicação Nº 1532774

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

TERCEIRA ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM CÓDIGO DE FINAME PARA ÁREAS EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU /SC, PELO PROGRAMA ACELERA, MELHORIAS NA ÁREA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA Nº2017TR001877, PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA 2016006471..

Onde se lê: COM ABERTURA PARA DIA 05/03/2018, Lê-se: com abertura para o dia 07/03/2018, as 09:00 horas.

Alteração no texto, 5.1.6 E 5.1.9. Presidente Nereu, 16 de Fevereiro de 2018. ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal.

### **EDITAL Pregão Presencial Nº3/2018 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014**

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 135/ de 04/01/2018 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão Presencial nº 3/2018, do tipo Menor Preço, Por Item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente certame: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM CÓDIGO DE FINAME PARA ÁREAS EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU /SC, PELO PROGRAMA ACELERA, MELHORIAS NA ÁREA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA Nº2017TR001877, PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA 2016006471.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: **07/03/2018**
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Prefeitura Municipal De Presidente Nereu Sala De Licitações
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às **08:30** horas.
- e) Abertura do processo: **07/03/2018 às 09:00 horas.**

#### **II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:**

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

**A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. \_\_/2017.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC**

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

**B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ**  
**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. \_\_\_\_/2017.**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC**  
**ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O**

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

**2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até 07/03/2018 às 08:30 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.**

### III - DO CREDENCIAMENTO:

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 **Procuração** ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

**3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.**

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte **(deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).**

3.1 **A não comprovação** de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais**, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

### IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

**Parágrafo Único:** Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (lei complementar 147/2014).

### **V - DA PROPOSTA COMERCIAL:**

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir: Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item **1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA**, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo (90) noventa dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2017 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

**5.1.6 APRESENTAR REGISTRO DO EQUIPAMENTO NA ANVISA.**

**5.1.7 O PRODUTO (EQUIPAMENTO) DEVERA CONTER CÓDIGO DE FINAME.**

**5.1.8 OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO SEGUIR A LEGISLAÇÃO VIGENTE, NORMAS TECNICAS DE SEGURANÇA.**

**5.1.9 APRESENTAR CATÁLOGO DOS PRODUTOS. (ITENS EM QUESTÃO)**

**Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte**



## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.**

### VI - DA HABILITAÇÃO

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. **(Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).**

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os **documentos de habilitação** deverão ser apresentados em **original ou por fotocópia** previamente **autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal**, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua emissão.

**6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.**

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

**5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);**

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

### VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de **Menor Preço Por Item** e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita **Menor Preço Por Item** e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. **02 - DOCUMENTAÇÃO**, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item “7”** deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequêntes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

### **IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:**

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de **Menor Preço Por Item**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste Pregão será **Menor Preço Por Item**, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

### **X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:XI**

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões,

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

### **XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO**

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

### **XII - DO REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os



## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, na internet página do município portal da transparência no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

### **XIII - DA CONTRATAÇÃO**

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a



## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

### XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
1014 3449 05208 01630100	
1014 3449 05235 01630100	

### XV - DO PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de **PRESIDENTE NEREU**, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela **CONTRATANTE**, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

### XVI - DO REAJUSTE:

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

### XVII - DAS PENALIDADES:

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do **MUNICÍPIO**, se a **licitante vencedora** não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

### XVIII - DA RESCISÃO

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 17.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o **MUNICÍPIO** solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados **de forma TOTAL**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (HORAS)** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

**19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;**

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

### XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item “16” deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

### XXI - DA VIGÊNCIA

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

### XXI - DA VIGÊNCIA

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.5.1 Adiada a abertura da licitação;

23.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

23.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (**Anexado no lado externo dos envelopes**).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de referência;

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO**).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (**Anexado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (**Anexado no lado externo dos envelopes**).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (**Anexado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**).

ANEXO X - Modelo de Proposta Comercial (**Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA**).

23.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail [compras@presidentenereu.sc.gov.br](mailto:compras@presidentenereu.sc.gov.br).

23.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no **Diário Oficial do Estado**, Diário Oficial dos Municípios, na **internet página do município no link licitações** e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU, 09 de fevereiro de 2018.

---

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ANEXO I****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. ..../20....****DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL**

Nome da empresa: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Pessoa de contato: \_\_\_\_\_

CNPJ da empresa: \_\_\_\_\_

Nome completo de quem retirou o edital: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. ..../20... E SEUS ANEXOS.**

..... (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

\_\_\_\_\_  
Assinatura

CPF nº. \_\_\_\_\_

**ANEXO II****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. ..../20....  
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° ..../20.....****PREGÃO PRESENCIAL N° ..../20....****PROCESSO N° ...../20.....****INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE .....**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 20\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça Leão Dehon nº 50, Centro, deste município, devidamente representado e assistido, e a empresa \_\_\_\_\_, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº ...../20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para .....Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

**LOTE.....****1º COLOCADO:****Fornecedor: .....****Preço cotado para o item: R\$ .....****2º COLOCADO:****Fornecedor: .....****Preço cotado para o item: R\$ .....****3º COLOCADO:****Fornecedor: .....****Preço cotado para o item: R\$ .....****DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO****CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui o objeto da presente licitação: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM CÓDIGO DE FINAME, PARA ÁREAS EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU /SC, PELO PROGRAMA ACELERA, MELHORIAS NA ÁREA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA N°2017TR001877, PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA 2016006471.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
1014 3449 05208	01630100
1014 3449 05235	01630100



**CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS**

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ R\$  
#,##0.00{RoundingMode=HALF\_UP}

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até

**CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE**

Os valores contratados não serão reajustados.

**CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA**

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.

b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

**CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS**

a) **Executar os objetos licitados de forma TOTAL**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas

quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES**

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

\*As inadimplências supra, bem como as penalidades conseqüentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO**

Este contrato está vinculado ao Edital de <05> nº <01>/<02>, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO**

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos

bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no **art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993**, de acordo com o **art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços**

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

Assinatura:

\_\_\_\_\_  
**Prefeito Municipal**

\_\_\_\_\_  
**Pregoeiro**

Assinaturas fornecedores:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**

Que entre si fazem o Município de <04> -<06>, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na <84>, em <04> -<06>, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. <88>, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na rua José Teodoro de Melo, nº36 neste município, inscrito no CPF 767.132.029-34 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, ..... pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º ..... com sede ..... Neste ato representado pelo Sr. .... residente e domiciliado em ..... inscrita no CPF sob N.º ..... de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM CÓDIGO DE FINAME, PARA ÁREAS EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU /SC, PELO PROGRAMA ACELERA, MELHORIAS NA ÁREA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA N°2017TR001877, PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA 2016006471..

**CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamentário:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
1014 3449 05208 01630100	
1014 3449 05235 01630100	

**CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS**

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ #,##0.00{RoundingMode=HALF\_UP}

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até

**CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE**

Os valores contratados não serão reajustados.

**CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA**

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste

edital e seus adendos.

b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### **CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS**

a) **Executar os objetos licitados de forma TOTAL**, , rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES**

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que

aplicou a penalidade.

\*As inadimplências supra, bem como as penalidades conseqüentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO**

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº 3/2018, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO**

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Presidente Nereu, 09 de fevereiro de 2018

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

MARIMAR ANTONIO CUCCHI  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 13.237  
**ANEXO III**

**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....**

#### **TERMO DE REFERÊNCIA**

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM CÓDIGO DE FINAME, PARA ÁREAS EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU /SC, PELO PROGRAMA ACELERA, MELHORIAS NA ÁREA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA Nº2017TR001877, PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA



2016006471..

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	1	UNIDADE	<b>VENTILADOR DE TRANSPORTE E EMERGÊNCIA</b> ,CONTENDO DISPLEY DE CRISTAL LIQUIDO , LCD COLORIDO DE NO MINIMO 5,7",TEL SENCIVEL AO TOQUE, INTERFACE SERIAL,NO MINIMO RS-232C,QUE PERMITE AVALIAÇÃO E DIAGNOSTICO A DISTANCIA, TECLAS DE ACESSO RAPIDO, LEITURA DE PRESSÃO, NO CIRCUITO RESPIRATORIO, FLUXO NO CIRCUITO RESPIRATORIO, PRESSÃO DE REDE, PRESÃO BAROMETRICA, E CONCENTRAÇÃO DE O2, NA MISTURA DEO GÁS ADMINISTRADO, CAREGADOR INTELIGENTE DE BATERIA,INTERNA CAREGAVEL DE NO MINIMO 4 HORAS DE AUTONOMIA, AUTO FALANTE PARA ALARME E ALERTAS, ENTRADA EXTERNA 100-240 VAC-50-60 HZ, COM COMUTAÇÃO AUTOMATICA, CHAVE LIGA DESLIGA, CELULA GALVANICA DE O2 INTERNA , ALÇA PARA FIXAÇÃO EM MARCA, <b>VISUALIZAÇÃO DE PRESSÃO AÉRIAS, VOLUME MINUTO EXPIRATÓRIO, FREQUENCIA RESPIRATORIA TOTAL, FLUXO INSPIRATORIO, PEEP, TEMPO INSPIRATORIO, MODOS VENTILATORIOS, VOLUMES CONTROLADOS,ASSITIDOSIMV;CPAP, VOLUME CORRENTE DE NO MINIMO 50 A 2000 ML, TEMPO INSPIRATORIO, DE NO MINIMO 0,2 A 5 SEGUNDOS, FREQUENCIA RESPIRATORIA DE NO MINIMO 2 A 50 RPM, SENSILIDADE AJUSTAVEL DE NO MINIMO 3 A 12 L/MIM, OU 2 A 5 CMH 2º, OU OFF(DESLEGADA) PERCENTAGEM DE OXIGENIO (FIO2) AJUSTAVEL DE 40 A 100% NO MINIMO, PRESSÃO CONTROLADA ASSISTIDA, PRESSÃO DE SUPORTE, VENTILAÇÃO E APNEIA PARA TODOS OS MODOS VENTILATORIOS ESPONTANEOS, INCLUINDO CPAP, ALARMES INDIVIDUAIS, PESO NO MAXIMO DO VENTILADOR DE 8KG, ACESSORIOS: NO MINIMO; 03 CIRCUITOS AUTOCLAVAVEL, PARA PACIENTE ADULTO E 3 PEDIATRICOS, NO MINIMO 01 PEDESTAL PARA USO AMBULATORIO COMRODIZIOS, NO MINIMO 01 MANGUEIRA PARA CONEXÃO DE REDE DE OXIGENIO, GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES.</b>	R\$53.470,00	R\$ 53.470,00
2	3	UNIDADE	<b>NEBULIZADOR</b> , QUATRO SAIDAS, COM CARRINHO.COM SISTEMA DE EXAUSTÃO FORÇADA DE AR NO MOTOR, FLUXO DE AR :0 A 70 LITROS/MINUTO, COMPRESSÃO MAXIMA:40 LBF/PLO2, LARGURA MINIMA 18,6 CM, ALTURA MAXIMA 28,6 CM, COMPRIMENTO MINIMO DE 21,3 CM, DEVE ACOMPANHAR NO MINIMO 04 CONJUNTOS DE MICRONEBULIZADOR COM MASCARAS, EXTENÇÃO E COPINHOS PARA MEDICAMENTOS, REGUA DE NO MINIMO 04 SAIDAS COM VALVULAS, COM MICRO FILTRO, EQUIPAMENTO REGISTRADO NA ANVISA.COM GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES.	R\$1.880,00	R\$ 5.640,00
3	5	UNIDADE	<b>IMPRESSORA LASER MONOCROMATICA, VISOR DE LCD, ENTRADA DE USB PARA PREN DRIVE, ACOMPANHANDO NO MINIMO 01 CBO DE USB, TECNOLOGIA DE RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO DE NO MINIMO 1200 DPI, NOMINIMO 02 CARTUCHOS DETECNOLOGIA NÃO INFERIOR A JET INTELLIGENCE, DE IMPRESSÃO, SISTEMA PARA TRABALHAR EM REDE, SISTEMA OPERACIONAL COMPATIVEL COM, WINDOWS, E DRIVE QUE ACOMPNHA O DISPOSITIVO, SOFTWARE INCLUIDOS, PARA WINDOWS /INSTALADOR E DESINSTALADOR DE SOFTWARE, BANDEJA MULTIUSO PARA NO MINIMO 100 FOLHAS E CASSETE PRINCIPAL PARA NO MINIMO 550 FOLHAS, CERTIFICAÇÃO DE ENERGY STAR, SISTEMA DE REDE COMPATIVEL, CO WINDOWS, FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA INTEGRADA, TENSÃO DE ENTRADA DE 100 A 127 VCA, 60 HZ, TENSÃO DE ENTRADA DE 200 A 240 VCA, 50 HZ.GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES.</b>	R\$3.799,00	R\$ 18.995,00
4	7	UNIDADE	<b>NOTEBOOK</b> ,PROCESSADOR NO MINIMO INTEL CORE I3, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10, MEMORIA NO MINIMO 4 GB DDR3L, 1600 MHZ HD, 500 GB , TELA NO MINIMO DE 14 POLEGADAS, LED, BATERIA DE NO MINIMO 04 CELULAS, NO MINIMO 02 PORTAS DE ENTRADA USB, 01 DE HDMI, 1 VGA, SOFTWARE; NO MINIMO OFFICE 2016, HOME BUSSINESS TRAIL,	R\$2.699,00	R\$ 18.893,00

			TECLADO PADRÃO BRASILEIRO, GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES,		
5	2	UNIDADE	CAMA HOSPITALAR, ELÉTRICA, COLCHÃO HOSPITALAR COM AS DIMENSÕES DA CAMA, FUNÇÃO CPR, COMACIONAMENTO POR ALAVANCAS, NAS LATERAIS DA CAMA, COMANDOS ELETRICOS POR TECLADOS MEMBRANAS, LOCALIZADOS NAS GRADES LATERAIS DO DORSO, E COMANDO SUPERVISOR, PODENDO EXECUTAR TODOS OS MOVIMENTOS, BATERIA BACK-UP, SUPORTE DE SORO, LEITO DOTADO DE ALIVIO, PARA COOMPRESSÃO ABDOMINAL, COM RECOLHIMENTO AO ACIONAR A ELEVAÇÃO DO DORSO, EVITANDO A PROJEÇÃO DE PACIENTES, CAPACIDADE DE NO MINIMO 180 KG, LEITO: DE CHAPA DE AÇO CARBOMNO, DE NO MINIMO, 1,5 MM, BASE: TUBOS DE AÇO CARBONO, DE NO MINIMO, 50 X 30 X 1,5 MM, REVESTIDA COM MATERIAL TERMOPLASTICO, DE ALTA RESISTENCIA, MOVIMETOS ATRAVES DE MOTORES ELETRICOS, ACIONADOS POR CONTROLE REMOTO, ACABAMENTO EM PINTURA ELETROTASTICA A PÓ ANTIFERRUGEM, DIMESÕES INTERNAS,NO MINIMO 1,96 X 0,88X0,65, DIMENSÕES EXTERNAS DE NO MINIMO, 2,10 X 0,98 X 0,65 , ALTURA MINIMA DE 0,55CM E NO MAXIMO DE 0,80 CM, GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES,	R\$5.100,00	R\$ 10.200,00
6	1	UNIDADE	APARELHO DE RAO X ODONTOLOGICO, MODELO, NO MINIMO COLUNA MOVEL, COM CONTROLE DIGITAL DE FACIL, OPERAÇÃO PARA AJUSTE AUTOMATICO, DE TEMPO DE EXPOSIÇÃO CONFORME SELEÇÃO DO DENTE, GERADOR DE ALTA FREQUENCIA, AJUSTAVEL EM 55.60,65 E 70 KVP, NO MINIMO, TEMPO DE EXPOSIÇÃO DE 0,02 A 16 SEGUNDOS NO MAXIMO, PONTO FOCAL DE NO MINIMO 0,4 MM, CABO NO MINIMO 3 METROS, COM DUPLA COLIMAÇÃO E CAMARA DE EXPANÇÃO, GARANTIA DE 12 MESES NO MINIMO.	R\$11.500,00	R\$ 11.500,00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL:** \_\_\_\_\_ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

**LOCAL E DATA:**

**NOME E ASSINATURA DO**

**REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

**ANEXO IV****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO**

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----  
-----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----  
, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. -----  
DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93,  
acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que **não emprega** menor  
de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e **não emprega**  
menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

-----  
DATA

-----  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
CARIMBO DA EMPRESA

**ANEXO V****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****CREDENCIAMENTO**

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Cédula de Identidade nº. \_\_\_\_\_, e CPF sob nº. --- \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_ (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20.....

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

**ANEXO VI****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. ..../20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20.....

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.



**ANEXO VII****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. .../20....****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.  
Por expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20.....

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

**ANEXO VIII****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL**

A empresa.....(Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20....

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

**ANEXO IX****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO**

A empresa....., CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

### ANEXO X

### PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

#### PROPOSTA COMERCIAL

NOME DE EMPRESA: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

INSCRIÇÃO ESTADUAL \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

RUA: \_\_\_\_\_ Nº. \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

CIDADE: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

FONE: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos para áreas em saúde do município de presidente nereu /sc, pelo programa acelera, melhorias na área de saúde, conforme proposta nº2017tr001877, programa de transferência 2016006471. da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº. ..../20....., acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	1	UNIDADE	<b>VENTILADOR DE TRANSPORTE E EMERGÊNCIA</b> ,CONTENDO DISPLEY DE CRISTAL LIQUIDO , LCD COLORIDO DE NO MINIMO 5,7'',TELECOMUNICAÇÃO SENCIVEL AO TOQUE, INTERFACE SERIAL,NO MINIMO RS-232C,QUE PERMITE AVALIAÇÃO E DIAGNOSTICO A DISTANCIA, TECLAS DE ACESSO RAPIDO, LEITURA DE PRESSÃO, NO CIRCUITO RESPIRATORIO, FLUXO NO CIRCUITO RESPIRATORIO, PRESSÃO DE REDE, PRESSÃO BAROMETRICA, E CONCENTRAÇÃO DE O2, NA MISTURA DE O2 GÁS ADMINISTRADO, CARGADOR INTELIGENTE DE BATERIA,INTERNA CARGAVEL DE NO MINIMO 4 HORAS DE AUTONOMIA, AUTO FALANTE PARA ALARME E ALERTAS, ENTRADA EXTERNA 100-240 VAC-50-60 HZ, COM COMUTACÃO AUTOMATICA, CHAVE LIGA DESLIGA, CELULA GALVANICA DE O2 INTERNA , ALÇA PARA FIXAÇÃO EM MARCA, <b>VISUALIZAÇÃO DE PRESSÃO AÉRIAS, VOLUME MINUTO EXPIRATÓRIO, FREQUENCIA RESPIRATORIA TOTAL, FLUXO INSPIRATORIO, PEEP, TEMPO INSPIRATORIO, MODOS VENTILATORIOS, VOLUMES CONTROLADOS,ASSITIDOSIMV,CPAP, VOLUME</b>		

			CORRENTE DE NO MINIMO 50 A 2000 ML, TEMPO INSPIRATORIO, DE NO MINIMO 0,2 A 5 SEGUNDOS, FREQUENCIA RESPIRATORIA DE NO MINIMO 2 A 50 RPM, SENSILIDADE AJUSTAVEL DE NO MINIMO 3 A 12 L/MIM, OU 2 A 5 CMH 2°, OU OFF(DESLIGADA) PERCENTAGEM DE OXIGENIO (FIO2) AJUSTAVEL DE 40 A 100% NO MINIMO, PRESSÃO CONTROLADA ASSISTIDA, PRESSÃO DE SUPORTE, VENTILAÇÃO E APNEIA PARA TODOS OS MODOS VENTILATORIOS ESPONTANEOS, INCLUINDO CPAP, ALARMES INDIVIDUAIS, PESO NO MAXIMO DO VENTILADOR DE 8KG, ACESSORIOS: NO MINIMO: 03 CIRCUITOS AUTOCLAVAVEL, PARA PACIENTE ADULTO E 3 PEDIATRICOS, NO MINIMO 01 PEDESTAL PARA USO AMBULATORIO COMRODIZIOS, NO MINIMO 01 MANGUEIRA PARA CONEXÃO DE REDE DE OXIGENIO.		
2	3	UNIDADE	NEBULIZADOR, QUATRO SAIDAS, COM CARRINHO,COM SISTEMA DE EXAUSTÃO FORÇADA DE AR NO MOTOR, FLUXO DE AR :0 A 70 LITROS/MINUTO, COMPRESSÃO MAXIMA:40 LBF/PLO2, LARGURA MINIMA 18,6 CM, ALTURA MAXIMA 28,6 CM, COMPRIMENTO MINIMO DE 21,3 CM, DEVE ACOMPANHAR NO MINIMO 04 CONJUNTOS DE MICRONEBULIZADOR COM MASCARAS, EXTENÇÃO E COPINHOS PARA MEDICAMENTOS, REGUA DE NO MINIMO 04 SAIDAS COM VALVULAS, COM MICRO FILTRO, EQUIPAMENTO REGISTRADO NA ANVISA.COD		
3	5	UNIDADE	IMPRESSORA LASER MONOCROMATICA, VISOR DE LCD, ENTRADA DE USB PARA PREN DRIVE, ACOMPANHANDO NO MINIMO 01 CBO DE USB, TECNOLOGIA DE RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO DE NO MINIMO 1200 DPI, NOMINIMO 02 CARTUCHOS DETECNOLOGIA NÃO INFERIOR A JET INTELLIGENCE, DE IMPRESSÃO, SISTEMA PARA TRABALHAR EM REDE, SISTEMA OPERACIONAL COMPATIVEL COM, WINDOWS, E DRIVE QUE ACOMPNSHA O DISPOSITIVO, SOFTWARE INCLUIDOS, PARA WINDOWS /INSTALADOR E DESINSTALADOR DE SOFTWARE, , BANDEJA MULTIUSO PARA NO MINIMO 100 FOLHAS E CASSETE PRINCIPAL PARA NO MINIMO 550 FOLHAS, CERTIFICAÇÃO DE ENERGY STAR, SISTEMA DE REDE COMPATIVEL, CO WINDOWS, FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA INTEGRADA, TENSÃO DE ENTRADA DE 100 A 127 VCA, 60 HZ, TENSÃO DE ENTRADA DE 200 A 240 VCA, 50 HZ.GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES,		
4	7	UNIDADE	NOTEBOOK ,PROCESSADOR NO MINIMO INTEL CORE I3, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10, MEMORIA NO MINIMO 4 GB DDR3L, 1600 MHZ HD, 500 GB , TELA NO MINIMO DE 14 POLEGADAS, LED, BATERIA DE NO MINIMO 04 CELULAS, NO MINIMO 02 PORTAS DE ENTRADA USB, 01 DE HDMI, 1 VGA, SOFTWARE; NO MINIMO OFFICE 2016, HOME BUSSINESS TRAIL, TECLADO PADRÃO BRASILEIRO, GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES,		
5	2	UNIDADE	CAMA HOSPITALAR, ELÉTRICA, COLCHÃO HOSPITALAR COM AS DIMENSÕES DA CAMA, FUNÇÃO CPR, COMACIONAMENTO POR ALAVANCAS, NAS LATERAIS DA CAMA, COMANDOS ELETRICOS POR TECLADOS MEMBRANAS, LOCALIZADOS NAS GRADES LATERAIS DO DORSO, E COMANDO SUPERVISOR, PODENDO EXECUTAR TODOS OS MOVIMENTOS, BATERIA BACK-UP, SUPORTE DE SORO, LEITO DOTADO DE ALIVIO, PARA COOMPRESSÃO ABDOMINAL, COM RECOLHIMENTO AO ACIONAR A ELEVAÇÃO DO DORSO, EVITANDO A PROJEÇÃO DE PACIENTES, CAPACIDADE DE NO MINIMO 180 KG, LEITO: DE CHAPA DE AÇO CARBOMNO, DE NO MINIMO, 1,5 MM, BASE: TUBOS DE AÇO CARBONO, DE NO MINIMO, 50 X 30 X 1,5 MM, REVESTIDA COM MATERIAL TERMOPLASTICO, DE ALTA RESISTENCIA, MOVIMETOS ATRAVES DE MOTORES ELETRICOS, ACIONADOS POR CONTROLE REMOTO, ACABAMENTO EM PINTURA ELETROTASTICA A PÓ ANTIFERRUGEM, DIMESÕES INTERNAS,NO MINIMO 1,96 X 0,88X0,65, DIMENSÕES EXTERNAS DE NO MINIMO, 2,10 X 0,98 X 0,65 , ALTURA MINIMA DE 0.55CM E NO MAXIMO DE 0.80 CM, GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES.		
6	1	UNIDADE	APARELHO DE RAO X ODONTOLOGICO, MODELO, NO		

			MINIMO COLUNA MOVEL, COM CONTROLE DIGITAL DE FACIL, OPERAÇÃO, PARA AJUSTE AUTOMATICO, DE TEMPO DE EXPOSIÇÃO CONFORME SELEÇÃO DO DENTE, GERADOR DE ALTA FREQUENCIA, AJUSTAVEL EM 55.60,65 E 70 KVP, NO MINIMO, TEMPO DE EXPOSIÇÃO DE 0,02 A 16 SEGUNDOS NO MAXIMO, PONTO FOCAL DE NO MINIMO 0,4 MM, CABO NO MINIMO 3 METROS, COM DUPLA COLIMAÇÃO E CAMARA DE EXPANÇÃO, GARANTIA DE 12 MESES NO MINIMO.		
--	--	--	---	--	--

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA:** \_\_\_\_\_

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL:** \_\_\_\_\_ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

**LOCAL E DATA:**

**NOME E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

# Princesa

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 ADT 08.2018-FMS, AO CONTRATO Nº 08/2017 FMS.

Publicação Nº 1533183

#### Extrato de Publicação de Termo Aditivo

Contratada: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR CEDRO

Termo Aditivo: 01 ADT 08.2017-FMS

Contrato Original: 08/2017-FMS.

Processo Licitatório: 07/2017-FMS

Pregão Presencial: 03/2017-FMS

Fundamento Legal: Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: "Primeiro Termo Aditivo para prorrogação do prazo e reajuste do Contrato 08/2017-FMS, que tem como objeto "Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviço de PLANTÃO MÉDICO para atendimento da população do Município de Princesa/SC."

Data da Assinatura: 23/02/2018.

Data da Publicação: 23/02/2018.

Vigência: 25/02/2018 a 24/02/2019.

Valor Total: R\$ 217.594,32 (duzentos e dezessete mil quinhentos e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos).



# Quilombo

## PREFEITURA

### AVISO 18-2018

Publicação Nº 1532676

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 18/2018
Edital: PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2018
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PATROLAMENTO COM MÁQUINA MOTONIVELADORA E COMPACTAÇÃO COM ROLO COMPACTADOR, CONFORME NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, VISANDO ATENDER TODA A MALHA VIÁRIA MUNICIPAL EXISTENTE (CIDADE E INTERIOR).
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 12/03/2018.
Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 12/03/2018.
A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Avenida Primo Alberto Bodanese nº 791, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município <a href="http://www.quilombo.sc.gov.br">www.quilombo.sc.gov.br</a> .
QUILOMBO, 22 de Fevereiro de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

### EDITAL 001/2018

Publicação Nº 1531773

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2018

O Prefeito Municipal de Quilombo, Senhor Silvano De Pariz, tem a grata satisfação de CONVIDAR os representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo, de Entidades Constituídas no município e das comunidades de cada região do interior, denominados de Delegados, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA, que será realizada na cidade de Quilombo no dia 28/02/2018, com início às 14h00min, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Quilombo.

Nesta AUDIÊNCIA PÚBLICA, o Poder Executivo Municipal demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, referente ao 3º quadrimestre/2017 conforme disposto no Art. 9º § 4º da LRF e Lei Municipal 1.525/2001.

A Administração Municipal conta com a participação de todos e antecipadamente apresenta os seus agradecimentos.

Quilombo SC, 20 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 2286/2018 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1532638

LEI Nº 2286/2018 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA FIRMAR PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE QUILOMBO E O GRUPO DE VOLUNTÁRIOS SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Quilombo, a celebrar Parceria nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com o Grupo de Voluntários Sagrado Coração de Jesus, inscrito no CNPJ sob nº 78.504.446/0001-40, com sede no município de Quilombo/SC, durante o ano de 2018.

Art. 2º A transferência de recursos financeiros alcançará o valor total de R\$ 15.480,00 (quinze mil, quatrocentos e oitenta reais), durante o exercício de 2018, de acordo com o Plano de Trabalho.

Art. 3º O Termo de Fomento tem por finalidade firmar Parceria com entidade da Sociedade Civil Grupo de Voluntários Sagrado Coração de Jesus, objetivando o acolhimento de idosos acima de 60 anos, promovendo atividades sociais e recreativas, visando o bem estar e à integração do idoso em seu meio, a valorização da promoção da saúde, segurança alimentar, contribuir na garantia dos direitos previstos no Estatuto do Idoso, bem como a Promoção da Campanha de Inverno Solidário 2018.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, prevista no exercício vigente: Atividade: 2.087 – Parcerias com Entidades da Sociedade Civil, Modalidade: 3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, D.R. 0.1.00.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 22 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 22/02/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

**LEI Nº 2678/2018 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018**

Publicação Nº 1532617

LEI Nº 2678/2018 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI 2675/2018 DE 23 DE JANEIRO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica alterada a fonte de recurso do quadro abaixo descrito e constante da Lei Municipal 2675/2018, de 23 de janeiro de 2018, que passará a vigorar com a seguinte redação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS		11.00
Unidade	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES		11.02
Função	Transporte		26
Sub-função	Transporte Rodoviário		782
Programa	ACESSO PLENO		0026
Ação	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS/TRANSPORTES		1.051
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
( )	Aplicação Direta – 4.4.90	01.64 - Transferências de Convênios-U-niã-Outros	130.196,31
Valor Total R\$:			130.196,31

-Termo de convênio SC/RURAL SIE transferência nº.2017TR00066 R\$.130.196,31.

Art.2º Fica alterada a modalidade de aplicação do quadro abaixo descrito e constante da Lei Municipal 2675/2018, de 23 de janeiro de 2018, que passará a vigorar com a seguinte redação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS		11.00
Unidade	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES		11.02
Função	Transporte		26
Sub-função	Transporte Rodoviário		782
Programa	ACESSO PLENO		0026
Ação	MANUTENÇÃO CO/NSERVAÇÃO ESTRADAS/TRANSPORTES		2.059
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
( )	Aplicação Direta – 3.3.90	01.64 - Transferências de Convê-nios-Estado=Outros	255.541,84
Valor Total R\$:			255.541,84

-Convênio Estado 2016TR2376 ADR QUILOMBO SC-R\$51.368,52-Combustíveis.

-Convênio Estado 2017TR0454 ADR QUILOMBO SC-R\$21.766,25-Combustíveis.

-Convênio Estado 2016TR1002, ADR QUILOMBO SC-R\$182.407,07-Serviços de Horas Máquinas.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 22 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 22/02/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

**LEI Nº 2679/2018 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532620

LEI Nº 2679/2018 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO INDENIZAR PARTICULAR POR DANOS GERADOS NA SUA PROPRIEDADE EM FUNÇÃO DA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado ao Município de Quilombo efetuar o pagamento da quantia de R\$ 3.794,00 (três e novecentos e noventa e quatro reais), no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei, para o Sr. Vilmar da Silva, CPF n. 621.071.009-34, a título de indenização pelos danos causados em sua propriedade em função da execução de obra pública, tudo conforme especificado em laudo técnico anexo a esta Lei.

Art. 2º Como condição ao recebimento dos valores da indenização na esfera administrativa, o Sr. Vilmar da Silva deverá firmar recibo de quitação plena ao Município pelos danos causados em sua propriedade.

Art. 3º Os recursos necessários à observância desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria prevista no orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 22 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 22/02/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

**LEI Nº 2680/2018 – 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532622

LEI Nº 2680/2018 – 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE AÇÃO, ALTERANDO O ANEXO DE METAS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, O ANEXO DE PRIORIDADES E METAS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO DE 2018 E NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2018, ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à alteração do anexo II que demonstra os Programas, Ações, Metas Físicas e Financeiras do Plurianual 2018/2021, aprovado pela Lei Municipal nº 2.657/2017, de 17 de outubro de 2017, e alterações posteriores, incluindo no Programa 0004 – Administração Eficiente a Ação 2.087 – Parcerias com Entidades da Sociedade Civil, criando ainda a Meta Física anual de 10 Parcerias.

Art. 2º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à alteração do anexo II que demonstra as Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, do exercício de 2018, aprovada pela Lei Municipal nº 2.661/2017, de 27 de novembro de 2017, incluindo no Programa 0004 – Administração Eficiente a Ação 2.087 – Parcerias com Entidades da Sociedade Civil.

Art. 3º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à inclusão da Ação 2.087 – Parcerias com Entidades da Sociedade Civil e na Lei Orçamentária Anual - LOA, do exercício de 2018, aprovada pela Lei Municipal nº 2.671/2017, de 22 de dezembro de 2017.

Art. 4º Resta autorizado ao Executivo Municipal proceder à abertura de Crédito Especial no Orçamento da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 40.500,00 (Quarenta mil e quinhentos reais), destinando a suprir o seguinte projeto / atividade e respectivo detalhamento / modalidade de aplicação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	08
Unidade	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	01
Função	Administração	04
Sub-função	Administração Geral	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO EFICIENTE	0004
Atividade	PARCERIAS COM ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL	2.087
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
( )	Aplicação Direta – 3.3.50	01.00 - Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		40.500,00

Art. 5º O recurso para abertura do crédito adicional especial, de que trata o artigo anterior, decorrerá da anulação de dotação orçamentária da importância de R\$ 40.500,00 (Quarenta mil e quinhentos reais) do Órgão e Unidade Orçamentária, abaixo discriminada e constantes nos anexos da Lei Municipal nº 2.671/2017, de 22 de dezembro de 2017, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		08
Unidade	FDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE QUILOMBO		02
Função	Assistência Social		08
Sub-função	Assistência Comunitária		244
Programa	COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE		0018
Atividade	MANUTENÇÃO ASSIST/SOCIAL/FMAS		2.054
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(126)	Aplicação Direta – 3.3.50	01.00 - Recursos Ordinários	25.000,00
Valor Total R\$:			25.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		08
Unidade	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		01
Função	Administração		04
Sub-função	Administração Geral		122
Programa	ADMINISTRAÇÃO EFICIENTE		0004
Atividade	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA		2.004
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(12)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 - Recursos Ordinários	15.500,00
Valor Total R\$:			15.500,00

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 22 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 22/02/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

## LEI Nº 2681/2018 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1532627

LEI Nº 2681/2018 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA FIRMAR PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE QUILOMBO E O GRUPO DE IDOSOS PADRE SANTO GUERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Quilombo, a celebrar Parceria nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com o Grupo de Idosos Padre Santo Guerra, inscrito no CNPJ sob nº 04.574.461/0001-29, com sede no município de Quilombo/SC, durante o ano de 2018.

Art. 2º A transferência de recursos financeiros alcançará o valor total de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), durante o exercício de 2018, de acordo com o Plano de Trabalho.

Art. 3º O Termo de Fomento tem por finalidade firmar Parceria com entidade da Sociedade Civil Grupo de Idosos Padre Santo Guerra, objetivando a participação na sociedade, fortalecimento de vínculos comunitários, a valorização da promoção da saúde, segurança alimentar, a integração social, o lazer e contribuir na garantia dos direitos previstos no Estatuto do Idoso, bem como a Promoção da Campanha de Inverno Solidário 2018.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, prevista no exercício vigente: Atividade: 2.087 – Parcerias com Entidades da Sociedade Civil, Modalidade: 3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, D.R. 0.1.00.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 22 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 22/02/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

**LEI Nº 2682/2018 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532629

LEI Nº 2682/2018 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA FIRMAR PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE QUILOMBO E O GRUPO DE IDOSOS SANTO EXPEDITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Quilombo, a celebrar Parceria nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com o Grupo de Idosos Santo Expedito, inscrito no CNPJ sob nº 09.204.102/0001-01, com sede no município de Quilombo/SC, durante o ano de 2018.

Art. 2º A transferência de recursos financeiros alcançará o valor total de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), durante o exercício de 2018, de acordo com o Plano de Trabalho.

Art. 3º O Termo de Fomento tem por finalidade firmar Parceria com entidade da Sociedade Civil Grupo de Idosos Santo Expedito, objetivando a participação na sociedade, fortalecimento de vínculos comunitários, a valorização da promoção da saúde, segurança alimentar, a integração social, o lazer e contribuir na garantia dos direitos previstos no Estatuto do Idoso, bem como a Promoção da Campanha de Inverno Solidário 2018.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, prevista no exercício vigente: Atividade: 2.087 – Parcerias com Entidades da Sociedade Civil, Modalidade: 3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, D.R. 0.1.00.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 22 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 22/02/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

**LEI Nº 2683/2018 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532632

LEI Nº 2683/2018 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA FIRMAR PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE QUILOMBO E O GRUPO DE IDOSOS NOSSA SENHORA DO CARMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Quilombo, a celebrar Parceria nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com o Grupo de Idosos Nossa Senhora do Carmo, inscrito no CNPJ sob nº 04.051.239/0001-41, com sede no município de Quilombo/SC, durante o ano de 2018.

Art. 2º A transferência de recursos financeiros alcançará o valor total de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), durante o exercício de 2018, de acordo com o Plano de Trabalho.

Art. 3º O Termo de Fomento tem por finalidade firmar Parceria com entidade da Sociedade Civil Grupo de Idosos Nossa Senhora do Carmo, objetivando a participação na sociedade, fortalecimento de vínculos comunitários, a valorização da promoção da saúde, segurança alimentar, a integração social, o lazer e contribuir na garantia dos direitos previstos no Estatuto do Idoso, bem como a Promoção da Campanha de Inverno Solidário 2018.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, prevista no exercício vigente: Atividade: 2.087 – Parcerias com Entidades da Sociedade Civil, Modalidade: 3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, D.R. 0.1.00.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 22 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 22/02/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

**LEI Nº 2684/2018 – DE 22 DE FEVEREIRO 2018.**

Publicação Nº 1532635

LEI Nº 2684/2018 – DE 22 DE FEVEREIRO 2018.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA FIRMAR PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE QUILOMBO E O GRUPO DE IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Quilombo, a celebrar Parceria nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com o Grupo de Idosos São Vicente de Paula, inscrito no CNPJ sob nº 00.108.229/0001-44, com sede no município de Quilombo/SC, durante o ano de 2018.

Art. 2º A transferência de recursos financeiros alcançará o valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), durante o exercício de 2018, de acordo com o Plano de Trabalho.

Art. 3º O Termo de Fomento tem por finalidade firmar Parceria com entidade da Sociedade Civil Grupo de Idosos São Vicente de Paula, objetivando a participação na sociedade, fortalecimento de vínculos comunitários, a valorização da promoção da saúde, segurança alimentar, a integração social, o lazer e contribuir na garantia dos direitos previstos no Estatuto do Idoso, bem como a Promoção da Campanha de Inverno Solidário 2018.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, prevista no exercício vigente: Atividade: 2.087 – Parcerias com Entidades da Sociedade Civil, Modalidade: 3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, D.R. 0.1.00.



Art. 5º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 22 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal  
Registrada e Publicado  
Em 22/02/2018.  
Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon  
Funcionário Designado

### **LEI Nº 2685/2018 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532637

LEI Nº 2685/2018 – DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA FIRMAR PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE QUILOMBO E O GRUPO DE IDOSOS D. JOSÉ GOMES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Quilombo, a celebrar Parceria nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com o Grupo de Idosos D. José Gomes, inscrito no CNPJ sob nº 04.713.773/0001-76, com sede no município de Quilombo/SC, durante o ano de 2018.

Art. 2º A transferência de recursos financeiros alcançará o valor total de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), durante o exercício de 2018, de acordo com o Plano de Trabalho.

Art. 3º O Termo de Fomento tem por finalidade firmar Parceria com entidade da Sociedade Civil Grupo de Idosos D. José Gomes, objetivando a participação na sociedade, fortalecimento de vínculos comunitários, a valorização da promoção da saúde, segurança alimentar, a integração social, o lazer e contribuir na garantia dos direitos previstos no Estatuto do Idoso, bem como a Promoção da Campanha de Inverno Solidário 2018.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, prevista no exercício vigente: Atividade: 2.087 – Parcerias com Entidades da Sociedade Civil, Modalidade: 3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, D.R. 0.1.00.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 22 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicado  
Em 22/02/2018.  
Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon  
Funcionário Designado

### **PORTARIA Nº 161/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532970

PORTARIA Nº 161/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

INTERROMPE AS FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 68 da Lei Complementar nº. 32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e conforme Comunicado Interno da Secretária Municipal de Educação sob Protocolo nº 2361, de 19 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam interrompidas as férias concedidas através da Portaria nº. 065/2018 - de 30 de janeiro de 2018, à Servidora Pública Municipal Vera Gomes de Oliveira de Oliveira, do dia 19 a 23 de fevereiro de 2018, por motivo de interesse público e tendo em vista a necessidade de seus serviços, os 05 (cinco) dias referentes a esse período, serão gozados em outra oportunidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº.135/2018 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532934

PORTARIA Nº.135/2018 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

INTERROMPE AS FÉRIAS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 68 da Lei Complementar nº. 32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam interrompidas as férias concedidas através da Portaria nº. 076/2018 - de 31 de janeiro de 2018, ao Servidor Público Municipal Eraldo Grando, do dia 14 de fevereiro a 02 de março de 2018, por motivo de interesse público e tendo em vista a necessidade de seus serviços, os 17 (dezessete) dias referente a esse período, serão gozados em outra oportunidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.



Gabinete do Executivo Municipal, 14 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº.141/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532945

PORTARIA Nº.141/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

INTERROMPE AS FÉRIAS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 68 da Lei Complementar nº. 32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam interrompidas as férias concedidas através da Portaria nº. 080/2018 - de 31 de janeiro de 2018, ao Servidor Público Municipal Taffarel Antônio Simon, do dia 12 de fevereiro a 02 de março de 2018, por motivo de interesse público e tendo em vista a necessidade de seus serviços, os 19(dezenove) dias, referente a esse período, será gozado em outra oportunidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº.171/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532986

PORTARIA Nº.171/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

INTERROMPE AS FÉRIAS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 68 da Lei Complementar nº. 32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o Requerimento da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes protocolado sob o nº 2372, de 21 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam interrompidas as férias concedidas através da Portaria nº. 065/2018 - de 30 de janeiro de 2018, ao Servidor Público Municipal Joel Arndt, do dia 21 a 23 de fevereiro, por motivo de interesse público e tendo em vista a necessidade de seus serviços, os 03(três) dias, referente a esse período, serão gozados em outra oportunidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº 136/2018 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532936

PORTARIA Nº 136/2018 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

ESTABELECE LOCAL E FIXA HORÁRIO DE TRABALHO À ESTAGIÁRIA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e conforme Termo de Compromisso do Estágio – TCE nº 217201, entre a Escola de Educação Básica Professora Jurema Savi Milanez, o Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina – CIEE/SC e a Prefeitura Municipal de Quilombo, datado de 30 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a estagiária Idiane Vedana Prior, para exercer suas atividades no NEI – Núcleo de Educação Infantil (Creche), situada na Rua Jacob Simom nº 69, Quilombo/SC, nos seguintes dias e horários:

Segunda-Feira

7h às 13h

Terça-Feira

7h às 13h

Quarta-feira

7h às 13h

Quinta-feira

7h às 13h

Sexta-feira

7h às 13h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº 137/2018 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532938

PORTARIA Nº 137/2018 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

ESTABELECE LOCAL E FIXA HORÁRIO DE TRABALHO À ESTAGIÁRIA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e conforme Termo de Compromisso do Estágio – TCE nº 217120, entre a Escola de Educação Básica Professora Jurema Savi Milanez, o Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina – CIEE/SC e a Prefeitura Municipal de Quilombo, datado de 29 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a estagiária Alana Nadia Genero, para exercer suas atividades no NEI – Núcleo de Educação Infantil (Creche), situada na Rua Jacob Simom nº 69, Quilombo/SC, nos seguintes dias e horários:

Segunda-Feira  
12h50min às 18h50min

Terça-Feira  
12h50min às 18h50min

Quarta-feira  
12h50min às 18h50min

Quinta-feira  
12h50min às 18h50min

Sexta-feira  
12h50min às 18h50min

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº 175/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018**

Publicação Nº 1532996

PORTARIA Nº 175/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

REVOGA A PORTARIA Nº 156/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e conforme Comunicado da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sob protocolo nº 2377, de 21 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a Portaria nº. 156/2018 - de 19 de fevereiro de 2018, que concedia férias ao Servidor Público Municipal Adroaldo Spolti, ocupante do cargo de Motorista, no dia 20 de fevereiro de 2018, em virtude do servidor não ter se ausentado do trabalho, por necessidade da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 138/2018 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532940

PORTARIA Nº. 138/2018 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, Claudenir Serafini, ocupante do cargo Operador de Máquinas, por determinação médica e conforme atestados, por 03 (três) dias, de 14 a 16 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 139/2018 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532943

PORTARIA Nº. 139/2018 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.  
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Antoninho Siviero, Professor de Ensino Fundamental (1ª a 5ª), no dia 15 de fevereiro de 2018, no período vespertino, a partir da 15h, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2340, de 14 de fevereiro de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor será de 71h25min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 140/2018 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532944

PORTARIA Nº. 140/2018 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Rosana Lúcia Palavicini, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série), no dia 20 de fevereiro de 2018, a partir 15h15min, para realizar procedimento

odontológico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2339, de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 22 de fevereiro de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 142/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532946

PORTARIA Nº. 142/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Roselei Schmitt de Moraes, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, por determinação médica e conforme atestado, nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 143/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532947

PORTARIA Nº. 143/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, Sérgio Luiz Tubin, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, por determinação médica e conforme atestado, no dia 16 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 144/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532948

PORTARIA Nº. 144/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Cleci Salette Dall'Agenese ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), por determinação médica e conforme atestado, nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 145/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532949

PORTARIA Nº. 145/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Nalci Terezinha Fuma da Silva, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, por determinação médica e conforme atestado, por 15(quinze) dias, de 16 de fevereiro a 02 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 146/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532952

PORTARIA Nº. 146/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Roseli Farezin, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 19 de fevereiro de 2018, a partir das 15h, para realizar procedimento odontológico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2342, de 15 de fevereiro de 2018.



Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 21 de fevereiro de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

#### **PORTARIA Nº. 147/2017 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532953

PORTARIA Nº. 147/2017 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, a Servidora Pública Municipal, Ivandra Célia Cima, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 19 de fevereiro de 2018, a partir das 15 horas, para acompanhar membro da família em tratamento odontológico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2343, de 15 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 21 de fevereiro de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

#### **PORTARIA Nº. 148/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532957

PORTARIA Nº. 148/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Cleci Terezinha Marafon Comin, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 19 de fevereiro de 2018, para realizar exame médico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2345, de 16 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 21 de fevereiro de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 149/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532958

PORTARIA Nº. 149/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Sídiane Costarelli Paiva, ocupante do cargo de Psicóloga, do dia 19 a 23 de fevereiro de 2018, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2353, de 16 de fevereiro de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento do mês de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 150/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532959

PORTARIA Nº. 150/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal Suelen Bigolin Barboza, ocupante do cargo de Técnica em Atividades Administrativas, no dia 19 de fevereiro de 2018, no período matutino, para realizar exames médicos, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2351, de 16 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até os dias 21 de fevereiro de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua

presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 151/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532960

PORTARIA Nº. 151/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, João Carlos Dalla Costa, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 20 de fevereiro de 2018, no período vespertino, para realizar procedimento odontológico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2355, de 19 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 22 de fevereiro de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que o Servidor tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal



Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 152/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532961

PORTARIA Nº. 152/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, Sidney Campagnaro, ocupante do cargo de Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática, no dia 22 de fevereiro de 2018, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2346, de 16 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 26 de fevereiro de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que o Servidor tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 153/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532962

PORTARIA Nº. 153/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo

65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º32 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal Mara Regina Zanchet Bodanese, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no dia 16 de fevereiro de 2018, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2347, de 16 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até os dias 20 de fevereiro de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 154/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532963

PORTARIA Nº. 154/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º32 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, Régis Eduardo Sette, ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, no dia 27 de fevereiro de 2018, no período matutino, para acompanhar membro da família em consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2349, de 16 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 01 de março de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua

presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 155/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532964

PORTARIA Nº. 155/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.  
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Régis Eduardo Sette, ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, no dia 23 de fevereiro de 2018, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2348, de 16 de fevereiro de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor será de 39h53min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 156/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532965

PORTARIA Nº. 156/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001 e conforme Requerimento sob protocolo nº 2356, de 19 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS ao Servidor Público Municipal Adroaldo Spolti, no dia 20 de fevereiro de 2018, em compensação aos dias que foram suprimidos devido a Portaria nº.050/2018 - de 24 de janeiro de 2018, restando a partir da execução desta, o saldo de 06 (seis) dias de férias a serem gozados posteriormente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 157/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532966

PORTARIA Nº. 157/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, a Servidora Pública Municipal, Juliana Pansera, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 21 de fevereiro de 2018, no período vespertino, para acompanhar membro da família em tratamento odontológico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2357, de 19 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 23 de fevereiro de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste

artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 158/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532967

PORTARIA Nº. 158/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Maria Izabel Karasek Provensi, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 23 de fevereiro de 2018, conforme Requerimento sob protocolo nº 2358, de 19 de fevereiro de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 00h33min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 159/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532968

PORTARIA Nº. 159/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E

DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, a Servidora Pública Municipal, Rosimari Piovezan Comachio, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 21 de fevereiro de 2018, no período matutino, para acompanhar membro da família em consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2359, de 19 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 23 de fevereiro de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 160/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532969

PORTARIA Nº. 160/2018 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Sandra Constanzi, ocupante de Odontóloga, no dia 19 de fevereiro de 2018, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2360, de 19 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 22 de fevereiro de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

## **PORTARIA Nº. 162/2018 - DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532972

PORTARIA Nº. 162/2018 - DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Angela Maria Bevilacqua, ocupante do cargo de Professora do Educação Física (1º ao 4º ano), por determinação médica e conforme atestado, no dia 20 de fevereiro de 2018, no período vespertino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 20 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

## **PORTARIA Nº. 163/2018 – DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532974

PORTARIA Nº. 163/2018 – DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, Rudinei Mantoani, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por determinação médica e conforme atestado, no dia 20 de fevereiro de 2018, no período vespertino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 20 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

## **PORTARIA Nº. 164/2018 - DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532975

PORTARIA Nº. 164/2018 - DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Maria De Fatima De Andrade Ramos, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, no dia 20 de fevereiro de 2018, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2367, de 20 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 22 de fevereiro de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste



artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 20 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 165/2018 - DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532976

PORTARIA Nº. 165/2018 - DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Dilvete Maria Zanatto Variani, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 20 de fevereiro de 2018, no período vespertino, para realizar procedimento odontológico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2354, de 19 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 22 de fevereiro de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 20 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 166/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532977

PORTARIA Nº. 166/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Tairine Fernanda de Lima Hanauer, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, por determinação médica e conforme atestado, no dia 21 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 167/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532979

PORTARIA Nº. 167/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Serlei Constanzi Menoncin, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), por determinação médica e conforme atestado, por 04 (quatro) dias, de 20 a 23 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 168/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018**

Publicação Nº 1532980

PORTARIA Nº. 168/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, Gilmar Gonçalves, ocupante do cargo de Motorista, por determinação médica e conforme atestado, por 03 (três) dias, de 21 a 23 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 169/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532982

PORTARIA Nº. 169/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, Marcos Fernando Zanella, ocupante do

cargo de Advogado, por determinação médica e conforme atestado, no dia de 19 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 170/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532984

PORTARIA Nº. 170/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Ilze Salette Maschio, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, no dia 22 de fevereiro de 2018, das 12h00min às 17h00min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2371, de 21 de fevereiro de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 19h45min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 172/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532989

PORTARIA Nº. 172/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no



uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001 e conforme Parecer Social da Assistente Social do CAPS, datado de 04 de outubro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, Edson Savoldi, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, no dia 22 de fevereiro de 2018, no período matutino, para acompanhar membro da família em consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2374, de 21 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 26 de fevereiro de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que o Servidor tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 173/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532991

PORTARIA Nº. 173/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Sandra Constanzi, ocupante do cargo de Odontóloga, do dia 22 a 26 de fevereiro de 2018, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2378, de 21 de fevereiro de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento

do mês de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 174/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532993

PORTARIA Nº. 174/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.  
**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Joelson de Quadros Moreira, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2018, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2373, de 21 de fevereiro de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor será de 69h04min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 176/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532999

PORTARIA Nº. 176/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do

Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.  
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Adroaldo Spolti, ocupante do cargo de Motorista, no dia 22 de fevereiro de 2018, das 15h às 18h, conforme Requerimento sob Protocolo N° 2368, de 21 de fevereiro de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor ficará zerado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 177/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533002

PORTARIA Nº. 177/2018 - DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Sandra Maria Grassioli Rigon, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do dia 21 de fevereiro de 2018, conforme Requerimento sob Protocolo N° 2375, de 21 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de fevereiro de 2018.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

## CRONOGRAMA

Publicação Nº 1532867

Exercício de 2018

**Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
 Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril			Maio			Junho			Julho			Agosto			Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro			Total
		Previsão	Realizado	Diferença	Previsão	Realizado	Diferença	Previsão	Realizado	Diferença	Previsão	Realizado	Diferença	Previsão	Realizado	Diferença	Previsão	Realizado	Diferença	Previsão	Realizado	Diferença	Previsão	Realizado	Diferença	Previsão	Realizado	Diferença	Previsão	Realizado	Diferença	Previsão	Realizado	Diferença				
	DESPESAS CORRENTES	2.691.015,26			2.691.015,26			2.691.015,26			2.691.015,26			2.691.015,26			2.691.015,26			2.691.015,26			2.691.015,26			2.691.015,26			2.691.015,26			2.691.015,26			32.292.190,00			
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.289.691,59			1.289.691,59			1.289.691,59			1.289.691,59			1.289.691,59			1.289.691,59			1.289.691,59			1.289.691,59			1.289.691,59			1.289.691,59			1.289.691,59			15.476.300,50			
	Transf. a Consórcios Públicos	4.999,99			4.999,99			4.999,99			4.999,99			4.999,99			4.999,99			4.999,99			4.999,99			4.999,99			4.999,99			4.999,99			60.000,00			
	Aplicações Diretas	1.284.691,60			1.284.691,60			1.284.691,60			1.284.691,60			1.284.691,60			1.284.691,60			1.284.691,60			1.284.691,60			1.284.691,60			1.284.691,60			1.284.691,60			15.416.300,50			
	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	333,33			333,33			333,33			333,33			333,33			333,33			333,33			333,33			333,33			333,33			333,33			4.000,00			
	Aplicações Diretas	333,33			333,33			333,33			333,33			333,33			333,33			333,33			333,33			333,33			333,33			333,33			4.000,00			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.400.990,34			1.400.990,34			1.400.990,34			1.400.990,34			1.400.990,34			1.400.990,34			1.400.990,34			1.400.990,34			1.400.990,34			1.400.990,34			1.400.990,34			16.811.889,50			
	Transferências a Instituições Privadas	26.083,29			26.083,29			26.083,29			26.083,29			26.083,29			26.083,29			26.083,29			26.083,29			26.083,29			26.083,29			26.083,29			313.000,00			
	Transferências a Consórcios Públicos	5.833,33			5.833,33			5.833,33			5.833,33			5.833,33			5.833,33			5.833,33			5.833,33			5.833,33			5.833,33			5.833,33			70.000,00			
	Aplicações Diretas	1.337.435,15			1.337.435,15			1.337.435,15			1.337.435,15			1.337.435,15			1.337.435,15			1.337.435,15			1.337.435,15			1.337.435,15			1.337.435,15			1.337.435,15			16.049.226,50			
	Aplicação Direta Decorrente de Operar	31.638,57			31.638,57			31.638,57			31.638,57			31.638,57			31.638,57			31.638,57			31.638,57			31.638,57			31.638,57			31.638,57			379.863,00			
	DESPESAS DE CAPITAL	117.317,05			117.317,05			117.317,05			117.317,05			117.317,05			117.317,05			117.317,05			117.317,05			117.317,05			117.317,05			117.317,05			1.407.810,00			
	INVESTIMENTOS	111.483,75			111.483,75			111.483,75			111.483,75			111.483,75			111.483,75			111.483,75			111.483,75			111.483,75			111.483,75			111.483,75			1.337.810,00			
	Transferências a Consórcios Públicos	416,66			416,66			416,66			416,66			416,66			416,66			416,66			416,66			416,66			416,66			416,66			5.000,00			
	Aplicações Diretas	111.067,09			111.067,09			111.067,09			111.067,09			111.067,09			111.067,09			111.067,09			111.067,09			111.067,09			111.067,09			111.067,09			1.332.810,00			
	INVERSOES FINANCIERAS	4.166,64			4.166,64			4.166,64			4.166,64			4.166,64			4.166,64			4.166,64			4.166,64			4.166,64			4.166,64			4.166,64			50.000,00			
	Aplicações Diretas	4.166,64			4.166,64			4.166,64			4.166,64			4.166,64			4.166,64			4.166,64			4.166,64			4.166,64			4.166,64			4.166,64			50.000,00			
	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.666,66			1.666,66			1.666,66			1.666,66			1.666,66			1.666,66			1.666,66			1.666,66			1.666,66			1.666,66			1.666,66			20.000,00			
	Aplicações Diretas	1.666,66			1.666,66			1.666,66			1.666,66			1.666,66			1.666,66			1.666,66			1.666,66			1.666,66			1.666,66			1.666,66			20.000,00			
	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			300.000,00			
	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			300.000,00			
	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			25.000,00			300.000,00			
	Total Geral	2.833.332,31			2.833.332,31			2.833.332,31			2.833.332,31			2.833.332,31			2.833.332,31			2.833.332,31			2.833.332,31			2.833.332,31			2.833.332,31			2.833.332,31			34.000.000,00			

## Publicação Nº 1532873

Município: Quilombo

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Município: Quilombo

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



## Santa Catarina

## Metas Mensais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: Quilombo

Especificação	Código	Janeiro Previsão	Fevereiro Previsão	Março Previsão	Abril Previsão	Maió Previsão	Junho Previsão	Julho Previsão	Agosto Previsão	Setembro Previsão	Outubro Previsão	Novembro Previsão	Dezembro Previsão	Total Previsão
Remun.Dep.Banco-BPC Escola	41.132.100.1.1.01.03.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remun.Dep.Banco-FEAS	41.132.100.1.1.01.03.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remun.Dep.Banco-Vinculos EDI	41.132.100.1.1.01.04.1	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,63	5.000,00
Remun.Dep.Banco-Transp.Escol	41.132.100.1.1.01.04.4	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	3.600,00
Remun.Dep.Banco-AllemaçõesEx	41.132.100.1.1.01.04.4	116,67	116,67	116,67	116,67	116,67	116,67	116,67	116,67	116,67	116,67	116,67	116,63	1.400,00
Remun.Dep.Banco-Não Vinculado	41.132.100.1.1.01.05.1	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,66	1.741,74	20.900,00
Remun.Dep.Banco-Alerção Básic	41.132.100.1.1.01.05.4	458,33	458,33	458,33	458,33	458,33	458,33	458,33	458,33	458,33	458,33	458,33	458,37	5.500,00
Remun.Dep.Banco-Alle Complexo	41.132.100.1.1.01.05.4	458,33	458,33	458,33	458,33	458,33	458,33	458,33	458,33	458,33	458,33	458,33	458,37	5.500,00
Remun.Dep.Banco-Samu	41.132.100.1.1.01.05.4	91,67	91,67	91,67	91,67	91,67	91,67	91,67	91,67	91,67	91,67	91,67	91,63	1.100,00
Remun.Dep.Banco-Vigilância em	41.132.100.1.1.01.05.4	366,67	366,67	366,67	366,67	366,67	366,67	366,67	366,67	366,67	366,67	366,67	366,63	4.400,00
Remun.Dep.Banco-Famécia Bías	41.132.100.1.1.01.05.4	45,83	45,83	45,83	45,83	45,83	45,83	45,83	45,83	45,83	45,83	45,83	45,87	550,00
Remun.Dep.Banco-Sees	41.132.100.1.1.01.05.4	237,50	237,50	237,50	237,50	237,50	237,50	237,50	237,50	237,50	237,50	237,50	237,50	2.850,00
Remun.Dep.Banco-Agões	41.132.100.1.1.01.05.4	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
Remun.Dep.Banco-Vinculos Our	41.132.100.1.1.01.06.1	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,66	1.041,74	12.500,00
Remun.Dep.Banco-Fe	41.132.100.1.1.01.06.1	779,17	779,17	779,17	779,17	779,17	779,17	779,17	779,17	779,17	779,17	779,17	779,13	9.350,00
Remun.Dep.Banco-Cole	41.132.100.1.1.01.06.1	108,33	108,33	108,33	108,33	108,33	108,33	108,33	108,33	108,33	108,33	108,33	108,37	1.300,00
Remun.Dep.Banco-MultasPm	41.132.100.1.1.01.06.1	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,87	250,00
Remun.Dep.Banco-Multas/Sep	41.132.100.1.1.01.06.1	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,87	250,00
Remun.Dep.Banco-Multas/Municip	41.132.100.1.1.01.06.1	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,83	20,87	250,00
Remun.Dep.Banco-AllemaçõesO	41.132.100.1.1.01.06.1	91,67	91,67	91,67	91,67	91,67	91,67	91,67	91,67	91,67	91,67	91,67	91,63	1.100,00
Remun.Dep.Banco-Conv/Serviço	41.132.100.1.1.01.06.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remun.Dep.Banco-Conv/SC Rur	41.132.100.1.1.01.06.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remun.Dep.Banco-Conv/Combust	41.132.100.1.1.01.06.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remun.Dep.Banco-Conv/Asf/Reg	41.132.100.1.1.01.06.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remun.Dep.Banco-Conv/VeioF	41.132.100.1.1.01.06.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remun.Dep.Banco-Conv/Asf/Ida	41.132.100.1.1.01.06.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remun.Dep.Banco-Conv/PA Car	41.132.100.1.1.01.06.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remun.Dep.Banco-Não Vinculado	41.132.100.1.1.01.07.1	9.166,67	9.166,67	9.166,67	9.166,67	9.166,67	9.166,67	9.166,67	9.166,67	9.166,67	9.166,67	9.166,67	9.166,63	110.000,00
Remun.Dep.Banco-Outros	41.132.100.1.1.01.07.2	9.166,67	9.166,67	9.166,67	9.166,67	9.166,67	9.166,67	9.166,67	9.166,67	9.166,67	9.166,67	9.166,67	9.166,63	110.000,00
Receita de Serviços	41.16.0.													

Município: Quilombo

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Exercício de 2018

Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE QUILOMBO

Métodos Mensais de Arrecadação - Programado/Órçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: Quilombo

Código	Especificação	Janário	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
		Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
4.1.7.18.03.11.05.01.1	Transf Rec SUS/BASICO DA ASS	5.354,17	5.354,17	5.354,17	5.354,17	5.354,17	5.354,17	5.354,17	5.354,17	5.354,17	5.354,17	5.354,17	5.354,17	64.250,00
4.1.7.18.03.11.05.01.2	Assistência Farmacêutica Básica	5.354,17	5.354,17	5.354,17	5.354,17	5.354,17	5.354,17	5.354,17	5.354,17	5.354,17	5.354,17	5.354,17	5.354,17	64.250,00
4.1.7.18.04.00.00.00.0	Transferências de Recursos do Fundo	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	237.500,00
4.1.7.18.04.10.00.00.0	Transferências de Recursos do Fund	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	237.500,00
4.1.7.18.04.11.00.00.0	Transferências de Recursos do Fun	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	19.791,67	237.500,00
4.1.7.18.04.11.01.03.0	Transf Fraz/Idr/MPH	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	20.000,00
4.1.7.18.04.11.01.04.0	Transf Fraz/Idr/Sues	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
4.1.7.18.04.11.02.05.0	Transf Fraz/Cras/Pais/Piso Frio	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	80.000,00
4.1.7.18.04.11.02.06.0	Transf Fraz/Cras/Sch/Piso Variá	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	40.000,00
4.1.7.18.04.11.03.07.0	Transf Fraz/Cras/Peit/Piso Frio	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
4.1.7.18.04.11.03.08.0	Transf Fraz/Cras/Peis/Piso Tran	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
4.1.7.18.04.11.04.09.0	Transf Fraz/Piso Alta Complexid	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	4.583,33	55.000,00
4.1.7.18.04.11.05.01.0	Transf Fraz/Bpc e Rinv-Escola	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	500,00
4.1.7.18.05.00.00.00.0	Transferências de Recursos do Fundo	48.017,25	48.017,25	48.017,25	48.017,25	48.017,25	48.017,25	48.017,25	48.017,25	48.017,25	48.017,25	48.017,25	48.017,25	588.207,00
4.1.7.18.05.10.00.00.0	Transferências do Salário-Educação	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	397.519,50
4.1.7.18.05.11.00.00.0	Transferências do Salário-Educação	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	397.519,50
4.1.7.18.05.11.01.00.0	Transferências do Salário-Educação	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	33.126,63	397.519,50
4.1.7.18.05.20.00.00.0	Transferências Diretas do FNDE ref	1.197,29	1.197,29	1.197,29	1.197,29	1.197,29	1.197,29	1.197,29	1.197,29	1.197,29	1.197,29	1.197,29	1.197,29	14.367,50
4.1.7.18.05.21.00.00.0	Transferências Diretas do FNDE ref	1.197,29	1.197,29	1.197,29	1.197,29	1.197,29	1.197,29	1.197,29	1.197,29	1.197,29	1.197,29	1.197,29	1.197,29	14.367,50
4.1.7.18.05.30.00.00.0	Transferências Diretas do FNDE refe	8.325,00	8.325,00	8.325,00	8.325,00	8.325,00	8.325,00	8.325,00	8.325,00	8.325,00	8.325,00	8.325,00	8.325,00	99.900,00
4.1.7.18.05.31.00.00.0	Transferências Diretas do FNDE ref	8.325,00	8.325,00	8.325,00	8.325,00	8.325,00	8.325,00	8.325,00	8.325,00	8.325,00	8.325,00	8.325,00	8.325,00	99.900,00
4.1.7.18.05.40.00.00.0	Transferências Diretas do FNDE refe	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	76.420,00
4.1.7.18.05.41.00.00.0	Transferências Diretas do FNDE refe	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	76.420,00
4.1.7.18.05.41.01.00.0	Transferências Diretas do FNDE/P	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	6.368,33	76.420,00
4.1.7.18.06.00.00.00.0	Transferência Financeira do ICMS - D	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	40.000,00
4.1.7.18.06.10.00.00.0	Transferência Financeira do ICMS - I	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	40.000,00
4.1.7.18.06.11.00.00.0	Transferência Financeira do ICMS -	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	40.000,00
4.1.7.18.06.11.02.00.0	Transferência do ICMS Desonerac	1.766,67	1.766,67	1.766,67	1.766,67	1.766,67	1.766,67	1.766,67	1.766,67	1.766,67	1.766,67	1.766,67	1.766,67	21.200,00
4.1.7.18.06.11.03.00.0	Transferência do ICMS Desonerac	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	10.800,00
4.1.7.18.06.11.03.00.0	Transferência do ICMS Desonerac	666,67	666,67	666,67	666,67	666,67	666,67	666,67	666,67	666,67	666,67	666,67	666,67	8.000,00
4.1.7.18.06.11.02.00.0	Outras Transferências da União	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	50.000,00
4.1.7.18.06.11.01.00.0	Outras Transferências da União - Pi	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	50.000,00
4.1.7.18.06.11.01.00.0	Outras Transferências da União-Pi	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	50.000,00
4.1.7.28.00.00.00.00.0	Transferências dos Estados e do Distrito	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	14.545.984,00
4.1.7.28.00.00.00.00.0	Transferências dos Estados - Específic	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	1.212.165,35	14.545.984,00
4.1.7.28.01.00.00.00.0	Participação na Receita dos Estados	1.128.660,34	1.128.660,34	1.128.660,34	1.128.660,34	1.128.660,34	1.128.660,34	1.128.660,34	1.128.660,34	1.128.660,34	1.128.660,34	1.128.660,34	1.128.660,34	13.543.924,00
4.1.7.28.01.10.00.00.0	Cota-Parte do ICMS	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	12.300.000,00
4.1.7.28.01.11.00.00.0	Cota-Parte do ICMS - Principal	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	1.025.000,00	12.300.000,00
4.1.7.28.01.11.01.00.0	Cota-Parte do ICMS-Principal	543.250,00	543.250,00	543.250,00	543.250,00	543.250,00	543.250,00	543.250,00	543.250,00	543.250,00	543.250,00	543.250,00	543.250,00	6.519.000,00
4.1.7.28.01.11.02.00.0	Cota-Parte do ICMS-Principal	276.750,00	276.750,00	276.750,00	276.750,00	276.750,00	276.750,00	276.750,00	276.750,00	276.750,00	276.750,00	276.750,00	276.750,00	3.321.000,00
4.1.7.28.01.11.03.00.0	Cota-Parte do ICMS-Principal	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	2.460.000,00
4.1.7.28.01.20.00.00.0	Cota-Parte do IPVA	88.583,34	88.583,34	88.583,34	88.583,34	88.583,34	88.583,34	88.583,34	88.583,34	88.583,34	88.583,34	88.583,34	88.583,34	1.075.000,00
4.1.7.28.01.21.00.00.0	Cota-Parte do IPVA - Principal	88.583,34	88.583,34	88.583,34	88.583,34	88.583,34	88.583,34	88.583,34	88.583,34	88.583,34	88.583,34	88.583,34	88.583,34	1.075.000,00
4.1.7.28.01.21.01.00.0	Cota-Parte do IPVA-Principal	47.479,17	47.479,17	47.479,17	47.479,17	47.479,17	47.479,17	47.479,17	47.479,17	47.479,17	47.479,17	47.479,17	47.479,17	569.750,00
4.1.7.28.01.21.02.00.0	Cota-Parte do IPVA-Principal	24.167,50	24.167,50	24.167,50	24.167,50	24.167,50	24.167,50	24.167,50	24.167,50	24.167,50	24.167,50	24.167,50	24.167,50	290.250,00
4.1.7.28.01.21.03.00.0	Cota-Parte do IPVA-Principal	17.916,67	17.916,67	17.916,67	17.916,67	17.916,67	17.916,67	17.916,67	17.916,67	17.916,67	17.916,67	17.916,67	17.916,67	215.000,00

Município: Quilombo

Descrição	Código	Jan/20 Previsão	Fevereiro Previsão	Março Previsão	Abril Previsão	Mai/20 Previsão	Junho Previsão	Julho Previsão	Agosto Previsão	Setembro Previsão	Outubro Previsão	Novembro Previsão	Dezembro Previsão	Total Previsão
Cota-Parte do IPI - Municípios	4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.0	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	150.000,00
Cota-Parte do IPI - Municípios - Pir	4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.0	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	150.000,00
Cota-Parte do IPI-Municípios-Prnc	4.1.7.2.8.01.3.1.01.00.0	6.625,00	6.625,00	6.625,00	6.625,00	6.625,00	6.625,00	6.625,00	6.625,00	6.625,00	6.625,00	6.625,00	6.625,00	79.500,00
Cota-Parte do IPI-Municípios-Prnc	4.1.7.2.8.01.3.1.02.00.0	3.375,00	3.375,00	3.375,00	3.375,00	3.375,00	3.375,00	3.375,00	3.375,00	3.375,00	3.375,00	3.375,00	3.375,00	40.500,00
Cota-Parte do IPI-Municípios-Prnc	4.1.7.2.8.01.3.1.03.00.0	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
Cota-Parte da Contribuição de Interv	4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.0	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	18.924,00
Cota-Parte da Contribuição de Inter	4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.0	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	18.924,00
Cota-Parte da Cota-Principal	4.1.7.2.8.01.4.1.01.00.0	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	1.577,00	18.924,00
Transferência de Recursos do Estado	4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.0	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	730.364,00
Transferência de Recursos do Estad	4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.0	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	730.364,00
Transferência de Recursos do Estad	4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.0	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	60.863,67	730.364,00
Núcleo de Apoio à Saúde da Fam	4.1.7.2.8.03.1.1.01.07.0	2.943,33	2.943,33	2.943,33	2.943,33	2.943,33	2.943,33	2.943,33	2.943,33	2.943,33	2.943,33	2.943,33	2.943,33	35.320,00
Co-Financiamento-SF	4.1.7.2.8.03.1.1.01.08.0	8.771,67	8.771,67	8.771,67	8.771,67	8.771,67	8.771,67	8.771,67	8.771,67	8.771,67	8.771,67	8.771,67	8.771,67	105.260,00
Saúde Bucal-SB	4.1.7.2.8.03.1.1.01.09.0	5.266,67	5.266,67	5.266,67	5.266,67	5.266,67	5.266,67	5.266,67	5.266,67	5.266,67	5.266,67	5.266,67	5.266,67	63.200,00
CAPS	4.1.7.2.8.03.1.1.02.01.0	39.392,00	39.392,00	39.392,00	39.392,00	39.392,00	39.392,00	39.392,00	39.392,00	39.392,00	39.392,00	39.392,00	39.392,00	472.584,00
Quirurgias Eletivas	4.1.7.2.8.03.1.1.02.01.0	23.687,00	23.687,00	23.687,00	23.687,00	23.687,00	23.687,00	23.687,00	23.687,00	23.687,00	23.687,00	23.687,00	23.687,00	284.244,00
Incentivo Hospitalar	4.1.7.2.8.03.1.1.02.01.0	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	120.000,00
Assistência Farmacêutica Básica	4.1.7.2.8.03.1.1.03.01.0	3.766,67	3.766,67	3.766,67	3.766,67	3.766,67	3.766,67	3.766,67	3.766,67	3.766,67	3.766,67	3.766,67	3.766,67	45.200,00
Assistência Farmacêutica Diabé	4.1.7.2.8.03.1.1.03.01.0	733,33	733,33	733,33	733,33	733,33	733,33	733,33	733,33	733,33	733,33	733,33	733,33	8.800,00
Transferência de Convênios dos Estad	4.1.7.2.8.1.0.0.00.00.0	22.641,34	22.641,34	22.641,34	22.641,34	22.641,34	22.641,34	22.641,34	22.641,34	22.641,34	22.641,34	22.641,34	22.641,34	271.666,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.00.00.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.00.00.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.00.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	17.287,17	207.446,00
Transferências de Convênio dos Estad	4.1.7.2.8.1.02.0.10.01.0	17.287												

Município: Quilombo

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Município: Quilombo

	Código	Especificação	Janeiro Previsão	Fevereiro Previsão	Março Previsão	Abril Previsão	Maió Previsão	Junho Previsão	Julho Previsão	Agosto Previsão	Setembro Previsão	Outubro Previsão	Novembro Previsão	Dezembro Previsão	Total Previsão
	9.1.1.18.02.3.03.00.0.	ISON-Divida Ativa	-479,17	-479,17	-479,17	-479,17	-479,17	-479,17	-479,17	-479,17	-479,17	-479,17	-479,17	-479,13	-6.750,00
	9.1.1.12.00.00.00.00.0.	Taxas Inspeção, Contre Fisco-Divida Ativa	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,37	-25.000,00
	9.1.1.12.10.00.00.00.0.	Taxas Inspeção, Contre Fisco-Divida Ativ	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,37	-25.000,00
	9.1.1.12.10.10.00.00.0.	Taxas Inspeção, Contre Fisco-Divida Al	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,37	-25.000,00
	9.1.1.12.10.11.00.00.0.	Taxas Inspeção, Contre Fisco-Divida A	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,37	-25.000,00
	9.1.1.12.10.1.3.00.00.0.	Taxes Inspeção, Contre Fisco-Divide	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,33	-2.083,37	-25.000,00
	9.1.1.13.00.00.00.00.0.	Contribuição Melhorias-Divida Ativa	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,13	-1.250,00
	9.1.1.13.00.01.00.00.0.	Contribuição Melhorias-Divida Ativa	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,13	-1.250,00
	9.1.1.13.00.01.3.00.00.0.	Contribuição Melhorias-Divida Ativa	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,17	-104,13	-1.250,00
	9.1.17.00.00.00.00.00.0.	(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERENÇ	-399.633,34	-399.633,34	-399.633,34	-399.633,34	-399.633,34	-399.633,34	-399.633,34	-399.633,34	-399.633,34	-399.633,34	-399.633,34	-399.633,326	-4.795.600,00
	9.1.17.00.00.00.00.00.0.	(R)Transferências da União e de suas Ei	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,63	-2.090.600,00
	9.1.17.18.00.00.00.00.0.	(R)Transferências da União - Especifica	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,63	-2.090.600,00
	9.1.17.18.01.00.00.00.0.	(R)Participação na Recalca via União	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,67	-174.216,63	-2.090.600,00
	9.1.17.18.01.2.0.00.00.0.	(R)Cota-Parte do Fundo de Participaç	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,37	-2.080.000,00
	9.1.17.18.01.2.1.00.00.0.	(R)Cota-Parte do Fundo de Participaç	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,37	-2.080.000,00
	9.1.17.18.01.2.1.01.00.0.	Cota-Parte do FPMAC-Cota Mensal-F	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,33	-173.333,37	-2.080.000,00
	9.1.17.18.01.5.00.00.00.0.	Cota-Parte do IRR-Prinpal	-216,67	-216,67	-216,67	-216,67	-216,67	-216,67	-216,67	-216,67	-216,67	-216,67	-216,67	-216,63	-2.600,00
	9.1.17.18.01.5.1.00.00.0.	Cota-Parte do ITR-Principal	-216,67	-216,67	-216,67	-216,67	-216,67	-216,67	-216,67	-216,67	-216,67	-216,67	-216,67	-216,63	-2.600,00
	9.1.17.18.01.6.00.00.00.0.	Transferência do ICMS Desonerção	-696,67	-696,67	-696,67	-696,67	-696,67	-696,67	-696,67	-696,67	-696,67	-696,67	-696,67	-696,63	-8.000,00
	9.1.17.2.00.00.00.00.0.	Transferência do ICMS Desonerção	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,63	-2.705.000,00
	9.1.17.2.00.00.00.00.0.	(R)Transferências dos Estados e do Dist	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,63	-2.705.000,00
	9.1.17.2.00.00.00.00.0.	(R)Transferências dos Estados - Especi	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,63	-2.705.000,00
	9.1.17.2.00.1.0.00.00.0.	(R)Participação na Recalca cos Estax	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,67	-225.416,63	-2.705.000,00
	9.1.17.2.00.1.1.00.00.0.	(R)Cota-Parte do ICMS	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-2.460.000,00
	9.1.17.2.00.1.1.1.00.00.0.	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-2.460.000,00
	9.1.17.2.00.1.1.1.01.00.0.	Cota-Parte do ICMS-Principal	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-205.000,00	-2.460.000,00
	9.1.17.2.00.1.2.00.00.0.	(R)Cota-Parte do IPIA	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,63	-215.000,00
	9.1.17.2.00.1.2.1.00.00.0.	(R)Cota-Parte do IPIA - Principal	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,63	-215.000,00
	9.1.17.2.00.1.2.1.01.00.0.	Cota-Parte do IPIA-Principal	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,67	-17.916,63	-215.000,00
	9.1.17.2.00.1.3.00.00.0.	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-30.000,00
	9.1.17.2.00.1.3.1.00.00.0.	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios -I	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-30.000,00
	9.1.17.2.00.1.3.1.01.00.0.	Cota-Parte do IPIA-Municípios-Prnc	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-2.500,00	-30.000,00
	9.1.19.00.00.00.00.00.0.	(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-24.000,00
	9.1.19.00.00.00.00.00.0.	(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITA	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-24.000,00
	9.1.19.00.00.00.00.00.0.	(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEI	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-24.000,00
	9.1.19.00.00.1.0.00.00.0.	Outras Recalca-Prinárias-Divida Ativ	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-2.000,00	-24.000,00
	9.1.19.00.00.1.3.00.00.0.	Outras Recalca-Prinárias-Divida A	-1.696,67	-1.696,67	-1.696,67	-1.696,67	-1.696,67	-1.696,67	-1.696,67	-1.696,67	-1.696,67	-1.696,67	-1.696,67	-1.696,63	-20.000,00
	9.1.19.00.00.1.4.00.00.0.	Outras Recalca-Prinárias-Divida A	-333,33	-333,33	-333,33	-333,33	-333,33	-333,33	-333,33	-333,33	-333,33	-333,33	-333,33	-333,37	-4.000,00
		TOTAL REAL PREVISÃO:	2.833.333,31	2.833.333,31	2.833.333,31	2.833.333,31	2.833.333,31	2.833.333,31	2.833.333,31	2.833.333,31	2.833.333,31	2.833.333,31	2.833.333,31	2.833.333,39	34.000.000,00



# Rio do Campo

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇO Nº02 2018 - PREGÃO Nº 2018

Publicação Nº 1532625

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Pregão Presencial nº 06/2018

Objeto: Registro de preços para eventual e futura a aquisição de pneus novos não reformados/recauchutadas ou remoldados, com garantia contra defeitos de fabricação não inferior a 05 (cinco) anos, câmaras de ar novas e protetor (colarinho), que serão destinados aos veículos da frota municipal.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO.

Fornecedor: MODELOS PNEUS LTDA

Preços Registrados: item 20: R\$ 3.060,00.

Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 21/02/2018.

O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: [riodocampo.atende.net](http://riodocampo.atende.net)

Rio do Campo, 21 de fevereiro de 2018.

Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 21/02/2018.  
O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: [riodocampo.atende.net](http://riodocampo.atende.net)  
Rio do Campo, 21 de fevereiro de 2018.

### ATA REGISTRO DE PREÇO Nº05 2018 - PREGÃO Nº 2018

Publicação Nº 1532640

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Pregão Presencial nº 06/2018

Objeto: Registro de preços para eventual e futura a aquisição de pneus novos não reformados/recauchutadas ou remoldados, com garantia contra defeitos de fabricação não inferior a 05 (cinco) anos, câmaras de ar novas e protetor (colarinho), que serão destinados aos veículos da frota municipal.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO.

Fornecedor: PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA ME

Preços Registrados: item 8: R\$ 1.20,00; item 9: R\$ 2.400,00; item 12: R\$ 1.002,00; item 13: R\$ 690,00; item 14: R\$ 270,00; item 15: R\$ 310,00; item 16: R\$ 175,00; item 19: R\$1.055,00; item 22: R\$ 550,00.

Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 21/02/2018.

O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: [riodocampo.atende.net](http://riodocampo.atende.net)

Rio do Campo, 21 de fevereiro de 2018.

### ATA REGISTRO DE PREÇO Nº03 2018 - PREGÃO Nº 2018

Publicação Nº 1532633

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Pregão Presencial nº 06/2018

Objeto: Registro de preços para eventual e futura a aquisição de pneus novos não reformados/recauchutadas ou remoldados, com garantia contra defeitos de fabricação não inferior a 05 (cinco) anos, câmaras de ar novas e protetor (colarinho), que serão destinados aos veículos da frota municipal.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO.

Fornecedor: PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA ME

Preços Registrados: item 6: R\$ 1.265,00; item 7: R\$ 1.440,00; item 10: R\$ 730,00; item 11: R\$ 770,00; item 17: R\$ 1.510,00; item 18: R\$ 1.450,00.

Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 21/02/2018.

O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: [riodocampo.atende.net](http://riodocampo.atende.net)

Rio do Campo, 21 de fevereiro de 2018.

### ATA REGISTRO DE PREÇO Nº06 2018 - PREGÃO Nº 2018

Publicação Nº 1532419

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Pregão Presencial nº 07/2018

Objeto: Registro de preços para eventual e futura execuções de serviços especializados destinados para recauchutagem e vulcanizações de pneus da frota de caminhões e maquinas deste município.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO.

Fornecedor: RE RECAPAGENS BLUMENAU LTDA

Preços Registrados: Item 1: R\$ 595,00; Item 2: R\$ 560,00; item 3: R\$ 1.490,00; item 4: R\$ 1.735,00; item 5: R\$ 830,00; item 6: R\$ 547,50; item 7: R\$ 1.695,00; item 8: R\$ 890,00; item 9: R\$ 160,00; item 10: R\$ 425,00; item 11: R\$ 275,00; item 12: R\$ 158,00; item 13: R\$ 420,00; item 14: R\$ 420,00; Item 15: R\$ 420,00; item 16: R\$ 1.845,00; item 17: R\$ 158,00; item 18: R\$ 625,00; item 19: R\$ 370,00; item 20: R\$ 1.120,00; item 21: R\$ 660,00; item 22: R\$ 1.230,00; item 23: R\$ 1.290,00 .

Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 22/02/2018.

O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: [riodocampo.atende.net](http://riodocampo.atende.net)

Rio do Campo, 22 de fevereiro de 2018.

### ATA REGISTRO DE PREÇO Nº04 2018 - PREGÃO Nº 2018

Publicação Nº 1532636

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Pregão Presencial nº 06/2018

Objeto: Registro de preços para eventual e futura a aquisição de pneus novos não reformados/recauchutadas ou remoldados, com garantia contra defeitos de fabricação não inferior a 05 (cinco) anos, câmaras de ar novas e protetor (colarinho), que serão destinados aos veículos da frota municipal.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO.

Fornecedor: SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA ME

Preços Registrados: item 1: R\$ 69,90; item 2: R\$ 154,00; item 3: R\$ 165,00; item 4: R\$ 69,00; item 5: R\$ 35,35; item 23: R\$ 27,70.

**CONTRATO NR 07 2018 FMS OFICINA MECÂNICA PIJURA**

Publicação Nº 1532810

Contrato Nº : 07/2018

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO CAMPO

Contratada : OFICINA MECANICA PIJURA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 2/2018

Objeto : Aquisição de peças e demais materiais, e serviço de mão-de-obra de desmonte, troca de peças danificadas, montagem, regulagem, limpeza, retífica e demais serviços necessários que serão efetuados no motor do veículo MGI1888, marca/modelo Renault/Master RONTAMAMB (nacional), fabricação/modelo 2006/2006, tipo camioneta, carroceria ambulância, conforme itens especificados no Termo de Referência, constante no Anexo I deste edital.

Vigência : Início: 22/02/2018 Término: 31/12/2018

Assinatura : 22/02/2018

Valor R\$: 18.500,00 (Dezoito Mil e Quinhentos Reais )

**DECRETO 3.914**

Publicação Nº 1531615

DECRETO Nº 3.914, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

“Dispõe sobre a cessão de veículo da Secretaria do Esporte para a Secretaria da Educação do Município de Rio do Campo e dá outras providências.”

RODRIGO PREIS, Prefeito de Rio do Campo, usando de suas atribuições legais, com fulcro no inciso VII, artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Rio do Campo,

DECRETA:

Art. 1º. Fica cedido o veículo Micro ônibus, placas MCN 8936, da Secretaria de Esportes e Lazer para a Secretaria de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes deste decreto correrão por conta de dotações próprias da Secretaria da Educação.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, 22 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal

Jean Carlos Külkamp

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO 3.915**

Publicação Nº 1532440

DECRETO Nº 3.915, DE 22 DE FEVEREIRO 2018.

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos III e VII, do artigo 65 da Orgânica do Município, combinado com os incisos I e II, artigo 6º da Lei Municipal nº 1.021/95, de 10 de outubro de 1995,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de

Saúde - CMS do Município de Rio do Campo, a saber:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Administração:

a) Swen Sebold – Titular

b) Micheli Janaina Fernandes – Suplente

II - Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Campo:

a) Cintia Alexssandra Antunes – Titular

b) Naiara Helena Garlini Baldo – Suplente

III - Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:

a) Terezinha Aparecida da Silva Cardouzo – Titular

b) Osnelda Borinelli – Suplente

IV - Representantes do Clube dos Idosos:

a) Antônio Cezar Rodrigues Kuster – Titular

b) Terezinha Ribeiro – Suplente

V - Representantes dos Profissionais de Saúde:

a) Tatiana da Silva – Titular

b) Sérgio Luiz Merisio – Suplente

VI - Representantes da Secretaria de Saúde:

a) Giovanni Kulkamp Giacomozzi – Titular

b) Gilmar Florentino da Silva – Suplente

VII - Representantes da Associação Beneficente São José:

a) Roberto Pires de Souza – Titular

b) Zeferino Beiger – Suplente

VIII - Representantes do Clube de Mães:

a) Salete Tambosi Hosthmann – Titular

b) Sueli Peuplau – Suplente

Parágrafo único. O mandato dos Conselheiros e suplentes será de dois anos, contados a partir de 23 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. O Conselho Municipal da Saúde reunir-se-á regularmente, nos termos do seu regimento interno.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, em 22 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal

Jean Carlos Külkamp

Secretário de Administração e Finanças

# Rio do Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA 8042

Publicação Nº 1532355

PORTARIA Nº 8042 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

“Concede Licenças para Tratamento de Saúde e por Motivo de Doença em Pessoa da Família”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e os Incisos I e III do Art. 137 da Lei Complementar nº 21/2006,

CONSIDERANDO atestados Médicos,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licenças para Tratamento de Saúde, aos servidores:

I – CARLA REGINA BECKER, matrícula 89583-00, Agente Comunitária de Saúde, por 03 dias a partir de, 15 de janeiro de 2018;  
II – TIFANI CAROLINI STOLF, matrícula 116796-00, Estagiária, por 01 dia em, 17 de janeiro de 2018;  
III – KATIANE LOURENÇO, matrícula 116799-00, Estagiária, por 02 dias a partir de, 18 de janeiro de 2018;  
IV – NATAL NOLLI, matrícula 45322-00, Operário, em 19 de janeiro de 2018, no período matutino;  
V – RAQUEL PESSATTI KLABUNDE, matrícula 42340-00, Agente Administrativo, por 01 dia em 19 de janeiro de 2018, e por 01 dia em 26 de janeiro de 2018;  
VI – VANTUIR FELTRIM, matrícula 50229-00, Operador de Máquinas e Veículos, por 05 dias a partir de, 22 de janeiro de 2018;  
VII – JULIANA BEATRIZ KRAUS, matrícula 111740-01, Estagiária, por 01 dia em, 22 de janeiro de 2018;  
VIII – NELCI PONTICELLI, matrícula 74977-01, Técnica em Enfermagem, por 01 dia em, 29 de janeiro de 2018;  
IX – MARIELA MENDES DE CARVALHO PAESE, matrículas 98434-02 e 98434-03, Médica, por 01 dia em, 29 de janeiro de 2018;  
X – ALICE SIDUOSKI, matrícula 116802-00, Estagiária, por 01 dia em 29 de janeiro de 2018;  
XI – ANA PAULA DE JESUS, matrícula 89877-00, Auxiliar de Serviços Gerais, por 07 dias a partir de 31 de janeiro de 2018, e por 30 dias a partir de 07 de fevereiro de 2018, encaminha perícia após o 15º dia;  
XII – VERLANI FATIMA FELTRIN JOCHEM, matrícula 89591-00, Agente Comunitária de Saúde, em 31 de janeiro de 2018, no período matutino;  
XIII – ADRIANO TIAGO PISETTA, matrícula 66826-01, Operador de Máquinas e Veículos, por 01 dia em, 31 de janeiro de 2018, e por 02 dias a partir de, 01 de fevereiro de 2018;  
XIV – ROSETE CRISTINA MOSER EGER, matrícula 85111-01, Professora, em 01 de fevereiro de 2018, no período matutino, e por 01 dia em 04 de fevereiro de 2018;  
XV – NAIR MAGNESKI FELTRIN, matrícula 63401-00, Auxiliar de Serviços Gerais, por 07 dias a partir de, 05 de fevereiro de 2018;  
XVI – JAQUELINE ESSIG, matrícula 112143-01, Auxiliar de Serviços Gerais, por 01 dia em, 05 de fevereiro de 2018;  
XVII – NOELI CANDIDO EISSMANN, matrícula 38172-04, Auxiliar Administrativo, por 01 dia em 05 de fevereiro de 2018, e por 02 dias a partir de 08 de fevereiro de 2018;  
XVIII – MAURINA MIRANDA KRIEGER, matrícula 37079-02, Professora, em 06 de fevereiro de 2018, no período vespertino;  
XIX – JOZEANE MORATELLI, matrícula 37389-01, Auxiliar de

Enfermagem, por 01 dia em, 07 de fevereiro de 2018;  
XX – IVANILDE PERINI PESSATTI, matrícula 9466-00, Professora, em 08 de fevereiro de 2018, no período vespertino;  
XXI – JANETE CRISTINO MORATELLI, matrícula 5177-00, Agente Comunitária de Saúde, em 08 de fevereiro de 2018, no período vespertino;  
XXII – ELTON IVENS DE MORAES, matrícula 116782-00, Diretor de Departamento, em 13 de fevereiro de 2018;  
XXIII – JANIR GONCALVES FONTANIVE, matrícula 56715-00, Auxiliar de Enfermagem, por 01 dia em, 16 de fevereiro de 2018;

Art. 2º CONCEDER Licenças por Motivo de Doença em Pessoa da Família, aos servidores:

I – JAQUELINE ESSIG, matrícula 112143-01, Auxiliar de Serviços Gerais, por 01 dia em, 16 de janeiro de 2018;  
II – ALCI LEIA DALMONICO PADILHA, matrícula 38954-00, Fiscal Sanitário Sênior, por 01 dia em, 17 de janeiro de 2018;  
III – ANTONIO CESAR PADILHA, matrícula 42072-02, Engenheiro Agrônomo, por 01 dia em, 17 de janeiro de 2018;  
IV – CINTIA REGINA DE SOUZA, matrícula 116781-00, Diretora de Departamento, em 18 de janeiro de 2018, no período matutino;  
VI – ELIANE DALMARCO, matrícula 47627-07, Professora, por 01 dia em, 31 de janeiro de 2018;  
V – GESIELE APARECIDA VOERINGER, matrícula 58629-02, Conselheira Tutelar, por 01 dia em, 02 de fevereiro de 2018;  
VI – ALCIANE VANDERLINDE RECH, matrícula 49514-00, Auxiliar Administrativo, em 09 de fevereiro de 2018, no período matutino;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 27 de setembro de 2017.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

A presente portaria foi registrada e publicada em 27/09/2017.

FLAVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

### PROCESSO 021/2018 - MACADAME BRITADO

Publicação Nº 1531712

PREFEITURA DE RIO DO OESTE / SC. PROC. LICITATÓRIO Nº 021/2018 – PREGÃO PRESENCIAL 010/2018. TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item. OBJETO: Registro de preços para aquisição de Macadame Britado. Recebimento dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 07/03/2018. Credenciamento: após o Recebimento dos envelopes. Abertura dos envelopes de Proposta de Preços para inserção no sistema: após o credenciamento. A íntegra do Edital está no site: [riodooste.atende.net](http://riodooste.atende.net), no link “consulta de licitações”. Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261. Rio do Oeste, 22 de fevereiro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 02/2018

Publicação Nº 1532137

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 02/2018  
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - PREFEITURA MUNI-  
CIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 21/02/2018, na Secretaria Geral, para publicação, foi apresen-  
tado o seguinte acórdão:

Protocolo nº 157438/2016  
Recurso Ordinário nº 025/2016  
Recorrente: Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Recorrido: Clínica Médica Murara Ltda  
Relatora Conselheira Patrícia Raquel Mayr

DECISÃO: Por maioria de votos dos conselheiros, pela inadmissibilidade  
do Recurso de Revisão.

EMENTA: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE REVISÃO –  
INADMISSIBILIDADE DO RECURSO – NÃO FORAM PREENCHIDOS  
OS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE, PREVISTOS NO ART. 181,  
§ 1º, I, II, III, RECURSO DE REVISÃO NÃO DEMONSTRA VIO-  
LAÇÃO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 181 DO CTM – A  
REVISÃO PRETENDE A REDISCUSSÃO DA MATÉRIA – FRAGRANTE  
INADMISSIBILIDADE.

Leonice Witte - Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contri-  
buintes

### DECRETO 6921

Publicação Nº 1532654

DECRETO Nº 6921, de 19 de fevereiro de 2018.

“DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE PERMISSÃO DE  
USO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E O  
SR. RODRIGO MOLINARI”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no  
uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o § 2º, do  
artigo 89, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a permissão de uso, de caráter gratuito e a  
título precário ao Sr. Rodrigo Molinari, do Ginásio de Esportes Lauro  
Pamplona, situado no bairro Valada São Paulo, nesta cidade, con-  
stante da matrícula 25.554 do Cartório de Registro de Imóveis da  
Comarca de Rio do Sul/SC, de propriedade da Prefeitura Municipal  
de Rio do Sul/SC.

Art. 2º. A presente permissão de uso do imóvel será formalizada  
através de hábil e competente Termo de Permissão de Uso, confor-  
me minuta constante no Anexo do presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
19 de fevereiro de 2018.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

### DECRETO 6929

Publicação Nº 1532507

DECRETO Nº 6929, de 21 de fevereiro de 2018.

“DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE  
USO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E O CLUBE SOROPTI-  
MISTA INTERNACIONAL DE RIO DO SUL”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no  
uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 89,  
§3º, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a autorização de uso, de um veículo, de pla-  
ca ABQ 5585, chassi n. 30830411667070, renavam n. 513400591,  
ano/modelo 1985/1985, patrimônio n. 9936, frota 146, de proprie-  
dade do Município de Rio do Sul, ao Clube Soroptimista Internacio-  
nal de Rio do Sul, inscrita no CNPJ sob o n. 83.623.264/0001-29.  
Parágrafo único. A autorização de uso destina-se a utilização do  
veículo para ser utilizado no evento “XXII Congresso Soroptimista  
da Região Brasil”, nos dias 26, 27 e 28 de abril de 2018.

Art. 2º. A presente autorização de uso será formalizada por meio  
de hábil e competente Termo de Autorização de Uso, devidamente  
assinado fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

#### GABINETE DO PREFEITO

21 de fevereiro de 2018.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

### DECRETO Nº 6919, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1533152

DECRETO Nº 6919, de 16 de fevereiro de 2018.

“HOMOLOGA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES Nº  
002/2018/FMAS, DE 13/02/2018.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no  
uso das suas atribuições previstas na Lei Orgânica do Município de  
Rio do Sul e com fundamento no artigo 25, Inciso I, da Lei Federal  
nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

#### DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o processo de Inexigibilidade de Licitações Nº 002/2018/FMAS de 13.02.2018.
	Parágrafo Único – AQUISIÇÃO DE VALES TRANSPORTE PARA DESLOCAMENTO DE USUÁRIOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABI- LIDADE E RISCO SOCIAL ATENDIDOS EM NOSSAS UNIDADES. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMEN- TO SOCIAL. ONIBUS CIRCULAR.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
-------------	---

GABINETE DO PREFEITO.  
16 de fevereiro de 2018.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6922, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532318

DECRETO Nº 6922, de 19 de fevereiro de 2018.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2017 DE 20.12.2017".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 6575, de 04 de outubro de 2017, o resultado do Edital de Pregão Presencial para registro de preços nº 116/2017 de 20.12.2017, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

THOMAS COMERCIO DE PESCADOS LTDA ME  
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME  
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI – ME  
PRINCESA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA. EPP  
MAYCON WILL EIRELI EPP  
COMERCIAL STORINNY LTDA – ME  
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME  
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME  
PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
19 de fevereiro de 2018.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 6922/2018  
Pregão Presencial: Nº 116/2017 de 20.12.2017.

Objeto da Licitação:

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, DE SAÚDE, DE GESTÃO DE GOVERNO ( DEPARTAMENTO DA GUARDA MUNICIPAL ) DE INFRA-ESTRUTURA ( DIRETORIA EXECUTIVA DE OBRAS ) E DO CORPO DE BOMBEIROS DE RIO DO SUL, CONFORME DESCRIMINADO NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTA EDITAL.

Participantes:

THOMAS COMERCIO DE PESCADOS LTDA ME  
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME  
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI – ME

PRINCESA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA. EPP  
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.  
MAYCON WILL EIRELI EPP  
COMERCIAL STORINNY LTDA – ME  
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME  
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME  
ALINE RAITZ EPP  
PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP  
EDERA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI ME

Decisão: Pelo critério de menor preço por item sob regime de execução global o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

THOMAS COMERCIO DE PESCADOS LTDA ME  
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME  
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI – ME  
PRINCESA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA. EPP  
MAYCON WILL EIRELI EPP  
COMERCIAL STORINNY LTDA – ME  
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME  
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME  
PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP

**DECRETO Nº 6927, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532716

DECRETO Nº 6927, de 21 de fevereiro de 2018.

"SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº 5.638/15.

DECRETA:

Art.1º - Fica substituído o membro abaixo relacionado para compor o Conselho Municipal de Educação, como representante da respectiva entidade:

III – 03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Educação:

c) 01 (um) representante do Ensino Fundamental – Anos Finais;  
- Roi Hentoni Klein (suplente), substituindo Elton Probst.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
21 de fevereiro de 2018.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6930, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532718

DECRETO Nº 6930, de 21 de fevereiro de 2018.

**“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.894 de 18/12/2017

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 263.000,72 (duzentos e sessenta e três mil e setenta e dois centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, visando a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

84.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
84.01	Departamento de Assistência Social		
1.047	Aquisição de Veículos		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03310000	Transferência de Convênios – União/Assistência Social	R\$	263.000,72
	TOTAL	R\$	263.000,72

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

21 de fevereiro de 2018

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

**EDITAL Nº 002.2018, FCRS, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532697

EDITAL/FCRS nº 002/18

Estabelece critérios para inscrição e seleção de produções para exposição coletiva de arte “O rio nosso de cada dia” na Galeria de Arte Arno Georg alusiva aos 87 anos de emancipação do município de Rio do Sul/SC.

**APRESENTAÇÃO**

“O rio nosso de cada dia” surge como tema para a exposição coletiva de arte em comemoração a emancipação político-administrativa da cidade de Rio do Sul/SC, esta que é atravessada por três rios, Itajaí do Sul, Itajaí do Oeste e no encontro de ambos nasce o Itajaí-Açu, esse que se estende para várias cidades no Vale do Itajaí até o seu encontro com o oceano. O efeito de atravessar, travessia ou vazamento, são conceitos que abrem para o debate sobre os rios que atravessam cotidianamente a rotina dos riosulenses.

A cidade se ergueu nas margens dos rios, começou logo a desenvolver um intenso comércio de produtos extraídos da área rural, os rios foram decisivos pela qualidade das terras nas suas margens, importantes também pelas vias de fácil acesso aos lotes adquiridos e na localização do centro da cidade, assim permanecendo. Anterior à chegada dos colonizadores, as margens dos rios eram habitadas pelos indígenas e assim o rio se apresentava de grande importância para seus costumes e elemento fundamental na cultura da população indígena.

De atravessamento à vazamento, os rios se impõem na geografia, no desenvolvimento, na paisagem, no sufocamento, na transposição, no movimento, no descaso, na atitude, na consciência em cada dia, em cada tempo. Estas questões são geradoras de pensamentos e provocativas a aqueles que se sentem atravessados pelo rio nosso de cada dia. Na emergência de trazer à tona atravessamentos e vazamentos através da multiplicidade e hibridismos das linguagens artísticas, organizou-se este edital, entendendo a

arte como uma extensão, misturada à vida e por isso tão visceral e necessária. Espera-se que o tema possa ser explorado em suas variadas perspectivas, que se estenda por vazamentos impositivos para além das limitações e que desemboque em oportunidades infinitas, como um rio no encontro com o oceano!

A Diretora Executiva de Cultura da Fundação Cultural de Rio do Sul, no uso de suas atribuições delegadas pelo Chefe do Executivo, nos termos do Decreto nº 6.030, de fevereiro de 2017, resolve tornar público os critérios para inscrição e seleção de produções para exposição coletiva de arte “O rio nosso de cada dia” na Galeria de Arte Arno Georg em comemoração aos 87 anos de emancipação do município de Rio do Sul/SC.

Os documentos relacionados a seguir integram este Edital e estão disponíveis ao final deste documento:

ANEXO 1 – Planta Galeria de Arte Arno Georg.

ANEXO 2 – Termo de responsabilidade ao proponente selecionado.

**DO OBJETO**

I. Exposição coletiva de arte em comemoração aos 87 anos de emancipação do município de Rio do Sul/SC;

II. O tema da exposição será intitulado “O rio nosso de cada dia”;

III. A exposição temporária será realizada na Galeria de Arte Arno Georg, na

Fundação Cultural de Rio do Sul, localizada na Rua Ruy Barbosa, 204, Budag, Rio do Sul (SC), CEP 89165-487;

IV. As obras estarão em exposição do dia 12 de abril a 8 de maio de 2018;

V. A exposição estará aberta a qualquer linguagem artística visual (pintura, escultura, gravura, fotografia, instalação, arte digital, entre outras);

VI. É destinado a qualquer brasileiro que tenha interesse em contribuir e expor seu trabalho na exibição coletiva.

**INSCRIÇÕES**

I. As inscrições são gratuitas e realizadas no período de 22 de



fevereiro a 30 de março de 2018;

II. Para participar do edital, o proponente deverá preencher formulário específico no endereço eletrônico da Fundação Cultural de Rio do Sul ([www.fundacaocultural.art.br](http://www.fundacaocultural.art.br)), com as seguintes informações:

- Dados pessoais do proponente (nome, CPF, RG, endereço, e-mail e telefone para contato, local de estudo e/ou trabalho, entre outros);
- Um texto explicativo de sua proposta contendo no máximo 100 palavras;
- Especificações da produção artística (tamanho, técnica, materiais utilizados, entre outros);

d) Imagens em alta resolução do trabalho. No caso de instalação, deverá ser enviado o projeto de como deverá ficar o trabalho;

III. O proponente poderá fazer a inscrição de até duas (2) propostas artísticas. As informações devem ser preenchidas e enviadas em formulários separados.

Parágrafo Único: A Comissão Organizadora de Produções Artísticas entrará em contato com os proponentes que enviarem a inscrição de duas produções, para ter conhecimento da ordem de preferência dos trabalhos, pois no caso de as duas propostas serem selecionadas, apenas um trabalho será exposto.

#### ESPECIFICAÇÕES DA GALERIA DE ARTE ARNO GEORG

I. Planta Galeria de Arte Arno Georg (ANEXO 1);

II. Horário de visitação, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 19h30.

#### SELEÇÃO

I. As propostas serão analisadas entre os dias 2 e 5 de abril de 2018, por membros da Comissão Organizadora de Produções Artísticas criada e designada por portaria específica da Fundação Cultural de Rio do Sul;

II. O número de produções selecionadas poderá variar conforme o número de inscritos e o tamanho de suas produções;

III. Será escolhido apenas um trabalho por proponente;

IV. A publicação das produções selecionadas estará disponível no endereço eletrônico da Fundação Cultural de Rio do Sul ([www.fundacaocultural.art.br](http://www.fundacaocultural.art.br)) no dia 6 de abril de 2018;

V. A Fundação Cultural de Rio do Sul entrará em contato com o proponente selecionado via e-mail e/ou telefone para confirmar sua participação na exposição.

#### RESPONSABILIDADES DO PROPONENTE SELECIONADO

I. Cumprir todos os compromissos assumidos e respeitar o calendário assim como prazos estabelecidos pela Fundação Cultural de Rio do Sul;

II. Cumprir com o projeto apresentado, respeitando o período de montagem e desmontagem;

III. Assinar o termo de responsabilidade (ANEXO 2) no prazo de 72 horas após contato da Comissão Organizadora de Produções Artísticas;

IV. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da realização da proposta

(execução do trabalho, transporte para entrega e retirada dos trabalhos na Fundação Cultural de Rio do Sul, entre outros);

V. Contratar o seguro das obras expostas, se desejar e a seu critério;

VI. Arcar com despesas relativas à sua estada na cidade de Rio do Sul, caso necessário;

VII. É de responsabilidade de cada proponente os direitos autorais de textos e imagens que porventura sejam utilizados para o desenvolvimento de suas propostas, não cabendo à Fundação Cultural de Rio do Sul nenhum ônus quanto aos direitos de terceiros envolvidos nas produções artísticas. O proponente compromete-se desde já com possíveis sanções e penas legais por plágio ou uso

não autorizado junto ao titular da obra e demais envolvidos no processo;

VIII. Autorizar o uso de imagem pessoal e artística para fins de divulgação;

IX. Quando solicitado, o proponente deverá fornecer informações complementares para fins de divulgação;

X. Entregar na Fundação Cultural de Rio do Sul, entre os dias 9 e 10 de abril de 2018 as produções selecionadas;

XI. Retirar na Fundação Cultural de Rio do Sul, nos dias 10 e 11 de maio de 2018 as suas produções em exposição;

XII. No caso de instalações, o proponente se responsabilizará pela montagem, que acontecerá no dia 11 de abril, e a desmontagem nos dias 10 e 11 de maio de 2018.

#### RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

I. Selecionar as propostas e realizar a curadoria através da Comissão Organizadora de Produções Artísticas;

II. Entrar em contato com os proponentes selecionados;

III. Produzir material virtual de divulgação;

IV. Divulgar a exposição nos seus meios institucionais e à imprensa regional; V. Receber as produções entre os dias 9 e 10 de abril de 2018;

VI. Montar a exposição com as produções, com exceção de instalações, conforme item VIII do artigo 5 deste Edital;

VII. Realizar a desmontagem da exposição nos dias 10 e 11 de maio de 2018; VIII. Deixar as produções à disposição aos proponentes para retirada.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I. As dúvidas e questões referentes a este Edital serão resolvidas somente via manifestação escrita, através do e-mail ([diretorias@fundacaocultural.art.br](mailto:diretorias@fundacaocultural.art.br)), pelo interessado e dirigida à Comissão Organizadora de Produções Artísticas;

II. Nenhum formulário/documento será entregue após o processo seletivo, independentemente de o proponente ter sido selecionado ou não;

III. É de responsabilidade exclusiva do proponente e/ou de seu responsável legal, acompanhar as informações referentes a este edital no site da Fundação Cultural de Rio do Sul;

IV. Fica eleito o foro da comarca de Rio do Sul para dirimir eventuais dúvidas e/ou questionamento sobre este edital, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de fevereiro de 2018.

ANGELA MARIA DE ANDRADE PALHANO Diretora Executiva de Cultura - Fundação Cultural de Rio do Sul ANEXO 1

#### PLANTA GALERIA DE ARTE ARNO GEORG

#### ANEXO 2

#### TERMO DE RESPONSABILIDADE

Edital FCRS 002/2018 que estabelece critérios para inscrição e seleção de produções para exposição coletiva de arte "O rio nosso de cada dia" na Galeria de Arte Arno Georg alusiva aos 87 anos de emancipação do município de Rio do Sul/SC.

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, proponente da proposta artística: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ selecionada a participar da exposição coletiva de arte "O rio nosso de cada dia" na Galeria de Arte Arno Georg alusiva aos 87 anos de emancipação do município de Rio do Sul/SC, declaro para o fim de exposição estar ciente acerca de todas as regras dispostas no Edital de seleção 002/2018

da Fundação Cultural de Rio do Sul, e me comprometo desde já a cumprir todas as responsabilidades como proponente selecionado, e aceito que a Comissão Organizadora de Produções Artísticas tem total soberania em relação a curadoria da exposição.

Me comprometo ainda, no caso de alteração de dados, informar a Fundação Cultural de Rio do Sul no prazo de 24 horas através do e-mail [diretorias@fundacaocultural.art.br](mailto:diretorias@fundacaocultural.art.br).

Rio do Sul/SC, \_\_\_\_\_ de abril de 2018.

\_\_\_\_\_ (Assinatura do proponente)

### **PAUTA DE JULGAMENTO Nº 003/2018**

Publicação Nº 1532719

#### **CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUENTES**

##### **PAUTA DE JULGAMENTO Nº 003/2018**

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 05 de Março de 2018, às 08hs00 no plenário da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para julgamento do seguinte Recurso:

Número do protocolo: Protocolo Nº 162177/2016  
Número do Recurso: Recurso Ordinário Nº 011/2017  
Nome do Recorrente: Luciane Baldo  
Relator: Conselheiro Guilherme Traple

Rio do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

LEONICE WITTE  
Secretária geral do CMC

### **TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 003**

Publicação Nº 1532511

#### **TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 003/2018.**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E O CLUBE SOROPTIMISTA INTERNACIONAL DE RIO DO SUL .**

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, em Rio do Sul – SC, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Sr. PAULO JOSÉ FIAMONCINI, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o CLUBE SOROPTIMISTA INTERNACIONAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.623.264/0001-29, com sede No município de Rio do Sul/SC, neste ato representado pela Presidente, Sra. IVONE PISKE BREMER, doravante denominado CLUBE SOROPTIMISTA INTERNACIONAL DE RIO DO SUL, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Autorização de Uso, com fundamento no artigo 89, §3º, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo de Autorização de Uso visa a utilização do veículo de placa ABQ 5585, chassi n. 30830411667070, renavam n. 513400591, ano/modelo 1985/1985, patrimônio n. 9936, frota 146, de propriedade do Município de Rio do Sul, pelo Clube Soroptimista Internacional de Rio do Sul, inscrita no CNPJ sob o n. 83.623.264/0001-29, para uso no evento "XXII Congresso Soroptimista da Região Brasil".

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

I – O Município obriga-se à:

a) Ceder o supracitado veículo, ao Clube Soroptimista Internacional de Rio do Sul, nos dias 26, 27 e 28 de abril de 2018.

II – O Clube Soroptimista Internacional de Rio do Sul obriga-se à:

- a) Utilizar o veículo descrito única e exclusivamente para atender o objeto do presente Termo de Autorização de Uso;
- b) Arcar com os encargos e despesas com abastecimento, manutenção do veículo descrito no objeto do presente Termo de Autorização de Uso;
- c) Manter o veículo em bom estado de conservação, arcando com despesas sobre possíveis danos e avarias;
- d) Comunicar diretamente ao Município a necessidade de manutenção do veículo, não podendo esse prévio procedimento de conserto e manutenção ser realizado sem prévio consentimento ou por pessoa não autorizada pelo Município, excetuando-se aquelas de pequena monta, imprescindível à continuidade das viagens;
- e) Prestar conta ou devolver o veículo por solicitação do Município, por mera liberalidade ou para troca do mesmo;
- f) Comunicar diretamente ao Município qualquer ocorrência relacionada ao veículo, tais como, danos, avarias, roubo ou furto;
- g) Comunicar diretamente ao Município em caso de recebimento de multa por qualquer infração de trânsito;
- h) Pagar as multas decorrentes de infração de trânsito de sua responsabilidade;
- i) Não utilizar o veículo para viagens particulares;
- j) Devolver imediatamente o veículo em caso de rescisão do Termo de Autorização de Uso.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Autorização de Uso terá vigência de 03 (três dias), quais sejam, 26, 27 e 28 de abril de 2018.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS VEDAÇÕES**

São expressamente vedadas:

- I - A utilização do veículo por terceiro;
- II - A utilização do veículo para fins particulares;
- III - Utilizar o veículo em destinação diversa da prevista no objeto do Termo de Autorização de Uso.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

O presente Termo de Autorização de Uso poderá ser rescindido se ocorrer comprovado descumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável, ou poderá, ainda, rescindido unilateralmente, mediante expressa notificação à parte.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

É vedado ao Clube Soroptimista Internacional de Rio do Sul ceder a terceiros o objeto previsto no termo. Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo Município, sob os aspectos da legislação pertinente.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO**

É eleito, para fins legais e questões derivadas do presente Termo de Autorização de Uso o Foro de Rio do Sul, com renúncia expressa a qualquer outro. E, por estarem de acordo, as partes firmam este documento, na presença das testemunhas adiante assinadas.

Rio do Sul (SC), 21 de fevereiro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ Prefeito do Município de Rio do Sul	PAULO JOSÉ FIAMONCINI Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico
IVONE PISKE BREMER Clube Soroptimista Internacional de Rio do Sul	

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO 03/2018**

Publicação Nº 1532658

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 03/2018**

TERMO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO GRATUITO E PRECÁRIO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E RODRIGO MOLINARI.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, situado à Praça 25 de Julho, nº 01 – Centro, em Rio do Sul – SC, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, doravante denominado PERMITENTE, e de outro lado RODRIGO MOLINARI, brasileiro, casado, enólogo, portador do RG n. 4.280.201-6, inscrito no CPF sob o nº 043.312.919-01, residente e domiciliado a Rua Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, 3949, doravante denominado PERMISSIONÁRIO, resolvem firmar o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO, que prometem cumprir na melhor forma de direito.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO a título gratuito e precário refere-se ao direito de utilização do Ginásio de Esportes Lauro Pamplona, situado no bairro Valada São Paulo, nesta cidade, constante da matrícula n. 25.554 do Cartório de Registro de imóveis da Comarca de Rio do Sul/SC, de propriedade da Prefeitura Municipal de Rio do Sul/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE**

Destina-se o presente Termo de Permissão de Uso a utilização das dependências do Ginásio de Esportes Lauro Pamplona a RODRIGO MOLINARI em prol da Comunidade Valada São Paulo, para área de lazer, eventos, recreação, cultura e esportes em geral.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES**

I – O MUNICÍPIO obrigar-se à:

- Ceder o espaço do Ginásio de Esportes Lauro Pamplona, localizado na Valada São Paulo para as finalidades descritas neste termo.
- Vistoriá-lo antes da entrega, e, após, a sua restituição, notificando o PERMISSIONÁRIO de eventuais irregularidades.

II – O PERMISSIONÁRIO obrigar-se à:

- utilizar única e exclusivamente o bem objeto deste Termo de Permissão de Uso para as finalidades descritas.

b) Manter em perfeito estado de conservação o imóvel, e usá-lo exclusivamente para os fins estabelecidos nas cláusulas deste Termo de Permissão de Uso, para que ao final do prazo de vigência do presente este seja entregue em boas condições.

c) Arcar com todas as despesas concernentes a utilização do imóvel, inclusive aquelas referentes às taxas e impostos, que venham a sofrer na vigência deste Termo de Permissão de Uso, e outras indispensáveis à manutenção e conservação do bem.

d) Responsabilizar-se por qualquer dano ocasionado ao patrimônio público e a integridade física e moral da sua pessoa ou dos participantes durante o uso, seja no campo civil, criminal, pessoal, etc.; e) indenizar o PERMITENTE pelos danos e prejuízos que porventura venha a causar-lhe na área sob permissão, por si, seus prepostos ou terceiros;

O PERMISSIONÁRIO não poderá em hipótese alguma, ceder, transferir, a qualquer título ou modificar a destinação do imóvel objeto deste instrumento, podendo desenvolver parcerias com outras entidades, apenas para a consecução dos projetos objetivados na ocupação do imóvel.

Fica autorizada a construção, reforma e alterações necessárias nas edificações, desde que devidamente autorizado pelo Município, de acordo com a legislação vigente.

**CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Este Termo de Permissão de Uso tem como fundamento legal a e o artigo 89 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS BENS MÓVEIS E DAS BENFEITORIAS**

Fica autorizada a instalação de bens móveis no patrimônio do Município, equipamentos de segurança e benfeitorias, desde que previamente autorizados pelo Poder Público.

O PERMISSIONÁRIO não terá direito à indenização, sendo que os bens móveis e equipamentos de segurança eventualmente instalados, bem como as benfeitorias realizadas no imóvel incorporar-se-ão ao patrimônio do Município assim que rescindido o presente termo de permissão de uso.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Permissão de Uso tem seu prazo determinado, com início na data de publicação do respectivo no Diário Oficial dos Municípios e término após 90 (noventa) dias, ou até eventual rescisão, ou mesmo por renúncia de qualquer das partes, sendo a posse do bem transferida na mesma data ao PERMITENTE.

O presente Termo de Permissão de Uso pode ser prorrogado no interesse comum das partes, a qualquer tempo, desde que respeitado o prazo final do Termo, por intermédio de aditivo e pelo prazo que vierem a ajustar PERMITENTE e PERMISSIONÁRIA.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESTITUIÇÃO**

Terminado o prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso, o bem deverá ser devolvido ao PERMITENTE, mediante Termo de Recebimento depois de realizada a devida conferência do imóvel e seu estado de conservação.

Ao fim do prazo de vigência ou rescisão do contrato a PERMITENTE fica isenta de restituição de qualquer valor utilizado para construção, manutenção e reforma do bem.

**CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO**

O presente Termo de Permissão de Uso poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer obrigações ou condições pactuadas,

pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral dos signatários, mediante aviso prévio daquele que se desinteressar, com antecedência mínima de 07 (sete) dias úteis, prazo durante o qual deverá ser restituído o imóvel, observado o disposto nas cláusulas do Termo de Permissão de Uso.

#### CLÁUSULA NONA– DA RESPONSABILIDADE PENAL E CIVIL

O PERMISSIONÁRIO responsabilizar-se-á por qualquer dano ocasionado ao patrimônio público ou a terceiros, seja no campo civil, penal, administrativo ou qualquer outro.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste Termo de Permissão de Uso, podendo, os casos omissos, serem resolvidos de comum acordo pelas partes.

E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo de Permissão de Uso, juntamente com suas testemunhas adiante firmadas.

Rio do Sul (SC), 19 de fevereiro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ Prefeito do Município de Rio do Sul	SR. RODRIGO MOLINARI Permissionário

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:



# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

**1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 202/2017 DE 22/11/2017 DATA: 19/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: EKOMOB COMÉRCIO EIRELLI OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

Publicação Nº 1532474

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 202/2017 de 22/11/2017  
DATA: 19/02/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço  
CONTRATO: EKOMOB COMÉRCIO EIRELLI  
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA  
DATA: 20/02/2018  
TÉRMINO: 20/04/2018  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 96/2017

**1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 205/2017 DE 22/11/2017 DATA: 19/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: JCM COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI ME OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO D**

Publicação Nº 1532484

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 205/2017 de 22/11/2017  
DATA: 19/02/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço  
CONTRATO: JCM COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI ME  
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA  
DATA: 20/02/2018  
TÉRMINO: 20/04/2018  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 96/2017

**1º TAAO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 222/2017 DE 01/12/2017 DATA: 19/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: ADL COMERCIAL EIRELI EPP OBJETO: SUPRESSÃO DO ITEM 36**

Publicação Nº 1532488

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 222/2017 de 01/12/2017  
DATA: 19/02/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço  
CONTRATO: ADL COMERCIAL EIRELI EPP  
OBJETO: SUPRESSÃO DO ITEM 36  
DATA: 19/02/2018  
VALOR: R\$ 1.232,00 (Um mil, duzentos e trinta e dois reais)

**2º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 013/2017 DE 17/01/2017 DATA: 18/01/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº FS 002/2017 JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO DIRETA MEDIANTE DISPENSA DE LICITAÇÃO - FUNDAMENTO: ART. 24, VIII, LEI 8.666/93 CONTRATO: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE RIO DOS CEDROS OBJE**

Publicação Nº 1532495

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 013/2017 de 17/01/2017  
DATA: 18/01/2018  
Processo Administrativo Licitatório Nº Fs 002/2017 Justificativa para Aquisição Direta Mediante Dispensa de Licitação - Fundamento: Art. 24, VIII, Lei 8.666/93  
CONTRATO: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE RIO DOS CEDROS  
OBJETO: ACRÉSCIMOS DOS ITENS 1-2-3-4-5 E 5.1  
INÍCIO: 18/01/2018  
TÉRMINO: 19/03/2018  
VALOR: Nos termos da Cláusula segunda deste Termo Aditivo.

**2º TAAO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 052/2017 DATA: 16/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: GIOVANI BRUNO GIRARDI ME (MERCADO PACKER) OBJETO: REAJUSTE DOS VALORES PACTUADOS PELO INPC/IBGE**

Publicação Nº 1532498

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 052/2017  
DATA: 16/02/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote JULGAMENTO: Menor Preço  
CONTRATO: GIOVANI BRUNO GIRARDI ME (MERCADO PACKER)  
OBJETO: REAJUSTE DOS VALORES PACTUADOS PELO INPC/IBGE  
INÍCIO: 03/03/2018  
TÉRMINO: 03/03/2019  
VALOR: De acordo com a cláusula segunda deste Termo Aditivo.

**2º TAAO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 203/2017 DE 22/11/2017 DATA: 19/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME OBJETO: PRORROGAÇ**

Publicação Nº 1532500

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 203/2017 de 22/11/2017  
DATA: 19/02/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço  
CONTRATO: PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME  
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

DATA: 20/02/2018  
TÉRMINO: 20/04/2018  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 96/2017

**3º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 019/2017 DATA: 03/02/2017 DATA: 19/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: LUIZ BERNARDO ROPELATO ME OBJETO: DISTRATO**

Publicação Nº 1532505

3º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 019/2017 03/02/2017  
DATA: 19/02/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote JULGAMENTO: Menor Preço  
CONTRATO: LUIZ BERNARDO ROPELATO ME  
OBJETO: DISTRATO  
INÍCIO: 19/02/2018

**3º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº011/2017 DE 02/01/2017 DATA: 13/02/18 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: TERRA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA EPP OBJETO: ACRÉSCIMO DO ITEM 1**

Publicação Nº 1532503

3º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº011/2017 DE 02/01/2017  
DATA: 13/02/18  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço  
CONTRATO: TERRA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA EPP  
OBJETO: ACRÉSCIMO DO ITEM 1  
INÍCIO: 13/02/2018  
TÉRMINO: 02/07/2018  
VALOR: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

**4º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 091/2016 DATA: 28/04/2016 DATA: 02/02/2018 CONTRATO: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP OBJETO: ACRÉSCIMO DOS ITENS 19 E 21**

Publicação Nº 1532509

4º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 091/2016 DATA: 28/04/2016  
DATA: 02/02/2018  
CONTRATO: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP  
OBJETO: ACRÉSCIMO DOS ITENS 19 E 21  
INÍCIO: 02/02/2018  
TÉRMINO: 26/04/2018  
VALOR: Valor total de R\$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

**5º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 020/2017 DE 03/02/2017 DATA: 19/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: TRANSPORTE TURISTICO RO & SI TOUR LTDA OBJETO: DISTRATO**

Publicação Nº 1532712

5º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 020/2017 de 03/02/2017  
DATA: 19/02/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote JULGAMENTO: Menor Preço  
CONTRATO: TRANSPORTE TURISTICO RO & SI TOUR LTDA  
OBJETO: DISTRATO  
INÍCIO: 19/02/2018

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2018 DATA: 08/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS ITENS DA ME**

Publicação Nº 1532518

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2018  
DATA: 08/02/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço  
CONTRATO: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS ITENS DA MERENDA ESCOLAR FORNECIDA AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO  
INÍCIO: 08/02/2018  
TÉRMINO: 08/02/2019  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 04/2018

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2018 DATA: 08/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: CLEDSON VALDIR PEDRON ME OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS ITENS DA ME**

Publicação Nº 1532524

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2018  
DATA: 08/02/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço  
CONTRATO: CLEDSON VALDIR PEDRON ME  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS ITENS DA MERENDA ESCOLAR FORNECIDA AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO  
INÍCIO: 08/02/2018  
TÉRMINO: 08/02/2019  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 04/2018



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2018 DATA: 08/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: MARLENE MILLNITZ FORMIGARI ME (CASA DO DOCE) OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA**

Publicação Nº 1532527

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2018

DATA: 08/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: MARLENE MILLNITZ FORMIGARI ME (CASA DO DOCE) OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS ÍTENS DA MERENDA ESCOLAR FORNECIDA AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO

INÍCIO: 08/02/2018

TÉRMINO: 08/02/2019

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 04/2018

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2018 DATA: 08/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA ME OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

Publicação Nº 1532530

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2018

DATA: 08/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA ME OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS ÍTENS DA MERENDA ESCOLAR FORNECIDA AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO

INÍCIO: 08/02/2018

TÉRMINO: 08/02/2019

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 04/2018

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2018 DATA: 08/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: JUARPO COMERCIO ATACADISTA EIRELI EPP OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR**

Publicação Nº 1532572

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2018

DATA: 08/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: JUARPO COMERCIO ATACADISTA EIRELI EPP OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS ÍTENS DA MERENDA ESCOLAR FORNECIDA AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DO

MUNICÍPIO

INÍCIO: 08/02/2018

TÉRMINO: 08/02/2019

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 04/2018

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2018 DATA: 08/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPO**

Publicação Nº 1532573

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2018

DATA: 08/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS ÍTENS DA MERENDA ESCOLAR FORNECIDA AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO

INÍCIO: 08/02/2018

TÉRMINO: 08/02/2019

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 04/2018

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2018 DATA: 08/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: INDÚSTRIA E COMERCIO DE SORVETES DO VALE LTDA ME OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

Publicação Nº 1532639

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2018

DATA: 08/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: INDÚSTRIA E COMERCIO DE SORVETES DO VALE LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS ÍTENS DA MERENDA ESCOLAR FORNECIDA AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO

INÍCIO: 08/02/2018

TÉRMINO: 08/02/2019

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 04/2018

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2018 DATA: 08/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS ÍTE**

Publicação Nº 1532641

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2018

DATA: 08/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS ÍTEMS DA MERENDA ESCOLAR FORNECIDA AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO

INÍCIO: 08/02/2018

TÉRMINO: 08/02/2019

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 04/2018

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2018 DATA: 08/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018 - MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA DE COMPRA - TIPO DE LICITAÇÃO: POR ITEM - FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO ITAJAI OBJETO: CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIM**

Publicação Nº 1532642

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2018

DATA: 08/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018 - MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA DE COMPRA - Tipo de Licitação: Por Item - Forma de Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO ITAJAI

OBJETO: CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

INÍCIO: 08/02/2018

TÉRMINO: 08/02/2019

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 03/2018

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2018 DATA: 08/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018 - MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA DE COMPRA - TIPO DE LICITAÇÃO: POR ITEM - FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA DE PSICULTORES - COOPEPEIXE OBJETO: CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALI**

Publicação Nº 1532643

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2018

DATA: 08/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018 - MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA DE COMPRA - Tipo de Licitação: Por Item - Forma de Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA DE PSICULTORES - COOPEPEIXE OBJETO: CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA

A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

INÍCIO: 08/02/2018

TÉRMINO: 31/12/2018

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 03/2018

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2018 DATA: 08/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018 - MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA DE COMPRA - TIPO DE LICITAÇÃO: POR ITEM - FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: CLEDSON VALDIR PEDRON OBJETO: CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICU**

Publicação Nº 1532645

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2018

DATA: 08/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018 - MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA DE COMPRA - Tipo de Licitação: Por Item - Forma de Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: CLEDSON VALDIR PEDRON

OBJETO: CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

INÍCIO: 08/02/2018

TÉRMINO: 31/12/2018

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 03/2018

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2018 DATA: 08/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018 - MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA DE COMPRA - TIPO DE LICITAÇÃO: POR ITEM - FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: JEAN HENRIQUE GAULKE OBJETO: CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICUL**

Publicação Nº 1532651

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2018

DATA: 08/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018 - MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA DE COMPRA - Tipo de Licitação: Por Item - Forma de Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: JEAN HENRIQUE GAULKE

OBJETO: CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

INÍCIO: 08/02/2018

TÉRMINO: 31/12/2018

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 03/2018

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2018 DATA: 08/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018 - MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA DE COMPRA - TIPO DE LICITAÇÃO: POR ITEM - FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: MARCIANO MANSKE OBJETO: CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA**

Publicação Nº 1532657

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2018

DATA: 08/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018 - MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA DE COMPRA - Tipo de Licitação: Por Item - Forma de Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: MARCIANO MANSKE  
OBJETO: CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
INÍCIO: 08/02/2018  
TÉRMINO: 31/12/2018  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 03/2018

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2018 DATA: 09/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2018. -MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: PANIFICADORA, CONFEITARIA E LANCHONETE DOS IMIGRANTES LTDA ME OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LANCHES PAR**

Publicação Nº 1532683

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2018  
DATA: 09/02/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2018. -MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço  
CONTRATO: PANIFICADORA, CONFEITARIA E LANCHONETE DOS IMIGRANTES LTDA ME  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA CAFÉ DA TARDE DO GRUPO DA 3ª IDADE  
INÍCIO: 08/02/2018  
TÉRMINO: 09/02/2018  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 06/2018

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2018 DATA: 14/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM BRITAD**

Publicação Nº 1532684

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2018  
DATA: 14/02/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço  
CONTRATO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM BRITADOR MÓVEL  
INÍCIO: 14/02/2018  
TÉRMINO: 14/02/2019  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 07/2018

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2018 DATA: 19/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ - ME (RV TRANSPORTES) OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE**

Publicação Nº 1532686

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2018

DATA: 19/02/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote - JULGAMENTO: Menor Preço  
CONTRATO: VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ - ME (RV TRANSPORTES)  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A REDE DE ENSINO DE RIO DOS CEDROS - SC  
INÍCIO: 19/02/2018  
TÉRMINO: 19/02/2018  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 05/2018

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2018 DATA: 19/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: TRANSPORTE TURISTICO RO & SI TOUR LTDA OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR P**

Publicação Nº 1532688

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2018  
DATA: 19/02/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote - JULGAMENTO: Menor Preço  
CONTRATO: TRANSPORTE TURISTICO RO & SI TOUR LTDA  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A REDE DE ENSINO DE RIO DOS CEDROS - SC  
INÍCIO: 19/02/2018  
TÉRMINO: 19/02/2018  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 05/2018

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2018 DATA: 19/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2018 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº012/2018 -DISPOSITIVO LEGAL: ART.24, IV, DA LEI 8.666/93 CONTRATO: LUIZ BERNARDO ROPELATO ME OBJETO: TRANSPORTE ESCOLAR**

Publicação Nº 1532692

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2018  
DATA: 19/02/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2018 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº012/2018 -DISPOSITIVO LEGAL: ART.24, IV, DA LEI 8.666/93  
CONTRATO: LUIZ BERNARDO ROPELATO ME  
OBJETO: TRANSPORTE ESCOLAR  
INÍCIO: 19/02/2018  
TÉRMINO: 19/02/2018  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 05/2018

**DECRETO DE 19 DE JANEIRO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT**

Publicação Nº 1532721

DECRETO DE 19 DE JANEIRO DE 2018.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº

1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros  
10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social  
001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros  
0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde  
3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.386.413 – Transf. Sus/União PMAQ) ..... 2.500,00  
3449000000000000 – Aplic. Diretas (3.386.413 – Transf. Sus/União PMAQ) ..... 4.980,00

Total ..... 7.480,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 19 de janeiro de 2018.  
MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 19 de janeiro de 2018.

Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

## **DECRETO DE 22 DE JANEIRO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT**

Publicação Nº 1532723

DECRETO DE 22 DE JANEIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros  
05 – Secretaria de Educação  
002 – Educação Básica  
0012.0365.0050.1008 – Construção e Ampliação de Creches  
3449000000000000 – Aplic. Diretas (3.010.000 – Rec. de Impostos – Educação) ..... 6.238,27

Total ..... 6.238,27

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 22 de janeiro de 2018.  
MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 22 de janeiro de 2018.

Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

## **DECRETO DE 29 DE JANEIRO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT**

Publicação Nº 1532726

DECRETO DE 29 DE JANEIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros  
10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social  
001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros  
0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde  
3449000000000000 – Aplic. Diretas (3.386.413 – Transf. Sus/União PMAQ) ..... 7.047,00

Total ..... 7.047,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 29 de janeiro de 2018.  
MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de janeiro de 2018.

Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

## **DECRETO DE 29 DE JANEIRO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT**

Publicação Nº 1532728

DECRETO DE 29 DE JANEIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros  
10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social  
001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros  
0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde  
3319000000000000 – Aplic. Diretas (3.386.410 – Transf. Sus/União PSF) ..... 28.024,97  
3319000000000000 – Aplic. Diretas (3.386.411 – Transf. Sus/União SB) ..... 5.072,77  
3319000000000000 – Aplic. Diretas (3.386.412 – Transf. Sus/União ACS) ..... 46.017,89

Total ..... 79.115,63



Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 29 de janeiro de 2018.  
MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de janeiro de 2018.

Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.868, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
ALTERA O DECRETO Nº 2.643, DE 24 DE MARÇO DE 2014, QUE REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 106\_06, QUE ESTABELECE VALORES PARA PREÇOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1532720

DECRETO Nº 2.868, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

ALTERA O DECRETO Nº 2.643, DE 24 DE MARÇO DE 2014, QUE REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 106\_06, QUE ESTABELECE VALORES PARA PREÇOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50 inciso V da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art.1º. A alínea "c" do artigo 1º do Decreto Municipal nº 2.643, de 24 de março de 2014, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos e redações:

c) [...]

Descrição dos Serviços	Unidade	UFM's
Utilização do Museu do Imigrante (autidório)	A cada 4 (quatro) horas	2,09

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 10 de Janeiro de 2018.  
MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,  
aos 10 de Janeiro de 2018.  
MARGARET SILVIA GRETTER  
Diretora de Gabinete

# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### **AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO 011/2018 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 008/2018**

Publicação Nº 1532223

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA  
Processo de Licitação 011/2018  
Edital de Pregão Presencial 008/2018

#### **AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO**

O Município de Rio Fortuna por intermédio da Pregoeira Oficial torna público para conhecimento dos interessados, que o Processo Licitatório 011/2018 Pregão Presencial 008/2018 com abertura prevista para às 8 h, do dia 26 de Fevereiro de 2018, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, com o objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, 1ª LINHA, CERTIFICADOS PELO INMETRO, COM NO MÁXIMO 01 ANO DE FABRICAÇÃO À DATA DO FORNECIMENTO, E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA E AFINS PARA O MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA E SEUS FUNDOS, fica CANCELADO conforme Parecer Jurídico datado do dia 21 de fevereiro de 2018. Demais informações complementares no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, ou pelo telefone: (48) 3653-1122.

Rio Fortuna/ SC, 22 de fevereiro de 2018.

ROSANA ROECKER

Pregoeira Oficial

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO 017/2018 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 011/2018**

Publicação Nº 1533133

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA  
Processo de Licitação 017/2018  
Edital de Pregão Presencial 011/2018

A Comissão Permanente de Licitações de Rio Fortuna torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 8 h, do dia 08 de março de 2018, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, PREGÃO PRESENCIAL visando à AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA. Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações complementares no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, ou pelo telefone: (48) 3653-1122. Rio Fortuna/SC, 22 de fevereiro de 2018.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal



# Rio Rufino

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018

Publicação Nº 1532054

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO

Processo Administrativo Nº 07/2018

PREGÃO PRESENCIAL 06/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO, Estado de Santa Catarina, tornam público, de acordo com o que estabelece o art. 34, §1º, da Lei nº 8.666/93, que realizarão licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço por item, no dia 15/03/2018 às 10:00 horas, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA O ANO DE 2018.

Esclarecimentos fone 49 32790000

[www.riorufino.sc.gov.br](http://www.riorufino.sc.gov.br)

Rio Rufino, 22 de Fevereiro de 2018.

THIAGO COSTA

Prefeito Municipal

# Romelândia

## PREFEITURA

### DESPACHO PREGÃO 3/2018

Publicação Nº 1532869

#### DESPACHO

PROCESSO LICITATÓRIO: 145 / 2018  
MODALIDADE: Pregão – Nº 3 / 2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2018.

Tendo em vista que a Empresa SCS COMERCIO LTDA impetrou mandado de segurança sob nº. 0300079-27.2018.8.24.0002, perante a Comarca de Anchieta – SC.

Em decisão liminar conforme cópia retro houve a suspensão do referido procedimento licitatório.

Para dar total cumprimento a essa liminar, a Comissão de Licitações vem por meio deste comunicar a Suspensão do Processo Licitatório até decisão nos Autos do Mandado de Segurança.

Romelândia, 16/02/18

MILTON AIMI  
Pregoeiro

DARIZ GENZ  
Equipe de Apoio

NILSON SCHAEFFER  
Equipe de Apoio

ROBSON LUIZ SCHOLTZE  
Equipe de Apoio

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2018

Publicação Nº 1532737

DECRETO Nº 008, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

ESTABECE NOVO PRAZO PARA OS CONTRIBUINTES EFETUAREM O PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art. 1º. Fica estabelecida a data de 24/04/2018 para a quitação pelos contribuintes do Município de Salto Veloso do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU de 2018 em parcela única.

Art. 2º. Os contribuintes que optarem pelo pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU de forma parcelada, terão como data de vencimento da primeira parcela em 23/04/2018 e da segunda parcela em 23/05/2018.

Art. 3º. A alteração das datas para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU se dá de forma excepcional, em virtude da necessidade de modificação e adequação do sistema utilizado pelo Setor de Tributação da municipalidade.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 22 de fevereiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

### DECRETO MUNICIPAL Nº 009/2018

Publicação Nº 1532740

DECRETO Nº 009 de 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 001/2018, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTO VELOSO.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 001/2018, de 20 de fevereiro de 2018, do Conselho Municipal de Saúde, que dispõe sobre “aprovação do relatório de gestão 3º quadrimestral – período de setembro a dezembro de 2017.”.

Art. 2º. É parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso - SC, 22 de fevereiro de 2018

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

### ANEXO ÚNICO

RESOLUÇÃO 001/2018 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal N. 454 de 23 de agosto de 1989, em seus artigos que a compõem e em consonância com a Lei Federal Nº 8.080/90:

- Considerando os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Salto Veloso - SC, denominamos RELATÓRIO DE GESTÃO 3º QUADRIMESTRE – PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2017.

- Considerando os trabalhos de análise da referida documentação por parte dos Conselheiros Municipais de Saúde e esclarecimentos fornecidos pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Salto Veloso.

- Considerando a Ata nº 01/2018 de 20/02/2018, a qual aprova por unanimidade os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. Denominado RELATÓRIO DE GESTÃO 3º QUADRIMESTRAL – PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2017;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Aprovar o RELATÓRIO DE GESTÃO 3º QUADRIMESTRAL – PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2017.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso, 20 de Fevereiro de 2018.

Leonel Afonso Abati

PRESIDENTE DO CMS

## DECRETO MUNICIPAL N° 010/2018

Publicação N° 1532744

DECRETO N° 010 de 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO N° 002/2018, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTO VELOSO.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 002/2018, de 20 de fevereiro de 2018, do Conselho Municipal de Saúde, que dispõe sobre “aprovação do parecer do conselho municipal de saúde (CMS) de Salto Veloso-SC - Avaliação da Gestão.”.

Art. 2º. É parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso - SC, 22 de fevereiro de 2018

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

### ANEXO ÚNICO

RESOLUÇÃO 002/2018 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal N. 454 de 23 de agosto de 1989, em seus artigos que a compõem e em consonância com a Lei Federal N° 8.080/90:

- Considerando os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Salto Veloso - SC, denominamos PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS) DE SALTO VELOSO-SC- AVALIAÇÃO DA GESTÃO.

- Considerando os trabalhos de análise da referida documentação por parte dos Conselheiros Municipais de Saúde e esclarecimentos fornecidos pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Salto Veloso.

- Considerando a Ata nº 01/2018 de 20/02/2018, a qual aprova por unanimidade os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. Denominado PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS) DE SALTO VELOSO-SC- AVALIAÇÃO DA GESTÃO;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Aprovar o PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS) DE SALTO VELOSO-SC- AVALIAÇÃO DA GESTÃO.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso, 20 de Fevereiro de 2018.

Leonel Afonso Abati

PRESIDENTE DO CMS

**DECRETO MUNICIPAL N° 011/2018**

Publicação N° 1532750

DECRETO N° 011 de 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO N° 003/2018, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTO VELOSO.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução n° 003/2018, de 20 de fevereiro de 2018, do Conselho Municipal de Saúde, que dispõe sobre "aprovação da tabela de procedimentos do CISAMARP – consórcio intermunicipal da saúde da região da AMARP".

Art. 2º. É parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso - SC, 22 de fevereiro de 2018

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

**ANEXO ÚNICO**

RESOLUÇÃO 003/2018 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal N. 454 de 23 de agosto de 1989, em seus artigos que a compõem e em consonância com a Lei Federal N° 8.080/90:

- Considerando os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Salto Veloso - SC, denominamos TABELA DE PROCEDIMENTOS DO CISAMARP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA SAÚDE DA REGIÃO DA AMARP.

- Considerando os trabalhos de análise da referida documentação por parte dos Conselheiros Municipais de Saúde e esclarecimentos fornecidos pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Salto Veloso.

- Considerando a Ata n° 01/2018 de 20/02/2018, a qual aprova por unanimidade os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. Denominado TABELA DE PROCEDIMENTOS DO CISAMARP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA SAÚDE DA REGIÃO DA AMARP;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Aprovar a TABELA DE PROCEDIMENTOS DO CISAMARP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA SAÚDE DA REGIÃO DA AMARP.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso, 20 de Fevereiro de 2018.

Leonel Afonso Abati

PRESIDENTE DO CMS

**DECRETO MUNICIPAL N° 012/2018**

Publicação N° 1532757

DECRETO N° 012, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

APROVA O PLANO ANUAL DE AUDITORIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a necessidade de desenvolver ações de controle interno do Município de Salto Veloso, previstas na Lei Municipal 1.115/2003;

DECRETA:

Art.1º Fica aprovado o Plano Anual de Auditoria para o ano de 2018 do sistema de controle interno do município de Salto Veloso – SC.

Art. 2º. É parte integrante deste Decreto o Anexo Único.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Salto Veloso/SC, 22 de fevereiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

**ANEXO ÚNICO**

PLANO ANUAL DE AUDITORIA  
CONTROLE INTERNO  
SALTO VELOSO - SC  
CRONOGRAMA DE AUDITORIAS 2018.

Nº	Título Auditoria	Área Auditada	Método	Objetivos da Auditoria	Escopo do Trabalho	Execução
01	Atualização Cadastral dos Servidores Públicos Municipais	Setor de recursos humanos do Município de Salto Veloso	Amostragem	Com base na Instrução Normativa SCI nº 001/2016, verificar se os servidores, aposentados e pensionistas estão realizando a atualização cadastral no mês de seu aniversário, bem como verificar a base de dados do setor de recursos humanos.	Servidores públicos, aposentados e pensionistas que fazem aniversário a partir de 01/01/2018 a 30/06/2018.	01/08/2018 a 31/08/2018
02	Concessão de Diárias	Setor de contabilidade e tesouraria do Município de Salto Veloso	Amostragem	Com base na Instrução Normativa Nº. 001/2009 – SCI, verificar a concessão de diárias do Poder Executivo e Legislativo do Município de Salto Veloso e seus demais órgãos.	Pagamento de diárias efetuadas de 01/01/2018 a 30/06/2018	01/09/2018 a 30/09/2018

Salto Veloso, 1 de fevereiro de 2018.

Débora Baronchello

Responsável pela Coordenadoria do Sistema de Controle Interno



# Santa Cecília

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL 015/2018

Publicação Nº 1532807

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que a Licitação Pública realizada no dia 21/02/2018, às 14h00min, na modalidade Pregão Presencial nº 015/2018, cujo objeto era REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de mangueiras e conexões hidráulicas para a frota de máquinas da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos e Secretaria da Ind. Comércio, Agricultura e Florestas, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no Edital e em seus anexos, foi considerada DESERTA, em face de ausência total de interessados.

Santa Cecília, 22 de fevereiro de 2018.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

### CONVITE AUDIENCIA

Publicação Nº 1531666

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA  
CNPJ 85.997.237/0001-41

#### CONVITE

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, juntamente com a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do município, convida a população em geral a participar da audiência pública, para avaliação das metas financeiras e orçamentárias do 3º quadrimestre de 2017, em obediência ao art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (101/2000) e demonstração Financeira da saúde do município também do 3º quadrimestre de 2017, que será apresentado no dia 26 fevereiro (segunda feira), nas dependências da câmara municipal a partir das 15:00 horas, sito Av. Nereu Ramos, nº 897, nesta.

Santa Cecília, 22 de fevereiro de 2018

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº. 32/2018

Publicação Nº 1533180

DECRETO Nº 032/2018

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, SC, REGIDO PELO EDITAL N. 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em Exercício do Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que os concursos públicos constituem meios técnicos para obter a moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público, destinam-se a propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam aos requisitos da Lei;

CONSIDERANDO que não deve pairar qualquer vício de legalidade em certame de seleção de pessoal, que deve se pautar nos princípios norteadores da Administração Pública, elencados no caput do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO os termos da Súmula 473 do STF, que autoriza a administração anular seus atos, quando eivados de vícios que tornam ilegais, e, por conseguinte, deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, dentro do seu poder discricionário;

CONSIDERANDO as diversas irregularidades existentes no decorrer do Concurso Público 001/2017 (documentos em anexo), quais sejam:

- a) Lacre dos malotes das provas das salas 06 e 07, da Escola de Educação Básica Santa Terezinha, fechados inadequadamente;
- b) Envelope contendo os cartões-respostas da Sala 04, do Núcleo Escolar Santa Terezinha, não encontrava-se devidamente lacrado;
- c) Falta de assinatura pelos três últimos candidatos, no verso dos cartões respostas da Sala 04, do Núcleo Escolar Santa Terezinha;
- d) Problemas de leitura dos cartões-respostas dos candidatos, durante a Sessão Pública ocorrida no dia 17 de janeiro de 2018, com deferimento posterior de todos os recursos para reavaliação das notas, comprovando deficiência no procedimento efetuado;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto n. 008/2018, que anulou o Concurso Público nº 001/2017, em decorrência das irregularidades apontadas;

CONSIDERANDO os termos do Decreto n. 14/2018, que revogou o Decreto nº 008/2018;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto n. 15/2018, que anulou apenas as provas objetivas do Concurso Público n. 001/2017, sendo que as novas provas objetivas seriam realizadas no dia 04 de março de 2018;

CONSIDERANDO o que consta na notícia em anexo, chegou ao conhecimento desta Administração de que a empresa Airton Kerbes ME está sendo investigada por fraude em Concurso Público realizado na Câmara de Vereadores do Município de Lajeado Grande/SC. Da notícia anexa, consta inclusive a informação que o representante legal da empresa encontra-se preso em virtude da investigação, a qual está em curso na Comarca de Xaxim/SC (Processo n. 0900009-15.2018.8.24.0081);

CONSIDERANDO os termos da Rescisão Unilateral do Contrato Administrativo n. 96/2017, cujo objeto era a realização de Concurso Público nesta Municipalidade;

CONSIDERANDO todo o acima exposto, sem objetivar realizar julgamentos sobre a situação da empresa contratada em relação a possível fraude no concurso público realizado na Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande/SC, é certo que a idoneidade da aludida empresa encontra-se sob dúvida;

CONSIDERANDO que a prisão do contratado e administrador da empresa por suposta fraude em concurso público é fato grave;

### DECRETA

Art. 1º. Fica ANULADO o concurso público destinado ao provimento de cargos do Quadro da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, originado pelo Edital n. 001/2017, tendo em vista as considerações acima.

Art. 2º. Fica assegurado aos candidatos inscritos no concurso ora anulado o direito de requererem a devolução da correspondente taxa de inscrição.

Parágrafo único. O direito de requerer a devolução mencionada neste artigo pode ser exercido entre os dias 01 a 20 de março de 2018, através de simples requerimento (MODELO EM ANEXO) a ser protocolado pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal ou enviado via correio, com assinatura reconhecida em Cartório, para o endereço: Avenida Tancredo Neves, nº 337, Centro, na cidade de Santa Terezinha do Progresso, SC, informando no mínimo os seguintes dados:

- Nome Completo;
- Número da Inscrição;
- CPF;

· Conta bancária para depósito, com identificação do banco, agência e conta corrente.

Art. 3º. A devolução do valor da taxa de inscrição será efetuada através de depósito bancário de acordo com as informações constante no requerimento.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos n. 08/2018, 14/2018 e 15/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 21 de fevereiro de 2018.

CRISTIANO BATISTA MACHADO  
Prefeito Municipal em exercício

Excelentíssimo Senhor,  
Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC

\_\_\_\_\_, brasileiro, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, inscrito no Concurso Público  
n. 001/2017, do Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, sob a inscrição n. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, vem REQUERER:

A devolução da taxa de inscrição no Concurso Público acima mencionado, na seguinte Conta Bancária, em nome do Candidato ou terceira  
pessoa por este autorizado:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Conta Corrente n. \_\_\_\_\_

Agência n. \_\_\_\_\_

Banco n. \_\_\_\_\_

Nestes termos  
Pede deferimento

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

REQUERENTE

## DECRETO MUNICIPAL Nº. 33/2018

Publicação Nº 1533185

### DECRETO Nº 033/2018

Dispõe sobre regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal,  
constante da Lei n. 1360, de 05 de dezembro de 2017 e dá outras providências.

CRISTIANO BATISTA MACHADO, Prefeito Municipal em Exercício de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das  
atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei  
nº 1368/2018,

### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1360, de 05 de dezembro  
de 2017, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
061220009.2.005000 Manutenção do convênio SSP/Transito				
	0112	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de  
dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1360, de 05 de dezembro de 2017, no valor de até R\$ 15.000,00  
(quinze mil reais), a seguir especificados:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
061220009.2.005000 Manutenção do convênio SSP/Transito				
28	0112	3.3.91.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 21 de Fevereiro de 2018.  
CRISTIANO BATISTA MACHADO  
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

## DECRETO MUNICIPAL Nº. 34/2018

Publicação Nº 1533188

### DECRETO Nº 034/2018

Dispõe sobre regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1360, de 05 de dezembro de 2017 e dá outras providências.

CRISTIANO BATISTA MACHADO, Prefeito Municipal em Exercício de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1369/2018,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1360, de 05 de dezembro de 2017, no valor de até R\$ 51.260,00 (cinquenta e um mil duzentos e sessenta reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
061220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
22	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	47.020,00
	0107	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	460,00
	0139	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	800,00
23	0100	3.3.93.00.00.0000	Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos	2.980,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme a Lei n. 1360, de 05 de dezembro de 2017, no valor de até R\$ 51.260,00 (cinquenta e um mil duzentos e sessenta reais), a seguir especificados:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
061220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
24	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.980,00

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.02 Depto de Fazenda				
011230009.0.001000 Pagamento de financiamento e parcelamento				
34	0100	3.2.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	47.020,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das Atividades de estradas de rodagem				
77	0107	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	460,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154510040.1.010000 Execução de pavimentação e calçamento nas ruas do perímetro urbano				
79	0139	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	800,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 21 de Fevereiro de 2018.  
CRISTIANO BATISTA MACHADO  
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

**LEI MUNICIPAL Nº. 1368/2018**

Publicação Nº 1533158

LEI Nº 1368 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1360, de 05 de dezembro de 2017 e dá outras providências.

CRISTIANO BATISTA MACHADO, Prefeito Municipal em Exercício de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1360, de 05 de dezembro de 2017, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
061220009.2.005000 Manutenção do convênio SSP/Transito				
	0112	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1360, de 05 de dezembro de 2017, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a seguir especificados:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
061220009.2.005000 Manutenção do convênio SSP/Transito				
28	0112	3.3.91.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 21 de Fevereiro de 2018.

CRISTIANO BATISTA MACHADO  
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

**LEI MUNICIPAL Nº. 1369/2018**

Publicação Nº 1533159

LEI Nº 1369 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1360, de 05 de dezembro de 2017 e dá outras providências.

CRISTIANO BATISTA MACHADO, Prefeito Municipal em Exercício de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1360, de 05 de dezembro de 2017, no valor de até R\$ 51.260,00 (cinquenta e um mil duzentos e sessenta reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
061220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
22	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	47.020,00
	0107	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	460,00
	0139	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	800,00
23	0100	3.3.93.00.00.0000	Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos	2.980,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme a Lei n. 1360, de 05 de dezembro de 2017, no valor de até R\$ 51.260,00 (cinquenta e um mil duzentos e sessenta reais), a seguir especificados:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				

061220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
24	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.980,00
03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.02 Depto de Fazenda				
011230009.0.001000 Pagamento de financiamento e parcelamento				
34	0100	3.2.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	47.020,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das Atividades de estradas de rodagem				
77	0107	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	460,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154510040.1.010000 Execução de pavimentação e calçamento nas ruas do perímetro urbano				
79	0139	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	800,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 21 de Fevereiro de 2018.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

## PORTARIA MUNICIPAL Nº. 34/2018

Publicação Nº 1533157

PORTARIA Nº 034/2018

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde para a servidora LAUDELINA JULIA DOS SANTOS BERTOLLO, Matrícula 7544/02 ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, conforme o atestado médico de 20 de fevereiro a 26 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Santa Terezinha do Progresso - SC, 20 de Fevereiro de 2018.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 19/2018 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 06/2018

Publicação Nº 1533146

### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT.. com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

NOME DO CREDOR: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI.

CNPJ/CPF: 83.052.191/0041-50

ENDEREÇO: Rua Padre Anchieta 527, Centro, Palmitos SC, CEP 89887-000.

VALOR: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).



Santa Terezinha do Progresso, 21 de fevereiro de 2018.  
CRISTIANO BATISTA MACHADO  
PREFEITO MUNICIPAL, E.E.

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 21/2018 - PP Nº. 12/2018**

Publicação Nº 1533101

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 21/2018  
PREGAO PRESENCIAL – Nº. 12/2018

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, em exercício, Sr. Cristiano Batista Machado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 08:00 horas do dia 08 DE MARÇO de 2018, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS OFERTADO PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018. POR TRATAR-SE DE SERVIÇO CONTÍNUO, PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO CONTRATUAL DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO INCISO II, ARTIGO 57 DA LEI N. 8.666/93.

O processo será regido pelas Leis Federais, n. 10520 e 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail: compras@staterezinhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site [www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br](http://www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br).

Santa Terezinha do Progresso – SC – 22 de fevereiro de 2018.

CRISTIANO BATISTA MACHADO  
Prefeito Municipal, em exercício

## **TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96/2017**

Publicação Nº 1533163

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96/2017

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº 01.612.847/0001-90, com sede administrativa na Av. Tancredo Neves, nº 337, Centro, CEP 89.983-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Senhor CRISTIANO BATISTA MACHADO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 4283786, residente e domiciliado na Av. Tancredo Neves, nº 440, Centro, Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, doravante denominado Simplesmente CONTRATANTE, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, resolve, RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96/2017, resultante do Processo Licitatório nº 78/2017, Tomada de Preços nº 06/2017. Firmado com a empresa AIRTON KERBES ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 20.612.829/0001-52, sediada na Rua Anir Zauza, nº 136, Centro, Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, CEP 89.818-000, representada pelo seu proprietário, Senhor AITON KERBES, brasileiro, solteiro, empresário, Carteira de Identidade nº 2856211, e CPF/MF nº 733.719.550-87, residente e domiciliado na Rua Carlos Dalchiavon, nº 9, Centro, Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, pelos seguintes motivos:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O objeto do presente termo é a rescisão unilateral do contrato administrativo nº 96/2017, resultante do Processo Licitatório nº 78/2017, Tomada de Preços nº 06/2017, que objetivou a contratação de empresa especializada para realização de concurso público no Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, compreendendo as fases: elaboração do edital, coordenar e receber as inscrições, elaborar todas as provas escritas com questões inéditas, aplicação e correção das provas escritas e práticas, aplicação e correção das provas escritas e práticas, recrutamento e treinamento dos fiscais de salas no dia da prova, classificação dos candidatos, divulgação dos resultados e demais atividades afins.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS MOTIVOS**

- 2.1. CONSIDERANDO que a contratada realizou as provas objetivas do Concurso Público nº 001/2017, no dia 7 de janeiro de 2018;
- 2.2. CONSIDERANDO que houveram diversas irregularidades existentes no decorrer do Concurso Público 001/2017, quais sejam:
  - a) Lacre dos malotes das provas das salas 06 e 07, da Escola de Educação Básica Santa Terezinha, fechados inadequadamente;
  - b) Envelope contendo os cartões-respostas da Sala 04, do Núcleo Escolar Santa Terezinha, não se encontrava devidamente lacrado;
  - c) Falta de assinatura pelos três últimos candidatos, no verso dos cartões-respostas da Sala 04, do Núcleo Escolar Santa Terezinha;
- 2.3. CONSIDERANDO que houveram Problemas de leitura dos cartões-respostas dos candidatos, durante a Sessão Pública ocorrida no dia 17 de janeiro de 2018, com deferimento posterior de todos os recursos para reavaliação das notas, comprovando deficiência no procedimento efetuado.
- 2.4. CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 008/2018, que anulou o Concurso Público nº 001/2017, em decorrência das irregularidades apontadas;
- 2.5. CONSIDERANDO que a empresa contratada se dispôs a realizar novamente, sem custo algum para a contratante, novas provas objetivas para os inscritos que prestaram o concurso em referência.
- 2.6. CONSIDERANDO que as irregularidades não contaminaram o Edital do Concurso Público no todo, sendo passíveis de saneamento com a realização de novas provas objetivas.
- 2.7. CONSIDERANDO que foi publicado o Decreto nº 14/2018, que revogou o Decreto nº 008/2018;
- 2.8. CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 15/2018, que anulou apenas as provas objetivas do Concurso Público nº 001/2017, sendo

que as novas provas objetivas seriam realizadas no dia 04 de março de 2018.

2.9. CONSIDERANDO que o Administrador é único sócio da contratada está preso, em virtude de investigação que aponta indícios de fraude em concurso público da Câmara de Vereadores do Município de Lajeado Grande/SC;

2.10. CONSIDERANDO que se aproxima o dia da realização das provas e a contratante não consegue mais contato com o representante da contratada para deliberações sobre o local da prova e sobre a devolução de valores de inscrições resultantes das provas anuladas;

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL IN CASU

3.1. Conforme previsto no artigo 78, inciso XII da Lei 8.666/93, constituiu-se motivo para a rescisão de contrato ante razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento.

3.2. Há de se observar e ter a ciência que os atos da Administração Pública buscam a satisfação do interesse público e os contratos administrativos possuem e guardam características próprias, sendo-as regidas pelos princípios basilares da Administração Pública, visto no art. 37 da Constituição Federal.

3.3 Sendo revestidos de prerrogativas para o seu exercício, dentre eles o poder de rescisão por conveniência do interesse público, e in casu pelos fatos expostos.

3.4. Ainda, preceitua o art. 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, in verbis:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

Art.79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E PAGAMENTO

4.1. A contratante não pagará nenhum valor a contratada, por força da Cláusula Terceira, item 3.2.1, do contrato ora rescindido, onde o pagamento pelos serviços prestados seria mediante um único pagamento após a homologação do resultado final dos classificados e entrega de toda a documentação referente ao concurso público.

4.2. Quanto as provas que foram realizadas no dia 07 de janeiro de 2018, não caberão valor algum a ser pago, visto que a contratada é que deu causa a anulação daquelas, pelas irregularidades assumidas e constadas em Ata.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO CONTRADITÓRIO

5.1. Abre-se o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para eventual recurso, nos termos do inciso I do art. 109, e), da Lei Federal 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

6.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campo Erê, independentemente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Publique-se o presente termo na imprensa oficial.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 21 de fevereiro de 2018.

CRISTIANO BATISTA MACHADO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Examinado e aprovado pela Assessoria Jurídica  
EDER SCHLOSSER DA SILVA  
OAB/SC 49.465

### CÂMARA MUNICIPAL

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 01/2018

Publicação Nº 1532285

DECRETO LEGISLATIVO N. 01/2018, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Homologa decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sobre as Contas do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, relativas ao exercício de 2016 e dá outras providências.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica por este Decreto Legislativo, mantida a decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que aprova as Contas do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, relativas exercício de 2016, conforme Parecer Prévio, cujo relator foi o Conselheiro Herneus De Nadal.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, em 20 de fevereiro de 2018.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO 18-2018 - AQUISIÇÃO DE SALGADOS

Publicação Nº 1532569

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N. 18/2018  
Registro de Preços

Processo Administrativo Nº 27/2018

Pregão Presencial Nº. 18/2018

EXCLUSIVA PARA ME's E EPP's

#### 1 - DA LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede à Rua Angelo Toazza, 600, centro, SANTIAGO DO SUL, SC - CEP 89854-000, através de seu PREGOEIRO, designado pelo Decreto Nº. 024/2017 de 02 de janeiro de 2017, comunica aos interessados que está realizando o Processo Licitatório nº. 27/2018, na modalidade Pregão Presencial nº. 18/2018, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, de conformidade com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, com vencimento previsto para a entrega dos envelopes nº.01, contendo os documentos para proposta e envelope nº.02 para habilitação, para o dia 12/03/2018 às 08:30 horas, iniciando-se a sessão pública no dia 12/03/2018 às 08:30 horas, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Angelo Toazza, nesta cidade de SANTIAGO DO SUL-SC.

#### 2 - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto Aquisição de gêneros alimentícios para realização de coquetel que será distribuído aos participantes de eventos promovidos pela administração municipal, secretarias e Fundo municipal de Saúde., de acordo com as especificações e quantidades constantes no Anexo I – Lista de Itens, do presente Edital.

2.1. As empresas não enquadradas como ME's ou EPP's, poderão ofertar propostas para os itens deste edital, sendo que as propostas serão consideradas apenas no caso de inexistir o número mínimo de três licitantes na condição de ME's ou EPP's.

#### 3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os envelopes contendo as propostas e os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados ao pregoeiro no dia, hora e local da sessão pública designados no preâmbulo deste Edital, em envelopes distintos e fechados.

3.2. O credenciamento dos licitantes deverá ser feito através de apresentação de procuração ou carta de credenciamento dos representantes conforme modelo (Anexo II), cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante, Declaração de requisitos de habilitação (Anexo III) e apresentação de documento de identificação do representante (original e com foto). Os referidos documentos deverão ser entregues ao Pregoeiro sendo que os dois primeiros serão arquivados no processo e o documento de identificação será devolvido ao licitante.

3.3 A autenticação da cópia do contrato social ou documento constitutivo do licitante, de que trata o item anterior, poderá ser feita por Servidor Público da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL, mediante apresentação do original ou cópia autenticada por cartório.

3.4. Toda empresa que apresentar proposta deverá apresentar cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante e Declaração de requisitos de habilitação (Anexo III) sob pena de inabilitação sendo que a ausência dos demais documentos estabelecidos no item 3.2, para o credenciamento, não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o impedimento.

3.5. Cada representante poderá representar um único licitante.

3.6. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, enquadradas de acordo com a Lei Complementar Federal nº.123/2006, que tiverem interesse de gozar dos direitos constantes nos artigos 42 a 49 da referida Lei, deverão apresentar, fora dos envelopes nº.01 e 02, Certidão Comercial ou Registro Civil de Pessoa Jurídica emitido pela Junta Comercial de sua comarca.

#### 4 - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº01)

4.1. A proposta deverá ser apresentada por item em papel timbrado da Empresa, datilografada, manuscrita ou por impressão em sistema eletrônico de processamento de dados, podendo ainda ser utilizado o formulário pré-impresso anexo I do presente edital, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou estrelinhas, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº.01

DA: (EMPRESA)

AO: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 27/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2018  
ABERTURA: às 08:30 horas do dia 12/03/2018.  
ENVELOPE "PROPOSTA"

- 4.2. A proposta deverá ser feita por item, indicando valores unitários e totais conforme discriminado na Lista de Itens (ANEXO I) deste Edital.
- 4.3. O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 60 dias, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.
- 4.4. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.
- 4.5. O preço deverá ser cotado em moeda nacional.
- 4.6. O preço ofertado será líquido, já inclusos todos os impostos fretes, e demais encargos, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.
- 4.7. Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros.
- 4.8. Deverá ser indicada a marca, quando houver e outros elementos necessários a perfeita identificação do Objeto licitado.

## 5 - DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº2)

- 5.1. A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

CERTIDÃO NEGATIVA DE FGTS
CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL
CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL
CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL
DECLARAÇÃO-INCISO V, ART.27 LEI 8666/93 E 9854/99
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
CARTÃO CNPJ

- 5.2. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº.02  
DA: (EMPRESA)  
AO: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 27/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2018.  
ABERTURA: às 08:30 horas do dia 12/03/2018  
ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

- 5.3. Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, exceto os documentos extraídos através da internet, que poderão ser consultados e verificados através dos "sites" dos quais foram expedidos.

- 5.4. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

## 6 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. Declarada a abertura da Seção pelo Pregoeiro e concluída a fase de credenciamento dos licitantes, os licitantes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação deste Edital (ANEXO III), a referida declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes nº 01 e 02, em seguida proceder-se-á o encaminhamento dos envelopes de propostas e documentação às mãos dos licitantes presentes, para que constatem a inviolabilidade dos mesmos.

- 6.2. O critério de julgamento deste pregão será o de MENOR PREÇO POR LOTE. O pregoeiro analisará a aceitabilidade das propostas.

- 6.2.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

- 6.3. Serão classificada a proposta de menor preço e aquelas que apresentarem preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço.

- 6.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate no preço, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

6.5. No curso da sessão pública o Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial e por item, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e assim sucessivamente, até a proclamação do vencedor.

6.6. Na ocorrência de empate dentre os classificados para participarem dos lances verbais, participará da etapa de lances as duas propostas empatadas e em ordem sequencial para esses lances, será definida por meio de sorteio.

6.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante na ordem decrescente dos preços, sendo vedada a oferta de lances com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula.

6.8. O pregoeiro poderá:

I - definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, podendo alterar os parâmetros durante a sessão;

II - estabelecer o tempo para oferecimento dos lances verbais;

III - permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros.

6.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das etapas futuras de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante excluído, para efeito de ordenação das propostas.

6.9.1. A Exclusão do licitante dentro do estabelecido no subitem anterior o impedirá para novos lances verbais, mas não o excluirá do certame, podendo inclusive em caso de inabilitação do licitante vencedor, vir a ser consultado pelo pregoeiro para negociação, desde que o segundo menor preço seja o seu e assim sucessivamente.

6.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

6.11. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.12. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.13. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

6.14. Sendo considerada aceitável a proposta do licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

6.15. Em caso do licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor.

6.16. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. A intenção de recorrer e motivos apresentados pelo recorrente, deverá ser registrada na ata da Sessão Pública. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

6.17. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

## 7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1. Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

7.2. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

7.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.



7.4. O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5. O(s) recurso(s) será(ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso.

#### 8. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

8.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

#### 9 - DA ENTREGA E/OU CONTRATO

9.1. No prazo de até 07 (sete) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) o licitante deverá entregar os produtos solicitados na Secretaria Municipal solicitante, nos moldes da proposta, em especial será verificado marca e modelo que forem ofertados, não podendo ser substituídas.

9.2. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato será convocado o licitante subsequente na ordem de classificação para fazê-lo nas condições por ele proposta, ocasião em que será realizada nova sessão pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.3. A prestação de serviços/entrega do objeto de que trata esta licitação deverá ser iniciada 01 ano, condicionado-se à assinatura de contrato cfe. estabelecido no presente edital e após a data de recebimento da Autorização de Fornecimento/Nota de Compra., considerando ainda: Que a prestação de serviços será efetuada, mediante solicitação por parte do Município, atendendo as necessidades de consumo, com término previsto para o dia 60 dias, sendo que os valores contratados/empenhados referente às quantidades porventura remanescentes na data prevista para o término do fornecimento, ou mesmo antes desta data no caso de não haver mais previsão de utilização dos serviços, serão anuladas, não cabendo ao licitante vencedor qualquer indenização ou compromisso do Município de adquirir os serviços ainda não efetuados.

#### 10 - DO PAGAMENTO

10.1. O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL compromete-se a efetuar o pagamento no prazo Até 07 dias após a entrega da nota fiscal após a entrega do objeto licitado/serviços prestados, pelo proponente.

10.2 O Pagamento será efetuado através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, condicionado à apresentação de documento fiscal e produtos definitivamente aceitos e recebidos pelo Município, através de seu responsável.

10.3 Não haverá reajuste, nem atualização dos valores.

#### 11 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

11.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o compromisso, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações:

11.2.1. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, associação do licitante vencedor com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

d) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) dissolução da empresa;

h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste

Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

l) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

11.2.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

11.2.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

## 12 - PENALIDADES

12.1. A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

12.1.1. Advertência;

12.1.2. Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

12.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

12.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

12.1.5. Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

12.2. Se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública.

## 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.2. A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.3. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.4. Faz parte integrante deste Edital:

13.4.1. ANEXO I – Lista de Itens com os preços máximos admitidos por item/Modelo da proposta.

13.4.2. ANEXO II – Minuta de Carta de Credenciamento;

13.4.3. ANEXO III – Minuta de Declaração Requisitos de Habilitação;

13.5. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

13.6. É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

13.7. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, situada à Rua Angelo Toazza, de segundas à sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone Nº (49) 3345-3000 ou pelo site [www.santiagodosul.sc.gov.br](http://www.santiagodosul.sc.gov.br).

SANTIAGO DO SUL, 22 de Fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO

O presente edital, preenche os requisitos da Legislação Vigente, em especial a Lei 8.666/93 e 10.520/2002 e suas alterações. Publique-se conforme determinações legais.

Este é o entendimento Salvo Melhor Juízo.

Santiago do Sul \_\_\_\_/\_\_\_\_/ \_\_\_\_ .  
ANEXO I

# LISTA DE ITENS COM PREÇO MÁXIMO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2018.

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para atendimento ao objeto do presente edital referente à Aquisição de gêneros alimentícios para realização de coquetel que será distribuído aos participantes de eventos promovidos pela administração municipal, secretarias e Fundo municipal de Saúde., modalidade de licitação Pregão Presencial Nº. 18/2018, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para realização de coquetel que será distribuído aos participantes de eventos promovidos pela administração municipal, secretarias e Fundo municipal de Saúde.

\*\*\*Os valores deverão ser cotados por preços unitários\*\*\*

Lote: ALIMENTOS:			Preço Total do Lote:			40.250,00
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
2	250,00	kg		Bolo salgado (milho, ervilha, tomate, bacon) com peso de 02 kg	25,00	6250,00
3	250,00	kg		Bolo nega maluca e/ou bolo de laranja, com peso de 02 kg	25,00	6250,00
5	50,00	kg		Grostoli doce de nata, embalagem de 01 kg	15,00	750,00
6	50,00	kg		Grostoli doce seco, embalagem de 01 kg	15,00	750,00
7	3.000,00	un		Mini salgados - empada, esfirra, pão de queijo	1,00	3000,00
8	50,00	kg		Palito salgado embalagem de 1 kg	15,00	750,00
10	12.000,00	un		Salgado tipo coxinha de frango, pastelzinho de carne, rissoles de frango e carne, com peso médio de 50 gramas	0,90	10800,00
11	5.000,00	un		Sanduíche mini, natural com (frango, presunto, queijo, tomate, alface) peso médio 50gr	1,50	7500,00
13	50,00	kg		Grostoli Salgado em embalagem de 1 Kg.	15,00	750,00
14	150,00	kg		Bolo recheado com leite condensado e cobertura de chantily	23,00	3450,00
Lote: ACOMPANHAMENTOS/BE-BIDAS:			Preço Total do Lote:			3.938,15
Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	20,00	pct		Açúcar cristalizado embalagem de 5kg	8,99	179,80
4	15,00	un		Café solúvel, de boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Deve possuir data de fabricação e validade. A embalagem deve estar de acordo com legislação vigente. Acondicionada em embalagem de 200 gramas.	10,99	164,85
9	500,00	un		Refrigerante de boa qualidade, linha AMBEV ou Coca Cola, vários sabores (guaraná, cola, laranja e limão, sendo que o sabor cola deve ser de no mínimo 50%), embalagem de 02 litros.	5,99	2995,00
12	150,00	LT		Suco natural diversos sabores embalagem de 1lt	3,99	598,50

Valor total da proposta (por extenso): R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 dias.

PRAZO DE ENTREGA: 01 ano.

Local e Data

NOME E ASSINATURA  
REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA  
ANEXO II

**CARTA DE CREDENCIAMENTO**

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2018

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para realização de coquetel que será distribuído aos participantes de eventos promovidos pela administração municipal, secretarias e Fundo municipal de Saúde.

ABERTURA: 12/03/2018 - 08:30 h.

A \_\_\_\_\_(nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Telefone \_\_\_\_\_, E-mail \_\_\_\_\_ credencia como seu representante o Sr. \_\_\_\_\_

(nome e qualificação), CPF Nº \_\_\_\_\_ e CI Nº \_\_\_\_\_ para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

Dados bancários: Banco, Agência e Conta corrente. (para cadastro)

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2018.

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL DO CREDENCIANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO III

DECLARAÇÃO requisitos de Habilitação

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2018

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para realização de coquetel que será distribuído aos participantes de eventos promovidos pela administração municipal, secretarias e Fundo municipal de Saúde.

A \_\_\_\_\_(nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2018.

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA

**AVISO PREGÃO 19-2018 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MECANICO**

Publicação Nº 1532746

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 28/2018.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.19/2018.
Objeto: Prestação de serviços mecânicos para manutenção de veículos, máquinas, equipamentos rodoviários e equipamentos agrícolas da frota do Município de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 13 de março de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 13 de março de 2018.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 22 de Fevereiro de 2018.
JULCIMAR LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018

Publicação Nº 1532445

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Obras e Serviços Urbanos, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 09 de Março de 2018, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS DE MINI ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAMINHÃO TOCO BASCULANTE, CAMINHÃO MUNCK, CAMINHÃO BASCULANTE E CAMINHÃO TANQUE(PIPA) PARA A EXECUÇÃO DE TRABALHOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min.

São Bento do Sul, 23 de Janeiro de 2018.

MARCIO DREVECK

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira

## SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

### AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 05/2018

Publicação Nº 1532211

ANULAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

Nº 05/2018

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO TORNA PÚBLICO A ANULAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 05/2018 PARA AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE, POR SOLICITAÇÃO DO SETOR RESPONSÁVEL PELO MOTIVO DA QUANTIDADE A SER ADQUIRIDA ESTAR INCORRETA.

SÃO BENTO DO SUL, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

DIRETOR PRESIDENTE

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 08/2018

Publicação Nº 1532062

Pregão Presencial nº 08/2018

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 08/2018

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 06 de Março de 2018, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de 02 (dois) PROFISSIONAIS para atuar como AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS na realização de limpeza geral nos prédios da Sede do SAMAE (salas, banheiros, varandas, escadas, calçadas, etc.), para fazer e servir café, para lavar louças e garrafas de café, e de 01 (um) PROFISSIONAL para atuar como AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS na realização de limpeza geral nos prédios da Estação de Tratamento de Água – ETA, Depósito do Bairro Brasília, WC do Parque do SAMAE e Estações de Tratamento de Esgoto, (salas, banheiros, varandas, escadas, calçadas, etc.), para fazer e servir café, para lavar louças e garrafas de café, conforme especificações e quantitativo descritos no Termo de Referência constante no ANEXO I do Edital.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 22 de Fevereiro de 2018.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

## EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 1532694

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

CONTRATADA: AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO.

DO OBJETO: TAXA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

JUSTIFICATIVA: Dispensa de licitação para pagamento referente à taxa de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, em cumprimento da Lei Federal Nº 11.445/2007 e conforme autorizado por Lei Municipal Nº 2.435 de 25 de novembro de 2.009, com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 24 Inciso XXVI: “na celebração de contrato de programa com ente da federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação”.

Ordem de Compra.: 215/2018

DO VALOR: R\$ 99.410,40 (Noventa e nove mil, quatrocentos e dez reais e quarenta centavos) total anual.

São Bento do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM – DIRETOR PRESIDENTE

## PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 61, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1532299

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 61, de 21 de fevereiro de 2018.

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul – SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor LUIS SÉRGIO FERREIRA, matrícula 319, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico, Grupo Ocupacional 4, lotado nesta Autarquia Municipal, o enquadramento na Classe “H”, referente ao período 2015/2018, em conformidade com o Artigo 6º da Lei Municipal nº 2966 de 29 de fevereiro de 2012.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

## PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 62, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1532300

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 62, de 21 de fevereiro de 2018.

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul – SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor MARCOS LUIS PEREIRA DUARTE, matrícula 462, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, Grupo Ocupacional 3, lotado nesta Autarquia Municipal, o enquadramento na Classe “B”, referente ao período 2015/2018, em conformidade com o Artigo 6º da Lei Municipal nº 2966 de 29 de fevereiro de 2012.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente



# São Bernardino

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 46/2018

Publicação Nº 1532453

DECRETO Nº 46/2018 DE 21/02/2018

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FINANCEIRO DE 2018 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a letra "b" Art. 5º da Lei nº 1.220/2017 de 05/12/2017;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica remanejado o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), do Orçamento Financeiro de 2018 do Município de São Bernardino -SC, conforme fica a seguir demonstrado:

#### DE:

ÓRGÃO: 07.00 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.01 – Departamento da Agricultura e Meio Ambiente

20.000.0000.0.000.000 – Agricultura

20.606.0000.0.000.000 – Extensão Rural

20.606.0020.0.000.000 – Assistência ao Produtor Rural

20.606.0020.2.037.000 – Manutenção da Agricultura

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 – Recursos Próprios – Ordinário ..... R\$ 30.000,00

#### PARA:

ÓRGÃO: 07.00 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.01 – Departamento da Agricultura e Meio Ambiente

20.000.0000.0.000.000 – Agricultura

20.606.0000.0.000.000 – Extensão Rural

20.606.0020.0.000.000 – Assistência ao Produtor Rural

20.606.0020.2.037.000 – Manutenção da Agricultura

4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 – Recursos Próprios – Ordinário ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 21 de fevereiro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINÉ GOMES WERNER  
Resp. Sec. da Adm. e Fazenda

### DECRETO Nº 47/2018

Publicação Nº 1533105

DECRETO Nº 047/2018 DE 22/02/2018

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO EM TESTE SELETIVO 05/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o Disposto no Inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado pelo presente Decreto o Servidor Público Municipal Sr. FLADEMIR SCHWIERK portador do CPF nº 078.156.489-16, aprovado em 1º lugar no processo seletivo 05/2017 de 18 de Dezembro de 2017, para desempenhar o cargo código 33 – MOTO-RISTA TEMPORÁRIO com vínculo na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes do Município de São Bernardino-SC, com vencimento fixado no Nível II 00005, A-005, do Anexo IV da Lei Complementar nº 002/2003 de 03/02/2003, do respectivo quadro de pessoal, com carga horária de 40 horas semanais, pelo prazo determinado de até 21 de Agosto de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina,  
em 22 de Fevereiro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILEINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da Administração e Fazenda

### DECRETO Nº 48/2018

Publicação Nº 1533106

DECRETO Nº 048/2018 DE 22/02/2018

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO EM TESTE SELETIVO 05/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o Disposto no Inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado pelo presente Decreto o Servidor

Público Municipal Sr. CAVECIR DA SILVA MEDEIROS portador do CPF nº 040.378.579-01, aprovado em 2º lugar no processo seletivo 05/2017 de 18 de Dezembro de 2017, para desempenhar o cargo código 33 – MOTORISTA TEMPORÁRIO com vínculo na Secretaria Municipal da Infra Estrutura e DMER do Município de São Bernardino-SC, com vencimento fixado no Nível II 00005, A-005, do Anexo IV da Lei Complementar nº 002/2003 de 03/02/2003, do respectivo quadro de pessoal, com carga horária de 40 horas semanais, pelo prazo determinado de até 21 de Agosto de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina, em 22 de Fevereiro de 2018.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILEINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 49/2018

Publicação Nº 1533108

DECRETO Nº 049/2018 DE 22/02/2018

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL APROVADO EM TESTE SELETIVO 05/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o Disposto no Inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado pelo presente Decreto a Servidora Pública Municipal Sra. EDIANE PIETRO BIASI portador do CPF nº 078.157.929-52, aprovado em 1º lugar no processo seletivo 05/2017 de 18 de Dezembro de 2017, para desempenhar o cargo código 31 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TEMPORÁRIO com vínculo na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes do Município de São Bernardino-SC, com vencimento fixado no Nível II 00010, A-001, do Anexo IV da Lei Complementar nº 002/2003 de 03/02/2003, do respectivo quadro de pessoal, com carga horária de 40 horas semanais, pelo prazo determinado de até 21 de Agosto de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina, em 22 de Fevereiro de 2018.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILEINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 50/2018

Publicação Nº 1533109

DECRETO Nº 050/2018 DE 22/02/2018

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL APROVADA EM TESTE SELETIVO 05/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o Disposto no Inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado pelo presente Decreto a Servidora Pública Municipal Sra. ANA PAULA SCHULZ portador do CPF nº 087.865.129.27, aprovado em 3º lugar no processo seletivo 05/2017 de 18 de Dezembro de 2017, para desempenhar o cargo código 31 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TEMPORÁRIO com vínculo na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes do Município de São Bernardino-SC, com vencimento fixado no Nível II 00010, A-001, do Anexo IV da Lei Complementar nº 002/2003 de 03/02/2003, do respectivo quadro de pessoal, com carga horária de 40 horas semanais, pelo prazo determinado de até 21 de Agosto de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina, em 22 de Fevereiro de 2018.
--

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA  
EDILEINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 51/2018**

Publicação Nº 1533111

DECRETO Nº 051/2018 DE 22/02/2018

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA EM TESTE SELETIVO 05/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o Disposto no Inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado pelo presente Decreto a Servidora Pública Municipal Sra. PAULA ODY PATZLAFF portador do CPF nº 088.457.899.26, aprovado em 4º lugar no processo seletivo 05/2017 de 18 de Dezembro de 2017, para desempenhar o cargo código 31 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TEMPORÁRIO com vínculo na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes do Município de São Bernardino-SC, com vencimento fixado no Nível II 00010, A-001, do Anexo IV da Lei Complementar nº 002/2003 de 03/02/2003, do respectivo quadro de pessoal, com carga horária de 40 horas semanais, pelo prazo determinado de até 21 de Agosto de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina,  
em 22 de Fevereiro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILEINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 52/2018**

Publicação Nº 1533112

DECRETO Nº 052/2018 DE 22/02/2018

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA EM TESTE SELETIVO 05/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o Disposto no Inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado pelo presente Decreto a Servidora Pública Municipal Sra. LUANA KERKHOFF FERRON MOCELIN portador do CPF nº 103.243.019.28, aprovado em 5º lugar no processo seletivo 05/2017 de 18 de Dezembro de 2017, para desempenhar o cargo código 31 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TEMPORÁRIO com vínculo na Secretaria Municipal da Assistência Social e CRAS, do Município de São Bernardino-SC, com vencimento fixado no Nível II 00010, A-001, do Anexo IV da Lei Complementar nº 002/2003 de 03/02/2003, do respectivo quadro de pessoal, com carga horária de 40 horas semanais, pelo prazo determinado de até 21 de Agosto de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina,  
em 22 de Fevereiro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILEINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 53/2018

Publicação Nº 1533113

DECRETO Nº 053/2018 DE 22/02/2018

	DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o que dispõe o Art. 57, inciso V e IX, da Lei orgânica do Município de São Bernardino-SC,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, com suas respectivas identificações:

Nome Servidor	Mat.	Cargo	Lotação	Data/ exon
CLEONICE PONTES	553/02	COORDENADOR (A)	S M da ADM	22/02/2018

Art. 2º – As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário

Gabinete do prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em  
22 de Fevereiro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINÉ GOMES WERNER  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 54/2018

Publicação Nº 1533115

DECRETO Nº 054/2018 DE 22/02/2018

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL APROVADA EM TESTE SELETIVO 05/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o Disposto no Inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado pelo presente Decreto a Servidora Pública Municipal Sra. CLEONICE PONTES portador do CPF nº 078.137.319.05,

aprovado em 6º lugar no processo seletivo 05/2017 de 18 de Dezembro de 2017, para desempenhar o cargo código 31 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TEMPORÁRIO com vínculo na Secretaria Municipal da Administração e Fazenda do Município de São Bernardino-SC, com vencimento fixado no Nível II 00010, A-001, do Anexo IV da Lei Complementar nº 002/2003 de 03/02/2003, do respectivo quadro de pessoal, com carga horária de 40 horas semanais, pelo prazo determinado de até 21 de Agosto de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina, em 22 de Fevereiro de 2018.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILEINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 55/2018

Publicação Nº 1533116

DECRETO Nº 055/2018 DE 22/02/2018

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA EM TESTE SELETIVO 05/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o Disposto no Inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado pelo presente Decreto a Servidora Pública Municipal Sra. MARCIA DE OLIVEIRA RODRIQUES portador do CPF nº 078.137.429.40, aprovado em 8º lugar no processo seletivo 05/2017 de 18 de Dezembro de 2017, para desempenhar o cargo código 31 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TEMPORÁRIO com vínculo na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes do Município de São Bernardino-SC, com vencimento fixado no Nível II 00010, A-001, do Anexo IV da Lei Complementar nº 002/2003 de 03/02/2003, do respectivo quadro de pessoal, com carga horária de 40 horas semanais, pelo prazo determinado de até 21 de Agosto de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina, em 22 de Fevereiro de 2018.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILEINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 56/2018**

Publicação Nº 1533118

DECRETO Nº 056/2018 DE 22/02/2018

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA EM TESTE SELETIVO 05/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o Disposto no Inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado pelo presente Decreto a Servidora Pública Municipal Sra. GISLEINE BENDER portador do CPF nº 078.155.749.63, aprovado em 09º lugar no processo seletivo 05/2017 de 18 de Dezembro de 2017, para desempenhar o cargo código 31 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TEMPORÁRIO com vínculo na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes do Município de São Bernardino-SC, com vencimento fixado no Nível II 00010, A-001, do Anexo IV da Lei Complementar nº 002/2003 de 03/02/2003, do respectivo quadro de pessoal, com carga horária de 40 horas semanais, pelo prazo determinado de até 21 de Agosto de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina, em 22 de Fevereiro de 2018.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILEINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 57/2018**

Publicação Nº 1533119

DECRETO Nº 057/2018 DE 22/02/2018

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA EM TESTE SELETIVO 05/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o Disposto no Inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado pelo presente Decreto a Servidora Pública Municipal Sra. ELISANDRA DAS CHAGAS portador do CPF nº 078.134.649-58, aprovado em 12º lugar no processo seletivo 05/2017 de 18 de Dezembro de 2017, para desempenhar o cargo código 31 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TEMPORÁRIO com vínculo na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes do Município de São Bernardino-SC, com vencimento fixado no Nível II 00010, A-001, do Anexo IV da Lei Complementar nº 002/2003 de 03/02/2003, do respectivo quadro de pessoal, com carga horária de 40 horas semanais, pelo prazo determinado de até 21 de Agosto de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina,  
em 22 de Fevereiro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILEINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 58/2018

Publicação Nº 1533121

DECRETO Nº 058/2018 DE 22/02/2018

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL APROVADO EM TESTE SELETIVO 05/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o Disposto no Inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado pelo presente Decreto o Servidor Público Municipal Sr. ALTAIR DE ALMEIDA portador do CPF nº 088.506.439-93, aprovado em 3º lugar no processo seletivo 05/2017 de 18 de Dezembro de 2017, para desempenhar o cargo código 33 – MOTORISTA TEMPORÁRIO com vínculo na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes do Município de São Bernardino-SC, com vencimento fixado no Nível II 00005, A-005, do Anexo IV da Lei Complementar nº 002/2003 de 03/02/2003, do respectivo quadro de pessoal, com carga horária de 40 horas semanais, pelo prazo determinado de até 21 de Agosto de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina,  
em 22 de Fevereiro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILEINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 59/2018

Publicação Nº 1533122

DECRETO Nº 059/2018 DE 22/02/2018

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL APROVADA EM TESTE SELETIVO 05/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o Disposto no Inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado pelo presente Decreto a Servidora Pública Municipal Sra. GENECI DRESSLER MARQUES portador do CPF nº 083.048.639-95, aprovado em 1º lugar no processo seletivo 05/2017 de 18 de Dezembro de 2017, para desempenhar o cargo código 74 – PROFESSOR COM LICENCIATURA PEDAGOGIA - TEMPORÁRIO com vínculo na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes do Município de São Bernardino-SC, com vencimento fixado no Nível II 00011, A-002, do Anexo IV da Lei Complementar nº 002/2003 de 03/02/2003, do respectivo quadro de pessoal, com carga horária de 20 horas semanais, pelo prazo determinado de até 31 de Dezembro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina, em 22 de Fevereiro de 2018.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILEINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 60/2018

Publicação Nº 1533123

DECRETO Nº 060/2018 DE 22/02/2018

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL APROVADA EM TESTE SELETIVO 05/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	--

	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o Disposto no Inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;
--	---

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado pelo presente Decreto a Servidora Pública Municipal Sra. MAIARA SCHNEIDER portador do CPF nº 076.952.709.46, aprovado em 2º lugar no processo seletivo 05/2017 de 18 de Dezembro de 2017, para desempenhar o cargo código 74 – PROFESSOR COM LICENCIATURA PEDAGOGIA - TEMPORÁRIO com vínculo na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes do Município de São Bernardino-SC, com vencimento fixado no Nível II 00011, A-002, do Anexo IV da Lei Complementar nº 002/2003 de 03/02/2003, do respectivo quadro de pessoal, com carga horária de 20 horas semanais, pelo prazo determinado de até 31 de Dezembro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina, em 22 de Fevereiro de 2018.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILEINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 61/2018**

Publicação Nº 1533124

DECRETO Nº 061/2018 DE 22/02/2018

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA EM TESTE SELETIVO 05/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o Disposto no Inciso V do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado pelo presente Decreto a Servidora Pública Municipal Sra. DEVINA GARBIN BACKES portador do CPF nº 429.805.189-72, aprovado em 3º lugar no processo seletivo 05/2017 de 18 de Dezembro de 2017, para desempenhar o cargo código 74 – PROFESSOR COM LICENCIATURA PEDAGOGIA - TEMPORÁRIO com vínculo na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes do Município de São Bernardino-SC, com vencimento fixado no Nível II 00011, A-002, do Anexo IV da Lei Complementar nº 002/2003 de 03/02/2003, do respectivo quadro de pessoal, com carga horária de 20 horas semanais, pelo prazo determinado de até 31 de Dezembro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina, em 22 de Fevereiro de 2018.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILEINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da Administração e Fazenda

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 09/2018 PP N.06/2018**

Publicação Nº 1532467

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO</b>  CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHED, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2018 - PR</b>  Processo Administrativo: 9/2018 Processo de Licitação: 9/2018 Data do Processo: 02/02/2018
Folha: 1/3	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 9/2018  
b) Licitação Nr.: 6/2018-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 22/02/2018  
e) Data da Adjudicação: 22/02/2018 Sequência: 0  
f) Objeto da Licitação

O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CAMARAS, PROTETOR DE ARO, SERVIÇOS DE: RECAPAGENS, RECAUCHUTAGENS, MECÂNICOS E SOLDAS. ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE EQUIPAMENTOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

					(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:					Unid.	Total do Item
					Qtidade	Desc. (%)
					Prego Unitário	
<b><u>A. A. ALBERT - ME (2536)</u></b>						
45	SERVIÇO MECÂNICO PARA CAMINHÕES - Marca: A ALBERT	HR	100,00	0,0000	79,94	7.994,00
48	SERVIÇO MECÂNICO PARA ONIBUS E MICRO ONIBUS - Marca: A ALBERT	HR	120,00	0,0000	79,94	9.592,80
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>17.586,80</b>
<b><u>ANDERSON PALU SARTURI (3461)</u></b>						
2	CÂMARA 1400X24 - Marca: KBOM	Und	15,00	0,0000	135,00	2.025,00
3	CÂMARA 19.5X24 - Marca: RS	Und	14,00	0,0000	175,00	2.450,00
6	PNEU 175/70 ARO 14 1ª linha - Marca: CORDIANT	Und	16,00	0,0000	212,00	3.392,00
7	PNEU 12X16,5 10 LONAS, 1ª LINHA - Marca: FORERUNNER	Und	14,00	0,0000	754,00	10.556,00
8	PNEU 1400 X 24 16 LONAS, PROFUNDIDADE DE SULCOS MINIMA 22 MM (MISTO) - Marca: FORERUNNER	Und	8,00	0,0000	2.190,00	17.520,00
22	PNEU BORRACHUDO 750 X 16 12 LONAS, COMUM 1ª LINHA, PROFUNDIDADE DE SULCOS MINIMO 12MM - Marca: PIRELLI	Und	18,00	0,0000	560,00	10.080,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>46.023,00</b>
<b><u>COMERCIO DE AUTO PECAS E SERV. SÃO BERNARDINO LTDA (4697)</u></b>						
41	SERVIÇO DE SOLDAS DE OXIGÊNIO COM FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO COM VARETA DE 01 METRO POR SERVIÇO - Marca: AUTO CENTER PONTUAL	SER	40,00	0,0000	19,95	798,00
42	SERVIÇO DE SOLDAS ELÉTRICAS COM FORNECIMENTO DO ELETRODO K 48 DE 04 MM E 35 CM DE COMPRIMENTO. - Marca: AUTO CENTER PONTUAL	SER	138,00	0,0000	11,95	1.649,10
43	SERVIÇO DE SOLDAS ELÉTRICAS COM FORNECIMENTO DO ELETRODO K 48 DE 4 MM E 45 CM DE COMPRIMENTO - Marca: AUTO CENTER PONTUAL	SER	300,00	0,0000	11,95	3.585,00
44	SERVIÇO DE SOLDAS MIG COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL NECESSÁRIO COM A UTILIZAÇÃO DE VARETA DE 0,50 CM POR SERVIÇO - Marca: AUTO CENTER PONTUAL	SER	310,00	0,0000	21,95	6.804,50

São Bernardino, 22 de Fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
ADELI JOSÉ RIFFEL  
PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO</b>  CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2018 - PR</b>
	Processo Administrativo: 9/2018 Processo de Licitação: 9/2018 Data do Processo: 02/02/2018

Folha: 2/3

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### COMERCIO DE AUTO PECAS E SERV. SÃO BERNARDINO LTDA (4697)

46	SERVIÇO MECÂNICO PARA EQUIPAMENTOS COMO ENSILADEIRAS, DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO, CARRETÃO AGRÍCOLA, DISTRIBUIDOR DE CHURUME LÍQUIDO - Marca: AUTO CENTER PONTUAL	HR	75,00	0,0000	75,90	5.692,50
47	SERVIÇO MECÂNICO PARA MÁQUINA PESADA (TRATOR DE PNEU E RETROSCAVADEIRA) - Marca: AUTO CENTER PONTUAL	HR	200,00	0,0000	89,95	17.990,00
49	SERVIÇO MECÂNICO PARA VEICULOS LEVE VEICULOS DE PASSEIO E MASTER. - Marca: AUTO CENTER PONTUAL	HR	65,00	0,0000	59,95	3.896,75
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>40.415,85</b>

#### PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA (5008)

1	CAMARA 1000X20 - Marca: JFF	Und	48,00	0,0000	70,00	3.360,00
5	CAMARA DE AR 12.16-5 - Marca: JFF	Und	12,00	0,0000	72,00	864,00
9	PNEU 175.70/R13 1ª LINHA - Marca: BRIDGESTONE FUZION	Und	26,00	0,0000	152,00	3.952,00
10	PNEU 175/65 ARO 14 - Marca: BRIDGESTONE FUZION	Und	4,00	0,0000	193,00	772,00
11	PNEU 185/65 ARO 14 COM ÍNDICE DE CARGA MÍNIMA DE 86. 1ª LINHA - Marca: FIRESTONE F700	Und	8,00	0,0000	232,00	1.856,00
12	PNEU 185/65 ARO15 1ª LINHA - Marca: BRIDGESTONE TURANZA	Und	24,00	0,0000	280,00	6.720,00
14	PNEU 19,5 L X 24 12 LONAS COM SELO DO INMETRO - Marca: FIRESTONE AT	Und	8,00	0,0000	2.160,00	17.280,00
15	PNEU 205/55 ARO 16 1ª LINHA - Marca: BRIDGESTONE FUZION	Und	4,00	0,0000	255,00	1.020,00
16	PNEU 205/75 ARO 16 1ª LINHA - Marca: BRIDGESTONE DURAVIS	Und	20,00	0,0000	459,00	9.180,00
18	PNEU 275/80 RADIAL 22.5 BORRACHUDO, 16 LONAS, 1ª LINHA PROFUNDIDADE DE SULCOS MÍNIMO 20MM - Marca: BRIDGESTONE L320	Und	6,00	0,0000	1.390,00	8.340,00
19	PNEU 275/80 R 22.5 LISO MISTO, PROFUNDIDADE DE SULCOS MÍNIMO 18 MM. 16 LONAS - Marca: BRIDGESTONE M840	Und	4,00	0,0000	1.360,00	5.440,00
20	PNEU BORRACHUDO RADIAL 1000 R 20-16 LONAS PROFUNDIDADE DE SULCOS MÍNIMO 19 MM (MISTO) COM SELO DO INMETRO - Marca: FIRESTONE T831	Und	42,00	0,0000	1.175,00	49.350,00
21	PNEU BORRACHUDO 215/75 R. 17.5, MISTO, 1ª LINHA, PROFUNDIDADE DE SULCOS MÍNIMA 13,5 MM - Marca: BRIDGESTONE M814	Und	6,00	0,0000	710,00	4.260,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>112.394,00</b>

#### R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA ME (2493)

4	CAMARA 750X16 - Marca: MAGGION	Und	18,00	0,0000	40,00	720,00
24	PROTETOR DE ARO 1000X20 - Marca: MAGGION	Und	34,00	0,0000	32,00	1.088,00
25	PROTETOR DE ARO 1400/24 - Marca: MAGGION	Und	8,00	0,0000	69,00	552,00
26	PROTETOR DE ARO 16 - Marca: MAGGION	Und	10,00	0,0000	23,00	230,00
27	PROTETOR DE ARO 20 - Marca: MAGGION	Und	10,00	0,0000	29,00	290,00
30	RECAPAGEM PNEU 275/80R22.5 RADIAL BORRACHUDO COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 16mm. - Marca: BOREX	SER	20,00	0,0000	300,00	6.000,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>8.880,00</b>

São Bernardino, 22 de Fevereiro de 2018.

 ADELI JOSÉ RIFFEL  
 PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO</b>  CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2018 - PR</b>
	Processo Administrativo: 9/2018 Processo de Licitação: 9/2018 Data do Processo: 02/02/2018

Folha: 3/3

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### ROTTA & SUTILI RECAPADORA DE PNEUS LTDA ME (5010)

13 PNEU 185/70 ARO 14 ÍNDICE DE CARGA DE NO MÍNIMO 86T - Marca: KELLY	Und	12,00	0,0000	194,00	2.328,00
17 PNEU 215/75 R 17,5 LISO, 12 LONAS MISTO, 1ª LINHA, PROFUNDIDADE DE SULCOS MÍNIMA 13,5 MM - Marca: KELLY	Und	6,00	0,0000	746,00	4.476,00
33 RECAUCHUTAGEM PNEU 12.5.80 X 18 10 LONAS - Marca: VIPAL	Und	2,00	0,0000	435,00	870,00
38 RECAUCHUTAGEM PNEU 18.4/15X34 COMUM DESENHO TM95 (AGRICOLA), - Marca: VIPAL	SER	4,00	0,0000	1.085,00	4.340,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>12.014,00</b>

#### RWM COMERCIO DE PNEUS E PEÇAS PARA VEICULOS LTDA (4864)

23 PNEU LISO 1000 X 20 16 LONAS, COMUM, 1ª LINHA, PROFUNDIDADE DE SULCOS MÍNIMO DE 12,5 MM - Marca: PIRELLI	Und	12,00	0,0000	980,00	11.760,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>11.760,00</b>

#### VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA EPP (5009)

28 RECAPAGEM PNEU 1000X20 COMUM BORRACHUDO COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 14mm. - Marca: RUZI	SER	14,00	0,0000	285,00	3.990,00
29 RECAPAGEM PNEU 215/75R17,5 RADIAL BORRACHUDO COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 13mm. - Marca: RUZI	Und	12,00	0,0000	215,00	2.580,00
31 RECAPAGEM PNEU 750X16 COMUM BORRACHUDO COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 12mm. - Marca: RUZI	SER	20,00	0,0000	240,00	4.800,00
32 RECAUCHUTAGEM PNEU 12.4X24 COMUM DESENHO TM95 (AGRICOLA), - Marca: RUZI	SER	2,00	0,0000	490,00	980,00
34 RECAUCHUTAGEM PNEU 12X16,5 COMUM DESENHO SGG-G2. - Marca: RUZI	SER	6,00	0,0000	370,00	2.220,00
35 RECAUCHUTAGEM PNEU 14.9X24 COMUM DESENHO TM95 (AGRICOLA), - Marca: RUZI	SER	4,00	0,0000	730,00	2.920,00
36 RECAUCHUTAGEM PNEU 14.9X28 COMUM DESENHO TM95 (AGRICOLA), - Marca: RUZI	SER	6,00	0,0000	740,00	4.440,00
37 RECAUCHUTAGEM PNEU 1400X24 COMUM DESENHO SGG-G2 (MAQUINA), - Marca: RUZI	SER	6,00	0,0000	730,00	4.380,00
39 RECAUCHUTAGEM PNEU 19.5X24 COMUM DESENHO SGG-G2 (MAQUINA), - Marca: RUZI	SER	10,00	0,0000	1.000,00	10.000,00
40 RECAUCHUTAGEM PNEU 23.1X30 COMUM DESENHO TM95 (AGRICOLA), - Marca: RUZI	SER	6,00	0,0000	1.850,00	11.100,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>47.410,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>296.483,65</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 (3), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (7), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (17), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (29), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (47), 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (51), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (96), 2.037.3.3.90.00.00.00.00.00 (119), 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (126), 2.045.3.3.90.00.00.00.00.00 (154), 2.037.3.3.90.00.00.00.00.00 (155)

São Bernardino, 22 de Fevereiro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
PREFEITO MUNICIPAL



# São Domingos

## PREFEITURA

### DEC 372 DE 22 02 18 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT CATIA SCHEFFER

Publicação Nº 1532889

DECRETO Nº 372, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções na área da Educação;
- Considerando o Edital de classificação final nº. 004, de 09 de fevereiro de 2018, objeto do Edital nº 001/2017;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando a necessidade de preencher as vagas excedentes;
- Considerando que o município possui alunos que necessitam de atendimento especial, e com isso é necessário contratar professores em caráter temporário uma vez que, a demanda poderá não ser contínua e estes professores atuarão como "segundo professor" em sala de aula;
- Considerando o segundo Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Catia Scheffer, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Física), Admitido em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão do servidor acima será durante o ano letivo de 2018, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 0043 de 26 de julho de 2012;

Art. 3º o servidor admitido em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de fevereiro de 2018.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Vianeí Ferrarini Meoti

Secretário de Administração e Fazenda

### DEC 373 DE 22 02 18 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT CLECI FÁTIMA TRENTIN

Publicação Nº 1532890

DECRETO Nº 373, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções na área da Educação;
- Considerando o Edital de classificação final nº. 004, de 09 de fevereiro de 2018, objeto do Edital nº 001/2017;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando a necessidade de preencher as vagas excedentes;
- Considerando que o município possui alunos que necessitam de atendimento especial, e com isso é necessário contratar professores em caráter temporário uma vez que, a demanda poderá não ser contínua e estes professores atuarão como "segundo professor" em sala de aula;
- Considerando o segundo Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Cleci Fátima Trentin, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais), Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será durante o ano letivo de 2018, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 0043 de 26 de julho de 2012;

Art. 3º a servidora admitido em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de fevereiro de 2018.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Vianeí Ferrarini Meoti

Secretário de Administração e Fazenda

**DEC 374 DE 22 02 18 ADMITE PROFESSORA EM CARATER TEMPORÁRIO ACT INGRIDI GARBIN**

Publicação Nº 1532912

DECRETO Nº 374, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções na área da Educação;

- Considerando o Edital de classificação final nº. 004, de 09 de fevereiro de 2018, objeto do Edital nº 001/2017;

- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;

- Considerando a necessidade de preencher as vagas excedentes;

- Considerando que o município possui alunos que necessitam de atendimento especial, e com isso é necessário contratar professores em caráter temporário uma vez que, a demanda poderá não ser contínua e estes professores atuarão como "segundo professor" em sala de aula;

- Considerando o segundo Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017;

- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Ingridi Garbin, para exercer o cargo de Professor PD/C-III (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será durante o ano letivo de 2018, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 0043 de 26 de julho de 2012;

Art. 3º a servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília para São Domingos (SC), 22 de fevereiro de 2018.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Vianeí Ferrarini Meoti

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 369 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532554

DECRETO Nº 369 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica do Município e:

- Considerando o Termo de Ajustamento de Conduta oriundo do Inquérito Civil n. 06.2016.00004638-1, no qual o Município de São Domingos comprometeu-se a criar a Lei que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

- Considerando que o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência foi criado através da Lei n. 1808, de 19 de setembro de 2017;

- Considerando a necessidade de nomear os membros que irão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

- Considerando o Ofício n. 001/2018, formulado pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

- Considerando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituído o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Município de São Domingos/SC, com a seguinte composição:

I – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Edizangela Comachio.

Suplente: Josmar Fereira de Lima.

II – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Rozelaine Turmina Negretti.

Suplente: Sandra Maria Fiorese.

III – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Marcelo Balena.

Suplente: Wilson Antonio Bolzani.

IV - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

Titular: Ducler Ortiz.

Suplente: Junior Cesar Prudente.

V – 02 (dois) representantes do Rotaract de São Domingos:

Titular: Ana Claudia G. Arruda.

Suplente: Jackson Peruzzo.

VI – 02 (dois) representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Domingos – APAE:

Titular: Rosângela de Oliveira de Souza.

Suplente: Taíse Marmentini Maciel.

VII – 02 (dois) representantes da Escola Especial Professora Ilda Lago Dalla Corte:

Titular: Franciane Renata Panassolo Lodi.

Suplente: Jucélia Meotti Araldi Aiolfi.

VIII – 02 (dois) representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas:

Titular: Cristiane Maria Teixeira.

Suplente: Sirlei Brunetto Comachio.

Art. 2º As atribuições do Conselho são as estabelecidas na Lei n. 1808 de 19 de setembro de 2017.

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPED poderão exercer o mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 4º Os trabalhos prestados pela comissão não serão remunerados.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de fevereiro de 2018.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Vianeí Ferrarini Meoti  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## **DECRETO Nº 370 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532448

DECRETO Nº 370 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre composição do Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC) e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada, e pela Lei n. 1725, de 23/10/13;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 1466, de 07 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre regulamentação da Lei n. 1725, de 23 de outubro de 2013, que cria o Sistema Municipal de Defesa Civil (SIMDEC), o Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC), o Fundo Municipal de Defesa Civil (FUMDEC) e a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) no Município de São Domingos/SC e dá outras providências;

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC) passa a ser composto pelos seguintes membros:

I - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil: Karen Paola Anghinoni;

II - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos: Ari Pertille;

III - Secretaria Municipal de Saúde: Gilmar Antonio Brandalize;

IV - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: Flávio Triches;

V - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes: Ivonete Rodrigues Hennerich;

VI - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: Andressa Lorenzon;

VII - Secretaria Municipal de Assistência Social: Sandra Maria Fiorese;

VIII - Coordenadoria Regional de Defesa Civil: Luciano Peri;

IX- Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina: Maycon Cardoso André;  
Polícia Militar de Santa Catarina: Flavio Mushinski,  
Polícia Civil de Santa Catarina: Oswaldo Artilheiro Neto;

X- Representante da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina: João Henrique Duarte;

XI - Representante do Poder Judiciário: Elmar Saul Favero;

XII - Representante do Poder Legislativo Municipal: Gleicon Tiaraju Cardoso;

XIII - Associação dos Bombeiros Comunitários: Vanderlei Lisboa;

XIV - Câmara dos Dirigentes Lojistas: Cristiane Teixeira;

XV - Clubes de Serviço: Aloir Maciel;

XVI - Sindicato Rural: Hercílio de Freitas,  
Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar:, Josiane Rotava  
Sindicato dos Trabalhadores em Educação: Sirlene Conte;

§ 1º O COMDEC será presidido pela Chefe do Poder Executivo Municipal de São Domingos/SC.

§ 2º No exercício de suas atividades, poderá o COMDEC solicitar de pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que estão sujeitas as populações, em decorrência da calamidade pública e fenômenos anormais.

§ 3º A participação no Conselho Municipal de Defesa Civil será considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC, tendo em vista sua função de órgão de assessoramento do Poder Executivo de São Domingos/SC, desenvolver as seguintes atividades:

I - deliberar sobre a política municipal de defesa civil;

II - promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de defesa civil, observada sua autonomia de atuação e suas instâncias de deliberação;

III - coletar, processar e disponibilizar informações e dados históricos ou estatísticos relativos à defesa civil;

IV - atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais órgãos dos municípios da região, federais e estaduais de defesa civil, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade.

V - supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUMDEC, da forma que segue:

a) fixar as diretrizes operacionais do FUMDEC;

b) ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação de recursos financeiros disponíveis;

c) sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;

d) disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;

e) decidir sobre a aplicação dos recursos;

f) analisar e aprovar anualmente as contas do FUMDEC;

g) promover o desenvolvimento do FUMDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;

h) apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;

i) definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente decreto, correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 231, de 17 de outubro de 2017.

São Domingos (SC), 22 de fevereiro de 2018.  
Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra

Vianeí Ferrarini Meoti  
Secretário de Administração e Fazenda

## **DECRETO Nº 371, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1532454

DECRETO Nº 371, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

Altera a composição da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada, e pela Lei n. 1725, de 23/10/13;

· Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 1466, de 07 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre regulamentação da Lei n. 1725, de 23 de outubro de 2013, que cria o Sistema Municipal de Defesa Civil (SIMDEC), o Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC), o Fundo Municipal de Defesa Civil (FUMDEC) e a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) no Município de São Domingos/SC e dá outras providências;

### **DECRETA:**

Art. 1º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) no Município de São Domingos/SC, diretamente vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal ou ao seu eventual substituto, constituída com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de Defesa Civil nos períodos de normalidade e anormalidade, passa a ser composta pelos seguintes membros:

I - Coordenador: Karen Paola Anghinoni;

II - Secretário: Junior Cesar Prudente;

III - Setor Técnico:

a) Edílio Stiburski - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

b) CB BM Rodrigo Moesch Welter - Corpo de Bombeiros Militar;

IV - Setor Operativo:

a) Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;  
b) Secretaria Municipal de Saúde;  
c) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;  
d) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;  
e) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;  
f) Secretaria Municipal de Assistência Social;  
g) Coordenadoria Regional de Defesa Civil;  
h) Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;  
i) Polícia Militar de Santa Catarina e Polícia Civil de Santa Catarina;  
Art. 2º A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 3º Compete à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil:

I - propiciar apoio técnico e operacional ao Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC;

II - colaborar na formação de banco de dados e mapa dos recursos disponíveis em cada órgão ou entidade para as ações de socorro, assistência e recuperação;

III - engajar-se nas ações de socorro e assistência, mobilizando recursos humanos e materiais disponíveis nas entidades representadas, quando o exigir o interesse da defesa civil;

IV - manter-se em regime de reunião permanente, em caso de situações de emergência ou de calamidade pública que atinjam o Município ou a região;

V - executar, nas áreas de competência de cada órgão, as ações determinadas pelo Conselho Municipal de Defesa Civil, visando atuação conjugada e harmônica.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 228 de 09 de outubro de 2017.

São Domingos (SC), 22 de fevereiro de 2018.  
Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Vianeí Ferrarini Meoti  
Secretário de Administração e Fazenda

## **PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 025/2018**

Publicação Nº 1531709

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 025/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 008/2018

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 14:00 horas do dia 07 de março de 2018, estará recebendo as propostas dos interessados para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 225) e e-mail:licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 20 de fevereiro de 2018.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.



# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 14.733/2018

Publicação Nº 1532675

PORTARIA nº 14.733, de 20 de fevereiro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas e o SECRETÁRIO MUNICIPAL de Educação, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e o art. 39 da Lei Complementar nº 8/2003, e conforme o Processo nº 3357/2018,

#### RESOLVEM:

Art. 1º - CONCEDER à servidora ELIZABETE KIRCHOFF, matrícula nº 7884281, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Executivo, redução de carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 9 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 9 de fevereiro de 2018.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 20 de fevereiro de 2018.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO  
Secretário Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 042/2018

Publicação Nº 1532621

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 042/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.675 de 22 de janeiro de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09:00hs de 07 de março de 2018, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

#### 1. DA LICITAÇÃO

##### 1.1 – DO OBJETO

1.1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de todos os serviços necessários para manutenção preventiva e corretiva de 03 (três) veículos da frota da Secretaria Municipal de Educação, com aplicação de peças e acessórios originais, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

#### 2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se a via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 09:00hs de 07 de março de 2018

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: Será às 09:00hs de 07 de março de 2018, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

### 3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por Lote, nas propostas classificadas pelo (a) Pregoeiro (a).

3.4. PRAZO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1003 – Secretaria Municipal de Educação
Projeto Atividade	2052 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação
Elemento de Despesa	333903039 – Material para manutenção de veículos
Vínculo do Recurso	1010000– Rec. Impostos e de transf. de impostos educação

Unidade Orçamentária	1003 – Secretaria Municipal de Educação
Projeto Atividade	2052 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação
Elemento de Despesa	333903919 – Manutenção e conservação de veículos
Vínculo do Recurso	1010000– Rec. Impostos e de transf. de impostos educação

### 4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI – Recibo de Retirada de Edital

Anexo VII. Minuta do Contrato

### 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08h às 12h e das 13h às 17h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosulsc.gov.br](http://www.saofranciscodosulsc.gov.br), no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

### 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: pelo e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex ou pelo e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br), devendo esta ser entregue ao Pregoeiro (a) até 02 (dois) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro (a).

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designada outra data para realização do pregão.

### 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.



7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) Pessoa física;
- b) Empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;
- c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;
- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;
- g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Os mandatários deverão apresentar o documento de identidade e instrumento de mandato respectivo com firma do outorgante reconhecida.

8.3.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos,

lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 042/2018  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 042/2018  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

## 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

- a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato e endereço eletrônico (e-mail);
- b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;
- c) indicação individualizada das características e descrições dos serviços e peças que deverão estar de acordo com as exigências constantes dos Anexos I, não se admitindo propostas alternativas
- d) deverá ser indicado o percentual de desconto (em algarismo e por extenso) a ser concedido para as peças.

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.6. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.7. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

## 11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados e de percentual mais alto de desconto sobre as peças, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

## 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.6. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, por item proposto, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.7 O pregoeiro convocará a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

12.8 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 12.7.

12.9. Não havendo a apresentação de novo(s) preço(s), inferior(es) ao(s) preço(s) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 12.7.

12.10. Caso a(s) detentora(s) da(s) melhor(es) oferta(s), de acordo com a classificação de que trata o item 12.6, seja(m) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação de preço(s).

12.11. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.12. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.14. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.15. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido, bem como o MAIOR DESCONTO PERCENTUAL OFERECIDO SOBRE AS PEÇAS.

12.16. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor/maior desconto percentual, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

## 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global/maior desconto percentual oferecido, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço/maior desconto percentual for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global/maior desconto percentual oferecido pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços/maior desconto percentual propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

#### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

##### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

##### 14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

##### 14.1.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.
- b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.
- b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.4. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante  
Passivo Circulante

b.5. No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

#### 14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3 A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.9.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

#### 15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

## 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

## 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro(a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não



estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

## 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro (a) avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados a Autoridade Competente, para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro (a), ou, quando houver recurso pela própria Autoridade Competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento será efetuado mensalmente em até 28 (vinte oito) dias após a execução dos serviços, mediante entrega da nota fiscal no setor de Contabilidade da Prefeitura.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;

g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.

b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.

c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.

d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

g) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

h) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

j) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da CONTRATADA.

22.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.7. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica este ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 21 fevereiro de 2018

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 - DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção CORRETIVA E PREVENTIVA de mecânica, elétrica, estofaria latoria, pintura, lavagem, alinhamento e balanceamento, ar condicionado e transporte, com fornecimento de peças e acessórios, para os veículos (automóveis) que compõem a frota da Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Sul estado de Santa Catarina.

#### 1.2 - OBJETIVO / FINALIDADE

Aquisição de peças para manutenção dos veículos e mão de obra para manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota da Secretaria Municipal de Educação por um período de 12 (doze) meses, de 01/04/2018 a 31/03/2019, prorrogáveis nos termos da Lei 8666/93

#### 2 - JUSTIFICATIVA

2.1 – A contratação justifica-se pela necessidade de executarmos a manutenção corretiva e preventiva nos veículos que compõem a frota da Secretaria Municipal de Educação, para que os veículos tenham condições de uso para executarem os serviços a que são destinados auxiliando nos serviços executados pela Secretaria Municipal de Educação

#### 3 – FUNDAMENTOS LEGAIS

3.1 – A contratação para execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva nos veículos oficiais encontra-se amparado na Lei 10.520 de 01 de julho de 2002, no Decreto nº. 3.555 de 08 de agosto de 2000, "Pregão e subsidiariamente as normas da Lei nº. 8666, de 21 de junho de 1993 com suas alterações.

#### 4 - ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1 - \*A manutenção abrange todos os componentes de painel, motor, suspensão, sistemas elétrico, pneumático, de arrefecimento, de freios, de direção (hidráulica ou não), de ar-condicionado, de transmissão e de alimentação de combustível, balanceamento, alinhamento e geometria dos pneus além de outros não mencionados e que sejam necessárias à perfeita execução dos serviços, bem como aplicação de peças e acessórios genuínos ou originais, novos, sem uso. Nas operações de manutenção estão incluídas, quando necessárias, as reformas de motores, e outros serviços que se fizerem necessários; \*EXEMPLIFICATIVO.

4.2 - Para melhor acompanhamento dos serviços, a empresa Licitante interessada em prestar os serviços objeto deste Edital, deverá efetuar o atendimento nos veículos em até 02 horas para avaliação e conserto de pequeno porte e em casos que o veículo necessite de manutenção e conserto de grande porte, os serviços deverão ser executados em até 03 dias em oficinas especializadas e que se responsabilizasse pela busca e entrega dos veículos.

4.3 - A Licitante Vencedora deverá remover até a oficina, sem ônus para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Francisco do Sul - SC, os veículos avariados sem condições de locomoção em qualquer distanciam que se encontrem. Tal remoção deverá ser realizada em veículo apropriado, tipo guincho.

4.4 – Os serviços deverão ser prestados no tempo acordado, que não poderá ser superior a 48 horas, e de acordo com as normas técnicas do fabricante da marca do veículo além da compatibilidade e padrões de tempo de execução para cada tipo de serviços utilizados pelas concessionárias.

#### 5- VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL

	ITEM	VEICULO	ANO/MOD	MARCA	PLACA	LOCAL DE LOTAÇÃO	COMBUSTI-VEL
	1.	ZAFIRA	2007/2008	CHEROLET	MDD 2748	EDUCAÇÃO	GASOLINA
	2.	FIESTA	2014/2014	FORD	MCU 8724	EDUCAÇÃO	GASOLINA
	3.	S 10 EXECUTIVA	2008/2009	CHEROLET	AGV 2589	EDUCAÇÃO	GASOLINA

## 5.1- OBJETO

## Lote 1

Item 1	PEÇAS FROTA			
	PRODUTO	QUANTIDADE (em meses)	VALOR MENSAL	TOTAL PERIODO
	Aquisição de peças para a 03 veículos da Secretaria Municipal de Educação	12	2.400,00	28.800,00
	TOTAL			R\$ 28.800,00
Item 2	MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS FROTA			
	PRODUTO	QUANTIDADE (em horas)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
	– Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em 03 veículos oficiais de diversas marcas, pertencentes à frota operacional Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Sul – SC, com valor hora/homem (hora trabalhada).	360	80	28.800,00
	TOTAL			R\$28.800,00

## 6 – PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 – Antes da execução dos serviços deverá ser previamente entregue à Secretaria de Educação departamento de compras, com o devido orçamento em documento devidamente timbrado, datado, carimbado e assinado, constando os serviços a serem empregados, peças a serem substituídas e materiais a serem empregados, tempo de execução do serviço proposto com respectiva Hora/homem a ser trabalhada, tudo com valores proposto para cada item específico, de forma a verificação objetiva, comparativo com valores de mercado para emissão da ordem de serviço por parte da Secretaria Municipal de Educação.

Na relação das peças deverá estar constando o percentual de desconto sobre o valor da lista de preços de peças e acessórios, emitida pelo respectivo fabricante do veículo que tiverem as peças e/ou acessórios substituídos, não podendo ser inferior a 10%(dez por cento) seguindo a que estiver em vigor na data do fornecimento.

## 7 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1 – A proposta de preços deverá ser apresentada, com preço da MÃO DE OBRA para a execução dos serviços cotada pelo valor de Hora/homem trabalhada.

7.2 – Para a execução dos serviços, o proponente concederá percentual de desconto mínimo de 10%(dez por cento) sobre o valor da LISTA DE PREÇOS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, emitida pelos respectivos fabricante dos veículos que estiveram as peças e acessórios substituídos.

7.3 – O valor do desconto oferecido sobre as peças (em percentual), a qual incidirá sobre os preços sugeridos pelo fabricante das peças, vigente no primeiro dia útil de cada mês de competência, levando-se em consideração o mês em que for autorizada a realização dos serviços.

Entende-se por:

Peças originais: aquelas peças que atendam as recomendações do fabricante do veículo.

Preço sugerido pelo fabricante: é a tabela de sugestão de preços do fabricante das peças para revenda nas concessionárias, sendo o preço absolutamente líquido e unitário.

7.4 – Será vencedora a empresa que apresentar o menor valor pela mão de obra, sendo obrigatório o preenchimento do item 1.2 do referido anexo I, que será meramente vinculado, com o valor mínimo de desconto em 10% (dez por cento).

## 8 – DA GARANTIA

8.1 – Os serviços executados deverão ter garantia de no mínimo 90 (noventa) dias.

8.2 - No ato da devolução do veículo a contratada deverá fornecer Certificado de Garantia.

8.3 – Ocorrendo defeito durante o período de garantia a contratada será comunicada e deverá no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para o Secretaria Municipal de Educação

## 9 – VIGÊNCIA

9.1 – Os serviços contratados serão executados a partir da assinatura do respectivo contrato, pelo período 12(doze) meses, com possibilidade de prorrogação por período iguais até o limite de 60 meses reajuste a cada 12(doze) meses pelo IGPM/FGV - (Índice Geral de Preço do Mercado DA Fundação Getulio Vargas), apurado no segundo mês anterior à data de vigência do reajuste ; após a verificação da real necessidade nos termos do inciso II, art. 57 da Lei federal 8.666/93 e alterações posteriores.

## 10 – DO PAGAMENTO

10.1 - O pagamento será efetuado mensalmente mediante Nota Fiscal/Fatura que deverá ser apresentada até o último dia do mês subsequente ao da realização dos serviços, de acordo com a demanda efetivamente executada, após as faturas serem aceitas e atestadas pelo servidor público designado como gestor do contratado (secretario (a) municipal) e após a comprovação do recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social).

## 11 – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A. A fiscalização da prestação de serviços será exercida pela Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Sul – SC por meio de servidor designado.

B. A fiscalização se reserva o direito de recusar os serviços executados que não atenderem as especificações estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cidadania de São Francisco do Sul – SC.

C. A contratada fica obrigada a executar o serviço referente aos veículos relacionado neste termo de referência respeitando as especificações do fabricante não se admitindo qualquer modificação sem prévia autorização da fiscalização.

D. A contratada deverá se responsabilizar por qualquer dano ou prejuízos causados a Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Sul – SC, em decorrência dos serviços executado.

## 12 - DOCUMENTAÇÕES TÉCNICA

Atestado de capacidade técnica fornecida por pessoa jurídica de direito publico ou privado atestado que executou serviços compatíveis com o objeto desta licitação

Aldair Nascimento Carvalho  
Secretário Municipal de Educação

## ANEXO II

### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:  
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ..... , representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ..... , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... , e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ..... , portador (a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ..... , a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2018, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por \_\_\_\_\_.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital, com a firma do outorgante reconhecida.

#### ANEXO III

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 042/2018

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa .....(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2018, cujo objeto é Contratação de empresa especializada na prestação de todos os serviços necessários para manutenção preventiva e corretiva de 03 (tres) veículos oficiais da Secretaria Municipal de Educação, com aplicação de peças e acessórios originais, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO IV

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 042/2018

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO V

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 042/2018

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 042/2018 que a Proponente ..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº ..... , com sede na cidade de ..... , Estado ..... , na Rua/Av ..... (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.



Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2018

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail [licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br).

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: \_\_\_\_\_  
C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Email: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
Pessoa para contato: \_\_\_\_\_  
Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.  
Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura

#### ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO Nº 042/2018

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

Instrumento Particular de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF. Sob nº 83.102.269/0001-06, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ. sob nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, inscrita no CPF. sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada na \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade \_\_\_\_\_, doravante denominados respectivamente CONTRATANTE e CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2018 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018, de conformidade com a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, subsidiariamente as normas constantes das Leis 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações, têm entre si justo e acertado o seguinte:

#### CLÁUSULA 1ª – OBJETO

1.1 O Presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de todos os serviços necessários para manutenção preventiva e corretiva de 03 (três) veículos da frota da Secretaria Municipal de Educação, com aplicação de peças e acessórios originais, conforme especificações constantes do Edital, Anexo I e proposta da vencedora, parte integrante deste Contrato.

#### CLÁUSULA 2ª – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Perfaz o presente contrato o valor total de R\$ \_\_\_\_\_, cujo o pagamento dar-se-á à CONTRATADA, mensalmente, em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços, mediante entrega da nota fiscal no setor de Contabilidade da Prefeitura.

2.3. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

#### CLÁUSULA 3ª – DOS RECURSOS

3.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária	1003 – Secretaria Municipal de Educação
Projeto Atividade	2052 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação
Elemento de Despesa	333903039 – Material para manutenção de veículos
Vínculo do Recurso	1010000– Rec. Impostos e de transf. de impostos educação

Unidade Orçamentária	1003 – Secretaria Municipal de Educação
Projeto Atividade	2052 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação
Elemento de Despesa	333903919 – Manutenção e conservação de veículos
Vínculo do Recurso	1010000– Rec. Impostos e de transf. de impostos educação

#### CLÁUSULA 4ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.

b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.

c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.

d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

g) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

h) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

i) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

j) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

l) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

4.2 As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

4.3 Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

4.4 As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.

4.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.6 Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

4.7 Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

#### CLÁUSULA 5ª - RESCISÃO CONTRATUAL

5.1 O presente Contrato poderá ser rescindido amigável ou judicialmente, nos casos previstos no Capítulo III – Seção V, da Lei 8.666, de

21 de Junho de 1.993 e suas alterações.

#### CLÁUSULA 6ª - ENCARGOS

6.1 A CONTRATADA assumirá integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, bem como dos demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA 7ª – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1 Os serviços deverão ser executados em até 48 (quarenta e oito) horas após aprovação de orçamento prévio, na oficina da CONTRATADA, ou em campo quando necessário, sendo que a CONTRATADA deverá remover em veículo apropriado, os veículos avariados sem condições de locomoção, em qualquer distância que se encontrem sem ônus para CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA 8º - GARANTIA

8.1 Os serviços executados e peças deverão ter garantia de no mínimo 90 (noventa) dias. Obrigando-se a contratada a refazer os serviços considerados insatisfatórios e substituir as peças que não tiverem funcionando corretamente, no prazo máximo de 07 (sete) dias sem ônus adicionais para a contratante.

#### CLÁUSULA 8ª – VIGÊNCIA

8.1 Os serviços contratados serão executados a partir da assinatura do respectivo contrato, pelo período 12(doze) meses, com possibilidade de prorrogação por período iguais até o limite de 60 meses reajuste a cada 12(doze) meses pelo IGPM/FGV - (Índice Geral de Preço do Mercado DA Fundação Getulio Vargas), apurado no segundo mês anterior à data de vigência do reajuste ; após a verificação da real necessidade nos termos do inciso II, art. 57 da Lei federal 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA 9ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA se obriga a:

- a) entregar o objeto em estrita conformidade com as disposições deste Contrato, seus anexos, e com os Termos da Proposta de Preços da CONTRATADA;
- b) responsabilizar-se pela qualidade dos materiais fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados a Administração Municipal;
- c) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
- d) aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;
- e) manter, durante a execução do contrato, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação;
- f) cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;
- g) o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregado;
- h) responsabilizar-se pela entrega dos materiais conforme estabelecido neste Contrato e Termo de Proposta da Contratada, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;
- i) arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários ao fornecimento dos materiais

#### CLÁUSULA 10ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 A CONTRATANTE se obriga a:

- a) efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento;
- b) comunicar imediatamente à empresa qualquer irregularidade manifestada na entrega do objeto;

#### CLÁUSULA 11ª – FISCALIZAÇÃO

10.1 11.1. A fiscalização do contrato será exercida pelo Corpo de Bombeiros Militar de São Francisco do Sul, através de servidor designado.

11.2. A fiscalização se reserva o direito de recusar e/ou devolver os produtos que estiverem em desacordo ou que não atenderem as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

11.3. A entrega dos produtos será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da contratante, com

atribuições específicas, devidamente designado em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666-93, ao qual caberá:

- a) responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;
- b) certificar a entrega dos produtos, encaminhando cópia desta certificação à Secretaria Municipal de Finanças;
- c) pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade.
- d) adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul;
- e) notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula deste contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Administração, para ser anexada ao contrato;
- f) adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da CONTRATANTE;
- g) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Parágrafo Primeiro: A contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com este Contrato.

#### CLÁUSULA 12ª - BASE LEGAL

12.1 Onde este Contrato for omissivo, prevalecerão as normas da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA 13ª – FORO

13.1. Para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca.

E, por estarem acordes, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

São Francisco do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

RENATO GAMA LOBO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL CONTRATANTE		
TESTEMUNHAS:		XXXXXXXXXXXX CONTRATADA
CPF:		
CPF:		

### PREGÃO PRESENCIAL 003/2018 FMS

Publicação Nº 1532613

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 003/2018

O MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº. 14675 de 22/01/2018, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09:00 (nove) horas do dia 05 de março de 2018, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01 - Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

#### 1. DA LICITAÇÃO

##### 1.1 – DO OBJETO

1.1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços continuados, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de Ar condicionado, para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I - parte integrante deste Edital).

1.1.2. O prazo estimado para o consumo dos produtos constantes nesta licitação será de 10 (dez) meses.

#### 2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Praça Getúlio Vargas, nº 01 – Centro – São Francisco do Sul

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se a via postal) para a Pregoeira impreterivelmente até às 09:00 (nove) horas do dia 05 de março de 2018

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES às 09:00 (nove) horas do dia 05 de março de 2018, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

#### 3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: 10 (dez) meses;

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por LOTE, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro.

3.4. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1901 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2125– Manutenção Vigilância Sanitária
Elemento de Despesa	339039 99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Vínculo do Recurso	20601 –Recursos Ordinários Saúde

3.6. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após entrega do objeto do contrato, condicionado a apresentação de atestado de recebimento dos mesmos pelo fiscal do contrato e Secretaria.

#### 4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo IA Planilha de Custos;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Minuta do Contrato

#### 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 7h30min às 13h30min, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br), no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

#### 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail [licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br), [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

#### 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

- c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;
- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;
- g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso, com firma do outorgante reconhecida.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 003/2018  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL



PREGÃO N° 003/2018  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

## 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

- a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato e endereço eletrônico (e-mail);
- b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;
- c) indicação individualizada da embarcação que esteja sendo cotada, que deverá estar de acordo com as exigências constantes do Anexo I, não se admitindo propostas alternativas.

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluído todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

## 11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

## 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.6. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, por item proposto, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.7 O pregoeiro convocará a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

12.8 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 12.7.

12.9. Não havendo a apresentação de novo(s) preço(s), inferior(es) ao(s) preço(s) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 12.7

12.10. Caso a(s) detentora(s) da(s) melhor(es) oferta(s), de acordo com a classificação de que trata o item 12.6, seja(m) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação de preço(s).

12.11. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.12. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.14. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.15. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.16. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

### 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Item a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

#### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

##### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope N° 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

##### 14.1.1. RELATIVOS A CAPACIDADE JURIDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de Contrato Consolidado, devidamente arquivado no Registro do Comércio, em se tratando de Sociedades Empresárias e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;
- c) Registro do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações e prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira;

OBS: Os documentos relacionados nas alíneas do item "13.1.1" não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no ato do Credenciamento deste Pregão, desde que sejam originais ou estejam autenticados em Cartório.

##### 14.1.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo III, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5452, de 1° de maio de 1943, de acordo com a Lei n° 12.440/2011.
- g) Declaração do proponente quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal do Brasil e inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/1999, conforme modelo constante no Anexo VI do presente Edital;;

##### 14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.
- b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial

se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.

b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.4. No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

b.5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante  
Passivo Circulante

#### 14.1.4. RELATIVOS à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a). Apresentar atestado (s), emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter fornecido, a contento, produtos semelhantes aos ora licitados.

a) Registro ou inscrição da Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA da região a que estiver vinculada, que comprove atividade relacionada com o objeto licitado;

b) Comprovação de que possui em sua Equipe Técnica (para ser indicado como responsável técnico dos serviços), profissional de nível superior com graduação em engenharia mecânica (ou outro equivalente devidamente reconhecido pelo CREA), detentor de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, fazendo-se acompanhar, Preferencialmente, da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico- CAT, expedidas por este Conselho, que comprove ter o profissional, executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria licitante, serviços de características semelhantes a: manutenção em aparelhos de ar condicionado;

#### NOTA:

A comprovação exigida para o profissional poderá ser feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste a licitante como contratante, do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho, contrato civil de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada preferencialmente de declaração de anuência do profissional.

6.2. Os documentos acima poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (legível) autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

14.4. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.5 A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.6. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.7. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.8. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.9. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.10. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.11.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

## 15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

## 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

## 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## 18. DOS RECURSOS



18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro(a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

## 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros



acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dar-se-á à CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente visada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde e o respectivo comprovante de abastecimento.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.
- c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso de a empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.
- d). Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.
- e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontadas de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;
- f) pela inadequabilidade do (s) objeto (s) ou produto (s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.
- g). Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.
- h). Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.
- i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;
- j). As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.
- j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento
- j.2). As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da CONTRATADA.

22.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.7. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica este ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

### 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescer ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul 22 de fevereiro de 2018.

JULIO ELOI DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1.0 OBJETO

Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de serviços continuados manutenção preventiva e corretiva de Aparelhos de Ar Condicionados com fornecimentos de peças, serviços de soldas, trocas de componentes e acessórios por outros novos e originais, em todas as unidades vinculadas à secretaria Municipal de Saúde.

##### 2.0 FINALIDADE/JUSTIFICATIVA

Esta contratação se faz necessária ,pelo fato de não existirem no quadro da Secretaria de Saúde profissionais especializados para tal trabalho, e também pela necessidade de manter os aparelhos em pleno funcionamento nas salas de vacina, consultórios e repartições.

##### 3.0 ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Mão de Obra para execução dos serviços de manutenção e fornecimento de peças referente empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de Ar Condicionados pelo valor hora/homem (hora trabalhada).	100 h/h	R\$ 142,00	R\$ 14.200,00

02	Serviços de Solda	20 h/h	R\$ 197,00	R\$ 3.940,00
03	Instalação de novos aparelhos de ar condicionado	15	R\$ 543,00	R\$ 8.145,00
04	Remoção e reinstalação de aparelhos de ar Split	8	R\$ 645,00	R\$ 5.160,00
05	Peças e acessórios a serem utilizados para instalação e manutenção de aparelhos de	Unid.	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00

3.1 A Licitante Vencedora deverá remover até a sua oficina, sem ônus para a Prefeitura, os Ar Condicionados, avariados sem condições de conserto no próprio estabelecimento onde se encontram os aparelhos,

3.2 Os serviços deverão ser prestados no tempo acordado, que não poderá ser superior a 06 horas, contados a partir do momento em que for realizada a chamada. E as visitas de manutenção preventiva e corretiva deverão ser efetuadas em dias úteis, dentro do horário de expediente das Unidades de Saúde.

#### 4.0. PROCEDIMENTO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Antes da execução dos serviços, deverá ser previamente aprovado o orçamento recebido em documento datado, carimbado e assinado, constando os serviços e materiais a serem empregados e as peças a serem substituídas, com respectiva hora/homem a ser trabalhada.

4.2) Na relação das peças deverá estar constando o percentual de descontos sobre o valor da lista de preços de peças que tiverem a ser substituídos, não podendo ser inferior a 10% (dez por cento) seguindo a que estiver em vigor na data do fornecimento.

#### 5.0 DAS UNIDADES REQUISITANTES:

O serviço de manutenção de aparelhos de Ar condicionado deverão ser realizados em todas as Unidades e Programas de Saúde, Prédio da Secretaria de Saúde e Centro de Bem Estar Animal, conforme localidades abaixo:

Unidades	Endereço
ESF Rocio Grande	Avenida das Rosas s/n
UBS Laranjeira	Rua Walter Rinow, s/nº
ESF Miranda	Estrada Geral da Ribeira, S/nº
ESF Ervino	Estrada Geral do Ervino, S/nº
ESF Paulas	Rua Francisco Mascarenhas, s/nº
ESF Iperoba	Lateral da Rodovia Duque de Caxias, S/nº
ESF Sandra Regina	Rodovia Duque de Caxias, s/nº
ESF Sandra Regina – Prédio Novo	Rua Papa João Paulo II, s/nº
ESF Forte	Rua Sofia nº 01
UBS Capri	Rua Oscar Beckhauser nº 1168
ESF Majorca	Rua Porto União, S/nº
ESF Enseada	Rua Pará, 01
UBS Tapera	Rua Binot Paumier de Gonneville, s/nº
CAEPS	Rua Almirante Barroso nº 653
CEPAS	Rua Almirante Barroso nº 653
CAPS	Rua Almirante Barroso nº 490
ESF Rocio Pequeno	Rua Arnaldo Pereira, s/nº
Vigilância Sanitária	Rua Almirante Barroso nº 653
ESF Acaraí	Rua Flodoaldo Nóbrega, nº 25
ESF Acaraí – Prédio Novo	Rua Dom Fernando Trejo Y Sanabria s/nº
ESF Vila da Glória	Estrada Geral da Vila da Glória s/nº
ESF Vila da Glória	Loteamento Residencial Vila da Glória, s/nº
Centro de Bem Estar Animal	Av. Dr. Nereu Ramos s/nº Rocio Grande
Prédio Sede da Secretaria de Saúde	Rua Manoel Antônio Bueno, 387 – Rocio Grande
Almoxarifado	Rua Aldo Possamai s/nº, Centro

#### 6.0 DA GARANTIA

6.1) Os serviços executados deverão ter garantia de, no mínimo, 90 (trinta) dias.

6.2) Ocorrendo defeito durante o período de garantia a contratada será comunicada e deverá, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo e/ou troca da peça, sem qualquer ônus para a Prefeitura

Municipal de São Francisco do Sul.

## 7.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, fretes decorrentes do fornecimento das peças, sem qualquer ônus para a Secretaria Municipal de Saúde.

7.2) Substituir toda e qualquer peça em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu uso dentro do período de garantia

## 8.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos e sua proposta;

8.2 Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição dos equipamentos, no prazo e condições estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.3 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;

8.4 Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de habilitação e qualificação exigidas no inciso XIII do art. da Lei nº8.666/93.

## 9.0 FORMA DE EXECUÇÃO

9.1 Os serviços serão executados pelo período de fevereiro à dezembro de 2018.

## 10.0 DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 11.0 – FISCALIZAÇÃO

11.1 A fiscalização da prestação dos serviços será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC, por meio do servidor designado conforme segue:

Coordenador da Manutenção

11.2 A fiscalização reserva-se ao direito de recusar o serviço que não atenda a proposta ofertada, bem como, as especificações estabelecidas no presente Termo de Referência.

## 12.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no orçamento do Município, sendo:

EXERCÍCIO DE 2018

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19 - 001
PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Vigilância Sanitária	2125
ELEMENTO DE DESPESA Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	339039-99
VÍNCULO DE RECURSO Recurso Ordinário Saúde	20601

## 13.0 – LOCAL DE ENTREGA DA NOTA FISCAL

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC / Setor Compras

Rua: Manoel A. Bueno, 387 (fundos do Hospital Nossa Senhora da Graça)

Bairro: Rocío Grande Cidade: São Francisco do Sul – SC

Horário de entrega: De 2ª à 6ª feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

## 14.0 - PAGAMENTO

a) O pagamento dar-se-á ao Prestador de Serviços no prazo de 30 (trinta dias) após a entrega da nota fiscal devidamente vistada pelo Fiscal do Contrato, atestando o recebimento dos serviços.

b) A nota fiscal deverá ser entregue no Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, no período entre o 1º dia útil até no máximo o 24º dia útil do mês corrente.

Nádia Moreira Raposo  
Secretária Municipal de Saúde  
Portaria 14.197/2017

## ANEXO II

## MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Ao:  
Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ..... , representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ..... , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ..... , portador (a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ..... a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2018, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por XXXXX

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por extenso

## CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital. Com reconhecimento de firma

## ANEXO III

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao:  
Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul  
A/C. Pregoeiro Oficial

Edital de Pregão Presencial nº. 003/2018

Pelo presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa ..... (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018\_\_\_\_, cujo objeto é a Aquisição de ....., de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO IV

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:  
Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul  
A/C. Pregoeiro Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº. 003/2018

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei

nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO V

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

Ao:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul  
A/C. Pregoeiro Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº. 003/2018

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 000/2018 que a Proponente .....  
..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº ..... , com sede na cidade de .....  
....., Estado ..... , na Rua/Av ..... (endereço completo), não  
mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos  
ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz,  
a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO  
PREGÃO Nº 003/2018

#### INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC E A EMPRESA

Instrumento Particular de Contrato que entre si fazem o Município de São Francisco do Sul, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ. sob o nº 03.264.792/0001-08, neste ato representado por seu Gestor, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ. sob nº \_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_, na rua \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_, doravante denominados respectivamente CONTRATANTE e CONTRATADA, em decorrência do processo licitatório – PREGÃO Nº 003/2018, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, e conformidade com a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes das Leis 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações, têm entre si justo e acertado o seguinte

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços continuados, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de Ar condicionado, para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I - parte integrante deste Edital).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. Perfaz o presente contrato o valor total de R\$ \_\_\_\_\_, irrecorrível, referente ao ITEM \*\*\*\* cujo pagamento dar-se-á à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após entrega do pedido, mediante apresentação da nota fiscal devidamente visada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, atestando o recebimento dos produtos.

Parágrafo Único

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária	1901 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2125– Manutenção Vigilância Sanitária
Elemento de Despesa	339039 99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Vínculo do Recurso	20601 –Recursos Ordinários Saúde

#### CLÁUSULA TERCEIRA



3.1. Os preços contratuais, em caso de prorrogação, poderão ser reajustados ao completar 12 (doze) meses pelo IGPM-FGV ou outro Índice Oficial do Governo que vier a substituí-lo.

#### CLÁUSULA QUARTA

4.1. Os serviços contratados serão executados pelo período de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura deste contrato podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 60 meses reajustável a cada 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA QUINTA

5.1 A CONTRATADA, no caso de inexecução ou atraso na execução do objeto contratado, exceto por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado e justificado, ficará sujeita às sanções preceituadas na Lei nº 8.666/93, bem como a aplicação das seguintes penalidades:

5.2. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, o Município poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

a) advertência, em virtude do descumprimento de obrigações de pequena monta, podendo a Administração, no caso de haver o cometimento reiterado das faltas ensejadoras desta sanção, aplicar outras mais severas;

b) multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor total empenhado, em virtude de atraso no cumprimento das obrigações estabelecidas, aplicada até o limite de cinco dias;

c) multa de 2% (dois por cento), sobre o valor integral do empenho, em razão de inexecução total, ou sobre o valor remanescente, no caso de inexecução parcial;

d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.3 Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

5.4 A sanção prevista na alínea "d", do item 1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

5.5 A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

5.6 As multas poderão ser cumuladas e serão descontadas dos valores devidos à contratada, se houver, ou cobradas judicialmente.

#### CLÁUSULA SEXTA

6.1 A fiscalização da prestação de serviços será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC por meio de servidor designado.

6.2 A fiscalização se reserva o direito de recusar os serviços executados que não atenderem as especificações estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC.

#### CLÁUSULA SETIMA

7.1 Será a CONTRATADA a única responsável para com seus empregados, no que concerne ao cumprimento da Legislação Marítima, previdência social, seguro de acidentes de trabalho ou quaisquer outros encargos previstos em Lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança no trabalho, prevista na Legislação Federal (Portaria 3.214, de 08.07.78, do Ministério do Trabalho), sendo que o seu descumprimento poderá motivar a aplicação de multa por parte da CONTRATANTE ou rescisão contratual, com a aplicação das sanções cabíveis.

##### Parágrafo Único

São igualmente de responsabilidade da CONTRATADA, as despesas com salários e encargos de seus empregados, combustível, manutenção e assistência técnica, seguros e demais despesas que venham a decorrer dos serviços ora contratados.

#### CLÁUSULA OITAVA

8.1 Durante a execução dos serviços contratados, assume a CONTRATADA integral responsabilidade pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

#### CLÁUSULA NONA

9.1 A CONTRATANTE se reserva o direito de cancelar este contrato, fundamentada no que dispõe o Artigo 78, inciso IV, e Artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, caso a CONTRATADA não venha a iniciar os serviços dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data de convocação para assinatura do contrato, sem que a CONTRATADA apresente justificativa plenamente aceita pela CONTRATANTE.

##### Parágrafo Único

Caso o cancelamento de que trata a presente Cláusula venha a ocorrer, o CONTRATANTE poderá vir a efetivar a contratação dos serviços nos termos do Artigo 24, inciso XI, da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

10.1 Aplicam-se ao presente contrato, para as questões de inexecução e para as pendências decorrentes de rescisão, as disposições pertinentes da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRMEIRA

11.1 Reserva-se à CONTRATANTE o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, devidamente autorizada e fundamentada. Se isso vier a ocorrer, a CONTRATADA terá direito a receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1 São obrigações do CONTRATANTE:

12.1 Efetuar o pagamento nas datas aprazadas;

12.2 Dar livre e completo acesso ao pessoal da CONTRATADA, encarregada do cumprimento dos serviços objeto deste contrato;

12.3 Responsabilizar-se pela organização dos serviços objeto da contratação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, para as questões que porventura decorram do presente contrato, não obstante qual seja o domicílio da CONTRATADA.

13.2 E, por estarem assim acordes, foi lavrado este instrumento, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença das testemunhas abaixo, em quatro vias de igual teor e forma.

São Francisco do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

NADIA MOREIRA RAPOSO GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONTRATANTE		CONTRATADA
--	--	------------

### PREGÃO PRESENCIAL 040/2018

Publicação Nº 1532616

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 040/2018

O MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através da Secretaria Municipal de Educação, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.675 de 22 de janeiro de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09:00hs (nove) do dia 06 de março de 2018, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getulio Vargas, nº,01 - Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

#### 1. DA LICITAÇÃO

##### 1.1 – DO OBJETO

1.1.1. Aquisição de materiais de limpeza, higiene e descartáveis para as Escolas do Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's e Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.1.2. O prazo estimado para o consumo dos produtos constantes nesta licitação será até 31 de dezembro de 2018.

#### 2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Licitações, Praça Getúlio Vargas, nº,01 Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 09:00hs (nove) do dia 06 de março de 2018.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: Será às 09:00hs (nove) do dia 06 de março de 2018, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

### 3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: A execução será conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por Lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro.

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: A entrega ocorrerá sempre até 5 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria. Os itens solicitados deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria, situado anexo a Escola Básica Municipal CAIC, localizado na rua Flordoaldo Nóbrega, nº 635, bairro Acarai, CEP 89240-000, cidade de São Francisco do Sul/SC.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1001 Secretaria Municipal de Educação
Projeto Atividade	2054– Manutenção das Atividades da Educação Infantil
Vínculo do Recurso	10100 – Rec de Impostos e de transf. Impostos Educação
Elemento de Despesa	333903022 – Material limpeza e produtos de higienização

Unidade Orçamentária	1001 – Secretaria Municipal de Educação
Projeto Atividade	2057 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Vínculo do Recurso	1010000 – Rec. de impostos e de transf. de imp-educ
Elemento de Despesa	333903021 – Material de Copa e Cozinha

Unidade Orçamentária	1002 – Secretaria Municipal de Educação
Projeto Atividade	2057 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Vínculo do Recurso	1010000 – Rec. de impostos e de transf. de imp-educ
Elemento de Despesa	333903022 – Material de limpeza e produtos de higienização

3.6. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até no prazo de 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal no Setor de Contabilidade, devidamente visada pela Secretaria Municipal de Educação, comprovando a entrega do objeto.

### 4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Minuta do Contrato

### 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 7h30min às 13h30min, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosulsc.gov.br](http://www.saofranciscodosulsc.gov.br), no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

### 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: pelo e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex ou pelo e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br), devendo esta ser entregue ao Pregoeiro (a) até 02 (dois) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo,

intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro (a).

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designada outra data para realização do pregão.

## 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Os mandatários deverão apresentar o documento de identidade e instrumento de mandato respectivo com firma do outorgante reconhecida.

8.2.2. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06, com validade de até 90 dias da data do certame.

#### 8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 7.1, 7.2, 7.2.1 e 7.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 7.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

### 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

#### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados (não serão aceitos as empresas licitantes que forem lacrar os envelopes na hora do credenciamento) não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 040/2018  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 040/2018  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 9 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 11 deste Edital.

### 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

- a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, endereço eletrônico (e-mail), nome e dados do responsável pela assinatura do Contrato;
- b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;
- c) indicação individualizada das características, marca e descrições de que os produtos sejam compatíveis com os que estejam sendo cotados e deverão estar de acordo com as exigências constantes dos Anexos I, não se admitindo propostas alternativas.

10.3. Na formulação da proposta deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

### 11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

## 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.6. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, por item proposto, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.7 O pregoeiro convocará a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

12.8 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 12.7.

12.9. Não havendo a apresentação de novo (s) preço (s), inferior (es) ao (s) preço (s) da (s) proposta (s) melhor (es) classificada (s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 12.7

12.10. Caso a (s) detentora (s) da (s) melhor (es) oferta (s), de acordo com a classificação de que trata o item 12.6, seja (m) microempresa (s) ou empresa (s) de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação de preço (s).

12.11. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.12. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.14. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.15. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.



12.16. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

### 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúbia interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

#### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

##### 14.1.1. RELATIVOS A CAPACIDADE JURIDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de Contrato Consolidado, devidamente arquivado no Registro do Comércio, em se tratando de Sociedades Empresárias e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;
- c) Registro do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações e prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira;

OBS: Os documentos relacionados nas alíneas do item "13.1.1" não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no ato do Credenciamento deste Pregão, desde que sejam originais ou estejam autenticados em Cartório.

##### 14.1.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo III, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014

- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração do proponente quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal do Brasil e inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/1999, conforme modelo constante no Anexo VI do presente Edital;;

#### 14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.

b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.4. No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

b.5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante  
Passivo Circulante

#### 14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

b. Apresentar certificado ou alvará sanitário, emitido pelo órgão competente comprovando que a empresa licitante foi vistoriada pelo Serviço de Vigilância Sanitária.

14.4. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.5 A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.6. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.7. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.8. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.9. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.10. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.11.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

## 15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

## 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

## 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação

de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro(a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

## 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o (a) Pregoeiro (a) avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o (a) Pregoeiro (a) fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados a Autoridade Competente, para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro (a), ou, quando houver recurso pela própria Autoridade Competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

- I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;
- II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;
- III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será efetuado em até no prazo de 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal no Setor de Contabilidade, devidamente visada pela Secretaria Municipal de Educação, comprovando a entrega do objeto.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.
- c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.
- d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.
- e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;
- f) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.
- g) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.
- h) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.
- i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

j) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da CONTRATADA.

22.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.7. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

### 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração

#### ANEXO I – PREGÃO PRESENCIAL 040/2018 TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. OBJETO

Aquisição de materiais de limpeza, higiene e descartáveis para as Escolas do Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's e Secretaria Municipal de Educação.

##### 2. OBJETIVO

O presente documento tem por objetivo estabelecer as condições gerais para a aquisição de materiais de limpeza e higiene, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

##### 3. JUSTIFICATIVA

A importância de adquirir esses materiais permite conservação da limpeza e funcionalidade nos departamentos desta secretaria, nas escolas e creches municipais. Visando melhores condições de trabalho e atividades executadas proporcionando aos munícipes que utilizam os serviços desta secretaria, um ambiente limpo e adequado.

##### 4. DO VALOR MÁXIMO PARA CONTRATAÇÃO

Os valores unitários e por lotes estimados para a aquisição pretendida obedecerá à planilha de preços máximos aceitáveis, constante no Anexo I – Termo de Referência, tendo como base a média obtido em pesquisa de preços de mercado, válido somente para o realinhamento da proposta da empresa VENCEDORA.

##### 5. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO



## LOTE 1 - Materiais de limpeza

Item	Especificações	Qtde. CMEIS	Qtde. Escolas	Un.	Valor unitário	Valor Total
1	AGUA SANITARIA - Cloro Ativo com ação alvejante e desinfetante. O teor mínimo de cloro ativo deve ser de 2,0% p/p e máximo de 2,5% p/p durante o prazo de validade do produto. Apresentação em embalagem de 5 litros cada. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote e validade.	1000	1500	Galão	R\$ 9,77	R\$ 24.425,00
2	ALCOOL LIQUIDO - tipo etílico hidratado, concentração de 70° INPM. Apresentação em embalagem de 1 litro. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade.	350	350	Frasco	R\$ 7,07	R\$ 4.949,00
3	ALCOOL EM GEL CRISTAL ETILICO HIDRATADO 65°INPM MULTIUSO. Apresentação em embalagem mínima de 480 gramas.A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade.	400	400	Frasco	R\$ 8,35	R\$ 6.680,00
4	AMACIANTE DE ROUPA, aspecto físico líquido viscoso concentrado, perfumado. Frasco de 2 litros, com tampa abre e fecha com lacre de rosquear. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote e validade.	400		Frasco	R\$ 10,65	R\$ 4.260,00
5	BALDE, material plástico, capacidade de 15 litros, material alça arame galvanizado, cor natural.	50	50	Unidade	R\$ 10,54	R\$ 1.054,00
6	LIMPA PISO com cêra, diluível em água, incolor, com brilho e perfume suave, embalagem de 500ml.	150	200	Frasco	R\$ 8,68	R\$ 3.038,00
7	DESINFETANTE, aspecto físico líquido, de uso geral. Aplicação: desinfetante e germicida. Princípio ativo, Formol 37%, Nonil Fenol Etoxilado, Copolímero acrílico e água. Frasco de 2 Litros, diversas fragrâncias exceto de eucalipto e pinho). A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote e validade.	2000	2000	Frasco	R\$ 11,96	R\$ 47.840,00
8	ESCOVA PARA ROUPA, confeccionada com cerdas de nylon e base de plástico.	150		Unidade	R\$ 3,98	R\$ 597,00
9	ESCOVA SANITÁRIA, com estojo/suporte plástico.	75	75	Unidade	R\$ 11,54	R\$ 1.731,00
10	ESPONJA DE LIMPEZA, dupla face (fibra e espuma), formato retangular, medindo aproximadamente 110x75x23mm, abrasividade média. Composição: espuma de poliuretano com bactericida, fibra sintética com abrasivo. Apresentação em embalagem com no mínimo 4 unidades.	50	50	Pacote	R\$ 5,54	R\$ 554,00
11	FLANELA PARA LIMPEZA, 100% de algodão, cor amarela de tom forte, lisa, dimensões aproximadas 30x40cm.	600	600	Unidade	R\$ 3,06	R\$ 3.672,00
12	LIMPADOR MULTIUSO - de uso doméstico. Aromas diversos. Frasco plástico de 500ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	850	600	Frasco	R\$ 4,94	R\$ 7.163,00
13	LIXEIRA - material polietileno (plástico resistente), capacidade mínima de 93 LITROS e máxima de 100 LITROS, com tampa, formato cilíndrico. Cores diversas.	50	50	Unidade	R\$ 93,19	R\$ 9.319,00
14	LIXEIRA - material polietileno (plástico resistente), com tampa basculante, capacidade 35 LITROS, com tampa, formato cilíndrico. Cores: branco e/ou preto.	80	80	Unidade	R\$ 55,22	R\$ 8.835,20
15	LUVA PARA LIMPEZA - Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. TAMANHO M - Médio. Embalagem contendo 1 par.	200	200	Pacote	R\$ 5,46	R\$ 2.184,00

16	LUVA PARA LIMPEZA - Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. TAMANHO G - Grande. Embalagem contendo 1 par.	200	200	Pacote	R\$ 5,46	R\$ 2.184,00
17	PÁ COLETORA DE LIXO - com coletor em plástico medindo aproximadamente 26cm, com cabo de madeira com no mínimo 80 cm.	70	70	Unidade	R\$ 10,53	R\$ 1.474,20
18	PANO DE CHÃO - Alvejado 100% algodão, tipo saco, na cor branca, com dimensões aproximadas de 50x70cm.	500	500	Unidade	R\$ 6,69	R\$ 6.690,00
19	PANO DE CHÃO DUPLO - atalhado capa para rodo, com aproximadamente 44 x 44 cm, cores diversificadas.	750	750	Unidade	R\$ 8,31	R\$ 12.465,00
20	RODO - Cabo de alumínio com rosca de no mínimo 1,10m, suporte plástico medindo 30cm, 01 borracha (não E.V.A).	100	100	Unidade	R\$ 25,03	R\$ 5.006,00
21	SABÃO EM BARRA, glicerinado, multiuso, 200g. Apresentação em embalagem plástica, contendo 05 unidades.	100	20	Pacote	R\$ 7,25	R\$ 870,00
22	SABÃO EM PÓ, com enzimas e poder acelerador. 1ª qualidade. Apresentação em embalagem caixa/plástica de 1 kg. Composição Mínima: Tensoativos aniônicos, corantes, coadjuvante, tamponates, sinergista, fragrância, branqueador óptico, enzimas e água.	2500	2500	Caixa / Pacote	R\$ 8,18	R\$ 40.900,00
23	SACO PLÁSTICO LIXO, 150 LITROS, gramatura 0,12 micras, cor preta, dimensões mínimas 90x105 cm, de polipropileno de alta densidade (reforçado). Aplicação: coleta de lixo, para resíduo normal. Apresentação em embalagem mínima com 5 unidade. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	700	700	Pacote	R\$ 7,51	R\$ 10.514,00
24	SACO PLÁSTICO LIXO, 100 LITROS, gramatura 0,10 micras, cor preta, dimensões mínimas: largura 75, e altura 105, de polipropileno de alta densidade (reforçado). Aplicação: coleta de lixo. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. Apresentação em embalagens com no mínimo 5 unidades.	500	700	Pacote	R\$ 5,89	R\$ 7.068,00
25	SACO PLÁSTICO LIXO, 30 LITROS, gramatura 0,06 micras, cor preta, dimensões mínimas: largura 59 e altura 62, de polipropileno. Aplicação: uso doméstico. Pacote com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	700	800	Pacote	R\$ 4,48	R\$ 6.720,00
26	SACO PLÁSTICO LIXO, 50 LITROS, gramatura 0,06 micras, cor preta, dimensões mínima largura 63, e altura 80, de polipropileno. Aplicação: uso doméstico. Apresentação em embalagem Pacote com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	1500	1200	Pacote	R\$ 5,46	R\$ 14.742,00
27	SAPONÁCEO EM PÓ. Frasco plástico de no mínimo 300g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	100	150	Pacote / Frasco	R\$ 3,85	R\$ 962,50
28	SAPONÁCEO CREMOSO frasco plástico de no mínimo 300 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número do registro no Ministério da Saúde, indicado para limpeza de superfícies esmaltadas, cromadas, aço inox, porcelanas, louças, azulejos, banheiros, cozinhas e fórmicas.	150	150	Frasco	R\$ 6,12	R\$ 1.836,00

29	SABÃO EM PASTA, sabão de coco, glicerina, agente mineral, conservante, corante essência e água. Utilizado na limpeza em geral, principalmente e mármore, pisos e azulejos com ação desengraxante, desengordurante e de polimento. Usado também para limpeza de grelhas de churrasco. Pote 500 gramas.	300	300	Frasco	R\$ 4,37	R\$ 2.622,00
30	VASSOURA, com cerdas de nylon luxo, base em madeira resistente, cerdas com comprimento mínimo (saliente) de 11cm e espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufo justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, cabo de madeira plastificado medindo 1,20m, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico.	300	300	Unidade	R\$ 13,46	R\$ 8.076,00
31	PAPEL HIGIÊNICO, 100% fibras naturais, picotado, grofado, com relevo, folha simples na cor branca (100% branca), neutro, de primeira qualidade. Fardo com 64 rolos medindo 60mx10cm. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto.	1000	1100	Fardo	R\$ 66,40	R\$ 139.440,00
32	DETERGENTE LÍQUIDO neutro de 500ml, fórmula biodegradável e embalagem plástica.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 20 UNIDADES		Frasco	R\$ 1,66	R\$ 33,20
33	PASTILHA ADESIVA SANITÁRIA, nas fragrâncias lavanda, pinho, citrus ou floral, embalagem com 03 unidades.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 50 UNIDADES		Frasco	R\$ 5,85	R\$ 292,50

VALOR TOTAL DO LOTE 1 – R\$ 388.196,60

Lote 2 - Materiais de higiene

Item	Especificações	Qtde. CMEIS	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CREME DENTAL INFANTIL, sem flúor e sem corantes, para crianças até 5 anos, embalagem plástica resistente, com no mínimo 100 gramas.	650	Frasco	R\$ 10,75	R\$ 6.987,50
2	FRALDA, descartável infantil formato anatômico, com elástico lateral, barreiras anti-a-zamento, com fechamento em fitas reajustáveis que não perdem aderência e permite que ajuste a fralda quantas vezes precisar, proteção seca com cobertura suave e macia com toque de algodão ou de Aloe Vera, com camada super absorvente com proteção mínima de até 10 horas, tamanho M, De 6 à 9 Kg, pacote com mínimo 20 e máximo 24 unidades.	100	Pacote	R\$ 15,37	R\$ 1.537,00
3	FRALDA, descartável infantil formato anatômico, com elástico lateral, barreiras anti-a-zamento, com fechamento em fitas reajustáveis que não perdem aderência e permite que ajuste a fralda quantas vezes precisar, proteção seca com cobertura suave e macia com toque de algodão ou de Aloe Vera, com camada super absorvente com proteção mínima de até 10 horas, tamanho G, De 9 à 13 Kg, pacote com mínimo 20 e máximo 24 unidades.	650	Pacote	R\$ 16,54	R\$ 10.751,00
4	FRALDA, descartável infantil formato anatômico, com elástico lateral, barreiras anti-a-zamento, com fechamento em fitas reajustáveis que não perdem aderência e permite que ajuste a fralda quantas vezes precisar, proteção seca com cobertura suave e macia com toque de algodão ou de Aloe Vera, com camada super absorvente com proteção mínima de até 10 horas, tamanho XG, De 12 à 16 Kg, pacote com no mínimo 16 unidades e no máximo 20 unidades.	650	Pacote	R\$ 17,08	R\$ 11.102,00

5	LENÇO UMEDECIDO, não tecido, na cor branca, testado dermatologicamente, de fragrância suave, com dimensões mínimas por unidade de 15x11cm, na cor branca, fragrância suave. A embalagem deverá conter nó mínimo 70 unidades, com identificação do produto, composição do produto, marca do fabricante, datas de fabricação e de validade.	700	Pacote / Pote	R\$ 13,05	R\$ 9.135,00
6	SABONETE INFANTIL, em tablete, sem corantes, de fragrância suave, testado dermatologicamente. O sabonete deverá possuir grande poder espumante, ser cremoso o suficiente para não desenvolver rachaduras ao longo do tempo de sua utilização, formar o mínimo de massa gelatinosa que leva ao seu amolecimento precoce e não causar irritabilidade dérmica. Embalagem: caixa com 01 unidade de no mínimo 75g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade.	700	Unidade	R\$ 3,08	R\$ 2.156,00
7	TALCO embalagem 100 gramas para pele de bebê ou crianças. Proteger a epiderme, prevenindo e combatendo assaduras causadas pela umidade. Para pele do neném ficar sequinha e fresca, tem amido em sua fórmula, fazendo com que a absorção seja ainda mais eficiente. Hipoalergênico e dermatologicamente testado.	650	Frasco / Pote	R\$ 7,81	R\$ 5.076,50
8	POMADA para assadura de uso infantil, composição, palmitado de reitol 5.000 UI/g colecalciferol 900UI/g e óxido de zinco 150mg, excipiente 1,0gr, acondicionado em tubos com no mínimo 45 gramas.	650	Unidade	R\$10,31	R\$ 6.701,50
9	CONDICIONADOR infantil 350 ml dermatologicamente testa com pH balanceado, sem lágrimas para todo tipo de cabelo.	900	Frasco	R\$ 24,23	R\$ 21.807,00
10	SHAMPOO INFANTIL, para todos os tipos de cabelo, uso diário, hipoalergênico, livre de corantes e parabenos, com fórmula suave e PH balanceado, apresentação em embalagem mínima de 400 ml.	900	Frasco	R\$ 21,13	R\$ 19.017,00

VALOR TOTAL DO LOTE 2 – R\$ 94.270,50

Lote 3 – Descartáveis

Item	Especificações - Descartáveis	Total Geral	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Copo – descartável para água, 200ml, rebordo anticortante, no mínimo 180º, corpo frisado, confeccionado em poliestireno leitoso atóxico de 2,2g por unidade (NBR 14865), acondicionados em embalagem plástica com 100 unidades, sem telescopamento integral.	80	Pacote	R\$ 3,85	R\$ 308,00
2	Papel toalha - interfolha, 02 (duas) dobras, medidas aproximadas de 19,5x20,5 cm cada folha, 100% celulose virgem, alta absorção, gofrado, cor branco extra de luxo, não-reciclado. Acondicionados em pacotes com 1000 (hum mil) folhas. FARDO COM 06 pacotes.	80	Fardo	R\$ 14,63	R\$ 1.170,40

VALOR TOTAL DO LOTE 3 – R\$ 1.478,40

**5. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS (somente para empresa vencedora)**

5.1.O exame das amostras tem por objetivo confrontar os materiais cotados com as especificações exigidas no item 5 deste Termo de Referência, em especial no que diz respeito à qualidade, durabilidade e funcionalidade dos produtos.

5.2.Para efeito de análise dos produtos cotados, a fim de verificar a sua adequação as especificações deste Termo de Referência, conforme disposto nos arts. 37 e 70 da Constituição Federal que primam pela eficiência e economicidade (relação custo-benefício) na Administração, a empresa vencedora deverá apresentar na Secretaria Municipal da Educação (Departamento de Compras), localizada na Rua Barão do Rio Branco, 217, Centro, São Francisco do Sul/SC, amostras dos materiais de limpeza, higiene e descartáveis num prazo de até (05) cinco dias úteis após o certame, sendo 1 (uma) amostra de cada item, devidamente identificados com números do lote e item.

**6. DA ENTREGA E PRAZO DE ENTREGA**

6.1 O prazo para entrega será conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 10 (dez) meses após a homologação do certame.

6.2 A entrega ocorrerá sempre em até 5 (cinco) dias após a solicitação da secretaria, e será parcelado em duas vezes, sendo 50% logo após a assinatura do contrato e ou outros 50% mediante nova solicitação.

O pedido de prorrogação do prazo de entrega, concedido em caráter excepcional e sem efeito suspensivo, deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínimo de 5 (cinco) dias de seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada, em conformidade com o art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

**7. LOCAL DE ENTREGA**

Os objetos deverão ser entregues no Almojarifado da Secretaria Municipal de Educação, anexo a EBM CAIC Irmã Joaquina Busarelo, localizado na Rua Flordaldo Nóbrega, nº 635, bairro

#### 8. PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal.

Aldair Nascimento Carvalho  
Secretária Municipal de Educação

#### ANEXO II

##### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ..... , representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ..... , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ..... , portador (a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ..... , a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2018, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por XXXXX

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

#### CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital, com a firma do mandatário reconhecida

#### ANEXO III

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº. 040/2018

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa .....(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2018, cujo objeto é a Aquisição de materiais de limpeza, higiene e descartáveis para as Escolas do Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's e Secretaria Municipal de Educação, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO IV

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº. 040/2018

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:  
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº. 040/2018

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 040/2018 que a Proponente ..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº ..... , com sede na cidade de ..... , Estado ..... , na Rua/Av ..... (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO  
PREGÃO Nº 040/2018.

#### INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

Instrumento Particular de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF. Sob nº 83.102.269/0001-06, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ. sob nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, inscrita no CPF. sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada na \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade \_\_\_\_\_, doravante denominados respectivamente CONTRATANTE e CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2018 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018, de conformidade com a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, subsidiariamente as normas constantes das Leis 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações, têm entre si justo e acertado o seguinte:

#### CLÁUSULA 1ª – OBJETO

1.1 O Presente Contrato tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza, higiene e descartáveis para as Escolas do Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's e Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes do Edital, Anexo I e proposta da vencedora, parte integrante deste Contrato.

#### CLÁUSULA 2ª – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Perfaz o presente contrato o valor total de R\$ \_\_\_\_\_, irrecorrível, cujo pagamento dar-se-á à CONTRATADA em até no prazo de 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal no Setor de Contabilidade, devidamente visada pela Secretaria Municipal de Educação, comprovando a entrega do objeto.

2.2. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

2.3. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.



**CLÁUSULA 3ª – DOS RECURSOS**

3.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária	1001 Secretaria Municipal de Educação
Projeto Atividade	2054– Manutenção das Atividades da Educação Infantil
Vínculo do Recurso	10100 – Rec de Impostos e de transf. Impostos Educação
Elemento de Despesa	333903022 – Material limpeza e produtos de higienização

Unidade Orçamentária	1001 – Secretaria Municipal de Educação
Projeto Atividade	2057 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Vínculo do Recurso	1010000 – Rec. de impostos e de transf. de imp-educ
Elemento de Despesa	333903021 – Material de Copa e Cozinha

Unidade Orçamentária	1002 – Secretaria Municipal de Educação
Projeto Atividade	2057 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Vínculo do Recurso	1010000 – Rec. de impostos e de transf. de imp-educ
Elemento de Despesa	333903022 – Material de limpeza e produtos de higienização

**CLÁUSULA 4ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

4.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.
- c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.
- d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.
- e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;
- f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- h) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.
- i) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.
- j) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.
- l) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

4.2 As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

4.3 Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

4.4 As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.

4.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.6 Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

4.7 Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

#### CLÁUSULA 5ª - RESCISÃO CONTRATUAL

5.1 O presente Contrato poderá ser rescindido amigável ou judicialmente, nos casos previstos no Capítulo III – Seção V, da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e suas alterações.

#### CLÁUSULA 6ª - ENCARGOS

6.1 A CONTRATADA assumirá integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, bem como dos demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA 7ª – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1 A entrega ocorrerá sempre até 5 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria. Os itens solicitados deverão ser entregues no Almo-xarifado da Secretaria, situado anexo a Escola Básica Municipal CAIC, localizado na rua Flordoaldo Nóbrega, nº 635, bairro Acarai, CEP 89240-000, cidade de São Francisco do Sul/SC.

7.2 A entrega ocorrerá sempre em até 5 (cinco) dias após a solicitação da secretaria, e será parcelado em duas vezes, sendo 50% logo após a assinatura do contrato e ou outros 50% mediante nova solicitação.

7.3. O pedido de prorrogação do prazo de entrega, concedido em caráter excepcional e sem efeito suspensivo, deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínimo de 5 (cinco) dias de seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contrata-da, em conformidade com o art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 8ª – VIGÊNCIA

8.1 O presente contrato passará a vigorar da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA 9ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA se obriga a:

- a) entregar o objeto em estrita conformidade com as disposições deste edital e seus anexos e com os termos da proposta de preços;
- b) fornecer o objeto gradativamente, conforme solicitação da Secretaria de Educação.
- c) responsabilizar-se pela qualidade dos materiais fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados a Administração;
- d) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
- e) aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;
- f) manter, durante a execução do contrato, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação;
- g) cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;
- h) o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregado;
- i) o contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

#### CLÁUSULA 10ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 A CONTRATANTE se obriga a:

- a) efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento;
- b) comunicar imediatamente à empresa qualquer irregularidade manifestada na entrega do objeto;

#### CLÁUSULA 11ª – FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização do contrato será exercida pela Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Sul – SC, por meio de servidor designado.

11.2. A fiscalização se reserva o direito de recusar e/ou devolver os produtos que estiverem em desacordo ou que não atenderem as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

11.3. A entrega dos produtos será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da contratante, com atribuições específicas, devidamente designado em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666-93, ao qual caberá:

- a) responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editais;
- b) certificar a entrega dos produtos, encaminhando cópia desta certificação à Secretaria Municipal de Finanças;
- c) pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade.
- d) adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul;
- e) notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula deste contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Administração, para ser anexada ao contrato;
- f) adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da CONTRATANTE;
- g) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Parágrafo Primeiro: A contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com este Contrato.

#### CLÁUSULA 12ª - BASE LEGAL

12.1 Onde este Contrato for omissivo, prevalecerão as normas da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA 13ª – FORO

13.1. Para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca.

E, por estarem acordes, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

São Francisco do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

RENATO GAMA LOBO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL CONTRATANTE		XXXXXXXXXXXXX
TESTEMUNHAS:		CONTRATADA
CPF:		

### PREGÃO PRESENCIAL 041/2018

Publicação Nº 1532619

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 041/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através da Secretaria Municipal de Educação, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.675 de 22 de janeiro de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 14:00 hs do dia 06 de março de 2018, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getúlio Vargas, nº,01 - Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

#### 1. DA LICITAÇÃO

##### 1.1 – DO OBJETO

1.1.1. Aquisição de materiais de cama, mesa, banho, colchões, colchonetes e tapetes para os Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.1.2. O prazo estimado para o consumo dos produtos constantes nesta licitação será 45 dias

#### 2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Licitações, Praça Getúlio Vargas, nº,01 Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 14:00 hs do dia 06 de março de 2018.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: Será às 14:00 hs do dia 06 de março de 2018, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

#### 3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: A execução será conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por Lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro.

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: A entrega ocorrerá sempre até 5 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria. Os itens solicitados deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria, situado anexo a Escola Básica Municipal CAIC, localizado na rua Flordoaldo Nóbrega, nº 635, bairro Acaraí, CEP 89240-000, cidade de São Francisco do Sul/SC.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1001 Secretaria Municipal de Educação
Projeto Atividade	2054– Manutenção das Atividades da Educação Infantil
Vínculo do Recurso	1360000 – Salário Educação
Elemento de Despesa	333903020 – Material de cama mesa e banho

  

Unidade Orçamentária	1001 – Secretaria Municipal de Educação
Projeto Atividade	1010 - Aquisição de Equipamentos para os CMEI's
Vínculo do Recurso	1360000 – Salário Educação
Elemento de Despesa	344905287 – Material de consumo de uso duradouro

3.6. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até no prazo de 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal no Setor de Contabilidade, devidamente visada pela Secretaria Municipal de Educação, comprovando a entrega do objeto.

#### 4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Minuta do Contrato

#### 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 7h30min às 13h30min, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosulsc.gov.br](http://www.saofranciscodosulsc.gov.br), no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

#### 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: pelo e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex ou pelo e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br), devendo esta ser entregue ao Pregoeiro (a) até 02 (dois) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro (a).

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designada outra data para realização do pregão.

#### 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) Pessoa física;
- b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;
- c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;
- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;
- g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Os mandatários deverão apresentar o documento de identidade e instrumento de mandato respectivo com firma do outorgante reconhecida.

8.2.2. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06, com validade de até 90 dias da data do certame.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 7.1, 7.2, 7.2.1 e 7.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 7.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados (não serão aceitos as empresas licitantes que forem lacrar os envelopes na hora do credenciamento) não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 041/2018  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 041/2018  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 9 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 11 deste Edital.

#### 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

- a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, endereço eletrônico (e-mail), nome e dados do responsável pela assinatura do Contrato;
- b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;
- c) indicação individualizada das características, marca e descrições de que os produtos sejam compatíveis com os que estejam sendo cotados e deverão estar de acordo com as exigências constantes dos Anexos I, não se admitindo propostas alternativas.

10.3. Na formulação da proposta deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

#### 11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.



11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

## 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.6. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, por item proposto, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.7 O pregoeiro convocará a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

12.8 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 12.7.

12.9. Não havendo a apresentação de novo (s) preço (s), inferior (es) ao (s) preço (s) da (s) proposta (s) melhor (es) classificada (s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 12.7

12.10. Caso a (s) detentora (s) da (s) melhor (es) oferta (s), de acordo com a classificação de que trata o item 12.6, seja (m) microempresa (s) ou empresa (s) de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação de preço (s).

12.11. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.12. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.14. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.15. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.16. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

## 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúbia interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

#### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

##### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

##### 14.1.1. RELATIVOS A CAPACIDADE JURIDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de Contrato Consolidado, devidamente arquivado no Registro do Comércio, em se tratando de Sociedades Empresárias e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;
- c) Registro do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações e prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira;

OBS: Os documentos relacionados nas alíneas do item "13.1.1" não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no ato do Credenciamento deste Pregão, desde que sejam originais ou estejam autenticados em Cartório.

##### 14.1.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo III, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração do proponente quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal do Brasil e inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/1999, conforme modelo constante no Anexo VI do presente Edital;;

##### 14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

#### 14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

14.4. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.5 A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.6. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.7. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.8. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.9. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.10. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.11.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

#### 15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

#### 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às

solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

## 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro(a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

## 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o (a) Pregoeiro (a) avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o (a) Pregoeiro (a) fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados a Autoridade Competente, para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro (a), ou, quando houver recurso pela própria Autoridade Competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

- I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;
- II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;
- III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;
- IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;
- V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será efetuado em até no prazo de 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal no Setor de Contabilidade, devidamente visada pela Secretaria Municipal de Educação, comprovando a entrega do objeto.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser



cumulada com a penalidade de multa.

b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.

c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.

d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

g) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

h) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

j) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da CONTRATADA.

22.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.7. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescer ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.



São Francisco do Sul, 21 de fevereiro de 2018.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração

**ANEXO I –  
PREGÃO PRESENCIAL 041/2018  
TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

Aquisição de materiais de cama, banho, colchões, colchonetes e tapetes (eva) para os Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino.

**2. OBJETIVO / FINALIDADE**

Suprir à falta e/ou substituir os materiais de roupa de cama, banho, colchoes, colchonetes e tapetes (eva) que não tem mais condições de uso nos Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Pública de Ensino.

**3. JUSTIFICATIVA**

A aquisição destes é de extrema importância, uma vez que são materiais utilizados diariamente com o grande número de alunos atendidos, bem como a troca de materiais que se encontram em condições inadequadas de uso, devido ao desgaste pelo uso diário nos CMEIS.

**4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

**LOTE 1 – Colchões, colchonetes e tapete**

Item	Descrição Produto	QTDE	UNID.	Valor Unitário	Valor Total
1	Colchões para Berço, nas medidas de 130 cm de comprimento x 60 cm de largura e 12 cm de espessura com densidade D18 ou D20 conforme Norma ABNT NBR 13579-2, elaborada no Comitê Brasileiro de Mobiliário (ABNT/CB-15) e pela Comissão e Estudo de Colchão (CE-15:002.04). O colchão deverá ser revestido com material têxtil limpo e sem rasgos e conter o selo do INMETRO. O fechamento do colchão pode ser feito com material têxtil tipo viés. O revestimento será feito com matelassê (acolchoado), costurado ou soldado em material têxtil sobre lâmina de espuma 100% poliuretano. Deverá possuir 51% de viscoso e 49% de poliéster O revestimento plástico impermeável, que permita lavagem e secagem rápida, deverá ser utilizado em uma das faces. OBS: Os materiais constituintes deverão possuir proteção dupla: ANTIÁCARO e ANTIALÉRGICA. Embalagem: O colchão deverá ser embalado em plástico transparente de forma a impedir a entrada de poeira e insetos. Apresentar junto à amostra o Certificado do INMETRO.	136	Unid.	R\$ 107,00	R\$ 14.552,00
2	Colchonete para Repouso, colchonete para salas de repouso, nas medidas de 185 cm de comprimento x 65 cm de largura e 5 cm de espessura, com revestimento externo resistente em couro na cor azul real, que permita lavagem e secagem rápida, deverá ser utilizado nas duas faces e conter o selo do INMETRO. A estrutura interna deve ser feita com lâmina de espuma selada D33. OBS: Os materiais constituintes deverão possuir proteção dupla: ANTIÁCARO e ANTIALÉRGICA. Apresentar junto à amostra o Certificado do INMETRO.	30	unid	R\$ 126,00	R\$ 3.780,00
3	Peça Tapete de atividades eva 20mm cores diversas/sortidas Azul, Vermelho, Amarelo, Encaixes Com Bordas(Arremates), Lavável , Atóxico Anti-Derrapante Dimensões De Cada Peça: 50x50cm	172	unid	30,00	5.160,00
	VALOR TOTAL DO LOTE 1				R\$ 23.492,00

**LOTE 2 – Material de cama e banho**

Item	Descrição Produto	QTDE	UNID.	Valor Unitário	Valor Total
1	Travesseiro , antialérgico, antimoho, anatômico, lavável, revestimento percal 180 fios e 100% algodão, enchimento com fibras de poliéster siliconada, medindo 15x50x70 cm. Na cor branco.	635	Unid.	R\$ 23,00	R\$ 14.605,00

2	Fronha para travesseiro de 15x50x70cm, tecido malha fio penteado 30/1 na composição 100% algodão, liso em cor clara, verde, amarela, azul e/ou com estampa infantil.	835	Unid.	R\$ 24,50	R\$ 20.457,50
3	Lençol para colchão de berço de 0,60x130x,012cm, com elástico, tecido malha fio penteado 30/1 na composição 100% algodão, liso em cor clara, verde, amarela, azul e/ou com estampa infantil	482	Unid.	R\$ 44,50	R\$ 21.449,00
4	Lençol de cima para berço, tamanho mínimo 0,90x1,50m tecido malha 100% algodão na cor clara verde, amarela, azul e/ou com estampa infantil.	590	Unid.	R\$ 49,50	R\$ 29.205,00
5	Lençol para colchonete de 185x65x5 cm, tamanho mínimo de 2,10x95x15cm, com elástico, tecido malha fio penteado 30/1 na composição 100% algodão, liso cores claras azul amarelo verde sem estampa	480	unid	R\$ 52,00	R\$ 24.960,00
6	Toalha de banho 100% algodão medidas aprox. 70x 1,40 cm, gramatura mínima 400g/m², lisa, sem estampa, na cor branca	392	Unid.	R\$ 30,50	R\$ 11.956,00
7	Toalha de rosto 100% algodão medidas mínima 40x 80cm, gramatura mínima 300g/m², lisa sem estampa, na cor branca.	306	Unid.	R\$ 20,00	R\$ 6.120,00
8	Travesseiro infantil fibra antialérgica. 100 algodão, tamanho mínimo 28/38, lavável, anti acaro	72	unid	R\$ 17,00	R\$ 1.224,00
9	Fronha para travesseiro infantil de medida aproximado 30x40cm, tecido malha fio penteado 30/1 na composição 100% algodão, liso na cor clara azul amarelo, verde e/ou com estampa infantil	92	unid	R\$ 20,60	R\$ 1.895,20
VALOR TOTAL DO LOTE 2					R\$ 131.871,70

## 5. LOCAL DA ENTREGA

Nos Centros Municipais de Educação Infantil e Secretaria de Educação de São Francisco do Sul, conforme segue:

### Centros Municipais de Educação Infantil

INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO
CMEI Bem Me Quer	Rodovia Duque de Caxias, s/nº - Reta
CMEI Cantinho Alegre	Rua Jardim Acaraí, n/nº - Ervino
CMEI Chapeuzinho Vermelho	AV. Dr. Nereu Ramos, s/nº - Rocio Grande
CMEI Estrelinha do Amanhã	Rua 25 de Dezembro, s/nº - Morro Grande
CMEI Estrelinha do Mar	Estrada Geral da Vila da Glória, s/nº - Vila da Glória
CMEI Frei Martinho	Rua Otacílio da Costa Pereira, s/nº - Água Branca
CMEI Girassol	Estrada Geral do Forte, s/nº - Forte
CMEI Mickey Mouse	Rua Flordoaldo Nóbrega, 635 – Acaraí
CMEI Mundo Encantado	Rua dos Cedros, s/nº - Majorca
CMEI Pantera Cor de Rosa	Rod. Duque de Caxias, s/nº - Iperoba
CMEI Pedacinho do Céu	Rod. Duque de Caxias, s/nº - Sandra Regina
CMEI Peixinho Dourado	Rua Salvador, 346 – Enseada
CMEI Pequeno Polegar	Rua Francisco Mascarenhas, s/nº - Paulas
CMEI Pequeno Príncipe	Rua Almirante Barroso, s/nº - Rocio Pequeno
CMEI Peter Pan	Rua Binot Palmier de Gonneville, s/nº - Tapera
CMEI Raio de Sol	Rua Quito, s/nº - Itaguaçu
CMEI Semente da Esperança	Estrada Geral da Ribeira, s/nº, Miranda
CMEI Sonho Feliz	Rua Simião de Mira, s/nº - Reta (Lot. Coca)
Secretaria Municipal de Educação	Rua Barão do Rio Branco, nº 217 - Centro

## 6. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme descrito na Requisição de Despesa n.º 038 e038.1 da Secretaria Municipal de Educação.

## 7. FISCALIZAÇÃO

A execução será acompanhada pelos servidores responsáveis de cada CMEI e a fiscalização será exercida pela Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Sul, por meio de servidor a ser designado.

#### 8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregado.

O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

#### 9. ACEITAÇÃO DO OBJETO

De acordo com os artigos 73 e 76 da Lei n. 8.666/1993.

#### 10. SANÇÕES

De acordo com os artigos 78 e seguintes da Lei n. 8.666/1993.

#### 11. FORMA E PRAZO DE ENTREGA

Entrega única nos CMEIS relacionados no Item 5, no prazo de até 30 dias corridos após a solicitação da Secretaria de Educação, mediante protocolo de entrega devidamente assinado pela Coordenação do CMEI, conforme solicitação e cronograma de distribuição encaminhado pela Assessoria Administrativa da Secretaria Municipal de Educação.

#### 12. PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal.

#### 13. GARANTIA

- Todos os produtos deverão ser novos, de 1ª linha;
- Garantia mínima do fabricante de 01 (um) ano para o item 1 e de 06 (seis) meses para o item 2 do lote 1;
- Garantia contra defeitos de fabricação para os produtos do lote 1 e 2.

#### 14. AMOSTRA

A empresa vencedora deverá apresentar amostras de todos os itens dos Lotes 1 e 2, num prazo de até cinco dias úteis após o certame, para análise e aprovação do produto, junto ao Setor de Compras da Secretaria Municipal de Educação, localizada no Centro Integrado Multiuso, na Rua Barão do Rio Branco, nº 217 – Centro, neste município.

#### 15. VIGÊNCIA DO CONTRATO

Até 45 dias após homologação

Aldair Nascimento Carvalho  
Secretária Municipal de Educação

#### ANEXO II

#### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ....., representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ....., e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ....., portador (a) da Cédula de Identidade RG nº .....e CPF nº ....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2018, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por XXXXX

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

#### CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital, com a firma do mandatário reconhecida

## ANEXO III

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº. 041/2018

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa .....(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2018, cujo objeto é a Aquisição de materiais de cama, mesa, banho, colchões, colchonetes e tapetes para os Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO IV

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº. 041/2018

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO V

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº. 041/2018

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 041/2018 que a Proponente ..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, na Rua/Av \_\_\_\_\_ (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

# São João Batista

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/PMSJB/2018

Publicação Nº 1532672

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2018 –  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018

No dia 22 do mês de fevereiro do ano de 2018, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 22/02/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO DESTINADOS AO FUNDO DE REEQUIPAMENTOS DO CORPO DE BOMBEIROS E SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item. As licitantes registradas para o fornecimento de artefatos de cimento são:

AGATON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME CNPJ nº 85.194.520/0001-35
Itens: 9, 15, 16
Valor total homologado ao licitante: R\$ 111.030,00 (centos e onze mil e trinta reais).
ARTEFATOS DE CIMENTO CAMPO NOVO LTDA - ME CNPJ nº 17.467.940/0001-98
Itens: 1, 11, 12, 13, 14, 18, 19
Valor total homologado ao licitante: R\$ 177.560,00 (cento e setenta e sete mil quinhentos e sessenta reais).
ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA - ME CNPJ nº 80.738.016/0001-35
Itens: 3, 8, 10, 17
Valor total homologado ao licitante: R\$ 62.955,00 (sessenta e dois mil novecentos e cinquenta e cinco reais).
LL OBRAS LTDA ME CNPJ nº 12.674.640/0001-66
Itens: 2, 5, 6, 7
Valor total homologado ao licitante: R\$ 214.090,00 (duzentos e quatorze mil e noventa reais).
PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA ME CNPJ nº 00.556.052/0001-49
Itens: 4
Valor total homologado ao licitante: R\$ 5.550,00 (cinco mil quinhentos e cinquenta reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. Os artefatos de cimento deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os artefatos de cimento deverão ser entregues em no máximo 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista 22 de fevereiro de 2018 – Giuvano de Souza – Secretário de Infraestrutura.

### EXTRATO DE CONTRATO 005/FMAS/2018

Publicação Nº 1531894

Extrato do Contrato nº 005/FMAS/2018

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de São João Batista - SC; Contratada: Instituição de Acolhimento Vovó Sebastiana – CNPJ nº 03.860.470/0000-13; Processo: Processo Licitatório 007/FMAS/2018 – Inexigibilidade 002/FMAS/2018; Objeto: ATENDIMENTO INTEGRAL, ALIMENTAÇÃO, VESTUÁRIO, HIGIENE E AFINS AO MENOR "M. N. DA S.", CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL, REFERENTE OS AUTOS Nº 0900013-12.2018.8.24.0062; Valor global: R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais); Despesa orçamentária: (13) 3.3.90.39.53.00.00.00.00.00; Data da assinatura: 22/02/2018; Vigência: 21/02/2019

### EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/FMAS/2015

Publicação Nº 1532002

Extrato do terceiro termo aditivo ao Contrato nº 008/FMAS/2015

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de São João Batista - SC; Contratada: Casa de Assistência Diloni LTDA EPP – CNPJ nº 95.766.598/0001-30; Processo: Processo Licitatório 004/FMAS/2015 – Inexigibilidade 004/FMAS/2015; Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 22/02/2018 a 21/02/2019; Despesa orçamentária: (13) 3.3.90.39.53.00.00.00.00.00; Data da assinatura: 22/02/2018; Término: 21/02/2019

### PROCESSO LICITATÓRIO 003/FUBE/2018 – PREGÃO PRESENCIAL 003/FUBE/2018

Publicação Nº 1531982

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES DE SÃO JOÃO BATISTA  
PROCESSO LICITATÓRIO 003/FUBE/2018 – PREGÃO PRESENCIAL 003/FUBE/2018 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio da Fundação Batistense de Esportes, inscrito sob o CNPJ 07.825.719/0001-00, com sede na Rua Leoberto Leal, nº 545, Centro, São João Batista, SC, CEP 88.240-000, de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 003/FUBE/2018 - Pregão Presencial nº 003/FUBE/2018 para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: 8h45min do dia 15/03/2018. Abertura dos envelopes: 9h do dia 15/03/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195, ramal: 206 ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 22 de fevereiro de 2018. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal



**PROCESSO LICITATÓRIO 004/FUBE/2018 – PREGÃO PRESENCIAL 004/FUBE/2018**

Publicação Nº 1532127

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES DE SÃO JOÃO BATISTA  
PROCESSO LICITATÓRIO 004/FUBE/2018 – PREGÃO PRESENCIAL 004/FUBE/2018 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio da Fundação Batistense de Esportes, inscrito sob o CNPJ 07.825.719/0001-00, com sede na Rua Leoberto Leal, nº 545, Centro, São João Batista, SC, CEP 88.240-000, de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 004/FUBE/2018 - Pregão Presencial nº 004/FUBE/2018 para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: 13h45min do dia 15/03/2018. Abertura dos envelopes: 14h do dia 15/03/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195, ramal: 206 ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 22 de fevereiro de 2018. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 023/PMSJB/2018 Pregão Presencial 018/PMSJB/2018, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA, SISTEMA O QUAL SERÁ UTILIZADO PELA FISCALIZAÇÃO LOCAL, COM O OBJETIVO DA IDENTIFICAÇÃO (VIA ARQUIVOS PIT/SEFAZ-RS, OU DECRED/RFB) DO MOVIMENTO DAS OPERADORAS DE CARTÕES DE CRÉDITO/DÉBITO QUE OPERAM NO TERRITÓRIO MUNICIPAL SEM O PAGAMENTO DO ISSQN, ASSIM COMO DAS OPERAÇÕES DE VENDA (SERVIÇOS E MERCADORIAS) REALIZADAS POR EMPRESAS LOCAIS ATRAVÉS DO DINHEIRO DE PLÁSTICO, NOS ÚLTIMOS 05 ( CINCO) ANOS. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 16/03/2018. Abertura dos envelopes: 9h do dia 16/03/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 206/214, ou pelos e-mails: [licita@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita@sjbatista.sc.gov.br) ou [licita01@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita01@sjbatista.sc.gov.br), no horário das 7h às 13h, em dias úteis. São João Batista, 22 de fevereiro de 2018. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 022/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/PMSJB/2018**

Publicação Nº 1532280

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 022/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/PMSJB/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 022/PMSJB/2018 - Pregão Presencial 017/PMSJB/2018, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO BASCULANTE, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E TRATOR DE ESTEIRA DESTINADO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO FUNDOS, AUTARQUIA E FUNDAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 13h45min do dia 12/03/2018. Abertura dos envelopes: 14h do dia 12/03/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: [licita@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita@sjbatista.sc.gov.br) ou [licita02@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita02@sjbatista.sc.gov.br), no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 22 de fevereiro de 2018. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 023/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/PMSJB/2018**

Publicação Nº 1532733

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/PMSJB/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São



# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 41/2018

Publicação Nº 1533182

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 223/2017  
PARTES: Município de São João do Oeste e Iraci Loreni Jahn Bracht  
ORIGEM: Inexigibilidade de licitação nº 17/2017  
CONTRATO Nº 41/2018  
OBJETO: "Prestar os serviços de até 10.000 horas de máquinas e caminhões, com pagamento de subsídio, nos termos da Lei Municipal nº 1.464/2013."  
VALOR: R\$ 15.000,00  
PRAZO: 23.02.2018 até 31.12.2018  
São João do Oeste – 22 de fevereiro de 2018  
Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 06/2018

Publicação Nº 1532155

FINDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 06/2018  
Partes: Município de São João do Oeste e Porto Seguro Cia de Seguros Gerais  
ORIGEM: Dispensa de licitação n. 04/2018  
OBJETO: "Contratação de uma empresa especializada para prestação de serviço de seguro da ambulância nova da secretaria municipal de saúde de São João do Oeste, placa QJA-8871".  
VALOR: R\$6.648,45  
PRAZO: 12.02.2018 até 31.12.2018  
São João do Oeste – 22 de fevereiro de 2018  
Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 38/2018

Publicação Nº 1531640

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO PROCESSO Nº 38/2018  
Partes: Município de São João do Oeste e Adriano Klauck  
ORIGEM: Leilão 01/2018  
OBJETO: "Venda de até 265 m² de lenha em estêreo empilhada."  
VALOR: R\$ 9.738,75  
PRAZO: 23.02.2018 até 30.04.2018  
São João do Oeste – 19 de Fevereiro de 2018  
Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 41/2018

Publicação Nº 1532283

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 41/2018  
Partes: Município de São João do Oeste e Marlice Stuelp Hahn  
ORIGEM: Dispensa de licitação n. 14/2018  
OBJETO: "Aquisição de lanches para o encontro de formação de professores e serventes da rede municipal de ensino a ser realizado no início do ano letivo".  
VALOR: R\$ 1.100,00  
PRAZO: 23.02.2018 até 31.12.2018  
São João do Oeste – 22 de fevereiro de 2018.  
Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 42/2018

Publicação Nº 1532295

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 42/2018  
Partes: Município de São João do Oeste e LF Caminhões Ltda  
ORIGEM: Dispensa de licitação n. 15/2018  
OBJETO: "Aquisição de peças de reposição e mão de obra para realizar reparos no veículo plana MKP 0824 de propriedade do município de São João do Oeste".  
VALOR: R\$ 5.041,91  
PRAZO: 23.02.2018 até 31.12.2018  
São João do Oeste – 22 de fevereiro de 2018.  
Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 43/2018

Publicação Nº 1532277

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 43/2018  
Partes: Município de São João do Oeste e Mecânica Quatorze Ltda ME  
ORIGEM: Dispensa de licitação n. 16/2018  
OBJETO: "Contratação de serviços para finalizar a manutenção e aferições dos tacógrafos em cinco veículos da secretaria municipal de Transportes e Obras do Município de São João do Oeste".  
VALOR: R\$ 1.950,00  
PRAZO: 23.02.2018 até 31.12.2018  
São João do Oeste – 22 de fevereiro de 2018.  
Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

### PP 19.18 MUDAS DE HORTALIÇAS

Publicação Nº 1532673

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018  
OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:  
OBJETO: Aquisição de mudas de hortaliças, nos termos da Lei Municipal nº 823/2005.  
Tipo: menor preço por item.  
ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 07 de MARÇO de 2018.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 07 de março de 2018, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 22 de fevereiro de 2018. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

**PP 20.18 MAT PÁSCOA**

Publicação Nº 1532859

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018 – Exclusivo para empresas  
MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de materiais para a decoração de páscoa na cidade de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por ITEM.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 07 de março de 2018. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 07 de março de 2018 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 22 de fevereiro de 2.018. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

**TP 06.18 ALAMBRADO ESCOLA BR**

Publicação Nº 1532664

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2018

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 006/2018

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade de Tomada de Preços: Contratação em regime de empreitada global de empresa especializada para edificação de alambrado para cercar a Escola de Ensino Rural Ministro Luiz Gallotti de Linha Beato Roque, município de São João do Oeste, conforme projeto em anexo.

Tipo de Licitação: Menor Preço Global.

Regendo-se os procedimentos licitatórios pelo que dispõe a lei nº 8.666/93 consolidada. Recebimento dos envelopes da documentação e da proposta até as 08:30 horas do dia 14 de março de 2018, e abertura e julgamento no dia 14 de março de 2018 as 08:30 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Oeste. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 22 de fevereiro de 2.018. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

# São Joaquim

## PREFEITURA

### PROCESSO 08/2018 FME

Publicação Nº 1532475

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 08/2018

Pregão Presencial 07/2018

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar para consumo e uso nas Escolas e CEIS da Rede Municipal de Ensino da SMECD.

Tipo: Menor preço por item

Data: 07/03/2018

Valor estimado: 2.161.976,25

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 21 de fevereiro de 2018.

Giovani Nunes

Prefeito Municipal

## São José

## PREFEITURA

## CONTRATO/CT: Nº 013/2018

Publicação Nº 1532397

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 013/2018 – DL 776/2017 – Processo 1021/2017 – Proc. Adm. 12439/2017 - Contratado: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI. Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OFERTA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA MODALIDADE A DISTÂNCIA – EAD PELO PERÍODO DE 11 (ONZE) MESES, PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA EJA, LOCALIZADO NO BAIRRO KOBRA SOL, SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O presente instrumento tem os prazos de vigência e execução pelo período de 11 (dez) meses a contar a partir do mês de fevereiro de 2018. Valor: O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais), totalizando o valor global de R\$ 171.600,00 (cento e setenta e um mil e seiscentos reais), pelos serviços contratados. Data da Assinatura do Contrato: 18 de janeiro de 2018.

## CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1533055

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria de Educação

## CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São José, através da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Edital 004/2015 – Concurso Público para o Magistério Municipal, torna pública a CONVOCAÇÃO para a escolha de vagas para provimento efetivo no Quadro do Magistério Municipal, conforme Local e Cronograma das disciplinas a seguir:

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de São José.

Secretaria da Educação - 1º Andar – Setor de Pessoal.

Rua: Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 - Praia Comprida – São José – SC.

Professor [ANOS INICIAIS]	
DATA: 23/02/2018 - SEXTA FEIRA	
HORÁRIO: 08h30min	
Classificação	Nome
29	SUELLEN FREITAS AMORIM
Professor [EDUCAÇÃO ESPECIAL (Atendimento Educacional Especializado)]	
DATA: 23/02/2018 - SEXTA FEIRA	
HORÁRIO: 08h45min	

Classificação	Nome
29	DIANA RODE
30	ARLENE ANA MACHADO
Professor [ARTES]	
DATA: 23/02/2018 - SEXTA FEIRA	
HORÁRIO: 09h30min	
Classificação	Nome
21	SAMARA FARIAS DA CUNHA
Professor [MATEMÁTICA]	
DATA: 23/02/2018 - SEXTA FEIRA	
HORÁRIO: 09h45min	
Classificação	Nome
14	GIORGIO WILBERSTAEDT

São José (SC), 21 de Fevereiro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LÍLIAN SANDIN BOEING

Secretária de Educação

## DECRETO Nº 9661/2018

Publicação Nº 1532880

DECRETO Nº 9661/2018

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL ANTI DROGAS – COMAD, NO PERÍODO DE 2018 a 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal Anti Drogas - COMAD, no período de 2018 a 2020, os membros abaixo relacionados:

I – REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

a) Titular: JORGE ALENCAR PAIXÃO DE BAIRROS;

b) Suplente: WALTER CIPRIANO DA SILVA.

II – REPRESENTANTE DA POLICIA CIVIL

a) Titular: EMERSON DE PAULA.

b) Suplente: EM Tramitação.

III – REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

a) Titular: TANIA REGINA JANSCH;

b) Suplente: DEBORA AUGUSTO SILVA E SILVA.

IV – REPRESENTANTE DO 7.º BATALHÃO DA PM

a) Titular: OSMARINO CANOSSI DOS SANTOS;

b) Suplente: DENIS CEZAR ALVES.

V – REPRESENTANTE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

a) Titular: CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA CALDAS;

b) Suplente: MARIA DE FÁTIMA MACHADO.

**VI – REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- a) Titular: MARCOS ANDRÉ PENA RAMOS;  
b) Suplente: EM TRAMITAÇÃO.

**VII – REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

- a) Titular: ANTÔNIO MARTINS DOS SANTOS;  
b) Suplente: ELIANE MAGALHÃES ROSA.

**VIII – REPRESENTANTE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

- a) Titular: DIEGO TABANO MARTUCCI;  
b) Suplente: GIMEMA PATRICIA CARDOSO VIEIRA.

**IX – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

- a) Titular: MAYARA PORTELA SAIBRO  
b) Suplente: PRISCILA MARTINS.

**X – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- a) Titular: IRIA LOCKS;  
b) Suplente: MARIO SÉRGIO DO NASCIMENTO.

**XI – REPRESENTANTE DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO**

- a) Titular: CATIA DALMOLIN;  
b) Suplente: SÉRGIO DA LUZ.

**XII – REPRESENTANTE DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS**

- a) Titular: ANIZILDA MARQUES FILIPPI;  
b) Suplente: IVO ZIMMERMANN.

**XIII – REPRESENTANTE DAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS**

- a) Titular: JONAS RICARDO PIRES;  
b) Suplente: RITA MARIA DA GARCIA FELDMAN.

**XIV – REPRESENTANTE DE ENTIDADES, ASSOCIAÇÕES OU ONGS QUE TRABALHAM COM FAMILIARES DE DEPENDENTES QUÍMICOS**

- a) Titular: ALCEU DAUD DE MELLO;  
b) Suplente: PAULO ROBERTO VIEIRA.

Art. 2º - Este Decreto entre em vigor na data de sua Publicação, passando a surtir efeitos a contar de 26 de fevereiro de 2018.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de fevereiro de 2018.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 9662/2018**

Publicação Nº 1532886

**DECRETO Nº 9662/2018**

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO GRUPO GESTOR LOCAL – GGL DO PROGRAMA BPC, BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Grupo Gestor Local – GGL – do Programa de Benefício de Prestação Continuada na escola;

**I - Coordenação:**

- a) Luciana Pereira da Silva;  
II - Demais membros:  
b) Cleidiamar Aparecida Furlanetto;  
c) Eni Cristina Ventura;  
d) Danielle Machado Moreira.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Publique-se na forma da lei.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de fevereiro de 2018.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**EDITAL EXTERNO Nº 001/2018/FUNDESJ/USJ**

Publicação Nº 1533053

**EDITAL EXTERNO Nº 001/2018/FUNDESJ/USJ**

A Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ, Profa. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann, e o Reitor do Centro Universitário Municipal de São José – USJ, Prof. Renato Brittes, no uso de suas atribuições regimentais, e

CONSIDERANDO a desvinculação de 3 (três) professores do quadro docente do USJ, nos últimos 30 (trinta) dias;

CONSIDERANDO a ausência de profissionais, no quadro atual, qualificados e com formação específica nas áreas exigidas com disponibilidade para os horários de aulas já designados;

CONSIDERANDO a ausência de docentes do USJ inscritos na oferta interna, por meio dos Editais Internos nº 006 e 007/2018/USJ, das disciplinas contempladas no presente edital; E

CONSIDERANDO o início das aulas referentes ao primeiro semestre de 2018, em 15/02/2018, e por disponibilizarmos de pouco tempo hábil para realização do referido Processo Seletivo Simplificado, atribuindo-se ao mesmo o caráter de emergência,

**RESOLVE:**

Determinar a abertura de Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor de Ensino Superior Substituto, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária do Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

São José, 22 de fevereiro de 2018.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann  
Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

Prof. Renato Brittes  
Reitor do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

EDITAL EXTERNO Nº 001/2018/FUNDESJ/USJ

**ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, COM VISTA À CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES POR PRAZO DETERMINADO (SUBSTITUTO) PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO DO USJ.**

A Superintendente da Fundação Educacional de São José – Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e o Reitor do Centro Universitário Municipal de São José – USJ, Prof. Renato Brittes, no uso de suas atribuições regimentais, tornam pública a abertura de inscrições com vista ao Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professores de Ensino Superior, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária do Centro Universitário Municipal de São José – USJ, nos termos das Leis nº 4.955 de 26 de abril de 2010 e nº 5.388 de 30 de abril de 2014.

## 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital e executado sob a responsabilidade da FUNDESJ – Fundação Educacional de São José, destinado à contratação de Professores de Ensino Superior Substitutos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e demais leis e normas municipais aplicáveis à espécie.

0.2 O edital do Processo Seletivo Simplificado, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, as listas de classificação, os resultados de recursos, convocações e todos os demais atos do Processo Seletivo Simplificado, serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e/ou no site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br).

0.3 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo Simplificado, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

0.4 Fica designado como local de atendimento deste Processo Seletivo Simplificado:

Posto de Atendimento ao Candidato:

Local: Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José – Setor de Protocolos – Rua Jair Vieira, nº 76, Kobrasol – São José - SC

Horário de atendimento: Nos dias úteis, das 15h00min às 21h00min.

0.5 A interposição de recursos deverá ser realizada em até 24 (vinte e quatro) horas após a publicação da homologação de inscritos e do resultado final, podendo ser feita presencialmente, na sede administrativa do USJ, no endereço e horário previstos no item 1.4, ou ainda por e-mail endereçado a [gestaopessoasusj@gmail.com](mailto:gestaopessoasusj@gmail.com)

0.6 Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão, ou a substituição de quaisquer documentos entregues.

## 2. DAS INSCRIÇÕES:

### 2.1. Da Taxa de Inscrição

2.1.1. A taxa de inscrição, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), deverá ser creditada através de depósito/transferência bancária na conta da Fundação Educacional de São José – CNPJ: 07.159.202/0001-20 - Banco do Brasil, Agência 2638-7, conta corrente 505.145-2.

2.1.2. O candidato que efetuar o pagamento da taxa em cheque, somente terá sua inscrição efetivada após a compensação deste, sem prescindir do cumprimento das demais exigências.

2.1.3. O valor da taxa de inscrição, uma vez pago, não será restituído, em hipótese alguma, por destinar-se a cobrir custos com todo o Processo Seletivo Simplificado.

### 2.2. Dos procedimentos para realizar a inscrição

2.2.1. A inscrição poderá ser feita, presencialmente, na sede administrativa do USJ, no endereço e horário previstos no item 1.4, ou ainda por correspondência via SEDEX endereçado à sede administrativa do USJ, situada à Rua Jair Vieira, nº 76, Kobrasol – São José – SC, CEP: 88.102-130.

2.2.2. Para realizar a inscrição, o(a) candidato(a) deverá:

a) preencher e entregar ou remeter a Ficha de Inscrição (ANEXO I), e

b) apresentar ou remeter a cópia do currículo da Plataforma Lattes, com cópia e original dos comprovantes dos requisitos exigidos no presente edital, e

c) apresentar o comprovante de recolhimento da taxa de inscrição.

2.2.3. O currículo no modelo da Plataforma Lattes, do CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPQ – [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br) – deverá estar devidamente comprovado e apostilado, na sequência do formulário Lattes, e acompanhado dos seguintes documentos (frente e verso):

a) Fotocópia da Carteira de Identidade; e

b) Comprovante da titulação exigida: Graduação: Diploma ou Certificado de Colação de Grau; Especialização: Diploma ou Certificado de Conclusão; Mestrado ou Doutorado: Diploma ou Certificado de Conclusão, ou ainda, ata de defesa de cursos recomendados pela CAPES, autenticado por cartório competente.

2.2.4. A inscrição deverá ser realizada no período compreendido entre o dia 22 de fevereiro de 2018 até o dia 01 de março de 2018.

2.2.5. O horário de atendimento para as inscrições feitas presencialmente na sede administrativa do USJ, localizada no endereço citado no item 2.2.1 deste edital, é das 15h00min às 21h00min.

2.2.6 Serão aceitas inscrições por procuração com firma reconhecida em cartório e apresentação da Carteira de Identidade do requerente legal.

### 2.3 Da isenção de pagamento da taxa de inscrição

2.3.1. Para os candidatos amparados pela Lei Municipal nº 4.438/2006 (isenção da taxa de inscrição para doadores de sangue) entregar



pessoalmente ou encaminhar via SEDEX à sede do USJ, situada à Rua Jair Vieira, nº 76, Kobrasol – São José – SC, CEP:88.102-130, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 15h00min às 19h30min até o dia 27 de fevereiro de 2018 (data de protocolo de entrega no USJ ou data de postagem dos correios), cópia do Requerimento de Inscrição e do documento que comprove sua condição de doador de sangue de acordo com os requisitos exigidos na Lei Municipal nº 4.438/2006.

2.3.2. O documento para comprovação da condição de doador de sangue deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações, em número não inferior a 3 (três), considerando o período de 12 meses anteriores à data de 27 de fevereiro de 2018.

2.3.3 Os candidatos amparados pela Lei Municipal nº 5.006/2010 (isenção da taxa de inscrição para candidatos desempregados) entregar pessoalmente ou encaminhar via SEDEX à sede do USJ, situada à Rua Jair Vieira, nº 76, Kobrasol – São José – SC, CEP:88.102-130, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 15h00min às 19h30min até o dia 27 de fevereiro de 2018 (data de protocolo de entrega no USJ ou data de postagem dos correios), cópia do Requerimento de Inscrição, cópia dos documentos para comprovação desta condição:

- a) Apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- b) Declaração firmada de que não é detentor de cargo público;
- c) Declaração firmada de que não possui outra fonte de renda;
- d) Comprovante de inscrição no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

2.3.4. A relação dos candidatos contemplados com a isenção de pagamento da taxa de inscrição será divulgada no dia 28 de fevereiro de 2018, pelo site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br) e na sede administrativa do USJ.

2.3.5. O candidato não contemplado com a isenção do pagamento da inscrição, caso seja de seu interesse, poderá proceder conforme o item 2.1.1 deste edital, até o dia 01 de março de 2018, último dia previsto para pagamento da inscrição.

2.3.6. O não cumprimento pelo candidato ou pelo seu representante legal de qualquer um dos itens referentes à isenção de pagamento da inscrição implicará, automaticamente, no cancelamento de sua inscrição.

#### 2.4. Da homologação das inscrições

2.4.1. A homologação das inscrições será divulgada no dia 02 de março de 2018, pelo site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br)

2.4.2. Caso o nome do candidato não conste do relatório das inscrições deferidas, o mesmo deverá encaminhar, até às 23h59min do dia 04 de março de 2018, e-mail para o endereço eletrônico [gestaopessoasusj@gmail.com](mailto:gestaopessoasusj@gmail.com), com requerimento solicitando a regularização da inscrição informando, obrigatoriamente, nome completo, número de telefone e endereço eletrônico para contato. O candidato ainda deverá anexar ao requerimento a cópia do Requerimento de Inscrição devidamente autenticado pela Agência Bancária ou cópia da autenticação impressa pelo terminal de autoatendimento, ou ainda cópia da autenticação gerada pelo pagamento via internet, para comprovação do pagamento da taxa de inscrição.

2.4.3. A FUNDESJ irá verificar a regularidade da inscrição e, se esta for comprovada, procederá à inclusão do candidato, comunicando-lhe via telefone, no dia 05 de março de 2018, quando será publicada a homologação final no site da instituição.

### 3. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

3.1 O presente processo seletivo avaliará os conhecimentos e habilidades dos candidatos através dos seguintes instrumentos:

Primeira etapa: Prova de Títulos, de caráter classificatório e eliminatório;

Segunda etapa: Prova Didática, de caráter classificatório.

3.2 A primeira e a segunda etapas serão de responsabilidade da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ.

### 4. DA PROVA DE TÍTULOS:

4.1 A prova de títulos é a primeira etapa do presente processo seletivo, sendo que só serão admitidos à segunda etapa, os 4 (quatro) primeiros classificados, em cada disciplina, nesta primeira etapa.

4.2 A pontuação desta etapa será atribuída conforme critérios constantes na Ficha de Pontuação do Candidato (Anexo II) deste Edital.

4.3 Para fins de pontuação neste Processo Seletivo, apenas o Diploma de pós-graduação stricto sensu poderá ser substituído por certidão/declaração de conclusão do curso da respectiva Instituição de Ensino, acompanhada do histórico oficial de disciplinas, com respectivos conceitos, desde que sejam atendidos também os seguintes critérios:

- a) a certidão/declaração ter sido expedido há menos de um ano, a contar da data de publicação deste Edital; e
- b) o documento informar que o candidato defendeu e obteve aprovação de sua dissertação/tese; e
- c) o documento informar que o Diploma está em processo de confecção.

4.4 Somente serão aceitos diplomas de Graduação e Pós-Graduação validados pelos órgãos de educação. Os diplomas de Graduação e Pós-Graduação obtidos em instituição estrangeira serão aceitos mediante sua revalidação no Brasil. A revalidação do diploma estrangeiro deverá ser comprovada no ato da inscrição.

4.5 Os comprovantes de tempo de docência no magistério superior serão validados quando se tratar de:

- a) declaração em papel timbrado, devidamente carimbada e assinada por autoridade institucional competente (Recursos Humanos), de Instituição de Ensino Superior, discriminando o tempo de serviço e as disciplinas ministradas, por semestre, e/ou;
- b) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), seção Contrato de Trabalho, desde que seja possível identificar a empresa empregadora, cargo desempenhado e período de atuação;
- c) não será computado como tempo de docência: estágio docência, professor voluntário, monitoria, tutoria, extensão, bem como docência em qualquer outro nível ou modalidade de ensino;
- d) para o caso de experiência no exterior, os documentos somente serão considerados quando traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

4.6 Os comprovantes de experiência profissional (excluída a docência) na área da disciplina pleiteada, poderão ser:

- a) declaração em papel timbrado, devidamente carimbada e assinada por autoridade institucional competente (Recursos Humanos), de órgão ou empresa, discriminando a área de atuação e tempo de serviço;
- b) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), seção Contrato de Trabalho, desde que seja possível identificar a empresa empregadora, cargo desempenhado e período de atuação;

b.1 caso não conste do registro a data de saída, este não será considerado, sendo obrigatória a apresentação da declaração mencionada

na alínea anterior;

b.2 compete ao candidato comprovar que o cargo desempenhado está relacionado à disciplina, por isso em determinados casos, a apresentação da cópia da CTPS não será suficiente, devendo o candidato apresentar a declaração mencionada na alínea anterior;

c) contrato de prestação de serviços, devidamente firmado entre as partes, ou de Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA), acrescido de declaração emitida pela organização tomadora de serviços, que informe detalhadamente o período e o serviço realizado;

d) contrato social em que conste claramente a participação do candidato no quadro societário da organização, que deverá necessariamente vir acompanhado de declaração de responsável, em papel timbrado, devidamente carimbada e assinada, em que constem a descrição do serviço e o nível de atuação como profissional;

e) nos casos de advogados autônomos, certidões expedidas pelo Poder Judiciário, não sendo admitidas impressões de páginas da internet que tratam da consulta processual;

f) para o caso de experiência profissional no exterior, os documentos somente serão considerados quando traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

4.7 Na análise desta comprovação, a área da disciplina será entendida como a aderência da formação acadêmica e/ou experiência profissional do candidato à ementa da disciplina por este pleiteada, ficando a critério da Comissão constituída aprovar ou não o candidato, respeitando-se o princípio da equidade.

4.8 Os documentos desse processo poderão ser retirados do Setor de Protocolos da sede administrativa do USJ, sita à Rua Jair Vieira, nº 76, Kobrasol – São José – SC, no horário de 15h00m às 20h00m, a partir de 48 horas após a publicação da homologação do resultado final do processo seletivo e ficará à disposição do responsável até 30 dias após esta data. Após esse período, o material será incinerado.

4.9 O resultado da Prova de Títulos deverá ser divulgado na data de 05 de março de 2018, no site do USJ e no mural da sede administrativa do USJ; e no dia 06 de março de 2018, no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

4.10 O candidato que desejar solicitar recurso deverá, até às 23h59min do dia 06 de março de 2018, encaminhar um e-mail para o endereço eletrônico gestaopessoasusj@gmail.com, ou por meio de requerimento entregue junto ao Setor de Protocolos na sede administrativa do USJ.

## 5. DA PROVA DIDÁTICA

5.1 Desta etapa do processo seletivo, só poderão participar os 4 (quatro) primeiros classificados na primeira etapa (Prova de Títulos).

5.2 Os candidatos que não obtiverem a classificação requerida para a convocação para a Prova Didática, serão desclassificados do presente processo seletivo.

5.3 A Prova Didática tem por objetivo avaliar as competências técnicas e comportamentais do candidato para o exercício das atividades inerentes ao cargo de Professor de Ensino Superior para o qual se inscreveu.

5.4 A Prova Didática será aplicada no dia 07 de março de 2018, em horários e locais que serão informados no site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br), no dia 05 de março de 2018.

5.5 É de responsabilidade do candidato tomar conhecimento da convocação e da data, horário e local da realização da prova didática.

5.6 Os candidatos deverão comparecer ao local e horário da respectiva prova didática, munidos de documento de identificação.

5.7 O tema da prova didática será único para todos os candidatos de cada disciplina, e será correspondente ao primeiro item das ementas do Anexo IV deste Edital.

5.8 A ordem de prestação da prova didática será determinada pela Comissão Organizadora, de acordo com o número de inscrição de cada candidato no concurso público.

5.9 A avaliação da prova didática por parte da Banca Examinadora obedecerá aos critérios expostos no quadro do Anexo III deste Edital.

5.10 A Banca Examinadora do Concurso Público deverá ser constituída por 3 (três) membros, com titulação mínima de Mestre. A composição da Banca Examinadora será divulgada quando da convocação para a Prova Didática.

5.11 O parecer final da Banca Examinadora somente é passível de recurso à vista de manifestação estrita de ilegalidade.

5.12 A Prova Didática será realizada na presença do candidato e da Banca Examinadora, ficando vedada a presença de outros candidatos ou de outras pessoas, e qualquer tipo de registro pelos concorrentes. A Banca Examinadora poderá, a seu critério e para orientar a avaliação dos candidatos, fotografar, filmar ou gravar em áudio e vídeo a Prova Didática, com o que os candidatos concordam e expressamente autorizam no momento que se inscreverem no presente processo seletivo.

5.13 Os sons e imagens eventualmente gravados não poderão ser copiados, cedidos ou transmitidos por qualquer meio.

5.14 Poderão estar presentes à Prova Didática, além do candidato a ser avaliado e os membros da Banca Examinadora, os membros da Comissão Organizadora do presente processo seletivo.

5.15 A Prova Didática consistirá na apresentação de 1 (uma) aula com a duração mínima de 15 (quinze) minutos e a duração máxima de 20 (vinte) minutos. Caberá unicamente ao candidato o controle da duração da aula, que será interrompida pela Banca Examinadora ao final do tempo previsto, permitindo-se unicamente o tempo suplementar de 2 minutos para as considerações finais.

5.16 Antes do início da Prova Didática, o candidato deverá apresentar à Banca Examinadora, um plano de aula impresso em 3 (três) vias de igual teor que deverá indicar a duração da aula.

5.17 O candidato poderá utilizar os recursos didáticos que julgar adequados, sendo de sua única responsabilidade a aquisição, instalação e operação de qualquer equipamento e/ou recurso que desejar utilizar, não podendo ter auxílio de outra pessoa nem usar qualquer equipamento de rádio/transmissão/recepção ou telefonia durante a prestação da prova.

5.18 Caberá à Fundação Educacional de São José o fornecimento de um ponto de energia elétrica para eventual ligação do equipamento, não sendo responsável pelo fornecimento de quaisquer outros materiais, bem como pela queda ou qualquer problema de fornecimento de energia elétrica.

5.19 Será disponibilizado quadro e equipamento multimídia de projeção, não sendo responsabilidade da organização do Concurso a incompatibilidade de equipamento ou sistema operacional ou não funcionamento de cabos ou quaisquer outros materiais.

5.20 A Banca Examinadora não se manifestará no decorrer da prova e não prestará informações sobre a avaliação aos candidatos. Os resultados da avaliação serão publicados nos termos do Edital.

5.21 A Banca Examinadora poderá se manifestar ao final da apresentação do candidato por um período de até quinze (15) minutos para questionamentos.

5.22 Serão desclassificados da Prova Didática, e consequentemente do presente processo seletivo, os candidatos que:

1. Não comparecerem ou chegarem com atraso, por qualquer motivo, à Prova Didática; e/ou

2. Deixarem de atender a qualquer das normas do Edital e do presente instrumento de convocação.

## 6. DA MÉDIA FINAL E CLASSIFICAÇÃO

6.1 A Média Final dos candidatos, expressa com duas casas decimais após a vírgula, sem arredondamento, será calculada com base na fórmula abaixo:

$$MF = [(NPT \times 4) + (NPD \times 6)] / 10$$

Sendo:

MF – Média final

NPT – Nota da prova de títulos

NPD – Nota da prova didática

6.2 A classificação será por ordem decrescente de pontos, conforme a nota obtida na média final.

6.3 Ocorrendo empate na pontuação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741/03.

6.4 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- Maior nota na prova didática;
- Maior nota na prova de títulos;
- Maior titulação;
- Maior tempo de docência no magistério superior.

## 7. DO RESULTADO FINAL:

7.1 O resultado final será publicado em Edital, no dia 08 de março de 2018, no endereço [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br), contendo apenas a relação dos classificados, em ordem decrescente da pontuação final.

7.2 Será selecionado apenas o primeiro classificado de cada vaga/disciplina do Anexo IV do Edital. Em caso de desistência de candidato selecionado, será chamado o seguinte na ordem de classificação, até o preenchimento das vagas.

7.3 O candidato selecionado para mais de uma vaga terá que optar entre disciplinas se constatada incompatibilidade de horários entre as disciplinas.

7.4 Ao declinar de uma disciplina em que tenha sido selecionado, pelas razões indicadas no item anterior ou motivo particular, o candidato perderá o direito à vaga e o USJ convocará o candidato seguinte na ordem de classificação. Todavia, esse tipo de desistência não impedirá o candidato de participar de processos seletivos futuros.

7.5 A seleção e a classificação dos candidatos será feita por portaria designando Comissão própria, expedida pela FUNDESJ, e divulgada no site da USJ, na mesma data de divulgação deste edital.

## 8. DA HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS ETAPAS DO PROCESSO

8.1. Da Publicação dos Editais da Homologação das Inscrições Deferidas e Indeferidas e do Edital do Resultado da Prova de Títulos, cabe pedido de revisão à Comissão de Avaliação, desde que solicitado presencialmente na sede administrativa do USJ, em endereço e horário previstos no item 1.4 deste edital, ou ainda, encaminhado para o endereço eletrônico [gestaopessoasusj@gmail.com](mailto:gestaopessoasusj@gmail.com), desde que respeitado o prazo de 24 horas após a data da publicação.

8.2. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado, após julgados os possíveis recursos impetrados, será homologado pela Superintendente da FUNDESJ e pelo Reitor do USJ, sendo publicado no dia 12 de março de 2018, no Mural da Sede Administrativa da Reitoria e no site do USJ ([www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br)), obedecendo à ordem de classificação dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

## 9. Cronograma das atividades

Data	Atividades
De 22/02 a 01/03/2018	Período de Inscrições.
Dia 02/03/2018	Homologação das Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo Simplificado.
Dias 03 e 04/03/2018	Período de Recursos da homologação das inscrições.
Dia 05/03/2018	Divulgação da homologação final.
Dia 05/03/2018	Resultado da Avaliação da Prova de Títulos e Divulgação dos horários das Provas Didáticas
Dia 06/03/2018	Data Final para Pedidos de Recursos da Classificação na Prova de Títulos.
Dia 07/03/2018	Realização das Provas Didáticas.
Dia 08/03/2018	Divulgação do Resultado Final
Dia 09/03/2018	Período de Recursos Prova Didática e Resultado Final
Dia 12/03/2018	Homologação do Resultado Final

## 10. Das Vagas do Processo Seletivo Simplificado:

10.1 As vagas do Processo Seletivo Simplificado estão relacionadas no Anexo IV.

10.2 As disciplinas e os dias da semana previstos para cada vaga poderão ser alterados de acordo com a necessidade do Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

## 11. Carga Horária Semanal / Titulação / Remuneração Mensal

11.1 O professor selecionado será remunerado com até 05 (cinco) horas-aula semanais, dependendo do número de créditos da disciplina, já acrescido do Descanso Semanal Remunerado, e conforme a titulação, a saber: Especialização R\$ 544,50 / Mestrado: R\$ 639,16 / Doutorado: R\$ 932,28.

## 12. Da contratação:

12.1.O(A) candidato(a) aprovado(a) será contratado(a) nos termos das Leis nº 4.955/2010 e 5.388/2014, e perceberá remuneração de acordo com a titulação apresentada no ato da contratação e conforme os valores estabelecidos no presente edital, e na legislação em vigor.

12.2.O(A) candidato(a) selecionado(a) será contratado(a) imediatamente e por tempo determinado, pelo período de até 06 (seis) meses, sendo admitida a prorrogação de contrato desde que o prazo total não exceda 02(dois) anos.

12.3.O(A) candidato(a) que ocupar cargo público, que não o de Magistério, poderá ser contratado(a) desde que ocupe cargo técnico

científico e que tenha compatibilidade de horário comprovada.

12.4.Os(as) candidatos(as) estrangeiros(as) deverão comprovar no ato da inscrição o visto temporário ou visto permanente, de acordo com a legislação vigente.

12.5. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano, a contar da data da homologação do resultado final deste certame. Os candidatos classificados além das vagas previstas poderão ser chamados ou não à critério da Fundação Educacional de São José e Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

12.6.Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 22 de fevereiro de 2018.

Profa. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann

Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

Prof. Renato Brittes

Reitor do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

#### ANEXO I

#### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Edital nº 001/2018/FUNDESJ – Processo Seletivo Simplificado Contratação de Professor Substituto Por Tempo Determinado

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO
Nome Completo:
Identidade: Órgão Emissor: Uf: Data de Emissão:
Cpf: Data de Nascimento: Sexo: ( ) Masc. ( ) Fem.
Nacionalidade: Visto Permanente: ( ) Sim ( ) Não
Endereço Residencial (Rua / Av.):
Bairro: CEP: Cidade: UF:
País: DDD: Tel: Cel:
E-mail:

#### ÁREA DE INSCRIÇÃO

Código Vaga: ( )

Disciplina de Inscrição: \_\_\_\_\_

São José, \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do(a) Candidato(a) \_\_\_\_\_

#### ANEXO II

#### FICHA DE PONTUAÇÃO DO CANDIDATO

Candidato: \_\_\_\_\_

Disciplina: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Itens de Análise	Referência	Resultado
1. PÓS-GRADUAÇÃO / TITULAÇÃO *poderá pontuar apenas a titulação mais alta.	Máximo: 3,0	
1.1 Doutorado, recomendado pela CAPES/MEC, na área do curso ou da disciplina	3,0	
1.2 Mestrado, recomendado pela CAPES/MEC, na área do curso ou da disciplina	2,0	
1.3 Mestrado ou Doutorado, recomendado pela CAPES/MEC, em área distinta do curso ou disciplina	1,5	

1.4 Especialização na área da disciplina	1,0	
1.5 Especialização em área distinta da disciplina	0,5	
2. TEMPO DE DOCÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR NA DISCIPLINA	Máximo: 3,0	
2.1 0,30 pontos por semestre completo		
3. TEMPO DE DOCÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR EM OUTRAS DISCIPLINAS	Máximo: 2,0	
3.1 0,20 pontos por semestre completo		
4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÊMICA NA ÁREA DA DISCIPLINA	Máximo: 2,0	
4.1 0,2 ponto por ano completo		
PONTUAÇÃO TOTAL	10,0	

**ANEXO III**  
**FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DA PROVA DIDÁTICA**

CANDIDATO(A)	
CURSO	
DISCIPLINA	
TEMA DA AULA	
DATA E HORÁRIO	

ITENS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DIDÁTICA	
Habilidades na abordagem do conteúdo, profundidade, relação do tema da aula com a unidade e atualização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstrou domínio sobre os conceitos e princípios do tema exposto;</li> <li>• Apresentou plano de aula com coerência e clareza, em conformidade com o tema da aula;</li> <li>• Apresentou habilidades de análise e de síntese;</li> <li>• Relacionou o tema da aula com o todo da unidade de conteúdo (disciplina) da qual faz parte;</li> <li>• Sitou o conteúdo no contexto no qual foi produzido;</li> <li>• Estabeleceu a relação entre o tema e o conhecimento atual;</li> <li>• Utilizou de maneira correta, a terminologia científica;</li> <li>• Adequou a bibliografia ao tema abordado.</li> </ul>
0 a 3 pontos	Sub-total:
Sequência lógica e coerência do conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciou a partir de uma tese ou conceituação;</li> <li>• Desenvolveu a aula com base em fundamentos teóricos e/ou teórico-práticos;</li> <li>• Apresentou argumentos convergentes e divergentes;</li> <li>• Propiciou a elaboração de conclusões;</li> <li>• Expôs o conteúdo baseado nos itens e na sequência estabelecida no plano.</li> </ul>
0 a 2 pontos	Sub-total:
Correção na linguagem, clareza da comunicação, habilidade didática	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Correção na linguagem;</li> <li>• Clareza da comunicação;</li> <li>• Demonstrou habilidade didática, conseguindo transmitir com objetividade e plenitude, o conteúdo proposto;</li> <li>• Demonstrou capacidade de empatia e de bom relacionamento interpessoal.</li> </ul>
0 a 3 pontos	Sub-total:
Emprego apropriado dos recursos didáticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilizou adequadamente os recursos e métodos como meios auxiliares na abordagem do conteúdo;</li> <li>• Usou recursos e métodos como formas de facilitar a compreensão do conteúdo abordado.</li> </ul>
0 a 2 pontos	Sub-total:
TOTAL DAS NOTAS ATRIBUÍDAS AOS ITENS:	

**OBS:**

1. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá entregar uma cópia do plano de aula para cada um dos membros da banca;
2. A nota do candidato será a média aritmética simples das notas dadas pelos 3 (três) membros da banca examinadora. ANEXO IV Das Vagas do Processo Seletivo Simplificado

CÓDIGO DE VAGA	DISCIPLINA PREVISTA	CURSO	DIA DA SEMANA E HORÁRIO PREVISTO	EMENTA	ÁREA DE FORMAÇÃO EXIGIDA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
----------------	---------------------	-------	----------------------------------	--------	--------------------------	-----------------------



1.1	Estatística	Ciências Contábeis	Quarta-feira / 18h30min às 22h00min	Definição e classificação. População e amostra. Séries estatísticas. Tabulação de dados. Distribuição de frequência. Histograma e polígono de frequência. Gráficos em colunas, barras, setores, polares e de organização. Medidas de posição. Medidas de dispersão, de assimetria e curtose; Coleta, Crítica e apuração dos dados; Análise e Interpretação; Análise de séries cronológicas. Correlação e regressão; Probabilidade e distribuição; Modelos de distribuição para variáveis aleatórias, discretas e contínuas; Testes de hipóteses e significância.	Graduação em Administração ou Matemática ou Estatística ou Engenharia, com Pós-Graduação	5 horas
1.2	Estatística II	Administração	Sexta-feira / 18h30min às 22h00min	Técnica de Amostragem, Inferência Estatística, Correlação e Regressão, Noções Séries Temporais. Tendências.	Graduação em Administração ou Matemática ou Estatística ou Engenharia, com Pós-Graduação	5 horas
1.3	Negociação, Mediação e Arbitragem	Administração	Quinta-feira / 18h30min às 20h10min	Conflitos. Tipos de Conflitos. Negociação. Tipos de Negociações. Tipos de Arbitragem e Processo. Tendências.	Graduação em Administração ou Psicologia ou Direito, com Pós-Graduação	2 horas
1.4	Gestão Ambiental Pública e Empresarial	Administração	Quinta-feira / 20h20min às 22h00min	Meio Ambiente, conceitos e aspectos históricos. Problemática ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Legislação ambiental. Crimes ambientais. Gestão Empresarial Sustentável e tecnologias limpas. Gestão Pública Sustentável e gestão municipal ambiental urbana.	Graduação em Administração ou Engenharia ou Direito, com Pós-Graduação	2 horas
1.5	Currículo da Educação Básica II – Ensino Fundamental	Pedagogia	Quinta-feira / 18h30min às 22h00min	Escola, currículo e organização dos conhecimentos. O currículo nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: bases conceituais e os documentos oficiais Nacionais (Parâmetros Curriculares, Diretrizes Curriculares Nacionais para os Anos Iniciais, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos). As Propostas Curriculares no âmbito Municipal e Estadual. Currículo, Planejamento e projetos de trabalho.	Graduação em Pedagogia, com Pós-Graduação	5 horas
1.6	História da Educação I	Pedagogia	Sexta-feira / 18h30min às 22h00min	Fundamentos da História da Educação. Reforma, contrarreforma e educação na perspectiva jesuítica. A educação no contexto da Reforma Pombalina. A educação no período Imperial. A educação na Primeira República. A educação no Estado Novo. A formação docente em cada um desses períodos.	Graduação em História ou Pedagogia, com Pós-Graduação	5 horas
1.7	Educação e estética: Artes (36 h/a em sala + 36 h/a práticas)	Pedagogia	Quinta-feira / 18h30min às 22h00min	Artes Visuais e estética: perspectiva histórica, conceitos, teorias e abordagens na educação. Cultura estético-visual. Linguagens artísticas e formas de expressão no espaço escolar: criação, materiais, técnicas, análise e contextualização. Artes Visuais no espaço extraescolar: eventos, mostras e exposições.	Graduação em Artes ou Pedagogia, com Pós-Graduação	5 horas

**PORTARIA Nº. 008/2018/FUNESJ**

Publicação Nº 1533056

PORTARIA Nº. 008/2018/FUNESJ

**DIVULGA A APROVAÇÃO DE PROJETO DE EVENTOS ESPORTIVOS APRESENTADO NO EDITAL Nº 002/2018 DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE SÃO JOSÉ/SC**

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, no uso de suas atribuições previstas na Lei Complementar nº 075/2017, e, considerando a Lei nº 13.019/2014, que estabelece o regime de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, e o Decreto nº 8.623/2017, que regulamenta as parcerias entre o município de São José e as Organizações da Sociedade Civil, torna público a aprovação de projeto esportivo apresentado no Edital nº 002/2018 da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José/SC.

Art. 1º - Fica divulgado a aprovação, conforme tabela abaixo:



Entidade	Evento	Nota	Valor Aprovado
Associação de Apoio à Cultura e Esporte de Santa Catarina	Meia Maratona de São José	Corrida de rua	R\$70.000,00

Art. 2º - Esta Portaria entre em vigor na data da sua publicação.

João David Garcia  
Superintendente da Fundação de Esportes e Lazer de São José – FUNESJ

## **PREGÃO PRESENCIAL 147/2017 – NOVA DATA DE ABERTURA**

Publicação Nº 1532988

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 147/2017 – NOVA DATA DE ABERTURA – Processo nº 877/2017 – Proc. Adm. 10860/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, USINADO A QUENTE, FAIXA C DNIT E MASSA FINA, DE ACORDO COM A ESPECIFICAÇÃO DO DEINFRA E EMULSÃO ASFÁLTICA RR 2 C A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE VIAS COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 05/03/2018 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 05/03/2018 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002 ou (48) 3381-0445.

## **RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2017**

Publicação Nº 1532304

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2017 - Processo nº 751/2017 – Proc. Adm. 10995/2017. Fornecedores: RACINE COMERCIAL LTDA – EPP; SCHEYLLA DE MENDONÇA – ME; MAYCON WILL EIRELI – EPP; ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME; VINICIUS MATOS KUSSYM – ME; ACS COMERCIO DE COPIADORAS LTDA – ME e 4U SOLUTIONS TECNOLOGIA EIRELI - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS PARA ATENDER OS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 371.036,48 – trezentos e setenta e um mil, trinta e seis reais e quarenta e oito centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

## **TERMO ADITIVO/TA Nº 109/2017-01**

Publicação Nº 1532927

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 109/2017-01 – DL 627/2017 - Processo 835/2017 – Proc. Adm. 12590/2017 – Contratado: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. Objeto: EXECUÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIO PARA O CENTRO DE INOVAÇÃO DE SÃO JOSÉ/SC. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme o art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/1993 e pelo presente termo aditivo fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 109/2017, por mais 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do dia 15 de janeiro de 2018. DO VALOR CONTRATUAL: Conforme documentação da Secretaria solicitante, o valor do Contrato nº 109/2017 permanecerá inalterado, mantendo-se o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Data da assinatura: 11 de janeiro de 2018.

.

.

.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 014/2018**

Publicação Nº 1533079

**PORTARIA Nº 014/2018**

DESIGNA A SERVIDORA MARA LETÍCIA RADIN PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA, PROCESSO 067/2017, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Mara Letícia Radin para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Hidromineral Santa Rita, Processo nº 067/2017, Ata de Registro de Preços nº 006/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 20 de fevereiro de 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 015/2018**

Publicação Nº 1533080

**PORTARIA Nº 015/2018**

DESIGNA A SERVIDORA MARA LETÍCIA RADIN PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM COPAL ALIMENTOS LTDA, PROCESSO Nº 067/2017, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Mara Letícia Radin para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Copal Alimentos LTDA, Processo nº 067/2017, Ata de Registro de Preços nº 07/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 20 de fevereiro de 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 016/2018**

Publicação Nº 1533081

**PORTARIA Nº 016/2018**

DESIGNA A SERVIDORA MARA LETÍCIA RADIN PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME, PROCESSO Nº 10/2017, ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 11/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Mara Letícia Radin para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME, Processo nº 10/2017, Ata de Registro de Preços nº 11/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação,

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 20 de fevereiro de 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

#### **PORTARIA Nº 017/2018**

Publicação Nº 1533082

PORTARIA Nº 017/2018

DESIGNA A SERVIDORA MARA LETÍCIA RADIN PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM CELIA REGINA W. SANI - ME, PROCESSO Nº 10/2017, ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 12/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Mara Letícia Radin para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com CELIA REGINA W. SANI - ME, Processo nº 10/2017, Ata de Registros de Preços nº 12/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação,

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 20 de fevereiro de 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

#### **PORTARIA Nº 018/2018**

Publicação Nº 1533083

PORTARIA Nº 018/2018

DESIGNA A SERVIDORA MARA LETÍCIA RADIN PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM CELIA REGINA W. SANI - ME, PROCESSO Nº 10/2017, ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 13/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Mara Letícia Radin para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com CELIA REGINA W. SANI - ME, Processo nº 10/2017, Ata de Registros de Preços nº 13/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação,

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 20 de fevereiro de 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 019/2018**

Publicação Nº 1533084

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

PORTARIA Nº 019/2018

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

DESIGNA A SERVIDORA MARA LETÍCIA RADIN PARA RESPONDER PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO COM CELIA REGINA W. SANI - ME, PROCESSO Nº 10/2017, ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 14/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Mara Letícia Radin para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com CELIA REGINA W. SANI - ME, Processo nº 10/2017, Ata de Registros de preços nº 14/2017.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação,

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 20 de fevereiro de 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 020/2018**

Publicação Nº 1533085

PORTARIA Nº 020/2018

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Nomear a servidora Alana Grando Rauen para o cargo em comissão de Secretária Parlamentar – CCV-3, vinculado ao gabinete da vereadora Cristina de Sousa.

Câmara Municipal de São José, SC, 20 de fevereiro de 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 017/2018/SF

Publicação Nº 1532157

DECRETO Nº 017/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso III do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 229.741,07 (duzentos e vinte e nove mil setecentos e quarenta e um reais e sete centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

04 DEPTO DE ATENÇÃO BÁSICA

2.128 PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA

"63"3.3.90.00.00.0210 Aplicações Diretas ..... R\$166.443,23

2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF

"61"3.1.90.00.00.0210 Aplicações Diretas ..... R\$27.201,73

2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – ACS

"62"3.1.90.00.00.0210 Aplicações Diretas ..... R\$36.096,11

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no valor de R\$ 229.741,07 (duzentos e vinte e nove mil setecentos e quarenta e um reais e sete centavos), Recursos Atenção Básica, Fonte 0210.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 de fevereiro de 2018.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 6192/2018

Publicação Nº 1532156

DECRETO Nº 6.192, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

"HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 003/2018/SME".

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, especialmente aquelas contidas no Edital de Alteração de Carga Horária nº 003/2018/SME, de 14 de fevereiro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada as inscrições das candidatas abaixo citadas para o Edital de Alteração de Carga Horária para Professores do Quadro Próprio do Magistério Municipal, conforme Edital nº 003/2018/SME.

Nº da Insc.	Candidato	CARGA HORÁRIA INICIAL	CARGA HORARIA FINAL
01	MAÍSE MARIGA	10 HORAS – EDUCAÇÃO FÍSICA	40 HORAS – EDUCAÇÃO FÍSICA
02	DANIELLI FERNANDA PICININ	20 HORAS – CIENCIAS	30 HORAS – CIENCIAS

03	CRISTIANE ELY	10 HORAS - ARTES	30 HORAS - ARTES
----	---------------	------------------	------------------

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 22 de fevereiro de 2018.  
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.34/2018

Publicação Nº 1532577

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº34/2018

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº34/2018, Edital de Pregão Nº34/2018, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA USO NAS COMPETIÇÕES E TREINAMENTOS DE ATLETAS REALIZADOS PELA SECRETARIA DOS ESPORTES DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 09/03/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.39.2018

Publicação Nº 1532866

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº39/2018

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº39/2018, Edital de Pregão Nº39/2018, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OFICINA DE ARTE TERAPIA, bem como CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM OFICINA DE ARTESANATO E PINTURA, PARA APLICAÇÃO NA ÁREA SOCIAL, VISANDO A INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E HUMANO-CIDADÃO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 13 de Março de 2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail [comprascedro@prefcedro.sc.gov.br](mailto:comprascedro@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45hrs às 11:45:00hrs das 13:30hrs às 17:30hrs, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br). Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.



**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ANEXO I - JANEIRO 2018**

Publicação Nº 1532039

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**FEVEREIRO/2017 A JANEIRO/2018**

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	696.752,19	0,00
Pessoal Ativo	696.752,19	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	52.191,76	0,00
Obrigações Patronais	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (Inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>696.752,19</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	38.641.843,17	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)</b>	<b>38.641.843,17</b>	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>696.752,19</b>	<b>1,80</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>2.318.510,59</b>	<b>6,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>2.202.585,06</b>	<b>5,70</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>2.086.659,53</b>	<b>5,40</b>

FONTE:

São José do Cedro, 22/02/2018

Cláudio Arcádio Wartha  
 Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges  
 Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Paulo Isidoro Lorencini  
 Controle Interno

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018- SRP - PR Nº 002/2018 - CDM

Publicação Nº 1532877

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO COMITE DESPORTIVO MUNICIPAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 07/03/2018, às 14h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA UTILIZAÇÃO DOS ATLETAS DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC QUE ESTARÃO PARTICIPANDO DAS COMPETIÇÕES DO ANO DE 2018. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de Fevereiro de 2018.  
PAULO CESAR PEDRO ALVES  
PRESIDENTE DO CDM

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2018 - PR Nº 019/2018

Publicação Nº 1532870

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 07/03/2018, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2018. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO, ANO MÍNIMO 2010, PARA O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 22 de fevereiro de 2018.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 5.850, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1533170

DECRETO Nº 5.850, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 219.276,00 (duzentos e dezenove mil, duzentos e setenta e seis reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
09.01	SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
09.01.15.451.4511.1.063	162	Aplicação Direta	R\$ 219.276,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0083			

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.378, de dezembro de 2017 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

## EDITAL DE TERMO DE FOMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018

Publicação Nº 1532581

### EDITAL DE TERMO DE FOMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, em São Lourenço do Oeste/SC, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Rafael Caleffi, CPF nº 026.437.969-18, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste/SC, torna público o presente Chamamento Público destinado a selecionar organização da sociedade civil sem fins lucrativos para firmar parceria por meio de Termo de Fomento, consoante às condições estatuídas neste Edital e pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Chamamento Público se destina a selecionar organização da sociedade civil sem fins lucrativos para firmar parceria, em regime de mútua cooperação, que envolva transferência de recursos financeiros no valor de até R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), por meio de Termo de Fomento, cujo objetivo é a seleção de 01 (uma) proposta para a consecução de Atividade de Fomento a Corais do Município de São Lourenço do Oeste - SC.

1.1.1 – O Município de São Lourenço do Oeste apoiará o desenvolvimento das atividades com equipe técnica de acompanhamento das ações.

1.2 – As entidades interessadas deverão habilitar-se mediante a apresentação da documentação exigida no presente edital de Chamamento Público e apresentação do Plano de Trabalho, na forma do Anexo III, quantificando os recursos financeiros pretendidos, dentro dos limites fixados no presente edital.

1.3 – Fica vedada a participação em rede/grupo de Organizações da Sociedade Civil (OSC's).

1.4 – Não será exigida contrapartida da OSC selecionada.

#### CLAUSULA SEGUNDA– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 – Os recursos financeiros destinados a este Chamamento Público são da ordem de até R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) destinados ao pagamento de 1 (uma) proposta. Os recursos obedecem à disponibilidade do orçamento previsto e aprovado na forma da Lei para o exercício de 2018:

Órgão	06.00 Secretaria de Administração e Finanças
Unidade	06.01 Secretaria de Administração e Finanças
Funcional	04.122.4503.2.006 Manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças
Modalidade de Aplicação	33.50.00.00.0000000003.0000 - Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos
Dotação	16
Recurso	1000

2.2– As despesas decorrentes da realização da parceria do objeto deste Chamamento Público serão realizadas tendo em conta:

2.2.1–a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo do(s) bem(s), inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, manutenção, de investimento e de pessoal;

2.2.2– a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública na inadimplência da organização da sociedade civil, em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de sua execução;

2.2.3– o pagamento da remuneração de profissionais contratados pela organização da sociedade civil para operacionalização do(s) bem(s) recebidos não gera vínculo trabalhista com o poder público.

2.2.4–a vedação de utilizar o(s) bem(s), provenientes da parceria objeto deste Chamamento Público para finalidade alheia ao seu objeto;

#### CLAUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1– Para participar deste Edital, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

3.1.1– objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

3.1.2–que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

3.1.3–escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

3.2 – As organizações da sociedade civil sem fins lucrativos devem possuir:

3.2.1 – no mínimo um ano de existência, com cadastro ativo, comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

3.2.2 – experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

3.2.3 – capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas, a serem analisadas pela comissão de seleção.

3.3 – Apenas poderão participar organizações da sociedade civil sem fins lucrativos sediadas ou com representação atuante e reconhecida no Município de São Lourenço do Oeste há no mínimo um ano, e que comprovem atuação nas atividades objeto deste edital.

#### CLAUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E DA FORMA DE CREDENCIAMENTO

4.1 – O credenciamento será gratuito e ficará disponível no período de 30 (trinta) dias após a publicação deste Chamamento Público, devendo ser realizada diretamente via protocolo oficial junto a Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico, localizada no Paço Municipal, sito a rua Duque de Caxias n. 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, na forma do Anexo II.

4.2 – Cada proponente poderá apresentar somente uma proposta para a seleção. Na hipótese de haver mais de um credenciamento por proponente, todos os projetos apresentados por esse proponente serão inabilitados.

4.3 – Caso seja detectada o credenciamento do mesmo projeto por proponentes diferentes, todos serão inabilitados.

4.4 – O credenciamento do proponente implicará a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Chamamento Público, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

4.5 – Poderão participar deste Chamamento Público os proponentes que enviarem todos os seguintes documentos:

4.5.1 – plano de trabalho, conforme modelo (Anexo III) além do Anexo VII e Cartão CNPJ;

4.5.2 – termo de credenciamento, conforme modelo (Anexo II);

4.5.3 – cópia autenticada do estatuto da instituição e, caso tenha sido atualizado, cópia da atualização;

4.5.4 – cópia autenticada da ata de eleição ou do termo de posse do dirigente em exercício;

4.5.5 – cópias autenticadas de identidade e CPF do dirigente ou representante legal da entidade;

4.5.6 – relação nominal dos dirigentes com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas;

4.5.7 – comprovante de que possui no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, conforme certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, disponível em: [receita.fazenda.gov.br](http://receita.fazenda.gov.br);

4.5.8 – comprovação de, no mínimo, um ano de realização de atividades semelhantes ao objeto, por meio de apresentação de relatório de atividades na área de atuação, o qual pode ser comprovado com atestados, depoimentos, cópias de cartazes, folders, fotografias ou material audiovisual, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, entre outras formas de registro das ações desenvolvidas;

4.5.9 – declaração da não ocorrência de vedações (Anexo IV);

4.5.10 – comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;

4.6 – Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos ao credenciamento depois de finalizado.

4.7 – Não serão aceitos credenciamentos que não se apresentem de acordo com os prazos e exigências do presente Edital.

4.8 – O envio da documentação incompleta implica a automática inabilitação do credenciamento.

4.9 – O ônus ocasionado com a participação neste Chamamento Público, incluídas as despesas com cópias, serviços postais e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do proponente.

4.10 – O material apresentado para fins de credenciamento em nenhuma hipótese será restituído ao proponente, independentemente do resultado da seleção.

#### CLAUSULA QUINTA – DOS ENVELOPES

5.1 – O credenciamento será efetuado mediante o envio dos seguintes envelopes, que deverão estar lacrados e identificados:

5.2 – ENVELOPE DE PLANO DE TRABALHO: deverá conter o item 4.5.1 e ser identificado conforme a etiqueta a seguir:

##### ENVELOPE DE PLANO DE TRABALHO

Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 001/2018

Nome do Proponente:

CNPJ:

5.3 – ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO: deverá conter o disposto nos itens 4.5.2 ao 4.5.10 e ser identificado conforme a etiqueta a seguir:

##### ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO

Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 001/2018

Nome do proponente:

CNPJ:

5.4 – Os documentos descritos no item 4.5 deverão ser apresentados em única via, redigidos com clareza, todas as folhas rubricadas e serem assinados pelo representante legal da OSC proponente;

5.5 – Os envelopes, serão protocolados junto a Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico, localizada no Paço Municipal, sito a Rua Duque de Caxias n. 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, até às 17h30min do dia 26 de março de 2018.

5.6 – Não serão consideradas as propostas enviadas por fac-símile (FAX) ou e-mail;

5.7 – Os envelopes poderão ser enviados por correspondência postal no endereço acima, com Aviso de Recebimento, e serão considerados desde que recebidos pelo Município dentro do prazo estipulado no item 5.5.

5.8 – Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados pela administração pública federal.

5.9 – Os proponentes são responsáveis pela veracidade das informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento, declarações falsas ou não comprovadas e no envio de documentos, isentando o Município de São Lourenço do Oeste de qualquer responsabilidade civil ou penal.

5.10 – Serão desclassificados os proponentes que não enviarem os dois envelopes e atenderem os requisitos conforme disposto neste edital.

#### CLAUSULA SEXTA – DO PLANO DE TRABALHO

6.1 – Deverá constar no Plano de Trabalho entregue pelo proponente:

6.1.1 – descrição do objeto de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter;

- 6.1.2 – descrição dos objetivos do projeto identificando as ações que devem ser cumpridas para obtenção do objeto;  
 6.1.3 – informações relativas à capacidade técnica e operacional da instituição proponente para a execução do objeto;  
 6.1.4 – informações curriculares sobre a equipe que trabalhará na execução do objeto;  
 6.1.5 – cronograma de execução de metas, Plano de aplicação dos recursos;  
 6.1.6 – o prazo para execução das atividades é o final do exercício do ano de 2018.  
 6.1.7 – solicitações de alterações no Plano de Trabalho deverão ser encaminhadas via ofício protocolado no Município, correios ou meio similar.  
 6.1.8 – não serão consideradas solicitações referentes a incremento financeiro ou à alteração do objeto do Plano de Trabalho.  
 6.1.9 – cabe ao gestor da parceria a apreciação e o deferimento das solicitações recebidas.

#### CLAUSULA SETIMA – DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

- 7.1 - A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente Chamamento Público, tendo sido constituída por decreto publicado em meio oficial, na forma do artigo 2º, inc. X, da Lei 13.019/2014.  
 7.2- Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos cinco anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do Chamamento Público.  
 7.3 - A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento previsto no item anterior, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital.  
 7.4 - Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.  
 7.5 - A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

#### CLAUSULA OITAVA – DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

- 8.1 – Este Chamamento Público prevê a realização de sessão pública para rubrica dos envelopes e divulgação dos resultados desta seleção.  
 8.2 – A abertura da sessão pública, que acontecerá no setor de licitações da Prefeitura de São Lourenço do Oeste, dar-se-á no dia 27/03/2018, às 8:30 h.  
 8.3 – Os envelopes do Plano de Trabalho e da Documentação serão rubricados pela Comissão de Seleção, que em seguida avaliará as propostas apresentadas.  
 8.4 – A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento da tabela abaixo, com a seguinte metodologia de pontuação: Pontuação Máxima por Item:

1. NUMERO DE PREMIAÇÕES E MENÇÃO HONROSA (apresentar copia autenticada da(s) premiações/menção honrosa)	PONTOS	
(A) QUATRO OU MAIS	10	
(B) PELO MENOS TRÊS	5	
(C) PELO MENOS DOIS	3	
2. TEMPO DE CADASTRO CNPJ	PONTOS	
(A) 03 ANOS 01 DIA A 04 ANOS OU MAIS	10	
(B) 02 ANOS E 01 DIA A 03 ANOS	5	
(C) 01 A 02 ANOS	3	
3. VALOR DA PROPOSTA	PONTOS	
(A) PROPOSTA DE R\$ 0,00 ATÉ R\$ 3.999,99	10	
(B) PROPOSTA DE R\$ 4.000,00 ATÉ R\$ 6.999,99	5	
(C) PROPOSTA DE R\$ 7.000,00 ATÉ R\$ 7.500,00	3	
PONTUAÇÃO MÁXIMA:	30 PONTOS	

- 8.5 – A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento, deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.  
 8.6– O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento, informando as atividades ou



projetos desenvolvidos, sua duração, financiadores, local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes.

8.7 – Serão eliminadas aquelas propostas:

8.7.1 – que recebam nota “zero” no critério de julgamento;

8.7.2 – que estejam em desacordo com o Edital;

8.8 – As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela acima, avaliadas pelos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

8.9 – No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento “1”. Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento “2” e “3”. Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

8.10 – Da sessão será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão de Seleção e pelos presentes.

8.11 – A sessão poderá ser suspensa para julgamento das propostas e para verificação da documentação, tendo reinício em até 5 (cinco) dias úteis após a suspensão, em horário a ser definido pela Comissão de Seleção.

#### CLAUSULA NONA – DA VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

9.1 – Selecionadas as organizações da sociedade civil, cujas propostas tenham sido atribuídas as maiores notas, suas documentações serão verificadas por meio de comissão designada para este fim, com decisão embasada em parecer.

9.2 – Será inabilitada a entidade que deixar de apresentar qualquer um dos documentos previstos neste Chamamento Público ou apresentá-los fora do prazo de validade consentido.

9.3 – Concluído os trabalhos, o resultado da seleção das propostas e da habilitação ou inabilitação dos proponentes selecionados será divulgado no site do Município de São Lourenço do Oeste - SC, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

9.4 – Constará na publicação o nome dos projetos selecionados, nome das respectivas organizações da sociedade civil, município dos proponentes, notas finais obtidas nas avaliações e habilitação ou inabilitação.

9.5 – Da referida sessão, será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão de Seleção e pelos presentes.

9.6 – Ocorrendo o julgamento e a verificação de documentos concomitantemente, poderá ser lavrada uma única ata circunstanciada.

#### CLAUSULA DECIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 – A contar do primeiro dia útil subsequente à divulgação oficial dos resultados do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação dos proponentes, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que qualquer entidade participante interponha recurso administrativo.

10.2 – Somente serão acolhidos recursos administrativos referentes à inabilitação documental;

10.3 – Caso não haja inabilitados, com a concordância expressa dos proponentes, poderá haver a desistência do prazo de recurso previsto neste item, com a continuidade imediata do procedimento.

10.4 – Os recursos deverão ser protocolados no Município de São Lourenço do Oeste, ou encaminhados, via Correios observado o prazo previsto no item 10.1.

10.5 – O recurso será dirigido à Comissão de Seleção que se manifestará em até 5 (cinco) dias úteis. Caso não haja provimento do recurso a manifestação deverá ser submetida para apreciação da autoridade superior.

10.6 – O recurso que não trouxer expressa a devida justificativa será indeferido.

10.7 – Os recursos que tenham por finalidade encaminhar documentação complementar, não entregue no prazo previsto para credenciamento, serão automaticamente indeferidos.

10.8 – Os casos omissos serão resolvidos, com fundamento na legislação pertinente vigente, em primeira instância pela Comissão de Seleção.

10.9 – O não-conhecimento de recurso não impede a administração pública de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

10.10 – Na hipótese de inabilitação de proponente previamente selecionado, aquele imediatamente mais bem classificado poderá ser convidado a aceitar a celebração da parceria nos termos da proposta por ele apresentada.

10.11 – Caso o proponente convidado nos termos do item 10.8 aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação de sua documentação.

#### CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 – Transcorrido o prazo de interposição dos recursos, ou em caso de desistência, este Chamamento Público será homologado pela Prefeitura Municipal e será divulgado no site do Município de São Lourenço do Oeste, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para a qual não caberá recurso.

11.2 – A homologação não gera, para a organização da sociedade civil selecionada, direito à celebração da parceria, nem ao valor total nela prevista, sendo que o mesmo está condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira.

11.3 – É de total responsabilidade dos proponentes acompanhar a atualização das informações.

#### CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

12.1 – Para celebração do Termo de Fomento é imprescindível a observância aos arts. 33 a 38 da Lei n. 13.019/2014, bem como dos seguintes itens:

12.1.1 – Designação do gestor da parceria, servidor que se responsabilizará pelo gerenciamento administrativo, incluindo prazos, pagamentos e prorrogações, e pela fiscalização da execução do objeto da parceria.

12.1.2 – Designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, que realizará acompanhamento técnico e financeiro dos Planos de Trabalho.

12.1.3 – Parecer jurídico;

12.1.4 – Cumprimento de todas as etapas deste Chamamento Público;

12.1.5 – Inexistência de pendências documentais ou ajustes referentes à proposta de parceria.

12.1.6 – Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverão ser sanados os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou a sua exclusão.



- 12.1.7– O proponente selecionado celebrará, com o Município de São Lourenço do Oeste, Termo de Fomento que disporá sobre as obrigações e os prazos para conclusão dos trabalhos objeto deste edital.
- 12.1.8 – O proponente selecionado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de convocação, para proceder à assinatura do Termo.
- 12.1.9 – A assinatura do Termo está condicionada à regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa do proponente.
- 12.1.10 – A convocação será feita mediante notificação da proponente.
- 12.1.11 – Transcorrido o prazo previsto no item 12.1.8 sem que o Termo tenha sido firmado, o Município poderá convocar o próximo proponente, obedecida a ordem de classificação.
- 12.1.12 – O Termo de Fomento deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, inclusive à Lei n. 13.019/2014, sendo vedado:
- 12.1.13 – alterar o objeto do Termo de Fomento;
- 12.1.14 – utilizar, ainda que em caráter de emergência, quando for o caso, os bens para finalidade diversa da estabelecida no instrumento.

#### CLAUSULA DECIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

- 13.1 – O repasse dos recursos está condicionado à regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa do proponente selecionado.
- 13.1.1 – o proponente selecionado que apresentar pendências quanto aos quesitos mencionados no item 13.1 terá o prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento de notificação, para sua regularização.
- 13.1.2 – a não resolução das pendências, em conformidade com o item 13.1.1, acarretará na perda de direito à cessão dos bens, quando for o caso.
- 13.2 - O recurso financeiro será liberado em uma única parcela.

#### CLAUSULA DECIMA QUARTA– DAS OBRIGAÇÕES

- 14.1 – O proponente se responsabilizará por qualquer direito autoral que por ventura incidir sobre sua proposta, e se responsabilizará por eventuais reivindicações sobre usos não autorizados.
- 14.2 – Em todo material de divulgação caso produzido, gerados pela parceria, deverão constar:
- 14.2.1 – a expressão: “Projeto com o apoio do Município de São Lourenço do Oeste”.
- 14.2.2 – as logomarcas que serão disponibilizadas pelo Município.
- 14.3 – O proponente deverá assegurar-se de que o espaço em que será desenvolvida a atividade do Plano de Trabalho possui condições de segurança e salubridade adequadas à realização das ações de acordo com a legislação estadual/municipal.
- 14.4 – Para as entidades que possuem local fixo e pré-determinado para o desenvolvimento de suas atividades, adotar procedimentos e medidas de segurança para as pessoas que frequentam o espaço, conforme a legislação local, com respectivo fornecimento de alvarás autorizativos ou equivalentes.
- 14.5 – Para as entidades que não possui local pré-determinado para o desenvolvimento de suas atividades ou cujas atividades sejam realizadas em locais aleatórios itinerantes ou afins, adotar procedimentos para a obtenção das autorizações públicas exigidas para o desenvolvimento de atividades de acesso ao público, conforme a legislação local.

#### CLAUSULA DECIMA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 15.1 – As contas deverão ser prestadas conforme disposto no Termo de Fomento e em consonância com a Lei Federal n. 13.019/2014 e regras da IN TC 14/12, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.
- 15.2 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados obtidos, até o período de que trata a prestação de contas.
- 15.3 – É facultado ao gestor da parceria promover diligências destinadas a esclarecer ou confirmar as informações prestadas pelos profissionais ou, ainda solicitar documentos complementares aos mencionados neste Chamamento Público.
- 15.4 – A organização da sociedade civil deverá prestar contas da boa e regular utilização dos recursos financeiros no prazo de até 30 (trinta) dias do fim de cada exercício até o final de sua vigência.
- 15.5 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no Plano de Trabalho, além do relatório de execução do objeto.
- 15.6 – O relatório de execução do objeto deverá incluir datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.
- 15.7 – O não-cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não-execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de execução financeira, com a descrição das receitas e despesas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, conforme descrito no Termo de Fomento.
- 15.8 – A prestação de contas deverá ser protocolada no Município dentro do prazo estipulado no item 15.4.
- 15.9 – Caberá ao Gestor da Parceria emitir parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria.
- 15.10 – A prestação de contas deverá ser publicada no endereço eletrônico oficial das entidades selecionadas e do Município ou outros meios que possam dar publicidade aos atos.

#### CLAUSULA DECIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

- 16.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado e com as normas da Lei n. 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:
- 16.1.2 – Advertência;
- 16.1.3 – Suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- 16.1.4 – Declaração de inidoneidade para participar de Chamamento Público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante

a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes.

16.1.5 – As sanções estabelecidas nos subitens 16.1.2 e 16.1.3 são de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias. A reabilitação poderá ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

16.1.6 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

16.1.7 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração de infração.

16.1.8 – A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

16.1.9 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.1.10 – As sanções previstas nesta cláusula não excluem as dispostas na Lei n. 8.429, de 02 de junho de 1992.

#### CLAUSULA DECIMA SETIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente Chamamento Público poderá ser revogado, no todo ou em parte, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

17.2 – A documentação que contenha vício de qualquer natureza ou inobservância de qualquer vedação deste Chamamento Público acarretará na desclassificação da entidade, podendo ocorrer em qualquer momento do certame.

17.3 – Os casos omissos serão encaminhados à apreciação e apurados pelas Comissões competentes, cabendo ao Prefeito Municipal a decisão terminativa.

17.4 – A entidade selecionada autoriza o Município a divulgar, sem autorização prévia e sem ônus de qualquer natureza, o seu nome, suas imagens e informações acerca das atividades relacionadas ao projeto selecionado, para divulgação das ações e políticas daqueles entes da administração e para fins educacionais e culturais.

17.5 – Até a assinatura do Termo de Fomento, poderá a Comissão de Seleção desclassificar as propostas das entidades participantes, em despacho motivado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da seleção que represente infração aos termos do Chamamento Público, respeitado o contraditório.

17.6 – Cabe ao Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a assinatura do Termo de Fomento, designar oficialmente a Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos do inciso XI, art. 2º, da Lei n. 13.019/2014.

17.7 – Esclarecimentos acerca do conteúdo desta chamada pública poderão ser obtidos exclusivamente através do Departamento de Compras e Licitações do município.

17.8 – Integram este Chamamento Público, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Cronograma;

Anexo II – Credenciamento;

Anexo III – Plano de Trabalho;

Anexo IV – Declaração de Não Ocorrência de Vedações;

Anexo V – Declaração de Ciência

Anexo VI – Minuta do Termo de Fomento

Anexo VII – Declaração de Premiações e/ou Moção Honrosa

17.9 – O Foro competente para dirimir qualquer dúvida ou litígio oriundo do presente Chamamento Público ou da parceria dele decorrente será o da Comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina.

São Lourenço do Oeste (SC), 22 de fevereiro de 2018.

Rafael Caleffi

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

#### CRONOGRAMA

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO	23/02/2018
PERÍODO DE CREDENCIAMENTO	26/02/2018 a 26/03/2018(30 dias)
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	27/03/2018
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E ORDENAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO E DA HABILITAÇÃO E INABILITAÇÃO DOS PROPONENTES	27/03/2018
PERÍODO DE PROTOCOLO DE RECURSOS REFERENTES À INABILITAÇÃO	28/03/2017 a 04/04/2018* (5 dias)
PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS DO JULGAMENTO DOS RECURSOS	05/04/2018*

PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS

06/04/2018\*

\* Datas previstas. Podem ser superiores ou inferiores.

## ANEXO II

## TERMO DE CREDENCIAMENTO

Ao Município de São Lourenço do Oeste  
Comissão de Seleção  
Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 0001/ 2018

Pelo presente, o Sr. (a) ....., representante legal da ....., CPF ....., residente na ....., vem solicitar credenciamento para receber recursos públicos que serão destinados ao objeto do Termo de Fomento. Igualmente, informo que a proposta apresentada cumpre as disposições legais e esta de acordo com o Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 0002/ 2017, estando ciente e de acordo com todas as condições estipuladas em suas cláusulas.

Local, data.

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante  
CPF

## ANEXO III

## PLANO DE TRABALHO

## 1 – DADOS CADASTRAIS

Nome da Entidade Proponente:	CNPJ:
Endereço:	
E-mail:	Telefone:
Nome do Representante:	CPF:
Endereço:	Município: UF: CEP:
E-mail:	Telefone:

## 2 – PROPOSTA DE TRABALHO

Nome do projeto/atividade: indicar o nome do projeto a ser executado;

Início/fim e prazo de execução: indicar o prazo para execução total das atividades e cumprimento das metas;

Público alvo: indicar o público que será beneficiado pela parceria;

Objeto/finalidade da parceria: descrever o produto final da parceria;

Objetivos/Resultados esperados: descrever o que vai ser realizado identificando as ações que devem ser cumpridas para a obtenção de seu objeto.

Descrição da Realidade: descrever com clareza e sucintamente o diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades e metas a serem atingidas.

Relatório de Atividades: informações que comprovem a capacidade técnica e operacional da instituição proponente para a execução do objeto – dados relativos aos últimos 12 meses;

Capacidade técnica: descrever a capacidade técnica para desenvolvimento do objeto e profissionais envolvidos na sua consecução.

Nome do Projeto/Atividade:
Data de início da execução:
Data de fim da execução:
Prazo de execução:
Público alvo:
Objeto/finalidade:
Objetivos/Resultados esperados:

Descrição da realidade:

Relatório de Atividades:

Capacidade técnica

### 3 – RECURSOS FINANCEIROS

Valor do Repasse Proposto

### 4 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE METAS

O cronograma de execução de metas permite visualizar a descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar e/ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto.

Meta: indicar como meta os elementos que compõem o objeto;

Descrição: relacionar os elementos característicos da meta, etapa ou fase;

Etapa/fase: indicar cada uma das ações em que se pode dividir a execução de uma meta;

Forma de execução: meios para atingir as metas estabelecidas;

Parâmetros de aferição: refere-se à qualificação e quantificação física do produto de cada meta, etapa ou fase;

Unidade: indicar a unidade de medida que melhor caracterize o produto de cada meta, etapa ou fase; Quantidade: indicar a quantidade prevista para cada unidade de medida;

Duração (início/término): refere-se ao prazo previsto para início e término da implementação de cada meta, etapa ou fase.

EXECUÇÃO DE METAS						
DESCRIÇÃO	ETAPA/FASE	FORMA DE EXECUÇÃO	PARÂMETROS DE AFERIÇÃO		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANT.	INÍCIO	TÉRMINO

### 5 – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

\* O plano de aplicação refere-se à utilização dos recursos financeiros em diversas espécies de gastos

Descrição: relacionar os elementos característicos de cada meta, se constitui material, serviço ou obra);

Quantidade: indicar a quantidade prevista para cada descrição;

Despesas correntes: custeio de manutenção das atividades, como despesas com pessoal, bens de consumo, serviços, manutenção, ou seja, não compõem expansão das suas atividades; Marcar com um "X";

Despesas de capital: relacionadas a aquisição de máquinas, equipamentos, imóveis, realização e obras. Para a formação de bem capital e expansão das atividades; Marcar com um "X";

Valor unitário: registrar o valor unitário de cada descrição;

Valor total: registrar o valor total de cada descrição;

Total geral: registrar o somatório dos valores atribuídos.

DESPESAS							
DESCRIÇÃO	MATERIAL/SERVIÇO/OBRA	QTDE.	UNIDADE DE MEDIDA	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

### TABELA RESUMO

VALOR GLOBAL	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL

Recurso: Valor global da parceria;

Despesas correntes: valor total gasto com despesas correntes;

Despesas de capital: valor total gasto com despesas de capital;

### 6 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

DESPESA:	CORRENTE
ANO:	2018
MÊS	REPASSE
JANEIRO	
FEVEREIRO	

MARÇO	
ABRIL	
MAIO	
JUNHO	
JULHO	
AGOSTO	
SETEMBRO	
OUTUBRO	
NOVEMBRO	
DEZEMBRO	
TOTAL	

DESPESA:	CAPITAL
ANO:	2018
MÊS	REPASSE
JANEIRO	
FEVEREIRO	
MARÇO	
ABRIL	
MAIO	
JUNHO	
JULHO	
AGOSTO	
SETEMBRO	
OUTUBRO	
NOVEMBRO	
DEZEMBRO	
TOTAL	

Para maior clareza, firmo a presente.

Local, data.

Nome do representante

CPF

## 6. MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE

Deferido

Indeferido

São Lourenço do Oeste - SC,.... de ..... de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DAS VEDAÇÕES

Ao Município de São Lourenço do Oeste

Comissão de Seleção

Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 0001/ 2018

Na qualidade de representante legal da (Nome da Organização da Sociedade Civil), declaro para os devidos fins de comprovação junto à concedente, para os efeitos e sob as penas da lei, que esta proposta:

É apresentada por organização da sociedade civil com constituição jurídica e sem fins lucrativos.

Não possui qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento municipal, para aplicação na forma prevista no Termo de Fomento.

Declaro ainda que a entidade proponente não se enquadra em nenhuma das vedações abaixo:

Fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;

Entidades integrantes do "Sistema S" (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outras);

Instituições que estejam em mora, inadimplentes com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, em conformidade com a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, Estadual e Municipal;

Entidade que tenha sido punida com uma das sanções previstas no art. 39, V, da Lei 13.019/2014, pelo período que durar a penalidade:

Entidades privadas que possuam dentre seus dirigentes membros do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas da União, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau; ou

servidores públicos vinculados a órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;  
Órgãos ou instituições públicas federais, distritais, estaduais e municipais;  
Entidade que tenha entre seus dirigentes pessoa:  
Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;  
Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou  
Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.  
Para maior clareza, firmo a presente.

Local, data.  
Nome do representante/CPF

#### ANEXO V

#### DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Ao Município de São Lourenço do Oeste  
Comissão de Seleção  
Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 001/2018

Na qualidade de representante legal da (Nome da Organização da Sociedade Civil), declaro para os devidos fins que estou ciente das exigências contidas no Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 001/2018, da legislação de regência, bem como da necessária obtenção de alvarás e licenças exigidas pelos órgãos municipais e pelo Corpo de Bombeiros, e demais legislações pertinentes, quando houver necessidade.

Para maior clareza, firmo a presente.

Local, data.

\_\_\_\_\_  
Nome do representante/ CPF

#### ANEXO VI

#### MINUTA TERMO DE FOMENTO Nº 00.../2018

#### TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 789, centro, em São Lourenço do Oeste/SC, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Rafael Caleffi, CPF sob o nº 026.437.969-18, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste/SC, doravante denominado partícipe e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no CNPJ sob o n. \_\_, com sede em \_\_, representada por \_\_, CPF \_\_ \_\_, doravante denominado partícipe, em observância às disposições da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e das Leis Orçamentárias vigentes, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 – Este Termo de Fomento, decorrente do Edital de Chamamento Público nº 001/2018, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, cujo objetivo é a seleção de 01 (uma) proposta para a consecução de atividade de fomento aos Corais do Município de São Lourenço do Oeste - SC, detalhado no Plano de Trabalho anexo.
- 1.2 – O objeto deste Termo de Fomento não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Estado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1 – São obrigações da administração pública:

- 2.1.1 – Designar Gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e de fiscalização;
- 2.1.2 – Registrar os atos de celebração, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Fomento;
- 2.1.3 – Orientar a organização da sociedade civil quanto à correta apresentação da prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos;
- 2.1.4 – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil, o qual, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
  - a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
  - b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
  - c) máquinas e equipamentos cedidos pela administração pública, quando for o caso;
  - d) relatórios apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e



resultados estabelecidos neste Termo de Fomento;

e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias.

2.1.5 – Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso;

2.1.6 – Viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de cessão dos equipamentos da parceria celebrada;

2.1.7 – Manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

2.1.8 – Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos equipamentos/maquinas envolvidos na parceria.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

3.1 – São obrigações da organização da sociedade civil:

3.1.1 – informar ao Município de São Lourenço da Oeste todas e quaisquer alterações estatutárias, incluindo a de composição de sua Diretoria, por ocasião de sua eventual ocorrência;

3.1.2 – divulgar, na internet ou em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

b) nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ;

c) descrição do objeto da parceria;

d) valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

e) situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para sua apresentação e/ou a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;

f) quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

3.1.3 – responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

3.1.4 – responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto ou restrição à sua execução;

3.1.5 – prestar contas da boa e regular utilização dos recursos ou dos bens no prazo de até 30 (trinta) dias do fim de cada exercício até o final de sua vigência;

3.1.6 – manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

4.1 – O Gestor deste Termo de Fomento é o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.

4.2 – Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do Gestor.

4.3 – São obrigações do Gestor:

4.3.1 – acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

4.3.2 – informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

4.3.3 – emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela administração pública e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;

4.3.4 – disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação

4.3.5 – comunicar ao administrador público as situações de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil.

4.3.6 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas:

4.3.7 – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceria, qualquer que tenha sido a modalidade ou o título que lhes concedeu o direito de uso de tais bens, quando for o caso;

4.3.8 – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

5.1 – Este Termo de Fomento terá vigência até 31 de dezembro de 2018, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto.

5.2 – A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR TOTAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

6.1 – Os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Fomento estão fixados em R\$ .....000,00 ( ..... ) (conforme plano de trabalho da OSC), relativos ao presente exercício, à conta da dotação alocada no orçamento com a seguinte dotação orçamentaria:

Órgão	06.00 Secretaria de Administração e Finanças
Unidade	06.01 Secretaria de Administração e Finanças
Funcional	04.122.4503.2.006 Manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças
Modalidade de Aplicação	33.50.00.00.0000000003.0000 - Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos
Dotação	16
Recurso	1000

6.2 - Os recursos financeiros serão transferidos em 01(uma) parcela, sendo em até 30 dias após a edição de lei autorizativa para realização do repasse..

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 – O presente Termo de Fomento deve ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências da inexecução total ou parcial.

7.2 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

7.2.1 – datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.

7.3 – O não cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de utilização, sua vinculação com a execução do objeto e, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

a) material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos e outros suportes;

b) relatório de execução de serviços do equipamento ora cedido.

7.4 – A administração pública deverá considerar ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

7.4.1 – relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

7.4.2 – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

7.5 – Para fins de avaliação quanto a eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer do Gestor acerca da prestação de contas da parceria celebrada deverá, obrigatoriamente, mencionar:

a) os resultados já alcançados e seus benefícios;

b) os impactos econômicos ou sociais;

c) o grau de satisfação do público alvo;

d) a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

7.6 – A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (noventa) dias a partir do término do exercício, ou, se a duração da parceria exceder um ano, no final de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

7.6.1 – O prazo referido no item 7.6 poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Gestor.

7.6.2 – O disposto no item 7.6.1 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

7.7 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo concluir, alternativamente, pela:

7.7.1 – aprovação da prestação de contas;

7.7.2 – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração da tomada de contas especial.

7.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

7.8.1 – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

7.8.2 – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

7.8.3 – irregulares, quando comprovada quaisquer das seguintes circunstâncias:

7.8.4 – omissão no dever de prestar contas;

7.8.5 – descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

7.8.6 – dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

7.8.7 – desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.9 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade.

7.9.1 – O prazo referido no item 7.9 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.

7.9.2 – Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.10 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS BENS**

8.1 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os bens cedidos ou produzidos, quando for o caso, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO**

9.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, os quais somente responderão pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade da intenção rescisória.

9.2 – Ocorrendo a rescisão, não caberá aos partícipes qualquer direito à reclamação de indenização pecuniária, obrigando-os, entretanto, a apresentarem os relatórios das atividades desenvolvidas e a prestação de contas, até a data do encerramento do Termo de Fomento, bem como a restituição dos valores recebidos, se houver.

9.3 – A inexecução total ou parcial deste Termo de Fomento por qualquer dos partícipes ensejará sua denúncia e rescisão pela parte prejudicada, com as consequências previstas em Lei e neste instrumento.

9.4 – É atribuída à administração a prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a descontinuidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES**

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

10.1.1 – advertência;

10.1.2 – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

10.1.3 – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

11.1 – Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores do Município de São Lourenço do Oeste, do controle interno e externo correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

12.1 – Os partícipes elegem o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste - SC como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Fomento ou de sua participação, que não possam ser solucionados administrativamente, bem como para solucionar os litígios que possivelmente decorrerem deste instrumento.

12.2 – Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Fomento.

São Lourenço do Oeste (SC), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Município de São Lourenço do Oeste OSC

Rafael Caleffi

Prefeito Municipal

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Visto e aprovado pela Procuradoria Geral do Município, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

ELISABETH REDIVO

OAB/SC 21.317

Procuradora Geral do Município

**ANEXO VII****Declaração de Premiações e/ou Moção Honrosa**

Na qualidade de representante legal da (Nome da Organização da Sociedade Civil), declaro para os devidos fins que possuímos ..... Premiações e ..... Moção Honrosa conforme exigências contidas no Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 001/2018, conforme comprovantes em anexo.

Para maior clareza, firmo a presente.

Local, data.

\_\_\_\_\_  
Nome do representante/CPF

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1524460

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 003/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 003/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Tribos Editora e Distribuidora de Livros Ltda. ME, CNPJ nº 09.663.426/0001-0.

Objeto: AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA AS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 23.802,43 (vinte e três mil, oitocentos e dois reais e quarenta e três centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2018 estabelecida pelo Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 52/2018 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.0108 - Manutenção do Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação; e D - 60/2018 - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.0108 - Manutenção do Ensino Infantil - Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 16/02/2018.

Vigência: de 16/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Antonio Luis Remedi Cordeiro - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2018, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1526233

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2018, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2018.

Origem: Processo Licitatório nº 061/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 052/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Cruzeiro Terraplanagem Ltda. ME, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Objeto: Aditar as quantidades dos itens 2 e 3 do Contrato nº 016/2018, de 22/01/2018, em 40 horas e 9,5 horas, respectivamente, a fim de que se possa dar continuidade na manutenção das estradas no interior do município.

Valor Aditado: R\$ 8.297,26 (oito mil, duzentos e noventa e sete reais e vinte e seis centavos), ao item 2 e R\$ 1.987,73 (um mil, novecentos e oitenta e sete reais e setenta e três centavos), ao item 3, respectivamente, perfazendo o montante aditado de R\$ 10.284,99 (dez mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e nove centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 97/2018 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 19/02/2018.

Vigência: de 19/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Joelson Miglioretto Jeremias - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2018, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1526234

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2018, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 032/2018.

Origem: Processo Licitatório nº 061/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 052/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Cruzeiro Terraplanagem Ltda. ME, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Objeto: Aditar as quantidades dos itens 2 e 3 do Contrato nº 032/2018, de 02/02/2018, em 13,95 horas e 8,5 horas, respectivamente, a fim de que se possa dar continuidade na manutenção das estradas no interior do município.

Valor Aditado: R\$ 2.893,67 (dois mil, oitocentos e noventa e três reais e sessenta e sete centavos) ao item 2, e R\$ 1.778,50 (um mil, setecentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos) ao item 3, totalizando o montante aditado de R\$ 4.672,17 (quatro mil, seiscentos e setenta e dois reais e dezessete centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 114/2018 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura.

Data de Assinatura: 19/02/2018.

Vigência: de 19/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Joelson Miglioretto Jeremias - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2018, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1527839

EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2018, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Incisos II, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Locatário: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Locadora: Mayara Fuchina, CNPJ nº 100.210.209-06.

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL (CASA MISTA, COM TRÊS QUARTOS, SALA, COZINHA, ÁREA DE SERVIÇO, INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E GARAGEM) LOCALIZADO NA TRAVESSA WILBALDO MARCILIO REICHERT, Nº 69, LOTEAMENTO BETT II, BAIRRO SÃO FRANCISCO, NA CIDADE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, PARA ALOCAR FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE RISCO DO TIPO ESCORREGAMENTO DE TALUDE E RUÍNA DE EDIFICAÇÃO.

Valor: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, totalizando o montante de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para o período de 150 (cento e cinquenta) dias.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados de acordo com a ordem cronológica estabelecida no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo, 30 (trinta) dias, a contar da apresentação do respectivo Recibo a ser emitido pela Locadora, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 122/2018 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Habitação.



Data de Assinatura: 20/02/2018.  
Vigência: de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data de sua assinatura.  
Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Locatário e Mayara Fuchina - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2018, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1527843

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2018, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Inciso II, art. 24, da Lei Federal nº 8.666/1993.  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Célia Maria Martins Attie - EIRELI ME, CNPJ nº 18.097.650/0001-62.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW DE HIPNOSE CÔMICA, DEMONSTRANDO COMO EXERCITAR A MENTE PARA ALCANÇAR OBJETIVOS, AUMENTANDO O FOCO E A CONCENTRAÇÃO, COM MAGIA E MUITO HUMOR PARA O EVENTO ALUSIVO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER, A SER REALIZADO NA DATA DE 10 DE MARÇO DE 2018, NO TEATRO PROFESSOR ARNO IGNÁCIO ETGES, ANEXO AO CENTRO DE EVENTOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

Valor: R\$ 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa reais).

Pagamento: O pagamento será realizado mediante depósito bancário na conta corrente de titularidade da Contratada, no primeiro dia útil após o evento, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas, decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 122/2018 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Fundo de Assistência Social.

Data de Assinatura: 20/02/2018.

Vigência: de 20/02/2018 a 31/03/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Célia Maria Martins Attie - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2018, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1530039

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2018, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 163/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 125/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Mara Aparecida Fagundes - ME, CNPJ nº 27.097.051/0001-30.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXA/RESERVATÓRIO DE ÁGUA, DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 2.772,00 (dois mil, setecentos e setenta e dois reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 97/2018 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Data de Assinatura: 21/02/2018.

Vigência: de 21/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Mara Aparecida Fagundes - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2018, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1530055

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2018, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 212/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 157/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Projetal Materiais Elétricos Ltda. EPP, CNPJ nº 82.095.456/0001-47.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA A SEREM EXECUTADOS NOS PRÉDIOS E/OU LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2018.

Valor: R\$ 599,13 (quinhentos e noventa e nove reais e treze centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica estabelecida no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações. Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2018.

Dotação Orçamentária: D - 97/2018 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 21/02/2018.

Vigência: de 21/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Márcia Regina Feuser Suzin - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2018, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1530581

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2018, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 197/2017, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 020/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Visoli Construtora Ltda. EPP, CNPJ nº 02.131.315/0001-01.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE MURO DE CONTENÇÃO EM CONCRETO ARMADO NA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA MARIA GORETTI E NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL MUNDO COLORIDO, AMBAS VINCULADAS À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, COM ÁREA TOTAL DE 168,41M², CONFORME PROJETOS EM ANEXO.

Valor: R\$ 107.940,25 (cento e sete mil, novecentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, conforme a ordem cronológica prevista no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, por conta dos Recursos Próprios do Município, sendo os pagamentos

liberados após a verificação da regularidade do prestador de serviços, ora Contratada, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências. Além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações, bem como da folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente; também da contribuição prevista no parágrafo segundo do art. 72 da Instrução Normativa MPS nº 971/2009, quando for o caso. No ato do pagamento a Contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas à matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, sob pena de retenção e regularização por parte da Municipalidade, com respectivo desconto nos pagamentos.

Recursos Financeiros: Os pagamentos decorrentes da execução do presente Contrato serão realizados, com Recursos Próprios do Município por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018. Rubrica Orçamentária: D - 52/2018 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Ensino Fundamental; e D - 61/2018 - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Educação Infantil.

Data de Assinatura: 21/02/2018.

Vigência: de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Douglas Visoli - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2018, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1531659

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2018, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 061/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 052/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: T. L. DOZZIATTI ME, CNPJ nº 24.688.489/0001-02.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA, MOTONIVELADORA E ROLO VIBROCOMPACTADOR A SEREM EXECUTADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2017.

Valor: R\$ 33.764,00 (trinta e três mil e setecentos e sessenta e quatro reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 114/2018 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura.

Data de Assinatura: 22/02/2018.

Vigência: de 22/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Tovar Luiz Dozziatti - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 001, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1523921

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 001, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Art. 55, inciso XXX, da Lei Orgânica Municipal, art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 389, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: Parati Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., CNPJ nº 82.945.932/0001-71.

Objeto: ATENDIMENTO, PELO MUNICÍPIO, A CRIANÇAS DE 1 (UM) ANO E 8 (OITO) MESES A 5 (CINCO) ANOS DE IDADE, MATRICULADAS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAIS - CEIMS E NAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS, FILHOS(AS) DE FUNCIONÁRIAS DA EMPRESA PARATI, EM TURNOS DE 4 (QUATRO) E 8 (OITO) HORAS DIÁRIAS, PROPORCIONANDO-LHES: EDUCAÇÃO, ALIMENTAÇÃO, RECREAÇÃO, CUIDADOS PSICOPEDAGÓGICOS, PSICOLÓGICOS, NUTRICIONAIS E DE FONOAUDIOLOGIA.

Valores: R\$ 91,08 (noventa e um reais e oito centavos), por cada criança que frequente as instituições de ensino de que trata a cláusula primeira, pelo período de 4 (quatro) horas diárias; e R\$ 179,30 (cento e setenta e nove reais e trinta centavos), para cada criança que frequente as instituições de ensino de que trata a cláusula primeira, pelo período de 8 (oito) horas diárias.

Forma de Pagamento: O valor será repassado integralmente em produtos alimentícios e corresponderá proporcionalmente à quantidade de crianças matriculadas no respectivo mês de competência.

Data da assinatura: 16/02/2018.

Vigência: de 16/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Conveniente e Roberto Olívio de Andrade (Diretor da Parati) - pela Conveniada.

#### **EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 002, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1523923

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 002, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Art. 55, inciso XXX, da Lei Orgânica Municipal, art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 389, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: Nutrisul S/A Produtos Alimentícios, CNPJ nº 80.972.078/0001-07.

Objeto: ATENDIMENTO, PELO MUNICÍPIO, A CRIANÇAS DE 1 (UM) ANO E 8 (OITO) MESES A 5 (CINCO) ANOS DE IDADE, MATRICULADAS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAIS - CEIMS E NAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS, FILHOS(AS) DE FUNCIONÁRIAS DA EMPRESA NUTRISUL, EM TURNOS DE 4 (QUATRO) E 8 (OITO) HORAS DIÁRIAS, PROPORCIONANDO-LHES: EDUCAÇÃO, ALIMENTAÇÃO, RECREAÇÃO, CUIDADOS PSICOPEDAGÓGICOS, PSICOLÓGICOS, NUTRICIONAIS E DE FONOAUDIOLOGIA.

Valores: R\$ 91,08 (noventa e um reais e oito centavos), por cada criança que frequente as instituições de ensino de que trata a cláusula primeira, pelo período de 4 (quatro) horas diárias; e R\$ 179,30 (cento e setenta e nove reais e trinta centavos), para cada criança que frequente as instituições de ensino de que trata a cláusula primeira, pelo período de 8 (oito) horas diárias.

Forma de Pagamento: O valor será repassado integralmente em produtos alimentícios e corresponderá proporcionalmente à quantidade de crianças matriculadas no respectivo mês de competência.

Data da assinatura: 16/02/2018.

Vigência: de 16/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Conveniente e Fausto Echer (Diretor Administrativo) - pela Conveniada.

#### **PORTARIA Nº 255, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1533147

PORTARIA Nº 255, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado



de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art.1º Designar, a partir de 23 de fevereiro de 2018 o Servidor Público Municipal JADER GABRIEL IORIS, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1676/01, para desempenhar suas funções junto à Secretaria Municipal de Educação – EBM São Roque, por tempo indeterminado.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, de 22 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2018.

**RESOLUÇÃO Nº 001/2018/CAE/SLO.**

Publicação Nº 1531671

RESOLUÇÃO Nº 001/2018/CAE/SLO.

Dá parecer favorável e aprova a prestação de contas do CAE referente ao ano de 2017.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, nomeada pelo Decreto Municipal nº 4.956, de 29 de setembro 2014, e no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, VII, da Lei Orgânica do Município e com base na Lei Municipal nº 1.268, de 18 de agosto de 2000 e suas alterações posteriores,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar, na data de 22 de fevereiro de 2018, a prestação de contas referente a aplicação dos recursos do CAE relativo ao período de 2017, verificando-se que os recursos recebidos no exercício, foram aplicados em conformidade com o que estabelece a resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, não encontrando nenhuma irregularidade;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 22 de fevereiro de 2018.

DENISE TARSO  
Presidente do CAE

MARTA SURDI DE LIMA  
Representante de Pais de Alunos

SOLANGE DA ROSA BAUER CENCI  
Representante do Poder Executivo Municipal

ERICO ECKER  
Representante da Sociedade Civil

**RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 041/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1530613

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 041/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Rafael Caleffi, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.996.096, expedido pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 026.437.969-18, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste/SC, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Contrato nº 041/2018, de 08 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 09/02/2018 - edição nº 2451, pág. 1172, tendo como alteração o título extrato, passando a constar com a seguinte redação:

“EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 212/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 157/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Claudemir Ribeiro dos Santos 08561784970, CNPJ nº 23.107.898/0001-05.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA A SEREM EXECUTADOS NOS PRÉDIOS E/OU LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2018.

Valor: R\$ 7.013,00 (sete mil e treze reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica estabelecida no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações. Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2018.

Dotação Orçamentária: D - 52/2018 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Ensino Fundamental.

Data de Assinatura: 08/02/2018.

Vigência: de 08/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Claudemir Ribeiro dos Santos - pela Contratada.”

**RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 042/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1530616

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 042/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Rafael Caleffi, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.996.096, expedido pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 026.437.969-18, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste/SC, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Contrato nº 042/2018, de 08 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 09/02/2018 - edição nº 2451, pág. 1172, tendo como alteração o título do extrato, passando a constar com a seguinte redação:

“EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 212/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 157/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Projetel Materiais Elétricos Ltda. EPP, CNPJ nº

82.095.456/0001-47.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA A SEREM EXECUTADOS NOS PRÉDIOS E/OU LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2018.

Valor: R\$ 114,75 (cento e catorze vírgula setenta e cinco reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica estabelecida no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações. Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2018.

Dotação Orçamentária: D - 26/2018 - 06.01.06.181.4503.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção dos serviços de segurança Pública.

Data de Assinatura: 08/02/2018.

Vigência: de 08/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Márcia Regina Feuser Suzin - pela Contratada."

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO 3/2018 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1531642

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 3/2018  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
Contratada...: MARA APARECIDA FAGUNDES ME  
Valor ..... : 146.875,00(cento e quarenta e seis mil e oitocentos e setenta e cinco reais).  
Vigência ..... : Início: 09/02/2018 Término: 08/02/2019  
Licitação ..... : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 283/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 189/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA EM SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO COM SERVIÇOS GERAIS, SERVIÇOS COM MENDENDEIRA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ACORDO COM OS QUANTITATIVOS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

São Miguel do Oeste, 09 de fevereiro de 2018

### CONTRATO 4/2018 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1531644

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 4/2018  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
Contratada...: MA EMPREITEIRA LTDA - ME  
Valor ..... : 25.823,98 (vinte e cinco mil e oitocentos e vinte e três reais e noventa e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 21/02/2018 Término: 20/04/2018

Licitação ..... : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2018  
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2018  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A OBRA DE ADEQUAÇÃO PARA NOVAS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS

São Miguel do Oeste, 21 de fevereiro de 2018

### EDITAL RETIFICADO PROCESSO N. 21/2018

Publicação Nº 1532174

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
AVISO DE CREDENCIAMENTO  
EDITAL RETIFICADO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2018  
INEXIGIBILIDADE Nº 04/2018  
CREDENCIAMENTO N. 01/2018

O Município de São Miguel do Oeste- SC, partir do Secretário Municipal de Administração leva ao conhecimento dos interessados que fará CREDENCIAMENTO tendo como objeto credenciamento de Pessoa Física e ou Jurídica devidamente inscrita no ente de classe competente (CRECI) para, nos termos da Lei n. 7.084/2014, realizar avaliações do âmbito da Municipalidade. Entrega dos envelopes: Até às 13h45min. do dia 30 de janeiro de 2018.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 11 de janeiro de 2018.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 005/2018

Publicação Nº 1532420

PORTARIA 005/2018  
NOMEIA A PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, promulgada

em 5 de abril de 1990, em consonância com o Regimento Interno, Resolução nº 004, de 1º de dezembro de 1992 e em cumprimento a Resolução nº 004/2017 de 29 de novembro de 2017;

#### RESOLVE

Art. 1º NOMEAR como Procuradora Especial da Mulher a Vereadora MARIA TEREZA ZANELLA CAPRA, como Procuradoras Adjuntas a Vereadora SÍLVIA TERESINHA KUHN, bem como as Servidoras MÁRCIA ANDRÉIA CORREIA HERBERT e PAULA PIRES DA SILVA,

para compor a PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Os integrantes da presente Procuradoria, ficam dispensados de suas atividades normais nos dias e horários quando a serviço da referida Comissão

Art. 3º Em decorrência do relevante interesse Público, a Procuradoria trabalhará sem ônus.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,  
Em 08 de fevereiro de 2018.  
Vereador Cláudio José Barp  
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,  
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Airton José Macarini Segundo  
Secretário Executivo

## **PORTARIA 007/2018**

Publicação Nº 1532422

PORTARIA 007/2018

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Resolução nº 004/92 e alterações, e a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º Fica EXONERADA, a pedido do Vereador Vagner Rodrigues dos Passos, a Senhora FABIANA CASTANHO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, até então nomeado para o cargo de provimento em Comissão de Assessor Parlamentar e relações Comunitárias, a partir do dia 1º de março de 2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão à conta das rubricas específicas do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, publique-se e comunique-se o interessado.

Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,  
Em 22 de fevereiro de 2017.  
Vereador Cláudio José Barp  
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,  
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Airton José Macarini Segundo  
Secretário Executivo

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO FMS 01.2018

Publicação Nº 1532478

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 01.2018-FMS MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços

TIPO: Menor Preço

OBJETO: Aquisição estimada e parcelada de Fita de Glicemia para as Unidades de Saúde do Município e o Complexo Penitenciário do Estado (COPE) – São Pedro de Alcântara, conforme especificações e quantitativos em anexo a este Edital.

DATA DE ABERTURA: 07/03/2018 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br)

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07h às 12h e das 13h às 17h. São Pedro de Alcântara, 22/02/2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de fevereiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

### DECRETO N.º 016/2018

Publicação Nº 1533129

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000

Fone: 48 32770122 – R.214 [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) -gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N.º 016/2018

DILATA PRAZO DE VENCIMENTO DAS PARCELAS DO IPTU E TAXAS DO EXERCÍCIO 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a autorização que lhe confere o Artigo 167 do Código Tributário Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º – O Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas, referentes ao Exercício 2018, poderão ser pagos em 4 (quatro) parcelas, com os seguintes vencimentos:

Cota Única Vencimento 10/04/2018

1ª Parcela Vencimento 10/04/2018

2ª Parcela Vencimento 10/05/2018

3ª Parcela Vencimento 10/06/2018

4ª Parcela Vencimento 10/07/2018

Parágrafo 1º – O pagamento integral do imposto até o vencimento da cota única assegurará ao contribuinte o direito a um desconto de 20% (vinte por cento) sobre o respectivo montante.

Parágrafo 2º - A dilatação do prazo justifica-se em razão de problemas quanto a homologação do código de barras dos boletos junto ao Banco do Brasil.



# Saudades

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 08, DE 23 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1533099

DECRETO Nº 08, DE 23 DE JANEIRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 01/2016 PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

OSMAR PRESTES, Prefeito Municipal em Exercício de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere e na forma dos incisos VI e VIII do artigo 44 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 83, e inciso II do art. 2º das Disposições Transitórias da Lei Complementar n. 006, de 25 de outubro de 2002,

CONSIDERANDO que no item 1.8 do Edital de Processo Seletivo n. 001/2016 visando à contratação temporária de profissionais, dispõe: “1.8 O prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 ano, contando da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal”.

CONSIDERANDO que o resultado definitivo foi homologado pelo Decreto n. 12, de 24 de Janeiro de 2017;

CONSIDERANDO que a prorrogação dispensará movimentar a máquina administrativa para aplicar novo processo seletivo, prestigiando os princípios da eficiência e economicidade;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogada a seleção do Edital de n. 001, de 06 de Dezembro de 2016, Homologado pelo Decreto n. 12, de 24 de Janeiro de 2017, por mais um ano a contar desta data, para vigorar no exercício de 2018.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.  
Saudades, SC, em 23 de Janeiro de 2018.

OSMAR PRESTES

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

ROGÉRIO ANTÔNIO SEHNEM

Secretário de Fazenda e Administração

### DECRETO Nº 09, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

Publicação Nº 1533098

DECRETO Nº 09, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

DESIGNA AUDIÊNCIA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSMAR PRESTES, Prefeito Municipal em Exercício de Saudades SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos do disposto no §4º do art. 9º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 que determina a realização de audiências públicas nos meses de maio, setembro e fevereiro visando a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre na Câmara Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica designada, no âmbito do Município de Saudades SC, a Audiência Pública visando a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Terceiro Quadrimestre de 2017, a ser realizada no dia 26 de Fevereiro, às 18:30 horas, tendo por local a Sede da Câmara de Vereadores, situada na Avenida Independência, nº 320, Centro, na Cidade de Saudades/SC.

Art. 2º. A apresentação das contas fica ao encargo dos servidores Jaime Koch, Contador, e Elói João Hoss, Auditor do Controle Interno.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Saudades/SC, 09 de Fevereiro de 2018.

OSMAR PRESTES

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

ROGÉRIO ANTÔNIO SEHNEM

Secretário de Fazenda e Administração

### DECRETO Nº 10, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1532731

DECRETO Nº 10, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA OS MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – COMDIM E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990, combinado com o art. 41, inciso XXIII da Lei Complementar n. 06/2002 e com a Lei Ordinária n. 2.233/2015,

#### DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM, para um mandato de 02 (dois) anos, correspondentes ao período de 19.02.2018 a 19.02.2020, permitida uma recondução, composto das seguintes representações:

I – Representantes Governamentais:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social (Proteção Social Básica):

- Titulares: Sueli Kunz e Francine Muller;

b) Secretaria Municipal de Assistência Social (Proteção Social Especial):

- Giley Winck e Sirlene Schuh;

c) Secretaria Municipal de Saúde:

- Neiva Maria Hermes Frey e Janete Mohr Royer;

d) Secretaria Municipal de Educação:

- Solange Schuh e Eliamar Corradi;

e) Poder Executivo Municipal:

- Claci Maria Riffel Kollet e Salete Rosane Bortolomedi Roos;

f) Câmara Municipal de Vereadores:

- Roseli B. Kuhn Felicetti e Natalia Sperotto Badziak;



**II – Representantes Não Governamentais****a) Associação das Senhoras Rotarianas (Casa da Amizade):**

- Marilise Warmling e Angela O. Schuh Sehnem;

**b) Associação Comercial e Industrial de Saudades e Cunhatai e Câmara de Dirigentes Lojistas:**

- Ana Bohn e Simone F. Maciel Menzel;

**c) Associação de Pais e Professores:**

- Claudete Jahnel e Rosana E. Muller Stulp;

**d) Lions Clube:**

- Marina Mohr e Cleusa Kothe;

**e) Rotaract Club:**

- Cristiane Engler e Andressa Kerkoff;

**f) Movimento das Mulheres Camponesas:**

- Elise M. Wickert Henn e Ivone Niederle Ulsenheimer;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades – SC, em 19 de Fevereiro de 2018.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ROGÉRIO ANTÔNIO SEHNEM

Secretário de Fazenda e Administração

# Schroeder

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.402/2018 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1533155

DECRETO Nº 4.402/2018 de 22 de fevereiro de 2018  
HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, REGIDO PELA LEI N.º.764/2009.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Legislação Municipal nº 1.764/2009, que vem estabelecer regras para a Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório do Município de Schroeder.

Considerando que o servidor nomeado para cargo efetivo do quadro de pessoal do Município de Schroeder fica sujeito a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

Considerando o transcurso do prazo do estágio probatório.

Considerando que a organização e operacionalização da Avaliação do Estágio Probatório foram executadas por Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº. 6.570/2016 de 13 de junho de 2016.

Considerando a Ata nº 133, apresentada pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, que vem emitir parecer final para os servidores, a fim de homologar a sua confirmação no cargo a que foram nomeados.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado conclusivo dos servidores que passaram pelo período do estágio probatório e obtiveram a aprovação ao cargo que foram nomeados, conforme Ata nº 133/2018 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, conforme segue abaixo:

§ Camila Sartori Martins  
§ Gracieli Volles  
§ Jamile Jung Pasquali  
§ Jordana Prestini Leitzke  
§ Leilane Freiburger Espindola

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 22 de fevereiro de 2018.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### PORTARIA Nº 7.391/2018, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1533156

PORTARIA Nº. 7.391/2018, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora Sra. Vanessa Girardi de Lima, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 21 de fevereiro de 2018.  
OSVALDO JURCK                      ORLANDO TECILLA  
Prefeito Municipal                      Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 02/2018-FMS

Publicação Nº 1531723

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b></p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09  RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 2/2018 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo:  Processo de Licitação: 6/2018  Data do Processo: 05/02/2018</p>
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para pacientes portadores de diabetes e insulino dependentes fornecidos pela Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 5/2018 (Sequência: 1)**

Ao(s) 22 de Fevereiro de 2018, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7270/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 6/2018, Licitação nº 2/2018 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. e DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. A empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. encaminhou os envelopes e documentos de credenciamento por transportadora. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. e DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA. estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Os representantes das empresas METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. e PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., não estão presentes na sessão. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. e DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA. Constatou-se que a empresa DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA. não colocou a marca para o item 03, exigência no edital no item 6.1.8, sendo assim a empresa está desclassificada para o item 03. O item 03 foi cancelado devido a ausência de quantidade por caixa na descrição do edital. O representante da empresa DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA. pede desclassificação no item 02. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA., para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., para o item 02, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos aos licitantes vencedores. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes.

**Participante:** 6852 - DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Seringa descartável, esteril de plástico, atóxica capacidade de 100UI, sem espaço morto, incolor com resistencia mecanica, corpo cilíndrico, escala em gravação indelevel de 0 a 50UI com divisões de 1 em 1 unidade, com agulha hipodermica acoplada no corpo da seringa fixa, de 8mm de comprimento por 0,30mm de diametro (30g 5/15) extremidade proximal de embolo com pisão de vedação em borracha atóxica apirogenica, confeccionada em aço inoxidavel, siliconizada, nivelada, polida, cilíndrica reta, oca, biseltrifricado, afiada, com canhão translucido provida de protetor que permita a perfeita adaptação ao canhão, embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asseptica fabricação nacional.	UN	15.000,00		0,0000	0,379	5.685,00

**Total do Participante** → 5.685,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 2/2018 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 6/2018  
 Data do Processo: 05/02/2018

Folha: 2/2

**Participante: 7417 - COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Tira reagente para medição de glicose sanguínea com faixa de leitura entre 10mg/dl a 600mg/dl, reação enzimática de glicose desidrogenase, que meça por aparelho com tecnologia por amperometria, permitindo a verificação da glicemia em crianças e adultos, embalada individualmente para manter a integridade do produto protegendo contra fatores ambientais, contaminações e dispensação unitária. Acondicionada em caixas com no máximo 50 testes contendo bula em português, nº registro MS responsável técnico, data de fabricação, lote, validade. Validade mínima de 10 meses a partir da data da entrega por produto. A empresa vencedora deverá fornecer de forma de comodato sem custos para a contratante 500 aparelhos, treinamento e proposta. - MARCA: ABBOTT	UN	70.000,00	Abbott	0,0000	0,84	58.800,00

**Total do Participante ———>** 58.800,00

**Total Geral —————>** 64.485,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 22 de Fevereiro de 2018

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki - ..... - Pregoeiro(a)  
 Ivandra de Souza - ..... - Equipe de Apoio  
 Fabiane Heller - ..... - Equipe de Apoio  
 Valderi Rocha de Camargo - ..... - Equipe de Apoio  
 Eloir José Wendt - ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

WALDIR JACOBI - ..... - Representante  
 OTTO WEISE - ..... - Representante  
 LUIZ CARLOS DA ROSA - ..... - Representante  
 ALESSSANDRO DOS SANTOS LEAL - ..... - Representante  
 ROSEANE FINTA - DUDA - ..... - Setor Solicitante

# Seara

## PREFEITURA

### IN/SME 01/2018

Publicação Nº 1532729

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN/SME Nº 01, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Define diretrizes para organização de Horas Atividades – “HORAS ADS” das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Seara e dá outras providências.

A SECRETÁRIA Municipal DE EDUCAÇÃO, do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 2º da Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008 que regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, Parecer CNE/CEB nº 18/2012, aprovado em 16 de outubro de 2012 e § 5º do art. 35 da Lei Complementar nº 21 de 15 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público do Município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências,

#### RESOLVE

Art. 1º A jornada de trabalho do membro do magistério docente é constituída de hora/aula e hora/atividades.

§ 1º Nos termos do § 7º do art. nº 35 da Lei Complementar nº 21 de 15 de dezembro de 2003 às horas atividades, de acordo com o projeto político-pedagógico da escola, será destinada à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional.

§ 2º O tempo destinado à hora/atividade deverá contemplar as atividades desenvolvidas no próprio local ou espaços definidos pela Direção da Unidade Educativa, atividades planejadas pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º A participação em cursos e eventos, reuniões e/ou colegiado de classe deverão ser consideradas dentro do tempo destinado a hora/atividade, nos termos do § 2º deste artigo.

§ 4º Em comum acordo com a Direção das Unidades Escolares, sem prejuízo a essas, as horas atividades podem ser consideradas também nas participações dos cursos de formação continuada oferecidos pela Secretaria da Educação, desde que não sejam acumulativas e sejam compensadas na mesma quinzena em que for registrada a participação na formação.

§ 5º A ausência não justificada nos termos da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2003 – Estatutos dos Servidores Públicos do Município de Seara, em cursos e eventos, colegiado de classe e/ou no tempo destinado à hora/atividade no próprio local de trabalho, definidos pela Direção da Unidade Educativa e/ou Secretaria Municipal de Educação será considerada falta não justificadas.

§ 6º A organização da hora/atividade deverá ser previamente definida, respeitadas as diretrizes das respectivas Direções das Unidades Educativas de acordo com seu calendário de atividade e da Secretaria Municipal de Educação.

§ 7º A SME em conjunto com as Unidades Escolares que possuem docentes que atuam em mais de uma unidade Escolar, obedecendo

o princípio da razoabilidade, em comum acordo, poderão definir parte das horas/atividades para fins de deslocamento entre as duas ou mais Unidades Escolares; bem como, a porcentagem do cumprimento das mesmas em cada Unidade escolar.

Art. 2º Nos termos do § 3º do art. nº 41 da Lei Complementar nº 21 de 15 de dezembro de 2003 o membro do magistério público municipal, no exercício da docência, que ministrar aulas excedentes, não se exime da realização das horas/atividades.

Art. 3º A presente Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 21 de fevereiro de 2018.

Fabiana Mariani  
Secretária Municipal de Educação.

Registra-se e Publica-se  
Em, 21 de fevereiro de 2018.

NERI COSSMANN  
Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 198/2018

Publicação Nº 1531629

Portaria nº. 198/2018. O Prefeito Municipal em Exercício de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 110 da Lei Complementar nº. 18/2003, de 28 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve, Conceder, A servidora Suzan Cristiane Rossi, matrícula 1907/04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Interno, Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, conforme atestado médico, no período de 19 de fevereiro a 18 de junho de 2018.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Seara - SC, 21 de fevereiro de 2018.

Flavio Ragagnin  
Prefeito Municipal em Exercício  
Registra-se e Publica-se  
Em 21 de fevereiro de 2018.  
Neri Cosmann  
Secretário da Administração

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2018 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2018

Publicação Nº 1532276

Processo Licitatório nº 045/2018 - Dispensa de Licitação nº. 015/2018.

Objeto: Aquisição de calhas e serviços de mão de obra.

Justificativa: Manutenção da sede da Companhia da Polícia Militar de Seara.

Fundamento Legal: lei n.º 8.666/93, art. 24, II.  
Fornecedor: Denis Daniel Hensel 09275820902  
Valor: R\$ 4.616,00

Seara, SC, 20 de fevereiro de 2018.  
Flavio Ragagnin  
Prefeito Municipal em Exercício

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2018**

Publicação Nº 1531830

Processo Licitatório n.º 048/2018  
Edital de Pregão Presencial n.º 021/2018 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei n.º 10.520/02 e lei n.º 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo, impreterivelmente até às 13h30min do dia 08/03/2018, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de filtros de: ar, combustível, hidráulico, lubrificante e de transmissão. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtido no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 22 de fevereiro de 2018.  
Flavio Ragagnin  
Prefeito em exercício

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2018**

Publicação Nº 1532298

Processo Licitatório n.º. 050/2018.  
Edital de Pregão Presencial n.º. 022/2018 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei n.º. 10.520/02 e lei n.º. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando, impreterivelmente até às 08h30min do dia 09/03/2018, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de lubrificantes. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 22 de fevereiro de 2018.  
Flavio Ragagnin  
Prefeito em exercício



## Serra Alta

## PREFEITURA

## RELATÓRIO DE COMPRAS MÊS 01/2018- FMS

Publicação Nº 1532897

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA**  
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2018**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMÉRCIO DE GÁS MODELO LTDA	GÁS P45	113	2,000	320,0000	640,00
CONSULTORIO MÉDICO DR. RICARDO DE MORA	CONSULTA MÉDICA	56	1,000	370,0000	370,00
DAMED I DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	COLAGENASE C/ CLORANFENICOL 0,6UG+0,01G/G POMADA 30G	78	5,000	13,4500	67,25
DAMED I DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	HIDROXIDO FERRICO 100MG/5ML C/5 AMP	78	30,000	13,4000	402,00
DAMED I DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G 50G	78	5,000	5,2000	26,00
DIÁRIO SB COMUNICAÇÃO LTDA ME	PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE PROCESSOS LICITATORIOS	71	1,000	70,0000	70,00
DIÁRIO SB COMUNICAÇÃO LTDA ME	PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE PROCESSOS LICITATORIOS	76	1,000	70,0000	70,00
EDEM C. BRAGHINI & CIA LTDA	BIOTINA 10MG/ML 100ML	77	1,000	200,0000	200,00
EDEM C. BRAGHINI & CIA LTDA	CARNITINA 500MG/ML 100ML	77	1,000	105,0000	105,00
EDEM C. BRAGHINI & CIA LTDA	CLOREXEDINA 5% SOL. S/AROMA 300ML	96	1,000	42,0000	42,00
EDEM C. BRAGHINI & CIA LTDA	COENZIMA Q10 90MG	77	1,000	78,0000	78,00
EDEM C. BRAGHINI & CIA LTDA	COMPLEMENTO VITAMINICO RENALVIT MANIP. C/60 CP	77	2,000	56,0000	112,00
EDEM C. BRAGHINI & CIA LTDA	VITAMINA D3 25.000 C/6 CP	77	1,000	48,0000	48,00
EDEM C. BRAGHINI & CIA LTDA	VITAMINA D3 50.000 UI	77	1,000	57,0000	57,00
GLOBAL INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÕES	PAPEL A4 75G/M2 CAIXA C/5000FLS	103	20,000	141,0000	2.820,00
RANG TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE S	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E TREINAMENTO	74	1,000	650,0000	650,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ALINHAMENTO	95	1,000	40,0000	40,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BALANCEAMENTO	95	2,000	12,5000	25,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	COXIM DO AMORTECEDOR	79	2,000	32,0000	64,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ELEMENTO FILTRO LUBRIFICANTE	98	1,000	30,0400	30,04
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	73	1,000	40,7200	40,72
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FILTRO DE ÓLEO	99	1,000	13,7400	13,74
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE	73	1,000	44,1700	44,17
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FLUIDO FREIO DOT 3 500ML TRW	79	0,700	14,5900	10,21
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	LÂMPADA FAROL H7 12V 55W	97	1,000	28,7200	28,72
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	LÂMPADA MEIA LUZ W5W	97	1,000	2,1000	2,10
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	LAMPADA PHILIPS 1 POLO 12V 21W	98	1,000	1,8500	1,85
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	LAMPADA PHILIPS H4 12V 55/60W	98	1,000	16,0000	16,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MÃO DE OBRA	72	2,500	80,0000	200,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MÃO DE OBRA	94	0,700	69,0000	48,30
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MÃO DE OBRA	93	0,450	69,0000	31,05
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MÃO DE OBRA	92	0,400	69,0000	27,60
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MAO DE OBRA AR CONDICIONADO	114	3,500	69,0000	241,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MAO DE OBRA FEIXE DE MOLA E COXIM	101	2,500	69,0000	172,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MAO DE OBRA FREIO	101	1,100	69,0000	75,90
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MAO DE OBRA FREIO	114	2,000	69,0000	138,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MAO DE OBRA LIMPEZA SONDA	75	1,000	60,0000	60,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ÓLEO LUBRIFICANTE	73	7,000	42,7800	299,46
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PASTILHA DE FREIO DIANTEIRA	79	1,000	78,0000	78,00

Página: 2/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	REPARO FEIXE MOLAS TRASEIRO	79	1,000	24,0000	24,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	SCANNER VEICULAR	75	1,000	57,0000	57,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	TORNEAR DISCOS	102	1,000	45,0000	45,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	TORNEAR DISCOS	115	1,000	60,0000	60,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	TOTAL QUARTZ 9000 FUTURE XT 5W30 24X1L	98	4,000	32,8000	131,20
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	TOTAL QUARTZ 9000 FUTURE XT 5W30 24X1L	99	3,500	32,8000	114,80
ROMARIO DA SILVA MORAES ME	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO	69	1,000	1,000,0000	1,000,00
<b>Total Geral do Mês —&gt;</b>					<b>8.878,11</b>

## RELATÓRIO DE COMPRAS MÊS 01/2018- PMSA

Publicação Nº 1532895

Página: 1/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2018**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AMOSC ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OES	CURSO	87	1,000	1.200,0000	1.200,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	REFRIGERANTE DIVERSOS SABORES - GUARANÁ, LIMÃO, LARANJA, UVA, FRASCO COM 2 LITROS.	104	16,000	3,4500	55,20
ARACI WEBER POTTRATZ ME	ENFEITE DE CUIA	311	50,000	3,5000	175,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	DIESEL S-500 PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LOTADOS NA SECRETARIA DE AGRICULTURA		30,000,000	3,3500	100.500,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS LOTADOS NA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS		4,000,000	4,2400	16.960,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS LOTADOS NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		4,000,000	4,2400	16.960,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS LOTADOS NA SECRETARIA DE AGRICULTURA		4,000,000	4,2400	16.960,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS LOTADOS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.		5,000,000	4,2400	21.200,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS LOTADOS NO GABINETE DO PREFEITO		4,000,000	4,2400	16.960,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	GASOLINA COMUM PARA O ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS LOTADOS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.		1,250,000	4,2400	5.300,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	GASOLINA COMUM PARA O ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS LOTADOS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.		1,250,000	4,2400	5.300,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	LAVAGEM DE AUTOMÓVEIS	63	10,000	30,0000	300,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	ÓLEO DIESEL S-500 PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LOTADOS NA SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. URBANOS.	310	7,000	30,0000	210,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	BATERIA GET POWER 12V-33S A/H		15,000,000	3,3500	50.250,00
BATERIAS CHAPECO LTDA	BATERIA PREMIUM 180A/H NORMAL	166	1,000	390,0000	390,00
BATERIAS CHAPECO LTDA	BATERIA PREMIUM 80A/H DIREITA	166	1,000	495,0000	495,00
BATERIAS CHAPECO LTDA	SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA	159	1,000	280,0000	280,00
BETHA SISTEMAS LTDA	SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA	71	1,000	960,0000	960,00
BETHA SISTEMAS LTDA	BRIGADEIROS	115	1,000	1,975,2300	1.975,23
BIANCA SENHOR	BRITA Nº 1	105	200,000	1,0000	200,00
BRITADOR SCHMITZ LTDA	ÁCIDO FLUOSSILICICO	117	14,830	50,0000	741,50
BUSCHLE & LEPPER S.A.	HIPOCLORITO DE SÓDIO	126	90,000	3,0500	274,50
BUSCHLE & LEPPER S.A.	SULFATO DE ALUMÍNIO I.F.	126	300,000	2,1000	630,00
BUSCHLE & LEPPER S.A.	SERVIÇOS DE INSPEÇÃO VEICULAR/COM A EMISSÃO DE LAUDO ESCOLAR	126	60,000	2,3700	142,20
CAIBI INSPEÇÕES VEICULARES LTDA	BOJOS COMODITA TODOS LISO/BOLHA PM/G/GG	313	1,000	320,0000	320,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	BOTÃO	74	6,000	2,8000	16,80
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	COLCHETE E GANCHO ILHOS EM METRO	133	21,000	0,2000	4,20
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	ELÁSTICO, FITA E RENDAS EM METRO	74	1,200	7,2000	8,64
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	ELÁSTICOS E RENDAS EM METRO	133	4,000	0,5000	2,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME		133	5,000	1,5000	7,50

Página: 2/11

# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	FRANJA 20/15 CM EM METRO	133	1,000	8,3000	8,30
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	GUIPIR EM METRO	74	3,500	13,9000	48,65
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	GUIPIR IMPORTADO	74	6,000	12,9000	77,40
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	RENDA NYLON LARGURA 1CM ROLO 100MTS	74	1,000	44,9000	44,90
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	SIANINHA 11MM ROLO 10M	133	5,000	11,9000	59,50
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	SIANINHA 5MM SAO JOSE 10 MTS	133	1,000	9,4000	9,40
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	ZIPER INVISÍVEL 15/18/20 CM FIXO	74	7,000	0,8000	5,60
COMÉRCIO DE CONFECÇÕES DALFANA LTDA	TECIDO PASCALLY 1,52L 100% POLIESTER 220GR/M2	49	16,000	29,9000	478,40
COMÉRCIO DE CONFECÇÕES DALFANA LTDA	TECIDO TAFETÁ FINO	49	10,000	7,9000	79,00
CONTABILIDADE CERZOLLI LTDA ME	SERVIÇO	114	1,000	80,0000	80,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	AÇÚCAR REFINADO 1KG	60	7,000	3,1500	22,05
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	ÁGUA MINERAL SEM GAS 500ML	60	12,000	1,0900	13,08
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BALAS 600G COCO	109	1,000	19,9500	19,95
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BALAS PCTE 130G	60	2,000	5,9900	11,98
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BALAS PCTE 600G	60	1,000	19,9500	19,95
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BALAS PCTE 600G	109	1,000	19,9500	19,95
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BISCOITO BEIJO BAIANO 250 G	60	1,000	5,9800	5,98
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BISCOITO COQUETEL 360G	109	2,000	6,7500	13,50
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BISCOITO CRACKER 360GR	60	1,000	4,6400	4,64
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BISCOITO KUKI 400G	60	1,000	5,9500	5,95
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BISCOITO KUKI 400G	109	1,000	4,2500	4,25
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BISCOITO RECHEADO HOT CRACKER 150G	60	5,000	4,2800	21,40
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BISCOITO RECHEADO HOT CRACKER 150G	109	9,000	2,5900	23,31
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BISCOITO ROSCA DE CHOCOLATE 330G	109	1,000	4,1700	4,17
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BISCOITO ZEZE 300 GR BANANA/CANELA	109	1,000	3,5500	3,55
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BISCOITO ZEZE 300 GR CHOCOLATE	109	1,000	3,5500	3,55
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	CHÁ CAROL ANIS ESTRELADO SACHE 20G	109	1,000	2,4000	2,40
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	CHÁ ENDRO VALAR 10G	109	3,000	2,1700	6,51
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	CHÁ ERVA DA MATA LARANJA 25G	109	1,000	4,7500	4,75
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	CHÁ ERVA DA MATA MEDICINAIS CHIMI.15G	109	1,000	4,2500	4,25
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	CHÁ ERVA DOCE VALAR 10G	109	1,000	2,2400	2,24
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	CÓCO SECO RALADO sem Açúcar, parcialmente desidratado e desengordurado, acondicionado em embalagem plástica resistente em pacote de 100 gramas, contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.	109	1,000	4,6500	4,65
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	KIT GUAMPA TEREZE CHILENO	109	2,000	19,5200	39,04
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	REFRESCO 25G SABORES SORTIDOS	60	33,000	0,6900	22,77
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	REFRESCO 25G SABORES SORTIDOS	109	37,000	0,6900	25,53
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	WATER	60	2,000	1,7900	3,58

Página: 3/11

# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO DE OLEO	88	1,000	18,5000	18,50
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	ÓLEO 15W-40 SEMI SINTÉTICO	88	3,000	23,5000	70,50
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	ÓLEO DIESEL S-10 PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVÁRIOS LOTADOS NA SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. URBANOS.		70,000,000	3,4400	240,800,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	ÓLEO DIESEL S-10 PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS LOTADOS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		22,500,000	3,4400	77,400,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	ÓLEO DIESEL TIPO S-10 PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVÁRIOS LOTADOS NA SECRETARIA DE AGRICULTURA		35,000,000	3,4400	120,400,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	PNEU 195 65 15 REMOLD	61	4,000	310,0000	1,240,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ABRACADEIRA ROSCA S/F 19-25 / 19-27 / 3/4. 1/17-22	124	5,000	1,1000	5,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ABRACADEIRA ROSCA S/F 76-89	124	1,000	3,4000	3,40
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ABRACADEIRA ROSCA S/F 89-101	124	1,000	3,4000	3,40
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ABRACADEIRA ROSCA SEM FIM - BORBOLETA	124	4,000	2,7500	11,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ALICATE UNIVERSAL 8	122	1,000	15,5000	15,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ARRUELA LISA 1/4	122	60,000	0,1200	7,20
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ASSENTO SANITÁRIO	124	2,000	29,8000	59,60
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BRITA MÉDIA	122	1,300	86,4000	112,32
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BROCA ACO RAPIDO 6,5MM	122	1,000	11,8000	11,80
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BROXA PVC 18 X 7 6CM	122	4,000	8,0000	32,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BUCHA 10MM	124	3,000	0,1800	0,54
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BUCHA 6MM	124	15,000	0,0500	0,75
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CABO CHUP. P/ BATERIA AUTOM.2.3MT 200A	123	1,000	33,9600	33,96
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CADEADO 30MM	122	1,000	18,7500	18,75
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CAL VIRGEM 20KG	122	28,000	13,0600	365,68
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CAPS	124	2,000	2,0400	4,08
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAVE ALLEN CURTA 12	123	1,000	5,6400	5,64
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAVE COMBINADA 12	123	1,000	6,5000	6,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAVE COMBINADA 13MM	123	1,000	7,0000	7,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAVE COMBINADA 14 MM	123	2,000	7,5000	15,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAVE COMBINADA 17MM	122	1,000	13,0000	13,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CILINDRO	124	3,000	25,4400	76,32
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CILINDRO CROMADO	124	1,000	20,2800	20,28
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CONEXÃO 1/2-3/4 P/ TORNEIRA	124	3,000	4,0000	12,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CORDA	122	18,000	0,3800	6,84
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CORDA POLIESTER 4MM	124	15,900	0,6700	10,65
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CORRENTE ZINCADA 4,5MM	122	2,200	26,9900	59,38
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	DESEMPENADEIRA	124	1,000	13,0000	13,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	DISCO FERRO P/ CHAPA CORTE FINO 4.1/2	123	3,000	3,5000	10,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	EMENDA P/ MANG. 1/2 AVULSO	124	3,000	2,8300	8,49

Página: 4/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ENGATE RÁPIDO	124	2,000	5,0000	10,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	EXTRA ESMALTE SINT. 3.6L	124	1,000	77,0000	77,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FECHADURA	124	1,000	24,0000	24,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FITA CREPE 24X50	124	12,000	6,0000	72,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FITA VEDA ROSCA 12X10M	124	1,000	2,0000	2,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FITA VEDA ROSCA 18X25	124	1,000	3,8000	3,80
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FIXADOR	124	7,000	7,2000	50,40
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FIXADOR PARA CAL	122	58,000	1,5000	87,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	GRELHA QUAD. DUPLA FACE 100X100	124	1,000	4,4800	4,48
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	GRELHA RED DUPLA FACE 100X100	124	6,000	3,9000	23,40
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	JOGO CHAVE	124	1,000	72,9000	72,90
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LIXA PAPEL PARA MADEIRA GRÃO 180 - 45 MTS	124	2,000	3,1300	6,26
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	NOVACOR ESMALTE SINT. BRANCO 3.6L	124	10,000	72,1000	721,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ÓLEO SPRAY DESENGRIPANTE 300 ML	122	1,000	8,0000	8,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO PHILIPS 3.0X22	124	10,000	0,1000	1,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO PHILIPS 3.5 X 30	124	10,000	0,1000	1,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO PHILIPS 3.5X35	124	15,000	0,1000	1,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO PHILIPS 4.5X30	124	20,000	0,1000	2,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO SEXT. 1/4X80	124	3,000	0,8500	2,55
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO SEXTAVADO 1/4X1 FERRO	122	60,000	0,2700	16,20
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO SEXTAVADO 3/8 X 4,1/2 FERRO	123	2,000	1,3200	2,64
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PINCEL 1,1/2	124	1,000	6,0000	6,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PÓ DE BRITA	121	0,500	99,0000	49,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PORCA SEXTAVADA 1/4	122	60,000	0,0600	3,60
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PORTA COPOS P/ AGUA PLASTICO	124	1,000	42,0000	42,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PROLONGADOR EXTEN. ACO PINTURA 4M	124	1,000	62,0000	62,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGISTRO ESFERA SOLD 25MM	121	1,000	6,1700	6,17
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ROLO ESPUMA 23 CM	124	1,000	13,0000	13,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ROLO LÁ 9CM	124	1,000	4,0000	4,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	SIFÃO EXTENSIVO UNIVERSAL 0,80CM	124	1,000	6,0000	6,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	SOLVENTE 0.900ML	124	1,000	12,0000	12,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	SOLVENTE 5L	124	1,000	49,8000	49,80
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TEE 25X1/2	121	1,000	4,5600	4,56
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TEE ELETRICO 03 SAIDAS	122	6,000	4,7600	28,56
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TORNEIRA JARDIM 1/2 3/4	124	2,000	3,5000	7,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TUBO ESGOTO 75MM 1	121	6,000	7,4700	44,82
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	VASSOURA CAMÉLIA C/ CABO	122	1,000	12,2800	12,28
DAIANE WESCHENFELDER	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BRIGADISTA	92	1,000	200,0000	200,00
DAVI COM. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA EPP	CONE DE MARCAÇÃO	72	10,000	10,0000	100,00



Página: 5/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DAVI COM. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA EPP	PRATO DEMARCATÓRIO	72	30,000	5,0000	150,00
DE MARCO RESTAURANTE E CONVENIENCIA LTI	ALMOÇO	309	2,000	27,9000	55,80
DE MARCO RESTAURANTE E CONVENIENCIA LTI	SOBREMESA	309	2,000	6,0000	12,00
DE MARCO RESTAURANTE E CONVENIENCIA LTI	SUCO NATURAL	309	2,000	7,0000	14,00
DESTAQUE ATACADISTA DE EQUIPAMENTO DE S	BOTINA 0077 VULCAFLX	312	2,000	54,5000	109,00
DESTAQUE ATACADISTA DE EQUIPAMENTO DE S	BOTINA 0395 IDOL	312	16,000	54,5000	872,00
DESTAQUE BRINDES LTDA - EPP	CADERNETA COM CANETA	270	50,000	11,5000	575,00
DIÁRIO SB COMUNICAÇÃO LTDA ME	PUBLICAÇÃO	47	1,000	70,0000	70,00
DIÁRIO SB COMUNICAÇÃO LTDA ME	PUBLICAÇÃO	57	1,000	70,0000	70,00
DIÁRIO SB COMUNICAÇÃO LTDA ME	PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	107	1,000	70,0000	70,00
DIÁRIO SB COMUNICAÇÃO LTDA ME	PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	167	1,000	100,0000	100,00
DIÁRIO SB COMUNICAÇÃO LTDA ME	PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	67	1,000	90,0000	90,00
DIÁRIO SB COMUNICAÇÃO LTDA ME	PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	68	1,000	90,0000	90,00
EDUARDO JOSÉ HEINECK	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM E ILUMINAÇÃO	293	1,000	6,150,0000	6,150,00
FÁBRICA DE PLACAS EMPLACAR LTDA ME	PAR DE PLACAS COM LACRE	127	1,000	154,9100	154,91
GENERAL MED	ELETRODO DESCARTÁVEL DESFIBRILADOR LIFE 400	160	4,000	319,0000	1,276,00
GENERAL MED	ELETRODO DESCARTÁVEL P/MONITORIZAÇÃO DE ECG	160	1,000	89,2700	89,27
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ÁGUA MINERAL SEM GÁS - Galão com 20 Litros (Somente o Líquido reabastecido)	125	1,000	9,9800	9,98
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BOMBA P/ GARRAFA 10 OU 20L DE ÁGUA	128	1,000	13,9800	13,98
GISELEI CARDOSO DA SILVA	SERVIÇOS MÃO DE OBRA E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE TUMULOS	108	4,000	650,0000	2,600,00
HENRIQUETA BARCAROLO MEI	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FILTRO E TROCA DE ELEMENTOS FILTRANTES	120	2,000	330,0000	660,00
HENRIQUETA BARCAROLO MEI	SERVIÇO DE TROCA DE FILTROS EM BEBEDOUROS	120	4,000	120,0000	480,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	ANEL E 06	308	1,000	0,5000	0,50
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	ANEL ORING CAT 1A-01218	308	4,000	5,0000	20,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	ARRUELA LISA 5/8 REFORÇADA	308	4,000	1,5000	6,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	CHAPA 1020	307	23,000	10,0000	230,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	CHAPA 1020	308	7,000	10,0000	70,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	FERRO TRIF 1045-12.7MM	304	1,000	14,0000	14,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	FERRO TRIF 1045-90MM	307	8,000	14,0000	112,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	MÃO DE OBRA	300	18,000	70,0000	1,260,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	MÃO DE OBRA	301	8,000	70,0000	560,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	MÃO DE OBRA COM SERVIÇOS DE REPOSIÇÃO DE PEÇAS, SENDO: ROLAMENTOS, RETENTORES, JUNTAS, GAFOS, PARAFUSOS, REGULAR EMBREGEM, REGULAR GIRO, ARRUMAR GIRO, FAZER HÉLICE DE VENTUINHA, FAZER EMBUCHAMENTO PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DA MOTONIVELADORA DRESSER.	299	1,000	1,600,0000	1,600,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	MAO DE OBRA ROÇADEIRA	303	1,000	935,0000	935,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	MAO DE OBRA SOLDA E TORNO	299	1,000	1,535,0000	1,535,00

Página: 6/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	OLEO TAC-10W	308	4,000	11,0000	44,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	PARAFUSO LÂMINA 5/8 X 2	306	10,000	3,8000	38,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	PARAFUSO MILIMETRICO 16X50 10.9	308	2,000	2,8000	5,60
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	PORCA AUTO TRAV. 16MM	308	2,000	1,6000	3,20
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	PORCA LÂMINA 5/8" REFOR	306	10,000	1,6000	16,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	REPARO 23322628	308	1,000	168,8000	168,80
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	ROLAMENTO	305	2,000	732,2000	1,464,40
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	ROLAMENTO 51104/ENCOSTO	304	1,000	16,5000	16,50
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	RÓTULA Y 02002028	305	2,000	635,6000	1,271,20
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	SERVIÇO DE SOLDA MIG	300	4,500	150,0000	675,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	SERVIÇO DE TORNO	300	1,500	90,0000	135,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	SERVIÇO DE TORNO	302	1,500	90,0000	135,00
IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA	ASSISTÊNCIA TÉCNICA SOFTWARE SICAS RURAL	165	1,000	400,0000	400,00
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	BANDEJA INOX 40CM	112	2,000	12,9700	25,94
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	BANDEJA MULTILUSO 7L	112	1,000	20,7700	20,77
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	CHAPEU CARTOLA BRILHO	112	85,000	1,9200	163,20
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	KIT CUIA TERERE TRABALHADA C/ BOMBA	112	3,000	9,0000	27,00
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	LANÇA CONFETE	112	6,000	10,3700	62,22
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	PEGA BALOES C/10 UNID	112	4,000	5,6900	22,76
JANDIR SPEROTO ME	AÇÚCAR CRISTAL 2KG	59	8,000	5,4900	43,92
JANDIR SPEROTO ME	ÁGUA MINERAL SEM GÁS - Galão com 20 Litros (Somente o Líquido reabastecido)	59	3,000	10,0000	30,00
JANDIR SPEROTO ME	ALCOOL LÍQUIDO ETÍLICO HIDRATADO 92,8° INPM 96° DE 1L.	59	3,000	7,5000	22,50
JANDIR SPEROTO ME	BANANA CATURRA: Semi-madura com grau de maturação tal que lhes permita manipulação e conservação adequada para consumo imediato e ineditado, tamanho médio, apresentando cor, tamanho e conformação uniformes, devem ser íntegras, sem manchas/rupturas e/ou amassadas, nem muito maduras, sem bolores, sujidades, ferrugem ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Livre de resíduos de fertilizantes. Deverão ser bem desenvolvidas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionadas em peneiras íntegras. De colheita recente. Acondicionadas em caixas adequadamente higienizadas.	59	10,000	2,2500	22,50
JANDIR SPEROTO ME	BISCOITO CRACKER 360GR	59	6,000	4,4900	26,94
JANDIR SPEROTO ME	BISCOITO DOCE TIPO MARIA sabor e cor característico, textura crocante, embalagem de 400g, dupla face de polietileno atóxico, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 5 meses a contar da data da entrega.	59	6,000	7,9900	47,94
JANDIR SPEROTO ME	BOM AR	59	3,000	9,9900	29,97
JANDIR SPEROTO ME	CAFÉ SOLÚVEL GOURMET 24X100G	59	3,000	14,9900	44,97
JANDIR SPEROTO ME	DESINFETANTE	59	6,000	5,9900	35,94
JANDIR SPEROTO ME	LEITE INTEGRAL caixinha)	59	24,000	2,7500	66,00

Página: 7/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JANDIR SPEROTO ME	MACÃ FUJI comum, com grau de maturação tal que lhes permita suportar transporte, manipulação e conservação adequada para consumo imediato e imediato, tamanho médio, apresentando cor, tamanho e conformação uniforme, sem manchas, machucaduras, bolores, sujidades, ferrugem ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Acondicionada em embalagens especial para alimento e constar o peso.	59	8,000	3,900	31,92
JANDIR SPEROTO ME	PAPEL HIGIÊNICO DOBLE FD NEUTRO 12/30	59	6,000	13,990	83,94
JANDIR SPEROTO ME	PAPEL TOALHA 23 X 20 C/ 100	59	4,000	4,250	17,00
JANDIR SPEROTO ME	PEDRA SANITÁRIA	59	5,000	1,490	7,45
JANDIR SPEROTO ME	PRESUNTO COZIDO 200GR	59	10,000	5,490	54,90
JANDIR SPEROTO ME	QUEIJO MUSSARELA FATIADO 150G	59	10,000	4,990	49,90
JANDIR SPEROTO ME	SABÃO EM PÓ KG	59	3,000	6,990	20,97
KÁTIA RAQUEL BIESDORF ME	ÓCULOS DIVERSOS	111	47,000	1,350	63,45
KÁTIA RAQUEL BIESDORF ME	TIARA CABELO METALIZADA C/ 12 UNID	111	60,000	1,250	75,00
LADIR GARGHETTI 00525576932	SERVÇOS DE PINTURAS	142	1,000	650,000	650,00
LOJAS CATARINENSE ARTIGOS DO VESTUÁRIO	VOAL ANARRUGA 3.00 MT 100% POLIESTER	48	10,000	28,900	289,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO DE AR EXTERNO OVAL		1,000	111,000	111,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO DE AR INTERNO OVAL		1,000	68,000	68,00
MARIA LUCIA CORRADI DOS SANTOS	COROA DE FLORES PARA FUNERAL	66	1,000	110,000	110,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	AQUECIDA OXIGENIO	146	1,000	30,000	30,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ARAME SOLDA MIG	148	1,000	25,000	25,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ARAME SOLDA MIG	144	5,000	2,000	10,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ARAME SOLDA MIG	146	50,000	2,000	100,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ARAME SOLDA MIG	155	10,000	2,400	24,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ARROELA LISA 1.1/2	146	1,000	4,000	4,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	BRAÇADEIRA PLÁSTICA 28/30CM	150	1,000	0,300	0,30
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	BRAÇADEIRA PLÁSTICA 28/30CM	155	20,000	0,250	5,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	BRAÇADEIRA PLÁSTICA 28/30CM	157	3,000	0,250	0,75
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	BUCHA CABINE P/ TRAS NOVO CARGO	146	2,000	232,000	464,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	BUCHA CABINE P/DIANT NOVO CARGO	146	2,000	232,000	464,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CABO INSTALAÇÃO 2 X 1	155	9,000	2,360	21,24
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CAPA 2T MANGUEIRA 1/4	150	2,000	4,000	8,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CAPA PARA TERMINAL ENCAIXE	157	2,000	0,200	0,40
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CHAVETA	144	2,000	5,000	10,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CHAVETA PINO TRAVA PONTO-QUE	155	1,000	13,200	13,20
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	DISCO DE CORTE 4 1/2 FAST FINO	146	2,000	7,500	15,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ELETRODO DE GRAFITE 1/4 X 12"	146	2,000	8,500	17,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FEMEA GIR JIC 37° RETA 9/16 X	150	1,000	9,000	9,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FEMEA GIR SEDE PLANA RETA 11/1	150	1,000	10,500	10,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FITA ISOLANTE 10M	155	1,000	1,000	1,00

Página: 8/11

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	GANCHO DE CABO DE AÇO 1/2	144	1,000	79,5000	79,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	GARRA PARA BATERIA	155	2,000	3,5000	7,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	GRAXEIRA 3/8 - 45º/90º	144	1,000	1,5000	1,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LÂMPADA 1 PÓLO GRANDE - 12V	155	9,000	2,5000	22,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LÂMPADA 1 PÓLO GRANDE - 12V	157	4,000	2,5000	10,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LÂMPADA 1 PÓLO GRANDE - 24V	146	2,000	3,5000	7,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LÂMPADA 2 PÓLO - 12V	157	2,000	2,5000	5,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LÂMPADA 2 PÓLO 24 V	146	2,000	4,7500	9,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LÂMPADA H3 - 12V 55W -	144	2,000	16,0000	32,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LÂMPADA MEIA LUZ 12V	157	3,000	1,5000	4,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LENTE SINALEIRA T/ CARGO	146	1,000	17,5000	17,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LENTE SINALEIRA T/ MBB MODERNO	146	1,000	13,5000	13,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MANGUEIRA 2T-3/8	150	1,150	18,9000	21,74
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MÃO DE OBRA	149	1,000	55,0000	55,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MÃO DE OBRA	152	1,000	46,2200	46,22
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MÃO DE OBRA MECÂNICA L.PESADA	145	1,833	112,8000	206,76
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MÃO DE OBRA MECÂNICA L.PESADA	151	1,000	115,0000	115,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MÃO DE OBRA MECÂNICA L.PESADA	154	0,617	115,0000	70,96
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MAO DE OBRA MECÂNICA PARA CAMINHOS	147	3,833	115,0000	440,80
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MAO DE OBRA MECÂNICA PARA CAMINHOS	153	0,583	115,0000	67,05
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MAO DE OBRA MECÂNICA PARA CAMINHOS	158	1,000	115,0000	115,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MAO DE OBRA MECÂNICA PARA CAMINHOS	156	0,200	78,0000	15,60
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MAO DE OBRA MECÂNICA PARA MAQUINAS AGRICOLAS	157	1,000	56,8500	56,85
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PALHETA LIMPADOR	144	1,000	0,4100	0,41
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 6MM X 50 AÇO	144	1,000	0,8000	0,80
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO ALLEN 8X50	155	9,000	0,3000	2,70
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO SOBERBO GRANDE	146	1,000	65,0000	65,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PINO LISO 1. 1/8X155MM	144	2,000	0,1500	0,30
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 8MM	146	1,000	5,3000	5,30
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	QUEBRA DEDO TRATOR - CHAVETA	148	1,000	55,9000	55,90
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ROLAMENTO 6307-ZZ-SKF	148	1,000	61,8000	61,80
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ROLAMENTO 6308-ZZ-SKF	157	1,000	13,5000	13,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	SINALEIRA LATERAL P/LAMA MBB	157	2,000	38,8500	77,70
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	SINALEIRA T/ CARGO F-4000	156	1,000	7,0000	7,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	SOLDA ESTANHO	155	9,000	3,5000	31,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	SOQUETE DE LAMPADA	157	3,000	3,0000	9,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	SOQUETE LAMPADA PAINEL MBB	157	2,000	0,1500	0,30
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	TERMINAL FIO ENCAIXE	155	9,000	1,0200	9,18
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	TERMINAL FIO OLHAL 1/4	144	1,500	66,5000	99,75
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	VR SOLDA METAL				

Página: 9/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
METALÚRGICA SERRA ALTA LTDA ME	MÃO DE OBRA	139	1,000	7,000,000	7,000,00
METALÚRGICA SERRA ALTA LTDA ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TROCA E REGULAGEM	62	2,000	110,000	220,00
MFV MÁQUINAS LTDA	ARRUELAS DAS FACAS DA ROÇADEIRA	56	12,000	2,840	34,08
MFV MÁQUINAS LTDA	BORRACHAS LATERAIS DA ROÇADEIRA	56	4,000	95,000	380,00
MFV MÁQUINAS LTDA	CONTRA PINO DAS FACAS DA ROÇADEIRA	56	6,000	2,840	17,04
MFV MÁQUINAS LTDA	FACAS DA ROÇADEIRA	56	2,000	212,000	424,00
MFV MÁQUINAS LTDA	MOLA DE APOIO PARA PLATAFORMA DA ROÇADEIRA	56	3,000	276,670	830,01
MFV MÁQUINAS LTDA	PINOS DAS FACAS DA ROÇADEIRA	56	6,000	96,670	580,02
MFV MÁQUINAS LTDA	SUPORTE DAS FACAS DA ROÇADEIRA	56	2,000	552,000	1,104,00
MIRON A. STROHER & CIA LTDA ME	VELUDO ELASTANO MED 16 CANAIS 98% ALG 2% ELAS	86	1,500	49,000	73,50
ORDETE SELIG	SERVIÇO CULTURAL	141	1,000	3,691,840	3,691,84
ORILDE TERESINHA MARIO ME	INGRESSOS PARA PASSEIO	94	77,000	8,000	616,00
OXUACEL COMÉRCIO DE GÁS INDUSTRIAL LTDA	OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL ONU 1072	140	3,000	70,000	210,00
RECAPADORA MARREAS LTDA EPP	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 17.5-25	90	7,000	300,000	2,100,00
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ABRAÇADEIRA PLÁSTICA MÉDIA PCTE C/100 PCS NYLON 202MM	164	2,000	0,500	1,00
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ANEL ESCAPE	296	2,000	2,800	5,60
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	AUTOMÁTICO CHAVE MAGNÉTICA	134	1,000	139,900	139,90
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BATERIA 180 AMPERES MAXION	295	1,000	598,000	598,00
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BATERIA 180 AMPERES MAXION	298	2,000	620,000	1,240,00
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BATERIA 60 AMPÉRES	137	1,000	240,000	240,00
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	CABO DE IGNIÇÃO	164	1,000	106,170	106,17
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	JOGO CABOS VELA FORD FIESTA KA COURIER	161	1,000	98,000	98,00
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	JOGO VELA IGNIÇÃO BOSCH SP10 FORD FIESTA KA COURIER	161	4,000	19,800	79,20
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	JUNTA SAÍDA ESCAPE	296	1,000	4,300	4,30
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MÃO DE OBRA	162	1,500	69,000	103,50
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MÃO DE OBRA	163	1,000	69,000	69,00
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MÃO DE OBRA	294	0,400	80,000	32,00
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MÃO DE OBRA	297	0,500	69,000	34,50
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO 8.8MA 8X50	296	1,000	0,650	0,65
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA COM TRAVA 8MM	296	3,000	0,150	0,45
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	SCANNER VEICULAR	138	1,000	57,000	57,00
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	SCANNER VEICULAR	162	1,000	57,000	57,00
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	SERVIÇO DE CORRIDA PARA SOCORRO	135	1,000	35,000	35,00
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	SERVIÇO DE CORRIDA PARA SOCORRO	138	1,000	20,000	20,00
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	SERVIÇO DE MAO DE OBRA MOTOR DE ARRANQUE	135	3,500	80,000	280,00
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARTE ELÉTRICA	136	2,300	69,000	158,70
RELOJOARIA E JOALHERIA BRILHANTE EIRELI IV	ANEL OURO PRINCESAS	269	2,000	238,000	476,00
RELOJOARIA E JOALHERIA BRILHANTE EIRELI IV	ANEL OURO RAINHA	269	1,000	308,000	308,00
RIM PNEUS E RECAPAGENS LTDA ME	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 1000 X 20 BORRACHUDO FRIO	143	8,000	490,000	3,920,00

Página: 10/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2018**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
RODE BEM MECÂNICA E COMÉRCIO DE AUTO PI	CABECOTE	46	1,000	7.900,0000	7.900,00
RODOMAC TRATORES PEÇAS E IMPLEMENTOS	TERCEIRO PONTO	18	1,000	380,0000	380,00
ROMÁRIO DA SILVA MORAES ME	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO	130	1,000	400,0000	400,00
ROMÁRIO DA SILVA MORAES ME	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO	131	1,000	400,0000	400,00
ROMÁRIO DA SILVA MORAES ME	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO	132	1,000	1.000,0000	1.000,00
ROSELI FATIMA FERREIRA - ME	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO REFLETIVA (40KM/H)	106	8,000	160,0000	1.280,00
ROSELI FATIMA FERREIRA - ME	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO REFLETIVA (LOMBADAS)	106	4,000	160,0000	640,00
ROSELI FATIMA FERREIRA - ME	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO REFLETIVA (PASSAGEM)	106	8,000	168,0000	1.344,00
ROSELI FATIMA FERREIRA - ME	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO REFLETIVA (PISTA IRREGULAR)	106	4,000	160,0000	640,00
ROSI INÁCIA REICHERT MEI	SERVIÇO CULTURAL	288	1,000	2.000,0000	2.000,00
SCHAEFER IMPRESSOS LTDA	CONVITE EVENTO ESCOLHA RAINHA E PRINCESAS DO MUNICÍPIO	113	100,000	1,4000	140,00
SELMAR LOVO REICHERT	875-ARRUELA DE PRESSÃO 10MM METRICA	64	10,000	0,1500	1,50
SELMAR LOVO REICHERT	ARRUELA DE PRESSÃO 8MM	64	5,000	0,1000	0,50
SELMAR LOVO REICHERT	ARRUELA LISA 3/8	64	14,000	0,2500	3,50
SELMAR LOVO REICHERT	ARRUELA LISA 8MM	64	5,000	0,1500	0,75
SELMAR LOVO REICHERT	COMPLEMENTO DO BRAÇO	64	1,000	327,0000	327,00
SELMAR LOVO REICHERT	CORRÊIA	64	1,000	50,0000	50,00
SELMAR LOVO REICHERT	CORRÊIA	64	1,000	300,0000	300,00
SELMAR LOVO REICHERT	EIXO ROTOR CONJUNTO	64	1,000	315,0000	315,00
SELMAR LOVO REICHERT	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE	64	1,000	130,0000	130,00
SELMAR LOVO REICHERT	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE	64	1,000	101,0000	101,00
SELMAR LOVO REICHERT	KIT ESPACADOR 100MM CPL P/BR FIX	64	1,000	256,0000	256,00
SELMAR LOVO REICHERT	MÃO DE OBRA	69	1,000	300,0000	300,00
SELMAR LOVO REICHERT	PARAFUSO SX MA 931 8.8 BC 10X60	64	4,000	0,9500	3,80
SELMAR LOVO REICHERT	PARAFUSO SX MA 931 8.8 ZB 10X55	64	1,000	0,8500	0,85
SELMAR LOVO REICHERT	PARAFUSO SX MA 933 8.8 OX 10X30	64	1,000	0,7000	0,70
SELMAR LOVO REICHERT	PARAFUSO SX MA 933 8.8 OX 10X50	64	12,000	0,8500	10,20
SELMAR LOVO REICHERT	PARAFUSO SX MET. 8.8 MA 8-1.25X16	64	5,000	0,2500	1,25
SELMAR LOVO REICHERT	PORCA SX AUTO TRAV. C/ INSERTO NYLO	64	4,000	0,3000	1,20
SELMAR LOVO REICHERT	PORCA SX PO MA 10	64	4,000	0,2500	1,00
SELMAR LOVO REICHERT	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA	65	1,000	540,0000	540,00
SELMAR LOVO REICHERT	ROLAMENTO	64	2,000	70,0000	140,00
SIDINEI WEGNER MEI	ALINHAMENTO DIANTEIRO	58	1,000	35,0000	35,00
SIDINEI WEGNER MEI	BALANCEAMENTO	58	4,000	8,0000	32,00
VALDECIR LUIZ CUOCHINSKI	SERVIÇOS DE PINTURAS	110	1,000	1.550,0000	1.550,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Página: 11/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2018**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
WEBER SEGURANÇA LTDA EPP	SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILANCIA	70	1,000	3.125,0000	3.125,00
WILSON MOCELIN ME	VIDRO TEMPERADO INCOLOR 4MM	116	2,000	96,5000	193,00
Total Geral do Mês —>					781.434,36

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 046/2018

Publicação Nº 1532748

DECRETO Nº. 046 DE 022 DE FEVEREIRO DE 2018

ALTERA A LOTAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL VALDIR HACKENHAAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a Lotação do Servidor Público Municipal VALDIR HACKENHAAR, ocupante do cargo de Motorista, nomeado pelo Decreto nº 0194 de 20.11.2009, da Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º. – Fica alterada a Lotação do Servidor Público Municipal VALDIR HACKENHAAR, pelo período de afastamento do Servidor Moacir Ferrari em virtude de Auxílio doença CID m54.1 e M54.1 (p)

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil (SC),  
22 de fevereiro de 2018.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

### PREGÃO PRESENCIAL Nº.012/2018

Publicação Nº 1532858

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 017/2018

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2018

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE NITROGENIO LIQUIDO PARA ARMAZENAMENTO DE SÊMEN.

Recebimento dos envelopes: 10:00 horas do dia 08 de março de 2018

Abertura dos envelopes: 10:15 horas do dia 08 de março de 2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo [www.sulbrasil.sc.gov.br](http://www.sulbrasil.sc.gov.br).

SUL BRASIL – SC, 23 de fevereiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº.013-2018

Publicação Nº 1532861

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 018/2018

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 013/2018

Tipo: Registro de Preço

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Entrega dos envelopes: 13:45 horas do dia 08 de março de 2018

Abertura dos envelopes: 14:00 horas do dia 08 de março de 2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo [www.sulbrasil.sc.gov.br](http://www.sulbrasil.sc.gov.br).

SUL BRASIL – SC, 23 de fevereiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

# Tangará

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº. 159 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1532379

PORTARIA Nº. 159 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2.018.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas, no inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, c/c com Artigo 90 da Lei Complementar 057/2012 e Lei Complementar 060/2012;

#### RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias ao servidor JOAREZ ALESSIO DIAS SIQUEIRA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de OPERARIO BRAÇAL – NÍVEL 01 – CLASSE C, no período de 21/02/2018 a 22/03/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº. 160 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1532381

PORTARIA Nº. 160 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2.018.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas, no inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, c/c com Artigo 90 da Lei Complementar 057/2012;

#### RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias ao servidor LUIZ PAULUK, brasileiro, residente e domiciliado neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de JARDINEIRO – NÍVEL 03 – CLASSE C, no período de 01/03/2018 a 30/03/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 01/03/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº. 161 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1532387

PORTARIA Nº. 161 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2.018.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas, no inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, c/c com Artigo 90 da Lei Complementar 057/2012;

#### RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias a servidora MARINES GOMES DA SILVA DE SOUZA, brasileira, residente e domiciliada neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de OPERARIO BRAÇAL – NÍVEL 01 – CLASSE A, no período de 01/03/2018 a 30/03/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 01/03/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### PORTARIA 061/2018

Publicação Nº 1531678

PORTARIA Nº. 061/2018. NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015 e 014/2010,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. PATRICIA BEHLING, brasileira, portadora do CPF nº 073.403.459-81, aprovada em 4º lugar no Processo Seletivo regido pelo Edital nº 002/2017 e Homologado pelo Decreto Nº. 013/2018, para exercer o Cargo Temporário de Professor IV (Educação Física), com 20 (vinte) horas semanais, a contar a partir de 21 de Fevereiro de 2018 até 02 de Abril de 2018, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Justifica-se a nomeação em razão do afastamento excepcional da servidora Pública Municipal Sra. MARAISA DE VARGAS, em virtude da Licença Prêmio, pelo período de 60 (sessenta) dias, sendo absolutamente necessária a substituição para dar continuidade aos trabalhos realizados na Secretaria Municipal de Educação do Município de Tigrinhos/SC.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2018.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e um de fevereiro de dois mil e dezoito.

Cleiton Soethe  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

### PORTARIA 062/2018

Publicação Nº 1531708

PORTARIA Nº. 062/2018. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SR. GILMAR STIELER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal Sr. GILMAR STIELER, Operador, cadastrado sob matrícula nº 430/01, pelo período de 07 (sete) dias, a partir de 22 de fevereiro de 2018 a 28 de Fevereiro de 2018, retornando em 01 de Março de 2018, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2018.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezoito.

Cleiton Soethe  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

### TERMO CONVOCAÇÃO - RODRIGO RODRIGUES FRITZ

Publicação Nº 1531681

#### TERMO DE CONVOCAÇÃO

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos – SC, em conformidade com o edital nº. 001/2017 e o Decreto Nº. 012/2018, CONVOCAR o Sr. RODRIGO RODRIGUES FRITZ, para assumir no prazo de 10 (dez) dias a Vaga de Médico, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, apresentando a documentação/habilitação necessária junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal.

Esta convocação entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Tigrinhos/SC, 22 de Fevereiro de 2018.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Recebi em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### TERMO DE CONVOCAÇÃO - DANIELA BEDUSCHI MATTEI

Publicação Nº 1531688

#### TERMO DE CONVOCAÇÃO

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos – SC, em conformidade com o edital nº. 001/2017 e o Decreto Nº. 012/2018, CONVOCAR a Sra. DANIELA BEDUSCHI MATTEI, para assumir no prazo de 10 (dez) dias a Vaga de Psicóloga, 20 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, apresentando a documentação/habilitação necessária junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal.

Esta convocação entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Tigrinhos/SC, 22 de Fevereiro de 2018.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Recebi em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Recebi em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - JOSIANE MARCON**

Publicação Nº 1531686

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos – SC, em conformidade com o edital nº. 001/2017 e o Decreto Nº. 012/2018, CONVOCAR a Sra. JOSIANE MARCON, para assumir no prazo de 10 (dez) dias a Vaga de Nutricionista, 20 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, apresentando a documentação/habilitação necessária junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal.

Esta convocação entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Tigrinhos/SC, 22 de Fevereiro de 2018.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Recebi em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - JULIANA ZANELLA**

Publicação Nº 1531697

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos – SC, em conformidade com o edital nº. 001/2017 e o Decreto Nº. 012/2018, CONVOCAR a Sra. JULIANA ZANELLA, para assumir no prazo de 10 (dez) dias a Vaga de Fiscal de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, apresentando a documentação/habilitação necessária junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal.

Esta convocação entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Tigrinhos/SC, 22 de Fevereiro de 2018.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Recebi em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - MARIANE LUIZE DE OLIVEIRA**

Publicação Nº 1531690

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos – SC, em conformidade com o edital nº. 002/2017 e o Decreto Nº. 013/2018, CONVOCAR a Sra. MARIANE LUIZE DE OLIVEIRA, para assumir no prazo de 10 (dez) dias a Vaga de Assistente Social, 40 horas semanal, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, apresentando a documentação/habilitação necessária junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal.

Esta convocação entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Tigrinhos/SC, 22 de Fevereiro de 2018.

# Tijucas

## PREFEITURA

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 011/FMAS/2017

Publicação Nº 1531695

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 011/FMAS/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/FMAS/17 – DISPENSA Nº 002/FMAS/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADA: MÁRCIO REZINI

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA NOVA SEDE DA CASA LAR, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

PRAZO PRORROGADO: APARTIR DE 01/01/2018 Á 31/12/2018.

TIJUCAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

### EXTRATO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 039/PMT/2017

Publicação Nº 1532150

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 039/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/PMT/17 - INEXIGIBILIDADE Nº 002/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC, OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO E O MUNICÍPIO DE TIJUCAS, VISANDO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONJUNTAS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 2567/2015 E DECRETO Nº 1030/2015.

PRAZO: DE 01 DE JANEIRO DE 2018 Á 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

TIJUCAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2017.



# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### 1º TA AO CONTRATO 46/2016

Publicação Nº 1531789

Estado de Santa Catarina  
Município de Timbé do Sul

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 46/2016

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental (CISAM-Sul)

Anuente: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Timbé do Sul/SC

Objeto: Aditiva de valor ao contrato 46/2016

Do valor: O Valor mensal a ser pago pelo CONTRATANTE será de R\$ 430,32 (quatrocentos e trinta reais e trinta e dois centavos).

Timbé do Sul/SC, 01/02/2018

### EXTRATO DO CONTRATO 23/2018

Publicação Nº 1531995

Estado de Santa Catarina  
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 23/2018

Locatário: Município de Timbé do Sul

Locador: Associação Feminina de Assistência Social de Timbé Do Sul

Objeto: locação de um imóvel de alvenaria com 170m² (cento e setenta metros quadrados), localizado na Rua Pedro Panatta, 244 – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, destinado para realização dos encontros e reuniões da melhor idade do Município de Timbé do Sul.

Valor: R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) mensal

Vigência: 01/02/2018 a 31/12/2018

### EXTRATO DO CONTRATO 24/2018

Publicação Nº 1531996

Estado de Santa Catarina  
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 24/2018

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: R. da Silva Scheffer EPP

Objeto: Serviços de assessoria, consultoria e assistência técnica na área financeira, orçamentária e administrativa da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul e seus Fundos.

Valor: R\$ 7.180,00 (sete mil, cento e oitenta reais), mensal

Vigência: 01/02/2018 a 31/12/2018

### EXTRATO DO CONTRATO 25/2018

Publicação Nº 1531997

Estado de Santa Catarina  
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 25/2018

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: FC Bus Ltda ME

Objeto: prestação de serviços de funilaria e pintura para reforma geral dos veículos coletivos (ônibus) da Secretaria de Educação do município de Timbé do Sul

Valor: R\$ 54.150,00 (cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta reais) global estimado

Vigência: 01/02/2018 a 31/12/2018

### EXTRATO DO CONTRATO 26/2018

Publicação Nº 1531998

Estado de Santa Catarina  
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 26/2018

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Cambirela Extração e Comércio de Silex Ltda EPP

Objeto: Contratação de empresa com profissional habilitado para a prestação de serviços de orientação e supervisão nos serviços de mineração na Sub-Bacia do Rio Amola Faca, Município de Timbé do Sul/SC, acompanhar os processos de licenças ambientais e preencher relatórios necessários aos órgãos competentes.

Valor: R\$ 700,00 (setecentos reais) mensal

Vigência: 01/02/2018 a 31/12/2018

### EXTRATO DO CONTRATO 27/2018

Publicação Nº 1531999

Estado de Santa Catarina  
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 27/2018

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Luis José de Estéfani

Objeto: Prestação de serviços de gaiteiro para animar os encontros da 3ª idade (Melhor Idade) do município de Timbé do Sul/SC, com carga horária de 05 (cinco) horas semanais.

Valor: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) mensal

Vigência: 01/02/2018 a 30/07/2018

### EXTRATO DO CONTRATO 28/2018

Publicação Nº 1532000

Estado de Santa Catarina  
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 28/2018

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Consórcio Intermunicipal Caminho dos Cânions do Sul, Objeto: Disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Timbé do Sul ao Consórcio para atendimento das despesas administrativas com pessoal, outras despesas de custeio e aquisição de bens de capital, necessárias à manutenção e funcionamento do Consórcio.

Valor: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

Vigência: 01/02/2018 a 30/07/2018

# Timbó

## PREFEITURA

### AVISO CREDENCIAMENTO N.º 02 2018 FMS - EXAMES LABORATORIAIS

Publicação Nº 1532773

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 02/2018 - FMS

O Município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social, pessoa jurídica de direito público interno, com CNPJ n.º 11.422.955/0001-53, representado pela Secretária de Saúde e Assistência Social, Sra. Deise Aparecida Nicholletti Mendes, e localizado na Rua Aracaju, n.º 60, Centro, Timbó/SC, torna público que se encontra aberto CREDENCIAMENTO PARA O SERVIÇO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br), link de Licitações.

Timbó, 22/02/2018

DEISE APARECIDA NICHOLLETTI MENDES

Secretária de Saúde e Assistência Social

### DECRETO Nº 4755, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1532749

DECRETO Nº 4755, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel situado à Rua Blumenau, de propriedade de Dirlene de Souza Roepke Schlögl, Yone de Souza Roepke Büchner, Jussara de Souza Roepke Müller e Alfeu de Souza Roepke Junior, destinado ao prolongamento da Rua Tupã.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XIII, c/c art. 70 inciso I, alíneas "d" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e suas alterações posteriores; e

Considerando-se a necessidade de regularização da área com 2.768,38m² para integrar a Rua Tupã, cuja área já está sendo utilizada como logradouro público, devido ao desenvolvimento acentuado do Bairro Araponguinhas;

Considerando que a desapropriação irá consolidar uma situação já existente, beneficiando assim os moradores e proprietários de imóveis localizados com testadas para essa rua e transeuntes que a utilizam,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e alterações posteriores, uma área de terras com 2.768,38 m², destinada ao prolongamento da Rua Tupã, assim descrita: Terreno urbano, com 2.768,38 m², distando pelo lado esquerdo do imóvel, 42,86 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Dona Frida, com as seguintes confrontações: frente em 16,99 metros com Rua Tupã; fundos em 26,88 metros

com terras de Usinagens Elimak Ltda ME, matrícula 25.028, livro 2; lado direito em segmentos de 38,33 metros, 28,53 metros, 65,16 metros e 56,47 metros com a Área 01; e, lado esquerdo em segmentos de 21,11 metros, 6,00 metros e 24,78 metros com a Área 02, em 48,38 metros com terras de Antonio Mauricenzzi, matrícula 5.466, livro 2, e em segmentos de 20,24 metros e 68,07 metros com a Área 02.

Neste imóvel fica reservada a área de 183,64m², constante da faixa de 50,00 metros de largura da margem direita do Rio Benedito, destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a seguinte descrição: estremando na frente, em segmentos de 38,50 metros e 10,70 metros com a área a desapropriar; fundos, em linha quebrada, em 21,11 metros, 6,00 metros e em 24,59 metros com a Área 02; lado direito, estrema em 3,95 metros com terras de Usinagens Elimak Ltda ME, matrícula 25.028, livro 2. O referido imóvel encontra-se matriculado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 24.851, livro 2.

Art. 2º A desapropriação do imóvel declarado de utilidade pública por este decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no art. 10 c/c art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41, e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/56.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto, correrão à conta de dotação orçamentária própria do Orçamento-Programa 2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de fevereiro de 2018; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

### EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 041.2017 - FMS

Publicação Nº 1532776

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 041/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Saúde.

AUTORIZADO: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó.

OBJETO: O valor do objeto previsto na cláusula terceira do contrato fica reajustado para R\$ 17,67 (dezesete reais e sessenta e sete centavos) por unidade.

DATA DA ASSINATURA: 16/02/2018.

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária de Saúde e Assistência Social

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 497, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018**

Publicação Nº 1532730

LEI COMPLEMENTAR Nº 497, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Autoriza e Ratifica a Cessão de Uso de bem imóvel do Município de Timbó ao Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica autorizada a Cessão de Uso do imóvel localizado na Rua Bruno Reinicke, Lote 02, Timbo/SC, matrícula nº 21285, de propriedade do município de Timbó para o Estado de Santa Catarina (por intermédio da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação), com a finalidade deste último edificar sobre o mesmo toda estrutura necessária ao funcionamento de CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

Parágrafo único. Ratificam-se todos os atos praticados e constantes do termo de cessão de uso de bem público nº 2013/34, subscrito em 22 de fevereiro de 2013, celebrado entre o Município de Timbó e o Estado de Santa Catarina (por intermédio da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação), com o propósito deste último edificar o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, com recursos oriundos de financiamento realizado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, constituindo referido termo parte integrante do anexo único da presente lei.

Art. 2º A cessão será pelo prazo de 20 anos contados de 22 de fevereiro de 2013, podendo ser prorrogada ou revogada por interesse público, nos moldes do termo ratificado pelo parágrafo único do art. 1º desta lei.

Parágrafo único. Ao final do prazo de vigência ou no momento da rescisão da presente cessão toda a referida obra e qualquer benfeitoria, construção ou alteração, independente da tipologia, realizada no imóvel, integrarão automaticamente o patrimônio do Município, sem qualquer tipo de indenização a ser paga ao Cessionário/Estado de Santa Catarina, seja a que título ou natureza for.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos até a data da subscrição do termo, qual seja, 22 de fevereiro de 2013.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de fevereiro de 2018; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 498, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018**

Publicação Nº 1532734

LEI COMPLEMENTAR Nº 498, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Autoriza a Concessão Gratuita de Direito Real de Uso de Bem Público à Associação Esportiva e Recreativa do Bairro Padre Martinho Stein e revoga a Lei Complementar nº 48, de 20 de dezembro de 1994.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Poder Executivo do Município fica autorizado a conceder

através de Contrato e/ou Escritura Pública de Concessão Gratuita de Uso de imóvel público, à Associação Esportiva e Recreativa do Bairro Padre Martinho Stein, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 28.001.125/0001-55, com sede à Rua Jambeiro, nº 101 – Bairro Padre Martinho Stein, com área de 5.450m² (cinco mil, quatrocentos e cinquenta metros quadrados), matrícula nº. 72389.

Parágrafo único. O imóvel de que trata o “caput” deste artigo, tem a seguinte descrição: O terreno urbano situado do lado ímpar da rua Jambeiro, distando 80 metros da esquina com a rua Marechal Floriano Peixoto, nesta cidade, com 5.450m² (cinco mil, quatrocentos e cinquenta metros quadrados) extremado em 71 metros de frente na rua Jambeiro e em 9,40 metros curva de transição; fundos em 106 metros com Wiegand Neitzke; pelo lado direito em 26 metros, alargando-se em 40 metros com Alfons Schlei e seguindo em 29 metros com Prefeitura Municipal de Timbó, e, pelo lado esquerdo em 47 metros com a rua Jacatirão. PROPRIETÁRIOS: ALFONS SCHLEI, lavrador e sua mulher AGNES SCHLEI, do lar, brasileiros, CPF 311.611.389-00, domiciliados na rua Mal Floriano Peixoto, 2167, nesta cidade. TÍTULO AQUISITIVO: transcrição nº 3087, fls. 150, Livro 3-A arq. E Matrícula nº 2173, Lº 2. Oficial Maior. R. 1-2389 – 21.01.80 – Doadores: Alfons Schlei e sua mulher, acima qualificados. Donatária: PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, CGC nº 83.102.764/0001-15. Escritura pública de doação, lavrada em 10.12.79, Livro 86, fls. 62 a 62v, pelo Tabelionato Stolf, desta cidade. Valor: CR\$110.000,00. Oficial Maior.

Art. 2º A concessão gratuita de Direito Real de Uso do imóvel de que trata o artigo anterior, tem como finalidade a promoção de atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas promovidas pela Associação Esportiva e Recreativa do Bairro Padre Martinho Stein.

Parágrafo único. A Associação Esportiva e Recreativa do Bairro Padre Martinho Stein fica responsável pela conservação e manutenção do referido imóvel, bem como sobre todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas.

Art. 3º Resolve-se a presente concessão antes de seu termo, caso o concessionário dê ao imóvel destinação diversa da estabelecida através de contrato e de lei, ou descumpra cláusula resolutória do ajuste, ou pela extinção da Associação, perdendo, nestes casos, as benfeitorias de qualquer natureza.

Parágrafo único. Compete ao poder Executivo estabelecer no instrumento de concessão os critérios a serem observados pelo Concessionário do imóvel para manutenção da concessão autorizada.

Art. 4º A presente concessão será realizada pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação desta Lei, podendo ser prorrogada ou revogada por interesse público.

Parágrafo único. Ao final do prazo de vigência ou no momento da rescisão da presente concessão, toda e qualquer benfeitoria, construção ou alteração realizada no imóvel objeto da presente lei, integrarão automaticamente o patrimônio do Município, sem que haja qualquer tipo de indenização a ser paga ao Concessionário, seja a que título for.

Art. 5º Fica revogada a Lei Complementar nº 48, de 20 de dezembro de 1994, que autoriza a doação de imóvel à Associação dos Moradores do Bairro Padre Martinho Stein.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de fevereiro de 2018; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA Nº FME-13, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018**

Publicação Nº 1531658

PORTARIA Nº FME-13, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Fundação Municipal de Esportes.

O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 194 de 29/12/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente, alterado pelos Decretos nº 4456, de 01/03/2017 e nº 4681, de 30/11/2017,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES						
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
YASMINE SABRINA RUPRECHT LORENZ (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados no Conc.Público)	389986	1	28/06/1996	102.435.749-08	44h	01/02/2018 a 29/03/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de fevereiro de 2018; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

MÁRCIO ELISIO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

**SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13 2017 FMS**

Publicação Nº 1512503

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2017 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para confecção de impressos destinados a atender as necessidades de diversos setores do Fundo Municipal de Saúde.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Alb Graf Formulários Ltda; Grafica Timbo Ltda Me; Gráfica Alta Definição Ltda; SR Artes Graficas Ltda Me e Estilo - Jeferson Lopes - Mei.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 28.180,05 (vinte e oito mil cento e oitenta reais e cinco centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 22/08/2018

Timbó, 22/08/2017

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

**SEGUNDA RETIFICAÇÃO EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 01 2017 FASS**

Publicação Nº 1532780

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017 FASS  
AVISO DE SEGUNDA RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC, através do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor, informa aos interessados que houve alteração (exclusão e inclusão de cláusulas) no Edital de Credenciamento nº 01/2017 FASS, conforme segue:

Item 01:

Onde se lê, na cláusula primeira – do objeto e dos preços, na minuta contratual – Anexo VII do presente Edital de Credenciamento nº 01/2017 FASS:

As condições constantes no edital são as mínimas a serem respeitadas pela operadora de plano de saúde, podendo ser objeto de avaliação proposta superior, desde que asseguradas as condições mínimas, e atendido o preço estipulado.

O procedimento seletivo dar-se-á pelo credenciamento das operadoras e, posteriormente, pela livre escolha do beneficiário, por um dos planos ofertados pelas credenciadas. A livre escolha do servidor beneficiário, coercitiva para os beneficiários vinculados ao servidor beneficiário, e do pensionista vinculado ao Instituto de Previdência e Assistência do Município de Timbó/SC, dar-se-á pela assinatura pelo beneficiário do FORMULÁRIO DE OPÇÃO, fornecido pela operadora credenciada.



Leia-se:

As condições constantes no edital devem ser respeitadas pela operadora de plano de saúde, podendo ser objeto de avaliação proposta superior, asseguradas a delimitação de população, demais condições e o preço estipulado em edital:

O procedimento seletivo dar-se-á pelo credenciamento das operadoras e, posteriormente, pela livre escolha do beneficiário, por um dos planos ofertados pelas credenciadas. A livre escolha do servidor ativo e/ou inativo da administração direta e indireta (autarquias e fundações) beneficiário, coercitiva para os beneficiários vinculados ao servidor, dar-se-á pela assinatura pelo beneficiário do FORMULÁRIO DE OPÇÃO, fornecido pela operadora credenciada.

Item 02:

Onde se lê, na cláusula segunda – da execução de serviços, profissionais e responsabilidade, na minuta contratual – Anexo VII do presente Edital de Credenciamento nº 01/2017 FASS:

O atendimento será efetuado de acordo com as exigências constantes do Edital de Credenciamento nº. \_\_\_\_/2017, anexos, presente contrato e aquelas apresentadas pelo MUNICÍPIO.

Leia-se:

O atendimento será efetuado de acordo com as exigências constantes do Edital de Credenciamento nº. \_\_\_\_/2017, anexos, presente contrato e aquelas apresentadas pelo MUNICÍPIO, além do contrato de prestação de serviços apresentado pela Empresa Habilitada.

Item 03:

Onde se lê, no Item 7 – Termo de Referência, adequado pelo aviso de retificação publicado em 21/12/2017:

São considerados beneficiários do plano de saúde, os seguintes: I. Na qualidade de servidor (beneficiário titular): os ocupantes de cargo efetivo (estatutário), ativos e/ou inativos da administração direta e indireta (autarquias e fundações). II. Na qualidade de dependentes do beneficiário titular, custeados integralmente por estes, os seguintes: Grupo familiar até o terceiro grau de parentesco consanguíneo, até o segundo grau de parentesco por afinidade, cônjuge ou companheiro dos empregados e servidores públicos, bem como dos demais vínculos dos incisos anteriores em atenção à resolução normativa nº 195, de 14 de julho de 2009 da ANS.

Leia-se:

São considerados beneficiários do plano de saúde, os seguintes: I. Na qualidade de servidor (beneficiário titular): os ocupantes de cargo efetivo (estatutário), ativos e/ou inativos da administração direta e indireta (autarquias e fundações).

II. Na qualidade de dependentes do beneficiário titular, custeados integralmente por estes, os seguintes: a) o cônjuge ou companheiro na forma da lei, sem eventual concorrência com o cônjuge; b) o filho, enteado ou pessoa sob guarda, solteiros até 24 anos incompletos; e c) tutelados ou curatelados do beneficiário titular por força de decisão judicial.

Justificativa: A alteração da retificação datada de 21/12/2017 tem o intuito de corrigir texto equivocadamente incluído, vez que na qualidade de dependentes do beneficiário titular informada não foi sopesada sobre o crivo da administração e seus interesses coletivos, tendo em vista que ao incluir grupo familiar até o terceiro grau de parentesco consanguíneo, até o segundo grau de parentesco por afinidade tem um aumento de custo elevado ao plano levando-se em consideração os reajustes pertinentes aos índices de sinistralidade.

Item 04:

Em acordo com os aportes realizados por este termo, é a minuta contratual retificada a substituir o anexo VII do edital:

ANEXO VII

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. \_\_\_\_/2017.

CREDENCIAMENTO Nº. 01/2017.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO QUE ATUEM NA ADMINISTRAÇÃO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, DESTINADA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR, POR INTERMÉDIO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA OU DE SEGURO

SAÚDE COLETIVO, COM ABRANGÊNCIA ESTADUAL, ENGLOBANDO OS SEGMENTOS AMBULATORIAL, HOSPITALAR E OBSTETRÍCIA, COM AS EXIGÊNCIAS MÍNIMAS ESTABELECIDAS NA LEI N.º 9.656/98, COM AS COBERTURAS OBRIGATÓRIAS ASSEGURADAS POR LEI E POR NOMAS COMPLEMENTARES DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, ALÉM DE OUTRAS CONDIÇÕES MÍNIMAS PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E SEUS DEPENDENTES (administração direta e indireta, autarquias e fundações).

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 83.102.764/0001-15, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, cidade de Timbó/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº. 11.422.955/0001-53, representado pela Secretária de Saúde e Assistência Social, a Sra. Deise A. N. Mendes, doravante denominado MUNICÍPIO e a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº. \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, brasileiro(a), \_\_\_\_\_(estado civil), CPF nº. \_\_\_\_\_ e RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, abaixo denominada CREDENCIADA, resolvem, de comum acordo e com fundamento na Lei nº. 8.666/93 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, celebrar o presente CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, tudo de conformidade com o Edital de Credenciamento nº. \_\_\_\_/2017 – FMS, anexos e mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DOS PREÇOS

Pelo presente instrumento fica a empresa \_\_\_\_\_ CREDENCIADA para a plena e total execução dos serviços de administração de plano de assistência à saúde referente a assistência médica complementar, por intermédio de plano de assistência médica ou de seguro saúde coletivo, com abrangência estadual, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, com as exigências mínimas estabelecidas na lei n.º 9.656/98, com as coberturas obrigatórias asseguradas por lei e por normas complementares da agência nacional de saúde suplementar, além de outras condições mínimas previstas no termo de referência, aos servidores públicos municipais ativos, inativos e seus dependentes (administração direta e indireta, autarquias e fundações).

O objeto compreende a prestação continuada de serviços ou cobertura dos custos assistenciais médico-hospitalares na forma de Plano Privado de Assistência à saúde, garantindo a cobertura do Rol de Procedimentos Médicos editados pela Agência Nacional de Saúde (ANS), com cobertura para todas as doenças do CID - 10 - Código Internacional de Doenças, com finalidade de garantir, sem limite financeiro, assistência à saúde, conforme o inciso I do artigo 1º da Lei 9656/98.

As condições constantes no edital devem ser respeitadas pela operadora de plano de saúde, podendo ser objeto de avaliação proposta superior, asseguradas a delimitação de população, demais condições e o preço estipulado em edital:

O procedimento seletivo dar-se-á pelo credenciamento das operadoras e, posteriormente, pela livre escolha do beneficiário, por um dos planos ofertados pelas credenciadas. A livre escolha do servidor ativo e/ou inativo da administração direta e indireta (autarquias e fundações) beneficiário, coercitiva para os beneficiários vinculados ao servidor, dar-se-á pela assinatura pelo beneficiário do FORMULÁRIO DE OPÇÃO, fornecido pela operadora credenciada.

O objeto deverá estar à disposição sempre que necessário (horário normal de atendimento e demais estabelecidos pelo MUNICÍPIO), cumprindo obrigatoriamente com todas as formas, condições,

observações, descrições, horários, especificações, preços/valores para atendimento e demais disposições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº. \_\_\_\_/2017 – FMS, anexos e no presente instrumento e aquelas apresentadas pelo MUNICÍPIO.

O objeto abrange a execução, pela CREDENCIADA, de todos os serviços/atos/procedimentos e materiais necessários, conforme o Edital de Credenciamento nº. \_\_\_\_/2017 – FMS, anexos e deste instrumento, sem prejuízo das demais formas, condições e exigências estabelecidas pelo MUNICÍPIO.

O presente contrato, Edital de Credenciamento nº. \_\_\_\_/2017 – FMS e anexos são complementares entre si, de forma que qualquer especificação, obrigação ou responsabilidade constante em um e omitido em outro, será considerado existente e válido para todos os fins.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PROFISSIONAIS E RESPONSABILIDADES

O objeto será totalmente executado, sem restrições, pela CREDENCIADA, obrigatoriamente através de profissional devidamente habilitado, capacitado e regularmente inscrito na entidade profissional competente, cumpridas todas as demais obrigações, atribuições e requisitos constantes do Edital de Credenciamento nº. \_\_\_\_/2017 - FMS, anexos e no presente instrumento.

A CREDENCIADA fica desde já responsável em manter corretos seus registros, licenças, demais autorizações e documentos junto aos órgãos competentes e/ou relacionados ao seu ramo de atividade.

A execução do objeto cumprirá com as condições, obrigações, necessidades, especificações e formas estabelecidas pelo MUNICÍPIO.

A execução dar-se-á junto à sede da CREDENCIADA, mediante apresentação de documento/autorização emitida pelo MUNICÍPIO, observadas as demais condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº. \_\_\_\_/2017 – FMS e anexos, em especial deverão ser prestados da seguinte forma:

- 1) Consultas Médicas: Os beneficiários são atendidos no consultório dos médicos credenciados, indicados na relação divulgada pela operadora do plano, observado o horário normal de seus consultórios e com agendamento prévio. As consultas em pronto socorro na rede credenciada serão prestadas pelo médico que estiver de plantão;
- 2) Atendimentos ambulatoriais, internações clínicas, cirúrgicas e obstétricas: são realizados por médicos credenciados nos estabelecimentos de saúde que integram a rede prestadora de serviços da operadora do plano, podendo existir a necessidade de autorização prévia por parte operadora do plano;
- 3) Sessões de psicoterapia: Deverão ser realizadas pelos profissionais credenciados ou contratados que integram a rede prestadora de serviços da operadora do plano, mediante solicitação/indicação escrita do médico assistente e apresentação da solicitação de serviços com autorização prévia da operadora, respeitado o limite de uso estabelecido no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS e diretrizes de utilização, vigentes à época do evento;
- 4) Consultas e/ou Sessões com fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo e nutricionista: Deverão ser realizadas pelos profissionais credenciados ou contratados que integram a rede prestadora de serviços da operadora, mediante solicitação e/ou indicação escrita do médico assistente e apresentação de solicitação de serviços com autorização prévia da operadora, respeitado o limite de uso estabelecido no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS e diretrizes de utilização, vigentes à época do evento;
- 5) Exames complementares e serviços auxiliares: Deverão ser

executados nos prestadores de serviços que integram a rede prestadora de serviços da operadora, mediante apresentação da solicitação de serviços, emitida pelo médico assistente ou cirurgião dentista, previamente autorizada pela operadora.

6) Cirurgia buco-maxilo-facial: Deverá ser realizada por profissional devidamente habilitado e integrante da rede de prestadores de serviços da operadora, mediante apresentação da solicitação de serviços, emitida pelo médico assistente ou cirurgião dentista, previamente autorizada pela operadora (salvo nas hipóteses de urgência ou emergência);

7) A operadora poderá exigir autorização prévia para a realização de procedimentos. Neste caso o beneficiário, ou quem responda por ele, deverá dirigir-se a um escritório de autorização operadora do plano, munido de cartão de identificação do plano, carteira de identidade e a guia com a solicitação do procedimento;

7.1) A operadora deverá manter na cidade de Timbó um escritório onde o beneficiário possa se dirigir para solicitar autorização prévia para a realização de procedimentos, bem como esclarecer dúvidas sobre a cobertura do plano contratado;

7.2) A operadora deverá garantir a liberação dos procedimentos que necessitam de autorização prévia nos prazos estabelecidos pela ANS, a partir do momento da solicitação e em prazo inferior quando for caracterizada urgência ou emergência;

Os beneficiários com mais de 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes, lactentes e crianças até 5 (cinco) anos deverão ter prioridade na marcação de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos em relação aos demais beneficiários.

A contratada é exclusivamente responsável pela qualidade do serviço e materiais executados direta e indiretamente para consecução do objeto contratado, devendo promover toda e qualquer readequação, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do serviço contratado.

As operadoras habilitadas deverão manter, durante toda a execução do contrato/termo de credenciamento, compatibilidade com as obrigações por elas assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital conforme previsto no inciso XIII, do artigo 55 da Lei nº. 8666/93 e suas alterações.

Na hipótese da operadora deixar de prestar os serviços e quando houver decretação de "portabilidade especial" pela Agência Nacional de Saúde (ANS), independentemente da aplicação das sanções administrativas, a contratante solicitará aos servidores que exerçam a livre escolha entre as demais habilitadas, devendo estas aceitar o ingresso da massa de servidores sem exigência de carência.

O atendimento será efetuado de acordo com as exigências constantes do Edital de Credenciamento nº. \_\_\_\_/2017, anexos, presente contrato e aquelas apresentadas pelo MUNICÍPIO, além do contrato de prestação de serviços apresentado pela Empresa Habilitada.

É de plena, exclusiva e total responsabilidade da CREDENCIADA a prestação e o cumprimento de todos os serviços e o fornecimento de todo o material (seja ele de que natureza for), mão de obra, pessoal, maquinário, equipamento e produto necessário à total execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes do Edital de Credenciamento nº. \_\_\_\_/2017 - FMS, anexos e do presente contrato, bem como arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao MUNICÍPIO ou a qualquer entidade e pessoa ele vinculado ou a terceiro.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE



O MUNICÍPIO pagará à CREDENCIADA, durante todo o prazo contratual, para cada procedimento/sessão de fisioterapia efetivamente realizado, os valores constantes da planilha de descrição dos serviços e valores da Cláusula Primeira – Do Objeto e dos Preços deste contrato, observadas as demais obrigações, atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, do Edital de Credenciamento nº. \_\_/2017 - FMS e anexos, em especial o item 9 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO abaixo:

9.1 - O Município de Timbó/SC proporcionará custeio parcial das mensalidades dos servidores ativo e/ou inativo da administração direta e indireta (autarquias e fundações) que integram o objeto da licitação na forma da Lei Complementar n.º 412, de 26 de dezembro de 2011 e Lei Complementar n.º 486, de 31 de agosto de 2017, ou em norma posterior que venha a substituí-la, em proporção definida pelo dispositivo legal citado.

9.1.1 - O custeio das mensalidades dos dependentes correrá, integralmente, por conta do titular.

9.1.2 - Em todos os casos os respectivos valores serão retidos na folha de pagamento (contracheque) do servidor e repassados à operadora do plano de saúde credenciada.

9.2 - O Município de Timbó pagará à operadora por beneficiário inscrito:

9.2.1 - A título de inscrição e mensalidade, os valores relacionados na proposta credenciada.

9.2.2 - As coparticipações previstas na Cláusula Mecanismos de Regulação.

9.3 - Em atenção ao disposto no § 1º do artigo 15 da Resolução Normativa nº 279, de 2011, foi adotado o critério do preço único e da participação do empregador na formação o preço, observado o dispositivo abaixo:

9.3.1 - A contratação do plano dar-se-á através de preço único para todas as faixas etárias.

9.3.1.1 - O critério adotado para definição de preço único para todas as faixas etárias deverá ter como base o cálculo da receita média per capita de todas as faixas. Sobre a receita per capita calculada poderá haver um acréscimo de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento), a título de margem de segurança, em virtude do risco de alteração na idade média do grupo após a contratação e para compensar a perda dos reajustes por mudanças etárias que ocorrem anualmente.

9.4 - O valor será pago através do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor de Timbó (FASS), até o 5º dia útil do mês de referência dos serviços, desde que a entrega ou envio da fatura tenha ocorrido previamente até o último dia útil do mês de sua competência.

9.4.1 - Caso da fatura não for recebida até o último dia útil do mês de sua competência, o prazo máximo de pagamento será de até 10 (dez) dias úteis, a partir da data de entrega e/ou envio da fatura.

9.4.2 - No caso de erro dos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à operadora para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

9.5 - O pagamento referente aos dependentes vinculados ao servidor beneficiário dar-se-á através de consignação na folha de pagamento do respectivo servidor, desde que este tenha margem consignável suficiente.

Esses pagamentos ficam condicionados a apresentação, pela CRE-  
DENCIADA, dos documentos fiscais/notas fiscais acerca dos servi-  
ços efetivamente realizados/prestados, relatórios de atendimento e  
das autorizações/solicitações do MUNICÍPIO (quando necessário),  
na Divisão de Contabilidade, devendo-se cumprir todas as demais  
disposições constantes do Edital de Credenciamento nº. \_\_\_\_/2017  
- FMS, anexos e do presente instrumento. O MUNICÍPIO também  
poderá exigir a relação de empregados, as guias de recolhimento  
do INSS e do FGTS devidamente quitadas e o relatório de ativida-  
des.

No referido preço estão inclusos todos os custos advindos da

responsabilidade técnica, licenças, autorizações, alvarás, mão de obra, pessoal, materiais, transportes, seguros, equipamentos (inclusive os de proteção individual), fretes, tributos, encargos sociais e trabalhistas e demais custos necessários a plena execução do objeto e demais atribuições e obrigações do Edital de Credenciamento nº. \_\_\_\_/2017 – FMS, anexos e do presente instrumento.

Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s) pela CREDENCIADA, os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte, observadas as demais disposições constantes do presente instrumento e da legislação aplicável à espécie.

As despesas deste instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

[illegible]

Os preços constantes da planilha de descrição dos serviços e preços da Cláusula Primeira deste contrato não sofrerão reajuste, apenas será realizado o reequilíbrio do valor caso houver atualização de preços.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

Além das demais obrigações do Edital, anexos e deste instrumento, compete também a CREDENCIADA:

a) executar e cumprir fielmente todo o objeto, serviços e demais atribuições, observações, obrigações, prazos e responsabilidades constantes deste instrumento e do Edital de Credenciamento nº. \_\_\_/2017 - FMS e anexos, arcando com todos os custos, ônus e obrigações;

b) Observar e cumprir as especificações contidas;

c) Prestar o serviço deste credenciamento nas especificações contidas no Edital e demais anexos;

d) Não interromper, sob qualquer pretexto, os tratamentos já iniciados, os inadiáveis, os seriados e os de emergência, desde que solicitados durante a vigência contratual e de acordo com a legislação vigente, ressalvado o plano ambulatorial;

e) Fornecer, gratuitamente, aos usuários do Programa de Assistência à Saúde, carteira de identificação personalizada, que será usada exclusivamente quando da utilização dos serviços cobertos pelo respectivo Plano aderido pelo beneficiário;

f) Fornecer, gratuitamente, aos usuários do Programa de Assistência à Saúde, manual de normas e procedimentos no qual deverá constar a rede credenciada de Assistência Médico- Hospitalar e/ou Odontológica (Hospitais, Centros Médicos, Consultórios, Clínicas, Laboratórios, Médicos e outros profissionais colocados à disposição dos usuários pelas Operadoras);

g) Manter credenciado o quantitativo de profissionais, hospitais e consultórios apresentados no momento da celebração do Termo de Acordo;

h) Possuir central de atendimento para os esclarecimentos que se fizerem necessários aos beneficiários.

## CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGACÕES DO MUNICÍPIO

Além das responsabilidades e obrigações do Edital, anexos e do presente instrumento, fica o MUNICÍPIO obrigado:

- c) em prestar as informações necessárias à CREDENCIADA, para a perfeita execução do objeto;
- d) efetuar o pagamento à CREDENCIADA nos moldes deste instrumento, Edital e anexos;
- e) acompanhar e fiscalizar, através da Secretaria da Secretaria de saúde, o cumprimento e a execução do presente instrumento, edital e anexos, o que não exime a CREDENCIADA, de nenhuma forma, de sua plena, exclusiva e total responsabilidade, inclusive perante quaisquer terceiros e o MUNICÍPIO;
- f) em notificar, por escrito, a CREDENCIADA da aplicação de qualquer sanção;
- g) em aplicar as penalidades cabíveis por infrações contratuais verificadas na execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

O prazo deste contrato terá início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017 e término em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017, podendo ser alterado ou prorrogado, no todo ou em parte, mediante a expedição de termo aditivo, observadas as disposições constantes da Lei nº. 8.666/93 e as demais estabelecidas pelo MUNICÍPIO.

A partir do início deste contrato fica a CREDENCIADA totalmente responsável em cumprir o objeto, sob pena de aplicação das penalidades constantes deste instrumento e do respectivo edital.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Além das demais disposições do Edital, anexos e deste instrumento e ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados) e aqueles que por ventura possam ser apresentados pelo MUNICÍPIO, a CREDENCIADA incorrerá nas seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora no valor de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato por dia de atraso na entrega dos objetos no início e/ou conserto/adequação dos serviços contratados;
- c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas deste edital, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta;
- d) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, o presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente e a qualquer tempo pelo MUNICÍPIO.

A CREDENCIADA será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 05 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade, tudo de conformidade com o edital, anexos e deste contrato, independentemente das demais medidas editais, contratuais e legais cabíveis.

As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Fazenda Pública Municipal, podendo ser retirada dos valores devidos a CREDENCIADA ou cobrada administrativa ou judicialmente após a notificação, o que esta última expressamente autoriza.

O prazo para o pagamento/recolhimento das multas será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado.

As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções

cabíveis, sejam estas administrativas e/ou penais e/ou civis, previstas na Lei nº. 8.666/1993 e demais atinentes à espécie.

A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A rescisão contratual poderá ser:

- a) pela paralisação dos serviços;
- b) pela transmissão ou cessão a terceiros, pela CREDENCIADA, do objeto, sem prévia anuência por escrito do MUNICÍPIO;
- c) pelo ato de autoridade ou lei superveniente que torne a execução do contrato formal ou materialmente impraticável;
- d) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93;
- e) unilateralmente pelo MUNICÍPIO, desde que notifique previamente a CREDENCIADA;
- f) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para Administração.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão unilateral e a qualquer tempo pelo MUNICÍPIO, com as consequências previstas na Cláusula Sétima.

Também constituem motivos para rescisão do Contrato as demais disposições da Lei Federal nº. 8.666/93 (em especial aquelas do art. 78).

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº. 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA- DAS NORMAS GERAIS E DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO

O objeto será prestado exclusiva e diretamente por profissionais da CREDENCIADA.

A CREDENCIADA não poderá cobrar do paciente qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato.

O MUNICÍPIO exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto, sendo que em nenhuma hipótese estará a CREDENCIADA eximida das responsabilidades.

A CREDENCIADA não poderá transferir, delegar ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito do MUNICÍPIO.

A referida prestação de serviços observará, além das disposições legais e regulamentares já mencionadas, todas as demais normas, regulamentações e legislações aplicáveis a espécie.

A CREDENCIADA prestará única e exclusivamente os serviços constantes deste instrumento, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre a mesma e o MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Timbó, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017.

MUNICÍPIO CREDENCIADA  
Eduardo Espindola

TESTEMUNHA TESTEMUNHA  
NOME NOME  
CPF CPF

EDUARDO ESPINDOLA  
Presidente do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor

# Três Barras

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2018 - SAMASA

Publicação Nº 1532681

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2018

Procedimento Licitatório nº 98/2017

Modalidade "Pregão Presencial nº 81/2017"

Vigência: 01/01/2018 a 31/12/2018

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento Ambiental – SAMASA.

Contratado: IPM SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 01.258.027/0003-03.

Objeto: Fornecimento de sistema informatizado de gestão, em ambiente web, provimento de data-center, com manutenção de cópia do banco de dados em ambiente de informática do contratante, por meio de redundância ou download, incluindo ainda serviços de instalação, migração de dados, treinamento, implantação, manutenção, garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico relacionados a cada módulo de programas, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL - SAMASA, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos Anexo I e conforme condições constantes do Procedimento Licitatório.

Valor Total: R\$ R\$ 14.412,00 (quatorze mil e quatrocentos e doze reais).

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específica do orçamento vigente do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL – SAMASA.

ERNANI WOGGINAKI

DIRETOR EXECUTIVO

Três Barras - SC, 22 de fevereiro de 2018.

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 17/2018

Publicação Nº 1532885

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 17/2018 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a permissão da exploração da comercialização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas na arena de shows, durante a realização dos mesmos, e comercialização de alimentação, em especial pratos típicos austríacos, ao público em geral nos dias 20, 21 e 22 de abril, nas dependências do Centro de Eventos, localizado na SC 465, durante a realização da VI EXPOTÍLIAS.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 09/03/2018, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### LEI 2003

Publicação Nº 1532273

LEI COMPLEMENTAR 2003 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1594, DE 05 DE JUNHO DE 2009, QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE TROMBUDO CENTRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º. Esta Lei Complementar altera dispositivo da Lei Complementar nº 1594, de 05 de Junho de 2009, que institui o Plano Diretor Participativo de Trombudo Central e dá outras providências.

Art. 2º. Fica alterado o Anexo 04 – Tabela de Índices Urbanísticos, da referida Lei Complementar, de acordo com a tabela em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 124/18

Publicação Nº 1532267

PORTARIA 124/18 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

RETIFICA A PORTARIA 085/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018, QUE NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - RETIFICA a Portaria 085/18 que nomeia em caráter temporário a Sra. REGIANE DA SILVA NEUMANN, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora (Programa de Leitura), com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Arthur Bruno Jandt, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

### PORTARIA 125/18

Publicação Nº 1532268

PORTARIA 125/18 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

RETIFICA A PORTARIA 086/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018, QUE SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 14 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de Abril de 2013...

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- RETIFICAR a Portaria 086/18 que suplementa a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. REGIANE DA SILVA NEUMANN, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, a partir de 05 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central



Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

## **PORTARIA 126/18**

Publicação Nº 1532269

PORTARIA 126/18 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

RETIFICA A PORTARIA 104/18 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018, QUE NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: a desabilitação de nomeação por Processo Seletivo do Sr. ADEMIR ANTÔNIO LÜCKMANN;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - RETIFICA a Portaria 104/18, que nomeia em caráter temporário a Sra. ALINE FINARDI, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Erica Hasse, no período compreendido entre 09 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

## **PREGÃO PRESENCIAL 12/2018**

Publicação Nº 1532409

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Srª. Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, decreto regulamentar nº 3.555/2000 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL /

REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2018, tipo de licitação MENOR PREÇO POR ITEM, com o Objeto de: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LANCHES DIVERSOS PARA REUNIÕES, CAPACITAÇÕES E DEMAIS ATIVIDADES LIGADAS A TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ANEXO I QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 14:00h, do dia 08 de março de 2018, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:30 às 17:00 horas, ou ainda pelo endereço eletrônico: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br). Trombudo Central, 22 de fevereiro de 2018.

Geovana Gessner  
Prefeita Municipal

# Tunápolis

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 56/2018

Publicação Nº 1532722

#### CONTRATO Nº 56/2018

Contrato de apresentação artística que entre si fazem, de um lado, como CONTRATADA, a empresa CLEUSON ARMINDO PRISTSCH, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob o número 22.917.581.0001-63, estabelecidos na Rua João Candido Marinho, nº 772 D.Jardim Itália-Chapécó/SC, neste ato representado pelo Sr.CLEUSON ARMINDO PRISTSCH, que detém a Exclusividade para contratar show do cantor Amado Batista, como CONTRATANTE o Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, e assim resolvem celebrar o comum acordo mediante as seguintes cláusulas e condições, a saber:

Cláusula primeira - O Objeto do presente contrato é a Contratação do cantor AMADO BATISTA com a Dupla Sertaneja Universitária Roger e Gustavo, para animação da 13ª EFACITUS – Exposição, Feira, Agropecuária, Comercial e Industrial de Tunápolis, na noite do dia 28 de abril de 2018.

Item	Qtde	Un	Descrição	Unid.R\$	Total R\$
1	01	Un	Prestação de Serviços com show a ser realizado pelo cantor AMADO BATISTA dia 28/04/2018 a partir da 23h.	40.000,00	40.000,00
			Dupla Sertaneja Universitária Roger e Gustavo.		
Total em R\$					40.000,00

NOME DO LOCAL DO SHOW: PARQUE DE EXPOSIÇÃO DA EFACITUS

CIDADE / ESTADO: Tunápolis / SC

DATA E HORÁRIO DO SHOW: 28/04/2018 a partir das 23h

Cláusula segunda – Obriga-se a CONTRATADA, para apresentação do show, ao fornecimento dos documentos necessários a sua liberação, desde que previamente informada pela CONTRATANTE com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização do show.

Cláusula terceira - Obriga-se a CONTRATANTE à produção do(s) espetáculo(s) com as seguintes providências mínimas:

Parágrafo primeiro - Contratar o local da apresentação sem qualquer ônus para a CONTRATADA;

Parágrafo segundo - Preparar e veicular as peças publicitárias para a divulgação da apresentação pactuada, ficando expressamente vetada a gravação sonora ou audiovisual da apresentação;

Parágrafo terceiro - Contratar equipamentos de sonorização e iluminação, conforme relação anexa;

Parágrafo quarto - Liberar a apresentação junto aos órgãos públicos e entidades de classe;

Parágrafo quinto - Prover uma sala bem iluminada nos bastidores, com banheiro, de acesso fácil e direto ao palco, que será utilizada como camarim única e exclusivamente pela banda e sua equipe técnica.

Cláusula quarta - O descumprimento de quaisquer dos itens inclusos na cláusula quarta, por parte da CONTRATANTE, implicará no cancelamento desse contrato.

Cláusula quinta - As despesas, ônus e responsabilidades pela produção constadas na cláusula Quarta caberão exclusivamente à CONTRATANTE, já as despesas de transporte, deslocamento, hospedagem, alimentação e bebidas, inclusive as do camarim são de responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula sexta - Como remuneração pela apresentação do espetáculo, e pela contratação de serviços de transportes da CONTRATADA nos deslocamentos necessários à realização deste show, inclusive com a alimentação e hospedagem e demais despesas a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), a serem pagos no dia 02 de Maio de 2018, após apresentação de nota fiscal.

Parágrafo primeiro - O pagamento deverá ser feito em espécie, moeda corrente nacional.

Cláusula nona - Na impossibilidade da realização do(s) espetáculo(s) por iniciativa da CONTRATANTE, após assinado o presente instrumento, fica este sujeito a pagar à CONTRATADA 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido pela cláusula oitava.

Cláusula décima - Na impossibilidade de realização do espetáculo por parte da CONTRATADA, por fatores alheios a sua vontade, não haverá pagamento e nem nova data para apresentação.

Fica eleito o foro da cidade de Itapiranga, Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de contrato particular de apresentação artística em duas vias de igual teor e forma, para que produzam igual efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas. O presente instrumento deverá ser

devolvido assinado na última página e rubricado nas demais, em todas suas vias, pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, não produzindo efeito e ficando expressamente revogado se ultrapassado este prazo.

Tunápolis - SC, 15 de fevereiro de 2018.

RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

CLEUSON ARMINDO PRISTSCH  
CONTRATADA

ALCIDES LUIS HOFER  
Assessor jurídico/Fiscal deste Contrato  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

## CONTRATO Nº 53/2018

Publicação Nº 1532487

### CONTRATO Nº 53/2018

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa BORDO ENGENHARIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Cerro Largo, nº 474, sala 02, Centro no Município de Tunápolis-SC, inscrita no CNPJ sob nº 25.299.551-0001-29, doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de PARA EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS) PARA PINTURA DO CENTRO EDUCACIONAL HELGA FOLLMANN, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2018, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais::

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS) PARA PINTURA DO CENTRO EDUCACIONAL HELGA FOLLMANN.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	1,00	UND	35.190,82	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS) PARA PINTURA DO CENTRO EDUCACIONAL HELGA FOLLMANN

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 - O prazo para a conclusão dos serviços será de 60 (sessenta dias) a contar da expedição da Ordem de Serviço.

3.2 – Os serviços deverão ter início no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos após a emissão da Ordem de Serviço.

3.3 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.4 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Edital sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

3.5 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 35.190,82, sendo custo com mão de obra de R\$ 10.000,00(dez mil reais) e material de R\$ 25.190,82(vinte cinco mil cento e noventa reais e oitenta e dois centavos).

4.2 - O pagamento e liquidação das notas fiscais, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, CONFORME BOLETINS DE MEDIÇÃO.

4.2.1 - O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.

- Cópia da GFIP mensal vinculada a matrícula da Obra, do mesmo período e o respectivo comprovante de recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social;

- Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS do período;

- Cópia das Negativas de débito com o INSS, FGTS, Municipal, Estadual, Federal e Trabalhista.

4.3 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto no item 4.2 do contrato, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

4.4 - Incidirá sobre o valor total das Notas Fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS) na alíquota de 3%, incidente sobre o valor total da Nota Fiscal, na forma do Código Tributário Municipal, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária sobre o valor total dos pagamentos efetuados, pela alíquota cabível (11%) para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente, sem prejuízo das demais condições legalmente estabelecidas.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

6.1 - O prazo de execução para a conclusão da obra é 60 (sessenta dias) a contar da expedição da ordem de serviço.

6.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

6.2 - Os atrasos na execução da obra tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10(dez) dias antes de findar o prazo final e, em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (48) da Prefeitura Municipal do ano de 2018.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução da obra com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

8.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

8.3 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

9.2 - A CONTRATADA poderá subempreitar os serviços a ela adjudicados de acordo com a Licitatório pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores

9.3 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.4 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.5 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

9.6 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.7 - A CONTRATADA deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

9.8 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

9.9 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.10 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

9.11 - A CONTRATADA deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o "Diário da Obra".

9.12 - A CONTRATADA deverá garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado à terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.

9.13 - Confeccionar, instalar e manter placas indicativas, sinalizadores, barreiras, sinais vermelhos, sinais de perigo, sinais de desvio e outros, em quantidade suficiente, sendo esta uma das condições para liberação das medições, se responsabilizando pela sinalização do Trânsito conforme normas definidas pela Legislação de Trânsito.

9.14 - Comunicar antecipadamente o MUNICÍPIO, da necessidade de bloqueio de vias, devendo aguardar aprovação para sua efetiva execução.

9.15. A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

#### CLAÚSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços N 06/2018 para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2018, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.1.1 - Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.1.2 - Multas de:

a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

11.1.3 - Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

11.1.4 - Declaração de Inidoneidade para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

12.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando a mesma sobrestada, até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

14.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

14.3 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

14.4 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis



pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

14.5 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

14.6 - Decorridos trinta (30) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executados e aceitos pela fiscalização, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

14.7 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MEDIÇÕES

15.1 - A medição será elaborada em duas etapas, sendo a 1º (primeira) na conclusão da pintura da parte interna e a 2ª(segunda) na conclusão da obra, sendo obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

17.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

17.2 – A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

17.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

17.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido, unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

17.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado no início da obra;

e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;

f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato;

g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;

h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.

i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

m) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

17.2.4 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

18.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis,SC, 15 de fevereiro de 2018.

RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

BORDO ENGENHARIA LTDA ME  
CONTRATADA

ALCIDES LUIS HOFER  
ASSESSOR JURÍDICO  
OAB/SC 33.683



ANGELITA TERESINHA STULP BOURCHEID Secretária da Educação  
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

## CONTRATO Nº 54/2018

Publicação Nº 1532481

### CONTRATO Nº 54/2018

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa FOROESTE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 86.242.252/0004-95, estabelecida na Rua Waldemar Rangrab, nº 2500, Bairro Jardim Peperi, no Município de São Miguel do Oeste-SC, CEP 89900-000, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 30/2018 e Pregão Presencial nº 27/2018.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

O objeto do presente contrato consiste na aquisição de: 01(um) Caminhão 0km, novo, marca FORD, modelo F-4000, de fabricação nacional, ano de fabricação 2018, modelo 2018, no chassi, versão 4x2, movido a óleo diesel motor Cummins, com 4 cilindros verticais em linha, turbinado e intercoolado, com potência de 150 CV, gerenciamento eletrônico de combustível, caixa de mudanças Eaton de 05 marchas sincronizadas a frente e 01 a ré, com direção hidráulica, ar condicionado, aquecedor, pneus dianteiros e traseiros radiais direcionais sem câmara 215-75R17, peso bruto total (PBT) de 6.800 kg, distância entre eixos de 4.181mm, freios ABS com EBD a disco nas rodas dianteiras e tambor nas traseiras, tanque de combustível de 135l, tacógrafo eletrônico, coluna de direção ajustável e demais equipamentos obrigatórios previstos no Código Nacional. Caminhão com garantia de 1(um) ano, sem limite de quilometragem, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 860550/2017, MINISTERIO DA AGRICULTURA/UNIÃO FEDERAL, PROGRAMA AO SETOR AGROPECUARIO INVESTIMENTO, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O Município pagará pelo caminhão o valor de R\$ 137.500,00(cento e trinta sete mil e quinhentos reais), o pagamento será realizado 8(oito) dias após o recebimento definitivo do CAMINHÃO pelo Município de Tunápolis e condicionado a liberação dos recursos do CONTRATO DE REPASSE Nº 860550/2017, MINISTERIO DA AGRICULTURA/UNIÃO FEDERAL, PROGRAMA AO SETOR AGROPECUARIO INVESTIMENTO mediante apresentação da Nota Fiscal. O preço não terá reajuste e será depositado na conta específica do contratado.

2.2 Os recursos somente serão liberados para pagamentos após o secretario responsável pela pasta ter realizado as devidas conferências/vistorias no objeto.

2.3 Na emissão da nota fiscal deverá conter o número do convênio do processo licitatório e do contrato administrativo e deverão constar os dados bancários da empresa.

2.4 O objeto licitado será adquirido com recursos financeiros referente o CONTRATO DE REPASSE Nº 860550/2017, MINISTERIO DA AGRICULTURA/UNIÃO FEDERAL, PROGRAMA AO SETOR AGROPECUARIO INVESTIMENTO e próprios do Município.

2.5 Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

2.6 O Município somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

2.7 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

### CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 A entrega do CAMINHÃO deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após solicitação formal do MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS. O CAMINHÃO deverá ser entregue na PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, estabelecido na Rua João Castilho nº 111 centro deste município ou conforme determinação do CONTRATANTE, com prévio agendamento, com o Secretario Municipal da Secretaria Municipal da Agricultura, sem custos adicionais, devendo ser firmado termo de recebimento.

3.2 O licitante deverá atentar para a qualidade do CAMINHÃO a ser entregue, pois somente será aceito aqueles que estiver dentro dos parâmetros solicitados, atendam aos padrões exigidos pelo Mercado e que for entregue de acordo com o estabelecido no item anterior.

- 3.3 Não será aceito, no momento da entrega, do CAMINHÃO de marca e/ou modelo diferente daquele constante na proposta vencedora.
- 3.4 A licitante vencedora deverá entregar O CAMINHÃO acompanhados de seus manuais ou catálogos de operação/manutenção, editados pelo fabricante. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou traduzidos para este idioma.
- 3.5 Toda e qualquer entrega do CAMINHÃO fora do estabelecido neste Edital, serão imediatamente notificados à licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-lo, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tal substituição, sendo aplicadas também as sanções previstas neste Edital.
- 3.6 A licitante vencedora deverá manter atualizados, durante o período de garantia e assistência técnica, telefone, fax e endereço, devendo comunicar a Secretaria Municipal as Saúde, qualquer alteração de dados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

- 5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer o caminhão contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 30/2018 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.
- 5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.
- 5.3 A fiscalização e o controle por parte do município de TUNÁPOLIS, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.
- 5.4 Fornecer o caminhão, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.
- 5.5 Ter GARANTIA do fabricante, que não poderá ser inferior a 12 meses ,contados a partir da data do recebimento definitivo do veículo.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

- 6.1 O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS obriga-se adquirir o caminhão acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

- 7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (01) do Município de Tunápolis do ano de 2018.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

- 8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2018, iniciando na data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

- 9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

- 9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;
- 9.1.2 Por acordo entre as partes;
- 9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

- 10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:
- 10.1.1. Advertência.
- 10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;
- 10.1.3. Declaração de inidoneidade;
- 10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

- 11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC, 15 de fevereiro de 2018.

RENATO PAULATA	FOROESTE VEÍCULOS LTDA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA
CONTRATANTE	

ALCIDES LUIS HOFER  
ASSESSOR JURÍDICO  
OAB/SC 33.683

Pedro Baumgratz  
Fiscal do Contrato  
CPF: 384.288.819-87

Testemunhas:  
Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

**CONTRATO Nº 55/2018**

Publicação Nº 1532491

**CONTRATO Nº 55/2018**

Contrato particular de apresentação artística que entre si fazem, de um lado, como CONTRATADA, a BANDA OS ATUAIS ORGANIZAÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob o número 00.7222.966/0001-32, estabelecidos na Rua Os atuais, nº 12, no Município de Tucunduva/RS, CEP 98.930-000, de outro lado, como CONTRATANTE o Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, e assim resolvem celebrar o comum acordo mediante as seguintes cláusulas e condições, a saber:

Cláusula primeira - Contratação "OS ATUAIS ORGANIZAÇÕES ARTÍSTICAS LTDA- ME" para animação da 13ª EFACITUS – Exposição, Feira, Agropecuária, Comercial e Industrial de Tunápolis, na noite do dia 29 de abril de 2018.

Item	Qtde	Un	Descrição	Unid.R\$	Total R\$
1	01	Un	Prestação de Serviços com show a ser realizado pela banda no dia 29/04/2018 das 20h30min até 24 horas	12.500,00	12.500,00
Total em R\$					12.500,00

NOME DO LOCAL DO SHOW: PARQUE DE EXPOSIÇÃO DA EFACITUS

CIDADE / ESTADO: Tunápolis / SC

DATA E HORÁRIO DO SHOW: 29/04/2018 das 20h30min até 24 horas

Cláusula segunda – Obriga-se a CONTRATADA, para apresentação do show, ao fornecimento dos documentos necessários a sua liberação, desde que previamente informada pela CONTRATANTE com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização do show.

Cláusula terceira - Obriga-se a CONTRATANTE à produção do(s) espetáculo(s) com as seguintes providências mínimas:

Parágrafo primeiro - Contratar o local da apresentação sem qualquer ônus para a CONTRATADA;

Parágrafo segundo - Preparar e veicular as peças publicitárias para a divulgação da apresentação pactuada, ficando expressamente vetada a gravação sonora ou audiovisual da apresentação;

Parágrafo terceiro - Contratar equipamentos de sonorização e iluminação, conforme relação anexa;

Parágrafo quarto - Liberar a apresentação junto aos órgãos públicos e entidades de classe;

Parágrafo quinto - Prover uma sala bem iluminada nos bastidores, com banheiro, de acesso fácil e direto ao palco, que será utilizada como camarim única e exclusivamente pela banda e sua equipe técnica.

Cláusula quarta - O descumprimento de quaisquer dos itens inclusos na cláusula quarta, por parte da CONTRATANTE, implicará no cancelamento desse contrato.

Cláusula quinta - As despesas, ônus e responsabilidades pela produção constadas na cláusula Quarta caberão exclusivamente à CONTRATANTE, já as despesas de transporte, deslocamento, hospedagem, alimentação e bebidas, inclusive as do camarim são de responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula sexta - Como remuneração pela apresentação do espetáculo, e pela contratação de serviços de transportes da CONTRATADA nos deslocamentos necessários à realização deste show, inclusive com a alimentação e hospedagem e demais despesas a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), a serem pagos no dia 02 de Maio de 2018, após apresentação de nota fiscal.

Parágrafo primeiro - O pagamento deverá ser feito em espécie, moeda corrente nacional.

Cláusula nona - Na impossibilidade da realização do(s) espetáculo(s) por iniciativa da CONTRATANTE, após assinado o presente instrumento, fica este sujeito a pagar à CONTRATADA 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido pela cláusula oitava.

Cláusula décima - Na impossibilidade de realização do espetáculo por parte da CONTRATADA, por fatores alheios a sua vontade, não haverá pagamento e nem nova data para apresentação.

Fica eleito o foro da cidade de Itapiranga, Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de contrato particular de apresentação artística em duas vias de igual teor e forma, para que produzam igual efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas. O presente instrumento deverá ser devolvido assinado na última página e rubricado nas demais, em todas suas vias, pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, não produzindo efeito e ficando expressamente revogado se ultrapassado este prazo.

Tunápolis - SC, 15 de fevereiro de 2018

RENATO PAULATA

OS ATUAIS ORGANIZAÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

CONTRATANTE

ALCIDES LUIS HOFER

Assessor jurídico/Fiscal deste Contrato

OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/2018**

Publicação Nº 1532510

Prefeitura Municipal de Tunápolis  
Extrato de Contrato nº 54/2018

PARTES: Município de Tunápolis, e a empresa FOROESTE VEÍCULOS LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na aquisição de: 01(um) Caminhão 0km, novo, marca FORD, modelo F-4000, de fabricação nacional, ano de fabricação 2018, modelo 2018, no chassi, versão 4x2, movido á óleo diesel motor Cummins, com 4 cilindros verticais em linha, turbinado e intercoolado, com potência de 150 CV, gerenciamento eletrônico de combustível, caixa de mudanças Eaton de 05 marchas sincronizadas a frente e 01 a ré, com direção hidráulica, ar condicionado, aquecedor, pneus dianteiros e traseiros radiais direcionais sem câmara 215-75R17, peso bruto total (PBT) de 6.800 kg, distancia entre eixos de 4.181mm, freios ABS com EBD a disco nas rodas dianteiras e tambor nas traseiras, tanque de combustível de 135l, tacografo eletrônico, coluna de direção ajustável e demais equipamentos obrigatórios previstos no Código Nacional. Caminhão com garantia de 1(um) ano, sem limite de quilometragem, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 860550/2017, MINISTERIO DA AGRICULTURA/UNIÃO FEDERAL, PROGRAMA AO SETOR AGROPECUARIO INVESTIMENTO, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos

Origem Processo Licitatório nº 30/2018 e Pregão Presencial nº 27/2018.

Vigência 15/02/2018 a 31/12/2018

Valor: R\$ 137.500,00(cento e trinta sete mil e quinhentos reais)

Tunápolis, SC, aos 15 de fevereiro de 2018.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

**ATA REGISTRO DE PREÇO PROCESSO 19.2018**

Publicação Nº 1532850

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA**

Página: 1/9  
 Processo Nº.: 19/2018  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2018

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 6/2018**

No dia 24 do mês de Janeiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.486.198/0001-52, com sede administrativa localizada na Rua João Castilho, 111, bairro Centro, CEP nº. 89898-000, nesta cidade de Tunápolis/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). RENATO PAULATA, inscrito no CPF sob o nº. 656.321.769-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 18/2018, Processo Licitatório nº. 19/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A presente Licitação tem por objeto a aquisição de Materiais hidráulicos que serão utilizados na Instalação, Ampliação e Manutenção, para o melhor funcionamento do Sistema de abastecimento de Água do Município de Tunápolis, de acordo com os quantitativos, forma, e condições estabelecidas no presente ato convocatório e seus anexos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10014	D&G CONSULTORIA, COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME	65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75
6156	Freiberger Materiais Elétricos Ltda - ME	7
8986	M Construer Ltda -ME	2, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62
9779	MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	3, 10, 14, 26, 27, 29, 30, 49, 54
10015	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL	45
8558	WEBER MAQUINAS E CAMPEIRA AGROPECUARIA LTDA - ME	1, 15, 25, 48, 50, 63, 64, 66, 76, 77, 78, 79, 80

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
D&G CONSULTORIA, COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME	79.515.722/0001-39	DANILO NARDI	076.168.999-00
Freiberger Materiais Elétricos Ltda - ME	85.377.422/0001-33	LUCAS FREIBERGER	084.549.569-05
M Construer Ltda -ME	72.471.774/0001-01	PAULO ROBERTO BOLSONI	053.901.649-70
MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	04.151.335/0001-61		-
VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRA	16.637.264/0001-90		-
WEBER MAQUINAS E CAMPEIRA AGROPECUARIA LTDA - ME	00.506.993/0001-78	FERNANDO GASSEN	010.512.859-76

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A presente Licitação tem por objeto a aquisição de Materiais hidráulicos que serão utilizados na Instalação, Ampliação e Manutenção, para o melhor funcionamento do Sistema de abastecimento de Água do Município de Tunápolis, de acordo com os quantitativos, forma, e condições estabelecidas no presente ato convocatório e seus anexos.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6156 - Freiberger Materiais Elétricos Ltda - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	Borrachinha para valvula dosadora (avulsa)	UN	exatta	20,000	15,0000	300,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA**

Página: 2/9  
 Processo Nº.: 19/2018  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2018

**Fornecedor: 8558 - WEBER MAQUINAS E CAMPEIRA AGROPECUARIA LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Adaptador curto PVC 60	Un	KRONA	20,000	3,1400	62,80
15	Hidrômetro metálico com tubete 3/4 c/ vazão 3,m³/hora	UN	LAO	50,000	69,9900	3.499,50
25	Lâmina para serrinha de ferro.	UN	NICHOLSON	10,000	3,3500	33,50
48	Registro Gaveta 3"	UN	EMMETI	3,000	282,0000	846,00
50	Registro Gaveta Galvanizado"4" metálico	UN	EMMETI	3,000	336,0000	1.008,00
63	Tubo galvanizado 85 mm	MT	TUPER	18,000	97,0000	1.746,00
64	Caixa de água de fibra de vidro de 500 litros com tampa, redonda na cor azul.	Un	BAKOF	3,000	165,0000	495,00
66	Caixa de água de fibra de vidro de 2.000 litros com tampa, redonda na cor azul.	Un	BAKOF	3,000	530,0000	1.590,00
76	Óleo para motocicleta 4t 20w50	LT	PETRONAS	40,000	18,2000	728,00
77	Creme protetor para pele com película invisível e emulsão de silicone industrial - pote com 200 gramas	Un	NUTRIEX	10,000	41,0000	410,00
78	Conjunto para motoqueiro completo G	UN	DELTA	4,000	259,0000	1.036,00
79	Capacete com viseira para motocicleta aprovado pelo inmetro	Un	PRO TORK	4,000	329,0000	1.316,00
80	Hidrômetro metálico sem tubete, 1.1/2", com vazão Qn 10m³/hora Qmax 20m³/hora	Un	LAO	4,000	500,0000	2.000,00

**Fornecedor: 8986 - M Construer Ltda -ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Adaptador sol. curto com bolsa e rosca para registro PVC "25mm x 3/4"	UN	PLASTILIT	30,000	0,2500	7,50
4	Adaptador curto PVC "20mmx1/2"	UN	PLASTILIT	20,000	0,2300	4,60
5	Adesivo plástico frasco c/ pincel 175g.	UN	PLASTILIT	10,000	7,7000	77,00
6	Adesivo plástico para tubos de PVC embalagem de 850 ML	UN	PLASTILIT	15,000	29,8000	447,00
8	Bucha de redução soldável PVC "40mm x 32mm"	UN	PLASTILIT	30,000	0,9000	27,00
9	Bucha de redução soldável PVC "50mmx40mm"	UN	PLASTILIT	20,000	1,4000	28,00
11	Bucha de redução soldável PVC "60mmx50mm"	UN	PLASTILIT	20,000	1,4900	29,80
12	Cap Soldavel PVC 20mm	UN	PLASTILIT	20,000	0,2900	5,80
13	Cap. Soldável PVC "25mm"	UN	PLASTILIT	20,000	0,3800	7,60
16	Joelho PVC 25mm/20mm	UN	PLASTILIT	30,000	1,2000	36,00
17	Joelho PVC 45° soldável "20mm"	UN	PLASTILI	20,000	0,4300	8,60
18	Joelho PVC 45° soldável "25mm"	UN	PLASTILIT	20,000	0,5900	11,80
19	Joelho PVC 90° soldável e com rosca 25 x 3/4"	UN	PLASTILIT	50,000	0,9500	47,50
20	Joelho PVC soldável "20mm" 90°	UN	PLASTILIT	100,000	0,1900	19,00
21	Joelho PVC soldável "25mm" 90°	UN	PLASTILIT	150,000	0,2600	39,00
22	Joelho PVC soldável "40mm" 90°	UN	PLASTILIT	20,000	2,1900	43,80
23	Joelho PVC soldável "50mm" 90°	UN	PLASTILIT	20,000	1,6900	33,80
24	Joelho PVC soldável "60mm" 90°	UN	PLASTILIT	50,000	8,9900	449,50
28	Luva de correr com anel PBA"75mm" PVC	UN	PLASTILIT	20,000	7,0000	140,00
31	Luva de redução soldável PVC "25mm x 20mm"	UN	PLASTILIT	30,000	0,6400	19,20
32	Luva PVC roscável "3/4"	UN	PLASTILIT	60,000	0,6900	41,40
33	Luva PVC soldável "20mm"	UN	PLASTILIT	300,000	0,2500	75,00
34	Luva PVC soldável "25mm"	UN	PLASTILIT	300,000	0,2500	75,00
35	Luva PVC soldável "32mm"	UN	PLASTILIT	150,000	0,8000	120,00
36	Luva PVC soldável "40mm"	UN	PLASTILIT	80,000	1,5900	127,20
37	Luva PVC soldável "50mm"	UN	PLASTILIT	80,000	1,8400	147,20
38	Luva PVC soldável "60mm"	UN	PLASTILIT	40,000	4,5900	183,60
39	Luva soldavel mista 20mm x 1/2	UN	PLASTILIT	20,000	0,5900	11,80
40	Nípel PVC "3/4"	UN	PLASTILIT	30,000	0,4400	13,20
41	Reg. tipo esfera fecho rápido soldável PVC "20mm"	UN	PLASTILIT	30,000	2,9000	87,00
42	Reg. tipo esfera fecho rápido soldável PVC "25mm"	UN	PLASTILIT	30,000	4,0000	120,00
43	Reg. tipo esfera fecho rápido soldável PVC "32mm"	UN	PLASTILIT	20,000	7,1900	143,80
44	Reg. tipo esfera fecho rápido soldável PVC "60mm"	UN	PLASTILIT	10,000	20,9900	209,90
46	Reg. esfera com borboleta rosca externa PVC "3/4" fecho rápido	UN	PLASTILIT	150,000	6,0000	900,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA**

Página: 3/9

Processo Nº.: 19/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2018

**Fornecedor: 8986 - M Construer Ltda -ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
47	Reg. esfera com borboleta rosca interna PVC "3/4" fecho rápido	UN	PLASTILIT	50,000	5,9900	299,50
51	Tê PVC liso soldável "20"	UN	PLASTILIT	50,000	0,3900	19,50
52	Tê PVC liso soldável "60"	UN	PLASTILIT	10,000	12,2900	122,90
53	Tê PVC liso soldável "25"	Un	PLASTILIT	30,000	0,4400	13,20
55	Tê PVC liso soldável "40mmx25"	Un	PLASTILIT	10,000	2,5900	25,90
56	Tubo PVC Soldável 20mm ( metros)	MT	PLASTILIT	1.300,000	1,1500	1.495,00
57	Tubo PVC Soldável 85mm ( metros)	MT	PLASTILIT	600,000	18,1000	10.860,00
58	Tubo PVC Soldável 75mm ( metros)	MT	PLASTILIT	600,000	15,4900	9.294,00
59	Tubo PVC Soldável 40mm ( metros )	MT	PLASTILIT	500,000	4,2000	2.100,00
60	Tubo PVC Soldável 32mm ( metros )	MT	PLASTILIT	600,000	2,9500	1.770,00
61	Tubo PVC Soldável 50mm ( metros )	MT	PLASTILIT	1.200,000	6,1900	7.428,00
62	Tubo PVC Soldável 60mm ( metros )	MT	PLASTILIT	600,000	8,8500	5.310,00

**Fornecedor: 9779 - MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Adaptador soldável curto com bolsa e rosca para registro PVC "60mmx2"	Un	PLASTILIT	20,000	3,1500	63,00
10	Bucha de redução soldável PVC "85mm x 75mm"	UN	TIGRE	20,000	5,5000	110,00
14	Fita Veda Rosca - 18 mm x 50 metros	UN	MULTIFITA	80,000	3,0000	240,00
26	Luva de correr com anel PBA "110mm" PVC	UN	TIGRE	30,000	26,0000	780,00
27	Luva de correr com anel PBA "60mm" PVC	UN	TIGRE	40,000	8,0000	320,00
29	Luva de correr com anel PBA "85mm" PVC	UN	TIGRE	40,000	15,0000	600,00
30	Luva de correr com anel PBA "50mm" PVC	Un	C&M	30,000	7,5000	225,00
49	Registro Gaveta Galvanizado "2" metálico	UN	DOCOL	5,000	80,0000	400,00
54	Tê PVC liso soldável "32mmx25"	Un	PLASTILIT	10,000	1,6500	16,50

**Fornecedor: 10014 - D&G CONSULTORIA, COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
65	Caixa de água de fibra de vidro de 1.000 litros com tampa, redonda na cor azul.	Un	Bakof	3,000	265,0000	795,00
67	Caixa de água de fibra de vidro de 5.000 litros com tampa, redonda na cor azul.	Un	Bakof	3,000	1.285,0000	3.855,00
68	Caixa de agua de fibra de vidro de 10.000 litros com tampa, redonda na cor azul	Un	Bakof	1,000	2.380,0000	2.380,00
69	Caixa de agua de fibra de vidro de 20.000 litros com tampa, redonda na cor azul	Un	Bakof	1,000	4.635,0000	4.635,00
70	Tampa para caixa de água 500 litros de fibra	Un	Bakof	2,000	74,0000	148,00
71	Tampa para caixa de água 1000 litros de fibra	Un	Bakof	2,000	89,0000	178,00
72	Tampa para caixa de água 2000 litros de fibra	Un	Bakof	2,000	159,0000	318,00
73	Tampa para caixa de água 5000 litros de fibra	Un	Bakof	2,000	345,8000	691,60
74	Tampa para caixa de água 10.00 litros de fibra	Un	Bakof	1,000	746,2000	746,20
75	Tampa para Caixa de água 20.000 litros de fibra	Un	Bakof	1,000	1.430,0000	1.430,00

**Fornecedor: 10015 - VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
45	Reg. tipo esfera fecho rápido soldável PVC "85mm"	UN	Coval	10,000	106,0000	1.060,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA**

Página: 4/9  
Processo Nº.: 19/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2018

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA**

Página: 5/9  
Processo Nº.: 19/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2018

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA**

Página: 6/9  
Processo Nº.: 19/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2018

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA**

Página: 7/9  
Processo Nº.: 19/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2018

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA**

Página: 8/9  
Processo Nº.: 19/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2018

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA**

Página: 9/9  
Processo N°.: 19/2018  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 18/2018

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tunápolis para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tunápolis, 24 de Janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

D&G CONSULTORIA, COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME	CNPJ: 79.515.722/0001-39	_____
Freiberger Materiais Eletricos Ltda - ME	CNPJ: 85.377.422/0001-33	_____
M Construer Ltda -ME	CNPJ: 72.471.774/0001-01	_____
MARGEM - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	CNPJ: 04.151.335/0001-61	_____
VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAU	CNPJ: 16.637.264/0001-90	_____
WEBER MAQUINAS E CAMPEIRA AGROPECUARIA LTDA - ME	CNPJ: 00.506.993/0001-78	_____

# Turvo

## PREFEITURA

### LEI 2333/2018

Publicação Nº 1531981

Lei nº 2.333/18, de 16 de Fevereiro de 2018.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER BEM PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder através de Cessão de Uso ao ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Polícia Militar, um veículo marca I/FORD RANGER XLSCD2 25C, tipo Caminhonete, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação 2017, modelo 2018, cor branca, chassi n. 8AFAR22F-2JJ044576, placas QII-5219, com todos os equipamentos obrigatórios, adquirido com recursos da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 2º- A Cessão de Uso será pelo período de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único – O bem objeto da presente Cessão de Uso será utilizado no serviço de policiamento ostensivo motorizado no Município de Turvo.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 16 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 028/2018

Publicação Nº 1531926

PORTARIA Nº 028/18, de 01 de Fevereiro de 2018.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS I, OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA E MOTORISTA II, NOMEADOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

Considerando, que a Homologação e Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo 001-2018-PMT será no dia 06.02.2018,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 16 de Fevereiro de 2018 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através do Processo Seletivo nº 005-2015-PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 305/16 de 15.12.2016, exercendo a função pública de Operador de Equipamentos I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA SERVIDOR CPF

3643 Lucas Pereira Favaro 033.623.509-76

3699 Jeferson Cordeiro Fregulia 048.481.189-48

Art. 2º - Prorrogar até 16 de Fevereiro de 2018 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através do Processo Seletivo nº 005-2015-PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 305/16 de 15.12.2016, exercendo a função pública de Operador de Trator Agrícola, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA SERVIDOR CPF

3631 Ivair dos Santos 725.944.209-30

3632 Antonio de Souza 733.806.799-68

Art. 3º - Prorrogar até 16 de Fevereiro de 2018 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através do Processo Seletivo nº 005-2015-PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 305/16 de 15.12.2016, exercendo a função pública de Motorista II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA SERVIDOR CPF

3641 Eugenio Manenti 579.757.019-04

3642 Volnei Anastácio 579.760.749-20

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 029/2018

Publicação Nº 1531934

PORTARIA Nº 029/18, de 01 de Fevereiro de 2018.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, NOMEADOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

Considerando, que a Homologação e Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo 001-2018-PMT será no dia 06.02.2018,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 16 de Fevereiro de 2018 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através do Processo Seletivo nº 005-2015-PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 305/16 de 15.12.2016, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA SERVIDOR CPF

3628 Lindomar Pinheiro 769.750.459-68  
3629 Moacir Toretti Correa 017.583.449-03  
3630 Donato Policarpe 494.948.569-53  
2761 Sandro Figueredo 021.583.809-26  
2770 Bonifacio José Luiz 442.848.299-04  
2760 Antonio Bá 028.243.729-07  
3682 Zenaide Indalencio 067.248.289-45  
3673 Pedro Marques Silverio 692.668.409-04  
3674 Dario Carbone dos Santos 560.223.109-97  
3683 Lorete Maria Pinheiro Felisberto 063.996.589-00  
3692 Neusa Camilo Pinheiro 690.722.649-91  
3693 Lourival Pereira de Andrade 429.413.349-04  
3694 Valmir Trombin 552.334.739-68  
3695 Eduardo Cordova Lopes 068.176.689-13  
3696 Angelo Bom Manenti 076.402.099-43  
3697 Edilson Damiani Fernandes 074.443.109-39  
3894 João Carlos da Costa 032.357.249-90

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.  
TIAGO ZILLI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

## PORTARIA 030/2018

Publicação Nº 1531938

PORTARIA Nº 030/18, de 01 de Fevereiro de 2018.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE VIGIA, NOMEADO EM CARATER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

Considerando, que a Homologação e Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo 001-2018-PMT será no dia 06.02.2018,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 16 de Fevereiro de 2018 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através do Processo Seletivo nº 005-2015-PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 305/16 de 15.12.2016, exercendo a função pública de Vigia, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA SERVIDOR CPF

3895 Tarcisio Figueredo 613.357.629-49  
3907 Ana Silvia Trichês Parol 020.483.179-28

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.  
TIAGO ZILLI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

## PORTARIA 031/2018

Publicação Nº 1531943

PORTARIA Nº 031/18, de 01 de Fevereiro de 2018.  
NOMEIA MÉDICO VETERINÁRIO E TELEFONISTA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear através do Processo Seletivo nº 004-2017 - PMT, a Sra. GABRIELA ZACCARON MARCON, CPF nº 062.676.139-50, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Médico Veterinário, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Nomear através do Processo Seletivo nº 004-2017 - PMT, a Sra. DARA ELIAS DARABAS, CPF nº 110.312.519-28, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Telefonista, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 3º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º e 2º desta Portaria, iniciará em 01 de Fevereiro de 2018 e encerrará em 08 de Janeiro de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.  
TIAGO ZILLI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

## PORTARIA 032/2018

Publicação Nº 1531945

PORTARIA Nº 032/18, de 01 de Fevereiro de 2018.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, NOMEADA EM CARATER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011, e suas alterações,

Considerando que a servidora se encontra em Auxílio Doença,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 16 de Fevereiro de 2018 a contratação da servidora GRAZIELA LOCK PINHEIRO CPF nº 064.069.329-60, matrícula nº 3802, nomeada através do Processo Seletivo 004-2016-SME, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 033/2018**

Publicação Nº 1531947

PORTARIA Nº 033/18, de 01 de Fevereiro de 2018.

ALTERA CARGO DE SERVIDOR NOMEADO EM CARGO DE COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar o cargo em comissão da Servidora VALERIA DE LOURDES SCARABELOTTI, CPF nº 050.135.059-41, matrícula nº 3738, de Diretor do Departamento de Pessoal para Chefe de Gabinete, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Alterar o cargo em comissão da Servidora JANAINA NICOLETE PEDRO, CPF nº 054.510.209-06, matrícula nº 3913, de Diretor do Departamento de Cultura para Diretor do Departamento de Turismo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 3º - Alterar o cargo em comissão da Servidora ADRIANA SEVERINO DE MELO, CPF nº 991.146.319-20, matrícula nº 3770, de Chefe de Divisão de Serviços Urbanos para Diretor do Departamento de Ação Social, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 4º - Alterar o cargo em comissão do Servidor ROBERTO CARLOS PATEL, CPF nº 652.650.099-49, matrícula nº 0695, de Secretário Municipal de Indústria, Agroindústria, Comércio, Trabalho e Desenvolvimento Comunitário para Diretor do Departamento de Pessoal, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os subsídios estabelecidos em Lei.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 034/2018**

Publicação Nº 1531949

PORTARIA Nº 034/18, de 01 de Fevereiro de 2018.

FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e

de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Sra. MARILENE BRISTOT NIERO, CPF nº 059.106.719-60, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Serviços Urbanos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 035/2018**

Publicação Nº 1531950

PORTARIA Nº 035/18, de 01 de Fevereiro de 2018.

ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS E CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE 40% PARA EXERCER A FUNÇÃO DE DIRETOR DE ESCOLA E DIRETOR DE CRECHE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar nº 010/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária dos Servidores abaixo relacionados, no cargo de Professor, de 20 horas semanais para 40 horas semanais, com início em 01 de Fevereiro de 2018 e término em 31 de Dezembro de 2018.

MATRÍCULA SERVIDORA CPF

0721 Luciane Fontana Vitto 015.045.149-04

0971 Sonia Beatriz Gava Martignago 907.439.549-04

1206 Kátia Fernandes R. Possamai 034.612.669-06

1887 Liandra Piazza Dal Pont 034.933.119-74

0204 Carmen Marina S. Bardini 757.965.899-20

0869 Kátia Carminatti Parolo 023.727.599-65

0719 Maria Aparecida Brina 579.453.149-53

Art. 2º - Conceder gratificação de 40% aos Servidores relacionados no Artigo 1º para exercer a função de Diretor de Escola e Diretor Creche.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 036/2018**

Publicação Nº 1531951

PORTARIA Nº 036/18, de 01 de Fevereiro de 2018.  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE 30% PARA SERVIDOR EXERCER A FUNÇÃO DE SECRETÁRIA DE ESCOLA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar nº. 010/11, de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder gratificação de 30% ao Servidor abaixo relacionado, no cargo de Professor, para exercer a função de Secretária de Escola, com início em 01 de Fevereiro de 2018 e término em 31 de Dezembro de 2018.

MATRÍCULA SERVIDORA CPF  
0087 Valdete Bordignon 638.321.609-06

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 037/2018**

Publicação Nº 1531953

PORTARIA Nº 037/18, de 01 de Fevereiro de 2018.

ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Alterar a carga horária dos Servidores abaixo relacionados, no Cargo de Professor, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com início em 01 de Fevereiro de 2018 e término em 20 de Dezembro de 2018.

MATRÍCULA SERVIDOR (A) CPF  
0747 Adriana Cadorin 918.766.059-87  
1220 Deliane Morgeuroth 007.166.559-50  
0724 Susana Barbosa de Oliveira Bardini 961.352.989-68  
0744 Maria Inez Rosso da Rocha 253.159.783-20  
0751 Veronice Gabriel da Silva 982.032.669-91  
1057 Marlene da Silva Ferreira 743.438.909-53  
0789 Sandra Regina Pescador 742.213.889-00  
1207 Graziela Gabriel Pezente 021.652.859-33  
1195 Gisele Bendo Nazário 043.902.999-64  
1208 Ediana Pizzolo 824.682.819-34  
0754 Verônica Toretto Scarabelot 837.811.029-04

Art. 2º - Alterar a carga horária dos Servidores abaixo relacionados, no Cargo de Professor, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com início em 09 de Fevereiro de 2018 e término em 14 de Dezembro de 2018.

MATRÍCULA SERVIDOR (A) CPF  
1137 Maria Luzia Floriano Spilere 022.353.139-14

1216 Elizabete Ferreira Londero 770.368.839-87  
0740 Tânia Maria K. Nazário dos Santos 711.987.769-00  
0758 Silvia Rosane Salvaro 770.356.079-00  
1219 Alessandra Trichês 894.601.549-72

Art. 3º - Alterar a carga horária do Servidor abaixo relacionado, no Cargo de Professor, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com início em 01 de Fevereiro de 2018 e término em 31 de Dezembro de 2018.

MATRÍCULA SERVIDOR (A) CPF  
1058 Maria Ivete Favarin Pescador 966.501.259-20  
1205 Maribel Maragno 560.370.609-20

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 038/2018**

Publicação Nº 1531956

PORTARIA Nº 038/18, de 01 de Fevereiro de 2018.

FAZ CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

**RESOLVE**

Art. 1º - Designar a Servidora Eliani Cesário da Rosa CPF nº 987.636.449-91, matrícula nº 0679, para exercer função gratificada nível FG-30, junto a Secretaria de Administração e Finanças, na função de Encarregada de Serviço.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 039/2018**

Publicação Nº 1531957

PORTARIA Nº 039/18, de 01 de Fevereiro de 2018.

FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

**RESOLVE**



Art. 1º - Nomear o Sr. HAROLDO SCHUVARTZ, CPF nº 457.604.039-15, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Cultura, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

## PORTARIA 040/2018

Publicação Nº 1531959

PORTARIA Nº 040/18, de 01 de Fevereiro de 2018.

NOMEIA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

### RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Sheila Marques de Oliveira 961.358.679-20 UAME

Giane Jabuinski Moro 072.625.379-03 UAME

Nivia Mara Paulino 215.038.468-06 UAME

Fernanda Fernandes Biz 030.129.549-29 UAME

Marilene Fagundes Mazzuco 103.310.739-51 UAME

Cristiani Silva da Rocha 063.214.959-05 UAME

Noeli da Silva Zeferino 682.845.439-15 UAME

Marilene Fernandes Borges 030.525.769-25 UAME

Alessandra Farias Morgerot 029.550.309-29 UAME

Fabiano Martins de Moraes 069.209.819-47 UAME

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 01 de Fevereiro de 2018 e encerrará em 20 de Dezembro de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

## PORTARIA 041/2018

Publicação Nº 1531960

PORTARIA Nº 041/18, de 01 de Fevereiro de 2018.

NOMEIA AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

### RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercerem a função pública de Agente Administrativo Escolar, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Vânia Moro da Silva 051.901.139-22 Creche São Luiz

Magali Patricio 080.150.689-16 Creche Maria M. Sartor

Gabriele Pires Gomes 111.829.019-48 Creche São Luiz

Tatiane Pereira Viera 059.872.159-27 Creche Maria M. Sartor

Jucineia Januário Pereira 064.937.889-00 Creche Maria M. Sartor

Monalisa Gonçalves da Trindade 061.606.749-60 Creche São Cristóvão

Karina dos Santos Fregulia 078.963.569-02 Creche São Cristóvão

Dafne Gnoatto Freitas 089.733.879-01 Pré-Escolar Cidade Alta

Hélida Bardini Vitali 067.969.299-18 Creche Maria M. Sartor

Morgania Colares Paulo 065.068.329-32 Creche Maria M. Sartor

Monaliza Abati Bordignon 009.257.589-73 Creche São Luiz

Josielen Bristot Arigoni 103.929.599-17 Creche São Luiz

Paloma Figueredo Mandelli 067.987.609-02 Creche Maria M. Sartor

Daniele Alexandre Boeira 108.920.159-18 Creche Maria M. Sartor

Fernanda Bardini Amaro 059.767.339-05 Creche São Luiz

Monica Gonçalves Januário 062.755.489-08 Pré-Escolar Peixinho Dourado

Gabriele da Cunha Leal 097.694.229-16 Creche São Luiz

Franciele Velho Biz 049.185.699-78 Pré-Escolar Cidade Alta

Thaiane Daniel Leandro 107.758.929-80 Creche Maria M. Sartor

Cristiane Machado .Silveira 102.893.909-40 Creche São Cristóvão

Alice Gava Martignago 110.347.359-00 Pré-Escolar Peixinho Dourado

Daiana Lopes Pereira 052.170.509-69 Creche São Cristóvão

Marina Vidal Borges 108.766.789-59 Pré-Escolar Peixinho Dourado

Monica de Araujo Santos 041.860.509-29 Creche São Cristóvão

Naja Eli Velho 050.408.149-76 Pré-Escolar Cidade Alta

Eliete Niero B. Rosso 038.874.559-24 Creche São Cristóvão

Simone de Oliveira Boselo Arcaro 024.291.849-23 Creche São Cristóvão

Luana Visentin Peruchi 087.843.759-22 Creche Maria M. Sartor

Auricelia de Barros Santos 969.733.583-49 Creche São Luiz

Eduarda Zilli Pasini 088.033.309-09 Creche Maria M. Sartor

Cristiane Casagrande Accordi 048.796.189-77 Creche São Luiz

Cleimar Schiavini Nunes Rocha 057.510.839-89 Creche São Luiz

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 01 de Fevereiro de 2018 e encerrará em 20 de Dezembro de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal



Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

## **PORTARIA 042/2018**

Publicação Nº 1531961

PORTARIA Nº 042/18, de 01 de Fevereiro de 2018.

CONVERTE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 101, da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995(Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Converter a licença prêmio em dinheiro na razão de 50 (cinquenta) por cento do servidor MARIO SEMPREBOM, CPF nº 469.886.109-87 matrícula nº 0058, referente ao período aquisitivo de 01.09.2011 a 31.08.2016, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

## **PORTARIA 043/2018**

Publicação Nº 1531963

PORTARIA Nº 043/18, de 01 de Fevereiro de 2018.

NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercerem a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Carolina dos Santos Talau 100.036.849-11 Creche São Cristóvão

Josilaine Souza 068.419.649-26 Creche São Luiz

Christiane Flores Fernandes 989.391.220-20 Creche Maria M. Sartor

Andresa Adoil Soares Giusti 035.306.409-21 Creche Maria M. Sartor Vanderlene da Silva Tomé Manenti 814.075.059-04 Creche São Cristóvão

Graziela Rocha Camargo Ranakoski 048.224.789-47 Creche São Luiz

Diana da Rosa Pacheco 071.509.809-88 Creche São Luiz

Bianca Leonel Rocha 094.740.909-20 Creche São Luiz

Zuenia Maria T. Bom 780.176.889-20 Creche Maria M. Sartor

Magda Tomio 089.013.779-00 Creche São Luiz

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado

no art. 1º desta Portaria, iniciará em 01 de Fevereiro de 2018 e encerrará em 20 de Dezembro de 2018.

Art. 3 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

## **PORTARIA 044/2018**

Publicação Nº 1531964

PORTARIA Nº 044/18, de 01 de Fevereiro de 2018.

NOMEIA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Janaina Matheos Miguel Pereira 034.158.879-28 E.Mª das Dores C. Angeloni

Sirlene Martins 059.585.529-61 E.Mª das Dores C. Angeloni

Débora Pizzolotto dos Santos 096.774.269-23 E.Mª das Dores C. Angeloni

Jessica de Souza Ribeiro 074.338.689-25 E.Mª das Dores C. Angeloni

Bruna Tomie Clarinda Bristot 056.712.279-41 Escola M. São Luis

Jerusa Fabri 069.484.669-40 Escola M. São Luis

Renata Ferreira 079.786.259-58 E. E. B. Mª Laurita M. Bristot

Daiane Elias V. Valhate 042.639.239-60 E. E. B. Mª Laurita M. Bristot

Aline Burin dos Santos 104.253.749-63 E. M. Celso Marcon

Ana Carla Becker 060.844.499-56 EJA

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 01 de Fevereiro de 2018 e encerrará em 14 de Dezembro de 2018.

Art. 3º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Janice Custódio Machado 034.503.939-44 Creche São Luis

Susana Tome Santana 059.075.569-27 Creche São Luis

Jessica Ricardo Candido 098.652.739-42 Pré-Escolar Morro Chato

Lilian Tuani de Lima 096.014.559-14 Pré-Escolar Cidade Alta

Janine da Silva Custodio 066.419.329-31 Pré-Escolar Peixinho Dourado

Giovana dos Reis 062.307.759-05 Creche Maria M. Sartor

Adriana Freitas da Silva 016.760.539-99 Creche Maria M. Sartor

Andresa Souza Rodrigues 033.500.589-65 Creche Maria M. Sartor

Graziela Lock Pinheiro 064.069.329-60 Creche São Cristóvão  
Eliane Guedes de Andrade 526.786.364-53 APAE  
Lucimar With Danielski 064.804.479-30 Creche São Cristóvão

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 01 de Fevereiro de 2018 e encerrará em 20 de Dezembro de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.  
TIAGO ZILLI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 045/2018**

Publicação Nº 1531965

PORTARIA Nº 045/18, de 01 de Fevereiro de 2018.  
NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 003/2017-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação nas Escolas de Período Integral, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

#### **NOME CPF LOCAL DE TRABALHO**

Cristiane Rampinelli Macarini 067.988.689-32 Escola M. São Luiz  
Elisângela Ferreira 049.287.369-07 Escola M. São Luiz  
Arcângela de Aguiar Fabris 051.389.439-01 Escola M. Celso Marcon  
Mariluci Zavariz 066.565.039-69 C.E.I.P. Mª das Dores C.Angeloni  
Rosângela Darabas 769.756.739-34 C.E.I.P. Mª das Dores C.Angeloni  
Elisiane Américo de Souza 074.816.309-33 Escola M. São Luiz  
Bruna Gonçalves Amaro 094.884.069-25 Escola M. São Luiz  
Angela Elias Vieira 067.988.629-00 Escola M. Celso Marcon  
Vanderli da Silva T. Marques 023.905.249-82 Escola M. Celso Marcon  
Jucelia Premoli 863.064.649-72 Escola M. Celso Marcon  
Daniele Scussel Costa da Aguiar 054.142.439-48 C.E.I.P. Mª das Dores C.Angeloni  
Helena Carolina Arceno 033.189.009-74 C.E.I.P. Mª das Dores C.Angeloni  
Ediare S. Pescador Arigoni 966.604.819-15 C.E.I.P. Mª das Dores C.Angeloni  
Adriana Miguel da Silva Pinheiro 004.556.629-16 Escola M. São Luiz

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 09 de Fevereiro de 2018 e encerrará em 07 de Dezembro de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.  
TIAGO ZILLI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 046/2018**

Publicação Nº 1531966

PORTARIA Nº 046/18, de 05 de Fevereiro de 2018.

FAZ EXONERAÇÃO DE CARGO PERMANENTE POR MOTIVO DE APOSENTADORIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Exonerar o servidor VALDETE CORDEIRO, CPF nº 501.611.219-34, matrícula nº. 0048, exercendo o Cargo de Provedor Efetivo de Orientador e Supervisor Educacional, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de fevereiro de 2018.  
TIAGO ZILLI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 047/2018**

Publicação Nº 1531968

PORTARIA Nº 047/18, de 05 de Fevereiro de 2018.  
NOMEIA PROFESSOR IV, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 003/2017-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

#### **NOME CPF CARGO LOCAL DE TRABALHO**

Camila Rabelo 100.835.089-37 Ed. Física Pré Cidade Alta  
Fabiana Paulino 080.473.879-36 Ed. Física Pré São Luiz e Morro Chato  
Cintia Albino de Oliveira 057.505.949-47 Ed. Física Pré-Escolar São Luiz  
Laís Thomazi Tonetto 074.816.449-93 Artes Pré Peixinho Dourado e Cidade Alta

Art. 2º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 003/2017-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

**NOME CPF CARGO LOCAL DE TRABALHO**

Thais Scarpari Mariana 074.743.279-10 Ed. Física E.M. Celso Marcon

Erica F. Goulart Gonçalves 041.730.229-05 Artes E. M. São Luiz e Creche Cidade Alta

Cristina Antunes de Oliveira 033.296.799-99 Artes Pré Cidade Alta e Peixinho Dourado

Art. 3º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º e 2º desta Portaria, iniciarão em 09 de Fevereiro de 2018 e encerrará em 20 de Dezembro de 2018.

Art. 4º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 003/2017-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

**NOME CPF CARGO LOCAL DE TRABALHO**

Edilenia M. Frezza Ronchi 043.057.339-19 Inglês E.M. Celso Marcon e São Braz

Art. 5º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 003/2017-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

**NOME CPF CARGO LOCAL DE TRABALHO**

Giovana C. P. de Oliveira 004.816.629-44 Artes E. M. Celso Marcon e São Braz

Marcio Roque 048.084.319-80 Português E.E.B Laurita M. Bristot

Paula T. Pizzolo Corrêa 005.205.679-19 Matemática E.E.B Laurita M. Bristot

Rosana de Melo Lourenço 074.490.359-95 Ciências E.E.B Laurita M. Bristot

Art. 6º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 003/2017-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

**NOME CPF CARGO LOCAL DE TRABALHO**

Daniele Jeremias 076.731.949-45 Ed. Física E.E.B. Laurita Manfredini e São Luiz

Marcos Macedo Gonzaga 050.860.779-58 Ed. Física E.E.B. Laurita Manfredini

Taise Ré 063.229.939-84 Ed. Física Escola São Braz

Thaise Veríssimo G.Vicentin 010.062.009-40 Inglês E.E.B. Laurita Manfredini e São Luiz

Art. 7º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 4º, 5º e 6ª desta Portaria, iniciarão em 09 de Fevereiro de 2018 e encerrará em 14 de Dezembro de 2018.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 048/2018**

Publicação Nº 1531969

PORTARIA Nº 048/18, de 05 de Fevereiro de 2018.  
NOMEIA PROFESSOR III, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 003/2017-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Professor III, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

**NOME CPF CARGO LOCAL DE TRABALHO**

Janaina D. Inacio Scarpari 048.216.129-92 Pedagogo E. M. Celso Marcon

Danielli Elias Cristóvão 081.426.359-33 Pedagogo E. M. São Luiz

Edenise Brina Walnier 052.666.499-47 Pedagogo E. M. Celso Marcon

Jadna Salvador da Silva 048.842.909-92 Pedagogo E. M. Celso Marcon

Franciele da Silva Candido 066.577.149-55 Pedagogo E. M. Celso Marcon

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 09 de Fevereiro de 2018 e encerrará em 14 de Dezembro de 2018.

Art. 3º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 003/2017-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Professor III, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

**NOME CPF CARGO LOCAL DE TRABALHO**

Thaís de A. Moro Selinger 986.768.579-20 Pedagogo Pré Escolar Peixinho Dourado

Art. 4º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 3º desta Portaria, iniciará em 07 de Fevereiro de 2018 e encerrará em 20 de Dezembro de 2018.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 049/2018**

Publicação Nº 1531970

PORTARIA Nº 049/18, de 05 de Fevereiro de 2018.

ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR EFETIVO E CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE 40% PARA EXERCER A FUNÇÃO DE DIRETORA DO EJA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

## RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária do Servidor abaixo relacionado, no Cargo de Professor, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com início em 05 de Fevereiro de 2018 e término em 30 de Novembro de 2018.

MATRÍCULA SERVIDOR (A) CPF

1211 Roseli Carmem S. H. Mantovani 924.494.339-53

Art. 2º - Conceder gratificação de 40% aos Servidores relacionados no Artigo 1º para exercer a função de Diretor do EJA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 050/2018**

Publicação Nº 1531971

PORTARIA Nº 050/18, de 05 de Fevereiro de 2018.

ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

## RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária dos Servidores abaixo relacionados, no Cargo de Professor, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com início em 05 de Fevereiro de 2018 e término em 30 de Novembro de 2018.

MATRÍCULA SERVIDOR (A) CPF

1209 Gizeli Estevam Baesso 030.632.579-90

0733 Elaine Maria Fassini 577.474.749-20

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 051/2018**

Publicação Nº 1531972

PORTARIA Nº 051/18, de 08 de Fevereiro de 2018.

NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei nº 2.140/12 de 27 de Novembro de 2012,

## RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 003/2017-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Rosana Favaro Francisco 066.303.439-64 Pré Escolar Peixinho Dourado

Charlene Patel Feltrin Arcaro 036.836.379-19 Pré Escolar Peixinho Dourado

Mariane Semprebom Bardini 082.770.839-47 Pré Escolar Cidade Alta

Mayara Possamai Pagnan 071.771.899-98 Pré Escolar Cidade Alta

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 08 de Fevereiro de 2018 e encerrará em 20 de Dezembro de 2018.

Art. 3º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 003/2017-SME, os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Tainá Elias Vieira 067.988.639-73 E. E. B. Profº. Laurita M. Bristot Nadir da Silva Zeferino 769.754.609-49 E. E. B. Profº. Laurita M. Bristot

Paula Estefania Fernandes 041.833.159-64 E. E. B. Profº. Laurita M. Bristot

Liliane de Souza Piva 066.619.699-03 E. E. B. Profº. Laurita M. Bristot

Elizabeth Arigoni da Silva 022.623.339-12 E.E.B.M. Das Dores C. Angeloni

Alexandra Miguel da Silva 927.773.929-00 E.M. São Luiz

Lilian Figueiredo Pereira 040.199.859-28 E.E.B. Mª das Dores C. Angeloni

Art. 4º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 3º desta Portaria, iniciará em 15 de Fevereiro de 2018 e encerrará em 07 de Dezembro de 2018.

Art. 5º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 003/2017-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Sidenei Schwartz 732.809.419-20 Sala do AE

Art. 6º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 5º desta Portaria, iniciará em 01 de Março de 2018 e encerrará em 07 de Dezembro de 2018.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.



**PORTARIA 052/2018**

Publicação Nº 1531974

PORTARIA Nº 052/18, de 09 de Fevereiro de 2018.  
NOMEIA ENGENHEIRO AGRIMENSOR E DIGITADOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear através do Processo Seletivo nº 004-2017 - PMT, a Sra. JANAINA DA SILVA ZEFERINO, CPF nº 080.289.819-09, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Engenheiro Agrimensor, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Nomear através do Processo Seletivo nº 004-2017 - PMT, os Servidores a baixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Digitador, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

**NOME CPF**

Jonas Bordignon da Silva 100.952.959-50

Evelin Tomé Marques 087.657.469-02

Camila Rodrigues 073.849.249-36

Art. 3º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º e 2º desta Portaria, iniciará em 14 de Fevereiro de 2018 e encerrará em 08 de Janeiro de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 053/2018**

Publicação Nº 1531975

PORTARIA Nº 053/18, de 09 de Fevereiro de 2018.  
NOMEIA MOTORISTA II EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear através do Processo Seletivo nº 001-2018 - PMT, os Servidores a baixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Motorista II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

**NOME CPF**

Valmir Severino 305.731.819-34

Angelo Santos Evangelista 376.946.349-87

Antomar Alexandre Dal Ponte 378.291.149-00

Antonio Bortot 613.356.309-53

Philippe Flores Fernandes 024.278.670-71

Pedro Ari da Cruz 585.205.030-04

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 14 de Fevereiro de 2018 e encerrará em 05 de Fevereiro de 2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 054/2018**

Publicação Nº 1531977

PORTARIA Nº 054/18, de 09 de Fevereiro de 2018.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORA NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que a servidora se encontra em Auxílio Doença resolve,

**RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar até 09 de Junho de 2018 a contratação da servidora DAIANA MOSER CPF nº 051.389.559-00, matrícula nº 3377, nomeada através do Processo Seletivo 001-2014-SME, exercendo a função pública de Professor IV, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

**PREGÃO PRESENCIAL PMT 10/2018**

Publicação Nº 1532607

**Aviso de Licitação**

Processo de Licitação nº 10/2018 - Pregão Presencial nº 10/2018

Objeto: Aquisição de pneus, câmaras e protetores.

Entrega dos envelopes: até as 08h45min do dia 08/03/2018

Abertura da Sessão: á partir das 09:00 horas do dia 08/03/2018

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100.

Turvo /SC, 22 de fevereiro de 2018.

Nestor Reco

Pregoeiro

## **RESOLUCAO 004/2018 CMAS**

Publicação Nº 1531988

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- MUNICÍPIO DE TURVO SANTA CATARINA.

Resolução Nº 004/2018.

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de contas de Custeio e Investimento do Fundo Estadual de Assistência Social do ano de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Turvo/SC, em Reunião Ordinária realizada no dia 20 (vinte) de fevereiro de 2018, no uso de suas competências; que lhe confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993-Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS e a Lei Municipal nº 1.192/96, de 02 de setembro de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social e a Lei Municipal 2.191/14, de 15 de abril de 2014, que altera o Conselho Municipal de Assistência Social.

### **RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a prestação de contas dos gastos efetuados das contas de Custeio e Investimento, do Fundo Estadual de Assistência Social 2017, levando em consideração que os serviços foram executados com eficiência, eficácia e efetividade.

Turvo, 20 de fevereiro de 2018.

JOSÉ NELCI PAZINI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

TURVO/SC.



# União do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO N. 3740/2018

Publicação N° 1532243

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.740, de 22 de fevereiro 2018.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

#### DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, NELI MARIA MACHADO, ocupante do cargo de Coordenador de Saúde, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 01/03/2018 a 30/03/2018, relativas ao período aquisitivo de 03/03/2017 à 02/03/2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 22 de fevereiro 2018.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal N° 1010/2014.

### DECRETO N. 3741/2018

Publicação N° 1532244

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.741, de 22 de fevereiro 2018.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

#### DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, DALCIR PANISSON, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 01/03/2018 a 30/03/2018, relativas ao período aquisitivo de 02/03/2016 à 01/03/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 22 de fevereiro 2018.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal N° 1010/2014.

### DECRETO N. 3742/2018

Publicação N° 1532245

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.742, de 22 de fevereiro 2018.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

#### DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, VILMAR TSSONIERO, ocupante do cargo de Operador de Maquinas, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, a serem gozadas no período de 01/03/2018 a 30/03/2018, relativas ao período aquisitivo de 07/03/2016 à 06/03/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 22 de fevereiro 2018.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal N° 1010/2014.

**DECRETO N. 3743/2018**

Publicação Nº 1532247

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.743, de 22 de fevereiro 2018.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 20 (vinte) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, CATIANE ZAMARCHI, ocupante do cargo de Nutricionista, 20 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 12/03/2018 a 31/03/2018, relativas ao período aquisitivo de 02/06/2016 à 01/06/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 22 de fevereiro 2018.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 22 de Fevereiro de 2018.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º1010/2014.

**DECRETO N. 3744/2018**

Publicação Nº 1532249

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.744, De 22 de Fevereiro de 2018.  
Dispõe sobre nomeação para Cargo em Comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 93, de 21 de setembro de 2015, Lei Complementar N.º 90/2015 e alterações posteriores,

**DECRETA:**

Art.1º Fica nomeada, ANDRIELI PEGURINI, portadora do CPF n.º 010.465.669-70 e do RG n.º 5.407.010 SSP/SC, para o Cargo em Comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, Regime de Dedicação Integral e nível de vencimento CC-7, sem a verba de gratificação.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

# Urubici

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2196/2018

Publicação Nº 1532827

DECRETO Nº 2196/2018  
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE  
TURISMO DE URUBICI.

Antônio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Turismo do Município de Urubici, os cidadãos abaixo indicados:

1. REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
Helvio Arilson Beckhauser

2. REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DESPORTO  
Maria Willemann Warmling

3. REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
João Cesar Matos Borges

4. REPRESENTANTE DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS  
Lea Feldmann Ambonatti

5. REPRESENTANTE DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM  
Deive Almeida

6. REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA NA COLÔNIA  
Dilmo Israel

7. REPRESENTANTE DE BARES, RESTAURANTES E SIMILARES  
Ana Claudia de Souza Correa

8. REPRESENTANTE DE AGÊNCIAS, OPERADORAS E GUIAS DE TURISMO  
Débora Berlatto Moura

9. REPRESENTANTE DE PROPRIETÁRIOS DE ATRATIVOS TURÍSTICOS  
Adilson Jorge da Costa

10. REPRESENTANTE DE ÓRGÃO OFICIAL DE MEIO AMBIENTE  
Paulo Santi Cardoso da Silva

11. REPRESENTANTE DE ARTESÃOS  
Álvaro Luiz Costa

12. REPRESENTANTE DA CÂMARA DE VEREADORES  
Guilherme Oberlaender de Almeida

13. REPRESENTANTE DO SINDICATO RURAL DE URUBICI  
Claudia Maria Schmitz

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 2053/2017.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 21 de fevereiro de 2018.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 191/2018

Publicação Nº 1532255

PORTARIA Nº 191/2018

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Senhora Maria Marta Ribeiro, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada através da Portaria nº 184/2018, 19/02/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 21 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 192/2018

Publicação Nº 1532257

PORTARIA Nº 192/2018

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Senhora Janete Beckhauser Fraga, do cargo de Professora, nomeada através da Portaria nº 055/2018, 07/02/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 21 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 193/2018**

Publicação Nº 1532260

## PORTARIA Nº 193/2018

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Senhora Janete Beckhauser Fraga, do cargo de Professora, nomeada através da Portaria nº 126/2018, 08/02/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 21 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 194/2018**

Publicação Nº 1532261

## PORTARIA Nº 194/2018

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Senhora Rosinete Aparecida de Oliveira, do cargo de Professora, nomeada através da Portaria nº 101/2018, 07/02/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 21 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 195/2018**

Publicação Nº 1532262

## PORTARIA Nº 195/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

## RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Josiane do Nascimento, para exercer o cargo de 2º Professor II, na Escola Nucleada Valdirene Arruda da Cunha Borguezan, no período de 21/02/2018 à 20/12/2018 e/ou enquanto tiver matrícula de aluno com necessidade especial, com carga horária de 20 horas semanais, de acordo com o Decreto nº 3.298/99 que regulamenta a Lei da Inclusão nº 7.853/89, em virtude da matrícula de Alunos

Portadores de Necessidades Especiais na referida Escola.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 21 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 196/2018**

Publicação Nº 1532263

## PORTARIA Nº 196/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Josiane do Nascimento, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 21 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 197/2018**

Publicação Nº 1532264

## PORTARIA Nº 197/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

## RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Alina de Souza Rodrigues, para exercer o cargo de Professor II, na Escola Nucleada Valdirene Arruda da Cunha Borguezan, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 22/02/2018 à 20/12/2018 e/ou enquanto perdurar a Licença Médica da Servidora Efetiva Márcia Niehues.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 198/2018**

Publicação Nº 1532265

## PORTARIA Nº 198/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Alina de Souza Rodrigues, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 199/2018**

Publicação Nº 1532266

## PORTARIA Nº 199/2018

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º- Conceder à Servidora Marlene das Graças Cerino, exercendo o cargo de Professora, Licença Prêmio por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 22/02/2018, referente ao período aquisitivo 2010/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 200/2018**

Publicação Nº 1532836

## PORTARIA Nº 200/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Iverlane Pereira de Souza, exercendo o cargo de Professora, Função Gratificada - FG – 01, nos termos do artigo 1º, anexo VI da Lei Complementar nº 009/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 201/2018**

Publicação Nº 1532837

## PORTARIA Nº 201/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Iverlane Pereira de Souza Costa, exercendo o cargo de Coordenadora, gratificação de 10% (dez por cento) sobre seus vencimentos, nos termos do art. 17 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 202/2018**

Publicação Nº 1532839

## PORTARIA Nº 202/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Eliete Maria dos Santos Ribeiro, exercendo o cargo de Professora, Função Gratificada - FG – 01, nos termos do artigo 1º, anexo VI da Lei Complementar nº 009/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 203/2018**

Publicação Nº 1532845

## PORTARIA Nº 203/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Eliete Maria dos Santos Ribeiro,

exercendo o cargo de Coordenadora, gratificação de 10% (dez por cento) sobre seus vencimentos, nos termos do art. 17 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de Fevereiro de 2018.  
Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 204/2018**

Publicação Nº 1532848

PORTARIA Nº 204/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Eliana Delfino, para exercer o cargo de Professor II, no Centro de Educação Infantil Raio de Sol, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 22/02/2018 à 20/12/2018 e/ou enquanto perdurar a função de Coordenadora em 2018 da Servidora Efetiva Ana Karla Xavier, que encontra-se na Coordenação da Escola Nucleada Águas Brancas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de Fevereiro de 2018.  
Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 205/2018**

Publicação Nº 1532851

PORTARIA Nº 205/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Eliana Delfino, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de Fevereiro de 2018.  
Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 206/2018**

Publicação Nº 1532856

PORTARIA Nº 206/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Daniela da Rosa Souza, para exercer o cargo de Professor II, na Escola Nucleada Águas Brancas, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 22/02/2018 à 20/12/2018, em substituição a Servidora Efetiva Rita Aparecida de Souza, que está a disposição na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de Fevereiro de 2018.  
Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 207/2018**

Publicação Nº 1532857

PORTARIA Nº 207/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Daniela da Rosa Souza, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de Fevereiro de 2018.  
Antonio Zilli  
Prefeito Municipal



# Urussanga

## PREFEITURA

### EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N° 01/165/2017

Publicação N° 1532541

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
CONTRATO: 01/165/2017  
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 29/2017  
DATA DE ASSINATURA: 21/02/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A  
CNPJ/CPF: 90.180.605/0001-02  
OBJETO: SEGURO DE VEÍCULO TOTAL ESCOLARES  
VALOR GLOBAL: R\$ 11.725,88  
VIGÊNCIA PRORROGADA ATÉ 21/02/2019

# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATOS DE Nº 033/2018 A Nº 037/2018

Publicação Nº 1532824

EXTRATO DE CONTRATOS de nº 033/2018 a nº 037/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ALBETEC COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA BASTOS EIRELI - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de material de expediente impresso para a Prefeitura Municipal de Vargeão e Secretarias.

VALOR: R\$ 31.110,00 (TRINTA E UM MIL CENTO E DEZ REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, processo licitatório 05/2018 Pregão 04/2018 e Contrato nº 033/2018.

Vargeão, SC, 22 de Fevereiro de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: GRAFICA PEL GRAFICA E EDITORA LTDA – ME.

OBJETO: Aquisição parcelada de material de expediente impresso para a Prefeitura Municipal de Vargeão e Secretarias.

VALOR: R\$ 19.209,95 (DEZENOVE MIL DUZENTOS E NOVE REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, processo licitatório 05/2018 Pregão 04/2018 e Contrato nº 034/2018.

Vargeão, SC, 22 de Fevereiro de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA.

OBJETO: Aquisição parcelada de material de expediente impresso para a Prefeitura Municipal de Vargeão e Secretarias.

VALOR: R\$ 15.157,00 (QUINZE MIL CENTO E CINQUENTA E SETE REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, processo licitatório 05/2018 Pregão 04/2018 e Contrato nº 035/2018.

Vargeão, SC, 22 de Fevereiro de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de Nitrogênio Líquido, com entregas programadas, para recarga de botijões criogênicos de armazenamento de sêmen bovino utilizado no Programa de Inseminação Artificial.

VALOR: R\$ 22.500,00 (VINTE E DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, processo licitatório 04/2018 Pregão 03/2018 e Contrato nº 036/2018.

Vargeão, SC, 22 de Fevereiro de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

OBJETO: Contratação de empresa para a execução de obra referente ao projeto de drenagem pluvial, passeio e pavimentação asfáltica com concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) da Rua Albino Tiecher e da pavimentação em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) de parte da Rua Angelo Tiecher pertencentes ao sistema viário da sede do Município de Vargeão, Estado de Santa Catarina, totalizando 2.320,80m², com fornecimento de materiais e mão de obra especializada, com execução indireta, no regime de empreitada por preço global,

VALOR: R\$ 227.865,76 (DUZENTOS E VINTE E SETE MIL OITOCENTOS E SESENTA E CINCO REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, processo licitatório 02/2018 Tomada de Preço 01/2018 e Contrato nº 037/2018.

Vargeão, SC, 22 de Fevereiro de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018

Publicação Nº 1532843

Extrato de EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 07 de março de 2018 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote e tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem para Campeonatos Municipais de Vargeão, SC, durante o Exercício de 2018, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão Presencial nº 11/2018. Informações complementares serão prestadas através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link [http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con\\_licitacoes.faces](http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces)

Vargeão, SC, 22 de fevereiro de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 004/2018

Publicação Nº 1531821

PORTARIA Nº 004/2018, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANIO CESAR PETRI, Presidente da Câmara de Vereadores de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e acolhendo decisão da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Vidal Ramos;

**RESOLVE:**

Art. 01º. – Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar irregularidades cometidas pelo servidor V.C.W., estável na função de Agente Administrativo.

Art. 02º. - Nomeia Comissão de Procedimento Administrativo Disciplinar que será composta pelos servidores da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, indicados pelo Prefeito Municipal Laércio da Cruz, através do Ofício n. 029/2017:

Almir Schmitz, efetivo e estável no cargo de Oficial Administrativo (Matricula 508503); PRESIDENTE; André Luiz Preis Domingos, efetivo e estável no cargo de Oficial Administrativo (Matricula 508500); SECRETÁRIO; e Vilson dos Anjos, efetivo e estável no cargo de Gerente Técnico (Matricula 507822); MEMBRO VOGAL.

Art. 03º. - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vidal Ramos, 20 de fevereiro de 2018.

VANIO CESAR PETRI ADRIANO RADAVELLI

Presidente da Câmara Secretário

# Videira

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2018 - PMV

Publicação Nº 1532906

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2018 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 56/2018

HOMOLOGAÇÃO: 22/02/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO INTITULADO "OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS" A SER MINISTRADO PELO SENAI/VIDEIRA, PARA ATÉ 30 SERVIDORES DO MUNICIPIO DE VIDEIRA - SC.

CONTRATADO: SENAI - CET DE VIDEIRA

VALOR de R\$ 4.500,00 (quatro mil reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, caput e inciso II, e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 22 de fevereiro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018**

Publicação Nº 1532599

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2018**

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA faz saber a quem possa interessar que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para a ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO e formação de CADASTRO DE RESERVA de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público o qual reger-se-á pela Lei Complementar Municipal nº 118/11 e alterações, Lei Complementar Municipal 122/12 e alterações, Lei Municipal nº 2.369/10 e alterações, instruções especiais contidas neste Edital e demais disposições legais vigentes.

**1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME**

DATA	ATO
23/02/2018	Publicação do Edital
23/02/2018 até às 23h59min do dia 25/03/2018	PERÍODO DE INSCRIÇÕES
23/02/2018 a 14/03/2018	Período para solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição
21/03/2018	Divulgação da lista de isentos do pagamento da taxa de inscrição
23/02/2018 a 26/03/2018	Prazo para impressão dos boletos e pagamento da taxa de inscrição
29/03/2018	Publicação da relação de inscritos
02/04/2018 a 03/04/2018	Prazo para recurso contra indeferimento de inscrições
04/04/2018	Homologação das Inscrições e publicação do local e horário de provas
<b>08/04/2018</b>	<b>Data provável para realização das Provas</b>
08/04/2018	Publicação do gabarito provisório (após as 22 horas)
09/04/2018 e 10/04/2018	Prazo para recurso contra questões e gabarito
18/04/2018	Publicação do julgamento dos recursos, do gabarito definitivo e das notas da Prova Objetiva.
19/04/2018 e 20/04/2018	Prazo de recursos contra notas da Prova Objetiva
23/04/2018	Publicação do julgamento dos recursos e da convocação para aplicação da Prova Prática e do envio dos documentos da Prova de Títulos
23/04/2018 a 27/04/2018	Período de Envio dos Documentos para Prova de Títulos
29/04/2018	Data provável para realização da Prova Prática
02/05/2018	Publicação das notas da Prova Prática, de Títulos e da Classificação Provisória
03/05/2018 a 04/05/2018	Prazo para recurso contra notas da Prova Prática, de Títulos e contra Classificação Provisória
07/05/2018	Publicação do julgamento dos recursos
A partir de 07/05/2018	Homologação do resultado final

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo e/ou da Comissão Executiva, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

### 2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. Quadro de cargos, vagas, carga horária semanal, habilitação mínima, vencimento e tipo de provas:

Nº	CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO MENSAL R\$	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	Taxa De Inscrição R\$
1	Agente Administrativo II	CR	40h	1.493,36	Ensino Médio Completo.	Objetiva	35,00
2	Agente de Pavimentação Pública	CR	40h	1.950,92	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva e Prática	15,00
3	Agente Social	CR	40h	1.493,36	Ensino Médio Completo.	Objetiva	35,00
4	Analista de Nível Superior	CR	40h	3.922,05	Nível Superior em uma das seguintes áreas: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Computação e Gestão Pública	Objetiva	45,00
5	Assistente Social	CR	40h	3.922,05	Nível Superior de Serviço Social	Objetiva	45,00
6	Auxiliar de Saúde Bucal	CR	40h	1098,44	Ensino Médio Completo e Registro no Conselho Regional de Odontologia	Objetiva	35,00
7	Auxiliar de Serviços Gerais	CR	40h	978,50	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva	15,00
8	Auxiliar Educacional	CR	40h	1.493,36	Nível Médio Completo	Objetiva	35,00
9	Auxiliar Operacional	CR	40h	978,50	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva	15,00
10	Bioquímico Farmacêutico	CR	40h	3.922,05	Nível Superior em Bioquímica e/ou Farmácia	Objetiva	45,00
11	Carpinteiro	CR	40h	1.950,92	Ensino Fundamental Completo	Objetiva e Prática	15,00
12	Contador	CR	40h	4.696,73	Nível Superior em Ciências Contábeis com registro no CRC	Objetiva	45,00
13	Enfermeiro	CR	40h	3.922,05	Nível Superior em Enfermagem, com registro no COFEN	Objetiva	45,00
14	Engenheiro Agrônomo	CR	40h	4.696,73	Nível Superior em Engenharia Agrônoma, com registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA)	Objetiva	45,00
15	Engenheiro Civil	CR	40h	4.696,73	Graduação em Engenharia Civil com registro no CREA	Objetiva	45,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

Nº	CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO MENSAL R\$	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	Taxa De Inscrição R\$
16	Especialista em Educação	CR	40h	3.353,14	Nível Superior em Pedagogia, com habilitação em orientação educacional, supervisão escolar ou administração escolar, comprovada através de histórico escolar do curso de graduação, extensão e/ou pós-graduação	Objetiva e Títulos	45,00
17	Farmacêutico	CR	40h	3.922,05	Nível Superior em Farmácia com registro no respectivo órgão de classe	Objetiva	45,00
18	Fiscal de Obras	CR	40h	4.696,73	Graduação em Engenharia Civil com registro no CREA	Objetiva	45,00
19	Fiscal de Tributos Municipais	CR	40h	4.696,73	Nível superior em uma das seguintes áreas: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito	Objetiva	45,00
20	Fisioterapeuta	CR	40h	3.922,05	Nível Superior em Fisioterapia, com registro no COFFITO	Objetiva	45,00
21	Marceneiro	CR	40h	1.950,92	Ensino Fundamental Completo	Objetiva e Prática	15,00
22	Mecânico de Máquinas e Equipamentos	CR	40h	1.950,92	Nível Médio Completo	Objetiva e Prática	35,00
23	Mecânico de Veículos	CR	40h	1.950,92	Nível Médio Completo	Objetiva e Prática	35,00
24	Médico	CR	40h	17.346,69	Nível Superior em Medicina com registro no respectivo órgão de classe	Objetiva	45,00
25	Médico Ginecologista Obstetra	CR	20h	9.912,40	Nível Superior em Medicina com especialização em ginecologia e obstetrícia e registro no respectivo órgão de classe	Objetiva	45,00
26	Médico Pediatra	CR	20h	9912,40	Nível Superior em Medicina com especialização em pediatria e registro no respectivo órgão de classe	Objetiva	45,00
27	Médico Psiquiatra	CR	10h	4.956,19	Nível Superior em Medicina com especialização em psiquiatria e registro no respectivo órgão de classe	Objetiva	45,00
28	Médico Veterinário	CR	40h	4.956,19	Graduação em Medicina Veterinária, com registro no CFMV	Objetiva	45,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

Nº	CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO MENSAL R\$	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	Taxa De Inscrição R\$
29	Motorista	CR	40h	1.785,37	Nível Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “D”	Objetiva e Prática	35,00
30	Nutricionista	CR	40h	3.922,05	Nível Superior em Nutrição, com registro no CFN	Objetiva	45,00
31	Odontólogo	CR	40h	6.033,91	Nível Superior em Odontologia com registro no respectivo órgão de classe	Objetiva	45,00
32	Operador de Motoniveladora	CR	40h	1.785,37	Ensino Fundamental Incompleto e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “C”	Objetiva e Prática	15,00
33	Operador de Retroscavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá Carregadeira	CR	40h	1.785,37	Ensino Fundamental Incompleto e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “C”	Objetiva e Prática	15,00
34	Operador de Trator de Pneus, Máquinas de Varrição e Capina Mecânica	CR	40h	1.785,37	Ensino Fundamental Incompleto e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “C”	Objetiva e Prática	15,00
35	Operador de Trator de Esteira	CR	40h	1.785,37	Ensino Fundamental Incompleto e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “C”	Objetiva e Prática	15,00
36	Pedreiro	CR	40h	1.950,92	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva e Prática	15,00
37	Pintor Letrista	CR	40h	1.950,92	Ensino Fundamental Completo	Objetiva e Prática	15,00
38	Professor – Área de Atuação: Educação Infantil	CR	40h	3.255,47	Habilitação profissional de nível superior, em curso de licenciatura plena, comprovada mediante certificado de registro do Ministério da Educação e Cultura para atuar na educação infantil e no ensino fundamental	Objetiva e Títulos	45,00
39	Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais	CR	40h	3.255,47	Habilitação profissional de nível superior, em curso de licenciatura plena, comprovada mediante certificado de registro do Ministério da Educação e Cultura para atuar na educação infantil e no ensino fundamental	Objetiva e Títulos	45,00
40	Professor – Área de Atuação: Artes Ensino Infantil e Fundamental	CR	40h	3.255,47	Habilitação profissional de nível superior, em curso de licenciatura plena na área, comprovada mediante certificado de registro do Ministério da Educação e	Objetiva e Títulos	45,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

Nº	CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO MENSAL R\$	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	Taxa De Inscrição R\$
					Cultura para atuar na educação infantil e no ensino fundamental		
<b>41</b>	Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais: Ciências	CR	40h	3.255,47	Habilitação profissional de nível superior, em curso de licenciatura plena na área, comprovada mediante certificado de registro do Ministério da Educação e Cultura para atuar na educação infantil e no ensino fundamental	Objetiva e Títulos	45,00
<b>42</b>	Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais: Geografia	CR	40h	3.255,47	Habilitação profissional de nível superior, em curso de licenciatura plena na área, comprovada mediante certificado de registro do Ministério da Educação e Cultura para atuar na educação infantil e no ensino fundamental	Objetiva e Títulos	45,00
<b>43</b>	Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais: História	CR	40h	3.255,47	Habilitação profissional de nível superior, em curso de licenciatura plena na área, comprovada mediante certificado de registro do Ministério da Educação e Cultura para atuar na educação infantil e no ensino fundamental	Objetiva e Títulos	45,00
<b>44</b>	Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais: Língua Portuguesa	CR	40h	3.255,47	Habilitação profissional de nível superior, em curso de licenciatura plena na área, comprovada mediante certificado de registro do Ministério da Educação e Cultura para atuar na educação infantil e no ensino fundamental	Objetiva e Títulos	45,00
<b>45</b>	Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais: Matemática	CR	40h	3.255,47	Habilitação profissional de nível superior, em curso de licenciatura plena na área, comprovada mediante certificado de registro do Ministério da Educação e Cultura para atuar na educação infantil e no ensino fundamental	Objetiva e Títulos	45,00
<b>46</b>	Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais: Ensino Religioso	CR	40h	3.255,47	Habilitação profissional de nível superior, em curso de licenciatura plena na área, comprovada mediante certificado de registro do Ministério da Educação e Cultura para atuar na educação infantil e no ensino	Objetiva e Títulos	45,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

Nº	CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO MENSAL R\$	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	Taxa De Inscrição R\$
47	Professor – Área de Atuação: Educação Física Ensino Infantil e Fundamental	CR	40h	3.255,47	Habilitação profissional de nível superior, em curso de licenciatura plena na área, comprovada mediante certificado de registro do Ministério da Educação e Cultura para atuar na educação infantil e no ensino fundamental	Objetiva e Títulos	45,00
48	Professor – Inglês	CR	40h	3.255,47	Habilitação profissional de nível superior, em curso de licenciatura plena na área, comprovada mediante certificado de registro do Ministério da Educação e Cultura para atuar na educação infantil e no ensino fundamental	Objetiva e Títulos	45,00
49	Psicólogo	CR	40h	3.922,05	Nível Superior em Psicologia	Objetiva	45,00
50	Psicopedagogo Clínico Institucional	CR	40h	3.353,14	Habilitação profissional em nível superior em Pedagogia ou Psicologia, com especialização em Psicopedagogia Clínica Institucional com carga horária mínima de 360 horas	Objetiva e Títulos	45,00
51	Soldador Mecânico	CR	40h	1.950,92	Ensino Fundamental Completo	Objetiva e Prática	15,00
52	Técnico de Agrimensura	CR	40h	2.375,74	Nível Médio - Técnico em Agrimensura	Objetiva	35,00
53	Técnico de Enfermagem	CR	40h	1.950,92	Nível Médio, nos termos da Lei 7.498/86 e alterações posteriores.	Objetiva	35,00
54	Técnico em Higiene Dental	CR	40h	1.821,20	Nível Médio - Técnico em Higiene Dental e Registro no Conselho Regional de Odontologia	Objetiva	35,00
55	Técnico Eletricista	CR	40h	2.375,74	Nível Médio – Técnico em Eletricidade ou Eletrotécnica	Objetiva	35,00
56	Técnico em Vigilância Sanitária	CR	40h	2.375,74	Nível Médio – Técnico em Vigilância em Saúde	Objetiva	35,00
57	Terapeuta Ocupacional	CR	40h	3.922,05	Nível Superior em Terapia Ocupacional	Objetiva	45,00
58	Torneiro Mecânico	CR	40h	1.950,92	Ensino Fundamental Completo	Objetiva e Prática	50,00

**CR = Cadastro de Reserva**

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços e contatos atualizados no setor de Recursos Humanos da prefeitura durante todo o período de validade do Processo Seletivo sob pena de perda da classificação.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação.

2.3.1. O candidato aprovado no presente Processo Seletivo deverá acompanhar, através dos meios de comunicação da administração municipal, as vagas que possam surgir durante o período de validade do Processo Seletivo.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar pela internet, através dos sites [www.scconcursos.com.br](http://www.scconcursos.com.br) e [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua homologação final.

**2.5. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos e apresentar os documentos a seguir:**

- I - aprovação nestes Processo Seletivo;
- II - a prova da nacionalidade, observado o contido no art. 12 da Constituição da República;
- III - o gozo dos direitos políticos;
- IV - a quitação com as obrigações militares, para os homens;
- V - a quitação com as obrigações eleitorais;
- VI - a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VII - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- VIII - a comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo;
- IX - declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;
- X - declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública;
- XI - apresentar os seguintes documentos:
  - a) Carteira de Trabalho;
  - b) PIS/PASEP;
  - c) 1 (uma) foto 3x4;
  - d) Comprovante de Residência;
  - e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda com cópia da certidão de nascimento e CPF dos dependentes;
  - f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
  - g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
  - h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
  - i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
  - j) Certidão de regularidade eleitoral;
- XII - apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.
  - a) Avaliação Cardiológica;
  - b) Avaliação Neurológica;
  - c) RX Tórax;
  - d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
  - e) Hemograma;
  - f) VDRL;
  - g) ABO RH;
  - h) Glicemia;
  - i) Ex. Quant. Urina;

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

- j) EPF;
  - k) Avaliação Audiométrica;
  - l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
  - m) Exame Anti-HBS.
  - n) Exame Toxicológico (somente para os cargos de: Motorista; Operador de Trator de Esteira; Operador de Motoniveladora; Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá-Carregadeira; Operador de Trator de Pneus, Máquinas de Varrição e Capina Mecânica; Operador de Máquinas e Equipamentos para Obras de Pavimentação e Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados.
- XIII - Demais documento que o município vier a exigir.

2.6 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a Legislação vigente na instituição na data da admissão.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 A participação neste Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e condições estabelecidas neste edital.

3.2. A inscrição será efetuada apenas via internet sendo que o candidato deverá acessar o site ([www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br)) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição.

3.2.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá ler atentamente o Edital e seus Anexos para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição.

3.2.2. A prefeitura disponibilizará aos candidatos que não possuírem acesso à internet, terminal com computador exclusivamente para inscrição neste Processo Seletivo na Biblioteca Municipal Euclides da Cunha, Rua Campos Novos, 135, Bairro Matriz, Videira/SC, de segunda a sexta feira, no horário de atendimento das 09h às 11h30min.

3.3. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição, imprimir e pagar o boleto no valor da inscrição até a data limite constante no respectivo boleto.

3.3.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.3.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

3.3.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

3.3.4. A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

3.3.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão.

3.3.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

3.3.7. Não será aceita inscrição via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional ou ainda fora do prazo estabelecido.



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

3.4. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme prazo determinado neste Edital.

3.5. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.5.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

3.5.2. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas através do e-mail [contato@scconcursos.com.br](mailto:contato@scconcursos.com.br), ou do telefone (47) 3380-3903 no horário compreendido das 13h às 17h.

3.6. A Prefeitura Municipal de Videira e a Empresa SC TREINAMENTOS não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via *internet*, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

3.7. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

3.8. Os candidatos poderão inscrever-se somente em um cargo.

3.8.1. Para o candidato que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, desde que devidamente paga.

3.8.2. No caso de dupla inscrição não será admitida a utilização do pagamento da primeira para a segunda, devendo o candidato realizar a inscrição completa (inscrição + pagamento) para o cargo que pretende concorrer.

3.9. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo encaminhando requerimento preenchido (Anexo II) via postal por SEDEX com AR até o último dia de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

3.9.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC CEP 89120-000
Requerimento de condições especiais para realização de prova Remetente/Nome: _____ Município e nº do Edital: _____ Cargo: _____ Nº de Inscrição: _____

3.9.2. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

3.9.2.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

3.9.3. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito conforme o item 3.9, durante o período da inscrição, e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

3.9.3.1. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário de início das provas.

3.9.3.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

#### 4. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com as suas deficiências e a elas serão reservadas um percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Decreto Federal 3.298/99.

4.1.1. Para os cargos deste edital, a aplicação do percentual de 5% não resulta a oferta imediata de vagas, neste caso, o primeiro candidato com deficiência classificado no cargo será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga que vier a surgir para o cargo que concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 20 (vinte) vagas providas.

4.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção “Pessoas com Deficiência”, bem como deverá encaminhar, via postal por SEDEX com AR, até o último dia de inscrições o original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da necessidade especial e a caracterização das anomalias impeditivas ao exercício regular dos cargos emitido nos últimos 12 meses.

4.2.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC CEP 89120-000
Documentação para concorrer às vagas reservadas para pessoas com necessidades especiais Remetente/Nome: _____ Município e nº do Edital: _____ Cargo: _____ Nº de Inscrição: _____

4.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

4.4. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

4.5. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental a qual terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e, o grau de deficiência, capacitante (aptidão) ou incapacitante (inaptidão) para o exercício do cargo.

4.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

4.7. Considera-se pessoa com deficiência, nos termos da Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999.

4.8. Caso a aplicação do percentual de 5% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

#### 5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO E DAS ISENÇÕES

5.1. O valor das taxas de inscrições serão:

<b>Para os cargos de nível fundamental completo e incompleto</b>	<b>R\$ 15,00 (quinze reais)</b>
<b>Para os cargos de nível médio/técnico</b>	<b>R\$ 35,00 (trinta e cinco reais)</b>
<b>Para os cargos de nível superior</b>	<b>R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais)</b>

5.2. São isentos da taxa de inscrição neste Processo Seletivo:

- Os candidatos doadores de Sangue fidelizado e pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação e os Doadores de Medula Óssea;
- Os candidatos os eleitores convocados e nomeados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 36ª Zona Eleitoral - Videira-SC para prestar serviços no período eleitoral, visando à preparação, execução e apuração de eleições oficiais.

##### 5.2.1. Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue ou os Doadores de Medula Óssea:

5.2.1.1. Considera-se para enquadramento ao benefício previsto somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

5.2.1.2. A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora. O documento previsto por este item deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais, considerando-se os 12 (doze) meses que antecederam a abertura do presente edital.

5.2.1.3. A comprovação da pessoa doador de Medula Óssea se dará através da apresentação de sua inscrição no REDOME – Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea ou ainda declaração expedida por órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município, hemocentros e nos bancos de sangue dos hospitais, devidamente atualizado.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

5.2.1.4. O candidato deve encaminhar a documentação dos itens acima, e ainda a fotocópia autenticada da Carteira de Identidade, via postal por SEDEX com AR, até a data prevista no cronograma deste edital, conforme o item 5.2.3.

5.2.1.5. A constatação de falsidade dos documentos exigidos, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo.

**5.2.2. Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por serem eleitores convocados e nomeados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 36ª Zona Eleitoral - Videira-SC para prestar serviços no período eleitoral, visando à preparação, execução e apuração de eleições oficiais:**

5.2.2.1. Apresentar fotocópia autenticada da Carteira de Identidade e do declaração ou diploma, expedido pela Justiça Eleitoral, contendo o nome completo do eleitor, a função desempenhada, o turno e a data da eleição;

5.2.2.2. Encaminhar a documentação do item acima via postal por SEDEX com AR, até a data prevista no cronograma deste edital, conforme o item 5.2.3.

5.2.2.3. Considera-se como eleitor convocado e nomeado aquele que presta serviços ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 36ª Zona Eleitoral - Videira-SC como componente de mesa receptora de voto ou de justificativa, na condição de presidente de mesa, primeiro ou segundo mesário ou secretário, membro ou escrutinador de Junta Eleitoral, supervisor de local de votação, também denominado de delegado de prédio, e os designados para auxiliar os seus trabalhos, inclusive aqueles destinados à preparação e montagem de votação. Entenda-se como período de eleição a véspera e o dia do pleito. Na hipótese de ocorrer segundo turno no pleito eleitoral, considera-se cada turno uma eleição.

5.2.2.4. Para ter direito à isenção, o eleitor terá que comprovar o serviço prestado à justiça eleitoral por, no mínimo, duas eleições, consecutivas ou não.

5.2.2.5. A constatação de falsidade nas declarações apresentadas, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo.

5.2.3. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos Rua Benjamin Constant 1394, Apto 22A, Bairro Imigrantes. Timbó – SC CEP 89120-000
Documentação para isenção de taxa de inscrição Remetente/Nome: _____ Município e nº do Edital: _____ Cargo: _____ Nº de Inscrição: _____

5.2.4. Sendo indeferido o pedido de isenção da taxa de inscrição, restará ao candidato pagamento da respectiva taxa de inscrição até a data limite constante no boleto.

5.2.5. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

5.2.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

5.2.7. Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção, acompanhado dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

5.2.8. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via fax, via requerimento administrativo, via correio eletrônico ou, ainda fora do prazo.

**5.2.9. O candidato deve informar-se corretamente dos valores com cópias, autenticações e correios, pois dependendo do somatório é mais viável efetuar o pagamento da taxa de inscrição.**

### 6. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

6.1. Este Processo Seletivo constará de duas etapas:

6.1.1. Primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório: Prova Objetiva para todos os cargos.

6.1.2. Segunda etapa constando:

a) de Prova Prática de caráter eliminatório e classificatório para os cargos de Agente de Pavimentação Pública, Carpinteiro, Marceneiro, Mecânico de Máquinas e Equipamentos, Mecânico de Veículos, Motorista, Operador de Motoniveladora, Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá Carregadeira, Operador de Trator de Pneus, Máquinas de Varrição e Capina Mecânica, Operador de Trator de Esteira, Pedreiro, Pintor Letrista, Soldador Mecânico e Torneiro Mecânico.

b) de Prova de Títulos de caráter exclusivamente classificatório para todos os cargos de Professor e para os cargos de Especialista em Educação e Psicopedagogo Clínico Institucional.

### 7. DA PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO SELETIVO: PROVA OBJETIVA

7.1. **PROVA OBJETIVA (PO)** de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, visa avaliar os conhecimentos indispensáveis ao exercício das atribuições dos cargos oferecidos pelo presente edital e versará sobre os conteúdos programáticos indicados no Anexo I, **a ser aplicada para todos os candidatos.**

7.1.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior:

I - 05 (cinco) pontos na nota final da Prova Objetiva para os cargos de nível superior e nível médio ou técnico;

II - 04 (quatro) pontos na nota final da Prova Objetiva para os cargos de nível fundamental completo e incompleto;

7.1.1.1. Especificamente para os cargos de Agente de Pavimentação Pública, Carpinteiro, Marceneiro, Mecânico de Máquinas e Equipamentos, Mecânico de Veículos, Motorista, Operador de Motoniveladora, Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá Carregadeira, Operador de Trator de Pneus, Máquinas de Varrição e Capina Mecânica, Operador de Trator de Esteira, Pedreiro, Pintor Letrista, Soldador Mecânico e Torneiro Mecânico serão considerados aprovados neste Processo Seletivo os candidatos que atingirem nota igual ou superior ao disposto no item 7.1.1 e nota igual ou superior a 50% (5,0 pontos) na Prova Prática.

7.1.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 7.3.

**7.2. A prova objetiva para todos os cargos será na data provável de 08 de abril de 2018 no município de Videira em locais e horário a serem divulgados juntamente com a Homologação das Inscrições.**

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

7.3. A Prova Objetiva terá a forma a seguir:

**a) Para os cargos de nível fundamental completo e incompleto:**

DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL POR TIPO DE PROVA
Língua Portuguesa	5	0,50	2,50
Matemática	5	0,50	2,50
Higiene e Segurança do Trabalho	5	0,50	2,50
Conhecimentos Específicos do cargo	5	0,50	2,50
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>		<b>10,00</b>

**b) Para os cargos de nível médio e técnico:**

DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL POR TIPO DE PROVA
Língua Portuguesa	5	0,27	1,35
Informática	5	0,27	1,35
Conhecimentos Gerais	5	0,26	1,30
Conhecimentos Específicos do cargo	15	0,40	6,00
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>		<b>10,00</b>

**c) Para os cargos de nível superior:**

DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL POR TIPO DE PROVA
Língua Portuguesa	5	0,20	1,00
Informática	5	0,20	1,00
Conhecimentos Gerais	5	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do cargo	25	0,28	7,00
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>		<b>10,00</b>

### 7.4. Normas para ingresso e prestação da Prova Objetiva

7.4.1. O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta:

7.4.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

7.4.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

7.4.1.3. Em caso de perda, furto o roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, (30) trinta dias. Neste caso será realizada a identificação especial através da coleta de impressão digital para posterior averiguação.



## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

7.5. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

7.5.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;

7.5.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

7.5.3. Fazer uso de telefone celular, relógios ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

7.5.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local e na forma indicados pelo fiscal;

7.5.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.

7.5.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.5.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova, será desclassificado do Processo Seletivo.

7.6. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, inclusive com detector de metais, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.

7.7. Em hipótese alguma haverá segunda chamada, após o horário de início da prova nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

7.8. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

7.9. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

7.9.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO-RESPOSTA.

7.9.2. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

7.9.3. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

7.9.4. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame.

7.9.5. Serão considerados sem efeito, os cartões-resposta entregues sem a assinatura do candidato.

7.10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

7.10.1. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

7.11. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, **e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;**

7.11.2. Os envelopes contendo os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executora do Processo Seletivo.

7.12. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

7.13. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, a resposta será corrigida no gabarito final.

7.14. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

### 8. DA SEGUNDA ETAPA DO PROCESSO SELETIVO: PROVA PRÁTICA E DE TÍTULOS

#### DA PROVA DE TÍTULOS

8.1. A PROVA DE TÍTULOS para todos os cargos de Professor e para os cargos de Especialista em Educação e Psicopedagogo Clínico Institucional a ser computada a todos os candidatos aprovados na prova objetiva será realizada no período de **23 de abril de 2018 a 27 de abril de 2018** sendo que o candidato deverá enviá-lo, na forma dos itens a seguir, via postal por SEDEX com AR onde no exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC CEP 89120-000
DOCUMENTOS PARA PROVA DE TÍTULOS Remetente/Nome: _____ Município e nº do Edital: _____ Cargo: _____ Nº de Inscrição: _____

8.1.1. Os candidatos deverão efetuar os seguintes procedimentos para a apresentação dos títulos:

- Preencher devidamente o Anexo III numerando e ordenando corretamente os títulos a serem apresentados.
- Todas as folhas (cópias reprográficas autenticadas em cartório ou cópias simples para os documentos que possuírem código para verificação de autenticidade) deverão ser paginadas (Exemplo: 1/5, 2/5... 5/5), de acordo com a ordem do título preenchido no formulário de avaliação de títulos.
- Os títulos devem ser grampeados na ordem de paginação com o Anexo III como primeira folha e ser acondicionados em envelope fechado e opaco.

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

d) Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, ou sem o devido preenchimento do formulário de avaliação de títulos (Anexo III) ou ainda fora do prazo e horários determinados.

8.2. A **Prova de Títulos (PT)** será de caráter exclusivamente classificatório para todos os candidatos aprovados na prova objetiva podendo totalizar no máximo 10 (dez) pontos, conforme a seguir:

Títulos (concluídos) Descrição Pontuação	Descrição	Pontuação por Título	Pontuação Máxima
Certificado de pós-graduação na área de educação	Doutorado	4,00	4,00
	Mestrado	3,00	3,00
	Especialização (mínimo 360 h/a)	1,00	1,00
Efetivo exercício de magistério superior em disciplina da área de concentração do concurso	Serão contabilizados o tempo de serviço em instituição de ensino superior pública ou privada.	Até 05 meses = 0,50 pontos De 06 meses a 2 anos e 11 meses = 1,00 ponto De 03 anos a 08 anos e 11 meses = 1,50 pontos Acima de 09 anos = 2,00 pontos	2,00

I. Os títulos deverão ter relação direta com as atribuições do cargo correspondente à respectiva inscrição ou não serão computados.

II. Não serão aceitos como títulos, certificados que não apresentem a respectiva carga horária no mesmo.

III. Para a comprovação do Tempo de serviço serão aceitos cópias legíveis da Carteira de Trabalho e Previdência Social: da folha de identificação (que contém a foto), frente e verso e das páginas em que consta o contrato de Trabalho ou Declaração de tempo de serviço (em papel timbrado) com carimbo e assinatura do responsável pela emissão que expresse claramente a função exercida pelo candidato e indique o período de trabalho em dia, mês e ano ou em total de dias.

IV. O envio dos títulos e tempo de serviço será nas datas informada no cronograma deste edital.

V. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

VI. Não haverá em hipótese alguma, outra data e horário para a entrega de títulos e tempo de serviço.

VII. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos e tempo de serviço para o cálculo da pontuação final.

VIII. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

IX. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos e tempo de serviço do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título ou tempo de serviço em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

X. Uma vez efetuada a entrega dos títulos e tempo de serviço não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

XI. A Comissão responsável pelas análises dos títulos poderá solicitar ao candidato outro(s) documento(s) que achar conveniente para confirmar as informações prestadas.

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

### DA PROVA PRÁTICA

8.3. A Prova Prática será realizada na data provável de **29 de abril de 2018** em local e horário a ser divulgado juntamente com a convocação dos candidatos.

8.4. A Prova Prática (PP), de caráter classificatório e eliminatório para os cargos de Agente de Pavimentação Pública, Carpinteiro, Marceneiro, Mecânico de Máquinas e Equipamentos, Mecânico de Veículos, Motorista, Operador de Motoniveladora, Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá Carregadeira, Operador de Trator de Pneus, Máquinas de Varrição e Capina Mecânica, Operador de Trator de Esteira, Pedreiro, Pintor Letrista, Soldador Mecânico e Torneiro Mecânico, onde serão considerados aprovados, nesta etapa, os candidatos que atingirem a nota igual ou superior a 50% (5,0 pontos) na prova prática.

8.4.1. A prova prática será realizada somente para os primeiros colocados em cada cargo, de acordo com a ordem de classificação decrescente em quantidade presente na tabela a seguir:

8.4.1.1. Havendo empate na nota da Prova Objetiva do último candidato classificado, dentro dos limites estabelecidos no subitem 7.5.1 todos os candidatos que obtiverem essa nota serão convocados para a Prova Prática;

Cargos	Quantidade de Candidatos Aprovados na Prova Objetiva a serem convocados para a realização da Prova Prática
Agente de Pavimentação Pública	10
Carpinteiro	20
Marceneiro	20
Mecânico de Máquinas e Equipamentos	20
Mecânico de Veículos	20
Motorista	50
Operador de Motoniveladora	30
Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá Carregadeira	30
Operador de Trator de Pneus, Máquinas de Varrição e Capina Mecânica	30
Operador de Trator de Esteira	30
Pedreiro	20
Pintor Letrista	20
Soldador Mecânico	20
Torneiro Mecânico	20

8.4.1.2. Serão reprovados os candidatos que, mesmo tendo obtido o número de acertos mínimos nas provas objetivas, não obtiverem pré-classificação até as posições limites referidos no subitem 8.5.1;

8.4.2. Para o cargo de Motorista, Operador de Motoniveladora, Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá Carregadeira, Operador de Trator de Pneus, Máquinas de Varrição e Capina Mecânica e Operador de Trator de Esteira os candidatos deverão apresentar Carteira Nacional de Habilitação conforme a habilitação mínima do cargo para ter direito a realizar a prova prática.

8.5. Será vedado o acesso ao local de prova prática ao candidato que se apresentar após o horário estipulado no ato de convocação e comparecer sem documento oficial de identificação (com foto) sob qualquer alegação.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

8.5.1. Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de movimentação e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.

8.5.2. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado na convocação para realização das provas práticas.

8.5.3. Os equipamentos, veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município, no estado em que se encontrarem.

8.5.4. Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto sem autorização da comissão do Processo Seletivo antes de realizar seu teste.

8.5.5. Durante a realização da prova prática é proibido utilizar telefones celulares e ou qualquer outro equipamento de comunicação, usar equipamento de som de qualquer natureza ou fumar.

8.5.6. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local sem comunicar-se com os demais candidatos.

8.5.7. Por razões de ordem técnica ou meteorológica a prova poderá ser adequada ou transferida a data, local e horário da realização da Prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no sítio do Processo Seletivo e ou por aviso fixado no mural e ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível.

#### 8.6. Da especificação da Prova Prática para o cargo de **MOTORISTA**:

8.6.1. O candidato deve operar o veículo de forma adequada, partindo do local em que se encontra sem cometer erros ou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final do teste o veículo deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem.

8.6.2. O exame de direção veicular será realizado em percurso comum a todos os candidatos, a ser determinado no dia da prova, com duração máxima de até 15 (quinze minutos), onde será avaliado o comportamento do candidato com relação aos procedimentos a serem observados durante o trajeto, as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como: rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência à sinalização de trânsito (vertical e horizontal) e semafórica, como também outras situações durante a realização do exame.

8.6.3. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo, inclusive se não conseguir ligar ou arrancar com o veículo em até cinco tentativas.

8.6.4. Para realizar a prova prática os candidatos ao cargo de motorista deverão apresentar carteira de habilitação na categoria já indicada, a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática sem a qual não poderá realizar a prova.

8.6.5. O candidato que deixar de apresentar a Carteira Nacional de Habilitação na categoria indicada será automaticamente eliminado.

8.6.6. Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovantes de encaminhamento, boletins de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

8.6.7. No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

8.6.8. Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

<b>Categoria da Falta</b>	<b>Pontos a serem descontados</b>	<b>Quantidade de Faltas avaliadas em cada categoria</b>
Faltas Graves	1,00	12
Faltas Médias	0,50	12
Faltas Leves	0,25	04

b) A categoria de faltas previstas no item anterior constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

### **Faltas Graves:**

- Procedimentos iniciais para o atendimento aos pacientes, quando for o caso.
- Conhecimento e manuseio dos instrumentos do veículo para o atendimento aos pacientes, quando for o caso.
- entrar na via preferencial sem o devido cuidado.
- utilizar a contramão de direção.
- subir na calçada destinada ao trânsito do pedestre.
- deixar de observar a sinalização da via. Sinais de regulamentação.
- deixar de observar as regras de ultrapassagem de preferência da via ou mudança de direção.
- deixar de observar a preferência do pedestre quando estiver ele atravessando a via transversal na qual o veículo vai entrar ou ainda quando o pedestre não tiver cuidado na travessia inclusive na mudança de sinal.
- deixar a porta do veículo aberta ou semiaberta durante o percurso da prova ou parte dela.
- fazer incorretamente a sinalização devida ou deixar de fazê-la no percurso da prova ou parte dela.
- deixar de usar o cinto de segurança.
- Executar o percurso da prova ou parte dela, sem estar o freio de mão inteiramente livre.

### **Faltas Médias:**

- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova.
- Usar buzina sem necessidade ou em local proibido.
- Desengrenar o veículo nos declives.
- Trafegar em velocidade inadequada para as condições da via ou exceder a velocidade permitida.
- Avançar sobre o balizamento demarcado quando na colocação do veículo na vaga.
- Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal do freio nas frenagens.
- Frear bruscamente.
- Não colocar o veículo na área balizada com o máximo de 3 (três) tentativas.
- Engrenar as marchas de maneira incorreta.
- Não apresentou calma e serenidade na prática de direção.
- Não ligou sinal de alerta ao dar marcha à ré ou na parada para embarque e desembarque.
- Não acionou o freio estacionário ao terminar o balizamento ou na parada para embarque e desembarque.

### **Faltas Leves:**

- Não ajustar devidamente os espelhos e retrovisores ou ajustar incorretamente o banco do veículo.
- Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado e em movimento.
- Interpretar com insegurança as condições dos instrumentos do painel ou deixar de observar as informações do painel antes da partida do motor.
- Não usou roupas ou calçados adequados para a prática de direção.

8.6.9. O candidato realizará a prova em veículo do tipo Micro-ônibus:



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

8.6.10. As faltas podem ser assinaladas cumulativamente, conforme a repetição dos erros pelo candidato.

8.7. Da especificação da Prova Prática para os cargos de **OPERADOR DE MOTONIVELADORA, OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E PÁ CARREGADEIRA, OPERADOR DE TRATOR DE PNEUS, MÁQUINAS DE VARRIÇÃO E CAPINA MECÂNICA E OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA:**

8.7.1. A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

8.7.2. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/máquina utilizada, avaliando sua habilidade ao operar o(a) mesmo(a), seu aproveitamento, técnica e produtividade.

8.7.3. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo inclusive se não conseguir ligar, arrancar ou executar uma manobra em até cinco tentativas.

8.7.4. Para realizar a prova prática os candidatos ao cargo de Operador de Máquinas deverão apresentar carteira de habilitação na categoria já indicada, a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática sem a qual não poderá realizar a prova.

8.7.5. O candidato que deixar de apresentar a Carteira Nacional de Habilitação na categoria indicada no item 2.1 será automaticamente eliminado.

8.7.6. Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovantes de encaminhamento, boletins de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

8.7.7. No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

8.8.8. O candidato realizará a prova em um tipo de equipamento sendo:

I- Para o cargo de Operador de Motoniveladora será utilizada uma máquina do tipo Motoniveladora.

II- Para o cargo de Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá Carregadeira será utilizada uma máquina do tipo Retroescavadeira.

III- Para o cargo de Operador de Trator de Pneus, Máquinas de Varrição e Capina Mecânica será utilizada uma máquina do tipo Trator de Pneus.

IV- Para o cargo de Operador de Trator de Esteira será utilizada uma máquina do tipo Trator de Esteira.

8.7.9. Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

<b>Categoria da Falta</b>	<b>Pontos a serem descontados</b>	<b>Quantidade de Faltas avaliadas em cada categoria</b>
Faltas Graves	1,00	04
Faltas Médias	0,50	07
Faltas Leves	0,25	06

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

b) A categoria de faltas previstas no item anterior constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

### **Faltas Graves: Aproveitamento do Equipamento, Produtividade, técnica, aptidão e eficiência**

- NÃO liberou equipamentos de segurança dos comandos.
- NÃO utilizou da melhor forma possível a máquina para o serviço com eficácia e qualidade.
- NÃO concluiu por completo a tarefa proposta.
- NÃO estacionou a máquina baixando acessórios ao solo e/ou não engatou o freio para parar a máquina, ao estacionar após o término da tarefa.

### **Faltas Médias: Habilidades do Operador**

- NÃO executou com eficiência o início da operação, partida e arrancada.
- NÃO executou com eficiência movimentos de marcha à frente e à ré.
- NÃO respeitou a velocidade durante a avaliação, promovendo manobra não autorizada, como demonstração desnecessária de habilidade.
- NÃO controlou o veículo provocando nele movimento irregular (com a máquina, lança, concha ou lâmina)
- NÃO respeitou a capacidade operacional e técnica da máquina.
- NÃO desligou a máquina ao estacionar após término da tarefa.
- NÃO apresentou calma e serenidade nas operações.

### **Faltas Leves: Verificação do Equipamento**

- NÃO usou roupas e calçados adequados
- NÃO usou equipamento de proteção auricular ou não usou cinto de segurança
- NÃO subiu corretamente no equipamento usando os três pontos de apoio
- NÃO fez os ajustes necessários antes da movimentação da máquina como, bancos e espelhos retrovisores.
- NÃO esperou a leitura e/ou não conferiu os instrumentos do painel como medidores de pressão, luzes indicadoras, horímetro.
- NÃO conferiu nível de combustíveis, água e nível de óleo.

8.7.10. As faltas podem ser assinaladas cumulativamente, conforme a repetição dos erros pelo candidato.

### **8.8. Da especificação da Prova Prática para os cargos de AGENTE DE PAVIMENTAÇÃO PÚBLICA, CARPINTEIRO, MARCENEIRO, MECÂNICO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, MECÂNICO DE VEÍCULOS, PEDREIRO, PINTOR LETRISTA, SOLDADOR MECÂNICO E TORNEIRO MECÂNICO:**

8.8.1. A prova prática consiste em executar atividades inerentes ao cargo. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e economicidade do material.

8.8.2. O uso de calçados e roupas adequados à realização da prova prática é de responsabilidade exclusiva do candidato.

8.8.3. O candidato partirá da nota 10 (dez) e serão descontados pontos de 0,25 a 1,00 por cada falta cometida, conforme os seguintes fatores a serem avaliados:

#### **I-Apresentação (asseio, higiene pessoal e uso de EPI's)**

Roupas e Calçados adequados (-0,50)
Usou Equipamentos proteção. (-0,50)

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

### II–Organização do trabalho

Aguardou a ordem de início e fim, percebendo a tarefa a ser executada (-0,50)
Organizou o local antes de iniciar a tarefa (-0,50)
Soube trabalhar em equipe – quando for o caso (-0,50)
Organizou o local e guardou os equipamentos/materiais/ferramentas após terminar a tarefa (-1,00)

### III–Uso correto dos equipamentos e materiais de trabalho

Correto manuseio dos equipamentos/materiais/ferramentas (-1,00)
Cuidados com os equipamentos e outras pessoas (-0,50)

### IV–Execução da tarefa proposta

Identificou corretamente os equipamentos/ferramentas/peças (-1,00)
Possui conhecimento correto no uso e manuseio dos equipamentos/ferramentas/peças (-1,00)
Possui agilidade e cuidado na execução da tarefa (-1,00)
Executou a tarefa adequadamente/A instalação funcionou corretamente (-1,00)
Terminou a tarefa no tempo estipulado. (-1,00)

8.9. Para os demais cargos não haverá a Segunda Etapa neste Processo Seletivo, sendo a nota final correspondente apenas à Prova Objetiva.

8.10. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

### 9. DAS NOTAS, DO CRITÉRIO DE DESEMPATE E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.1. Para todos os cargos de PROFESSOR e para os cargos de ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO e PSICOPEDAGOGO CLÍNICO INSTITUCIONAL a nota final será:

$PO = 80\% + PT = 20\%$ , onde a fórmula final será  $PO \times 0,8 + PT \times 0,2$ .

9.2. Para os cargos de AGENTE DE PAVIMENTAÇÃO PÚBLICA, CARPINTEIRO, MARCENEIRO, MECÂNICO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, MECÂNICO DE VEÍCULOS, MOTORISTA, OPERADOR DE MOTONIVELADORA, OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E PÁ CARREGADEIRA, OPERADOR DE TRATOR DE PNEUS, MÁQUINAS DE VARRIÇÃO E CAPINA MECÂNICA, OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA, PEDREIRO, PINTOR LETRISTA, SOLDADOR MECÂNICO E TORNEIRO MECÂNICO a nota final será:

$PO = 40\% + PP = 60\%$ , onde a fórmula final será  $PO \times 0,4 + PP \times 0,6$ .

9.3. Para os DEMAIS CARGOS a nota final será:

$PO = 100\% = NF$ .

#### Entenda-se:

PO = Prova Objetiva

PP = Prova Prática

PT = Prova de Títulos

NF = Nota Final

9.4. São critérios para a Classificação neste Processo Seletivo:

a) Ter sido aprovado Prova Objetiva;

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

b) Para os cargos de AGENTE DE PAVIMENTAÇÃO PÚBLICA, CARPINTEIRO, MARCENEIRO, MECÂNICO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, MECÂNICO DE VEÍCULOS, MOTORISTA, OPERADOR DE MOTONIVELADORA, OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E PÁ CARREGADEIRA, OPERADOR DE TRATOR DE PNEUS, MÁQUINAS DE VARRIÇÃO E CAPINA MECÂNICA, OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA, PEDREIRO, PINTOR LETRISTA, SOLDADOR MECÂNICO E TORNEIRO MECÂNICO ter sido aprovado na Prova Objetiva e na Prova Prática.

9.5. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

9.5.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais casos, será:

9.5.2. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos do cargo;

9.5.3. Que obtiver melhor nota na prova de Português;

9.5.4. Que obtiver melhor nota na prova de Informática ou Matemática, conforme o caso;

9.5.5. Que tiver maior idade;

9.5.6. Que tiver maior número de filhos;

9.5.7. Sorteio Público

### 10. DOS RECURSOS

10.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

10.1.1. Da impugnação do presente Edital;

10.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;

10.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

10.1.4. Da nota da prova objetiva;

10.1.5. Da nota da Prova Prática e de Títulos;

10.1.6. Da classificação Provisória;

10.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento junto à Secretaria de Administração no Município de Videira.

10.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa SC TREINAMENTOS – [www.scconcursos.com.br](http://www.scconcursos.com.br), no campo RECURSOS, disposto na área referente a este Processo Seletivo. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

10.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões.

10.5. A Banca Examinadora da Entidade Executora do presente Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

### 11. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Este Processo Seletivo terá validade de 2 (dois) anos, a contar de sua homologação final podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

11.2. Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

11.3. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Processo Seletivo, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

11.4. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

11.5. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município.

11.6. As convocações para assumir as vagas deste Processo Seletivo serão publicadas no site do Município.

11.7. As chamadas dos candidatos aprovados serão feitas por comunicação, via e-mail ou por telefone, no endereço de e-mail ou no número do telefone informados na ficha de inscrição ou posteriormente atualizado.

11.8. O candidato aprovado no processo seletivo poderá renunciar à nomeação correspondente à sua classificação, antecipadamente ou até o término do prazo para a posse e optar pelo reposicionamento no último lugar da lista de classificados.

11.9. Se a lista de classificados no processo seletivo for maior do que o número de vagas oferecidas no edital, o aprovado que solicitar o seu reposicionamento passará a figurar na última posição da lista geral de classificados, considerando, inclusive, aqueles aprovados fora do número de vagas disponibilizadas no edital.

### 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de Videira e nos sítios [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br) e [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br).

12.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo, em decisão irrecorrível e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

12.4. Todas as despesas referentes aos deslocamentos, hospedagem e alimentação dos candidatos correrão por sua própria conta, eximindo-se a empresa SCHEILA APARECIDA WEISS – ME (SC TREINAMENTOS) e o Município de Videira da responsabilidade por essas despesas e outras decorrentes, inclusive no caso de eventual reaplicação de provas.

Prefeitura Municipal de Videira, 22 de fevereiro de 2018.

**CLAUDETE NARDI VAVASSORI**  
**Vice Prefeita na Chefia do Executivo Municipal**



## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

### **ANEXO I**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA**

#### **CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO E INCOMPLETO**

##### **LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão de textos – O verbo – Estrutura do período, da oração e da frase – Ortografia, acentuação e pontuação – Denotação e conotação – Fonologia – Classes Gramaticais – Formação de Palavras.

##### **MATEMÁTICA:**

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções; Juros Simples.

##### **HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO:**

Noções de limpeza e higiene. Prevenção de acidentes; Noções de segurança no trabalho; Noções de primeiros socorros. Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva.

#### **CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR**

##### **LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico – Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

##### **INFORMÁTICA:**

Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

##### **CONHECIMENTOS GERAIS:**

História e geografia do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Aspectos de Ciências, Cultura, Cinema, Artes e Tecnologia.

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

### **CONTEÚDOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO:**

#### **AGENTE ADMINISTRATIVO II**

Princípios de Direito Administrativo. Poderes Administrativos: poder vinculado e poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. Atos Administrativos: conceito e requisitos; classificação; espécies; extinção, revogação, invalidação e convalidação do ato administrativo. Mérito do ato administrativo. Discricionariedade. Teoria dos motivos determinantes. Contratos Administrativos: aspectos gerais e especiais, abrangendo a formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão. Controle da Administração: controle administrativo, legislativo e judiciário. Técnicas de redação oficial conforme Manual de Redação Oficial da Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização Político Administrativa – Art. 18 a 19. Da União, dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios- Art. 20 a 33. Da administração Pública. Art. 37 a 41. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e alterações. Lei de Improbidade Administrativa. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do Art.37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e alterações. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. Código Tributário Nacional. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Decreto-lei No 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Dos Crimes contra a Administração Pública. Artigos 312 a 359-H. Lei Orgânica do Município.

#### **AGENTE DE PAVIMENTAÇÃO PÚBLICA**

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Ética. Conservação dos instrumentos de trabalho. Limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; Limpeza de paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; Limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos e pias; Uso e cuidado com materiais de limpeza e higiene, detergente, desinfetante e defensivo; Limpeza de ruas e coleta de lixo; Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc; Pequenos reparos em instalações, mobiliários e utensílios; Limpeza interna e externa de prédios, banheiros, laboratórios, escolas, bem como de móveis e utensílios; Vigilância de patrimônio; Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico.

#### **AGENTE SOCIAL**

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Postura profissional e apresentação pessoal. Atendimento ao público. Conhecimentos inerentes ao Programa – CRAS, à Proteção Social Básica, Proteção Social Especial. Lei 8069/1990 ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social). Noções sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infância Juvenil; SINASE - Noções sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF); Noções sobre a Política Nacional de Assistência Social; Concepção de Protagonismo Juvenil. Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Sistema Único de Assistência Social. Norma Operacional Básica NOB/SUAS.

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 (Resolução nº 145, de 15 de Outubro De 2004 - DOU 28/10/2004). Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003. Dispõe o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Programa Bolsa Família. Lei Orgânica do Município.

### **ANALISTA DE NÍVEL SUPERIOR**

Princípios de Direito Administrativo. Poderes Administrativos: poder vinculado e poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. Atos Administrativos: conceito e requisitos; classificação; espécies; extinção, revogação, invalidação e convalidação do ato administrativo. Mérito do ato administrativo. Discricionariedade. Teoria dos motivos determinantes. Contratos Administrativos: aspectos gerais e especiais, abrangendo a formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão; Controle da Administração: controle administrativo, legislativo e judiciário da administração; Técnicas de redação oficial conforme Manual de Redação Oficial da Presidência da República. Contabilidade Pública: Conceito, Campo de Atuação e Regimes Contábeis. Receita Pública: Conceito e Classificação. Receita Orçamentária. Receita Extra Orçamentária. Codificação. Estágios. Restituição e Anulação de Receitas. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e Classificação. Despesa Orçamentária e Despesa Extra Orçamentária. Classificação Econômica. Classificação Funcional-Programática. Codificação. Estágios. Restos a Pagar. Dívida Pública. Regime de Adiantamento. Créditos Adicionais. Escrituração das operações típicas das Entidades Públicas: do Sistema Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação. Balanço Orçamentário. Balanço Financeiro. Balanço Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais. Crédito Tributário – Constituição, Isenção, Imunidade, remissão entre outros. Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. Auditoria Tributária: Noções gerais sobre auditoria: conceituação e objetivos. Auditoria interna, externa e fiscal: conceito, objetivos, forma de atuação, responsabilidades e atribuições. Procedimentos de auditoria. Normas de execução dos trabalhos de auditoria. Estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos. Aplicação dos procedimentos de auditoria. Documentação de auditoria. Continuidade normal dos negócios da entidade. Tipos de Parecer do auditor. Fraude e erro. Auditoria das contas de resultado: receitas, despesas e custos. Lei 4.320/64 e suas alterações. Lei Complementar 101/2000 e suas alterações. Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 Planejamento Estratégico. Generalidades administrativas e Contábeis. Código Tributário Nacional; Tributos; Tarifas e Preços Públicos. Atualidades relativas à profissão. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e alterações. Lei de Improbidade Administrativa. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Lei Orgânica do Município. Código Tributário Municipal.

### **ASSISTENTE SOCIAL**

Políticas Sociais Públicas no Brasil. A evolução histórica do Serviço Social no Brasil. As influências europeia e norte-americana. O movimento de reconceitualização do Serviço Social no Brasil e na América Latina. Construção do conhecimento na trajetória histórica da profissão. As questões teorico-metodológicas do Serviço Social: métodos, instrumentais técnicos-operativos. A pesquisa social e sua relação com a prática do Serviço Social. Serviço Social e Assistência Social: trajetória, história e debate contemporâneo. Planejamento e administração no Serviço Social:

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

tendências, os aspectos da prática profissional e a prática institucional. O processo de trabalho no Serviço Social. Interdisciplinaridade. Movimentos sociais. Terceiro Setor. Fundamentos Legais: Lei Orgânica da Assistência Social. Código de Ética do Assistente Social. Seguridade Social. Sistema Único de Saúde. Sistema Único de Assistência Social. Sistema único de Assistência Social - SUAS, Programas, serviços e metodologia do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Programas, serviços e metodologia do centro de referência especializado de Assistência Social - CREAS. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia. Lei Federal Nº 8.662/93 (regulamenta a profissão do Assistente Social). Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2.003 Estatuto do Idoso. Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2.010. (Estatuto da Igualdade Racial). Lei Orgânica do Município.

#### **AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL**

Conhecimentos básicos da função; Processamento de radiografias; Orientação para a saúde bucal; Acolhimento e preparo de paciente para o atendimento; Noções da rotina de um consultório dentário; Noções de arquivos específicos da odontologia: fichas de pacientes, radiografias, documentações; Esterilização de materiais; Limpeza e desinfecção do meio de trabalho; Conhecimento de todos os instrumentos utilizados nas práticas odontológicas; Materiais dentários: indicação, proporção e manipulação; preparo de bandeja; Medidas de proteção individual; Noções de microbiologia Parasitologia; doenças transmissíveis na prática odontológica; Biossegurança, ergonomia e controle de infecção no consultório; Normas de desinfecção e esterilização; Noções de ergonomia aplicados à odontologia. Etiologia e comportamento da cárie dental. Anatomia bucal e dental. Primeiros Socorros. Estratégia de Saúde da Família. Atualidades relativas à profissão. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Política Nacional de Atenção Básica. Lei Orgânica do Município.

#### **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Ética. Conservação dos instrumentos de trabalho. Limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; Limpeza de paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; Limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos e pias; Uso e cuidado com materiais de limpeza e higiene, detergente, desinfetante e defensivo; Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc; Limpeza interna e externa de prédios, banheiros, laboratórios, escolas, bem como de móveis e utensílios; Destinação do lixo, reciclagem. Noções de microbiologia: contaminação, desinfecção, micróbios. Higiene ambiental (instalações/equipamentos e utensílios). Saúde do trabalhador (higiene e saúde de manipuladores). Combate às pragas e vetores urbanos. Higienização de legumes, verduras, frutas, carnes, peixes, aves e ovos. Doenças transmitidas por alimentos. Boas práticas de manipulação e controle na produção de alimentos. Etapas da produção de refeições: recepção e armazenamento de gêneros alimentícios, pré-preparo, preparo e distribuição. Noções básicas de conservação, manutenção, cozimento, armazenamento e reposição dos alimentos.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Adequação da alimentação do escolar e do adolescente. Pirâmide de alimentos. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de gêneros alimentícios. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios. Higiene dos alimentos, ambiental, dos utensílios e equipamentos. Prevenção de acidentes. Ética profissional.

#### **AUXILIAR EDUCACIONAL**

A criança como sujeito de direitos. O adulto como mediador entre a criança e o mundo. A relação educativa como uma relação de cumplicidade. O desenvolvimento infantil: desenvolvimento sócio-afetivo, cognitivo e psico-motor. Linhas norteadoras da ação educativa com crianças: o sono, o choro, o bico, a higiene, a alimentação, a sexualidade, as atividades lúdicas. A organização do tempo e do espaço na escola/instituição de educação infantil. A literatura infantil, as artes plásticas, a música e o teatro na educação das crianças. A brincadeira e a construção do conhecimento. O brincar na construção da cidadania. Os brinquedos, os jogos, os materiais, os tempos e os espaços de brincar. O perfil e o papel de Monitor, enquanto educador. Procedimento, orientação e auxílio as crianças no que se refere à higiene pessoal. Noções de primeiros socorros na faixa etária das crianças assistidas. DIDÁTICA GERAL. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município.

#### **AUXILIAR OPERACIONAL**

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Conservação dos instrumentos de trabalho. Limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; Limpeza de paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; Limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos e pias; Uso e cuidado com materiais de limpeza e higiene, detergente, desinfetante e defensivo; Limpeza de ruas e coleta de lixo; Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc; Pequenos reparos em instalações, mobiliários e utensílios; Limpeza interna e externa de prédios, banheiros, laboratórios, escolas, bem como de móveis e utensílios; Vigilância de patrimônio; Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico.

#### **BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO**

Legislação e Ética Farmacêutica; Organização do Serviço Público de Saúde; Bioquímica Clínica - Padronização, Fotometria, Fundamentos Químicos, Metodologias, e interpretação clínico laboratorial das dosagens bioquímicas e das determinações enzimáticas; Hematologia Clínica - Hematopoiese, Fisiologia da linhagem vermelha e branca, imunologia, determinação dos antígenos eritrocitários, hemostasia; Imunologia Clínica - Reação de: Imunoensaio, imunofluorescência, fixação do complemento, precipitação e aglutinação, imunologia aplicada ao diagnóstico de: Rubéola, Doenças Autoimunes, Alergias, Hepatite, Imunodeficiências; Hematologia e Legislação aplicada a transfusão de hemocomponentes. Atualidades relativas à profissão. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Política Nacional de Atenção Básica. Lei Orgânica do Município.



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

#### **CARPINTEIRO**

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Conservação dos instrumentos de trabalho. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico. Materiais de construção. Ferramentaria. Equipamentos de proteção individual. Sistema métrico linear. Cálculo de área e volume. Sistemas de água e esgoto: princípios básicos. Organização e Limpeza. Noções de carpintaria. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Organização e limpeza do local de trabalho. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

#### **CONTADOR**

Princípios de Direito Administrativo. Poderes Administrativos: poder vinculado e poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. Atos Administrativos: conceito e requisitos; classificação; espécies; extinção, revogação, invalidação e convalidação do ato administrativo. Mérito do ato administrativo. Discricionariedade. Teoria dos motivos determinantes. Contratos Administrativos: aspectos gerais e especiais, abrangendo a formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão; Controle da Administração: controle administrativo, legislativo e judiciário da administração; Normas Constitucionais sobre Administração Pública: artigos 37 a 41 da Constituição Federal. Técnicas de redação oficial conforme Manual de Redação Oficial da Presidência da República. Contabilidade Pública: Conceito, Campo de Atuação e Regimes Contábeis. Receita Pública: Conceito e Classificação. Receita Orçamentária. Receita Extra Orçamentária. Codificação. Estágios. Restituição e Anulação de Receitas. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e Classificação. Despesa Orçamentária e Despesa Extra Orçamentária. Classificação Econômica. Classificação Funcional-Programática. Codificação. Estágios. Restos a Pagar. Dívida Pública. Regime de Adiantamento. Créditos Adicionais. Escrituração das operações típicas das Entidades Públicas: do Sistema Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação. Balanço Orçamentário. Balanço Financeiro. Balanço Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais. Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. Auditoria: Noções gerais sobre auditoria: conceituação e objetivos. Auditoria interna, externa e fiscal: conceito, objetivos, forma de atuação, responsabilidades e atribuições. Procedimentos de auditoria. Normas de execução dos trabalhos de auditoria. Estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos. Aplicação dos procedimentos de auditoria. Documentação de auditoria. Continuidade normal dos negócios da entidade. Tipos de Parecer do auditor. Fraude e erro. Auditoria das contas de resultado: receitas, despesas e custos. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e alterações. Lei de Improbidade Administrativa. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Lei Orgânica do Município.

#### **ENFERMEIRO**

Atenção à saúde da mulher no ciclo reprodutivo. Planejamento e Assistência de enfermagem ao parto, préparto, puerpério (Baixo e Alto Risco), urgências e emergências maternas. Planejamento e assistência de Enfermagem à Criança na Unidade Pediátrica e UTI Neonatal com distúrbio gastrointestinal, respiratório, geniturinário, hematológico, cardiovascular, endócrino, neurológico, e metabólico. Atenção humanizada à mulher, criança e família. Aspectos básicos da assistência de enfermagem médico-cirúrgica. Assistência de enfermagem ao paciente portador de doença crônico-degenerativa, causas da doença e métodos de tratamento. Assistência de enfermagem pré e pós-operatória com ações de enfermagem na realização de curativos. Assistência de enfermagem ao



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

indivíduo acometido de distúrbios cardiovasculares, renais e respiratórios, em situações de urgência/emergência e em Unidade de Terapia Intensiva. Assistência de enfermagem nos distúrbios e/ou afecções imunológicas e de doenças infecto-parasitárias. Prevenção e controle da Infecção Hospitalar. Terapia medicamentosa. Intervenções de enfermagem no preparo, esterilização. Atualidades relativas à profissão. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Política Nacional de Atenção Básica. Lei Orgânica do Município.

#### **ENGENHEIRO AGRÔNOMO**

Genética agrônoma: Princípios básicos da genética. Morfologia vegetal: Estruturas internas e externas das partes constituintes dos vegetais relacionadas com suas funções na planta. Botânica agrícola: espécies vegetais de interesse agrônomo. Filogenia das plantas, sua origem, formas de multiplicação e utilização. Fisiologia vegetal: Processos de nutrição, metabolismo, crescimento e desenvolvimento dos vegetais, fatores que afetam crescimento de plantas. Controle de plantas daninhas: Identificação das principais plantas daninhas que atacam lavouras comerciais e minimizar os prejuízos causados pelas mesmas. Fitopatologia: Fatores técnicos, ambientais, econômicos e socioculturais relacionados com a ocorrência de doenças em plantas, tipos de doenças e de controle. Entomologia: Bioecologia e danos causados pelos principais insetos de interesse agrícola do Brasil, Manejo Integrado de Pragas (MIP). Administração e economia rural: Princípios da Teoria Econômica, análise das relações econômicas que se estabelecem entre os agentes na busca de alternativas para o desenvolvimento do setor agropecuário. Topografia: Levantamentos topográficos, grandezas de medição e representação cartográfica. Irrigação e drenagem: Sistemática solo-água-planta-atmosfera. Problemas de hidráulica agrícola ligados a irrigação e drenagem no sistema integrado, projetos de irrigação e drenagem. Climatologia: Elementos meteorológicos e climatológicos de importância agropecuária. Ecologia agrícola: Interação entre comunidades vegetais e fatores ecológicos e sua quantificação através de técnicas de avaliação. Agricultura: Características morfofisiológicas das plantas e os fatores de produção. Olericultura: projetos de desenvolvimento sustentável de sistemas de produção olerícola familiar e empresarial. Sementes: processos referentes à produção, beneficiamento, conservação e análise de sementes. Solos: Formação do solo, propriedades e processos químicos, físicos e biológicos do solo classificação e levantamentos de solos, correção da acidez e adubação, erosão do solo. Código de Ética Profissional. Atualidades relativas à profissão. Lei Orgânica do Município.

#### **ENGENHEIRO CIVIL**

Projetos de obras civis. Projetos de Topografia; Planialtimetria; Projetos Arquitetônicos; Execução e Projetos Estruturais (concreto, aço, madeira e rochas); Execução e Projetos de instalações hidrossanitárias e elétricas. Execução e projeto de Fundações e Contêntes. Mecânica dos solos. Execução e Projeto de instalações especiais e Telefonia. Instalação de Elevadores. Execução e Projeto de Instalações de ventilação, exaustão e Ar condicionado. Execução e Projeto de instalações de Combate a Incêndio. Projetos de Estações de tratamento de água, estações de tratamento de esgoto, estações elevatórias de água e estações elevatórias de esgoto. Especificação normalizada de materiais e serviços. Propriedades dos materiais de construção civil. Programação de obras. Orçamento e composição de custos unitários, parciais e totais: levantamentos quantitativos. Planejamento e cronograma físico-financeiro: PERT-CPM. Gerenciamento de obras. Construção. Procedimentos normalizados de: organização do canteiro de obras; execução de fundações

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

(fundações rasas e fundações profundas). Vedações: Alvenarias e sistemas de vedações industrializados, vedações pré-moldadas; estruturas de concreto, aço e madeira; coberturas e impermeabilização; esquadrias; pisos e revestimentos; pinturas, instalações (água, esgoto, eletricidade; telefonia; instalações especiais); fiscalização de obras; acompanhamento da aplicação de recursos (medições, emissão de fatura etc.); controle de materiais (cimento, agregados, aditivos, concreto usinado, aço, madeira, materiais cerâmicos, vidro, etc.); controle de execução de obras e serviços terceirizados. Hidráulica e Hidrologia; Irrigação e drenagem, barragens, canais. Solos e obras de terra (barragens, estradas, aterros etc.). Saneamento básico e saneamento ambiental (disposição de resíduos, aterros sanitários etc.). Obras de Infraestrutura urbana e rural. Estradas e pavimentação rígida e flexível. Terraplenagem. Legislação e Engenharia legal. Legislação Ambiental. Licitações e contratos. Legislação específica para obras de engenharia civil. Vistoria e elaboração de pareceres. Princípios de planejamento e de orçamento público. Elaboração de orçamentos. Normas Regulamentadoras de Saúde e segurança no trabalho. Noções de geoprocessamento. Engenharia de Avaliação: Noções da normalização de Avaliação de imóveis urbanos. Normas de desenho técnico; desenho auxiliado por computador - AutoCAD. Procedimentos de construção civil de acordo com as normas da ABNT. Normalização de serviços. Estatuto das Cidades - Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75. Da Tributação e Orçamento, Da Ordem Econômica e Financeira - Art. 145 a 181). Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e alterações. Lei de Improbidade Administrativa. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Lei Orgânica do Município.

#### **ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO**

Escola e Sociedade: uma relação indispensável; Medidas a serem adotadas para melhoria da qualidade do ensino; O currículo e suas implicações didático pedagógicas; Análise do plano pedagógico da escola na perspectiva da construção da cidadania. A educação pública como instrumento de inclusão social. O Projeto Político Pedagógico da escola – conceito, caracterização, elaboração e execução. O trabalho escolar e o processo educacional. O desenvolvimento da aprendizagem enquanto instrumento de inclusão. A organização curricular compromissada com a aquisição de competências e habilidades. A interdisciplinaridade e a contextualização dos currículos. Os processos de avaliação da aprendizagem. A organização dos tempos e dos espaços escolares. A articulação escola/família no processo educativo. A educação pública como instrumento de inclusão social; Noções de administração e planejamento; A dimensão participativa da gestão escolar; Gestão da Escola: do contexto ao perfil da Equipe Gestora; Gestão democrática: diretrizes gerais; O Perfil Desejável dos Gestores Escolares e dos Dirigentes de Sistemas Educacionais; Conselho Escolar; Grêmio Estudantil; Avaliação da escola; Breve histórico educacional brasileiro; Plano Estratégico ou Plano de Ação; O planejamento funcional e suas limitações. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município.

#### **FARMACÊUTICO**

Código de ética profissional-Lei 8.080/90 e Lei 8.142/90. PORTARIA GM/MS nº 1554 de 30 de julho de 2013, assim como as demais normativas que vieram a alterá-la. (Principalmente a Portaria

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

SCTIE/MS nº 29, de 22 de junho de 2015). PORTARIA Nº 1.555, DE 30 DE JULHO DE 2013. DELIBERAÇÃO 501/CIB/13, de 27 de novembro de 2013. DELIBERAÇÃO 398/CIB/14, de 25 de setembro de 2014. PORTARIA Nº 571, DE 5 DE ABRIL DE 2013. Utilização de testes rápidos para diagnóstico de HIV e triagem para sífilis e hepatites virais na Atenção Básica. PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011, especificamente no tocante aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família. PORTARIA MS Nº 3.124, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012. PORTARIA MS nº 729, de 13 de maio de 2005. DELIBERAÇÃO 053/CIB/16, de 31 de março de 2016. Dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas. Farmacocinética. Farmacodinâmica. Agonistas e antagonistas adrenérgicos. Drogas que atuam no sistema nervoso central: hipnóticos, sedativos e ansiolíticos. Drogas anticonvulsivantes; hipnoanalgésicos; drogas antidepressivas; analgésicos e antiinflamatórios (esteroidais e não esteroidais); drogas diuréticas; drogas cardiovasculares; antihipertensivos, antiarrítmicos. Drogas que atuam no sistema gastrointestinal: fármacos que controlam a acidez gástrica. Drogas antiparasitárias: escabicida e parasiticida. Drogas antimicrobianas: penicilinas, cefalosporinas, cloranfenicol, eritromicina, aminoglicosídeos. Interações farmacológicas: interação medicamento Estrutura física e organizacional da farmácia popular; Gerenciamento de medicamentos e de produtos farmacêuticos de uso hospitalar; Seleção de medicamentos, Sistema de Distribuição de Medicamentos; Comissão de Farmácia e Terapêutica; Papel da Farmácia no Controle das Infecções Hospitalares; Farmacovigilância Hospitalar; Farmacoepidemiologia; Farmacoeconomia; Terapia Antineoplásica (quimioterapia); Nutrição Parenteral; Estudos de utilização de medicamentos; Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica; Cálculos em Farmácia Hospitalar. Medicamentos Genéricos (Lei Federal 9787/1999) Medicamentos Controlados Portaria da Secretaria de Vigilância Sanitária (Ministério da Saúde 344/98). Atualidades relativas à profissão. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2.003 Estatuto do Idoso. Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2.010. (Estatuto da Igualdade Racial). Lei Orgânica do Município.

#### **FISCAL DE OBRAS**

Princípios de Direito Administrativo. Poderes Administrativos: poder vinculado e poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. Atos Administrativos: conceito e requisitos; classificação; espécies; extinção, revogação, invalidação e convalidação do ato administrativo. Mérito do ato administrativo. Discricionariedade. Teoria dos motivos determinantes. Contratos Administrativos: aspectos gerais e especiais, abrangendo a formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão. Controle da Administração: controle administrativo, legislativo e judiciário. Técnicas de redação oficial conforme Manual de Redação Oficial da Presidência da República. Fiscalização de Obras. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização Político Administrativa – Art. 18 a 19. Da União, dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios- Art. 20 a 33. Da administração Pública. Art. 37 a 41. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Estatuto das Cidades - Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e alterações. Lei de Improbidade Administrativa. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do Art.37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Decreto-lei

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

No 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Dos Crimes contra a Administração Pública. Artigos 312 a 359-H. Lei Orgânica do Município. Código de Obras e Posturas do Município.

### **FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**

Princípios de Direito Administrativo. Poderes Administrativos: poder vinculado e poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. Atos Administrativos: conceito e requisitos; classificação; espécies; extinção, revogação, invalidação e convalidação do ato administrativo. Mérito do ato administrativo. Discricionariedade. Teoria dos motivos determinantes. Contratos Administrativos: aspectos gerais e especiais, abrangendo a formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão; Controle da Administração: controle administrativo, legislativo e judiciário da administração; Técnicas de redação oficial conforme Manual de Redação Oficial da Presidência da República. Constituição Federal - Tributação e Orçamento, Da Ordem Econômica e Financeira - Art. 145 a 181). Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e alterações. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e alterações. Código Tributário Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e alterações. Lei de Improbidade Administrativa. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Lei Orgânica do Município. Código Tributário Municipal.

### **FISIOTERAPEUTA**

Anatomia e fisiologia dos sistemas: Músculo esquelético, cardiorespiratório, neurológico central e periférico, adulto e infantil; Fisiopatologia dos sistemas músculo esquelético e cardiorespiratório, bem como reumatologia básica, abrangendo adulto e infantil; Fisioterapia aplicada a Traumatologia; Fisioterapia aplicada a Cardiologia; Fisioterapia aplicada às disfunções Respiratórias; Fisioterapia aplicada a Neurologia; Fisioterapia aplicada a Reumatologia. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2.003 Estatuto do Idoso. Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2.010. (Estatuto da Igualdade Racial). Lei Orgânica do Município.

### **MARCENEIRO**

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Conservação dos instrumentos de trabalho. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico. Materiais de construção. Ferramentaria. Equipamentos de proteção individual. Sistema métrico linear. Cálculo de área e volume. Sistemas de água e esgoto: princípios básicos. Organização e Limpeza. Noções de marcenaria. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Organização e limpeza do local de trabalho. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

#### **MECÂNICO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Manutenção e reparos de máquinas e equipamentos. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e limpeza do de máquinas e equipamentos. Princípios de funcionamento do motor a combustão interna. Conhecimentos e procedimentos de manutenção dos sistemas de: alimentação, arrefecimento, ignição, elétrico, suspensão, freios, direção e transmissão. Lubrificantes e sistemas de lubrificação. Tipos e uso de ferramentas e equipamentos de mecânico. Manutenção preventiva e corretiva. Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

#### **MECÂNICO DE VEÍCULOS**

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Manutenção e reparos de veículos. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e limpeza do de veículos. Princípios de funcionamento do motor a combustão interna. Conhecimentos e procedimentos de manutenção dos sistemas de: alimentação, arrefecimento, ignição, elétrico, suspensão, freios, direção e transmissão. Lubrificantes e sistemas de lubrificação. Tipos e uso de ferramentas e equipamentos de mecânico. Manutenção preventiva e corretiva. Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

#### **MÉDICO**

Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças cardiovasculares: insuficiência cardíaca, insuficiência coronária, arritmias cardíacas, doença reumática, trombozes venosas, hipertensão arterial, insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonia, tuberculose, tromboembolismo pulmonar, pneumopatia intersticial, neoplasias, gastrite e úlcera péptica, colicistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular de cólon, insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrolíticos e do sistema ácido base, nefrolitíase, infecções urinárias, hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus, hipotireoidismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal, anemias hipocrônicas, macrocíticas e homolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios da coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão: osteoartrite, doença reumatóide juvenil, gota, tufos eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doença do colágeno; neurológicas: coma, cefaléias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias, alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão; infecciosas e transmissíveis: sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leishmaniose, malária, tracoma, estreptococciais, estafilococciais, doença meningocócica, infecções por anaeróbicos, toxoplasmose, viroses; escabiose. Atualidades relativas à profissão. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da



## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Política Nacional de Atenção Básica. Lei Orgânica do Município.

### **MÉDICO GINECOLOGISTA OBSTETRA**

Todo o conteúdo de Médico Clínico Geral e mais: Embriologia e anatomia do aparelho urogenital feminino. Fisiologia menstrual – controle neuroendócrino. Esteroidogênese. Semiologia ginecológica. Desenvolvimento puberal normal e anormal. Malformações genitais e ginatresias. Planejamento reprodutivo e contracepção. Amenorréias. Sangramento genital. Hemorragia uterina anormal. Vulvovaginites. Doenças sexualmente transmissíveis. Doença inflamatória pélvica. Dor pélvica crônica. Incontinência urinária e defeitos do assoalho pélvico. Mioma uterino. Endometriose. Dismenorréia. Síndrome Pré-Menstrual. Climatério. Doenças Benignas da Mama. Infertilidade conjugal e Reprodução Assistida. Emergências Ginecológicas. Doenças malignas da mama. Propedêutica mamária. Câncer de colo uterino. Câncer de endométrio. Tumores anexiais. Câncer de ovário. Câncer de vulva. Outros tumores ginecológicos. Bases e Técnicas da Cirurgia Ginecológica. Complicações pós-operatórias. Procedimentos cirúrgicos minimamente invasivos. Endoscopia ginecológica – procedimentos histeroscópicos. Endoscopia ginecológica – procedimentos laparoscópicos. Técnicas diagnósticas e terapêuticas em uroginecologia.

### **MÉDICO PEDIATRA**

Todo o conteúdo de Médico Clínico Geral e mais: Crescimento e desenvolvimento da criança: do período neonatal à adolescência. Alimentação da criança e do adolescente. Morbidade e mortalidade na infância. Imunizações na criança e adolescência. Prevenção de acidentes na infância. Assistência à criança vítima de violência. Anemias. Parasitoses intestinais. Distúrbios do crescimento e desenvolvimento. Baixa estatura. Obesidade. Infecções urinárias. Hematúrias. Enurese. Encoprese. Constipação crônica funcional na infância. Atendimento ambulatorial da criança com necessidades especiais. Dificuldades escolares. Distúrbios psicológicos mais frequentes em pediatria. Dores recorrentes na infância. Abordagem do sopro cardíaco na criança. Adenomegalias. Infecções congênitas. Asma brônquica. Abordagem do lactente chiador. Infecções de vias aéreas superiores e inferiores. Infecções pulmonares bacterianas. Tuberculose na criança.

### **MÉDICO PSIQUIATRA**

Todo o conteúdo do cargo de Médico e mais: História da Psiquiatria. Principais evoluções modernas na consideração da doença mental. Psicopatologia; Delirium, demência, transtornos amnésicos e outros transtornos cognitivos; Transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas; Esquizofrenia e outros transtornos psicóticos; Transtornos do humor; Transtornos de ansiedade; Transtornos somatoformes; Transtornos alimentares; Transtornos do sono; Transtornos de adaptação e transtorno de estresse pós-traumático; Transtornos dissociativos; Transtornos da identidade e da preferência sexual; Transtornos da personalidade; Transtornos factícios, simulação, não adesão ao tratamento; Transtornos emocionais e comportamentais com início usualmente ocorrendo durante a infância ou adolescência; Interconsulta psiquiátrica; Emergências psiquiátricas; Psicoterapias; Psicofarmacologia e Psicofarmacoterapia; Eletroconvulsoterapia e outras terapias biológicas; Psiquiatria Forense; Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos; Psiquiatria social e preventiva.

### **MÉDICO VETERINÁRIO**

Vigilância Sanitária. Epidemiologia Geral. Vigilância Epidemiológica. Vigilância Ambiental. Zoonoses e Saúde Pública. Higiene e proteção dos alimentos: cuidados higiênicos - sanitários na obtenção e beneficiamento de produto de origem animal, flora microbiana patogênica e alterações. Legislação (Federal e Estadual) no julgamento tecnológico e sanitário: Classificação e funcionamento dos estabelecimentos. Ética e Legislação Profissional. Fisiologia Veterinária - Funções vegetativas: sangue e coagulação; circulação sanguínea, respiração. Funções de relação:



## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

sistema nervoso central e sistema nervoso autônomo. Microbiologia Veterinária - Morfologia, citologia, fisiologia, genética e ecologia geral de bactérias, fungos e vírus. Parasitologia Veterinária - Relações entre os seres vivos. Âmbito da parasitologia. Conceitos empregados em parasitologia. Adaptação e ação dos parasitas. Origem do parasitismo. Fundamentos teóricos de Bem Estar Animal e de Bioética. Diretrizes gerais para a Erradicação e a Prevenção da Febre Aftosa. Zoonoses: Brucelose, Febre Amarela, Febre Maculosa, Gripe Aviária, Larva Migrans, Leishmaniose, Leptospirose, Raiva, Toxoplasmose e Tuberculose (agente, espécies acometidas, sintomas nos seres humanos, sinais clínicos nos animais, formas de transmissão, diagnóstico, notificação). Doenças infecciosas e parasitárias: aspectos clínicos, de vigilância epidemiológica e de controle (doenças de interesse para a Saúde Pública). Produtos veterinários: medidas e orientações para o uso responsável (antimicrobianos, endectocidas e inseticidas para grandes e pequenos animais). Higiene veterinária e inspeção sanitária de produtos de origem animal: condições de transporte, abate sanitário, tecnologia, processamento, inspeção, fiscalização e comercialização. As boas práticas de fabricação e o sistema APPCC na produção de alimentos. Vigilância Sanitária no comércio de alimentos de origem animal: doenças transmitidas por alimentos de origem animal, controle físico-químico e microbiológico de alimentos de origem animal, fiscalização. Doenças de notificação obrigatória no MAPA. Bioclimatologia animal. Lei Orgânica do Município.

### **MOTORISTA**

Direção Defensiva. Primeiros Socorros. Legislação e Sinalização de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro, seus anexos e atualizações. Decretos e demais normas do COTRAN. Cargas Perigosas. Placas de Sinalização. Equipamentos obrigatórios. Manutenção e reparos no veículo. Noções básicas de mecânica de automóveis. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Procedimento de operações. Verificações diárias. Manutenção periódica. Ajustes. Diagnóstico de falhas. Engrenagens. Simbologia. Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Equipamentos de Proteção Individual. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Lei Orgânica do Município.

### **NUTRICIONISTA**

Conhecimentos gerais da profissão de Nutricionista: Conceitos, generalidades, classificação e definições sobre alimentos e nutrição. Nutrição Básica: Cálculo de NPDcal e IMC. Classificação de macro e micronutrientes (funções, interações, necessidades e recomendações). Metabolismo energético. Composição do corpo humano e as substâncias necessárias ao organismo no período de formação, crescimento e desenvolvimento. Fisiopatologia, prevenção e controle de doenças nutricionais. Tratamentos Dietoterápicos (no Diabetes, Hipertensão arterial, Doenças renais, Doenças hepáticas, Fenilcetonúria, Obesidade, Oncologia e etc.). Planejamento e produção de refeições em Serviços de Alimentação. Segurança Alimentar e legislação aplicada. Métodos de conservação dos alimentos. Causas de deterioração dos alimentos. Guias alimentares. Composição de dietas equilibradas. Nutrição clínica. Fisiologia e Avaliação do estado nutricional. Alimentação Coletiva. Alimentação Escolar. DTAs (Doenças transmitidas por alimentos). Planejamento de cardápios. Alimentação e Nutrição. Núcleos de Apoio à Família. Saúde Coletiva (Saúde Pública): Políticas Públicas na Área de Alimentação e Nutrição. Monitoramento e avaliação das práticas de promoção à saúde. Alimentação e Nutrição para grupos da população (crianças, adolescentes, gestantes, adultos e idosos). Políticas públicas de saúde. NASF (Núcleo de apoio à saúde da família). Promoção de práticas de promoção à saúde. Ética profissional. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2.003 Estatuto do Idoso. Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2.010. (Estatuto da Igualdade Racial). Lei Orgânica do Município.

#### **ODONTÓLOGO**

Medicina oral; odontologia hospitalar; história da doença, história médica e odontológica, exames gerais e específicos, imunologia. Odontologia social: caracterização, hierarquização, métodos de prevenção, tratamentos dos principais problemas, índices. Farmacologia e terapêutica: mecanismos básicos de ação das drogas; efeitos sobre o sistema nervoso; psicofarmacologia. Anestesiologia: dor, sedação, anestesia local e geral. Procedimentos odontológicos: preparos cavitários; cirurgia e traumatologia buco-maxilofacial; periodontia; radiologia; endodontia; prótese, oclusão. Prevenção da cárie dentária e das periodontopatias. Odontopediatria e ortodontia preventiva na clínica odontológica. Ortodontia. Microbiologia e patologia oral: principais manifestações. Dentística. Halitose. Controle de infecções e a prática odontológica em tempos de AIDS. Interações medicamentosas. Uso na clínica odontológica. A psicologia da dor: aspectos de interesse do cirurgião-dentista. Aplicação dos fluoretos na clínica restauradora. Importância de anamnese para diagnóstico, prognóstico e tratamento das enfermidades da cavidade bucal. Biossegurança em odontologia. Odontologia legal e deontologia. Regulamentação das normas de biossegurança em odontologia. Ética odontológica. Atualidades relativas à profissão. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Política Nacional de Atenção Básica. Lei Orgânica do Município.

#### **OPERADOR DE MOTONIVELADORA, OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E PÁ CARREGADEIRA, OPERADOR DE TRATOR DE PNEUS, MÁQUINAS DE VARRIÇÃO E CAPINA MECÂNICA E OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA**

Direção Defensiva. Legislação e Sinalização de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro, seus anexos e atualizações. Decretos e demais normas do COTRAN. Cargas Perigosas. Placas de Sinalização. Equipamentos obrigatórios. Manutenção e reparos nos equipamentos. Noções básicas de mecânica. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Procedimento de operações. Verificações diárias. Manutenção periódica. Ajustes. Diagnóstico de falhas. Engrenagens. Simbologia. Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho.

#### **PEDREIRO**

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Conservação dos instrumentos de trabalho. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico. Conhecimentos das ferramentas; Conhecimentos do sistema de medição linear; Cubagem; Conhecimentos dos materiais; Concretagem; Preparação de massas; Noções de assentamento de tijolos e carpintaria.

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

Ecossistemas, poluição, meio ambiente. Revisão de peças e lubrificação de máquinas, noções de pequenos concertos. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Organização e limpeza do local de trabalho. Questionamentos sobre instalação de fiação elétrica. Sistemas de água e esgoto: princípios básicos. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

### **PINTOR LETRISTA**

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Conservação dos instrumentos de trabalho. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico. Conhecimentos das ferramentas; Conhecimentos do sistema de metragem linear; Preparação de Superfícies. Tintas e vernizes para pintura. Conhecimento sobre o manuseio das tintas. Técnicas de Calefação. Técnicas de raspagens, amassamento e cobertura. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

### **PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL**

Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais; Educação no mundo atual, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Métodos de Alfabetização Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Direitos de Aprendizagem do aluno, Importância dos gêneros textuais e do lúdico no ciclo de alfabetização, A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem. Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático), DIDÁTICA GERAL. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município.

### **PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS**

Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando se a pratica do dia a dia. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

da informação. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município.

### **PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ARTES ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL**

Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; - Artes Plásticas: História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; - Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; - Pintores Brasileiros. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); PCN'S. DIDÁTICA GERAL. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município.

### **PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS: CIÊNCIAS**

A Vida no Nível da Célula: Organização básica de células procarióticas e eucarióticas: estrutura e função das substâncias orgânicas e inorgânicas que compõem os seres vivos; Metabolismo celular; Reprodução sexuada e Embriologia. A Continuidade da Vida: Hereditariedade e a natureza do material hereditário: As bases moleculares da hereditariedade. Fundamentos da Genética. Processos de evolução: Teorias da evolução; Causas genéticas da variabilidade; Seleção e Adaptação; Isolamento reprodutivo e formação de novas espécies; Genética de Populações; Origem e evolução da espécie humana. A Diversidade da Vida. Vírus: Estruturas, ciclo de vida e patologias relacionadas. Monera, Protista e Fungi: Características gerais e aspectos básicos da reprodução; Importância ecológica e econômica; Prevenção das principais doenças humanas. Plantas: Características gerais dos principais grupos de plantas; Evolução das plantas e adaptações morfológicas e reprodutivas ao ambiente; Organização morfológica básica, crescimento, desenvolvimento e reprodução das Angiospermas. Animais: Características gerais e hábitat dos principais grupos de animais; Evolução dos animais e comparação dos principais grupos quanto à alimentação, locomoção, respiração, circulação, excreção, osmorregulação e reprodução; Animais parasitas do ser humano: ciclos de vida e medidas profiláticas; Animais urbanos e suas relações com os humanos; Estrutura básica e fisiologia dos sistemas do corpo humano; Nutrição e desnutrição; Reprodução Humana e regulação neuro-endócrina; Doenças sexualmente transmissíveis; Constituição do pensamento humano. Os Seres Vivos e o Ambiente: Populações, comunidades e ecossistemas; O fluxo energético e os ciclos da matéria nos ecossistemas; Dinâmica das populações; Ecossistemas aquáticos; Ecossistemas terrestres; Características gerais dos principais tipos de ecossistemas brasileiros. Ecologia humana: O crescimento da população humana como fenômeno histórico; As atividades humanas e as alterações provocadas nos ecossistemas; A utilização dos recursos naturais; O problema da geração de resíduos sólidos em excesso: a reciclagem e o tratamento adequado dos resíduos e seus efluentes; O problema do esgoto e o tratamento da água; A genética e clonagem: aspectos éticos, ecológicos e econômicos; Saúde: indicadores; determinantes sociais; a importância do controle ambiental, do saneamento básico, da vigilância sanitária e epidemiológica e dos serviços de assistência à saúde. Metodologias no Ensino das Ciências e a organização da prática educativa. Educação Ambiental: Abordagens contextualizadas com enfoque interdisciplinar de questões polêmicas contemporâneas relacionadas às discussões de desequilíbrios ambientais e ecológicos, de qualidade de vida, de saúde pública, das relações entre tecnologia e sociedade e de outras questões recorrentes às ciências, amplamente veiculadas pelos meios de divulgação científica e comunicação social. Didática Geral. Planejamento

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município.

### **PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS: GEOGRAFIA**

Geografia Geral (Américas, África, Ásia, Europa e Oceania) e Geografia do Brasil; Geografia de Santa Catarina - Aspectos Econômicos; modo de produção; Sistema Financeiro; Globalização Econômica (Formação de Blocos Econômicos); Distribuição de Renda, PIB e PNB; industrialização; - Aspectos Sociais e Políticos; Sistemas de governo; IDH; Urbanização; Meio Ambiente; Transportes; Turismo; Informática; Efeito Estufa; El Niño; Questões Ambientais; Ecossistemas e Biotecnologia. Os processos da dinâmica natural (geológicos, geomorfológicos, climáticos, hidrológicos, botânicos e pedológicos) e as formas espaciais resultantes. Aproveitamento econômico, gestão e uso dos recursos naturais, problemas ambientais resultantes e as iniciativas para a conservação do meio-ambiente. Fundamentos da cartografia: convenções, escalas e projeções cartográficas, formas de representação do relevo, fusos horários e o caráter ideológico das representações cartográficas; Distribuição espacial da população, dinâmicas do crescimento demográfico, estrutura populacional, teorias demográficas, movimentos populacionais, desigualdades socioeconômicas, étnicas e de gênero. Fontes de energia e as questões econômicas e ambientais correlatas. O processo de mundialização da economia capitalista, a Revolução Técnico-científica, o pós-fordismo, e a importância das redes técnicas para a organização do espaço. Meio ambiente urbano, critérios de definição de aglomerado urbano, processos de metropolização/desmetropolização e formas espaciais correlatas, rede urbana e hierarquia urbana, a organização interna da cidade capitalista. O comércio internacional e a integração do Brasil à economia mundial. Características básicas da organização do Estado territorial brasileiro, as políticas públicas regionais, regionalizações, unidades regionais, identidades regionais brasileiras, divisão territorial do trabalho no Brasil. Geografia regional do mundo. Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município.

### **PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS: HISTÓRIA**

Ensino de História: Saber histórico escolar; Seleção e organização de conteúdos históricos; - Metodologias do ensino de História; Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História; - Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; história e temporalidade; - História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil; - História nacional, regional e local; História Brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo; - História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades: sociais, culturais e nacionais; - História do mundo Ocidental: legados culturais da Antiguidade clássica, convívios e confrontos entre povos e culturas na Europa Medieval. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei



## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município.

### **PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS: LÍNGUA PORTUGUESA**

Concepções de linguagem; A língua como forma de interação; Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Oralidade, escrita e ensino; Fala e leitura, escrita e ensino; Leitura e produção textual; Articulação entre ler, escrever e as áreas do conhecimento; Ensinar e aprender: perspectiva histórico-cultural. Compreensão e interpretações de textos. –Denotação e Conotação; - Sistema ortográfico vigente: emprego das letras e acentuação gráfica; - Classes de palavras e suas flexões; Processo de formação de palavras; - Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais. - Concordância Nominal e Verbal, Regência Nominal e Verbal. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município.

### **PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS: MATEMÁTICA**

Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções; Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º grau. Estudo de Funções: 1º e 2º Grau, logarítmica, exponencial, trigonométricas; Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões; Matrizes e Determinantes; Sistemas Lineares. Análise Combinatória; Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município.

### **PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS: ENSINO RELIGIOSO**

Didática Geral. Ensino Religioso nos ciclos. O Ensino Religioso nas leis de ensino a partir da concepção religiosa; currículo: pressupostos; objetivos; interdisciplinaridade; concepção; correlação da disciplina na área de conhecimento da educação religiosa; metodologia e didática; avaliação. Ética. Respeito mútuo. Justiça. Solidariedade. Diálogo. Desenvolvimento moral. Caracterização histórica das tradições das grandes religiões (hinduísmo, budismo, judaísmo, cristianismo e islamismo) nos seguintes registros: crenças, livros sagrados, lugares sagrados e de oração, gestos e ritos, festas religiosas, fundadores, organização institucional, valores éticos, símbolos sagrados. Bíblia Sagrada. Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso; Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a



## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

progressão escolar do educando. DIDÁTICA GERAL. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município.

### **PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL**

Didática Geral; - Históricos Conceitos e generalidades; - Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município.

### **PROFESSOR – INGLÊS**

A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sociointernacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira; - Interpretação de texto; - Gramática; - Ortografia; Verb Forms (affirmative/interrogative/negative): The present simple; the present continuous; the past simple; the past continuous; the present perfect; the present perfect continuous; the past perfect; the future; the near future; the future continuous. Modals and auxiliary verbs. Phrasal Verbs. Used to/get used to/be used to. If clauses and other conditionals. The Infinitive and the "-ing" form. Reported Speech. Articles: indefinite and definite articles. Nouns: singular and plural; countable and uncountable nouns. Quantifiers: much, many, a lot, little, few etc. Pronouns: subjective and objective pronouns; demonstratives; reflexive and emphatic pronouns: indefinite pronouns; possessive pronouns. Adjectives: the use and position of adjectives; comparatives and superlatives; adjectives ending in "-ed" and "-ing"; possessive adjectives. Adverbs: of manner, of frequency, time and place; adverbs of degree; "too" and "enough". Prepositions and Preposition Phrases. Prepositions/Link words. Relative clauses: with "who, which, that"; "where, whose, what"; defining and non-defining relative clauses; clauses with "-ing" or a past participle; "with" in identifying phases. Word order. Vocabulary, antonyms, synonyms, false cognates, meanings, idioms, collocations, ambiguity. Pronunciation: vowel sounds, consonant sounds, "-ed sounds", plural sounds. Reading Comprehension. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município.

#### **PSICÓLOGO**

Desenvolvimento psicólogo da Criança (infância e Adolescência), considerando os pressupostos básicos dados pelas diferenças abordagens psicoterápicas utilizadas na atualidade – Psicanálise, Ludoterapia, Lacania e outros; Direitos fundamentais da criança e do adolescente; O Psicólogo inserido no serviço Público – Atendimento Ambulatorial, Terapias ambulatoriais em saúde mental. Doenças e deficiências mentais. Diagnostico Psicológico: conceito e objetivo, teoria psicodinâmica, processo diagnóstico, testes e laudos. Abordagens terapêuticas. Psicopatológica: natureza e causa dos distúrbios mentais. Neurose, psicose e perversão: diagnóstico. Função e adequação às necessidades da Comunidade Assistida; O Psicólogo na atuação Clínica; psicologia clínica – O normal e o Patológico; Norma e Média, Doença, Cura e Saúde. Determinantes sócio-culturais; Psicopatologia Clínica: conceito de neurose; Conceito básico em psicologia clínica; dinâmica do funcionamento psíquico, história individual, motivo inconscientes, o papel do desejo, o papel do outro; transferência, repressão, resistência; mecanismo de defesa; Psicoterapia com Grupos; conflitos intragrupais, sua dinâmica e importância; a Psicologia Humanística: diretividade e não – diretividade; coordenadores e facilitadores: vantagens e desvantagens; grupos operativos e suas aplicações; Estudos sobre a família: cenário familiar, regras e metaregras. O psicólogo na escola, Acompanhamento Escolar, dificuldade na aprendizagem, a escola e a criança/adolescente; processo de psicodiagnóstico, entrevistas com os pais e as crianças, avaliação e atendimento da criança e do adolescente; Aprendizagem – fatores determinantes do processo ensino aprendizagem: família, comunidade, escola, companheiros. A aprendizagem: sua vicissitudes e modelos. O processo ensino-aprendizagem como uma construção e constituição de cidadania. A educação inclusiva: os portadores de necessidades especiais, as altas habilidades (superlotados). Psicologia social e organizacional – Comportamento social: atitudes, estereótipos, preconceitos, conformismo. Levantamento de Dados sobre suas Relações com Objetos e suas Representações, Conflitos, Formas de Vivenciar suas dificuldades, perdas e outros; O desenvolvimento humano – Determinantes bio-psico-sócio-culturais de comportamento: síndromes genéticas, gestação, parto, puerpério, interação mãe-bebê; Características comportamentais esperadas ao longo do desenvolvimento: constituição do EU. Conceito de sujeito. Desenvolvimento cognitivo. Adolescência normal e patológica: identidade, sexualidade, socialização intrafamiliar, o trabalho, passado e futuro. Vida adulta: as relações afetivas e produtivas (criatividade). Aposentadoria, Velhice: perdas e ganhos, sua inserção social. Motivação humana: valores e ação humana. Os grupos: processos grupais, papéis, liderança, leis da dinâmica grupal. O indivíduo e a organização: análise e intervenção, mudança e resistência à mudança. Neuroses profissionais. Gestão de conflitos. Psicologia jurídica. Relações Humanas e Recursos Humanos; Noções de Recrutamentos e seleção e desenvolvimento de Pessoal. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2.003 Estatuto do Idoso. Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2.010. (Estatuto da Igualdade Racial). Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1.993. Lei nº 8.842, de 04 de Janeiro de 1.994. Lei nº 11.350, de 05 de Outubro de 2.006. Lei Orgânica do Município.

#### **PSICOPEDAGOGO CLÍNICO INSTITUCIONAL**

Dificuldades de aprendizagem e sua relação com o desenvolvimento infantil; Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem; Necessidades educacionais especiais e aprendizagem escolar; Teorias da aprendizagem escolar; Conceitos fundamentais em neurociências e sua relação

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

com a aprendizagem escolar; A Psicopedagogia no Brasil; Desenvolvimento psicológico da criança; Crescimento físico, características cognitivas, psicossociais e afetivas do adolescente; O adolescente e os grupos de convivência: a família, a escola e os pares; Concepções teóricas de Jean Piaget, Lev S. Vygotsky e Henri Wallon sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem; A psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem nos processos educativos em diferentes contextos escolares. Constituição Federal, na parte referente à Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município.

#### **SOLDADOR MECÂNICO**

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Tipos de solda e tipos de materiais; equipamentos de proteção individual específicos; Conhecimentos do Processo Eletrodo Revestido; Conhecimentos do Processo Mig/Mag; Conhecimentos do Processo TIG; Conhecimentos do Processo oxigás; Conhecimentos do Equipamentos de Soldagem; Conhecimentos de Soldagem de aço baixo carbono e médio carbono; Posições de soldagem (Conforme norma ASME); Simbologia de soldagem conforme norma ABNT; Defeitos de soldagem, suas causas e soluções; Metrologia (escala, trena e paquímetro). Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

#### **TÉCNICO DE AGRIMENSURA**

Cartografia básica: conceitos, representação da Terra no plano, sistemas de coordenadas, projeções cartográficas, projeção UTM, coleta direta e indireta de dados, cartografia temática, leitura de cartas e mapas. Topografia: conceitos, medida de distâncias e ângulos, orientação, posicionamento planimétrico e altimétrico, levantamentos planialtimétricos, locação, terraplenagem, cálculo de áreas e volumes, divisão de áreas, levantamento para fins estatísticos, instrumentos e métodos de medição, cálculo de projeto geométrico (greide, cubagem e perfil), curvas (circular, transição e vertical). Cadastro: conceito de cadastro imobiliário, finalidades e importância. Técnicas cadastrais. Cadastro rural e urbano. Elaboração de cartas: plano geral de construção de cartas, coleta de dados, concepção e projetos de cartas não-topográficas, arquivamento de cartas. Fotogrametria: conceitos, noções de técnica fotogramétrica, modelo estereoscópico (obtenção, uso e geometria), fundamentos matemáticos da fotogrametria, erros na fotogrametria, aerotriangulação, ortofotocartas e cobertura aerofotogramétrica. Cálculo de ajustamento: teoria dos erros de observação, princípio do método dos mínimos quadrados, elipse e elipsóide de erros, propagação dos erros, classificação dos modelos de ajustamento, análise do resultado do ajustamento. Astronomia de posição: definições fundamentais, elementos e trigonometria esférica, sistemas de coordenadas astronômicas, sistemas de tempo, variações das coordenadas celestes e determinações astronômicas locais e de precisão. Geodésia: conceitos, modelos terrestres, geometria do elipsóide, sistemas de referência, datum. Transporte de coordenadas, determinação do elipsóide, sistemas geodésicos, métodos de medida e posicionamento em geodésia, geodésia celeste, estabilidade das estruturas geodésicas. Posicionamento por GPS: conceitos sobre a teoria GPS, características gerais, estrutura do sinal GPS (portadoras L1 e L2, códigos P, C/A e D), cálculo das coordenadas do receptor, DOP, técnicas de levantamento (estáticas e dinâmicas), métodos diferenciais, definição e uso de RTK, DGPS contra RTK, vantagens dos métodos, limitações operacionais, fontes de erros GPS, degradação da precisão, tipos de receptores, principais características de um receptor, aplicações de GPS. Cartografia automatizada: elementos matemáticos de computação gráfica, estrutura de computação gráfica, métodos digitais, conceito de cartografia digital, tecnologia de produção cartográfica, dispositivos para entrada e saída de dados cartográficos, estruturas de dados cartográficos e não

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

cartográficos, análise cartográfica. Sistemas de informações geográficas (SIG's): fundamentos em SIG's, elementos de um SIG. Legislação: Lei nº 10.267/01; Decreto nº 4.449/02; Lei nº 9.605/98; Lei nº 6.015/73 (Título V do Registro de Imóveis); Estatuto da Terra; Código Florestal; Decreto Distrital nº 4.008/77; Lei nº 6.766/79 (Capítulo I, Capítulo III e Capítulo IV). Questão Fundiária: perícias técnicas, tipos de ações (Possessória, Demarcatória, Divisória, Discriminatória e Reivindicatória); análises de cadeias dominiais, títulos de propriedade (registro paroquial, transcrição, matrículas e outros). Estatuto das Cidades - Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75. Da Tributação e Orçamento, Da Ordem Econômica e Financeira - Art. 145 a 181). Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e alterações. Lei de Improbidade Administrativa. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Lei Orgânica do Município.

#### **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**

Procedimentos básicos da enfermagem. Técnicas, Tipos de Curativos, Administração de Medicamentos (diluição, dosagem, vias e efeitos colaterais). Medidas de controle das doenças transmissíveis; doenças transmissíveis não imunizáveis e parasitárias. Doenças sexualmente transmissíveis. Doenças transmissíveis imunizáveis. Imunização: Conceito, tipos, principais vacinas e soros utilizados (indicação, contra indicações, doses, vias de administração, efeitos colaterais), conservação de vacinas e soros (cadeia de frio). Esterilização: conceito, método de esterilização. Assistência de enfermagem à mulher no pré-natal. Assistência de enfermagem à criança: No controle das doenças diarreicas, no controle das infecções respiratórias agudas, no controle das verminoses. Assistência de enfermagem ao adulto. Conceito, causas, sinais e sintomas, tratamento e assistência de enfermagem das patologias: hipertensão arterial, pneumonias, hemorragia digestiva, diabetes mellitus, acidente vascular cerebral, traumatismos (distensão, entorses e fraturas). Primeiros Socorros. A inserção dos Serviços de enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS). Código de Ética e Lei do Exercício Profissional. Funcionamento os sistemas: locomotor, pele e anexos, cardiovascular, linfático, respiratório, nervoso, sensorial, endócrino, urinário e órgãos genitais. Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). Doenças transmissíveis pelos agentes infecciosos e ectoparasitos. Saneamento básico. Promoção da saúde e modelos de vigilância. Estratégia de Saúde da Família. Atuação nos programas do Ministério da Saúde. Educação em saúde. Doenças de notificação compulsória. Assistência ao indivíduo, família e comunidade com transtornos: agudos, crônicos degenerativos, mentais, infecciosos e contagiosos. Assistência de enfermagem no pré, trans e pós operatório. Assistência de enfermagem em urgência e emergência. Atualidades relativas à profissão. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Política Nacional de Atenção Básica. Lei Orgânica do Município.

## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

#### **TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL**

Conhecimentos básicos da função; Processamento de radiografias; Orientação para a saúde bucal; Acolhimento e preparo de paciente para o atendimento; Noções da rotina de um consultório dentário; Noções de arquivos específicos da odontologia: fichas de pacientes, radiografias, documentações; Esterilização de materiais; Limpeza e desinfecção do meio de trabalho; Conhecimento de todos os instrumentos utilizados nas práticas odontológicas; Materiais dentários: indicação, proporção e manipulação; preparo de bandeja; Medidas de proteção individual; Noções de microbiologia Parasitologia; doenças transmissíveis na prática odontológica; Biossegurança, ergonomia e controle de infecção no consultório; Normas de desinfecção e esterilização; Noções de ergonomia aplicados à odontologia. Etiologia e comportamento da cárie dental. Anatomia bucal e dental. Primeiros Socorros. Estratégia de Saúde da Família. Atualidades relativas à profissão. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Política Nacional de Atenção Básica. Lei Orgânica do Município.

#### **TÉCNICO ELETRICISTA**

Conceitos básicos em eletricidade com vistas a instalações; Grandezas elétricas; Produção de força eletromotriz; Geração de corrente em um alternador; Ligação de aparelhos de consumo de energia elétrica; Fornecimento de energia aos prédios; Alimentadores gerais; Modalidades e ligação, Ramais, Ligação provisória e definitiva de energia; Instalações para iluminação e aparelhos domésticos; Elementos componentes de uma instalação elétrica; Símbolos e convenções; Esquemas fundamentais de ligações; Condutores elétricos: instalação, tipos de condutores, aterramento, choque elétrico cores de condutores; Instalações para motores; Classificação dos motores elétricos; Variação da velocidade do motor; Escolha do motor; Dados de placa; Ligações terminais dos motores; Dispositivos de ligação e desligamento; Curto-circuito; Noções sobre segurança no trabalho; Noções de primeiros socorros; Noções de prevenção e combate a incêndios. Energia e trabalho; Condutores de energia elétrica; Isoladores e eletrodutos; A Lei de Ohm; Potência elétrica; Ligação em série e em paralelo; Rede elétrica; Instrumentos de medição; Esquemas e simbologia; Segurança e defeitos em instalações elétricas; Ferramentas; Dispositivos de controle de iluminação; Campanhas e cigarras; Iluminação e ambientes; Previsão de cargas na instalação residencial; Fornecimento de energia elétrica; Quadro de distribuição; Condutores elétricos; Dimensionamento de condutores elétricos; Condutores elétricos e eletrodutos; Sistemas de proteção das instalações elétricas; Amarração e emenda de fios; Soldagem e isolamento de emendas de fios; Motores elétricos; Magnetismo; Eletromagnetismo; Indução; Capacitores; Corrente alternada monofásica; Transformadores; Distribuição de energia elétrica; Motores de corrente alternada monofásicos; Motor trifásico de indução; Dispositivos de manobra e de proteção; Sinalização; Sistema de partida de motores elétricos trifásicos; Dispositivos de comando; Partida com autotransformador (compensadora). Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75. Lei Orgânica do Município.

#### **TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

Noções de instalações hidrossanitárias e de coleta e tratamento e emissão de dejetos sólidos em edificações para fins habitacionais, comerciais, industriais e de prestação de serviços; Noções de



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

tratamento de lixo orgânico, tóxico, poluente, danoso ao meio ambiente; Normas de higiene e de segurança para a saúde pública na produção, manuseio, armazenagem e comercialização de alimentos; Normas de comercialização de produtos como remédios e agrotóxicos; Normas de segurança para abate, distribuição e comercialização de carnes; Histórico do combate às doenças transmissíveis no Brasil, A Cadeia Epidemiológica das doenças transmissíveis, Agentes infecciosos e suas propriedades, Conceitos Básicos usados em Epidemiologia, Noções Básicas de Epidemiologia Descritiva, Indicadores de Saúde (medidas de saúde coletiva-coeficiente, taxa) e utilização nos serviços de saúde, Lei nº 8.080/90 e Lei 12.401/11. Epidemiológica das doenças imunoprevisíveis, Vigilância Epidemiológica das doenças transmitidas por vetores, Vigilância Epidemiológica das doenças diarreicas, Vigilância Epidemiológica das Zoonoses, Sistema de Informação em Epidemiologia (notificação, investigação, fluxo das informações), SUS e a vigilância epidemiológica. Saneamento. Mapeamento/territorialização. Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário. Diagnóstico comunitário. Risco e gerenciamento de risco sanitário. Conceitos: Abrangência, instrumentos de atuação, poder de polícia, emissão de autos e documentos legais. Riscos ocupacionais e Saúde do Trabalhador. Infrações à legislação sanitária e suas sanções - Lei Federal 6437/77. Alimentos: Manipulação, Armazenamento Transporte. Doenças Transmitidas por Alimentos. Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - Lei Federal 9782/99 e suas alterações e regulamentações. Código de Posturas do Município. Normas gerais de saúde em Santa Catarina – Lei/SC 6.320/83 e suas alterações e Decretos regulamentadores. Política Nacional de Saneamento Básico (Lei Federal Nº 11.445, de 2007) e Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal Nº 12.305, de 2010). Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Política Nacional de Atenção Básica. Lei Orgânica do Município.

#### **TERAPEUTA OCUPACIONAL**

Conteúdos básicos das ciências biológicas: anatomia humana; bioquímica; citologia; histologia e embriologia. Prática da Terapia Ocupacional. Fundamentos da Terapia Ocupacional. Constituição do Campo. Tendências contemporâneas em Terapia Ocupacional. Atividades e recursos terapêuticos: atividade lúdica; recursos tecnológicos; próteses e órteses; psicomotricidade. Terapia Ocupacional no Campo Social. Terapia Ocupacional em Saúde do Trabalhador. Terapia Ocupacional e Deficiência Mental. Terapia Ocupacional e Reabilitação Física: abordagens terapêuticas neuromotoras e ortopédicas. Terapia Ocupacional no contexto hospitalar. Terapia Ocupacional aplicada a gerontologia e geriatria. Interface arte e saúde. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Código de Ética. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Política Nacional de Atenção Básica. Lei Orgânica do Município.



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

#### **TORNEIRO MECÂNICO**

Leitura e interpretação de Desenho Técnico Mecânico. Paquímetro: leitura no sistema métrico. Micrômetro. Fluido de Corte (funções e tipos). Aço-carbono. Torno mecânico universal: nomenclatura, características e acessórios do torno. Ferramentas de corte para torno. Brocas: tipos e características. Amplificador de esfera. Cabines de precisão ótica e elétrica. Transferidor. Esfômetro. Simbologia de acabamento. Fluido de corte. Recartilha. Ferramentas de corte (ângulos e aplicações). Cálculos de roscas. Velocidade de corte e rotação por minuto. Anel graduado nas máquinas ferramenta. Cálculos de cones. Roscas (sistemas, perfis e características). Operações de torneamento: Torneiar superfície cilíndrica externa e interna, facear, furar no torno, fazer furo de centro, sangrar e cortar no torno, torneiar superfícies côncavas e convexas, roscar no torno. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75. Lei Orgânica do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

**ANEXO II**

**REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS**

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de  
identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_ residente e  
domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro  
\_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP:  
\_\_\_\_\_, inscrito no Processo Seletivo nº \_\_\_\_\_ da Prefeitura Municipal  
\_\_\_\_\_, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de  
\_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria:

**I – ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte:**

Fonte \_\_\_\_\_ Nº da Fonte \_\_\_\_\_

**II – ( ) Sala de Amamentação:**

Nome do acompanhante: \_\_\_\_\_

**III – ( ) Intérprete de Libras.**

**IV – ( ) Outra necessidade:**

Especificar:

---

---

---

---

---

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do candidato)

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA****ANEXO III****FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS**

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_.

Nº do CPF: \_\_\_\_\_ Nº da Inscrição: \_\_\_\_\_.

Cargo: \_\_\_\_\_.

**Títulos Apresentados para a Prova de Títulos e Tempo de Serviço:****( ) Doutorado ou ( ) Mestrado ou ( ) Pós Graduação**

Ordem	Título/Instituição	Cidade/UF
Pág.2		
Pág.3		
Pág.4		

**( ) Tempo de Serviço na Área**

Ordem	Instituição	Cargo	Anos	Meses	Dias
Pág.5					
Pág.6					
Pág.7					
Pág.8					
Pág.9					
Pág.10					
Pág.11					
Pág.12					
Pág.13					
Pág.14					
Pág.15					

Obs.: A página 1 refere-se a este anexo.

**\* Numere os títulos anexados com o número de ordem informado neste formulário.**

Declaro que entreguei na data abaixo, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Especial do Concurso. Declaro ainda que os documentos apresentados são cópias fiéis dos originais e que quando solicitado deverei apresentar os originais, ciente de que a constatação de qualquer irregularidade implicará em minha exclusão do certame, sem prejuízo das sanções legais, bem como de que não serão aceitos títulos em desconformidade ao descrito no edital.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do candidato)

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

### ANEXO IV

#### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

##### **Agente Administrativo II**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Médio Completo.

Atribuições:

1. Executar ligações telefônicas, transmissões e recebimento de mensagens por telefone, fax e internet;
2. Recepcionar clientes e visitantes, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, receber recados ou encaminhá-los a pessoas ou setores procurados;
3. Executar registro, controle, digitação, arquivo, de todo e qualquer serviço de caráter administrativo;
4. Operar computadores digitais, acionando os dispositivos de comando e periféricos, observando e controlando as etapas de programação dentro dos critérios definidos;
5. Preencher formulários, fichas, cartões e transcrever atos oficiais;
6. Codificar dados e documentos; providenciar material de expediente;
7. Auxiliar na coordenação de eventos e promoções em geral;
8. Operar adequadamente equipamentos de sonorização;
9. Efetuar levantamentos, anotações, cálculos e registros simples;
10. Redigir informações rotineiras e relatórios; preencher guias e requisições;
11. Informar processos administrativos;
12. Interpretar quadros e levantamentos de dados simples; analisar alternativas de serviços;
13. Assistir Superiores;
14. Receber, conferir e relacionar materiais de consumo responsabilizando-se pelo seu controle e levantamento das necessidades;
15. Realizar trabalhos de protocolo, preparo, seleção, classificação, registro, coleção e arquivamento de processos, documentos e fichas;
16. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
17. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
18. Executar tarefas correlatas.

##### **Agente de Pavimentação Pública**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto.

Atribuições:

7. Pavimentar solos de estradas, ruas e obras similares, nivelando-os com areia ou terra e recobrindo-os com paralelepípedos ou blocos de concreto, para dar-lhes melhor aspectos e facilitar o tráfego de veículos;
8. Determinar o alinhamento da obra, marcando-o com estacas e linhas, para orientar o assentamento do material; preparando o solo, recobrindo-o com areia ou terra, para nivelá-lo e permitir o assentamento das peças;
9. Colocar cada peça, posicionando-a sobre a areia e assentando-a com golpes de martelo ou malho, para encaixá-la em seu lugar; recobrindo junções, preenchendo-se com alcatrão ou argamassa de cimento, para igualar o calçamento e dar acabamento à obra;
10. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Executar outras atividades correlatas.

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

### Agente Social

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Médio Completo.

Atribuições:

1. Quanto ao cuidado das crianças e adolescentes:
  - a) informar-se sobre as crianças e adolescentes;
  - b) cuidar da aparência e higiene pessoal;
  - c) observar os horários das atividades diárias;
  - d) ajudar a criança, no banho, na alimentação, no andar e nas necessidades fisiológica ;
  - e) estar atento às ações das crianças;
  - f) verificar as informações dadas pelas crianças e adolescentes;
  - g) informar-se do dia-a-dia das crianças e dos adolescentes no retorno de sua folga;
  - h) relatar o dia-a-dia das crianças e adolescentes à Coordenação;
  - i) educar a criança e o adolescente nos deveres da casa e comunitários;
  - j) manter o lazer e a recreação no dia-a-dia;
  - k) desestimular a agressividade de criança.
2. Quanto a promoção do bem-estar:
  - a) ouvir as crianças e adolescentes respeitando sua necessidade individual de falar;
  - b) dar apoio psicológico e emocional;
  - c) ajudar a recuperação da auto-estima, dos valores e da afetividade;
  - d) promover momentos de afetividade;
  - e) estimular a independência;
  - f) orientar crianças e adolescentes na sua necessidade espiritual e religiosa;
3. Quanto a cuidar da alimentação de crianças e adolescentes:
  - a) participar na elaboração do cardápio;
  - b) verificar a despensa;
  - c) observar a qualidade e a validade dos alimentos;
  - d) preparar a alimentação;
  - e) servir a refeição em ambientes e em porções adequadas;
  - f) estimular e controlar a ingestão de líquidos e de alimentos variados;
  - g) reeducar os hábitos alimentares da criança, jovens, adolescentes.
3. Quanto aos cuidados da saúde:
  - a) observar temperatura, urina, fezes e vômitos;
  - b) controlar e observar a qualidade do sono;
  - c) ajudar nas terapias ocupacionais e físicas;
  - d) ter cuidados especiais com deficiências e dependências físicas das crianças e adolescentes;
  - e) observar alterações físicas e de comportamento;
  - f) lidar com comportamentos compulsivos e evitar ferimentos;
  - g) controlar guarda, horário e ingestão de medicamentos, bem como acompanhar em consultas e atendimentos médico-hospitalar;
  - h) relatar a orientação médica aos responsáveis;
  - i) seguir a orientação médica.
4. Quanto ao incentivo a cultura e educação:
  - a) estimular o gosto pela música, dança e esporte;
  - b) selecionar jornais, livros e revistas de acordo com a idade;
  - c) ler histórias e textos para criança e adolescentes;
  - d) orientar as crianças e os adolescentes nos deveres educacionais, morais e cívicos;
  - e) ajudar nas tarefas escolares;
  - f) participar da elaboração do projeto de vida da criança e do adolescente.
5. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
7. Executar outras atividades correlatas.

### **Analista de Nível Superior**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Superior em uma das seguintes áreas: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Computação e Gestão Pública. (Redação dada pela Lei Complementar nº 187/2017)

Atribuições:

1. Executar atividades de administração e coordenação, relacionadas a levantamento, pesquisas, análises, interpretação de dados, elaborando pareceres, projetos e planos de ação concernentes à organização e métodos, administração financeira, material e de recursos humanos, além de outras atividades administrativas afins;
2. Analisar sistemas, métodos e rotinas de trabalho, elaborando, planos e desenvolvendo projetos para a simplificação e racionalização de rotinas e procedimentos administrativos;
3. Coordenar, orientar e/ou elaborar estudos relativos a padronização e racionalização de impressos e formulários, recomendando sua implantação e prestando assistência aos usuários;
4. Orientar e/ou elaborar planos, desenvolver atividades relativas à movimentação de materiais, níveis de estoque, pontos de suprimentos, padronização de materiais, pesquisa de mercado, compras, arranjo físico do almoxarifado e patrimônio;
5. Realizar e apresentar estudos para a elaboração da proposta orçamentária anual e plano plurianual de investimentos, a partir do conhecimento da realidade econômico-financeira do Município;
6. Realizar e apresentar estudos para a elaboração da programação financeira anual, calculando, especificando e fazendo previsão de receita e despesa;
7. Acompanhar a execução orçamentária, analisando o comportamento da receita e da despesa e propondo medidas corretivas, quando da ocorrência de desvios dos padrões estabelecidos;
8. Orientar e/ou elaborar planos e desenvolver atividades relacionadas à análise, descrição, especificação e avaliação de cargos, pesquisas salariais, redigindo as instruções necessárias para a implantação ou aperfeiçoamento de sistema de classificação de cargos, salários e carreiras;
9. Elaborar estudos pertinentes a recrutamento e seleção, treinamento, promoção e demais aspectos da administração de pessoal utilizando seus conhecimentos técnicos e compilando dados para definir metodologia, formulários e instruções a serem utilizadas;
10. Fazer levantamento da capacidade ociosa da Prefeitura de modo a atender de forma eficiente as demandas atuais e futuras;
11. Coletar, estudar e conhecer a legislação e demais normas institucionais, ligadas à área em que atua;
12. Participar das atividades de previsão financeira durante as negociações salariais;
13. Verificar a solvência financeira e a capacidade de endividamento da Administração Municipal;
14. Desenvolver atividades relacionadas com administração e legislação de pessoal, administração patrimonial e de material, transportes internos, cadastro imobiliário, administração tributária, administração financeira, execução orçamentária, licitação e contratos;
15. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
16. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
17. Executar outras atividades correlatas.

### **Assistente Social**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Superior de Serviço Social

Atribuições:

1. Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento das necessidades básicas do servidor nas áreas de saúde, alimentação, transporte, educação, assistência, família e habitação;



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

2. Implementar formas de participação dos servidores da Administração Municipal, dentro de sua estrutura formal e informal;
3. Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorrem das relações do servidor com o trabalho, como: readaptação profissional, aposentadoria, relacionamento profissional, alcoolismo, acidente de trabalho etc.;
4. Discutir e orientar os servidores sobre seus direitos e deveres, de forma que estes se autodeterminem, quanto à vida funcional;
5. Articular junto a outras Secretarias e órgãos do Município a implantação de projetos na área social;
6. Articular com outras instituições a troca de informações, realização de trabalhos conjuntos, elaboração de novas propostas e encaminhamento de clientela para equacionamento dos problemas sociais do Município;
7. Desenvolver e avaliar estudos, levantamentos e pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade social local;
8. Aplicar técnicas de pesquisa social para aprimorar as atividades de assistência social;
9. Participar na organização e realização de eventos populares;
10. Realizar estudos e diagnósticos dos fatos e fenômenos sociais das comunidades, visando a intervenção junto às pessoas ou grupos afetados pelas mesmas;
11. Repassar informações para a população sobre recursos institucionais existentes no Município, através de atendimentos individualizados, dos grupos, postos de saúde e escolas;
12. Realizar atendimento à população carente, através de acompanhamento e encaminhamento de casos sociais, jurídicos e outros e, da prestação de auxílio de acordo com os recursos e critérios estabelecidos;
13. Promover triagem e encaminhamento de desabrigados e desassistidos a entidades próprias, providenciando internamento e abrigo;
14. Propor e organizar trabalhos de formação profissional para adolescentes e adultos, considerando as ofertas no mercado de trabalho e os interesses da população;
15. Realizar trabalhos com crianças e adolescentes nos termos da legislação específica (Estatuto da Criança e do Adolescente);
16. Assessorar a organização de mutirões, cooperativas e outras formas associativas populares, para solução de problemas da população menos favorecida;
17. Supervisionar voluntários, estagiários e auxiliares que contribuem na execução de trabalhos da área de Serviço Social;
18. Intermediar a relação poder público/comunidade, detectando focos de carência a fim de garantir um atendimento eficaz;
19. Participar de equipes interdisciplinares, assegurando um trabalho articulado e de acordo com as diretrizes estabelecidas;
20. Participar e contribuir para a consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde e às intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município;
21. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
22. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
23. Executar outras atividades correlatas.

### **Auxiliar de Saúde Bucal**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Médio Completo e Registro no Conselho Regional de Odontologia

Atribuições:

1. Proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados e do ambiente do trabalho;

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

2. Sob supervisão do cirurgião dentista ou do THD, realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidenciação de placa bacteriana, escovação supervisionada, orientações de escovação, uso do fio dental;
3. Preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda, etc.) necessário para o trabalho;
4. Instrumentalizar o cirurgião dentista ou Técnico de Higiene Dental - THD durante a realização de procedimentos clínicos (trabalho a quatro mão);
5. Agendar o paciente e orientá-lo ao retorno, e à preservação do tratamento;
6. Acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe de saúde no tocante à saúde bucal.
7. Orientar os pacientes sobre higiene bucal;
8. Marcar consultas;
9. Preencher e anotar fichas clínicas;
10. Manter em ordem arquivo e fichário;
11. Preparar o paciente para o atendimento;
12. Auxiliar no atendimento ao paciente;
13. Promover isolamento do campo operatório;
14. Manipular materiais de uso odontológico;
15. Selecionar moldeiras;
16. Confeccionar modelos em gesso;
17. Processar filme radiográfico
18. Aplicar métodos preventivos para controle da cárie dental;
19. Proceder à conservação e à manutenção do equipamento odontológico. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 169/2016)

#### **Auxiliar de Serviços Gerais**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto.

Atribuições:

1. Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os;
2. Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, encerando-os ou passando aspirador de pó;
3. Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros;
4. Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes;
5. Queimar o lixo contaminado do serviço de saúde nos incineradores apropriados, separando as agulhas, vidros, medicamentos e vacinas vencidas, em recipientes apropriados para encaminhar ao aterro sanitário;
6. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras;
7. Preparar e servir chá, café ou água;
8. Lavar as roupas das crianças, lençóis, cobertores, toalhas e demais roupas usadas nas creches municipais e nos serviços de saúde;
9. Auxiliar os professores nas creches: cuidando das crianças, colocando-as para dormir, alimentando-as, trocando fraldas, entre outras, excluindo o suporte pedagógico;
10. Retirar as roupas do varal, passá-las a ferro, esterilizá-las e guardá-las nas respectivas salas;
11. Efetuar contagem das roupas lavadas e passadas para controle das mesmas;
12. Executar serviços de limpeza da área externa das creches e escolas, postos de saúde e prédios municipais, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas, como também roçando e capinando;

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

13. Auxiliar na preparação de refeições, e merendas escolares, descascando e cortando verduras e temperos, lavando e secando louças, servindo as refeições, merendas e fazendo a limpeza da cozinha;
14. Fazer pequenos reparos, tais como: consertos de móveis, aparelhos elétricos, troca de lâmpadas, torneiras, dentre outros, quando solicitado;
15. Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenagem e distribuição dos materiais e/ou equipamentos;
16. Regar e cuidar de flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa dos prédios municipais;
17. Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral;
18. Executar serviços de coleta e entrega de documentos, processos, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal;
19. Preparar e servir refeições, conforme instruções e cardápios pré-estabelecidos;
20. Recolher, lavar, secar e guardar utensílios de copa e cozinha;
21. Executar serviços de conservação e limpeza da copa e cozinha;
22. Elaborar pedidos de material para merenda;
23. Anotar o cardápio e a quantidade dos alimentos utilizados, para fins de controle;
24. Receber, guardar os alimentos recebidos;
25. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
26. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
27. Executar outras atividades correlatas.

#### **Auxiliar Educacional**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Médio Completo

Atribuições:

1. Participar das atividades desenvolvidas pelo professor e equipe de trabalho em sala de aula, ou fora dela;
2. Acompanhar ou executar atividades, de forma articulada com a Proposta Pedagógica da Unidade Escolar, objetivando a realização de seu trabalho;
3. Tomar conhecimento dos planejamentos desenvolvidos pelos professores;
4. Participar na elaboração e confecção de materiais didático-pedagógicos;
5. Colaborar com a equipe pedagógica da escola, na organização e no preenchimento de documentos, da Unidade Escolar e dos alunos;
6. Auxiliar o professor, no desenvolvimento de suas atividades, sejam estas realizadas no interior da Unidade Escolar, ou fora dela;
7. Inteirar-se, entender e cumprir a proposta da Educação, da Rede Municipal de Ensino de Videira, no que tange a suas funções;
8. Participar do processo de integração da Unidade Educativa, família e comunidade;
9. Conhecer o processo educacional, manter-se atualizado, através de leituras, formação continuada em serviço, seminários e outros eventos;
10. Participar na elaboração, execução e avaliação de planos, programas e projetos na área educacional;
11. Cooperar na execução do planejamento e dos programas referentes às atividades sociais da Unidade Escolar;
12. Auxiliar na organização pedagógica da sala, mantendo o ambiente agradável e higienizado;
13. Participar dos eventos promovidos ou indicados pela Secretaria Municipal da Educação ou da Unidade Escolar, que possam colaborar com o aperfeiçoamento do exercício profissional e outros eventos de caráter correlato;

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

14. Conhecer o processo educacional e manter-se atualizado, colaborando com desenvolvimento administrativo, social, familiar e educacional dentro da Rede Pública de Ensino de Videira com o objetivo de participar e realizar atividades educacionais de lazer, higiene (troca de fraldas, banho, escovação, auxiliar na alimentação dos educandos), segurança e saúde.
15. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
16. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
17. Executar atividades correlatas ao cargo.

### **Auxiliar Operacional**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto

Atribuições:

1. Exercer ou auxiliar na execução de quaisquer tarefas que não exijam qualificação profissional e/ou experiência prévia;
2. Abrir, fechar e limpar valas, desobstruindo caixas de captação e bueiros, entre outros;
3. Carregar e descarregar viaturas em geral;
4. Executar serviços de conservação e limpeza de estradas, jardins, praças, vias, logradouros e cemitérios públicos, terrenos baldios e outros, tapando buracos, capinando, roçando, varrendo, pintando meio fio e troncos de árvores, bem como a remoção de entulhos;
5. Operar roçadeiras nos serviços de limpeza de jardins e outros logradouros públicos;
6. Auxiliar na implantação e manutenção de estradas, executando serviços inerentes a sua função;
7. Podar, plantar e regar folhagens, árvores, grama, flores, entre outros, em parques, jardins e logradouros públicos;
8. Auxiliar calceteiros e pedreiros no preparo de argamassa, concreto e nos serviços de pavimentação, carregando materiais, equipamentos e ferramentas peculiares ao trabalho;
9. Executar serviços de limpeza de terrenos;
10. Auxiliar carpinteiros e encanadores na execução de pequenos trabalhos e reparos como montagem e desmontagem de andaimes, palcos, instalações de tubulações e outros similares;
11. Auxiliar o trabalho de operação da usina de asfalto limpando e/ou untando com óleo rolos, telas do silo, caminhões e alimentado o silo manualmente com brita e areia quando necessário;
12. Executar serviços de horta, virando e adubando a terra, capinando, plantando, transplantando mudas de verduras e legumes e regando os canteiros quando necessários;
13. Auxiliar o mecânico nos serviços de manutenção e reparo dos veículos, máquinas e equipamentos municipais;
14. Realizar trabalhos braçais que exijam conhecimento em borracharia;
15. Conduzir ao local de trabalho equipamentos técnicos;
16. Executar tarefas, tais como: confecção e conserto de capas e estofados;
17. Acender forjas; vulcanizar e recauchutar pneus e câmaras;
18. Engraxar, lubrificar e zelar pelo funcionamento e limpeza de equipamentos, veículos e máquinas utilizados ou em uso;
19. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
20. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
21. Executar outras atividades correlatas.

### **Bioquímico Farmacêutico**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Superior em Bioquímica e/ou Farmácia

Atribuições:

1. Fazer análise clínica de exsudatos e transudatos humanos, sangue, urina, fezes, liquor e outros, valendo-se de diversas técnicas específicas;

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

2. Analisar soro antiofídico, pirogênio e outras substâncias, valendo-se de meios biológicos;
3. Proceder a análise legal de peças anatômicas e de substâncias suspeitas de estarem envenenadas;
4. Efetuar análise bromatológica de alimentos, valendo-se de métodos para garantir o controle de qualidade, pureza, conservação e homogeneidade, com vistas ao resguardo da Saúde Pública;
5. Fazer análise de água, como pesquisa de microorganismo e determinações de elementos químicos, valendo-se de técnicas específicas;
6. Participar, conforme a política interna do Município, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;
7. Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade;
8. Participar de programa de treinamento, quando convocado;
9. Trabalhar segundo normas técnicas de biosegurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;
10. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;
12. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Executar outras atividades correlatas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

### **Carpinteiro**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.

Atribuições:

8. Preparar canteiro de obras e montar formas para alvenaria; especificar materiais e equipamentos; isolar área com tapume e organizar posto de trabalho; locar eixos da construção (pilares e parede); conferir esquadro, prumo e nível (forro, pilar, viga); separar peças e painéis conforme projeto de montagem de formas e fazer seu gabarito; fazer painéis de forma usando pregos e distribuir cavaletes para viga conforme projeto; acompanhar concretagem, reparando formas, se necessário;
9. Confeccionar formas de madeira, telhados e forros de laje (painéis) para construção civil; montar escoramento de forro de laje e longarinas e barrotes para apoio de forro de laje; construir andaimes, bandejas salva-vidas, proteção provisória de escadas, proteção de madeira e estruturas de madeira para telhado, além de escorar lajes de grandes vãos;
10. Montar e assentar portas e esquadrias; executar serviços tais como: desmonte de andaimes, seleção de materiais reutilizáveis, armazenamento de peças e equipamentos;
11. Confeccionar e reformar móveis; operar máquinas de marcenaria, tais como: topia, plaina, máquina circular, serra de fita, desengrosso, lixadeira e furadeira; executar serviços de marcenaria, tais como: montagem e desmontagem de mobiliários e divisórias, consertos de móveis, fabricação de móveis em geral; executar serviços de carpintaria, tais como: desdobro de madeira, engradamentos, fabricação e instalação de marcos de portas e portões;
12. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior.

### **Contador**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Superior em Ciências Contábeis com registro no CRC.

Atribuições:

2. Assinar juntamente com o Prefeito, os balanços, balancetes e outras demonstrações contábeis do Município, seus fundos e fundações;
2. Visar todos os documentos elaborados pela contabilidade;

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

3. Elaborar, de acordo com as instruções vigentes, a proposta orçamentária do Município, bem como coordenar a elaboração da proposta orçamentária dos fundos municipais e fundações;
4. Acompanhar a execução orçamentária do Município, seus fundos e fundações;
5. Coordenar a elaboração da Lei Orçamentária e do Plano Plurianual;
6. Elaborar, quando solicitadas e necessárias, as propostas para abertura de créditos adicionais;
7. Proceder ao levantamento, na época própria, do Balanço Geral do Município, compreendido seus fundos e fundações;
8. Examinar, conferir e instituir processos de pagamento;
9. Controlar os prazos de aplicação e prestação de contas de adiantamentos;
10. Participar de sindicâncias e processos administrativos instaurados no âmbito municipal;
11. Determinar a abertura, encerramento, reabertura e o desdobramento de contas do Plano de Contas do Município;
12. Estabelecer normas e acompanhar o correto registro das entradas de receita no Município;
13. Supervisionar o registro, acompanhar e controlar as variações patrimoniais;
14. Supervisionar, acompanhar e controlar as prestações de contas devidas pelo Município;
15. Supervisionar o controle de custos dos serviços públicos;
16. Desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas, no tocante à execução, organização, e controle dos serviços de contabilidade do Município, compreendida a Administração direta e indireta;
17. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
18. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
19. Executar outras atividades correlatas.

#### **Enfermeiro**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Superior em Enfermagem, com registro no COFEN.

Atribuições:

1. Efetuar levantamentos e diagnósticos, junto as equipes locais de saúde, das unidades da região correspondente, essenciais ao planejamento estabelecendo objetivos e metas para os serviços de saúde, especificamente para a área de enfermagem;
2. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade;
3. Organizar sistema adequado de registro de atividade junto aos postos de saúde, recebendo e assegurando o encaminhamento de dados de interesse aos órgãos competentes e promovendo orientação sobre a importância do registro de dados ao pessoal de enfermagem, em especial;
4. Implementar as ações de saúde pública de acordo com as Ações Integradas de Saúde e as diretrizes municipais de saúde, em especial aquelas relacionadas ao plano de enfermagem, e participar das atividades programáticas intrainstitucionais e interinstitucionais;
5. Elaborar estudos, que visem o aperfeiçoamento contínuo das atividades de enfermagem;
6. Realizar supervisão periódica das ações de saúde pertinentes a enfermagem, acompanhando e orientando a execução de atividades a nível local nas atividades de consulta de enfermagem, e consulta pré-natal;
7. Supervisionar as atividades de imunização provendo as necessidades de serviço de modo a garantir a ampliação da cobertura vacinal;
8. Contribuir ativamente para a implementação das atividades de vigilância epidemiológica de doenças infecto-contagiosas e de vigilância epidemiológica nutricional;
9. Participar das atividades desenvolvidas pela Municipalidade no sentido de promoção às ações de saneamento e de proteção e recuperação do meio ambiente;
10. Garantir as ações de promoção da saúde da mulher e da criança junto à população, de acordo com as diretrizes do Sistema Municipal de Saúde;



## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

11. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde;
12. Participar e contribuir para a consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município;
13. Executar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem;
14. Prestar consulta de enfermagem e fazer prescrição da assistência de enfermagem, inclusive efetuando cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas;
15. Prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública ou em rotina aprovada pela instituição de saúde;
16. Prestar assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido, inclusive prestando assistência obstétrica em situação de emergência;
17. Participar de programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco;
18. Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem;
19. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN 160);
20. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
21. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
22. Executar outras atividades correlatas.

#### **Engenheiro Agrônomo**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Superior em Engenharia Agronômica, com registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).

Atribuições:

1. Controlar e orientar o uso de adubos, defensivos, rações, sementes, solo etc;
2. Zelar pela exploração racional da terra, água, flora e fauna;
3. Analisar dados meteorológicos para definir procedimentos próprios para as culturas cultivadas no Município;
4. Acompanhar a construção de instalações rurais e sistemas de drenagem e irrigação;
5. Orientar o combate de pragas, insetos, fungos e bactérias;
6. Desempenhar as atividades correlatas abaixo relacionadas:
  - o) Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente;
  - p) Executar estudo, planejamento, projeto e especificação;
  - q) Executar estudo de viabilidade técnico-econômica;
  - r) Executar vistoria, perícia, avaliação arbitramento, laudo e parecer técnico;
  - s) Realizar ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica e extensão;
  - t) Efetuar a padronização, mensuração e controle de qualidade;
  - u) Executar obra e serviço técnico;
  - v) Fiscalizar obra e serviço técnico;
  - w) Efetuar produção técnica e especializada;
  - x) Conduzir trabalho técnico;
  - y) Conduzir equipe de instalação, montagem, operação, reparo e manutenção;
  - z) Executar instalação, montagem e reparo;
  - aa) Operar e realizar manutenção de equipamento e instalação;
  - bb) Executar desenho técnico;
7. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
9. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

9. Executar outras atividades correlatas.

### **Engenheiro Civil**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Graduação em Engenharia Civil com registro no CREA.

Atribuições:

20. Analisar projetos de construção, legalização e reforma de edificações, parcelamentos de solo e obras viárias, confrontando a documentação e plantas inclusas no processo com as normas e determinações do Plano Diretor, Código de Obras, Legislação Municipal e as normas técnicas vigentes;
21. Fornecer informações para emissão de certidões diversas na área de urbanismo, quando solicitadas pelos munícipes;
22. Atender os requerentes orientando e esclarecendo de forma necessária para aprovação dos planos e projetos;
23. Acompanhar e fiscalizar obras, realizar vistorias em ruas, servidões, edificações e loteamentos, formulando pareceres técnicos e prestando orientação técnica;
24. Elaborar projetos e orçamentos de obras em ruas, estradas, servidões, edificações e demais serviços correlatados;
25. Apoiar tecnicamente os demais órgãos da Administração Municipal quando necessário;
26. Emitir laudos de avaliação de terrenos e edificações, formulando pareceres técnicos para efeitos indenizatórios e questões correlatas;
27. Supervisionar levantamentos de ruas e servidões, com o objetivo de encaminhar os processos reivindicantes e definir propostas técnicas;
28. Orientar nas solicitações de levantamentos topográficos e serviços afins, com o objetivo de melhor atender os pleitos;
29. Analisar e dar parecer técnico sobre a viabilidade de uso e ocupação do solo;
30. Desenvolver pesquisa, estudos e projetos nas áreas de construção civil, sistema viário e transporte coletivo;
31. Elaborar relatórios diversos em sua área de atuação;
32. Atender ao público em assuntos relativos a prestação de serviços da Administração Municipal;
33. Participar das atividades realizadas em grupos de trabalho interdisciplinar, representando a municipalidade, em assuntos vinculados à sua área de atuação;
34. Realizar fiscalização de obras rodoviárias, orientando e determinando os serviços, quando a obra for contratada com terceiros;
35. Encaminhar à Administração Municipal os projetos de parcelamento para definição de áreas verdes e sistema viário, os projetos de edificação para definição de acessos e estacionamento, e os que exigirem estudo específico de localização;
36. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
37. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
38. Executar outras atividades correlatas.

### **Especialista em Educação**

Escolaridade: Nível Superior em Pedagogia, com habilitação em orientação educacional, supervisão escolar ou administração escolar, comprovada através de histórico escolar do curso de graduação, extensão e/ou pós-graduação

Atribuições:

1. Coordenar a elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de programas, planos e projetos de outras atividades, que objetivam acompanhar o aluno, nos aspectos que se referem ao processo ensino-aprendizagem, bem como o encaminhamento destes a outros profissionais que assim

## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

exigirem, desenvolver e executar atividades de administração, planejamento, supervisão e orientação educacional.

2. Participar da articulação, elaboração e reelaboração de dados da comunidade escolar como suporte necessário ao dinamismo do Projeto Político Pedagógico;

3. Participar na criação, organização e funcionamento de instâncias colegiadas, tais como: conselho de escola APP, Grêmio Estudantil, e outros, incentivando a participação e democratização das decisões e das relações na Escola;

4. Participar no processo de elaboração e cumprimento do regimento interno da escola;

5. Coordenar o processo de escolha de representantes de turma;

6. Coordenar, junto com os professores, o sistema de informações sobre o aluno, para conhecimento do aluno, dos pais e fazer os devidos encaminhamentos;

7. Contribuir com trabalhos que objetivem reduzir os índices de repetência e evasão escolar;

8. Coordenar o processo de identificação, de análise das causas e acompanhamento dos alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem;

9. Realizar e/ou promover pesquisas e estudos, emitindo pareceres e informações técnicas na área de orientação educacional;

10. Planejar, acompanhar as ações e avaliar as atividades de elaboração do currículo da Unidade Escolar junto ao corpo docente;

11. Comprometer-se com o planejamento, acompanhamento e avaliação dos projetos da Unidade Escolar relacionados com o processo ensino-aprendizagem;

12. Promover momentos de estudo, reflexão e um constante repensar da prática pedagógica do corpo docente, levando-os a análise de situações concretas;

13. Encaminhar as ações pedagógicas, a partir dos interesses e necessidades do corpo docente e discente, acompanhando sistematicamente o processo ensino-aprendizagem, em especial a avaliação;

14. Conhecer a história de vida da clientela que frequenta a escola;

15. Zelar pelo aperfeiçoamento constante do corpo docente além de engajar-se nas atividades extra-classe de cunho pedagógico;

16. Desenvolver o planejamento curricular com o corpo docente, de forma individual e coletiva;

17. Promover momentos de integração e socialização com os funcionários, visando a participação de todos na proposta pedagógica da Escola;

18. Orientar as decisões no caso de alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem ou problemas específicos;

19. Identificar os fatores que interferem no rendimento escolar, propondo medidas alternativas de solução;

20. Coordenar o processo de preparação para o trabalho;

21. Desenvolver atividades pedagógicas com o corpo discente abrangendo técnicas de socialização de conteúdos e de elaboração das normas internas da Unidade Escolar;

22. Participar da elaboração das demais atribuições do corpo pedagógico em conjunto com toda a equipe escolar;

23. Promover atividades de integração entre a comunidade/coordenação/educadores/educandos;

24. Participar da execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola;

25. Manter atualizado os diagnósticos pedagógicos da escola;

26. Participar de estudos, debates, diagnósticos e definições com vistas à adequação do currículo e programas de ensino;

27. Participar da coordenação do planejamento, execução e avaliação de reuniões com os pais e conselhos de classe;

28. Dinamizar capacitações, reuniões pedagógicas visando a atualização dos educadores em aspectos relacionados à área de orientação educacional;

29. Participar no processo de integração escola/família/comunidade;

30. Orientar quando necessário à adaptação e integração dos alunos na escola;

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

31. Garantir que a escola cumpra sua função social de socialização e construção do conhecimento;
32. Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

### **Farmacêutico**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Superior em Farmácia com registro no respectivo órgão de classe

Atribuições:

1. participar na formulação de políticas e planejamento das ações, em consonância com a política de saúde de sua esfera de atuação e com o controle social;
2. participar da elaboração do plano de saúde e demais instrumentos de gestão em sua esfera de atuação;
3. utilizar ferramentas de controle, monitoramento e avaliação que possibilitem o acompanhamento do plano de saúde e subsidiem a tomada de decisão em sua esfera de atuação;
4. desenvolver atividades associadas ao fármaco e ao medicamento visando à prevenção, promoção e recuperação da saúde humana;
5. contribuir na definição e aplicação de políticas de medicamentos inseridas nas políticas de saúde;
6. atuar em equipes multidisciplinares, em todos os níveis de atenção à saúde;
7. compreender as diferentes concepções do processo de saúde e doença;
8. atuar de forma ética e responsável na compreensão da realidade social, cultural e econômica de seu meio;
9. promover a integração entre a área farmacêutica e demais serviços e unidades da instituição;
10. gerenciar o ciclo farmacêutico que incluem a seleção de medicamentos, planejamento de necessidades, aquisição, distribuição de medicamentos e correlatos, em todos os níveis dos sistemas de saúde de acordo com as Boas Práticas;
11. promover atividades de capacitação na área de medicamentos;
12. realizar atividades de controle de qualidade de medicamentos;
13. realizar atividades de fármaco vigilância na detecção de reações adversas a Medicamentos (RAM);
14. promover o uso racional de medicamentos em todos os níveis de atenção à saúde;
15. dispensar os medicamentos e correlatos interpretando e avaliando as prescrições dos pacientes;
16. manipular e/ou fracionar os medicamentos para atender às necessidades dos pacientes;
17. Analisar documentação, cadastrar, dispensar os medicamentos, renovar documentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica conforme protocolo;
18. Agendar retirada e gerenciar estoque do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica conforme preconizado;
19. Adquirir e dispensar os medicamentos e correlatos provenientes de ações judiciais.
20. orientar profissionais da área de saúde sobre o uso correto do medicamento;
21. realizar atividades educativas relacionadas ao medicamento;
22. desenvolver atividades de atenção farmacêutica;
23. realizar inspeções sanitárias em estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário;
24. desenvolver atividades relacionadas à Vigilância em Saúde;
25. elaborar normas e procedimentos de interesse à saúde pública.
26. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 169/2016)

### **Fiscal de Obras**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Graduação em Engenharia Civil com registro no CREA.

Atribuições:

1. Elaborar e desenhar croquis na sua área de especialização, realizando estudos, levantamentos e efetuando cálculos que se fizerem necessários;

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

2. Fiscalizar as obras de construção civil executadas pelos munícipes, visitando-as para verificar se as mesmas estão sendo construídas de acordo com o projeto aprovado segundo o Plano Diretor, Código de Obras e Edificações, o Código de Posturas Municipais e as normas técnicas vigentes;
3. Fiscalizar obra para fins de concessão de habite-se, visitando-as para verificar se foram construídas de acordo com o projeto aprovado pelo Município;
4. Intimar, comunicar, embargar e autuar as obras que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos;
5. Determinar o cumprimento das posturas municipais que estão sob sua competência;
6. Elaborar relatórios das atividades de sua área de atuação;
7. Informar processos referentes a construção, renovação de alvará, substituição de projeto, cancelamento de auto de infração, consulta de viabilidade, desmembramento, amembramento, transferência de responsabilidade técnica, transferência de proprietário, aprovação de projeto, acréscimo e reforma, reconsideração de despacho, legalização, certidão de demolição e providências diversas, etc.;
8. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
9. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
10. Executar outras atividades correlatas.

### **Fiscal de Tributos Municipais**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Superior em uma das seguintes áreas: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito.

Atribuições:

1. Fiscalizar o cumprimento da obrigação principal e das obrigações acessórias em relação ao ISS, IPTU, ITBI, contribuição de melhoria, taxas instituídas pelo Município em razão do exercício do poder de polícia municipal ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição, e quaisquer outros tributos ou contribuições, existentes ou que venham a ser instituídas em favor do Município, podendo para tanto:
  - a) exercer a fiscalização sobre todas as pessoas, físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive sobre os responsáveis tributários e as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal;
  - b) proceder ao exame e verificação de mercadorias, livros fiscais e contábeis, notas fiscais de serviço, notas fiscais, comprovantes de recolhimento de tributos, arquivos físicos ou magnéticos, equipamentos de processamento de dados, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, de quaisquer pessoas, em especial contribuintes e responsáveis tributários e demais documentos necessários à fiscalização dos tributos municipais;
  - c) apreender livros, arquivos físicos ou magnéticos, equipamentos de processamento de dados, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, mercadorias, podendo também nomear depositário do que for apreendido;
  - d) proceder à constituição do crédito tributário do Município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício;
  - e) decidir quanto aos pedidos de crédito Tributário do Município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício;
  - f) intimar o contribuinte ou responsável tributário a apresentar, perante a repartição fazendária, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, bem como informações ou comunicações, verbais ou escritas, de interesse da Administração Tributária;
  - g) intimar o contribuinte ou responsável tributário a comparecer perante a repartição fazendária;
  - h) solicitar a apresentação, em Juízo, dos livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, quando houver negativa em apresentá-los, sem prejuízo da comunicação ao Ministério Público, pela conduta tipificada no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 8.137/90;

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

- i) requisitar o auxílio da força pública estadual ou federal, civil ou militar, quando vítima de embargo ou desacato no exercício de suas funções, ou, em decorrências delas, quando seja necessário à efetivação de medidas previstas na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção;
- j) fiscalizar na rede arrecadadora os controles e comprovantes relativos à arrecadação de tributos municipais;
- k) expedir intimações, lavrar termos de início, de prorrogação ou de término de fiscalização, de ocorrência, de verificação fiscal e de apreensão, bem como quaisquer outros procedimentos necessários à formalização da ação fiscal;
- l) desenvolver quaisquer outras atividades, não especificadas anteriormente, e relacionadas com a fiscalização de tributos municipais;
- 2. Promover o intercâmbio de informações de natureza fiscal, com outros Municípios, com o Estado e a União, na forma autorizada pela legislação;
- 3. Manter sigilo sobre suas atividades, na forma em que estabelecido pela legislação pertinente;
- 4. Participar de Comissões Fiscais, quando solicitado pela Chefia, para estudar o interditamento de estabelecimentos que funcionem irregularmente, bem como de grupos de trabalho para a realização de quaisquer outras atividades que necessitem de conhecimento técnico relativo a sua área de atuação;
- 5. Orientar os contribuintes e responsáveis tributários, quanto às suas obrigações tributárias principal e acessórias, no que se refere a escrituração dos livros fiscais e demais registros legais, ao recolhimento dos tributos e outras informações pertinentes;
- 6. Atender a plantões fiscais, de acordo com a escala e horários estabelecidos, com o propósito de assistir os contribuintes, responsáveis e demais interessados, no que diz respeito à interpretação e aplicação uniforme, eficaz e equitativa da legislação tributária municipal;
- 7. Proceder a auditorias e fiscalizações especiais, quando determinadas pela Chefia;
- 8. Informar os processos contenciosos decorrentes do lançamento de créditos tributários municipais, especialmente aqueles constituídos de ofício;
- 9. Informar o Ministério Público relativamente a atos e fatos apurados em processo de fiscalização que, em tese, constituam crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90);
- 10. Apresentar sugestões visando o aperfeiçoamento da legislação tributária;
- 11. Elaborar relatórios mensais de suas atividades;
- 12. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
- 13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
- 14. Executar outras atividades correlatas.

### **Fisioterapeuta**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Superior em Fisioterapia, com registro no COFFITO.

Atribuições:

- 15. Definir, planejar, organizar, supervisionar, prescrever e avaliar as atividades da assistência fisioterapêutica aos munícipes;
- 16. Avaliar o estado funcional do paciente, a partir da identidade da patologia clínica intercorrente, de exames laboratoriais e de imagens, da anamnese funcional e exame de cinesia, funcionalidade e sinergismo das estruturas anatômicas envolvidas;
- 17. Estabelecer rotinas para a assistência fisioterapêutica, fazendo sempre as adequações necessárias;
- 18. Solicitar exames complementares para acompanhamento da evolução do quadro funcional do paciente;
- 19. Recorrer a outros profissionais de saúde e/ou solicitar pareceres técnicos especializados, quando necessário;
- 20. Reformular o programa terapêutico sempre que necessário;



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

21. Registrar no prontuário do paciente, as prescrições fisioterapêuticas, sua evolução, as intercorrências e a alta em Fisioterapia;
22. Integrar a equipe multidisciplinar de saúde, com participação plena na atenção prestada ao paciente;
23. Colaborar na formação e no aprimoramento de outros profissionais de saúde, orientando estágios;
24. Efetuar controle periódico da qualidade e resolufividade do seu trabalho;
25. Elaborar pareceres técnicos especializados;
26. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
27. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
28. Executar outras atividades correlatas.

### **Marceneiro**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.

Atribuições:

7. Executar serviços relativos à marcenaria como: fabricar, consertar e restaurar produtos de madeira e derivados;
8. Colocação de molduras em quadros e mapas;
9. Executar serviços de construção e colocação de madeira em obras;
10. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Executar outras atribuições inerentes ao cargo.

### **Mecânico de Máquinas e Equipamentos**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Médio Completo

Atribuições:

1. Inspecionar máquinas e equipamentos em geral, diretamente ou utilizando aparelhos específicos, a fim de detectar as causas da anormalidade de funcionamento;
2. Desmontar, limpar, reparar, ajustar e montar carburadores, peças de transmissão, diferencial e outras que requeiram exame, seguindo técnicas apropriadas e utilizando ferramental necessário;
3. Revisar motores e peças diversas das máquinas e equipamentos, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle, e outros equipamentos necessários, para aferir-lhes as condições de funcionamento;
4. Regular, reparar e, quando necessário, substituir peças dos sistemas de freio, ignição, alimentação de combustível, transmissão, direção, suspensão e outras, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o equipamento e assegurar seu funcionamento regular;
5. Montar motores e demais componentes do equipamento, guiando-se por esquemas, desenhos e especificações pertinentes, para possibilitar sua utilização;
6. Fazer reparos simples no sistema elétrico das máquinas e equipamentos;
7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
8. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
9. Executar outras atribuições inerentes ao cargo.

### **Mecânico de Veículos**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Médio Completo

Atribuições:

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

1. Inspecionar veículos em geral, diretamente ou utilizando aparelhos específicos, a fim de detectar as causas da anormalidade de funcionamento;
2. Desmontar, limpar, reparar, ajustar e montar carburadores, peças de transmissão, diferencial e outras que requeiram exame, seguindo técnicas apropriadas e utilizando ferramental necessário;
3. Revisar motores e peças diversas, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle, e outros equipamentos necessários, para aferir-lhes as condições de funcionamento;
4. Regular, reparar e, quando necessário, substituir peças dos sistemas de freio, ignição, alimentação de combustível, transmissão, direção, suspensão e outras, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o equipamento e assegurar seu funcionamento regular;
5. Montar motores e demais componentes do equipamento, guiando-se por esquemas, desenhos e especificações pertinentes, para possibilitar sua utilização;
6. Fazer reparos simples no sistema elétrico de veículos;
7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
8. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
9. Executar outras atribuições inerentes ao cargo.

### **Médico**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Superior em Medicina com registro no respectivo órgão de classe

Atribuições:

1. Prestar atendimento clínico a níveis de unidades básicas de saúde a pacientes em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos;
2. Atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados pelo enfermeiro classificador de risco;
3. Realizar consultas e procedimentos nas unidades de saúde, quando necessário, no domicílio do paciente;
4. Garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual, prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, realizar os atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico;
5. Prestar assistência aos casos básicos de manifestação de doenças e perturbações mentais, solicitando apoio da equipe de saúde mental, quando necessário;
6. Prescrever medicamentos observando a padronização de condutas médicas e de uso de medicamentos da Prefeitura Municipal;
7. Registrar corretamente os dados referentes ao atendimento médico, utilizando o Boletim de Atendimento Médico Diário, o Boletim de Atendimento Médico Mensal e demais formulários;
8. Incentivar e participar ativamente na formação e acompanhamento dos grupos na comunidade (gestantes, nutrízes, CLIS e outros);
9. Participar e contribuir com as ações de saúde destinadas aos escolares da rede municipal de ensino;
10. Realizar atendimento individual, coletivo e matricial para pacientes em todas as faixas etárias e para todos os tipos de problemas dentro da complexidade do nível de atenção da sua atuação, inclusive de situações emergenciais e inesperadas;
11. Realizar consultas e procedimentos nas unidades de saúde, quando necessário, no domicílio do paciente;
12. Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;
13. Encaminhar o paciente aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

14. Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
15. Verificar e atestar óbito;
16. Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários, analisar e interpretar seus resultados; emitir diagnósticos; prescrever tratamentos; orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do cidadão;
17. Encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar, caso indicado;
18. Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como outros determinados pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social;
19. Dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da Prefeitura Municipal;
20. Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;
21. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade;
22. Obedecer ao Código de Ética Médica;
23. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

### **Médico Ginecologista Obstetra**

Carga Horária: 20 horas

Escolaridade: Nível Superior em Medicina com especialização em ginecologia e obstetrícia e registro no respectivo órgão de classe

Atribuições:

1. Realizar consultas clínicas e examinar os pacientes fazendo inspeção, palpação e toque, para avaliar as condições gerais dos órgãos;
2. Realizar consultas e procedimentos nas unidades de saúde, quando necessário, no domicílio do paciente;
3. Encaminhar os pacientes aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;
4. Realizar exames específicos de colposcopia, colpocitologia utilizando colposcópio e lâminas, para fazer diagnóstico preventivo de afecções genitais e orientação terapêutica;
5. Fazer cauterização do colo uterino, empregando termacautério ou outro processo, para tratar as lesões existentes;
6. Realizar assistência integral à saúde da mulher, inclusive com avaliação ginecológica, exame preventivo do câncer ginecológico e mamas e coleta de material para colcocitopatologia oncológica, quando indicado;
7. Participar da equipe de Saúde Pública, propondo ou orientando condutas, para promover programas de prevenção do câncer ginecológico e das mamas ou de outras doenças que afetam a área genital;
8. Colher secreções vaginais ou mamárias, para encaminhá-las a exame laboratorial, para auxiliar no diagnóstico;
9. Fazer a anamnese, exame clínico e obstétrico e requisitar ou realizar testes de laboratório, valendo-se de técnicas usuais, para compor o quadro clínico da paciente e diagnosticar a gravidez;
10. Requisitar exames de sangue, fezes e urina e interpretar os resultados dos mesmos, comparando-os com os padrões normais, para prevenir e/ou tratar anemias, sífilis, parasitoses;
11. Controlar a evolução da gravidez, realizando exames periódicos, verificando a mensuração uterina, o foco fetal, a pressão arterial e o peso para prevenir ou tratar as intercorrências clínicas ou obstétricas;
12. Prescrever medicamentos observando a padronização de condutas médicas e de uso de medicamentos da Prefeitura Municipal;

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

13. Indicar o tipo de parto atentando para as condições de pré-natal ou do período de parto, para assegurar resultados satisfatórios;
14. Realizar o exame pós-natal, fazendo a avaliação clínica e ginecológica, para verificar a recuperação do organismo materno;
15. Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;
16. Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;
17. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade;
18. Obedecer ao Código de Ética Médica;
19. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

### **Médico Pediatra**

Carga Horária: 20 horas

Escolaridade: Nível Superior em Medicina com especialização em pediatria e registro no respectivo órgão de classe

Atribuições:

1. Prestar atendimento de passíveis de tratamento a níveis de pronto atendimento e unidades básicas de saúde pediátrico, em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos;
2. Realizar consultas e procedimentos nas unidades de saúde e, quando necessário, no domicílio do paciente;
3. Encaminhar o paciente aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;
4. Em caso de urgência e emergência, na falta de um médico clínico no local, ou em caso de real necessidade de atendimento rápido a pacientes com risco de vida, deve o médico pediatra atender o paciente sem distinção de idade, até que outro profissional assuma o caso;
5. Atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados pelo enfermeiro;
6. Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários, analisar e interpretar seus resultados, emitir diagnósticos, prescrever tratamentos, orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do cidadão;
7. Prescrever medicamentos observando a padronização de condutas médicas e de uso de medicamentos da Prefeitura Municipal;
8. Encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar, caso indicado;
9. Garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual, prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, realizar os atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico;
10. Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico;
11. Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;
12. Dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da administração;
13. Realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como outros determinados pela Secretaria Municipal de Saúde;
14. Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;
15. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade;
16. Obedecer ao Código de Ética Médica;

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

17. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

#### **Médico Psiquiatra**

Carga Horária: 20 horas

Escolaridade: Nível Superior em Medicina com especialização em psiquiatria e registro no respectivo órgão de classe

Atribuições:

1. Promover ações em saúde que propicie o bem estar dos usuários, efetuando atendimentos médicos, nos diferentes níveis de atenção;
2. Emitir pareceres. Prescrever medicamentos e outros, utilizando-se da medicina preventiva e/ou terapêutica;
3. Prestar a plena atenção aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, encaminhando pacientes para atendimento especializado, requerendo pareceres técnicos (contra-referência) e ou exames complementares, analisando e interpretando exames diversos, para estabelecer o diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento, em conformidade com os ditames do código de ética médica do Conselho Federal de Medicina;
4. Manter o registro dos usuários atendidos (prontuário), incluindo a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução, procedimentos tomados, a fim de efetuar a orientação terapêutica adequada;
5. Emitir atestados de saúde, aptidão física e mental, óbito e outros em acordo com sua atribuição técnica com a finalidade de atender determinações legais. Prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros, participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias;
6. Realizar exames de sanidade mental quando for solicitado;
7. Participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais, realizando atividades em conjunto, tais como: visitas médicas, discussão de casos, reuniões administrativas, visitas domiciliares etc.
8. Difundir os conhecimentos médicos preparando material didático, promovendo aulas, palestras, desenvolvendo pesquisas, participando de encontros, congressos e demais eventos na área;
9. Solicitar, quando necessário, exames complementares e pareceres de especialistas para melhor elucidação dos casos;
10. Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental.
11. Dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da Instituição.
12. Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência
13. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade
14. Obedecer ao Código de Ética Médica.
15. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;
16. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade;
17. Obedecer ao Código de Ética Médica;
18. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

#### **Médico Veterinário**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Graduação em Medicina Veterinária, com registro no CFMV.

Atribuições:

1. Tratar animais lesados ou doentes, realizando tratamento clínico e cirúrgico;

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

2. Diagnosticar doenças e anomalias em produtos de origem animal;
3. Orientar a população quanto à prevenção e controle de moléstias infecto-contagiosas e parasitárias de animais, através de difusão e aplicação de métodos profiláticos e terapêuticos;
4. Elaborar relatórios e emitir pareceres técnicos referentes à sua especialidade;
5. Prestar assessoramento quanto às necessidades de alimentação e “habitat” dos animais e demais espécies zoológicas;
6. Pesquisar e orientar a preservação da fauna;
7. Elaborar e supervisionar programas de defesa sanitária;
8. Efetuar o controle sanitário de produtos de origem animal em indústrias e locais de comércio;
9. Elaborar receitas e executar a aplicação de medicamentos;
10. Prestar atendimento aos programas de vigilância sanitária animal, através de visitas e orientações aos criadores pecuaristas;
11. Efetuar palestras de orientação à comunidade;
12. Realizar trabalhos nas áreas de ginecologia, obstetrícia, andrologia e inseminação artificial em animais;
13. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
14. Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
15. Executar tarefas correlatas.

### **Motorista**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “D”

Atribuições:

1. Dirigir veículos de pequeno porte, e utilitários; tais como: carros de passeio, vans e utilitários pequenos;
2. Dirigir Ambulâncias
3. Dirigir veículos de transporte coletivo de pessoas;
4. Dirigir Caminhões e Caminhonetes;
5. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores;
6. Efetuar pequenos reparos de emergência e limpeza;
7. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção;
8. Providenciar abastecimento, controle de revisões e manutenção preventiva;
9. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados;
10. Transportar cargas ou pessoas, dentro e fora do Município;
11. Levar ou trazer resultados de exames de pacientes dentro e fora do Município;
12. Providenciar o embarque e desembarque de pessoas com problemas de saúde e dificuldade de locomoção para o interior da ambulância carregando-as na maca bem como transportá-las para o interior das residências, dos ambulatórios, hospitais e outros locais pertinentes;
13. Participar de cursos de primeiros socorros para operar a ambulância;
14. Prestar primeiros socorros às vítimas em trânsito no veículo sob sua responsabilidade;
15. Providenciar o embarque e desembarque de pessoas com problemas de saúde e dificuldade de locomoção para o interior do ônibus auxiliando-as a adentrar para o interior das residências, dos ambulatórios, hospitais e outros locais pertinentes;
16. Transportar materiais orgânicos, inorgânicos e minerais, tais como: cascalho, terra, areia, brita, resíduos domésticos sólidos, líquidos e outros materiais, bem como a distribuição de asfalto e emulsões correlatas;
17. Zelar pela guarda de materiais, equipamentos e acessórios bem como responsabilizar-se pelos mesmos;



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

18. Executar pequenas atividades administrativas como encaminhar ou buscar orçamentos, levar e buscar documentos cartoriais, judiciais e outros do gênero dentro e fora do Município, assinando, se necessário, dando a contra fê como servidor público;
19. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
20. Executar tarefas correlatas.

### **Nutricionista**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Superior em Nutrição, com registro no CFN.

Atribuições:

21. Efetuar levantamentos e diagnósticos, junto às equipes locais de saúde, das unidades da região correspondente, essenciais ao planejamento, estabelecendo objetivos e metas para o serviço de saúde, especialmente no que se refere às atividades inerentes à alimentação e nutrição;
22. Prestar atendimento ambulatorial de dietoterapia à população, garantindo o registro das consultas e elaborando os movimentos referentes as estas consultas;
23. Implementar as ações de saúde pública de acordo com as diretrizes municipais de saúde, e participar das atividades programáticas intrainstitucionais e interinstitucionais;
24. Elaborar, junto aos profissionais de saúde local, regional e central, estudos e padronização relativas às atividades de nutrição e alimentação, buscando o aperfeiçoamento contínuo dos manuais de condutas dos serviços municipais de saúde;
25. Coordenar e supervisionar os programas de suplementação alimentar (PSA), implantados na rede de saúde, articulando-se com as demais instituições envolvidas no programa, Segundo as diretrizes Municipais de Saúde;
26. Administrar o PSA, prestando contas do consumo de alimentos, do número de beneficiários, dos desligamentos etc., às demais entidades envolvidas no programa;
27. Garantir as ações de promoção da saúde da mulher e da criança junto à população, de acordo com as diretrizes municipais de saúde;
28. Participar de projetos de pesquisa que envolvam a ciência da nutrição;
29. Emitir parecer técnico, quando solicitado, em assuntos relacionados a área de alimentação e nutrição;
30. Promover orientações junto aos órgãos municipais quanto à escolha, aquisição e estocagem de alimentos, bem como quanto à preparação, higiene e conservação dos mesmos;
31. Inspeccionar, junto aos órgãos que preparam merendas e alimentos, o processamento dos mesmos, os equipamentos utilizados na sua elaboração e a qualidade dos insumos e ingredientes utilizados;
32. Elaborar dietas para programas de merenda ou suplementação alimentar e assemelhados, e inspecionar o seu cumprimento;
33. Elaborar e desenvolver o treinamento de pessoal encarregado de preparar merendas e alimentos, observando o nível de rendimento, habilidade e higiene;
34. Disseminar técnicas de nutrição e alimentação, através de cursos, palestras e outros eventos assemelhados;
35. Estudar os hábitos alimentares e o estado nutricional da população, propondo medidas que visem a erradicação da desnutrição e deficiência alimentar;
36. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
37. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
38. Executar outras atividades correlatas.

### **Odontólogo**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Superior em Odontologia com registro no respectivo órgão de classe

Atribuições:

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

1. Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população adstrita;
2. Realizar os procedimentos clínicos definidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB/SUS 96 - e na Norma Operacional Básica da Assistência à Saúde (NOAS);
3. Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adstrita;
4. Encaminhar e orientar os usuários que apresentem problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento, seguindo o manual de especialidades em Saúde Bucal e o caderno nº 17 de atenção básica saúde bucal (Ministério da Saúde);
5. Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências/emergências;
6. Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
7. Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados;
8. Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;
9. Executar as ações de assistência integral, aliado a atuação à saúde coletiva, assistindo famílias, indivíduos ou grupo específicos, de acordo com planejamento local;
10. Coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal;
11. Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas nos bairros e escolas do Município.
12. Capacitar as equipes de Saúde da Família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;
13. Supervisionar o trabalho realizado pelo Técnico em Saúde Bucal TSB e a auxiliar de Saúde Bucal- ASB;
14. Realizar, também, atendimentos de acordo com o que preconiza o Programa Saúde da Família, zelar e realizar a manutenção possível e pertinente para o funcionamento dos equipamentos periféricos;
15. Realizar, caso solicitado, tomadas radiográficas, profilaxias, moldagens para próteses e protocolos necessários para a confecção das mesmas;
16. Realizar, caso solicitado, auditorias e perícias odontológicas;
17. Administrar local e condições de trabalho, adotando medidas de precaução universal de biossegurança e assessoria nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
18. Atuar de acordo com o que é regido pelo disposto na lei 5081 de 24/08/1966, respeitando o código de ética odontológico e CRO-SC;
19. Executar outras atividades correlatas a função e ou determinadas pelo superior imediato e Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.
20. Coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 169/2016)

### **Operador de Motoniveladora**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “C”.

Atribuições:

1. Operar máquinas de terraplanagem ou pavimentação tais como: motoniveladora, entre outras;
2. Executar serviços de corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos em vias públicas;
3. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores, sistemas de freio, de arrefecimento etc., com vista à boa conservação e manutenção do veículo;
4. Executar serviços de patrolamento, distribuição de cascalho, brita e asfalto nas vias públicas;
5. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho e responsabilizar-se pelos mesmos;
6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
7. Executar outras atividades correlatas.

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

### **Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá Carregadeira**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “C”.

Atribuições:

1. Operar máquinas para execução de serviços de infraestrutura, tais como: pá carregadeira, retroescavadeira, escavadeira hidráulica e rompedor;
2. Executar serviços de corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas;
3. Carregar caminhões e silos de usina asfáltica, utilizando máquina carregadeira;
4. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores, sistemas de freio, de arrefecimento etc., com vista à boa conservação e manutenção do veículo;
5. Ajudar na carga e descarga, quando necessário;
6. Espalhar terra, areia, pedra, brita e asfalto;
7. Abrir e limpar valas e canais para a melhoria dos sistemas de drenagem, e nos serviços de rompimento de pedras;
8. Providenciar controle de abastecimento, controle das revisões e manutenção preventiva;
9. Desenvolver atividades nas equipes de manutenção das estradas municipais e nas propriedades rurais do município;
10. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Executar outras atividades correlatas.

### **Operador de Trator de Pneus, Máquinas de Varrição e Capina Mecânica**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “C”.

Atribuições:

12. Operar máquinas para a execução de serviços, tais como: tratores;
13. Executar serviços de rolo compactador tracionado em obras públicas;
14. Executar serviços inerentes aos programas de incentivos a agropecuária, como transporte de dejetos suínos, preparo de solo e silagem;
15. Operar máquina de varrição e capina mecânica em vias públicas;
16. Executar serviços de roçada mecânica e capina química;
17. Desenvolver atividades de manutenção das estradas municipais e nas propriedades rurais do Município;
18. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores, sistemas de freio, de arrefecimento etc., com vista à boa conservação e manutenção do veículo;
19. Ajudar na carga e descarga, quando necessário;
20. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
21. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
22. Executar outras atividades correlatas.

### **Operador de Trator de Esteira**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “C”.

Atribuições:

9. Operar máquinas para execução de serviços de infraestrutura de terraplanagem ou pavimentação tais como: trator de esteira;
10. Executar serviços de terraplanagem, tais como: corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas;

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

11. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores, sistemas de freio, de arrefecimento etc., com vista à boa conservação e manutenção do trator;
12. Executar serviços de melhorias internas das propriedades rurais, com a abertura de estradas, retiradas de pedras e tocos, dentre outros;
13. Desenvolver atividades nas equipes de manutenção das estradas públicas bem como nos serviços de incentivos agropecuários nas propriedades rurais do Município;
14. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
15. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
16. Executar outras atividades correlatas.

#### **Pedreiro**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto.

Atribuições:

18. Executar trabalhos de alvenaria, concreto e outros materiais, guiando-se por desenhos, esquemas e especificações e utilizando processos e instrumentos pertinentes ao ofício, para construir, reformar ou reparar prédios e obras similares;
19. Verificar as características da obra, examinando a planta e especificações, para orientar se na escolha do material apropriado e na melhor forma de execução do trabalho;
20. Misturar cimento, areia e água, dosando as quantidades de forma adequada, para obter a argamassa a ser empregada no assentamento de alvenaria, tijolos, ladrilhos e materiais afins;
21. Construir alicerces, empregando pedras ou cimento, para formar a base de paredes, muros e construções similares;
22. Assentar tijolos, ladrilhos ou pedras, superpondo-os em fileiras horizontais ou seguindo os desenhos e formas indicadas e unindo-os com argamassa, para levantar paredes, vergas, pilares, degraus de escada e outras partes da construção;
23. Rebocar as estruturas construídas, empregando argamassa de cal ou cimento e areia e atentando para o prumo e nivelamento das mesmas, para torná-las aptas a outros tipos de revestimento;
24. Proceder à aplicação de camadas de cimento ou ao assentamento de ladrilhos ou material similar, utilizando processos apropriados, para revestir pisos e paredes;
25. Aplicar uma ou várias camadas de gesso sobre as partes interiores e tetos de edificação, utilizando pá, colher de pedreiro ou outro instrumento apropriado, para dar a essas partes acabamento mais esmerado;
26. Construir bases de concreto ou de outro material, baseando se nas especificações, para possibilitar a instalação de máquinas, postes de rede elétrica e para outros fins;
27. Realizar trabalhos de manutenção corretiva de prédios, calçadas e estruturas semelhantes, reparando paredes e pisos, trocando telhas, aparelhos sanitários, manilhas e outras peças e chumbando bases danificadas, para reconstruir essas estruturas;
28. Poder armar e desmontar andaimes de madeira ou metálicos para execução da obra desejada;
29. Responsabilizar-se pela qualidade das obras que executa, observando as normas da boa técnica e usando corretamente suas ferramentas;
30. Executar trabalhos de construção e reformas em bueiros, pontilhões, pontes, muros, abrigos, bocas de lobo, banheiro, edificações de madeira e em alvenaria;
31. Fazer a limpeza dos logradouros, removendo sobras de materiais;
32. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
33. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
34. Executar outras atividades correlatas.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

#### **Pintor Letrista**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.

Atribuições:

13. Executar moldes a mão livre e aplicar, com o uso do modelo, letreiros, emblemas, dísticos, placas, etc.;
14. Executar trabalhos de pintura em interiores e exteriores;
15. Pintar veículos;
16. Preparar tintas e vernizes em geral; combinar tintas de diferentes cores;
17. Preparar superfícies para pintura; remover e retocar pinturas;
18. Laquear e esmaltar objetos de madeira, metal, portas, janelas, paredes, estruturas, etc.;
19. Pintar postes de sinalização, meios-fios, faixas de rolamentos, etc.;
20. Lixar e fazer tratamento anticorrosivo;
21. Abrir lustro com polidores;
22. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
23. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
24. Executar outras atividades correlatas.

#### **Professor (Todos)**

Escolaridade: Escolaridade: Habilitação profissional de nível superior, em curso de licenciatura plena, comprovada mediante certificado de registro do Ministério da Educação e Cultura para atuar na educação infantil e no ensino fundamental.

Atribuições:

1. Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
2. Participar no processo de planejamento das atividades da escola;
3. Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
4. Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;
5. Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
6. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
7. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
8. Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menor rendimento;
9. Atualizar-se em sua área de conhecimento;
10. Cooperar com serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
11. Zelar pela aprendizagem do aluno;
12. Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
13. Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;
14. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);
15. Seguir as diretrizes de ensino, emanadas do órgão superior competente;
16. Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
17. Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;
18. Executar o trabalho docente no Atendimento Educacional Especializado
19. Zelar pela disciplina e pelo material docente;
20. Executar tarefas correlatas.

#### **Psicólogo**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Superior em Psicologia.

Atribuições:

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

1. Realizar entrevistas psicológicas com o objetivo de seleção ou remanejamento de servidores;
2. Elaborar e implantar programas e projetos de treinamento de desenvolvimento de pessoal;
3. Acompanhar os treinandos nos cursos e avaliar os resultados dos treinamentos dos servidores;
4. Aplicar métodos e técnicas da psicologia do trabalho, para possibilitar o ajustamento do servidor no trabalho;
5. Participar da elaboração e aplicação de testes de seleção, de acordo com a função do cargo a ser preenchido;
6. Prestar assistência psicológica nas unidades de ensino municipal, fornecendo subsídios técnicos para orientação do processo ensino-aprendizagem;
7. Orientar e assistir aos professores e auxiliares de sala, quanto a sua postura diante das crianças com problemas emocionais e/ou psicomotores;
8. Sistematizar com a colaboração do professor o processo de acompanhamento do aluno em todos os aspectos de seu desenvolvimento;
9. Informar os pais sobre a ação educativa da escola para que possam acompanhar com mais segurança os aspectos psico-pedagógicos da educação de seus filhos;
10. Contribuir para o funcionamento da equipe multiprofissional da área da saúde, com estudos e trabalhos grupais, com o enfoque psicológico das perturbações da saúde;
11. Orientar no atendimento aos casos de perturbações psíquicas, nas ações de prevenção às doenças e perturbações mentais e nas ações de promoção da saúde mental;
12. Orientar as ações de reabilitação e ressocialização dos doentes e perturbados mentais, principalmente os egressos de hospitais psiquiátricos;
13. Participar na realização de diagnóstico de comunidade;
14. Participar de estudos de técnicas psicoterápicas alternativas;
15. Participar de estudos de ervas medicinais;
16. Assessorar tecnicamente as diversas áreas da municipalidade em questões psicológicas;
17. Realizar estudos psicológicos de interesse dos diversos órgãos da municipalidade;
18. Participar de estudos de técnicas grupais;
19. Supervisionar as atividades de estagiários de psicologia;
20. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
21. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
22. Executar outras atividades correlatas.

### **Psicopedagogo Clínico Institucional**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Habilitação profissional em nível superior em Pedagogia ou Psicologia, com especialização em Psicopedagogia Clínica Institucional com carga horária mínima de 360 horas.

Atribuições:

1. Atuar preventivamente de forma a garantir que a escola seja um espaço de aprendizagem para todos;
2. Avaliar as relações vinculares relativas a: professor/aluno; aluno/aluno; família/escola, fomentando as interações interpessoais para intervir nos processos do ensinar e aprender;
3. Enfatizar a importância de que o planejamento deve contemplar conceitos e conteúdos estruturantes, com significado relevante e que levem a uma aprendizagem significativa, elaborando as bases para um trabalho de orientação do aluno na construção de seu projeto de vida, com clareza de raciocínio e equilíbrio;
4. Identificar o modelo de aprendizagem do professor e do aluno e intervir, caso necessário, para torná-lo mais eficaz;
5. Assessorar os docentes nos casos de dificuldades de aprendizagem;
6. Encaminhar, quando necessário, os casos de dificuldades de aprendizagem para atendimento com especialistas em centros especializados;
7. Mediar a relação entre profissionais especializados e escola nos processos terapêuticos;



## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

8. Participar de reuniões da escola com as famílias dos alunos colaborando na discussão de temas importantes para a melhoria do crescimento de todos que estão ligados àquela instituição;
9. Atender, se necessário, funcionários da escola que possam necessitar de uma orientação quanto ao desempenho de suas funções no trato com os alunos.
10. Participar de equipe multiprofissional em diagnóstico e intervenção das dificuldades dos estudantes encaminhados;
11. Realizar diagnóstico e intervenção das dificuldades de aprendizagem dos estudantes encaminhados pelas escolas, creches e órgãos públicos;
12. Orientar pais e professores na condução das ações propostas aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, adequando-a individualmente;
13. Identificar alunos com produções escolares inadequadas à sua faixa etária, nos âmbitos cognitivo e social e fazer as orientações e encaminhamentos necessários;
14. Realizar, em parceria com a coordenação e direção, encontros com pais e professores para discutirem e planejarem mecanismos de intervenção que favoreçam o processo de aprendizagem da comunidade envolvida;
15. Acompanhar a indicação e o processo de inclusão do aluno com atendimento psicopedagógico dos centros multiprofissionais;
16. Promover reuniões de estudo com professores e coordenadores que atuam nos centros;
17. Participar de equipe multiprofissional em diagnóstico e intervenção das dificuldades de aprendizagem em adultos da comunidade;
18. Detectar dificuldades de aprendizagem em adultos que procuram os Centros;
19. Realizar intervenção com as dificuldades de aprendizagem de crianças e dos adultos nesses Centros;
20. Planejar junto à equipe, ações para a integração e desenvolvimento do adulto em seu ambiente de trabalho e de estudo, quando for o caso;
21. Realizar trabalhos psicopedagógicos com crianças e adultos, preparando-os para as novas e necessárias aprendizagens nessa faixa etária.
22. Realizar avaliação diagnóstica institucional com o objetivo de levantar as necessidades e prioridades da instituição;
23. Avaliar a dinâmica das instituições quanto ao seu funcionamento e organização, verificando se os seus planos de ação atendem às suas necessidades e se estão em articulação com o projeto político - educacional do sistema de ensino do qual faz parte;
24. Considerar as características das regiões ou instituições quanto ao seu contexto sócio-econômico-cultural, ao desenvolver o planejamento, organização e controle de estratégias para se atingir as metas propostas de qualidade nos processos do ensinar e do aprender;
25. Criar meios para o diálogo entre a comunidade, família, corpo docente, discente e administrativo, para debaterem as questões ligadas ao saber, aos conflitos e à tomada de decisões importantes para a fluidez do processo de aprendizagem e a qualidade profissional e relacional dos seus membros;
26. Interpretar as leis que regem a relação ensino-aprendizagem, entendendo que a escola promove a inserção do sujeito no mundo do conhecimento, podendo ampliar sua atuação através de projetos sociais;
27. Analisar e incentivar mudanças estruturais nas instituições, objetivando a melhoria das relações da aprendizagem entre todos os seus membros;
28. Instrumentalizar as equipes gestoras dos diferentes níveis administrativos com métodos e estratégias de atuação, considerando a importância do suporte técnico e afetivo contínuo;
29. Criar ações preventivas para promover a aprendizagem de qualquer modalidade, com o olhar multidisciplinar dirigido ao sujeito que aprende e ao que ensina.
30. Executar atividades correlatas ao cargo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 188/2017)

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

#### **Soldador Mecânico**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.

Atribuições:

9. Executar trabalhos de cortes e solda de peças metálicas;
10. Saber ler desenhos elementares em perspectiva;
11. Realizar serviços de solda elétrica e de oxigênio;
12. Regular o equipamento de solda, determinando a amperagem e a voltagem adequadas, de acordo com o trabalho a executar;
13. Carregar e limpar geradores de acetileno;
14. Orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução dos trabalhos típico da classe, inclusive quanto as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
15. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
16. Executar outras atribuições afins.

#### **Técnico de Agrimensura**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Médio - Técnico em Agrimensura.

Atribuições:

6. Efetuar levantamentos topográficos e planialométricos de terrenos para fins de desmembramentos, permutas, desapropriações, atualizações de confrontações e medidas, doações, alinhamentos para fins de edificações, construções de muros e calçadas, locações de obras, elaborando esboços e plantas;
7. Executar outras atividades compatíveis com as especificadas e conforme a necessidade do Município, desde que solicitadas pelo seu superior;
8. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
9. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
10. Executar outras atividades correlatas.

#### **Técnico de Enfermagem**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Médio, nos termos da Lei 7.498/86 e alterações posteriores.

Atribuições:

1. Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados;
2. Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento;
3. Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;
4. Executar ações assistenciais de técnico de enfermagem;
5. Participar da programação da assistência de enfermagem;
6. Participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar;
7. Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso e resolvendo-o ou, de acordo com a complexidade, encaminhando-o ao profissional competente, ao serviço médico local ou aos serviços de emergência hospitalares;
8. Preencher, após conferir, movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos;
9. Realizar serviços de assistência de enfermagem no que se refere a nebulizações (inaloterapia), curativos e retiradas de pontos, injeções, imunizações, orientações sobre aleitamento materno, pré-natal, puericultura, vacinação, desidratação e cuidados com doenças infecto-contagiosas, orientações gerais sobre cuidados de saúde e visita domiciliar, verificação e registro de sinais vitais,

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

coleta e encaminhamento de material para exames laboratoriais, quando solicitado, coleta de material para exames de colpocitologia oncótica, quando indicado, encaminhando aos responsáveis ao Nível Central e efetuando registro em fichas e livros;

10. Auxiliar a equipe multiprofissional local e regional de saúde no atendimento às necessidades da comunidade;

11. Contribuir para organização e orientação de grupos de saúde na comunidade;

12. Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de saúde;

13. Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, à enfermeira, ao médico ou ao dentista supervisor;

14. Participar da equipe de saúde;

15. Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal;

16. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Enfermagem;

17. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;

18. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;

19. Executar outras atividades correlatas.

### **Técnico em Higiene Dental**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Médio - Técnico em Higiene Dental

Atribuições:

1. Participar do treinamento de atendentes de consultórios dentários;

2. Colaborar nos programas educativos de saúde bucal;

3. Colaborar nos levantamentos e estudos epidemiológicos;

4. Educar e orientar os pacientes ou grupos de pacientes sobre prevenção e tratamento das doenças bucais;

5. Fazer a demonstração de técnicas de escovação;

6. Supervisionar, sob delegação, o trabalho das atendentes de consultórios dentários;

7. Proceder à conservação e a manutenção do equipamento odontológico;

8. Instrumentar o cirurgião dentista junto a cadeira operatória;

9. Fazer a tomada e revelação de radiografias;

10. Realizar testes de vitalidade pulpar;

11. Realizar a remoção de indutos, placas e cálculos supragengivais;

12. Inserir e condensar substâncias restauradas;

13. Proceder a limpeza e anti-sepsia do campo operatório antes e após os atos cirúrgicos bem como remover suturas;

14. Preparar materiais restauradores de modelagens, confeccionar modelos e preparar molduras;

15. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;

16. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;

17. Executar outras atividades correlatas.

### **Técnico Eletricista**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Médio - Técnico em Eletricidade ou Eletrotécnica.

Atribuições:

11. Fazer a instalação elétrica em qualquer etapa do processo de geração, transmissão ou distribuição de eletricidade;

12. Realizar manutenções, inspecionar e testar equipamentos e estruturas, diagnosticando causas de problemas e implementando soluções para sua correção;

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

13. Projetar e executar sistemas de aterramento e de proteção de descargas elétricas;
14. Planejar métodos e sequências de operações para testar e desenvolver sistemas elétricos;
15. Supervisionar sistemas de geração, transmissão e distribuição de eletricidade;
16. Realizar instalação de distribuição de alta e baixa tensão;
17. Montar e reparar instalações elétricas e equipamentos de iluminação de cenários ou palcos do Município;
18. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
19. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
20. Executar outras atividades correlatas.

### **Técnico em Vigilância Sanitária**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Médio - Técnico em Vigilância Sanitária

Atribuições:

8. Desenvolver atividades de controle, fiscalização de produtos e serviços;
9. Orientar e fiscalizar as atividades e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária;
10. Promover a educação sanitária e ambiental;
11. Monitorar o meio ambiente, privilegiando ações educativas com a população, quanto aos seus direitos e deveres;
12. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Executar outras atividades correlatas.

### **Terapeuta Ocupacional**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Superior em Terapia Ocupacional

Atribuições:

1. Planejar e desenvolver atividades ocupacionais e recreativas;
2. Elaborar programas de tratamento avaliando as consequências deles decorrentes;
3. Orientar a execução de atividades manuais e criativas para fins de recuperação do indivíduo;
4. Ministrar técnicas de trabalho em madeira, couro, argila, tecido, corda e outros;
5. Motivar para o trabalho, valorizando a expressão criadora do indivíduo;
6. Proporcionar condições para que os trabalhos realizados, sob sua orientação, sejam divulgados e valorizados através da participação de concursos e exposições;
7. Avaliar a participação do indivíduo nas atividades propostas, mediante ficha pessoal de avaliação;
8. Avaliar os trabalhos realizados;
9. Promover atividades sócio-recreativas;
10. Promover reuniões, visando ao melhor atendimento dos participantes;
11. Participar de programas voltados para a saúde pública;
12. Emitir pareceres sobre o assunto de sua especialidade;
13. Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares;
14. Participar de equipes interdisciplinares na elaboração e execução de políticas de saúde;
15. Planejar, coordenar, supervisionar, executar e avaliar programas de saúde;
16. Participar de estudos e pesquisas na área de saúde;
17. Orientar, supervisionar, controlar e avaliar estágios sob a sua responsabilidade;
18. Prestar assistência direta a pacientes;
19. Realizar práticas e intervenções terapêuticas de terapia ocupacional;

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

20. Orientar paciente, familiar e comunidade quanto à preservação de doenças promoção e recuperação da saúde;
21. Promover cursos de atualização para equipes de terapeutas ocupacionais;
22. Orientar, coordenar e supervisionar equipes de terapeutas ocupacionais.
23. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
24. Zelar pela guarda dos materiais equipamentos de trabalho;
25. Executar outras atividades correlatas.

#### **Torneiro Mecânico**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.

Atribuições:

1. Preparar, regular e operar máquinas e ferramentas para usinar peças metálicas e similares;
2. Regular os mecanismos do torno, estabelecendo a velocidade ideal, graduando os dispositivos de controle automático e controlando o fluxo de lubrificante sobre o gume da ferramenta;
3. Interpretar desenhos, esboços, modelos, especificações e outras informações para planejamento das tarefas;
4. Selecionar os instrumentos de medição tais como calibradores, micrômetro, esquadro, brocas, mandris etc.;
5. Examinar as peças produzidas, observando a precisão e acabamento das mesmas através de instrumentos de medição e controle;
6. Afiar as ferramentas de corte utilizadas;
7. Executar serviços de solda em geral;
8. Colaborar em programas e em projetos dando suporte técnico;
9. Manter equipamentos e a unidade de trabalho organizada, zelando pela sua conservação e comunicando ao superior eventuais problemas;
10. Participar de programa de treinamento, quando convocado;
11. Aplicar procedimentos de segurança e de preservação do meio ambiente;
12. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício.

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 FME**

Publicação Nº 1532595

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 - FME  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA faz saber a quem possa interessar que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para a ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO e formação de CADASTRO DE RESERVA de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público o qual reger-se-á pela Lei Ordinária Municipal nº 001/1993 e alterações, instruções especiais contidas neste Edital e demais disposições legais vigentes.

**1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME**

DATA	ATO
23/02/2018	Publicação do Edital
23/02/2018 até às 23h59min do dia 25/03/2018	PERÍODO DE INSCRIÇÕES
23/02/2018 a 14/03/2018	Período para solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição
21/03/2018	Divulgação da lista de isentos do pagamento da taxa de inscrição
23/02/2018 a 26/03/2018	Prazo para impressão dos boletos e pagamento da taxa de inscrição
29/03/2018	Publicação da relação de inscritos
02/04/2018 a 03/04/2018	Prazo para recurso
04/04/2018	Homologação das Inscrições e publicação do local e horário de provas
<b>08/04/2018</b>	<b>Data provável para realização das Provas Objetivas</b>
08/04/2018	Publicação do gabarito provisório (após as 22 horas)
09/04/2018 e 10/04/2018	Prazo para recurso
18/04/2018	Publicação do julgamento dos recursos, do gabarito definitivo e das notas da Prova Objetiva e da Classificação Provisória
19/04/2018 e 20/04/2018	Prazo de recursos
23/04/2018	Publicação do julgamento dos recursos
A partir de 23/04/2018	Homologação do resultado final

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo e/ou da Comissão Executora, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

**2. DOS CARGOS E DAS VAGAS**

2.1. Quadro de cargos, vagas, carga horária semanal, habilitação mínima, vencimento e tipo de provas:

Nº	CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO MENSAL R\$	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	Taxa De Inscrição R\$
1	Auxiliar de Serviços Gerais	CR	40h	978,50	Ensino Fundamental (1º grau) Completo ou não	Objetiva	15,00
2	Profissional de Educação Física – Atividades Adaptadas	CR	40h	2.143,03	Graduação em Educação Física – Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	Objetiva	45,00
3	Profissional de Educação Física – Basquete	CR	40h	2.143,03	Graduação em Educação Física – Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	Objetiva	45,00
4	Profissional de Educação Física – Futsal	CR	40h	2.143,03	Graduação em Educação Física – Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	Objetiva	45,00
5	Profissional de Educação Física – Judô	CR	40h	2.143,03	Graduação em Educação Física – Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	Objetiva	45,00
6	Profissional de Educação Física – Karatê	CR	20h	1.071,52	Graduação em Educação Física – Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	Objetiva	45,00
7	Profissional de Educação Física – Musculação	CR	20h	1.071,52	Graduação em Educação Física – Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	Objetiva	45,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

Nº	CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO MENSAL R\$	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	Taxa De Inscrição R\$
8	Profissional de Educação Física – Terceira Idade	CR	40h	2.143,03	Graduação em Educação Física – Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	Objetiva	45,00
9	Profissional de Educação Física – Tênis	CR	40h	2.143,03	Graduação em Educação Física – Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	Objetiva	45,00
10	Profissional de Educação Física – Tênis de Mesa	CR	40h	2.143,03	Graduação em Educação Física – Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	Objetiva	45,00
11	Profissional de Educação Física – Voleibol	CR	40h	2.143,03	Graduação em Educação Física – Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	Objetiva	45,00

**CR = Cadastro de Reserva**

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços e contatos atualizados no setor de Recursos Humanos da prefeitura durante todo o período de validade do Processo Seletivo sob pena de perda da classificação.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação.

2.3.1. O candidato aprovado no presente Processo Seletivo deverá acompanhar, através dos meios de comunicação da administração municipal, as vagas que possam surgir durante o período de validade do Processo Seletivo.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar pela internet, através dos sites [www.scconcursos.com.br](http://www.scconcursos.com.br) e [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua homologação final.

**2.5. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos e apresentar os documentos a seguir:**

- I - aprovação nestes Processo Seletivo;
- II - a prova da nacionalidade, observado o contido no art. 12 da Constituição da República;
- III - o gozo dos direitos políticos;
- IV - a quitação com as obrigações militares, para os homens;
- V - a quitação com as obrigações eleitorais;
- VI - a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VII - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- VIII - a comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo;
- IX - declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;
- X - declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública;
- XI - apresentar os seguintes documentos:
  - a) Carteira de Trabalho;
  - b) PIS/PASEP;
  - c) 1 (uma) foto 3x4;
  - d) Comprovante de Residência;
  - e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda com cópia da certidão de nascimento e CPF dos dependentes;
  - f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
  - g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
  - h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
  - i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
  - j) Certidão de regularidade eleitoral;
- XII - apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.
  - a) Avaliação Cardiológica;
  - b) Avaliação Neurológica;
  - c) RX Tórax;
  - d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
  - e) Hemograma;
  - f) VDRL;
  - g) ABO RH;
  - h) Glicemia;
  - i) Ex. Quant. Urina;

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

- j) EPF;
  - k) Avaliação Audiométrica;
  - l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
  - m) Exame Anti-HBS.
- XIII - Demais documento que o município vier a exigir.

2.6 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a Legislação vigente na instituição na data da admissão.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 A participação neste Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e condições estabelecidas neste edital.

3.2. A inscrição será efetuada apenas via internet sendo que o candidato deverá acessar o site ([www.seconcursos.com.br](http://www.seconcursos.com.br)) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição.

3.2.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá ler atentamente o Edital e seus Anexos para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição.

3.2.2. A prefeitura disponibilizará aos candidatos que não possuírem acesso à internet, terminal com computador exclusivamente para inscrição neste Processo Seletivo na Biblioteca Municipal Euclides da Cunha, Rua Campos Novos, 135, Bairro Matriz, Videira/SC, de segunda a sexta feira, no horário de atendimento das 09h às 11h30min.

3.3. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição, imprimir e pagar o boleto no valor da inscrição até a data limite constante no respectivo boleto.

3.3.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.3.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

3.3.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

3.3.4. A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

3.3.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão.

3.3.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

3.3.7. Não será aceita inscrição via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional ou ainda fora do prazo estabelecido.

3.4. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme prazo determinado neste Edital.

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

3.5. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.5.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

3.5.2. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas através do e-mail [contato@scconcursos.com.br](mailto:contato@scconcursos.com.br), ou do telefone (47) 3380-3903 no horário compreendido das 13h às 17h.

3.6. A Prefeitura Municipal de Videira e a Empresa SC TREINAMENTOS não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via *internet*, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

3.7. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

3.8. Os candidatos poderão inscrever-se somente em um cargo.

3.8.1. Para o candidato que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, desde que devidamente paga.

3.8.2. No caso de dupla inscrição não será admitida a utilização do pagamento da primeira para a segunda, devendo o candidato realizar a inscrição completa (inscrição + pagamento) para o cargo que pretende concorrer.

3.9. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo encaminhando requerimento preenchido (Anexo II) via postal por SEDEX com AR até o último dia de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

3.9.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC CEP 89120-000
Requerimento de condições especiais para realização de prova Remetente/Nome: _____ Município e nº do Edital: _____ Cargo: _____ Nº de Inscrição: _____

3.9.2. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.9.2.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

3.9.3. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito conforme o item 3.9, durante o período da inscrição, e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

3.9.3.1. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário de início das provas.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

3.9.3.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

#### 4. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com as suas deficiências e a elas serão reservadas um percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Decreto Federal 3.298/99.

4.1.1. Para os cargos deste edital, a aplicação do percentual de 5% não resulta a oferta imediata de vagas, neste caso, o primeiro candidato com deficiência classificado no cargo será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga que vier a surgir para o cargo que concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 20 (vinte) vagas providas.

4.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção “Pessoas com Deficiência”, bem como deverá encaminhar, via postal por SEDEX com AR, até o último dia de inscrições o original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da necessidade especial e a caracterização das anomalias impeditivas ao exercício regular dos cargos emitido nos últimos 12 meses.

4.2.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC CEP 89120-000
Documentação para concorrer às vagas reservadas para pessoas com necessidades especiais Remetente/Nome: _____ Município e nº do Edital: _____ Cargo: _____ Nº de Inscrição: _____

4.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

4.4. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

4.5. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental a qual terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e, o grau de deficiência, capacitante (aptidão) ou incapacitante (inaptidão) para o exercício do cargo.

4.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

4.7. Considera-se pessoa com deficiência, nos termos da Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999.

4.8. Caso a aplicação do percentual de 5% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

### 5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO E DAS ISENÇÕES

5.1. O valor das taxas de inscrições serão:

<b>Para os cargos de nível fundamental completo e incompleto</b>	<b>R\$ 15,00 (quinze reais)</b>
<b>Para os cargos de nível superior</b>	<b>R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais)</b>

5.2. São isentos da taxa de inscrição neste Processo Seletivo:

- Os candidatos doadores de Sangue fidelizado e pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação e os Doadores de Medula Óssea;
- Os candidatos os eleitores convocados e nomeados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 36ª Zona Eleitoral - Videira-SC para prestar serviços no período eleitoral, visando à preparação, execução e apuração de eleições oficiais.

#### 5.2.1. Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue ou os Doadores de Medula Óssea:

5.2.1.1. Considera-se para enquadramento ao benefício previsto somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

5.2.1.2. A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora. O documento previsto por este item deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais, considerando-se os 12 (doze) meses que antecederam a abertura do presente edital.

5.2.1.3. A comprovação da pessoa doador de Medula Óssea se dará através da apresentação de sua inscrição no REDOME – Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea ou ainda declaração expedida por órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município, hemocentros e nos bancos de sangue dos hospitais, devidamente atualizado.

5.2.1.4. O candidato deve encaminhar a documentação dos itens acima, e ainda a fotocópia autenticada da Carteira de Identidade, via postal por SEDEX com AR, até a data prevista no cronograma deste edital, conforme o item 5.2.3.

5.2.1.5. A constatação de falsidade dos documentos exigidos, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo.

#### 5.2.2. Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por serem eleitores convocados e nomeados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 36ª Zona Eleitoral - Videira-SC para prestar serviços no período eleitoral, visando à preparação, execução e apuração de eleições oficiais:

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

5.2.2.1. Apresentar fotocópia autenticada da Carteira de Identidade e do declaração ou diploma, expedido pela Justiça Eleitoral, contendo o nome completo do eleitor, a função desempenhada, o turno e a data da eleição;

5.2.2.2. Encaminhar a documentação do item acima via postal por SEDEX com AR, até a data prevista no cronograma deste edital, conforme o item 5.2.3.

5.2.2.3. Considera-se como eleitor convocado e nomeado aquele que presta serviços ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 36ª Zona Eleitoral - Videira-SC como componente de mesa receptora de voto ou de justificativa, na condição de presidente de mesa, primeiro ou segundo mesário ou secretário, membro ou escrutinador de Junta Eleitoral, supervisor de local de votação, também denominado de delegado de prédio, e os designados para auxiliar os seus trabalhos, inclusive aqueles destinados à preparação e montagem de votação. Entenda-se como período de eleição a véspera e o dia do pleito. Na hipótese de ocorrer segundo turno no pleito eleitoral, considera-se cada turno uma eleição.

5.2.2.4. Para ter direito à isenção, o eleitor terá que comprovar o serviço prestado à justiça eleitoral por, no mínimo, duas eleições, consecutivas ou não.

5.2.2.5. A constatação de falsidade nas declarações apresentadas, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo.

5.2.3. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos Rua Benjamin Constant 1394, Apto 22A, Bairro Imigrantes. Timbó – SC CEP 89120-000
Documentação para isenção de taxa de inscrição Remetente/Nome: _____ Município e nº do Edital: _____ Cargo: _____ Nº de Inscrição: _____

5.2.4. Sendo indeferido o pedido de isenção da taxa de inscrição, restará ao candidato pagamento da respectiva taxa de inscrição até a data limite constante no boleto.

5.2.5. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

5.2.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

5.2.7. Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção, acompanhado dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

5.2.8. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via fax, via requerimento administrativo, via correio eletrônico ou, ainda fora do prazo.

**5.2.9. O candidato deve informar-se corretamente dos valores com cópias, autenticações e correios, pois dependendo do somatório é mais viável efetuar o pagamento da taxa de inscrição.**

## 6. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

6.1. Este Processo Seletivo constará de apenas uma etapa, de caráter eliminatório e classificatório: Prova Objetiva para todos os cargos.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

#### 7. DA PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO SELETIVO: PROVA OBJETIVA

7.1. **PROVA OBJETIVA (PO)** de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, visa avaliar os conhecimentos indispensáveis ao exercício das atribuições dos cargos oferecidos pelo presente edital e versará sobre os conteúdos programáticos indicados no Anexo I, **a ser aplicada para todos os candidatos.**

7.1.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior:

I - 05 (cinco) pontos na nota final da Prova Objetiva para os cargos de nível superior e nível médio;

II - 04 (quatro) pontos na nota final da Prova Objetiva para os cargos de nível fundamental completo e incompleto.

7.1.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 7.3.

7.2. A prova objetiva para todos os cargos será na data provável de 08 de abril de 2018 no município de Videira em locais e horário a serem divulgados juntamente com a Homologação das Inscrições.

7.3. A Prova Objetiva terá a forma a seguir:

a) Para os cargos de nível fundamental completo e incompleto:

DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL POR TIPO DE PROVA
Língua Portuguesa	5	0,50	2,50
Matemática	5	0,50	2,50
Higiene e Segurança do Trabalho	5	0,50	2,50
Conhecimentos Específicos do cargo	5	0,50	2,50
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>		<b>10,00</b>

b) Para os cargos de nível superior:

DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL POR TIPO DE PROVA
Língua Portuguesa	5	0,20	1,00
Informática	5	0,20	1,00
Conhecimentos Gerais	5	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do cargo	25	0,28	7,00
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>		<b>10,00</b>

#### 7.4. Normas para ingresso e prestação da Prova Objetiva

7.4.1. O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta:

7.4.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

7.4.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

7.4.1.3. Em caso de perda, furto o roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, (30) trinta dias. Neste caso será realizada a identificação especial através da coleta de impressão digital para posterior averiguação.

7.5. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

7.5.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;

7.5.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

7.5.3. Fazer uso de telefone celular, relógios ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

7.5.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local e na forma indicados pelo fiscal;

7.5.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.

7.5.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.5.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova, será desclassificado do Processo Seletivo.

7.6. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, inclusive com detector de metais, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.

7.7. Em hipótese alguma haverá segunda chamada, após o horário de início da prova nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

7.8. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

7.9. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

7.9.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO-RESPOSTA.

7.9.2. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

7.9.3. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

7.9.4. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame.

7.9.5. Serão considerados sem efeito, os cartões-resposta entregues sem a assinatura do candidato.

7.10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

7.10.1. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

7.11. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, **e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;**

7.11.2. Os envelopes contendo os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executiva do Processo Seletivo.

7.12. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

7.13. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, a resposta será corrigida no gabarito final.

7.14. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

### 8. DAS NOTAS, DO CRITÉRIO DE DESEMPATE E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. **Para todo os CARGOS** a nota final será:

Nota da Prova Objetiva = 100% = NF.

8.2. São critérios para a Classificação neste Processo Seletivo:

a) Ter sido aprovado Prova Objetiva.

8.3. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

8.3.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais casos, será:

8.3.2. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos do cargo;

8.3.3. Que obtiver melhor nota na prova de Português;

8.3.4. Que obtiver melhor nota na prova de Informática ou Matemática, conforme o caso;

8.3.5. Que tiver maior idade;

8.3.6. Que tiver maior número de filhos;

8.3.7. Sorteio Público

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

### **9. DOS RECURSOS**

9.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

- 9.1.1. Da impugnação do presente Edital;
- 9.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;
- 9.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;
- 9.1.4. Da nota da prova objetiva;
- 9.1.5. Da classificação Provisória;

9.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento junto à Secretaria de Administração no Município de Videira.

9.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa SC TREINAMENTOS – [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br), no campo RECURSOS, disposto na área referente a este Processo Seletivo. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

9.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões.

9.5. A Banca Examinadora da Entidade Executora do presente Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

### **10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Este Processo Seletivo terá validade de 2 (dois) anos, a contar de sua homologação final podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

10.2. Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

10.3. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Processo Seletivo, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

10.4. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

10.5. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município.

10.6. As convocações para assumir as vagas deste Processo Seletivo serão publicadas no site do Município.



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

10.7. As chamadas dos candidatos aprovados serão feitas por comunicação, via e-mail ou por telefone, no endereço de e-mail ou no número do telefone informados na ficha de inscrição ou posteriormente atualizado.

10.8. O candidato aprovado no processo seletivo poderá renunciar à nomeação correspondente à sua classificação, antecipadamente ou até o término do prazo para a posse e optar pelo reposicionamento no último lugar da lista de classificados.

10.9. Se a lista de classificados no processo seletivo for maior do que o número de vagas oferecidas no edital, o aprovado que solicitar o seu reposicionamento passará a figurar na última posição da lista geral de classificados, considerando, inclusive, aqueles aprovados fora do número de vagas disponibilizadas no edital.

### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de Videira e nos sítios [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br) e [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br).

11.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

11.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo, em decisão irrecorrível e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

11.4. Todas as despesas referentes aos deslocamentos, hospedagem e alimentação dos candidatos correrão por sua própria conta, eximindo-se a empresa SCHEILA APARECIDA WEISS – ME (SC TREINAMENTOS) e o Município de Videira da responsabilidade por essas despesas e outras decorrentes, inclusive no caso de eventual reaplicação de provas.

Prefeitura Municipal de Videira, 22 de fevereiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Vice Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

### **ANEXO I**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA**

##### **CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO E INCOMPLETO**

###### **LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão de textos – O verbo – Estrutura do período, da oração e da frase – Ortografia, acentuação e pontuação – Denotação e conotação – Fonologia – Classes Gramaticais – Formação de Palavras.

###### **MATEMÁTICA:**

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções; Juros Simples.

###### **HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO:**

Noções de limpeza e higiene. Prevenção de acidentes; Noções de segurança no trabalho; Noções de primeiros socorros. Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva.

##### **CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR**

###### **LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico – Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

###### **INFORMÁTICA:**

Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

###### **CONHECIMENTOS GERAIS:**

História e geografia do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Aspectos de Ciências, Cultura, Cinema, Artes e Tecnologia.

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

### **CONTEÚDOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO:**

#### **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Ética. Conservação dos instrumentos de trabalho. Limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; Limpeza de paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; Limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos e pias; Uso e cuidado com materiais de limpeza e higiene, detergente, desinfetante e defensivo; Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc; Limpeza interna e externa de prédios, banheiros, laboratórios, escolas, bem como de móveis e utensílios; Destinação do lixo, reciclagem. Prevenção de acidentes. Ética profissional.

#### **PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – ATIVIDADES ADAPTADAS**

História da Educação Física e do Esporte; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Bioquímica; Cinesiologia; Bioestatística; Biomecânica; Fisiopatologia e Exercício; Epidemiologia da Atividade Física; Qualidades Físicas na Educação Física e nos Desportos; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Esporte e do Exercício; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Iniciação Esportiva; Treinamento Esportivo; Prescrição de Exercício; Atividade Física Adaptada; Educação Física e Qualidade de Vida; Recreação, Jogos e Lazer. A aptidão física, desenvolvimento das habilidades motoras e das capacidades físicas. Atividades recreativas adaptadas. Acessibilidade; Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

#### **PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – BASQUETE**

História da Educação Física e do Esporte; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Bioquímica; Cinesiologia; Bioestatística; Biomecânica; Fisiopatologia e Exercício; Epidemiologia da Atividade Física; Qualidades Físicas na Educação Física e nos Desportos; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Esporte e do Exercício; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Iniciação Esportiva; Treinamento Esportivo; Prescrição de Exercício; Regras do basquetebol. Evolução do basquetebol: Tática, Individual (inteligência Tática) e Tática de Grupo e Coletiva. Arremessos e Assistências. Defesa antecipativa e interceptativa. Elementos Técnico-Táticos do jogo de Basquetebol: Metodologia do ensino-aprendizagem e análise da técnica. Deslocamentos - Contra-ataque - Mudanças e direção - Continuidade. Princípios Táticos Defensivos e Ofensivos do jogo de Basquetebol: Classificação da tática - Zonas de ação de cada jogador - Nomenclaturas, Tipos - Formas - Fixação - Sistemas e Fases. Formação de Equipe: Adequação dos sistemas Táticos e Preparação Física. Posições de base: Recepção, Passe, Drible, Deslocamentos, Fintas. Lançamentos e Arremessos. Organização de defesa: Tática de grupo de defesa. Tática individual de ataque. Tática de grupo no ataque. Emergências, acidentes e lesões dos exercícios físicos. Regras. Súmulas. Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

#### **PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – FUTSAL**

História da Educação Física e do Esporte; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Bioquímica; Cinesiologia; Bioestatística; Biomecânica;

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Fisiopatologia e Exercício; Epidemiologia da Atividade Física; Qualidades Físicas na Educação Física e nos Desportos; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Esporte e do Exercício; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Iniciação Esportiva; Treinamento Esportivo; Prescrição de Exercício; Aprendizagem do futsal: Regras. Formas, problemas e estratégias. Métodos e conteúdos para o ensino de futsal. Desenvolvimento das Capacidades coordenativas e perceptivas. Capacidade de jogo (habilidades técnicas e consciência tática). Iniciação tática- técnica no futsal moderno. Princípios táticos: Posicionamento básico. Desenhos táticos. Movimentações defensivas básicas. Ações ofensivas básicas: Sistemas de jogo e Deslocamentos básicos (Paralelas, diagonais, etc.). Movimentações Básicas. Padrões de jogo. Estudos didático-científicos sobre o futsal competitivo. Preparação física. Emergências, acidentes e lesões dos exercícios físicos. Regras. Súmulas. Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

#### **PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – JUDÔ**

História da Educação Física e do Esporte; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Bioquímica; Cinesiologia; Bioestatística; Biomecânica; Fisiopatologia e Exercício; Epidemiologia da Atividade Física; Qualidades Físicas na Educação Física e nos Desportos; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Esporte e do Exercício; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Iniciação Esportiva; Treinamento Esportivo; Prescrição de Exercício; História do Judô. Ukemis, Desequilíbrios e técnicas de projeção. Técnicas de solo. Arbitragem. Nomenclatura no Judô. Golpes com nomes e suas classificações. Imobilizações. Conhecimentos sobre o corpo (anatômico, fisiológico, bioquímico, biomecânicos e afetivos). A aptidão física, desenvolvimento das habilidades motoras e das capacidades físicas. Emergências, acidentes e lesões dos exercícios físicos. Aspectos gerais dos treinamentos musculares. Benefícios da atividade física. Regras. Súmulas. Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

#### **PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – KARATÊ**

História da Educação Física e do Esporte; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Bioquímica; Cinesiologia; Bioestatística; Biomecânica; Fisiopatologia e Exercício; Epidemiologia da Atividade Física; Qualidades Físicas na Educação Física e nos Desportos; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Esporte e do Exercício; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Iniciação Esportiva; Treinamento Esportivo; Prescrição de Exercício; História do Karatê. Desequilíbrios e técnicas de projeção. Técnicas de solo. Arbitragem. Nomenclatura no karatê. Golpes com nomes e suas classificações. Imobilizações. Conhecimentos sobre o corpo (anatômico, fisiológico, bioquímico, biomecânicos e afetivos). A aptidão física, desenvolvimento das habilidades motoras e das capacidades físicas. Emergências, acidentes e lesões dos exercícios físicos. Aspectos gerais dos treinamentos musculares. Benefícios da atividade física. Regras. Súmulas. Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

### **PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – MUSCULAÇÃO**

História da Educação Física e do Esporte; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Bioquímica; Cinesiologia; Bioestatística; Biomecânica; Fisiopatologia e Exercício; Epidemiologia da Atividade Física; Qualidades Físicas na Educação Física e nos Desportos; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Esporte e do Exercício; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Iniciação Esportiva; Treinamento Esportivo; Prescrição de Exercício; Conhecimentos sobre o corpo (anatômico, fisiológico, bioquímico, biomecânicos e afetivos). A aptidão física, desenvolvimento das habilidades motoras e das capacidades físicas. Emergências, acidentes e lesões dos exercícios físicos. Aspectos gerais dos treinamentos musculares. Benefícios da atividade física. Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

### **PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – TERCEIRA IDADE**

História da Educação Física e do Esporte; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Bioquímica; Cinesiologia; Bioestatística; Biomecânica; Fisiopatologia e Exercício; Epidemiologia da Atividade Física; Qualidades Físicas na Educação Física e nos Desportos; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Esporte e do Exercício; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Iniciação Esportiva; Treinamento Esportivo; Prescrição de Exercício; Emergências, acidentes e lesões dos exercícios físicos. Relação atividade física x doenças. Limites dos exercícios. Benefícios da atividade física. Aspectos gerais dos treinamentos para a terceira idade. Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003. Dispõe o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

### **PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – TÊNIS**

História da Educação Física e do Esporte; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Bioquímica; Cinesiologia; Bioestatística; Biomecânica; Fisiopatologia e Exercício; Epidemiologia da Atividade Física; Qualidades Físicas na Educação Física e nos Desportos; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Esporte e do Exercício; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Iniciação Esportiva; Treinamento Esportivo; Prescrição de Exercício; Regras do Tênis. Estrutura do Tênis no Brasil e no mundo. Teoria das Linhas. Partes de uma raquete e suas funções: Velocidade e Spin. Movimentos Básicos: Backhand e Forehand. Prática de ensino no aprendizado dos Movimentos. Emergências, acidentes e lesões dos exercícios físicos. Regras. Súmulas. Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

### **PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – TÊNIS DE MESA**

História da Educação Física e do Esporte; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Bioquímica; Cinesiologia; Bioestatística; Biomecânica; Fisiopatologia e Exercício; Epidemiologia da Atividade Física; Qualidades Físicas na Educação

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Física e nos Desportos; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Esporte e do Exercício; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Iniciação Esportiva; Treinamento Esportivo; Prescrição de Exercício; Regras do Tênis de Mesa. Estrutura do Tênis de Mesa no Brasil e no mundo. Teoria das Linhas. Partes de uma raquete e suas funções: Velocidade e Spin. Movimentos Básicos: Backhand e Forehand. Prática de ensino no aprendizado dos Movimentos de Forehand e Backhand. Trabalho de Pernas. Metodologias de Ensino do Tênis de mesa Desenvolvimento das habilidades específicas ao Tênis de Mesa. Estilos de Jogo: Vantagens e desvantagens de cada tipo. Top Spin, Backspin, Side Spin: Teoria e prática para execução e resposta. Fundamentos: Saque, Recepção e Slice. Fundamentos de Ataque. Treinamento Tático. Teoria Sobre Antecipação. Ataque x defesa e Contra-Ataque. Emergências, acidentes e lesões dos exercícios físicos. Regras. Súmulas. Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

#### **PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – VOLEIBOL**

História da Educação Física e do Esporte; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Bioquímica; Cinesiologia; Bioestatística; Biomecânica; Fisiopatologia e Exercício; Epidemiologia da Atividade Física; Qualidades Físicas na Educação Física e nos Desportos; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Esporte e do Exercício; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Iniciação Esportiva; Treinamento Esportivo; Prescrição de Exercício; Regras do Voleibol. Composição e organização de uma equipe. Sistema de recepção do saque. Preparação de uma equipe para o jogo. Plano de jogo. Treino final. Trabalho com o levantador: Defesa, saque, cortada, bloqueio, fintas, recursos, sistema de jogo, sistema de cobertura, cobertura de ataque. Alternativas do voleibol (areia, 4 x 4, biribol, grama, etc.). Transições do jogo de voleibol. Sistemas de jogo de voleibol. Táticas defensivas e ofensivas aplicadas a cada sistema de jogo. 18. Treinamento técnico-tático e preparação física. Emergências, acidentes e lesões dos exercícios físicos. Regras. Súmulas. Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

**ANEXO II**

**REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS**

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de  
identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_ residente e  
domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro  
\_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP:  
\_\_\_\_\_, inscrito no Processo Seletivo nº \_\_\_\_\_ da Prefeitura Municipal  
\_\_\_\_\_, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de  
\_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria:

**I – ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte:**

Fonte \_\_\_\_\_ N° da Fonte \_\_\_\_\_

**II – ( ) Sala de Amamentação:**

Nome do acompanhante: \_\_\_\_\_

**III – ( ) Intérprete de Libras.**

**IV – ( ) Outra necessidade:**

Especificar:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do candidato)

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

### ANEXO III

#### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

##### **Auxiliar de Serviços Gerais**

###### **DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Executar trabalhos de limpeza em geral, nas áreas interna e externa dos prédios municipais e, prestar serviços auxiliares de coleta e entrega de documentos e afins.

###### **EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES**

Atribuições:

1. Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os;
2. Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, encerando-os ou passando aspirador de pó;
3. Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros;
4. Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes;
5. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras;
6. Preparar e servir chá, café ou água;
7. Executar serviços de limpeza;
8. Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenagem e distribuição dos materiais e/ou equipamentos;
9. Regar e cuidar de flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa;
10. Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral;
11. Executar serviços de coleta e entrega de documentos, processos, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal;
12. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Recolher, lavar, secar e guardar utensílios de copa e cozinha;
15. Executar serviços de conservação e limpeza da copa e cozinha;
16. Executar outras atividades correlatas.

###### **ESPECIFICAÇÃO DO CARGO**

- Escolaridade: Ensino Fundamental (1º Grau) completo ou não.
- Carga Horária: 40 h (quarenta horas) semanais. (Redação acrescida pela Lei nº 2505/2011).

##### **Profissional de Educação Física – Atividades Adaptadas**

###### **DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Planejar, desenvolver e orientar a aprendizagem de Educação Física relacionada às atividades adaptadas.

###### **EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES**

1. Desenvolver, com crianças, jovens e adultos atividades físicas planejadas;
2. Ensinar técnicas desportivas adaptadas ao desenvolvimento individual e coletivo;
3. Realizar treinamentos especializados instruindo-os acerca dos princípios e regras inerentes ao desporto adaptado;
4. Avaliar o preparo físico dos alunos;
5. Supervisionar e cuidar das áreas desportivas;
6. Valorizar o desenvolvimento do aluno;
7. Participar de competições específicas de sua modalidade;
8. Elaborar planos de aulas específicos para a sua modalidade;
9. Planejar e orientar a aprendizagem da Educação Física na sua modalidade

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

10. Executar tarefas correlatas.

### **ESPECIFICAÇÃO DO CARGO**

- Escolaridade: Graduação em Educação Física - Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.
- Carga Horária: 40h (quarenta horas) semanais.
- Obs: No ato da admissão os candidatos aprovados deverão apresentar Certidão Original de Regularidade Administrativa, Financeira e Ética expedida pelo Conselho Regional de Educação Física - CREF3/SC.

### **Profissional de Educação Física – Basquete**

#### **DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Planejar, desenvolver e orientar a aprendizagem de Educação Física na modalidade de Basquetebol.

#### **EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES**

1. Desenvolver, com crianças, jovens e adultos treinamentos específicos da modalidade de basquetebol;
2. Ensinar técnicas desportivas voltadas ao desenvolvimento individual e coletivo do esporte;
3. Realizar treinamentos especializados instruindo-os acerca dos princípios e regras inerentes ao desporto;
4. Avaliar o preparo físico dos alunos;
5. Supervisionar e cuidar das áreas desportivas;
6. Valorizar o desenvolvimento do aluno;
7. Participar de competições específicas da sua modalidade;
8. Elaborar planos de aulas específicos para cada aula desenvolvida;
9. Planejar e orientar a aprendizagem da modalidade nos centros de treinamentos mantidos pela Fundação Municipal de Esportes de Videira.
10. Executar tarefas correlatas.

### **ESPECIFICAÇÃO DO CARGO**

- Escolaridade: Graduação em Educação Física - Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.
- Carga Horária: 40h (quarenta horas) semanais.
- Obs: No ato da admissão os candidatos aprovados deverão apresentar Certidão Original de Regularidade Administrativa, Financeira e Ética expedida pelo Conselho Regional de Educação Física - CREF3/SC.

### **Profissional de Educação Física – Futsal**

#### **DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Planejar, desenvolver e orientar a aprendizagem de Educação Física na modalidade de Futsal.

#### **EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES**

1. Desenvolver, com crianças, jovens e adultos treinamentos específicos da modalidade de futsal;
2. Ensinar técnicas desportivas voltadas ao desenvolvimento individual e coletivo do esporte;
3. Realizar treinamentos especializados instruindo-os acerca dos princípios e regras inerentes ao desporto;
4. Avaliar o preparo físico dos alunos; Supervisionar e cuidar das áreas desportivas;
5. Valorizar o desenvolvimento do aluno; Participar de competições específicas;
6. Elaborar planos de aulas específicos para cada aula desenvolvida;
7. Planejar e orientar a aprendizagem da modalidade nos centros de treinamentos mantidos pela Fundação Municipal de Esportes de Videira.
8. Executar tarefas correlatas.

### **ESPECIFICAÇÃO DO CARGO**

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

- Escolaridade: Graduação em Educação Física - Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.
- Carga Horária: 40h (quarenta horas) semanais.
- Obs: No ato da admissão os candidatos aprovados deverão apresentar Certidão Original de Regularidade Administrativa, Financeira e Ética expedida pelo Conselho Regional de Educação Física - CREF3/SC.

### **Profissional de Educação Física – Judô**

#### **DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Planejar, desenvolver e orientar a aprendizagem de Educação Física na modalidade de Judô.

#### **EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES**

1. Desenvolver, com crianças, jovens e adultos treinamentos específicos da modalidade de judô;
2. Ensinar técnicas desportivas voltadas ao desenvolvimento individual do esporte;
3. Realizar treinamentos especializados instruindo-os acerca dos princípios e regras inerentes ao desporto;
4. Avaliar o preparo físico dos alunos;
5. Supervisionar e cuidar das áreas desportivas; Valorizar o desenvolvimento do aluno;
6. Participar de competições específicas;
7. Elaborar planos de aulas específicos para cada aula desenvolvida;
8. Planejar e orientar a aprendizagem da modalidade nos centros de treinamentos mantidos pela Fundação Municipal de Esportes de Videira.
9. Executar tarefas correlatas.

#### **ESPECIFICAÇÃO DO CARGO**

- Escolaridade: Graduação em Educação Física - Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.
- Carga Horária: 40h (quarenta horas) semanais.
- Obs: No ato da admissão os candidatos aprovados deverão apresentar Certidão Original de Regularidade Administrativa, Financeira e Ética expedida pelo Conselho Regional de Educação Física - CREF3/SC.

### **Profissional de Educação Física – Karatê**

#### **DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Planejar, desenvolver e orientar a aprendizagem de Educação Física na modalidade de Karatê.

#### **EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES**

1. Desenvolver, com crianças, jovens e adultos treinamentos específicos da modalidade de karatê;
2. Ensinar técnicas desportivas voltadas ao desenvolvimento individual do esporte;
3. Realizar treinamentos especializados instruindo-os acerca dos princípios e regras inerentes ao desporto;
4. Avaliar o preparo físico dos alunos;
5. Supervisionar e cuidar das áreas desportivas;
6. Valorizar o desenvolvimento do aluno; Participar de competições específicas;
7. Elaborar planos de aulas específicos para cada aula desenvolvida;
8. Planejar e orientar a aprendizagem da modalidade nos centros de treinamentos mantidos pela Fundação Municipal de Esportes de Videira.
9. Executar tarefas correlatas.

#### **ESPECIFICAÇÃO DO CARGO**

- Escolaridade: Graduação em Educação Física - Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

- Carga Horária: 20h (vinte horas) semanais.
- Obs: No ato da admissão os candidatos aprovados deverão apresentar Certidão Original de Regularidade Administrativa, Financeira e Ética expedida pelo Conselho Regional de Educação Física - CREF3/SC.

### **Profissional de Educação Física – Musculação**

#### **DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Planejar, desenvolver e orientar a aprendizagem de Educação Física na modalidade de Musculação.

#### **EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES**

1. Desenvolver, com adolescentes e adultos treinamentos específicos da musculação;
2. Ensinar as técnicas posturais e corretivas voltadas à saúde e a qualidade de vida do praticante;
3. Avaliar o preparo físico dos alunos;
4. Acompanhar os alunos ao desenvolver as suas atividades;
5. Supervisionar e cuidar das áreas desportivas;
6. Valorizar o desenvolvimento do aluno;
7. Elaborar planos de aulas específicos para cada aula desenvolvida;
8. Planejar e orientar a aprendizagem da modalidade nos centros de treinamentos mantidos pela Fundação Municipal de Esportes de Videira.
9. Executar tarefas correlatas.

#### **ESPECIFICAÇÃO DO CARGO**

- Escolaridade: Graduação em Educação Física - Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.
- Carga Horária: 20h (vinte horas) semanais.
- Obs: No ato da admissão os candidatos aprovados deverão apresentar Certidão Original de Regularidade Administrativa, Financeira e Ética expedida pelo Conselho Regional de Educação Física - CREF3/SC.

### **Profissional de Educação Física – Terceira Idade**

#### **DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Planejar e desenvolver atividades voltadas à terceira idade.

#### **EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES**

1. Desenvolver treinamentos específicos para a terceira idade;
2. Ensinar as técnicas posturais e corretivas voltadas à saúde e a qualidade de vida do praticante;
3. Avaliar o preparo físico dos alunos;
4. Acompanhar os alunos ao desenvolver as suas atividades;
5. Supervisionar e cuidar das áreas desportivas;
6. Valorizar o desenvolvimento do aluno;
7. Elaborar planos de aulas específicos para cada aula desenvolvida;
8. Planejar e orientar a aprendizagem da modalidade nos centros de treinamentos mantidos pela Fundação Municipal de Esportes de Videira.
9. Executar tarefas correlatas.

#### **ESPECIFICAÇÃO DO CARGO**

- Escolaridade: Graduação em Educação Física - Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.
- Carga Horária: 40h (quarenta horas) semanais.
- Obs: No ato da admissão os candidatos aprovados deverão apresentar Certidão Original de Regularidade Administrativa, Financeira e Ética expedida pelo Conselho Regional de Educação Física - CREF3/SC.

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

### **Profissional de Educação Física – Tênis**

#### **DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Planejar, desenvolver e orientar a aprendizagem de Educação Física na modalidade de tênis.

#### **EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES**

1. Desenvolver, com crianças, jovens e adultos treinamentos específicos da modalidade de tênis;
2. Ensinar técnicas desportivas voltadas ao desenvolvimento individual e coletivo do esporte;
3. Realizar treinamentos especializados instruindo-os acerca dos princípios e regras inerentes ao desporto;
4. Avaliar o preparo físico dos alunos;
5. Supervisionar e cuidar das áreas desportivas; Valorizar o desenvolvimento do aluno;
6. Participar de competições específicas;
7. Elaborar planos de aulas específicos para cada aula desenvolvida;
8. Planejar e orientar a aprendizagem da modalidade nos centros de treinamentos mantidos pela Fundação Municipal de Esportes de Videira.
9. Executar tarefas correlatas.

#### **ESPECIFICAÇÃO DO CARGO**

- Escolaridade: Graduação em Educação Física - Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.
- Carga Horária: 40h (quarenta horas) semanais.
- Obs: No ato da admissão os candidatos aprovados deverão apresentar Certidão Original de Regularidade Administrativa, Financeira e Ética expedida pelo Conselho Regional de Educação Física - CREF3/SC.

### **Profissional de Educação Física – Tênis de Mesa**

#### **DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Planejar, desenvolver e orientar a aprendizagem de Educação Física na modalidade de tênis de mesa.

#### **EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES**

1. Desenvolver, com crianças, jovens e adultos treinamentos específicos da modalidade de tênis de mesa;
2. Ensinar técnicas desportivas voltadas ao desenvolvimento individual e coletivo do esporte;
3. Realizar treinamentos especializados instruindo-os acerca dos princípios e regras inerentes ao desporto;
4. Avaliar o preparo físico dos alunos;
5. Supervisionar e cuidar das áreas desportivas; Valorizar o desenvolvimento do aluno;
6. Participar de competições específicas;
7. Elaborar planos de aulas específicos para cada aula desenvolvida;
8. Planejar e orientar a aprendizagem da modalidade nos centros de treinamentos mantidos pela Fundação Municipal de Esportes de Videira.
9. Executar tarefas correlatas.

#### **ESPECIFICAÇÃO DO CARGO**

- Escolaridade: Graduação em Educação Física - Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.
- Carga Horária: 40h (quarenta horas) semanais.
- Obs: No ato da admissão os candidatos aprovados deverão apresentar Certidão Original de Regularidade Administrativa, Financeira e Ética expedida pelo Conselho Regional de Educação Física - CREF3/SC.



## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

#### **Profissional de Educação Física – Voleibol**

##### **DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Planejar, desenvolver e orientar a aprendizagem de Educação Física na modalidade de voleibol

##### **EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES**

1. Desenvolver, com crianças, jovens e adultos treinamentos específicos da modalidade de voleibol;
2. Ensinar técnicas desportivas voltadas ao desenvolvimento individual e coletivo do esporte;
3. Realizar treinamentos especializados instruindo-os acerca dos princípios e regras inerentes ao desporto;
4. Avaliar o preparo físico dos alunos;
5. Supervisionar e cuidar das áreas desportivas;
6. Valorizar o desenvolvimento do aluno;
7. Participar de competições específicas;
8. Elaborar planos de aulas específicos para cada aula desenvolvida; Planejar e orientar a aprendizagem da modalidade nos centros de treinamentos mantidos pela Fundação Municipal de Esportes de Videira.
9. Executar tarefas correlatas.

##### **ESPECIFICAÇÃO DO CARGO**

- Escolaridade: Graduação em Educação Física - Bacharelado (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE) ou Licenciatura Plena (Resolução 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.
- Carga Horária: 40h (quarenta horas) semanais.
- Obs: No ato da admissão os candidatos aprovados deverão apresentar Certidão Original de Regularidade Administrativa, Financeira e Ética expedida pelo Conselho Regional de Educação Física - CREF3/SC.

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2018**

Publicação Nº 1532597

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2018**

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA faz saber a quem possa interessar que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO e formação de CADASTRO DE RESERVA o qual reger-se-á pela Lei Municipal nº 1942/07 e alterações, Lei Federal nº 11.350/2006 e alterações, instruções especiais contidas neste Edital e demais disposições legais vigentes.

**1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME**

DATA	ATO
23/02/2018	Publicação do Edital
23/02/2018 até às 23h59min do dia 25/03/2018	PERÍODO DE INSCRIÇÕES
23/02/2018 a 14/03/2018	Período de envio dos documentos solicitados para isenção do pagamento da taxa de inscrição
21/03/2018	Divulgação da lista de isentos do pagamento da taxa de inscrição
23/02/2018 a 26/03/2018	Prazo para impressão dos boletos e pagamento da taxa de inscrição
29/03/2018	Publicação da relação de inscritos
02/04/2018 a 03/04/2018	Prazo para recurso contra indeferimento de inscrição
04/04/2018	Homologação das Inscrições e publicação do local e horário de provas
<b>08/04/2018</b>	<b>Data provável para realização das Provas Objetivas</b>
08/04/2018	Publicação do gabarito provisório (após as 22 horas)
09/04/2018 a 10/04/2018	Prazo para recurso contra questões e gabarito
18/04/2018	Publicação do julgamento dos recursos, do gabarito definitivo e das notas da Prova Objetiva e da Classificação Provisória
19/04/2018 a 20/04/2018	Prazo de recursos contra notas da Prova Objetiva e da Classificação Provisória
23/04/2018	Publicação do julgamento dos recursos
A partir de 23/04/2018	Homologação do resultado final

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo e/ou da Comissão Executora, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

### 2. DOS EMPREGOS E DAS VAGAS

2.1. Quadro de empregos, vagas, carga horária semanal, habilitação mínima, vencimento e tipo de provas:

Nº	EMPREGO PÚBLICO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO MENSAL R\$	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	Taxa De Inscrição R\$
1	Agente Comunitário de Saúde – PACS – Bairro São Cristóvão	CR	40h	1.256,38	Ensino Médio Completo	Objetiva	35,00
2	Agente Comunitário de Saúde – PACS – Bairro Rio dos Pedras	CR	40h	1.256,38	Ensino Médio Completo	Objetiva	35,00
3	Agente Comunitário de Saúde – PACS – Bairro De Carli	CR	40h	1.256,38	Ensino Médio Completo	Objetiva	35,00
4	Agente Comunitário de Saúde – PACS – Bairro Pedreirinha	CR	40h	1.256,38	Ensino Médio Completo	Objetiva	35,00
5	Agente Comunitário de Saúde – PACS – Bairro Água Verde	CR	40h	1.256,38	Ensino Médio Completo	Objetiva	35,00
6	Agente Comunitário de Saúde – PACS – Bairro Farroupilha	CR	40h	1.256,38	Ensino Médio Completo	Objetiva	35,00
7	Agente Comunitário de Saúde – PACS – Bairro Floresta	CR	40h	1.256,38	Ensino Médio Completo	Objetiva	35,00
8	Agente Comunitário de Saúde – PACS – Bairro Santa Tereza	CR	40h	1.256,38	Ensino Médio Completo	Objetiva	35,00
9	Agente Comunitário de Saúde – PACS – Bairro Cibrázem	CR	40h	1.256,38	Ensino Médio Completo	Objetiva	35,00

**CR = Cadastro de Reserva**

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços e contatos atualizados no setor de Recursos Humanos da prefeitura durante todo o período de validade do Processo Seletivo sob pena de perda da classificação.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação.

2.3.1. O candidato aprovado no presente Processo Seletivo deverá acompanhar, através dos meios de comunicação da administração municipal, as vagas que possam surgir durante o período de validade do Processo Seletivo.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar pela internet, através dos sites [www.scconcursos.com.br](http://www.scconcursos.com.br) e [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua homologação final.

**2.5. Para a investidura no emprego público, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos e apresentar os documentos a seguir:**

- I - aprovação nestes Processo Seletivo;
- II - a prova da nacionalidade, observado o contido no art. 12 da Constituição da República;
- III - o gozo dos direitos políticos;
- IV - a quitação com as obrigações militares, para os homens;
- V - a quitação com as obrigações eleitorais;
- VI - a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VII - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- VIII - a comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo;
- IX - declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;
- X - declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública;
- XI - apresentar os seguintes documentos:
  - a) Carteira de Trabalho;
  - b) PIS/PASEP;
  - c) 1 (uma) foto 3x4;
  - d) Comprovante de Residência;
  - e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda com cópia da certidão de nascimento e CPF dos dependentes;
  - f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
  - g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
  - h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
  - i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
  - j) Certidão de regularidade eleitoral;
- XII - apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.
  - a) Avaliação Cardiológica;
  - b) Avaliação Neurológica;
  - c) RX Tórax;
  - d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
  - e) Hemograma;
  - f) VDRL;
  - g) ABO RH;
  - h) Glicemia;
  - i) Ex. Quant. Urina;

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.
- XIII - Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde comprovante de que reside na Área de Atuação desde a data de publicação deste edital.
- XIV - Demais documento que o município vier a exigir.

2.6 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a Legislação vigente na instituição na data da admissão.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 A participação neste Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e condições estabelecidas neste edital.

3.2. A inscrição será efetuada apenas via internet sendo que o candidato deverá acessar o site ([www.scconcursos.com.br](http://www.scconcursos.com.br)) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição.

3.2.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá ler atentamente o Edital e seus Anexos para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição.

3.2.2. A prefeitura disponibilizará aos candidatos que não possuírem acesso à internet, terminal com computador exclusivamente para inscrição neste Processo Seletivo na Biblioteca Municipal Euclides da Cunha, Rua Campos Novos, 135, Bairro Matriz, Videira/SC, de segunda a sexta feira, no horário de atendimento das 09h às 11h30min.

3.3. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição, imprimir e pagar o boleto no valor da inscrição até a data limite constante no respectivo boleto.

3.3.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.3.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

3.3.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

3.3.4. A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

3.3.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão.

3.3.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

3.3.7. Não será aceita inscrição via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional ou ainda fora do prazo estabelecido.

3.4. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme prazo determinado neste Edital.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

3.5. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.5.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

3.5.2. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas através do e-mail [contato@scconcursos.com.br](mailto:contato@scconcursos.com.br), ou do telefone (47) 3380-3903 no horário compreendido das 13h às 17h.

3.6. A Prefeitura Municipal de Videira e a Empresa SC TREINAMENTOS não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via *internet*, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

3.7. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

3.8. Os candidatos poderão inscrever-se somente em um cargo.

3.8.1. Para o candidato que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, desde que devidamente paga.

3.8.2. No caso de dupla inscrição não será admitida a utilização do pagamento da primeira para a segunda, devendo o candidato realizar a inscrição completa (inscrição + pagamento) para o cargo que pretende concorrer.

3.9. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo encaminhando requerimento preenchido (Anexo II) via postal por SEDEX com AR até o último dia de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

3.9.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC CEP 89120-000
Requerimento de condições especiais para realização de prova Remetente/Nome: _____ Município e nº do Edital: _____ Cargo: _____ Nº de Inscrição: _____

3.9.2. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.9.2.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

3.9.3. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito conforme o item 3.9, durante o período da inscrição, e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

3.9.3.1. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário de início das provas.

3.9.3.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

### 4. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com as suas deficiências e a elas serão reservadas um percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Decreto Federal 3.298/99.

4.1.1. Para os cargos deste edital, a aplicação do percentual de 5% não resulta a oferta imediata de vagas, neste caso, o primeiro candidato com deficiência classificado no cargo será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga que vier a surgir para o cargo que concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 20 (vinte) vagas providas.

4.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção “Pessoas com Deficiência”, bem como deverá encaminhar, via postal por SEDEX com AR, até o último dia de inscrições o original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da necessidade especial e a caracterização das anomalias impeditivas ao exercício regular dos cargos emitido nos últimos 12 meses.

4.2.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC CEP 89120-000
Documentação para concorrer às vagas reservadas para pessoas com necessidades especiais Remetente/Nome: _____ Município e nº do Edital: _____ Cargo: _____ Nº de Inscrição: _____

4.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

4.4. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

4.5. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental a qual terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e, o grau de deficiência, capacitante (aptidão) ou incapacitante (inaptidão) para o exercício do cargo.

4.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

4.7. Considera-se pessoa com deficiência, nos termos da Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999.

4.8. Caso a aplicação do percentual de 5% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

#### 5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO E DAS ISENÇÕES

5.1. O valor da taxa de inscrição será de **R\$ 35,00 (trinta e cinco reais)**.

5.2. São isentos da taxa de inscrição neste Processo Seletivo:

- a) Os candidatos doadores de Sangue fidelizado e pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação e os Doadores de Medula Óssea;
- b) Os candidatos os eleitores convocados e nomeados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 36ª Zona Eleitoral - Videira-SC para prestar serviços no período eleitoral, visando à preparação, execução e apuração de eleições oficiais.

##### **5.2.1. Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue ou os Doadores de Medula Óssea:**

5.2.1.1. Considera-se para enquadramento ao benefício previsto somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

5.2.1.2. A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora. O documento previsto por este item deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais, considerando-se os 12 (doze) meses que antecederam a abertura do presente edital.

5.2.1.3. A comprovação da pessoa doador de Medula Óssea se dará através da apresentação de sua inscrição no REDOME – Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea ou ainda declaração expedida por órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município, hemocentros e nos bancos de sangue dos hospitais, devidamente atualizado.

5.2.1.4. O candidato deve encaminhar a documentação dos itens acima, e ainda a fotocópia autenticada da Carteira de Identidade, via postal por SEDEX com AR, até a data prevista no cronograma deste edital, conforme o item 5.2.3.

5.2.1.5. A constatação de falsidade dos documentos exigidos, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo.

##### **5.2.2. Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por serem eleitores convocados e nomeados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 36ª Zona Eleitoral - Videira-SC para prestar serviços no período eleitoral, visando à preparação, execução e apuração de eleições oficiais:**

5.2.2.1. Apresentar fotocópia autenticada da Carteira de Identidade e do declaração ou diploma, expedido pela Justiça Eleitoral, contendo o nome completo do eleitor, a função desempenhada, o turno e a data da eleição;

## ESTADO DE SANTA CATARINA

### MUNICÍPIO DE VIDEIRA

5.2.2.2. Encaminhar a documentação do item acima via postal por SEDEX com AR, até a data prevista no cronograma deste edital, conforme o item 5.2.3.

5.2.2.3. Considera-se como eleitor convocado e nomeado aquele que presta serviços ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 36ª Zona Eleitoral - Videira-SC como componente de mesa receptora de voto ou de justificativa, na condição de presidente de mesa, primeiro ou segundo mesário ou secretário, membro ou escrutinador de Junta Eleitoral, supervisor de local de votação, também denominado de delegado de prédio, e os designados para auxiliar os seus trabalhos, inclusive aqueles destinados à preparação e montagem de votação. Entenda-se como período de eleição a véspera e o dia do pleito. Na hipótese de ocorrer segundo turno no pleito eleitoral, considera-se cada turno uma eleição.

5.2.2.4. Para ter direito à isenção, o eleitor terá que comprovar o serviço prestado à justiça eleitoral por, no mínimo, duas eleições, consecutivas ou não.

5.2.2.5. A constatação de falsidade nas declarações apresentadas, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo.

5.2.3. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos Rua Benjamin Constant 1394, Apto 22A, Bairro Imigrantes. Timbó – SC CEP 89120-000
Documentação para isenção de taxa de inscrição Remetente/Nome: _____ Município e nº do Edital: _____ Cargo: _____ Nº de Inscrição: _____

5.2.4. Sendo indeferido o pedido de isenção da taxa de inscrição, restará ao candidato pagamento da respectiva taxa de inscrição até a data limite constante no boleto.

5.2.5. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

5.2.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

5.2.7. Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção, acompanhado dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

5.2.8. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via fax, via requerimento administrativo, via correio eletrônico ou, ainda fora do prazo.

**5.2.9. O candidato deve informar-se corretamente dos valores com cópias, autenticações e correios, pois dependendo do somatório é mais viável efetuar o pagamento da taxa de inscrição.**

## 6. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

6.1. Este Processo Seletivo constará de apenas uma etapa, de caráter eliminatório e classificatório: Prova Objetiva para todos os empregos públicos.

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

### 7. DA PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO SELETIVO: PROVA OBJETIVA

7.1. **PROVA OBJETIVA (PO)** de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, visa avaliar os conhecimentos indispensáveis ao exercício das atribuições dos empregos públicos oferecidos pelo presente edital e versará sobre os conteúdos programáticos indicados no Anexo I, **a ser aplicada para todos os candidatos.**

7.1.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 05 (cinco) pontos na nota final da Prova Objetiva.

7.1.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 7.3.

7.2. **A prova objetiva para todos os empregos públicos será na data provável de 08 de abril de 2018 no município de Videira em locais e horário a serem divulgados juntamente com a Homologação das Inscrições.**

7.3. A Prova Objetiva terá a forma a seguir:

DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL POR TIPO DE PROVA
Língua Portuguesa	5	0,27	1,35
Informática	5	0,27	1,35
Conhecimentos Gerais	5	0,26	1,30
Conhecimentos Específicos do cargo	15	0,40	6,00
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>		<b>10,00</b>

### 7.4. Normas para ingresso e prestação da Prova Objetiva

7.4.1. O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta:

7.4.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

7.4.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

7.4.1.3. Em caso de perda, furto o roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, (30) trinta dias. Neste caso será realizada a identificação especial através da coleta de impressão digital para posterior averiguação.

7.5. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

7.5.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;

7.5.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

## **ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

- 7.5.3. Fazer uso de telefone celular, relógios ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;
- 7.5.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local e na forma indicados pelo fiscal;
- 7.5.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.
- 7.5.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.
- 7.5.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova, será desclassificado do Processo Seletivo.
- 7.6. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, inclusive com detector de metais, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.
- 7.7. Em hipótese alguma haverá segunda chamada, após o horário de início da prova nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;
- 7.8. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;
- 7.9. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.
- 7.9.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO-RESPOSTA.
- 7.9.2. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;
- 7.9.3. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;
- 7.9.4. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame.
- 7.9.5. Serão considerados sem efeito, os cartões-resposta entregues sem a assinatura do candidato.
- 7.10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.
- 7.10.1. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

7.11. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, **e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;**

7.11.2. Os envelopes contendo os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executora do Processo Seletivo.

7.12. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

7.13. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, a resposta será corrigida no gabarito final.

7.14. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

### 8. DAS NOTAS, DO CRITÉRIO DE DESEMPATE E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. **Para todo os EMPREGOS PUBLICOS** a nota final será:

Nota da Prova Objetiva = 100% = NF.

8.2. São critérios para a Classificação neste Processo Seletivo:

a) Ter sido aprovado Prova Objetiva.

8.3. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

8.3.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais casos, será:

8.3.2. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos do cargo;

8.3.3. Que obtiver melhor nota na prova de Português;

8.3.4. Que obtiver melhor nota na prova de Informática ou Matemática, conforme o caso;

8.3.5. Que tiver maior idade;

8.3.6. Que tiver maior número de filhos;

8.3.7. Sorteio Público

### 9. DOS RECURSOS

9.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

9.1.1. Da impugnação do presente Edital;

9.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;

9.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

9.1.4. Da nota da prova objetiva;

9.1.5. Da classificação Provisória;

9.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento junto à Secretaria de Administração no Município de Videira.



## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

9.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa SC TREINAMENTOS – [www.scconcursos.com.br](http://www.scconcursos.com.br), no campo RECURSOS, disposto na área referente a este Processo Seletivo. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

9.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões.

9.5. A Banca Examinadora da Entidade Executora do presente Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

### **10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Este Processo Seletivo terá validade de 2 (dois) anos, a contar de sua homologação final podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

10.2. Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

10.3. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Processo Seletivo, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

10.4. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

10.5. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município.

10.6. As convocações para assumir as vagas deste Processo Seletivo serão publicadas no site do Município.

10.7. As chamadas dos candidatos aprovados serão feitas por comunicação, via e-mail ou por telefone, no endereço de e-mail ou no número do telefone informados na ficha de inscrição ou posteriormente atualizado.

10.8. O candidato aprovado no processo seletivo poderá renunciar à nomeação correspondente à sua classificação, antecipadamente ou até o término do prazo para a posse e optar pelo reposicionamento no último lugar da lista de classificados.

10.9. Se a lista de classificados no processo seletivo for maior do que o número de vagas oferecidas no edital, o aprovado que solicitar o seu reposicionamento passará a figurar na última posição da lista geral de classificados, considerando, inclusive, aqueles aprovados fora do número de vagas disponibilizadas no edital.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

**11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de Videira e nos sítios [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br) e [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br).

11.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

11.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo, em decisão irrecorrível e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

11.4. Todas as despesas referentes aos deslocamentos, hospedagem e alimentação dos candidatos correrão por sua própria conta, eximindo-se a empresa SCHEILA APARECIDA WEISS – ME (SC TREINAMENTOS) e o Município de Videira da responsabilidade por essas despesas e outras decorrentes, inclusive no caso de eventual reaplicação de provas.

Prefeitura Municipal de Videira, 22 de fevereiro de 2018.

**CLAUDETE NARDI VAVASSORI**  
**Vice Prefeita na Chefia do Executivo Municipal**

## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

### **ANEXO I**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA**

##### **CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS BÁSICOS**

###### **LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico – Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

###### **INFORMÁTICA:**

Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

###### **CONHECIMENTOS GERAIS:**

História e geografia do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Aspectos de Ciências, Cultura, Cinema, Artes e Tecnologia.

##### **CONTEÚDOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O EMPREGO:**

###### **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

Competências e habilidades do Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias. Cadastramento de famílias. Pré-Natal. Parto e Nascimento Humanizado, Puerpério. Aleitamento materno. Vigilância epidemiológica. Conceitos básicos: endemias, epidemia, pandemia, hospedeiros, reservatório, vetores de doenças, via de transmissão de doenças. Indicadores de saúde. Interpretação demográfica. Saneamento Básico Meio Ambiente (água, Solo e Saúde). Higiene pessoal (bucal). Saúde da criança, do adolescente, da mulher (exames de prevenção ao câncer de mama e cérvico-uterino), do homem (exames de prevenção ao câncer de próstata), do idoso. Prevenção a acidentes da criança e do idoso. Direitos da criança. Direito dos idosos. Alimentação e nutrição. Planejamento familiar. Prevenção e combate ao uso de drogas. Conhecimento sobre as principais doenças Infecciosas e Parasitárias, DST/AIDS, coqueluche, dengue, difteria, doença de chagas, escarlatina, esquistossomose, febre amarela, febre tifóide, hanseníase, hepatites, leptospirose, malária, meningite, parotidite, poliomielite, raiva, rubéola, sarampo, tétano, tuberculose, varicela e outras doenças do aparelho respiratório e circulatório. Biologia e controle de roedores, escorpiões e outros peçonhentos. Calendário de vacinas. PSF (programa de saúde da família). Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, Suas diretrizes. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Política Nacional de Atenção Básica. Lei Orgânica do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

**ANEXO II**

**REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS**

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de  
identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_ residente e  
domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro  
\_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP:  
\_\_\_\_\_, inscrito no Processo Seletivo nº \_\_\_\_\_ da Prefeitura Municipal  
\_\_\_\_\_, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de  
\_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria:

**I – ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte:**

Fonte \_\_\_\_\_ Nº da Fonte \_\_\_\_\_

**II – ( ) Sala de Amamentação:**

Nome do acompanhante: \_\_\_\_\_

**III – ( ) Intérprete de Libras.**

**IV – ( ) Outra necessidade:**

Especificar:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do candidato)

## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE VIDEIRA

### ANEXO III

#### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

##### **Agente Comunitário de Saúde**

- I - Cadastrar as famílias de sua área de atuação (+/- 250 famílias);
- II - Estimular a participação comunitária;
- III - Analisar junto com os demais membros da equipe de saúde, as necessidades da comunidade;
- IV - Registrar nascimentos e óbitos;
- V - Participar das ações de saneamento básico e melhoria do meio ambiente;
- VI - Acompanhar gestantes, orientando sobre o pré-natal;
- VII - Acompanhar crianças de 0-5 anos em relação ao crescimento e desenvolvimento;
- VIII - Controlar o cartão de vacinas;
- IX - Estimular o aleitamento materno;
- X - Controlar as doenças diarreicas, estimulando a terapia de reidratação oral.
- XI - Descobrir precocemente as crianças com infecções respiratórias;
- XII - Orientar sobre os cuidados higiênicos com o corpo, a água, o preparo de alimentos;
- XIII - Orientar sobre o correto destino do lixo;
- XIV - Identificar situações de risco, como por exemplo: crianças com idade inferior a quatro meses que não estão sendo amamentadas ao peito, bebês com peso inferior a 2500g ao nascer, crianças desnutridas, filhos de mães alcoólatras, fumantes entre outras, gestantes que não iniciaram pré-natal, gestantes desnutridas, com pressão alta, menor de 18 anos e mulheres que engravidam após os 40 anos. (Redação dada pela Lei nº 2749/2012)



# Xanxerê

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 0017/2018

Publicação Nº 1532252

Extrato do Contrato nº 0017/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratada: CLEUSON ARMINDO PRITSCH (BSHOW PRODUÇÕES)  
Objeto: Outorga de permissão de uso de espaço público para realização, organização e exploração da área da Arena de Shows, durante a realização da XVIII – EXPOFEMI 2018, no período de 28 de abril a 06 de maio com autorização de direito de exploração, com o uso de bens públicos a ela afeitos, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

Valor Total: R\$ 137.000,00.

Prazo de vigência: 30/06/2018

Xanxerê-SC, 20 de fevereiro de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº RH-AM 051/2018

Publicação Nº 1532274

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 051/2018

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 01.02.2018 a 02.03.2018 a Servidora Pública Municipal, a Sra. GIULIANA MORSE IOP, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG nº 1.696.278 e CPF nº 944.408.329-20, nomeada conforme Decreto nº BLB 038/09, no cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA-ENSINO FUNDAMENTAL DE 5ª A 8ª SÉRIE, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0000202/2018 datado de 01.02.2018.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 09.02.2009 a 08.02.2012 – 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 01.02.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 01 de Fevereiro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº RH-AM 052/2018

Publicação Nº 1532278

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 052/2018

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS

A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69 incisos VI e Lei Complementar AM 2907/06 Artigo 237 Parágrafo Único.

RESOLVE:

CONCEDER a pedido, Licença Sem Vencimentos por um período 180(cento e oitenta dias) dias a partir de 01.02.2018 a 30.07.2018 a Servidora Pública Municipal a Sra. SALETE ELISA GIRALDI, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG nº 6.872.847 e CPF nº 569.262.009-04, nomeada conforme Decreto nº AM 241/08, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLARES, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0000157/2018 datado de 29.01.2018.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 01.02.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 01 de Fevereiro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº RH-AM 053/2018

Publicação Nº 1532284

PORTARIA Nº RH-AM 053/2018

REDUZ CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais

para 20 (vinte) horas semanais, por um período de seis meses a Servidora Pública Municipal, Sra. WALDEREZA LUIZA DAL MOLIN, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 5.823.778-7 e CPF n.º 028.011.789-26, nomeada conforme Decreto n.º AM 277/07 no cargo de ENFERMEIRA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 01 de Fevereiro de 2018.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº RH-AM 054/2018**

Publicação Nº 1532290

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 054/2018  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 01.02.2018 a 02.03.2018 a Servidora Pública Municipal, a Sra. KAREN CRISTINA DE ALMEIDA SANDRIN, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 4.164.509 e CPF n.º 053.475.669-73, nomeada conforme Decreto nº BLB 086/10 no Cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0000206/2018 datado de 01.02.2018.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 10.02.2010 a 09.02.2013 - 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 01.02.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 01 de Fevereiro de 2018.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº RH-AM 055/2018**

Publicação Nº 1532294

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 055/2018  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 01.02.2018 a 02.03.2018 a Servidora Pública Municipal, a Sra. SONIA BRUNETTO, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 2.872.172 e CPF n.º 726.174.469-72, nomeada conforme Decreto nº JB 88/96 no Cargo de SERVENTE DE LIMPEZA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0000204/2018 datado de 01.02.2018.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 09.06.2012 a 08.06.2015 - 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 01.02.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 01 de Fevereiro de 2018.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº RH-AM 056/2018**

Publicação Nº 1532305

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 056/2018

REVOGAR A GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Complementar Nº AJG 3764/2015, Lei Complementar nº AJG 3800/2015 e Decreto nº AJG 110/2016,

RESOLVE

REVOGAR, a partir de 01.02.2018 a Gratificação Especial conforme Lei nº AJG 3764/2015 da Servidora Pública Municipal a Sra. REJANE GUBERT, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 3.529.746 e CPF n.º 030.215.269-50, nomeada conforme Decreto n.º BLB 289/2011, no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 01 de Fevereiro de 2018.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AM 057/2018**

Publicação Nº 1532307

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 057/2018

ATRIBUIR A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL  
FUNÇÃO DE DIREÇÃO DE CEMEI.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, e a Lei Complementar nº BLB 3.375/11 artigo 21 e 29.

RESOLVE

ATRIBUIR a partir de 01.02.2018 á função de Direção De CEMEI a Servidora Pública Municipal a Sra. DILCEIA REIS DE PAULA ZANELLA brasileira, casada, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI 2.074.416 e CPF nº 796.629.869-87, nomeada conforme Decreto JB nº 64/95, no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais e Decreto AM nº 064/06 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais, lotada à Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta atribuição vigore a partir de 01.02.2018.

O deferimento atende ao ofício n.º SME/M 032/2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 01 de Fevereiro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AM 058/2018**

Publicação Nº 1532310

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 058/2018

REVOGAR A PORTARIA Nº RH- AM 095/2017 QUE ATRIBUIA DIREÇÃO DE ESCOLA E CEMEI DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06,

RESOLVE

REVOGAR, a partir de 01.02.2018 a Portaria nº RH-AM 095/2017, que atribuía a função de direção de ESCOLA E CEMEI a Servidora Pública Municipal a Sra. SANDRA LAURITA ZANDONÁ BAVARESCO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador da CI nº 17R/ 1.239.042 e CPF nº 534.602.439-53, nomeada conforme Decreto nº JB 094/94 no cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar o retorno para o seu cargo de origem.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 01 de Fevereiro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AM 059/2018**

Publicação Nº 1532325

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 059/2018

ATRIBUIR A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL  
FUNÇÃO DE DIREÇÃO DE CEMEI.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, e a Lei Complementar nº BLB 3.375/11 artigo 21 e 29.

RESOLVE

ATRIBUIR a partir de 01.02.2018 á função de Direção De CEMEI a Servidora Pública Municipal a Sra. SIRLEI ALVES DOS SANTOS brasileira, casada, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI 3.842.795 e CPF nº 021.636.889-84, nomeada conforme Decreto AM nº 091/03, no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada à Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta atribuição vigore a partir de 01.02.2018.

O deferimento atende ao ofício n.º SME/M032/2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 01 de Fevereiro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AM 060/2018**

Publicação Nº 1532330

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 060/2018

REVOGAR DIREÇÃO DE ESCOLA E CEMEI DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06,

RESOLVE

REVOGAR, a partir de 01.02.2018 a função de direção de ESCOLA E CEMEI da Servidora Pública Municipal a Sra. ELIZANGELA RIZZI, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador da CI nº 3.289.200 e CPF nº 021.042.009-03, nomeada conforme Decreto nº AM 014/04 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 01 de Fevereiro de 2018.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº RH-AM 061/2018**

Publicação Nº 1532333

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 061/2018

ATRIBUIR A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL  
FUNÇÃO DE DIREÇÃO DE CEMEI.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, e a Lei Complementar nº BLB 3.375/11 artigo 21 e 29.  
RESOLVE

ATRIBUIR a partir de 01.02.2018 a função de Direção De CEMEI a Servidora Pública Municipal a Sra. JUDITE TREVISAN GOIS, brasileira, casada, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI 3.180.956 e CPF nº 868.667.109-87, nomeada conforme Decreto nº BLB 165/10, no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada à Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta atribuição vigore a partir de 01.02.2018.

O deferimento atende ao ofício n.º SME/M032/2018 datado de 01.02.2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 01 de Fevereiro de 2018.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº RH-AM 062/2018**

Publicação Nº 1532336

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 062/2018

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AM 122/2017 QUE ATRIBUIA FUNÇÃO DE DIREÇÃO DE ESCOLA E CEMEI DA SERVIDORA PUBLICA

MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº RH AM 2907/06,

RESOLVE

REVOGAR, a partir de 01.02.2018 a portaria nº RH-AM 122/2017 a função de direção de ESCOLA E CEMEI da Servidora Pública Municipal a Sra. MARIA CONSOLADORA SOZO DOS SANTOS, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador da CI nº14/R 2.691.471 e CPF nº 770.375.539-72, nomeada conforme Decreto nº AM 094/04 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 01 de Fevereiro de 2018.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº RH-AM 063/2018**

Publicação Nº 1532344

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 063/2018  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC  
No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.  
RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 01.02.2018 a 02.03.2018 a Servidora Pública Municipal Sra LIZIANE BORTOLON, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 5.249.048-3 e CPF nº 063.321.759-07, nomeada conforme Decreto nº BLB 041/2011, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O Deferimento atende ao requerimento datado de 01.02.2018, as férias referem-se ao período abaixo especificado:

15.02.2016 a 14.02.2017 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 01 de Fevereiro de 2018.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº RH-AM 064/2018**

Publicação Nº 1532352

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 064/2018  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.  
RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 01.02.2018 a 02.03.2018 a Servidora Pública Municipal, a Sra. JUREMA DOS SANTOS, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG nº 1.787.671 e CPF nº 596.088.469-00, nomeada conforme Decreto nº AJG 130/2013 no Cargo de PROFESSOR NÍVEL ESPECIAL 1, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0000205/2018 datado de 01.02.2018.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:  
18.03.2013 a 17.03.2016 – 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 01.02.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 01 de Fevereiro de 2018.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AM 065/2018**

Publicação Nº 1532361

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 065/2018

ATRIBUIR FUNÇÃO DE ASSISTENTE PEDAGÓGICA AS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, e a Lei Complementar nº AM 3934/2017 art. 21.  
RESOLVE

ATRIBUIR função de Assistente Pedagógica as funcionárias Públicas Municipais abaixo relacionadas:

EDINEIA CASSIA DE CAMARGO MELCHIOR, EMILENE SALETE CANELLO STEIN, SANDRA KOHL FAGANELLO.

O deferimento atende ao ofício Nº SME/M 032/2018, datado de 01.02.2018.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogando-se as

disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 01 de Fevereiro de 2018.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AM 066/2018**

Publicação Nº 1532370

PORTARIA Nº RH-AM 066/2018  
DESIGNAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR SUAS ATIVIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06.  
RESOLVE

DESIGNAR pelo período de 01.02.2018 a 02.03.2018 o Servidor Público Municipal Sr. CLAUDIOMIRO DA PAZ, brasileiro, estado civil solteiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê/SC portador da CI nº 13/C-3.256.799 e CPF nº 915.398.549-49, nomeado conforme Decreto nº AM 217/2007, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Saúde.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 01 de Fevereiro de 2018.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AM 067/2018**

Publicação Nº 1532376

PORTARIA Nº RH-AM 067/2018

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê/SC.,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais da Servidora Pública Municipal, Sra. KAREM CRISTINA DE LIMA VENDRUSCOLO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 2.691.971-0 e inscrita no CPF sob o nº 789.308.809-59, nomeada conforme Decreto nº BLB 043/2011 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta redução vigore no período de 05.02.2018 até 03.08.2018.

Esta redução de carga horária atende o requerimento protocolado sob o nº 0000219/2018 datado de 02.02.2018.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação. Passando a vigorar a Redução da Carga Horária a partir de 05.02.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 02 de Fevereiro de 2018.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº RH-AM 068/2018**

Publicação Nº 1532388

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 068/2018  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.  
RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 15.02.2018 a 16.03.2018 ao Servidor Público Municipal, o Sr. IVALDIR BUSAQUERA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG nº 2.077.824-4 e CPF nº 853.188.419-53, nomeado conforme Decreto nº AM 080/2003 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, e Transportes e Serviços.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0000224/2018 datado de 02.02.2018.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:  
24.07.2006 a 08.06.2009 = 18 dias.  
09.06.2009 a 08.06.2012 = 12 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 15.02.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 02 de Fevereiro de 2018.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº RH-AM 069/2018**

Publicação Nº 1532404

PORTARIA Nº RH- AM 069/2018  
EXONERAR A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Avelino Menegolla  
Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.775/91 Artigo 35.  
RESOLVE

EXONERAR a pedido a partir de 06.02.2018, a Servidora Pública Municipal, a Sr.(a) ELINE PERREIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 4.498.011 e CPF nº 047.103.859-80, nomeada conforme Decreto nº AM 155/2002, no cargo de AUXILIAR DE BIBLIOTECA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0000234/2018 datado de 05.02.2018.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 06.02.2018. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº AM 155/2002.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 06 de Fevereiro de 2018.

Avelino Menegolla  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº RH-AM 070/2018**

Publicação Nº 1532414

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 070/2018

ESTABELECER HORÁRIO DE TRABALHO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06 e Lei Complementar nº BLB 3376/2011.  
RESOLVE

ESTABELECER carga horária de 30 horas semanal ao Servidor Público Municipal o Sr. RICARDO LIRA DA COSTA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no Município de Xanxerê - SC, portadora do CPF nº 487.366.357-15, RG nº 6.146.796 e CRM Nº 12118/SC., nomeado conforme Decreto nº BLB 297/2011, no cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, com 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 06 de Fevereiro de 2018.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal



# Xaxim

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO PROCESSO N° 021/2018 PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2018

Publicação N° 1532788

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE XAXIM

RETIFICAÇÃO DE EDITAL  
Processo de Licitação n° 21/2018  
Pregão Presencial para Registro de Preço n° 006/2018.

O Município de Xaxim, leva ao conhecimento dos interessados e proponentes que com base no § 4º do art. 21 da lei 8.666/93, esta promovendo alterações no Edital Pregão Presencial para Registro de Preço n° 006/2018, Processo de Licitação n° 0021/2018, cujo objeto Registro de Preço para Registro de Preço para Transporte de Atletas do Município, para participação em competições e eventos oficiais em nível Microrregional, Regional e Estadual e Transporte de Alunos da rede municipal de ensino para viagens de estudos.

Sendo assim, fica transferida a data de recebimento dos envelopes para o dia 07/03/2018 até às 8h30min e abertura dos envelopes para o dia 07/03/2018 às 09h00min. A errata na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no setor de licitações da municipalidade, através do endereço de e-mail clodoaldo.squina@xaxim.sc.gov.br ou na página eletrônica do Município [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br).

Xaxim/SC, 21 de Fevereiro de 2018. LÍRIO DAGORT – PREFEITO MUNICIPAL.

# Zortéa

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGAO Nº 009/2018 - BOMBAS DOSADORAS

Publicação Nº 1532853

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0012/2018

Pregão Presencial Nº 0009/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de 08 (oito) bombas dosadoras individuais de flúor e de cloro para manutenção das atividades desenvolvidas pela Diretoria de Meio Ambiente Água e Esgoto de Zortéa-SC.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09h00min, para abertura da Sessão às 09h05min do dia 05 de Março de 2018.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da sessão.

Menor Preço Item

#### INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo, Sala de Licitações, sito à Rua Otaviano Oleoni Franceschi, nº 53, Centro, no Município de Zortéa/SC.

No sítio: [www.zortea.sc.gov.br](http://www.zortea.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3557-2018 e 3557-2019

Zortéa-SC, 23 de Fevereiro de 2018.

ALCIDES MANTOVANI

Prefeito de Zortéa

# Associações

## EGEM

### ADITIVO AO EDITAL Nº 13/2018 - CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO NA OFICINA SOBRE METODOLOGIA DE TRABALHO NOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO

Publicação Nº 1531806

ADITIVO AO EDITAL Nº 13/2018 - CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO NA OFICINA SOBRE METODOLOGIA DE TRABALHO NOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração do local de realização da OFICINA SOBRE METODOLOGIA DE TRABALHO NOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO, a realizar-se em Florianópolis/SC de acordo com o edital nº 13/2018 publicado em 19/01/2018.

Cidade/Local	Auditório da GRANFPOLIS Rua Cândido Ramos, 250 Capoeiras – Florianópolis – SC CEP: 88090-800
Período das inscrições	Até 22 de maio de 2018
Vencimento do boleto de cobrança	23 de maio de 2018
Período de realização	23, 24 e 25 de maio de 2018
Carga horária total	50 horas/aula
Quantidade de vagas	50 vagas

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2018.

Milena Andersen Lopes Becher  
Prefeita de Vargem  
Presidente da EGEM

## GRANFPOLIS

### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS DE 16/02/2018

Publicação Nº 1531674

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, convocada através do Edital Nº01/2018 publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM na edição número dois mil quatrocentos e quarenta e nove, página hum mil quinhentos e quinze no dia sete de fevereiro de dois mil e dezoito, realizada no Auditório Prefeito Luiz Carlos Luiz, na sede da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS, com início as dez horas do dia dezesseis de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, em primeira convocação com a presença de dezenove Prefeitos Municipais e três Presidentes de Câmaras Municipais, conforme livro de presença para deliberarem sobre as atas da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia vinte e sete de outubro de dois mil e dezessete e Assembleia Geral Extraordinária realizada em quinze de dezembro de dois mil e dezessete; a apresentação, discussão e deliberação do Relatório de Atividades e Prestação de Contas do exercício de dois mil e dezessete e finalmente eleger e empossar os Conselhos Executivo e Fiscal da Associação de Municípios da Região da Grande Florianópolis para cumprirem mandato no período de dezessete de fevereiro de dois e dezoito a dezesseis de fevereiro de dois mil e dezenove. A mesa principal foi composta pelo Presidente Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos; Primeiro Vice-Presidente Geraldo Pauli, Prefeito Municipal de Antônio Carlos; Gean Marques Loureiro, Prefeito Municipal de Florianópolis; Hugo Lembeck, Tesoureiro da Confederação Nacional de Municípios – CNM,

representando o Presidente Paulo Ziulkoski e o Diretor Executivo da Associação Miguel Augusto Forbeck Faraco. Dando início aos trabalhos o Presidente Juliano Duarte Campos, cumprimentou os presentes e colocou em deliberação a Ata da Assembleia Geral Ordinária que foi aprovada na íntegra por unanimidade e a Ata da Assembleia Geral Extraordinária que foi contestada pela Prefeita Municipal de São José, Adeliana Dal Pont, que solicitou a inclusão na referida ata o valor da contribuição estatutária do seu Município que será de quarenta mil reais por mês, neste ano, sendo em seguida aprovada por unanimidade. Na sequência o Presidente passou a palavra ao Diretor Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco, que fez a leitura do Ofício de encaminhamento do Relatório de Atividades e da Prestação de Contas do exercício de dois mil e dezessete, do Parecer do Conselho Fiscal e da Mensagem do Conselho Executivo à Assembleia Geral e passou a palavra ao Diretor Administrativo e Financeiro, Contador Gilberto Brasil que apresentou a prestação de contas detalhando os principais números e após colocou-se a disposição para quaisquer esclarecimentos, tendo o Presidente Juliano Duarte Campos submetido a discussão e deliberação sendo aprovados na íntegra por unanimidade. No prosseguimento da Assembleia Geral Ordinária o Diretor Executivo procedeu a diversas informações de interesse dos municípios e passou a palavra ao Prefeito do Município de Biguaçu Ramon Wollinger que solicitou a inclusão do tema “Contorno Viário da BR-101 na Grande Florianópolis na próxima Assembleia Geral Ordinária, convidando o representante a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e da Empresa Auto Pista Litoral Sul – ARTERIS, para prestarem esclarecimentos sobre o andamento da obra que tem causado

imensos transtornos aos municípios da região, sendo aprovado por unanimidade. O Prefeito do Município de São Pedro de Alcântara Ernei José Stahelin usou da palavra para propor que fossem também tratados temas relacionados a Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais, Conselhos Tutelares com a sugestão junto a bancada Federal de Santa Catarina, para a apresentação de Projeto de Lei alterando a atual situação e também sobre a questão das horas atividades dos Professores Municipais; tendo o Presidente Juliano agradecido a intervenção de ambos e suspenso a Assembleia por dez minutos, para a apresentação de chapas. O Prefeito da Capital Gean Marques Loureiro disse da sua decisão em aceitar o desafio proposto por seus colegas Prefeitos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, com a condição de ter o apoio de todos os Prefeitos Municipais da Região, buscando a integração e o desenvolvimento da região e apresentou a chapa única para concorrer a eleição dos Conselhos Executivos e Fiscal, tendo o Presidente Juliano Duarte Campos lido os nomes dos componentes de chapa e colocado em aprovação por aclamação tendo em vista ter-se uma única chapa concorrente, sendo eleito os seguintes nomes: Presidente: Gean Marques Loureiro, Prefeito Municipal de Florianópolis, brasileiro, casado, advogado, CPF 823.341.969-91, Carteira de Identidade 778.495-3, endereço residencial Rua Haroldo Soares Clavan, 4450, casa 7 – Cacupé, Florianópolis/SC; Primeiro Vice-Presidente: Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal de Palhoça, CPF 004.573.569-70, Carteira de Identidade 2.095.838, endereço residencial, Rua 24 de Abril, s/n, Palhoça/SC. Segundo Vice-Presidente: Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, brasileiro, casado, advogado, CPF 032.953.809-88, Carteira de Identidade 3.573.471, endereço residencial, Rua Santo Inácio nº 202, Centro, Nova Trento/SC. Conselho Fiscal Titulares: Adelianna Dal Pont, Prefeita Municipal de São José, brasileira, casada, engenheira sanitária, CPF 445.313.039-20, Carteira de Identidade 536.567, endereço residencial, Rua Osni João Vieira, nº 615, apartamento nº 801, Campinas, São José/SC; Édesio Justen, Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, brasileiro, casado, empresário, CPF 288.673.009-20, Carteira de Identidade 5.574.480, endereço residencial, Rua Dalvino Munareto, nº 230, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC; Marconi Kirch, Vereador, brasileiro, casado, empresário, CPF 474.080.819-68, Carteira de Identidade 1.465.810, endereço residencial, Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 9640, São Miguel, Biguaçu/SC. Suplentes: Vitor Norberto Alves, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, brasileiro, casado, funcionário público municipal, CPF 543.554.609-59, Carteira de Identidade 2.375.598, endereço residencial, Rua Plácido Valeriano de Souza, nº 122, Centro, Leoberto Leal/SC; Ernei José Stahelin, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, brasileiro, casado, economista, CPF 342.317.499-49, Carteira de Identidade 706.234, endereço residencial, Rua João Stahelin, nº 15, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC; Everaldo Evilásio dos Santos, Vereador, brasileiro, casado, motorista, CPF 744.175.929-34, Carteira de Identidade 2.080.920, endereço residencial, Rua Milena Zilli, nº 38, Penha, Paulo Lopes/SC. Os quais serão considerados automaticamente empossados no dia dezessete de fevereiro de dois mil e dezoito, o Presidente Juliano Duarte Campos agradeceu o apoio recebido dos colegas Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais e desejou pleno sucesso aos Conselheiros recém empossados, passando a palavra ao Presidente Gean Marques Loureiro, este agradeceu o apoio e assumiu o compromisso de buscar sempre a união dos Municípios em prol do desenvolvimento regional e também o fortalecimento político institucional da entidade, passado a seguir a palavra a Prefeita Adelianna Dal Pont que teceu comentários sobre o projeto de Lei que o Governo do Estado deverá encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado tratando da Região Metropolitana, tendo o Presidente assumido o compromisso de conversar com o Governador para antes ouvir os Prefeitos Municipais do Núcleo Metropolitano e finalizando a Prefeita Adelianna deixou claro o seu descontentamento com a forma como vem sendo encaminhada a eleição da Nova Diretoria da Confederação Nacional dos Municípios. Após o Presidente passou a palavra ao

ex-Prefeito Hugo Lembeck, Tesoureiro da Confederação Nacional de Municípios – CNM, neste ato representando o Presidente Paulo Ziulkoski, que ao par de cumprimentar os eleitos e de modo especial o Presidente Gean Marques Loureiro, desejando muito sucesso na caminhada e fez breve comentários sobre a Pauta que nos espera em Brasília e sobre a eleição da Confederação enaltecendo o trabalho até agora realizado pelo Presidente Paulo Ziulkoski. O Presidente Gean Marques Loureiro, reiterou o convite para que todos prestigiassem a transmissão do cargo do Governador Raimundo Colombo para o Vice Governador Eduardo Pinho Moreira as quinze horas no Centrosul e convocou a próxima Assembleia Geral Ordinária para o dia vinte e sete de abril de dois mil e dezoito, no Município de São João Batista. Dando por encerrada a Assembleia Geral Ordinária, sendo por mim Miguel Augusto Forbeck Faraco, Diretor Executivo, lavrada a presente Ata que vai por mim e pelo Presidente Gean Marques Loureiro assinada.

Florianópolis(SC) em 16 de fevereiro de 2018.

MIGUEL AUGUSTO FORBECK FARACO Diretor Executivo	GEAN MARQUES LOUREIRO Prefeito Municipal de Florianópolis Presidente
WALDIR GORGES ALVES Assessor Jurídico OAB/SC-1775	

# Consórcios

## CIMCATARINA

### ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA

Publicação Nº 1531617



#### CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 1 / 1

Execução Orçamentária

Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Período: 01/01/2017 até: 31/12/2017

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Receitas	R\$	Despesas	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas correntes	3.164.996,77	Despesas correntes	3.059.117,31
Receita patrimonial	18.773,43	Pessoal e encargos sociais	1.304.800,72
Receita de serviços	430.327,54	Outras despesas correntes	1.754.316,59
Transferências correntes	2.701.275,45	Intra-orçamentárias	0,00
Outras receitas correntes	14.620,35		
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>3.164.996,77</b>	<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>3.059.117,31</b>
<b>Déficit</b>	<b>0,00</b>	<b>Superávit</b>	<b>105.879,46</b>
<b>Soma</b>	<b>3.164.996,77</b>	<b>Soma</b>	<b>3.164.996,77</b>
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	<b>105.879,46</b>	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	<b>0,00</b>
Receitas de capital	375.586,80	Despesas de capital	393.635,76
Transferências de capital	375.586,80	Investimentos	393.635,76
		Intra-orçamentárias	0,00
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>375.586,80</b>	<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>393.635,76</b>
		-(Reserva de contingência	0,00
<b>Déficit</b>	<b>18.048,96</b>	+Reserva do RPPS)	0,00
		<b>Superávit</b>	<b>0,00</b>
<b>Resumo</b>			
Receitas Correntes	3.164.996,77	Despesa Correntes	3.059.117,31
Receitas de Capital	375.586,80	Despesas de Capital	393.635,76
		Reserva de Contingência	0,00
		Reserva do RPPS	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>3.540.583,57</b>	<b>Subtotal</b>	<b>3.452.753,07</b>
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>		<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	
<b>Transferências Recebidas</b>	<b>0,00</b>	<b>Transferências Concedidas</b>	<b>0,00</b>
<b>Déficit</b>	<b>0,00</b>	<b>Superávit</b>	<b>87.830,50</b>
<b>Total</b>	<b>3.540.583,57</b>	<b>Total</b>	<b>3.540.583,57</b>

Data de Emissão: 21/02/2018

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Diretor Financeiro  
CPF: 007.140.999-88

NÁDIA DE LORENZI  
Contadora  
CRC/SC 039499/O-4

IPM Sistemas Ltda

**ANEXO 02 - DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO CAT ECONÔMICA**

Publicação Nº 1531618

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Execução Orçamentária

Anexo 02 - Despesa por Unidade Orçamentária Segundo Cat. Econômica

Tipo: Empenhado Período: 01/01/2017 até: 31/12/2017

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS CORRENTES			
	Pessoal e encargos sociais	Juros e encargos da dívida	Outras despesas correntes	Total
01.001 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA	1.304.800,72	0,00	1.750.672,66	3.055.473,38
01.002 - Encargos Gerais do CIMCATARINA	0,00	0,00	3.643,93	3.643,93
<b>Total</b>	<b>1.304.800,72</b>	<b>0,00</b>	<b>1.754.316,59</b>	<b>3.059.117,31</b>
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS DE CAPITAL			
	Investimentos	Inversões financeiras	Amortização da dívida	Total
01.001 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA	393.635,76	0,00	0,00	393.635,76
01.002 - Encargos Gerais do CIMCATARINA	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>393.635,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>393.635,76</b>
TOTAL GERAL				
01.001 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA				3.449.109,14
01.002 - Encargos Gerais do CIMCATARINA				3.643,93
<b>Total</b>				<b>3.452.753,07</b>

Data de Emissão: 21/02/2018

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Diretor Financeiro  
CPF: 007.140.999-88

NÁDIA DE LORENZI  
Contadora  
CRC/SC 039499/O-4

IPM Sistemas Ltda



**ANEXO 02 - DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS CONSOLIDADO POR ELEMENTO**

Publicação Nº 1531619

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Execução Orçamentária

Anexo 02 - Desp. Segundo Cat. Econômica (Consolidado por Elemento)

Período: 01/01/2017 até: 31/12/2017 Valor: Empenhado Listar Contas Analíticas: Não

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			3.059.117,31
31000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.304.800,72
31900000000000	Aplicações diretas		1.304.800,72	
31900400000000	Contratação por tempo determinado	364.964,59		
31901100000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	738.449,98		
31901300000000	Obrigações patronais	201.386,15		
33000000000000	Outras despesas correntes			1.754.316,59
33900000000000	Aplicações diretas		1.754.316,59	
33901400000000	Diárias - civil	26.131,10		
33901800000000	Auxílio financeiro a estudantes	6.270,00		
33903000000000	Material de consumo	626.950,06		
33903600000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	22.100,00		
33903900000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	1.053.391,73		
33904700000000	Obrigações tributárias e contributivas	3.643,93		
33909300000000	Indenizações e restituições	15.829,77		
40000000000000	Despesas de capital			393.635,76
44000000000000	Investimentos			393.635,76
44900000000000	Aplicacoes diretas		393.635,76	
44905100000000	Obras e instalações	328.230,00		
44905200000000	Equipamentos e material permanente	65.405,76		
<b>Total</b>				<b>3.452.753,07</b>

Data de Emissão: 21/02/2018

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Diretor Financeiro  
CPF: 007.140.999-88

NÁDIA DE LORENZI  
Contadora  
CRC/SC 039499/O-4

IPM Sistemas Ltda



## ANEXO 02 - RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Publicação Nº 1531620



## CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 1 / 1

Execução Orçamentária

Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica

Período: 01/01/2017 até: 31/12/2017 Listar Contas Analíticas: Não

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000	Receitas correntes			3.164.996,77
13000000000000	Receita patrimonial		18.773,43	
13200000000000	Receitas de valores mobiliários		18.773,43	
16000000000000	Receita de serviços		430.327,54	
17000000000000	Transferências correntes		2.701.275,45	
17200000000000	Transferências intergovernamentais		2.701.275,45	
19000000000000	Outras receitas correntes		14.620,35	
19100000000000	Multas e juros de mora		11.164,47	
19200000000000	Indenizações e restituições		3.455,88	
20000000000000	Receitas de capital			375.586,80
24000000000000	Transferências de capital		375.586,80	
24200000000000	Transferências intergovernamentais		375.586,80	
			<b>Total</b>	<b>3.540.583,57</b>

Data de Emissão: 21/02/2018

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Diretor Financeiro  
CPF: 007.140.999-88

NÁDIA DE LORENZI  
Contadora  
CRC/SC 039499/O-4

IPM Sistemas Ltda

**ANEXO 06 - PROGRAMA DE TRABALHO POR ÓRGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA**

Publicação Nº 1531621

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Execução Orçamentária

Anexo 06 - Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária

Período: 01/01/2017 até: 31/12/2017

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

<b>01 - CONSÓRCIO PÚBLICO</b>					
<b>001 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
04	Administração	0,00	0,00	1.203.110,10	1.203.110,10
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	1.203.110,10	1.203.110,10
04.122.0001	Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	1.203.110,10	1.203.110,10
04.122.0001.2001	MANUTENÇÃO DO CIMCATARINA	0,00	0,00	39.339,50	39.339,50
04.122.0001.2002	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES	0,00	0,00	1.003.977,03	1.003.977,03
04.122.0001.2003	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS DE TEL	0,00	0,00	159.793,57	159.793,57
15	Urbanismo	0,00	0,00	1.274.603,85	1.274.603,85
15.452	Servicos Urbanos	0,00	0,00	1.274.603,85	1.274.603,85
15.452.0001	Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	1.274.603,85	1.274.603,85
15.452.0001.2004	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS DE ILUM	0,00	0,00	1.274.603,85	1.274.603,85
18	Gestão Ambiental	0,00	0,00	969.895,19	969.895,19
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	969.895,19	969.895,19
18.541.0001	Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	969.895,19	969.895,19
18.541.0001.2005	DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVA	0,00	0,00	640.707,76	640.707,76
18.541.0001.2006	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDR	0,00	0,00	329.187,43	329.187,43
20	Agricultura	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
20.606	Extensão Rural	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
20.606.0001	Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
20.606.0001.2007	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.449.109,14</b>	<b>3.449.109,14</b>
<b>002 - Encargos Gerais do CIMCATARINA</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
28	Encargos Especiais	3.643,93	0,00	0,00	3.643,93
28.846	Outros encargos Especiais	3.643,93	0,00	0,00	3.643,93
28.846.9999	ENCARGOS ESPECIAIS	3.643,93	0,00	0,00	3.643,93
28.846.9999.0300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	3.643,93	0,00	0,00	3.643,93
<b>Total Unidade</b>		<b>3.643,93</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.643,93</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>3.643,93</b>	<b>0,00</b>	<b>3.449.109,14</b>	<b>3.452.753,07</b>
<b>Total Geral</b>		<b>3.643,93</b>	<b>0,00</b>	<b>3.449.109,14</b>	<b>3.452.753,07</b>

Data de Emissão: 21/02/2018

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Diretor Financeiro  
CPF: 007.140.999-88

NÁDIA DE LORENZI  
Contadora  
CRC/SC 039499/O-4

**ANEXO 07 - PROGRAMA DE TRABALHO POR FUNÇÃO SUB AÇÃO**

Publicação Nº 1531622

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Execução Orçamentária

Anexo 07 - Programa de Trabalho (por função/sub/Ação)

Período: 01/01/2017 até: 31/12/2017 : 21/02/2018

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	1.203.110,10	1.203.110,10
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	1.203.110,10	1.203.110,10
04.122.0001	Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	1.203.110,10	1.203.110,10
04.122.0001.2001	MANUTENÇÃO DO CIMCATARINA	0,00	0,00	39.339,50	39.339,50
04.122.0001.2002	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES	0,00	0,00	1.003.977,03	1.003.977,03
04.122.0001.2003	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS DE TEL	0,00	0,00	159.793,57	159.793,57
15	Urbanismo	0,00	0,00	1.274.603,85	1.274.603,85
15.452	Servicos Urbanos	0,00	0,00	1.274.603,85	1.274.603,85
15.452.0001	Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	1.274.603,85	1.274.603,85
15.452.0001.2004	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS DE ILUM	0,00	0,00	1.274.603,85	1.274.603,85
18	Gestão Ambiental	0,00	0,00	969.895,19	969.895,19
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	969.895,19	969.895,19
18.541.0001	Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	969.895,19	969.895,19
18.541.0001.2005	DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVA	0,00	0,00	640.707,76	640.707,76
18.541.0001.2006	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDR	0,00	0,00	329.187,43	329.187,43
20	Agricultura	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
20.606	Extensão Rural	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
20.606.0001	Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
20.606.0001.2007	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
28	Encargos Especiais	3.643,93	0,00	0,00	3.643,93
28.846	Outros encargos Especiais	3.643,93	0,00	0,00	3.643,93
28.846.9999	ENCARGOS ESPECIAIS	3.643,93	0,00	0,00	3.643,93
28.846.9999.0300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	3.643,93	0,00	0,00	3.643,93
<b>Total Geral</b>		<b>3.643,93</b>	<b>0,00</b>	<b>3.449.109,14</b>	<b>3.452.753,07</b>

Data de Emissão: 21/02/2018

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Diretor Financeiro  
CPF: 007.140.999-88

NÁDIA DE LORENZI  
Contadora  
CRC/SC 039499/O-4

IPM Sistemas Ltda

**ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS**

Publicação Nº 1531623

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Execução Orçamentária

Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos

Período: 01/01/2017 até: 31/12/2017

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
04	Administração	39.339,50	1.163.770,60	1.203.110,10
04.122	Administracao Geral	39.339,50	1.163.770,60	1.203.110,10
04.122.0001	Desenvolvimento Regional	39.339,50	1.163.770,60	1.203.110,10
15	Urbanismo	0,00	1.274.603,85	1.274.603,85
15.452	Servicos Urbanos	0,00	1.274.603,85	1.274.603,85
15.452.0001	Desenvolvimento Regional	0,00	1.274.603,85	1.274.603,85
18	Gestão Ambiental	449.721,58	520.173,61	969.895,19
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	449.721,58	520.173,61	969.895,19
18.541.0001	Desenvolvimento Regional	449.721,58	520.173,61	969.895,19
20	Agricultura	1.500,00	0,00	1.500,00
20.606	Extensão Rural	1.500,00	0,00	1.500,00
20.606.0001	Desenvolvimento Regional	1.500,00	0,00	1.500,00
28	Encargos Especiais	3.643,93	0,00	3.643,93
28.846	Outros encargos Especiais	3.643,93	0,00	3.643,93
28.846.9999	ENCARGOS ESPECIAIS	3.643,93	0,00	3.643,93
<b>Total Geral</b>		<b>494.205,01</b>	<b>2.958.548,06</b>	<b>3.452.753,07</b>

Data de Emissão: 21/02/2018

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Diretor Financeiro  
CPF: 007.140.999-88

NÁDIA DE LORENZI  
Contadora  
CRC/SC 039499/O-4

IPM Sistemas Ltda

## ANEXO 09 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES

Publicação Nº 1531625

Pág 1 / 1

## CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Execução Orçamentária

Anexo 09 - Despesa por Órgão e Função

Período: 01/01/2017 até: 31/12/2017



ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Administração	Urbanismo	Gestão Ambiental	Agricultura	Encargos Especiais	Total
01 - CONSÓRCIO PÚBLICO	1.203.110,10	1.274.603,85	969.895,19	1.500,00	3.643,93	3.452.753,07
<b>Total</b>	1.203.110,10	1.274.603,85	969.895,19	1.500,00	3.643,93	<b>3.452.753,07</b>

Data de Emissão: 21/02/2018

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Diretor Financeiro  
CPF: 007.140.999-88

NÁDIA DE LORENZI  
Contadora  
CRC/SC 039499/O-4

IPM Sistemas Ltda



**ANEXO 10 - COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM ARRECADADA**

Publicação Nº 1531626

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

## Prestação de Contas

## Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Orçado Atualizado: Não Período: Janeiro até Dezembro de 2017

Lei 4320/64 Artigo 101

Títulos	Conta	Receita		Diferença	
		Receita Orçada	Realizada	Para Mais(+)	Para Menos(-)
Receitas correntes	10000000000000	4.254.195,20	3.164.996,77		1.089.198,43
Receita patrimonial	13000000000000	13.500,00	18.773,43	5.273,43	
Receitas de valores mobiliários	13200000000000	13.500,00	18.773,43	5.273,43	
Remuneração de depósitos bancários	13250000000000	13.500,00	18.773,43	5.273,43	
Receita de serviços	16000000000000	895.500,00	430.327,54		465.172,46
Tarifas de inscrição em concursos e processos seletivos	16005000000000	0,00	32.100,00	32.100,00	
Outros serviços	16009900000000	895.500,00	398.227,54		497.272,46
Transferências correntes	17000000000000	3.343.195,20	2.701.275,45		641.919,75
Transferências intergovernamentais	17200000000000	3.343.195,20	2.701.275,45		641.919,75
Transferências dos municípios	17230000000000	3.343.195,20	2.701.275,45		641.919,75
Outras receitas correntes	19000000000000	2.000,00	14.620,35	12.620,35	
Multas e juros de mora	19100000000000	2.000,00	11.164,47	9.164,47	
Multas de outras origens	19190000000000	2.000,00	11.164,47	9.164,47	
Indenizações e restituições	19200000000000	0,00	3.455,88	3.455,88	
Restituições	19220000000000	0,00	3.455,88	3.455,88	
Receitas de capital	20000000000000	115.804,80	375.586,80	259.782,00	
Transferências de capital	24000000000000	115.804,80	375.586,80	259.782,00	
Transferências intergovernamentais	24200000000000	115.804,80	375.586,80	259.782,00	
Transferências dos municípios	24230000000000	115.804,80	375.586,80	259.782,00	
<b>Total Geral</b>		<b>4.370.000,00</b>	<b>3.540.583,57</b>		<b>829.416,43</b>

Data de Emissão: 21/02/2018

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Diretor Financeiro  
CPF: 007.140.999-88

NÁDIA DE LORENZI  
Contadora  
CRC/SC 039499/O-4

IPM Sistemas Ltda

**ANEXO 11 - COMPARATIVO DESPESA AUTORIZADA COM REALIZADA**

Publicação Nº 1531627

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 2

Prestação de Contas

Anexo 11 - Comparativo Despesa Autorizada com Realizada

Tipo da Despesa: Empenhada

Período Inicial: Janeiro Período Final: Dezembro

Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO						
Unidade: 001 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA						
Ação: 2001 - MANUTENÇÃO DO CIMCATARINA						
Elemento	Descrição	Autorizada			Despesa Empenhada	Diferença
		Crédito (Orçado/Suplementado)	Créditos Especiais	Total		
30000000000000	Despesas correntes	71.100,00	0,00	71.100,00	39.339,50	31.760,50
31000000000000	Pessoal e encargos sociais	5.050,00	0,00	5.050,00	0,00	5.050,00
31900000000000	Aplicações diretas	5.050,00	0,00	5.050,00	0,00	5.050,00
33000000000000	Outras despesas correntes	66.050,00	0,00	66.050,00	39.339,50	26.710,50
33900000000000	Aplicações diretas	66.050,00	0,00	66.050,00	39.339,50	26.710,50
40000000000000	Despesas de capital	2.486,83	0,00	2.486,83	0,00	2.486,83
44000000000000	Investimentos	2.486,83	0,00	2.486,83	0,00	2.486,83
44900000000000	Aplicacoes diretas	2.486,83	0,00	2.486,83	0,00	2.486,83
Total da Ação		73.586,83	0,00	73.586,83	39.339,50	34.247,33
Ação: 2002 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES COMPARTILHADAS						
Elemento	Descrição	Autorizada			Despesa Empenhada	Diferença
		Crédito (Orçado/Suplementado)	Créditos Especiais	Total		
30000000000000	Despesas correntes	990.036,80	0,00	990.036,80	959.138,97	30.897,83
31000000000000	Pessoal e encargos sociais	754.519,15	0,00	754.519,15	742.217,17	12.301,98
31900000000000	Aplicações diretas	754.519,15	0,00	754.519,15	742.217,17	12.301,98
33000000000000	Outras despesas correntes	235.517,65	0,00	235.517,65	216.921,80	18.595,85
33900000000000	Aplicações diretas	235.517,65	0,00	235.517,65	216.921,80	18.595,85
40000000000000	Despesas de capital	45.659,16	0,00	45.659,16	44.838,06	821,10
44000000000000	Investimentos	45.659,16	0,00	45.659,16	44.838,06	821,10
44900000000000	Aplicacoes diretas	45.659,16	0,00	45.659,16	44.838,06	821,10
Total da Ação		1.035.695,96	0,00	1.035.695,96	1.003.977,03	31.718,93
Ação: 2003 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA						
Elemento	Descrição	Autorizada			Despesa Empenhada	Diferença
		Crédito (Orçado/Suplementado)	Créditos Especiais	Total		
30000000000000	Despesas correntes	245.696,91	0,00	245.696,91	159.793,57	85.903,34
33000000000000	Outras despesas correntes	245.696,91	0,00	245.696,91	159.793,57	85.903,34
33900000000000	Aplicações diretas	245.696,91	0,00	245.696,91	159.793,57	85.903,34
Total da Ação		245.696,91	0,00	245.696,91	159.793,57	85.903,34
Ação: 2004 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA						
Elemento	Descrição	Autorizada			Despesa Empenhada	Diferença
		Crédito (Orçado/Suplementado)	Créditos Especiais	Total		
30000000000000	Despesas correntes	1.796.712,20	0,00	1.796.712,20	1.274.603,85	522.108,35
33000000000000	Outras despesas correntes	1.796.712,20	0,00	1.796.712,20	1.274.603,85	522.108,35
33900000000000	Aplicações diretas	1.796.712,20	0,00	1.796.712,20	1.274.603,85	522.108,35
Total da Ação		1.796.712,20	0,00	1.796.712,20	1.274.603,85	522.108,35
Ação: 2005 - DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL						
Elemento	Descrição	Autorizada			Despesa Empenhada	Diferença
		Crédito (Orçado/Suplementado)	Créditos Especiais	Total		
30000000000000	Despesas correntes	803.900,37	0,00	803.900,37	620.140,06	183.760,31
31000000000000	Pessoal e encargos sociais	654.321,92	0,00	654.321,92	562.583,55	91.738,37
31900000000000	Aplicações diretas	654.321,92	0,00	654.321,92	562.583,55	91.738,37
33000000000000	Outras despesas correntes	149.578,45	0,00	149.578,45	57.556,51	92.021,94
33900000000000	Aplicações diretas	149.578,45	0,00	149.578,45	57.556,51	92.021,94
40000000000000	Despesas de capital	78.047,24	0,00	78.047,24	20.567,70	57.479,54
44000000000000	Investimentos	78.047,24	0,00	78.047,24	20.567,70	57.479,54
44900000000000	Aplicacoes diretas	78.047,24	0,00	78.047,24	20.567,70	57.479,54
Total da Ação		881.947,61	0,00	881.947,61	640.707,76	241.239,85
Ação: 2006 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS						
Elemento	Descrição	Autorizada			Despesa Empenhada	Diferença
		Crédito (Orçado/Suplementado)	Créditos Especiais	Total		
30000000000000	Despesas correntes	56.500,00	0,00	56.500,00	957,43	55.542,57

IPM Sistemas Ltda


**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 2

**Prestação de Contas**
**Anexo 11 - Comparativo Despesa Autorizada com Realizada**

Tipo da Despesa: Empenhada

Período Inicial: Janeiro Período Final: Dezembro

Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO						
Unidade: 001 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA						
Ação: 2006 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS						
Elemento	Descrição	Autorizada			Despesa Empenhada	Diferença
		Crédito (Orçado/Suplementado)	Créditos Especiais	Total		
31000000000000	Pessoal e encargos sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900000000000	Aplicações diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33000000000000	Outras despesas correntes	56.500,00	0,00	56.500,00	957,43	55.542,57
33900000000000	Aplicações diretas	56.500,00	0,00	56.500,00	957,43	55.542,57
40000000000000	Despesas de capital	615.500,00	0,00	615.500,00	328.230,00	287.270,00
44000000000000	Investimentos	615.500,00	0,00	615.500,00	328.230,00	287.270,00
44900000000000	Aplicacoes diretas	615.500,00	0,00	615.500,00	328.230,00	287.270,00
Total da Ação		672.000,00	0,00	672.000,00	329.187,43	342.812,57
Ação: 2007 - DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL						
Elemento	Descrição	Autorizada			Despesa Empenhada	Diferença
		Crédito (Orçado/Suplementado)	Créditos Especiais	Total		
30000000000000	Despesas correntes	5.190,89	0,00	5.190,89	1.500,00	3.690,89
31000000000000	Pessoal e encargos sociais	1.531,20	0,00	1.531,20	0,00	1.531,20
31900000000000	Aplicações diretas	1.531,20	0,00	1.531,20	0,00	1.531,20
33000000000000	Outras despesas correntes	3.659,69	0,00	3.659,69	1.500,00	2.159,69
33900000000000	Aplicações diretas	3.659,69	0,00	3.659,69	1.500,00	2.159,69
40000000000000	Despesas de capital	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
44000000000000	Investimentos	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
44900000000000	Aplicacoes diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
Total da Ação		6.190,89	0,00	6.190,89	1.500,00	4.690,89
Total da Unidade		4.711.830,40	0,00	4.711.830,40	3.449.109,14	1.262.721,26
Unidade: 002 - Encargos Gerais do CIMCATARINA						
Ação: 0300 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP						
Elemento	Descrição	Autorizada			Despesa Empenhada	Diferença
		Crédito (Orçado/Suplementado)	Créditos Especiais	Total		
30000000000000	Despesas correntes	5.000,00	0,00	5.000,00	3.643,93	1.356,07
33000000000000	Outras despesas correntes	5.000,00	0,00	5.000,00	3.643,93	1.356,07
33900000000000	Aplicações diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	3.643,93	1.356,07
Total da Ação		5.000,00	0,00	5.000,00	3.643,93	1.356,07
Total da Unidade		5.000,00	0,00	5.000,00	3.643,93	1.356,07
Total do Órgão		4.716.830,40	0,00	4.716.830,40	3.452.753,07	1.264.077,33
Total Geral		4.716.830,40	0,00	4.716.830,40	3.452.753,07	1.264.077,33

Data de Emissão: 21/02/2018

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Diretor Financeiro  
CPF: 007.140.999-88

NÁDIA DE LORENZI  
Contadora  
CRC/SC 039499/O-4

**ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Publicação Nº 1531628

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 2

Prestação de Contas  
AN 12 - Balanço Orçamentário  
Período de Referência: Dezembro / 2017

Art. 102 da Lei n. 4.320/1964

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
<b>Receitas Correntes (I)</b>	<b>4.254.195,20</b>	<b>4.254.195,20</b>	<b>3.164.996,77</b>	<b>(1.089.198,43)</b>
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	13.500,00	13.500,00	18.773,43	5.273,43
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	895.500,00	895.500,00	430.327,54	(465.172,46)
Transferências Correntes	3.343.195,20	3.343.195,20	2.701.275,45	(641.919,75)
Outras Receitas Correntes	2.000,00	2.000,00	14.620,35	12.620,35
<b>Receitas de Capital (II)</b>	<b>115.804,80</b>	<b>115.804,80</b>	<b>375.586,80</b>	<b>259.782,00</b>
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	115.804,80	115.804,80	375.586,80	259.782,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (V) = (I+II+III+IV)</b>	<b>4.370.000,00</b>	<b>4.370.000,00</b>	<b>3.540.583,57</b>	<b>(829.416,43)</b>
<b>Operações de Crédito / Refinanciamento (VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VII) = (V+VI)</b>	<b>4.370.000,00</b>	<b>4.370.000,00</b>	<b>3.540.583,57</b>	<b>(829.416,43)</b>
<b>Déficit (VIII)</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>
<b>TOTAL (IX) = (VII + VIII)</b>	<b>4.370.000,00</b>	<b>4.370.000,00</b>	<b>3.540.583,57</b>	<b>(829.416,43)</b>
<b>Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)</b>	<b>0,00</b>	<b>233.356,40</b>	<b>193.098,04</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	0,00	233.356,40	193.098,04	(40.258,36)
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
<b>Despesas Correntes (X)</b>	<b>4.128.295,20</b>	<b>3.974.137,17</b>	<b>3.059.117,31</b>	<b>3.059.117,31</b>	<b>3.059.117,31</b>	<b>915.019,86</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.627.301,20	1.415.422,27	1.304.800,72	1.304.800,72	1.304.800,72	110.621,55
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.500.994,00	2.558.714,90	1.754.316,59	1.754.316,59	1.754.316,59	804.398,31
<b>Despesas de Capital (XI)</b>	<b>241.704,80</b>	<b>742.693,23</b>	<b>393.635,76</b>	<b>371.085,76</b>	<b>371.085,76</b>	<b>349.057,47</b>
Investimentos	241.704,80	742.693,23	393.635,76	371.085,76	371.085,76	349.057,47
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Reserva de Contingência (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Reserva do RPPS (XIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XV) = (X+XI+XII+XIII+XIV)</b>	<b>4.370.000,00</b>	<b>4.716.830,40</b>	<b>3.452.753,07</b>	<b>3.430.203,07</b>	<b>3.430.203,07</b>	<b>1.264.077,33</b>
<b>Superávit (XVI)</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>87.830,50</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>(87.830,50)</b>
<b>TOTAL (XVII) = (XV + XVI)</b>	<b>4.370.000,00</b>	<b>4.716.830,40</b>	<b>3.540.583,57</b>	<b>3.430.203,07</b>	<b>3.430.203,07</b>	<b>1.176.246,83</b>

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO			
	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>


**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 2

 Prestação de Contas  
 AN 12 - Balanço Orçamentário  
 Período de Referência: Dezembro / 2017

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
<b>Despesas Correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Despesas de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (f) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA, Data Emissão 21/02/2018, Hora emissão 15:52:13

Notas:

## ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Publicação Nº 1531630

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017



Pág 1 / 2

BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>3.540.583,57</b>	<b>3.115.780,44</b>
Ordinária		442.573,57	145.927,13
Vinculada		3.098.010,00	2.969.853,31
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>306.888,80</b>	<b>181.055,49</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		22.550,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		284.338,80	181.055,49
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>233.356,40</b>	<b>273.679,94</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		233.356,40	273.679,94
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>4.080.828,77</b>	<b>3.570.515,87</b>

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>3.452.753,07</b>	<b>3.132.686,88</b>
Ordinária		494.205,01	121.292,95
Vinculada		2.958.548,06	3.011.393,93
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>284.338,80</b>	<b>204.472,59</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	23.417,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		284.338,80	181.055,49
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>343.736,90</b>	<b>233.356,40</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-022-MHOWN-256928043 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

21/02/2018 15:54



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		343.736,90	233.356,40
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>4.080.828,77</b>	<b>3.570.515,87</b>

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA, Data Emissão 21/02/2018, Hora emissão 15:54:13

Notas:

**ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL**

Publicação Nº 1531631

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 3

Prestação de Contas

AN 14 - Balanço Patrimonial

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017

Art. 105 da Lei n. 4.320/1964

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>			
	<b>Nota</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo Circulante</b>		<b>682.253,43</b>	<b>423.838,41</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		343.736,90	233.356,40
Créditos a Curto Prazo		30.980,47	36.221,35
Créditos Tributários a Receber		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber		30.980,47	36.221,35
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária		0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária		0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		307.536,06	154.260,66
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Títulos e Valores Mobiliários		0,00	0,00
Investimentos do RPPS		0,00	0,00
Aplicações em Segmento de Imóveis		0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas e Investimentos de Aplicações Temporários		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>216.992,59</b>	<b>174.352,53</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo		0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo		0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária		0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária		0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporários a Longo Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
VPD pagas antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Participações Permanentes		0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Met. Equiv. Patrimonial		0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recup. de Participação Permanente		0,00	0,00
Propriedades Para Investimento		0,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos		0,00	0,00
(-) Redução do Valor Recuperável de Propriedade p/ Investimento		0,00	0,00
Investimento do RPPS de Longo Prazo		0,00	0,00
(-) Redução ao valor Recuperável de Investimento do RPPS		0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes		0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento - Demais		0,00	0,00
Imobilizado		216.992,59	174.352,53
Bens Móveis		216.992,59	174.352,53
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acum. - Bens Móveis		0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado - Bens Móveis		0,00	0,00
Bens Imóveis		0,00	0,00
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acum. Imóveis		0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável - Bens Imóveis		0,00	0,00
Intangível		0,00	0,00
Diferido		0,00	0,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>899.246,02</b>	<b>598.190,94</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Passivo Circulante</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>


**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 3

Prestação de Contas

AN 14 - Balanço Patrimonial

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017

BALANÇO PATRIMONIAL			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Fornecedores a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões Matemáticas Previdenciárias		0,00	0,00
Demais Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>(899.246,02)</b>	<b>(598.190,94)</b>
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		0,00	0,00
Resultados Acumulados		(899.246,02)	(598.190,94)
Resultado do Exercício		(301.055,08)	0,00
Resultado de Exercícios Anteriores		(598.190,94)	(598.190,94)
Ajustes de Exercícios Anteriores		0,00	0,00
Outros Resultados		0,00	0,00
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>899.246,02</b>	<b>598.190,94</b>

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Ativo (I)</b>			
Ativo Financeiro		343.736,90	233.356,40
Ativo Permanente		555.509,12	364.834,54
<b>Total do Ativo</b>		<b>899.246,02</b>	<b>598.190,94</b>
<b>Passivo (II)</b>			
Passivo Financeiro		22.550,00	0,00
Passivo Permanente		0,00	0,00
<b>Total do Passivo</b>		<b>22.550,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Saldo Patrimonial (III) = (I - II)</b>		<b>876.696,02</b>	<b>598.190,94</b>

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Atos Potenciais Ativos</b>			
Garantias e Contragarantias recebidas		0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Direitos Contratuais		0,00	0,00
Outros atos potenciais ativo		0,00	0,00
<b>Total dos Atos Potenciais Ativos</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Atos Potenciais Passivos</b>			
Garantias e Contragarantias concedidas		0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Obrigações contratuais		0,00	0,00

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 3 / 3

Prestação de Contas

AN 14 - Balanço Patrimonial

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017

**QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Outros atos potenciais passivos		0,00	0,00
<b>Total dos Atos Potenciais Passivos</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO**  
(Lei nº 4.320/1964)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FONTES DE RECURSOS</b>		
01000200 - Recursos Ordinários	20.053,36	0,00
01000300 - Transferências a Consórcios Públicos	2.982,16	0,00
01000301 - TCP - PROLICITA	34.017,27	0,00
01000302 - TCP - PROAMA	22.770,77	0,00
01000303 - TCP - PROHIDRO	30,80	0,00
01000311 - TCP - TELEFONIA	31.384,50	0,00
01000312 - TCP - MIP	208.201,32	0,00
03000200 - Recursos Ordinários - Superavit	1.746,52	16.431,32
03000300 - Transferências a Consórcios Públicos - Superavit	0,00	216.925,08
03000312 - TCP - MIP SUPERAVIT	0,20	0,00
<b>Total das Fontes de Recursos</b>	<b>321.186,90</b>	<b>233.356,40</b>

**Notas Explicativas**

**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA, **Data Emissão** 21/02/2018, **Hora emissão** 15:55:06

**Notas:**

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Diretor Financeiro  
CPF: 007.140.999-88

NÁDIA DE LORENZI  
Contadora  
CRC/SC 039499/O-4

**ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Publicação Nº 1531632

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 2

Prestação de Contas

AN 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017

Art. 104 da Lei n. 4.320/1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Impostos		0,00	0,00
Taxas		0,00	0,00
Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
<b>Contribuições</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contribuições Sociais		0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública		0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		0,00	0,00
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>326.427,54</b>	<b>40.600,00</b>
Vendas de Mercadorias		0,00	0,00
Vendas de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		326.427,54	40.600,00
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>18.773,43</b>	<b>31.104,38</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		18.773,43	31.104,38
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		0,00	0,00
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>3.296.696,77</b>	<b>3.166.045,98</b>
Transferências Intragovernamentais		0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais		0,00	211.800,00
Transferências das Instituições Privadas		0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos		1.749.542,20	892.409,28
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes		1.547.154,57	2.061.836,70
Transferências de Pessoas Físicas		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		0,00	0,00
<b>Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Reavaliação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Alienação		0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos Desincorporação de Passivos		0,00	0,00
Cancelamento de Restos a Pagar		0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		0,00	0,00
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>46.720,35</b>	<b>4.086,52</b>
VPA a classificar		0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações		0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		46.720,35	4.086,52
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>		<b>3.688.618,09</b>	<b>3.241.836,88</b>
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>1.304.800,72</b>	<b>773.942,69</b>
Remuneração a Pessoal		1.103.414,57	773.942,69
Encargos Patronais		201.386,15	0,00
Benefícios a Pessoal		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		0,00	0,00
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>6.270,00</b>	<b>0,00</b>
Aposentadorias e Reformas		0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada		0,00	0,00
Benefícios Eventuais		6.270,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda		0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0,00	0,00
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>1.728.873,19</b>	<b>2.302.347,04</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1761101-022-XMJSF-256928144 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

21/02/2018 15:55


**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 2

**Prestação de Contas**  
**AN 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais**  
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Uso de Material de Consumo		626.950,06	917.893,51
Serviços		1.101.923,13	1.384.453,53
Depreciação, Amortização e Exaustão		0,00	0,00
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		0,00	0,00
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>328.445,70</b>	<b>0,00</b>
Transferências Intragovernamentais		0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais		328.445,70	0,00
Transferências a Instituições Privadas		0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências ao Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas		0,00	0,00
<b>Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Reavaliação, redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		0,00	0,00
Perdas com Alienação		0,00	0,00
Perdas Involuntárias		0,00	0,00
Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Desincorporação de Ativos		0,00	0,00
<b>Tributárias</b>		<b>3.643,93</b>	<b>1.430,19</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		3.643,93	1.430,19
<b>Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Custos das Mercadorias Vendidas		0,00	0,00
Custos dos Produtos Vendidos		0,00	0,00
Custos dos Serviços Prestados		0,00	0,00
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>15.529,47</b>	<b>828,36</b>
Premiações		0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações		0,00	0,00
Incentivos		0,00	0,00
Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Participações e Contribuições		0,00	0,00
Constituição de Provisões		0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		15.529,47	828,36
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>		<b>3.387.563,01</b>	<b>3.078.548,28</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)</b>		<b>301.055,08</b>	<b>163.288,60</b>

**Notas Explicativas**

**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA, **Data Emissão** 21/02/2018, **Hora emissão** 15:55:48

**Notas:**

ELÓI RÔNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Diretor Financeiro  
CPF: 007.140.999-88

NÁDIA DE LORENZI  
Contadora  
CRC/SC 039499/O-4



ANEXO 16 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA

Publicação Nº 1531633

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas

AN 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017

Pág 1 / 1



	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+(b+c)-d)
SUBTOTAL DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS DE DÍVIDA					
TOTAL DA DÍVIDA					

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Diretor Financeiro  
CPF: 007.140.999-88

NÁDIA DE LORENZI  
Contadora  
CRC/SC 039499/O-4

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1621101-022-SWXET-256928203 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

21/02/2018 15:56

**ANEXO 17 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE**

Publicação Nº 1531634

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Prestação de Contas  
AN 17 - Demonstração da Dívida Flutuante  
Considerar Encerramento: Não  
Considerar Restos Não Processados: Não  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017

TÍTULOS	SALDO EXERC. ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE
		Inscrição	Baixa	
Valores Restituíveis	0,00	180.130,10	180.130,10	0,00
INSS sobre Folha de Pagamento	0,00	91.547,07	91.547,07	0,00
INSS Conduvale	0,00	10.765,49	10.765,49	0,00
INSS QUARK	0,00	57.418,39	57.418,39	0,00
ISS a Recolher Iomere	0,00	209,70	209,70	0,00
ISS a Recolher Rio das Antas	0,00	702,56	702,56	0,00
ISS a Recolher Lebon Regis	0,00	974,70	974,70	0,00
ISS a Recolher Fraiburgo	0,00	2.568,39	2.568,39	0,00
ISS a Recolher Arroio Trinta	0,00	426,52	426,52	0,00
ISS a Recolher Videira	0,00	2.667,56	2.667,56	0,00
ISS a Recolher Cacador	0,00	3.233,10	3.233,10	0,00
ISS a Recolher Salto Veloso	0,00	234,01	234,01	0,00
ISS a Recolher Matos Costa	0,00	135,35	135,35	0,00
ISS a Recolher Calmon	0,00	160,15	160,15	0,00
ISS a Recolher Ibiam	0,00	92,13	92,13	0,00
ISS a Recolher Macieira	0,00	42,77	42,77	0,00
ISS a Recolher Pinheiro Preto	0,00	229,63	229,63	0,00
ISS a Recolher Tangara	0,00	471,17	471,17	0,00
ISS a Recolher Timbo Grande	0,00	183,73	183,73	0,00
ISS a Recolher Frei Rogério	0,00	95,95	95,95	0,00
ISS A Recolher Brunopolis	0,00	486,74	486,74	0,00
ISS a Recolher Vargem	0,00	344,09	344,09	0,00
ISS a Recolher Abdon Batista	0,00	248,90	248,90	0,00
ISS a Recolher Ponte Serrada	0,00	441,83	441,83	0,00
ISS a Recolher São Francisco do Sul	0,00	2.069,89	2.069,89	0,00
ISS a Recolher Ibicaré	0,00	61,54	61,54	0,00
Retenções Sindicato dos Trab no serv Publico Municipal	0,00	1.991,83	1.991,83	0,00
Retenção relativa a vale transporte	0,00	356,59	356,59	0,00
REDECIMCATARINA	0,00	1.970,32	1.970,32	0,00
<b>Sub Total</b>	<b>0,00</b>	<b>180.130,10</b>	<b>180.130,10</b>	<b>0,00</b>
Outras Obrigações a Curto Prazo	0,00	64.110,82	64.110,82	0,00
Indenizações e restituições diversas do exercício (F)	0,00	15.829,77	15.829,77	0,00
Diárias a pagar	0,00	26.131,10	26.131,10	0,00
Suprimentos de fundos a pagar	0,00	22.149,95	22.149,95	0,00
<b>Sub Total</b>	<b>0,00</b>	<b>64.110,82</b>	<b>64.110,82</b>	<b>0,00</b>
Outras Obrigações Passivo Circulante	0,00	3.384.440,45	3.384.440,45	0,00
Salários, remunerações e benefícios do exercício (F)	0,00	830.955,40	830.955,40	0,00
Décimo terceiro salário (F)	0,00	56.781,34	56.781,34	0,00
Férias (F)	0,00	14.371,91	14.371,91	0,00
FGTS do Exercício (F)	0,00	79.924,49	79.924,49	0,00
INSS - contribuições sobre salários e remunerações - do e	0,00	210.882,11	210.882,11	0,00
Fornecedores não financiados a pagar - do exercício	0,00	2.187.881,27	2.187.881,27	0,00
PIS/PASEP a recolher (F)	0,00	3.643,93	3.643,93	0,00
<b>Sub Total</b>	<b>0,00</b>	<b>3.384.440,45</b>	<b>3.384.440,45</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>0,00</b>	<b>3.628.681,37</b>	<b>3.628.681,37</b>	<b>0,00</b>

Notas:

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo  
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI  
Diretor Financeiro  
CPF: 007.140.999-88

NÁDIA DE LORENZI  
Contadora  
CRC/SC 039499/O-4

**ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

Publicação Nº 1531635

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 2

Prestação de Contas

AN 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Ingressos</b>		<b>3.449.335,57</b>	<b>3.258.134,43</b>
Receitas derivadas e originárias	1FC	463.721,32	178.890,90
Transferências correntes recebidas	2FC	2.701.275,45	2.898.188,04
Outros ingressos operacionais		284.338,80	181.055,49
<b>Desembolsos</b>		<b>3.343.456,11</b>	<b>3.283.020,87</b>
Pessoal e demais despesas	3FC	3.059.117,31	3.101.965,38
Juros e encargos da dívida	4FC	0,00	0,00
Transferências concedidas	2FC	0,00	0,00
Outros desembolsos operacionais		284.338,80	181.055,49
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</i>		<i>105.879,46</i>	<i>(24.886,44)</i>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Ingressos</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Alienação de bens		0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos		0,00	0,00
<b>Desembolsos</b>		<b>371.085,76</b>	<b>54.138,60</b>
Aquisição de ativo não circulante		371.085,76	54.138,60
Concessão de empréstimos e financiamentos		0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos		0,00	0,00
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</i>		<i>(371.085,76)</i>	<i>(54.138,60)</i>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Ingressos</b>		<b>375.586,80</b>	<b>38.701,50</b>
Operações de crédito		0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes		0,00	0,00
Transferências de capital recebidas		375.586,80	38.701,50
Outros ingressos de financiamentos		0,00	0,00
<b>Desembolsos</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização/Refinanciamento da dívida		0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos		0,00	0,00
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)</i>		<i>375.586,80</i>	<i>38.701,50</i>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>		<b>110.380,50</b>	<b>(40.323,54)</b>
Caixa e Equivalentes de caixa inicial		233.356,40	273.679,94
Caixa e Equivalentes de caixa final		343.736,90	233.356,40

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	430.327,54	143.700,00
Remuneração das Disponibilidades	18.773,43	31.104,38
Outras Receitas Derivadas e Originárias	14.620,35	4.086,52
<b>Total das Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>463.721,32</b>	<b>178.890,90</b>

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS</b>	<b>2.701.275,45</b>	<b>2.898.188,04</b>
Intergovernamentais	2.701.275,45	2.898.188,04
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	2.701.275,45	2.898.188,04
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências correntes recebidas	0,00	0,00


**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 2

 Prestação de Contas  
 AN 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa  
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Total das transferências recebidas</b>	<b>2.701.275,45</b>	<b>2.898.188,04</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências concedidas	0,00	0,00
<b>Total das transferências Concedidas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00
Administração	1.158.272,04	870.853,17
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00
Previdência Social	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00
Urbanismo	1.274.603,85	1.998.893,63
Habituação	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00
Gestão Ambiental	621.097,49	230.788,39
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	1.500,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00
Encargos Especiais	3.643,93	1.430,19
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>3.059.117,31</b>	<b>3.101.965,38</b>

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas com Juros, Correção Monetária e Outros	0,00	0,00
<b>Total Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Notas Explicativas**
**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA, **Data Emissão** 21/02/2018, **Hora emissão** 15:58:55

**Notas:**

 ELÓI RÖNNAU  
 Diretor Executivo  
 CPF: 590.962.419-91

 LUIZ FERNANDO RALDI  
 Diretor Financeiro  
 CPF: 007.140.999-88

 NÁDIA DE LORENZI  
 Contadora  
 CRC/SC 039499/O-4

**CIMVI****EDITAIS DE PUBLICIDADE 2018**

Publicação Nº 1532735

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 352017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 62/2017 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor IVANA HARTMANN BERTOLDI - EPP, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 10.792.559/0002-36, para a atividade de Comercio, varejista de ferramentas, que será exercida no imóvel de rua Rodovia Br 470 KM 71,, nº 1121, Sala, bairro das Nações, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial, 19 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista  
Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 34/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 65/2017 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor VILALE CONFECÇÕES LTDA - ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 04.615.276/0001-35, para a atividade de Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente, que será exercida no imóvel de rua Amapá, nº 22, bairro Estados, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial, 19 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista  
Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 33/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 66/2017 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor INDUSTRIA ZEUSP EIRELI - ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 22.848.976/0001-51, para a atividade de Faccção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas, que será exercida no imóvel de rua Santa Maria, nº 182, bairro João Paulo II, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível

para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial, 19 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista  
Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 32/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 67/2017 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor OSCAR DOS REIS E CIA LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 85.183.788/0001-71, para a atividade de Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, que será exercida no imóvel de rua Paraguai, nº 188, bairro das Nações, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial, 19 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista  
Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 31/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 68/2017 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor ANNA LUA TALHARIA E CONFECÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 27.291.826/0001-03, para a atividade de Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, que será exercida no imóvel de rua Itajai, nº 80, bairro Rio Morto, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial, 19 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista  
Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 43/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 73/2017 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da



RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor SOLANGE MACHADO DOS SANTOS LOCH, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 17.872.542/0001-57, para a atividade de Fação de peças de vestuário, exceto roupas íntimas, que será exercida no imóvel de rua Buenos Aires, nº 253, bairro Tapajos, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial, 19 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista  
Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 42/2017**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 75/2017 CIMVI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor JANETE FATIMA DE SOUZA GONÇALVES ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 09.660.734/0001-71, para a atividade de Fação de peças de vestuário, exceto roupas íntimas, que será exercida no imóvel de rua 11 de Junho, nº 734, bairro Carijos, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial, 19 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista  
Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 41/2017**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 74/2017 CIMVI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor DGB TRANSPORTES LTDA EPP, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 18.422.411/0001-30, para a atividade de Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal, interestadual e internacional, que será exercida no imóvel de Rodovia Br 470, nº 1533, bairro Rio Morto, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial, 19 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista  
Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 44/2017**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 87/2017 CIMVI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor TEREZINHA APARECIDA CARDOSO VANELLI - ME, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob nº 04.857.431/0001-20, para a atividade de Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, que será exercida no imóvel de rua Mariana, nº 117, bairro Benedito, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial, 19 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista  
Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 50/2017**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 91/2017 CIMVI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor EDITE DA SILVA – FACÇÃO - ME, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob nº 11.497.372/0001-91, para a atividade de Fação de peças de vestuário, exceto roupas íntimas, que será exercida no imóvel de rua Lages, nº 40, bairro Rio Morto, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial, 19 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista  
Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 45/2017**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 86/2017 CIMVI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor JSJ INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob nº 09.021.828/0001-09, para a atividade de Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas, que será exercida no imóvel de rua Concordia, nº 133 Fundos, bairro Rio Morto, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial, 19 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista



Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO  
CONSTANTE Nº 101/2018**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 211/2018 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ –  
CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDIAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor EDUARDO HACK - ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 19.113.149/0001-05, para a atividade de Recuperação de matérias não especificado anteriormente, que será exercida no imóvel de rua 19 de Novembro, nº 324, bairro Carijos, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 19 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 132/2017**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 27/2018 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ –  
CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE, o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade de 03 anos, formulado pelo empreendedor REGINA BORCHARDT – ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 19.285.496/0001-15, para a atividade de Fabricação de Moveis com predominância de Madeira, que será exercida no imóvel de rua Carl Behing, nº 98 – Sala 01, bairro Ribeirão Clara, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 21 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AM-  
BIENTAL Nº 30/2018**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 188/2017 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ –  
CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade de 04 anos, formulado pelo empreendedor NEI COMPONENTES PARA MOVEIS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob nº 16.385.212/0001-74, para a atividade de 16.10.00 Fabricação de moveis com predominância de madeira, que será exercida no imóvel de rua Atiradores, nº 5.775 Galpao 01, bairro Testo Central Alto, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017

do CONSEMA/SC.

Indaial, 21 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO  
CONSTANTE Nº 96/2018**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 192/2018 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ –  
CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE APIÚNA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor ANDERSON FRANCISCO PINHEIRO - ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 24.732.040/0001-77, para a atividade de Confecção de peças do vestuário, exceto roupa íntima e as confeccionadas sob medida, que será exercida no imóvel de rua Comunidade Ressacadas, nº 1415, bairro Subida, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 19 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO  
CONSTANTE Nº 94/2018**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 91/2018 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ –  
CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE APIÚNA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor HATTO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob nº 11.461.549/0001-08, para a atividade de Confecção de peças do vestuário, exceto roupa íntima e as confeccionadas sob medida, que será exercida no imóvel de Rodovia Br 470, nº 1574, bairro Ribeirão São Luiz, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 19 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO  
CONSTANTE Nº 93/2018**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 193/2018 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ –  
CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE APIÚNA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor FORTE VALE MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS INDUSTRIAS EIRELI - EPP, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob nº 08.225.140/0001-70, para a atividade de Instalação Hidraulicas,

sanitárias e de gás, que será exercida no imóvel de Rodovia Br 470, KM 97,5, s/nº, bairro Ribeirão São Luiz, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 19 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 92/2018

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 190/2018 CIMVI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE APIUNA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor EDIPO FRANCIANO NUNES ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 08.662.616/0001-30, para a atividade de Fação de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, que será exercida no imóvel de Rua Recife, nº 669 Galpão 01, bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 19 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 19/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 142/2017 CIMVI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade de 04 anos, formulado pelo empreendedor GRANJA KN AVICULTURA LTDA - ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 29.037.234/00001-95, para a atividade nº 01.70.00 - Criação de animais confinados de pequeno porte (avicultura), que será exercida no imóvel de Rodovia Municipal DPE 470, s/nº, bairro Capivari, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 21 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 21/2018

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 159/2018 CIMVI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade de 04 anos, formulado

pelo empreendedor ELOI KOEPEL, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 501.876.949-15, para a atividade 30.60.10 Fabricação de carvão vegetal, que será exercida no imóvel de Rodovia Municipal DPE 465, s/nº, bairro Capivari, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 21 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 16/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 109/2017 CIMVI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade de 03 anos, formulado pelo empreendedor MOVEIS SÃO FRANCISCO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob nº 10.870.924/0001-00, para a atividade 16.10.00 Fabricação de moveis de madeira, vime e junco, que será exercida no imóvel de Estrada Geral Alto Liberdade, s/nº, bairro Liberdade, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 21 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 42/2018

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 151/2018 CIMVI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA, o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade de 03 MESES, formulado pelo empreendedor PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, para a atividade 33.20.01 Desassoreamento mecanizado de curso d'água exceto por draga, que será exercida no imóvel de Rua Ambrosio Possamai, s/nº, bairro Estação, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 21 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 17/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 39/2017 CIMVI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA, o

pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor CARLOS SCHMITZ, pessoa física inscrito no CPF/CNPJ sob nº 031.035.979-16, para a atividade de produção de grama, que será exercida no imóvel de Rua Ribeirão São Paulo, nº 1410, bairro Ribeirão São Paulo, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 19 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 15/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 27/2017 CIMVI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA, o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor IRENEIA RESENE RAPHAELI CONFECÇÕES ME, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob nº 28.198.336/0001-20, para a atividade de Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas, e as confeccionadas sob medida, que será exercida no imóvel de Rua Vereador Carlos Poffo, nº 93, bairro Vila Isabel, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 19 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 01/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 03/2017 CIMVI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA, o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor SUL MALHAS CONFECÇÕES EIRELI - ME, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob nº 27.801.682/0001-98, para a atividade de Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas, e as confeccionadas sob medida, que será exercida no imóvel de Rua Padre Questor Arvelino de Barros, nº 273, bairro São Francisco, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 21 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 05/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 42/2017 CIMVI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

– CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA, o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, para a atividade 33.20.01 Desassoreamento mecanizado de curso d'água exceto por draga, que será exercida no imóvel de Rua Aderbal Ramos da Silva, s/nº, bairro Saltinho, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 21 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 26/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 54/2017 CIMVI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA, o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, para a atividade Lajota sextava, que será exercida no imóvel de Rua Aldo Valdir Pintarelli, s/nº, bairro Nossa Senhora de Lourdes, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 21 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 27/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 55/2017 CIMVI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA, o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, para a atividade Lajota sextava, que será exercida no imóvel de Rua Ribeirão São Paulo, s/nº, bairro Ribeirão São Paulo, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 21 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental



**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 28/2017**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 56/2017 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA, o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, para a atividade Pavimentação de via pública com lajota sextavada, que será exercida no imóvel de Rua Padre Virginio Fistarol, s/nº, bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial, 21 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista  
Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 36/2017**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 64/2017 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA, o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor TERRAPLANAGEM POFFO LTDA EPP, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 03.832.009/0001-57, para a atividade Transporte rodoviário de carga exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal, interestadual e internacional, que será exercida no imóvel de Rua Joaquim Pintarelli, nº 44, bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial, 21 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista  
Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 49/2017**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 92/2017 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA, o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor EXPRESSO MOSER LTDA ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 05.415.860/0001-00, para a atividade Transporte rodoviário de carga exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal, interestadual e internacional, que será exercida no imóvel de Rua Angelo Depiné, nº 51, bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 21 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista  
Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 52/2017**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 98/2017 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA, o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor CONFECÇÕES JL EIRELI EPP, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 05.802.519/0001-07, para a atividade Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas, e as confeccionadas sob medida, que será exercida no imóvel de Rua Indaial, nº 601, bairro Estação, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial, 21 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista  
Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 13/2017**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 94/2017 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA, o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade de 04 anos, formulado pelo empreendedor FRANCILAN INDUSTRIA TEXTIL LTDA ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 04.511.063/0001-63, para a atividade 24.12.00 Fiação ou tecelagem de fibras têxteis e sintéticas, que será exercida no imóvel de Rua Jorge Lacerda, nº 680, bairro Estação, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial, 21 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista  
Gestora de Serviços Ambientais  
CIMVI – Ambiental

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 60/2017**

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 116/2017 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA, o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 01 ano, formulado pelo empreendedor RC TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 05.774.365/0001-97, para a atividade Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas, e as confeccionadas sob medida, que será exercida no imóvel de Rua Padre Questor de Barros, nº 263, bairro São Francisco, sendo que o processo de licenciamento

encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 21 de fevereiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 14/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 95/2017 CIMVI  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE APIÚNA o

pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, formulado pelo empreendedor LOTEAMENTO BENJAMIN CONSTANT, pessoa física inscrito no CPF/CNPJ sob nº 799.811.359-68, para a atividade de 71.11.00 Parcelamento de solo urbano, que será exercida no imóvel de rua Benjamin Constant, s/nº, bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 17 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

## CISAM

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL CISAM MO Nº 01/2018

Publicação Nº 1532818

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM-MEIO OESTE, com sede no Município de Capinzal/SC, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará licitação COMPARTILHADA na modalidade Pregão (presencial), do tipo proposta de menor preço por item, no dia 07/03/2018, com início do credenciamento às 13:00 horas, no escritório do CISAM-MO, situado na Rua Lourenço Coas Neto, 140, Bairro Universitário, Capinzal/SC, objetivando a Aquisição de hidrômetros aos consorciados do CISAM-MO, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital, de acordo com as normas da Lei Federal nº 10.520/02, subsidiária à Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como da Lei Complementar nº 123/2006.

O referido edital estará à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, em horário de expediente, bem como no site do CISAM-MO [www.cisam.sc.gov.br](http://www.cisam.sc.gov.br).

Outros esclarecimentos, pelo telefone (49) 3555-6972.

Capinzal/SC, 22 de fevereiro de 2018.

LEOMAR EGGERS

Presidente da Comissão de Licitação

## CONSÓRCIO QUIRIRI

### OFÍCIO CIRCULAR 027/2018 - CONVOCAÇÃO PARA RATIFICAÇÃO E POSSE DO PRESIDENTE DO CIQ

Publicação Nº 1531670

São Bento do Sul, 20 de fevereiro de 2018

Ofício Circular nº 27/2018

CONVOCAÇÃO FAZ

Prezado Prefeito,

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri, Prefeito Magno Bollmann, no uso de suas atribuições, convoca VS a. para reunião de Assembleia Geral, dia 28/02/2018 (quarta-feira) tendo por local a Sociedade amigos de Campo Alegre, Rua da Cascata, 66, Centro – Campo Alegre, às 19:00 horas, visando:

1. Ratificação e Posse do Prefeito de Campo Alegre, Sr Rubens Blazskowski como Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri, Gestão 2018.

Atenciosamente,

Magno Bollmann

Prefeito de São Bento do Sul

Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

**CONSÓRCIO CVC****ADENDO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 001-2018**

Publicação Nº 1532382

CONSORCIO INRTEMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2018 - CVC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 002/2018- CVC  
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2018 - CVC  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2018- CVC

Objeto: MATERIAL AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICO  
ADENDO Nº 01 AO EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica Inter federativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sra. Silvana Fátima Vidi Zanella, TORNA PÚBLICO, que promoveu alterações na data de abertura do edital do Processo Licitatório nº. 002/2018, Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018.

**1. DA RETIFICAÇÃO**

Fica retificado na Bolsa de Licitações e Leilões – BLL na aba lotes a quantidade de lotes, sendo que estava registrado apenas 686 lotes, quantidade divergente do edital que contem 812 lotes. De tal forma retifica-se para 812 lotes conforme prevê o edital.

**2- DA NOVA DATA E HORÁRIO DE ABERTURA**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 26/02/2018 até às 17:00 horas do dia 09/03/2018.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 às 12:00 horas do dia 12/03/2018.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 12/03/2018.

**3 – DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO EDITAL**

Permanecem em vigor e, sem alteração as demais cláusulas do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018.

Coronel Freitas - SC, 22 de fevereiro de 2018

SILVANA FÁTIMA VIDY ZANELLA

DIRETORA EXECUTIVA.

**ATA DE JULGAMENTO PROCESSO 001/2018**

Publicação Nº 1532650

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2018 - CVC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 001/2018 - CVC  
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 - CVC  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018 - CVC

**ATA DA REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 - CVC**

As 9:00 horas do dia 22 do mês de fevereiro de 2018, reuniram-se na sala de reunião do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, a pregoeira Sra. Flávia Rolim de Moura, e a equipe de apoio, constituída pela Sra. Marines Costa Martelli e o Sr. Sedemir Terribile o qual não está presente, nomeados através da resolução nº 002/2018 do Consórcio CVC, e o Assessor Jurídico Dr. Marcos Fernando Zanella, para julgamento do Pregão Presencial nº 001/2018 – CVC, Registro de Preço nº 001/2018 - CVC, onde foi dado início ao credenciamento, analisados os documentos restaram devidamente credenciados os representantes das empresas: SDR AUTO MECÂNICA EIRELI ME, representada pelo Sr. Daique Jhones Reginato, MECÂNICA JONES LTDA ME, representada pelo Sr. Silvio Jones Badin, após a análise dos documentos de credenciamento, os mesmos, bem como todos os envelopes de propostas e documentação de habilitação foram passados aos presentes, para que fossem analisados e assinados, questionados pela pregoeira sobre a conformidade dos documentos e envelopes, não houve nenhuma manifestação, foi esclarecido aos participantes que os documentos não serão devolvidos, ficando retidos junto ao processo, passando-se assim a abertura dos envelopes de propostas, e posteriormente o repasse para todos os presentes para a análise e assinatura, questionados pela pregoeira sobre a conformidade das propostas, novamente não houve manifestação, foi esclarecido pela pregoeira que as cotações são para todos os itens dos lotes, passando-se então ao lançamento dos valores iniciais oferecidos pelas licitantes, e posteriormente a classificação, bem como os lances verbais, onde tudo foi devidamente anotado na "Planilha de Acompanhamento dos Lances", a qual será assinada por todos os licitantes, pela pregoeira e pela equipe de apoio, passando a fazer parte integrante desta Ata, o representante da empresa MECÂNICA JONES LTDA ME, solicitou a retirada do lance do lote 26 "Marca EFA", por ter cotado de forma equivocada, solicitação que foi atendida pela pregoeira. Encerada a face de lances, e devido ao fato de todos os licitantes terem vencido algum item, todos os envelopes de habilitação foram abertos e repassados para todos para efetuarem a análise da documentação de habilitação, onde ao final não houve nenhuma manifestação dos licitantes, onde todos concordam com a documentação apresentada, pela pregoeira foi esclarecido que as propostas finais serão analisadas e comparadas com outros processo idênticos que foram realizados no Estado de Santa Catarina, bem como o valor praticado no mercado regional, e caso os valores não estejam dentro da média, será retomada a negociação com o licitante melhor qualificado naquele lote, desde já ficam notificados os licitantes vencedores do prazo de 05 (cinco) dias úteis para a entrega das tabelas de tempo padrão e tabelas de valores conforme exigência dos itens 1.2.2 e 1.4.2 do anexo I do Edital, findando-se o prazo no dia 02/03/2018, não havendo mais nada a relatar, foi lida a presente ata, e aprovada por todos, onde todos os presente bem como a equipe de



apoio a assinam, a Pregoeira Sra. Flávia Rolim de Moura, declarou encerrada a sessão. E por assim ter sido designado, eu, Marcos Fernando Zanella, assessor jurídico do CVC – (OAB/SC 30881), declaro como autêntico os fatos narrados.

## **EDITAL DE CHAMAMENTO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO 001/2018 - PNEUS**

Publicação Nº 1532470

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES  
PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 004/2018  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2018  
CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sra. SILVANA FÁTIMA VIDY ZANELLA no uso de suas atribuições, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, com base na Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015, conforme condições e especificações deste edital.

### **1. DO OBJETO**

1.1. A presente chamada pública tem por objeto a pré-qualificação de bens para formação de um cadastro para futuras aquisições de PNEUS e Correlatos (pneus, câmaras e protetores), conforme itens relacionados no "Projeto Básico" constante do Anexo I.

1.2. Os bens aprovados serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC", contendo a marca e modelo, pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser atualizado pelo mesmo período a qualquer tempo.

1.3. As futuras aquisições dos bens pré-qualificados serão realizadas pelo Consórcio CVC ou seus Municípios Consorciados, mediante licitação prévia.

1.3.1. As futuras licitações poderão ficar restritas aos bens, cujas marcas e modelos constem no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC".

### **2. DA PARTICIPAÇÃO E OBTENÇÃO DO EDITAL**

2.1. Qualquer pessoa jurídica (fabricante, fornecedor ou representante comercial) poderá participar desta chamada pública para pré-qualificação de bens.

2.2. O presente Edital estará à disposição dos interessados na sede do Consórcio CVC e ou pelo site: [www.consorciovcv.sc.gov.br](http://www.consorciovcv.sc.gov.br)

### **3. DO PROCEDIMENTO – PROPOSTAS E AMOSTRAS**

3.1. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 26/02/2018, na sede do Consórcio CVC, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ficará permanentemente aberto para que, nas futuras licitações para aquisições desses bens, sejam restritas àqueles das marcas e modelos previamente pré-qualificados (aprovados), em conformidade com o art. 27 da Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015.

3.2. A proposta para pré-qualificação de bens deverá ser apresentada em conformidade com o Anexo II.

3.2.1. Todos os documentos deverão ser entregues, em envelope fechado em conformidade com o item 7 do Projeto Básico (Anexo I).

3.3. O procedimento será conduzido pela Comissão de Pré-Qualificação de Bens.

3.4. Recebidos os documentos e amostras de bens, far-se-á a análise e avaliação dos mesmos, no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, podendo ser suspenso ou prorrogado, se necessário, a critério da Comissão.

3.4.1. A avaliação dos bens será submetida a um critério objetivo, e feita pela Comissão, ficando assegurada a transparência.

3.4.2. É facultada, em qualquer fase do processo, a promoção de ampla diligência destinada a esclarecer ou complementar sua instrução e a aferir o bem a ser avaliado, bem como solicitar a Órgãos e Entidades competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

3.4.3. O procedimento de avaliação poderá contar com a participação dos interessados, os quais, inclusive, poderão indicar, as suas expensas, assistente técnico.

3.4.4. A avaliação observará a qualidade e eficiência do bem, verificando direta ou indiretamente, se os requisitos são satisfatórios, conforme critérios definidos no Projeto Básico Anexo I deste edital.

3.5. Os interessados poderão apresentar mais de uma marca e/ou modelo para um mesmo item de bem a ser pré-qualificado, que poderão ser aprovados desde que todos os requisitos do edital sejam observados para cada um deles.

3.6. Após avaliação, a Comissão, expedirá decisão contendo o resultado com as devidas justificativas e fundamentos de sua conclusão, e dará a publicidade através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

3.7. Os bens reprovados poderão ser submetidos à nova análise e avaliação, desde que o interessado comprove tecnicamente haver inconsistência técnica nos laudos de rejeição elaborados pela comissão de avaliação, ou comprove alteração em sua produção e/ou formulação, ou apresente a documentação compatível com as causas que ensejaram sua reprovação.

3.8. A atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados ocorrerá nas hipóteses previstas no Art. 21 da Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015.

3.9. Os bens aprovados serão cancelados desta pré-qualificação nas hipóteses previstas no Art. 22 da Resolução nº. 001 de 19 de março de 2015.

3.9.1. Conceder-se-á ao ato de cancelamento da aprovação de bens a mesma publicidade dada aos demais atos do processo de pré-qualificação.

3.9.2. O cancelamento da aprovação do bem será feito sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

3.9.3. Caberá recurso das decisões de cancelamento da aprovação do bem.

3.9.4. Os bens cancelados ficarão inativos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC".

3.10. É de responsabilidade do proponente a obrigação de informar quaisquer alterações que ocorram com o bem cadastrado, tais como mudança no processo de fabricação, características, formulação, descontinuidade de produção, etc.

#### 4. DOS RECURSOS

4.1. Da decisão do procedimento caberá recurso hierárquico à autoridade superior competente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente no Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas - SC, CEP: 89.840-000.

4.2. Não serão conhecidos os recursos apresentado por intermédio de fac-símile, ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

4.3. Os recursos contra decisões da Comissão não terão efeito suspensivo.

4.4. O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### 5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital, tanto no que pertine às regras estabelecidas quanto no tocante à descrição do bem aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para o início da apresentação das propostas e amostras dos bens para a realização da pré-qualificação, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

5.1.1. Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada em horário de expediente no Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas - SC.

5.2. Caberá ao Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

5.3. Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

#### 6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC poderá revogar a chamada pública em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, a qualquer tempo.

6.2. A pré-qualificação de bens não gera direito à contratação futura e nem implica na preclusão da faculdade legal de inabilitação às licitações.

6.3. Os bens pré-qualificados (aprovados) não serão exclusivos dos interessados que apresentaram as propostas e amostras para avaliação.

6.4. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação e amostras relativa ao presente Edital.

6.5. Detalhes não citados referentes a apresentação dos bens para pré-qualificação, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

6.6. Quaisquer situações não previstas neste edital serão analisadas e decididas pela Comissão Especial nomeada para este processo.

6.7. As dúvidas suscitadas poderão ser esclarecidas de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou através do telefone (49) 3347-0819, ou e-mail: [compras@consorciocvc.sc.gov.br](mailto:compras@consorciocvc.sc.gov.br), ou pessoalmente (Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Coronel Freitas - SC).

6.8. Os membros da Comissão são os nomeados através da Resolução Nº 003-2018 de 03 de janeiro de 2018, para a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens.

## 7. DO FORO

7.1. Fica eleito o foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões oriundas desta chamada pública para pré-qualificação de bens, renunciando todos a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

## 8. DOS ANEXOS

8.1. Fazem parte do presente edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Projeto Básico – relação dos bens a serem pré-qualificados;

Anexo II – Proposta para pré-qualificação de bens.

Coronel Freitas - SC, 22 de fevereiro de 2018.

SILVANA FÁTIMA VIDI ZANELLA

Diretora Executiva do Consórcio Intermunicipal  
Velho Coronel – CVC

## ANEXO I

### PROJETO BÁSICO

#### 1. INTRODUÇÃO:

1.1. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei Federal nº 11.107/05 e de seu regulamento Decreto nº 6.017/07.

1.2. O Consórcio CVC foi constituído com a possibilidade de integrar-se com os municípios catarinenses estipulados no contrato de intenções.

1.3. O objetivo do Consórcio CVC é a união dos municípios consorciados para o desenvolvimento regional, através da formulação de projetos estruturantes, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento de ações compartilhadas nos municípios consorciados, captação de recursos financeiros para investimentos, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

1.4. O Consórcio CVC é multifinalitário, podendo executar várias ações em conformidade com o Artigo 6º do Protocolo de Intenções, entre as finalidades previstas estão os itens: "IV - realizar licitações em nome dos municípios consorciados, mediante autorização do município, viabilizando o cumprimento do Inciso III deste artigo, sendo o faturamento e o pagamento em nome dos municípios;" e "V - efetuar credenciamento e/ou licitação para contratação de serviços e insumos em nome dos municípios consorciados"; do Parágrafo Único.

1.4.1. Para alcançar esta finalidade o Consórcio CVC pode realizar licitações compartilhadas em favor dos municípios consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos municípios consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os municípios.

1.4.2. A previsão legal de licitação compartilhada esta contida no artigo 17, da Lei Federal n. 11.107/05, que incluiu § 1º, no artigo 112, da Lei Federal 8.666/93, estabelecendo que:

§ 1º Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados.

1.4.3. A Licitação Compartilhada ocorre quando é feita a contratação para um grupo de participantes previamente estabelecidos, na qual a responsabilidade de condução do processo licitatório e gerenciamento serão de um órgão gerenciador.

1.5. A normatização prévia e específica para a pré-qualificação, com fulcro no art. 115 da Lei nº 8.666/93, no Consórcio CVC foi instituída através da Resolução nº 001 de 19 de março de 2015, que "Institui a Possibilidade da Adoção da Pré-Qualificação de Bens e o Seu Procedimento e dá Outras Providências".

1.5.1. Entende-se por pré-qualificação de bens, o procedimento administrativo anterior a licitação do qual resultará decisão de que determinado bem apresenta qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas.

1.5.2. Os bens aprovados no processo de pré-qualificação serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio CVC", contendo a marca e o modelo.

## 2. DA FINALIDADE:

2.1. A Pré-Qualificação de Bens, relacionados no item 4.1 deste Projeto Básico.

2.2. Para que as futuras licitações para aquisições desses bens, sejam "restritas àqueles das marcas previamente pré-qualificadas (aprovadas)" na forma e condições deste Projeto Básico e da respectiva Chamada Pública.

## 3. DAS JUSTIFICATIVAS:

3.1. O Consórcio CVC realiza licitações compartilhadas de grande vulto que amplia ganhos por meio da economia de escala e reduz os custos da contratação com a desburocratização do procedimento.

3.2. Em vários dispositivos, a Lei nº 8.666/93 aponta como vetores da atuação administrativa a possibilidade de indicar a qualidade do produto. A Administração tem o dever de indicar o objeto pretendido na licitação, inclusive com as características necessárias à qualidade satisfatória.

3.3. A utilização do procedimento da pré-qualificação busca por um padrão mínimo de qualidade e adequação dos bens a serem adquiridos para o pleno atendimento da necessidade pública (princípio da eficiência), além de proporcionar uma maior precisão na caracterização do bem, celeridade na tramitação dos procedimentos licitatórios e redução de custo (princípio da economicidade), o que, ao final, redundará na seleção da melhor proposta (princípio da seleção da proposta mais vantajosa).

3.4. Busca-se também com procedimento da pré-qualificação a efetiva otimização da aplicação de recursos públicos, na medida em que o ente público estará concentrando suas forças na aquisição de bens, cuja qualidade já fora anteriormente testada, atendendo plenamente suas necessidades. A pré-qualificação terá o condão de fazer com que a Administração se esquive de procedimentos licitatórios que levam à aquisição de bens de baixa qualidade e inaptos à satisfação da necessidade pública.

3.5. Espera-se como resultado da pré-qualificação, a adequada caracterização do bem, que se impõe, por força do art. 14, caput, da Lei n.º 8.666/93, a qualquer compra feita pela Administração, haja vista que será identificado, em procedimento prévio, com maior nível de certeza, as características do bem pretendido e como ele atenderá a entidade promotora da licitação.

3.6. A adoção desse processo, por imperativo lógico, derivará a redução de custos, a espelhar o princípio da economicidade, eis que a aquisição de produtos de comprovada qualidade evitará sua precoce deterioração, além de afastar a necessidade de contínua manutenção e/ou consertos. Tais fatores culminam na própria concretização do princípio da seleção da proposta mais vantajosa (art. 3, caput, Lei n.º 8.666/93), onde se aglutinaria a adequação e qualidade do bem e preço.

3.7. Ademais a adoção da pré-qualificação diminui as falhas de interpretação entre Administração Pública e os fornecedores, identificando materiais similares de fabricantes diferentes e garantindo o tratamento isonômico dos futuros participantes de uma licitação, pois irá distinguir os bens que são diferentes dos iguais.

## 4. DOS BENS A PRÉ-QUALIFICAR:

4.1. Relação de bens a pré-qualificar contemplados neste Projeto Básico:

Item	Código CVC	Unidade	Descrição
1	2	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20
2	3	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10-16.5
3	4	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100 - 20 PARA ROLO COMPACTADOR.
4	5	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100.22
5	6	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA
6	7	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18
7	8	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRÍCOLA
8	9	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA
9	10	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA
10	11	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24
11	12	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14-17.5
12	501	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 24
13	13	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 28 AGRÍCOLA
14	14	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9-30 AGRÍCOLA
15	15	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25
16	16	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA

17	17	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA
18	18	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24
19	19	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75R17.5 BICO LONGO
20	506	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-26, PARA ROLO COMPACTADOR
21	20	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRÍCOLA
22	21	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5
23	22	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 295/80R22,5
24	23	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 700-16
25	24	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16
26	25	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO
27	26	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO
28	1	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 9.5-24 AGRÍCOLA
29	27	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20
30	28	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA
31	29	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMÓVEL
32	30	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMÓVEL
33	31	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 15 AUTOMÓVEL
34	137	Unid	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT
35	120	Unid	PNEU 10.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
36	213	Unid	PNEU 1000-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1400KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
37	67	Unid	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
38	46	Unid	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
39	47	Unid	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
40	202	Unid	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
41	71	Unid	PNEU 1100-22 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
42	74	Unid	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
43	72	Unid	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 14,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
44	73	Unid	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 22,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
45	121	Unid	PNEU 11L15 TIPO A, IMPLEMENTO 12 LONAS INDICE DE CARGA 1170 KG GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
46	138	Unid	PNEU 11L-16 IMPLEMENTO COM MÍNIMO 8 LONAS
47	76	Unid	PNEU 11R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

48	75	Unid	PNEU 11R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
49	110	Unid	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
50	116	Unid	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
51	122	Unid	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
52	511	Unid	PNEU 12R16,5 R-4 RADIAL COM CARÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
53	123	Unid	PNEU 1300-24 TIPO A, 10 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
54	210	Unid	PNEU 1300-24 TIPO A, 12 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
55	124	Unid	PNEU 1300-24 TIPO A, 8 LONAS COMPACTADOR LISO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
56	125	Unid	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
57	126	Unid	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
58	142	Unid	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS
59	127	Unid	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
60	512	Unid	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. COM PROFUNDIDADE MINIMA DE 24,5MM .
61	513	Unid	PNEU 1400R24 G2 RADIAL COM CARÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
62	129	Unid	PNEU 14-17.5 - 14 LONAS PARA RETROESCAVADEIRA
63	118	Unid	PNEU 16.00-25 TIPO A, PARA PÁ CAREGADEIRA 28 LONAS GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO
64	130	Unid	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
65	131	Unid	PNEU 16.9-28, PARA RETROESVADEIRA (R4) 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
66	132	Unid	PNEU 16.9-30 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 2000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
67	49	Unid	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
68	133	Unid	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
69	32	Unid	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
70	50	Unid	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
71	51	Unid	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
72	52	Unid	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
73	53	Unid	PNEU 175/80R14 TIPO A PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
74	111	Unid	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
75	112	Unid	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.



76	211	Unid	PNEU 185 R14 C102 PARA KOMBI, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
77	77	Unid	PNEU 185/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIDA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO
78	78	Unid	PNEU 185/60R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
79	54	Unid	PNEU 185/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
80	33	Unid	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
81	79	Unid	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
82	34	Unid	PNEU 185/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
83	55	Unid	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
84	80	Unid	PNEU 185/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
85	81	Unid	PNEU 185R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO
86	113	Unid	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
87	144	Unid	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRAÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
88	82	Unid	PNEU 195/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
89	504	Unid	PNEU 195/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
90	83	Unid	PNEU 195/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
91	212	Unid	PNEU 195/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
92	84	Unid	PNEU 195/65R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
93	85	Unid	PNEU 195/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
94	86	Unid	PNEU 195/75R16, TIPO A, INDICE DE CARGA 107, INDICE DE VELOCIDADE, R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO
95	35	Unid	PNEU 195/80R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
96	87	Unid	PNEU 205/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
97	88	Unid	PNEU 205/60R15 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 90, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
98	508	Unid	PNEU 205/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

99	56	Unid	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
100	57	Unid	PNEU 205/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
101	89	Unid	PNEU 205/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO DE 10 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
102	90	Unid	PNEU 205/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
103	91	Unid	PNEU 215/65R16, TIPO A, INDICE DE CARGA 98 INDICE DE VELOCIDADE, H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO
104	58	Unid	PNEU 215/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
105	59	Unid	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
106	36	Unid	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
107	92	Unid	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L , PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
108	93	Unid	PNEU 215/80R16 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
109	37	Unid	PNEU 225/50R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
110	507	Unid	PNEU 225/55R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 97, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
111	505	Unid	PNEU 225/65R16C TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA VEICULO: AMBULÂNCIA MASTER).
112	94	Unid	PNEU 225/65R17 TIPO A, PREDOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
113	38	Unid	PNEU 225/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
114	95	Unid	PNEU 225/70R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
115	96	Unid	PNEU 225/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD) , ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
116	97	Unid	PNEU 225/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
117	208	Unid	PNEU 23.1-26 TIPO A, PARA ROLO COMPACTADOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3.500KG, PROFUNDIDADE DE SULCO 24 MM, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM FORMATO DIAMANTE, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
118	114	Unid	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
119	134	Unid	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO.
120	39	Unid	PNEU 235/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

121	40	Unid	PNEU 235/70R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
122	98	Unid	PNEU 235/75R15 TIPO A PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD) , ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
123	60	Unid	PNEU 235/75R15 TIPO A, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
124	99	Unid	PNEU 245/45R18 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
125	100	Unid	PNEU 245/60R18 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
126	41	Unid	PNEU 245/70R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
127	42	Unid	PNEU 255/70R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
128	101	Unid	PNEU 255/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
129	102	Unid	PNEU 265/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
130	103	Unid	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
131	104	Unid	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
132	62	Unid	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
133	44	Unid	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
134	145	Unid	PNEU 5.60-15 PARA FUSCA
135	64	Unid	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
136	66	Unid	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
137	135	Unid	PNEU 750-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 870KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
138	119	Unid	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
139	107	Unid	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
140	115	Unid	PNEU 9.5-24 TIPO A, PARA TRATOR, 6 LONAS, INDICE DE CARGA 850KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
141	136	Unid	PNEU 900-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1250KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

142	206	Unid	PNEU 900-20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
143	207	Unid	PNEU 900-20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
144	205	Unid	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
145	109	Unid	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
146	108	Unid	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
147	146	Unid	PNEU AGRICOLA 5.00/6 ARO 12
148	510	Unid	PNEU DIANTEIRO 16.6.50.8-TRATOR DE JARDIM
149	509	Unid	PNEU DIANTEIRO 16.6.50.8-TRATOR DE JARDIM
150	147	Unid	PNEU MOTO 110/90-17 TRASEIRO
151	148	Unid	PNEU MOTO 110-80-18
152	149	Unid	PNEU MOTO 120/80-18 TRASEIRO
153	150	Unid	PNEU MOTO 2.50-17 DIANTEIRO
154	151	Unid	PNEU MOTO 2.75-17 TRASEIRO
155	152	Unid	PNEU MOTO 2.75-18 DIANTEIRO
156	153	Unid	PNEU MOTO 410X18 TRASEIRO
157	154	Unid	PNEU MOTO 80/100-14 TRASEIRO
158	155	Unid	PNEU MOTO 80/90 - 21 DIANTEIRO
159	156	Unid	PNEU MOTO 90/90 - 21 DIANTEIRO
160	157	Unid	PNEU MOTO 90/90-15 TRASEIRO
161	158	Unid	PNEU MOTO 90/90-18 TRASEIRO
162	159	Unid	PNEU MOTO 90/90-19 DIANTEIRO
163	503	Unid	PNEU PARA TRATORITO 15X6-00
164	502	Unid	PNEU PARA TRATORITO 18X9-50
165	160	Unid	PROTETOR 1000 - 20
166	161	Unid	PROTETOR 1100 - 22
167	162	Unid	PROTETOR 1400 - 24
168	163	Unid	PROTETOR 750 -16
169	164	Unid	PROTETOR 900- 20
170	165	Unid	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25
171	166	Unid	PROTETOR PARA PNEU 215/75R17.5

4.2. Os pneus devem ser originais de fábrica (nacionais ou importados) e de primeira linha.

4.3. Para analisar os pneus e atestar sua qualidade, de acordo com normas e padrões técnicos pertinentes, será exigida a apresentação de pelo menos 01 (um) laudo expedido por entidade competente, conforme as seguintes alternativas:

- A. Certificado de aprovação conforme ISO/TS 16949;
- B. Homologação da marca junto às montadoras automotivas;
- C. Declaração do fabricante de que a marca possui corpo técnico no Brasil para realizar possíveis análises e processos de garantia;
- D. Declaração de montadora de que a marca do pneu apresentado é utilizada em sua linha de montagem;
- E. Registro da marca junto a Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos – ANIP.

4.4. A garantia de 5 (anos) contra defeitos de Fabricação dos pneus deverá ser do fabricante, a validade iniciará na data de compra, conforme nota fiscal.

4.5. Os índices de carga considerado nas especificações dos pneus são de montagem simples.

4.6. Poderão ser apresentados pneus com quantidades de lonas, índices de carga e velocidade superiores aos solicitado nas especificações dos bens

5. DAS AMOSTRAS:

5.1. As amostras para avaliação deverão ser encaminhadas através de prospectos ou ficha técnica e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 deste projeto Básico.

5.2. Cada bem proposto deverá estar identificado com o respectivo número do item desta chamada pública, e ser apresentado com:

a. Descrições das características que permitam a sua perfeita qualificação;

5.2.1. Poderão ser apresentados outros documentos que contribuam para a análise e avaliação da amostra, como exemplo: catálogos, certificações, selos de qualidade, termos de garantia, tabelas comparativas, testes padrões, testes de desempenho, testes de performance, testes de resistência, ensaios, materiais gráficos diversos, etc.

## 6. DA AVALIAÇÃO DOS BENS:

6.1. Com o objetivo de constatar o atendimento dos requisitos mínimos esperados e exigidos para "Pré- Qualificação" (aprovação), as amostras serão avaliadas nos seguintes quesitos:

- a. As amostras apresentadas estão devidamente identificadas com os números do item desta Chamada Pública;
- b. A documentação apresentada atende todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e as demais exigências conforme item 4 deste projeto Básico;
- c. Foram apresentados fotos ou desenhos da imagem do bem;
- d. Foram apresentados outros documentos que contribuíram para a análise e avaliação da amostra.

## 7. DA ENTREGA DAS PROPOSTAS E AMOSTRAS:

7.1. As propostas deverão ser emitidas, devidamente datadas e assinadas pela proponente, conforme modelo do Anexo II, e apresentada dentro de envelope fechado, contendo do lado externo as informações a seguir:

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 04/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2018		
Proponente:		
Endereço:		
Fone/Fax:		
E-mail:		

7.2. Dentro desse mesmo envelope deverá conter:

- a. Os documentos das amostras conforme item 5 deste projeto básico;
- b. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- c. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

Coronel Freitas - SC, 22 de fevereiro de 2018.  
SILVANA FÁTIMA VIDI ZANELLA  
Diretora Executiva do Consórcio Intermunicipal  
Velho Coronel – CVC

## ANEXO II

### PROPOSTA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 04/2018  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 07/2018

Vimos através desta propor a "Pré-Qualificação" dos bens abaixo relacionados, aceitando e concordando com todos os termos e condições estabelecidos no Edital de Chamada Pública e seus anexos.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA
Empresa (razão social):
CNPJ:
MF:

Endereço:

Fone/fax:

E-mail:

## DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome Completo:

Cargo/Função:

Identidade Nº: CPF/MF Nº:

Telefone para Contato:

E-mail:

## RELAÇÃO DOS BENS PROPOSTOS À "PRÉ-QUALIFICAÇÃO"

Item (*)	Descrição do Bem Proposto(**)	Marca	Modelo

(\*) Preencher com o mesmo número correspondente ao item do bem do Projeto Básico do Edital.

(\*\*) Preencher com a mesma descrição das características correspondente ao item do Projeto Básico do Edital.

Local e data:

Assinatura do representante legal



**TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO 001/2018**

Publicação Nº 1532670



Consorcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC  
CNPJ 14.688.861/0001-19  
Av. Santa Catarina, 1066, Centro  
CEP 89840-000 – Coronel Freitas – SC  
Fone: 049 3347 0819 - 049 98801 0249

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

A pregoeira, Sr. Flavia Rolim de Moura, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a lei Nr. 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, resolve adjudicar o objeto da licitação abaixo mencionada, nos seguintes termos:

**01** – Adjudicar a presente licitação nestes termos:

**Processo Administrativo Nº:** 004/2018 – Cvc

**Processo Licitatório Nº:** 001/2018 -Cvc

**Modalidade:** Pregão Presencial

**Data da Adjudicação:** 22/02/2018

**OBJETO DA LICITAÇÃO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, ELETRICIDADE, BOMBAS E BICOS, ESTOFARIA E TAPEÇARIA, PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS AO CONSÓRCIO CVC

**SDR AUTO MECANICA EIRELI- ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.483.588/0001-38**

Lote	Item	Marca	Tipo	Modelo	Ano	Placa	Município	Valor	Valor mão de obra	Percentual de desconto em peças
------	------	-------	------	--------	-----	-------	-----------	-------	-------------------	---------------------------------

11	1	Citroen	Utilitário	Jumper – TCA	2015	QHI 7226	Cel Freitas	R\$ 30.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
15	1	Peugeot	Utilitário	JAEDI TURBO 2.8	2006	MGI-5980	Cel Freitas	R\$ 30.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
15	2	Peugeot	Utilitário	JAEDI TURBO 2.8	2010	MJB-4279	Cel Freitas	R\$ 30.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
21	1	Ford	Utilitário	PICK UP 1.6 – COURIER	2000	MBB 1861	Cel Freitas	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
21	2	Ford	Passeio	Focus Sedan SE AT 2.0 SB	2015	QHM 2224	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
21	3	Ford	Passeio	Focus Sedan 2L flex AT	2010	MHS 3205	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
21	4	Ford	Passeio	Fiesta Flex 1.0	2013	MKN 9413	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
21	5	Ford	Passeio	Fiesta Sedan 1.6 flex	2013/2014	MXK 7993	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
21	6	Ford	Utilitário	COURIER	2002/2003	MFZ 9380	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
24	1	Toyota	Passeio	COROLLA GLI 18 CVT	2017	QIC-0228	Formosa do Sul	R\$ 50.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
24	2	Toyota	Passeio	COROLLA GLI FLEX	2011	MIH 5225	Quilombo	R\$ 50.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
24	3	Toyota	Passeio	COROLLA	2011/2012	2017	São João do Oeste	R\$ 50.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
25	1	Volkswagen	Passeio	GOL 1.6	2010	MHJ 8789	Águas Frias	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	2	Volkswagen	Utilitário	KOMBI	2012	MIG 6324	Águas Frias	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	3	Volkswagen	Passeio	VOYAGE CONFORTLINE 1.6	2013	MJO 4872	Águas Frias	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	4	Volkswagen	Passeio	GOL 1.0	2015	QHC 1385	Águas Frias	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%

25	5	Volkswagen	Passeio	GOL SPECIAL	2002	MBQ 8174	Cel Freitas	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	6	Volkswagen	Utilitário	KOMBI	2002	MCJ 9568	Cel Freitas	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	7	Volkswagen	Utilitário	KOMBI	2005	MFV 2452	Cel Freitas	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	8	Volkswagen	Utilitário	SAVEIRO 1.6 CE	2014	MFU 6272	Nova Erechim	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	9	Volkswagen	Utilitário	KOMBI FURGÃO	2004	MFN 1492	Quilombo	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	10	Volkswagen	Passeio	Gol 1.0 Flex	12/13	MKL-5303	União do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	11	Volkswagen	Passeio	Pólo 1.6	07/08	MHJ-4511	União do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	12	Volkswagen	Passeio	Gol 1.0	2006/2007	DXE 6710	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	13	Volkswagen	Utilitário	KOMBI	2002/2003	MBT 4004	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	14	Volkswagen	Utilitário	SAVEIRO	2008/2009	MEL 6834	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	15	Volkswagen	Passeio	GOL	2008/2009	MFM 1574	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	16	Volkswagen	Utilitário	SAVEIRO	2010/2011	MHD 2907	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	17	Volkswagen	Utilitário	SAVEIRO	2014/2015	MLV 9756	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%

Total do fornecedor:

R\$ 700.000,00

MECÂNICA JONES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.762.059/0001-80

Lote Item	Marca	Tipo	Modelo	Ano	Placa	Município	Valor	Valor mão de obra	Percentual de desconto em peças
-----------	-------	------	--------	-----	-------	-----------	-------	-------------------	---------------------------------

19	1	Chery	Passeio	CELER – 1.5 FHB FL	2015	QHL 3679	Cel Freitas	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
19	2	Chery	Passeio	CELER – 1.5 SD ACT	2016	OIL 2156	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
20	1	Chevrolet	Passeio	VECTRA ELEGANCE 2.0	2010	MGR 995	Águas Frias	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	2	Chevrolet	Passeio	CORSA CLASSIC	2014	MLU 9836	Águas Frias	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	3	Chevrolet	Passeio	PICK UP 1.8	2002	MDM 5934	Cel Freitas	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	4	Chevrolet	Passeio	CELTA 2 PORTAS	2002	MFY 4160	Cel Freitas	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	5	Chevrolet	Passeio	CORSA SEDAN CLASSIC LS	2013	MLU 9876	Cel Freitas	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	6	Chevrolet	Passeio	CORSA SEDAN CLASSIC LS	2015	QHC 9204	Cel Freitas	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	7	Chevrolet	Passeio	CLASSIC LS 1,0 VHS	13/14	MLU-9886	Formosa do Sul	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	8	Chevrolet	Passeio	CLASSIC LS	13/14	MLU 9386	Nova Erechim	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	9	Chevrolet	Passeio	PRISMA JOY 1.4	2008	MDY 036	Quilombo	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	10	Chevrolet	Passeio	SPIN	2017	QIO 4662	Jardinópolis	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	11	Chevrolet	Passeio	CORSA	2000	MBB 271	Jardinópolis	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	12	Chevrolet	Passeio	Corsa Classic LS 1.0	11/12	MIM-7554	União do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	13	Chevrolet	Passeio	Corsa Classic	2013	MLL-2576	União do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	14	Chevrolet	Passeio	Celta 1.0	2002	MBO 6333	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	15	Chevrolet	Passeio	Vectra GLS	1998	KOD 7335	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	16	Chevrolet	Passeio	Spin 1.8 L AT. LTZ	2014	MFU 4186	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	17	Chevrolet	Passeio	Spin 1.8 L AT. LTZ	2017/2018	QIL 2156	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %

20	18	Chevrolet	Passeio	CLASSIC LS	2013/2014	MLV 0646	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	19	Chevrolet	Passeio	CELTA	2005	MEQ 7161	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	20	Chevrolet	Passeio	Corsa Sedan Premiun	2009	MFR 1095	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	21	Chevrolet	Utilitário	Strada	2011/2012	MIP 5225	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	22	Chevrolet	Passeio	PRISMA	2010/2011	MJK 6449	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	23	Chevrolet	Utilitário	MONTANA	2012/2013	MJK 1623	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	24	Chevrolet	Passeio	CLASSIC	2013/2014	MLV 1706	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
23	1	NISSAN	Passeio	MARCH 105	14/15	OKG 7478	Quilombo	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
23	2	NISSAN	Passeio	GRAND LIVINA	2013	MKD 3944	Jardinópolis	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
23	3	NISSAN	Passeio	GRAND LIVINA	2014	MKU 7886	Jardinópolis	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
<b>Total do fornecedor:</b>									<b>R\$ 580.000,00</b>	

**02 – Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).**

\_\_\_\_\_  
FLAVIA ROLIM DE MOURA

Pregoeira

\_\_\_\_\_  
*Examinado e aprovado pela*  
Procuradoria Geral do Consórcio CVC

Logo of Consórcio Intermunicipal Velho Coronel (CVC). It features a stylized green and blue graphic to the left of the text "CVC" in large green letters, with "Consórcio Intermunicipal Velho Coronel" in smaller blue text below it.

Consorcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC  
CNPJ 14.688.861/0001-19  
Av. Santa Catarina, 1066, Centro  
CEP 89840-000 – Coronel Freitas – SC  
Fone: 049 3347 0819 - 049 98801 0249

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Diretora executiva Sr(a) Silvana Fatima Vidi Zanella, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a lei Nr. 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, resolve Homologar o objeto da licitação abaixo mencionada, nos seguintes termos:

01 – Homologar a presente licitação nestes termos:  
Processo Administrativo Nº: 004/2018 – Cvc  
Processo Licitatório Nº: 001/2018 - Cvc  
Modalidade: Pregão Presencial  
Data da Homologação: 22/02/2018

**OBJETO DA LICITAÇÃO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, ELETRICIDADE, BOMBAS E BICOS, ESTOFARIA E TAPEÇARIA, PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS AO CONSÓRCIO CVC

**SDR AUTO MECANICA EIRELI- ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.483.588/0001-38**

Lote	Item	Marca	Tipo	Modelo	Ano	Placa	Município	Valor	Valor mão de obra	Percentual de desconto em peças
------	------	-------	------	--------	-----	-------	-----------	-------	-------------------	---------------------------------



11	1	Citroen	Utilitário	Jumper – TCA	2015	QHI 7226	Cel Freitas	R\$ 30.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
15	1	Peugeot	Utilitário	JAEDI TURBO 2.8	2006	MGI-5980	Cel Freitas	R\$ 30.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
15	2	Peugeot	Utilitário	JAEDI TURBO 2.8	2010	MJB-4279	Cel Freitas	R\$ 30.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
21	1	Ford	Utilitário	PICK UP 1.6 – COURIER	2000	MBB 1861	Cel Freitas	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
21	2	Ford	Passeio	Focus Sedan SE AT 2.0 SB	2015	QHM 2224	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
21	3	Ford	Passeio	Focus Sedan 2L flex AT	2010	MHS 3205	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
21	4	Ford	Passeio	Fiesta Flex 1.0	2013	MKN 9413	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
21	5	Ford	Passeio	Fiesta Sedan 1.6 flex	2013/2014	MXK 7993	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
21	6	Ford	Utilitário	COURIER	2002/2003	MFZ 9380	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
24	1	Toyota	Passeio	COROLLA GLI 18 CVT	2017	QIC-0228	Formosa do Sul	R\$ 50.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
24	2	Toyota	Passeio	COROLLA GLI FLEX	2011	MIH 5225	Quilombo	R\$ 50.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
24	3	Toyota	Passeio	COROLLA	2011/2012	2017	São João do Oeste	R\$ 50.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
25	1	Volkswagen	Passeio	GOL 1.6	2010	MHJ 8789	Águas Frias	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	2	Volkswagen	Utilitário	KOMBI	2012	MIG 6324	Águas Frias	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	3	Volkswagen	Passeio	VOYAGE CONFORTLINE 1.6	2013	MJO 4872	Águas Frias	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	4	Volkswagen	Passeio	GOL 1.0	2015	QHC 1385	Águas Frias	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%

25	5	Volkswagen	Passeio	GOL SPECIAL	2002	MBQ 8174	Cel Freitas	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	6	Volkswagen	Utilitário	KOMBI	2002	MCJ 9568	Cel Freitas	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	7	Volkswagen	Utilitário	KOMBI	2005	MFV 2452	Cel Freitas	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	8	Volkswagen	Utilitário	SAVEIRO 1.6 CE	2014	MFU 6272	Nova Erechim	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	9	Volkswagen	Utilitário	KOMBI FURGÃO	2004	MFN 1492	Quilombo	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	10	Volkswagen	Passeio	Gol 1.0 Flex	12/13	MKL-5303	União do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	11	Volkswagen	Passeio	Pólo 1.6	07/08	MHJ-4511	União do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	12	Volkswagen	Passeio	Gol 1.0	2006/2007	DXE 6710	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	13	Volkswagen	Utilitário	KOMBI	2002/2003	MBT 4004	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	14	Volkswagen	Utilitário	SAVEIRO	2008/2009	MEL 6834	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	15	Volkswagen	Passeio	GOL	2008/2009	MFM 1574	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	16	Volkswagen	Utilitário	SAVEIRO	2010/2011	MHD 2907	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%
25	17	Volkswagen	Utilitário	SAVEIRO	2014/2015	MLV 9756	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,60	6,00%

**Total do fornecedor:****R\$ 700.000,00****MECÂNICA JONES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.762.059/0001-80**

Lote	Item	Marca	Tipo	Modelo	Ano	Placa	Município	Valor	Valor mão de obra	Percentual de desconto em peças
------	------	-------	------	--------	-----	-------	-----------	-------	-------------------	---------------------------------

19	1	Chery	Passeio	CELER – 1.5 FHB FL	2015	QHL 3679	Cel Freitas	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
19	2	Chery	Passeio	CELER – 1.5 SD ACT	2016	OIL 2156	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
20	1	Chevrolet	Passeio	VECTRA ELEGANCE 2.0	2010	MGR 995	Águas Frias	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	2	Chevrolet	Passeio	CORSA CLASSIC	2014	MLU 9836	Águas Frias	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	3	Chevrolet	Passeio	PICK UP 1.8	2002	MDM 5934	Cel Freitas	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	4	Chevrolet	Passeio	CELTA 2 PORTAS	2002	MFY 4160	Cel Freitas	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	5	Chevrolet	Passeio	CORSA SEDAN CLASSIC LS	2013	MLU 9876	Cel Freitas	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	6	Chevrolet	Passeio	CORSA SEDAN CLASSIC LS	2015	QHC 9204	Cel Freitas	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	7	Chevrolet	Passeio	CLASSIC LS 1.0 VHS	13/14	MLU-9886	Formosa do Sul	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	8	Chevrolet	Passeio	CLASSIC LS	13/14	MLU 9386	Nova Erechim	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	9	Chevrolet	Passeio	PRISMA JOY 1.4	2008	MDY 036	Quilombo	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	10	Chevrolet	Passeio	SPIN	2017	QIO 4662	Jardínópolis	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	11	Chevrolet	Passeio	CORSA	2000	MBB 271	Jardínópolis	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	12	Chevrolet	Passeio	Corsa Classic LS 1.0	11/12	MIM-7554	União do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	13	Chevrolet	Passeio	Corsa Classic	2013	MLL-2576	União do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	14	Chevrolet	Passeio	Celta 1.0	2002	MBO 6333	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	15	Chevrolet	Passeio	Vectra GLS	1998	KOD 7335	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	16	Chevrolet	Passeio	Spin 1.8 L AT. LTZ	2014	MFU 4186	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	17	Chevrolet	Passeio	Spin 1.8 L AT. LTZ	2017/2018	QIL 2156	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %

20	18	Chevrolet	Passeio	CLASSIC LS	2013/2014	MLV 0646	Santa Helena	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	19	Chevrolet	Passeio	CELTA	2005	MEQ 7161	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	20	Chevrolet	Passeio	Corsa Sedan Premium	2009	MFR 1095	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	21	Chevrolet	Utilitário	Strada	2011/2012	MIP 5225	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	22	Chevrolet	Passeio	PRISMA	2010/2011	MJK 6449	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	23	Chevrolet	Utilitário	MONTANA	2012/2013	MJK 1623	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
20	24	Chevrolet	Passeio	CLASSIC	2013/2014	MLV 1706	São João do Oeste	R\$ 20.000,00	R\$ 84,15	6,5 %
23	1	NISSAN	Passeio	MARCH 105	14/15	OKG 7478	Quilombo	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
23	2	NISSAN	Passeio	GRAND LIVINA	2013	MKD 3944	Jardinópolis	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
23	3	NISSAN	Passeio	GRAND LIVINA	2014	MKU 7886	Jardinópolis	R\$ 20.000,00	R\$ 85,05	5,5 %
<b>Total do fornecedor:</b>									<b>R\$ 580.000,00</b>	

**02 – Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).**

**SILVANA FÁTIMA VIDI ZANELLA**  
Diretora Executiva

*Examinado e aprovado pela*  
Procuradoria Geral do Consórcio CVC

**IBERE****RESOLUÇÃO Nº 03/2018**

Publicação Nº 1532665

**RESOLUÇÃO Nº 03/2018**

Dispõe sobre a reposição inerente a perda inflacionária e ganho real sobre os vencimentos dos empregados do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental – IBERÊ.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito de Cordilheira Alta e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental – IBERÊ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17, IV, do Estatuto Social:

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedido aos empregados do IBERÊ a reposição salarial e o ganho real, da seguinte forma:

I – 1,86 (um vírgula oitenta e seis por cento) referente ao INPC do período de fevereiro de 2017 a janeiro de 2018.

II – 5% (cinco por cento) a título de ganho real.

Art. 2º Os percentuais de que trata a presente Resolução será aplicado sobre a folha de pagamento do mês de fevereiro de 2018.

Art. 3º O Anexo Único do Contrato de Consórcio Público, alterado pela Assembleia Geral Ordinária, realizada em 13 de dezembro de 2013, passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 01 de fevereiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito de Cordilheira Alta e Presidente do IBERÊ

**ANEXO ÚNICO****I - EMPREGOS PUBLICOS**

Emprego	Vagas	Carga horária semanal	Provimento	Escolaridade Mínima	Vencimento (R\$)
Assessor Administrativo	1	40h	Em Comissão	Ensino Superior	3.996,16
Assessor de Projetos	1	40h	Em Comissão	Ensino Superior	3.996,16
Analista técnico e administrativo	1	40h	Concurso Público	Ensino Superior	3.996,16
Assessor Contábil	1	08h	Em Comissão	Ensino Superior, com registro no CRC	626,07